

Padre FERNANDO AUGUSTO DA SILVA e CARLOS AZEVEDO DE MENESES

ELUCIDÁRIO MADEIRENSE



I VOLUME

A-E

Advertência Preliminar

(Da Primeira Edição)

Destinava-se a publicação desta obra a celebrar o quinto centenário do descobrimento da Madeira, constituindo uma das comemorações com que entre nós se deveria ter solenizado aquele notável e auspicioso acontecimento. Pelos motivos que sumariamente deixamos expostos no artigo Descobrimento do Arquipélago, entenderíamos que essa celebre obra para ser completa, teria que revestir uma feição de carácter nacional e não se restringir apenas aos apertados limites duma consagração regionalista a dentro do isolamento e da distância a que ficam estas afastadas ilhas. Perderam-se ou foram de todo esquecidas as palavras com que na imprensa da capital se fez recordar o dever dessa comemoração, chamando-se especialmente as atenções da Academia das Ciências de Lisboa e de modo muito particular da Comissão encarregada de promover a celebração dos centenários das nossas conquistas e descobertas, que existe e funciona no seio da mesma Academia. Se a conquista de Ceuta, por ser a primeira realizada além das fronteiras continentais, mereceu uma condigna e solene comemoração, não podia também ser esquecido o descobrimento deste arquipélago, que verdadeiramente assinala o início da nossa brilhante odisséia de navegantes e de futuros dominadores dos mares.

Não é para causar estranhezas que assim tivesse acontecido, sabendo-se que essa data gloriosa passou despercebida na capital deste arquipélago, à parte umas breves e fugidias referências que lhe fez a imprensa diária do Funchal. Coube unicamente à Junta Geral deste distrito a honra de comemorar o quicentenário do descobrimento da Madeira, mandando executar a maqueta do monumento a erigir ao descobridor João Gonçalves Zarco e fazendo publicar a obra a que estas

palavras servem de introdução. Foi na sessão ordinária do mês de Maio de 1917 que o membro daquela corporação administrativa Sr. João Augusto de Pina apresentou a proposta para a publicação deste trabalho, que deveria ser moldado nas bases contidas na mesma proposta e que constam das seguintes palavras:

“... Quero referir-me a uma obra literária, de carácter histórico, mas de feição popular e principalmente destinada às classes menos doutas, de fácil e pronta consulta, em que toda a vida deste arquipélago nas suas múltiplas manifestações e variados aspectos seja posta em saliente relevo, embora em resumido quadro, a fim de não dar a essa obra proporções demasiadamente exageradas. Esta circunstância não exclui a necessidade de ocupar-se desse trabalho dos principais acontecimentos ocorridos na Madeira no longo período de cinco séculos, das biografias dos seus homens mais notáveis, dos seus usos, costumes e tradições, da sua actividade literária, científica, artística, industrial, agrícola e comercial, da benignidade do seu clima, da riqueza da sua fauna e da sua flora, das incomparáveis belezas da sua paisagem, etc., etc., de molde a tornar essa obra um repositório abundante de informações e notícias, que possa particularmente interessar a todos aqueles que, por falta de tempo ou de preparação especial, não lhes seja possível consagrar-se a demorados estudos e mais largas investigações».

Dentro da esfera dos nossos apoucados recursos e do limitado espaço de que podíamos dispor, procuramos desempenhar nos com o mais escrupuloso empenho do pesado encargo que voluntária e desinteressadamente tomámos, escrevendo um livro que não somente satisfizesse às necessidades das classes populares, para as quais era especialmente destinado, mas que também fosse de proveitosa consulta para as pessoas cultas, indicando as mais copiosas e autorizadas fontes a que devem recorrer os que desejarem alcançar notícia mais completa e desenvolvida acerca de alguns dos assuntos versados na presente obra. E, apesar da feição elementar que caracteriza o Elucidário Madeirense, não nos julgamos dispensados de aprofundar o estudo de certos pontos da história deste arquipélago, aproveitando para isso algumas demoradas investigações por nós feitas em anos já passados e realizando recentemente outras novas, tendo deste modo carreado alguns apreciáveis materiais para a história destas ilhas, como deixamos acentuado no artigo História Madeirense. Ao compromisso tomado, faltou apenas a observância duma cláusula, que, motivos de todo o ponto alheios a nossa vontade, não permitiram realizar: a publicação deste livro dentro do tempo que primitivamente lhe fora assinalado.

Este nosso trabalho foi enriquecido com a valiosa colaboração dos nossos distintos amigos Adolfo César de Noronha e major Alberto Artur Sarmiento, tão sobejamente conhecidos entre nós pelos seus raros talentos e vasta ilustração, e especialmente pelos aprofundados conhecimentos que possuem das coisas madeirenses. Agradecendo essa colaboração, sinceramente lamentamos que ela se tivesse apenas limitado a uma parte do primeiro volume, ficando o resto desta obra privado do muito que havia a esperar da comprovada competência destes nossos ilustres colaboradores.

Devemos aqui advertir que alguns escritos nossos acerca de diversos assuntos madeirenses, publicados em vários jornais do Funchal e nomeadamente no antigo Heraldo da Madeira, no Diário da Madeira e no Diário de Notícias, foram largamente aproveitados para a elaboração deste trabalho, reproduzindo se parcial ou integralmente muitos desses artigos, conforme as exigências das matérias de que tivemos de ocupar nos.

A

Abacateiro (*Persea gratissima*, Gartn.). Árvore da família das Lauráceas, cultivada na região inferior da Madeira. É oriunda da América tropical, e produz frutos grandes, obovados ou piriformes e violáceos ou verdes, de sabor bastante agradável. Estes frutos são conhecidos pelo nome de “peras abacates”.

Abalos de terra. V. Tremores de terra.

Abastecimento de águas da cidade. Datam de 1890, os primeiros estudos para a distribuição de águas potáveis para abastecimento da cidade, mas, apesar da Câmara Municipal ter resolvido em sessão de 9 de Julho de 1891 abrir concurso para a execução das obras precisas para se conseguir esse abastecimento, só muito mais tarde, e depois de novos e aturados estudos, é que apareceram arrematadores para tais obras, as quais infelizmente não estão ainda concluídas.

Em 22 de Maio de 1900, comprometeu se Luiz da Rocha Machado, por uma proposta apresentada à Câmara nos termos dum anúncio datado de 8 de Fevereiro, a realizar todas as obras precisas para abastecimento de águas potáveis e canalização de esgotos da cidade do Funchal, pela importância de réis 359:000\$000, e, em 16 de Junho seguinte, eram lhe adjudicadas as mesmas obras, sendo a escritura de adjudicação assinada no dia 25.

O decreto de 14 de Agosto de 1900 aprovou todas as cláusulas do contrato celebrado com Luiz da Rocha Machado, à excepção da que estabelecia que o fornecedor de águas às embarcações seria o adjudicatário, o que deu motivo a que este, julgando se lesado nos seus interesses, pedisse a rescisão do mesmo contrato, a qual lhe foi concedida pela Câmara antes da execução de quaisquer trabalhos.

A pesar deste contratempo, a Câmara não desistiu de dotar o Funchal com um melhoramento que era exigido pela higiene e pelas conveniências públicas, e, em 19 de Julho de 1908, resolvia contrair com a Caixa Geral dos Depósitos um empréstimo de 400 contos, ao juro de 5%, destinado às obras em projecto, devendo a importância deste empréstimo ser entregue ao Município em prestações de 50 contos, à medida que os trabalhos o exigissem. Metade da referida quantia de 400 contos e os respectivos juros ficariam à conta do Estado, e a outra metade à conta da Junta Geral, tudo de conformidade com o despacho ministerial de 25 de Janeiro de 1906 e a deliberação tomada pela mesma Junta em sessão de 4 de Julho de 1908.

O contrato celebrado entre a Câmara e a Caixa Geral dos Depósitos para a concessão do referido empréstimo tem a data de 22 de Agosto de 1908, e, em 17 de Outubro seguinte, abria se concurso para a execução das obras de captação das águas das nascentes dos Tornos, e sua canalização até um reservatório a construir no sítio do Caminho dos Saltos, sendo a base da licitação a quantia de 32:030\$000 réis.

Tendo se comprometido os dois concorrentes, Luiz da Rocha Machado e João Albino Rodrigues de Sousa, em sessão camarária de 22 de Dezembro de 1908, a executar os referidos trabalhos pela quantia de 24:380\$000, foi lhes adjudicada a empreitada por termo lavrado na secretaria da Câmara em 23 de Janeiro do ano seguinte.

As obras ficaram concluídas em 22 de Outubro de 1910, e, em 22 de Novembro de 1911, mandou a Câmara abrir concurso para a execução completa de todas as obras de abastecimento de águas potáveis e canalização de esgotos da cidade do Funchal, estabelecendo como base de licitação a quantia de 263:460\$00 réis.

Tendo ficado deserto este concurso, dois outros foram abertos ainda, em que figurou como nova base de licitação a quantia de 276:633\$00 réis, sendo a empreitada entregue finalmente a João Pinto Correia em 21 de Outubro de 1912, o qual se comprometera a executar todas as obras por 316:000\$000 réis.

A Comissão Distrital não aprovou esta adjudicação de sorte que, em 14 de Junho de 1913, anunciava a Câmara que mais uma vez se achava aberto concurso público para a execução das mencionadas obras, vindo a empreitada a ser arrematada pela firma comercial Luiz da Rocha Machado & CO em 26 de Julho do mesmo ano, a qual havia oferecido um lanço inferior em 24:650\$000 réis à base da licitação. Era esta de 323:500\$000 réis, sendo 161:400\$000 réis para as obras de abastecimento de águas, e 162:100\$000 réis para as de canalização de esgotos.

A deliberação camarária que entregou a empreitada à referida firma foi confirmada pela Comissão Distrital em 8 de Agosto de 1913, e, em 23 do mesmo mês e ano, celebrava se o contrato de adjudicação, o qual sofreu mais tarde as modificações constantes do termo lavrado em 22 de Setembro de 1914.

Por várias vezes, procurou a Comissão Administrativa da Levada de Santa Luzia criar obstáculos ao aproveitamento das águas dos Tornos para o abastecimento da cidade, mas, por fim, conseguiu a Câmara Municipal chegar a um acordo com ela, celebrando se em 3 de Julho de 1912 uma escritura, pela qual era reconhecido à Municipalidade o direito de captar nas mesmas nascentes, e para o mencionado fim, o fluxo continuo de 18 litros de água por segundo. Esta escritura, pela qual a Câmara fez também algumas concessões à referida levada, foi publicada nos n.ºs 11:291, 11:292 e 11.293 do jornal funchalense Diário de Notícias. Habilitada a Câmara com os meios e recursos precisos para dotar a cidade com águas potáveis e uma boa rede de esgotos, parecia impossível que podessem surgir quaisquer obstáculos à realização de tão importante melhoramento, sobretudo depois da adjudicação dos trabalhos. Não contavam, porém, nem a Câmara nem o público com a guerra europeia, que havia de fazer subir de uma forma extraordinária o preço dos materiais de construção e tornar impossível a execução das obras nas condições da adjudicação.

Em 29 de Novembro de 1916, deferiu a Câmara um requerimento do empreiteiro datado de 20 do mesmo mês, em que era pedida a rescisão do contrato celebrado para o abastecimento de águas e canalização de esgotos do Funchal, e, em 25 de Julho do ano imediato, recebia o mesmo empreiteiro a quantia de 80:029\$468 réis, por saldo do preço dos trabalhos que havia executado. Antes disso, tinha ele recebido 20:814\$918 réis em 22 de Abril de 1915, e 8:041\$805 réis em 8 de Abril de 1916, sendo portanto de 108:886\$191 réis a importância total que lhe foi paga pela Câmara.

Há canos para água e esgotos assentes pelo empreiteiro na Avenida Manuel de Arriaga e R. da Imperatriz, e canos só para esgotos na R. das Hortas, desde a Avenida de João de Deus até a Avenida de Pedro José de

Ornelas, etc.. Além destas canalizações, recebeu a Câmara por ocasião da rescisão do contrato, diversos maquinismos, ferramentas, utensílios e materiais, realizando mais tarde, e já por sua conta, a mudança dos tubos de condução de águas desde os Saltos até o Torreão, e desde este último local até à fonte do Colégio. Como se vê do que fica exposto, muito há ainda a fazer para dotar o Funchal com boa água potável e um moderno sistema de esgotos. Tendo desaparecido, porém, os principais obstáculos que se opunham ao prosseguimento das obras, visto estar acabada a guerra europeia, licito é esperar que estas recomecem dentro em pouco, como se torna indispensável para robustecer os créditos duma cidade visitada por estrangeiros, e cujo clima tem merecido as mais elogiosas referências da parte de muitos médicos distintos. A 18 de Março de 1929, resolveu a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal que o seu presidente, capitão Francisco Silvestre Varela, fosse a Lisboa tratar junto do governo central de vários assuntos que bastante interessavam ao município e muito particularmente aos trabalhos do saneamento da cidade, sendo a 14 de Junho daquele ano publicado o decreto nº 16.956, que autorizou a Câmara a contrair na Caixa Geral dos Depósitos o empréstimo de sete mil contos, destinados exclusivamente à realização desses trabalhos.

A 3 de Novembro de 1931, foi o engenheiro Rodrigo Guimarães encarregado de actualizar o projecto de abastecimento de água potável elaborado pelos engenheiros João Von Hafe e Adriano Trigo, e, a 19 de Janeiro de 1932, deu-se de arrematação o assentamento da canalização de águas na zona baixa da cidade, limitada ao sul pelo mar e ao norte pela curva de nível à cota de 60 metros, pela importância de 209.250\$00 escudos, sendo iniciadas estas obras no mês de Fevereiro de 1932 e concluídas no dia 3 de Novembro de 1933.

Na sessão camarária de 13 de Novembro de 1932, foram criados os Serviços Municipalizados, competindo lhes particularmente superintender nos trabalhos do saneamento e da distribuição domiciliária das águas potáveis. Tendo duas vezes ficado deserto o concurso para a adjudicação das obras de canalização nas zonas média e alta da cidade, tomaram os Serviços Municipalizados o encargo da realização desses trabalhos, orçados na importância de 552:259\$00 escudos, “achando-se ainda por concluir um pequeno troço alimentado por um sifão a construir na ribeira de Santa Luzia”, e havendo-se lançado já uma tubagem na extensão de 3.700 metros.

Impunha-se a imediata construção dum grande reservatório de betão na Levada de Santa Luzia, com a capacidade de 7.000 metros cúbicos, o qual foi adjudicado pela quantia de 753.640\$00 escudos, fazendo-se

a sua inauguração no dia 27 de Maio de 1934, com aparatosa solenidade.

Abelha (*Apis mellifica*). Insecto da ordem dos Himenópteros. Na relação das viagens de Barrow, se lê: “nos vales amenos da Madeira, onde abundam as mais variadas flores campestres, o mel das colmeias é extraordinariamente delicioso, sendo enviado para Portugal, como um dos mais apreciados presentes”. Uma antiga provisão dos capitães gerais proibia se crestassem as colmeias antes da vindima das uvas.

Abóboras (Pico das). Elevação montanhosa, na freguesia da Camacha, a qual atinge 1453 metros de altitude.

Aboboreira. Existem, e são cultivadas em larga escala na Madeira, a aboboreira que produz as abóboras a que os madeirenses chamam negras ou da Guiné (*Cucurbita moschata*), e a aboboreira que produz a abóbora machado (*C. Pepo*). A primeira, que parece ser oriunda das Índias Ocidentais, é a mais comum, distinguindo se facilmente pelas suas folhas maculadas de branco; a segunda, que é cultivada principalmente acima de 200 ou 300 metros, é originária da Ásia meridional e tem as folhas desprovidas de manchas brancas. É a abóbora machado que produz as sementes empregadas contra a ténia e as lombrigas. As aboboreiras que produzem a abóbora laranja, a abóbora de verrugas e abóbora de coroa, são simples variedades da *C. Pepo*. A abóbora preta ou da Guiné, muito variável no tocante à forma, tem, quando proveniente de plantas seleccionadas, muito melhor sabor do que a abóbora machado ou a abóbora menina de Portugal (*C. máxima*).

Abra (enseada, porto, ponta e sítio da). Este termo só é empregado toponimicamente na Madeira. No extremo oriental da ilha e nas proximidades da Ponta de São Lourenço, entre as pontas da Abra e do Furado, acha se a enseada da Abra, que, de todas as pequenas enseadas da Madeira, é a mais ampla e de maior reentrância, formando uma baía relativamente espaçosa com um bom ancoradouro. No período do governo pombalino, projectou se construir nessa enseada um porto militar e respectivo arsenal, e, no primeiro quartel do século passado, também se agitou a ideia de estabelecer se ali um pequeno porto

de abrigo. Além duma praia ou Calhau, existe ali um cais de desembarque de propriedade particular. Limitando essa enseada pelo lado de oeste, encontra-se uma saliência de costa marítima, que tem o nome de Ponta de Abra, conservando também o nome de Abra, o sítio que, com picos elevados, torneia a referida enseada e seu porto adjacente.

O *Helichrysum devium*, composta peculiar da Madeira, só tem sido achada até o presente nas rochas altas do sítio da Abra, ao passo que o *H. abconicum* aparece perto do mar em quase toda a costa sul da ilha.

Abreu. A primeira pessoa que nesta ilha parece ter usado este apelido, foi Brites ou Beatriz de Abreu, filha de Rui de Abreu, alcaide mor de Elvas, a qual casou com João Fernandes do Arco, assim chamado por possuir muitas terras de sesmaria no Arco da Calheta e de quem falaremos em artigo especial. Os seus filhos tomaram o apelido da mãe e alguns deles distinguiram-se na África e na Índia. Entre as filhas, contam-se a celebrada Isabel de Abreu (V. este nome) e Águeda de Abreu, mulher de João Esmeraldo, o possuidor da Lombada da Ponta do Sol. A esta família, pertence António de Abreu, o descobridor das Molucas. (V. este nome).

Abreu (Aleixo de). Era filho de João Fernandes de Andrade do Arco. (V. Andrade). Diz Henriques de Noronha que “foi muito grande soldado em África e na Índia, e indo para o dito estado foi capitão duma nau que se perdeu no mar onde morreu”.

Abreu (Aleixo de). Aleixo de Abreu, ou Aleixo de Abreu de Melo, era neto do anterior e filho de António de Abreu. Dele, apenas sabemos que era doutor em medicina e que foi chamado para exercer na corte de Espanha o importante cargo de médico de Filipe III.

Abreu (António de). Foi este madeirense um dos portugueses que por terras do oriente mais se ilustraram na faina das conquistas e descobertas, tendo já antes, em Marrocos, dado assinaladas provas da sua notável coragem e valentia.

Era filho de João Fernandes de Andrade, que ficou sendo conhecido por João Fernandes do Arco, por ter tido muitas terras de sesmaria no Arco da Calheta e haver sido o primeiro povoador desta freguesia.

Depois de ter militado em Marrocos, passou à Índia em 1511 e acompanhou Afonso de Albuquerque numa expedição ao Mar Roxo, onde muito se distinguiu. Tendo sido ali ferido, e querendo Albuquerque fazê-lo substituir no posto que ocupava, retorquiu ao grande capitão que se tinha as forças perdidas para pelejar e a língua impedida para mandar, ainda lhe restava a vida para perder e enquanto isso não acontecesse não largaria o lugar que ocupava.

Tendo assistido à tomada de Malaca, diz Pinheiro Chagas, foi pelo grande general português encarregado de ir reconhecer e explorar as Molucas, ilhas de cujas grandes riquezas se diziam maravilhas. Partiu António de Abreu com três navios, sendo capitão dum deles o próprio chefe da esquadilha, do outro Francisco Serrão, e do terceiro Diogo Afonso. Bem artilhados, e levando 120 homens a bordo, partiram os três navios de António de Abreu, de Malaca em Novembro de 1515.

Foram António de Abreu e os seus companheiros seguindo a costa da ilha de Samatra, e passando depois para a de Java, seguiram por Madeira, Bali, Sumbava, Solor e ainda Nova Guiné. Abordou, finalmente, António de Abreu a Amboino, e Francisco Serrão perdeu o navio em Ternate, mas salvou-se com a guarnição, e foi muito bem acolhido pelos naturais. Visitou, pois, António de Abreu as principais Molucas, e voltou trazendo riquíssima carga.

Mas Major, no notável trabalho, que com o título *Vida do Infante D. Henrique*, publicou a respeito das navegações portuguesas, vai mais adiante, e supõe que António de Abreu chegou às costas de Austrália. Há, efectivamente, um mapa de 1530, pouco mais ou menos, que marca um grande território com o nome de Grande Java, que fica fronteiro a Samatra, e em que estão incorporadas muitas das ilhas que nós sabemos que António de Abreu visitou, como é por exemplo Sumbava, e este território prolonga-se até altitudes e longitudes que já são da Austrália. Diz Major que antes de 1530 ninguém podia dar informações a respeito das terras longínquas da Oceania, senão António de Abreu que as visitou, e supõe com bastante verosimilhança, que muitas das ilhas dispersas no mar das Índias e no mar do Sul, e ainda o continente australiano, que parece ter chegado a ver, formassem um território único, sem solução de continuidade.

Assim, pois, não só António de Abreu teria descoberto as Molucas, mas teria sido também o primeiro português que houvesse visitado a Austrália, reconhecida positivamente um século depois por outro

navegador português, Heredia .

Voltando das Molucas, ficou António de Abreu como capitão de mar em Malaca, e auxiliou eficazmente a defesa dos portugueses contra tentativas de reivindicação dos antigos possuidores desse território, expulsos por Afonso de Albuquerque.

Regressou pouco depois ao reino, e tornou à Índia em 1526, nomeado capitão-mor de Malaca. Teve de invernar em Moçambique, e chegou no ano seguinte a Goa, onde encontrou as discórdias que se travaram entre Lopo Vaz de Sampaio e Pedro de Mascarenhas. Tomou o partido do primeiro, e até o auxiliou com dinheiro do Estado que trazia na sua nau. Figurou, porém, entre os mais moderados desse partido, e instou muito com Lopo Vaz de Sampaio para que não postergasse no debate com o seu competidor as fórmulas da justiça. Quando se resolveu que doze fidalgos, nomeados seis por cada contendor, decidissem a questão, foi António de Abreu um dos juízes escolhido por Lopo Vaz. Distinguiu-se muito em Malaca, quando governador da Índia D. Estevão da Gama.

Foi António de Abreu o único madeirense que verdadeiramente se tivesse distinguido como navegante e descobridor, deixando nome aureolado na história dos nossos descobrimentos marítimos. E todavia esse nome é quasi desconhecido neste arquipélago, sendo bastante para lamentar que cousa alguma recorde entre nós a existência deste ilustre filho da Madeira. É de supor que ainda justiça seja feita, reparando se a falta que vem de séculos.

Fica aí a sùmula do que se acha exposto em vários escritores acerca do guerreiro e navegador António de Abreu, corroborada pelos dizeres de alguns antigos nobiliários madeirenses, que o consideram como nascido nesta ilha e pertencente às nobres famílias dos “Andrades” e “Abreus”. Nos volumes I e IV da importante publicação Arquivo Histórico da Madeira, contesta se a certeza dessa naturalidade com valiosos argumentos, que fazem suscitar dúvidas no espírito do leitor. Aqui o deixamos consignado, como uma simples indicação para aqueles que pretenderem averiguar melhor a veracidade dessa afirmativa.

Abreu (Conselheiro Francisco António de Freitas e). Oriundo de antigas e distintas famílias madeirenses, nasceu o conselheiro Francisco António de Freitas e Abreu na freguesia da Ponta

Delgada a 3 de Maio de 1826, sendo filho de Francisco António de Freitas e Abreu e de D. Matilde de Freitas e Abreu.

Depois de haver concluído o curso do liceu desta cidade, foi nomeado amanuense do governo civil do distrito e mais tarde oficial da mesma repartição, tendo algumas vezes servido interinamente de secretário-geral. Como funcionário público, inteligente e ilustrado, foi várias vezes encarregado pelos seus chefes do desempenho de importantes comissões de serviço, em que sempre exuberantemente revelou as notáveis faculdades de seu espírito. Merecem especial menção os seus trabalhos na regularização dos serviços de expostos, escrevendo a tal respeito um importante relatório, os serviços que prestou por ocasião da morte da Princesa D. Maria Amélia em 1854, da epidemia da cólera morbus em 1856, e ainda outros.

Entre as várias comissões de serviço público que exerceu, contam se as de presidente da Junta Geral e da Comissão Administrativa do Asilo de Mendicidade, e a de vice presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia.

O seu nome tornou se muito conhecido entre nós, principalmente por ter sido um perseverante investigador da história madeirense, não só publicando numerosos documentos inéditos e comentando os muito criteriosamente, mas ainda esclarecendo vários pontos da história do nosso arquipélago, sempre que as circunstâncias ocorrentes a isso o aconselhavam. Durante largos anos, reuniu uma abundante soma de documentos, notas e informações, além de uma colecção copiosa de livros e folhetos, nacionais e estrangeiros, que tudo muito interessava à história da Madeira. Era notável e valiosa a colecção que conseguiu fazer de jornais madeirenses e que constituem elementos indispensáveis para a história contemporânea desta ilha. Todo esse aturado trabalho de coleccionador, toda essa, para nós madeirenses, riqueza bibliográfica, impressa e manuscrita, se dispersou infelizmente num leilão feito pouco depois da morte do conselheiro Abreu. E não houve uma única corporação administrativa que quisesse salvar esse abundante repositório de tão preciosos elementos para a história madeirense!

O conselheiro Freitas e Abreu, apesar da sua ilustração e do vasto e valioso pecúlio de documentos que possuía, não deixou obra apreciável acerca da história deste arquipélago.

Para o importantíssimo trabalho do barão de S. Clemente, Documentos para a história das cortes gerais, forneceu o conselheiro Abreu muitos e interessantes documentos, que ocupam algumas dezenas de páginas

do volume 51 da obra referida. Também concorreu com alguns subsídios para a obra de Henrique Seco, Memórias do Tempo Passado e Presente.

Faleceu o conselheiro Francisco António de Freitas e Abreu nesta cidade, a 17 de Novembro de 1913, tendo revelado até o fim da vida um grande amor pelos estudos históricos, a que especialmente se dedicava. O Heraldo da Madeira de 18 de Novembro de 1913 inseriu um desenvolvido artigo biográfico deste distinto madeirense.

Abreu (D. Isabel de) D. Isabel de Abreu era filha de João Fernandes do Arco e de D. Beatriz de Abreu, que foram dos primeiros colonizadores do Arco da Calheta e ali tiveram muitas terras de sesmaria. Eram naturais do continente e tinham foros de fidalgos, que transmitiram a seus descendentes.

As antigas crónicas madeirenses ocupam-se de D. Isabel de Abreu, por haver sido a principal protagonista dum drama que na época deveria ter causado a mais extraordinária sensação, para que os contemporâneos e ainda os vindouros se tenham referido a ele com tanta largueza. Eis o caso:

D. Isabel de Abreu, que era viúva de João Rodrigues de Noronha, filho do terceiro capitão donatário do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara, vivia na sua casa do Arco da Calheta, possuidora duma avultada fortuna, quando António Gonçalves da Câmara, sobrinho do mesmo capitão donatário e que ali morava próximo, se introduziu violentamente e a deshoras nas casas de D. Isabel com o fim de a levar a contrair casamento com ele. D. Isabel conseguiu convencer António Gonçalves da Câmara da inconveniência duma proposta de casamento em tais condições, e convidou-o a comparecer no dia seguinte, para se tratar então das formalidades do matrimónio, a que ela de boa mente acederia. Fez-se António da Câmara acompanhar duma comitiva de cerca de cinquenta cavaleiros da Ponta do Sol e Ribeira Brava e dirigiu-se, a casa de D. Isabel, que, no dizer dum cronista, se fez “forte em suas casas com sua gente que muita tinha e achando-se António Gonçalves zombado, injuriado e afrontado se tornou para sua fazenda, embarcando-se dali a poucos dias para Lisboa”.

Decorridos alguns anos, voltou António Gonçalves da Câmara à sua casa da Madeira sem perder de vista o velho intento de casar com D. Isabel de Abreu. Dirigindo-se esta à vila da Calheta, em companhia de alguns parentes, e passando em frente da moradia de António Gonçalves, tomou este as rédeas do cavalo em que

ela montava, e, auxiliado por gente armada, obrigou a a entrar violentamente em sua casa. Dado conhecimento do estranho caso ao ouvidor do Funchal, por estar ausente o capitão donatário, compareceu este com uma numerosa força armada, tendo esta que defrontar se com a resistência que ia opor lhe António Gonçalves, pois se preparava para desobedecer às ordens do ouvidor, conservando D. Isabel de Abreu presa em sua casa. Estava iminente uma encarniçada luta, em que de ambas as partes havia partidários, parentes e amigos, quando António Gonçalves da Câmara e Isabel de Abreu, assomando a uma varanda da residência, declararam que tinham chegado a um amigável acordo e que podiam retirar se o ouvidor e a força que o acompanhava.

Quando estes se dispunham a partir, fez D. Isabel de Abreu sentir ao seu prometido esposo que, “vindo com o Ouvidor muitos parentes seus e amigos, não era razão que sem comer se tornassem por tão comprido caminho e, já que tudo estava em paz, os convidasse”. Acatando os desejos de D. Isabel de Abreu, mandou António Gonçalves, que “entrasse o ouvidor com a sua gente, alcaides, meirinhos e juizes de todas as vilas e logares daquela capitania na sala, e arremeteu D. Isabel e apegou se a ele dizendo e queixando se que António Gonçalves forçosamente a tinha naquela casa e que lhe valesse com justiça”. Na companhia do ouvidor e dos cento e cinquenta homens que compunham a força armada, seguiu D. Isabel de Abreu para o Funchal, indo, porém, pelo adiantado da hora, pernoitar nas casas de seu cunhado João Esmeraldo, que eram na Lombada da Ponta do Sol, sede do morgadio do mesmo Esmeraldo.

António Gonçalves da Câmara não era homem para se resignar a sofrer um novo ludíbrio, que ele considerava a maior das afrontas, por parte da mulher que queria conquistar, levado pela violência do amor, pelo orgulho ofendido ou pela ambição de possuir a sua fortuna logo se preparou para a desforra, e desta vez resolvido às mais extremas violências. Reuniu imediatamente vários parentes e amigos e muitos homens armados das freguesias visinhas, sem exclusão de ladrões e assassinos, que por ali andavam homiziados, preparado também com dois falcões, que eram peças de artilharia do tempo, afim de atacar as casas onde se encontrava D. Isabel de Abreu com os oficiais de justiça. Pôs lhe apertado cerco, até que, no fim de oito dias, considerando os parentes de D. Isabel os males que podiam resultar desta luta sangrenta, resolveram que o casamento se realizasse, pondo se deste modo termo a uma contenda em que entravam, além de muitos outros, quatro irmãos, dois de cada lado, prestes talvez a mutuamente se darem a morte.

“Chegados D. Isabel de Abreu e António Gonçalves da Câmara, diz Gaspar Frutuoso, à sua fazenda, e recebendo se ambos, foram feitas grandes festas e bodas, em que comeram todas aquelas pessoas que os

acompanharam. Estavam na sala primeira dos seus passos quatro potes de prata fina em quatro cantos dela, que levaria cada hum delles três almudes d'água, com quatro púcaros de prata, cada pote com o seu, presos com cadeyas do mesmo: e toda aquella gente honrada que se achou naquelle banquete, que seriam mais de duzentas pessoas, fora outras, e servidores que eram mais de outros tantos, comeram todos em baixella de prata, sem se entremeter no serviço cousa de barro, nem estanho, onde se gastaram ricos e exquesitos manjares de toda a sorte, como os sabem fazer as delicadas mulheres da Ilha da Madeira, que além de serem muito bem assombradas, mui fermosas, e discretas, e virtuosas, são extremadas na perfeição delles, e em todas as invenções de ricas cousas que fazem, não tão somente em pano com polidos labores, mas também em assúcar com delicadas fructas”.

Águeda de Abreu, irmã de Isabel de Abreu, não se conformando com o casamento nem com as violências que o precederam, apresentou suas queixas ao monarca, que mandou à Madeira o desembargador Gaspar Vaz syndicar do estranho caso, resultando disso serem alguns condenados à morte e outros a desterro. António Gonçalves da Câmara homiziou se e fugiu depois para Canárias, enquanto sua mulher se recolhia ao convento de Santa Clara. Das Canárias se dirigiu à África e aí prestou valiosos serviços, assinalando se pela sua bravura e coragem. Isto, e mais ainda, por certo, a interferência de sua mãe, D. Joana de Eça, que era camareira mor da rainha, junto do monarca, alcançaram lhe o perdão e pode voltar à pátria, onde ainda viveu alguns anos com sua mulher D. Isabel de Abreu.

Quem quiser ter mais detalhado conhecimento deste caso, que muito sumariamente deixamos narrado, leia a descrição que dele fazem as Saudades da Terra, a pags. 197 e seguintes.

O facto tem sido aproveitado para várias narrativas, destacando se uma do apreciado escritor Silva Leal, publicada no volume 71 do Panorama, com o título de “Bem querer e mal querer”.

Sobre o assunto, leia se o opúsculo A Lombada dos Esmeraldos na Ilha da Madeira pelo Pe. Fernando Augusto da Silva, coautor deste Elucidário.

Abreu (Francisco Ferreira de). Era, em 1828, juiz dos orfãos da capitania de Machico, tendo desempenhado antes os cargos de feitor de embarque, escrivão das execuções ultramarinas e escrivão da

Índia e Mina. Preso por liberal, por ordem da alçada que veio a esta ilha durante o governo de D. Miguel, foi enviado para Lisboa a bordo do bergantim *S. Boaventura+, sendo condenado, por sentença de 3 de Agosto de 1830, a não voltar à Madeira durante 3 anos. Em 23 de Junho de 1838, foi nomeado tabelião do registo de hipotecas da comarca ocidental, e, em 11 de Junho de 1841, escrivão da administração do concelho do Funchal. Tendo renunciado este último cargo, por seguir para Cabo Verde, veio a falecer naquele arquipélago em 1842, em idade pouco avançada. Desempenhou o cargo de secretário da Sociedade dos Amigos das Ciências e Artes, e traduziu o Compêndio Elementar de Economia Política, de Adolfo Blanqui, e o Discurso sobre as revoluções da superfície do globo, pelo barão de Cuvier.

Abreu (Francisco Jorge de). Nasceu no Funchal a 23 de Abril de 1878, e frequentou o liceu e os três primeiros anos da Escola Médico Cirúrgica desta cidade. Colaborou no antigo jornal funchalense o Diário Popular, e foi director do Século de Lisboa, e do Primeiro de Janeiro do Porto, tendo sido antes um dos redactores de A Capital. Além de muitos artigos disseminados pelos referidos jornais, traduziu alguns romances, publicados em Folhetim, e várias peças teatrais.

Publicou em volumes separados A Revolução Portuguesa, a 31 de Janeiro (Porto 1891), Lisboa, 1912, de 178 pags.; A Revolução Portuguesa, o 5 de Outubro (Lisboa 1910), Lisboa, 1912, de 208 pags. e a Boémia Jornalística. Faleceu no Porto a 7 de Junho de 1932.

Abreu (João de). Gaspar Correia, nas Lendas da Índia, refere se ao madeirense João de Abreu, que chegou à barra de Goa em Setembro de 1513 na armada do comando de João de Sousa Lima, e que, por terras do Oriente, se distinguiu em diversos recontros com os indianos, deixando nome ilustre nos anais das nossas lutas de além mar.

Abreu (João Gomes de). Era conhecido pelo nome de João Gomes de Abreu da lha. Foi capitão duma nau da armada que partiu para a Índia em 1506. Tomou parte nos combates contra os mouros das cidades de Brava e ilha do Socotorá e seguiu depois para Cananor, onde deu provas de extremada valentia, segundo o testemunho de Gaspar Correia nas Lendas da Índia.

Abreu (Lopo de). Este madeirense passou à Índia em 1504, na armada comandada por Lopo Soares, e ali praticou feitos de valor.

Abrotea de Poça (*Motella tricirrata*). Peixe gadida, apanhado de vez em quando nas águas litorais, e nas poças que ficam isoladas do mar na maré baixa. Tem pequeno valor comercial.

Abrotea do Alto (*Phycis blennioides*). Peixe da família gadida, raramente encontrado nos mares do arquipélago. É colhido em águas profundas com aparelho de anzol, sendo justamente apreciado pelo seu delicado sabor. A mesma designação é aplicada ao raríssimo *Phycis Yarrellii*.

V. Buzia.

Abrotea do Baixo (*Phycis mediterranea*). A abrotea do Baixo, ou simplesmente abrotea, é um peixe dos mares da Madeira, da família gadida. É comum, aparecendo nos mercados durante todo o ano. Tem hábitos solitários, vivendo nos fundos rochosos, onde o pescam geralmente com a briqueira. Estimado pela carne branca, delicada e de fácil digestão.

Abrotona (*Teucrium betonicum*, Herit.). Planta lenhosa da família das Labiadas, fácil de reconhecer pelas suas flores purpúreas dispostas em verticilastros reunidos em racimo, e pelas suas folhas crenadas ou serradas, quasi brancas na página inferior. É frequente na costa do norte e em muitos vales do interior da Madeira. Nalguns pontos da ilha, atribuem-lhe propriedades medicinais, sendo possível que haja vantagem em empregá-lo como tónico e estomáquico. A abrotona é conhecida também pelo nome de herva branca.

Abruzos (Duque dos). Esteve pela última vez na Madeira em 1907, como comandante do cruzador Etna. Foram lhe oferecidos, na Deserta Grande, uma caçada pelos proprietários desta ilha, e no Funchal, um baile oficial pelo governador D. Bernardo da Costa.

O duque de Abruzos refere se várias vezes à Madeira em alguns dos escritos que publicou.

Abundância (Eupatorium adenophorum) Espécie vivaz da família das Compostas, subfamília das Tubulifloras, muito frequente na Madeira, onde se acha perfeitamente naturalizada. É oriunda do México, e foi introduzida na ilha, como planta de ornamento, um pouco antes de 1840. Tem folhas opostas, ovado triangulares ou romboidais, e capítulos de flores brancas, mas com estiletos lilacineos.

Acácia. Este género da família das Leguminosas, subfamília das Mimosoideas, está representado na Madeira por muitas espécies umas com folhas recompostas, outras com as folhas reduzidas a filódios (pecíolos com a forma de folhas). Pertencem ao primeiro grupo - a *Acacia dealbata*, (acácia branca), muito frequente no Monte, Choupana, etc.; a *A. Farnesiana* (aroma amarelo), cultivada nos jardins e subespontânea em vários pontos vizinhos do litoral; a *A. Leucocephala*, (aroma branco), arbusto subespontâneo, no Gorgulho e Praia Formosa; e a *A. (Albizzia) tophantha*, espécie quasi sempre arbustiva, naturalizada principalmente no Monte. Pertencem ao segundo grupo - *A. Melanoxylon*, cultivada nas quintas, praças e algumas ruas; e a *A. retinoides*, a *A. Sophorae* e a *A. longifolia*, frequentes nas quintas e jardins da Madeira. As acácias são originárias da Austrália e das regiões quentes da América, Ásia e África, podendo encontrar se na ilha muitas outras espécies, além das que deixamos mencionadas. A *Robina pseudo Acácia*, erradamente conhecida na Madeira pelo nome de acácia, é uma árvore espinhosa pertencente à subfamília das Papilionadas, e originária da América do Norte, fácil de reconhecer pelas suas folhas imparipinuladas e pelas suas flores brancas e aromáticas, reunidas em cachos.

Academia. Com este título, publicou se nesta cidade um jornal redigido pelos Alunos do liceu, tendo saído o 11 número a 4 de Dezembro de 1910 e o último, o n1 8, a 16 de Março de 1911.

Academia (A). Publicaram se 29 números, sendo o 11 a 28 de Outubro de 1900 e o último a 2 de Junho de 1901.

Academias. Também na Madeira se repercutiu o gosto pelas academias, que no continente tanta voga tiveram no século XVIII, sendo algumas delas de importância muito secundária e até de manifesta inutilidade. Nesta cidade, houve uma intitulada Assembleia dos únicos do Funchal, que existia em 1746, como se vê do autografo que possuía o Dr. Álvaro de Azevedo, com o título de Oração Académica, que recitou Francisco João de Vasconcelos Bettencourt em 15 de Maio de 1746, dia em que tomou posse do lugar, em que o constituíram, de Académico na Assembleia dos Únicos do Funchal. A página 787 das Saudades da Terra, vem publicado o final deste discurso. Houve outra academia, destinada ao cultivo da poesia, que teve o nome de Arcadia Funchalense e à qual apenas temos encontrado duas referências, sendo uma no epicédio que, a páginas 80 do tomo segundo da Colecção Poética de Francisco Manuel de Oliveira, se encontra, consagrado à morte de Valisio Alceo, sócio da Arcadia Funchalense, e a outra no soneto publicado a pág. 31 das Obras de D. Aires de Ornelas de Vasconcellos, dedicado a Francisco Xavier de Ornelas, sócio fundador da mesma Arcadia. Não podemos precisar a época em que existiu a Arcadia Funchalense. Apenas sabemos que a Collecção de Oliveira foi publicada em 1794, e que Francisco Xavier de Ornelas nasceu em 1748. A sua fundação deve ser posterior a 1770, pela referência que no soneto se faz ao “saber profundo” de Francisco de Ornelas, que “os Tullios ia excedendo”.

Era também uma espécie de academia a Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e Artes, que, em 1821, se instalou nesta cidade, e que teve curta duração por causa dos acontecimentos políticos de 1823. Realizou muitas reuniões, em que foram pronunciados alguns discursos e lidas várias memórias sobre assuntos literários e históricos. Dela, dá uma interessante, embora resumida, notícia, o Patriota Funchalense, de 7 de Setembro de 1822. V. também Saudades da Terra pág. 794.

Académica (Praça). Assim se denominava um extenso recinto ocupado hoje pelo Campo do Almirante Réis (anteriormente Campo de D. Carlos). A praça derivava o seu nome de ter sido construída com o produto da venda de bilhetes duma récita dada pela academia funchalense no teatro do Bom Gosto para festejar o casamento da Rainha D. Maria II, em 1837.

Este recinto foi recentemente aformoseado com um pequeno lago, jardim, assentos etc., e ali fez a Câmara

Municipal levantar um edifício destinado a um parque infantil para crianças pobres, que teve sua inauguração no ano de 1939 com o nome de D. Maria Livia Nosolini.

Académico (O). Publicação quinzenal dos alunos do nosso liceu. Saiu de 1 de Dezembro de 1884 a 22 de Dezembro de 1887, tendo sido publicados 75 números.

Acciaioly. Encontramos este apelido escrito de diversas maneiras, seguindo aqui a forma adoptada presentemente pelos representantes da família que o usa. O primeiro que com tal apelido veio a esta ilha foi Simão Acciaioly, que, dos estrangeiros trazidos à Madeira pelos azares da fortuna, parece ter sido um dos de mais autêntica nobreza. Era natural da cidade de Florença e filho de Zenobio Acciaioly, a quem o imperador Carlos V havia concedido grandes privilégios e regalias. Pertencia a uma distintíssima família, e afirma se que descendia por varonia dos antigos duques de Atenas. Muitos membros desta família se distinguiram notavelmente nas armas, nas ciências e nas letras, e tiveram representantes ilustres em muitos países da Europa. Henriques de Noronha cita trechos de vários autores nacionais e estrangeiros que se ocupam da família Acciaioly.

Quando o ilustre anotador das Saudades da Terra se ocupa da origem do vinho da Madeira, insere o seguinte trecho, que muito de perto se relaciona com o assunto deste artigo: “Entre o vinho malvasia e a família Acciaiuoli, uma das mais distintas desta ilha, há notável coincidência histórica. Esta família é de origem florentina, e deriva o apelido de aço (acciaio, em italiano), objecto do comércio que a tornara opulenta. Dela descendia Reniero Acciaiuoli, ao qual a imperatriz titular de Constantinopla, Maria de Bourbon, conferiu em 1364 os senhorios de Vestitza e Corinto, de que ele se apossou, assim como do ducado de Athenas, com Tébas, Argos, Megara e Sparta, constituindo o principado de Acciaiuoli, que, de mais em mais afrontado dos turcos, foi afinal destruído em 1456, por Mahomet II. A ilha Minoa, donde são os vinhos de Malvasia, se não formava parte desse principado, era dele limítrofe ou próxima. Assim, pois, é não só possível, mas natural que os Acciaiuolis, vindo, como vieram, estabelecer se na ilha da Madeira (o primeiro de que houvemos notícia foi Simão Acciaiuoli, 1515) para cá trouxessem, por curiosidade própria, ou por motivo ao presente ignorado, a vinha Malvasia”.

Armas: “Em campo de prata um leão azul com a língua e unhas de vermelho, elmo de prata aberto, guarnecido de ouro, paquife de prata e azul, e timbre o mesmo das armas “.

Informam nos que, no Boletim da Sociedade de Bibliófilos Barbosa Machado, vol. III e pág. 27, vem indicado um manuscrito pertencente à Casa Cadaval, que tem o título seguinte: Achaioli Genealogia por Miguel Achaioli, 1661, fol. É possível que este manuscrito forneça novas informações sobre a família Acciaioli, na Ilha da Madeira.

Acciaioly (Filipe Joaquim). Coronel e ajudante de ordens do Governador e Capitão General da Madeira, José Lúcio Travassos Valdez, quando este se refugiou a bordo da corveta de guerra Alligator. Foi pronunciado, estando ausente, pela alçada que veio à Madeira em 1828.

Acciaioly (Gaspar). Militou valorosamente na guerra do Brasil, com grande dispêndio da sua casa. Morreu no Funchal a 4 de Maio de 1668. Pertence à antiga e nobre família Acciaioly desta ilha.

Acciaioly (Padre Carlos) O seu nome era Carlos Acciaioly Ferraz de Noronha, tendo nascido na paróquia de Santana a 15 de Julho de 1845, e falecido no Funchal a 1 de Fevereiro de 1924. Exerceu funções paroquiais em algumas freguesias desta ilha, e foi, durante bastantes anos, professor do Seminário Diocesano, havendo se distinguido como um notável orador sagrado. Cultivou com brilho a prosa e a poesia, especialmente no género jocoso e satírico, sendo os seus escritos lidos com o maior apreço.

Tornou se muito conhecido entre nós e bastante lembrado pelos seus contemporâneos, particularmente pelos seus ditos de espírito, em que alcançou uma verdadeira celebridade, reproduzindo se ainda hoje com frequência os casos e as anedotas em que sobressaíam as frases cheias da mais espontânea e cintilante graça.

Acciaioly (Simão). Como já fica dito no artigo Acciaily, foi Simão Acciaioly, o primeiro que veio para a Madeira usando este apelido, e pertencia a uma das mais distintas famílias de Florença, sendo filho de Zenóbio Acciaioly e de D. Catarina Delfina. Chegou a esta ilha no primeiro quartel do século XV, e, em 1529,

lhe foi passado brasão de armas e confirmação da sua nobreza. Diz Noronha que Simão Acciaioly casou com D. Maria Pimentel e que morreu a 15 de Fevereiro de 1544. Instituiu o morgado chamado de Nossa Senhora do Faial ou da Natividade e sucedeu lhe, na administração do vínculo, seu filho Zenóbio Acciaioly, Simão Acciaioly teve engenhos de açúcar e grande casa no Funchal e aqui exerceu o lugar de almoxarife. Fez construir a capela de Nossa Senhora da Piedade, no capítulo velho do convento de S. Francisco, e ali foi sepultado.

Acciaioly (Zenobio). Era filho de Simão Acciaioly, o primeiro que veio a esta ilha usando aquele apelido. Gaspar Frutuoso referindo-se à Rua Direita, que então se estendia pela margem da ribeira de Santa Luzia até talvez a altura da actual ponte do Torreão, diz “que o generoso e rico Zenobio Acciaioly tinha ali um engenho de açúcar”. Era este Zenobio o mesmo Zenobio filho de Simão Acciaioly, ou outro? Não sabemos.

A actual rua do Betencourt e uma pequena parte da rua dos Ferreiros, que lhe ficava contígua, tiveram em outro tempo o nome de Acciaioly, sendo de presumir que próximo delas e nas margens da ribeira existissem os engenhos da família Acciaioly.

Account of the discovery of the Madeira Island, letter to a friend; folh. s. d..

Acelga. Subespécie da Beta Vulgaris, cultivada e subespontânea na Madeira. É originária da Europa e tem folhas grandes e flores esverdinhadas, reunidas em longas espigas. As folhas desta Quenepodiacea servem para esparregados e entram na composição do caldo de ervas.

Achada. Esta palavra arcaica (chada ou chaada), que significa uma pequena chã ou planície, geralmente situada entre terrenos acidentados, deu, por semelhança, o nome a muitos lugares deste arquipélago, que ainda actualmente o conservam, sendo apenas usados em acepção toponímica (Achada de. . .).

Achada. Pequeno planalto da freguesia da Camacha, nas proximidades da igreja paroquial, em cujo perímetro se encontram uma torre isolada com seu relógio e uma pequena capela dedicada a S. José e construída no ano de 1924. É lugar pitoresco e bastante frequentado pelas pessoas que visitam aquela freguesia. Em outro tempo, era muito conhecido, entre os estrangeiros residentes na Madeira, pelo nome de Jogo da Bola e servia para diversos jogos desportivos. Dá acesso à antiga e aprazível quinta Grabham, em que se acha instalado o hotel da localidade.

Achada de Gaula. Sítio povoado e bastante pitoresco da freguesia de Gaula, e que compreende os lugares da Achada de Cima e da Achada de Baixo, que merecem ser visitados, encontrando se ali uma escola oficial de instrução primária.

Achada de Santo António. Na freguesia de Santana há um sítio com esse nome, onde existe uma capela dedicada a Santo António, fundada por meados do século XVI e reconstruída no ano de 1730.

Achadas da Cruz (Freguesia das). Acha se esta pequena paróquia encravada entre as freguesias da Ponta do Pargo e Porto Moniz, e o seu litoral fica a quasi igual distância das pontas do Pargo e do Tristão. Foi esta, como se sabe, o termo da primeira exploração feita através da costa marítima pelos descobridores João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz, e também o limite das duas capitânicas em que se dividiu a Madeira, sendo o outro limite a Ponta da Oliveira. Àquela ponta foi dado o nome do segundo dos descobridores. Os terrenos que haviam de constituir a futura paróquia das Achadas da Cruz ficaram portanto pertencendo à capitania do Funchal.

Confina ao norte com a Ribeira do Tristão, que a separa da freguesia do Porto do Moniz, ao sul com a Ribeira da Cruz, que a limita da paróquia da Ponta do Pargo, a leste com as serras da freguesia do Porto do Moniz, e a oeste com o oceano.

Pertence ao Concelho do Porto do Moniz e à Comarca da Ponta do Sol, estando distanciada da sede do primeiro aproximadamente 8 quilómetros, e da segunda cerca de 40 quilómetros pela estrada da Ponta do

Pargo, Fajã da Ovelha, etc.. Divide se nos seguintes sítios povoados: Pinheiro, Achada da Arruda, Igreja, Cova, Lombo do Simão, Achada de Castro e Terça. Outros sítios de menor importância: Quebrada Nova, Quebrada do Negro, Fajã das Malvas, Fajã Nova, Pomar Velho, Risco, Pico da Azeveda etc.

Tem Caixa Postal instalada no sítio da Igreja. Não há escolas oficiais, mantendo o respectivo pároco dois cursos de instrução primária, um diurno e outro nocturno, para crianças e adultos do sexo masculino. É irrigada com as levadas da Ribeira dos Moinhos, dos Lagos e do Pico da Arruda. Não tem porto de mar, mas apenas um pequeno Calhau, de difícil acesso.

A sua população é de cerca de 600 habitantes, vivendo em 150 fogos. São sítios pitorescos e de boas vistas o Pico das Mós, Cabeço do Facho e Pico do Fogo. Acha se quasi limitada à área desta freguesia o cultivo duma trepadeira, da família das Dioscoriaceas, conhecida pelo nome de norça, que produz um tubérculo muito usado na alimentação.

Como fica dito, esta freguesia pertence ao concelho do Porto do Moniz, mas quando este município foi duas vezes extinto no ano de 1849 e de 1895, passou aquela freguesia a fazer parte do concelho da Calheta. Tendo, porém, o município do Porto Moniz sido novamente restaurado nos anos de 1855 e 1898, a paróquia das Achadas da Cruz de novo ficou incluída na área deste concelho.

Ignoramos se o nome vem dos tempos primitivos da colonização. Sabemos, no entretanto, que ali se edificou, no terceiro ou último quartel do século XVI, uma pequena capela que teve a invocação de Vera Cruz. É possível que a tendência simplificadora do povo em questões de linguagem abreviasse no monossílabo Cruz a expressão mais complexa de Vera Cruz, e desta maneira a capela da Cruz desse o nome ao lugar ou achada em cujas proximidades foi construída, a não ser que admitamos a existência da actual denominação da paróquia como anterior à edificação da pequena ermida, o que hoje não será fácil verificar. Foi certamente nesta capela da Vera Cruz que, no terceiro quartel do século XVI, se estabeleceu um curato dependente da colegiada da Calheta, mas que teve curta duração, sendo extinto em 1577 pelo bispo D. Jerónimo Barreto. A sua extinção deve se ao pequeno incremento da população, que por aquela época seria muito reduzida e que ainda, através dos tempos, pouco desenvolvimento tem tido. A extinção deste curato e doutros três ou quatro em idênticas circunstâncias, deu lugar à criação e custeio duma nova conezia na Sé do Funchal.

Por 1587, segundo se vê dum provimento feito pelo bispo D. Luiz Figueiredo de Lemos numa visita pastoral

à igreja do Porto Moniz, estava aquela capela em lamentável estado de conservação e asseio, sendo a sua cobertura de palha e não tendo no altar o painel do orago. Reconheceu nesta ocasião o prelado que o chamado administrador da capela, Gaspar da Costa, não tinha obrigação de acudir aos reparos dela, porque os seus antepassados a haviam vendido ao rei, competindo aos habitantes do lugar o dever de a conservar convenientemente reparada e de maneira a poder celebrar se ali os actos do culto com a devida decência. Parece que os habitantes das Achadas faziam primitivamente parte da freguesia da Ponta do Pargo, pois que, em 1592, ordenou o bispo diocesano que passassem a ser paroquianos do Porto Moniz e ali fossem cumprir as suas obrigações religiosas.

Em 1611, pediu o prelado a restauração do antigo curato, vista a dificuldade que os 84 moradores da Achada tinham em ir ao Porto Moniz, e o mesmo requereu o povo em 1638, com o fundamento de já ali haver cerca de 18 fogos. Surtiram sempre infrutíferas estas diligências. Somente um século depois da extinção do primitivo curato é que o bispo D. António Teles da Silva teve autorização, por alvará de 28 de Dezembro de 1676, de “criar o curato de Nossa Senhora da Conceição do Porto Moniz, com a obrigação de residência nas Achadas da Cruz e haver seu ordenado do ramo da mesma freguesia”. O alvará de 5 de Março de 1680 fixou o vencimento anual do cura em doze mil réis em dinheiro, um moio de trigo e uma pipa de vinho. O primeiro cura nomeado foi o padre Manuel Ferreira da Silva, a 20 de Julho de 1677.

As Achadas da Cruz foram sempre um curato filial do Porto Moniz, com variantes de maior ou menor dependência desta freguesia, até que, pela carta de Lei de 24 de Julho de 1848, ficou constituindo uma paróquia independente, ou um curato autónomo com vida civil e religiosa próprias.

A antiga ermida da Vera Cruz, que ficava nas proximidades do sítio do Calvário, não deu o nome da sua invocação ao orago da paróquia. Passou este a ser de Nossa Senhora do Livramento na nova capela que mais tarde se erigiu em ano que não podemos determinar. Esta capela foi há poucos anos acrescentada, e sofreu notáveis melhoramentos com o importante donativo que para isso lhe legou Manuel de Pontes Câmara, natural desta freguesia.

Encontramos algures que João Gonçalves Zarco doara a seu filho Garcia Rodrigues da Câmara vastos terrenos no extremo ocidental da sua capitania, parte dos quais veio mais tarde a formar a paróquia das Achadas. Essa doação compreendia várias terras na Ponta do Pargo e estendia se até o limite da donataria, que era na ribeira ou na Ponta do Tristão. Não tem fundamento a afirmativa de que Garcia da Câmara

tivesse feito assentamento pelas terras das Achadas e constituísse com a sua família e os seus serviçais o primitivo núcleo da população que por ali houvesse. Dizem antigos nobiliários que Garcia da Câmara morreu sem descendência, mas conjectura-se que o morgadio que existiu nas Achadas da Cruz fosse instituído por algum dos seus herdeiros, cujo último representante faleceu ali há poucos anos e se chamava Luiz Isidoro Carvalho Drumond.

Um filho distinto desta freguesia foi o comendador Manuel de Pontes Câmara, que, adquirindo no Brasil uma enorme fortuna, praticou ali actos da mais assinalada benemerência, ao mesmo tempo que criou em torno do seu nome o elevado e nunca desmentido conceito de uma inexcedível probidade e da mais comprovada austeridade de carácter. Tendo nascido em 1815, embarcou em tenra idade para o império brasileiro e pode, dentro de poucos anos, alcançar uma pequena fortuna, que foi engrossando e se tornou considerável, à medida que, com a sua inteligente iniciativa e trabalho perseverante, se entregou a grandes transacções comerciais, alargando sempre a esfera da sua actividade e adquirindo deste modo os avultados haveres que deixou por sua morte. Apesar de absorvido o tempo pela sua actividade comercial, não deixou de cultivar o seu espírito, falando as línguas e possuindo uma não vulgar ilustração, tendo uma larga leitura dos mais conhecidos autores, o que dava um particular relevo e encanto ao seu trato extremamente lhano, acolhedor e afável. Apenas visitou uma vez a sua pátria no ano de 1881, mas, quando regressou à sua casa do Rio de Janeiro no vapor Douro, foi vítima dum naufrágio no cabo Finisterra, a 2 de Abril de 1882. Segundo se afirma, tencionava, ao chegar ao Brasil, modificar consideravelmente as suas disposições testamentarias e contemplar os estabelecimentos pios da Madeira com importantes legados, o que não conseguiu fazer pela morte desastrosa que inesperadamente o surpreendeu. No entanto, deixou aqui avultadas esmolas, e nos seus legados conta-se um de cinco contos de reis à Misericórdia do Funchal. Legou quasi inteiramente a terça dos seus bens a casas de caridade, especialmente à Misericórdia da cidade do Rio de Janeiro, ficando os seus filhos com o remanescente da sua grande fortuna.

Um acontecimento verdadeiramente sensacional para esta e mais freguesias limítrofes foi o do naufrágio do yacht americano Varuna. Este navio saíra das Bermudas a 7 de Novembro de 1909, com destino à Madeira, trazendo a bordo o seu proprietário, o milionário americano Eugene Higgins, e naufragou nas costas da freguesia das Achadas da Cruz pela madrugada do dia 16 do referido mês. O mar estava calmo, atribuindo-se o sinistro à cerração que fazia, e parece que em boa parte ao descuido do timoneiro e vigias de bordo. Salvou-se o proprietário do Varuna e três senhoras que o acompanhavam, o capitão e mais oficiais, tendo morrido apenas um marinheiro. Era um barco luxuoso, que várias vezes visitara o nosso porto, tendo cerca de 50

tripulantes e a lotação aproximada de 1600 toneladas. Pouco depois do encalhe, começou uma grande agitação do mar, impedindo o salvamento regular dos pertences do navio e dos valiosos objectos que trazia a bordo. A violência das ondas foi se encarregando da destruição do yacht, arrojando às costas vizinhas e impelindo para o alto mar os preciosos destroços do naufrágio. Afirma se que o milionário americano perdera neste sinistro um riquíssimo colar de pérolas da mais pura agua, bordando se em torno do suposto encontro da preciosa jóia varias invenções e fantasias que nos parecem destituídas de qualquer fundamento sério.

Ackermann (Eugène) A este autor, pertence o livro L'Ile de Madère considerée au point de vue scientifique et économique, Rixheim (Alsace) 1910, de 145 pgs, que se ocupa da formação geológica da nossa ilha, da constituição dos seus terrenos, das riquezas minerais e seu aproveitamento, dos costumes dos seus habitantes etc..

Aclamações de monarcas. Do Livro de Exéquias e Aclamações, existente no arquivo da Câmara Municipal do Funchal, consta que D. José I foi aclamado rei, na cidade do Funchal, a 4 de Janeiro de 1751; D. Maria I, a 29 de Junho de 1777; D. João VI, a 7 de Abril de 1818; D. Pedro V, a 7 de Setembro de 1855; D. Luiz I, a 20 de Janeiro de 1862; D. Carlos I, a 28 de Dezembro de 1889; e D. Manuel II, a 6 de Maio de 1908. O referido livro não faz menção do dia em que D. Maria II foi proclamada rainha, na cidade do Funchal, mas sabe se que essa cerimónia, bem como a do reconhecimento da Constituição, se realizaram nos Paços do Concelho, no dia 6 de Junho de 1834. Como veremos no artigo Restauração de Portugal, a aclamação de D. João IV deu se no dia 11 de Janeiro de 1641.

Publicou se nesta cidade, em 1855, um folheto intitulado Aclamação de S. M. F. o Sr. D. Pedro V, no Funchal, que é a descrição das festas que então se realizaram.

Para a aclamação dos reis organizava se um cortejo em que se incorporavam todas as entidades oficiais, o qual percorria várias ruas da cidade, parando em diversos pontos, a fim dos vereadores anunciarem aí, com o cerimonial do estilo, o nome do novo monarca reinante. Este cortejo só deixou de organizar se, quando da aclamação de D. Manuel II.

V. Exéquias.

Acre. Pelos anos de 1640, vivia no Porto Santo Guilherme Acre, donde procede este apelido de família, que julgamos extinto.

Actas da Junta Geral do Distrito do Funchal. Com este título publicaram-se vários folhetos in fol., relativos aos anos de 1837 a 1848, contendo as actas e deliberações da Junta Geral deste distrito, alguns dos quais são hoje muito raros e que encerram informações interessantes acerca da administração deste distrito nesse período de tempo.

Açougue. (Ribeiro do). Pequeno curso de água da freguesia do Porto do Moniz, que desagua no oceano.

Açúcar. A indústria sacarina prosperou bastante entre nós nos séculos XV e XVII não obstante os vexames e pesadíssimos impostos a que estava sujeita. O açúcar madeirense era conhecido então nos principais mercados europeus, e, ao Papa Leão X, enviou uma vez o Capitão Simão Gonçalves da Câmara, bem conhecido pelas suas liberalidades, vários presentes valiosos, entre os quais avultavam o Sacro Colégio, fabricado com aquele produto, e os cardeais em tamanho natural, todos feitos de alfenim.

Nos tempos primitivos, as canas eram espremidas em alçapremas (prensas manuais) ou em engenhos muitos rudimentares, sendo os cilindros destes engenhos construídos algumas vezes de grossos troncos de til, convenientemente preparados.

Em 1496, havia açúcar de uma cozedura e açúcar de duas cozeduras, este do preço de 600 reais e aquele do preço de 350 reais cada arroba. Antes disso, era de 339 reais o preço de cada arroba de açúcar,

provavelmente da segunda qualidade.

O proprietário do engenho dava ao Infante, Senhor da Ilha, um terço do açúcar fabricado; o proprietário da alçaprema dava somente arroba e meia daquele produto, mensalmente.

Pouco depois de 1452, havia apenas um engenho movido a água no Funchal, ao passo que o número de alçapremas era considerável, em razão de ser menos pesado o imposto que as onerava.

O primitivo foral, dado talvez por Afonso V, além da exigência do terço para os engenhos, obrigava a dar metade da cana que não fosse reduzida a açúcar.

Como a área destinada à cultura sacarina aumentasse com o andar dos tempos, mercê da construção de levadas para irrigação das terras, e por outro lado descesse a um quarto e depois a um quinto dos açúcares a contribuição dos engenhos, resultou daí crescer o número destes estabelecimentos, os quais, conjuntamente com as alçapremas, fabricavam pelos tempos de 1498, mais de 120:000 arrobas, e no meado do século XVI, mais de 300:000 arrobas de açúcar.

Este açúcar era consumido na Madeira, em Portugal e em muitos países estrangeiros, tendo o alvará de 26 de Agosto de 1503 acabado com as restrições a que antes estava sujeita a exportação.

O alvará de 22 de Março de 1498 permitiu aos estrangeiros a residência permanente na ilha, a qual lhes fora negada pelo regimento de 7 de Outubro de 1496, e a carta de 21 de Janeiro de 1511 concedeu aos mesmos estrangeiros o fazerem carregamentos de açúcar destinado à exportação.

Este açúcar pagava despacho nas alfândegas, despacho que, de 1512 em diante, passou a ser feito unicamente na alfândega do Funchal.

O preço do açúcar, em 1507, era de 315 reais por arroba e, em 1511, de 300 reais. A afluência dos açúcares do Brasil e das colónias espanholas da América aos mercados europeus foi a causa principal da decadência da indústria sacarina na Madeira. Em 1612, ainda a Madeira exportava algum açúcar, mas, em 1649, estavam já em ruínas muitos dos seus engenhos, poucos existindo em 1730.

Em 1736, começou a Madeira a importar, este género do estrangeiro, não deixando mais de o fazer, em maior ou menor escala, até o restabelecimento da cultura sacarina, após a destruição dos vinhedos pelo *Oidium Tuckery*.

A Madeira produzia, entre 1823 e 1826, uma quantidade insignificante de açúcar, mas, em 1861, era a produção de 275:802 quilogramas, passando, entre os anos de 1870 a 1873, a ser de 800:000 a 900:000 quilogramas anualmente.

Em épocas mais recentes, a produção do açúcar deu se nas seguintes quantidades:

Em 1898	648:500	quilog.
Em 1899	442:000	"
Em 1900	442:000	"
Em 1905	800:000	"
Em 1906	1:053:000	"
Em 1908	1:823:350	"
Em 1910	2:973:000	"
Em 1911	3:204:000	"
Em 1912	4:161:550	"
Em 1913	4:260:928	"
Em 1914	4:796:725	"
Em 1915	4:917:113	"
Em 1916	4:943:675	"

O açúcar colonial que a ilha importou não está compreendido nestes algarismos.

Entraram no consumo local 1.102:545 quilogramas de açúcar em 1908; 837:500 em 1912; 1.656:310 quilogramas em 1916, sendo exportado para Portugal o excesso da produção; e 3.069:143 quilogramas em 1938, sendo exportado para o Continente 399.780 quilogramas.

Segundo o Dr. Azevedo, a exportação do açúcar madeirense nos tempos modernos começou em 1854; cresceu rapidamente desde 1858, até chegar ao maior grau nos anos de 1871 e 1872, no primeiro dos quais chegou a 561:837 quilogramas, e no segundo a 567:526 quilogramas, decaindo logo por metade em 1873, e de mais em mais até 1881.

Diziam os antigos fabricantes que 100 quilogramas de cana Bourbon, que era uma cana riquíssima, produziam cerca de 7 a 9 quilogramas de açúcar, a pesar dos sistemas de fabrico adoptados serem muito rudimentares; hoje, sabe-se que a percentagem média da cana Yuba, em rendimento de açúcar, varia entre 9 e 101, devendo atribuir-se este facto, principalmente, ao aperfeiçoamento dos sistemas de fabrico empregados.

Na estrutura do regime sacarino da Madeira, o preço do açúcar é estabelecido em função do preço da cana. O açúcar de primeira qualidade que, em 1914, era vendido ao preço de 29 centavos, passou, no ano imediato, para 31 centavos e, depois, sucessivamente, até atingir o preço de 36 centavos por quilograma. Em 1900, vendia-se esse açúcar à razão de 26,5 a 27,5 centavos, tendo o seu preço, muitos anos antes, regulado entre 20 e 24 centavos por quilograma. Em 1939, é de 4\$20 na Fabrica e 4\$40 no comércio retalhista.

O açúcar de segunda qualidade, que era vendido ao preço de 24 e 25 centavos por quilograma em 1910, estava, em 1914, a 28 centavos, passando depois a 30 e finalmente a 33 centavos. Antes da guerra, era esse açúcar vendido às refinarias de Lisboa a 18 e a 19 centavos por quilograma.

O fabrico de açúcar é feito pela Fabrica do Torreão, estabelecendo o decreto nº 23.847, de 14 de Maio de 1934, com referência ao decreto nº 16.003, de 29 de Outubro de 1928, que, até 1953, ou enquanto o aumento de consumo o não justifique, não é permitido construir novas fabricas de açúcar e álcool, nem elevar a capacidade produtora da existente, nem adaptar-se ao fabrico de açúcar a que só é destiladora, podendo, porém, todas fazer, nos termos da lei, os melhoramentos necessários de maquinismos.

Desde 1935, que a produção do açúcar ficou restrita, em princípio, ao consumo local, e, estando esta limitação conjugada com o encargo da compra obrigatória de toda a cana de certa graduação, daqui resultou ser garantido a indústria, pelo regime vigente, o mercado da Madeira. Se, em qualquer ano industrial, houver açúcar em excesso, poderá ser introduzido no continente até ao limite máximo de 200 toneladas, sem pagamento de direitos, tendo já sido porém permitidas excepcionalmente maiores exportações, por razões especiais de interesse da agricultura e da indústria.

V. Aguardente, Álcool, Cana Sacarina e Protecção Sacarina.

Açucena. Nome vulgar do *Lilium candidum*, L. e do *L. longiflorum*, Thunb., plantas da família das liliáceas cultivadas na Madeira.

Adams (J.). Médico inglês que obteve, em 1802, licença do Governador e Capitão General para vacinar todas as semanas 4 a 6 expostos, que para esse fim deviam ir a sua casa. Foi, segundo parece, o primeiro médico que aplicou a vacina na Madeira. E.: *A Guide to Madeira with an account of the Climate* (Londres 1901).

Adelaide de Inglaterra (Rainha). A princesa Adelaide, filha do duque de Saxe Meiningen, casou, em 1818, com Guilherme IV, rei de Inglaterra, tendo enviuvado em 1837.

Os médicos aconselham-lhe, em 1847, a que, em atenção ao seu precário estado de saúde, passe o inverno num clima temperado, sendo a Madeira a estação preferida pela rainha viúva para pôr-se ao abrigo dos rigores da quadra invernal na Inglaterra.

Era então governador civil deste distrito o conselheiro José Silvestre Ribeiro, que preparou à ilustre visitante uma condigna recepção, que a penhorou em extremo e à colónia inglesa aqui residente.

A fragata da marinha de guerra britânica *Howe* ancorou no nosso porto na manhã do dia 2 de Novembro de 1847, conduzindo a rainha Adelaide, que veio a terra às duas horas da tarde, para visitar a casa que estava preparada para o seu alojamento, voltando no mesmo dia para bordo, e só no dia imediato é que fez o seu desembarque e se instalou na quinta Vigia, transformada temporariamente em paço real. A rainha desembarcou na Pontinha, e ali recebeu a homenagem de todas as autoridades locais, que a acompanharam à sua residência.

A comitiva da rainha compunha-se de sua irmã e cunhado, os duques de Saxe Weimar, e quatro filhos destes, da dama de honra Miss Seymour, dos camaristas coronel Cornwall e esposa, do capelão rev. G. F. Hudson, do médico dr. David Davis, do secretário e esmoler T. T. Bedford, do secretário do duque M.

Hartey e de 32 criados.

A rainha Adelaide, depois de 5 meses de permanência nesta ilha, embarcou no dia 11 de Abril de 1848 no mesmo navio que a conduzira à Madeira, tendo não só experimentado melhoras consideráveis, que a benignidade do clima lhe proporcionou, mas conservando as mais gratas recordações dos dias tranquilos que passou nesta ilha.

Em 1849, enviou a rainha ao conselheiro José Silvestre uma magnífica peça de prata em forma de serpentina, primorosamente lavrada, tendo gravados os seguintes dizeres: “-Presented to his Excellency Senhor José Silvestre Ribeiro H. M. Majesty's Counsellor and Civil Governor of the Province of Madeira-“. “In grateful recollection of his civility and kind attention during her residence in Madeira by A. R.” Num dos lados tem a coroa real inglesa e, no outro, o nome da rainha Adelaide.

Aderno (*Ardisia excelsa*). Árvore indígena da família das Mirsineaceas, que se encontra nas serras de S. Vicente, da Ribeira da Janela, do Porto da Cruz, etc.. Tem folhas coriáceas, inteiras, transparentes e pontoadas de vermelho nas margens, e pequenas flores verdes ou esverdinhas, reunidas em fascículos quasi sempre extra axilares. Os seus frutos são pequenos, globosos e vermelhos, e a sua madeira é branca ou um pouco rosada, ondeada e dura. Esta madeira servia outrora para quilhas de botes.

Administração Judicial. Na Madeira, ao menos nos tempos primitivos da colonização, toda a jurisdição civil e criminal residia nos donatários. Eram muito latitudinárias as suas atribuições na administração de todos os negócios públicos e ainda no julgamento das causas criminais, a não ser que se tratasse de delitos graves de morte ou atalhamento de membro, que então pertencia ao rei ou aos tribunais superiores da corte a aplicação da respectiva pena. Essas amplas faculdades foram se a pouco e pouco cerceando com o decorrer dos tempos. Os reis avocando a si os privilégios que neste arquipélago tinha a Ordem de Cristo, a criação dos municípios, a instituição das sesmarias e dos morgadios, as diversas leis agrárias, sobretudo acerca de águas, madeiras, gados e açucares, e ainda outras medidas do poder central contribuíram poderosamente para o gradual cerceamento das atribuições civis militares e judiciais de que os capitães donatários largamente gozavam neste arquipélago.

Os abusos de jurisdição cometidos pelos donatários, que às vezes iam até a invasão do poder real, não eram raros, o que, em muitas ocasiões, determinou a vinda a esta ilha de ouvidores e corregedores, investidos de poderes quasi discricionários, que tinham por missão especial o sindicarem e julgarem desses excessos de jurisdição. Eram estes magistrados, enviados primitivamente em casos extraordinários e depois em circunstâncias mais normais, os que atenuavam e corrigiam aquelas invasões de poder, levantando se por vezes conflitos entre eles e os capitães donatários, a que sempre vinha por termo o governo central nos recursos interpostos perante a coroa.

Temos disso vários exemplos, especialmente o da vinda à Madeira no último quartel do século XV, do corregedor Álvaro Fernandes com “alçada por el rei em toda a ilha” e mais tarde a do bacharel Rui Pires, também com jurisdição judicial em todo o arquipélago.

No primeiro quartel do século XVI, mandou D. Manuel a esta ilha o corregedor Dr. Diogo Taveira, *por certas razões que a isso o moveram, em respeito ao capitão Simão Gonçalves+, diz Gaspar Frutuoso, o que em extremo irritou o capitão donatário, a ponto de que resolveu abandonar a capitania, chegando a embarcar em duas caravelas com sua família e o melhor móvel da sua casa em direcção a Espanha, o que não realizou por ter arribado ao Algarve e lhe ter sido dada por el rei satisfação da afronta, ”por que, como afirma o citado cronista, pelos serviços que tinha feito a el rei lhe não merecia meter corregedor”.

Mais tarde, pelos anos de 1579, o cardeal rei cerceou consideravelmente o poder e jurisdição dos donatários, determinando especialmente que os officios e empregos de Justiça fossem de apresentação régia, o que antes pertencia aos capitães donatários. Com a dominação filipina, ainda mais se restringiu o poder dos donatários. O governo espanhol criou os cargos de governadores gerais para a administração das nossas possessões e enviou para este arquipélago o desembargador Dr. João Leitão, que vinha também encarregado de proceder a uma devassa acerca dos acontecimentos políticos ocorridos nesta ilha por ocasião da proclamação de Filipe II. Desde então, os capitães donatários deixaram de residir entre nós e exerciam as suas faculdades jurisdicionais por intermédio dos seus ouvidores, que eram da sua nomeação e aos quais outorgavam todas as atribuições de que gozavam. É fácil, porém, de presumir que a ausência dos donatários das suas capitanias e a autoridade exercida com verdadeiro despotismo pelos representantes do governo espanhol, teriam imensamente concorrido para reduzir a proporções mesquinhas o poder dos mesmos donatários no governo destas ilhas. A pesar de serem quasi meramente honoríficas, a partir desta época, as atribuições dos donatários na administração local e na aplicação da justiça, continuavam, no

entretanto, a receber importantes rendas dos diversos impostos cobrados no arquipélago, tendo, por meados do século XVIII, sido largamente indemnizados da perda, que então começaram a sofrer, dessas mesmas rendas e impostos.

Será hoje difícil e talvez mesmo impossível determinar com precisão a esfera das atribuições, na época em que começou a ocupação castelhana, tanto dos capitães donatários, como dos diversos magistrados enviados a este arquipélago pelos monarcas. O mesmo diremos acerca do período da dominação espanhola e da época decorrida desde 1640 até o tempo do marquês de Pombal.

O decreto de 2 de Agosto de 1766 criou para os Açores os cargos de corregedor e de juiz de fora, e, no ano seguinte, teve esse decreto aplicação à Madeira, sendo para eles respectivamente nomeados o Dr. Francisco de Matos Correia e o Dr. Luiz António Tavares de Abreu, que tomaram posse dos seus lugares a 15 de Outubro de 1767. Com a nomeação desses magistrados, entrou a administração judicial neste arquipélago num período regular e normal, quando até então, o exercício das funções de corregedor e juiz de fora, acumuladas num só indivíduo, era bastante irregular e principalmente destinado a atender às circunstâncias de ocasião. Durante 68 anos, contados de dia a dia, se manteve deste modo a administração da Justiça até o dia 15 de Outubro de 1835.

A reforma judiciária de 16 de Maio de 1832 só teve execução na Madeira em 1835, e, assim, a pesar da proclamação do governo constitucional nesta ilha a 5 de Junho de 1834, continuou a justiça a ser administrada pelo juiz de fora e corregedor ou seus substitutos legais, até que, em 15 de Outubro de 1835, foram instalados os dois julgados judiciais, ambos com sede no Funchal.

O Dr. Manuel Cirilo Esperança Freire, que foi o último juiz de fora efectivo, serviu até o dia 14 de Junho de 1834, e o Dr. Francisco António Rodrigues Nogueira, que foi também o último corregedor efectivo, deixou o cargo a 23 do mês e anos referidos foram interinamente substituídos pelos membros mais velhos do senado, segundo as disposições legais vigentes, até que o governador e capitão general Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque nomeou a 13 de Outubro de 1834, em virtude de ordens superiores, juiz de fora e corregedor os bacharéis Daniel de Ornelas e Vasconcelos e João Jose Vitorino Duarte e Silva.

A 15 de Outubro de 1835, como já fica dito, terminou o antigo regimen judicial e foram instalados os dois julgados com sede no Funchal.

Em 1838, uma nova reforma judicial dividiu o arquipélago em duas comarcas, ocidental e oriental, ambas com sede nesta cidade, e que foram estabelecidas a 7 de Maio daquele ano.

O primeiro magistrado que serviu no julgado e comarca oriental foi o Dr. Domingos Olavo Correia de Azevedo e igualmente o primeiro juiz que serviu no julgado e comarca ocidental foi o Dr. José Pereira Leite Pita Ortigueira Negrão.

O decreto de 12 de Novembro de 1875 alterou a divisão comarca neste arquipélago, ficando deste então existindo as comarcas do Funchal, Ponta do Sol, Santa Cruz e S. Vicente.

A comarca de Santa Cruz instalou se a 17 de Junho de 1876, dia em que tomou posse o seu primeiro juiz, o Dr. Manuel Inácio Rum do Canto, sendo seu primeiro delegado do procurador régio o Dr. Bernardo Vieira Pinto de Andrade, que foi nomeado por decreto de 17 de Fevereiro de 1876.

A instalação da comarca de S. Vicente realizou se a 16 de Novembro de 1876. Neste mesmo dia, tomaram posse o mesmo juiz e o primeiro delegado, o Dr. João Pereira dos Ramos e Silveira, e o Dr. Aníbal Correia Tabora.

Instalou se a comarca da Ponta do Sol no dia 28 de Abril de 1876. Foi seu primeiro juiz seu primeiro delegado, respectivamente, o Dr. Martinho da Rocha Guimarães Camões e o Dr. António Augusto Freire Ribeiro de Campos, que tomaram posse dos seus cargos no dia e por ocasião da instalação da comarca.

Administradores do Concelho. Os primeiros administradores do concelho foram nomeados em 1835, mas antes deles houve os provedores, que desempenhavam funções idênticas às dos administradores. O primeiro provedor do concelho do Funchal foi Januário Cardoso de Melo, que tomou posse do lugar em 16 de Agosto de 1834.

Administradores Gerais. António de Gamboa e Lis era, em 1837, governador civil do Funchal, quando uma reforma administrativa deu aos governadores dos distritos a denominação de Administradores Gerais. Depois de António de Gamboa e Lis foram administradores gerais deste distrito o barão de Lordelo e

o Dr. Domingos Olavo Correia de Azevedo.

V. Governadores Civis.

Affecting. (The) Story of Lionel and Arabella who first discovered of Island of Madeira and perished there; with the voyage of Juan Gonzalves Zarco, who completed the discovery of the Island. “From the Portuguese”. Londres, 1756.

Afonseca. (Dr. Luiz Vicente de). Apesar de se tratar de um contemporâneo, poucos dados possuímos para a sua biografia. Nasceu na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos a 21 de Julho de 1803 e faleceu em Lisboa no mês de Dezembro de 1878.

Era bacharel em medicina pela Universidade de Coimbra e exerceu a clínica com grande êxito e proficiência. A parte mais importante da biografia deste ilustre madeirense está sem duvida, na maneira como advogou em cortes os interesses deste arquipélago. Sem ofensa para ninguém, pode afirmar se que poucos homens representaram a sua terra no seio do parlamento com maior desinteresse e abnegação do que ele. Foi por isso que entre nós adquiriu em volta do seu nome um tão extraordinário prestígio, que chegava a uma verdadeira veneração, e teve nesta ilha durante muitos anos uma incontestável supremacia política, que até os seus mais encarniçados inimigos lhe reconheciam. Foi deputado pela Madeira no longo período de 34 anos, o que ainda ninguém conseguiu entre nós, sendo pela primeira vez eleito para a legislatura de 1840 a 1842.

A sua grande austeridade de carácter, a comprovada abnegação e desinteresse com que tratava as questões no parlamento, as suas qualidades pessoais e ainda os créditos que gozava de homem inteligente e ilustrado, grangearam lhe uma notável e bem merecida reputação entre os políticos e parlamentares do seu tempo, que tinham pelo Dr. Afonseca uma consideração e uma estima, que se não podem alcançar sem se possuir os predicados que todos nele reconheciam.

Apesar de tudo, teve de sustentar lutas encarniçadas contra inimigos políticos, que não hesitaram em

deturpar as mais nobres e puras intenções, sofrendo até vexames e ultrajes, que somente os desvarios dum estreito e faccioso partidarismo podem cabalmente explicar.

Levou sempre uma vida simples e modesta morrendo pobre e numa quasi completa obscuridade. A sua longa carreira política serviu lhe apenas para defender com verdadeira abnegação os interesses da Madeira e dos seus conterrâneos.

O Dr. Afonseca, em tempo que não podemos precisar, fez uma viagem ao Brasil, onde se demorou algum tempo. Teve ali um filho, Len de Afonseca, que se tornou muito distinto como poeta e jornalista.

Afonseca. (José de). Distinto engenheiro que no princípio do século passado fez e executou o plano da construção de uma rede de estradas em toda a ilha.

Afonso. Apelido de família muito antigo entre nós. João Afonso, de quem abaixo falamos, foi dos primitivos povoadores desta ilha. No princípio do século XVI, Martim Afonso e sua mulher Isabel Afonso fundaram a capela dos Anjos na paróquia dos Canhas.

Já anteriormente um Álvaro Afonso doara em 1483 o terreno para a edificação da Misericórdia.

Afonso da Ilha (Fr.). Com este nome houve um religioso da ordem franciscana, natural desta ilha, que foi um escritor apreciado do seu tempo. Em 1543, publicou um livro intitulado Tesouro da Virtude, que foi traduzido em italiano.

Afonso (João). Dos companheiros de Zarco na viagem da descoberta da Madeira, além de Tristão Vaz, conservaram as crónicas os nomes de Gonçalo Aires Ferreira, João Lourenço, Rui Pais e João Afonso, pertencentes a famílias nobres e que nesta ilha foram tronco de larga descendência. Chegados à baía de Machico, e feito aí o primeiro desembarque, prosseguiram no dia imediato na exploração da costa, ficando os navios ancorados naquele porto. Frutuoso faz menção dos batéis dirigidos por Gonçalves Zarco, Tristão

Vaz e João Afonso, que, deixando a baía de Machico foram costeando todo o sul da Madeira em viagem de exploração. As frequentes referências feitas a João Afonso parecem dar a conhecer que se destaca dos seus companheiros por qualquer ascendente ou prestígio que sobre eles tivesse.

João Afonso teve terras de sesmaria em Câmara de Lobos e nelas instituiu um morgadio, a que anexou a capela do Espírito Santo na Igreja de Nossa Senhora do Calhau, onde foi sepultado no último quartel século XV. É o tronco e o fundador da casa Torre Bela, uma das mais antigas e importantes da Madeira. Exerceu nesta ilha o cargo de almoxarife do Infante D. Henrique, arrecadando as receitas e impostos que lhe eram destinados.

Agostinho. (Ilhéu de) São considerados como prolongamento da Ponta de S. Lourenço (V. este nome) os três ilhéus conhecidos pelos nomes de Agostinho, dos Desembarcadouros e o de Fora. O primeiro é o que fica mais próximo da Ponta propriamente dita e acha-se dela separado por um pequeno canal ou boqueirão. A seguir encontra-se o Ilhéu dos Desembarcadouros (V. este nome) e depois o Ilhéu de Fora (V. este nome). O de Agostinho é o de mais limitada área e de menor importância dos três ilhéus adjacentes à Ponta de São Lourenço. Na baixa mar, é possível a passagem a vau do estreito boqueirão que separa o pequeno ilhéu da referida Ponta.

Agrela. O primeiro indivíduo que consta tivesse vindo para esta ilha e que usasse este apelido foi Fernão Álvaro de Agrela, que era natural de Alenquer e que se passou à Madeira pelos anos de 1480 e do qual Manuel Ferraz faz menção no poema A Insulana.

Agrela (João Agostinho Pereira de). Nasceu no Funchal em Maio de 1777, e pertencia a uma antiga e nobre família, que tinha a propriedade do lugar de escritão da Câmara do Funchal, concedida por D. João IV em 1645 a um dos ascendentes de Pereira de Agrela. Diz o Dr. Álvaro de Azevedo que era um dos madeirenses mais eruditos do seu tempo. Foi ele que, no princípio do século passado, mandou extrair a cópia das Saudades da Terra, que serviu de texto à publicação que desta obra fez o Dr. Azevedo em 1873.

V. artigo Saudades da Terra.

"Era homem, diz o Dicionário Popular, muito lido e grande investigador de antiguidades; escreveu uma colecção de memórias genealógicas, que existem inéditas em 5 grossos volumes em poder dos seus herdeiros, e que trata de todas as famílias nobres que se passaram à ilha da Madeira e suas gerações, com bastantes curiosidades relativas a algumas delas. Esta obra revela aturado estudo de um espírito curioso e uma crítica esclarecida, sendo certamente a mais expurgada de erros e a mais desenvolvida que se encontra neste ramo da história daquela ilha.

Como professasse ideias liberais, foi preso em 1828 e enviado para Lisboa, onde esteve na fragata D. Pedro um ano, e na cadeia do Limoeiro outro ano, sendo por fim condenado a não voltar à Madeira por mais um ano. Regressando à pátria em 1834, aqui faleceu no ano imediato, no mês de Fevereiro.

Agrião (*Nasturtium officinale*). Planta vivaz da família das Crucíferas, muito frequente nas ribeiras, levadas, e lugares húmidos da Madeira. É planta alimentar e um excelente antiescorbútico.

Agricultor Madeirense (O). Publicou-se desde 26 de Março a 29 de Dezembro de 1851, tendo apenas saído 9 números.

Água de Mel (Ribeiro de). Pequeno curso de água que atravessa o sítio do mesmo nome na freguesia de São Roque, e vai lançar-se na margem esquerda da ribeira de Santo António no Sítio da Penteada.

Água(Ponta da). Fica esta ponta ou saliência de costa sita no litoral da freguesia de Câmara de Lobos, nas proximidades do Cabo Girão, e equidistante da Fajã das Pedras e da Fajã dos Asnos.

Água-mar (*Physalia Caravella*). Colónia flutuante de pólipos marinhos da classe dos

hidrozoários e ordem dos sifonófaros, arremessada de vez em quando às praias destas ilhas sobretudo se o vento sopra do largo. É extremamente causticante, sendo conhecida entre os ingleses pela designação de Portuguese man-of-war (navio de guerra português) e na Itália por Vascello portoghese. Os marinheiros portugueses chamam-lhe Nau da Índia.

A outros hidrozoários desta parte do oceano, como as alforrecas ou cifomedusas, é aplicado também o nome de água-mar. Esta expressão é uma variante de água-má, usada nas costas de Portugal.

A água-mar também é conhecida pela denominação de água-viva.

Água de Pena (Freguesia de). No dia 2 de Julho de 1419, segundo a data mais provável, desembarcou João Gonçalves Zarco nas praias de Machico, recolhendo-se ao cair da noite aos navios, para continuar no dia seguinte a exploração da costa desconhecida.

“E, no dia imediato, diz Gaspar Frutuoso, correndo mais abaixo, sempre apegado com a terra, acharam em um fresco valle e ameno prado hum ribeiro de água, que vinha sahir ao mar com muita frescura. Ali fez ir alguns homens, onde os que foram acharam outra fonte, que sahia debaixo de um grande, antigo e liso seixo, e era tão preciosa e fria, que mandou dela encher outra vasilha para levar ao infante; e poz a este porto nome (por causa do que nelle achou) o Porto do Seixo, como hoje se chama” , pertencendo este pequeno pôrto aos terrenos que constituíram a futura paróquia de Água de Pena. Foi esta a segunda freguesia que pisaram os descobridores ao aportarem a esta então ignorada ilha. O Porto do Seixo ficou assinalado na história do descobrimento como o primeiro local visitado pelos descobridores no segundo dia da exploração que fizeram ao longo da costa.

Desconhecemos a origem do nome desta freguesia, e várias hipóteses se têm aventado para a explicar. Já alguém quis afirmar que o nome primitivo era Água de Penha e não Pena, denominação que proviria da água a brotar duma penha ou rocha viva, e que com o decorrer dos tempos se daria a corruptela de Penha em Pena. Para justificar categoricamente esta explicação, tornava-se mister a existência, em qualquer ponto a dentro da área da paróquia, dum manancial a sair da rocha, o que nos parece se não verifica ali. É, porém, certo que, num antigo nobiliário, lemos que “deriva duma fonte cristalina de veio contínuo na sesmaria de Henrique Teixeira, que teve grossas terras para oeste da villa de Machico”. Será a fonte do Seixo ou outra

que tivesse desaparecido? Não é hoje fácil sabê-lo.

É de presumir que por ali houvesse algum sítio ou lugar com o nome de Água de Pena desde os tempos primitivos da colonização e deste modo desse origem à denominação da paróquia. Em alguns documentos antigos, se encontra este nome com a grafia de Água de Pena.

Afirma o ilustre anotador das Saudades da Terra que Henrique Teixeira, filho segundo de Tristão Vaz, um dos descobridores da Madeira e primeiro capitão donatário de Machico, teve terras de sesmaria em Água de Pena, e diz dele Gaspar Frutuoso que *era muito dado à agricultura e por essa inclinação foi bem rico e enobreceu a villa de Machico assi de muitos engenhos de assucar, como de canaviaes, gado e pão, e montados que mandou roçar e aproveitar+. Vimos num antigo livro de linhagens, que Hirão Teixeira, neto de Henrique Teixeira, fez moradia em Água de Pena, tendo falecido em 1551 e sido sepultado na capela da Conceição de Machico.

É provável que fossem estes Teixeiras os primeiros povoadores ou ao menos dos mais antigos colonizadores de Água de Pena muitos anos antes de ser constituída em paróquia. Foi esta criada pelos anos de 1560, sendo uma das mais antigas das pequenas freguesias da Madeira. Talvez tivesse sua origem numa fazenda povoada, como aconteceu com tantas outras, que foram o núcleo de futuras e importantes paróquias. Algumas dessas fazendas tinham pequenas capelas, que passaram a ser as sedes das freguesias que se criaram. Com relação a Água de Pena, nada podemos afirmar de positivo a tal respeito.

Ou numa capela já ali existente, ou num pequeno templo que então se tivesse erguido, começou, em 1561, a funcionar a nova paróquia, tendo como seu primeiro pastor o padre Tomé Gomes, a que sucessivamente se seguiram os párocos Manuel de Carvalho, João Ferreira Baptista, Pedro Ferreira, António do Canto, Pedro Gonçalves Ciebra, Manuel da Silva Boim, Duarte Mendes, Dr. Estevão Lomelino de Vasconcelos, etc. A primitiva cômputo anual foi, em 1572, elevada a 9\$000 rs., e acrescentada com 3\$000 por alvará de 14 de Dezembro de 1588. O alvará régio de 5 de Fevereiro de 1592 elevou a cômputo ao vencimento anual de 19\$000 rs. em dinheiro e 1 moio e uma pipa de vinho.

No índice geral dos livros da antiga Provedoria deste arquipélago, se vê que, por mandado do Conselho da Fazenda de 13 de Março de 1694, se ordenou a despesa de 651\$000 rs. para *arrematar a obra de pedreiro e carpinteiro da nova igreja+, e no mesmo índice se encontra o registo de outro mandado do referido Conselho, de 2 de Abril de 1745, "para se arrematar a obra da nova igreja pelo preço de 4:000\$000, ou por

menor lanço que houver, visto que a mudança que se pretende fazer para sítio mais cómodo e menos ventoso+. Entre um e outro mandado medeia apenas o espaço de 50 anos, não sendo muito provável que, dentro de meio século, tivesse a igreja necessidade de ser novamente edificada. Presumimos que o mandado de 1694 não teve execução. E nesta conjectura nos confirmam os Anais de Machico, escritos por meados do século passado, quando dizem que há cerca de cem anos, isto é aproximadamente por 1745, foi novamente construída uma igreja em Água de Pena por a primeira se ter abatido. Os 4:000\$000 foram destinados a esta construção, sendo a nova igreja levantada em sítio um pouco afastado da primeira, que então ficava no extremo do passal.

A fabrica desta igreja teve 3\$000 rs. anuais pelo alvará de 22 de Março de 1574, sendo-lhe acrescentados 1\$000 rs. também anuais, pelo alvará de 15 de Junho de 1598.

Encontrando-se o vigário capitular e governador do bispado António Alfredo de Santa Catarina Braga no Santo da Serra, expediu dali uma provisão, datada de 13 de Junho de 1836, extinguindo a freguesia de Água de Pena e criando a do Santo, ou melhor anexando aquela ao curato do Santo da Serra e fazendo neste a sede da nova paróquia, com o nome de freguesia do Santo da Serra e Água de Pena. Era o Santo da Serra um curato filial da paróquia de Machico, criado em 1813, mas o respectivo cura não tinha nele residência habitual. Com a anexação da freguesia de Água de Pena ao curato do Santo da Serra, ficou este sendo a sede da paróquia, e ali passou a ter residência efectiva o pároco respectivo. Não teve longa duração a medida arbitrariamente tomada pelo vigário capitular António Alfredo. Por carta de lei de 24 de Julho de 1848, foi esta paróquia novamente restaurada, perdendo, da sua antiga área, o sítio da Achada do Barro, que ficou pertencendo ao Santo da Serra, mas foram-lhe anexados os sítios da Torre e da Ventrecha, pertencentes à freguesia de Santa Cruz.

O sítio da Bemposta (V. este nome) foi sede dum morgadio, que data do primeiro quartel do século XVI. João Afonso Escudeiro, que era de nobre ascendência, passou do continente à Madeira pelos anos de 1450 e teve terras de sesmaria em Água de Pena, onde instituiu o morgado da Bemposta, bem como o de S. Lázaro em Santa Cruz, pelo seu testamento feito a 21 de Junho de 1512, ano em que morreu Sua filha e herdeira Catarina Anes Escudeiro, que foi a primeira administradora deste vínculo, casou com Lopo Franco de Monção, de cujo matrimónio nasceu João Lopes Franco, que sucedeu no morgadio e morreu sem descendência, passando a administração vincular da Bemposta a um seu sobrinho por nome Diogo Lopes Tavares.

Apertada entre as paróquias de Santa Cruz e Machico, é limitada ao norte por esta última e pela do Santo da Serra, ao sul pela de Santa Cruz, a leste pelo oceano Atlântico e a oeste pelas freguesias de Santa Cruz e do Santo da Serra. Faz parte dos Concelhos de Santa Cruz e Machico, pertencendo ao primeiro os sítios povoados da Torre e Ventrecha e ao segundo os da Bemposta, Lombo, Logarinho, Igreja e Queimada. Tem como orago a virgem e mártir romana Santa Beatriz, ficando a respectiva Igreja Paroquial no sítio chamado da Igreja. Além deste templo, possui a capela do Sagrado Coração de Jesus no sítio dos Cardiais, fundada, em 1907, pelo cônego Henrique Modesto de Betencourt, e a de Nossa Senhora de Perpetuo Socorro, construída por Francisco de Freitas Correia, no ano de 1924, no sítio da Queimada. A caixa postal e a cabine telefónica estão instaladas no sítio da Igreja, onde também se encontra o Cemitério Paroquial. É aproximadamente de oito quilómetros a distância a que ficam as vilas de Santa Cruz e Machico, achando-se a parte mais central da freguesia de Água de Pena sensivelmente equidistante daquelas duas vilas e afastada cerca de 20 quilómetros da cidade do Funchal. Pertence à comarca de Santa Cruz e aos concelhos deste nome e ao de Machico, como fica acima referido. Sendo banhada pelo mar numa relativa extensão, tem a servi-la um pequeno porto com uma praia de seixos rolados a que chamam o Calhau do Seixo, situado na foz da ribeira do mesmo nome. Os terrenos desta paróquia são fertilizados pelas levadas do Juncal e Levada Nova do Furado, que têm sua origem no norte da ilha, e ainda pelas levadas do Moinho da Serra, nascida na freguesia de Santa Cruz, Levada Nova, que encabeça na ribeira de Machico, e a do Logarinho, cujo caudal parte do sítio do mesmo nome dentro dos limites desta freguesia. Têm alguns afirmado que o ilustre madeirense João Fernandes Vieira, que no Brasil tão notavelmente se distinguiu na guerra contra os holandeses, nasceu nesta paróquia, mas, no respectivo arquivo paroquial, não se encontra o seu assento de baptismo, segundo investigações que ali se fizeram há anos. Hoje parece averiguado que nasceu na freguesia do Faial, como adiante mais largamente se dirá. É natural da freguesia de Água de Pena o cônego Francisco Fulgencio de Andrade, doutorado pela universidade pontificia de Roma e actual Professor do Seminário desta cidade.

Aguagem. A palavra antiquada aguage, de que o povo formoso a carrutela augage, significa nesta ilha uma pequena catadupa ou queda de água, que especialmente se dá nos leitos pedregosos das ribeiras.

Aguardente. Existem presentemente na Madeira 40 fábricas destinadas a fabricar aguardente a 26

graus Cartier, mas algumas delas não funcionam com regularidade. Produziram estas fábricas no período que vai de 1911 a 1917, as seguintes quantidades de aguardente:

1911	700:000	litros
1912	1.436:305	"
1913	1.008:257	"
1914	826:678	"
1915	718:617	"
1916	1.098:175	"
1917	1.162:398	"

Antes do decreto de 11 de Março de 1911, a produção de aguardente em todo o distrito regulava por 1.200:000 litros, não falando nas aguardentes de bagaço, que se obtêm por uma segunda passagem da cana pelos cilindros do engenho, depois de lhe haver sido adicionada alguma água.

O decreto de 11 de Março de 1911 estabeleceu o imposto de 100 réis nos três primeiros anos, e de 150 réis nos anos imediatos, até 1918, para todas as aguardentes obtidas nas fábricas não matriculadas, mas logo no terceiro ano começou a ser arrecadado o máximo do imposto, diz-se que a pedido das fábricas matriculadas. Toda a aguardente produzida pelas fábricas não matriculadas fica no arquipélago, tendo uma parte dela aplicação ao tratamento de vinhos não destinados a embarque. Está calculado que 30 quilos de cana produzem em média 2 litros de aguardente.

As fabricas matriculadas eram obrigadas a comprar outrora pelo preço de 930 réis o galão (3,16) as sobras de aguardente em 26 graus Cartier, que as fábricas não matriculadas destilassem em cada ano para consumo da Madeira, mas só cumpriram integralmente esta obrigação nos anos de 1904 e 1905.

O imposto da revenda de aguardente, autorizada pela lei de 2 de Maio de 1919 e regulamento de 25 de Maio de 1920, produziu 82:434\$87 em 1920, sendo rateada pelas Câmaras Municipais a importância de 79:137\$48 e cabendo à Câmara do Funchal 39:518\$64. Para remuneração do pessoal que interveio no serviço da arrecadação foi reservada a quantia de 3:297\$39.

O decreto de 11 de Março de 1911, que fica citado, continha uma das mais importantes medidas que os governos da metrópole têm tomado acerca deste arquipélago no longo período de cinco séculos: a expropriação das fábricas de aguardente. E a propósito dessa medida salvadora, queremos deixar aqui transcritos alguns períodos do que escrevemos sobre o assunto, quando surgiu a ideia do restabelecimento dessas mesmas fabricas.

“Todos sabem que um dos maiores flagelos que tem afligido a Madeira e em grande parte a aflige ainda, especialmente nas suas tristes e funestas consequências, é esse conhecido e terrível cancro social, que tem o nome apavorante de alcoolismo. Combatido energicamente por toda a parte, como uma verdadeira medida de salvação publica, assentou arraias entre nós com manifesto consentimento das leis, que indirectamente o protegiam, sendo até considerado como um dos factores da riqueza comum de todo o distrito!

O madeirense foi então colocado num plano muito inferior ao do negro africano! Não pareça haver exagero no confronto. Em virtude de medidas de character internacional, proibiu-se o tráfego de bebidas alcoólicas no continente africano, a fim de assegurar-se a integridade da raça indígena e poupá-la aos estragos desse grande mal. Aquilo que elementarmente se considerou uma providencia salvadora para os selvagens africanos, não foi considerada como uma medida necessária e de verdadeiro alcance social para os pobres incolos desde arredado arquipélago.

A Madeira já chegou a ser conhecida pela ilha da Aguardente nome que lhe foi dado por um diploma legislativo, em virtude do grande consumo desse tóxico, que atingiu proporções quasi inverosímeis, sendo verdadeiramente pavorosos os estragos produzidos, como no mesmo decreto se afirma. Um antigo ministro, lente de medicina e distinto homem de ciência, a quem o município desta cidade conferiu o título de cidadão benemérito do Funchal, teve a coragem, numa conferência pública que se tornou célebre, realizada na cidade do Porto, de classificar os madeirenses de ébrios e alcoólicos, certamente com grande desprimor para com os habitantes desta ilha, mas não muito distanciado da triste e reconhecida realidade dos factos. É sabido, embora o grande público não se tenha ainda apercebido do facto, que nas últimas dezenas de anos se verifica nesta ilha um notável definhamento de raça. Na estatura, na constituição orgânica, nas forças musculares etc. etc., nota-se uma acentuada decadência fisiológica, que não tem escapado á observação de vários médicos e especialmente de alguns médicos militares empregados durante largos anos na inspecção dos mancebos sujeitos ao recrutamento do exército. Assinala-se o alcoolismo como uma das principais causas desse facto alarmante.

Existem, porém, manifestações ainda mais graves e mais assustadoras, que ameaçam o completo aniquilamento duma população, se não forem mantidas algumas das providências já tomadas e adoptadas outras de resultados mais imediatos e eficazes. É a assombrosa percentagem que á loucura vai fornecendo a população desta ilha. Além disso, os casos de idiotia, epilepsias, convulsões nervosas, e outras degenerescências mais ou menos comprovadas são inúmeros e multiplicam-se prodigiosamente, sendo motivo da maior admiração e espanto, se os compararmos com os casos similares de outros centros populosos. Consultem-se alguns médicos, que se têm particularmente dedicado ao estudo dessas doenças, e transpunham-se as entradas dos nossos manicómios e sem esforço nos convenceremos da triste realidade destas afirmativas. Oitenta por cento dos pobres doentes ali internados são vítimas do alcoolismo! E se, a este quadro apavorante, acrescentarmos os sacrificados por aquele terrível cancro á tuberculose e a muitas outras enfermidades, formaremos uma ideia aproximada dos malefícios causados por cinquenta laboratórios de substâncias tóxicas, que durante muitos anos foram envenenando, bestializando e enlouquecendo a incauta população dum distrito inteiro!

E também notável o abaixamento do nível intelectual. Entre outros factos há um que o comprova. Quem estas linhas escreve e muitas outras pessoas que têm tido uma permanência mais ou menos demorada nas freguesias do norte da ilha verificaram a acentuada diferença que mentalmente se nota entre os habitantes de certas localidades da parte setentrional e meridional da Madeira em desfavor das freguesias da costa-sul, sabendo-se que a produção e o consumo da aguardente era quasi nulo nas freguesias do norte, onde somente há poucos anos se iniciou e se vai agora alargando a plantação da cana de açúcar, ao passo que a cultura dela vem já de séculos na região do sul da nossa ilha.

Definem duma maneira lapidar a triste situação que o alcoolismo criou na Madeira e que deixamos ligeiramente esboçada, as seguintes palavras extraídas do relatório acima citado: "A prosperidade do arquipélago está indissolivelmente ligada ao valor físico intelectual e moral da sua população e esse valor diminui na mesma proporção em que aumenta a consumo da aguardente de tal modo que não se provendo de remédio pronto tão grande mal legitimo é o receio de que a degenerescência chegue a extremos irremediáveis.

O decreto de 11 de Março de 1911, referendado por Brito Camacho, estabeleceu a medida salvadora da expropriação das fábricas de aguardente, que várias disposições legais posteriormente decretadas vieram alterar em pontos essenciais. Constituiu um erro gravíssimo e foi bastante para sentir que uma providência

tão salutar e tão necessária não tivesse sido mantida integralmente e não fosse observada em toda a sua omnimoda extensão.

No entretanto é forçoso confessar que as restrições feitas á produção do terrível tóxico e a suspensão imposta ao funcionamento das respectivas fábricas representam um grande e inapreciável serviço prestado a toda a população do arquipélago, cujos benéficos resultados se fazem já notavelmente sentir por toda a parte. Importa, porém, para complemento duma grande obra humanitária, decretar-se uma medida mais radical e mais definitiva, que em absoluto exclua a possibilidade de voltar-se ao fabrico de qualquer quantidade, por mais pequena que ela seja, desse veneno que deu á nossa terra a denominação pejorativa de Ilha da Aguardente”.

V. Álcool, Garupa, Protecção Sacarina e Junta Agrícola.

Águas. O aproveitamento das águas, como elemento primordial das explorações agrícolas, constituiu logo uma das maiores preocupações e canseiras dos primitivos colonizadores do solo madeirense, que ininterruptamente se têm transmitido de geração em geração, tomando os mais variados aspectos e formando uma vasta rede de interesses económicos e sociais, que mereceriam um aturado e desenvolvido estudo, ainda infelizmente por fazer.

O gigantesco trabalho da construção das levadas que durou séculos, as lutas sustentadas para a aquisição e posse dos respectivos caudais, as sublevações populares que por tal motivo se deram varias vezes, a organização de associações de heréus para a exploração e distribuição das águas, os frequentes pleitos judiciais, as muitas leis que se promulgaram reguladoras desses assuntos, os costumes e usanças que se introduziram etc., forneceriam basta matéria para esse largo e interessante estudo.

Sem esforço viram esses primitivos colonizadores que as condições especiais da Madeira, quanto á constituição dos seus terrenos, ao acidentado das suas vertentes e encostas, ao abrigo que o litoral oferecia pela protecção das elevadas montanhas etc., lhes indicavam as terras marginais do oceano como as mais apropriadas para a exploração das culturas remuneradoras, que logo se traduziram em apreciáveis fontes de riqueza e prosperidade.

Surgiu sem demora a condução de abundantes mananciais através de extensos aquedutos, que de ano para ano cresciam em numero e melhoravam na sua construção, á medida que as indústrias do fabrico do açúcar e do vinho iam também adquirindo um mais largo e aperfeiçoado desenvolvimento.

Iniciou-se deste modo o maior empreendimento realizado em favor da agricultura madeirense e um dos factores mais importantes da riqueza pública do arquipelago -- a construção das Levadas.

Sem demora se adoptaram várias medidas de character legislativo emanadas do poder central, fixando-se alguns princípios de direito e estabelecendo-se certas normas indispensáveis, que vieram regularizar o uso das águas destiladas á irrigação dos terrenos. As mais antigas, de que há conhecimento, são as cartas régias de D. João II, de 7 de Março e de 7 de Maio de 1493, que encerram disposições muito importantes acerca desta questão e que vem transcritas a pag. 673 e seguintes das anotações das Saudades da Terra (1873).

“Antes destas salutare providencias, informa-nos o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, já havia levadas e repartições de águas de irrigação; a fls. 270 do tomo 1 do Archivo da Câmara do Funchal está registada uma carta do infante D. Fernando, expedida em 1461, determinando que houvesse dois homens ajuramentados incumbidos de repartirem as águas e a fls. 222 do mesmo tomo se lê um cap. de outra de 1485, que mandava soltar as águas aos domingos a todos os hereus...”

A'quelas acertadas medidas do governo da metrópole, outras não menos acertadas se seguiram, destacando-se a carta régia de D. Manuel de 9 de Fevereiro de 1505 (Saud, 688), em que são confirmadas, ampliadas e de novo reguladas as disposições dos diplomas anteriores e a que o illustre anotador do Dr. Gaspar Frutuoso acrescenta este judicioso comentário: esta legislação produziu optimos resultados, especialmente na irrigação das terras. Nesse período foram feitas as principais levadas gerais ou comuns da ilha da Madeira, artérias, por onde, desde então até agora, apesar de já deturpada a instituição, circula abundante o sangue da sua vida agrícola, o precioso filtro da sua abastança e constante rejuvenescimento”.

No decorrer do tempo, vieram outras providencias legislativas fomentar e melhorar o serviço das águas de regadio, devendo citar-se as cartas régias de 6 de Março de 1563 e 18 de Agosto do mesmo ano, 20 de Julho de 1579, 26 de Abril de 1587, 13 de Setembro de 1644, 7 de Abril de 1655, 10 de Outubro de 1663 e 5 de Março de 1770.

Durante os primeiros quatro séculos após o início da colonização madeirense, a laboriosa exploração das águas, a sua condução através de extensos aquedutos e a sua distribuição nos terrenos cultivados estiveram principalmente a cargo da iniciativa particular, embora fossem notavelmente favorecidas pela acção do Estado com a promulgação das mais eficazes medidas legislativas de protecção a esses importantes serviços. Foi há pouco mais dum século que o governo central, atendendo às instantes e enérgicas solicitações dos lavradores e proprietários rurais desta ilha, tomou o encargo de iniciar a construção de algumas levadas, que sendo, porventura, deixadas à iniciativa privada dos agricultores, impossível se tornaria a sua realização.

Ia-se alargando consideravelmente a superfície dos terrenos aráveis, e para acudir às necessidades emergentes já não podia chegar a acção dos cultivadores, os quais, na sua quase totalidade, não dispunham dos recursos necessários para acudir às enormes despesas da tiragem de novas levadas. Deste modo realizou o Estado uma grande obra de protecção à agricultura madeirense, fomentando a riqueza pública, valorizando os terrenos cultivados e aumentando notavelmente o seu rendimento colectável em favor do mesmo Estado, como compensação dos capitais empregados. E essa obra notabilíssima é uma das maiores, se não a maior de todas, que o governo da metrópole tem realizado nesta ilha no longo período de cinco séculos.

Águas Doces. Têm este nome uma pequena praia e litoral marítimo situados entre o Ilhéu da Pontinha e a foz do Ribeiro Seco.

Águas férreas. Das várias nascentes de água férrea que existem na Madeira, a mais conhecida é a do Jamboto; na freguesia de Santo António. O Sr. Carlos Lepierre que analisou as águas desta nascente em 4 de Junho de 1900, diz que elas pertencem ao grupo das águas hipossalinas, cloretadas e férreas, e que a sua mineralização mais importante é o cloreto de sódio, seguindo-se-lhe o bicarbonato de ferro, que se encontra em quantidade relativamente grande (36 miligramas, correspondentes a 12,6 miligramas de ferro). O Sr. Lepierre encontrou ainda nas mesmas águas bicarbonatos de magnésia e de cal, com pequenas quantidades de sulfatos e nitratos.

As águas do Jamboto são, segundo o mesmo analista, muito puras sob o ponto de vista bacteriológico.

O resultado das investigações a que procedeu o Sr. Lepierre consta de um folheto com o seguinte título, mandado publicar pela Câmara Municipal do Funchal: Analyse Chimica e Bacteriologica da Água da Fonte Férrea-Jamboto, Santo Antonio- Funchal, Madeira . . . (Funchal,1900).

Aguiar. É apelido muito antigo nesta ilha. O primeiro que aqui o usou foi Diogo Afonso de Aguiar, um dos quatro fidalgos enviados por D. Afonso V para casarem com as filhas de João Gonçalves Zarco. Dizem uns linhagistas ser filho de José Afonso de Aguiar, primeiro tesoureiro da moeda de Lisboa, e outros que era filho de Pedro de Aguiar. Um seu irmão, por nome Pedro Afonso de Aguiar, foi armador-mor do reino e comendador da ordem de Cristo. Diogo Afonso de Aguiar casou com D. Isabel Gonçalves da Câmara, terceira filha de Zarco dizendo Henrique Henriques de Noronha no Nobiliário que "o dote que eu vi foi feito no ano de 1439,. Era pai de Rui Dias de Aguiar e de D. Nuno de Aguiar, bispo de Ceuta e Tanger. (V. estes nomes) Os Aguiares tinham por armas uma águia em campo vermelho ornado de preto, estendida, e também outra águia.

Aguiar (Joaquim Nunes de). Este distinto engenheiro nasceu no Funchal nos fins do primeiro quartel do século passado e era filho natural de Diogo Teles de Meneses, director da nossa Alfândega. Terminados os estudos preparatórios, iniciou o seu curso de engenharia civil em Lisboa, e que depois concluiu em Paris com grande aproveitamento em 1848. Foi engenheiro da Câmara Municipal do Funchal de 1849 a 1850, sendo chamado em 1852 para as obras do caminho de ferro do norte, em que notavelmente assinalou o seu talento e amor ao trabalho. Seguidamente exerceu cargos importantes, como director das obras públicas de Viana, Braga e Porto, vogal do Conselho das Obras Públicas, director do Caminho de Ferro de leste e fiscal dos do norte, tendo ido ao estrangeiro varias vezes no desempenho de comissões de que foi encarregado pelo nosso governo. Era homem de grandes aptidões e de uma notável actividade, vindo a falecer no Funchal, por excesso de trabalho, a 14 de Novembro de 1877.

Aguiar (Padre Dr. José Gonçalves de). Na vila de Câmara de Lobos e de humildes progenitores nasceu José Gonçalves de Aguiar a 8 de Outubro de 1831, sendo filho legítimo de Vitorino Gonçalves Rocha e de Vitorina Rosa de Jesus. Usou, bem como alguns dos seus irmãos, do Apelido Aguiar,

que era o do seu avô materno. Era aluno do Seminário do Funchal, quando devido à protecção que lhe dispensou a família russa Waxel, que então se encontrava na Madeira, foi cursar a faculdade de teologia na Universidade e nela concluiu a sua formatura em ano que não podemos precisar. Fixou pouco depois residência em Lisboa e ali permaneceu até o seu falecimento. Na capital desempenhou, entre outros cargos, o de desembargador da curia patriarcal e o de examinador pro-sinodal.

Era homem muito aplicado ao estudo e de uma larga ilustração, sendo por isso muito considerado na capital e não menos ainda pelas suas qualidades de caracter e pela sua conduta como cidadão e como sacerdote. Colaborou em vários jornais e que nos conste publicou em separado: O Dogma da Imaculada Conceição de Maria Santíssima, Lisboa, 1880, de 40 pag., e o Tratado da Penitência, Lisboa, 1888, de XVI-849 pags.

Consta que por mais duma vez foi convidado a aceitar uma mitra, mas recusou-se sempre a entrar no episcopado.

Ignoramos a data do seu falecimento, que ocorreu em Lisboa, e ainda quaisquer outros pormenores da sua biografia.

Aguiar (Manuel Caetano Pimenta de). É um nome pouco menos do que desconhecido entre nós. Há alguns anos que a Câmara Municipal do Funchal, querendo salvar de inteiro esquecimento a memória deste distinto madeirense, deu o seu nome à travessa que liga as ruas da Carreira e Cruzes, mas nem por isso a grande maioria dos funchalenses ficou conhecendo melhor as qualidades ou méritos que porventura o tornaram ilustre.

Todavia, Pimenta de Aguiar, sem ser um desses escritores que assinalam uma época ou ficam imorredouros nos anais da literatura dum país, deixou no entretanto um nome bastante distinto nas páginas da nossa história literária, sendo até considerado por alguns como o verdadeiro precursor de Almeida Garrett na criação do teatro nacional. Sem possuir o prodigioso e maleável talento do autor do Frei Luiz de Sousa, a beleza inimitável da sua linguagem e as suas raras e excepcionais qualidades de dramaturgo, teve contudo a intuição de que entre nós não havia um verdadeiro teatro e tentou, seguindo principalmente a orientação dos trágicos franceses, despertar o gosto por este género de literatura, escrevendo muitas tragédias, que no

seu tempo tiveram grande voga e que eram reveladoras das suas notáveis aptidões como escritor dramático. Os seus trabalhos literários continham os defeitos próprios da época, mas revelavam incontestavelmente uma grande originalidade, afastando-se dos moldes até então seguidos, e por isso, a pesar de todas as suas imperfeições, o público corria a ouvir as tragédias de Pimenta de Aguiar e aclamava entusiasticamente o seu autor.

O Visconde de Almeida Garrett com as suas admiráveis produções dramáticas, criando o verdadeiro teatro nacional relegou para o esquecimento os incontestáveis méritos do nosso ilustre patricio, não deixando todavia de reconhecer os críticos que Pimenta de Aguiar merece ocupar um lugar distinto nos nossos anais literários.

Manuel Caetano Pimenta de Aguiar nasceu nesta cidade a 16 de Maio de 1765 sendo filho de Bartolomeu Luiz Pimenta de Aguiar e de D. Maria Felicia de Carvalho. Seu pai, que era doutor em direito pela Universidade de Coimbra, veio para esta ilha exercer o lugar de curador geral dos orfãos e teve aqui a administração duma casa vinculada.

Em 1778, tendo 13 anos de idade, partiu Pimenta de Aguiar para Lisboa, a fim de se matricular no Colégio dos Nobres, não se sabendo se concluiu ou não ali os seus estudos. Em 1785 dirigiu-se a Paris e durante alguns anos seguiu nesta cidade o curso de artes e ciências, abandonando depois os estudos para se entregar aos azares da guerra, tomando parte nas revoltas internas do país pelos anos de 1790 ou 1791. Mostrou sempre grande denodo e coragem, tendo alcançado por isso o posto de capitão e a Cruz da Legião de Honra. Terminada a guerra e obtida a demissão do serviço militar, regressou à pátria, entregando-se principalmente ao estudo e ao cultivo das suas predilecções literárias. Em 1816 publicou a sua primeira tragédia a que deu o título de Virgínia, dando à luz o seu último trabalho em 1820. Foi de uma notável fecundidade, pois que em tão curto período de tempo imprimiu dez tragédias, todas elas de relativa extensão. Intitulam-se elas, pela ordem da sua publicação, Virgínia, Os Dois Irmãos Inimigos, D. João I, Arria, Destruição de Jerusalém, D. Sebastião em Africa, Conquista do Peru, Eudoxia Liciana, Morte de Socrates e Carácter dos Lusitanos. Depois de 1820, e após um período de tanta actividade literária, não consta que tivesse publicado outros escritos, não sabendo nós a que atribuir esta imprevista e absoluta interrupção nos seus trabalhos. Ignoramos se se teria dedicado a outros géneros de literatura, além da tragédia, constando apenas, segundo o testemunho do Inocência, que deixou algumas obras inéditas. Como é próprio da tragédia e imitando os trágicos gregos e franceses. Escreveu Pimenta de Aguiar todas as suas

composições em verso, revelando-se um inspirado poeta, que à alteza dos conceitos juntava a beleza da forma.

Apesar de haver residido fora da Madeira a maior parte da sua vida, não eram desconhecidos para os patricios de Pimenta de Aguiar os seus raros dotes de talento e ilustração e por isso o escolheram para seu representante nas cortes gerais que funcionaram de 1822 a 1823, sendo também eleito deputado por esta ilha para a sessão legislativa de 1826 a 1828. Da sua acção como parlamentar e representante deste arquipélago em cortes, apenas sabemos, pelo que dizem as Actas das sessões públicas na primeira sessão anual extraordinária da primeira legislatura da câmara dos senhores deputados que, na sessão de 1826 a 1828, foi assíduo às reuniões, fez parte de algumas comissões parlamentares e apresentou um projecto permitindo a livre exportação do vinho da Madeira.

O estabelecimento do governo absoluto obrigou-o a homiziar-se para escapar às perseguições dos emissários miguelistas, que não poderiam poupar quem fora partidário entusiasta da Constituição de 1820 e da Carta Constitucional de 1826.

Pimenta de Aguiar casou com D. Micaela Antónia de Sá Betencourt de quem teve sete filhos, sendo um Luiz Pimenta de Aguiar, que foi desterrado para Moçambique por liberal e lá morreu, e outra D. Isabel Betencourt de Aguiar, que casou com o morgado António João da Silva Betencourt Favila.

Pimenta de Aguiar viveu na casa da antiga rua da Carreira, onde hoje reside a respeitável família Vieira, e que fica um pouco abaixo da Travessa que tem o nome do distinto poeta e dramaturgo. Nessa casa, segundo informações que temos por fidedignas, escreveu ele algumas das suas tragédias.

Vitimado por um ataque apoplético, sucumbiu em Lisboa, na rua Direita da freguesia de S. Paulo, a 19 de Fevereiro de 1832, tendo sido sepultado na igreja paroquial da mesma freguesia. Morreu com 67 anos de idade incompletos.

O Dr. Ernesto Gonçalves publicou dois artigos no Arquivo Histórico da Madeira acerca de Manuel Caetano Pimenta de Aguiar, que trazem novas e interessantes informações para a biografia deste ilustre madeirense.

Aguiar (D. Nuno). O Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo nomeia-o por D. Martinho de Aguiar, mas em várias crónicas e nobiliários e na interessante memória de Paiva Manso acerca das Esquadras de Marrocos, é geralmente citado o seu nome como sendo D. Nuno de Aguiar. Afirma-se que nasceu na freguesia de S. Martinho e era filho de Diogo de Aguiar e neto de João Gonçalves Zargo, primeiro capitão-donatário do Funchal. Foi monge cisterciense e exerceu importantes cargos eclesiásticos. Acompanhou o rei D. Afonso V á Africa na conquista de Arzila e Tanger, e sendo então criada esta ultima diocese obteve a sua nomeação para prelado dela. Pretendeu anexar o arquipélago da Madeira ao seu bispado, mas a isso se opôs energicamente a infanta D. Beatriz, como tutora de seu filho D. Diogo, grão-mestre da Ordem de Cristo, apoiada pelo monarca e pelos donatários desta ilha. D. Nuno de Aguiar pouco tempo permaneceu na sua diocese e depois de vinte anos de episcopado faleceu no continente português no ano de 1491.

Aguiar (Pedro Afonso). Era filho de Diogo Afonso de Aguiar e irmão de Rui de Aguiar. Distinguiu-se muito como militar e marinheiro. Foi á Índia como capitão duma nau e assistiu a tomada de Grancanar. Acompanhou o duque de Bragança na expedição de Azamor, onde deu provas de grande heroísmo.

Aguiar (Rui Dias de). Era filho de Diogo Afonso de Aguiar e de D. Isabel Gonçalves da Câmara, terceira filha de Zarco. Casou com Leonor Homem de Sousa, filha de Garcia Homem de Sousa e de Catarina Gonçalves da Câmara, filha do descobridor da Madeira. Serviu muito tempo em Africa, onde se distinguiu pela sua bravura. Morreu valorosamente na fortaleza de Gué, defendendo-a dum ataque dos indígenas. Dele faz menção Manuel Tomás no seu poema a Insulana.

Agulha. (Belone vulgaris). Peixe teleósteo da subordem dos malacopterigios, familia Escombresocida, que frequenta de passagem os mares da Madeira. O seu corpo é anguiliforme, e quando muito poderá atingir 1 metro de comprimento.

É visto muitas vezes na companhia da cavala e outros peixes viajantes, mas não espécie comum nos mercados. A sua carne seca e dura não o torna recomendável como alimento delicado.

V.Peixe Agulha.

Agulha. (Ponta da). É o ponto mais meridional do arquipélago da Madeira. Fica no extremo sul do Bugio, a mais meridional das três ilhas, que formam o grupo das Desertas.

Agulha. (Scandix Pecten-Veneris). Planta anual da família dos Umbelíferas, frequente na Madeira e Porto Santo. Os seus frutos são terminados em ponta ou rosto muito longo, e daí o nome de agulha por que a planta é conhecida principalmente no Porto Santo.

Agulheira. Aparelho de pesca muito simples destinado de ordinário aos peixes da superfície ou que nadam em meia água. Consiste apenas numa linha a cujo extremo livre está fixa um anzol, havendo no outro extremo uma pequena tábua quadrangular, onde a linha é enrolada. Algumas vezes é aplicado ao peixe do fundo, e então adicionam-lhe um peso nas proximidades do anzol.

Agulheta. Nome vulgar madeirense do *Erodium Botrys*, Bert., planta anual da família das Geraniáceas, fácil de reconhecer pelos seus frutos acompanhados de uma ponta ou rosto muito comprido e que pode atingir algumas vezes 12 centímetros.

Aipo (*Apium graveolens*). Planta anual ou bienal da família das Umbelíferas, frequente na Madeira e Porto Santo. Tem as folhas basilares penatisectas ou 3-sectas, com os segmentos largos, e as caulinares 3-sectas ou inteiras; as suas umbelas são sésseis ou com pedunculos curtos, e desprovidas de involúcro e involucelo, e os seus frutos subglobosos. A raiz e frutos do aipo são diuréticos e excitantes, e as folhas e talos podem ser comidos em sopa ou em salada. O aipo hortense não se encontra no arquipélago.

Alabama. Este celebre navio de corso, ao serviço dos insurrectos do sul da Republica dos Estados Unidos da América, por ocasião da guerra civil que rebentou naquele país, esteve no porto do Funchal e depois ao abrigo das costas da ilha do Porto Santo, a reparar avarias, fugido da perseguição tenaz que lhe faziam alguns navios partidários do governo do norte.

Alagoa (Porto da). Local de desembarque ao oeste do Bugio, (Desertas) não longe do extremo sul. A costa forma ali um cais natural abrigado das brisas do nordeste, dando fácil acesso ás esboradiças escarpas que se levantam a prumo sôbre o mar.

Alagoas. Pequeno planalto situado na serra do Poiso, a pequena distancia da respectiva casa de abrigo.

Álamo. Três árvores da família das Salicaceas são designadas por este nome na Madeira: o *Populus alba*, de folhas branco-tomentosas na pagina inferior, muitas vezes palmatilobadas, o *P. nigra* var. *italica*, de copa piramidal e folhas triangular-ovadas, e o *P. monilifera*, de copa larga e folhas semelhantes ás da espécie precedente. A primeira, originaria da Europa, frequente na Ribeira Brava, Machico, etc.; a segunda, originaria do Oriente, é chamada também choupo e encontra-se na Camacha; a terceira, oriunda da América setentrional, é cultivada nalgumas praças e quintas e é boa árvore de sombra. Os álamos multiplicam-se facilmente de estaca e a sua madeira tem varias aplicações.

Alamos. Sítio povoado da freg. de Santo Antonio do Funchal. Fica nele situada a capela de Nossa Senhora do Amparo, construída no ano de 1698 por Bartolomeu de Sá Machado, que com o seu solar e terrenos anexos constituíam a sede do morgadio de Água de Mel, que era uma das mais antigas instituições Vinculares da Madeira e de que foi ultimo representante o segundo conde do Carvalhal. Neste sitio, onde chamam o Til, havia terras vinculadas, da administração directa duma família Velosa.

Alarcão (D. João de). D. João de Alarcão Vellasques Sarmento Osorio foi, por decreto de 5 de Abril de 1885, nomeado governador civil da Madeira e tomou posse do lugar a 8 de Maio do mesmo ano. Foi deputado pela Madeira na sessão legislativa de 1894 a 1895. Exerceu elevados encargos e entre eles o de ministro da justiça. Morreu a 13 de Setembro de 1918. Foi o fundador da Sopa Económica (V. este nome).

Alardo. Era uma antiga revista ou formatura de gente armada, que na Madeira costumava ser passada pelos capitães donatarios antes da criação das tropas milicianas.

Albafar (Notidanus griseus). Esqualo da família Notidanida abissal, muito voraz e de que apenas utilizam o fígado para a extracção do chamado azeite de peixe. Alguns indivíduos chegam a render 10 galões de óleo. A carne é rejeitada por ser das mais ruins que o grupo dos esqualos pode fornecer.

Albergaria (Manuel José Soares de Lobão e). Foi corregedor na Madeira, e remeteu ao Conde de Subserra em 5 de Dezembro de 1823 uma memória sobre o estado e melhoramentos da ilha.

Albergaria e Capela de S. Bartolomeu. Adjunta á igreja do mesmo nome e fundada por Gonçalo Anes de Velosa em 1497, para clérigos pobres. Ali estiveram os primeiros jesuítas antes da fundação do Colégio. Foi visitada pelo beato mártir Fr Inacio de Azevedo. Ficava situada na rua Direita, que então se estendia pela margem esquerda da ribeira de Santa Luzia até ás proximidades da actual Ponte do Torreão.

V. Anes (Gonçalo).

Albers (Joan. Christ.). Naturalista alemão que esteve na Madeira de Outubro de 1850 a Junho de

1851. E.: Malacographia maderensis, Berolini, 1854.

Albertis (Capitão Eurico). Coligiu algas na ilha da Madeira, no ano de 1882. As suas colecções foram estudadas por Piccone dois anos mais tarde.

Albizzi (Marquis de gli). E.: Six mois à Madère (Tour du monde, LVII, 1465 e 1566 livraisons); e Madère, guide pratique pour malades et touristes (Zurique, 1891).

Álbum Literário. É um volume de 200 paginas, publicado no Funchal em 1885, contendo diversos escritos em prosa e em verso.

Álbum Madeirense. Poesias de diversos autores madeirenses, coletadas por Francisco Vieira. Funchal, 1884, I vol. de 225 paginas.

Albuquerque. É nobre e antigo apelido de família nesta ilha. Provém de D. Sebastiana de Albuquerque, que casou com Jacinto de Freitas, da casa dos Freitas da Madalena, pelos anos de 1570. Esta D. Sebastiana procede de D. Afonso Teles de Meneses, povoador da vila de Albuquerque em Espanha.

Albuquerque (Alexandre de Moura e). Nomeado governador e capitão general da Madeira a 21 de Abril de 1676, havendo tomado posse a 9 de Junho do mesmo ano.

Albuquerque (Diogo Vieira de Tóvar e). E.: Descrição Política e Económica da Ilha da Madeira (1807). Este trabalho nunca foi publicado.

Albuquerque (João Saldanha de). Em Julho de 1672 foi nomeado governador e capitão general deste arquipélago, tendo tomado posse a 20 de Outubro do mesmo ano. Por acusações feitas ao governo da metrópole veio á Madeira sindicar dos seus actos o desembargador Manuel Soares Dourado.

Albuquerque (Luiz da Silva Mousinho de). Este ilustre literato e homem de ciência, que muito se distinguiu na política e nas nossas lutas civis, foi o primeiro governador deste arquipélago depois da implantação do governo constitucional. Na nova divisão administrativa, a Madeira ficou considerada como uma prefeitura e Mousinho de Albuquerque foi nomeado prefeito por decreto de 30 de Junho de 1834, tendo tomado posse a 6 de Agosto do mesmo ano. Foi curta a sua administração, pois deixou o governo da Madeira a 30 de Setembro de 1835, tendo saído para Lisboa a 11 de Novembro do referido ano a sobraçar uma pasta de ministro.

No entretanto deixou assinalada a sua passagem nesta ilha, pela imparcialidade e justiça com que exerceu o seu elevado cargo, pelas reformas que introduziu em muitos serviços públicos e pela grande protecção que dispensou á criação dum asilo para orfãos, que teve pequena duração depois da sua saída da Madeira. Foi deputado por esta ilha nas legislaturas que decorreram de 1834 a 1840.

Em 1837 publicou uma interessante memória intitulada Observações para servirem para a história geológica das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas.

Mousinho de Albuquerque veio á Madeira por mandado de D. Pedro IV em 1832, a fim de ocupar esta ilha então em poder dos miguelistas, mas não o podendo conseguir, desembarcou no Porto Santo e ali aproveitou os seus ócios escrevendo o poema Ruy o Escudeiro, que publicou anos depois. (V. Ocupação do Porto Santo pelas tropas constitucionais).

Como é sabido, Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque morreu, em 1846, dum ferimento recebido no recontro de Torres Vedras, por ocasião da guerra civil que então assolava o país.

Albuquerque (Major Joaquim Mousinho de) Chegou ao Funchal, vindo de

Moçambique, onde desempenhara o cargo de comissário régio, a 7 de Dezembro de 1897, tendo aqui uma brilhante recepção. Houve em sua honra um jantar no Palácio de S. Lourenço, musica e iluminação no Jardim Municipal e uma marche Aux flambeaux, promovida pela classe académica. Partiu para Lisboa a 12 de Dezembro.

Albuquerque (Manuel Saldanha da Gama). Foi nomeado governador e capitão general da Madeira a 6 de Março de 1754 e tomou posse a 16 de Maio do mesmo ano. Chamado a Lisboa em Fevereiro de 1757 para exercer um importante cargo, foi feito Conde da Ega e em seguida nomeado vice-rei da Índia. Acusado de ter cometido abusos no exercício deste cargo, foi preso e só depois da sua morte é que uma sentença dos tribunais reabilitou a sua memória. Morreu a 6 de Dezembro de 1771.

Quando se ausentou desta ilha para Lisboa foi substituído no governo da Madeira pelo bispo diocesano D. Gaspar Afonso da Costa Brandão em conformidade com as leis então vigentes.

Alcachofra (Cynara Cardunculus subesp. Scolymus). Planta da família das Compostas cultivada nalgumas hortas da Madeira. O receptáculo dos seus capítulos muito grandes e a parte carnuda das brácteas do involúcro, comem-se cozidos e tem sabor agradável.

Alçadas. Acontecimentos extraordinários, geralmente de character político, que se consideravam atentatórios das leis ou das instituições vigentes, determinaram a criação de tribunais especiais, que, munidos de poderes por vezes discricionários, procediam a devassas rigorosas e proferiam as suas sentenças nos próprios lugares em que se tinham dado os abusos ou os factos incriminados. Á Madeira vieram várias vezes esses improvisados mas terríveis tribunais e em algumas circunstancias apenas magistrados com poderes mais latos do que os ordinários, para syndicar e julgar acerca de crimes ou acontecimentos considerados pelo poder central como dignos de mais eficaz e exemplar castigo. Nas Saudades da Terra fazem-se menção dalgumas dessas alçadas e de vários magistrados que aqui vieram investidos de poderes extraordinários para o julgamento de certas causas e já a isso nos referimos no artigo Administração Judicial.

Parece que até o domínio filipino, não era tão latitudinária a esfera de acção desses magistrados nem os seus poderes eram tão ilimitados, porque os tolhiam e embaraçavam as extraordinárias prerrogativas e privilégios quasi majestáticos de que gozavam os donatarios, que muitas vezes impunham despoticamente a sua interferência, cerceando com violências e vexames a jurisdição das alçadas. É certo que o poder real e outras circunstancias, como já fizemos sentir, diminuía gradual e consideravelmente o poder dos capitais donatarios, mas os usos e costumes tradicionais, os antigos privilégios e talvez mais ainda a distancia a que ficava o governo central, favoreciam o abuso de autoridade, que de quando em quando se manifestava.

Daremos rápida noticia de algumas alçadas ou magistrados que, com iguais poderes, vieram a este arquipelago, a partir do jugo espanhol, detendo-nos particularmente nas ominosas alçadas que em 1823 e 1828 praticaram entre nós os maiores vexames e as mais inqualificaveis represálias.

O desembargador João Leitão (V. este nome), o primeiro governador da Madeira no domínio filipino, veio com poderes discricionários para julgar das pessoas que se tivessem mostrado desafectas a Filipe 21, mas ignoramos como procedeu no desempenho dessa missão e que sentenças chegou por ventura a proferir. Noutro lugar alguma coisa diremos acerca do governo filipino nesta ilha, que é um período muito interessante da nossa historia, mas é certo que escasseiam os elementos para um estudo completo sobre o assunto, a começar pelos actos da alçada de que foi encarregado o Dr. João Leitão.

Ainda por motivo de manifestações hostis ao governo dos Filipes, foi enviado ao Funchal em 1611 o desembargador Francisco Cardoso, ignorando-se o resultado da alçada de que veio investido. Sabe-se apenas que foi superiormente repreendido o governador-geral de então, por se intrometer nas atribuições da alçada.

Em 1614 e já anteriormente foram feitas serias acusações contra a má administração das cousas públicas nesta ilha, de alguns casos de morte e ainda de outros graves abusos e escândalos, o que determinou Filipe III, por carta regia de 29 de Novembro daquele ano, a nomear o Dr. Gonçalo de Sousa, desembargador da Casa da Suplicação, para vir á Madeira, com o poder de alçada, a fim de julgar e sentenciar acerca daquelas acusações e castigar os criminosos. Baldado foi o trabalho da devassa, porque os atingidos por ela fugiram e homizaram-se, subtraindo-se á acção da justiça.

Parece que estes crimes eram da maior gravidade, porque tendo ficado impunes, veio uma nova alçada a

esta ilha, passados 13 anos, para dar cumprimento ás sentenças preferidas pelo desembargador Gonçalo de Sousa. Desta alçada foi encarregado, por carta régia de 13 de Outubro de 1627, o Dr. Estevão Coelho de Meireles, que também veio syndicar de outros crimes praticados posteriormente ao ano de 1614. Tinha este magistrado poderes muito latos, devendo apenas as sentenças de morte ser homologadas pela Casa da Suplicação. No processo da devassa teve como ajudante o juiz dos resíduos deste arquipélago. Desconhecemos a natureza das sentenças proferidas e se chegaram a ser executadas.

Morreu assassinado nesta ilha, pouco depois da libertação de Portugal do jugo castelhano, o corregedor da Comarca Gaspar Mousinho, sendo para nós desconhecidas quaisquer circunstancias pormenorizadas deste triste acontecimento. Por tal motivo veio em devassa á Madeira no ano de 1644 o desembargador Jorge da Costa Osorio, que proferiu sentença, mas que desconhecemos qual fosse.

A sedição popular que em 1668 depois o governador e capitão general D. Francisco de Mascarenhas, o prendeu e o sujeitou aos maiores vexames, determinou a vinda a esta ilha duma alçada investida de poderes extraordinários, presidida pelo Dr. João de Menezes Coutinho, que no ano de 1669 procedeu aos trabalhos da devassa. Para evitar escusadas repetições, remetemos o leitor para o artigo Sedição de 1668, onde este assunto vem mais largamente esplanado.

Com jurisdição especial, em forma de alçada, esteve na Madeira em 1683 o desembargador Domingos de Matos Cerveira, que veio devassar acerca das graves acusações feitas ao provedor e outros officiais de fazenda.

Deram-se graves conflitos entre o prelado diocesano D. Fr. José de Sousa Castelo Branco e o governador e capitão general João da Costa e Ataíde e o provedor da Fazenda Manuel Mexia Galvão, tendo o governo central mandado syndicar do caso em 1702 pelo desembargador Diogo Sálter de Macedo, que proferiu sentença, ordenando que o provedor fosse “asperamente repreendido» em câmara, na presença dos officiais dela, e mandado depois para fora da cidade, por tempo que não podemos precisar.

Alçada de 1823. A revolução que rebentou no Porto a 24 de Agosto de 1820 arvorou o sistema de governo representativo, tendo as cortes constituintes, que funcionaram de 1821 a 1822, organizado e decretado a chamada Constituição de 1822. No arquipélago da Madeira proclamou-se o novo governo a 28 de Janeiro de 1821.

Em Junho de 1823 foram dissolvidas as cortes, derogada a Constituição e restabelecido o governo absoluto. No dia 26 de Agosto de 1823, chegou á Madeira a fragata de guerra Amazonas, conduzindo o novo governador deste arquipélago D. Manuel de Portugal e Castro, que era acompanhado pelo regimento de infantaria n.º 7, por um destacamento de artilharia e por uma alçada composta de seis magistrados, a qual vinha sindicat dos actos das pessoas que se tinham mostrado desafectas ao governo absoluto e aderido ao governo constitucional.

O governador e as tropas desembarcaram no próprio dia da sua chegada, mas os juizes da alçada, receando qualquer manifestação hostil por parte da população, aguardaram para o dia imediato o seu desembarque. Sucede, porém, que, na noite daquele dia, se desencadeou uma repentina tempestade que obrigou a fragata a levantar ferro, regressando ao porto três dias depois.

A alçada era composta pelo desembargador Dr. José de Melo Freire, que servia de presidente, e dos juizes Drs. José Fernandes da Silva Geraldês Quelhas, Luiz de Paula Furtado de Castro do Rio e Mendonça, José Freire de Andrade, Francisco Antonio de Castro e José Peixoto Sarmiento de Queiroz, que tinham como auxiliares o juiz de fora e o corregedor da comarca. Instalaram o seu tribunal nos paços do concelho e aqui permaneceram no exercício do seu rigoroso inquérito de 30 de Agosto até os primeiros dias do mês de Novembro de 1823.

Na larga devassa a que procederam, foi envolvido um numero considerável de pessoas, tendo o medo avassalado o espírito publico e receando muitos uma severa condenação. Depuseram muitas dezenas de testemunhas, formando-se um longo e volumoso processo. A sentença foi proferida a 26 de Outubro, sendo condenado 24 individuos, na sua quasi totalidade pertencentes ás classes mais categorizadas da sociedade madeirense. Foram applicadas várias penas, salientando-se os castigos de degredo e de desterro para as nossas possessões ultramarinas.

Entre as pessoas sentenciadas por esta alçada, mencionaremos o illustre autor da Zargueida, Francisco de Paula Medina e Vasconcelos condenado a oito anos de degredo para Angola, o abalizado medico Nicolau Caetano Betencourt Pita, redactor do Patriota Funchalense, o primeiro jornal que se publicou no Funchal, condenado a quatro anos de desterro para a ilha Terceira, tendo ali falecido em 1857, o distinto advogado e cónego da nossa Sé Dr. Gregorio Nazianzeno de Medina e Vasconcelos condenado a dez anos de degredo para Angola, o corregedor da comarca Dr. Francisco de Assis Saldanha condenado a prisão no castelo de

São Jorge, em Lisboa, o vigário do Campanário Tomé Pestana Homem de el-rei, os capitais Joaquim M. Gonçalves, João José de Sá Betencourt e Antonio João Favila condenados a diversas penas, além de outros indivíduos.

A sentença da alçada, que é documento extenso, foi publicada num folheto e vem também inserta no Archivo de Marinha e Ultramar, vol. II, pag. 98 e seguintes.

Alçada de 1828. O governador e capitão general da Madeira José Lúcio Travassos Valdez era partidário dos princípios constitucionais e por todos os meios ao seu alcance promovia a sua implantação entre nós. No dia 22 de Junho de 1828, desprezando as ameaças do governo de D. Miguel, fez proclamar com grande solenidade oficial e diversos festejos públicos os direitos de D. Pedro IV e da sua filha D. Maria, o que em extremo irritou os partidários do governo absoluto. A atitude de Valdez determinou a vinda á Madeira duma esquadra, com o novo governador José Maria Monteiro, que atacou esta ilha e a rendeu ás forças miguelistas como em outro lugar narraremos. (V. Ocupação da Madeira pelas tropas miguelistas).

O governo central, por carta regia de 6 de Agosto de 1828, encarregou o desembargador da Casa da Suplicação Francisco Antonio Maciel Monteiro de vir a esta ilha proceder a uma rigorosa devassa acerca dos acontecimentos políticos que aqui se haviam dado e de castigar severamente os que se tinham mostrado desafectos aos princípios do governo absoluto. Foi dado como escrivão dessa devassa, não um funcionário judicial qualquer, mas o desembargador da relação do Porto Dr. Manuel Luciano Abreu de Figueiredo. Os dois desembargadores vieram na esquadra e desembarcaram no Funchal no dia 25 de Agosto.

Os trabalhos da devassa começaram a 30 de Agosto e prosseguiram durante alguns meses. A 6 de Setembro, isto é 8 dias depois da alçada iniciar a sua investigação judicial, já se encontravam presos 51 indivíduos na cadeia da cidade, 15 na fortaleza de S. Tiago, 16 na fortaleza do Pico, 4 no forte do Ilhéu, 45 a bordo da fragata Príncipe D. Pedro, 15 a bordo da corveta Princesa Real, e 21 eclesiásticos no Aljube. Foi considerável o numero de homiziados em toda a ilha, procurando alguns esconderijo em lugares distantes e com a mais absoluta falta de comodidades, até que a muitos foi possível procurar no exílio uma relativa tranquilidade aos perigos que os ameaçavam. O governador e capitão general Travassos Valdez, os oficiais vindos de Inglaterra e vários madeirenses refugiaram-se a bordo da corveta de guerra inglesa Alligator (V. este nome). A alçada pronunciou cerca de 220 indivíduos, alguns dos quais obtiveram soltura por nada se ter provado contra eles. Foram remetidos presos para Lisboa, para se lhes dar ulterior destino, 77 indivíduos dos que

havia sido pronunciados e que foram condenados a diversas penas de prisão e degredo.

Alcoforado. É apelido antigo e nobre, mas extinto ha muito na Madeira. O primeiro que entre nós usou dele foi Gonçalo Pinto Alcoforado, que veio para esta ilha pelos anos de 1500 e estabeleceu residência em Machico, onde morreu, tendo ali instituído um morgadio.

Alcoforado (Francisco). Escudeiro do Infante D. Henrique. Escreveu a Relação do Descobrimento da Ilha da Madeira, que nunca foi impressa e de que D. Francisco Manuel de Melo dizia ter em seu poder o original, como jóia preciosa. Ha uma tradução francesa desta obra, com o seguinte título: Relation historique de la découverte de l'isle de Madère, Paris 1671. Também foi traduzida em inglês, sob o título seguinte: The First discovery of the island of Madeira, Londres, 1675.

A tradução francesa de 1671 foi reproduzida numa edição feita em Paris há cerca de 50 anos, que por visível engano traz a data de 1671, quando deve ser de mil oitocentos e sessenta e tantos.

Inocencio dá noticia doutra tradução inglesa, que existe no Museu Britanico diversa da que fica mencionada e que se intitula An Historical Account of the discovery of the Island of Madeira abridged from the Portuguese original, to which is added an Account of the present state of the Island, in a Letter to a Friend. London, 17 50. Esta versão é com todo o fundamento atribuída ao Dr. Johns.

Alcaide-mor. O donatario do Funchal era o alcaide-mor na capitania, mas o governo filipino entregou a guarda do castelo aos seus delegados no arquipélago, os quais por este facto passaram a usar daquele título. As atribuições destes novos alcaides foram fixadas pelo regimento de 5 de Dezembro de 1603, registado no Arquivo da Câmara, tendo sido o governador-geral João Fogaça o primeiro alcaide-mor nomeado pelo referido governo.

Os alcaides tinham a carceragem dos presos e a metade das multas, além de outras receitas indicadas no regimento.

O donatario do Funchal passou a ser simples alcaide-mor na capitania, desde a extinção da donataria em 1766, mas os seus direitos e atribuições eram muito diferentes das dos alcaides-mores criados pelo governo castelhano.

V. Municípios e Donatários.

Alcaide (Ribeiro do). Pequeno ribeiro da freguesia da Ponta do Pargo, que desagua no Oceano.

Alcaides. O alcaide do Funchal era nomeado pela Câmara, mas enquanto existiram as capitancias, a nomeação para tal cargo só podia recair num dos três indivíduos propostos pelo donatario. Este foi por largos anos o alcaide-mor, e por isso se dava muitas vezes a denominação de alcaide-menor ao funcionário nomeado pelo Senado, o qual acumulava funções distribuídas hoje pelo Administrador do Concelho e pelo Comissário de Policia.

Havia alcaides em Câmara de Lobos, na Ribeira Brava e no Caniço, nos tempos em que estas localidades pertenciam ao Município do Funchal, mas as atribuições destes funcionários, nomeados também pela Câmara, deviam regular pelas dos actuais regedores de paróquia.

O último alcaide do Funchal foi José Luiz Brandão, nomeado em 1832.

Álcool. O álcool usado desde velha data no tratamento dos vinhos tradicionais da Madeira e que a estes confere o sabor e o “bouquet” especiais que os caracterizaram, provinha principalmente da destilação directa da cana ou dos melaços do fabrico do açúcar. A cana Bourbon dava em cada 34 quilogramas um galão de aguardente em 30 graus Cartier, sendo esta aguardente vendida a 1.000 réis o galão, para os vinhos, muitos dos quais eram exportados para o estrangeiro. Também se extraia algum álcool de melão importado, o qual estava sujeito ao direito de 23 réis por quilograma.

Com o desaparecimento da cana sacarina da Madeira, passou esta ilha a importar álcool dos Açores, continuando porém a mandar vir muito melão do estrangeiro, para o fim indicado. Em 1900 importava a Madeira ainda cerca de 2.000 ponches de melão (o ponche comporta 100 a 120 galões), cada um dos quais

produzia 40 a 50 galões de álcool em 40 graus (restilo).

O decreto de 24 de Setembro de 1903 reduziu a 6 réis o direito de 30 réis que era exigido pelo decreto de 30 de Setembro de 1895 por cada quilograma de melaço estrangeiro importado para álcool, e o decreto de 11 de Março de 1911 manteve essa redução, nos casos de haver falta de álcool de cana, ou dos resíduos do fabrico do açúcar não chegarem para a extracção do álcool destinado ao tempero dos vinhos. Estabeleceu mais este ultimo decreto que o peso do álcool destinado ao tratamento dos vinhos não poderia ser superior a 2,60 réis por grau centesimal e por litro á temperatura de 15 graus.

Só ás empresas que se dedicam á indústria de açúcar e álcool na Madeira é, permitido, pelo regime em vigor, produzir álcool para vinificação e para os usos farmacêuticos. É produto que se distingue pela sua excepcional pureza.

“O decreto n.º 23.847, de 14 de Maio de 1934, só permite a destilação do alcohol directamente do sumo da cana quando não haja ou se preveja que não haverá residuos do fabrico do açúcar para o álcool necessário. O decreto n.º 27.912, de 31 de Julho de 1937, no intuito de promover um justo equilibrio entre os preços da cana sacarina e os do álcool e aguardente, fixou o peso de 7\$50 por cada litro de álcool vendido pela fabrica ao armazém central da Alfândega, que o fornecerá, por seu turno, aos viticultores, aos exportadores de vinho e ás farmácias, com o aumento de \$50 por litro.

As quantidades de álcool produzidas pelas fabricas matriculadas nos anos de 1912 a 1917, constam do mapa seguinte:

1912.....	729.543 LITROS
1913.....	769:064 “
1914.....	737:725 “
1915.....	552:901 “
1916.....	813:235 “
1917.....	497:505 “

O decreto de 11 de Março de 1911 e o Regulamento de Produção e do Comercio de Vinhos da Madeira, aprovado Por decreto de 8 de Novembro de 1913, fixaram em 55 litros a quantidade de álcool a usar em cada 500 litros de vinho, mas convém notar que o vinho não destinado á exportação sofre muitas vezes uma

alcoholização incompleta, havendo casos em que não se lhe adiciona álcool algum. O regulamento de 11 de Março de 1909 tinha limitado a 50 litros por cada 500 de vinho, a venda de qualquer álcool para vinificação.

Aldeia da Rainha. Povoação criada na freguesia de Santo Antonio da Serra no tempo de D. Maria I, com famílias vindas da ilha do Porto Santo, que não teve larga duração.

Vid. Santo da Serra.

Aldonça (Calhau e Porto da). Pequeno porto servido por uma praia de curta extensão na costa da freguesia de Gaula.

Aldromar. O biscainho João Martins de Aldromar, que em 1500 residia na freguesia de Câmara de Lobos, foi a primeira pessoa de que ha noticia ter usado deste apelido na Madeira. Parece-nos que é apelido extinto neste arquipélago.

Alealdador. Cargo criado por D. Manuel I. Era uma espécie de juiz em questões de açúcar. Tinha sob as suas ordens os estimadores de canaviais e os estimadores dos acusares.

Alecrim da Serra (*Thymus caespititius*) Labiada lenhosa e prostrada, muito frequente no Paul da Serra. Tem folhas quasi lineares e corolas rosadas, raras vezes brancas.

Alecrim de Nossa Senhora (*Eriocephalus sericeus*). Pequeno arbusto da família das Compostas, cultivado na Madeira. É originário do Cabo da Boa Esperança, e os seus ramos guarnecidos de folhas lineares, ás vezes 3-fendidas, servem para a preparação de banhos aromáticos.

Alecrim (*Rosmarinus officinalis*). Arbusto da família das Labiadas, muito cultivado nos jardins da Madeira. É muito aromático, e a infusão das suas folhas é bastante empregada em banhos e fomentações, podendo servir ainda, quando usada internamente, para combater o fastio, as tosses e a clorose. Entre a gente pobre é uso queimar ramos de alecrim para beneficiar o ar das habitações.

Alecrins. Sítio da freguesia de Santo Antonio do Funchal, onde existiu a capela de Nossa Senhora da Quietação edificada em 1670, por Lourenço de Matos Coutinho, que nela fez sede do morgadio dos Alecrins instituído no ano de 1577, sendo hoje o Dr. Rui Betencourt da Câmara o representante desta casa vinculada.

Alegria-campo (*Semele androgyna*). Arbusto da família das Liliaceas, subfamília das Asparagoideas, muito cultivado nas quintas e jardins da Madeira, e que aparece no estado espontâneo nalgumas ravinas do interior. Os seus ramos longos e abundantemente providos de ramusculos guarnecidos de cladodios grandes e ovados, ovado-lanceolados ou lanceolados, são muito ornamentais, e servem para guarnecer as paredes dos templos, quando há festividades religiosas, e ainda para alguns outros fins. O alegria campo de folha miúda é o *Asparagus asparagoides*, planta originária do Cabo da Boa Esperança e pertencente á mesma família e subfamília.

Alegria. Neste sítio da freguesia de São Roque do Funchal encontra-se a capela de Nossa Senhora da Alegria, fundada em 1609, por Francisco de Abreu, a qual se incorporou na casa Torre Bela, a que ainda hoje pertence.

Alemanio Fini. Escreveu uma obra com o seguinte título: *Descrizione dell Isola d'illa Madera scritta nella lingua latina del Conte Giulio Landi, Piacenza, 1574.*

Alemão (Henrique). O apelido de Alemão, hoje extinto, diz o anotador das Saudades da Terra

seguindo os nobiliarios *procede de Henrique Allemão, personagem legendário dos primitivos tempos da colonização desta ilha da Madeira. Delle se dizia que era príncipe polaco, e que, perdida em 1444 a batalha de Varna por Ladislao IV contra Amurato II, fizera voto de peregrinar a terra, e fora armado cavalleiro de Santa Catarina do Monte Sinae. Vindo á ilha da Madeira, João Gonçalves Zargo lhe deu, no sítio depois chamado a Magdalena do Mar, largo terreno de sesmaria, por carta que foi confirmada pelo Infante D. Henrique em 29 de Abril de 1457, e por D. Afonso V em 18 de Maio do mesmo ano. Com effeito, Henrique Allemão ahi fundou grande fazenda povoada, com capela de invocação de Santa Maria Magdalena, da qual veio o nome ao logar. Casou com Senhorina Anes, e morreu desastadamente esmagado por uma quebrada que do Cabo Gyrão cahiu sobre o barco em que elle hia da cidade do Funchal para a Magdalena. Sua mulher casou depois com João Rodrigues de Freitas. Ainda agora ha, acima da villa da Ponta do Sol, a Fajã do Allemão, que o povo corruptamente denomina do Limão”.

Alencastre (D. Mariana de Vasconcelos e Câmara). Foi donataria do Funchal em 1666, e intitulava-se: Marquesa e Condessa de Castelo Melhor e de Vila Nova da Calheta, Senhora das Vilas de Figueiró e Pedrogam Grande, e Governadora da Justiça e Fazenda da Ilha da Madeira e cidade do Funchal. Casou com João Rodrigues de Vasconcelos, 2.º Conde de Castelo Melhor.

V. Castelo Melhor.

Alexandre (Príncipe). O príncipe Alexandre dos Países Baixos chegou á Madeira na fragata holandesa Príncipe de Orange, a 20 de Novembro de 1847, e aqui faleceu na quinta de Tomaz Burnett, em Santa Luzia, a 20 de Fevereiro de 1848, tendo o seu cadáver sido levado para bordo do vapor holandês Phoenix a 3 de Abril do mesmo ano, que o conduziu á Holanda.

Alface (Lactuca sativa). Composta liguliflora muito cultivada nas hortas madeirenses. O suco obtido por incisões transversais feitas nos caules da alface na época da floração, tem nas farmácias o nome de lactucario, e pode ser empregado nalguns casos como sucedâneo do ópio. A água destilada da alface tem emprego como veículo de certas poções calmantes.

Alfândegas. O rápido desenvolvimento comercial e agrícola que teve a Madeira logo após a descoberta determinou sem demora o estabelecimento de alfândegas ou postos fiscais em diversas povoações do arquipélago, que pela sua importância e movimento impunham a necessidade dessa criação.

Por meado do segundo quartel do século XV principiar a arrecadar-se no Funchal os primeiros impostos ou tributos alfandegários, embora a criação da alfândega só se realizasse no começo do último quartel do mesmo século. Essa arrecadação estava cometida a um almoxarife, que era o cobrador dos impostos da fazenda real e que tinha como auxiliares quatro indivíduos, a que então se chamava homens del-rei; percebendo cada um o vencimento anual de 20\$000 réis.

É datado de 15 de Março de 1477 o diploma que estabeleceu a alfândega do Funchal, sendo portanto a mais antiga repartição publica de todo o arquipélago. Foi D. Beatriz mãe de D. Manuel, duque de Beja e grão-mestre da ordem de Cristo a que esta ilha pertencia, que, como tutora do seu filho e em atenção ao notável desenvolvimento que estava tomando a então vila do Funchal, resolveu a criação da alfândega, ignorando nós as condições em que essa criação se deu, no que diz respeito á latitude das suas atribuições fiscais, ao seu pessoal e funcionamento e ainda ás suas receitas de importação e exportação. Sabemos que, para dar execução á carta regia de 15 de Março de 1477, mandou a infanta D. Beatriz a esta ilha o seu contador Luiz de Atouguia com os necessários poderes e instruções para arrendar casa apropriada, nomear o indispensável pessoal e organizar os diversos serviços, para o regular funcionamento da mesma alfândega. Também sabemos que o almoxarife e os quatro homens del-rei ficaram incorporados no seu pessoal.

Poucos dados possuímos para nos referirmos a esta casa fiscal nos tempos primitivos da sua criação. Sabemos apenas que em 1481, quatro anos depois dela começar a funcionar, foram os moradores do Funchal isentos do pagamento do imposto que se cobrava sôbre certas mercadorias.

O cargo mais importante era o de juiz, e o primeiro que exerceu este lugar foi Francisco Alvares, nomeado para ele em 1494. Passou este cargo, em ano que não podemos determinar precisamente, a ser o de provedor da fazenda real em todo o arquipélago ou foi cumulativamente exercido com ele, sendo um dos mais importantes lugares que então havia nesta ilha. O desembargador Dr. João Leitão (V. este nome), que foi o primeiro governador geral mandado para este arquipélago pelo governo filipino, quando, em 1582, deixou este lugar, assumiu o cargo de provedor da fazenda real, em virtude do alvará régio de 5 de Janeiro

de 1582. D. Filipe 21 reuniu em 1597 o lugar de provedor ao de corregedor, sendo então provido nele o bacharel André Lobo. Em 1650 já estavam os dois cargos sendo desempenhados separadamente.

Por alvará régio de 6 de Abril de 1775, extinguiu D. José o cargo de provedor da fazenda, criando em sua substituição a Junta da Real Fazenda, estabelecendo-se então o lugar de juiz da alfândega, sendo para ele nomeado Domingo Afonso Barroso, que antes servira já de provedor.

Damos em seguida a relação completa dos juizes da nossa alfândega, desde Francisco Alvares, que acima citámos, até Domingo Afonso Barroso, que acabámos de indicar, com as datas das suas respectivas nomeações. São eles: Francisco Alvares (1494), João Rodrigues Parada (1498), João Leite (1508), Cristovão Esmeraldo (1550), Pedro Fernandes (1555), Lourenço Correia (1559), Diogo Luiz (1560), Leoniz Simões (1563), Luiz Preto (1567), Pedro de Castilho (1577), Antonio de Carvalho (1579), João Leitão (1582), Domingos Vaz (1585), Antonio de Melo (1590), Bernardo Fernandes Tinoco (1596), André Lobo (1597), Baltazar Fróis (1599), Manuel Araújo de Carvalho (1606), Antonio Gomes Rodovalho (1615), Antonio Antunes Leite (1618), Luiz da Cunha (1621), Manuel Dias de Andrade (1628), Manuel Rodrigues Pereira (1634), João Rodrigues de Teive (1638), Manuel Vieira Cardoso (1639), Marcos Correia de Mesquita (1643), Francisco de Andrade (1647), Ambrosio Vieira de Andrade (1683), Manuel Mexias Galvão (1700), Francisco Torres Pinheiro (1703), Luiz de França Pimentel (1707), João de Aguiar (1710), José de Sequeira (1715), José Rebelo de Vadre (1727), Jorge Vieira de Andrade (1731), Manuel Teixeira de Castro (1745), Domingos Afonso Barroso (1757 a 1768).

Temos conhecimento de outros cargos, mas ignoramos as datas das suas criações. Em 1752 já havia o lugar de porteiro, que era então um cargo de importância e a que andava anexo o de guarda-livros. Este foi separado daquele em 1741, ficando desde então constituindo um novo lugar. O emprego de escrivão da Mesa Grande existia já em 1526 e o de primeiro feitor em 1592. Havia também os lugares de escrivão da marcas, selador, patrão-mor da Ribeira e capitão da fragata, segundo escrivão da Mesa Grande, amarrador de navios quintador do açúcar e ainda outros. Teve oito guardas desde os fins do século XV, que em 1763 foram elevados a 12.

“Temos como fora de duvida, diz o ilustre anotador das Saudades da Terra, que o arrendamento foi o primeiro systema de arrecadação fiscal adoptado nestas ilhas, e, por consequente, no ultramar: do que nos persuadem não só a supracitada carta de 15 de Março de 1477, que por duas vezes alude a rendeiros fiscais,

uma em relação ao juízo dos seus feitos, outra para que não opprimam os moradores, mas também as positivas referências que no primeiro livro das vereações da Câmara do Funchal (1471 e 1472) se lêem a contractos desta natureza, já quanto aos direitos do assucar, de que então eram contractadores o genovez Micer Leão, Martim Annes, Alvaro Esteves e Fernão Nunes; já quanto ao dizimo das madeiras, de que era rendeiro João Garcia; já quanto ao trigo, que Martim Luiz tinha por avença; já quanto ao rendimento do verde, e outros».

Este processo de arrendamento continuou, embora com algumas variantes, ainda depois da reforma feita por D. Manoel no princípio do século XVI, tornando-se a alfândega do Funchal o principal centro da cobrança dos direitos da fazenda real, isto é arrecadando-se ali outros impostos e outras contribuições que até então eram cobrados por diversas entidades oficiais e que não constituíam tributos propriamente alfandegários no sentido em que hoje os tomamos, como se pode ver no foral dado por D. Manuel á cidade do Funchal e vilas da Ponta do Sol e Calheta em 6 de Agosto de 1515.

Não sabemos até quando perdurou este sistema de arrendamentos dos direitos cobrados na alfândega, mas cremos que teve larga duração, havendo no entretanto dentro desse período, e por várias vezes, a arrecadação sido feita directamente pelos empregados alfandegários ou cobradores das rendas reais. Assim vimos algures que em 1772 Inacio Pedro Quintela “arrematou os rendimentos da alfândega por tempo de seis annos, por quarenta contos de reis, e o mesmo se deu em outras ocasiões.

O alvará régio de 15 de Janeiro de 1512 fez aumentar bastante o movimento da alfândega do Funchal e cercear notavelmente o das outras alfândegas, pois que estabelece a expressa proibição da saída do açúcar, então a mais importante e rica produção de toda a ilha, a não ser pela alfândega desta cidade. O motivo desta proibição di-lo claramente a citada carta régia: “...recebemos muyta perda & se furtam & sonegam nossos direytos por se despacharem em muytos logares apartados e por muytos officiaes & nom he rezam que por ello nos percam...”

Só procedendo a um demorado estudo, para o qual não nos sobra tempo e também escasseiam os elementos indispensáveis, se poderia dar uma ideia detalhada das vicissitudes por que tem passado a nossa alfândega, no que diz respeito ao seu funcionamento interno, á maneira de arrecadar as suas receitas, ao modo como elas incidiam sôbre as mercadorias etc., sobretudo em época anterior á da implantação do governo constitucional, em que a legislação não era uniforme para todo o país. No entretanto transcrevemos o

seguinte interessante trecho, que encontramos no manuscrito do Padre Antonio Gomes Neto, que de vez em quando o Dr. Alvaro de Azevedo cita nas suas notas ás Saudades da Terra:

“O provedor da fazenda, Manuel Mexias Galvão, mandou, por seu edital de 18 de julho de 1700, em consequência das Ordens Regias e mais providencias constantes do L.º 9 a f. 392, para se fazer o embarque e desembarque de quaisquer fazendas junto ao reduto da Alfândega, sob pena de perdimento de todas aquellas que se desembarcassem em outro qualquer sítio. Que pessoa nenhuma, de qualquer qualidade, estado ou condição que fosse, podesse ir a bordo dos navios com fazendas, sem licença do provedor, sob pena de ser queimado o barco e pagar seis mil reis de condemnação na cadeia para a fazenda real, além da pena de degredo imposta pela lei de 12 de agosto de 1722, e perdimento de metade dos seus bens, L.º 15 a f. 61 V1, e ordenação do reino, L.º 5 a f. 714, sendo uma terceira parte para o alcaide do mar ou denunciante. Que as mesmas precauções se deveriam observar a respeito das lanchas dos navios estrangeiros, logo que tiverem dado sua entrada na casa de saúde, em conformidade também com a carta da câmara do Funchal de 12 de fevereiro de 1742, L.º 8 a f. 103, ficando a cargo dos respectivos consules advertir os seus representados, afim de não allegarem ignorância e para poderem os guardas cumprir com os seus deveres. Prohibe também aos barqueiros levar ou trazer cargas ou fazendas que não seja nos barcos do cabrestante ou nos que forem nomeados pelo patrão do calhau, e que, depois de anoitecer, não possam vir ou ir a bordo. Pertence aos feitores da alfândega ter todo o cuidado e vigilância em metter os guardas na forma do foral, sem que possam os ditos guardas sair de bordo dos navios senão depois de descarregados e visitados para sahirem, sob pena de que não sendo achados a bordo serem presos e detidos até mercê de S. Magestade. Os guardas de numero castigados com 15 dias de cadeia e lançados fora para sempre; os que não forem do numero, e uns e outros que não forem achados a bordo pagarão por seus bens o damno resultante á real fazenda de qualquer descaminho, L.º 9 a f. 392”.

Tendo em várias ocasiões o senado funchalense pretendido, ao abrigo de supostos privilégios, interferir em assuntos que eram da exclusiva alçada do provedor e mais empregados da alfândega, foi por ordem régia obrigado a reconhecer, em 1742, “a incompetência da sua autoridade de ir ou mandar a bordo sem licença do provedor e a repor na alfândega os mantimentos que tenha mandado tirar de bordo”.

Também os governadores gerais e os capitais gerais do arquipélago tentaram por vezes exercer a sua intervenção oficial nos serviços das alfândegas, sendo expedidas diversas provisões régias, principalmente de D. João IV, proibindo ás autoridades superiores desta ilha a sua intromissão em assuntos de tal natureza.

Logo após o estabelecimento do sistema constitucional entre nós, algumas medidas governativas se tomaram com relação á nossa alfândega. O decreto de 23 de Junho de 1834 cria a alfândega do Funchal em condições idênticas ás do continente, a lei de 20 de Fevereiro de 1835 introduz-lhe notáveis modificações no seu funcionamento e pessoal e o decreto de 14 de Junho de 1836 determinou o numero e vencimento dos seus empregados.

Até o fim da primeira metade do século passado, publicaram-se a respeito da nossa alfândega entre outras medidas governativas e legislativas, a portaria de 13 de Janeiro de 1837, o decreto de 14 de Maio de 1837, a portaria de 8 de Maio de 1837, os três decretos de 30 de Junho de 1837, a portaria de 30 de Junho de 1837, a portaria de 25 de Agosto de 1837, a portaria de 12 de Janeiro de 1838 a portaria de 14 de Maio de 1838, a portaria de 4 de Novembro de 1838, a Portaria de 2 de Julho de 1839, as leis de 2, 16 e 21 de Agosto de 1839, os decretos de 4 e 24 de Maio de 1842, o decreto de 27 de Maio de 1843, as portarias de 25 e 26 de Setembro de 1843 e a portaria de 29 de Novembro de 1849.

A carta régia de 15 de Março de 1477 que criou a alfândega do Funchal, determinava que para tal fim se arrendasse uma casa apropriada. Não se sabe, porém, com precisão o lugar onde primitivamente se estabeleceu essa casa fiscal. Tem-se afirmado, e disso se fez eco o ilustre anotador das Saudades da Terra, que a alfândega do Funchal teve a sua primeira instalação na rua do Esmeraldo, na casa chamada granel do poço ou nas suas mais próximas imediações. Também algures se lê, como informação colhida na tradição local, que a alfândega se instalou lá para as bandas de Santa Maria Maior. Não é isso nada para estranhar e é até muito provável que assim tivesse acontecido. O primitivo núcleo de população estabeleceu-se principalmente a leste da ribeira, que depois se chamou de João Gomes, e ali é que foi tomando maior incremento a nascente povoação do Funchal, a pesar do descobridor e primeiro donatario haver fixado residência no alto de Santa Catarina, que então, por certo não teria ainda este nome.

Parece igualmente que a alfândega funcionou numa casa da rua Direita, que foi uma das mais importantes do Funchal antigo. Num livro do cabido da nossa Sé se encontra registada uma escritura de venda, datada de 18 de Maio de 1557, das casas do mestre Gabriel, que ora são de Duarte Rodrigues, foreiras á Fabrica da Sé, sitas na rua Direita, que vao ter ao mar e foram a alfândega velha”.

É até possível que a repartição da alfândega se tivesse sucessivamente instalado nos locais que ficam indicados, ignorando-se a ordem cronológica em que porventura se realizariam essas instalações.

*A casa da alfândega, diz o Dr. Rodrigues de Azevedo, que D. Manoel mandou levantar é a que ainda agora existe no Funchal; boas razões o provam. O local que Gaspar Frutuoso, nas Saudades da Terra, indica á edificação manuelina, é o mesmo que o edificio actual; as arcadas e portadas interiores lá teem indelével o cunho architectonico da epocha; e no topo de uma dessas portadas está a seguinte inscripção:

ANO DE
1620 À
SE MVDOV
ESTA PORTA

Estas palavras bem mostram que a construção originaria foi muito anterior ao anno de 1620. E, por ultimo, como se vê do tomo VI, fl.s 60, do Archivo da Camara do Funchal, D. João IV mandou, no anno de 1644, que ahi se fizesse um reducto que servisse de praya com respeito da distancia que havia de huma e outra fortaleza & se abrisse uma porta para o embarque & desembarque das fazendas: e esse reducto e porta foram feitos, e existem juncto á casa da actual alfandega, authenticados pela seguinte inscripção, que se lê gravada sobre a porta exterior, que dá para a rua dos mercadores:

MANUEL DE SOVSA M.as SENDO
G.or E CAPP.tão GERAL, DESTA ILHA
DA M.dra MANDOV FAZER ESTE
REDVCTO E PORTAS DELLE POR
ORDEM DE SVA MG.de ANNO DE 1645
SENDO PRO.dor ME.t V.O CarDoZo

É, portanto, fora de toda a duvida a identidade do edificio antigo e do existente.

O edificio, que para a época e lugar em que foi construído, se podia chamar grandioso, tem sofrido diversas modificações e arranjos, adaptando-se ás exigências sempre crescentes daquele estabelecimento aduaneiro, mas conserva o cunho característico da primitiva construção manuelina, sobretudo em algumas portas interiores e na pureza das suas linhas ogivais. O seu andar nobre foi o que sofreu mais profundas alterações na sua primeira construção. O Mandado do Conselho de Fazenda de 30 de Julho de 1733 ordenou que se procedesse ali a grandes obras, e é desta época que data o alto do edificio que olha para a rua da Alfândega e

para o pátio interior, com a sua escadaria adjacente.

Em 1590, referindo-se a este edifício, dizia Gaspar Frutuoso: “a casa da alfândega, mais prospera e de melhores oficinas que a da cidade de Lisboa bem amurada de cantaria, e fechada pela terra e pelo mar, que está junto della e nella bate muitas vezes quando ha marezia”.

O grande abalo de terra que houve nesta ilha (V. Tremores de Terra) em 1 de Abril de 1748 danificou bastante as casas da alfândega que uma narrativa coeva do acontecimento descreve assim: “ Sendo fortissimas as suas paredes, descobrem-se nelas trinta e duas fendas, huma de alto a baixo e outras atravessadas; alguns cantos desunidos, frexaes apartados de seus logares e tudo o mais carecendo de prompto remedio...”

O andar nobre desta casa serviu em outros tempos de moradia aos provedores e ainda não ha muito que nele estiveram instaladas algumas repartições publicas. O Governo Civil e suas dependências ali permaneceram e funcionaram largo tempo, tendo sido em 1890 removidos para uma casa á rua de João Gago.

Em frente do edificio da alfândega e muito próximo dele, se levantou em 1644 um pequeno forte, em conformidade com o plano estabelecido para a defesa marítima da cidade. A muralha ainda hoje ali existe é o único vestígio que resta do antigo forte ou Reducto da Alfândega, como era então chamado.

O reduto tinha porta para o pátio da alfândega, e o alvará régio de 11 de Agosto de 1644 determinava que por ela *entrassem todas as mercadorias, tomando-se por perdidas as que desembarcassem em outra qualquer parte”.

Junto ao edificio havia e existe ainda uma pequena capela, destinada hoje a usos diversos dos fins para que foi edificada. Tinha a invocação de Santo Antonio e foi construída por 1714 pelo provedor e juiz daquela casa o Dr. João de Aguiar. Sôbre o pòrtico desta capela lê-se a inscrição latina Ad salem sol, que tem dado lugar a diversas traduções e que tem sido variamente interpretada.

É impossível apresentarmos aqui uma informação completa acerca do rendimento da alfândega do Funchal e das outras alfândegas do arquipélago em períodos sucessivos desde a criação delas até ao presente, tendo que cingir-nos a pequenas notas dispersas e referentes a épocas muito distantes umas das outras. Assim,

por uma ponta que se tomou do rendimento das alfândegas das duas capitánias desta ilha e do Porto Santo desde o anno de 1581 a 1587”, citada pelo Dr. Rodrigues de Azevedo se vê que nesse período de sete anos o rendimento conjunto das alfândegas foi respectivamente de 28:925\$275, 26 619\$769, 26:013\$590, 29:592\$155, 28:277\$791, 31:206\$013 e 16:368\$257 réis. Numa narrativa contemporânea do terramoto de 1748 se lê que a alfândega ... rende de sabida hum anno por outro 27 contos de reis de direitos e de entrada 11 contos por serem livres os mantimentos por virtude de um contracto celebrado por Sua Magestade e o Povo deste Ilha.

O rendimento da nossa alfândega foi respectivamente de 228 e 230 contos nos anos de 1812 e 1813. Nos anos económicos de - 1828-1829 a 1839-1840 rendeu réis:

1828 a 1829.....	77:467\$858
1829 * 1830.....	66:865\$766
1830 * 1831.....	66:241\$030
1831 * 1832.....	56:639\$460
1832 * 1833.....	79:738\$762
1833 * 1834.....	90:582\$559
1834 * 1835.....	100:735\$461
1835 * 1836.....	99:230\$221
1836 * 1837.....	115:332\$633
1837 * 1838.....	108:713\$738
1838 * 1839.....	142:639\$666
1839 * 1840.....	129:492\$469

A nota do rendimento da alfândega do Funchal nos últimos anos é a seguinte:

1896.....	420:359\$099
1897.....	411:344\$857
1898.....	400:149\$011
1899.....	549:426\$805
1900.....	534:308\$446
1901.....	526:516\$570

1902.....	610:862\$178
1903.....	685:445\$558
1904.....	582:228\$286
1905.....	578:730\$497
1906.....	626:783\$370
1907.....	642:703\$253
1908.....	593:877\$672
1909.....	658:474\$874
1910.....	604:385\$995
1911.....	585:100\$920
1912.....	756:521\$640
1913.....	714:702\$260
1914.....	573:690\$020
1915.....	350:550\$410
1916.....	412.793\$41
1917.....	293.598\$03
1918.....	200.426\$94
1919.....	495.494\$68
1920.....	1.027.379\$30
1921.....	1.429.848\$01
1922.....	1.601.734\$02
1923.....	2.384.045\$24
1924.....	4.339.361\$25
1925.....	3.537.050\$48
1926.....	3.599.009\$48
1927.....	14.799.466\$73
1928.....	18.135.548\$54
1929.....	22.686.218\$19
1930.....	25.010.804\$67
1931.....	20.845.121\$68
1932.....	21.252.161\$84

Convirá dizer aqui que é difícil a comparação das receitas arrecadadas desde que a moeda principiou a desvalorizar-se com as do tempo da moeda valorizada porque as alfândegas têm adoptado diferentes coeficientes de desvalorização e até mais dum em cada ano. No entanto o rendimento de 21.252.161\$84 respeitante ao ano civil de 1932 (coeficiente de desvalorização 24,45) corresponde a 869.209\$97 escudos ouro, receita nunca atingida antes da grande guerra.

Nas receitas alfandegárias que ficam descritas não vão incluídos os impostos municipais arrecadados juntamente com os direitos aduaneiros do Estado. Damos a seguir uma nota dos impostos cobrados nos últimos quinze anos na nossa alfândega e exclusivamente destinados a serem distribuídos pelas onze câmaras Municipais do distrito.

1918.....	54.449\$34
1919.....	124.477\$31
1920.....	277.449\$42
1921.....	321.661\$18
1922.....	355.506\$66
1923.....	612.350\$09
1924.....	1.143.737\$46
1925.....	802.411\$47
1926.....	953.537\$31
1927.....	1.452.772\$43
1928.....	1.693.854\$65
1929.....	1.430.633\$32
1930.....	1.547.178\$88
1931.....	1.183.014\$84
1932.....	1.202.916\$16

O rendimento da alfândega do Funchal é superior ao rendimento conjunto das três alfândegas açoreanas. Nos últimos 30 anos foram directores da nossa alfândega os funcionários aduaneiros: José Pais de Vasconcelos, chefe da delegação aduaneira do Funchal, que tomou posse a 22 de Novembro de 1889; Guilherme Read Cabral, que sendo extinta a delegação aduaneira do Funchal e elevada á categoria de alfândega por decreto de 21 de Abril de 1892, tomou posse de director a 7 de Maio de 1892; Carlos Maria de

Vasconcelos Sobral, que tomou posse a 9 de Novembro de 1895; Francisco Xavier Teixeira, tomando posse a 26 de Abril de 1907; Antonio Augusto Curson, posse a 3 de Agosto de 1908; Afonso Vieira de Andrade, posse a 6 de Setembro de 1911; e Adolfo João Sarmiento Figueiredo, posse a 23 de Outubro de 1916.

Temos conhecimento de que acerca da alfândega desta cidade ou de assuntos que com ela muito de perto se relacionam se publicaram os seguintes opúsculos: - Moção feita na Sociedade Patriótica Madeirense por um de seus membros, Lisboa, 1835, de 16 pag.; Regulamento dos guardas da Alfândega do Funchal, Funchal, 1856, de 10 pag.; Recurso interposto para O Illmo e Ex.mo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Fazenda em Lisboa por Blandy & C1 negociantes estabelecidos no Funchal como agentes da companhia dos paquetes a vapor denominada African Steam Ship Company na ilha da Madeira da decisão proferida pelo Sr. director da alfândega da dita cidade em 17 de Abril de 1866, na qual multou o capitão do vapor Lagos...Funchal, 1866, de 28 pag.; Regulamento da cobrança fiscalização do imposto indirecto municipal lançado sobre os artigos importados pela Alfândega do Funchal, Funchal, 1878, de 8 pag.; Relatório apresentado pela direcção da Associação Comercial do Funchal da sua gerência no anno findo em 30 de Junho de 1883, Funchal, 1884, de 24 pag.; Breves considerações sobre as Alfândegas, por um curioso, 1884, de 53 pag., não designando o lugar da impressão; A Madeira e as Canárias, por João Augusto de Ornelas, Funchal, 1884, de 28 pag.; Representação da Câmara Municipal da cidade do Funchal, sobre diversas medidas tendentes a animar a navegação...dos paquetes transatlânticos, Funchal, 1884, de 4 pag.; Ao Publico, por João Paulo da Silva. Funchal, 1885, de 8 pag.; Breves considerações sobre os direitos de importação do assucar estrangeiro, pelo Visconde do Canavial, Funchal, 1885, de 16 pag.; A cultura da cana de assucar e os direitos sobre o assucar, pelo mesmo, Funchal, 1885.; Relatório apresentado á assembleia geral da Associação Comercial do Funchal pela comissão nomeada a 6 de Outubro de 1885 para estudar a recente legislação aduaneira, Funchal, 1886, de 51 pag.; Refutação das accusações feitas á alfândega do Funchal no relatório assignado por Manuel José Vieira e enviado á Associação Comercial daquela cidade, por José Guedes de Almeida Carvalhais, Angra do Heroísmo, 1886, de 23 pag.; Tabella do lançamento de contribuições Municipais indirectas cobradas na alfândega do Funchal, Funchal, 1896, de 38 pag., tendo sido publicados diversos folhetos com o mesmo título referentes a vários anos; Representação da Câmara Municipal do Funchal sobre a importação do vinho na Russia, Funchal, 1906, de 7 pag.

Com o título de Ordens da Direcção da Alfândega do Funchal tem-se publicado anualmente um volume, contendo as diversas ordens de serviço expedidas pelo director daquele estabelecimento aduaneiro e outros dados e informações que muito interessam ao regular funcionamento da mesma casa fiscal. Foram já

publicados muitos volumes, sendo o primeiro referente ao ano de 1907.

O escrivão da descarga da alfândega Antonio Marcelino Gomes escreveu em 1824 um Projecto de Regulamento da alfândega da ilha da Madeira, que ofereceu a D. João VI mas que não foi publicado.

Alfândega de Santa Cruz. A importância e tráfico comercial da povoação de Santa Cruz deram-lhe direito á criação duma alfândega ainda muito antes de ser elevada á categoria de vila. E assim vemos que pela carta régia de 15 de Março de 1477, isto é 38 anos antes da criação do município, se determinou que ali se estabelecesse uma casa fiscal para a arrecadação dos impostos e direitos reais. Não sabemos se começaria logo a funcionar, sendo de 1549 o diploma mais antigo que acerca dela conhecemos.

Pelas muitas referências que a ela temos encontrado, pelo numero e qualidade dos seus empregos e ainda pelos registos de vários diplomas exarados nos livros da antiga provedoria do Funchal, vemos que a alfândega de Santa Cruz era mais importante e de maior movimento do que a de Machico, a pesar desta ficar na sede da capitania.

Esta casa fiscal teve os cargos de juiz, almoxarife, escrivão, feitor, porteiro, alcaide do mar e quatro guardas, não sendo todos estes lugares criados na ocasião em que ela foi estabelecida, mas a largos intervalos, quando porventura as exigências do serviço a isso aconselhavam. O cargo mais antigo deve ter sido o de almoxarife, mas só conhecemos o mandado do Conselho da Fazenda de 12 de Março de 1614, que para aquele lugar nomeou Antonio Pimentel, com o privilegio de “se lhe darem as casas da Alfândega para nelas morar e recolher os quintos do açúcar de Sua Magestade”.

O cargo de juiz que era o de maior categoria, foi criado por alvará régio de 18 de Agosto de 1563 e nele provido Tomé Alves. O alvará de 11 de Agosto de 1644 determinou que o “juiz da alfândega de Santa Cruz servisse de provedor da alfândega do Funchal nos impedimentos do mesmo provedor, e não os escrivães da Mesa Grande”.

Em 1551 já existia o lugar de escrivão e em 1550 o de porteiro, ignorando-se a data da sua criação. Estabeleceu-se o cargo de feitor pela carta regia de 10 de Maio de 1549, sendo Domingos Fernandes o primeiro nomeado. O lugar de alcaide do mar, que já existia em 1600, foi extinto em 1744.

Com o estabelecimento da alfândega, criaram-se os quatro lugares de guardas, que em 1682, por mandado do Conselho de Fazenda, passaram a fazer serviço na alfândega do Funchal.

Não sabemos quando foi extinta a alfândega de Santa Cruz. Temos apenas conhecimento duma petição feita em 1768 por Antonio João Nunes Pereira, pedindo a propriedade do ofício de feitor desta alfândega, já então extinto, para exercer este cargo na alfândega do Funchal. A extinção não deveria ter sido muito anterior a 1768, e Antonio João Nunes Pereira seria talvez descendente e herdeiro do ultimo proprietário daquele ofício. Em 1502, tinha sido pedida, por vários moradores do Funchal, a extinção das alfândegas de Santa Cruz e Machico, mas foi indeferida essa petição.

O edificio da alfândega de Santa Cruz deve ter sido demolido pelos fins do segundo quartel do século passado, Ainda existem alguns contemporâneos que se lembram dele. Ficava situado no centro da vila e no começo da rua que tem hoje o nome do Dr. Barros e Sousa e que conduz ao passeio publico. Tinha um certo aspecto de grandeza e a sua construção era no estilo manuelino do tempo, com as suas janelas e portas ogivais, em tudo semelhante ás do edificio da Câmara Municipal. Pena foi que o não conservassem com o respeito devido ás venerandas reliquias do passado. Era um monumento a atestar as prosperidades da antiga vila de Santa Cruz, que perdeu a sua passada importância com o progresso e engrandecimento do Funchal.

Alfândega de Machico. Como as alfândegas do Funchal e Santa Cruz, foi também criada pelo alvará régio de 15 de Março de 1477. Já fizemos notar que a pesar desta alfândega estar instalada na sede da capitania, tinha menor movimento e, menos importância do que a de Santa Cruz, devido talvez á circumstancia de ser maior a produção do açúcar em Santa Cruz e povoações limítrofes do que em Machico.

Ignoramos quando começou a funcionar e poucas referências temos encontrado ao número de seus empregados. Em 1486 foi novamente ordenado que funcionasse a alfândega de Machico, ou por não haver sido ainda instalada ou porque se tivesse interrompido a arrecadação dos impostos que ali se cobravam. Sabemos no entretanto que teve juiz, sendo Antonio Alves Uzadamar o primeiro que exerceu este cargo em 1557, e os lugares de almoxarife e de alcaide de mar, criados em 1550.

Ainda depois de extinta, e durante largos anos, se conservaram na vila de Machico os restos do edificio onde ela esteve instalada. Muito recentemente se mostrava ainda na rua da Árvore um trecho de muralha

denegrado pelo tempo, onde se abria uma pequena porta ogival, já meio soterrada devido ao levantamento do leito da via pública que lhe ficava adjacente. Era o único vestígio que restava da antiga alfândega e também o único exemplar ali existente da arquitectura manuelina, que por toda a ilha tem desaparecido. Essas ruínas deveriam ter sido conservadas religiosamente. O município de Machico não quis ou não soube conserva-las e permitiu que o camartelo as lançasse vandalicamente à terra no ano de 1916. Constituíam um padrão eloquente das antigas prosperidades da vila e capitania de Machico, e nenhum visitante ilustrado que ali fosse deixaria de olhar com devotado interesse para aquela nesga de muro negro e para a pequena porta que nela se abria em ogiva na pedra mole avermelhada das velhas construções madeirenses.

Alfândega do Porto Santo. Como judiciosamente observa o anotador das Saudades da Terra, houve na ilha do Porto Santo uma estância ou posto fiscal e não uma alfândega propriamente dita. Desconhecemos a data da sua criação, mas já existia em 1556, porque o alvará régio de 8 de Abril deste ano nomeou Gaspar Calaça para o lugar de almoxarife, que era o cargo mais importante da mesma alfândega, com o vencimento anual de dois mil réis em dinheiro, dois moios de trigo e duas pipas de vinho. A última nomeação de almoxarife de que temos notícia é a de Diogo Luiz Drumond feita pelo alvará de 22 de Julho de 1768. O cargo de escrivão é anterior a 1556, pois neste ano foi para ele nomeado Diogo Delgado, por morte do seu antecessor Rodrigo Anes. Havia ainda o lugar de alcaide do mar, cuja criação é muito anterior a 1642. Ignoramos quando deixou de existir a alfândega do Porto Santo.

Postos fiscais. Nos portos de Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Madalena do Mar e Calheta foram mandados estabelecer postos fiscais para a arrecadação de certos direitos, mas ignoramos se chegaram a ser criados e o modo como funcionavam.

“Havia também nos portos deste archipelago, diz o Dr. Alvaro de Azevedo, as vigias, isto é, estações militares e simultaneamente fiscais, que vigiavam o mar, as costas e praias, a fim de darem alarme de corsários ou de quaisquer outros navios inimigos, e evitar contrabandos. As vigias eram feitas pelos povos, em pequenas casas fortes, de propósito construídas para resistir ao mar, e evitar surpresas. D. Sebastião deu-lhes regimento em 1567, que está registado no tomo V, fl. 105, do Archivo da Camara do Funchal, e, por alvará de 1569, determinou que ninguém “fosse isempto deste serviço”.

Alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*, L.). Arvore da família das Leguminosas, subfamília das Cesalpinioideas, cultivada nalguns pontos dos Arredores do Funchal. As suas flores são dióicas, e os seus frutos têm uma polpa levemente laxativa, doce e dum sabor agradável. As alfarrobas madeirenses são de má qualidade e pouco polposas. A alfarrobeira existe também no Porto Santo.

Alfavaca de Cobra (*Parietaria officinalis*). Planta vivaz, de caules às vezes lenhosos na parte inferior e folhas ovadas ou lanceoladas, atenuadas ou arredondadas na base, pubescentes. É frequente nos muros, rochas e lugares pedregosos, e encerra uma quantidade notável de nitrato de potassa. A infusão das folhas e caules tenros da alfavaca é muito usada na Madeira para combater os fluxos sanguíneos provenientes de padecimentos hemorroidais.

Alfinetes de Senhora. V. Artemija.

Alfonsim (*Beryx splendens*). Peixe teleosteo da família Bericida, que aparece com frequência no mercado. É de excelente qualidade.

Alfôrra. Dá-se este nome a um *Dactylopius* e a um *Tetrachynus* que aparecem sobre as plantas verdes, e a um ácaro que vive principalmente sobre a palha seca do trigo. Esta última espécie provoca comichões quando se introduz sob a pele.

Algas. Na Madeira, Porto Santo e Desertas têm sido achadas até o presente 373 espécies de algas, das quais 211 pertencem ao grupo das Diatomaceas. Das 162 espécies restantes, 127 são marinhas e 35 vivem nas ribeiras, tanques, lugares húmidos e levadas, não se conhecendo acerca de muitas delas senão os nomes dos géneros a que pertencem.

A *Enteromorpha compressa* é extremamente comum nas pedras que as águas descobrem na baixa mar, e a

Ulva Lactuca, a Padina Pavonia, a Cystoseira ericoides, etc., também são raras em certos pontos da costa, cobertos ou banhados pelo mar.

A Laminaria saccharina, de grandes dimensões, aparece nas proximidades da Ponta de S. Lourenço, onde também têm sido achados o Sargassum bacciferum e duas espécies do género Liagora, uma das quais é a L. pulverulenta.

A Corallina officinalis, a Jannia rubens, o Gelidium corneum e outras Rodophyceas, não são raros na Ponta Delgada e nalguns pontos da costa do sul.

Nas ribeiras, levadas e charcos da Madeira abunda uma espécie de Oedogonium (talvez o O. capilliforme), e nas rochas húmidas e junto das quedas de água é frequente o Nostoc verrucosum, de forma globular, associado às vezes á Anabaena flos-aquae e a outras Myxophyceas.

Na Ribeira de João Gomes, sob a ponte do Curral dos Romeiros, vive a rarissima Lemanea fluviatilis, alga filamentosa e coriacea, e nos charcos próximos têm sido achadas as Desmidiaceas seguintes: Staurastrum muticum, Cosmarium Botrytis, C. margaritifera e Closterium acerosum.

No museu do Seminário existe uma colecção de algas marinhas, determinada pelo professor Schmitz, da Universidade de Greifswalde, e o Rev. Schodduyn, de Pas de Calais, determinou em 1910 várias algas de água doce que lhe foram remetidas pelo autor destas linhas.

V. Borge, Gain, Piccone e Zimmermann.

Algodoeiro. A cultura do Gossypium herbaceum foi tentada na Madeira nos princípios do século XIX e em 20 de Março de 1802 fazia saber o então ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao Capitão-General D. José Manuel da Câmara, que o Príncipe Regente conhecera com muita satisfação os progressos da mesma cultura na ilha. Era 1863 vieram novas sementes de algodoeiro para a Madeira, mas poucos foram os agricultores que se interessaram então pela cultura desta planta. O Gossypium arboreum também se desenvolve bem na região inferior da Madeira, mas tanto esta espécie como o G. Herbaceum, se acham agora, ao que parece perfeitamente extintos na ilha.

Alho. Os alhos pertencem á família das Liliaceas, e os mais conhecidos na Madeira são: o alho vulgar (*Allium sativum*), o alho porro (*A. Ampeloprasum*) e o alho bravo ou americano (*Nothoscordum inodorum*). No alho vulgar o bolbo é constituído por bolbilhos (dentes) encerrados numa túnica comum. Esta espécie é muito cultivada na Madeira e Porto Santo para fins culinarios, e tem propriedades diüreticas, vermífugas e antisépticas. O alho bravo, originário da América subtropical, é uma planta que se propaga com uma facilidade extrema tanto por meio dos seus bolbos, como das sementes.

Aliança Madeirense. A Companhia de Seguros Aliança Madeirense foi fundada por escritura de 2 de Abril de 1891 com o capital de 200:000\$000 reis, dividido em 2:000 acções de 100:000 reis cada uma, tendo sido os snrs. João Joaquim Mendes e Julio César de Nobrega Pereira, o primeiro já falecido, os principais promotores da organização dela nesta ilha.

Foi constituída exclusivamente com capitais madeirenses, pertencentes a negociantes, proprietários, industriais, etc., e fizeram parte da sua primeira Direcção os Srs. João Joaquim Mendes, João Bernardino Gomes e Julio César de Nobrega Pereira, e do seu primeiro Conselho Fiscal os Srs. Luiz Gomes da Conceição, já falecido, Alfredo Guilherme Rodrigues e Visconde de Vale Paraíso. Foi seu primeiro guarda livros o falecido João Onofre da Gama.

Por escritura de 15 de Maio de 1893 foi elevado o capital social de 200:000\$000 réis a 300:000\$000 réis, divididos em em 3:000 acções de 100:000 réis cada uma, em conformidade com a resolução da Assembleia Geral de 7 de Abril do mesmo ano.

A Companhia tem presentemente um fundo de reserva de Esc. 831:801\$40, e goza do melhor conceito na Madeira, onde tem a sua sede, como no Continente da Republica, onde lhe tem sido feitas elogiosas referências por parte de elementos dos mais categorizados na indústria de seguros, nomeadamente pelo falecido actuario e director da importante Companhia de Seguros "A Nacional", Sr. Fernando de Brederode, antigo Ministro do Trabalho, reputado como uma das maiores autoridades na matéria. O actual presidente da Assembleia Geral é o Sr. Manuel Maria Ribeiro, sendo a Direcção constituída pelos Srs. Dr. Juvenal Henriques de Araújo e Tristão Pedro Betencourt da Câmara e o Conselho Fiscal pelos Srs. Francisco Dias Tavares, Vicente Angelo Gomes da Silva e Augusto Servulo Ferreira. O seu actual guarda-livros é o Sr. Abel

Caires Soares.

No ano de 1935 e de harmonia com as deliberações tomadas nas assembleias gerais de 20 de Fevereiro de 1931 e 18 de Março de 1932, procedeu a Companhia a uma operação de grande vultoBa liberação das suas acções.

Alincourt. (Francisco de). Era sargento-mor engenheiro, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e lente da Real Academia. Levantou a carta geral da Madeira em 1769, e neste mesmo ano esteve no Porto Santo a fim de estudar as necessidades daquela ilha, acerca da qual escreveu uma dissertação. Preso em 1770, como pedreiro livre, por ordem do governador João Antonio de Sá Pereira, foi pouco depois posto em liberdade e restituído ao cargo que exercia em virtude de instruções transmitidas pelo Marquês de Pombal ao seu delegado nesta ilha.

Alindres. V. Figueira do Inferno.

Aljube. Quando os eclesiásticos tinham seu foro privativo, tinham também suas prisões ou cárcere especial, a que se dava o nome de Aljube. O antigo Aljube do Funchal ficava no espaço compreendido entre a Travessa da Sacristia, rua de João Gago e rua do Aljube. O lugar de aljubeiro ou carcereiro do Aljube desta cidade foi criado por D. Sebastião por alvará de 6 de Julho de 1562. Desta época, ou pouco anterior a ela se deve contar a criação do Aljube, que existiu já em 1834. Durante as lutas políticas entre miguelistas e constitucionais e por ocasião das alçadas que então vieram a esta ilha, estiveram muitos sacerdotes presos no Aljube, por motivo das suas inclinações partidárias, seguindo alguns deles para o Limoeiro e presídios de Africa.

Alligator (Corveta). A corveta de guerra inglesa Alligator veio á Madeira em Agosto de 1828 proteger os súbditos británicos aqui residentes, com o fundado receio de que os acontecimentos políticos de

então os obrigassem a recolher a bordo dum navio da sua nacionalidade. Essa protecção não foi necessária para os súbditos ingleses, mas serviu para o governador e capitão general deste arquipélago Travassos Baldes e para outras pessoas, o que parece ter sido o fim principal da vinda da corveta ao nosso porto. Tendo Travassos Valdez capitulado perante as forças invasoras desembarcadas em Machico (V. Ocupação da Madeira pelas tropas miguelistas), refugiou-se pela tarde de 23 de Agosto de 1828 a bordo da corveta Alligator, acompanhado de sua esposa, seis filhos, dois criados e de outras pessoas, entre as quais algumas das de maior categoria social na Madeira.

Entre M. G. Canning, comandante da Alligator e o vice-almirante Fonseca de Sousa Prego, comandante da esquadra miguelista, e José Maria Monteiro, governador e capitão general trocou-se uma interessante correspondência, em que os representantes de D. Miguel exigiam a imediata entrega dos refugiados a bordo daquele navio, mas a que o comandante inglês se recusou terminantemente.

Depois de varias entrevistas entre o cônsul inglês no Funchal, Henrique Veitch e o governador José Maria Monteiro, ficou resolvido o que consta do seguinte trecho do officio que o mesmo cônsul dirigiu ao referido governador e capitão general:

"Em consequência dos desejos que V. E. tem mostrado que os refugiados a bordo da fragata Alligator deixassem quanto antes este porto, e da conferencia que com V. E. tive ha dias a este respeito, eu, de acordo com o capitão Canning, temos fretado, por conta do governo de Sua Magestade Britannica, o bergantim inglez Jane, o qual como transporte capitaneado por um oficial de fragata deve sahir amanhã 6 do corrente, tomando a seu bordo, fora da vista da terra e do alcance das baterias os ditos refugiados e seguir viagem com elles em direitura para Plymouth".

No dia 6 de Setembro de 1828, isto é 15 dias depois da Alligator ter recebido a seu bordo Travassos Valdez e os outros refugiados politicos, levantou ferro do nosso porto em direcção á Inglaterra. No alto mar fez a baldeação dos refugiados para o bergantim Jane, que tomou o rumo de Saint-Ives, pequena cidade maritima nas costas da Gran-Bretanha, onde chegou no dia 18 de Setembro, depois de 12 dias de viagem.

Damos em seguida a relação completa das pessoas que saíram da Madeira na Alligator e que desembarcaram em Saint-Ives, relação que pela primeira vez foi publicada no 5.º vol. da obra do Barão de S. Clemente, mas que é de poucos conhecida:

José Lúcio Travassos Valdez, ex-governador da Madeira e mais tarde conde de Bonfim, sua esposa, seis

filhos, o mais velho dos quais tinha 14 anos, e dois criados, Luiz Godinho Valdez, irmão e ajudante do governador, João do Carvalho, depois conde de Carvalho, corregedor Dr. José Duarte Machado Ferraz, juiz de fora Dr. Manuel Ferreira de Seabra da Mota e Silva; tenente coronel Filipe Joaquim Acioly, capitão Joaquim Carlos Fernandes de Couto, deão da Sé do Funchal, Januario Vicente Camacho, cónego Sebastião Casimiro de Vasconcelos, coronel Francisco Manuel Patrone, tenente-coronel Antonio Fernandes Camacho, major Joaquim Guilherme da Costa, capitão Pedro Cipriano de Ornelas, major Luiz Antonio Figueiroa, major Jeronimo Martins Salgado, coronel de milícias J. A. Freitas Albuquerque, sargento-mor Francisco Moniz Escorcio, voluntários de D. Pedro Luiz Sauvaire e Luiz Monteiro, capitão João de Betencourt, tenente Antonio José Gonçalves de Ornelas, Julio da Câmara Leme, juiz ordinário Antonio Joaquim Moderno, Fr. Antonio das Dores, provincial dos franciscanos, Domingos Alexandre da Silva, Miguel Ferreira Jardim e Vicente de Sousa, criado de João do Carvalho.

Três dias antes da rendição da Madeira às tropas miguelistas, tinham chegado ao Funchal, vindos de Inglaterra e enviados pelo conde de Palmela, alguns oficiais para auxiliarem o governador Travassos Valdez na resistência que preparou contra as forças absolutistas. Estes oficiais depois de permanecerem três dias em terra e quinze dias a bordo da corveta Alligator, seguiram para Inglaterra e ali desembarcaram em Saint-Ives com os outros emigrados. Foram eles o tenente-coronel João Schwalbach, o major Francisco Xavier da Silva Pereira, depois conde das Antas, o capitão Tomaz Carcy de Araujo, o madeirense capitão e lente da Academia de Marinha Antonio Aloísio Jervis de Atouguia, depois visconde de Atouguia, o tenente Francisco José da Mota, o madeirense alferes D. Diogo da Câmara Leme, o tenente Francisco de Paula Lima e o furriel Francisco Pacheco Guimarães.

A corveta Alligator não acompanhou o Jane e voltou ao Funchal. A 24 de Setembro o comandante da Alligator M. G. Canning, estando a tomar banho no tanque dum quinta dum seu compatriota nos arredores do Funchal, ali morreu afogado. Era filho do conhecido estadista inglês Canning.

Alma Académica. Publicou o 1.º numero a 11 de Fevereiro de 1906 e o 14.º que foi o ultimo, a 20 de Maio de 1906.

Alma negra (Bulweria Bulweri). Palmipede. Faz criação durante o estio nas rochas marítimas de todas as ilhas do arquipélago, e emigra no fim do outono, para voltar nas primeiras semanas da primavera. A sua postura é de um ovo deposto no chão ou nos buracos das rochas.

Alma Nova. Saiu o 1.º numero a 1 de Dezembro de 1913 e o ultimo, o 6.º a 15 de Fevereiro de 1914.

Almada. O primeiro que deste apelido usou e que veio á Madeira foi Pedro Alvares de Almada, oriundo de Guimarães, filho de Alvaro de Almada e sobrinho do celebre conde de Avranches, D. Alvaro Vaz de Almada. Pedro de Almada residiu na vila de Santa Cruz e foi ali um dos principais oficiais da Câmara. Diz o ilustre anotador das Saudades da Terra que fundou em Santa Cruz a igreja de Nossa Senhora da Graça, da qual não temos noticia alguma.

Dizem alguns nobiliarios que um dos primeiros que usou o apelido de Almada foi Antonio de Almada, que por meados do século XVI, casou com Isabel Rodrigues Leal, da freguesia do Porto da Cruz.

Almada (Antonio José de Sousa). Temos conhecimento da existência deste madeirense pelo que dele nos dizem o Diccionario Popular, de Pinheiro Chagas, e o dicionário Portugal. Nasceu nesta ilha em 1824 e morreu em Benfica em 1874. Cultivou as musas, mas parece não ter sido poeta de grande inspiração.

Casando em Lisboa com uma senhora riquissima, desbaratou dentro de pouco tempo uma avultada fortuna. Entregou-se depois a diversas empresas industriais, em que não foi muito favorecido pela fortuna. No governo dos Cem Dias, do marechal Saldanha, foi Sousa Almada governador civil de Castelo Branco. Era homem do mais fino trato, falava com facilidade varias línguas e possuía uma força e uma coragem não vulgares, do que tudo soube aproveitar com vantagem em vários lances da sua agitada existência.

Almada (D. Lourenço de). Este governador e capitão general da Madeira foi nomeado a 4 de

Agosto de 1687 e tomou posse a 13 de Abril de 1688.
Foi também governador geral de Angola e duma das províncias do Brasil.
Era descendente de D. Alvaro Vaz de Almada e morreu a 2 de Maio de 1729.

Almada (Dr. José Antonio de). Nasceu na vila de Machico a 7 de Março de 1843, sendo filho de José Antonio de Almada. Depois de cursar o liceu desta cidade e de ter concluído a sua formatura na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, estabeleceu banca de advogado no Funchal, grangeando foros dum distinto jurisconsulto, sendo muito considerado no exercício da sua profissão. Desempenhou nesta cidade os mais elevados cargos, como delegado do procurador régio, governador civil e ainda outros, sendo também deputado pela Madeira na legislatura de 1900. O decreto da sua nomeação para governador civil deste distrito é de 15 de Fevereiro de 1897, tendo tomado posse desse lugar a 18 do mesmo mês e ano.

Como chefe do distrito de 1897 a 1898 e como representante deste arquipélago em cortes, advogou com a maior dedicação os interesses da sua pátria, conseguindo para ela alguns importantes melhoramentos, como sejam a criação do corpo de policia florestal, a demolição da cortina da cidade, a supressão do imposto sobre as carnes verdes, o começo dos trabalhos das pontes de S. Vicente e Santo Antonio, e ainda outros.

Poucos anos antes da sua morte fixara a sua residência na capital, exercendo o lugar de auditor dos conselhos de guerra e de marinha, tendo ali falecido a 21 de Março de 1905.

Militou activamente na política e colaborou em alguns jornais, sendo redactor da Revista Jurídica, que se publicou no Funchal de 1870 a 1871. Escreveu de colaboração com J. R. da Trindade e Vasconcelos, um opúsculo com o seguinte título; Projecto de lei regulamentar do contracto de colonia; Funchal, 1867.

Almada (Dr. José de). É filho do Dr. José Antonio de Almada, de quem acima nos ocupámos, e de D. Margarida de Ornelas de Almada, tendo nascido no Funchal a 23 de Fevereiro de 1880. Fez estudos secundários nesta cidade e na Suíça e completou a sua formatura em direito na universidade de Coimbra no ano de 1903.

É subdirector geral da Administração Política e Civil do Ministério das Colónias e exerce o cargo de Consultor Colonial no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Tem principalmente notabilizado a sua fecunda actividade no desempenho de importantes comissões de serviço publico dentro e fora do país, devendo particularizar-se as missões de que foi por diversas vezes encarregado pelos nossos governos em Londres, no Estado da Africa do Sul, em Genebra junto da Sociedade das Nações etc. defendendo os interesses de Portugal em demoradas negociações com os governos de vários países estrangeiros. No desempenho dessas missões tem publicado muitos relatórios e estudos escritos nas linguas francesa e inglesa e publicou também um livro intitulado Impressões da Africa do Sul.

Veio á Madeira no ano de 1927 estudar a chamada questão da Lombada da Ponta do Sol, como mais largamente se poderá ver no opúsculo intitulado A Lombada dos Esmeraldos na Ilha da Madeira publicado em 1933 pelo padre Fernando Augusto da Silva.

Almada (José Antonio de). Nasceu em Machico a 19 de Abril de 1813. Por ocasião do bloqueio da Madeira, em Maio de 1832, fugiu para a divisão naval da Rainha. Em 1833 foi promovido a sargento, tendo desembarcado nas praias do Mindelo, como soldado da expedição comandada por D. Pedro IV. Assistiu ao cerco do Porto, esteve na Serra do Pilar e tornou parte em diferentes acções e combates das campanhas da liberdade, sendo ferido na Asseiceira, em 16 de Maio de 1834. Por decreto de 8 de Setembro de 1834, a rainha D. Maria II houve por bem condecorá-lo com o grau de cavaleiro da Ordem da Torre e Espada. Faleceu no Funchal a 2 de Maio de 1885.

Almanach Ecclesiasticum. Ha um calendário eclesiástico anual privativo desta diocese, destinado á direcção dos sacerdotes na recitação do officio divino, celebração da missa, indicação das festas, etc.. Ha muitos anos que se imprime em Coimbra. Foi calendarista desta diocese o Dr. Antonio Rodrigues Porfirio Ribeiro de Vasconcelos, distinto lente de teologia na Universidade de Coimbra. O almanaque impresso mais antigo desta diocese, que conhecemos, é de 1858. Desde o ano de 1927 redige o Almanach Ecclesiasticum o padre José Augusto Rodrigues Amado.

Almanaques. Temos conhecimento que na Madeira se publicaram os seguintes almanaques:

Almanak para a Ilha da Madeira. Primeiro anno, 1868. Funchal, 1867, de XXXII-96 pag., coordenado e publicado pelo Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, embora se não faça menção desta circunstancia no almanaque;

Almanak para a ilha da Madeira. Segundo anno, 1869. Funchal, 1868, de 80 pag., coordenado e publicado pelo mesmo;

Almanack madeirense para o anno de 1883 . . . compilado por A. Cesar de Moraes, Funchal, 1882, de 174 pag.;

Almanack da Madeira para 1884, 1.º anno, Funchal, 1883, de 80 pag.;

Almanack do Amigo do Povo para o anno de 1889. . . Funchal, 1888, de 30 pag.;

Almanack Madeirense para 1905, 1.º anno, Funchal, 1904, de 200 pag.;

Almanach de Lembranças Madeirense para o anno de 1908, I.º anno, Funchal, 1907, de 247 pag., sendo directores o dr. Antonio Feliciano Rodrigues e Jaime Camara, e tendo vários colaboradores;

Almanach de Lembranças Madeirense para o anno de 1909, 2.º anno, Funchal, 1908, de 285 pag., com varias ilustrações, sendo directores o dr. Antonio Feliciano Rodrigues e Jaime Camara;

Almanach de Lembranças Madeirense para o anno de 1910, 3.º anno, Funchal, 1910, de 256 pag., com várias ilustrações, sendo directores o dr. Antonio Feliciano Rodrigues e Jaime Camara;

Almanach de Lembranças Madeirense para o anno de 1911, 4.º anno, Funchal, 1911, de 255 pag., com várias ilustrações, sendo director a dr. Antonio Feliciano Rodrigues;

Almanach Illustrado do "Diario da Madeira" para 1913, 1.1 anno, Funchal, 1912, de 119 pag., sendo redactores e coordenadores Cruz Baptista Santos e Francisco da Silva Reis;

Almanach Illustrado do "Diário da Madeira" para 1914, Funchal, 1913, de 163 pag., sendo director Francisco Bento de Gouveia;

Almanach Illustrado do "Diário da Madeira" para 1915, Funchal, 1915, de 132 pag., e mais 48, não numeradas, de anuncios, sendo dirigido pela redacção do Diário da Madeira;

No ano de 1873, publicou-se na cidade de Angra do Heroismo o Almanach para os Açores e Madeira, para o anno de 1874, 1.º anno, dirigido por A. Gil, Augusto Ribeiro e F. J. Moniz Betencourt, de 254 pag., que encerra alguns dados historicos sobre o arquipelago madeirense. Publicou-se o 2.º ano para o ano de 1875;

Almanaque da Madeira para 1924, 1.º ano, coordenado pelo padre Carlos Jorge de Faria e Castro, de 450 pag.;

Almanaque Madeirense Illustrado, para os anos de 1936, 1937, 1938 e 1939, coordenado por Abel M.

Caldeira.

Almas (Capelas das). Na freguesia da Ribeira Brava, em sítio que hoje se ignora, fundou o tanoeiro Antonio Rodrigues Jardim, no ano de 1652, uma pequena ermida dedicada às Almas do Purgatório.

No sítio da Vargem da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos encontra-se uma capela da mesma invocação, cujos fundador e ano de construção se desconhecem.

Existe uma capela das Almas na freguesia da Calheta, ignorando-se quaisquer outras circunstâncias que lhe digam respeito.

Por 1710, edificou o povo uma pequena capela das Almas no adro da igreja paroquial da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, que foi demolida.

Também contígua á igreja paroquial da freguesia da Ponta do Sol se construiu uma capela de igual invocação, que foi mandada demolir pela Câmara Municipal por 1925 para alargamento da rua do Dr. João Augusto Teixeira.

Almas Pobres (Capelas das). No ângulo formado a meio da rua que comunica o convento de Santa Clara com o local onde se erguia o convento de Nossa Senhora das Mercês, abre-se na rocha viva uma original e pequena ermida conhecida pelo nome de Capela ou Capelinha das Almas. É provável que aquela massa de basalto oferecesse uma cavidade ou mesmo existisse ali uma pequena gruta ou furna, que viesse a despertar a ideia daquela construção. Corre, porém, na tradição local uma lenda, que nos parece ter sido também aproveitada para explicar a razão de idênticas edificações em outros sítios e lugares. E conta-se que, num basto canal ali existente, procurara um indivíduo esconderijo seguro para perpetrar um crime de morte na pessoa dum seu figadal inimigo, que no local costumava passar a deshoras. Numa noite e noutra noite e em dias sucessivos, não logrou realizar o seu perverso intento, porque a vitima preparada para o atentado ali passava sempre acompanhada por outras pessoas, tomando então o criminoso a

resolução de abandonar a ideia que por tantos dias lhe obsediara o espírito. O indivíduo assim poupado á sanha feroz do seu inimigo, tendo mais tarde conhecimento do projectado assassinato, viu no facto um evidente prodígio miraculoso, porque sempre passara naquele local só e de todo desacompanhado, atribuindo á intervenção das almas do purgatório, pelas quais tinha a mais viva devoção, o não haver sido vitima inocente daquele atentado. E daí nasceu a ideia da construção da capela no próprio local em que ele julgava que se havia operado o prodígio. O Sr. major A. A. Sarmiento aproveitou o assunto desta lenda para um dos capítulos do seu livro Migalhas, introduzindo-lhe variantes e episódios, que mais se acomodavam á romantização do quadro.

O que de positivo sabemos é que Roque José de Araujo, natural de Viana de Caminha e que ha muitos anos residia no Funchal, foi quem mandou edificar em 1781 a pequena ermida, que consagrou ás almas do purgatório e a que deu o nome de Almas Pobres. Foi vistoriada, como era de estilo, pela competente autoridade eclesiástica, e no respectivo auto se lêem as seguintes palavras: "... tem de comprimento da porta até o altar seis palmos de fundo e vão, e de largura nove palmos de vão e he o comprimento do altar todo sem credencia, a altura he proporcionada, coberta de abobada. . e situada debaixo da rocha e ao parecer firme".

Para ocorrer á manutenção do culto e conservação da capela, concedeu-lhe Roque José de Araujo, por escritura publica de 25 de Agosto de 1781, a pensão anual perpetua de cinco mil reis, imposta num prédio que possuía no Beco do Gongorra, á Ponte Nova.

A capela foi benzida pelo vigário da freguesia de S. Pedro, Francisco Xavier da Cunha, a de Dezembro de 1783.

Com o nome de Almas Pobres houve uma capela na freguesia de Santa Maria Maior, fundada por Gonçalo Diniz da Silva pelos anos de 1470. Já não existe e ignoramos o local onde fora edificada.

Almeida. "A mulher de João Gonçalves Zargo, Constança Rodrigues, diz o Dr. Alvaro de Azevedo, é por uns designada de Sá, por outros, de Almeida; e, com effeito, a casa de Abrantes, proveniente da mesma ascendência, usa as armas dos Almeidas. Depois de Constança Rodrigues, a primeira pessoa que achamos

com este appellido é Amador de Almeida, ao qual D. João III deu braço de armas em 1538”.

Almeida (Antonio de Carvalho e). Naturalista português que veio á Madeira em Junho de 1784, com o fim de organizar uma colecção de produtos naturais da ilha.

Almeida (Boaventura Mendes de). Por decreto de 13 de Junho de 1907 foi nomeado governador civil deste distrito e tomou posse do seu cargo a 3 de Agosto do mesmo ano. Em Agosto de 1907 apareceu uma doença suspeita na freguesia de Santo Antonio e que em poucos dias vitimou 14 indivíduos, que tantos foram os atacados pela mesma doença. Esta moléstia, que alarmou em extremo a população do Funchal, não tomou maiores proporções em virtude das enérgicas providencias que se adoptaram devendo-se principalmente ao governador Boaventura de Almeida a prontidão e eficácia dessas medidas, vinculando assim o nome á extinção da terrível doença. Faleceu em Lisboa a 11 de Agosto de 1934.

Almeida (D. Constança Rodrigues de). Mulher de Zarco. Mandou edificar a capela e abrigo de Santa Catarina.

Almeida (D. Fr. Gabriel de). Ao prelado D. Jeronimo Fernando sucedeu, depois de se achar vaga durante 20 anos a Se do Funchal, o bispo D. Frei Gabriel de Almeida no governo desta diocese. Teve um curto episcopado, pois foi sagrado em 1671 e tomou posse do bispado a 4 de Março do mesmo ano, vindo a falecer nesta cidade a 12 de Julho de 1674.

Pertencia á ordem de S. Bernardo e foi abade geral de Alcobaça, lente de teologia na Universidade de Coimbra e exerceu outros cargos importantes.

A pesar de assumir a direcção desta diocese em anos bastante avançados, mostrou-se sempre zeloso no cumprimento dos seus deveres prelaticios, tendo visitado pastoralmente muitas igrejas paroquiais e entre

elas a da ilha do Porto Santo. No entretanto foi a sua administração episcopal entrecortada por graves dificuldades, provenientes das questões que surgiram entre ele e o governador e capitão-general, e o mesmo se deu com os religiosos de S. Francisco e alguns membros do clero secular, o que se afirma ter contribuído para lhe abreviar os dias da existência.

A dar crédito ao autor da curiosa obra Monstruosidades do Tempo e da Fortuna, escrita ha dois séculos e publicada ha poucos anos, era D. Frei Gabriel de Almeida de natural áspero e desabrido, não captando as simpatias das pessoas que dele se aproximavam, o que, de par com a sua avançada idade e achaques de que sofria, explica suficientemente os atritos que levantou no governo do bispado e os desgostos que lhe atribularam os últimos anos da sua existência.

Depois de curta enfermidade, faleceu no Funchal a 12 de Julho de 1674 e jaz sepultado no coro da Sé Catedral, sendo o segundo bispo que morreu na Madeira e ali foi sepultado.

Almeida (Januario Correia de). Este governador civil da Madeira foi nomeado para este cargo por decreto de 15 de Janeiro de 1862 e tomou posse a 19 do mesmo mês e ano.

Mais tarde exerceu um papel importante na política do país, tendo sido deputado, par do reino e ministro de estado. Foi agraciado com o título de visconde e depois conde de São Januario, nome com que ficou sendo conhecido na política portuguesa.

João de Sant'Ana e Vasconcelos, foi nomeado governador civil deste distrito e tomou posse do cargo em meados de Janeiro de 1862. No próprio dia da posse, o primeiro visconde das Nogueiras, cunhado do novo governador, ofereceu em sua honra um esplêndido baile, ao qual concorreram as pessoas mais distintas do Funchal. Quando a festa decorria mais animada e alegre, foram comunicar ao visconde das Nogueiras que acabava de ancorar no nosso porto um navio de guerra, conduzindo um novo governador para a Madeira, e que portanto estava demissionário o governador Sant'Ana e Vasconcelos. Houve o prudente e reservado cuidado de ocultar aos convidados a noticia da chegada do novo governador, que era Januário Correia de Almeida, decorrendo a festa até o fim com o mesmo entusiasmo e alegria. Os adversários políticos do governador Sant'Ana, que era então administrador do concelho do Porto Santo, comentaram

picarescamente o caso, tendo dito um jornal que de tal modo se preocupara com a administração do distrito, que nem o tempo lhe chegara para dormir enquanto ela durou, pois apenas foi governador no curto período de algumas horas.

Almeida (Luiz Beltrão de Gouveia e). Foi nomeado governador e capitão-general deste arquipélago a 13 de Fevereiro de 1813 e tomou posse do lugar a 10 de Agosto do mesmo ano.

Teve lutas com o general Gordon, comandante das tropas britânicas que ocupavam a Madeira, que entre outras arbitrariedades cometeu a de mandar enforcar um soldado inglês que matara um sargento seu compatriota, ofendendo-se deste modo gravemente os direitos majestáticos do rei de Portugal. Empregou as maiores diligências para a retirada daquelas tropas e mostrou-se sempre zeloso na administração dos serviços públicos. Escreveu um extenso e notável relatório sobre o desenvolvimento da agricultura madeirense, construção de estradas e outros indispensáveis melhoramentos públicos.

Morreu repentinamente no Funchal no dia 1 de Julho de 1814 e foi sepultado na Capela do Santissimo Sacramento da Sé Catedral.

Por sua morte e segundo as disposições legais em vigor assumiram o governo superior do arquipélago o bispo diocesano D. Fr. Joaquim de Menezes Ataíde, o corregedor da comarca Dr. Manuel C. de Almeida e Albuquerque e o oficial mais graduado Antonio Alberto de Andrade Perdigão.

O comandante das forças britânicas teve a pretensão de fazer parte deste governo, ao que se opuseram os outros membros, o que foi aprovado pelo governo central.

Almeida (D. Maria Helena Jervis de Atouguia e). Nasceu no Funchal no ano de 1847 e pertenceu a uma antiga família madeirense.

Em 1907 reuniu e publicou num volume de 114 pag. algumas das suas poesias, sob o pseudónimo de Bertha de Ataíde e a que deu o título de Mosaicos. Este livro de que se fez 20 edição em 1909, é prefaciado pelo ilustre escritor padre Sena Freitas. No livro Poetisas Portuguesas, publicado em 1917, onde se encontram algumas composições poéticas da Sr.ª D. Maria Helena de Atouguia, diz que em breve deve aparecer a 30

edição dos Mosaicos.

Faleceu em Lisboa no mês de Maio de 1928.

Almeida (Paulo Dias de). Engenheiro e sócio correspondente da Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e Artes. Como militasse no partido constitucional, foi preso e mandado para bordo da fragata Príncipe D. Pedro, mal chegou a esta ilha o governador José Maria Monteiro, sendo depois enviado para Lisboa a bordo da charrua Orestes, na qualidade de preso político pronunciado pela alçada que veio a esta ilha em 1828.

Levantou a planta geral da ilha da Madeira no princípio do século XIX, e deixou um manuscrito intitulado Descrição da Ilha da Madeira em geral e de cada huma das suas freguesias, villas e logares em particular, suas produções, numero de fogos e seus habitantes; e estado actual das suas fortificações; 1817.

Este manuscrito foi publicado no Archivo da Marinha e Ultramar, vol. II, com desenhos das fortificações, figurinos das tropas milicianas e costumes populares.

Tendo sido condenado, por motivos políticos, a degredo em Africa, ali morreu pouco antes de 1834.

Almeida (Vasco de). Nasceu no Funchal. E.: Arte de criar os bichos de seda... tradução do francês e italiano, Funchal, 1870, de 61 pag.

Almeirão (Cichorium Endivia). Composta liguliflora frequente na região inferior da Madeira. Tem ramos quasi nus e capítulos de flores azuis.

Almotacés. Eram funcionários eleitos pela câmara municipal e que tinham inspecção sobre pesos, medidas, preso dos géneros, limpeza da cidade e vários objectos de policia.

Almude. Esta antiga medida, a pesar de ilegal, ainda é usada na Madeira, principalmente na medição dos mostos e da garapa. Varia de concelho para concelho, e segundo as tabelas publicadas oficialmente em 1868, equivale o almude do concelho do Funchal, a 17,520; no concelho de Câmara de Lobos, a 17,580; no concelho da Ponta do Sol, a 17,400; no concelho da Calheta, a 17,352; no concelho de Santa Cruz, a 17,328; no concelho de Machico, a 17,568; no concelho do Porto Santo, a 17,556; no concelho de Sant'Ana, a 17,604; no concelho de S. Vicente, a 20,538, e no concelho do Porto Moniz, a 20,272. A média é 18 071, mas no concelho do Funchal considera-se geralmente o almude equivalente a 17 litros.

Alpires. Sítio no alto da freguesia de São Gonçalo, onde se encontra uma pequena casa de abrigo, próximo da esplanada da Levada da Serra.

Alpiste (*Phalaris canariensis*). Esta Graminea não é cultivada na Madeira, mas aparece subspontanea nas proximidades das habitações.

Alqueire. Tinha as seguintes capacidades, segundo uma estatística oficial:

	LITROS
Calheta	13,712
Câmara de Lobos.....	14,078
Funchal	13,865
Machico.....	13,912
Ponta do Sol.....	13,756
Porto do Moniz.....	13,861
Porto Santo.....	13,883
Sant'Ana.....	13,973
Santa Cruz.....	13,776
S. Vicente.....	13,917
Hoje a média mais geral é de.	13,8

Altitudes. Apresentamos em seguida uma noticia sumária das alturas a que diversos pontos deste arquipélago ficam situados acima do nível do mar, esperando no prosseguimento desta obra indicar outras altitudes de que não se faz menção neste lugar e conforme o forem pedindo as necessidades do assunto. Das altitudes compreendidas entre as proximidades do oceano e a maior das eminências existentes na Madeira, que é a do Pico Ruivo, damos uma nota dos principais pontos mais elevados numa relação ascendente, mostrando-se assim o grande acidentado dos terrenos que constituem o solo desta ilha numa superfície inferior a 800 quilómetros quadrados e o caprichoso relevo que oferecem as condições ortografias em toda a extensão e largura da mesma ilha.

Avenida — Cidade	10	Ilhéu das Cenouras — Porto Santo	109
Rocha de Sao Lourenço—Porto Santo	11	Ilhéu de Cima — Porto Santo	111
Adro do Colégio — C	16	Cruz do Carvalho — C.	111
Avenida de Joao de Deus — C.	23	Capela da Piedade — Canigal . .	114
Campo de Miguel Bombarda — C.	25	Ilheu de Ferro — Porto Santo . . .	115
Ponte Nova — C	26	Ribeiro Seco, no Caminho do Pilar	
Igreja de S. Pedro — C	35	— S. Martinho	117
Largo de S. Paulo — C	44	Garajau	128
Comego da Rua do Pina — C.	47	Quinta Blandy — Rua de S. Luzia	
Rua de Severiano Ferraz — C.	47	— C	134
Igreja Paroquial de Sao Vicente	48	Caminho da Achada — Azinhaga de	
Furilhao — Pequeno ilhéu próximo		S. Pedro	148
do Ilheu Chao, nag Desertas	49	Pico de S. João	158
Fabrica do Torreao — C.	58	Quinta do Pico de S. João —	
Calcada do Pico (Quinta das Cru-		Caminho de Santo António	162
zes) — C.	59	Levada de Santa Luzia — Junto da	
Comego do Caminho do Monte (An-		Avenida Pedro José de Ornelas .	165
tiga Igreja da Incarnac&o) — C.	59	Levada de Santa Luzia, Caminho de	
Igreja de Santa Luzia — C.	70	Ferro	170
Entrada do Lazareto — C.	70	Ilheu de Baixo ou da Cal — Porto	
Quinta do Vale Paraiso (Torrinha)		Santo	173
— C.	70	Quinta do Faial — Caminho do	
Igreja de Sao Joao — C	76	Palheiro	174
Ilhéu da Fonte da Arela — Porto		Levada de Santa Luzia — Junto da	
Santo	82	Rua do Arcebispo D. Aires	180
Ilhéu Chão — Desertas	93	Pico do Calhau da Malhada — Porto	
Ilheu de Fora — Porto Santo	100	Santo	182
Quinta do Descanso — Santa Luzia		Caminho do Meio — Junto da Leva	
— C.	100	da do Bom Sucesso	185
Ribeiro Seco — Caminho de Sao		Terra do Baptista — Freguesia do	
Martinho	102	Porto da Cruz	230
Caminho da Achada — Beco do Paiol		Igreja Velha Paroquial de S. Mar	
— C.	105	tinho	233
Ilheu de Fora — Ponta de S. Lou-		Pico do Funcho — S. Martinho	255
Renco	107	Pico da Cruz — S. Martinho	263

Pico do Facho da Malhada — Porto Santo	265
Pico de Ana Ferreira — Porto Santo	278
Igreja Paroquial de Santo Ant6nio do Funchal	287
Igreja Paroquial de Sao Jorge	310
Igreja Paroquial de Sant'Ana	312
Ponta do Tristao — Porto do Moniz	326
Pico do Facho — Machico	329
Igreja Paroquial de São Roque do Funchal	344
Capela das Neves — Sao Gonçalo	380
Bheu do Bugio — Desertas	411
Pico das Favas — Ponta do Pargo	420
Pico Branco — Porto Santo	423
Igreja Paroquial do Estreito de Câmara de Lobos	434
Pico do Cardo — Santo Antdnio do Funchal	438
Pico do Castelo — Porto Santo	441
Pico de Juliana — Porto Santo	455
Igreja Paroquial da Ponta do Pargo	460
Deserta Graudc — Unas Dasertas	490
Pico da Gandaia - Porto Santo	492
Pico da Relva — Porto do Moniz	493
Pico do Facho — Porto Santo	507
Capela de Santa MadaJena — Portodo Moniz	620
Igreja Paroquial das Achadas da Cruz	521
Pico do Cortado — Sant'Ana	527
Igreja Paroquial dos Prazeres	533
Igreja Paroquial da Faja da Ovelha	549

Mirante das Macelas —• Santo da Serra	582
Penha de Aguia — Porto da Cruz	584
Cruz da Caldeira — Camara de Lobos	589
Cabo Girão	589
Igreja Paroquial do Monte	598
Portela — Santo da Serra	610
Raposedra do Lugarinho — Fajã da Ovelha	619
Pico do Castanho — Norte do Canigal	627
Quinta do Palheiro Ferreiro	630
Nascentes dos Tornos	700
Igreja Paroquial do Santo da Serra .	701
Igreja Paroquial da Camacha	715
Lamaceiros — Santo da Serra	716
Ribeiro Frio	750
Jardim da Serra	750
Cratera do Santo da Serra	755
Pico de Larano — Porto da Cruz	765
Pico da Maia — Serra do Porto da Cruz	765
Quinta do Jardim da Serra	769
Ponte na descida para o Ribeiro Frio	830
Pico do Arco de S. Jorge	837
Terreiro da Luta — Monte	850
Pico da Cruz — Camara de Lobos	936
Pico da Cruz —• Campanário	1000
Tunel do Rabagal — Próximo da Ponte do Lordelo	1004
Eira do Cerrado — Curral das Freirãs	1026
Pico do Suna — Porto da Cruz	1040
Encumeada de Sao Vicente	1045
Ponte da Riibeira dag Cales — Monte	1098
Cratera do Fanal	1113

Rabagal — Casa das Obras Publicas	1132	Pico Ruivo do Paul da Serra	1587
Pico dos Bodes — Sobranceiro ao		Pico Grande — Na Serra da Serra	
Curral das Freiras	1135	de Agua	1643
Pico do Arrebentao — Monte	1171	Pico do Canario — Nao muito	
Pico da Silva —		afastado do Pico Ruivo	1661
Acima da Choupana	1183	Pico do Cidrão — Ao sul e nao distante	
Pico Gordo — Nao muito distante do		do Pico das Torrinhãs	1676
Monte das Estrebaria	1199	Pico de Santo Antonio — Perto do	
Pico dos Bodes — Serra da Ribeira		Curral das Freiras	1739
da Janela	1302	Cumeada Alta — Próximo do Pico	
Cova da Cevada — Próximo do		Ruivo	1768
Jardim da Serra	1311	Pico do Areeiro — Nao longe e a	
Boca dos Corregos — Entre o		leste do Pico do Cidrao	1796
Curral das Freiras e a Serra de Agua	1349	Pico das Torrinhãs — Próximo do	
Poiso	1390	Pico Ruivo	1840
Pico do Podso	1393	Pico das Torres — Nao muito	
Pico do Terreiros de Fora	1405	distante do Pico Ruivo	1848
Pico da Urze — Nao muito distante		Pico Ruivo	1861
das Fontes do Rabagal	1406		
Pico das Aboboras — Serra da			
Camacha	1453		
Boca das Torrinhãs — Entre o			
Curral das Freiras e a Boaventura	1451		
Pico da Lagoa — Perto do Poiso	1457		
Pico do Pogo da Neve — Nao muito			
longe do Pico do Areeiro	1478		
Casa da Queimada. — Paul da Serra	1543		
Pico da B'onte do Norte — Paul da			
Serra	1546		
Pico da Fonte da Bica — Paul da			
Serra	1565		
Paul da Serra (media)	1580		
Pico dos Estanquinhos — No Paul			
da Serra, nao longe da Casa de			
Abrigo	1 588		

Aluviões. Na relação que abaixo publicamos vão indicadas todas as aluviões que tem havido na Madeira e sobre as quais conseguimos obter alguns esclarecimentos. É de advertir, porém, que a aluvião de 1724 não foi a primeira que causou prejuízos, pois que Mouquet que esteve aqui em 1601, diz, embora não precise datas, “que as águas que descem das montanhas algumas vezes destroem pontes e casas em toda a ilha”.

18 de Novembro de 1724. Os estragos desta aluvião fizeram-se principalmente sentir na freguesia de Machico, morrendo ali 26 pessoas e abatendo-se mais de 80 habitações. No Anno Histórico, referindo-se o Padre Francisco de Santa Maria á aluvião de 1724, diz que “padeceu a ilha da Madeira uma tormenta e dilúvio tão grande, que destruiu a vila de Machico, parte da de Santa Cruz e muitos outros logares e sítios da mesma ilha, e também a cidade do Funchal experimentou grande dano e muitas ruínas, assim nas suas muralhas como na povoação, com a enchente da Ribeira do Pinheiro (Santa Luzia) que a divide”

18 de Novembro de 1765. Em virtude das grandes chuvas, cresceram muito neste dia as ribeiras que atravessam o Funchal, sendo destruída a Ponte da Praça e sofrendo bastante outras pontes da cidade. As águas da Ribeira da Praça ou de João Gomes arrastaram para o mar o inglês Moita (?), o qual nunca mais apareceu.

9 de Outubro de 1803. Foi neste dia tristemente memorável que uma grande inundação assolou os campos da Madeira e destruiu uma parte considerável da cidade, causando não somente enormes prejuízos materiais mas também a perda da vida de alguns centenaes de pessoas. Pode sem duvida

considerar-se a maior calamidade que tem ferido esta ilha no largo período de cinco séculos. Longe iríamos se quiséssemos fazer uma descrição pormenorizada desta tremenda catástrofe e por isso nos limitamos a traçar umas breves notas, rapidamente colhidas nas crónicas do tempo.

Tinham caído algumas chuvas, com várias intermitências, nos dez ou doze dias que precederam o 9 de Outubro de 1803. Neste dia, pelas 8 horas da manhã, começou a cair no Funchal uma chuva não muito copiosa, que se manteve inalteravelmente até às 8 horas da noite, mas nada fazia recear que estivesse iminente uma tão terrível inundação. Principiou então a ouvir-se o ribombar do trovão e a chuva, acompanhada de algum vento, caía já em verdadeiras catadupas.  s 8 horas e meia as águas das ribeiras galgavam as suas margens e espalhavam-se com grande ruído pelas ruas laterais, começando a sua obra de destrui o e de morte. Estava-se em pleno dilúvio.

  indescritível o pavor que se apossou dos habitantes, que maior se tornou ainda pelo inopinado do acontecimento, que a um grande numero apanhou de surpresa e sem possibilidade de pôr-se ao abrigo do perigo que a todos ameaçava. A morte surpreendeu a muitos na fuga, arrastados pela violência das correntes ou atingidos pelas derrocadas das casas e paredes que se desmoronavam.

Foi o bairro de Santa Maria Maior o mais sacrificado pela tempestade. A ribeira de João Gomes, com a abundância e violência das águas, rebentou em três diversos pontos, formando outras tantas impetuosas correntes que causaram os maiores estragos e vitimaram algumas dezenas de pessoas. Ruas inteiras e inúmeras casas de habita o e outros prédios foram arrastados para o mar, incluindo a igreja paroquial, conhecida pelo nome de Nossa Senhora do Calhau e que ficava na margem esquerda da ribeira, entre as actuais rua de Santa Maria e rua Nova de Santa Maria. Numa casa desta rua ficaram soterrados 21 indivíduos e num prédio do Pelourinho morreram um súbdito inglês e 15 pessoas de família. Calcula-se que só no bairro de Santa Maria Maior tivessem perecido cerca de 200 pessoas por ocasião da aluvião.

Os prédios marginais da ribeira de Santa Luzia também sofreram bastante. Acima da ponte do Bom Jesus as águas tomaram novo curso por uma e outra margem daquela corrente e, sobretudo na rua dos Ferreiros, causaram estragos consideráveis, tendo-se abatido diversas casas de habita o e lojas de comercio. O mesmo aconteceu na rua dos Tanoeiros e a vários prédios que ficavam na margem esquerda daquela ribeira e que formavam a rua Direita, prédios que foram arrastados pela violência da corrente.
Diz uma rela o coeva do acontecimento:

"Ruas inteiras desapareceram com seus habitantes e outras inundadas de água e lama deixaram os proprietários e inquilinos reduzidos á extrema indignação. Uma grande parte da freguesia de Santa Maria Maior, assim como a sua igreja, a mais antiga da cidade, não existem com uma boa porção dos seus infelizes moradores: o resto disperso cá e lá, inundado e abandonado, oferece aos olhos do homem sensível um objecto de dor, de ruína e consternação. As ruas chamadas Direita, Tanoeiros, Valverde, Santa Maria, Hospital Velho e outras foram ao mar com uma incrível multidão de habitantes".

Fora do Funchal, as povoações que mais sofreram com a horrível inundação foram Machico, Santa Cruz, Campanário, Ribeira Brava e Calheta, tendo sido relativamente pequenos os prejuízos causados nas freguesias do norte da ilha.

Com respeito á vila de Machico, lê-se o seguinte no arquivo da respectiva igreja paroquial: "...demoliu a muralha da ribeira, abateu a ponte e invadiu a vila de tal sorte que chegaram as águas á altura de três côvados na igreja e em todas as ruas. Esta inundação prometeu a todos a morte; mas um prodígio evidente fez que se salvassem todos, excepto catorze pessoas que pereceram arrastadas pelas águas e aterrados nas casas". Também demoliu a antiga e histórica capela do Senhor dos Milagres, tendo a respectiva imagem sido encontrada dias depois, no alto mar, por uma galera americana, que a fez depositar na Sé do Funchal.

Foram igualmente consideráveis os estragos que a aluvião produziu nas outras freguesias citadas, onde também houve a perda de muitas vidas.

São bastantes discordes as informações contemporâneas dos acontecimentos, com relação ao numero de pessoas que sucumbiram, vitimas daquelas inundações, chegando uma narrativa do terrível caso a computar em cerca de mil os individuos mortos e desaparecidos. Parece não estar muito distanciado da verdade quem fixar em seiscentos o numero aproximado dos que morreram, sendo a maior parte no concelho do Funchal.

Era então governador e capitão general D. José Manuel da Câmara, que fez publicar sem demora um edital adoptando as immediatas e prontas providencias que as circunstancias de momento aconselhavam. O primeiro cuidado das autoridades foi procurar abrigo para os que tinham ficado sem casa de habitação e que eram em numero muito avultado. Os edificios públicos, varias repartições de serviço do estado, muitas dependências das igrejas, dos quartéis e das fortalezas e ainda bastantes casas particulares foram

destinadas a dar alojamento provisório àqueles indivíduos. Entre as medidas tomadas pelo governador, destaca-se a da absoluta proibição de serem elevados os preços dos géneros de consumo, sob pena de severos castigos infligidos aos transgressores.

A principal causa dos males produzidos pela aluvião foi a falta do encanamento das ribeiras. Embora tardiamente, resolveu o governo da metrópole realizar esse tão desejado melhoramento, enviando à Madeira o brigadeiro Reinaldo Oudinot encarregado de dirigir os respectivos trabalhos e que aqui chegou a 19 de Fevereiro de 1804. Revelou a maior competência no desempenho do cargo em que fora investido e nele desenvolveu uma pasmosa actividade, conseguindo num período relativamente curto de tempo fazer o encanamento das três ribeiras que atravessam o Funchal. Em Dezembro de 1800, comunicava ele ao governo central que, a pesar dos grandes temporais e fortes invernias que pouco antes houvera, as muralhas tinham resistido ao embate violento das águas e oferecido uma prova evidente da solidez da sua construção. Oudinot morreu nesta cidade a 11 de Fevereiro de 1807 e em memória dos seus serviços foi dado o seu nome à rua que fica na margem esquerda da ribeira de João Gomes, entre o Campo da Barca e a praça dos Lavradores.

Um pormenor interessante: tendo ficado de pé a capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Calhau, mandou a provisão régia de 12 de Março de 1805 que ela se conservasse no mesmo estado em que a deixara a aluvião, como lembrança, para os vindouros, do acontecimento que mais funesto fora para os habitantes desta ilha. Em Dezembro de 1835 foi demolida parte da igreja que a aluvião respeitara e ali se construiu o mercado União, que há pouco se destruiu para o alargamento da rua que ali passa.

26 de Outubro de 1815. Depois da grande aluvião de 9 de Outubro de 1803 foi talvez a maior que tem assolado esta ilha. Numa representação que, sobre os estragos causados por esta inundaçãõ de 26 de Outubro de 1815, dirigiu a câmara municipal do Funchal ao Príncipe Regente D. João, se afirma que esta foi *incomparavelmente maior do que a aluvião de 1803+, mas, nem pelo numero de vitimas nem pelos prejuizos que causou, atingiu as proporções da outra, a pesar das enormes perdas que acarretou aos habitantes do Funchal.

Como em outras ocasiões aconteceu, foram as correntes impetuosas das ribeiras que ocasionaram os

maiores prejuízos. Especialmente nalguns pontos das margens das ribeiras que não tinham muralhas a ampararem e a dirigirem o curso das águas, saíram estas fora do seu leito, galgaram os terrenos marginais e abriram novo caminho, através das ruas e casas, causando não só incalculáveis estragos, como produzindo o maior pânico entre os habitantes, alguns dos quais foram vítimas do ímpeto indomável da corrente. Foi o que aconteceu com as águas da ribeira de S. João que, procurando novo percurso, arrastaram na sua violência cerca de vinte casas desde a ponte de S. Paulo, ao fim da rua da Carreira, até à foz da mesma ribeira.

Nas ruas marginais da ribeira de Santa Luzia, também foram grandes os estragos, ficando danificadas algumas casas e em alguns pontos as muralhas da mesma ribeira.

Por toda a ilha houve prejuízos consideráveis e morreram várias pessoas, arrastadas pela violência das correntes.

Os horrores da grande aluvião de 1803, ainda bem presentes na memória de todos, fizeram aumentar o pânico nos habitantes, que, na sua grande maioria, julgaram que não havia possibilidade de escapar à morte, que para eles parecia inevitável.

28 de Outubro de 1842. Havia quinze dias que quasi interruptamente caía um pequeno orvalho. As 9 horas da manhã do dia 24 de Outubro as chuvas eram já abundantes, e às 3 horas da tarde as águas pluviais caíam a torrentes. As águas das ribeiras saíram dos seus leitos e espalharam-se impetuosamente pelos terrenos marginais, causando grandes estragos.

Ficaram completamente inundadas as ruas do bairro de Santa Maria Maior, o Pelourinho, a rua dos Medinas e ainda outras, chegando a água a invadir os segundos e terceiros andares das casas. Em muitas ruas da cidade os barcos navegavam para a custo salvarem muitas famílias que imploravam misericórdia dos últimos andares e telhados. Por toda a parte se ouviam gritos de terror. Um dos homens a quem mais se deveu a salvação de muitos infelizes inundados foi o cidadão Joaquim Dias de Almeida, mas houve muitos outros que se distinguiram, como nessa época fizeram menção o Imparcial e o Defensor, jornais do Funchal. As calçadas de Santa Clara, do Pico, Bela Vista e Encarnação foram convertidas em caudalosas ribeiras. O

bairro do Cemitério dos Ingêleses ficou despovoado, sendo todos os seus moradores acolhidos e agasalhados, com todos os confortos, por uma proprietária abastada, que residia no fim da rua da Bela Vista. Uma grande parte da cidade ficou destruída e as casas arruinadas até aos alicerces.

Muitas famílias remediadas ficaram pobres. Foi um prejuízo de centenaes de contos de reis.

No dia 26, dois dias depois, o vento sul fez desencadear no porto do Funchal, uma medonha tempestade. As ondas embravecidas saltavam as muralhas da Pontinha e por vezes lamberam a esplanada do Ilhéu, vindo durante a tarde despedaçar-se nos rochedos da praia do Funchal, dez ou onze embarcações, sendo os tripulantes e guardas, que se achavam a bordo, salvos milagrosamente pelo guarda da alfândega Carvalho e por uns marítimos arrojadissimos, distinguindo-se sempre nestas catástrofes Joaquim Dias de Almeida. 17,18,19 e 20 de Novembro de 1848. Houve nestes dias grandes inundações, principalmente no concelho de Sant'Ana, sendo arrastadas pelas águas muitas bemfeitorias produtivas e importantes. No Funchal as águas das ribeiras correram com violência, mas, a pesar de copiosissimas, não produziram estragos sensíveis.

5 e 6 de Janeiro de 18596. Em virtude de chuvas abundantissimas, trouxe a corrente da Ribeira de João Gomes muito entulho que sobrepujou os mainéis entre a foz e o Campo da Barca. Não podendo as águas correr livremente, foram inundar a R. de Santa Maria, as travessas que a cortam, a R. do Ribeirinho de Baixo e o largo do Pelourinho, fazendo em todos estes pontos grandes destroços. A Ribeira de Santa Luzia não causou prejuízos, embora ficasse também entulhada, mas a de S. João fez não pequenos estragos, principalmente nas proximidades da capela. Na Ribeira Brava, na Tabua, na Serra de Água, na Ponta do Sol, no Paul do Mar e noutras localidades houve também grandes destruições produzida pelas águas.

1 de Janeiro de 1876. As inundações deste dia só causaram prejuízos notáveis na freguesia da Madalena.

2 e 3 de Outubro de 1895. A aluvião que se deu nestes dois dias produziu grandes estragos nas freguesias de S. Vicente, Faial, Ponta Delgada, Boa Ventura e Seixal. Nesta ultima freguesia morreu o proprietário Manoel Inisio da Costa Lira. As ribeiras do Funchal trouxeram muita água.

8 e 9 de Novembro de 1901. As chuvas abundantissimas que nestes dois dias caíram no Funchal, inundaram as ruas e caminhos, danificaram muitos destes e provocaram alguns desmoronamentos, principalmente na Levada de Santa Luzia.

25 e 26 de Fevereiro de 1920. Nestes dois dias fez sentir um violento temporal de vento e chuva que causou inúmeros prejuízos em toda a ilha. As ribeiras que atravessam a cidade, embora trouxessem muita água, não chegaram a trasbordar, mas houve inundações em vários sítios, devido á abundância das chuvas e aos ribeiros da Nora, do Til e dos Louros terem ficado obstruídos. No bairro de Santa Maria chegaram a andar barcos nas ruas para conduzir pessoas de uns para outros pontos, e diz-se que e toda a ilha ficaram mais de 500 pessoas sem abrigo, sendo incalculáveis os destroços causados pelo vento N. W. no arvoredado, nos canaviais e em muitas outras culturas. No caminho do Lazareto morreu um indivíduo que se dirigia de noite para sua casa e no molhe da Pontinha morreu um outro que trabalhava no Cabrestante, sendo tal a impetuosidade do vento no dia 25 e parte do dia 26, que era perigoso transitar mesmo nas ruas da cidade. No dia 25, de tarde, foi suspenso, por causa do vento, o serviço de automóveis no Funchal.

A vila da Ribeira Brava correu grande risco de ser destruída pelas águas, tendo saído a imagem de S. Bento em procissão e havendo depois preces na igreja paroquial. Em Machico, Santa Cruz, S. Vicente e Camacha registaram-se importantíssimos prejuízos, morrendo uma mulher e uma criança nesta ultima freguesia. Desapareceram, com os respectivos tripulantes, alguns barcos de pesca de Câmara de Lobos, e o barco Arriaga, do Porto Santo, que conduzia 16 passageiros, foi impelido para o sul pelo temporal, sendo encontrado pelo vapor inglês Andorinha, que tomou os passageiros, arribando o barco ás Selvagens. No dia 28 voltou a chover torrencialmente e no dia 2 de Março soprou de novo com grande violência o vento N. W., havendo também fortes aguaceiros, que duraram até á madrugada do dia 3.

5 e 6 de Março de 1921. Caíram nestes dias abundantes chuvas, acompanhadas de trovoadas, em toda a ilha, havendo inundações e estragos em Machico, Ribeira Brava, etc., etc.. Em Machico as águas subiram nalguns pontos quasi ao primeiro andar das casas, e na Ribeira Brava morreram quatro crianças, sendo três em virtude do desmoronamento dum prédio e uma arrastada pelas águas.

Além das doze aluviões que ficam mencionadas, colhemos noticia, num antigo manuscrito, que no ano de 1611 houve uma grande enchente no Funchal, que, entre os notáveis estragos que causou, se conta o de ter destruído em grande parte a igreja paroquial da freguesia de Santa Maria Maior que então ficava na rua que hoje tem o nome de Hospital Velho. Procedeu-se depois á construção duma nova igreja nas imediações do

actual fontanário chamado do Calhau, e que foi arrastada para o mar pela aluvião de 1803. Também temos noticia doutra aluvião que se deu no ano de 1707 e que causou consideráveis prejuízos em toda a ilha.

Alvarenga. Foi André Gonçalves Alvarenga quem introduziu este apelido nesta ilha. Era natural da Beira e veio com sua família fixar residência no Funchal pelos anos de 1500.

Alvares. Encontram-se vários indivíduos com este apelido, mas um dos primeiros povoadores foi Antão Alvares de Carvalho, que teve sesmaria em Santa Cruz e nela instituiu depois o morgado de S. Gil. Luiz Alvares da Costa fundou o primitivo convento de S. Francisco no Funchal em 1473. Em 1523 era Pedro Alvares Juiz da Câmara do Funchal. No ultimo quartel do século XV vivia na Ribeira Brava João Alvares, ascendente do celebre gramático Padre Manuel Alvares.

Alvares (Joaquim de Oliveira). Nasceu na Madeira a 16 de Novembro de 1776 e formou-se em matemática e filosofia na Universidade de Coimbra. Em 1798 foi nomeado 2.º tenente da armada, e dois anos depois distinguiu-se num combate que houve nas costas do Algarve, entre um pequeno caíque português, de que era comandante, e um navio corsario francês. Proposto para a promoção pela bravura de que dera provas durante a luta, da qual todavia saíra vencido, serviu depois na esquadra do Marquês de Nisa, e em 1804 vamos encontra-lo no Brasil, tendo trocado a marinha pelo exército e ocupando o posto de capitão de artilharia da legião de voluntários de S. Paulo.

Fez as campanhas de Montevideu, derrotou a 27 de Outubro de 1816 as forças do celebre Artigas, no combate de Carumbé, e em 4 de Janeiro do ano seguinte distinguiu-se na batalha de Catalan. Em recompensa destes serviços deram-lhe o posto de brigadeiro efectivo, a comenda de Aviz e, em 1816, o posto de marechal de campo graduado.

Depois da independência do Brasil, ficou naquele império, tendo sido ali ministro da guerra, marechal de

campo efectivo, oficial da Ordem do Cruzeiro e tenente general.

Viveu em Londres de 1830 a 1835, e tendo recebido ali uma avultadissima herança, pôs a sua riqueza á disposição do governo brasileiro, para este, numa ocasião de apuros, pagar os juros das inscrições. Tendo ido a Paris em 1835, em procura de alívios para os seus padecimentos, ali faleceu, contando 59 anos de idade, estando sepultado no cemitério do Père Lachaise.

Era homem de larga ilustração e deixou inédita uma obra de vulto intitulada Estatística do Brasil. No tomo 2.º do Dicionário Popular encontram-se interessantes dados biográficos do marechal Joaquim de Oliveira Alvares, que era irmão do Conselheiro João Francisco de Oliveira, outro filho ilustre da nossa terra.

Alvares (Padre Manuel). Dizem antigos nobiliarios madeirenses que Afonso Alvares Columbreiro, natural duma povoação dos subúrbios de Sevilha, foi um dos primeiros e nobres povoadores do lugar da Ribeira Brava e que ali fundara as capelas de Santa Catarina e S. Bento no morgadio por ele instituído e que tinha a sua sede naquela freguesia. Uma sua neta, por nome Brigida Gonçalves e o marido desta João Mealheiro ou Malheiro, que tinham foro de fidalgos, foram os ascendentes do padre Manuel Alvares, que procede portanto de nobre linhagem, o que aliás pouco acrescenta aos seus incontestaveis méritos e virtudes. Seus pais eram Sebastião Gonçalves e Beatriz Alvares, que conservaram as regalias de nobreza herdadas de seus maiores.

Todos os seus biógrafos, incluindo o autor da Synopsis Annalium Societatis Jesu in Lusitania, afirmam que entrou para o instituto da Companhia de Jesus a 4 de Julho de 1546, tendo 20 anos, e que morreu em Évora a 30 de Dezembro de 1583 com 57 anos de idade. Deve, pois, ter nascido em 1526, época em que nesta diocese não era ainda regular o registo dos nascimentos, não se encontrando por isso o respectivo assento no arquivo paroquial da Ribeira Brava, como mais duma vez tivemos ocasião de verificar.

Amanhecera nele a vocação eclesiástica, pois já em 1538 recebera as ordens sacras, chamadas menores, das mãos de D. Ambrosio Brandão, bispo titular de Rocina, que viera a esta ilha exercer temporariamente as funções episcopais. Conta o padre Antonio Franco que aportando ao Funchal uma nau, que navegava para a Índia, lançara em terra por motivo de doença, um religioso da Companhia de Jesus, que se recolhera no

hospital a tratar da enfermidade que o acometera. Fora visita-lo Manuel Alvares a fim de obter noticias e informações acerca dum seu antigo e condiscípulo, e do trato que teve com o religioso nasceu o desejo de abraçar a ordem de Santo Inacio, que desde a sua fundação, em 1540, gozava de extraordinária fama e atraía muitas vocações eclesiásticas. Em breve deixou a casa paterna e entrou na congregação dos Jesuítas em 1546, como já fica referido.

Durante os seus trabalhos escolares, em que se revelou um estudante de extraordinário talento, mostrou uma especial predilecção pelo cultivo das línguas mortas latina, grega e hebraica, e em breve se tornou, na primeira delas, uma verdadeira autoridade, sendo tido como um dos mais notáveis latinistas do seu tempo. Tinha também grande conhecimento das línguas siro-caldaica e árabe e conhecia ainda outras línguas orientais.

Das obras que escreveu, foi a sua gramática da língua latina *De Institutione Grammatica* que lhe deu renome universal. Para bem se aquilatar do seu valor, bastará dizer que, além das inúmeras edições que dela se fizeram em língua latina, foi traduzida em francês, inglês, alemão, espanhol, italiano, boémio, croata, flamengo, húngaro, polaco, chinês e japonês.

Depois dos *Lusiadas*, nenhuma obra de autor português logrou ser traduzida e reeditada tantas vezes. Edgard Prestage, no seu estudo sobre D. Francisco Manuel de Melo, publicado ha poucos anos, diz: “este trabalho... tem passado por mais de 400 edições, estando traduzido em todas as línguas, e uma versão chinesa foi publicada em Xangai em 1869. Pouquíssimos livros scientificos têm tido assim três séculos de vida”. José Silvestre Ribeiro, no seu *Curso de Litteratura Portuguesa*, afirma “que este ilustre madeirense é uma das glórias pedagógicas de Portugal e que o seu livro é a obra mais extensa e intensamente disseminada que tem tido a litteratura portuguesa”. Acrescenta ainda, para terminar as citações, o célebre e sábio bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo: *ou no estado ecclesiastico ou na republica das letras não vejo outro portuguez que possa ser preferido a Jeronimo Osorio. Na união de uma e outra cousa não vejo portuguez que lhe possa ser igualado».

Durante duzentos anos foram os livros de Manuel Alvares os tratados clássicos do ensino da língua latina em quasi toda a Europa. O aparecimento, porém, dos trabalhos de Antonio Pereira de Figueiredo e de Luiz Antonio Verney, por meados do século XVIII, deram lugar entre nós a muitas criticas e discussões acerca do valor da obra do célebre jesuíta, e os seus livros, com os progressos da ciência da linguagem no longo

período de dois séculos, começaram a perder a autoridade de que gozavam, para o que também bastante concorreu a proibição feita pelo Marquês de Pombal de serem adoptados esses livros no ensino publico ou particular. No entretanto, ainda no segundo quartel do século XIX se fizeram cerca de vinte edições da sua gramática em diversos países da Europa.

Manuel Alvares, além do seu método de ensino da língua latina, escreveu outras obras, algumas das quais ficaram inéditas. A fama que aureolou o seu nome como escritor e erudito e ainda o grande prestígio de que gozava entre os seus confrades, tinham-no indicado para os cargos elevados da sua ordem, e assim foi reitor dos afamados colégios de Lisboa, Évora e Coimbra, revelando sempre a superioridade do seu talento e as eminentes qualidades do seu tacto governativo.

Terminaremos esta nota biográfica com as próprias palavras do autor da Bibliotheca Lusitana: - “De todas as virtudes religiosas era exemplar modelo, merecendo por ellas elogios do seu santo patriarca. Provada a sua tolerancia com uma larga enfermidade, faleceu com grande piedade no Colégio de Évora a 30 de Dezembro de 1583, com 57 anos de idade e 37 de religioso. Passados alguns anos, sendo aberta a sua sepultura em que jaz o seu cadáver se achou incorrupto”.

Em Agosto de 1917, veio ao Funchal o Sr. Dr. Urbano Canuto Soares proceder, por ordem do Ministério da Instrução Publica, a alguns trabalhos acerca da vida e obras do padre Manuel Alvares.

Alvares de Nobrega (Francisco). Francisco Alvares de Nobrega é hoje um nome quasi inteiramente ignorado, mas que gozou no seu tempo de grande nomeada como poeta, e até era conhecido pela antonomásia de Camões Pequeno. O infortúnio perseguiu-o sempre desapiedadamente desde os mais verdes anos até o fim trágico da sua atribulada existência. Foi o que com inteira verdade se costuma chamar um homem infeliz, parecendo que nunca para ele brilhou o mais pequeno clarão de ventura.

Francisco Alvares de Nobrega nasceu na freguesia de Machico “em pobre sim, mas paternal morada” segundo ele mesmo nos diz num dos seus sonetos. Afirma o distinto madeirense Jaime Moniz ter descoberto a data segura do nascimento do poeta, que foi a 30 de Novembro de 1772, e Janeiro de Nobrega assinala-lhe o ano de 1773, sem indicação do mês e ano. Por um termo de matrícula no Seminário do Funchal, que tivemos ocasião de examinar, vemos que nasceu a 30 de Novembro de 1772, o que

corroborar a data indicada por Jaime Moniz, dizendo-se ali que era filho de Domingos de Nobrega. Deixando a freguesia natal, veio para esta cidade, onde se empregou no estabelecimento de fazendas de Marcos João de Ornelas, em casa de quem recebeu a primeira educação, segundo ele próprio refere numa das suas poesias, e foi aí que se lhe revelou o estro poético e começou a tornar-se conhecido como um apreciado cultor das musas.

Por protecção que Marcos de Ornelas lhe dispensou, foi admitido como aluno no Seminário Diocesano, que então se achava instalado no Colégio de S. João Evangelista. “Aí, segundo lemos algures, dando-se pouco aos estudos práticos religiosos, continuou a escrever poesias e algumas delas satíricas, sobretudo contra o bispo D. José da Costa Torres. Com esse género de vida, grangeou a inimizade do prelado e dos seus superiores, e envolvido na perseguição que o bispo fez á maçonaria, foi excluído do seminário, conduzido a uma masmorra e depois mandado para Lisboa, onde jazeu no cárcere ainda algum tempo”.

Sabe-se que o bispo Torres, levado por indicação do governo central e apoiado pelo governador da Madeira, moveu uma tenaz perseguição ás sociedades secretas que se tinham organizado na Madeira no ultimo quarto do século XVIII, do que resultou muitas prisões e o embarque clandestino de vários indivíduos e suas famílias na noite de 19 de Julho de 1792. O prelado excedeu-se e praticou violências e arbitrariedades, que o forçaram a sair desta ilha em circunstancias muito vexatorias para ele. Nas malhas dessa perseguição foi envolvido Francisco Alvares de Nobrega, que, mesmo em Lisboa, continuou a ver pesar sobre si a mão perseguidora do Bispo.

A transcrição que acima fazemos parece contradizer o que escreve Januario de Nobrega, quando afirma que o poeta concluiu os seus estudos no Funchal e se dirigiu depois para Lisboa a prosseguir na sua carreira, e que ali foi preso pela perseguição que D. José Torres continuava a mover-lhe.

Transferido este para Elvas, sucedeu-lhe nesta diocese o bispo D. Luiz Rodrigues de Vilares, que passou a ser para Alvares de Nobrega um protector desvelado e que o foi arrancar das enxovias do Limoeiro em que jazia. A este facto se refere o poeta com palavras eloquentes e sentidas a paginas onze das suas Rimas. Transcrevemos o que diz seu sobrinho, no lugar já citado:

“Foi posto em liberdade, mas o resto da sua vida, salvo curtos intervalos em que ia como poeta, ganhando celebridade, foi uma longa cadeia de infortúnios. Antagonista do fanatismo que então reinava, foi

perseguido pela inquisição, gemendo, como Bocage, nos seus cárceres, e pela segunda vez no Limoeiro, donde lhe conseguiram soltura os quinze famosos sonetos com que soube tocar o ânimo do monarca. Já a este tempo o afligia a molestia fatal que veda a quem a soffre dar a mão de amigo, tratar os seus semelhantes, e aborrecido da vida, cansado de lutar com a adversidade, curtindo, longe dos seus, acerbos angústias, no meio de penosas privações, aos 34 annos de idade, achou que devia cortar o fio da existência, consumando o que já tinha revelado ao seu amigo e bem feitor Manuel José Moreira Pinto Baptista. Levantou a própria eça no silêncio da noite; rodeou-se dos livros a que consagrava as longas horas de insónia, poz á cabeceira os seus escriptos, e libando, como Socrates, a bebida fatal, adormeceu no seio do Creador”.

Falando de Francisco Alvares de Nobrega, diz Inocencio no seu Diccionario Bibliographico:- “Este poeta a quem se não podem negar felizes disposições e talento natural para a poesia, não seguiu eschola determinada, porque dos seus versos, uns recordam a maneira de Bocage, outros a de Francisco Manuel. Nos sonetos houve poucos entre nós que o igualassem, não sendo o proprio Bocage, que neste genero de composição jámais conheceu rival. A linguagem de Nobrega, posto que não abundante em demazia, é pura e correctá; e os versos são em geral fluentes e harmoniosos. Era digno, sem duvida, de melhor sorte”. Jaime Constantino de Freitas Moniz no volume IX da importante revista O Instituto fez uma extensa apreciação das obras poéticas de Francisco Alvares de Nobrega, que igualmente contém algumas notas biográficas.

O “Camões Pequeno” publicou as Rimas de Francisco Alvares da Nobrega, natural da ilha da Madeira, Lisboa, 1804 e as Rimas offerecidas em sinal de reconhecimento ao Sr. Manuel José Moreira Pinto Baptista, Lisboa, 1804, que em 1850 foram reimpressas no Funchal por seu sobrinho, o apreciado poeta e jornalista Januario Justiniano de Nobrega.

Quando em 1806 os familiares da Inquisição entraram no quarto em que se encontrava o cadáver de Alvares de Nobrega, ali descobriram muitos dos seus escritos, que foram totalmente inutilizados. Afirma-se que tinha pronta para a impressão uma nova colecção de trabalhos poéticos, quando procurou na morte descanso para as atribulações da vida terrena.

Alvares da Silva (Anibal). Nasceu no Funchal a 29 de Maio de 1819, sendo filho de Vitorino Alvares da Silva.

Cedo fixou a sua residência na então vila de Setúbal, onde seu pai exerceu o lugar de guarda-mor da Alfândega.

Concluído com notável brilho o curso de direito, estabeleceu-se na sua pátria adoptiva como advogado, conseguindo pelo seu raro talento, austeridade de character e outras apreciáveis qualidades, ser a maior influência de Setúbal. Foi ali presidente da Câmara, tendo sido eleito por várias vezes deputado. Foram importantísimos os serviços que prestou àquela localidade, que o tem na conta de um grande benemérito, e pensa-se em levantar ali um monumento á sua memória.

Morreu em Lisboa, onde advogara muitos anos com grande nomeada, a 8 de Dezembro de 1408.

Alvares da Silva (Tenente Luiz). Este madeirense fazia parte da guarnição militar da nossa colónia de Timor, quando no dia 24 de Dezembro de 1912 os indigenas se revoltaram contra as autoridades portuguesas, e invadindo o posto fortificado de Manufai, assassinaram esse nosso patricio, chefe do mesmo posto, que desamparado pela força do seu comando não pode oferecer séria resistência ao ataque dos revoltosos. O brioso official foi vitima do cumprimento do seu dever e do desejo de prestigiar o nome portugês em tão longínquas paragens.

Alvenaria. Dá-se este nome ao basalto compacto, rocha muito comum na região inferior da Madeira. V. Basaltos.

Alverca (Barão de). V. Pereira (João Antonio de Sá).

Alves Martins (Padre Luiz). Nasceu em Cardigos, concelho de Mação, a 23 de Dezembro de 1873 e veio para a Madeira em 1905 como capelão do regimento de infantaria n.º 27. Em 1908 foi nomeado pregador régio.

São dele as seguintes publicações: A Bandeira Portuguesa, Funchal, 1907; Oração Fúnebre nas Exéquias de Hintze Ribeiro, Funchal, 1907; e Brevi vivens tempore discurso fúnebre nas exéquias d'El-Rei D. Carlos e Príncipe Real D. Luiz Filipe, Funchal, 1908.

Alves da Silva (Dr. Antonio). Foi o Dr. Antonio Alves da Silva um distinto madeirense, a quem uma pertinaz doença e uma morte prematura não deixaram revelar toda a pujança do seu extraordinário talento.

Nasceu nesta cidade a 13 de Setembro de 1822 e aqui faleceu a 19 de Janeiro de 1854, tendo apenas 31 anos de idade.

Matriculou-se no curso de medicina da Universidade de Coimbra, que interrompeu em 1846, ao terminar o quarto ano, em virtude dos acontecimentos políticos que então se deram no país. Foi concluir o seu doutoramento em Paris, e tanto em Coimbra, onde obteve prémios em todos os anos, como na capital da França, deu provas duma brilhante inteligência e de notáveis faculdades de trabalho, que lhe grangearam a admiração e a estima de todos os lentes e condiscípulos.

Diz Inocencio “que em Paris obteve gratuitamente o grau de doutor, a 29 de Dezembro de 1848, como demonstração de apreço devida ao grande talento que ali manifestara”.

Por decreto de 11 de Março de 1850 foi nomeado lente da Escola Medico-Cirurgica do Funchal, logar que exerceu com notavel distinção.

Fez no Funchal duas leituras publicas sobre medicina e higiene, que o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo classifica de notabilissimas, tanto pelo modo como tratou o assunto como pela beleza da linguagem. Nessa época os homens mais distintos da nossa terra, como Marceliano Ribeiro e outros, faziam conferencias

publicas para instrução dos funchalenses, e que eram em extremo apreciadas.

Alves da Silva era membro do Instituto de Coimbra, socio correspondente da Academia Real das Sciencias e de outras corporações literárias e científicas.

A terrível tuberculose, que há muito lhe vinha minando a existência, não lhe permitiu entregar-se a grandes canseiras e labores intelectuais, mas, a pesar disso, foi no exercício da clinica um medico distintissimo e no cultivo das letras mostrou invejáveis aptidões, que a morte não deixou revelar com mais brilho.

Alvim. Vid. Alvino.

Alvino. Apareceu entre nós este apelido com a vinda para esta ilha do licenciado Manuel Camilo de Melo e Alvino pelos anos de 1500.

Alvino é corruptela de Alvim, procedendo este apelido de Manuel Carrilho de Melo e Alvim (Saud. 846). O apelido Alvim que é antigo e nobre, existe também em Portugal e nos Açores.

Amaral (José Cabral Correia do). Era bacharel formado em direito e exerceu entre nós o cargo de Delegado do Tesouro. Foi eleito deputado por este arquipélago para a legislatura de 1905 a 1906.

Também foi eleito deputado pela Madeira em Agosto de 1910, mas as cortes não chegaram a reunir-se.

Amaral (José Julio do). Este distinto oficial do exército (1801-1876) foi comandante militar deste arquipélago no ano de 1861.

Amaro (Padre). Padre Amaro foi o nome dum celebre periódico que se publicou em Londres, em língua portuguesa, de 1820 a 1830, que teve como redactor principal o illustre madeirense Joaquim José Ferreira de Freitas, que também é conhecido pelo nome de Padre Amaro e de quem nos ocuparemos no lugar competente.

Ambrosio (D.). D. Martinho de Portugal, o primeiro e único arcebispo do Funchal, não veio nunca á sua diocese, mas enviou a esta ilha o bispo titular de Rocina D. Ambrosio, a fim de exercer aqui as funções próprias do ministério episcopal. Demorou-se D. Ambrosio na Madeira aproximadamente um ano, de 1538 a 1539, e findo o exercício do seu ministério se recolheu ao reino. A parte disciplinar e da observância dos cânones, tinha sido cometida aos dois visitantes Jordão Jorge e Alvaro Dias, que ainda continuaram nesta ilha depois da partida do bispo D. Ambrosio.

Ameixieira (*Prunus domestica*). Árvore da família das Rosaceas, subfamília das Prunoideas, muito cultivada na Madeira. É originaria do Oriente e produz frutos oblongos ou globosos, de ordinário de excelente qualidade. A ameixa verde ou Rainha Claudia, é uma das mais saborosas da ilha. As ameixas passadas são um pouco laxativas.

Ameixieira de espinho (*Berberis maderensis*). Arbusto da família das Berberidaceas, de 1 m. a 1,5m, com espinhos 3-partidos e folhas fasciculadas, subespatuladas ou subobovadas, inteiras ou serrado-espinhosas; flores amarelas, reunidas em cachos. Só tem sido achado modernamente na Serra dos Balcões. A madeira deste arbusto, a que chamam fustete, tem uma linda cor amarela, e é muito apreciada nas marcenarias, especialmente para embutidos.

Ameixoeira. É o nome duma freguesia que fica a cerca de 6 quilómetros de Lisboa, no concelho dos Olivais. Pinho Leal no seu dicionário Portugal Antigo e Moderno, vol. I.º, a pag. 195, diz que esta paróquia pertenceu á freguesia do Lumiar e tinha o nome de Funchal, acrescentando que a antiga capela de Nossa

Senhora do Funchal serviu de igreja matriz até que em 1664 foi reedificada e ampliada. Afirma mais ainda Pinho Leal textualmente o seguinte: “Diz-se que a capela primitiva foi fundada em memória duma grande victoria que obtiveram aqui os christãos contra os mouros. Diz-se também que esta capelania já existia no tempo dos godos e que um mouro chamado Mixo ou Mixio dera o nome - esta povoação (que até ao século XVII se chamava Mixoeira, tendo-se antes chamado Funchal, como já disse)”. Dá também Pinho Leal a informação que “a Ameixoeira, com o nome de Funchal, era uma aldeia da freguesia do Lumiar; mas em 6 de Junho de 1536 tornou-se independente...”

Haverá alguma correlação entre o antiquíssimo lugar do Funchal na Amendoeira e a primitiva povoação, depois vila e depois cidade do Funchal? Não sabemos.

Amelia (Imperatriz D.). A Imperatriz do Brasil D. Amelia, viúva de D. Pedro IV, e sua filha a princesa D. Maria Amelia chegaram ao Funchal no dia 28 de Agosto de 1852 na fragata da marinha de guerra D. Fernando, que vinha acompanhada pela corveta D. João I e pelo vapor de guerra D. Luiz. Era comandante da esquadra o capitão de mar e guerra José Maria de Sousa Soares, e servia de almirante a fragata D. Fernando.

A recepção foi imponentíssima, impressionando profundamente a imperatriz e a princesa, que, a pesar de gravemente doente, se mostrou, desde o desembarque na Pontinha até á Quinta das Angústias, onde estabeleceu residência, sempre alegre e sorridente á vista de tantas demonstrações de apreço e de carinho, que lhe prodigalizavam os habitantes desta cidade.

Todos sabem que a princesa D. Maria Amélia não encontrou nos ares balsâmicos da Madeira e na benignidade do seu clima os alívios que se esperavam. Depois de cinco meses e alguns dias de permanência entre nós sucumbiu aos estragos da terrível tuberculose pulmonar, na madrugada do dia 4 de Fevereiro de 1853.

A princesa, dizem insuspeitas testemunhas contemporâneas, era de uma bondade inigualável e despertava em todos que a viam ou dela se aproximavam a mais viva e apaixonada simpatia e por isso a sua morte produziu em toda a população funchalense um sentimento de profundissimo pesar, que durante muitos

anos perdurou entre nós. O embarque da imperatriz, no seu regresso a Lisboa, acompanhando o féretro que continha os restos mortais da princesa sua filha, realizou-se no dia 6 de Maio de 1853. Foi um prestito imponente, em que se não viam olhos enxutos. Desde o mais modesto popular até á desolada imperatriz, choravam todos copioso pranto. Parecia que se dera uma grande calamidade.

Esta morte, como todos sabem, determinou a fundação do Hospício da Princesa D. Maria Amelia de que em outra ocasião falaremos.

A imperatriz D. Amelia faleceu em Lisboa a 26 de Janeiro de 1873.

V. Hospício da Princesa D. Maria Amelia.

Amendoeira (*Amygdalus communis*). Árvore originaria da Mesopotamia, cultivada na Madeira e Porto Santo. As amêndoas doces são comestíveis, como é sabido, e servem para a preparação dum óleo que tem várias aplicações. Óleo semelhante fornecem as amêndoas amargas por expressão a frio, mas se este óleo for obtido pela destilação com água, torna-se então extremamente venenoso. A água destilada de amêndoas amargas também é venenosa por causa da presença do ácido cianídrico.

Amendoeira (Pico da). Esta elevação montanhosa, de onde se desfruta um belo panorama, fica situado na freguesia da Ponta do Sol, na Lombada dos Esmeraldos, não muito distante da capela e casa solarenga dos condes de Carvalhal.

Amigo do Povo (O) Publicou-se de 26 de Janeiro de 1850 a 27 de Abril de 1854, tendo saído 178 números.

Amor-de-burro (*Bidens pilosa*). Composta tubuliflora anual, oriunda da América meridional e perfeitamente naturalizada na Madeira. As suas folhas superiores são de ordinário 3-sectas e os seus fructos tem 2-4 aristas rígidas e retorso-celheadas. E muito usada nos campos como emenagogo, e recebe também os nomes de setas e malpica.

Amoreira. Existem na Madeira a *Morus nigra* (amoreira negra) cujas soroses são comestíveis e servem para a preparação do arrobe de amoras usado em gargarejos, nas esquinencias, e a *M. multicaulis* (amoreira branca) cujas folhas servem para alimento do bicho da seda. A Câmara Municipal do Funchal concedeu em Maio de 1877, a Praça da Rainha (hoje Praça do Marquês de Pombal) para viveiro de de amoreiras brancas, tendo o falecido Conde de Canavial chegado a estabelecer ali o referido viveiro, o qual teve pouca duração. A cultura destas amoreiras está votada na actualidade ao mais completo abandono. A amoreira negra é muito cultivada no Porto Santo.

Amoreiras. Sítio da freguesia do Arco da Calheta em que se encontra a capela de Nossa Senhora da Conceição, fundada no ano de 1911, pelo padre José Marcelino de Freitas e onde já existiu uma capela da mesma invocação mandada edificar por Isabel de Abreu nos princípios do século XVI.

Amoricos. (Agrimonia Eupatoria). Planta vivaz da família das Rosáceas, subfamília das Rosoideas, muito frequente na Madeira. Tem as folhas penatisectas, com os segmentos distintos, e as flores amarelas, dispostas em cachos compridos e estreitos. A infusão das folhas e flores desta planta pode ser usada em gargarejos nas esquinencias.

Amor-perfeito. Recebem este nome diversos híbridos da *Viola tricolor* com diversas espécies próximas. A infusão de amores-perfeitos é preconizada nas moléstias cutâneas.

Amparo. Neste sítio da freguesia de São Martinho acha-se a capela de Nossa Senhora do Amparo, pertença do antigo morgadio da família Sauvair e que foi fundada por D. Luísa de Mendonça no ano de 1712.

Amparo. A capela de Nossa Senhora do Amparo deu o nome a este sítio que fica na freguesia da Ponta

do Pargo, afluindo muito povo das freguesias circunvizinhas, no dia de festa do respectivo orago.

Ana Ferreira (Pico de). No sul-sueste da ilha do Porto Santo levanta-se este pico, que atinge 278 metros de altitude.

Anais do Município. A portaria de 8 de Novembro de 1848 impôs ás câmaras Municipais a obrigação de possuírem um livro subordinado ao título de Anais do Município e de ali fazerem lançar no mês de Março de cada ano uma sùmula de todos os acontecimentos, notas e informações que porventura podessem interessar á historia do respectivo município. O illustre governador civil deste arquipélago José Silvestre Ribeiro, que não descurou nunca qualquer assunto que pudesse contribuir para o progredimento material e intelectual dos povos seus administrados, suscitou a observância daquela portaria nas suas circulares ás câmaras e administradores do concelho do distrito de 3 de Janeiro de 1848 e 22 de Janeiro de 1850, em que com as mais persuasivas razões mostrava as vantagens e a necessidade da execução daquela medida governativa. Poucas municipalidades, a começar pela da capital do distrito, deram cumprimento áquela tão útil e necessária determinação.

Apenas temos conhecimento de que as câmaras do Porto Santo, Machico e Calheta tivessem redigido os seus anais, embora nos anos subsequentes omitissem a continuação deles, não cumprindo a lei em toda a sua extensão e tornando assim quasi inteiramente inútil a sua observância.

No Porto Santo o respectivo administrador do concelho João de Sant'Ana e Vasconcelos foi quem em 1848 coligiu as notas indispensáveis e deu a redacção definitiva aos anais daquele município. É um trabalho valioso e pode considerar-se como uma monografia interessante sobre a ilha do Porto Santo, quer debaixo do ponto de vista histórico, quer ainda quanto á descrição da ilha, estatísticas de suas produções, população, costumes etc.. A pesar das suas deficiências, é um trabalho que muito honra a memória do seu autor. Foi integralmente publicado no Heraldo da Madeira nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 1906 e já muito antes tinham sido publicados alguns trechos no Diário de Noticias desta cidade.

Menos completos, mas também interessantes e com dados valiosos para a historia do município, são os

anais de Machico, que nos parece terem sido redigidos por José Antonio de Almada, natural daquela vila e que foi escrivão do juízo de direito na comarca do Funchal. Conservaram-se inéditos até o ano de 1906, em que, no mês de Novembro, foram publicados na integra no Heraldo da Madeira.

Ha ainda a fazer menção dos anais do município da Calheta, que se conservam inéditos e que contêm alguns elementos valiosos para a historia daquele concelho.

A Câmara do Funchal cometeu a redacção dos seus anais primeiramente a Marceliano Ribeiro de Mendonça, depois a Francisco de Andrade e finalmente a Augusto César de Freitas, tendo-se negado o segundo a escreve-los, e nada fazendo o primeiro e o terceiro, a pesar de não constar que se houvessem recusado a desempenhar tal serviço.

Em sessão de 7 de Outubro de 1897 aprovou a Câmara uma proposta do seu presidente para que houvesse no arquivo municipal um livro onde se descrevesse detalhadamente a historia de todas as grandes obras, resoluções e melhoramentos executados pela Municipalidade, mas esta deliberação nunca teve execução, por motivos que nós ignoramos. O livro destinado aos anais mandados organizar pelo conselheiro Silvestre Ribeiro, ainda hoje existe no Arquivo Municipal, perfeitamente em branco.

Analyse de águas. Os resultados das analyses das diversas águas da Madeira, consta dos seguintes folhetos:

1.º Analyse chimica e bacteriologica da Fonte Férrea do Jamboto (Funchal, 1900).

2.º Analyse chimica de águas potáveis de várias fontes da cidade do Funchal (Funchal, 1900). Contém as analyses das fontes de João Diniz, Campo da Barca, Ribeira de Santa Luzia e Corujeira de Baixo.

3.º Analyse chimica e bacteriologica das águas das nascentes dos Tornos (Funchal, 1900)

As águas de S. Roque, em Machico, e da Fontinha, no Porto Santo, também foram analisadas, tendo o resultado destas analyses sido publicado no Heraldo da Madeira.

Ananás (*Ananassa vulgaris*). Existem na Madeira duas variedades de ananases, uma de folhas quasi sem espinhos, e a outra de folhas providas de espinhos fortes nas margens. Aquela só é cultivada nalgumas estufas, e é idêntica ao ananás açoreano, conhecido na Inglaterra pela denominação de “Smooth-

leaved Cayenne”; esta floresce e frutifica bem ao ar livre em vários pontos da ilha, sendo, porém, os seus frutos ou soroses mais pequenos e ácidos que os da outra variedade.

O ananás de folhas espinhosas, que dizem ter sido importada da Africa, mas que existe também no Brasil e em outros países, aparece na Ribeira Brava, no Porto da Cruz, no Funchal, etc.. As suas folhas são longas e muitas vezes manchadas de vermelho, e as suas espigas oblongo-cilíndricas, dispostas sobre um pedunculo ou caule provido de folhas curtas e avermelhadas. O perianto tem 6 divisões, sendo as três exteriores vermelhas e curtas, e as três interiores lilacineas, levantadas, estreitas, um pouco mais curtas que as bracteas.

O ananás frutifica geralmente desde Novembro até Janeiro, e floresce em Marco e Abril.

Anatole France. Este eminente escritor francês, membro da Academia Francesa, esteve no Funchal, no seu regresso da América do Sul, a 25 de Agosto de 1909, saindo nesse mesmo dia para o seu país.

Andaluz (Dr. Antonio J. de Santa Marta). V. Mesquita e Melo, 3.º visconde de). Era secretario geral do distrito, quando foi nomeado governador civil da Madeira por decreto de 4 de Setembro de 1869, tomando posse deste cargo a 18 do mesmo mês e ano, mas exercendo-o poucos meses. Casou nesta ilha com uma senhora madeirense, filha dos barões da Conceição, e nascera a 12 de Abril de 1833.

Andorinha. Nome impropriamente dado a duas aves indígenas da Madeira, o *Micropus apus* e o *M. unicolor*. A primeira chamam andorinha do mar; a segunda andorinha da serra. As andorinhas propriamente ditas, *Hirundo rustica Chelidonaria urbica*, que visitam regularmente estas ilhas, sem que façam criação, conhecem-se no Porto Santo pelo nome de andorinhas de fora e nalgumas freguesias do norte da Madeira pela designação de andorinhas do Porto Santo, talvez porque ao arribarem á costa setentrional da Madeira, vêm do nordeste, ou seja do lado do Porto Santo.

Andrade. Os irmãos João Fernandes de Andrade e Diogo Fernandes de Andrade, fidalgos de Galiza, foram os primeiros que para esta ilha vieram usando este apelido. Obtiveram muitas terras de sesmaria no Arco da Calheta e aí estabeleceram residência. D. João II, por alvará de 20 de Fevereiro de 1485, concedeu ao primeiro dos dois o uso das seguintes armas: “em campo de ouro um sagittario, metade do homem e metade do cavallo, o homem nú da sua cor, o cavallo entre muzello e castanho escuro com um arco armado nas mãos de vermelho e a corda de prata, a frécha empenada de verde, elmo de prata serrado, paquife de ouro e de verde e por timbre o meio sagittario com seu arco”.

Diogo Fernandes de Andrade vendeu a seu irmão os terrenos que possuía no Arco e foi para a Galiza reivindicar a posse duma herança que pertencera a sua mãe, o que não pôde conseguir por estar incorporada nos bens da coroa.

João Fernandes de Andrade, conhecido depois por João Fernandes do Arco, por ter vivido nesta freguesia e nela possuir muitas terras, instituiu uma casa vincular, que tinha como sede a capela de Nossa Senhora da Consolação. Faleceu a 9 de Abril de 1527 e ali foi sepultado, em cujo túmulo se lia o seguinte epitáfio: “Aqui jaz João Fernandes e Beatriz de Abreu, sua mulher, que foram os primeiros fundadores deste Arco”. A seu sobrinho, Fernão Dias de Andrade, filho do seu irmão Diogo, foi por D. João III por alvará de 17 de Abril de 1528, confirmado o brasão de armas passado a seu tio e que vem transcrito na íntegra no Nobiliario de Henriques de Noronha, de que existe uma copia na biblioteca do Funchal.

Andrade (Cónego Dr. João Jacinto Gonçalves de). Nasceu na freguesia do Campanário a 10 de Fevereiro de 1825 e era filho do tenente Francisco Joaquim Gonçalves de Andrade e de D. Caetana Maria de Macedo. Frequentou o seminário do Funchal e ordenou-se de presbítero, tendo pouco depois embarcado para o Brasil, onde era bispo seu tio D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade e onde era distinto lente da Universidade de S. Paulo seu irmão o conselheiro Francisco Justino Gonçalves de Andrade. Fixou residência em Vassouras e aí exercia as funções do seu ministério, quando, levado por conselhos do Dr. Francisco Justino, se matriculou na Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo e nela se doutorou, tendo pouco depois feito concurso para uma das suas cadeiras e sido nomeado lente, lugar que exerceu até o ano de 1891 em que se jubilou.

Era homem de larga instrução e exerceu com distinção o magistério universitário, embora não pudesse ombrear com as altas faculdades de espírito e o profundo saber, sobretudo nas ciências jurídicas, de seu irmão o Dr. Francisco Justino Gonçalves de Andrade, de quem já nos ocupamos a pag. 68 deste Elucidario. O Dr. João Jacinto de Andrade não deixou nunca o exercício das funções eclesiásticas, a que sempre se dedicou com entranhado amor, tendo sido um sacerdote exemplar e gozando como tal de notável prestígio na cidade de S. Paulo, onde viveu largos anos e onde veio a falecer no dia 16 de Janeiro de 1898.

Andrade Corvo (João de). Este distinto escritor e homem de ciência esteve na Madeira em 1853, encarregado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa de estudar a moléstia chamada a mangra, que então invadiu as vinhas desta ilha e em grande parte as destruiu. Como resultado dos seus trabalhos publicou as Memórias sobre as Ilhas da Madeira e Porto Santo.

Na primeira memória prometia a publicação de mais duas, que não chegaram a vir a lume. Andrade Corvo chegou a esta ilha a 29 de Julho de 1853 e aqui se demorou até meado de Setembro seguinte.

Vid. Mangra da Vinha.

Andrade (Deão Antonio Joaquim Gonçalves de). Este distinto madeirense nasceu no Funchal a 7 de Dezembro de 1795 e ordenou-se de prebistero em 1821. Cremos que era doutorado em cânones ou em teologia, mas não podemos afirma-lo. Foi cónego da nossa Sé e em 1834 era secretario de D. Francisco José Rodrigues de Andrade, quando este prelado saiu da Madeira e emigrou para a Itália. Acompanhou com outros eclesiásticos o seu chefe hierárquico, tendo todos estabelecido morada nos arredores da cidade de Génova.

Por morte do bispo D. Francisco, fixou residência em Lisboa e dali foi chamado para a Madeira em 1844, pelo prelado desta diocese D. José Xavier de Cerveira e Sousa. Estava então muito activo nesta ilha o proselitismo protestante e o prelado sustentava uma luta acesa com o propagandista Roberto Kalley e seus sequazes, precisando de ter a seu lado um homem de prestígio, prudente e sabedor, que o auxiliasse na árdua empresa em que se empenhava. Gonçalves de Andrade deixou o cultivo das letras, a que então

activamente se dedicava, e o convívio íntimo que mantinha com os nossos principais literatos, e veio estabelecer residência junto do prelado, ao qual prestou os mais relevantes e assinalados serviços. Em 1846 foi nomeado vigário geral deste bispado e em 1853 deão da Sé Catedral.

Quando em 1852 chegaram á Madeira a imperatriz D. Amelia e sua filha a princesa D. Maria Amelia, foi o conego Andrade nomeado seu capelão e confessor, ás quais também serviu de secretario, tendo assistido aos últimos momentos da malograda princesa, que tinha por ele a mais subida consideração e a mais profunda e respeitosa estima. Juntamente com o Dr. Antonio da Luz Pita, foi um dos mais dedicados auxiliares da imperatriz D. Amelia na fundação definitiva do Hospício e na instalação provisória do hospital para tuberculosos, antes da construção da sumptuosa casa onde actualmente se encontra.

Em 1853 acompanhou o deão Andrade os despojos mortais da princesa D. Maria Amelia para Lisboa e ali fixou residência, continuando ao serviço da imperatriz.

Antonio Joaquim Gonçalves de Andrade era homem de raro talento e de uma vasta cultura intelectual, gozando de grande prestígio e consideração, não só pelos seus dotes de espírito como pelas suas eminentes qualidades de character. Em Lisboa mantivera íntimas relações de amizade com os vultos mais em evidencia nas letras e na política, que muito apreciavam as suas virtudes, o seu saber e a encantadora lhaneza do seu trato.

Revelou-se um escritor de largos méritos nas eruditas notas que escreveu para a tradução dos Fastos, de Ovídio, feita por Castilho, e nas anotações que adicionou á edição da Historia Insulana, de Antonio Cordeiro, publicada em 1862.

Consta que deixou inéditos de valor e também se afirma que possuía documentos valiosíssimos para a historia deste arquipélago, que totalmente se perderam.

Regeu, no Seminário desta cidade, as cadeiras de latinidade, filosofia e teologia e era sócio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa e doutras corporações literárias nacionais e estrangeiras.

Morreu em Lisboa a 16 de Janeiro de 1868 e jaz sepultado no cemitério das Angústias do Funchal, em jazigo próprio.

Andrade (D. Francisco José Rodrigues de). Foi o 22.º prelado desta diocese. Nasceu em 1761 e contava já 60 anos de idade quando foi chamado ao episcopado. Exercia então as funções de pároco da freguesia de São Nicolau da cidade de Lisboa, sendo apresentado bispo do Funchal em 1821 e confirmado pelo papa Pio VII a 21 de Setembro do mesmo ano. Tomou posse do bispado, por procuração a 1 de Março de 1822 e assumiu a direcção da diocese a 1 de Maio do mesmo ano.

Teve um episcopado bastante agitado e muito erizado de dificuldades, porque esteve á frente dos destinos desta diocese no período revoltoso que vai desde a revolução de 1820 até a implantação do governo constitucional em 1834. Não pôde ou não soube manter-se numa situação de absoluta imparcialidade no meio das duas correntes políticas que fortemente se chocavam, e mais duma vez, inclinando-se ora para um ora para outro lado, levantou contra si a má vontade dos adversários que lhe moviam uma guerra encarniçada e não poupavam meios de o desprestigiar e desconsidera-lo perante o publico. No meio das lutas políticas que se travaram, dos ódios profundos e dos propósitos de vinganças que dia a dia se manifestavam, impossível se tornava percorrer a linha recta do dever sem tergiversações ou passos oblíquos.

No embate das paixões partidárias, publicou uma pastoral datada de 28 de Junho de 1828 e outra de 13 de Setembro do mesmo ano, em que se detendem e aplaudem os mais contraditórios princípios políticos. Na primeira preconiza-se o sistema representativo e faz-se o elogio de D. Pedro, e na segunda defende-se o sistema do governo absoluto e aplaude-se a obra de D. Miguel. D. Francisco José Rodrigues de Andrade a pesar da publicação da sua primeira pastoral, receoso dos acontecimentos políticos que estavam a desenrolar-se, saiu da Madeira a 10 de Julho de 1828, acompanhado de muitos eclesiásticos. Em Lisboa publicou a sua segunda pastoral de 13 de Setembro do mesmo ano, impressa num folheto de 27 paginas e que é hoje muito rara em todo o país.

Passados alguns meses, regressou á sua diocese, mas continuaram as lutas e dissensões, que só verdadeiramente terminaram com a sua saída definitiva da Madeira em 1834. No dia 5 de Junho deste ano proclamou se o governo constitucional na Madeira e, no dia 12 do mesmo mês, o bispo D. Francisco de Andrade cometeu ao cabido a administração da diocese, tendo no dia seguinte deixado esta ilha em direcção á Itália.

Para ali o acompanharam vários eclesiásticos e entre eles os padres Antonio Joaquim Gonçalves de Andrade, Zeferino de Sant'Ana, Antonio Alexandrino de Vasconcelos e Antonio Gomes Neto. Escolheu a cidade de Genova para fixar a sua residência e na freguesia de Promentario se acolheu ao convento de S. Bartolomeu de Fossato a curtir os amargos dias do exílio. Passados quatro anos incompletos ali faleceu a 2 de Maio de 1838, sendo sepultado na igreja paroquial de Promentario.

Em 1891, decorrido pouco mais de meio século, procedendo o pároco de Promentario a importantes reparos na sua igreja, lembrou-se de colocar sobre a campa rasa de D. Francisco de Andrade uma lápide tumular com um epitáfio que indicasse o lugar onde jaziam os restos mortais do bispo português. Para este fim se dirigiu ao ilustre prelado desta diocese D. Manuel Agostinho Barreto, que com o auxilio de alguns sacerdotes madeirenses, enviou para Itália a indispensável quantia, que chegou a alguns centos de mil reis, para a colocação daquela lápide no sepulcro de D. Francisco de Andrade. A lápide, em belo mármore, além de ter esculpidas as armas do prelado, contém uma inscrição em caracteres de bronze, que consta do seguinte:

Franciscus Josephus Rodrigues d'Andrade / Domo Olisipone / Funchalensis in Madeira insula Pontifex / Lusitania civico turbata motu / extorris / a proximum S. Bartholo. monasterium - viribus. non animo fractus/in pace Requievit/Kal. Mai. Anno 1838/An. natus 77/Ne tanti viri pro patria sibi optatissima tanta heri perpassi / excederet memoria Emanuel Augustinus Barreto vir excellentis decessori suo / An. 1891.

Andrade (D. Manuel Joaquim Gonçalves de). Este prelado da diocese de S. Paulo (Brasil) nasceu na freguesia do Campanário a 14 de Março de 1767, sendo filho de Nicolau Gonçalves de Andrade e de Maria de Andrade. Em Outubro de 1826 foi confirmado bispo daquela diocese, sendo sagrado a 28 de Outubro do ano seguinte. Faleceu a 26 de Maio de 1847. Desconhecemos quaisquer outras circunstancias da vida deste prelado. Era tio do Conselheiro Francisco Justino Gonçalves de Andrade, de quem já aqui nos ocupámos.

Andrade (Francisco de). Era filho de Francisco de Andrade e nasceu no Funchal a 6 de Junho de 1806, tendo cursado nesta cidade todos os estudos que aqui se faziam no seu tempo. Por decreto de 4 de

Setembro de 1838 foi nomeado professor proprietário da cadeira de gramática portuguesa e latina, e clássicos portugueses e latinos, no liceu nacional do Funchal, tendo desempenhado antes interinamente este mesmo cargo, em virtude de carta do Conselho Provincial de Instrução Publica, de 23 de Março do mesmo ano. E.: Princípios de Gramática Portuguesa (Funchal, 1844); Grammatica Portuguesa das Escolas Primarias, obra esta de que houve cinco edições, a primeira em 1849 e a ultima em 1879; e Relatório sobre as escholas municipaes de instrução primaria do concelho do Funchal... (Funchal, 1849). Foi vereador da câmara municipal, secretario e reitor do liceu, e um dos mais distintos professores que teve este estabelecimento de instrução secundaria. Deixou alguns trabalhos manuscritos, Faleceu no Funchal a 23 de Fevereiro de 1881.

Andrade (Francisco Justino Gonçalves de). Entre os madeirenses que notavelmente se distinguiram em países estrangeiros e sobremaneira honraram o seu torrão natal, destaca-se o Dr. Francisco Justino Gonçalves de Andrade, que nasceu na freguesia do Campanário a 18 de Fevereiro de 1821 e morreu na cidade de S. Paulo a 25 de Julho de 1902, sendo filho do tenente Francisco Joaquim Gonçalves de Andrade e de D. Caetana Maria de Macedo.

Com 18 anos de idade e depois de ter cursado o Liceu do Funchal, embarcou para o Brasil a tentar fortuna, mas reconhecendo que a sua vocação não era a vida comercial a que se dedicara, matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo, conformando-se deste modo com os conselhos que recebera de seu tio D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, bispo daquela diocese.

O seu curso universitário foi a revelação dum extraordinário talento e nele alcançou os mais brilhantes triunfos académicos, tendo em 1850 concluído a sua formatura em ciências jurídicas e sociais. No ano seguinte defendeu teses e recebeu o doutoramento, tendo pouco depois, num concurso publico que ficou célebre e em que foi o primeiro classificado, sido nomeado lente substituto e mais tarde lente catedrático da Universidade em que fora um dos mais estudiosos e distintos alunos.

Foi como lente da cadeira de Direito Civil que verdadeiramente se notabilizou, sendo considerado o primeiro civilista brasileiro do seu tempo. Como sucedeu aos distintos madeirenses Dr. Patrício Moniz, Ferreira de Freitas e ainda outros, não deixou uma obra que correspondesse aos seus grandes méritos e

assinalasse o seu profundo saber e vasta erudição na difícil e escabrosa especialidade a que consagrou a vida inteira. No entanto, as suas prelecções como professor, as consultas que de todas as partes do Brasil lhe eram dirigidas, o alto conceito que dele formavam os mais abalizados juristas brasileiros e ainda o facto de ter sido nomeado membro da comissão encarregada de dar parecer acerca do projecto do Código Civil elaborado pelo ilustre jurista Dr. Felício dos Santos, provam sobejamente que o Dr. Justino de Andrade possuía os requisitos indispensáveis de talento e de saber para ter deixado uma obra perdurável e em que de uma maneira mais eloquente afirmasse os dotes notáveis do seu espírito privilegiado e da sua vastíssima erudição.

Poucas vezes tratou de questões forenses e quasi se limitou a responder ás consultas que frequentemente lhe dirigiam, sendo as suas opiniões acatadas como as duma grande autoridade nas diversas questões do direito civil brasileiro. Todo o tempo consagrava ao estudo, levando uma vida de retiro e de silêncio, completamente arredado da política e de tudo o que pudesse perturbar essa ânsia de saber que nele parecia revestir a forma duma preocupação doentia.

O Dr. Justino de Andrade não tinha predilecções políticas ou partidárias, mas era amigo pessoal e dedicado do imperador D. Pedro II, e isso bastou para ser demitido de director da Faculdade de Direito, sendo-lhe depois imposta a jubilação de professor, em virtude dum conflito que se levantou no seio da Academia. Terminaremos este ligeiro esboço biográfico, dizendo que, se o Dr. Justino de Andrade se impunha pela vastidão do seu saber, brilhante talento e raras faculdades de trabalho, não era menos considerado pela inquebrantável austeridade de character e notável rigidez de princípios, que o tornavam uma grande figura moral, profundamente estimada e admirada em todo o império brasileiro.

Andrade (Manuel Dias de). Nasceu pelos anos de 1585, sendo filho de Francisco de Andrade e de D. Constança de Atouguia. Era segundo e terceiro neto de Fernão Dias de Andrade e de Diogo Fernandes de Andrade aos quais nos referimos no artigo Andrade. Distinguiu-se notavelmente como militar, tendo-se encontrado na restauração da Baía, em que teve o comando dum galeão. Entrou em outros combates, em que deu provas do seu valor. Era comendador da Ordem de Cristo e exerceu no Brasil o cargo de mestre de campo. Morreu em 1638 nas Ilhas de Cabo Verde, quando ia por mestre de campo duma armada que se destinava á restauração de Pernambuco.

Andrew (Robert Mc.). E.: On the geographical distribution of Testaceous Mollusca in the North Atlantic and neighbouring seas, Liverpool, 1854. Vêm mencionadas neste trabalho 156 espécies de moluscos marinhos encontrados pelo autor nos mares da Madeira.

Anémonas do mar. Conhecem-se 11 espécies destes zoófitos nos mares da Madeira, a mais frequente das quais é o *Anthus cereus*.

Anes (Gonçalo). Gonçalo Anes ou Gonçalo Anes de Velosa foi um dos primeiros povoadores desta ilha. Nasceu em Celorico e tinha sido escudeiro do infante D. Fernando filho do rei D. Duarte. Foi o fundador da igreja de S. Bartolomeu, junto da qual instituiu um hospício para clérigos pobres, que parece não chegou nunca a funcionar. Servia para alojamento dos missionários que tocavam na Madeira e se dirigiam para a Índia e para o Brasil. Foi nesta casa e igreja que os Jesuítas se instalaram quando em 1570 vieram para a Madeira e ali permaneceram até á edificação do Colégio de S. João Evangelista. Gonçalo Anes instituiu um vinculo com obrigação de celebrar-se uma missa na referida igreja em todas as sextas-feiras, sufragando a alma do Infante D. Fernando. Morreu Gonçalo Anes em 1497 e foi sepultado na igreja de que fora o fundador.

A capela de S. Bartolomeu ficava na margem esquerda da Ribeira de Santa Luzia e na Rua Direita, que em outros tempos se estendia até a altura da actual Ponte do Torreão.

Angústias (Cemitério das). Diogo da Costa Quintal fundou em terras do seu morgadio em 1662, a capela de Nossa Senhora das Angústias, que deu o nome á rua que lhe passava próximo e ainda ao sítio das suas imediações. Não podemos hoje precisar se a capela de N. S. das Angústias que existe na quinta do mesmo nome (Quinta Lambert) é a reconstrução da antiga ermida de igual denominação e se porventura era ali que ficava a propriedade vinculada de Diogo da Costa Quintal. Estamos, no entretanto, pela afirmativa.

Foi neste sítio das Angústias que o bispo desta diocese D. Joaquim de Meneses e Ataíde, quando provedor da Santa Casa da Misericórdia á qual prestou os mais relevantes serviços, mandou construir em 1818 um pequeno cemitério exclusivamente destinado á inumação dos cadáveres das pessoas falecidas no hospital de Santa Isabel, em terreno pertencente a João de Carvalhal e que ele gratuitamente cedera para este fim.

Quando uma lei proibiu os enterramentos nos templos, a Câmara Municipal do Funchal obteve da Santa Casa da Misericórdia a cedência do pequeno cemitério das Angústias e pediu a João de Carvalhal, já então conde, a venda dos terrenos contíguos para o alargamento do mesmo cemitério, tendo este titular pronta e generosamente oferecido ao município todos os terrenos que fossem necessários para este projectado alargamento, o que comunicou á câmara em carta datada de 8 de Julho de 1836.

Começaram desde logo os trabalhos da construção do novo cemitério, que ficaram concluídos em Maio de 1838. A 8 de Julho deste ano, procedeu-se á bênção solene do cemitério, lançada pelo vigário capitular e governador do bispado Antonio Alfredo de Santa Catarina Braga, que revestiu o maior brilho e imponência. A capela foi construída alguns anos depois. Concluíram-se os trabalhos de construção e ornamentação em Novembro de 1844 e foi benzida a 15 de Dezembro desse ano pelo bispo diocesano D. José X. Cerveira e Sousa.

Os arruamentos do cemitério foram sendo construídos posterior e sucessivamente, tendo os mais recentes sido feitos ainda ha poucos anos. O mais antigo que foi primitivamente delineado, é o que ladeia todo o cemitério e fica contíguo ás paredes de vedação, excepção feita ao passeio central, que é da construção primitiva. A porta de Madeira, que fecha a entrada interior do cemitério, pertencia ao convento de S. Francisco.

A igreja deste convento era a verdadeira necrópole da antiga nobreza madeirense. Muitas famílias tinham ali os seus jazigos, alguns deles de belos e ricos mármore. Quando em 1865 se demoliu o convento e a igreja, para ali se levantar um edificio destinado aos paços do concelho, foi removida do interior do templo a lápide sepulcral que cobria os restos mortais do fundador e colocada no cemitério das Angústias, e sob ela se depositaram muitas ossadas que tinham sido exumadas por ocasião daquela demolição. No centro da pedra tumular foi escrito este epitáfio: - Jazigo dos ossos exumados do extinto convento e igreja de S. Francisco (a que a inscrição primitiva se refere) trasladados a 2 de Maio de 1865.- A primitiva inscrição gravada em torno da lápide diz assim:-Aqi JÁS LOIS ALVARES DA COSTA Q~ FUNDOU ESTA CASA NA ERA de 1473 E SEV Fº FRANCISCO ALVARES DA COSTA PRº OVIDOR E VEDOR DA FAZENDA NESTAS

ILHAS DA MADEIRA.

Ha neste cemitério muitos jazigos e mausoléus particulares, entre os quais sobressai o que pertence á família Carvalhal.

Tendo-se suicidado um indivíduo nesta cidade no dia 4 de Março de 1877, foi-lhe negada sepultura eclesiástica pela autoridade episcopal que era então o prelado D. Manuel Agostinho Barreto, que poucos dias antes chegara ao Funchal e assumira o governo da diocese. A Câmara Municipal, a pesar da determinação do prelado, ordenou o enterramento do suicida no recinto destinado aos católicos, tendo então o bispo diocesano lançado o interdito no cemitério por provisão de 16 de Março de 1877. O prelado ocupou-se do assunto com notável desassombro no púlpito da Se Catedral num veemente discurso que ficou imemorável. O caso foi trazido para a imprensa, que dele se ocupou com largueza ao sabor das opiniões de cada um. Sôbre este assunto publicou-se no Porto um interessante opúsculo intitulado A Sepultura Eclesiástica e os Suicidas, escrita pelo Dr. Cassiano Neves, que se propôs rebater principalmente as afirmações do jornal A Lei, que então se publicava no Funchal.

No cemitério das Angústias repousam os despojos mortais de muitos distintos madeirenses e ainda de outros indivíduos nascidos fora da Madeira, entre os quais podemos mencionar Marceliano Ribeiro de Mendonça, deão Antonio Joaquim Gonçalves de Andrade, Dr. Antonio da Luz Pita, José Antonio Monteiro Teixeira, Conde do Canavial, Viscondessa das Nogueiras, Condes do Carvalhal, bispo D. Manuel Agostinho Barreto, cónego Dr. Augusto Frederico Castilho etc., etc..

No recinto deste cemitério, erigiu-se há pouco um belo monumento, destinado a comemorar o bárbaro atentado cometido pelos submarinos alemães, bombardeando a cidade do Funchal, e dum modo muito especial consagrado a perpetuar a memória das dezenas de vitimas da ferocidade germânica, que ali repousam e que uma feliz e piedosa iniciativa não quis tornar esquecidas para as gerações vindouras. No dia 3 de Dezembro de 1917, primeiro aniversário do luxuoso e trágico acontecimento, depois duma solenidade religiosa celebrada na Sé Catedral, realizou-se a inauguração do monumento, que revestiu particular brilhantismo, tendo vários oradores proferido eloquentes e patrióticos discursos alusivos á homenagem que ali se ia tributar àquelas pobres vitimas da barbaridade alemã. O monumento, que se ergue á direita da entrada no cemitério, é devido ao cinzel do laureado escultor Francisco Franco de Sousa e á louvável iniciativa do banqueiro Henrique Vieira de Castro, que não só abriu a subscrição destinada ao seu custeamento com um avultado donativo, como também promoveu todos os trabalhos iniciais da construção até á sua inauguração definitiva. O tumulo-monumento, que foi entregue á guarda e conservação da Câmara

Municipal do Funchal, custou aproximadamente dois contos de reis (V. Bombardeamento do Funchal).

Anjinho (Balweria bulweri). Ave marinha palmipede, da família Procelarida. Tem plumagem escura e a sua postura consta de um só ovo, depositado nas anfractuosidades dos rochedos. Habita e faz ninho nas Desertas e nas rochas da Ponta de S. Lourenço e dos ilhéus do Porto Santo.

Anjos. Deu o nome a este sítio da freguesia dos Canhas a capela de Nossa Senhora dos Anjos, que é de construção bastante antiga e que foi mandada edificar, segundo uns, pela infanta D. Beatriz, como tutora de seu filho o grão mestre da Ordem de Cristo a que a Madeira pertencia no espiritual, e segundo outros por Martins Afonso, no ano de 1508. Era de grande devoção a imagem que se venerava nesta capela e dela se ocupa Fr. Agostinho de Santa Maria no vol. X do seu Santuário Mariano. O sítio dos Anjos, que é duma grande fertilidade e constitui a costa marítima da freguesia dos Canhas, já fez parte integrante da paróquia da Ponta do Sol.

Anoneira (Anona Cherimolia). Árvore originária do Peru e Nova Granada, frequentemente cultivada na Madeira até a altura de 300 metros. Conhecem-se na ilha duas variedades de anoneira: a de frutos quasi lisos e a de frutos guarnecidos de protuberâncias mais ou menos longas. A primeira é a mais apreciada. A Anona muricata e a A. reticulata são também cultivadas na Madeira, mas como mera curiosidade.

Anson (Jorge). Este celebre corsário e viajante inglês passou pela Madeira em Setembro de 1740, comandando uma esquadra composta de 8 navios, que se destinava a tomar e saquear embarcações espanholas no Oceano Pacifico.

Antas (Conde das). O major Francisco Xavier Pereira da Silva, mais tarde conde das Antas e que

tanto se distinguiu nas campanhas da liberdade, esteve na Madeira em 1828 a fim de auxiliar o governador e capitão general Travassos Valdez na defesa que este preparava contra o ataque da esquadra miguelista, Pereira da Silva tinha chegado ao Funchal, vindo de Inglaterra, no dia 20 de Agosto de 1828 e fora logo encarregado da defesa de alguns pontos estratégicos nas alturas do Caniço, mas as forças liberais viram-se forçadas a ceder perante as tropas invasoras, e aquele oficial, juntamente com Valdez e outros indivíduos, embarcaram a bordo da corveta inglesa Alligator e seguiram para Inglaterra.

V. Alligator (Corveta) e Ocupação da Madeira pelas tropas miguelistas.

Antoneida (A) Pela Sociedade da Primeira Gente do Mundo. Funchal, 1879. É obra dos Srs. João José Vieira, Luiz de Betencourt Miranda, Francisco João Moniz, Afonso Dias de Vasconcelos, João Silvestre Moniz e Pedro Candido da Silveira, dos quais só estão vivos os dois primeiros.

A Sociedade da Primeira Gente do Mundo reunia-se numa propriedade no sítio do Desterro freguesia do Monte, pertencente ao falecido naturalista madeirense João Maria Moniz.

António Alfredo. Antonio Alfredo de Santa Catarina Braga, egresso franciscano, nasceu na cidade do Porto no ultimo quartel do século XVIII. Por 1820 abandonou o convento, fazendo-se clérigo secular. Nas casas da sua ordem regeu com brilho as cadeiras de filosofia e teologia, foi no seu tempo um notável e afamado pregador. Perseguido pelas suas ideias liberais, foi deportado para Cabo Verde, seguindo depois para o Brasil, donde regressou á pátria quando se estabeleceu o governo constitucional, sendo então nomeado cónego da Sé de Évora e mais tarde governador dos bispados de Bragança e Funchal, e tendo exercido outras importantes comissões de serviço publico.

Por decreto de 7 de Novembro de 1834 foi Antonio Alfredo nomeado governador temporal do bispado do Funchal, lugar que exerceu até Abril de 1840, tendo por decreto de 25 de Fevereiro deste ultimo ano sido exonerado e encarregado de desempenhar outra comissão de serviço. Era homem de raro talento e vasta ilustração de que dão testemunho os seus contemporâneos e os discursos, pastorais e outros escritos avulsos que nos legou, mas não deixou no entretanto assinalada a sua passagem no governo desta diocese pela mais austera probidade e escrupuloso proceder. Tornou-se celebre, causando grave escândalo, o acto

aparatoso e solene de ir pessoalmente ao convento de S. Bernardino, em Câmara de Lobos, em princípios de Junho de 1835, a fim de proibir o culto que ali se prestava a Fr. Pedro da Guarda, conhecido pelo nome de Santo Servo de Deus, fazendo queimar na sua presença a estátua do humilde religioso, que se venerava numa capela junto ao convento. Publicou então uma pastoral, em que se condenava e proibia todo o culto que porventura se pretendesse prestar a Fr. Pedro da Guarda.

Saiu desta ilha para Lisboa a 14 de Abril de 1840 e no mesmo ano foi nomeado governador do bispado de Bragança, vindo a morrer poucos anos depois na cidade do Porto.

Em 1849 publicou-se póstuma, por diligências dum parente, a sua *Miscellanea* ou colecção de vários escritos, de que apenas saiu o primeiro volume.

Antozoários. Ocuparam-se destes animais marinhos, chamados também coraliários, os seguintes autores:

James Yate Johnson que, entre outros trabalhos, escreveu: *Notes of the Sea-Anemones of Madeira, With Descriptions of New Species*, (*Proceedings of the Zoological Society of London*, 1861); *Description of a Second Species of Acanthagorgia from Madeira*, (*Idem*, 1861); *Descriptions of some New Corals from Madeira* (*Idem* 1862); *Description of Two Corals from Madeira, belonging to the genera Trimnoa and Mopsea* (*Idem*, 1862); *Description of a New Species of Flexible Coral belonging to the Genus Juncella obtained at Madeira* (*Idem*, 1863); *Notes on the Coralliidae of Madeira, With Descriptions of two new Species* (*Idem*, 1899).

J. E. Gray publicou: *Notice of a Second Species of Paragorgia discovered in Madeira by James Yate Johnson* (*Annals and Magazine of Natural History*, 1862).

P. Martin Duncan escreveu: *On some recent Corals from Madeira*, (*Proceedings of the Zoological Society of London*, 1882).

Apresentação. No sítio do Lombo da Apresentação da freguesia da Ribeira Brava existiu uma capela da invocação de Nossa Senhora da Apresentação, que foi fundada em 1524 por João Mendes de Brito, havendo-se incorporado na casa vinculada dos Heredias, que teve como ultimo representante o visconde da

Ribeira Brava.

Antropologia. V. Madeira.

Araçá. São frequentemente cultivadas no Funchal duas espécies conhecidas pelo nome de araçás: o *Psidium littorale* (araçá amarelo) e o *P. Cattheyanum* (araçá roxo). São ambas originárias do Brasil e pertencem à família das Mirtáceas. Os seus frutos são saborosos e a infusão das suas folhas pode ser empregada para combater as diarreias.

Aragão. É apelido nobre e antigo na Madeira, não sendo concordes os nobiliários acerca dos indivíduos que primeiramente o usaram entre nós. Diz-se que foi Antonio de Aragão e Teive, que pelos anos de 1500 se estabeleceu nesta ilha e que era casado com D. Helena de Atouguia, a primeira pessoa que teve aqui esse apelido. O distinto linhagista madeirense José Betencourt da Câmara afirma que “ha dois ramos de Aragão na Madeira: um descende de Henrique Aragão, que por 1480 fez assento no Funchal; o outro vem de D. Affonso de Aragão, cavalleiro napolitano, cujo verdadeiro nome se ignora, e que, ou fugitivo, ou peregrino, a esta ilha chegou por 1470. Residiu na Calheta, no sítio que delle ficou chamado a Volta do Cavalleiro; passou ao archipelago dos Açores e lá morreu, havendo disposto que na sepultura lhe pozessem por epitaphio: “Aqui jaz o attribulado napolitano”. Veio casado, ou casou na Madeira com Thereza de Lyra: seu filho, Lopo Dias de Lyra Varella, armado cavalleiro em Africa, foi moço fidalgo da casa real em 1515, e cavalleiro professo na Ordem de Cristo”.

Aragão (Dr. João José de Freitas). Nasceu no Funchal a 5 de Fevereiro de 1777 e cremos que pertencia à antiga e distinta família Aragão desta ilha. Pouco sabemos da sua biografia. Em 1821 exercia em Lisboa com proficiência a advocacia quando foi eleito deputado substituto pela Madeira, para as Cortes Constituintes que funcionaram de 1821 a 1822. Tendo falecido o deputado efectivo Dr. Antonio João Rodrigues Garcez, antes da verificação dos seus poderes, foi Freitas Aragão chamado a preencher a

vacatura. Discursou algumas vezes em cortes, tanto em assuntos de caracter geral como em alguns respeitantes á Madeira. Na Galeria dos Deputados das Cortes Constituintes. . . de 1821 se diz que João José de Freitas Aragão #fallou pouco, votou bem, ha mostrado constantemente as melhores intenções e tem dado bastantes demonstrações de querer desempenhar os deveres que lhe foram incumbidos”.

Faleceu em Lisboa a 20 de Setembro de 1842.

Vem um necrologio de Freitas Aragão no n.º 197 da Gazeta dos Tribunaes.

Aragonite. Carbonato de calcio; sistema rombico. Encontra-se sobre os basaltos, na Madeira e Porto Santo. Na Madeira encontra-se sob vários aspectos: em geodos, em cristais transparentes hemitropos, semelhantes a prismas hexagonais, mas tendo os ângulos reentrantes entre as faces dos prismas, em grupos de cristais com a forma de agulhas (forma acicular), etc..

Aranha. Tem entre nós sua origem este apelido em Brás Dias Aranha, que viveu no Funchal por 1600. Há uma rua na cidade que teve o nome de Aranhas, por ali residir uma família com aquele apelido, que seria talvez a do próprio Brás Dias ou a de seus descendentes.

Aranha. Nome dado a dois peixes da família Traquinida - o *Trachinus vipera* e o *T. draco*. Não vivem nos grandes fundos, antes se encontram junto ás costas, preferindo os sítios arenosos. Tem o habito de se enterrar na areia, ficando-lhes descoberta apenas a cabeça.

A picada das espinhas operculares e sobretudo dos raios da palmeira barbatana é muito venenosa, e pode causar, além de terríveis dores, inflamações violentas acompanhadas ás vezes de febre. Graves accidentes desta ordem tem sido experimentados por pescadores e banhistas na grande praia do Porto Santo, onde as duas espécies não são raras.

Aranha do mar (*Plagusia clavimanus*). Crustáceo decápode do litoral destas ilhas, que vive sob as pedras descobertas na baixa mar. É uma isca muito procurada pelos pescadores para a pesca do bodião.

Conhecem-se também pela designação de aranhas do mar alguns crustáceos triangulares do género *Stenorynchus* que, vivendo em água mais profunda, são vomitados pela garopa, o requeime e outros no momento em que o pescador desprende estes peixes do anzol dos aparelhos.

Aranhas. Conhecem-se no arquipélago da Madeira 99 espécies de aranhas, a maior das quais é a *Lycosa* (*Trochosa*) *ingens*, que habita nas Desertas.

A grande aranha preta da Madeira, é a *Lycosa* (*Trochosa*) *Blackwallii* e a do Porto Santo a *L. tarentuloides maderiana*.

A *Epeira aurelia* (tarântula dos madeirenses) vive nas tabaibeiras e outras plantas, prendendo aí os fios das suas teias, onde o povo diz que ela escreve o nome por que é conhecida.

Não consta que a picada da *Epeira* chegue a produzir inchações ou inflamações notáveis; mais perigosa é talvez a picada das *Lycosas*, aranhas que vivem de preferência nos lugares escuros e nos buracos e fendas das rochas.

A *Cyrtophora citricola* introduzida recentemente na Madeira por uma senhora inglesa, encontra-se agora nas árvores, nos fios telefónicos etc., etc..

As aranhas do arquipélago da Madeira foram assinaladas ou descritas num trabalho publicado pelo Sr. Kulczynski, de Carcovia, em 1899. V. Kulczynski, Fauvel e Schmitz.

Araruta (*Maranta arundinacea*). Espécie da família das Zingiberaceas, cultivada na Madalena. O processo que empregam ali para extrair a fécula, é o de triturar as raízes em celhas, lavando em seguida a massa resultante; esta massa é passada através de peneiros e posta por fim ao sol a enxugar. A araruta, ou farinha de substancia, é muito empregada em caldos, como analeptico.

Araucaria. A árvore que os madeirenses designam por este nome, é a *Araucaria excelsa* da ilha de Norfolk, caracterizada pela sua forma piramidal e pelos seus ramos verticilados e horizontais. Pertence á família das Pinaceas e é cultivada em muitas quintas e jardins do Funchal.

Araújo. Ha um ramo da família deste apelido que procede de Gonçalo Alves de Araújo, que veio para esta ilha nos fins do século XV e que teve terras de sesmaria no lugar do Jardim do Mar, sendo por isso conhecido por Gonçalo Alves do Jardim.

Existe outro ramo que vem de Afonso Enes de Araújo.

Araújo (Dr. Juvenal Henriques de). Nasceu no Funchal a 21 de Novembro de 1892, sendo filho de João Isidoro de Araújo Figueira e de D. Virginia Henriques de Araújo. Concluiu o curso do nosso liceu em 1909 e a sua formatura na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1914. Sendo estudante da Universidade, teve uma larga colaboração em vários jornais do continente e foi um dos fundadores do Imparcial, que se publicou em Coimbra. Esteve durante alguns anos na direcção do Diário da Madeira e tem colaborado noutros jornais madeirenses.

Exerce a advocacia e publicou um opúsculo intitulado Acção de expropriação do Montado do Barreiro requerida pela Câmara Municipal do Funchal contra os proprietários do mesmo Montado, Funchal, 1917, de 19 paginas.

É professor efectivo da Escola Industrial e Comercial “Antonio Augusto de Aguiar” e tem exercido várias comissões de serviço público, sendo actualmente (1939) presidente da direcção da Associação Comercial do Funchal.

Foi eleito deputado pela Madeira no ano de 1922 e em sucessivas legislaturas, fazendo parte da actual Câmara dos Deputados. Em 1928 publicou em volume alguns dos discursos que proferiu no Parlamento e a que deu o título de Trabalhos Parlamentares.

Araújo e Sousa (Manuel de). Este madeirense serviu no Brasil nas guerras contra os holandeses, tendo-se distinguido pelo seu esforçado valor.

Arborização. Desde 1562, ano em que foi dado a esta ilha o segundo Regimento das Madeiras, até nossos dias, muitas vezes têm os Governos e as Câmaras Municipais, procurado promover a arborização das nossas serras e evitar a devastação dos arvoredos.

O Regimento de 27 de Agosto de 1562, que se sabe ter sido precedido de outro datado de 15 de Janeiro de

1515, mas de que não existe registo nos arquivos municipais, recomendava a plantação de castanheiros e pinheiros nas terras adequadas a estas espécies, e proibia o corte de árvores sem licença das câmaras, não podendo este corte ser permitido em caso algum nos lugares onde houvesse fontes ou águas correntes.

No arquivo da Câmara Municipal do Funchal estão registados muitos diplomas de onde se vê que nos séculos XVII e XVIII se cuidava mais do que hoje na conservação das matas, e em 1799, foi estabelecido um viveiro na freguesia do Monte, que segundo um relatório apresentado às estações competentes pelo inspector da agricultura, distribuiu para cima de 20:000 árvores desde então até 10 de Agosto de 1823.

A carta regia de 14 de Maio de 1804, suscitando a observância da de 17 de Junho de 1800, mandou semear e plantar no alto dos montes, tanto da Madeira como do Porto Santo, as espécies de árvores de que o terreno se mostrasse susceptível, mas, infelizmente, das sementes que o governo nos mandou por essa ocasião, bem poucas pertenciam a essências faceis de adaptar ao nosso solo e clima. O *Abies canadensis* e a *Robinia Pseudacacia*, aquele cultivado nalgumas quintas e esta naturalizada em muitos pontos dos arredores do Funchal, foram introduzidos na Madeira a 29 de Outubro de 1800, tendo as sementes sido remetidas pelo governo de D. João VI.

Na referida carta regia de 1804 ordenava-se ás câmaras que planeassem árvores nos terrenos concelhios e procedessem severa e irremissivelmente, na forma da Ordenação do L.º 51, Tit. 75 e 76, contra os que incendiassem as matas e cortassem as árvores, observando-se igualmente o Regimento das Madeiras de 1562.

Nas instruções de 18 de Outubro de 1792, que o Dr. Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira deixou á câmara da vila da Calheta quando ali esteve em correição, aparecem também alguns alvitres respeitantes ao plantio de árvores, e em 15 de Outubro de 1804 recomendou o governador Ascenso de Oliveira Freire ás câmaras da Ponta do Sol, Calheta e S. Vicente que cuidassem da arborização concelhia e da limpeza das ribeiras. Este governador cuidou também da arborização do concelho do Funchal e da maneira de se criarem os gados sem prejuízo das plantações.

Em 3 de Maio de 1812, leu-se em sessão da Câmara Municipal do Funchal uma comunicação do inspector da agricultura na Ribeira Brava de haverem sido plantadas no seu distrito 9:233 árvores, incluindo 4:795 amoreiras.

Em 9 de Novembro de 1814 mandou o governo interino da Madeira realizar sementeiras de pinheiros e o mesmo fez a Câmara Municipal do Funchal em 14 do mesmo mês e ano utilizando para esse fim uns terrenos nas freguesias de Santo Antonio e S. Martinho.

Por 1821 criaram-se novos maciços de pinheiros, sendo o pinheiro manso a espécie que nessa época era mais procurada para as plantações, e em 1840 mandou o governo satisfazer uma requisição de vinte moios de penisco, feita no ano anterior pela Câmara Municipal do Funchal.

Foi durante o período em que o benemérito Conselheiro José Silvestre Ribeiro governou a Madeira (1846-1852), que a cultura do pinheiro bravo tomou aqui grande incremento. A correspondência relativa á rearborização das serras, trocada entre José Silvestre e as Câmaras Municipais e administradores do concelho de toda a ilha, merece ser lida por todos aqueles que quiserem formar uma ideia exacta e clara do zelo e superior competência com que esse funcionário soube tratar um assunto que tanto se prendia com a prosperidade do país confiado á sua administração, como largamente se pode ver nos três volumes da obra *uma Época Administrativa*.

De 1852 em diante só há a assinalar em matéria de arborização o plantio de grande numero de árvores mandado executar não há muitos anos pela Direcção das Obras Publicas do Distrito nas margens das levadas do Estado, a criação, depois de 1897, de algumas matas de pinheiros para dentro do antigo bardo do Concelho do Funchal, e a remessa que fez a repartição dos serviços florestais para a Ilha do Porto Santo de várias essências exóticas e indígenas, algumas das quais estão vegetando ali muito bem.

A tamargueira e o *Myoporum accuminatum* são duas espécies muito adequadas aos terrenos do Porto Santo, tendo a primeira sido introduzida naquela ilha por João Antonio Pedroso em 1834, e a segunda pelo distinto botânico João Maria Moniz, em 1893. Se se aproveitasse convenientemente esta ultima espécie, conseguir-se-ia formar em poucos anos grandes maciços de verdura na desarborizada ilha do Porto Santo. Pelo que respeita á Madeira, entendemos que é a flora indígena que deve fornecer as espécies precisas para o repovoamento das serras. Preferir para o referido repovoamento as árvores exóticas ás indígenas, como infelizmente tem sido aconselhado, é não só pôr de parte, sem motivo justificado, as riquezas florestais com que a natureza dotou a ilha, como também dificultar a realização dum melhoramento cuja utilidade não carece de demonstração.

Não pomos em duvida que haja espécies oriundas de outras paragens susceptíveis de aclimar-se na região montanhosa da Madeira, e em especial nos vales do interior; o que não vemos é a necessidade de recorrer tão somente a tais espécies para reconstituir as nossas florestas, quando temos nada menos de trinta e duas árvores e arbustos adequados ao revestimento dos mais variados terrenos e altitudes da ilha. Quando mesmo não fosse para nós um dever conservar religiosamente as essências espontâneas que nos restam, bastaria a circunstancia de todas elas oferecerem um maior grau de adaptação ao solo e clima da ilha, para se lhes dar a preferência nos revestimentos a executar.

Os nossos arvoredos têm dois inimigos implacaveis: o pastor e o carvoeiro, sendo indispensável acabar da maneira mais absoluta com a pastoreação de gados e a fabricação do carvão. E não deve haver uma só excepção, nem quanto a épocas nem quanto a lugares. Somente uma medida radical como essa e somente uma proibição omnimodamente extensiva a todos os casos e circunstancias constituirá um remédio salutar e eficaz para o grande mal que é preciso combater. Não se venha recordar a existência dos decretos de 23 de Julho de 1913 e de 22 de Setembro de 1917. Nunca se cumpriram em toda a sua plenitude e já não satisfazem inteiramente o seu fim.

É um erro grave supor-se que a criação do gado ovino, caprideo e porcino fomenta uma apreciável indústria e de cuja supressão poderia de qualquer modo ressentir-se a economia do distrito. Bastará dizer que a ela se entrega um numero limitado de indivíduos, para os quais não constitue um modo exclusivo de vida, pois que cumulativamente o exercem com a profissão de agricultores ou de simples trabalhadores rurais.

Na generalidade, os gados pastam livremente sem guardas ou pastores e acham-se expostos a todas as intempéries, não existindo currais ou abrigos adequados que os resguardem das rigorosas invernias, sendo sempre muito considerável o numero de animais que, por esse motivo, sucumbe todos os anos. Esta ponderosa circunstancia seria suficiente para justificar-se, em qualquer país, uma absoluta proibição da livre pastagem do gado em serras desabrigadas.

É notório que os gados causam uma grande destruição nas plantas ainda novas e em pleno desenvolvimento, mas a pujança luxuriante da nossa vegetação florestal vence em boa parte o ataque das fortes mandíbulas desses ruminantes. A que, porém, não pode vencer a opulência nativa dos nossos arvoredos é a acção daninha e criminosa do pastor.

Os rebanhos não encontram meio favorável para as suas pastagens em terrenos cobertos de densa arborização, tendo necessidade dum solo em que predominem as forragens e plantas de pequeno porte, indispensáveis á alimentação que lhes é mais apropriada. O pastor prepara logo esse desejado pascigo numa clareira mais ou menos vasta, que a força destruidora das chamas lhe oferece sem dificuldade. Os grandes incêndios nas nossas matas têm ordinariamente essa origem. Os zagais não trepidam um momento em converter uma floresta de belas e corpulentas árvores, que levaram séculos a formar-se, numa superfície deserta e calcinada pelo fogo devorador, a fim de que em breve se transforme num campo de pastagem destinado a fornecer alimento a umas parcas dezenas de cabras e ovelhas.

São tão manifestos os prejuízos resultantes do fabrico do carvão, não somente pelas inúmeras e belas árvores que se perdem para obter esse combustível, mas ainda pelo perigo sempre iminente de atear-se um violento incêndio, como tantas vezes tem acontecido, que desnecessário se torna aduzir um longo cortejo de argumentos para condenar em absoluto a permissão de semelhante pratica, sejam quais forem as condições de segurança, que porventura possam ser invocadas para esse fim.

Sabemos que são permitidos, com clausulas que desconhecemos, alguns cortes de árvores das matas do Estado, convindo que haja o mais escrupuloso cuidado na concessão de tais licenças e sobretudo a mais severa fiscalização na execução delas.

Nas favoráveis condições climatéricas que oferece o nosso meio, sendo adoptadas aquelas providências e havendo uma criteriosa selecção na preferência das essências florestais a replantar ninguém duvidará que dentro de duas ou três dezenas de anos poderá esta ilha retomar ajustadamente o nome de Madeira, que de muito arvoredo assim se chama, segundo a frase consagrada do immortal cantor dos “Lusiadas”.

V. Gados e Policia Florestal.

Arcebisado do Funchal. Todos sabem que a nossa Sé Cathedral teve as honras de Sé Metropolitana e que nela foi a sede dum arcebisado. Teve, porém, uma efémera duração. Criado em 1533, já estava extinto em 1551. A nossa sempre crescente expansão colonial e marítima desde os princípios do século XV e o povoamento e exploração das terras descobertas, determinaram primeiramente o estabelecimento do bispado do Funchal

em 1514, e vinte anos depois a criação das dioceses de Angra, Cabo Verde, S. Tomé e Goa. Antes de se criarem estes últimos bispados, surgiu a ideia do estabelecimento duma arquidiocese que fosse a sede duma província eclesiástica, tendo como dioceses sufragâneas aquelas e outras que porventura se viessem a criar. O Funchal, por ter sido o primeiro bispado estabelecido fora do continente português, foi o escolhido para a sede da nova arquidiocese, compreendendo as já referidas dioceses de Angra, Cabo Verde, S. Tomé e Goa. O arcebispo do Funchal estendia a sua jurisdição espiritual desde o arquipélago madeirense até os confins do oriente.

Não conhecemos a data da bula da criação do arcebispado. No Corpo Diplomático Português encontramos as Cédulas consistoriais de 31 de Janeiro e 11 de Fevereiro de 1533, sendo a primeira a da comunicação, a D. João III, do estabelecimento da arquidiocese e a segunda a da nomeação do primeiro arcebispo, que foi D. Martinho de Portugal. Não vem aí a bula da criação, mas como as cédulas consistoriais da participação do facto tinham geralmente a data da própria criação, não andaremos muito distanciados da verdade afirmando que a arquidiocese foi estabelecida por bula de 31 de Janeiro de 1533 e que D. Martinho de Portugal foi nomeado arcebispo por bula de 11 de Fevereiro do mesmo ano.

Seis anos apenas depois do estabelecimento da arquidiocese, foi esta, por bula de 8 de Julho de 1539, despojada dos seus quatro bispados sufragâneos, que passaram á jurisdição do arcebispo de Lisboa. O primeiro e único arcebispo do Funchal, D. Martinho de Portugal, morreu em 1547, mas o arcebispado não foi preenchido, sendo extinto em 1551, quatro anos depois da sua morte, pela bula *Super universis*.

As circunstancias dadas com a criação, desmembramento e depois extinção do arcebispado, levam-nos a compartilhar da opinião do Dr. Alvaro de Azevedo, quando afirma que a elevação no bispado do Funchal a arquidiocese foi um favor pessoal de D. João III a um seu próximo parente e amigo e talvez a paga dos serviços que D. Martinho de Portugal prestou ao monarca como seu embaixador em Roma.

D. Martinho de Portugal, por divina comiseração, Arcebispo do Funchal, Primaz das Índias e de todas as terras novas descobertas e por descobrir era como o novo arcebispo se intitulava nos documentos que expedia no exercício do seu cargo.

As quatro "massas" que, ainda hoje, nas grandes solenidades, são conduzidas por clérigos na nossa Sé Catedral, precedendo o prelado, constituem o único vestígio que entre nós deixou a existência da

arquidiocese. Essas “massas” simbolizavam os quatro bispados sufragâneos, que pertenciam ao arcebispado do Funchal.

Extinta a arquidiocese, voltou o Funchal á simples condição de bispado, tendo-se-lhe, á jurisdição exercida no arquipélago da Madeira, juntado o castelo de Arguim, na costa do Senegal, que anos depois deixou de pertencer a esta diocese.

Do arcebispo D. Martinho de Portugal, nos ocuparemos em artigo especial.

A Bula de 8 de Julho de 1539 acima citada, que muito interessa á historia eclesiástica da Madeira, foi integralmente traduzida em lingua portuguesa e publicada em vários números do mês de Março de 1898 do jornal O Correio do Funchal.

Archivista (O). Saiu o primeiro numero a 7 de Dezembro de 1850 e o ultimo a 27 de Dezembro de 1851, tendo-se publicado 56 números.

Archivo Literario (O). Publicou-se o primeiro numero a 15 de Abril de 1863 e o 241, que foi o ultimo, a 2 de Novembro do mesmo ano. Foi João de Nobrega Soares o seu principal redactor.

Archivo da Marinha e Ultramar. Até o ano de 1834 era o arquipélago da Madeira uma província e colónia ultramarina, cuja administração estava principalmente subordinada ao Ministério da Marinha, tendo naquele ano, com a criação dos distritos insulares, passado a fazer parte das ilhas adjacentes e com uma administração absolutamente idêntica á dos distritos continentais. A correspondência official expedida então da Madeira, era principalmente dirigida ao Ministro da Marinha e ao Conselho Ultramarino, por onde corria uma grande parte dos negócios respeitantes á administração das nossas províncias de além-mar. Os valiosos e numerosissimos documentos referentes á nossa administração colonial, existentes no Ministério da Marinha e Ultramar, foram há poucos anos removidos para a Biblioteca Nacional de Lisboa e ali devidamente coordenados e catalogados, reconhecendo-se então mais de perto o valor desse inapreciável tesouro e os revelantissimos serviços que essa documentação poderia prestar aos estudos que porventura se pretendessem fazer sobre toda a nossa vida colonial e

marítima.

Criada na Biblioteca Nacional a secção Archivo da Marinha e Ultramar, que compreende alguns milhares de codices e um numero incalculável de documentos avulsos, foi o Dr. Eduardo de Castro e Almeida encarregado do inventario e catalogação desses documentos, iniciando o seu árduo e utilissimo trabalho pela coordenação dos manuscritos avulsos referentes á Madeira e Porto Santo, que abrangem o período decorrido de 1613 a 1833. Com o título de Biblioteca Nacional de Lisboa. Archivo da Marinha e Ultramar. inventario . . . Madeira e Porto Santo, I, 1613-1819, publicou em 1907 um tomo de 402 pag., em formato in-folio, e em 1909 o tomo II, de 487 pag. no mesmo formato, que constituem um abundante e valiosissimo repositório de noticias e informações, absolutamente indispensáveis para quem pretender ocupar-se da historia deste arquipélago no período a que aqueles documentos se referem.

O Dr. Castro e Almeida não se limitou a um simples inventario, como modestamente intitula o seu importante trabalho, pois que, além da catalogação por ordem cronológica dos diversos documentos, com a indicação sumaria dos assuntos de que tratam, faz deles vários extractos dos períodos mais interessantes, segundo a natureza e importância das matérias, a que sempre obedece a mais acertada e criteriosa escolha. Como pessoalmente pudemos verificar, esses documentos respeitantes á Madeira, em numero superior a dez mil, acham-se cuidadosamente encerrados em caixas de folha de ferro, devidamente numeradas e colocadas em estantes. sendo de extrema facilidade, á vista do respectivo inventario, a procura do manuscrito que se pretende consultar.

Nos dois volumes do Archivo da Marinha e Ultramar, que compreendem o inventario e a catalogação dos documentos referentes ao nosso arquipélago, encontrámos muitas notas e informações que nos serviram de valioso subsidio para alguns dos artigos insertos neste Elucidario.

Nas centenas de codices pertencentes ao Ministério da Marinha e agora depositados na Biblioteca Publica de Lisboa, hão-de indubitavelmente encontrar-se muitos e valiosos documentos respeitantes á Madeira, mas que só uma procura demorada e de caracter official poderá trazer a lume e dar-lhe a devida e indispensável publicidade.

Arciprestados. A Diocese do Funchal foi há poucos anos dividida em quatro arciprestados ou grupos

de paróquias, para o efeito da sua administração eclesiástica. São eles: o do Funchal, que compreende as freguesias dos concelhos do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava e Porto Santo; o da Calheta, abrangendo as paróquias dos concelhos da Calheta e da Ponta do Sol; o de Santa Cruz, que se compõe das freguesias dos concelhos de Santa Cruz e Machico; e o de São Jorge compreendendo as paróquias dos concelhos de Santana, São Vicente e Porto do Moniz. O cargo de arcepreste é de nomeação episcopal e exercido por um dos párcos do arceprestado.

Arco da Calheta (Freguesia do). A Calheta foi povoação importante desde os tempos primitivos da colonização e emprestou o seu nome a outras localidades que se constituíram nas suas mais próximas imediações. Tais foram o Estreito e o Arco da Calheta. A denominação de Arco provém da especial conformação semi-circular dos seus montes. Estas condições orográficas, como também acontece em outros pontos da ilha, explicam com inteira propriedade o nome que lhe foi dado pelos primitivos povoadores. Data de 1572 a criação desta freguesia. Foi estabelecida a sua sede na capela de São Braz devendo notar-se que já anteriormente àquele ano ali se fazia o serviço religioso com seu capelão primitivo, a exemplo doutros lugares, pois ao tempo era o Arco uma povoação de relativa importância e com um número apreciável de moradores. Dá-se Braz Ferreira, um dos mais antigos povoadores desta paróquia, como o fundador da capela de S. Braz segundo ele próprio diz no seu testamento feito em 1493, mas João Fernandes de Andrade, considera-se também como aquele que a mandara construir, pois nos seus testamentos feitos em 1520 e 1523 a isso se refere claramente. João Pedro de Freitas Drumond e o anotador das Saudades da Terra, notam esta flagrante divergência, dizendo o segundo que Braz Ferreira deixara em legado a construção da capela, mas que a edificação dela só foi levada a cabo por João Fernandes de Andrade. Este morreu a 9 de Abril de 1527 e foi sepultado na referida capela, encontrando-se algures que na sua sepultura se lia o seguinte epitáfio: Aqui jaz João Fernandes e Beatriz de Abreu sua mulher, que foram os primeiros fundadores deste Arco.

Foi o alvará régio de 18 de Junho de 1572 que autorizou a criação dum beneficiado curato com as atribuições de vigário, sendo-lhe fixado o vencimento anual de 13\$000 reis, a que o alvará de 10 de Julho do mesmo ano acrescentou 110:000 reis com a nomeação do primeiro párcos que foi Fr. Pedro Delgado, tendo ainda o alvará de 20 de Abril de 1589 feito o novo acrescentamento de meio moio de trigo e de um quarto de vinho. Parece que ainda outros diplomas régios aumentaram posteriormente a cõgrua do respectivo

pároco.

O prelado diocesano D. Fr. Antonio Teles da Silva, pela autorização concedida pelo alvará de 28 de Dezembro de 1676, criou um curato nesta freguesia com o ordenado anual de 12\$000 reis em dinheiro, um moio de trigo e uma pipa de vinho, custeado pelo “terceiro beneficiado supérfluo de Câmara de Lobos”. Diz um antigo livro do arquivo paroquial que este curato era um dos melhores de todo o bispado.

Antes da criação desta paróquia, pertenciam os seus moradores á freguesia da Calheta, onde cumpriam as suas obrigações religiosas, que em parte passaram a ser observadas na capela de São Braz quando esta começou a ter o seu capelão privativo. Em época que não podemos determinar, acrescentou-se o corpo da igreja á capela de São Braz, que ficou sendo a capela-mor do novo templo. Com o desenvolvimento da população, tornou-se a igreja de acanhadas dimensões, determinando o prelado diocesano que se pedisse ao rei a construção duma nova igreja. Por mandado do Conselho de Fazenda de 30 de Outubro de 1744 se deu de arrematação a Cristovão Gomes, pela importância de 9.350\$000, a edificação dum novo templo, que não sabemos quando começou a construir-se, mas que foi dado por concluído em Dezembro de 1754. A bênção solene da nova igreja realizou-se no dia 1 de Janeiro de 1755. Outras obras suplementares se fizeram com o decorrer do tempo, tendo a respectiva torre sido construída em 1830.

Foi o Arco da Calheta dos primeiros lugares desta ilha sujeitos a uma larga exploração agrícola após o descobrimento. Entre os primeiros povoadores contam-se João Fernandes de Andrade (V. Andrade), a que acrescentou o nome de Arco, pelas vastas terras que aqui teve de sesmaria, seu irmão Diogo Fernandes de Andrade, Pedro Gonçalves da Câmara, neto de João Gonçalves Zarco, Gonçalo Fernandes e ainda outros, formando-se ali grandes fazendas povoadas, com suas casas nobres, capelas, engenhos e terrenos cultivados.

Diz Gaspar Frutuoso: “Da Magdalena hum quarto de legoa está a Lombada que foi de Pedro Gonçalves da Camara, marido de D. Joanna de Eça, camareira-mór da rainha: he muito grossa fazenda, tem engenho de assucar e muitas terras de canas e grandes aposentos de casas e egreja com seu capelão. Um quarto de legoa desta Lombada... está outra que se chama o Arco ou Lombada do Arco, que foi de João Fernandes, irmão de Gonçalo Fernandes, fazenda tambem muito grossa, que tem engenho e muitas terras de cana e grandes aposentos de casas, egreja e capellão”.

João Fernandes do Arco teve larga descendência, merecendo especial menção Antonio de Abreu, o

descobridor das Molucas, de quem já atrás nos ocupámos e que provavelmente nasceu nesta freguesia. É também filha de João Fernandes; a celebre protagonista do rapto feito por Antonio Gonçalves da Câmara, a que nos já referimos sob o nome de Isabel de Abreu.

Teve residência e sesmaria nesta freguesia Gonçalo Fernandes, personagem misterioso a que se referem as antigas crónicas madeirenses e de quem falaremos em artigo especial.

Tem esta freguesia as capelas de Nossa Senhora do Loreto, Nossa Senhora da Nazaré, Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Vida. Das antigas capelas de Nossa Senhora do Desterro e de Nossa Senhora da Boa Hora só restam hoje alguns montões de escombros. Outras ermidas existiram, que totalmente desapareceram e que foram as de Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora da Consolação, Nossa Senhora da Visitação, Nossa Senhora da Conceição, Santo Antonio e Santa Maria Madalena.

Quasi todas estas capelas eram de instituição vincular e algumas delas a cabeça e sede de diversos morgadios, que não poucos houve nesta paróquia. Entre eles mencionaremos o do Píncaro, instituído por Braz Ferreira, o primitivo fundador da capela de São Braz que, diz um antigo manuscrito, “princiava na fazenda que cerca a igreja parochial e se vae continuando nesta corda direito do mar á serra, até o Pinheiro. . .”; o morgadio instituído por Iria Pires, que depois foi acrescentado pelo administrador Pedro Barreto e *que está na corda da Ribeira do Ledo, que o confronta pelo norte, e assim se continda até á Cova do Arco+; o vinculo da Consolação, que hoje pertence á casa Torre Bela e que parece se juntou ao do Pincaro; o importante morgadio instituído por Gonçalo Fernandes, encabeçado na capela da Conceição da Serra de Água; o do Loreto, criado por D. Joana de Eça; o morgado que tinha por sede a capela da Nazaré e que fora instituído por Antonia de Cristo e sua irmã Leonarda do Horto; o das Florenças, fundado por João Homem de El-Rei e ainda outros.

A sublevação popular que em 1834 se deu na freguesia da Calheta, e que teve tão funestas consequências (V. Calheta), também se repercutiu na paróquia do Arco, amotinando-se o povo e juntando-se ao daquela freguesia, não sabendo nós dizer se entre as vitimas se contaria algum paroquiano do Arco da Calheta. Em 1887, os tristes e celebres acontecimentos das juntas de paróquia (V. este nome), que em muitos pontos da ilha levaram os povos ás mais extremas violências, tiveram também seu eco clamoroso na freguesia do Arco, sublevando-se o povo, que ameaçou romper em excessos lamentaveis e que aproveitou o ensejo para exigir o direito do pagamento do terço aos senhorios, e não da dimidia como então pagava e que a pesar de tudo

continuou a pagar. Foi necessário a intervenção da força armada, que parece ter ali cometido excessos condenáveis.

Esta freguesia tem três escolas oficiais, sendo uma do sexo masculino, no sítio do Ledo, uma do sexo feminino, no sítio da Ladeira e Lamaceiros, e uma mixta, no sítio da Lombada.

O Arco da Calheta é principalmente irrigado por um ramal da importante levada do Rabaçal e pela levada chamada da Madre Grande, que tem sua origem no Paul da Serra.

Tem como limites confinantes as freguesias da Madalena do Mar, Canhas e Calheta. Dista desta ultima, que é a sede do concelho, cerca de 4 quilómetros, ficando distante da Ponta do Sol, sede da comarca, aproximadamente 7 quilómetros, e 34 do Funchal.

Os seus principais sítios são Fajã, Ledo e Vinhatico, Fonte da Bugia e Luzirão, Ladeira e Lamaceiros, Fonte do Til, Fajã do Mar, Pombal e Fazenda Grande, Chada, Palheiros, Amoreiras, Paredes, Cova do Arco, Corujeira, Pomar Velho, Bagaceiro, Maçapez, Cales e Chada, Lombada do Loreto, Florenças e Pinheiro, sendo os últimos três em extremo pitorescos e donde se disfrutam belos panoramas, devendo ainda especializar-se o lugar do Rochão, que oferece ao visitante uma encantadora paisagem e uma das mais vastas e surpreendentes vistas de todo o concelho.

O seu orago é São Braz que a igreja venera a 3 de Fevereiro. Ha uma romagem anual á capela do Loreto, com grande e concorrido arraial, que se realiza nos dias 7 e 8 de Setembro. A população desta freguesia é de 4639 habitantes.

Arco de São Jorge (Freguesia do). Acha-se esta pequena paróquia situada entre as freguesias de São Jorge e da Boaventura, distando da igreja paroquial da primeira cerca de seis quilómetros e aproximadamente dois da igreja paroquial da segunda.

A configuração dos montes que a circundam dá suficiente explicação do nome que ela conserva. Tendo pertencido á freguesia de São Jorge desde que esta foi criada em 1517, até que dela se desmembrou em 1676, tomou muito naturalmente a denominação do Arco de São Jorge, que é muito anterior á época da sua criação.

Um dos primitivos colonizadores da Madeira foi Pedro Gomes Galdo, que teve largas terras de sesmaria em S. Jorge e Boaventura, sendo de presumir que nelas estivessem incluídos os terrenos que depois constituíram a freguesia do Arco de São Jorge. Não podemos saber quando o Arco começou a ser povoado e quando teve princípio o arroteamento das suas terras, mas parece-nos que seria pelos fins do século XV ou no primeiro quartel do século XVI, e muito antes da criação da freguesia de São Jorge.

No lugar que hoje corresponde ao sítio dos Casais, erguia-se uma pequena ermida que tinha a invocação de Nossa Senhora da Piedade, ignorando-se o ano da sua fundação, mas presumimos que deve remontar ao terceiro ou último quartel do século XVI. Teve seu capelão privativo, que ali exercia as funções religiosas sob a dependência do vigário de S. Jorge. Foi esta capela que serviu de sede à nova paróquia, criada pelo prelado diocesano D. Antonio Teles da Silva, em virtude da autorização concedida pelo alvará régio de D. Pedro II. de 28 de Dezembro de 1676.

Já muito anteriormente à criação da paróquia se encontrava a capela de N. S. da Piedade em lamentável estado de conservação e ameaçando próxima ruína, e dez anos apenas depois de nela se ter instalado a sede da freguesia, determinou o bispo D. Estevão Brioso de Figueiredo, que pessoalmente a visitou, que se requeresse a imediata construção dum novo templo, em virtude das acanhadas dimensões da pequena ermida, e considerando-a imprópria para servir a igreja paroquial. Meio século mais tarde, por mandado do Conselho de Fazenda de 18 de Janeiro de 1740, é que se mandou proceder à construção da nova igreja, que foi benzida a 19 de Março de 1744 pelo vigário de então, o padre Manuel da Costa.

Temos noticia de que os padres João Batista e José de Andrade foram capelais da ermida de N. S. da Piedade antes da criação da freguesia, sendo o último sacerdote o primeiro que ali exerceu as funções de pároco. Sucederam-lhe, como curas de almas, os padres Francisco da Costa, Francisco Manuel Pereira, Bartolomeu Marques Caldeira, Joaquim Baptista Catanho, Bernardo Ribeiro etc..

Esta pequena freguesia é talvez a mais fértil de todo o norte da ilha. Produz todos os géneros agrícolas, e os seus terrenos são em especial muito apropriados para o cultivo da cana de açúcar. Seria, porém, maior a sua produção se não lhe escasseassem as águas de regadio estando uma parte considerável das suas terras apenas cultivada com cereais e hortaliças, e ainda assim abandonada à contingência das chuvas. Para obstar a estes inconvenientes, torna-se indispensável a construção duma levada que, encadeando no sítio da Falca

da freguesia de Boaventura, sirva para a irrigação de muitos terrenos nesta paróquia e também no Arco de São Jorge. Os estudos e respectivos projectos foram feitos há mais de trinta anos, sendo então as obras orçadas em cerca de trinta contos de reis. Na sessão legislativa de 1890 advogou o deputado cónego Feliciano João Teixeira, no seio da representação nacional, a ideia da realização daquele importante melhoramento, mas os respectivos trabalhos não chegaram nunca a ser iniciados, ficando apenas em projecto a construção da referida levada.

A fertilidade do solo desta paróquia corre a par da sua salubridade e da benignidade do seu clima. É pequena a percentagem da mortalidade, e epidemias tem havido nesta ilha, como a da cólera em 1856, que ali não têm entrado. O clima é dos mais suaves e temperados de toda a costa norte; montes elevados põem a povoação ao abrigo dos ventos ásperos e cortantes do inverno, o que contudo não exclue a possibilidade de aparecerem nesta freguesia as doenças vulgares e até as moléstias epidémicas, como acontece em toda a parte. Assim sabemos que em 1768 grassou ali uma doença de character epidémico, que causou bastantes vitimas, tendo o cirurgião da freguesia da Boaventura, Antonio Rodrigues Seabra, prestado por essa ocasião relevantes serviços, e acudindo a fabrica da igreja paroquial com importantes donativos para debelar a epidemia. Também em 1849 se manifestou nesta freguesia uma moléstia, então classificada de diarreia, que vitimou muitas pessoas, sendo inúmeros os indivíduos atacados. Ali foi pessoalmente o então governador civil do distritos o benemérito conselheiro José Silvestre Ribeiro, que se fez acompanhar de dois médicos e dos indispensáveis recursos para acudir ao tratamento dos doentes, tendo-se extinto a doença dentro de pouco tempo. (V. Epocha Administrativa, vol. 2.º, a pag. 506 e seg.).

Os principais sítios desta freguesia são Igreja, Casais, Lagoa, Poços, Arco Pequeno e Quebrada. Este ultimo deve o seu nome á grande quebrada que ha mais de dois séculos ali caiu, desagregando-se muitos terrenos, principalmente do Arco Pequeno, que deram lugar á formação daquele sitio. O caso é vulgar na Madeira, e a freguesia do Jardim do Mar, uma parte da do Paul e o sitio do Lugar de Baixo e ainda outros, formaram-se de maneira idêntica a esta. Na Quebrada do Arco de S. Jorge deu-se, porém, uma circumstancia muito singular, que merece menção especial e á qual temos encontrado várias referências, como nas Noticias Mineralogicas da Ilha da Madeira do Dr. Pereira Drumond, publicadas em 1818 no Investigador Portuguez e em outros autores nacionais e estrangeiros, referências que perfeitamente se casam com a tradição local, que conserva ainda intacta a noticia do acontecimento. Acerca deste extraordinário successo, encontram-se interessantes pormenores numa carta descoberta em 1848 na Biblioteca Publica de Lisboa pelo general Antonio Pedro de Azevedo, e de que há anos foi publicado num jornal do Funchal o curioso extracto que em

seguida reproduzimos. (V. Verdade, n.º 944):

“ Dou a V. M. Ce esta nova por ser caso maravilhoso, que detraz da ilha, no Arco de S. Jorge, que a maior parte delle he huma fazenda do meu morgado, ha muitos anos que estava a terra aberta com huma grande greta; e sendo a terra muito apique, com a grande invernada deste anno, dia de paschoa pela meia noite correo a terra em grande quantidade pelo mar dentro obra de meia legoa, levando diante de si os penedos e baixas com tanta quietação, que as casas, arvores, latadas ficaram em ser, e em huma dois toneis de vinho no canteiro sem virarem, e hum cortiço de abelhas sobre uma huma laje sem cair, e uma galinha que estava no choco com ovos, amarrada ao pé duma figueira, tudo se achou lá sem mudança nem desmanchamento da terra, e formou uma ilha no mar obra de vinte moios de sementeira, que está continuando-se com esta: fez praia com dois bellos portos de que necessitava naquella parte, que por ser baixio se não embarcava nada, e ficou donde correo uma fundura em cima com uma rocha talhada e para baixo fajã de terra nova excellente até se juntar com a que está no mar sendo dantes rocha muito alta donde partia com o mar; e correo sem estrondo e sem ser sentido, mais que um homem que vendo-a de noite ir correndo lhe deu um accidente; isto como um barco que se botava ao mar correndo sobre paraes, e a maravilha he ter dias antes, na largura da terra que correo, nada encheo nem vazou a maré tres dias, e estava o mar como morto e para huma e outra banda vasava e enchia, com as ondas costumadas no mar do norte.”

Isto deu-se no ano de 1689, e se ocorreu no domingo de páscoa, como na carta se afirma, deve ter sido no dia 20 de Abril do mesmo ano.

O filho mais distinto desta freguesia foi Antonio Gil Gomes, de quem mais largamente nos ocuparemos no logar respectivo. Também é dali natural Antonio Januario Moderno, que nasceu a 25 de Fevereiro de 1789 e era filho do capitão João Rodrigues Moderno e de D. Antonia da Incarnação Moderno. Foi provedor de Machico, que então abrangia o concelho de Sant'Ana, e exerceu outros cargos públicos. Era homem de celebrada fama em toda a ilha no seu tempo, não só pela maneira bizarra e hospitaleira como recebia na sua casa do Arco, mas sobretudo pela hercúlea força muscular de que era dotado, tornando-se temido e respeitado pelas muitas e notáveis proezas e valentias que praticou. Em Londres, onde esteve como emigrado político, também se tornou conhecido entre os seus compatriotas pela sua coragem e valentia do seu braço. Morreu no Funchal a 11 de Outubro de 1864. Era seu filho o Dr. Antonio Januario Moderno, formado em medicina por uma universidade estrangeira e que exerceu a clinica com grande êxito e proficiência nos Estados Unidos da América, onde adquiriu uma grande fortuna. Também era natural da freguesia do Arco de S. Jorge. Passou quási toda a sua existência fora da Madeira, mas faleceu nesta cidade

há cerca de trinta anos, pouco depois de ter regressado á sua terra natal. Granjeara foros de homem de excepcional talento e de medico abalizado. Faleceu no Funchal, tendo 67 anos de idade, a 11 de Fevereiro de 1885.

Nasceu na freguesia da Boaventura em 1791, mas residiu no Arco de S. Jorge, onde morreu em 1884, mais de quarenta anos consecutivos, o distinto sacerdote Antonio Alexandrino de Vasconcelos, que foi vigário geral do bispado e exerceu outros cargos importantes, tendo em 1834 acompanhado o prelado D. Francisco José Rodrigues de Andrade, quando este se viu forçado a exilar-se, tomando o caminho da Itália. Era um eclesiástico de notável inteligência e ilustração, sendo considerado uma grande autoridade nos diversos ramos da liturgia católica.

O orago desta freguesia foi Nossa Senhora da Piedade até o ano de 1744, passando então a ser S. José, quando se construiu a nova igreja. Pelos Breves Pontificios de 24 e 26 de Agosto de 1784 foi considerado altar privilegiado o da capela-mor, e concedida uma indulgência plenaria para ser lucrada no dia da festa de S. José. Encontramos algures a curiosa informação de que o morgado Francisco Aurelio da Câmara Leme deixou imposta na tersa dos seus bens a pensão perpetua de se dar o azeite necessário para alumiar o Santissimo Sacramento na igreja do Arco de São Jorge, e que seu filho e herdeiro, o morgado Francisco Antonio da Câmara Leme, ratificara e assumira o encargo dessa pensão, por escritura publica feita a 18 de Fevereiro de 1766, incidindo tal encargo “na quinta diante de Santo Amaro”.

Das paróquias rurais desta ilha, fora das sedes dos concelhos, era ainda ha poucos anos o Arco de S. Jorge a que dava menor percentagem ao analfabetismo, que, como se sabe, está tão profunda e lamentavelmente arreigado entre nós. Deve-se essa circunstancia ao zelo com que alguns párocos ministraram ali o ensino primário, merecendo referência especial o padre Isilio Joaquim Vares, no segundo quartel do século passado, e, posteriormente, os padres Emilio Marques da Silva, Francisco Manuel de Sousa, Francisco Antonio de Abreu e Casimiro Augusto de Freitas. A 16 de Janeiro de 1886 criou a Câmara Municipal de Sant'Ana uma escola oficial do sexo masculino no Arco de São Jorge, que ali tem prestado serviços apreciáveis. Esta escola foi anos depois convertida em escola mixta.

Pertence esta freguesia ao concelho de Sant'Ana e comarca de São Vicente, de cujas sedes dista aproximadamente doze quilómetros e meio, ficando distante do Funchal cerca de quarenta e um quilómetros pela estrada do Poiso, e trinta e sete pelo Curral das Freiras e Boaventura. A sua população e de

167 habitantes.

Não queremos deixar de dizer que nesta freguesia nasceu o celebre trovador popular Manuel Gonçalves, conhecido pelo nome de Manuel Feiticeiro e falecido há poucos anos, que percorreu toda a ilha a cantar as suas ingénuas composições poéticas, tanto do agrado das multidões que enlevadas o escutavam avidamente e lhe compravam as dezenas de folhetos com que reuniu e fez imprimir as suas inúmeras e incorrectas canções.

Vid. Poesia Popular.

Arco de São Jorge (Pico do). Sobranceiro á freguesia deste nome fica esta elevada eminência, a 837 metros de altitude.

Arco de São Jorge (Porto e Praia do). No litoral desta freguesia encontra-se um pequeno e mau porto, servido por uma praia de curta extensão e de dificultoso desembarque.

Areiro. Não muito afastado do conhecido sítio do Poiso, mas já nas serras do interior da ilha, fica o pico do Areiro, que atinge uma altitude bastante aproximada de 1.800 metros acima do nível do mar.

Ainda os estudos meteorológicos e de climatologia não tinham atingido o grau de desenvolvimento do nosso tempo, quando há meio século se despertou entre nós a ideia do estabelecimento dum ou mais postos meteorológicos nos pontos mais elevados das nossas montanhas, cujas observações conjugadas com as do Posto Meteorológico do Funchal constituiriam elementos preciosos para o estudo da climatologia madeirense e de modo especial da climatologia comparada da nossa terra com a de outras afamadas estações de saúde.

No ano de 1895 mandou o governo central construir nas encostas do Pico do Areiro umas casas destinadas á instalação dum posto meteorológico e á moradia do respectivo pessoal, em que se dispenderam cerca de cinco contos de reis, ficando a conservação dos edifícios a cargo da Direcção das Obras Públicas do distrito.

Com a criação da Junta Agrícola, no ano de 1911, ficou pertencendo a esta corporação administrativa o Posto Meteorológico do Areiro, que no ano de 1919 transitou para a posse da Junta Geral do Distrito, quando foi extinta aquela Junta, que deixou uma triste memória nas páginas da historia madeirense.

Concluída a construção daquelas casas, deu-se, porém, o que já então tinha sido previsto por muitos: o Posto não fora dotado com os indispensáveis instrumentos e nunca chegara a ser nomeado o pessoal necessário para o seu regular funcionamento. O edificio, exposto a todas as intempéries e aos frequentes vendavais que por ali se desencadeiam na quadra invernososa, começou desde logo a ser largamente danificado, entrando em breve em estado adiantado de ruína. O vandalismo do lenheiro e do criador de gado veio completar a obra de destruição que as tempestades iniciaram, sem que a acção benéfica das respectivas estações tutelares tentasse pôr cobro a um tão criminoso abandono. E assim a antiga Direcção das Obras Públicas, a Junta Agrícola e a Junta Geral não semente mostraram sempre o maior desinteresse pelo funcionamento do Posto Meteorológico criado pelo governo da metrópole, como ainda deixaram cair e desaparecer as construções que para aquele fim se tenham levantado numa das vertentes do Pico do Areiro.

Não puderam valer-lhes as reclamações da imprensa e nem ainda os bons officios de certas entidades officiais, sendo o assunto objecto de amargas ironias em diversas publicações estrangeiras e nomeadamente numa revista scientifica de Midelburgo, em que se dizia que na Turquia se prestava mais atenção ao estudo da meteorologia do que em Portugal, pois não constava que houvesse observatórios sem instrumentos nem observadores, como acontecia na possessão portuguesa da Ilha da Madeira.

O distinto madeirense Guilherme Teles de Menezes, que durante alguns meses dos anos de 1894 e 1895 residiu, por motivo de saúde, nos sítios do Poiso e Areiro, realizou ali várias observações meteorológicas, que foram publicadas pela imprensa e mereceram as mais elogiosas referências por parte de pessoas versadas nesta matéria.

Areias. Assim chamam á parte media da ilha do Porto Santo, que se acha coberta de uma espessa camada de areia. Esta areia teve origem nuns montículos que existem a noroeste da ilha, e para evitar o seu avanço, fizeram-se bardos de pinheiros, canas de roca e árvores do paraíso. No sítio das Areias existem

grandes plantações de vinha.

Areias (Calhau das). Pequeno lugar de desembarque na Deserta Grande (Ilhas Desertas).

Arenque (*Clupea maderensis*). Peixe comum nas águas costeiras do arquipélago. É colhido às vezes em grande quantidade nas redes de arrasto ou de atravessar. Não passa por ser das melhores espécies comestíveis, sendo na verdade inferior ao seu congénere dos mares do norte da Europa.

Areusco. Designação dada no Pôrto Santo ao terreno pouco fértil de areia calcarea e em parte de terra mais ou menos argilosa.

Nele vegetam com dificuldade as plantas de cultivo mais exigente, e, por isso de ordinário é aproveitado apenas na cultura do centeio.

Arfet (Ana de). V. Machim (Roberto).

Arguim. Há nos confins das costas do Sahara e no Senegal, aí pela latitude N. de 22° e longitude O. de 7°, uma enseada, um arquipélago, um banco e uma faixa de litoral do continente africano, com a denominação de Arguim. A maior e mais importante das ilhas do pequeno arquipélago, e que tem também o nome de Arguim, é a que interessa á historia da Madeira, pois pertenceu á jurisdição eclesiástica da diocese do Funchal. A ilha de Arguim, que apenas dista da costa africana cêrca de uma légua, foi descoberta por Nuno Tristão, aproximadamente pelo ano de 1443. Começaram logo as transacções comerciais com os indígenas do continente, reconhecendo-se sem demora que, para assegurar o bom êxito dessas transacções e o domínio dos portugueses naquelas paragens, se impunha absolutamente a necessidade da construção duma fortaleza, que começou a levantar-se pelos anos de 1450. Com as novas descobertas e grandes centros do comercio que por toda a parte se estabeleceram, foi a pouco e pouca Arguim perdendo a importância, sobretudo depois do aparecimento das colónias e feitorias comerciais do Senegal. Passou Arguim por sorte vária, estando sucessivamente sob o domínio dos ingleses, holandeses e franceses, achando-se hoje de todo

abandonada. Do Funchal iam, depois da construção da fortaleza e de estar assegurado o domínio de Portugal, sacerdotes prestar ali os seus serviços religiosos, ignorando nós quando Arguim deixou de pertencer aos portugueses e em que época os bispos desta diocese deixaram também de ter sua jurisdição real sobre aquelas paragens, jurisdição que desde há muito passou a ser meramente honorífica. Há mais de quarenta anos que os prelados do Funchal deixaram de intitular-se bispos de Arguim.

Arja. V. Darja.

Armas. Têm armas próprias os seguintes municípios do arquipélago: Funchal, Machico, Porto Santo, Ponta do Sol, Santa Cruz, Calheta, S. Vicente e Câmara de Lobos.

As primitivas armas do município do Funchal consistiam em cinco formas de açúcar em campo de prata e dispostas em cruz, e em cada lado do escudo uma cana de açúcar. Mais tarde foi uma das canas substituída por um ramo de vinha, mas as antigas armas aparecem num marco de bronze de quintal, datado de 1580, que servia de padrão de peso no concelho do Funchal, assim como as moedas de cobre cunhadas em 1750, e destinadas a circular unicamente nos arquipelagos da Madeira e dos Açores.

As armas do município de Machico são a esfera; as do Porto Santo, o dragoeiro; as da Ponta do Sol, o sol; as de Santa Cruz, cinco castelos, e sobre o escudo, sob o qual está a data de 1515, um escudete com as quinas de Portugal; as da Calheta, o Espírito Santo, sob a forma de uma pomba; as de S. Vicente, o santo deste nome; e as de Câmara de Lobos, dois lobos, entre os quais se vê o escudo com os castelos, e o escudete com as quinas de Portugal.

Diz o Dr. Azevedo nas notas ás Saudades da Terra que tudo leva a crer que as primitivas armas do Funchal fossem conferidas por D. Manuel, já porque este rei enobreceu esta cidade quanto pode, já porque estas armas de si mostram serem do tempo em que a cultura da cana de açúcar e o fabrico deste eram a riqueza da ilha da Madeira, e o título único da sua celebridade.

Em 1750 não estava ainda feita a substituição de uma das canas por um ramo de vinha, visto as primitivas

armas aparecerem, como já dissemos, nas moedas madeirenses cunhadas naquele ano.

Em 1798 figuravam ainda nas armas do município do Funchal as duas canas de açúcar como se pode verificar num tinteiro de prata existente na antiga sala das vereações, mas em 1837 já uma das canas tinha sido substituída por um ramo de videira, não estando registada, porém, nos livros das actas de deliberação alguma autorizando a mesma substituição. A presença das armas da Câmara, já modificadas, nas lombadas de muitos livros antigos existentes no arquivo municipal, nada significa, pois tudo leva a crer que tais livros só fossem encadernados no século XIX. Do auto de voto transcrito a pag. 726 das Saudades da Terra se vê que em 1523 se resolveu que a imagem de S. Tiago Menor fosse pintada “na bamdeyra & sello da çidade”, mas não temos provas algumas de que tal deliberação chegasse a ser acatada.

A coroa de duque que servia de remate às armas da cidade do Funchal, foi substituída por uma estrela, nos carimbos da mesma câmara, depois da implantação da Republica, tendo, porém, esta substituição, que nenhuma razão séria podia justificar, durado muito pouco tempo.

A esfera das armas de Machico, era o emblema de D. Manuel I, tendo este monarca oferecido á Câmara Municipal daquela vila um sinete de prata onde se vê a referida esfera, que ainda hoje é usado.

Pelo que respeita ás armas dos outros municípios, só podemos dizer que as de Câmara de Lobos foram tomadas recentemente, e que os dois lobos que nelas figuram parecem ser emblema tirado do braço dos Câmaras.

Para maior esclarecimento deste assunto, vamos transcrever um artigo do Sr. Armando de Matos, que vem inserto a pag. 54 e ss. do vol. IV do Arquivo Histórico da Madeira, sob o título de “Uma nóttula sôbre as Armas do Funchal”, embora possamos discordar de algumas das afirmativas do ilustre articulista.

“Desconheço qualquer texto impresso ou manuscrito que se refira á constituição ou simbolismo das insignias de autonomia municipal da cidade do Funchal. Nem documento escrito, nem exemplar esfragístico, que, pela sua antiguidade nos autorize a basear, como seria para desejar, uma série de comentários. No entanto, com o pouco que nos resta, impõe-se abordar o assunto da revisão do selo do município do Funchal”.

“...É impróprio o formato do escudo, o coronel que o remata, e os ornatos que o circundam. Inútil relembrar as razões porquê, tantas vezes já têm sido ditas. E isso tanto no selo branco, como no carimbo a tinta de óleo.

“O mais antigo elemento icónico a que se pode recorrer encontra-se numa bandeja do século XVII, existente na Câmara Municipal daquela cidade. É este o mais antigo e mesmo o único que temos para aproveitar. Os outros são apenas variantes daquele, deturpando-o.”

“O primeiro foral do Funchal é de 1451, e dado por D. Afonso V. Quere dizer: só após esta data, início da segunda metade do século XV, é que pode ter sido criado o selo da municipalidade do Funchal”.

“A mais antiga notícia, como já disse, pertence ao século XVII.

Nela encontramos, em disposição crucial, cinco cones com os vértices apontados para a ponta do escudo. Postas em pala, entre os cones centrais e os laterais, vêem-se duas canas de açúcar”.

Quanto á identificação dos cones, é voz geral que representam ou formas de pães de açúcar ou os próprios pães. Este primitivo arranjo, metido num escudo fantasista, é rematado por uma cruz pátea, certamente uma má representação da cruz de Cristo.

Analisemos primeiro os cones. Vemos que são cinco e dispostos em cruz. Esta distribuição faz lembrar a dos escudetes das quinas portuguesas. O facto deles estarem com a base voltada para o chefe do escudo, lembra, possivelmente, a hipótese de não serem mais do que os próprios escudetes, numa incoerente estilização e desleixada representação, na salva que nos serve de ponto de partida. Ao mesmo tempo não é vulgar, para não dizer que é caso novo, umas armas de domínio, do meado do século XV, apresentarem como símbolos principais os mesmos do poder central. Não sendo escudetes, temos de perfilhar a ideia das formas dos pães de açúcar. Para serem os próprios pães, seria lógico que os cones aparecessem com a base para baixo, e não invertidos. Ora isto só se nota nos outros testemunhos icónicos posteriores, o que parece dizer-nos que houve influência de serem tomados por pães. Esta ideia surgiu, naturalmente, depois de perdida a do seu significado, O que não tem dúvidas neste caso é assentar em que o mais antigo é que é mais de ponderar”.

Há ainda um outro facto, embora mais leve, mas que não devo esquecer. É que os cones, representados na salva, patenteiam bem a linha de contorno da base, o que já se não observa nos posteriores desenhos. Estas peças dão claramente a ideia de uns vasos ou recipientes”.

“... Os cones, que para mim são formas de pães de açúcar, e que como tal designarei de aqui em diante, juntamente com as canas de açúcar, representam a grande riqueza do Funchal, a sua razão de progresso, devido ao benemérito interesse do Infante que na Ilha fez aclimar a cana sacarina. Esta, propagando-se

extraordinariamente no solo ubérrimo da Ilha, tal importância lhe trouxe, de tal modo impulsionou o seu incremento, que em 1508 D. Manuel elevava o Funchal á categoria de cidade”.

“Liga-se bem, pois, o significado das formas e das canas num completo simbolismo, de que o facto principal a memorar era a riqueza da Ilha, originada pelo comércio do açúcar”.

“Com inteligência os homens bons do Funchal escolheram tais motivos; não tendo a registar na lembrança colectiva os feitos de armas, as empresas militares ou navais, outro assunto se lhe seguia, que era a razão maior do seu orgulho comum, a razão da crescente importância do seu concelho: o valor económico do açúcar. Este é que tinha de representar o seu próspero município. Fazia parte do conjunto propriamente dito a cruz de Cristo? Não sei responder. No entanto, é razoável e lógico o seu aparecimento, pois que lembra o Infante, a cuja vontade se deve o fazer a Ilha parte do mundo português. E ele era o mestre da Ordem de Cristo, cujas rendas impulsionaram as caravelas na senda gloriosa dos descobrimentos”.

“É isto o que sugere dizer o mais antigo documento icónico das armas do Funchal”.

Agora vejamos como dentro da tradição se pode formular uma solução para reorganizar o definitivo arrumo das armas do Funchal.

“Sendo de opinião que se deve conservar a forma e disposição das armas gravadas na salva do século XVII, eu lembrarei que as formas devem manter-se em cruz, porém flanqueadas pelas duas canas de açúcar. Parece-nos que, desta maneira, é melhor o efeito estético, do que alternarem umas com as outras. E assim fica mais em evidência a cruz dos escudetes das quinas, que nunca é demais bem marcar”.

“Num chefe apor-lhe-ia a cruz de Cristo, que eu achava dever figurar em todas as armas de dominio dos arquipélagos adjacentes da Madeira e Açores. Teria esta característica o mesmo espírito de diferença que as cabeças coroadas nas armas dos municípios algarvios, a estrela nas da região da Serra da Estrela, ou a bordadura nas armas dos nossos domínios ultramarinos. Seria a maneira de bem individualizar-se as terras das Ilhas. Mesmo sem legenda seriam reconhecidas”.

“Falta falar das cores que devem iluminar as peças componentes destas armas”.

As formas dos pães de açúcar, de negro, representando a fatura proveniente do comércio do açúcar. As canas devem ser de sua cor, isto é, de verde. O chefe, carregado da cruz de Cristo, de prata. Desta forma apresentaria como projecto das armas do Funchal, o seguinte:

“Em campo de prata, cinco formas de pães de açúcar de negro, postos em cruz, e flanqueadas por duas canas de açúcar de verde, decotadas. No chefe, de prata, uma cruz de Cristo, e coroa mural de prata, de cinco tôrres, como cidade. Legenda a negro em filacteria branca: CIDADE DO FUNCHAL. Bandeira branca gironada de verde”.

“Como se viu, a ausência de documentos é quasi absoluta; reduz-se a um único vestígio, que é a salva da Câmara do Funchal”.

“Qualquer solução apresentada, deve, pois, procurar explicar, tanto quanto possível, a tradição e respeitá-la. Não se podem esquecer, tampouco as normas heráldicas gerais e as já estabelecidas para a moderna revisão das armas de domínio”.

“A Câmara Municipal do Funchal, na sua sessão ordinária de 6 de Fevereiro de 1936, dando cumprimento a determinações superiores, resolveu proceder á reforma das suas armas, bandeira e selo da cidade, adoptando para esse fim o projecto elaborado pelo Sr. Afonso de Ornelas, que tinha merecido a plena aprovação da Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos na sua reunião de 20 de Dezembro de 1935.

Desse parecer, publicado pela imprensa, se transcreve o seguinte: “Armas-De verde, com cinco pães de açúcar de ouro realçados em espiral e com base de púrpura postos em cruz, ancantonados por quatro cachos de uvas de ouro sustidos e folhados do mesmo metal, cada cacho carregado por uma quina de azul carregada de cinco besantes de prata em aspa. Coroa mural de prata de cinco torres. Listel branco com os dizeres Cidade do Funchal de Negro.

“Bandeira-Quarteada de quatro peças de amarelo e quatro de púrpura, com os dizeres Cidade do Funchal. Cordões e borlas de ouro e de púrpura. Lança e haste douradas.

“Sêlo - Circular, tendo ao centro as peças das armas sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres Câmara Municipal do Funchal”.

O parecer do Sr. Afonso de Ornelas, que pela sua extensão não podemos transcrever neste lugar, contém valiosos elementos para o estudo deste assunto e foi publicado no Diário de Noticias do Funchal de 7 de Fevereiro de 1936.

Vid. Bandeira da Cidade.

Armitage (Eleonora). Botânica inglesa que herborizou na Madeira nos princípios do ano de 1909. Fez uma coleção de musgos, que foi estudada por H. N. Dixon, e escreveu os trabalhos seguintes: *Some Madeira Hepaticae* (Journ. of Botany, 1910); *Intensive Cultivation in Madeira* (Journ. of Royal Hort. Soc., 1910); e *On the Habitats and frequencies of some Madeira Bryophytes* (Journ. of Ecology, VI, 1918).

Arnao. O apelido Arnao ou Arnau parece proceder do inglês Guilherme Arnau, que em 1378 acompanhou a Portugal D. Filipa de Lencastre, mulher de D. João I. Não sabemos, porém, quando apareceu este apelido na Madeira e julgamos que se acha completamente extinto entre nós.

Aroma. V. Acácia.

Arquimbau (Ramon Masferrer y). Medico pela escola de Barcelona, nascido em Vich a 15 de Maio de 1850 e falecido nas Filipinas a 5 de Abril de 1884. E.: *Catalogo razonado de la Flora de Tenerife y notas sobre la Flora de todo el archipiélago Canario, Madeira e demais islas de aquella región botánica* (sem lugar nem data de impressão).

Arquipélago da Madeira. A importância deste arquipélago fica posta em conciso mas flagrante relevo nas seguintes palavras saídas da pena autorizada do Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, o erudito anotador das Saudades da Terra: * Tem este archipelago sido objecto de estudo de sábios naturalistas estrangeiros e nacionais; é celebre, especialmente a ilha da Madeira, pela uberdade do solo, optimos vinhos, arrebatadora belleza da paisagem e salubridade do clima; é historicamente notável, por ser o primeiro dos descobrimentos portuguezes no século XV, e, depois, até o declinar do século XVI, metrópole secular e eclesiástica dos nossos domínios ultramarinos, empório da nossa navegação e commercio coloniaes, pelo que nos archivos madeirenses, especialmente no da Câmara Municipal do Funchal, no de Machico, no da antiga e extinta Junta da Fazenda e no do Governo Civil do Funchal existem preciosos documentos e

notícias, que talvez em outra parte se não encontrem, para a historia das instituições e governação das nossas possessões de além-mar”.

Fica situado entre a Europa Ocidental, que lhe defronta por nordeste, a costa marroquina da Africa Ocidental, que lhe decorre de leste para sueste, o arquipelago dos Açôres, por noroeste, e o das Canárias, pelo sul. O ponto mais próximo a que o arquipelago madeirense se acha da costa ocidental de Marrocos é o Cabo Cantim, que tem sensivelmente a mesma latitude da Madeira e que fica equidistante, cerca de 60 milhas, das cidades de Mazagão, ao norte, e Mogadouro, ao sul. A distancia a que ele se encontra do continente português é aproximadamente de 500 milhas e 350 do Cabo Cantim, na costa ocidental africana. A situação relativa das ilhas da Madeira e Porto Santo e o grupo das Desertas apresenta a forma dum triangulo escaleno, cujo lado mais curto é o canal que se estende entre o ilhéu de Fora, no extremo leste da Madeira, (Ponta de São Lourenço) e o Prego do Mar ou Ilhéu do Navio, próximo do Ilhéu Chão (Desertas); o lado imediatamente mais longo é formado pelo canal (Travessa), que vai do citado ilhéu de Fora (Ponta de São Lourenço) até o Ilhéu de Baixo ou da Cal (Porto Santo); e o lado mais extenso é constituído pelo canal que se prolonga desde o já referido ilhéu de Baixo ou da Cal (Porto Santo) até o Prego do Mar ou Ilhéu Chão (Desertas), tendo respectivamente cada canal 11, 27 e 32 milhas, que são as distancias que a Madeira e Porto Santo e o grupo das Desertas guardam entre si.

Os pontos extremos deste arquipelago são geralmente fixados da seguinte maneira: pelo norte a Rocha do Nordeste ou Ilhéu de Fora (Porto Santo), pelo sul a Ponta da Agulha ou Ponta do Sul, na extremidade sul do Bugio (Desertas), por leste o ilhéu de Cima ou dos Dragoeiros (Porto Santo) e por oeste a Ponta do Pargo (Madeira).

O arquipelago da Madeira é banhado pelo Oceano Atlântico e está situado, segundo o capitão Vidal, entre os paralelos 32° 22' 20" e 33° 7' 50", latitude norte, e entre os meridianos 16° 16' 30" e 17° 16' 38", longitude ocidental de Greenwich.

Segundo os cálculos mais recentes, a superfície de todo o arquipélago é de 560 quilómetros quadrados não faltando quem tenha elevado esse numero a mais de mil quilómetros.

A sua população dispersa por cinquenta freguesias, é de 211.000 habitantes, conforme o censo de 1930. O arquipelago da Madeira e o pequeno grupo das Selvagens constituem o distrito administrativo do

Funchal, que tem por capital a cidade do mesmo nome.

Leiam-se os diversos artigos subordinados aos títulos Madeira, Porto Santo, Desertas, Selvagens e Funchal.

Arquivos. V. Elementos para a historia madeirense.

Arrebentão (Pico e sítio do). Encontra-se esta eminência na freguesia do Monte e atinge a altura de 1171 metros. Nas suas imediações fica o sítio do mesmo nome, que é atravessado pela estrada que conduz ás casas de abrigo do Poiso.

Arriaga (Dr. Manuel de). O Dr. Manuel de Arriaga tem o seu nome ilustre ligado á história da Madeira, por ter representado este arquipélago no seio do parlamento, na sessão legislativa de 1882 a 1884. Tendo falecido o deputado pelo circulo do Funchal, o nosso distinto patricio Dr. Luiz de Freitas Branco, procedeu-se á eleição para o preenchimento da vacatura a 5 de Novembro de 1882, saindo eleito o conselheiro Anselmo José Braancamp, que não obteve a maioria absoluta de votos, sendo repetido o acto eleitoral a 26 de Novembro do mesmo ano. Saiu então eleito o Dr. Manuel de Arriaga.

A 28 de Abril de 1911 foi novamente escolhido pelos madeirenses para seu representante em cortes, mas tendo sido eleito Presidente da Republica a 24 de Agosto daquele ano, deixou vago o lugar de deputado.

O Dr. Manuel de Arriaga foi um dos deputados pela Madeira que advogaram os interesses dos seus constituintes, no seio da representação nacional, com maior dedicação desinteresse e ainda com mais notável brilho proferindo discursos que ficaram célebres nos anais da eloquência parlamentar.

O ilustre causidico, a convite dos seus correligionarios e amigos da Madeira, visitou pela primeira vez esta ilha a 8 de Setembro de 1883, havendo tido uma das mais entusiásticas e brilhantes recepções que no Funchal se têm preparado aos seus mais ilustres visitantes. Percorrer as paróquias limítrofes da cidade e as freguesias dos concelhos de Sant'Ana e Machico, e por toda a parte foi alvo das mais delirantes demonstrações de apreço e simpatia por parte dos seus amigos pessoais e políticos. Deixou a Madeira no dia

15 de Setembro de 1883, tendo a mais afectuosa e tocante despedida.

Em 1884, visitou novamente a Madeira, acompanhado do ilustre professor Dr. Consiglieri Pedroso, e esteve pela ultima vez nesta ilha em 1885.

O Dr. Arriaga obteve uma grande votação nas eleições para deputado que se realizaram em 1884, mas não conseguiu ser eleito devido á forma por que o acto eleitoral decorreu nalgumas assembleias, tendo a força armada destacada na Ribeira Brava chegado a fazer fogo sôbre o povo no dia 29 de Junho, o que deu lugar a algumas mortes e ferimentos.

Tendo sido processados vários republicanos por causa dos acontecimentos da Ribeira Brava, foram eles defendidos pelos Drs. Arriaga e José de Castro, no julgamento que se realizou na comarca da Ponta do Sol, em Abril de 1885. De vinte e oito réus que se apresentaram a responder, foram absolvidos vinte e dois e condenados seis, mas estes simplesmente por haverem agredido o feitor do falecido Russel Gordon.

O Dr. Arriaga nasceu na cidade da Horta, na ilha do Faial, em 1841, e faleceu em Lisboa a 5 de Março de 1917.

Arroz. Não nos consta que, em outra época, se tivesse feito nesta ilha qualquer tentativa para a cultura do arroz, mas sabemos que no ano de 1918, achando-se na freguesia de São Vicente um cultivador daquele cereal, natural do continente português, procedeu ali a um ensaio dessa cultura, que foi coroada do melhor êxito com uma excelente e abundante produção. Por esse motivo foi dirigida á Junta Agrícola da Madeira uma representação assinada por vários proprietários daquela freguesia, pedindo especial protecção para a cultura desse cereal, parecendo-nos que não se realizaram novos ensaios para o aproveitamento dessa indústria.

Arruda (Fr. Pedro de). Guardião da comunidade franciscana de S. João da Ribeira, que levantou a primitiva igreja do convento de S. Francisco desta cidade, sagrada em 1554 pelo bispo D. Sancho Truxillo, de passagem na Madeira .

Arruda (*Ruta chalepensis*). Planta lenhosa da família das Rutaceas, frequente na Madeira. Tem cheiro característico e as suas folhas e flores são muito usadas, especialmente em infusão, no tratamento dos padecimentos uterinos.

Arte de Furtar. O autor desta obra parece que esteve na Madeira, pois que aponta alguns factos que se deram aqui no tempo em que era governador geral do arquipélago o bispo D. Jeronimo Fernando, isto é entre 1624 1634.

A Arte de Furtar, que muitos quiseram atribuir ao padre Antonio Vieira, não é obra dele, mas de escritor de mérito que soube imitar o estilo e a frase do celebre jesuíta português.

Artemija. Nome vulgar madeirense do *Chrysanthemum Parthenium*, planta vivaz da família das Compostas, fácil de reconhecer pelas suas folhas penatisectas, com os segmentos mais ou menos recortados, e pelos seus capítulos medíocres, com as flores todas tubulosas ou as marginais liguladas. A artemija (corruptela de artemisia) é também conhecida pelo nome de alfinetes de senhora, e tem cheiro forte e penetrante, e sabor amargo. As sumidades- floríferas são excitantes, tónicas, emenagogas e diüreticas.

Artilharia Auxiliar. O corpo de artilharia auxiliar da Madeira, instituído em 1805, tinha pelo regulamento que lhe foi dado por Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque em 12 de Novembro de 1834, um estado maior e quinze companhias, sendo aquele constituído por um tenente coronel ou major comandante, um capitão ou subalerno ajudante e um sargento ajudante. Catorze das referidas companhias pertenciam á Madeira e uma ao Porto Santo, tendo quatro daquelas o seu quartel no Funchal.

O principal serviço da artilharia auxiliar consistia na guarnição, guardas e vigilância das batarias, fortes, vigias e pontos acessíveis do litoral do arquipélago.

Nos tempos do governo absoluto era uso os mancebos pertencentes ás primeiras famílias do Funchal

alistarem-se como cadetes no corpo de artilharia auxiliar, que tinha então como comandante um oficial da tropa de linha, sendo os tenentes e alferes todos milicianos.

O corpo de artilharia auxiliar, ou dos papoilas, foi extinto pela Portaria de 3 de Fevereiro de 1868.

Arvelos. Os primeiros de que há notícia terem usado este apelido na Madeira são Diogo de Arvelos, que pelos anos de 1490 se estabeleceu em Machico, e Pedro Gonçalves de Arvelos, que por 1569 desempenhava em Santa Cruz o cargo de juiz, sendo ambos pessoas nobres.

Árvore da Seda (*Gonphocarpus fruticosus*). Pequeno arbusto leitoso, da família das Asclepiadaceas, bastante comum nas zonas inferiores da Madeira. Produz folículos grandes, entumescidos, espinulosos, com sementes providas de papilho de pêlos longos e acetinados.

Arvoredo. Elevação montanhosa e sítio pitoresco da freguesia do Caniço.

Árvore do Incenso (*Pitiosporum undulatum*). Árvore da família das Pitosporaceas cultivada e nauturalizada na Madeira. É frequente no Funchal e nas quintas do Monte.

Árvore do Paraíso (*Elaeagnus hortensis*). Árvore da família das Eleagnaceas cultivada na Madeira e Porto Santo. Tem a folhagem prateada e as flores amarelas e odoríferas, e serve na ilha do Porto Santo para proteger as vinhas da invasão das areias.

Árvores do Mar. Expressão comum aos Antozoários de polípeiro arborescente.

Árvores e Arbustos. As árvores e os principais arbustos que crescem espontaneamente na Madeira são os seguintes: a ameixeira de espinho ou fustete, os dois mocanos, o azevinho, o perado, o sanguinho, as duas ginjeiras bravas, uma das quais é conhecida também pelo nome de tintureira, os piornos, a tramazeira(?), a murta, o sabugueiro, o codesso, a uveira, a urze molar, a urze das vassouras, o folhado, o aderno, o marmulano, a oliveira, o pau branco, o vinhatico, o barbuzano, o til, o loureiro, a figueira do inferno ou alindres, a faia, o seixo, o dragoeiro, o cedro, o zimbreiro e o teixo.

Estas essências, das quais nos ocuparemos nos lugares competentes, são na sua maior parte bastante raras, achando-se mesmo algumas delas extintas ou quasi extintas, mercê do pouco cuidado que tem havido em reproduzi-las e das devastações que de longos anos vêm fazendo nas nossas serras os lenheiros, os carvoeiros, os negociantes de madeiras e os gados.

Os proprietários dos vapores costeiros foram um inimigo cruel dos nossos arvoredos no período decorrido de 1916 a 1918. Muitos milhares de árvores foram cortadas pelos agentes desses indivíduos durante o referido período, para irem alimentar as cadeiras daqueles vapores, visto o carvão de pedra haver atingido por causa da guerra preços fabulosos, não tendo as autoridades procurado obstar a um tal abuso, nem punir aqueles que o praticaram .

V. Árvores e Arbustos Madeirenses por Carlos Azevedo de Menezes. Funchal, 1904, de 17 pag..

Asilos. A primeira tentativa que entre nós se fez para a criação dum asilo destinado aos orfãos e inválidos é anterior ao estabelecimento do governo constitucional nesta ilha. Em ano que não podemos determinar, resolveu a Câmara Municipal do Funchal criar uma casa de caridade em que fossem albergados os orfãos desvalidos, tendo esta resolução merecido o apoio e o louvor do governo da metrópole. Alguns esforços e diligências se empregaram, mas esta ideia tão generosa e altruísta não chegou nunca a ser uma realidade.

Asilo da Infância. Ao primeiro governador da Madeira no período do constitucionalismo, o ilustre Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, se deve o estabelecimento dum asilo, que parece ter sido o segundo que neste género se criou no nosso país. A pesar de ser muito curto o período do seu governo, pois apenas

durou de Agosto de 1834 a Setembro de 1835, não descurou nenhum ponto essencial da administração pública, e ainda teve a iniciativa da criação dum asilo para a orfandade desvalida do Funchal, encontrando em sua esposa D. Ana Mascarenhas de Ataíde a mais activa e eficaz colaboradora da benemérita obra que empreendera. A ideia, que era nova e vinha satisfazer uma grande necessidade pública, teve a mais geral aceitação e foi saudada por toda a população funchalense com o mais entusiástico alvoroço, que infelizmente não durou muito.

Quatro meses depois da chegada de Luiz Mousinho a esta ilha, isto é por meados de Dezembro de 1834, começou a funcionar o novo estabelecimento de caridade, que ficou provisoriamente instalado nalgumas das dependências do palácio de São Lourenço, sob as vistas imediatas e sob a solícita e carinhosa direcção dos seus próprios fundadores. Chegou a albergar 120 crianças e manteve-se em estado de relativa prosperidade durante o tempo em que os seus iniciadores permaneceram nesta ilha. Foi ainda devido ao impulso inicial que por portaria de 13 de Janeiro de 1836 se obteve uma casa situada no Campo da Barca e pertencente á Fazenda Nacional, para a mudança do asilo, que ali funcionou alguns anos e que deixou de existir em época que não podemos precisar com inteira exactidão. Depois da ausência de Luiz Mousinho de Albuquerque e de sua dedicada e benemérita esposa, começou a definhando-se lentamente a obra que eles com tanta dedicação e carinho tinham criado, até que completamente se extinguiu, deixando apenas da sua existência a memória abençoada dos seus ilustres fundadores.

José Silvestre Ribeiro considerava-se, na fundação do Asilo da Mendicidade do Funchal apenas o continuador da obra de Mousinho, e ainda hoje, no vestíbulo do edifício do mesmo asilo se encontram duas telas, já bastante danificadas pelo tempo, representando Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque e sua esposa D. Ana de Mascarenhas e Ataíde, que devem ser ali religiosamente conservadas e também retocadas convenientemente.

Projecto de um Asilo nas Angústias. Em 1837, de novo a Câmara Municipal do Funchal tomou a deliberação de fundar um asilo para recolher os velhos e inválidos que mendigam pelas ruas da cidade. Tendo comunicado ao governo central esta resolução foi por ele louvada em portaria de 7 de Junho de 1838. Para a realização desta alevantada e humanitária ideia, tratou a vereação sem demora da construção dum edificio apropriado, tendo sido escolhido o terreno onde hoje se encontra o Asilo da Mendicidade e Orfãos, que o primeiro Conde do Carvalhal cedera para esse fim pouco antes da sua morte. Os trabalhos de construção, realizados segundo o plano e projecto elaborados pelo director das obras publicas, engenheiro Vicente de

Paula Teixeira, começaram no dia 8 de Agosto de 1837, tendo o município dispendido nessa construção aproximadamente treze contos de reis. O edificio ficou quasi concluído, mas não teve a applicação para que primitivamente fora destinado. Não chegou a abrir as suas portas aos asilados porque a vereação que tomara aquella iniciativa ou a que lhe succedeu nas cadeiras camarárias abandonou a ideia da criação do asilo, por motivos que inteiramente desconhecemos.

Asilo dos Inválidos. Em 1842 estabeleceu-se nalgumas dependências do rés-do-chão do edificio da Misericórdia desta cidade, um modesto estabelecimento de caridade, a que então se deu o nome de Asilo dos Inválidos. Era uma criação adjunta á Santa Casa da Misericórdia e dirigida pelos seus corpos gerentes, mas tinha o asilo sido fundado pela Câmara Municipal do Funchal, que era a entidade official que mantinha a sustentação dos asilados, em virtude de contrato celebrado entre a mesma câmara e a administração da Santa Casa. Ignoramos quando deixou de funcionar, mas a sua existência foi de curta duração.

Projecto de um Asilo para Mendigos. O Governador Civil do distrito Dr. Domingos Olavo Correia de Azevedo, por alvará de 22 de Março de 1844, nomeou uma comissão, presidida pelo Dr. Antonio da Luz Pita e que teve como secretario Mauricio Castelo Branco, para propor os meios mais adequados á criação de um asilo destinado ao albergamento dos mendigos. Ignoramos que trabalhos chegou esta comissão porventura a apresentar, mas sabemos que o projecto do asilo não passou duma feliz e generosa ideia, e nada mais.

Asilo de Mendicidade do Funchal. Ficaram conhecidos pelo nome de ano da fome alguns meses dos anos de 1846 e 1847, em que esta ilha foi assolada por uma terrível crise commercial e agrícola, fazendo-se sentir intensivamente a fome em muitas freguesias da Madeira. Ainda na tradição local se conserva nítida a memória dessa época calamitosa. Um livro de 300 paginas, publicado em 1848, com o título de Collecção de documentos relativos á crise da fome por que passaram as Ilhas da Madeira e Porto Santo no anno de 1847, dá-nos noticia circunstanciada da calamidade que então flagelou o arquipelago. (V. Fome na Madeira em 1847).

Os pobres e mendigos enxameavam pelas ruas mais centrais e frequentadas da cidade, oferecendo um triste e desolador espectáculo aos olhos de nacionais e estrangeiros. O conselheiro José Silvestre Ribeiro, que assumira o governo do distrito em Outubro de 1846, viera defrontar-se com esta temerosa crise, que a pouco e pouco foi tomando as mais angustiosas e ameaçadoras proporções. O que então fez esse benemérito governador, afirmam-no eloquentemente as paginas do livro que acima deixamos citado.

Um dos meios de que se serviu Silvestre Ribeiro para atenuar a gravidade dessa crise foi o da criação dum asilo, que felizmente ainda existe e que, sendo uma das nossas mais prestimosas casas de caridade, é também um padrão de imorredoura glória a testemunhar a benemerencia do seu fundador. A 10 de Março de 1847, num armazém pertencente á Fazenda Nacional, que olha para a antiga rua do Mosteiro Novo e rua dos Medinas, fez o ilustre governador recolher um numero considerável de mendigos de ambos os sexos e de diversas idades, depois da Câmara Municipal ter mandado proceder ali aos indispensáveis reparos para uma instalação de character provisório. Estava fundado um asilo, que desta vez não teve a sorte dos estabelecimentos similares que entre nós anteriormente se fundaram e que conta já sessenta e dois anos de uma fecunda e proveitosa existência.

O conselheiro José Silvestre Ribeiro entregou a direcção e administração provisórias do novo asilo á Comissão da Santa Casa da Misericórdia, que ficou também encarregada de formular um projecto de estatutos para o funcionamento interno da mesma casa de caridade, tendo o benemérito governador assegurado previamente os meios de manter a sustentação dos asilados. Em breve se reconheceu que a casa da rua do Mosteiro Novo não satisfazia ao fim para que fora adaptada, e logo Silvestre Ribeiro, obtendo da Câmara Municipal a cedência do extinto convento de S. Francisco, transformou em poucos dias, com uma pasmosa actividade, a antiga habitação conventual numa casa própria para o albergamento de alguns centenaes de indigentes e mendigos.

A 27 de Março, poucos dias depois da fundação do asilo, o governador civil, acompanhado por várias autoridades e outras entidades officiais, formando um luzido cortejo, fez pessoalmente transportar cerca de 400 asilados para as novas instalações que tinham sido preparadas no convento de S. Francisco. Na antiga Praça da Constituição foi servido a todos os pobres um abundante jantar, em que José Silvestre pronunciou um sentido e eloquente discurso, que comoveu profundamente a numerosa assistência que o escutava. Foi então nomeada a comissão administrativa do novo asilo, que ficou composta do bispo diocesano D. José Xavier de Cerveira e Sousa, Fidelio de Freitas Branco, Severiano Alberto Ferraz, Vicente de Brito Correia, Antonio Machado Cota, D. Jorge da Câmara Leme e Carlos Blandy.

Poucos meses permaneceu o asilo no Convento de S. Francisco. Tudo aconselhava que a sua instalação definitiva se fizesse na casa que em 1837 a Câmara Municipal mandara expressamente construir para aquele fim. Realizou-se essa mudança, com grande vantagem material para os asilados e também para o regular

funcionamento de todos os serviços desta casa de caridade, em Dezembro de 1847.

É ocasião de darmos uma ligeira noticia da historia deste edificio. Como atrás dissemos, foi construído em 1837, não lhe tendo sido dado a applicação para que fora primitivamente erigido. Em sessão camarária de 2 de Julho de 1841, foi deliberado que a casa das Angústias se destinasse a cadeia publica, casa de correcção e tribunais judiciaes, se o governo central assim o aprovasse, não tendo este tomado qualquer resolução sobre o assunto. Havendo a aluvião de 24 de Outubro de 1842 causado importantes danificações no prédio do Largo do Pelourinho, onde se encontravam instalados os Paços do Concelho, a biblioteca municipal e a administração do concelho, resolveu a Câmara transferir estas repartições para a Casa das Angústias, depois de feitas as obras de adaptação indispensáveis, mudança que se realizou por meados do ano de 1843. São passados apenas dois anos e a Câmara Municipal toma uma nova deliberação: transferir as suas repartições para a casa do Largo da Sé, onde então estava a cadeia, a mudar esta para a Casa das Angústias. Para a nova acomodação a fazer, realizaram-se neste edificio obras muito importantes, em que se dispenderam somas avultadas.

Em virtude dos acontecimentos políticos produzidos pela revolução de Maria da Fonte, foi a Câmara Municipal do Funchal dissolvida a 25 de Junho de 1846 e substituída por uma comissão administrativa, que não acatou as deliberações da Câmara transacta, e em Julho do mesmo ano resolveu que a Casa das Angústias se applicasse não a cadeia, mas á instalação dos Paços do Concelho, que pela segunda vez para ali foram transferidos e ali permaneceram até o mês de Novembro de 1847.

A 3 de Dezembro deste ano, deliberou a Câmara ceder provisoriamente a Casa das Angústias á comissão administrativa do Asilo da Mendicidade, tendo este sido ali definitivamente instalado a 8 do mesmo mês e ano.

A cedência de 1848 foi declarada definitiva em sessão da Câmara Municipal de 29 de Maio de 1913, tendo esta deliberação sido confirmada pela Junta Geral em officio de 21 de Junho do mesmo ano.

A epidemia colérica, que em 1856 vitimou entre nós cerca de dez mil pessoas, deixou na orfandade e ao desamparo muitas centenas de crianças, para as quais era indispensável procurar conveniente abrigo e agasalho. O governador Gromicho Couceiro, que tão assinalados serviços prestou á Madeira naquela calaminosa época, conseguiu, depois dos necessários reparos, adaptar algumas dependências do extinto convento de S. Francisco á instalação dum Asilo exclusivamente destinado ao albergamento de crianças,

ficando a sua direcção a cargo da comissão administrativa do Asilo de Mendicidade. Juntaram-se mais tarde os dois Asilos e daí proveio o nome dado ao estabelecimento das Angústias de Asilo da Mendicidade e Orfãos do Funchal.

A reunião dos dois asilos realizou-se por meados do ano de 1862, devido principalmente á falta de recursos para se manterem separadamente os dois estabelecimentos de caridade.

O asilo ficou devendo ao governador civil Jacinto Antonio Perdigão serviços muito assinalados, que o tornam um dos seus mais ilustres bemfeitores, depois do conselheiro Silvestre Ribeiro. Este estabelecimento pio não tinha bens próprios e vivia exclusivamente da caridade publica, o que lhe acarretava uma administração embaraçosa e cheia de perigos para a sua existência futura. O governador Perdigão, reunindo varias receitas das confrarias extintas e forçando a Câmara do Funchal ao pagamento duma divida de que o asilo era credor, criou-lhe um fundo permanente, sendo primeiramente indispensável dar-lhe capacidade jurídica, com a elaboração e aprovação pelo governo central duns estatutos, que foram a sua primeira lei orgânica e que têm a data de 24 de Março de 1866. Esse primeiro núcleo dos fundos do asilo, criado em 1864 por Perdigão, foi de cinco contos de reis em títulos da divida publica, a que pouco depois fez acrescentar a propriedade de um avultado numero de horas de água de irrigação das levadas da Cruzinha, da Serra e de S. Jorge. Devido aos diligentes esforços do mesmo governador, tinha o asilo em 1866 a importância de 7.250\$000 reis em inscrições, que produziam o rendimento anual de 239\$250 reis. Este fundo, em títulos da divida publica, tinha-se elevado em 1870 a 9.450\$000 reis.

As receitas do asilo relativas ao ano económico de 1869 a 1870 foram de 3.250\$000 reis e no ano immediato de 4.142\$000 reis, não tendo aumentado, mas havendo por vezes diminuído, nos dez anos seguintes.

Entre os grandes bemfeitores do Asilo, não deve também ser esquecida a condessa do Ribeiro Real, que legou a este estabelecimento de caridade a quinta Esmeraldo, situada á freguesia de S. Martinho, e uma parte do mobiliário do palácio de S. Pedro, o que perfaz um total de cerca de 300 contos. A condessa do Ribeiro Real, que era filha do segundo conde de Carvalhal (V. este nome), faleceu nesta cidade a 29 de Julho de 1921.

Asilo dos Velhinhos. Foi fundado em Agosto de 1900, devido aos esforços dos falecidos prelado

diocesano D. Manuel Agostinho Barreto e padre Antonio José de Macedo. Esteve primeiro num prédio á Calçada do Socorro, mas não podendo este edificio comportar mais de quarenta velhinhos, passou o asilo para uma grande casa na Rua das Hortas, onde ainda se conserva.

O Asilo dos Velhinhos abrigou a princípio vinte e cinco pobres, mas em 1910 tinha setenta e cinco asilados, sendo vinte e cinco do sexo masculino e cinquenta do feminino. Os serviços da casa eram desempenhados por seis religiosas, duas portuguesas e quatro estrangeiras, as quais eram coadjuvadas por alguns dos asilados de mais vigor.

Tendo sido ordenada a expulsão das Irmãzinhas dos Pobres em seguida á proclamação da Republica, resolveu a Junta Geral tomar a seu cargo o custeio do Asilo, estando os seus serviços entregues agora a empregados pagos pela mesma corporação.

O mobiliário encontrado em 1910 na casa do Asilo foi todo vendido em hasta publica, sendo parte dele arrematado pela Junta Geral, que lhe deu a aplicação que anteriormente tinha.

Asilo de Artes e Officios. Quando em fins do ano de 1910 e princípios de 1911 grassou na Madeira a epidemia da colera-morbus, surgiu a ideia da fundação dum Asilo de Artes e Officios, especialmente destinado ao albergamento dos menores que a epidemia deixara orfãos e ao desamparo. Foi o Dr. José Alfredo Mendes de Magalhães, que então desempenhava entre nós o cargo de Alto Comissário da Republica, que concebeu essa generosa iniciativa e chegou a lançar as primeiras bases para a sua fundação. Uma subscrição publica e outros donativos foram os fundos então adquiridos para essa criação, fundos que atingiram a importância de 16:995\$120 reis e que em Junho de 1917, com os juros acumulados, prefizeram a quantia de 22:000\$000 reis. Por esta ocasião, a gravissima crise provocada pelo conflito europeu, levou a comissão administrativa desses fundos a ceder os rendimentos deles ao Asilo da Mendicidade e Orfãos do Funchal para atenuar a situação angustiosa por que passava esta tão simpática e útil instituição.

O Asilo de Artes e Officios não chegou a fundar-se, e a comissão administrativa dos respectivos fundos, que era composta do governador civil, general Norberto Teles e major J. Reis Gomes, pensou em cedê-los ao Asilo da Mendicidade e Orfãos para a construção dum pavilhão destinado a oficinas e o remanescente para aumentar os fundos do mesmo Asilo, para o que teve o parecer favorável do Dr. Alfredo de Magalhães.

Assembleia dos Unicos do Funchal. V. Academias.

Assistência a Crianças Fracas. Esta associação foi fundada em 1908, devido á iniciativa de algumas senhoras do Funchal, e tem estatutos aprovados por alvará do Governador Civil do Distrito de 24 de Outubro de 1908. Tem por fim o estabelecimento de dispensários para fornecimento de leite e medicamentos a crianças pobres e doentes, que não tenham mais de doze anos, o internato das mesmas crianças quando não tenham mães, ou que tendo-as as não possam criar, fazer propaganda da hygiene infantil, etc.

Esta benemérita instituição dispendeu no ano económico de 1916 a 1917 a importância de 1:090\$220 reis. A sua direcção lidava no empenho de criar um Jardim da Infância, destinado a recolher as crianças abandonadas nas ruas ou encerradas em casa, em quanto as mais se entregam aos seus trabalhos diários fora das suas habitações.

Assobiadouro. Eminência no Paul da Serra perto da qual têm origem as fontes do Rabaçal.

Associação Académica do Funchal. Esta extinta sociedade académica foi inaugurada no dia 1 de Dezembro de 1884, numa das salas do Palácio de S. Lourenço, discursando por essa ocasião o falecido Marcelino Ribeiro de Mendonça, então aluno do liceu do Funchal. O jornal O Académico era órgão da mesma sociedade.

Associação Católica do Funchal. Foi fundada em 1874. Os seus estatutos foram aprovados pelo chefe superior do distrito por alvará de 10 de Agosto de 1874 e receberam a aprovação da autoridade eclesiástica diocesana por provisão de 21 de Agosto do mesmo ano. Depois da Associação Comercial e da Associação de Socorros Mutuos 4 de Setembro de 1862 é actualmente a mais antiga das agremiações existentes nesta cidade.

Associação Comercial do Funchal. É a Associação Comercial do Funchal uma das mais importantes e também a mais antiga de todas as colectividades existentes nesta cidade. A historia desta prestante agremiação constitue também a historia da nossa vida económica no longo período de oitenta e quatro anos, pois os assuntos que mais de perto interessam ao commercio e indústrias madeirenses têm encontrado nela o seu mais estrénuo defensor, pondo incondicionalmente a favor deste arquipelago todo o prestígio, influencia e crédito de que merecidamente goza no nosso meio. Terá havido alguma rara excepção, que apenas servirá para confirmar a regra comum.

O governador da Madeira Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque nomeou a 7 de Julho de 1835 a comissão que devia proceder á organização e definitiva instalação da Associação Comercial, e que era composta de João Shortridge, João Coelho de Meireles, Roque Caetano de Araújo, José Phelps e o Dr. Alexandre de Oliveira. Esta comissão reuniu-se a 10 de Julho, nomeando seu presidente João Shortridge, e procedeu sem demora aos trabalhos de que fora encarregada, encontrando em todo o commercio o mais decidido apoio para a realização duma ideia, que vinha já do tempo do absolutismo.

A instalação definitiva desta agremiação só se realizou a 20 de Janeiro de 1836 numa casa á rua da Alfândega, que tinha então o n.º 18 de policia, e nesse mesmo dia se procedeu á eleição da sua direcção, que ficou composta de João Shortridge, presidente, Roque Caetano de Araújo, vice-presidente, e dos vogais José Maria Bernes, João Antonio de Gouveia Rego, Joaquim Monteiro de Afonseca, Guilherme Grant, João Coelho de Meireles e João Crisostomo Ferreira Usel. Teve como seu primeiro secretario Alexandre Luiz da Cunha, professor de línguas e conhecido jornalista no seu tempo.

Foi no próprio dia da sua definitiva instalação e eleição da mesa gerente, que se discutiram e aprovaram os estatutos, que obtiveram aprovação do governo central por carta régia de 12 de Março de 1836. Sofreram estes estatutos algumas modificações, e na assembleia geral de 15 de Dezembro de 1887 foram profundamente alterados, recebendo a respectiva aprovação por alvará régio de 11 de Maio de 1888. Estes estatutos constituem presentemente a lei orgânica desta prestimosa associação.

Damos a seguir a lista dos cavalheiros que desde a sua fundação têm presidido aos destinos da Associação Comercial do Funchal. - São eles: João Shortridge (1835-1839) João A. de Gouveia Rego (1839-1841), Roque Caetano de Araújo (1841-1842), João Coelho de Meireles (1842-1843), Guilherme Grant (1843-1845),

Dr. Alexandre de Oliveira (1845-1847), Edmond Ellicot (1847-1850), Roque Caetano de Araújo (1850-1852), Guilherme Grant (1852-1853), João Antonio de Gouveia Rego (1853-1856), Antonio J. Marques Bastos (1856-1857), Carlos Blandy (1857-1875), Silvano de Freitas Branco (1875-1883), Dr. George Sattler (1883-1886). Dr. Manuel José Vieira (1886-1888), João B. Blandy (1888-1889), Carlos Bianchi (1889-1892), Dr. Manuel José Vieira (1892-1893), Francisco José Nogueira Guimarães (1893-1895), Manuel Antonio da Silva Passos (1895 - 1897), Henrique A. Vieira de Castro (1897-1900), Jacob Abudarham (1900-1904), Luiz Gomes da Conceição (1904-1911), Luiz Fialho de Alvelos (1911-1916), Francisco Meira, (1916-1919), Tenente Coronel Antonio Bettencourt da Camara (1919-1920), Dr. Rui Bettencourt da Câmara (1920-1922), Henrique Augusto Vieira de Castro (1922-1926), José Quirino de Castro (1926-1934), Dr. Juvenal Henriques de Araújo, actual Presidente.

Em 1936, a Associação Comercial do Funchal solenizou o 1.º centenário da sua fundação, com diversas e brilhantes comemorações que se realizaram de 26 a 30 de Maio daquele ano. Entre os números comemorativos, figuraram uma sessão solene na Associação Comercial, uma festa de confraternização em benefício da Escola de Artes e Ofícios, conferencias sobre as principais indústrias regionais, e exposições de flores, bordados, vinhos, embutidos, manteiga, artigos de cimento, etc.. Fez-se também uma emissão de quatro selos comemorativos.

Veio expressamente por essa ocasião, a esta ilha o presidente da Associação Industrial Portuguesa, José Maria Alvares, que trouxe também a representação da Associação Comercial de Lisboa e da Associação Comercial do Porto, com a entrega de especiais mensagens saudação. Veio igualmente á Madeira, por essa ocasião, o Sr. Luiz Teixeira, redactor do “Diário de Noticias”, de Lisboa.

A imprensa, tanto do Funchal como de Lisboa, aludiu á passagem deste aniversário e á forma como ele foi comemorado, com as mais elogiosas referências.

Associação das Damas de Caridade. Foi fundada em Janeiro de 1876, tendo sido os seus iniciadores o capelão da igreja de S. Luiz de Lisboa, e a Superiora do Hospício da Princesa D. Maria Amelia, do Funchal. Os fins principais desta associação são proteger e socorrer no domicilio as pessoas pobres e doentes, e nomeadamente as mães que por falta de meios não possam amamentar seus filhos.

Associação de Protecção e Instrução do Sexo Feminino Funchalense. Com o título de Instituição de Ouro, publicou em 1878 o ilustre escritor D. Antonio da Costa um opúsculo, que depois incluiu na sua notável obra Auroras de Instrução em Portugal, em que faz a largos traços e com bem merecido elogio a descrição da fundação e intuits humanitários da Associação de Protecção e Instrução do Sexo Feminino Funchalense, que se estabeleceu no Funchal a 10 de Março de 1875.

Era uma associação de socorros mútuos, devida á iniciativa do Dr. João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, depois Conde do Canavial, que infelizmente não teve larga duração e que constituiu a primeira tentativa do estabelecimento duma agremiação destinada a socorrer a mulher madeirense na sua doença ou na sua velhice.

Um ano depois, esta associação abria uma escola-modêlo com aulas e oficinas, a que se refere com verdadeira admiração e entusiasmo o citado escritor D. Antonio da Costa, um dos homens que mais pugnaram e mais trabalharam pelo desenvolvimento da instrução em Portugal. No fim de um ano, contava já oitocentas associadas, tinha arrecadado 2:500\$000 de receita, distribuía subsídios e medicamentos e mantinha uma escola verdadeiramente modelar, em que além do ensino primário se ministrava também o ensino industrial e profissional elementar.

Era muito para tão curta existência e foi em parte devido a essa circumstancia que a, por tantos títulos benemérita associação, não teve uma longa duração.

Os estatutos foram redigidos pelo Dr. Câmara Leme e aprovados pela autoridade superior do distrito, por alvará de 14 de Abril de 1875. O governo central, por portaria de 30 de Agosto de 1876, louvou o Dr. Câmara pela sua feliz iniciativa, e raras vezes um documento official tem prestado um tão publico e merecido testemunho á verdade e á justiça como nesta ocasião.

Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1862. A absoluta falta de espírito associativo e de uma iniciativa eficaz para a organização, no nosso meio social, de quaisquer

agregações, e muito particularmente para a fundação de associações de beneficência ou de socorros mútuos, constitua, em época ainda recente, uma verdade que tinha já passado em julgado e que ninguém certamente poderia com fundamento sério contestar. Era um tema obrigado da antiga imprensa local, que, de quando em quando, baldadamente se esforçava por abalar a opinião publica, combatendo a ignorância, a rotina e a condenável desconfiança que avassalavam o espírito dos nossos patrícios para todas as ideias novas, embora as mais filantropicas e altruístas. Felizmente que o espírito publico se deixou influenciar por essas ideias, sobretudo as que dizem respeito aos princípios do mutualismo, que já entre nós lançou profundas raízes e tem até produzido os mais salutaes e apreciados resultados. Queremos acreditar que o resto do país não tenha neste ponto avançado muito mais do que nós, mas é certo que o nosso atraso era manifesto se o tivéssemos de pôr em confronto com o que se passava no estrangeiro.

As tentativas vêm de longe, mas durante longos anos resultaram sempre infrutíferas ou o que vale o mesmo, de resultados pouco apreciáveis ou quasi nulos. É certo que várias associações de caracter científico, literário ou artístico se organizaram entre nós, em épocas relativamente afastadas, tendo algumas delas deixado de si honrosas tradições. Já no artigo Academias nos referimos á Assembleia dos Únicos do Funchal e á Arcadia Funchalense, que funcionaram no terceiro e ultimo quartel do século XVIII, e teremos ainda que fazer referência especial á Sociedade patriótica existente em 1834, á Sociedade Funchalense dos Amigos das Sciencias e Artes fundada em 1821 e ainda a outras. Mas nenhuma destas sociedades se dirigia a um fim meramente humanitário ou ao exercício da beneficência entre os seus membros e a que recentemente e com mais propriedade se chama de socorros mútuos.

Creemos que por 1840, ou pouco depois, algumas diligências se empregaram para a fundação duma associação destinada a socorrer os seus membros na sua doença e na sua invalidez, mas parece-nos que não conseguiu ter uma regular organização e menos ainda chegou a funcionar.

A paginas 500 do tomo segundo da Epocha Administrativa vemos que em 1850 o illustre governador civil deste distrito, José Silvestre Ribeiro, lançou talvez pela primeira vez entre nos a ideia do verdadeiro mutualismo, inspirando e mostrando a necessidade da criação duma associação especialmente destinada aos artífices e operários funchalenses, e indicando desde logo as bases gerais em que a mesma associação deveria ser fundada. Algumas tentativas se fizeram para transformar esta ideia numa realidade, chegando a ter lugar uma grande reunião para esse fim, mas por motivos que desconhecemos saíram inteiramente infrutuosas as diligências então empregadas.

A epidemia colérica que no terceiro e ultimo trimestre de 1856 vitimou nesta ilha, segundo os dados oficiais, cerca de seis mil pessoas, mas que informações doutra procedência fizeram elevar a dez mil, despertou a ideia, passado o pânico daquela grande calamidade publica, da fundação duma sociedade que visava não somente a exercer o mutualismo entre os seus associados, mas ainda a socorrer as consortes viúvas e os filhos orfãos dos sócios falecidos. Segundo vemos no numero 13 do jornal A Madeira, que nesta cidade se publicou de Abril de 1857 a Janeiro de 1858, instalou-se essa agremiação a 17 de Dezembro de 1856 com o nome de Sociedade de beneficência do Funchal. Ignoramos em que bases se moldou a sua lei orgânica, sabendo nós apenas que não teve larga duração. Uma nova tentativa, mas ainda desta vez sem resultados apreciáveis, se fez para a fundação duma agremiação de socorros mútuos, que chegou a instalar-se no dia 29 de Dezembro de 1858 com o nome de Associação dos Artistas Madeirenses e com a assistência de cerca de quatrocentos operários e de muitas pessoas categorizadas da sociedade funchalense, tendo por essa ocasião o distinto professor e ilustre madeirense Marceliano Ribeiro de Mendonça proferido um notabilissimo discurso.

Vão finalmente produzir frutos abençoados as ideias dispersamente lançadas durante largos anos neste ingrato e sáfaro terreno do arquipelago madeirense. Os princípios do mutualismo germinam, desenvolvem-se e frutificam ao impulso criador de alguns homens cheios de fé e entusiasmo, que não se poupando a sacrificios e arrostando com dificuldades quasi insuperaveis, conseguiram a fundação duma sociedade que, sendo um verdadeiro motivo de orgulho para a nossa terra, é também uma das mais florescentes e importantes associações de socorros existentes no nosso país. Foi no ano de 1862 que, a 4 do mes de Setembro, numa casa á rua da Bela Vista, moradia do comerciante e proprietário Henrique José Maria Camacho, se lançaram as bases duma agremiação, que primitivamente teve a denominação de Associação de beneficência do Funchal e a que depois foi dado o nome, que ainda conserva de Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1862. Foi Henrique Camacho quem concebeu a ideia desta fundação e quem lhe imprimiu o movimento inicial da sua instalação, dedicada e eficazmente auxiliado por outros individuos, entre os quais é de inteira justiça salientar os nomes de Fernando José Rodrigues, empregado na nossa alfândega, e de Pedro Julio de Gouveia, um inteligente e activo operário, que prestou á nascente sociedade os mais assinalados e relevantes serviços. Foram vinte e sete os seus sócios fundadores, que eram artífices na sua quasi totalidade, conservando-se ainda hoje os seus retratos na sala das sessões, ali colocados em 1872 como preito de inteira justiça prestado aos iniciadores de tão prestimosa e benemérita associação.

Tem sido de sorte varia a direcção e administração dos negócios desta agremiação, especialmente em épocas não muito recentes, mas o estabelecimento da Caixa Económica e o zelo dos corpos gerentes dos últimos tempos puderam vencer e neutralizar os erros e deficiências anteriormente havidos.

Em 1872, dez anos depois da sua fundação, tinha esta sociedade mil setecentos e trinta sócios e cerca de 15 contos de reis de fundos. Dez anos mais tarde, em 1882, o numero de sócios elevava-se a dois mil quatrocentos e sessenta e um e os seus fundos atingiram a importância de 31 contos de reis. Este fundo estava em 1890 reduzido a 21 contos de reis, porque a administração pouco cuidada e menos zelosa dos seis anos anteriores tinha deixado que as despesas excedessem as receitas e assim se criasse á associação uma situação embaraçosa e cheia de perigos, que pôde felizmente ser conjurada com as enérgicas medidas que então se adoptaram.

São passados 40 anos após a fundação e esta sociedade conta, em 1902, mil quatrocentos e setenta sócios e aproximadamente 104 contos de reis de fundos, que, dez anos mais tarde, isto é, em 1912, atingiram a quantiosa soma de 182 contos de reis. Pelo ultimo relatório publicado respeitante á gerencia do ano de 1918, computam-se em 248 contos de reis os fundos desta florescente agremiação.

Além do zelo e dedicação que muitos dos corpos gerentes têm desenvolvido a favor da associação, é incontestável que as suas prosperidades e a situação desafogada em que se encontra se devem principalmente á Caixa Económica, que adjunta a ela funciona desde o ano de 1878. E este o factor mais poderoso do seu progresso nos últimos anos. É hoje uma acreditada instituição de credito, que goza do maior prestigio e da maior confiança no nosso meio social. A iniciativa desta fundação deve-se ao distinto madeirense o conselheiro Manuel José Vieira, que, neste como em outros assuntos da maior gravidade e importância para a associação, lhe prestou os mais relevantes e desinteressados serviços, sendo dela um dos mais beneméritos e prestimosos membros. A colocação do seu retrato na sala nobre da associação representa talvez o mais perfeito acto de justiça que ali se tem tributado aos sócios que melhores e mais assinalados serviços hajam prestado àquela agremiação. A Caixa Económica rendeu no ano de 1918 a importância aproximada de 20 contos de reis, que é muito avultada para o nosso meio, onde existem vários estabelecimentos de credito da maior respeitabilidade e em que o publico deposita a mais inteira confiança. Bom é notar aqui que a criação desta Caixa Económica representa a primeira tentativa que neste género se fez entre nós e que foi coroada do melhor exito, embora nos primeiros anos da sua existência fosse pequeno o seu movimento e muitos se mostrassem pouco inclinados a realizar transacções nesta casa de credito. Era uma instituição nova e dai o retraimento e as duvidas que uma parte do publico manifestava

infundadamente acerca da confiança que ela lhe inspirava.

O edifício em que se acham instalados os escritórios, consultórios médicos e outras dependências desta prestante agremiação fica situado na rua de João Tavira e é propriedade da mesma associação. Foi adquirido no mês de Dezembro de 1889 pela importância de 6:562\$377 réis.

Na sala das sessões da assembleia geral encontram-se como acima dissemos, os retratos dos fundadores e também os retratos dos sócios Manuel José Vieira, João da Silva, Guilherme Pedro de Melim e José Augusto da Silva por relevantes serviços que prestaram á associação.

Conservou durante trinta e três anos o nome de Associação de Beneficencia do Funchal, passando em 1895 a ter a denominação de Associação 4 de Setembro de 1862 que é a data da sua fundação, em virtude das disposições dos estatutos de 21 de Dezembro de 1894.

Os primeiros estatutos desta associação foram aprovados por alvará régio de 5 de Janeiro de 1863. Têm sido sucessivamente reformados em conformidade com os progressos dos princípios mutualistas e com as necessidades ocasionais da mesma agremiação. As datas dos diplomas que aprovaram as diversas reformas de estatutos são respectivamente de 1 de Fevereiro de 1879, 2 de Maio de 1888, 21 de Dezembro de 1894 e 9 de Outubro de 1907.

Associação Filantropica dos Estudantes do Funchal. Tem estatutos aprovados pelo chefe superior do distrito, por alvará de 13 de Maio de 1892.

Associação Madeirense promotora do Bem Publico e do Auxilio Mútuo. Foi fundada em 1877, devido á iniciativa do Dr. João da Câmara Leme, depois Conde do Canavial e teve curta duração.

No projecto dos seus estatutos dava-se aos associados o direito ao empréstimo de dinheiro pelo cofre da associação, ao juro de cinco por cento.

Associação Protectora de Estudantes Pobres. Constituiu-se em 1894, e tem estatutos aprovados pelo Governador Civil em 26 de Abril de 1897. Tem por fim, fornecer subsidios, livros e matrículas a estudantes pobres que frequentem o liceu ou as escolas especiais ou superiores.

Associação Protectora dos Estudantes Pobres. Numero único dum jornal publicado em Julho de 1907, comemorando o aniversário da fundação desta benemérita associação.

Associação Protectora dos Pobres. Foi fundada em 1889, por iniciativa do então Governador Civil D. João de Alarcão Velasques Osorio, e tem por fim principal distribuir alimentos aos pobres e doentes. Os estatutos desta associação foram aprovados pelo mesmo governador, por alvará de 2 de Maio de 1880.

Associação Vinícola da Madeira (Real). Esta associação, fundada em 1900, durou pouco tempo, tendo-lhe concedido a Câmara Municipal o subsidio anual de 100\$000 reis, em sessão de 11 de Outubro desse ano.

Em 12 de Julho de 1909 houve uma reunião para se tratar da organização de uma companhia ou associação vinícola na Madeira, mas a pesar da boa vontade manifestada por alguns proprietários a companhia não chegou a ser estabelecida, continuando portanto a ilha a sofrer os funestos efeitos da fatal decadência do preço dos seus vinhos.

Já em 6 de Maio de 1774 se pensava na criação duma companhia vinícola na Madeira, pois que nessa data foi lido em sessão da Câmara Municipal um officio em que se aludia ás vantagens que resultariam para a nossa ilha, da constituição duma empresa ou sociedade que pugnassem pelos interesses da vinicultura madeirense.

Associações de Classe. Temos conhecimento das seguintes, todas com sede no Funchal:

Associação Comercial. Foi fundada em 1835 pelo comerciante João Shortridge, teve os seus primeiros estatutos aprovados em 12 de Março de 1836, e rege-se presentemente por novos estatutos, aprovados em 11 de maio de 1888.

(V. Associação Comercial).

Ateneu Comercial do Funchal. Teve os seus estatutos aprovados por alvará de 22 de Dezembro de 1899 e instalou-se a 8 de Dezembro de 1898.

Gremio dos Empregados do Comercio Funchalense. Fundou-se em 6 de Janeiro de 1908, e tem estatutos aprovados por alvará de 17 de Fevereiro de 1912.

Associação de Vendedores de Viveres a Retalho. Constituiu-se em 28 de Janeiro de 1912, e teve os seus estatutos aprovados em 13 de Janeiro do mesmo ano.

Associação dos Industriais Madeirenses. Foi fundada em 1909, e tem estatutos aprovados por alvará de 29 de Novembro do mesmo ano.

Associação de Classe dos Industriais Madeirenses. Fundada em 20 de Setembro de 1897. Tem estatutos aprovados por alvará régio de 29 de Novembro de 1900.

Associação dos Trabalhadores Marítimos do Funchal. Tem estatutos aprovados por alvará de 24 de Agosto de 1912.

Associação dos Fabricantes de Calçado do Funchal. Os seus estatutos foram aprovados por alvará de 4 de Abril de 1905.

Associação dos Manipuladores de Pão do Funchal. Fundou-se em 1 de Julho de 1912, e tem estatutos aprovados por alvará de 24 de Agosto do mesmo ano.

Associação dos carpinteiros e artes correlativas. Foi fundada em 4 de Junho de 1899, e rege-se por estatutos aprovados por alvará de 26 de Outubro de 1900.

Associação dos “Chauffeurs” da Madeira. Tem estatutos aprovados por alvará de 20 de Setembro de 1913, e ficou instalada em 26 de Outubro do mesmo ano.

Associação dos Pedreiros do Funchal. Abriu matrícula para os seus associados a 2 de Dezembro de 1912.

Associação dos serralheiros e Artes Correlativas do Funchal. Foi fundada em 5 de Abril de 1913.

Associação dos Tanoeiros do Funchal. Constituiu-se em 19 de Julho de 1913, e teve os seus estatutos

aprovados em 17 de Fevereiro de 1917.

Associação dos trabalhadores Braçais. Os seus estatutos foram aprovados em 24 de Fevereiro de 1917.

Associação dos Empregados do Comercio Madeirense. Tem estatutos aprovados por alvará de 10 de Outubro de 1916.

Associação dos Trabalhadores Agrícolas. Rege-se por estatutos aprovados por alvará de 25 de Maio de 1918.

Associação dos Proprietários da Madeira. Votou os seus estatutos em 9 de Março de 1918.

Associação dos Industriais de Destilação da Madeira. Foi fundada em 1918.

Liga das Artes Graficas do Funchal. Foi fundada em 24 de Outubro de 1915.

Outras associações se criaram posteriormente a esta época, mas de que não conseguimos obter noticia.

Associações de Socorros Mútuos. Conhecemos no Funchal as seguintes, além da Associação de Socorros Mútuos “4 de Setembro de 1862”, de que já falámos no lugar competente:

1.º Associação de Socorros Mutuos dos Sapateiros Funchalenses. Foi fundada em 5 de Maio de 1895, tendo os seus estatutos sido aprovados por alvará de 16 de Julho de 1896.

2.º Associação de Socorros Mútuos “Monte-Pio Maritimo Funchalense”. Foi fundada em 1900, sendo os seus estatutos aprovados por alvará de 24 de Dezembro de 1901.

3.º Associação de Socorros Mútuos do Sexo Feminino do Funchal “15 de Setembro de 1901”. Foi fundada em 15 de Setembro de 1901 e o alvará que aprovou os seus estatutos tem a data de 15 de Janeiro de 1903. Estes estatutos foram reformados e aprovados por alvará régio de 26 de Dezembro de 1905.

4.º Associação de Socorros Mutuos “Monte-Pio Madeirense”. Foi fundada em 28 de Março de 1904 por vinte e oito membros de diversas classes sociais, e os seus estatutos foram aprovados por alvará de 23 de Janeiro de 1905. Foram reformados os estatutos e obtiveram aprovação por alvará de 31 de Maio de 1913. Tem anexa uma caixa económica, cuja criação foi aprovada por alvará de 7 de Setembro de 1907.

5.º Associação de Socorros Mutuos “Reforma dos Operários Madeirenses”. Foi organizada em 31 de Julho de 1904 e legalizada por alvará de 16 de Março de 1905. Admite indivíduos de ambos os sexos.

6.º Associação de Socorros Mutuos “Pedro Alvares Cabral”. Foi instituída em 1916 e legalizada por alvará de 13 de Janeiro de 1917. Admite indivíduos de ambos os sexos.

V. Associação Philantropica dos Estudantes do Funchal Associação Madeirense promotora do Bem Publico e Associação de Protecção e Instrução do Sexo Feminino.

Assomadouro, Sítio da freguesia dos Prazeres, de onde se descortina uma bela paisagem da costa marítima, que se alarga desde o Jardim do Mar até á freguesia da Fajã da Ovelha.

Assunção (Dr. Manuel da). Este conhecido político e estadista foi eleito deputado pela Madeira para a sessão parlamentar de 1892 a 1893. Tendo falecido a 23 de Março de 1893, no exercício deste cargo, foi chamado a preencher esta vacatura o candidato mais votado, o Dr. Antonio Vicente Varela. Manuel da Assunção nasceu em Vila Real a 10 de Maio de 1844.

Assunção (Fr. Remigio da). Era natural da freguesia de Santa Cruz e cremos que pertencia á nobre familia Freitas, que nesta ilha teve por tronco a Gonçalo de Freitas. Pouco sabemos da sua biografia, mas pelos cargos importantes que desempenhou, devemos supor que seria um homem de incontestaveis merecimentos. Foi religioso da ordem beneditina e exerceu o elevado cargo de geral do mosteiro de Alcobaça, que então só era desempenhado por pessoa qualificada em letras e virtudes, estando inerentes a este lugar especiais privilégios e regalias, e ainda a jurisdição sobre todas as casas religiosas daquela ordem em Portugal. Foi deputado da inquisição em Coimbra e compôs algumas obras em latim e português, que vem mencionadas na Bibliotheca Lusitana. Morreu em 1654.

Astrónomos franceses. Em fins de 1753 ou princípios de 1754 esteve no Funchal uma comissão de astrónomos franceses encarregada de proceder a observações para a regularização das cartas hidrograficas. O governador obsequiou os astrónomos, mas o povo recebeu-os agressivamente, sendo preciso empregar a força para o fazer entrar na ordem.

Atafona. Moinho caseiro usado até há poucos anos na ilha do Porto Santo. A instalação fazia-se na

cozinha da casa, e um burrico lhe fornecia a força propulsora.

Ataíde. Foi apelido antigo na Madeira, mas que hoje nos parece extinto ou quasi extinto. Procedia de Mem Moniz, que era filho de Egas Moniz. O primitivo solar desta família era na freguesia de Ataíde, na diocese do Porto.

Ataíde (Berta de). V. Almeida (D. Maria Helena Jervis de Atouguia e).

Ataide (Dr. Joaquim de Menezes e). Este prelado nasceu na cidade do Porto a 20 de Setembro de 1765 e professou na ordem de Santo Agostinho em 1781, revelando-se nos seus estudos um privilegiado talento, com notável aptidão para as letras. Foi nomeado sucessivamente cronista do Infantado, reitor do colégio de Santo Agostinho de Lisboa, arcebispo titular de Meliapor e vigário capitular e governador da diocese do Funchal.

A sua nomeação para vigário capitular e governador do bispado do Funchal em Julho de 1811, deu lugar a um conflito entre o cabido da nossa Sé e o Governo Central, e a maneira como dirigiu os negócios desta diocese foi diversamente apreciada, para o que não pouco concorreu o facto de se ter envolvido activamente em questões políticas, sustentando luta porfiosa com o então governador e capitão general da Madeira, Sebastião Xavier Botelho.

Prestou assinalados serviços á Santa Casa da Misericórdia do Funchal, devendo-se-lhe a construção do aqueduto da Fundoa, em S. Roque, até o Funchal, e a redacção do regulamento do hospital, que no seu tempo passava por ser o mais completo e perfeito que existia no país. Foi por este e outros assinalados serviços que na sala das sessões da Santa Casa foi colocado, e ainda hoje lá se encontra, um retrato seu a óleo, de tamanho natural.

Em 1821 teve de abandonar precepidamente esta diocese, onde não mais voltou, sendo nomeado nesse mesmo ano bispo de Elvas. Em 1826 foi nomeado Par do Reino.

Recesso das perseguições do governo de D. Miguel, saiu de Portugal em viagem para o estrangeiro em 1828, vindo a morrer da peste em Gibraltar, a 5 de Novembro desse mesmo ano. Foi um distinto cultor da musica, sendo as suas composições ainda hoje muito apreciadas, e também um distinto escritor, como pode ver-se no Diccionario Bibliographico de Inocencio Francisco da Silva.

São-lhe atribuídas quasi todas as composições poéticas e dramáticas que foram publicadas por Luiz José Baiardo, que durante alguns anos lhe serviu de secretario.

O Jornal, desta cidade, publicou uma interessante biografia do bispo D. Fr. Joaquim de Menezes e Ataíde.

Atalaia. Publicaram-se 88 números, de 5 de Maio de 1892 a 15 de Abril de 1893.

Atalaia da Liberdade (A). Deu o primeiro numero a 24 de Abril de 1823 e o sexto a 29 de Maio do mesmo ano. Era semanal e teve como principal redactor o morgado Diogo Dias de Ornelas e Vasconcelos. Foi o terceiro periódico que se publicou nesta cidade.

Atalaia (Pico da). Eminência de maior altitude na Selvagem Grande, a cento e cinquenta metros sobre o mar e talhada a pique sôbre a costa ocidental da ilha. Constitue um cone vulcanico seccionado pelo oeste; e, segundo observações recentes, na sua constituição geológica entram diversas rochas, entre as quais avultam na base, por um lado fonolites decompostas onde vão assentar basaltos compactos, e por outro fonolites perfeitas, servindo de suporte a estratos horizontais de tufos vulcanicos. Sobre este conjunto depositaram-se massas de limburgite mais ou menos escoriacea, de tom avermelhado, as quais formam o remate superior do Pico. O aspecto deste cone, em grande parte já derruído, parece levar á conclusão de ter sido, em eras remotissimas, uma das crateras por onde se ejacularam os materiais que hoje formam a Selvagem grande.

Atanasio (Baixa do). Restinga ou baixio situado nas proximidades da enseada de Câmara de Lobos.

Athenista (O) Publicou-se quinzenalmente, de 29 de Maio de 1913 a 30 de Agosto de 1914, saindo trinta numeros.

Athias (Dr. Marck). Nasceu a 11 de Dezembro de 1876 e é doutor em medicina pela Faculdade de Paris e medico cirurgião pela Escola-Médica de Lisboa, tendo feito os seus estudos secundários no liceu do Funchal, onde se revelou sempre um estudante muito distinto. Desempenha as funções de primeiro assistente no Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, de professor e bibliotecário na Faculdade de Medicina de Lisboa e de secretario na Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais. Escreveu um trabalho intitulado Anatomia da célula nervosa (Lisboa, 1905) e tem colaborado no boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, Polytechnia etc., etc..

Athleta (O). Saiu o primeiro numero a 14 de Dezembro de 1877.

Atkins (John). Cirurgião de marinha que visitou a Madeira em 1720. E.: A Voyage to Guinea, Brasil and the West Indies, Madeira, Cape Verde... (Londres 1837).

Atlantico (O) Deu o numero um a 9 de Setembro de 1918 e o numero doze e ultimo, a 25 de Novembro do mesmo ano.

Atlantida (Ilha). Segundo Platão, o celebre filosofo grego da antiguidade, a Atlantida ficava situada aquém das Colunas de Hercules, era maior que a Africa e a Asia reunidas e desapareceu no espaço de um dia e de uma noite, em virtude de uma formidável convulsão do globo.

Por largo tempo se considerou como simplesmente fabulosa a narração de Platão, mas hoje que a ciência procura estabelecer o seu dominio até sobre os pontos mais recônditos do globo, pode dizer-se que se a existência da Atlantida não adquiriu ainda foros de verdadeira, também não pode ser considerada impossível.

Refere o Sr. Termier no numero 256 do Boletim do Instituto Oceanografico de Mônaco, que tendo rebentado no verão de 1898 o cabo telegrafico que vai de Brest ao cabo Cod, notaram os indivíduos encarregados de o levantar do fundo do mar, que ele se prendia com frequência em rochas de pontas agudas arestas vivas, de que as fateixas traziam alguns fragmentos. Recolhidos e estudados estes fragmentos, reconheceu-se que pertenciam a uma lava vitrea denominada traquilite, com a composição química dos basaltos, a qual no estado em que se apresentava, só podia ter consolidado sob a pressão atmosferica.

Como as rochas a que nos referimos fôssem encontradas a três mil metros de profundidade e a novecentos quilómetros ao norte do arquipelago dos Açores, concluiu o Sr. Termier dos factos que ficam apontados, que naquela região do globo deveria ter existido um continente que depois se submergiu, continente do qual bem poderia fazer parte o referido arquipelago, o qual está situado, como se sabe, na zona vulcanica atlântica. Entre a emissão das lavas e a submersão do mesmo continente deveria ter mediado um curto espaço de tempo, pois que do contrario teria a erosão atmosférica nivelado e aplanado a superficie das rochas.

Para o professor Eduardo Forbes, todas as ilhas do Atlântico deveriam ter estado unidas numa época recente á Europa ou á Africa, e para Unger e o Dr. Heer, a hipótese da existencia da Atlantida nada oferecia de extraordinaria, pois que só ela poderia explicar satisfatoriamente as afinidades notadas pelos naturalistas entre as produções das mesmas ilhas e as dos continentes próximos.

Demonstrada, porém, como está pelos notáveis trabalhos de Darwin, que não só muitas sementes de plantas, mas também certas espécies animais podem ser transportadas pelos ventos, pelas aves e até pelas correntes marítimas a grandes distancias, desnecessário nos parece recorrer ás referidas hipóteses para explicar a presença nos arquipelagos do Atlântico, de uma fauna e uma flora variadas.

A Atlantida de Platão parece-nos diferir um tanto da Atlantida concebida pelos naturalistas, mas quer

consideremos com uma ilha essa região verdadeira ou fabulosa, quer como um prolongamento dos actuais continentes, o que parece certo é que a Madeira e as ilhas próximas nada têm que ver com ela. A estrutura geológica destas ilhas, a grande profundidade do mar que as rodeia e a ausência em todas elas dos pequenos quadrúpedes que abundam nos continentes próximos, levam-nos a crer que o nosso arquipélago é uma criação independente, e não uma relíquia de vastos territórios agora submergidos.

O que dizemos acerca da Madeira, talvez tenha aplicação aos arquipélagos vizinhos, não obstante a opinião emitida pelo Sr. Termier a respeito da origem das ilhas dos Açores. Diz este geólogo que para haver o direito de afirmar que as ilhas Canárias são fragmentos de um continente submergido, seriam necessárias certas observações locais, não realizadas até o presente.

No nosso humilde entender a hipótese formulada por alguns geólogos de que os arquipélagos do Oceano Atlântico estiveram ligados à Europa, à África e talvez à América, num período geológico recente, não vai de acordo com o que se sabe acerca dos mesmos arquipélagos, muito embora seja licito acreditar que aquele mar banhou já vastíssimas terras, que se submergiram numa época de ruínas e de cataclismos de que não é possível precisar o início nem a duração.

Atouguia. Luiz de Atougia foi dos primitivos povoadores desta ilha e talvez o primeiro que entre nós usou este apelido. Era natural de Beja e filho de Luiz Afonso de Atouguia e de D. Isabel Telo. Exerceu na Madeira o cargo de tesoureiro de D. Manuel, quando duque de Beja e grão-mestre de Ordem de Cristo. Este Luiz de Atouguia ou um seu próximo descendente teve terras de sesmaria na freguesia da Calheta, no sítio onde ainda hoje chamam o Lombo do Atouguia, a que deu o nome.

Armas: “Em campo vermelho esquartelado com uma cruz de ouro formada do campo, e em cada quarto uma flor de lis de ouro; orla do mesmo, timbre um leão nascente de ouro”.

Atouguia (Lino Nicolau). Poeta madeirense que floresceu no primeiro quartel do século XIX. Encontram-se poesias suas na Collecção d'algumas obras poeticas offerecidas ao Ill.mo e Exmo Snr. Sebastiao Xavier Botelho (Funchal, 1821).

Atouguia (Visconde de). Antonio Aluísio Jervis de Atouguia, I.º visconde de Atouguia, pertencia a uma nobre família madeirense e nasceu no sítio de S. Francisco das Furnas, estrada de Santo Antonio, freguesia de S. Pedro desta cidade, na casa do morgadio que ali possuíam os seus progenitores, no dia 7 de Julho de 1797, sendo filho de Manuel Atouguia Jervis e de D. Antonia Joana Carvalhal Esmeraldo. Foi baptisado a 13 do mês e ano referidos na capela de Nossa Senhora da Piedade, sita na Cruz do Carvalho, freguesia de S. Pedro, pelo distinto madeirense o deão João Francisco Lopes Rocha, de quem nos ocupamos neste Elucidario.

Havia próximo de Londres um colégio, de reputação europeia, conhecido pelo nome de “Old Hall Green” onde então e ainda bastantes anos depois foram educados muitos filhos das mais ilustres famílias desta ilha. Iniciado nas primeiras letras, saiu Jervis de Atouguia para Inglaterra, aos 14 anos de idade, a fim de dar entrada no afamado colégio, de que alguns dos seus parentes e conterrâneos tinham também sido alunos. Feitos ali os seus estudos- secundários, como hoje se diria, regressou á pátria, partindo para Coimbra, onde se matriculou na faculdade de matemática. Da sua aplicação como estudante, apenas sabemos que concluiu a sua formatura na mesma faculdade a 29 de Julho de 1822, tendo alcançado um prémio no primeiro ano daquele curso.

Logo em Outubro seguinte foi nomeado lente substituto da Academia de Marinha, mais tarde reformada com o nome de Escola Naval, sendo promovido a lente proprietário por decreto de 1 de Fevereiro de 1834.

As ideias liberais que professava não o tinham seguro em Portugal, e receando as perseguições de que eram vítimas muitos dos seus conterrâneos e amigos, resolveu abrigar-se á carinhosa hospitalidade do país que tão bem conhecia e onde passara alguns anos da sua juventude. Emigrando para Inglaterra em Junho de 1828, embarcou em Agosto do mesmo ano para esta ilha, em companhia de outros portugueses, a fim de reunir-se ao governador e capitão-general José Lucio Travassos Valdez, depois Conde de Bonfim, e ajudá-lo na resistência que este preparava ao ataque das fôrças absolutas. É sabido que essa resistência se não deu e que as tropas comandadas pelo general Lemos bombardearam a vila de Machico, tomando-a sem dificuldade, e puseram-se a caminho do Funchal, sendo em seguida apostado no governo da ilha o capitão de mar e guerra José Maria Monteiro, que viera a bordo da esquadra de D. Miguel.

O capitão-general Travassos Valdez, acompanhado de Jervis de Atouguia, dos portugueses que haviam chegado de Inglaterra e de outros madeirenses, refugiou-se a bordo do navio de guerra inglês Alligator, que então se achava surto no nosso porto, tendo poucos dias depois saído todos para Inglaterra.

Permaneceu aqui até fins de 1831, partindo então para a Terceira, a fim de associar-se ao movimento que naquela ilha se iniciara da libertação de Portugal das garras do absolutismo. Pouco depois da sua chegada, organizou-se em Março de 1832, uma expedição contra a Madeira, destinada a libertá-la do jugo miguelista, mas essa expedição que era comandada por Luiz Mousinho de Albuquerque, e em que tomou parte Jervis de Atouguia, foi infrutuosa nos seus resultados, não havendo sequer uma tentativa de ataque a este arquipélago pelas forças liberais, em vista da superioridade das tropas inimigas que o defendiam. Apenas Mousinho de Albuquerque e os oficiais da sua comitiva se demoraram algumas semanas no Porto Santo, regressando em seguida á Ilha Terceira.

No mês de Junho de 1832 foi Jervis de Atouguia nomeado secretario geral da província dos Açores, logar que não exerceu por muito tempo, porque o desejo ardente de unir-se aos que nas linhas do Porto combatiam pela liberdade, fê-lo pedir a demissão daquele honroso cargo e apresentar-se a D. Pedro IV, oferecendo-lhe os seus serviços. Obteve logo colocação no estado maior imperial, como capitão, sendo depois transferido para o real corpo de engenheiros e em seguida nomeado secretario militar e civil do Porto, cargo este que serviu com muita distinção.

Antonio Aluísio Jervis de Atouguia, como ajudante de ordens do general Valdez e depois do general Saldanha, entrou em quasi todos os combates que se deram até ao fim da guerra civil, distinguindo-se pelo seu denodo e valentia, nomeadamente na batalha de Almoester, pelo que foi condecorado com três graus da ordem da Torre e Espada.

Estabelecido o governo constitucional, entrou activamente na política, e ao mesmo tempo que regia a sua cadeira na Academia Real de Marinha, era eleito deputado pela Madeira em 1834 e em 25 de Julho de 1835 chamado aos conselhos da coroa, gerindo os negócios da pasta da marinha até 18 de Julho desse ano.

Em 1836 foi nomeado governador civil do Porto e no mesmo ano eleito deputado por esta cidade e pela Madeira, tendo também sido representante da sua pátria em cortes em 1837, 1842 e 1851.

Jervis de Athouguia tomou parte na revolta chamada dos marechais, que se malogrou tendo por isso emigrado para Inglaterra, mas voltando a Portugal em 1838 aderiu á nova constituição.

Em 1841 foi escolhido para presidente da câmara dos deputados e no ano imediato fez parte do gabinete presidido pelo duque de Palmela, gerindo os negócios do ministério da marinha.

No período decorrido de 1851 a 1856 foi varias vezes ministro de estado, sobraçando as pastas da marinha e dos estrangeiros.

Em 5 de Janeiro de 1853 foi elevado ao pariato e em 15 de Março do ano seguinte agraciado com o título de Visconde de Atouguia.

Jervis de Atouguia desempenhou o cargo de director da Escola Politécnica, foi conselheiro do tribunal de contas e atingiu o posto de brigadeiro graduado de engenheiros. Morreu em Lisboa a 17 de Maio de 1861.

Atum. Conhecem-se na Madeira o atum rabil (*Thynnus thynnus*}, o atum albacora (*T. albacora*), o atum patudo (*T. obesus*) e o atum voador (*T. alalonga*). Destas espécies, só a primeira e a ultima têm sido assinaladas nos mares de Portugal, sendo o *T. thynnus* conhecido dos pescadores portugueses pelos nomes de atum, atum de direito e atum de revés, e o *T. alalonga* pelos de atum galha comprida, alvacora e albacora. Outrora chamava-se ao atum a carne dos pobres, por causa do baixo preço por que esse peixe bastante substancial era vendido no mercado (25 a 80 reis o quilo, conforme a abundância), mas hoje difficilmente se obtém o mesmo peixe por menos de 300 reis cada quilo.

O atum voador, ou simplesmente voador, é mais estimado do que as outras espécies, por ter a carne mais saborosa e clara, adquirindo ás vezes pela cozedura uma cor quasi branca.

Os atuns, peixes teleosteos da familia dos Escombridas, são apanhados á linha e não em redes, como acontece no Mediterrâneo. O atum rabil, que é o maior, aparece principalmente de Março a Maio, o albacora de Agosto a Outubro, o patudo de Março a Maio e o voador de Novembro a Janeiro.

V. Gaiado.

Atum de Cacho. Diz-se de qualquer espécie de atum que se apresente em grandes cardumes á superfície do mar. Aplica-se esta expressão em particular aos atuns, patudo e voador, mas sobretudo aos indivíduos novos do patudo, cuja passagem nas águas madeirenses se realiza em maior quantidade nos meses da primavera.

Auditor Administrativo. Os logares de Auditores Administrativos foram criados pelos códigos de 1895 e de 1896, que restabeleceram os tribunais especiais do contencioso administrativo de primeira instância.

A Comissão Distrital, que era um desses tribunais, deixou de existir com este character no Distrito do Funchal em virtude do Decreto de 8 de Agosto de 1901.,que applicou ao mesmo Distrito a organização especial facultada aos distritos açoreanos, mas ficaram os Juizes de Direito e o Auditor, tendo este magistrado agora não só as atribuições que lhe conferiu o código de 1895 e confere o de 1896, mas também as atribuições contenciosas e consultivas que pelos dois referidos códigos competiam á dita Comissão, agora extinta.

As leis de 7 de Agosto de 1913 e 23 de Junho de 1916 não alteraram a competência e atribuições dos tribunais administrativos a que nos referimos.

O secretario geral exerce as funções do ministério publico junto do auditor administrativo.

V. Comissão Distrital e Tribunal Administrativo.

Augite. Espécie mineral pertencente ao género piroxena. Os seus cristais, duma linda cor negra, são

comuns sôbre o basalto, na ilha da Madeira.

Aula de Desenho e Pintura. V. Escola Industrial

Aulas secundarias. Antes da criação do liceu do Funchal funcionavam nesta cidade as aulas seguintes: de matemática, de filosofia, de retórica, de francês e inglês, de gramática latina e de latinidade. O professor de matemática tinha em 1821 de ordenado anual 500:000 reis; o de filosofia 460:000 reis; o de retórica 440:000 reis; o de gramática latina 400:000 réis; e o de latinidade 400:000 reis. O substituto da primeira destas cadeiras tinha 250:000 reis de ordenado; o da segunda, 230:000 reis; e os da terceira e quinta, 200:000 reis cada um. O professor de gramática latina parece que não tinha substituto. Todas estas aulas, á excepção da de francês e inglês, foram estabelecidas em virtude de lei de 6 de Novembro de 1772, que criou também uma aula de grego, que nunca chegou a funcionar. A aula de francês e inglês foi criada no tempo do governador D. Manuel de Portugal e Castro. Havia ainda uma cadeira especial de desenho, criada em 1810, cujo professor recebia 600:000 reis anuais.

Aurora. Publicaram-se seis números, de 10 de junho a 26 de Julho de 1911.

Aurora (A). Deu poucos números, publicando-se o primeiro a 24 de Janeiro de 1897.

Aurora do Domingo (A). Publicaram-se doze numeros de 5 de Janeiro a 30 de Março de 1862.

Aurora Liberal (A). Saiu o primeiro numero a 25 de Novembro de 1875 e o oitavo a 12 de Fevereiro de 1876.

Aurora Literária (A). Jornal literário, de que se publicaram seis números de 1 de Fevereiro a 1 de

Maio de 1808. Era redigido pelos alunos do liceu desta cidade.

Com o mesmo título publicou-se outro jornal, de que também só saíram seis números, sendo o primeiro a 2 de Abril de 1875.

Austria (Imperatriz da). A imperatriz Isabel, mulher de Francisco José, imperador da Austria, que a 10 de Setembro de 1898 caiu morta ao golpe traiçoeiro do punhal do libertário Lucheni, visitou pela primeira vez a Madeira em 1860, demorando-se aproximadamente cinco meses nesta ilha. Tendo-lhe os médicos aconselhado que procurasse um clima temperado, onde passasse o inverno e em que pudesse também subtrair-se por algum tempo aos incómodos das exigentes etiquetas da corte, para assim poder encontrar completo restabelecimento á sua abalada saúde, foi o Funchal a estação escolhida para esse fim e a casa preferida para a sua residência a Quinta Vigia, que, pela sua invejável situação, belos jardins, posição sobranceira ao mar e boa vista sôbre todo o anfiteatro da cidade, era considerada como uma das mais esplêndidas vivendas da Madeira.

No dia 29 de Novembro de 1860, pelas seis horas da manhã, entrou no porto do Funchal o vapor Victorie & Albert, propriedade da rainha Vitória de Inglaterra, que a seu bordo conduzia a imperatriz da Austria.

Tendo manifestado desejos de que o seu desembarque se realizasse despido de todo o aparato, não revestiu ele o brilho e a imponência que as autoridades locais queriam imprimir-lhe, mas ainda assim foram prestadas á ilustre visitante todas as honras militares e as outras demonstrações officiais exigidas em casos semelhantes. As autoridades superiores do distrito foram a bordo do Victoria & Albert apresentar os seus cumprimentos de boas vindas á imperatriz e acompanharam-na até á sua residência, tendo-se efectuado o desembarque no cais da Pontinha.

A imperatriz contava apenas 23 anos de idade e estava então no pleno esplendor da sua grande formosura e da mais radiante mocidade, o que junto ás suas excelsas virtudes e coração bondoso e extremamente compassivo pelos desherdados da fortuna, despertava por toda a parte os maiores entusiasmos e era sempre alvo de grandes demonstrações de apreço e simpatia.

No dia 7 de Dezembro de 1860 ancorou no nosso porto a corveta portuguesa Sagres, conduzindo o conde de Linhares, que, em nome de D. Pedro V, vinha á Madeira cumprimentar a ilustre visitante.

A 17 de Abril de 1861 chegava ao Funchal o infante D. Luiz, depois rei de Portugal, encarregado pelo monarca de acompanhar a imperatriz por ocasião da sua saída do território português. D. Luiz viera na corveta Bartolomeu Dias, de que era comandante, tendo no dia 21 oferecido a bordo um magnífico lanche a sua majestade imperial.

Isabel de Austria, embarcou no dia 28 de Abril no mesmo vapor que a conduzira a esta ilha, indo de conserva a Bartolomeu Dias, o vapor Osborne e um navio de guerra inglês, que acompanharam o Victoria & Albert até o pôrto de Gibraltar.

O imperador Francisco José agradeceu ao prelado diocesano, governador civil, presidente da câmara, capitão do porto e cônsul austríaco as honras e outras demonstrações de apreço dispensadas a sua esposa. Poucos anos antes da sua morte, visitou a imperatriz Isabel novamente esta ilha, sofrendo já então das perturbações mentais que a acompanharam até o fim da vida.

Automóveis. Foi a 22 de Novembro de 1907 que começou a circular o primeiro automóvel no Funchal.

Autonomia Administrativa. O dia 8 de Agosto de 1901 figura como uma data imemorável nos anais deste arquipélago. Foi nesse dia que o conselheiro Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, então presidente do conselho e ministro do reino, referendou um decreto concedendo á Madeira a autonomia administrativa nas mesmas bases em que já anteriormente fôra concedida aos distritos açoreanos. Não é sem dúvida uma autonomia com amplos poderes de administração local, mas representa um dos mais apreciáveis benefícios com que tem sido dotada a Madeira num longo período de séculos e certamente o maior de todos, no que diz respeito á concessão dos meios indispensáveis para a fácil realização de importantes melhoramentos materiais.

O decreto de 2 de Março de 1895, referendado por Hintze Ribeiro, João Franco e os outros ministros que então constituíam o ministério, deu aos distritos dos Açores a faculdade de poderem adoptar a autonomia administrativa concedida nos limites do mesmo decreto, quando assim o requeressem dois terços dos

cidadãos elegíveis para cargos administrativos. A Carta de Lei de 22 de Maio de 1901 modificou algumas daquelas disposições e autorizou o governo a torná-las extensivas á Madeira. Foi, porém, o decreto de 8 de Agosto de 1901 que verdadeiramente estabeleceu a autonomia administrativa no distrito do Funchal, com as faculdades e atribuições consignadas no decreto de 2 de Março de 1895.

Essas faculdades e atribuições residem numa corporação administrativa, que tem o nome de Junta Geral, cuja organização e funcionamento diferem das suas congêneres do resto do país. Por ocasião da sua criação, tinha quinze procuradores de eleição popular, como representantes dos diversos concelhos, e reuniam-se em sessões ordinárias nos meses de Abril e Novembro. A Junta Geral elegia uma comissão executiva composta de três membros, que, nas sessões ordinárias de todos os procuradores; apresentava os relatórios das deliberações tomadas nos intervalos daquelas sessões.

O primeiro presidente da Junta Geral do Funchal e que a ela prestou relevantísimos serviços foi o conselheiro José Leite Monteiro e teve como primeiro chefe da sua secretaria o Dr. Manuel dos Passos Freitas, que tem revelado muito zelo e competência no desempenho do seu cargo.

Foi a partir do ano de 1902, em que se iniciou a arrecadação das receitas facultadas á Junta Geral, que esta corporação administrativa começou a realizar uma grande soma de melhoramentos públicos, especialmente na construção da rede de estradas. Essa acção administrativa da Junta Geral estendia-se também a muitos outros serviços públicos, uns já existentes e outros de criação nova, evidenciando-se continuamente os inapreciáveis benefícios que a este distrito trouxera a concessão da *autonomia administrativa+. Outros decretos posteriores vieram sancionar e dar situação legal a certos serviços da Junta Geral, mas não modificaram essencialmente a sua vida económica e administrativa. Além das repartições privativas da sua secretaria, tesouraria e obras publicas, ficaram especialmente a cargo da Junta Geral os serviços destinados á manutenção e conservação do Manicomio, Expostos e Infância Desvalida, Posto de Desinfecção Terrestre, Laboratório de Bacteriologia e Higiene, Policia repressiva de emigração clandestina, serviços agrónomos e pecuários e ainda outros.

O decreto de 31 de Julho de 1928 ampliou notavelmente a esfera da autonomia administrativa, alargando bastante as suas faculdades e atribuições, mas sobrecarregando-a com novos e pesados encargos, não lhe sendo facultadas as receitas compensadoras para a plena satisfação desses encargos. Entre estes contam-se os serviços dos ministérios do Comércio e Comunicações, Agricultura e Instrução e os do governo civil, policia cívica, saúde publica, assistência e previdência dependentes do ministério do Interior e Finanças.

As receitas da Junta Geral deste distrito desde a concessão da autonomia administrativa foram as seguintes:

1902- 1903	111.265\$56
1903- 1904	129.793\$24
1904- 1905	126.873\$41
1905- 1906	132.229\$93
1906- 1907	135.960\$73
1907- 1908	135.520\$46
1908- 1909	137.577\$85
1909- 1910	144.417\$00
1910- 1911	142.440\$94
1911- 1912	147.558\$26
1912- 1913	159.333\$03
1913- 1914	227.783\$61
1914- 1915	172.327\$59
1915- 1916	220.129\$35
1916- 1917	190.099\$94
1917- 1918	187.367\$06
1918- 1919	188.499\$34
1919- 1920	234.687\$92
1920- 1921	713.182\$51
1921- 1922	969.750\$37
1923	1.369.834\$72
1924	1.150.708\$29
1925	3.881.125\$99
1926	3.741.561\$78
1927	3.962.817\$81
1 semestre de 1928.....	2.488.376\$21

1928- 1929	10.680.689\$52
1929- 1930	10.189.945\$29
1930- 1931	12.459.987\$57
1931- 1932	11.584.328\$97
1933- 1934	14.398.951\$57
1934- 1935 (18 meses).....	20.440.337\$65
1936	13.414.867\$46
1937	12.057.204\$87
1938	16.054.913\$04
1939	20.658.134\$00

Foi então, como acima ficou dito, que se iniciou a realização de importantes melhoramentos públicos, especialmente na construção de novas estradas.

As vias de comunicação na Madeira, eram sem contestação possível, as piores de todo o nosso país, devido a variadas causas e especialmente ao inverosímil acidentado dos terrenos e ainda a outras incentiváveis condições do meio. A maior parte delas não merecia o nome de estradas, pois que na sua generalidade eram estreitas veredas praticadas no solo, de penoso e difficilimo piso, sobranceiras a insondaveis abismos e costeando os flancos de elevadas montanhas, oferecendo quasi sempre aos viandantes os mais graves incómodos e perigos. Até o ano de 1901, em que foi concedida a autonomia administrativa a este distrito, somente havia nove quilómetros duma boa estrada, que ponha a cidade do Funchal em comunicação com a vila de Câmara de Lobos. Começou então e prossegue ainda a construção duma larga rede de estradas, que dentro de poucos anos tornará fácil o percorrer-se toda a ilha em viação acelerada e serem rápida e comodamente visitadas as suas principais localidades.

As repartições da Junta Geral funcionaram em diversas casas, sendo pelo decreto de 12 de Agosto de 1919 cedido a esta corporação administrativa o edificio do extinto Seminário da Encarnação pela importância de 7.500\$00 escudos e nele se instalou a maior parte das dependências da mesma Junta. Havendo o decreto de 25 de Abril de 1927 restituído á Comissão do Culto da Diocese do Funchal a posse do referido edificio do Seminário da Encarnação, passou a Junta Geral a instalar as suas repartições nas antigas casas do Hospital de Santa Isabel, que ali se acham amplamente acomodadas desde o mês de Outubro de 1933.

V. Juntas Gerais e Viação Publica.

Autoridades Superiores do Arquipelago. O secretario do governo deste arquipelago Joaquim Pedro Cardoso Casado Giraldes (V. este nome) publicou em Paris, no primeiro quartel do século passado, nas línguas portuguesa e francesa, uma Estatística Historico-Geographica das Ilhas da Madeira e Porto Santo, que contém a relação dos donatarios do Funchal e governadores da Madeira, com a designação dos decretos das suas nomeações, posse e duração dos seus governos, relação que vai desde o descobridor João Gonçalves Zarco até ao governador e capitão-general Florencio José de Melo, que começou a administrar este arquipelago em Abril de 1815. As edições francesa e portuguesa dessa Estatística, que entre si diferem na natureza das suas informações, são, a pesar das deficiências que nelas se encontram, um valiosissimo documento e quasi único para a organização da lista dos governadores da Madeira, servindo de principal base á que o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo publicou nas notas das Saudades da Terra em 1873. O benemérito governador civil deste distrito José Silvestre Ribeiro continuou a relação de Casado Giraldes até ao tempo do seu governo, a qual se estende de 1815 a 1847 e vem publicada no volume segundo da Epoque Administrativa, a pagina 141 e seguintes.

O illustre anotador das Saudades da Terra aproveitou os trabalhos de Casado Giraldes e de Silvestre Ribeiro, completando-os até ao tempo da publicação das suas notas á obra de Gaspar Frutuoso, isto é no período decorrido de 1847 a 1872, e ali vêm insertas a paginas 823 e seguintes.

Um dos redactores do antigo Heraldo da Madeira, em artigos publicados nos números 1594 e 1596 deste jornal, completou essa relação no período compreendido entre 1872 e 1910.

A superintendência do arquipelago esteve a cargo dos governadores gerais desde 1582 até 1640 e dos capitães generais desde 1640 até 1834. A primeira autoridade administrativa constitucional foi Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, que teve a designação de prefeito pelo decreto de 16 de Maio de 1832, mas este cargo durou pouco tempo, sendo substituído pelo de governador civil pelo decreto de 18 de Julho de 1835 e depois pelo de administrador geral em virtude dos acontecimentos políticos de 9 de Setembro de 1836. Pelo restabelecimeoto da Carta em 1842, tomou novamente a denominação de governador civil o chefe superior da província, a qual ainda hoje dura.

V. Donatarios, Governadores Gerais, Governadores e Capitães Gerais, Governadores Cíveis e Comandantes Militares.

Auxílio Maternal. Fundou-se esta instituição funchalense em 3 de Abril de 1902, por iniciativa do medico-cirurgião José Joaquim de Freitas, tendo os seus estatutos sido aprovados por alvará do governo civil de 4 de Julho do mesmo ano. Tem por fim principal fornecer alimentação própria ás crianças cujas mães, por doenças ou privações, as não possam criar.

Aveia (*Avena strigosa*). Gramínea anual, cultivada na Madeira. Serve para alimento dos gados.

Avenca (*Adiantum Capillus-Veneris*). Feto indígena muito frequente nas rochas e logares úmidos. É emoliente e peitoral.

Aves. Na obra do rev.º padre Ernesto Schmitz intitulada *Die Vögel Madeira's*, vêm assinaladas trinta e oito aves que nidificam no arquipélago e cento e cinquenta e sete que são de arribação.

As aves que nidificam no arquipélago são na maior parte espécies europeias, ao passo que as aves de arribação são em geral da costa africana. Destas últimas, as que aparecem com maior frequência são, segundo J. Y. Johnson, as seguintes: *Accipiter nisus*, *Fringilla chloris*, *Upupa epops*, *Ardea cinerea*, *A. nycticorax*, *Limosa melanura*, *Numenius arquata*, *Gallinago major*, *Gallinula chloropus*, *Fulica atra*, *Mareca penelope*, *Larus tridactylus* e *Sula alba*. O *Cegialitis vociferus*, espécie americana, tem sido assinalado varias vezes na Madeira, e o *Phyloscosus superciliosus*, da Asia, foi colhido ha anos no Pôrto Santo.

Das espécies indígenas, são comuns á Madeira e Canárias, não tendo sido encontradas noutras partes, o canário, o corre-caminho, a andorinha da serra, o pombo trocaz e o anjinho. O tintilhão só aparece na Madeira, Canárias e Açores, e o bisbis é espécie peculiar da nossa ilha. A toutinegra de capelo é uma curiosa variedade que supomos não tem sido achada fora da Madeira.

Avezac. O distinto geografo e também historiador Pascoal Avezac Macaya (1799-1875) na sua obra *Iles d'Afrique*, que goza de grande reputação, ocupou-se com alguma largueza do arquipelago madeirense, dando-nos uma descrição sumaria da sua descoberta, constituição geológica, águas, clima, vegetação, fauna habitantes, indústria, comercio, costumes etc.. A pesar das deficiências que contém e das apreciações por vezes menos segura acerca de cousas e factos, é sem duvida um estudo muito interessante e que se não lê sem bastante aproveitamento. P. de Avezac teve Gabriel de Gorat e Oscar Marc Carthy como colaboradores do seu trabalho. Em dezanove números do antigo *Diario do Comercio*, dos meses de Janeiro a Abril de 1909, publicou-se uma tradução do estudo de Avezac.

Aviceiro. Sítio povoado da freguesia da Quinta Grande, onde existiu, no lugar que chamam Cadeirinha, uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora da Cadeira.

Aviceiro ou Fonte do Aviceiro. Lugar da freguesia de Santo Antonio, a pequena distancia do Lombo de D. Isabel, na estrada que conduz ao Curral das Freiras.

Ávila (Carlos Lôbo de). Este conhecido homem de estado representou a Madeira em cortes na sessão legislativa de 1890.
Nasceu em 1863 e morreu a 9 de Setembro de 1895.

Avila e Bolama (Duque de). Antonio José de Avila, depois duque de Avila e Bolama, conhecido estadista português, foi por decreto de 5 de Setembro de 1846 nomeado comissário régio, com poderes discricionários, a fim de vir á ilha da Madeira syndicar dos graves acontecimentos que aqui se tinham dado por causa do proselitismo protestante do Dr. Roberto Kalley e de adoptar as providências que a situação anormal em que se encontrava o distrito lhe aconselhasse. Antonio José de Avila saiu de Lisboa a 9 de

Setembro, acompanhado de José Silvestre Ribeiro, que vinha nomeado governador civil. A 21 do mesmo mês suspendeu o governador civil interino e o administrador do concelho do Funchal e tomou outras medidas de administração. Saiu para Lisboa a 10 de Outubro, tendo José Silvestre tomado posse do seu governo a 7 do mesmo mês.

Avoadeira. Nome vulgar do *Erigeron canadensis*, composta tubuliflora da América do Norte, naturalizada na Madeira.

Avoador. V. Atum e Voador.

Azeda. A da Madeira é o *Rumex madèrensis*, da família das Poligonaceas; a do Pôrto Santo é a *Scorpiurus sulcata*, da família das Leguminosas. A primeira destas espécies é usada internamente, em infusão, para purificar o sangue, e pode servir para salada, esparregado, etc.; a segunda é forragem de boa qualidade. A *Scorpiurus sulcata* é frequente na Madeira, onde é conhecida pelo nome de cabreira.

Azedinha. Nome vulgar do *Rumex Acetosella*, Poligonacea frequente na Madeira.

Azeredo. Manuel de Faria Azeredo, que, por meados dos séculos XVI, naufragou na Madeira, quando se dirigia para a Índia, casou nesta ilha e aqui estabeleceu residência e teve descendência. O seu apelido, porém, que aliás é de família nobre de Portugal, não se propagou entre nós, porque seu filho Manuel de Faria adoptou o apelido de Almeida, talvez de sua mãe, em vez do de Azeredo que herdara do pai.

Azevedo. Família oriunda de Besteiros. Pedro Gonçalves de Azevedo provou a sua fidalguia em 1585, como descendente de João Nunes Cardoso, senhor de Besteiros.

Azevedo (Americo Olavo Correia de). Nasceu no Funchal a 16 de Dezembro de 1881 e fez parte, como capitão de infantaria, das tropas portuguesas que se bateram em França ao lado dos aliados, sendo condecorado com a Cruz de Guerra e com a 30 classe da ordem da Torre e Espada por actos de bravura praticados durante a campanha. Tendo ficado prisioneiro dos alemães na grande batalha do dia 9 de Abril de 1918, só voltou a Portugal nos princípios de 1919, sendo eleito deputado pelo Funchal nas eleições que se realizaram em 11 de Maio do mesmo ano.

Azevedo (Antonio Pedro de). Nasceu em Caminha a 7 de Fevereiro de 1814 e visitou pela primeira vez a Madeira nos tempos da usurpação, sendo a esse tempo alferes de infantaria. Tendo tirado o curso de engenharia depois da restauração da Carta, voltou a esta ilha, onde desempenhou por largos anos o cargo de director das Obras Publicas do Distrito. Levantou em 1842 e 1843, justamente com os oficiais do vapor de guerra britânico Styx, as cartas do Porto Santo, Madeira e Desertas, publicadas respectivamente em 1877, 1879 e 1886. Faleceu em Lisboa a 10 de Agosto de 1889, sendo então general de divisão reformado.

V. Cartas Geograficas.

Azevedo (Beato Inácio de). No dia 13 de Junho de 1570 ancorou no porto do Funchal, vindo de Lisboa e com destino ao Brasil, uma armada do comando de Luiz de Vasconcelos, que, além das tripulações e vários passageiros, conduzia quarenta religiosos da Companhia de Jesus. Traziam estas como superior o padre Inácio de Azevedo e destinavam-se ás missões brasileiras dirigidas pelos jesuítas. A armada saiu da Madeira no dia 30 de Junho, e a 15 de Julho seguinte, na altura das Canárias e á vista da Ilha da Palma, foi assaltada por corsários huguenotes, que saquearam os navios portugueses e trucidaram os quarenta religiosos, lançando os seus corpos ao mar. Foram estes inscritos na martirologia da igreja católica, sendo-lhes concedida a honra dos altares.

A sua passagem na Madeira, e em especial a sua estada na freguesia de Santo Antonio, ficou comemorada por uma lápide, que ainda há poucos anos se encontrava na capela do sítio do Pico do Cardo da mesma freguesia e em que se lia a seguinte inscrição:

EM. MEMORIA. DOS. GLORIOSOS. MARTIRES. DA COMP. O DE JESU. O. P. IGNACIO. DE. AZEVEDO. E

SEUS. 39 COMPANHEIROS. QUE. NAVEGANDO. P.O, O. BRAZIL. NO. ANNO. DE 1570. A-OS. 15. DE. JULHO. A. VISTA. DA. ILHA. DA. PALMA. MERECEÇÃO. A. DO MARTIRIO. PELLA. FÉ. DE. CHRISTO. LANÇADOS. AO. MAR. PELLOS. HEREJES. E. TENDO. ESTADO. NESTA. QUINTA. DE. PICCO. DE CARDO. VINHÃO. A. ESTE. LUGAR. COM. A SUA. CRUS. E. NELLE. FAZIÃO. AS. SUAS. DEVOÇÕES. SE. ERIGIO. ESTA. P.O, MAIOR. GLORIA. DE DEOS. AN. DE. 1745.

V. Paroquia de Santo Antonio do Funchal, de 8 de Outubro de 1915, onde este facto vem mais largamente narrado.

Azevedo (Carlos Olavo Correia de). Foi eleito deputado pela Madeira, para as Cortes Constituintes, a 28 de Maio de 1911. Foi novamente escolhido para nosso representante em cortes, sendo eleito a 13 de Junho de 1915.

É bacharel em direito e nasceu no Funchal a 7 de Julho de 1880. Exercia o cargo de secretario geral do Governo Civil de Lisboa quando foi mobilizado para fazer parte do corpo expedicionário português, indo para França e sendo feito prisioneiro pelos alemães no combate de 9 de Abril de 1918.

É descendente de Domingos Olavo Correia de Azevedo, que foi Governador Civil deste distrito em 1841, e irmão do capitão Americo Olavo de Azevedo, de quem já nos ocupámos neste Elucidario.
E.: Jornal de um prisioneiro de guerra na Alemanha, Lisboa, 1919, de 204 pag.

Azevedo Castelo Branco (José de). V. Castelo Branco (José de Azevedo).

Azevedo (Dr. Alvaro Rodrigues de). Nasceu em Vila Franca de Xira a 20 de Março de 1825 e era filho de Antonio Plácido de Azevedo, natural de Benavente, e de D. Maria Amelia Ribeiro de Azevedo. Tendo-se chamado a princípio José Rodrigues de Azevedo, mudou de nome ao entrar na Universidade, onde frequentou a faculdade de direito, cujo curso concluiu em 1849.

Vindo em seguida para Lisboa, esteve aí cerca de seis anos, passando depois a esta ilha a fim de tomar conta da cadeira de oratória, poética e literatura do nosso liceu, que conquistara em concurso publico. Antes disso pretendia, mas sem resultado, ser despachado para um logar na magistratura judicial.

O Dr. Azevedo regeu com a maior proficiência e brilho a referida cadeira, durante vinte e seis anos, retirando em Janeiro de 1881 para Lisboa, onde fixou residência. Foi também durante alguns anos professor de português e recitação do nosso liceu, e em 1856, por ocasião da epidemia da colera-morbus, prestou relevantes serviços á cidade no desempenho do cargo de administrador do concelho.

Foi ainda procurador á Junta Geral e membro do Concelho de Distrito e da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Funchal. Em 1870 recusou o cargo de secretario geral do distrito e a comenda da Conceição.

O Dr. Azevedo tomou parte activa, como membro do partido reformista, nas lutas que houve na Madeira em 1868, revelando-se por essa ocasião político hábil, tolerante e de aspirações liberais.

Colaborou em muitos jornais e foi um dos redactores da Discussão e da Madeira, tendo publicado no primeiro destes periódicos um artigo de critica literária sobre o Bosquejo Histórico de literatura classica, grega, latina e portuguesa, de Antonio Cardoso Borges de Figueiredo. Publicou também nos números 181 a 183 do Diário de Noticias desta cidade um interessante estudo intitulado A Casa em que Christovão Colombo habitou na Ilha da Madeira.

São dele as seguintes obras: O Livro d'um Democrata (Coimbra, 1848); Esboço critico-literario (Funchal, 1866); Curso Elementar de Recitação (Funchal, 1869); e Romanceiro do Archipelago da Madeira (Funchal, 1880). Publicou também o manuscrito de Gaspar Frutuoso intitulado Saudades da Terra, na parte respeitante ao archipelago da Madeira, enriquecendo-o com muitas notas destinadas a esclarecer certos pontos da nossa historia. Estas notas, fruto de pacientissimos estudos e investigações, são, no nosso entender, o mais valioso trabalho do Dr. Azevedo.

Os artigos Machico, Machim, Madeira e Maçonaria na Madeira, publicados no Diccionario Universal Português, dirigido por Fernandes Costa, são do Dr. Azevedo, o qual escreveu também quando ainda bastante novo, um drama intitulado Miguel de Vasconcellos. Por causa deste drama, que não chegou a ver a

luz da publicidade, teve de sustentar uma polémica um tanto azeda por meio da imprensa com o distinto bibliografo e publicista, o falecido Inocencio Francisco da Silva.

O Dr. Azevedo foi um distinto jurisconsulto, e no tribunal muitas vezes se revelou orador eloquente e argumentador astuto e hábil. Possuía uma voz mal timbrada, mas supria este defeito com a sua verbosidade fácil e o seu muito saber das coisas jurídicas.

Como professor, foi dos mais distintos e zelosos que teve o nosso liceu, e como escritor, distinguiu-se sempre pela sua prosa vernácula e pela facilidade com que manjava a língua.

O Dr. Alvaro de Azevedo tem o seu nome indissolúvelmente ligado á historia da Madeira pelo assinalado e nunca assaz encarecido serviço que prestou a este arquipelago com a publicação das Saudades da Terra e especialmente pelas eruditas e valiosissimas anotações com que enriqueceu o texto de Gaspar Frutuoso (V. Saudades da Terra) O Romanceiro do Archipelago da Madeira (V. este nome), os artigos já citados, que ocupam cerca de 100 paginas do grande Diccionario Universal Português Ilustrado, a comedia de costumes madeirenses A familia do Demerarista e o Almanach para a Ilha da Madeira, para os anos de 1867 e 1868, são ainda outros poderosos motivos que inteiramente justificam o reconhecimento desta terra para com a memória do distinto advogado e professor. Além dos seus importantes e valiosos trabalhos sôbre a Madeira, nada há entre nós que recorde ás gerações futuras a sua grata memória, sendo de inteira justiça que o seu nome benemérito ficasse perpetuado ao menos na esquina duma rua, já que não se torna fácil nem talvez possível prestar lhe mais condigno e merecido preito e homenagem.

O Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo faleceu em Lisboa a 6 de Janeiro de 1898. V. Koebel.

Azevedo (Dr. Domingos Olavo Correia de). Era magistrado duma das comarcas do Funchal, quando, por decreto de 26 de Março de 1841, foi nomeado Administrador Geral da Madeira, que era então o nome que tinham os governadores dos distritos, sendo o terceiro e o ultimo que entre nós exerceu tal cargo com aquela denominação. Tomou posse a 2 de Abril de 1841. Foi eleito deputado substituto pela Madeira e senador também substituto para a sessão legislativa de 1838 a 1840.

John A. Dix na sua obra intitulada Um inverno na Madeira faz as mais elogiosas referências ao Dr. Domingos Olavo e afirma que é natural da Madeira, o que nos parece não ser exacto.

Deu-se um facto durante o seu governo, que constitue um episódio interessante da historia madeirense e que não deve ficar em completo esquecimento.

Por ser encontrado a fazer contrabando nas águas da Madeira, a fiscalização marítima apreendeu o patacho Bernarda, que foi forçado a demandar o porto do Funchal e aqui vendido em hasta publica, ao abrigo das leis aduaneiras de então. Pouco tempo depois, a 8 de Agosto de 1841, entrou na nossa baía o brigue de guerra inglês Savage, comandado pelo tenente Bowquer, que em nome do almirante Walpole, comandante das forças britânicas de Gibraltar, exigia a imediata entrega do patacho Bernarda, com a ameaça de exercer represálias, se não fosse prontamente atendido o seu pedido. A autoridade manteve-se na mais absoluta recusa, sendo a sua enérgica atitude louvada pelo governo de Lisboa.

Domingos Olavo Correia de Azevedo morreu em Lisboa a 9 de Março de 1855.

Azevedo (João da Costa de Ataíde e). A sua nomeação para governador e capitão-general deste arquipélago é de 1 de Março de 1701, tendo tomado posse do logar a 12 de Junho do dito ano. Morreu no Funchal a 8 de Março de 1704, quando já se achava nomeado o seu sucessor Duarte Sodré Pereira.

Azevedo Júnior (Dr. Correia de). Diz o Dictionario Bibliographico que este madeirense se doutorou na faculdade de medicina do Rio de Janeiro e que ali defendeu teses em 1852, publicando-as naquela cidade num opúsculo de XII-68-II pag.. Nada mais sabemos a seu respeito.

Azevedo Lemos (José Antonio de). Coronel-comandante da expedição militar que veio á Madeira em 1828. Teve serias desinteligências com o governador e capitão-general, o tristemente celebre José Maria Monteiro, chegando a querer agredi-lo dentro da fortaleza de S. Lourenço e a apontá-lo ao governo miguelista como homem que só ouvia “uma infame roda de indivíduos abomináveis por seus vícios e maus costumes”.

Azevedo (Maximiliano Eugenio de). Nasceu no Funchal a 16 de Fevereiro de 1850 e era filho de Antonio Pedro de Azevedo e de D. Teresa Rosa Bernes de Azevedo. Frequentou o liceu do Funchal e depois as Escolas Politecnicas e do Exército, terminando em 1875 o curso de artilharia. Serviu como segundo tenente em Santarém e depois nos Açores, voltando a Lisboa em 1881, donde não tornou a sair senão por ocasião das viagens que fez a diversos países estrangeiros em 1889, 1893 e 1900.

Foi redactor do Jornal da Noite de 1882 a 1884, tendo estado ali principalmente encarregado da secção de critica teatral, e colaborou na Discussão, Occidente, Jornal do Domingo, Atlantico, Diário Manhã, Revista de Sciencias Militares, Contemporâneo, Ilustração de Portugal e Brazil, etc.. Coadjuvou Latino Coelho, durante mais de 10 anos, na preparação dos materiais para a Historia politica e militar de Portugal nos fins do seculo XVIII e princípios do seculo XIX e escreveu e traduziu muitas peças teatrais, cujos títulos foram assinalados no Diccionario Bibliographico de I. F. da Silva, continuado por Brito Aranha. Escreveu também Tiro das boccas de fogo (Lisboa, 1899) e Marchas e Estacionamentos (Lisboa, 1892), tendo colaborado nestes dois trabalhos o capitão Artur Perdigão, e dois livros de contos intitulados Historias das Ilhas (Lisboa 1899) e Em Campanha e no Quartel (Lisboa, 1900).

Maximiliano de Azevedo geriu nos fins da vida, como comissário régio, o Teatro Normal. Poucos podiam competir com ele em assuntos cenicos e em conhecimentos profundos sobre a nossa historia teatral-literaria e artistica.

Faleceu numa casa de saúde em Lisboa, a 4 de Dezembro de 1911, sendo então coronel comandante da regimento de artilharia numero 1.

Maximiliano de Azevedo teve por padrinho o Príncipe Maximiliano, Duque de Leuchtenberg e Príncipe de Eichstaedt, que se achava na Madeira na ocasião em que ele foi baptizado.

Azevedo Ramos (Nicasio de). Nasceu em Tondela a 2 de Outubro de 1862 e chegou á Madeira a 23 de Janeiro de 1885. Foi redactor principal do jornal republicano A Lucta e foi cirurgião dentista pela escola-medica de Lisboa, tendo exercido muitos anos esta profissão no Funchal.

E.: Discurso proferido nas solemnes exequias de Elias Garcia, celebradas no templo da loja Liberdade, aos

18 de Julho de 1891 (Funchal, 1891, folh.).

Faleceu no Funchal a 8 de Janeiro de 1927.

Azevém (*Lolium multiflorum*, Lam.). Gramínea europeia introduzida na Madeira no último quartel do século XVIII e que rapidamente se naturalizou em quase toda a ilha. É boa planta forraginosa.

Azevinho (*Ilex canariensis*). Arbusto ou pequena árvore indígena da família das Aquifoliaceas, que se encontra nas Ribeiras de João Gomes e de Machico, no Ribeiro Frio, etc.. Tem folhas glabras, inermes ou espinulosas, flores brancas reunidas em cimeiras axilares, e frutos globosos e vermelhos. A madeira desta espécie é branca e usada nalgumas pequenas obras de mercenária. Durante as festas do Natal é usado para ornamentar os presépios ou lapinhas com ramos de azevinho providos de frutos.

Azinhal. Julgamos extinto este apelido entre nós. Um dos primeiros povoadores da Madeira foi Estevão do Azinhal, que em 1471 fazia parte da governança da então vila do Funchal.

Azinheira (*Quercus Ilex*). Esta árvore cultivada nalgumas quintas dos arredores do Funchal, distinguindo-se facilmente do sobreiro, com o qual se parece, por ter o tronco desprovido de cortiça.

Azurara (Gomes Eanes de). Este nosso distinto cronista do século XV ocupou-se na sua *Chronica do Descobrimento e Conquista da Guiné* da descoberta do arquipélago da Madeira. Foi quase contemporâneo dos acontecimentos que narrou, e tratou com pessoas coevas desses sucessos e teve à sua disposição os documentos que o podiam habilitar a escrever a história com inteira verdade e ainda com conhecimento directo dos factos. Tem, pois, um grande valor e uma indiscutível autoridade o seu

testemunho ao fazer a narração dos acontecimentos de que se ocupou na sua Chronica. As circunstancias do descobrimento da Madeira que ele, embora resumidamente, descreve, são as que oferecem ao investigador consciencioso elementos mais seguros para a reconstituição da verdade histórica deste ponto tão interessante e tão capital da descoberta do nosso arquipelago. A tal respeito, veja-se a nota III ás Saudades da Terra. A Chronica da Guiné esteve inédita cerca de quatrocentos anos, sendo publicada em Paris, em 1841, pelo Visconde de Santarém.

B

Babosa. Nome vulgar do Aloe Vera, planta vivaz da família das Liliaceas, originaria da Europa meridional. A babosa é frequente nos bardos, perto do Funchal.

Babosas. Sítio da freguesia do Monte, onde se encontra um pequeno largo ou miradouro, que passou a ter o nome de Conceição desde o ano de 1906, em que ali se construiu uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. É lugar bastante frequentado e de ali se desfruta uma bela paisagem sobre o sítio pitoresco do Curral dos Romeiros.

Badajeira. Baixio, a sudeste do Ilhéu de Fora (a pequena distância da Ponta de São Lourenço), onde naufragaram o vapor Forerunner, em Outubro de 1854, e o vapor Newton, a 12 de Abril de 1881. Ambos estes naufrágios se deram estando o mar tranquilo, tendo perecido no primeiro grande número de pessoas.

Badejo (*Epinephelus ruber*). Peixe da família Percida, poucas vezes pescado nos mares a Madeira. Habita os fundos rochosos entre a costa e a profundidade de 150 braças pouco mais ou menos. Não emigra, e a sua criação tem sido encontrada junto à costa, em água pouco profunda. É colhido em

aparelhos de anzol, com a briqueira e a gorazeira, e o seu sabor embora não prime pela delicadeza, não é tido pelos paladares menos exigentes na conta de desagradavel.

Baião. É antigo apelido de familia neste arquipelago e particularmente na ilha do Porto Santo, embora esteja hoje quasi extinto. Belchior Baião, de linhagem nobre, foi o primeiro deste apelido que se estabeleceu na Madeira. Esta familia teve um morgadio no Porto Santo e era padroeira duma capela na igreja paroquial, que ainda actualmente é conhecida pela capela da morgada. Conservou até há poucos anos o cunho caracteristico das edificações manuelinas, sendo por certo a unica parte da igreja paroquial que restava da construção primitiva.

Baiardo (Luiz José). Diz o dicionario Portugal que nasceu nesta cidade a 30 de Abril de 1775, mas temos serios motivos para acreditar que era natural do continente, embora tivesse vivido alguns anos na Madeira. No seu tempo granjeou nomeada como escritor dramatico, mas as suas composições teatrais caíram depois no mais completo esquecimento. Foi secretario particular do bispo desta diocese D. Fr. Joaquim de Menezes e Ataíde e a este prelado se atribue com bom fundamento a autoria de algumas das produções que Baiardo apresentava como sendo da sua lavra. Exerceu no Funchal o cargo de escrivão do juízo eclesiastico. Em 1821 saiu para Lisboa e ali se dedicava exclusivamente ao trabalho de escrever, traduzir e adaptar varias composições para o teatro. As suas produções literarias vêm mencionadas no Diccionario Bibliographico de Inocencio. Entre elas há uma que interessa à historia desta ilha e se intitula Carta escripta a um sujeito da provincia da ilha da Madeira ou o landum dos bordões, que tocou Sebastião Xavier Botelho, com variações compostas por Luis José Baiardo; ou desforra das invectivas que contra ele escreveu o dito Botelho na sua (Historia verdadeira dos acontecimentos da ilha da Madeira”. É um opusculo de 33 paginas, publicado em Lisboa em 1821.

Baiás. Não parece facil estabelecer se uma exacta e rigorosa distinção no significado que entre si guardam alguns dos termos golfo, baia, enseada, angra, abra, calheta, etc.. Os dicionarios e tratados de geografia revelam essa dificuldade, não sendo concordes, quando pretendem fixar a significação dessas palavras. Discordando parcialmente da classificação que com respeito à Madeira tem sido adoptada por varios autores (Frutuoso, Azevedo, Nobrega Soares, Sarmento, Loureiro, Meneses etc.), diremos que, das reentrancias existentes ao longo da costa maritima de todo o arquipélago, nos merecerão apenas o nome de

Baias as do Funchal e Porto Santo, dando às restantes o nome generico de Enseadas.

Vid. Madeira (Enseadas da), Funchal (Baía do) e Porto Santo (Baía e Enseadas do).

Baixas. Ao longo da costa maritima deste arquipelago, afloram à superficie ou encontram se a pequenas profundidades muitos recifes ou baixios, que entre eles conservam o nome de Baixas.

Vid. Madeira (Baixas).

Baixo (Ilhéu de). Este ilhéu, tambem conhecido pelo nome de Ilhéu da Cal, está adjacente à Ilha do Porto Santo, da qual se acha separado por um canal ou boqueirão, chamado Boqueirão de Baixo. Fica situado no extremo sul da ilha e no limite oeste da vasta baía, fronteiro ao sitio da Calheta. É deste ilhéu que desde há seculos se extrai e continua ainda a extrair se toda a pedra calcarea, que fornece a materia prima para o fabrico da cal empregada nas construções madeirenses. Para a extração dela, segue se a orientação do respectivo filão formando se extensas galerias, com altas colunas ou pilastras destinadas a evitar desmoronamentos. A exploração faz se em diversos pontos, dando se o nome de rancho a cada grupo de operarios empregados nos diversos logares em que se faz a extracção da pedra calcarea. Esta pedra é tributada ao ser exportada para a Madeira, fazendo se a cobrança do respectivo imposto na alfandega do Funchal, e constitue uma das mais apreciaveis receitas da Camara Municipal do Porto Santo. Este ilhéu é de relativa extensão e ainda ali se encontram abundantes coelhos, a pesar da contínua caça furtiva que fazem a esses roedores.

Os terrenos do ilhéu sofreram levantamentos, o que é comprovado pela presença do calcareo muito acima do nivel do mar, e pelas conchas marinas, corais e pedras semelhantes às das praias, que aparecem na formação. Os fósseis são da época miocenica superior, tendo sido achadas tanto no calcareo, como nos tufos adjacentes, cerca de cinquenta especies, entre os briozoarios, corais, ouriços, moluscos lamelibranquiados e gasteropodes, que foram descritas por Carlos Mayer na obra de Hartung sobre a geologia do arquipelago. A

formação calcarea está coberta por lavas supramarinhas.

Nas costas do ilhéu há algumas furnas onde se observam estalactites salinas, e no Portinho há umas grandes escavações abertas pelo homem nos tufos, e uma cisterna cujas águas são fortemente salgadas por causa da permeabilidade da rocha.

Baixo (Pico). Na região setentrional da ilha do Porto Santo, para o lado lés sueste, fica uma elevação montanhosa conhecida pelo nome de Pico de Baixo.

Baker (Alice) E.: A Summer in the Azores With a Glimpse of Madeira, Boston, 1882.

Balancal. Lugar da freguesia de São Gonçalo, que limita a quinta do Palheiro Ferreiro pelo seu extremo sul e donde se descortina um surpreendente panorama sobre o anfiteatro da cidade do Funchal e seus suburbios.

Balcões. No sitio do Ribeiro Frio (V. este nome), junto da esplanada da Levada, existe um lugar com um pequeno mirante, que tem o nome de Balcão ou Balcões, donde se disfruta um dos mais surpreendentes panoramas do interior da ilha, descobrindo se deste ponto as eminencias mais elevadas das nossas montanhas.

Balcões (Rua dos). Vid. Rua dos Balcões.

Baldios. Os baldios, ou terrenos incultos e desaproveitados da Madeira, estão situados na sua maior parte a mais de 800 ou 900 metros acima do nível do mar, sendo quasi todos eles propriedade de

particulares, mas sem que esta propriedade possa as mais das vezes ser comprovada com títulos legais. Segundo se afirma, o Paul da Serra e uma pequena parte das serras de S. Jorge, Boaventura e Poiso são propriedade do Estado, pertencendo a particulares todos os demais terrenos da região montanhosa da ilha, à excepção do Montado do Barreiro, recentemente adquirido pela Camara Municipal da Funchal, e dos montados comprados pela Junta Agricola da Madeira.

Há na ilha cerca de 30:000 hectares de terrenos incultos. Alguns antigos baldios da serra do Monte estão agora revestidos de pinheiros, e bom seria que a plantação destas árvores se estendesse a outros pontos da região montanhosa, a fim de acautelar o mal que nos ameaça de termos um dia falta de lenhas para as necessidades da população. O Paul da Serra, que o povo teve licença para aproveitar nos tempos do governo de D. João VI, poderia produzir o pinheiro de Canarias, essencia esta que no entender do sr. Dr. Jorge Perez é muito propria para a arborização da zona superior da nossa ilha.

Os baldios eram, noutros tempos e em grande parte, separados dos terrenos cultivados por meio de sebes ou tapumes, feitos de estacas e ramos de arvores, que têm o nome de bardos, principalmente destinados a impedir que os gados assaltem as culturas agricolas.
Vid. Barreiro.

Baldy (Dr. José Maria). Nomeado governador civil e comandante militar da Madeira a 9 de Março de 1858, quando entre nós exercia o logar de director das Obras Publicas, havendo tomado posse a 26 de Abril seguinte. Deixou honrosas tradições na administração superior deste distrito, a pesar do curto periodo do seu governo.

Era doutor e lente da Universidade de Coimbra, marechal de campo e par do reino. Nasceu em Lisboa a 16 de Maio de 1800 e morreu em Coimbra a 4 de Setembro de 1870. Era filho do distinto musico e compositor João José Baldy.

Baleias. Ao largo das ilhas deste arquipelago passam de vez em quando enormes cetaceos a que commumente chamam baleias, mas que podem ser ou verdadeiras baleias, ou os seus proximos parentes os

cachalotes. Embora não seja muito rara a passagem destes mamíferos, especialmente no verão, não existe nestas ilhas a indústria da caça da baleia, nem tão pouco a de qualquer outro cetáceo.

Algumas carcaças já meio apodrecidas são de tempos a tempos arrojadas à costa, sendo a última de que há notícia a que encalhou há alguns anos na Ponta Delgada, ao noroeste do Porto Santo. Estes despojos continham ainda grande parte da coluna vertebral, algumas costelas e parte das regiões ventral e peitoral. As profundas pregas observadas no abdômen pareciam indicar uma espécie do grupo dos balenopteros.

Em Maio de 1905 um baleote, talvez ainda pouco experiente, viu-se preso entre um banco de areia e a costa, junto à grande praia do Porto Santo e em frente do Campo de Baixo. Foi fácil aos moradores do sítio a captura do animal, cujo toucinho produziu dezenas de galões de óleo.

As grandes vertébras destes animais fazem às vezes parte do mobiliário caseiro da gente pobre, sendo usadas como bancos ou mochos, depois de debastadas as arestas.

Flutuando à superfície do mar, é encontrada de vez em quando, coagulada pelo resfriamento, a substância branca e oleosa que preenche a cavidade do crânio dos cachalotes. Esta substância, conhecida universalmente pelo nome de espermacete, é designada entre os pescadores madeirenses pela bizarra expressão de gomito de baleia, por suporem ser um produto do vômito dos grandes mamíferos marinhos.

Baleira (Vila). O concelho e ilha do Porto Santo têm como sede ou capital a vila do mesmo nome, a que se dá também a denominação de vila Baleira. Este nome é, por certo, muito antigo, mas parece que pouco usado, ainda mesmo nos tempos primitivos da colonização. Pelas raras referências que a ele temos encontrado em documentos antigos, julgamos que esta estranha denominação foi gradualmente caindo em desuso, e, desta maneira, se foi também a pouco e pouco sepultando no mais completo esquecimento. Somente de longe em longe, e apenas em documentos de carácter oficial escritos na ilha, se descobre ainda a vila Baleira, talvez como vestígio da antiga prosápia dos seus moradores e das velhas tradições fidalgas dos descendentes de Bartolomeu Perestrelo, primeiro donatário do Porto Santo.

Qual é a origem deste nome? Não sabemos. O dr. Rodrigues de Azevedo, na nota XII às Saudades da Terra, diz a tal respeito textualmente o seguinte:

*O nome Vila Baleira é de origem desconhecida: mas, reflectindo em que Baleira tem a mesma raiz, bal, da primeira forma do apellido Perestrello. e combinando este elemento com o desinencia eira facilmente se reconhece que Villa Baleira é denominação significativa de que a villa de Porto Sancto fora fundada por Perestrello: é como se dissessemos Villa de Perestrello. O nome da villa conservou as letras da primitiva forma, em quanto que o apellido de familia as substituiu pelo modo que já vimos quando tractámos de Bartholomeu Perestrello (nota X, pag. 446): e tão diversos ficaram, que parecem palavras estranhas uma a outra, sendo, aliás, congeneres, como fica dicto. É isto grave presumpção de que a mesma villa foi fundada por Bartholomeu Perestrello.

É bem estranha esta explicação e é sem duvida levar muito longe a transformação rapida duma palavra, que dentro de pouco tempo passou como por encanto de Perestrello para Baleira. A pesar da grande erudição do anotador de Gaspar Frutuoso e dos grandes conhecimentos filologicos que possuía, podemos aqui aplicar o conhecido proloquio: aliquando dormitat Homerus. Já alguém aventou a ideia de que a palavra Baleira era um vocabulo muito grato à familia Perestrelo, porque designava o logar onde ela possuía um solar, ou teria sido o berço dos seus avoengos. Não podemos negá lo, mas também não temos razões para afirmá lo com algum fundamento sério.

Encontram se na Madeira diversos nomes de sitios e logares, que o foram e são ainda de algumas povoações de Portugal, principalmente no Algarve, donde veio o numero mais crescido dos primitivos colonizadores deste arquipelago. Assim o sitio do Boliqueme, na parochia de Santo Antonio, é o nome duma freguesia daquela provincia. No Algarve existe uma aldeia com o nome de Baleeira, que facilmente se poderia corromper em Baleira. É o proprio dr. Azevedo que o lembra, talvez penitenciando se da arrojada explicação que anteriormente tinha dado. A Baleeira ou Baleira do Algarve é uma aldeia maritima, e de mais nas proximidades de Sagres onde o infante D. Henrique residia e tinha a sua escola de nautica e a cuja casa pertencia Bartolomeu Perestrelo, o primeiro donatario do Porto Santo e o fundador da primitiva povoação que ali se estabeleceu.

Não se conhece o alvará regio que deu foros de vila à povoação do Porto Santo. Encontra-se a este respeito, na nota XVI às Saudades, o seguinte: ...inferimos, na falta dos respectivos diplomas, que a povoação da ilha do Porto Santo, depois chamada Villa Baleira, e a de Machico foram tambem elevadas a villas e municipios pelos annos tambem de 1452, em que a doação desta teve a confirmação regia: e é certo que estas villas são apontadas na tradição como primitivas.

A povoação e depois vila do Porto Santo ou de Baleira progrediu e desenvolveu-se nos tempos primitivos da colonização, mas pouco mais dum século depois da descoberta começou a entrar em decadência e tem permanecido desde então num estado quasi estacionário, a pesar da adopção de algumas medidas governativas, nomeadamente as do Marquês de Pombal (V. Quintos e Oitavos), destinadas a fazê-la progredir e levantá-la dessa decadência em que desde há séculos se encontra. Esta vila é a sede do município e da única freguesia do Porto Santo.

V. Porto Santo (Município do), Porto Santo (Freguesia do) e Porto Santo (Ilha do).

Balsamo (Mesembrianthemum edule). Planta vivaz do Cabo da Boa Esperança, introduzida em 1834 na ilha do Porto Santo, onde é agora muito comum. Tem folhas opostas, carnudas e trigonais, e flores amareladas. Encontra-se também nos jardins da Madeira.

Balsamo de canudo (Kleinia repens). Planta vivaz da família das Compostas, bastante cultivada em vários pontos da Madeira. Tem folhas carnudas e glaucas, cujo suco resinoso é muito empregado no tratamento de feridas e originária do Cabo da Boa Esperança.

Balsamo de cheiro (Heliotropium peruvianum). Borraginacea arbustiva de flores azues e odoríferas cultivada em quasi todos os jardins da Madeira.

Balseira. Era a associação da vinha e de certas árvores, de ordinário, os castanheiros. O sistema de apoiar ou enlaçar a vinha sobre as árvores está hoje abandonado, mas existiu em toda a costa do norte antes do aparecimento do *Oidium Tuckery* nos vinhedos da ilha.

Bambus. São conhecidas por esta designação as espécies seguintes, pertencentes à família das **Gramineas:** *Bambusa arundinacea*, *B. nana*, *B. mitis* *Phyllostachys nigra*, *Arundinaria falcata* e *A. metake*. A primeira reconhece-se pelos seus colmos grossos e altos, usados às vezes para pau de rede; a segunda, extremamente frequente nas quintas e jardins, pelas suas folhas lanceoladas, um tanto glaucas; a terceira pelas suas folhas verdes e estriadas; a quarta pelos seus colmos negros; a quinta pelos seus colmos providos de ramos alongados, com folhas lineares lanceoladas, muito agudas; e a sexta pelas suas folhas lanceoladas, verde escuras, de pontas muito agudas.

Os bambus oriundos quasi todos da Índia, China ou Japão, são muito ornamentais e costumam ser empregados em sebes dentro das quintas. A *Bambusa nana* (*B. viridi glaucescens*) fornece boas canas de pescar.

Bananeira. A bananeira anã e a de prata são as mais cultivadas na Madeira, sendo a primeira a *Musa Cavendishii*, e a segunda uma variedade da *M. Sapientum*. A banana destinada à exportação é produzida unicamente pela bananeira anã, que se reconhece facilmente pelos seus caules de 1,30 a 1,70 de alto e pelos seus regimes muito grandes, comportando às vezes mais de duzentos frutos.

Esta bananeira, conhecida também pelo nome de bananeira de Demerara por ter sido importada daquele país, é oriunda da China e cultivada na ilha desde 1842 ou 1843.

Bananeira de prata, muito menos frequente que a anã, começou a ser cultivada na Madeira pelos fins do segundo quartel do século XIX, e reconhece-se pelos seus caules de três a quatro metros e pelos seus regimes mais pequenos e com cinquenta a cento e trinta frutos, de um lindo amarelo exteriormente.

Estes frutos são saborosíssimos e um pouco ácidos, mas têm o inconveniente de se desprenderem com facilidade do eixo, o que os torna impróprios para a exportação.

A cultura da bananeira já existia na ilha em 1552, pois que dela fala Nichols, viajante inglês que esteve aqui

naquele ano. Provavelmente era a bananeira chamada da terra a que então existia na ilha, a qual é também uma variedade da *Musa sapientum*, distinguindo-se da bananeira de prata pelos seus frutos um tanto rijos na parte interna e menos saborosos e aromaticos.

A bananeira da terra é hoje raríssima na Madeira, e o mesmo se pode dizer acerca da bananeira *plantina+ (*Musa paradisiaca*), cujos frutos muito grandes se comem fritos ou cozidos.

A bananeira de frutos roxos, a bananeira maçã e a bananeira de senhora são variedades da *Musa sapientum*, que se não têm vulgarizado.

A Madeira exportou 550:000 quilogramas de bananas em 1911, 493.990 em 1912 e 619:790 em 1913, no valor respectivamente de 27:000, 24:703 e 30:000 escudos. Admite-se que a exportação da banana regulou nesses anos por dois terços da produção.

Os caules da bananeira depois de cortados e reduzidos a pequenos pedaços, constituem uma boa forragem, à qual se adiciona o farelo. Os donos dos estabulos costumam adquirir-lhes para alimentação dos bois.

A bananeira, como a cana de açúcar, é uma planta que só deve ser cultivada na região inferior da Madeira. Acima de 200 ou 300 metros os seus frutos são mais pequenos que os produzidos no litoral, e na altitude de 600 metros só dificilmente frutifica, como por mais duma vez temos tido ocasião de notar.

O cultivo da bananeira constitui uma das mais apreciáveis fontes de riqueza pública na Madeira, sendo os seus frutos largamente exportados para o continente português e também para diversos países estrangeiros. A superioridade das suas qualidades nativas, em confronto com os produtos seus similares de outras regiões, vão-lhe já adquirindo uma fama quasi universal, que no decorrer do tempo há de cada vez mais espalhar-se e consolidar-se por toda a parte. Era para desejar o aparecimento duma monografia científica, em que a historia da banana madeirense, a sua composição, a sua acção fisiologica, as suas virtudes terapeuticas, o seu valor alimenticio, o modo mais racional do seu uso etc., fossem postos em saliente relevo com a comprovada competencia e com a necessaria probidade, que a natureza do assunto estavam imperiosamente a exigir. Acaba de preencher esse fim o trabalho, por muitos titulos valioso, que o dr. Vicente Henriques de Gouveia publicou em segunda edição, no ano de 1939, subordinado à epigrafe A Banana/Fruto de Todo o Ano/Alimento Medicamento. É livro para ler-se e apreciar-se devidamente e também agradecer-se ao seu autor o assinalado serviço que veio prestar à sua terra.

Bancos. Têm agências na Madeira as seguintes instituições de crédito continentais: Banco de Portugal, Banco Nacional Ultramarino e Companhia Geral de Crédito Predial Português. Não existe agora nenhum banco com sede na Madeira, mas além das referidas agências, há no Funchal diversas casas que fazem em maior ou menor escala as operações próprias dos estabelecimentos bancários.

A agência do Banco de Portugal já existia em 1876, estando então a cargo do negociante João José Rodrigues Leitão, que viera para a Madeira em 1853, mas como este negociante falisse em 1878, foi a mesma agência entregue a Tomás Antonio Gomes, que dela tomou posse a 15 de Julho desse ano.

Por causa da falência de João José Rodrigues Leitão, esteve na Madeira o Director do Banco de Portugal Henrique de Barros Gomes, que conseguiu que entre o negociante falido e os seus credores se celebrasse um contrato bastante favorável a aquele estabelecimento de crédito. Por esse contracto todos os bens do negociante falido foram hipotecados ao Banco, garantindo este aos demais credores o embolso de 50 por cento dos seus créditos pagos em três prestações. Antes da falência, o penhor a favor do Banco era constituído especialmente por vinhos, aos quais fora dado o valor de 102:464\$408 réis.

Desde os princípios de 1888 que a agência do Banco de Portugal nesta ilha é caixa do tesouro pelas operações a fazer com o Estado, isto de harmonia com o estabelecido do contracto de 10 de Dezembro de 1887. Nos primeiros tempos, isto é, antes da constituição definitiva da agência com as atribuições que lhe foram dadas pelo mesmo contrato, serviu de agente provisório do Banco nesta ilha o antigo tesoureiro pagador Raimundo Sieuve de Meneses.

De 1904 até o presente têm sido agentes do Banco de Portugal nesta ilha os seguintes funcionários: Comendador Luiz de Freitas Branco, Henrique Augusto Vieira de Castro, Eduardo Martins da Silveira, Fernando Ferro, Conselheiro Henrique de Sá Nogueira, Francisco Camilo Meira, Raul Rodrigues Cohen e Antonio Noronha de Barros. O Banco há muitos anos que mantém dois agentes seus na direcção dos negócios da sua agência na Madeira.

A agência do Banco de Portugal no Funchal, além de ser caixa do Governo, faz empréstimos sobre papéis de crédito, compra e vende cambiais, saca e desconta letras, passa cartas de crédito, etc.. Também recebe

depósitos, mas não paga por eles juro algum.

A filial do Banco Nacional Ultramarino foi instalada a 10 de Fevereiro de 1919, e faz as mesmas operações bancárias da agência do Banco de Portugal, com a diferença apenas de pagar um certo juro pelos depósitos a prazo e à ordem que recebe. Em ambas estas agências a taxa do juro é 6 por cento.

O Banco Commercial de Lisboa esteve representado outrora nesta ilha pela firma comercial Freitas & Macedo, que faliu em 1881, e o primeiro agente da Companhia Geral de Credito Predial Português foi o já mencionado João José Rodrigues Leitão. O Banco Nacional Ultramarino possuía um representante na Madeira antes da criação da filial a que já nos referimos, tendo sido o falecido negociante Luiz Gomes da Conceição quem primeiro desempenhou aqui este cargo.

A 1 de Junho de 1875 instalou se no Funchal o Banco Commercial da Madeira, sociedade anonima de responsabilidade limitada, tendo os seus estatutos a data de 25 de Abril de 1875. Segundo estes estatutos, os fins do banco eram: emitir notas ao portador, pagaveis em ouro ou prata; receber depósitos em conta corrente e a prazo fixo, abonando juros aos depositantes; descontar letras de cambio e da terra, titulos comerciais e á ordem e titulos do estado e de quaisquer estabelecimentos publicos; fazer empréstimos sobre hipotecas, titulos da divida publica, acções de bancos e companhias e objectos de ouro e prata; tomar letras de cambio e de risco marítimo; fazer liquidações de heranças e operações de credito agricola e industrial, etc., etc..

Segundo os mesmos estatutos, o capital social era de 1:200 contos divididos em acções de 100\$000 réis, devendo a emissão do capital ser feita em duas series de 600 contos cada uma, constituindo a primeira serie, já emitida em 24 de Abril de 1875, o fundo inicial destinado às operações do banco. A maior parte das acções tinha sido tomada na cidade do Porto.

Fizeram parte da primeira direcção do banco os cidadãos João de Sales Caldeira, Carlos Bianchi e José Paulo dos Santos, e do primeiro conselho fiscal os cidadãos William Hinton, Manuel Inisio da Costa Lira, Roberto Wilkinson, Antonio Caetano Aragão e Manuel Figueira de Chaves. O primeiro presidente da assembleia geral foi Severiano Alberto de Freitas Ferraz.

Dos relatorios que temos presentes relativos às gerencias do Banco Commercial da Madeira, vê se que o

activo e passivo deste estabelecimento foi o seguinte nos anos abaixo designados:

Em 1877 1.273:156\$226 réis
Em 1879 1.195:087\$258 *
Em 1884 1.170:142\$412 *
Em 1885 1.167:733\$507 *
Em 1856 1.194:311\$844 *

O banco teve 39:942\$732 réis de lucros em 1877 e 32:851\$757 réis em 1879, distribuindo no primeiro destes anos a quantia de réis 36:000\$000 pelos accionistas, e no segundo a quantia de 28:125\$000 réis. Em 1884, 1885 e 1886 já o banco não distribuiu dividendo, havendo no segundo destes anos 6:000 acções emitidas, sendo 3:197 nominativas e 2803 ao portador.

O Banco Commercial da Madeira dissolveu se em 1887, com prejuízos para os accionistas, tendo concorrido bastante para este resultado o estarem mal garantidos muitos dos seus capitais. A desvalorização que sofreram as propriedades em virtude da molestia que devastou os canaviaes, agravou bastante a situação do banco, a qual, como se vê do relatório apresentado em assembleia geral de 29 de Janeiro de 1880, não era já muito prospera em 1879, devido ao retraimento de capitais, provocado pela lei da unificação da moeda. Já no ano de 1878 tinha a extraordinaria alta dos cambios obstado à transferencia de fundos, operação esta que dera anteriormente excelentes vantagens ao banco.

Em 1800 recomendou o governo da metropole numas instruções que dirigiu ao Governador e Capitão General D. José Manuel da Camara, a criação duma caixa de credito na Madeira, e em 1 de Julho de 1824 enviou o Governador e Capitão General D. Manuel de Portugal e Castro uma representação ao governo central, pedindo a criação dum banco no Funchal. Tais estabelecimentos não chegaram a ser criados, e o mesmo aconteceu com outros da mesma natureza que se pretendeu fundar mais tarde nesta cidade. No numero 169 do Imparcial, de 1843, vem publicado na integra um projecto de regulamento para a criação dum banco na Madeira, e no numero 145 e seguintes do jornal A Ordem, de 1854, encontra se o projecto apresentado ao governo para a criação dum banco comercial e agricola na ilha.

A Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericordia resolveu em 1873, de harmonia com o disposto na lei de 22 de Junho de 1867, fundar nesta cidade um banco de credito agricola e industrial com a

importancia dos seus capitais mutuados, admitindo accionistas para com o produto das acções elevar o capital do banco, mas a pesar de ter havido para este fim uma reunião no Palacio de São Lourenço no dia 10 de Julho do mesmo ano, em que se estabeleceu que as acções fossem de 20:000 réis cada uma e que a subscrição fosse aberta imediatamente, não chegou a referida instituição a ser uma realidade, por motivos que inteiramente desconhecemos.

Em 1886 aconselhou o falecido Conde do Canavial a criação dum banco industrial na Madeira para emprestar dinheiro a juro modico à industria e à agricultura, mas essa ideia, já apresentada em 1879 pelo mesmo titular, não foi aproveitada, com o que bastante sofreu a nossa terra, onde era grande a falta de recursos pecuniarios, devido à falencia de cinco das mais importantes casas comerciais, com um prejuízo de cêrca de 1:600 contos, e à crise agricola provocada pelo desaparecimento da cana sacarina.

Houve tempos em que a Santa Casa da Misericordia e a Caixa dos Orfãos emprestavam dinheiro ao juro de 5 por cento; eram porém tão diminutas as quantias de que essas instituições podiam dispor, que bem poucos eram aqueles que conseguiam obter capitais para as suas transações, em condições tão vantajosas. Os particulares exigiam quasi sempre o juro de 12 e 15 por cento, e não faltava quem tomasse dinheiro a vintém por pataca ao mês, juro este correspondente a 24 por cento ao ano.

Ha quarenta anos os bancos emprestavam dinheiro a 8 por cento, tendo o emprestado antes disso a 12 por cento, e ainda hoje é frequente fazerem se emprestimos e descontos na primeira destas condições, a pesar das agencias do Banco de Portugal e do Banco Nacional Ultramarino terem estabelecido desde há muito o juro de 6 por cento para as transacções que realizam. Certas formalidades exigidas pelas agencias destes bancos, e ainda outras circunstancias, dão motivo a que nem todos possam aproveitar se das vantagens que elas oferecem, sendo a falta de capitais baratos uma das causas da nossa industria e agricultura lutarem por vezes com graves embaraços, e de certas iniciativas uteis que de longe em longe aparecem, nem sempre serem coroadas de prospero resultado.

As casas bancarias estabelecidas agora no Funchal são as de Blandy Brothers & C., Henrique Figueira da Silva, Reid Castro & C.a, Rocha Machado & Ca e Sardinha & C.a. Estas casas que realizam as operações bancarias exigidas pelo comercio do Funchal, e ainda outras, estão todas em estado bastante prospero, devido à sua excelente administração e à confiança de que gozam no mercado (1922).

Sobre a maneira como em antigos tempos se faziam transferencias de fundos ou se obtinha dinheiro por emprestimo para satisfazer compromissos comerciais, nada de positivo podemos dizer, mas é licito supor que fossem. Os flamengos os primeiros que se entregaram aqui a operações bancarias, seguindo se lhes os ingleses que, como é sabido, adquiriram grande proponderancia nos negocios da Ilha, do meado do seculo XVII em diante.

As varias tentativas que se fizeram desde 1800 até 1873 para a fundação de estabelecimentos de credito na Madeira, mostram que havia o desejo de criar para o comercio, para a industria e para a agricultura madeirenses vantagens de que estas classes não gozavam, sendo na verdade para estranhar que nenhuma dessas tentativas desse resultado, quando é sabido que os agiotas que então abundavam na ilha raras vezes emprestavam dinheiro com interesse inferior a 10, 12 e 15 por cento, o que constituía uma exploração a que convinha pôr termo.

Em 23 de Junho de 1920 abriu o Banco da Madeira, que ficou instalado provisoriamente no rés do chão dum prédio à rua do Comercio. O capital, que a principio era de 1.000:000\$00, foi elevado depois a 2.000:000\$00 e finalmente à quantia de 4.000:000\$00, tendo a data de 7 de Janeiro de 1921 o decreto que autorizou a constituição definitiva do mesmo Banco.

Banda de Além. Sítio povoado da freguesia de Machico, que ocupa uma parte consideravel da vila do mesmo nome e que fica situado na margem esquerda e proximo da foz da ribeira. Ali vive a maior parte dos individuos que naquela localidade se entregam à industria da pesca, constituindo um dos mais importantes centros piscatórios do arquipelago. Neste sitio fica a histórica capela do Senhor dos Milagres, cuja fundação anda ligada ao facto do descobrimento e primitiva colonização desta ilha. É o centro da mais concorrida romagem da Madeira, realizada a 9 de Outubro de cada ano, afluindo ali, por essa ocasião, alguns milhares de pessoas. Deste sitio parte uma bela estrada, que em parte margina a pitoresca enseada e conduz directamente ao cais de desembarque. Tem 243 fogos e 1090 habitantes.

Banda de Além. Neste sitio, da freguesia da Madalena do Mar, existiu e ainda ali se encontram as ruínas duma antiga capela dedicada a Santa Quiteria, que foi fundada pelo padre Diogo de Freitas Faria, em

ano que se ignora.

Bandeira Coelho (José). José Bandeira Coelho de Melo foi representante da Madeira como par do reino electivo, na sessão parlamentar de 1894 a 1895. Morreu em Novembro de 1897.

Bandeira Coelho (Luiz). Foi eleito deputado por este arquipelago para a legislatura de 1890.

Bandeira da Cidade. Carlos Azevedo de Meneses, co autor deste Elucidario, pouco tempo antes do seu falecimento, escreveu um excelente artigo acerca da Bandeira da Cidade, que queremos deixar aqui arquivado, por conter interessantes informações inéditas e pouco conhecidas sobre este assunto. Foram por ele colhidas nos arquivos da Camara Municipal, em que durante muitos anos foi um zeloso e distinto funcionário, conferindo lhe assim uma autoridade especial e digna do maior credito. Este escrito traz novos elementos ao que já atrás ficou dito no artigo subordinado ao título Armas, para onde remetemos o leitor. “Duns apontamentos e capitulos que tem a data de 1461 e se acham registados no tomo do Arquivo da Camara Municipal, se vê que a primeira bandeira que teve o Funchal nos tempos em que existia a capitania, foi enviada pelo infante D. Fernando que, como se sabe, ficou com o senhorio do arquipelago depois do falecimento do infante D. Henrique.

Que côr e que emblemas tinha essa bandeira não o podemos dizer; o que sabemos é que mais tarde, em 1563, figurava na bandeira da cidade a imagem do apóstolo S. Tiago, e que desde o seculo XVII até à proclamação da Constituição em 1834, foi sempre branca a mesma bandeira, tendo dum lado as armas reais e do outro as da cidade.

Conduzia o estandarte municipal o procurador do concelho, o qual eram ocasiões de exequias ou de aclamação de monarcas ia a cavallo, levando a haste do estandarte sobre o ombro direito e atrás de si dois criados.

Nas exequias dos antigos reis figurava uma bandeira preta em que se viam dum lado as armas reais e do outro as armas municipais, mas em tempos mais modernos deixou essa bandeira de aparecer em ocasiões

de luto nacional, vindo se em seu lugar a bandeira branca do Municipio mas com as armas cobertas de crepe.

Em 1815 mandou a Camara do Funchal vir de Lisboa um estandarte que importou em 524\$000 réis, por ter sido confeccionado com os tecidos de sêda mais finos que havia na capital, resolvendo se que para não afectar as finanças municipais, dessa importancia os vereadores pagassem 174\$000, ficando a cargo da Camara o pagamento da quantia restante. A final de contas veio o preço do estandarte a sair unicamente dos bens do Concelho, segundo se vê numa nova deliberação tomada posteriormente pela Camara.

Com a implantação do governo constitucional e a adopção das cores azul e branca para a bandeira nacional, deixou de ser branco o estandarte da cidade, não sofrendo porém alteração as armas que nele figuravam, pois que foi depois de 1834, segundo todas as probabilidades, que nas mesmas armas se fêz a substituição duma das canas de açúcar por um ramo de videira.

Ouvimos algumas vezes a um antigo empregado municipal que a bandeira que durante largos anos figurou nas cerimoniaes officiais em que a Camara tinha de comparecer, pertencera, à guarda nacional, mas o que não conseguimos averiguar é se o ramo de videira que nela se via pertencia à bandeira primitiva ou se era alguma substituição feita em épocas mais modernas.

A bandeira a que nos referimos e que chegámos a conhecer, levou descaminho, quando é certo que deveria ter sido religiosamente conservada para figurar um dia em qualquer museu municipal.

A bandeira azul e branca que veio substituir a antiga bandeira da guarda nacional, acha se muito bem conservada e está guardada no arquivo da Camara. Tem num dos lados, como de costume, as armas reais, e do outro as da cidade, sendo o escudo destas ultimas esverdinhado, e a orla, coroa, ramo de videira e pães de açúcar prateados.

Depois de proclamada a Republica, mandou a Camara fazer uma bandeira com as cores nacionais, mas em que só figuram as armas da cidade num dos lados dela, não tendo o outro lado ornato algum. O escudo é dum verde muito escuro, a orladura, pães de açúcar e coroa são prateados, e a cana é verde, mas distinguindo se bem do verde da bandeira, sobre o qual assenta. O ramo da videira é tambem verde.

Parece que a bandeira a que acabamos de referir nos e que foi mandada fazer pela Camara do Funchal estava no caso de ser adoptada pela municipalidade devendo apenas adicionar se lhe as armas nacionais,

visto estas terem figurado sempre no estandarte da Camara; não o entendeu porém assim a vereação que dirigiu os negocios do municipio até 31 de Dezembro de 1922, e daí o ter mandado fazer um novo estandarte, sendo recolhido o que o precedera no mesmo armario em que se acha a ultima bandeira municipal do tempo da monarquia.

O estandarte que figura agora nas cerimoniaes em que a Camara tem de comparecer é branco, como nos tempos do absolutismo, e tem dum e doutro lado as armas do municipio, o que é contrario não só às antigas praxes, mas talvez mesmo às ordens emanadas do poder central. O escudo é verde, com orla amarela, a coroa é tambem amarela e os pães de açucar são brancos, estando a cana e o ramo da videira, ambos de cor verde, unidos na base por meio duma fita encarnada e verde onde se - à nobre e leal cidade do Funchal o que é também uma innovação.

Além do estandarte de que acabámos de falar, tem a Camara uma grande bandeira que é hasteada nos Paços do Concelho nos dias feriados ou de regozijo nacional. Esta bandeira, que é branca, foi também mandada fazer pela referida vereação e é um trabalho artistico, de valor, mas em que se não acataram preceitos respeitaveis estabelecidos em antigos tempos e que nenhumaes razões havia para rejeitar. As duas bandeiras actuais do municipio foram mandadas fazer em sessão camararia de 2 de Outubro de 1919.

Dissemos atrás que era o procurador do concelho quem levava outrora o estandarte municipal, mas depois que esse cargo desapareceu, o portador da bandeira passou a ser o vereador mais novo, hábito este que durou até nossos dias. Se algumas vezes o secretario da Camara, conhecido hoje pela designação de chefe da secretaria, tem levado o estandarte municipal, não é porque tenha qualquer direito a isso, mas porque se tornou necessario, ainda em tempos da monarquia, autorizar esse abuso para evitar disputas entre vereadores de pouca idade, desejosos de sobressair como portadores do mesmo estandarte nas cerimoniaes officiaes em que tomava parte a municipalidade funchalense».

Para melhor esclarecimento do que fica transcrito, convém acrescentar que este artigo foi publicado no Diario da Madeira, de 27 de Março de 1927.

Vid. Armas.

Bando. Era o pregão publico pelo qual se dava conhecimento ao povo das ordens do Governo e das Municipalidades. O pregoeiro, que em se tratando de ordens municipais era o porteiro da câmara, saía acompanhado de um corneta do regimento, que ia tocando pelas ruas da cidade a fim de chamar o povo a vir tomar conhecimento das mesmas ordens. O edital era lido em voz alta pelo porteiro, e afixado em seguida nos logares do estilo. A ultima vez que houve bando no Funchal foi por ocasião das exéquias de D. Luiz I.

Banger (John Light). Comerciante inglês que fez construir na praia desta cidade uma alta coluna que se ficou chamando pilar de Banger. Teve em 1801 privilegio pela Câmara para se servir de uma estufa destinada a purificar o grão.

A construção do pilar de Banger ficou concluída em 1798, e custou 1350 libras esterlinas. Este pilar teve nos primeiros tempos uns guindastes que serviam para transportar as mercadorias dos barcos para a terra; presentemente serve de posto de sinais à casa Blandy.

O Pilar de Banger, tão apreciado pelos madeirenses e tão conhecido por todos os que desembarcavam no cais da Entrada da Cidade, foi demolido no ano de 1939, a pesar dos protestos da imprensa local e sem haver motivos ponderosos que inteiramente justificassem essa demolição.

Poucos dias antes de praticar se esse atentado, publicou um jornal desta cidade, as seguintes palavras, que queremos deixar aqui arquivadas:

Vai consumir se o atentado. Está decretada a execução capital. O típico, o original, o característico obelisco da rua da Praia terá que desaparecer da face da terra. Dentro de breves dias será inexoravelmente lançado nas mais profundas geenas do esquecimento. Assim o decidiram os altos destinos das cousas humanas. Não pode conseguir se uma moratória, um indulto, uma comutação de pena. Cumpra se sem demora e sem o menor recurso, apelo ou agravo a fatalissima sentença.

Não se trata, evidentemente, duma obra de arte, que devera ser religiosamente respeitada, duma recordação histórica, que seria preciso defender, dum objecto arqueológico digno de estudo, que convinha conservar.

Todos o sabem e todos o reconhecem.

Mas, como se tem dito e redito, a verdade é que o antigo e interessante pilar criou um ambiente próprio ao local em que se ergue altaneiro, dando-lhe uma fisionomia muito especial e muito característica, que merecia ser veneradamente guardada com o maior carinho, respeito e apreço. Todos sabem que há mais dum século (a velha coluna tem 49 anos de existência) a gravura, a litografia, a tela a óleo e nos nossos dias a fotografia vão reproduzindo indefinidamente esse local e seus contornos, que faz parte integrante da nossa riquíssima paisagem contemplada do mar, e que não deixa de ser admirado e apreciado pela centena de milhar de forasteiros que anualmente nos visitam.

Bang up. Nome dum iate que esteve na Madeira e Porto Santo em 1829. O proprietário deste navio escreveu uma descrição da viagem que fez à segunda destas ilhas, que foi traduzida e publicada no Diário do Comercio, antigo jornal funchalense.

Banks. (José). Distinto botânico inglês falecido em Londres, com 80 anos de idade, a 19 de Maio de 1820. Esteve na Madeira desde 12 a 18 de Setembro de 1768, na qualidade de botânico da primeira expedição comandada pelo capitão Cook, tendo levado desta ilha grande numero de plantas em flor, assim como várias informações respeitantes a assuntos de historia natural. Dos manuscritos de Banks se vê que ele e o seu companheiro o Dr. Solander colheram na Madeira 255 espécies, a pesar da estação não ser das mais adequadas a explorações botânicas. O pequeno herbario dos dois naturalistas está depositado no Museu.

Baraço. Assim chamam na Madeira à estaca de qualquer planta da família das Cucurbitaceas. Um baraço de aboboreira, por exemplo é um ramo que se corta da planta mãe, destinado à multiplicação da espécie.

Baratas. Destes insectos ortopteros são frequentes na Madeira as duas espécies seguintes: Blatta

Maderae e B. decipiens. A primeira espécie é a barata das casas.

Baratas de água. Insectos coleopteros dos géneros Colymbetes e Agabus, frequentes nos charcos e nas águas correntes, especialmente no interior da Madeira.

Baratissimo (O). Publicaram se 13 números desde 17 de Julho a 9 de Outubro de 1852, sendo suspenso por abuso de liberdade de imprensa.

Barba de bode (Deschampsia argentia). Graminea vivaz, muito frequente nas rochas e lugares húmidos do interior da Madeira. Tem pouco valor como planta forraginosa.

Barbeiros (Baixa, Enseada e Porto dos). Na ilha do Porto Santo, entre as pontas da Cruz e do Ninho do Guincho, fica o baixio dos Barbeiros, que se estende na Enseada deste mesmo nome, também conhecida por Enseada de Guilherme, e não se encontra ainda um pequeno desembarcadouro com o igual nome de Porto dos Barbeiros.

Barbeito da Silva (João). Este oficial do exército nasceu no Funchal a 3 de Agosto de 1855. Em 1889 publicou em Lisboa dois opúsculos intitulados Escola Pratica de Infantaria e Cavalaria; secção de infantaria, acantonamento e Escola Pratica de Infantaria e Cavalaria; secção de infantaria, bivaques. Faleceu em Lisboa no ano de 1932.

Barbosa. Diz o anotador das Saudades da Terra que o uso deste apelido de família entre nós provém de Pedro Barbosa, natural de Viana do Castelo, que foi um dos antigos povoadores desta ilha.

Barbosa de Matos e Câmara (João). Nasceu nesta ilha, e era formado em direito pela Universidade de Coimbra.
Representou a Madeira no parlamento na sessão legislativa de 1858 a 1869 e faleceu no Funchal a 28 de Maio de 1906.

Barbosa du Bocage (José Vicente). É José Vicente Barbosa du Bocage um dos mais distintos madeirenses e o mais ilustre homem de ciência que tivesse nascido neste arquipélago.

Era filho de João José Barbosa du Bocage, próximo parente do grande poeta Bocage, e de D. Josefa Ferreira Pestana, irmã do ilustre madeirense o conselheiro José Ferreira Pestana, e nasceu nesta cidade a 2 do mês de Maio do ano de 1823. Tendo apenas 5 anos de idade, acompanhou seus pais para o Brasil, fugindo à perseguição política que o governo miguelista movia nesta ilha aos que se mostravam afectos às ideias liberais. Regressando à Madeira em 1834, cursou o liceu do Funchal e em 1839 matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde se formou na faculdade de medicina.

Pouco se dedicou ao exercício da clinica medica e antes se consagrou quasi exclusivamente ao estudo da zoologia, em que foi mestre abalizado. Fez concurso para a cadeira da Escola Politécnica em que se professava aquella matéria e nela foi provido, dando aos estudos zoológicos uma orientação inteiramente nova entre nós, sendo considerado como o verdadeiro criador daquele ramo de ciência no nosso país, debaixo dum ponto de vista rigorosamente científico e em harmonia com os progressos realizados por notáveis sábios estrangeiros. Imprimiu a esses estudos uma feição essencialmente pratica, do que são prova eloquentissima as magníficas colecções que organizou, merecendo especial menção a do gabinete de historia natural da Escola Politécnica. É vasta e valiosa a sua obra científica, que lhe abriu as portas de muitas academias estrangeiras e lhe conquistou lá fora os créditos dum notabilissimo homem de ciência. Longe iríamos se quiséssemos dar uma nota detalhada dos seus trabalhos científicos, muitos dos quais se encontram mencionados no Diccionario Bibliographico de Inocencio. No entretanto diremos que escreveu e publicou cerca de 200 trabalhos sobre os mamíferos, as aves, os repteis, os anfíbios, os peixes, os invertebrados, a filosofia zoológica, etc., entre os quais avultam os seguintes: Memória sobre a cabra montez (Mem. da Ac. das Sc. de Lisboa, 1857); Noticias sobre os Arvicolas de Portugal (Id., 1864); Peixes plagiostomos, Iª parte (Lisboa 1866); A Ornithologia dos Açores (Jorn. da Ac. Sc. Lisboa, 1866); Aves das

Possessões Portuguesas d'Africa Occidental (24 listas, Id., 1867 1882); A Vida Animal nas grandes profundidades do Oceano (Id., 1870); Liste des Mammifères et Reptiles observés en Portugal (Rev. et Mag. de Zool., 1863); Liste des Antilopes d'Angola (Proc. Zool. Soc., 1878); Subsídios para a fauna das Possessões Portuguesas d'Africa Occidental, S. Thomé e Angola (Jorn. da Ac. Sc. Lisboa, 1879); Mammifères d'Angola et du Congo (Id., 1889 1892); Mammíferos, Aves e Reptis da Hanha (Id., 1896); e Contribution à la faune des quatre îles du Golfe de Guinée (Id., 1904). Com referência ao nosso arquipélago escreveu apenas: Notícia sobre uma collecção de conchas das ilhas da Madeira e Porto Santo. (Ann. das Sc. e Let., 1857).

Em anos já amadurecidos, entrou na política e nela prestou ao seu país serviços assinalados, revelando sempre a mais austera intransigência de caracter como estadista e como parlamentar. Foi deputado e par do reino e notabilizou se sobretudo como ministro dos negócios estrangeiros. Na gerência desta pasta revelou se um homem de estado consumado. Nos gravissimos assuntos que então se debateram, e em que merece menção especial a questão do Congo, os negócios da Conferencia de Berlim, um tratado com a Inglaterra sobre direitos da nossa soberania na Africa Ocidental e ainda outros, mostrou se sempre um notável estadista, sendo por todos considerado como um dos homens que, com mais zelo e mais competência, tem no nosso país sobraçado a pasta dos negócios estrangeiros.

Morreu em Lisboa a 3 de Novembro de 1907.

No vol. 2. do Boletim da Sociedade Portuguesa de Sciencias Naturais encontra se uma desenvolvida biografia de Barbosa du Bocage e uma noticia completa de todos os seus trabalhos.

Barbosa (Pedro Correia). Nasceu na Madeira e foi cônego da Sé do Funchal, vigário geral e governador desta diocese. Nos fins do século XVI e princípios do século XVII gozou da fama dum dos mais notáveis pregadores do seu tempo. Em 1699 publicou um opúsculo com o título Sermão panegyrico em a solemsissima e anniversaria festa, que o reverendo cabido da Sé do Funchal da ilha da Madeira fez na tarde do dia oitavo do Corpo de Deus ao glorioso S. Antonio, em 13 de Junho de 1697.

Na freguezia de S. Pedro e Caminho de Santo Antonio, existiu a capela de S. Francisco, mais conhecida pelo nome de S. Francisco das Furnas. Foi fundada pelo Cônego Pedro Correia Barbosa, no ano de 1697. Pertenceu ao morgado Jervis de Atouguia. Na casa que lhe ficava anexa nasceu o visconde de Atouguia (V.

este nome) a 7 de Julho de 1797.

Barbosa (Rui). Este distinto político e jornalista brasileiro esteve na Madeira no dia 19 de Dezembro de 1907, tendo lhe sido oferecido pelo Sr. Antonio Eusebio dos Santos, então agente comercial dos Estados Unidos do Brasil, um almoço no Infante Palace Hotel, a que assistiram também a esposa e filhos do mesmo político, o Governador Civil, o Secretario Geral e o Comandante Militar. Rui Barbosa saiu nesse mesmo dia para o Brasil, a bordo do Araguaya.

Barbot. Visitou a Madeira em 1681, tendo sido publicadas na churchill's Collection as suas impressões acerca desta ilha.

Barbuzano (Apollonias canariensis). Árvore da família das Lauraceas, que se encontra principalmente no norte da Madeira, onde desce até às proximidades do mar. Pode atingir mais de vinte metros de alto e tem folhas coriáceas e glabras às vezes quasi opostas, e flores pequenas, dispostas em paniculas mais curtas que as folhas. As protuberâncias que se observam a miúdo na parte superior das folhas desta árvore, constituem uma cecidea do typo Erineum. A madeira do barbuzano é muito pouco utilizada pelos marceneiros, em razão de ser extremamente rija. Na ilha do Porto Santo dão o nome de barbuzano ao Sideroxylon Marmulano, especie conhecida na Madeira pelo nome de marmulano.

Barbuzano. Sítio da freguesia da Tabua.

Barca (Campo da). O primitivo Campo da Barca tinha o seu limite norte na rampa que conduz hoje à Estrada do Conde do Carvalho, e foi mandado construir pelo Governador e Capitão General Florencio José Correia de Melo, sobre terrenos cedidos gratuitamente por João de Carvalho Esmeraldo e Miguel Carvalho, sendo, depois de cedido, entregue à Câmara em 21 de Janeiro de 1818, em virtude de portaria do mesmo governador.

A parte do Campo da Barca ao norte da referida rampa, foi entregue ao Município em virtude da Carta de Lei de 13 de Setembro de 1897, tendo o terreno ocupado agora pelo Posto de Desinfecção sido cedida gratuitamente pela Câmara à Junta Geral, em sessão de 12 de Março de 1903.

O Campo da Barca é e será conhecido sempre por este nome, a pesar de se chamar desde 1911 Campo de Miguel Bombarda. Antes disso, em 1897, resolvera a Câmara que ela se chamasse Campo do Conselheiro José Luciano de Castro, mas esta deliberação também não foi acatada pelo publico, pouco respeitador em geral das simpatias políticas dos seus vereadores.

Campo do Conde da Barca se chamou primitivamente o campo a que nos referimos, mas o povo com as suas tendências simplificadoras converteu esse nome no de Campo da Barca. O Conde da Barca a quem Florencio José Correia de Melo quis prestar homenagem, era, como se sabe, Antonio de Araújo de Azevedo, que foi nosso ministro na Haia e depois plenipotenciário português em França, por ocasião da negociação do tratado de 10 de Agosto de 1907.

O Campo da Barca fica na margem esquerda da Ribeira de João Gomes, e tinha como limite sul o Larginho de São João, onde desembocam as Ruas do Oudinot, Infância e Ornelas. A rua, que no prolongamento da Avenida de João de Deus, atravessa este Campo, dividiu o em duas partes bem distintas, sendo a do sul transformada numa Praça, que tem o nome de Tenerife, e na do norte encontram-se o Posto de Desinfecção Terrestre, aberto ao serviço publico em 1905, e o Dispensário Anti Tuberculoso Distrital, construído no ano de 1933. Em frente deste Dispensário se levanta o monumento ao Conde do Canavial, que se encontrava na Avenida do Doutor Manuel de Arriaga.

Barcelos. (Pico dos). Sítio povoado da freguesia de Santo Antonio do Funchal. Conhecido com o mesmo nome, nele se levanta um pequeno morro, que é hoje ponto obrigado de atracção para todos os turistas que visitam a Madeira. Os terrenos que longamente se estendem desde a Ponta do Garajau até ao Cabo Girão formam um vasto semicírculo, em cujo diâmetro e no centro deste se ergue a eminência do Pico dos Barcelos, contemplando se deste ponto um dos mais atraentes e formosos panoramas, que seja porventura possível oferecer se à vista de qualquer visitante. A estrada que ali conduz, construída em 1917,

facilita o acesso deste local, quasi frequentado a toda a hora por inúmeros visitantes nacionais e estrangeiros. Parece que este sítio tirou o nome de Diogo Barcelos um dos primitivos povoadores, que por ali possuía alguns tractos de terreno.

Bardo. V. Barreira.

Barradas (Diogo). Falando Gaspar Frutuoso das filhas de Tristão Teixeira, primeiro capitão donatario de Machico, acrescenta, sem parecer haver íntima relação com os antecedentes, o seguinte: E este capitão Tristam, por uma desgraça que aconteceu em sua casa a hum Tristam Barradas, homem havido por fidalgo, o qual este capitam castigou e o teve aferrolhado com huma braga moendo em hum moinho farinha. El Rey o mandou hir à corte, e que levasse consigo sua filha Catharina Teixeira (como fica dito): esteve preso em Lisboa pelo castigo que fez ao Barradas, e por sentença foi degradado para a Ilha do Principe, e antes que fosse, casou El Rey sua filha mui honradamente: alguns anos esteve neste desterro, no fim dos quaes El Rey o mandou vir, e o restituhio outra vez na Capitania, e governou ainda muitos annos depois disso.

É um episodio curioso dos costumes da época e que dá a medida do despotico poder dos donatarios nos tempos primitivos da colonização, cujas atribuições civis e criminaes eram tão latitudinarias, que só excluía o julgamento das causas de morte ou talhamento de membro, como se pode ler no artigo Administração Judicial.

Com respeito ao episódio que fica sumariamente narrado, deve ler se o documento que vem transcrito a pag. 138 da edição das Saudades da Terra de 1925, que é sobremaneira interessante e nos dá uma ideia aproximada da maneira como se administrava a justiça no tempo dos donatarios.

Barradas (Dr. Francisco da Silva). Nasceu na freguesia de Câmara de Lobos e era formado em direito pela Universidade de Coimbra. Teve grande nomeada em Lisboa como advogado e especialmente como tabelião, e redigiu durante alguns anos uma revista jurídica, que se ocupava muito particularmente de

assuntos do notariado e que gozou de grandes créditos no seu tempo. Morreu em Lisboa no ultimo decenio do seculo XIX.

Barral (Dr. Francisco Antonio). Foi este distinto clinico e lente da Escola Medica de Lisboa que em 1852 acompanhou à Madeira a imperatriz D. Amelia, na qualidade de medico assistente da malograda princesa D. Maria Amelia, que faleceu nesta cidade a 4 de Fevereiro de 1853. (V. Amelia (Imperatriz D.). e Hospícios da Princesa D. Maria Amélia).

O Dr. Barral foi um dos mais dedicados auxiliares da imperatriz D. Amélia na fundação provisória do Hospício, que começou a funcionar numa casa à rua do Castanheiro.

Em 1854 publicou o Dr. Barral em Lisboa num volume de 347 paginas a obra intitulada Noticia sobre o clima do Funchal e sua influencia do tratamento da phthisica pulmonar, que sobre o assunto é considerada um trabalho muito valioso. Esta obra foi traduzida em francês pelo Dr. P. Garnier e publicada em Paris em 1858 sob o título de Climat de Madère et son influence thérapeutique sur la pthisie pulmonaire.

Barredo (António Pereira). Sucedeu a Tristão Vaz da Veiga. (V. este nome) no governo geral da Madeira, tendo sido nomeado a 30 de Dezembro de 1590 e havendo tomado posse a 21 de Agosto de 1591. Serviu até 20 de Abril de 1595.

Barreira. Ao que com toda a propriedade se deve chamar barreira, dá o povo nesta ilha o nome de bardo, que quer significar o tapume ou trincheira feito de estacas e ramos de árvores e destinado a impedir que os gados que pastavam livremente nas serras e baldios, descessem ao povoado e terras cultivadas. Estes bardos eram e são ainda vulgares entre nós e em geral constituíam a linha divisória entre os terrenos de cultivo e os logradouros comuns para a pastagem do gado e apanha de lenhas e matos. As antigas posturas municipais de algumas câmaras deste arquipelago continham várias disposições referentes a bardos, pastagem de gados etc.. A legislação vigente alterou profundamente aquelas leis concelhias e estabeleceu outras disposições, principalmente as que dizem respeito à liberdade do gado lanigero, caprino e suíno pastar nos chamados logradouros comuns.

Barreirinha. Pequena praia que fica situada a leste da fortaleza de Santiago e a jusante da igreja paroquial de Santa Maria Maior. Prestava-se a ser uma praia de banhos, que a Câmara do Funchal tornou de fácil acesso no ano de 1939, melhorando o local e o caminho que lá conduz.

Barreiro (Fonte do). Pequena fonte nas proximidades do sopé do Pico Ruivo, e a cerca de 1870 metros acima do nível do mar. No verão fornece muito pouca água. Cremos não haver outra fonte na Madeira, tão altamente situada como a do Barreiro. A sua água, que tivemos ocasião de beber nos meses de Julho e Agosto, é límpida e muito fresca.

Barreiro (Montado do). Estende-se desde o Ribeiro do Pisão até o Terreiro das Águas, tem terrenos para pinheiros e árvores agrestes e terrenos para pastagens. Ha nele algumas matas de loureiros e urzes.

O Montado do Barreiro é abundantíssimo em águas tendo aí a sua origem a levada do Barreiro e alguns dos mananciais que concorrem para alimentar as levadas de Santa Luzia das Hortas, de D. Isabel, etc.. As nascentes dos Tornos, sobranceiras á Ribeira de Santa Luzia ficam no referido montado.

O fluxo total das águas do montado do Barreiro é, segundo os peritos que as mediram há poucos anos, de 4:140 litros por minuto pertencendo 512 litros à levada do Barreiro 2:728 litros à Ribeira de Santa Luzia e levadas que tem nela sua origem, e 900 litros às nascentes dos Tornos, sendo estas últimas águas destinadas pela Câmara ao abastecimento da cidade. As obras de canalização das águas dos Tornos até um reservatório no sítio dos Saltos, ficaram concluídas a 22 de Outubro de 1910, achando-se apenas iniciados os demais trabalhos, que consistem em conduzir as mesmas águas até a cidade.

Pretendiam os proprietários do Montado do Barreiro que a Câmara lhes pagasse pela expropriação dos terrenos do mesmo montado e respectivas águas, exceptuando as da levada do Barreiro, a indemnização de 387:517\$00, mas esta importância ficou reduzida, em virtude de sentença judicial, a 42:163\$07, que ao que nos consta, se não acham ainda integralmente pagos.

A este assunto interessam particularmente os opúsculos A Expropriação do Montado do Barreiro . . . por Pedro de Góis Pita e a Acção de expropriação do Montado do Barreiro requerida pela Câmara do Funchal por Juvenal Henriques de Araújo.

(V. abastecimento de Águas).

Barreiros (Estádio dos). Na freguesia de São Martinho, no sítio do Ribeiro Seco de Cima, onde chamam os Barreiros, fica um excelente campo de jogos desportivos, conhecido pelo nome de Estádio dos Barreiros, que tem a superfície aproximada de 18.000 metros quadrados e que foi solenemente inaugurado no ano de 1927.

Barreto (D. Jeronimo). Foi D. Jeronimo Barreto o sexto bispo do Funchal, tendo estado na direcção desta diocese no período decorrido de 1574 a 1585, e sendo neste ano transferido para o bispado do Algarve.

Pertencia a nobres e distintas famílias, sendo filho de Gaspar Nunes Barreto e de D. Isabel Cardoso, senhores de Farreriz e Penagate, e tendo nascido no arcebispado de Braga no ano de 1543.

Depois de haver terminado o seu curso de teologia na Universidade de Coimbra e não tendo ainda a idade legal para exercer o episcopado, foi nomeado bispo da Madeira em 1572 e por isso só pode receber a sagração episcopal em 1573, quando completou os anos exigidos pelas leis canónicas.

A 31 de Outubro de 1574 chegou ao Funchal a assumir o governo desta diocese, deixando de si as mais honrosas tradições e vinculando o seu nome ao assinalado serviço da organização e publicação das Constituições Diocesanas, que se tornavam indispensáveis para o bom regimen dos diversos negócios religiosos do bispado.

Para isso, fez reunir, pela primeira vez nesta ilha, um sínodo diocesano com a assistência do cabido, clero paroquial e outros sacerdotes e em sessões sucessivas se discutiram e organizaram as Constituições, que foram solenemente promulgadas na Sé Catedral no dia 18 de Outubro de 1578, aniversário da sagração da mesma Sé. Estas Constituições foram impressas em Lisboa em 1585 num volume de 188 paginas. O bispo D. Luiz Figueiredo de Lemos promulgou em 1579 umas Constituições Extravagantes, que foram impressas em 1601. Umas e outras ainda hoje constituem as leis canónicas privativas, por que se rege esta diocese na

execução das leis gerais da Igreja. Foi D. Jerónimo Barreto extremamente zeloso no desempenho das suas funções episcopais, e entre outras medidas que adoptou no governo da sua diocese, deve mencionar se a criação de algumas paróquias e curatos, a reforma que introduziu no cabido e nas colegiadas, fazendo em especial suscitar a observância de muitos pontos da disciplina eclesiástica que tinham caído em desuso.

D. Jerónimo Barreto foi transferido para a diocese de Silves em 1585 e ali morreu em 1589 tendo apenas 45 anos de idade.

Barreto (D. Manuel Agostinho). Foi o penúltimo e 26.º bispo desta diocese. Pelo que conhecemos das crónicas eclesiásticas madeirenses, podemos afirmar que foi o mais ilustre prelado que ocupou o sôlio episcopal do Funchal. Nasceu a 7 de Dezembro de 1835 na freguesia do Coentral, bispado de Coimbra, sendo filho de José Agostinho Barreto e de D. Maria Barreto. Concluiu em 1858 a sua formatura em teologia na Universidade de Coimbra e em 1864 foi nomeado cônego da Sé de Lamego. Desempenhou ali cargos importantes, como os de professor do Seminário, vigário geral e provisor e governador do bispado. Gozou em todo o continente da fama de notável pregador, proferindo alguns discursos que ficaram demoráveis. Na diocese de Lamego, criou em torno do seu nome uma verdadeira auréola de veneração e da mais respeitosa estima pelas suas virtudes, austeridade de character, talento, ilustração e acendrado zelo no desempenho das funções eclesiásticas que ali exerceu durante alguns anos.

A 8 de Junho de 1876 foi apresentado bispo do Funchal e confirmado pela Santa Sé a 29 de Setembro do mesmo ano. Por provisão de 16 de Dezembro nomeou o cônego João Frederico Nunes governador do bispado do Funchal, que então exercia o cargo de vigário capitular, tomando posse da diocese, por procuração passada ao cônego Alfredo César de Oliveira, a 26 do referido mês.

A sua sagração episcopal realizou-se na basílica da Estrela em Lisboa a 4 de Fevereiro de 1877, sendo sagrante o arcebispo de Mitilene D. Antonio José de Freitas Honorato, que fora seu lente em Coimbra, tendo como prelados assistentes D. José Maria Ferrão de Carvalho Martens, bispo de Bragança, e D. José Lino de Oliveira, bispo resignatário de Angola. No dia 22 do mesmo mês chegou D. Manuel Barreto, a esta cidade, e no dia 25 fez a sua entrada solene na Catedral, proferindo por essa ocasião um eloquente discurso que impressionou vivamente o auditório.

Um mês depois da sua chegada a esta cidade, levantou se um conflito grave entre o prelado e a Câmara Municipal do Funchal, motivado pelo enterramento dum suicida no cemitério das Angústias, como já atrás ficou referido (V. Angústias). Revelou então a maior independência de carácter pela maneira como resolveu a questão e o desassombro como a tratou no púlpito da Catedral num discurso que ficou imemorável, embora não faltasse quem classificasse o acto de uma imprudente e irreflectida coragem e até como um desafio lançado às classes liberais da Madeira. O prelado deu observância às leis canónicas e arrostou inteiramente com as consequências do cumprimento do dever.

Passada essa tormentosa borrasca, dedicou se inteiramente à administração da sua diocese, que até os últimos momentos da sua longa carreira episcopal lhe absorveu por completo a actividade do seu espírito, sempre cheio da maior dedicação e do mais acendrado zelo e solicitude pelo bem estar do rebanho que lhe fora confiado. Procurando um sossegado e remansoso refúgio, recolheu se à modesta residência da Penha de França e ali passou 34 anos no retiro e no trabalho, abandonando o seu eremitério somente quando as forçadas obrigações do seu ministério, os deveres oficiais ou a sua abalada saúde a isso violentamente o compeliavam. Pouco tardou que as suas grandes qualidades de apóstolo, o seu raro tacto administrativo, a sua inflexível energia na observância da disciplina eclesiástica, a reforma notabilíssima do seminário, o zelo inexcedível na propaganda e desenvolvimento do sentimento religioso, a austeridade da sua vida sempre modesta e despida de todo o aparato, a sua ardente e proverbial caridade, a activa e nunca interrompida evangelização por meio da palavra falada e escrita a criação de escolas e de várias obras sociais, as frequentes visitas pastorais a toda a diocese etc., etc., lhe granjeassem em volta do seu nome o mais alto prestígio, a mais elevada consideração e o mais profundo respeito que poucos prelados portugueses terão conseguido alcançar nos últimos 50 anos. Se ainda acrescentarmos os brilhantes dotes oratórios que o tornaram um orador de raça, a sua notável ilustração, as suas qualidades de escritor, a encantadora conversação que tanto prendia e atraía, veremos convergir num só homem uma série de tão raros e extraordinários predicados, que apenas os poderemos encontrar dispersos em muitos indivíduos. Foi por tudo isso considerado o primeiro bispo português do seu tempo.

As suas primeiras e mais desveladas medidas dirigiram se ao seminário diocesano. Chegou ao Funchal em fins de Fevereiro de 1877, e já em princípios do mês de Outubro seguinte funcionava ali um curso completo de estudos preparatórios, que não havia, era alargado o seu internato, completamente remodelado o seu funcionamento interno, passando todo o estabelecimento por uma radical transformação. Tendo conseguido por na direcção desta casa de instrução e educação religiosa o padre Ernesto Schmitz, prestou

ali este eclesiástico os mais assinalados e relevantes serviços não só na formação e preparação do futuro clero, mas ainda no estabelecimento de um museu de zoologia de caracter regional, que foi uma criação verdadeiramente modelar no seu género, e a que se referem com muitos louvores alguns distintos naturalistas estrangeiros que o visitaram, tendo adjunto um gabinete de física para o ensino pratico desta ciência. O maior empenho de D. Manuel Agostinho Barreto foi dotar a diocese com um edificio apropriado para a instalação do seminário, em que os diversos serviços dum estabelecimento desta natureza estivessem amplamente acomodados e pudessem satisfazer por completo ao seu fim. Deparou se lhe esse ardente desejo com a herança que lhe legou D. Maria Leopoldina de Oliveira, fazendo levantar na cerca do extinto convento da Incarnação um belo e amplo edificio, em que dispendeu toda a sua fortuna herdada e adquirida, e que a pesar de não ter ficado inteiramente concluído, possuía a capacidade e os requisitos indispensáveis para a instalação do seminário diocesano, que ali funcionou alguns anos, até que foi extinto pelo decreto de 20 de Abril de 1911, passando imediatamente a casa á posse do Estado. (V. Seminario).

Longe iríamos se tivéssemos que referir nos pormenorizadamente a todos os actos da administração episcopal de D. Manuel Agostinho Barreto. Quem quiser possuir conhecimento mais detalhado da sua biografia como bispo desta diocese, leia o n. 168 da Quinzena Religiosa, de I de Fevereiro de 1908, e o n. 2008 do Heraldo da Madeira, de 27 de Junho de 1911.

D. Manuel Agostinho Barreto faleceu na residência da capela da Penha de França a 26 de Junho de 1911 e foi sepultado no cemitério das Angústias, encontrando se entre as ultimas disposições da sua vontade este humilde e piedoso pormenor: “roga que passados cinco anos os seus ossos sejam trasladados em pequena urna para o adro da capela da Penha em frente e junto da porta principal, cobrindo os uma singela lápide onde se gravará o seu nome com as datas do nascimento e óbito, tendo no alto uma cruz e em baixo as letras P. N. A. M., para implorar aos fieis que passem um piedoso Requiem aeternam”. Volvidos 12 anos, a 26 de Junho de 1923, realizou se solenemente a trasladação dos restos mortais do eminente prelado, que ficaram cobertos com uma pequena pedra sepulcral, em que se lê este modesto epitáfio: D. Manuel Agostinho Barreto, Bispo do Funchal. Nasceu a 7 de Dezembro de 1835 e faleceu a 26 de Junho de 1911 com 76 anos de idade e 34 de episcopado. P. A. H. M..

Da Parte IV do Tomo IV da notável obra Historia da Igreja em Portugal, do illustre escritor Fortunato de Almeida, transcrevemos um resumo dos principais dados biográficos do prelado D. Manuel Agostinho Barreto:

“Nasceu na freguesia de Pedrogam Grande a 7 de Dezembro de 1835 e formou se em teologia na universidade de Coimbra em 1858. Foi professor de sciências eclesiásticas no seminário de Lamego desde 1864, cónego da sé da mesma cidade desde 1866, provisor e vigário geral do bispado desde 1868, prelado doméstico de Sua Santidade desde 1870. Apresentado na sé do Funchal por decreto de 8 de Junho de 1876, foi confirmado em consistório de 29 de Setembro do mesmo ano. Tomou posse por seu procurador, o cónego Alfredo César de Oliveira, em 26 de Dezembro. A 4 de Fevereiro de 1877 foi sagrado na basílica do Coração de Jesus, à Estrela, em Lisboa, pelo Arcebispo de Mitilene D. António José de Freitas Honorato, assistido por D. José Maria Ferrão de Carvalho Martens, Bispo de Bragança, e D. José Lino de Oliveira, Bispo resignatário de Angola. Partiu de Lisboa em 20 de Fevereiro, e aportou ao Funchal na tarde de 22. No domingo imediato, dia 25, fez a sua entrada solene; e a 2 de Março expediu a sua primeira pastoral.

“D. Manuel Agostinho Barreto foi um Bispo notabilíssimo por seus talentos e virtudes. Orador distinto, revelou se igualmente escritor de grande mérito em suas pastorais; algumas destas são modelares, pela substância doutrinal e pela contextura literária. A caridade, a humildade e o espírito de justiça foram virtudes em que sempre se distinguiu; e o seu zelo pastoral, a dedicação aos negócios da sua diocese e o desprendimento de todos os interesses pessoais fazem lembrar os mais virtuosos prelados portugueses de outros tempos. Desde o princípio que este brilhante conjunto de predicados lhe mereceu a veneração dos seus diocesanos. D. Manuel Agostinho Barreto diz um seu biógrafo foi um padre e um bispo modelares. Tendo recebido legados importantes que lhe permitiam amplo conforto e até fausto, vivia a dentro da sua residência modestíssima com uma simplicidade de asceta. Um leito pobre e uma mesa pobre satisfaziam lhe as necessidades materiais da sua existência toda devotada à vida espiritual. Essas rendas tinham em seu entender, um mais útil emprego na instituição de escolas, no socorro a viúvos, na protecção aos órfãos, no auxilio a todos os desvalidos da fortuna”.

“A obra predilecta de D. Manuel Agostinho Barreto foi o seminário diocesano, que notavelmente reformou e melhorou. Além de criar algumas cadeiras novas, fundou um gabinete de sciências fisico naturais, sob a direcção do Padre Ernesto Schmitz; e obra tão notável foi essa, que mereceu os elogios de especialistas nacionais e estrangeiros. Posteriormente, reconhecendo que o velho edificio da rua do Mosteiro Novo se encontrava em más condições, mandou construir à sua custa e com penosos sacrificios o novo seminário da Encarnação, que ficou sendo uma fulgente coroa de glória para o grande prelado”.

Barreto (Padre Jaime de Gouveia). Nasceu no Porto do Moniz a 13 de Maio de 1887 e frequentou o Seminário Episcopal do Funchal, tomando ordens de presbítero em 1910. Tendo coadjuvado o Rev. Padre Ernesto Schmitz na preparação e determinação dos exemplares de historia natural existentes no museu do Seminário, adquiriu uma certa predilecção por este género de trabalhos, sendo por isso encarregado mais tarde da direcção do mesmo museu, quando o referido sacerdote se ausentou para Jerusalém. Colheu grande numero de líquenes e de fungos madeirenses, tendo aqueles sido estudados pelo Professor Navas e estes pelo Professor Torrend, e é sócio da Sociedade de Ciências Naturais de Saragoça. Tendo sido chamado para frequentar a escola de oficiais milicianos em Lisboa enquanto durou o estado de guerra entre Portugal e a Alemanha, conseguiu ser despachado alferes capelão do Corpo Expedicionário Português em França, partindo para aquele país a 23 de Maio de 1918, tendo regressado à pátria em Junho de 1919.

É professor do Seminário Diocesano e director dos gabinetes de ciências naturais do mesmo estabelecimento de ensino. Foi agraciado com o título de monsenhor e é cónego da Sé do Funchal.

Barreto (Remigio António Gil Spínola). Por decreto de 1 de Maio de 1913 foi nomeado governador civil substituto deste distrito, e tomou posse a 10 do mesmo mês e ano.

Foi eleito senador pela Madeira a 13 de Julho de 1915.

É bacharel formado em direito, notário na cidade do Funchal e nasceu na vila de Santa Cruz a 24 de Fevereiro de 1870.

Barrilha. São conhecidos por este nome em todo o arquipelago da Madeira, o *Mesembrianthemum nodiflorum*, o *M. crystallinum* e a *Suaeda fruticosa*, pertencendo as duas primeiras plantas à família das Aizoaceas, e a ultima, que é lenhosa, é das Quenopodeaceas. Outrora extraia-se a soda destas plantas, pondo as a secar ao sol e queimando as depois dentro de covas feitas no terreno. Depois de queimados os corpos que entram na composição da barrilha, ficava pelo arrefecimento uma substancia dura e alcalina denominada soda bruta, e a que os madeirenses chamavam pedra de barrilha ou pedra de fazer sabão. A soda bruta era descarbonatada pela cal.

Barros. Quem primeiramente usou entre eles este apelido foi Vasco Delgado que passou a esta ilha nos tempos primitivos da colonização. Fez assentamento na freguesia do Campanário, onde teve muitas terras de sesmaria, principalmente na ribeira dos Melões, e também luzida casa, segundo diz um antigo nobiliario. Tinha esta família o seguinte brasão de armas: em campo vermelho três bandas de prata e sobre o campo nove estrelas de ouro; sobre o primeiro em a cabeça uma, sobre o segundo tres, sobre o terceiro três e sobre o quarto duas; e por diferença uma morlota preta sobre uma das bandas; o elmo de prata aberto guarnecido de ouro, paquife de ouro vermelho e prata e por timbre uma aspa vermelha e sobre ela cinco estrelas das armas.

Diogo de Barros Pedro Gonçalves de Barros, que pertenciam a esta família, distinguiram se em Africa, particularmente na conquista de Azamor, dizendo do primeiro Gaspar Frutuoso que era este Diogo de Barros tão conhecido dos mouros, e tinha entre eles tanto nome de bom cavalleiro, que o temiam como a mesma morte: e, sendo huma vez com outros cavalleiros na tomada de huns aduares, onde os mouros traziam seu gado seguro dos christãos, cercados de fossos, acequias, e matamorras cobertas de terra, os christãos comtudo deram sobre elles, e este Diogo de Barros, pela experiencia que tinha das covas, entendeo que ali estavam, saltouas no seu cavallo, e vendo que seu irmão mais velho Pedro Gonçalves de Barros receava de fazer o mesmo, como era assomado de condição e bom cavalleiro, tornou atraz, e por força o fez saltar, dizendo lhe a “que se o não fizesse enrestaria a lança nelle, porque nos perigos da guerra se haviam de conhecer os cavalleiros; e por grandes que fossem nelles se haviam de divisar e signalar os Barros”. E dizendo isto, ambos saltaram os fossos, dando «Sanctiago» nos mouros com muita fúria, e fazendo nelles muito estrago, onde os desbarataram».

Barros (Diogo de). Foi um esforçado cavaleiro madeirense, que bastante se distinguiu nas nossas campanhas de Marrocos, principalmente na tomada de Azamor, aonde acompanhou o quarto capitão donatario do Funchal João Gonçalves da Câmara. (V. Barros).

Barros Gomes (Henrique de). Esteve no Funchal desde 8 de Julho a 2 de Setembro de 1878, na qualidade de Director do Banco de Portugal, por causa da falência de João José Rodrigues Leitão, agente do mesmo banco nesta ilha. (V. Bancos).

Barros (João de). Este nosso notável historiador (1496 1570) ocupa se, na sua conhecida obra *Asia*, década 10, do descobrimento do arquipélago da Madeira.

Barros (Vasco Delgado de). Foi um dos primeiros povoadores, e instituiu o morgadio do Campanário, nas fazendas da Ribeira dos Melões.

Barrow (John). Este conhecido viajante e orientalista inglês esteve na Madeira em 1792, tendo publicado uma descrição da sua visita a esta ilha, na obra que tem por título *Voyage to Cochin China*. Existe uma tradução desta descrição, publicada nos números 290 a 292 e 297 a 298 do *Heraldo da Madeira*.

Barruncho (José Maria Smith). Diz o dicionário Portugal que este distinto oficial do nosso exército era de origem inglesa e que nascera no Funchal em 1839, tendo falecido em Lisboa, no posto de general, a 26 de Julho de 1898.

Bartolomeu (João). Foi por alvará de 10 de Novembro de 1618 nomeado engenheiro director das fortificações que então se estavam construindo nesta ilha. Manuel Tomás no livro X da *Insulana* faz lhe uma referência muito elogiosa. (V. *Diccionario dos Arch. e Eng. Port.* vol. 2.1, pag. 34).

Basaltos. Rochas vulcanicas anegradas, compactas e duras, formadas de labrador feldspato e augite. São relativamente pobres em silica, mas contêm mais cal e magnesia que a traquite, que é rica em silica.

Segundo o geólogo James Smith, de Jordan Hill, conhecem se na Madeira o basalto compacto (pedra viva ou alvenaria), o basalto vesicular (cantaria rija) e o basalto escoriáceo. Os tufos alternam muitas vezes com os basaltos, e é frequente verem se os basaltos compactos assentarem sobre camadas de basalto escoriáceo.

O basalto compacto, quando em camadas espessas, fende se muitas vezes verticalmente em colunas de secção poligonal, como se vê frequentemente nas pedreiras, e como se pode observar também nas proximidades do Gorgulho, no Tem te não Caias, (Porto da Cruz) e no Faial.

O basalto compacto é usado em todo o género de construções, sendo porém insusceptível de ser lavrado, pela rijeza do seu grão.

O basalto vesicular encontra se principalmente nas vizinhanças de Câmara de Lobos, e dele se faz uso em toda a ilha para umbrais de portas, cunhais, degraus, etc..

O basalto escoriaceo aparece por toda a parte, tendo muitas vezes de permeio o basalto compacto, mas não é utilizado nas construções.

Os basaltos, muito frequentes na região inferior da Madeira, e que também aparecem no Porto Santo e nas Desertas, contem geralmente cristais de augite e de olivina, aqueles de cor negra, estes esverdinados. Apresentam se muitas vezes em diques, verticais ou oblíquos atravessando camadas de conglomerados ou de rochas basálticas que se fenderam.

Batalha Reis (Antonio). Esteve na Madeira em 1905 e fez uma conferencia sobre enologia, nas salas da Associação Comercial, em 11 de Outubro de 1905. Existe publicado um resumo desta conferencia.

Bateria de artilharia. Desde 23 de Junho de 1877 que existe na Madeira uma força permanente de artilharia, da qual foi primeiro comandante o capitão Henrique de Lima e Cunha, que exerceu este cargo até 20 de Janeiro de 1878. Antes disso era a ilha guarnecida por destacamentos de artilharia, vindos de Portugal.

A primitiva companhia n1 3 de artilharia de guarnição passou a denominar se Bateria n1 3 de Artilharia de Guarnição a I de Janeiro de 1902, e Bateria n1 3 de Artilharia de Montanha a 30 de Junho de 1911.

Batateira (Ipomaea Batatas). Convolvulacea originaria da América do Sul, comum na Madeira. A batateira de folhas recortadas foi introduzida na ilha no meado do século XVII, a de folhas inteiras ou angulosas só começou a ser cultivada em 1845, tendo vindo de Demerara os primeiros exemplares que aqui apareceram.

Os madeirenses chamam rama à parte aérea da batateira, sendo por meio dela que se faz a multiplicação da planta.

As batatas constituem um dos principais alimentos da população madeirense, podendo confeccionar se com elas um doce muito saboroso.

Acerca da batata doce, cultivada em grande escala na Madeira e de que os seus habitantes das freguesias rurais fazem tão largo consumo, vamos transcrever um artigo publicado há anos no Portugal Agrícola, que encerra interessantes informações, que podem ser proveitosas aos madeirenses cultivadores desse tubérculo.

A batata doce (Batata edulis), planta da família das Convolvulaceas introduzida na Madeira no meado do século XVII, vegeta bem nesta ilha desde as proximidades do mar até aos limites da região cultivada. A sua multiplicação na Madeira faz se por meio de estacas, que na região baixa se plantam todo o ano, e nos pontos elevados desde Maio até Julho.

Agricultores ha que tiram anualmente das suas terras duas e três colheitas de batata doce, mas este caso só se dá nos sítios quentes e baixos, e onde as chuvas são menos copiosas. Nos terrenos altamente situados obtém-se apenas uma produção d'essas raizes em cada anno, fazendo se a colheita geralmente antes da época em que as chuvas são mais abundantes, afim de obstar a que a humidade torne os tubérculos aquosos e difíceis de conservar. A batata doce é pouco exigente no que respeita à qualidade das terras, mas dá produções mais abundantes nos terrenos seccos, profundos e de uma consistência média.

Existem na Madeira duas variedades bem distintas da Batata edulis: a variedade cordifolia, de folhas inteiras ou quasi inteiras, e a variedade digitata, de folhas mais ou menos profundamente lobadas. Esta

ultima é a mais antiga na terra; a introdução da variedade cordifolia, data de 1845, tendo vindo de Demerara os primeiros exemplares que aqui foram cultivados.

Os madeirenses não dão nomes particulares aos tuberculos da batateira, mas a rama (parte aérea da planta), recebe varias designações, conforme a cor e o aspecto que apresenta. Na variedade cordifolia são frequentes as duas subvariedades seguintes: rama inglesa e rama de S. Martinho, que produzem ambas batatas brancas.

Na variedade digitata, muito mais rica em formas do que a precedente, podem assinalar se como communs as seguintes subvariedades: rama Machiqueira ou de Sandwich, da Magdalena, frizada, de graveto, braço de rei, brasileira, feiticeira e de Cayenna, sendo brancos os tubérculos das quatro primeiras, avermelhados nas duas seguintes, um pouco violaceos na penúltima e amarelos na ultima. Filia se na mesma variedade a rama da terra, introduzida no século XVIII e hoje muito rara na ilha.

“A rama da terra produz as mais das vezes batatas maiores e mais doces e farinhosas do que uma grande parte das subvariedades modernas; tem, porém, o inconveniente de requerer mais tempo para formar raizes e de só dar uma colheita em cada anno, o que a torna pouco rendosa e, portanto, menos apreciada, pelos agricultores madeirenses. As suas raizes são brancas, raras vezes amarellas.

“As raizes da batata doce são feculentas, assucaradas, agradáveis ao paladar e duma digestão mais fácil do que os tubérculos da solanacea conhecida na ilha pelo nome de semilha. Os madeirenses consomem nas em larga escala, e dão nas também aos seus animais domésticos, que as comem com grande avidez. Com ellas se confecciona um doce muito apreciado pelos estrangeiros.

Os ramos da batata doce constituem um excelente alimento para o gado. Na Madeira só é costume dal os aos animais no estado verde, mas poderiam ser ainda utilizados como forragem secca, havendo a cautela de os colher e preparar antes das chuvas.

A batata doce, que, como dissemos, só por meio de estacas se multiplica na ilha, é cultivada em regos, associando se lhe de ordinário outras plantas, como couves, milho, feijões, ervilhas, etc.. As batateiras ocupam de ordinário um dos lados dos regos, correndo muitas vezes sobre os camalhões.

Batista. Este apelido procede de Misser João Batista, que era de nobre família genovesa de Usodimare e que no ultimo quartel do século XV se estabeleceu nesta ilha. Fez assentamento na freguesia do Porto da Cruz, onde teve muitas terras de sesmaria. Com o nome de Terra Batista há um sítio naquela freguesia, que pertencia ao morgadio instituído por Misser João Batista e que se perpetuou nos seus descendentes. Casou com Tristoa Teixeira, filha do descobridor Tristão Vaz, primeiro capitão donatario de Machico.

Batista de Sousa (Dr. Antonio). Foi deputado por este arquipelago na legislatura de 1892 a 1893 e também par do reino electivo pela Madeira na sessão parlamentar de 1894 a 1895.

Batista (Fr. Gregorio). Natural do Funchal e conjectura se ter nascido no ultimo quartel do século XVI. Foi religioso da ordem serafica e pertenceu á provincia da Catalunha. Anos depois entrou na ordem beneditina, num convento da cidade da Baia, voltando mais tarde à ordem de S. Francisco, que primitivamente abraçara. Nesta ultima exerceu cargos importantes, como lente de Escritura, examinador das ordens militares e ainda outros. Publicou vários sermões, que foram vertidos em espanhol e italiano, o que prova o seu valor. Alguns vêm enumerados no Dicionario Bibliographico de Inocencio. Nesta obra faz se também menção do livro deste autor Completas da Vida de Cristo. . ., publicado em 1623. A Bibliotheca Lusitana cita duas obras suas escritas em latim, publicadas em 1621 e 1638. Morreu depois do ano de 1640. Nada mais sabemos acerca deste madeirense, que parece ter sido homem de incontestavel merecimento.

Batista Santos (José da Cruz). Poeta e jornalista madeirense nascido no Funchal a 24 de Novembro de 1887. Colaborou no jornal republicano O Povo e é ao presente um dos redactores do Diário da Madeira E.: Horas de inspiração, Funchal, 1906, de 102 pag. e Rosas e Jasmins, Funchal, 1913, de 55 pags..

Battenberg (Príncipe de). Em Janeiro de 1896 esteve no porto do Funchal o cruzador inglês Blonde, que conduzia o cadáver do príncipe de Battenberg. Este príncipe que acompanhara a expedição

inglesa ao País dos Ashantis, morreu em viagem para esta ilha onde tencionava passar uns tempos para restabelecer a sua deteriorada saúde. Era casado com a princesa Beatriz, neta da Rainha Vitoria, de Inglaterra.

Beatriz (D.). Foi casada com o infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, e governou depois de viúva o arquipelago da Madeira, enquanto durou a menoridade de seu filho D. Diogo, grão mestre da Ordem de Cristo.

Becker (Th.). E.: Dipteren der Kanarischen Inseln und der Insel Madeira (Mitt. Zool. Museum Berlin, IV vol., 10 parte, 1908). Indica este trabalho 212 espécies de dipteros, sendo 14 novas.

Bédmar (Conde de Vargas de). Geologo dinamarquês que estudou a geologia do arquipelago da Madeira. E.: Resumo das observações geológica feitas em uma viagem ás ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores nos annos de 1835 e 1836 (Lisboa, 1837). Publicou se uma segunda edição desta obra na ilha de S. Miguel, em 1857.

Begonia. Género da família das Begoniaceas, que tem grande numero de representantes nos jardins do Funchal. A Begónia fuchsioides, a B. semperflorens, a B. rex e a B. maculata parecem ser frequentes, assim como diversos híbridos notáveis principalmente pela beleza da sua folhagem. Os madeirenses dão também o nome de begónia ao Farfugium grande, composta de folhas maculadas e um tanto carnudas.

Beija Flôr (O). O primeiro numero é de 7 de Abril de 1842 e o ultimo de 29 de Setembro do mesmo ano, saindo 26 números. Foi seu redactor Servulo de Paula Medina e Vasconcelos.

Belas Donas (Amaryllis Belladona). Amarilidacea frequente no Monte, Camacha, etc. e que floresce no outono, achando se então desprovida de folhas. É originaria da Africa Austral. A beladona medicinal (Atropa Belladona) não existe na Madeira, nem mesmo cultivada.

Belas Noites (*Cestrum vespertinum*). Arbusto ou pequena árvore da família das solanaceas cultivado no Funchal e em Machico.

Beldroega (*Portulaca oleracea*). Planta da família das Portulacaceas, muito comum nas ruas do Funchal. Não é utilizada na Madeira, mas poderia servir para salada, a pesar das suas folhas produzirem efeitos purgativos quando comidas em grande abundância.

Bélgica (Rei da). O rei Leopoldo da Bélgica visitou o Funchal em 1897, tendo desembarcado a 17 de Setembro e saído para Canárias a 19 do mesmo mes. Esteve no Monte, na Eira do Serrado e nalguns outros pontos perto da cidade.

O príncipe Alberto, depois rei da Bélgica na sua viagem ao Cabo da Boa Esperança e ao Estado Livre do Congo, visitou a Madeira a 30 de Abril de 1909, sendo cumprimentado pelas autoridades superiores do distrito.

Belisqueiro. Porção de fio de arame, singelo ou dobrado, que os pescadores ligam à extremidade das linhas e ao qual está fixo o anzol. O belisqueiro é usado para impedir que as linhas de pesca sejam cortadas pela dentadura afiada do peixe a capturar.

Belle Poule. A fragata de guerra francesa Belle Poule e a corveta Favorite ancoraram no porto do Funchal no dia 24 de Julho de 1840, trazendo a seu bordo a missão que tinha por chefe o príncipe de Joinville e que se destinava à ilha de Santa Helena, com o fim de proceder à exumação dos restos mortais do imperador Napoleão e de os conduzir a França. Como se sabe, Napoleão passou na Madeira a bordo da nau inglesa Northumberland no dia 24 de Agosto de 1815, quando ia preso e desterrado para Santa Helena (V.

Napoleão). A expedição comandada pelo príncipe de Joinville não tocou na Madeira no seu regresso à Europa. O chefe e outros membros desta missão assistiram no Funchal a algumas festas dadas em sua honra. A Belle Poule saiu da Madeira a 27 de Julho, em direcção às Canárias.

V. Joinville (Príncipe de).

Bemposta. Sítio da freguesia de Água de Pena. Nele ficava a sede do morgadio instituído por João Afonso Escudeiro em 1512. Era natural do continente do reino e veio para esta ilha pelos anos de 1450. Procedia de nobre ascendência e foram lhe aqui reconhecidos os seus foros de fidalgo. Morreu em 1512, em avançada idade, e por testamento feito a 21 de Junho do mesmo ano, instituiu o vínculo da Bemposta, na freguesia de Água de Pena, e o de S. Lazaro, na freguesia de Santa Cruz. A primeira administradora do morgadio da Bemposta foi D. Catarina Anes Escudeiro, filha de José Afonso, que casou com Lopo Franco de Monção, assim chamado por ser natural da vila deste nome. Passou este à Madeira por 1480, e em 1515 foi primeiro juiz da Câmara de Santa Cruz. Na administração do morgadio da Bemposta sucedeu seu filho João Lopes Franco, e na quinta e capela de S. Lazaro uma filha por nome Maria Franco. O terceiro administrador do morgadio da Bemposta foi Diogo Lopes Tavares, que também herdou o vínculo de S. Lazaro por D. Maria Franco ter morrido sem descendência. Tinha esta família jazigo no antigo convento de Santa Cruz, onde ainda não há muitos anos se encontrava a respectiva lápide tumular com um escudo em que se viam as armas dos Tavares e dos Borralhos.

Beneden (Barão Charles Van). Há muito que este súbdito belga estabeleceu moradia neste arquipélago, tendo durante largos anos residido na quinta dos Cedros em Santo Antonio, e ultimamente na ilha do Porto Santo. Considerado como um distinto escritor no seu país, tendo já uma notável bagagem literária. Entre as obras que podem interessar aos madeirenses, conta se o trabalho intitulado *Au Nord Ouest de l'Afrique/Madère, les iles Canaries, le Maroc*, publicado em Bruxelas em 1882. Na revista belga *La Jeune Wallonie* publicou a interessante narrativa *Voyage aux iles Salvages*, que ocupa 50 paginas da mesma revista e que vem acompanhada de excelentes gravuras. Há quem afirme que nas comedias deste autor *Les Titularisés* e *Le Mariagicide* se encontram incarnadas em várias personagens algumas pessoas conhecidas na sociedade funchalense.

Nasceu na Bélgica a 4 de Julho de 1854 e faleceu no mesmo país no mês de Dezembro de 1929.

Berenguer. Acima da villa, diz Frutuoso, pela terra dentro hum quarto de legoa, está o engenho dos Cabraes; e perto d'elle está outro do Dr. da Calheta Phisico, chamado Pedro Berenguer de Lemilhana, moço fidalgo e cavalleiro da Ordem de Christo. É dele que provem o apelido de Berenguer, e ainda hoje na Calheta conserva o nome de Lombo do Doutor uma parte considerável das terras de sesmaria que ali teve Pedro de Berenguer: Era natural de Valença, em Espanha, doutor em medicina e fidalgo da casa real. Veio para a Madeira no ultimo quartel do século XVI e estabeleceu se na freguesia da Calheta, onde instituiu um morgadio, que transmitiu aos seus descendentes. A ele ou a algum dos seus sucessores foi passada carta de brasão de armas, por alvará régio de 5 de Novembro de de 1524. São elas: campo vermelho e uma banda de azul perfilada de ouro e nela três flores de liz de prata, elmo de prata aberto, paquife de prata a vermelho, e por timbre um braço vestido de vermelho com uma das flores de liz na mão.

O Dr. Pedro de Berenguer Lemilhana morreu na Calheta e foi sepultado no cruzeiro da capela mor da igreja paroquial desta freguesia.

Um dos administradores desta casa vincular foi Gaspar Berenguer de Andrade, que se distinguiu na guerra do Brasil, pelo que teve o habito de Cristo e o foro de fidalgo. Com sua mulher D. Isabel de França fundou o convento de Nossa Senhora das Mercês (V. este nome), de que foram padroeiros e onde foram sepultados. Nasceu Gaspar Berenguer em 1603 e faleceu em 1691.

Foram membros desta família Francisco Berenguer de Lemilhana, que durante 22 anos tomou parte nas guerras de Pernambuco, sendo agraciado com o habito de Cristo, Antonio de Andrade Berenguer, que se distinguiu nas guerras da Restauração e Bartolomeu de Melo Berenguer, que serviu com valentia e coragem nas campanhas do Maranhão.

Beresford (Guilherme Carr). Este conhecido general do exército britânico, que tanto se distinguiu nas guerras peninsulares, foi o comandante das tropas inglesas, que pela segunda vez ocuparam

esta ilha no dia 24 de Dezembro de 1807. Beresford saiu da Madeira, em direcção a Portugal, acompanhado de metade das forças do seu comando a 17 de Agosto de 1808, sendo substituído nesta ilha pelo coronel inglês Mead.

V. Ocupação da Madeira por tropas inglesas.

Berkeley Cotter (J.C.) No extracto das Comunicações da Comissão de Trabalhos Geológicos, tomo II, fascículo II, foi publicado um trabalho com o seguinte título: Notícia de alguns fosseis terciarios do archipelago da Madeira por J. C. Berkeley Cotter, acompanhada de outra noticia de alguns molluscos terrestres fosseis do mesmo archipelago, por Alberto A. Girard. No prólogo deste trabalho lê se o seguinte: Os elementos de estudo submetidos ao nosso exame não são suficientes para precisar com rigor a subdivisão do systema stratigraphico a que pertencem os depósitos que os continham; mas servem, crêmos nós, para confirmar em geral as conclusões a que chegou o sábio professor de Zurich (Karl Mayer) de que os extractos fossiliferos da ilha do Porto Santo e ilhas visinhas, que Bowdich já em 1823 assignalara como terciarios, fazem parte do andar Helveciano, não devendo excluir se, porem, a possibilidade de que parte d'esses depósitos pertençam ao Tortoniano ou andar mais superior do systema Miocenico. Os elementos de estudo de que se faz menção na parte do referido prólogo que fica transcrita, foram fornecidos pelo Rev. Padre Ernesto Schmitz, então professor do Seminário do Funchal. Berkeley faleceu em Dezembro de 1919.

Bertrand (Arthur). Publicou em Paris, em 1841, um livro intitulado Lettres sur l'expedition de Sainte Hélène, que se ocupa da expedição comandada pelo príncipe de Joinville, que em 1840 foi à ilha de Santa Helena a fim de conduzir à Europa os restos mortais de Napoleão I. Consagra oito paginas à passagem dessa expedição pela Madeira, em Julho de 1840.

Bertrand (Henrique de Price). Capitão de mar e guerra e comandante da fragata D. Pedro, que se achava no porto do Funchal por ocasião da proclamação do governo liberal nesta ilha no dia 5 de Junho de 1834. Fez parte do governo interino da Madeira, depois da saída de D. Alvaro da Costa de Macedo

para a cidade de Lisboa.

Besouro. O insecto conhecido na Madeira pelo nome de besouro, é a *Macroglossa stellatarum*, da ordem dos Lepidopteros. Aparece durante a tarde para sugar o nectar das flores, tornando se por este facto um agente inconsciente da fertilização de várias espécies. Pelo seu tamanho e modo de voar, e pelo ruído que produz quando visita as flores, assemelha se por tal forma ao beija flor, que houve já um viajante inglês que supôs ter visto esta pequena ave na Madeira.

A lagarta do besouro madeirense alimenta se de espécie do género *Galium*, e nenhuma das devastações causa portanto nas plantas das hortas e jardins. Quando bem saciada, entra na terra e transforma se aí em crisalida de cor parda.

Depois de um artigo que o Sr. Dr. Nuno Silvestre Teixeira, distinto medico funchalense, publicou no Diário de Noticias há cerca de 25 anos, e em que eram indicados certos hábitos extravagantes dos besouros europeus, ficaram os madeirenses dando o nome de besouros aos indivíduos dotados de costumes idênticos aos que o referido medico atribuiu aqueles insectos. O besouro madeirense, embora exista na Europa, não tem semelhança nem afinidades algumas com o besouro europeu.

Á entrada da noite aparece com grande frequência nos jardins um outro Lepidoptero, muito maior e mais robusto que a *Macroglossa* e a que madeirenses chamam borboletão ou besouro. Este insecto, pertencente também aos esfingídeos, é a *Sphinx Convolvuli*, cujas larvas se alimentam de folhas de batateira etc., etc.. Os rapazes costumam apanhar os borboletões na ocasião em que pousam nas flores para sugar o nectar de que se alimentam.

Besugos (*Pagellus acarne*). Peixe da família dos Espáridas, comum nos mares da Madeira, onde o pescam desde o litoral até cerca de 200 braças. Vive em grandes cardumes e cria se nas poças à beira mar. O sabor é amariscado.

Beterraba (Beta vulgaris subesp. esculenta). Planta da família das Quenopodeaceas, cultivada nalgumas hortas da Madeira. O falecido Conde do Canavial pretendeu generalizar a cultura da beterraba na ilha, a fim desta planta poder servir para a produção do açúcar.

Bettencourt. É esta a forma mais usual de escrever este conhecido apelido de família, tendo, no decorrer dos anos, aparecido entre eles com grafias diversas, segundo o capricho ou a fantasia dos indivíduos que o usavam.

Chegaram alguns a ter a ridícula pretensão de supor que escrito com um h depois do t se queria assim designar um ramo genealógico de mais pura e autêntica nobreza. Houve na Madeira um titular que se recusou a assinar uma escritura pública em que figurava o seu nome, porque o tabelião, pouco versado nestas subtilezas heráldicas, suprimira o h, consoante indispensável às prosápias avoengas do ilustre e ridículo fidalgo.

João de Bettencourt, que foi rei e senhor das ilhas Canárias, pertencia a uma antiga e nobre família da França, onde lhe eram guardados e reconhecidos os foros e privilégios da mais alta nobreza. Um seu sobrinho, por nome Meciot de Bettencourt e sucessor de seu tio, veio a esta ilha nos primeiros tempos da colonização, por haver feito troca com o infante D. Henrique da ilha de Lançarote, por uns avultados rendimentos nesta ilha da Madeira.

Uma filha de Meciot de Bettencourt, que acompanhou seu pai das Canárias, D. Maria de Bettencourt, foi a instituidora do morgadio de Água de Mel, nas freguesias de Santo Antonio e de S. Roque, a favor de Gaspar de Bettencourt, filho de seu irmão Henrique de Bettencourt. Foi este e seu irmão João de Bettencourt os primeiros indivíduos que neste arquipélago usaram este apelido de família.

D. Maria de Bettencourt casou com Rui Gonçalves da Câmara, segundo filho de João Gonçalves Zarco, e que foi capitão donatário da ilha de S. Miguel. Gaspar Bettencourt acompanhou sua tia D. Maria Bettencourt aos Açores e ali casou, sendo o tronco de uma larga descendência. Do morgadio de Água de Mel, de que foi o primeiro administrador, e de todos os sucessores na administração desta importante casa vincular até o último conde do Carvalhal, vem uma desenvolvida notícia na revista Paróquia de Santo Antonio do Funchal, nos números 9 e seguintes do ano de 1915.

Henrique Bettencourt fez assentamento na freguesia da Ribeira Brava, onde teve muitas terras de sesmaria, e ali instituiu um morgadio.

Brasão de armas desta família: Em campo de prata um leão negro rompente, armado de vermelho, tendo por timbre o mesmo leão das armas.

Muitos membros desta família se distinguiram notavelmente na Africa, na Índia e no Brasil, merecendo menção especial Henrique de Bettencourt, que no oriente deu grandes provas de valor, sendo general do mar de Malabar. Morreu num naufrágio, quando ia por capitão mor de umas naus e se dirigia ao reino a encorporar se na expedição que D. Sebastião fez à Africa.

Bettencourt (Anastacio Moniz de). Poeta madeirense falecido na ilha Terceira, onde residiu por largos anos. Em 18 de Maio de 1801 foi nomeado professor substituto das cadeiras de retórica e filosofia, que a este tempo havia no Funchal, e em 30 de Março de 1803 professor da cadeira de filosofia racional. Era bacharel em cânones, pela Universidade de Coimbra e foi pai do Dr. Nicolau Anastacio de Bettencourt, também falecido na ilha Terceira.

Bettencourt de Vasconcellos. (João). Passou com seu pai à ilha Terceira, tendo sido aí degolado em 1582, por ordem de Manuel da Silva, Conde de Torres Vedras, por ser partidário de Filipe II de Castela.

Bettencourt (D. Maria do Monte de Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de). Foi uma das mais distintas senhoras madeirenses pelas suas virtudes, inteligência e ilustração. Nasceu no Funchal por 1809, sendo filha de Pedro de Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt, e faleceu nesta cidade a 12 de Agosto de 1884. Teve colaboração em vários jornais madeirenses e publicou em volumes os dois romances, o Cura de São Lourenço, Lisboa, 1855, de 183 pag., e Bernardo e a mesa de prata de D. Diniz, Funchal, 1879, de 249 pag..

A pesar de se tratar duma contemporânea não conseguimos obter outros dados biográficos a seu respeito.

Bettencourt (Dr. Antonio João de França). Este lente da Universidade de Coimbra nasceu na Calheta a 19 de Outubro de 1927 e era filho de Antonio João de França Bettencourt e de D. Ana Rita Telo de Meneses, sendo oriundo de antigas e nobres famílias daquela vila.

Depois de cursar o liceu do Funchal, matriculou se na faculdade de Teologia da nossa Universidade, em que obteve as mais altas distinções, tendo se nela doutorado e recebido o capelo a 27 de Julho de 1862.

Só dez anos depois é que fez concurso para lente de Teologia, sendo classificado em primeiro lugar e tendo como competidor o Dr. Luiz Maria da Silva Ramos, que mais tarde foi um dos mais distintos professores daquela faculdade. O Dr. Bettencourt apresentou neste concurso um estudo sobre a Verdade philosophica do mysterio da Incarnação, que foi publicado em volume e de que se fizeram duas edições sucessivas, sendo considerado um trabalho muito valioso no seu género.

Foi professor de teologia no Seminário de Coimbra e de historia e de hebraico no liceu da mesma cidade. Pertenceu a várias sociedades scientificas e ao Instituto de Coimbra em cujo órgão colaborou. Foi o fundador e um dos mais brilhantes redactores da Revista de Theologia, que gozou de grande nomeada no seu tempo. Foi um dos mais activos e zelosos provedores da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e deixou o seu nome vinculado a importantes serviços que ali prestou.

Segundo se vê no Esboço Historico Literario da faculdade de theologia da Universidade de Coimbra, pelo Dr. M. Eduardo da Mota Veiga, foi o Dr. França Bettencourt o primeiro madeirense que, desde a reforma do marquês de Pombal em 1772, exerceu ali o professorado na faculdade de Teologia e o segundo que se doutorou na mesma faculdade, tendo sido o primeiro o antigo bispo desta diocese D. Aires de Ornelas e Vasconcelos.

O Dr. Antonio João de França Bettencourt faleceu em Coimbra a 29 de Outubro de 1882, tendo 55 anos de idade.

Bettencourt (E. A.). Em 1875 publicou no Porto um folheto que tem por título Memória sobre a descoberta das ilhas do Porto Santo e Madeira.

Bettencourt (Fr. Pedro de). Pertence à família Bettencourt desta ilha, onde nasceu por meados do século XVI. Entrou na Ordem Seráfica de S. Francisco, tomando o nome de Fr. Pedro de S. Bartolomeu. Passou à Índia e foi ali o fundador dum convento de freiras da sua ordem. Dele se ocupa a Historia Seraphica de Fr. Manuel da Esperança.

Bettencourt (Nicolau Anastacio de). Nasceu este distinto madeirense na freguesia de São Pedro desta cidade a 7 de Fevereiro de 1810, sendo filho do Dr. Anastacio Moniz de Bettencourt e D. Ana Rosa Bettencourt.

O pai do conselheiro Nicolau Anastacio foi um medico muito distinto e literato bastante conhecido e apreciado no seu tempo. O autor da Zargueida dedica lhe um soneto na introdução do seu poema Georgeida, que, a pesar do que possa haver de hiperbólico nesses versos, mostra no entretanto o apreço em que era tido e o bom nome de que gozava entre os seus contemporâneos.

O nosso biografado herdou de seu pai um brilhante talento, que revelou em bem verdes anos e de que depois deu evidentes provas como aluno da Universidade de Coimbra.

Tendo perdido seu pai em tenra idade, foi para Coimbra em 1825, acompanhado de sua mãe, a fim de matricular se na faculdade de filosofia e seguir depois o curso medico.

Em 1827 abandonou os trabalhos escolares para alistar se no batalhão académico sob o comando do conde de Vila Flor, e combatendo contra as forças realistas entrou heroicamente nas acções da Cruz de Alvorços e Ponte de Vouga. Seguindo a sorte dos seus companheiros de armas, teve de sair de Portugal, emigrando para Inglaterra em 1828. Foi ali que recebeu a noticia da morte de sua mãe, que feriu rudemente o seu coração de filho estremecido.

A 14 de Fevereiro de 1829 chegava à ilha Terceira, encorporado no batalhão de voluntários da rainha, e em 11 de Agosto do mesmo ano tomava parte na acção que se deu na vila da Praia entre uma esquadra miguelista e os liberais, e em que estes ficaram vitoriosos.

A expedição preparada na Terceira para libertar as outras ilhas açoreanas ainda sujeitas ao jugo do absolutismo não o deixou indiferente e nela se encorporou voluntariamente, portando se sempre com valentia e assistindo à acção da Ladeira Velha, em S. Miguel, a 2 de Agosto de 1831.

Achava se Nicolau Anastacio de Bettencourt na ilha Terceira, quando ali aportou D. Pedro, imperador do Brasil, a 3 de Março de 1832, a fim de organizar o exército liberal, que devia combater as forças absolutistas e implantar depois entre nós o sistema constitucional.

O exército libertador desembarcou nas praias do Mindelo a 8 de Julho de 1832, fazendo parte dele o nosso ilustre biografado, que no imemorável cerco do Porto deu provas do seu grande denodo e valentia, Sobretudo na celebre acção da Serra do Pilar, a 13 de Agosto de 1832, mostrou Nicolau Anastacio a sua coragem e valor, tendo um destacamento de voluntários a que pertencia merecido os maiores elogios do general Torres, que recomendou ao governo, para serem recompensados, esses arrojados voluntários. Ali combateu com verdadeiro heroísmo ao lado de José Estevão Coelho de Magalhães, Julio Maximo de Oliveira Pimentel, José Silvestre Ribeiro e outros, que depois tanto se distinguiram entre nós em vários ramos da actividade humana.

Estabelecido o governo constitucional, foi Nicolau Bettencourt nomeado secretario geral da prefeitura de Angra e depois transferido para idêntico lugar no distrito de Ponta Delgada, onde também exerceu durante sete anos o lugar de administrador geral e de governador civil, captando ali a mais profunda estima dos seus administrados, pela maneira como desempenhou as funções do seu elevado cargo.

Depois de ter servido algum tempo como governador civil de Aveiro, para que havia sido nomeado por decreto de 23 de Novembro de 1843, foi colocado à frente do distrito de Angra do Heroísmo a 1 de Dezembro de 1844, tendo prestado á ilha Terceira, que considerava a sua segunda pátria, os mais assinalados e relevantes serviços.

Foi ali que se revelou brilhantemente o seu tino administrativo e o seu génio empreendedor, de que são exemplos elequentíssimos a Caixa Económica e Asilo da Infância, que fundou na capital daquele distrito.

Acerca dessas duas instituições dizia um jornal açoreano, por ocasião da sua morte:

“O seu nome é hoje abençoado pelos benefícios e utilíssimos efeitos que em geral d'ali derivam, a tal ponto que, ha poucos meses, a Caixa Económica d'Angra ofereceu ao hospital da Misericórdia cerca de dois contos de reis para uma enfermaria modelo, que deverá ter o nome d'aquelle benemérito, ao passo que o município dava o mesmo nome a uma das ruas da cidade, pelo imperioso dever de o recomendar à gratidão e respeito públicos.

Bastaria a fundação d'aquella casa de caridade e d'aquelle estabelecimento de credito para tornal o inolvidável, podendo avaliar se o trabalhoso empenho para esse fim empregado, sabendo se que na época da sua instituição (1844 53) mal se compreendia ainda o alcance da assistência publica, das associações de caridade e de socorros, e das moralizadoras e populares caixas económicas.

Durante o período de doze anos, que quasi ininterruptamente administrou o distrito de Angra, não deixou de trabalhar dedicada e persistentemente pelo engrandecimento e prosperidades da sua pátria adoptiva. Deu grande impulso à instrução, fundando escolas, concorrendo muito para a organização do liceu nacional e animando com a sua palavra evangelizadora todos os que se dedicavam às lides literárias.

Foi durante o seu governo e devido à sua influencia que se estabeleceu devidamente a alfândega, liceu nacional, paços da justiça, cadeias publicas, etc..

Um dos padrões imorredouros da sua glória é a fundação do Asilo da Infância Desvalida, a que deixou indissolavelmente ligado o seu nome, dotando a cidade de Angra com um importantissimo estabelecimento de caridade, que ali espalha apreciáveis e inúmeros benefícios.

Foi depois governador civil do distrito da Horta, e eleito por ali deputado em 1853, como reconhecimento dos serviços que prestou aos seus habitantes.

Recusando o mandato, aceitou no entretanto o cargo de governador civil de Aveiro, deixando vinculado ao seu governo a criação duma caixa económica, que é instituição florescente e tem prestado relevantes

serviços àquela cidade.

Ainda foi governador civil de Portalegre e ali terminou a sua carreira administrativa, obtendo a aposentação em Julho de 1862 e indo fixar a sua residência em Angra do Heroísmo.

Anastacio Bettencourt sem ser um escritor de nomeada, teve, porém, apreciáveis qualidades de literato, que revelou brilhantemente em diversos escritos que deixou dispersos pelos jornais e nos seus discursos, que ficaram inéditos, e que primavam pela pureza e elegância de linguagem. Também se sabe que foi apreciado poeta, escrevendo inspirados e formosos versos. Publicou em 1848 uma colecção de vários escritos administrativos, e Inocencio atribue-lhe o volume que se publicou em 1857 com o título de Esposição de factos que se deram no districto de Angra do Heroísmo etc..

Tinha a carta de conselho, era fidalgo cavaleiro da casa real e comendador de diversas ordens. Faleceu na cidade de Angra do Heroísmo a 7 de Março de 1874.

Bettencourt Pita (Nicolau Caetano). Nicolau Caetano de Bettencourt Pita, doutor em medicina pela universidade de Edimburgo, sócio da Real Sociedade Física e da Real Sociedade Medica e de Historia Natural da mesma cidade e cavaleiro professo na ordem de Cristo, nasceu no Funchal em 6 de Dezembro de 1788.

Destinando-se à carreira medica, dirigiu-se à capital da Escóssia em cuja universidade se matriculou, recebendo o grau de doutor em medicina em 24 de Junho de 1812.

“Tão brilhantes foram os actos académicos que precederam a recepção do grau, diz o Dr. Rodrigues de Gusmão nas Memórias biográficas dos médicos e cirurgiões portugueses, que para galardoar seu mérito distincto, foi eleito presidente, n'esse anno, da Real Sociedade Physica. É uma justa e respeitosa homenagem, que por louvável e antigo uso se presta na universidade de Edimburgo ao talento do sócio d'aquella Real Sociedade que sobreleva na ostentação aos demais doutorandos”.

Naquele mesmo ano de 1812 publicou o Dr. Nicolau Pita, na cidade de Londres, um escrito em inglês a que

deu o seguinte título: Account of the Island of Madeira. Eis como se expressa, referindo se a este trabalho, o conceituado medico português Dr. F. A. Barral: “Esta producção dum talento novo, que depois devia figurar na profissão por um modo distincto, era uma narração descriptiva do clima da ilha e da sua geographia physica, era a obra mais importante que se tinha escripto até esse tempo sobre a ilha da Madeira, que podesse servir como principio da sua topografia medica. O Investigador Português do mês de Setembro de 1813 também falou com elogio desta obra.

Regressando o Dr. Pita ao país, o príncipe regente D. João, depois D. João VI, atendendo ao seu talento e merecimentos, concedeu lhe por carta regia de 8 de Março de 1814 todos os privilégios, foros e honras que nesse tempo só eram concedidos aos médicos formados na Universidade de Coimbra.

Proclamados no Funchal em 28 de Janeiro de 1821, os princípios liberais da revolução do Porto de 24 de Agosto de 1820, o Dr. Pita foi um dos primeiros a abraça-los, e desde então mostrou se sempre adversário acérrimo das antigas instituições. Entendendo que o jornal era o melhor meio de difundir as ideias constitucionais entre os seus conterrâneos, fez vir de Lisboa uma tipografia, e no dia 2 de Julho de 1821 começou a publicação do Patriota Funchalense, que foi o primeiro periódico que na Madeira houve e onde colaboraram os homens mais conhecidos na terra pelas suas opiniões avançadas.

Restaurado em 1823 o regímen do absolutismo, um dos primeiros actos do governo foi enviar à Madeira uma alçada destinada a julgar e punir os indivíduos implicados numa conjuração, verdadeira ou suposta, cujo fim era, segundo consta da sentença proferida contra os réus compreendidos na devassa da mesma alçada, reduzir a effeito o audacioso projecto de restabelecer a proscripta constituição nesta ilha.

O Dr. Pita, bastante conhecido pelas suas opiniões rasgadamente liberais e redactor, além disso, dum periódico constitucional, não podia deixar de inspirar desconfianças aos terríveis juizes da alçada. Culpado ou não, foi, pois, encerrado nas prisões da fortaleza de S. Tiago, onde jazeu durante algum tempo sendo finalmente condenado por sentença de 24 de Outubro de 1823 a quatro anos de degredo para a ilha Terceira e em 50:000 réis applicados para o fisco e câmara real.

Passando o nosso patricio àquela ilha, foi ali bem recebido, e logo depois era lhe confiado o cargo de medico do hospital militar de Angra, o qual exerceu até 1834. Como remuneração dos seus serviços como medico militar, concedeu lhe a infanta regente D. Isabel Maria, por carta regia de 19 de Julho de 1827, a patente e

graduação de major.

Foi o Dr. Pita um dos redactores do periódico O Liberal, que começou a ser publicado em Angra em 29 de Março de 1835. Era este jornal órgão da política chamada então reformista, depois setembrista e finalmente progressista, e sustentou constante polémica com a Sentinella, que representava o partido conservador, chamado devorista, e com o Angrense.

Naquela cidade desempenhou o nosso patricio ainda os cargos de medico do hospital civil e do partido da Câmara, e o de delegado do Conselho de Saúde Publica do Reino. O seu nome figura entre os dos cidadãos que assinaram em Angra o auto de aclamação de D. Pedro IV e D. Maria no dia 22 de Junho de 1828. Faleceu em 20 de Maio de 1857, contando 69 anos incompletos de idade.

Foi sócio efectivo da antiga Sociedade dos Amigos das Sciencias e Artes do Funchal e um dos cidadãos eleitos em 1802 para a primeira câmara constitucional desta cidade. Dele partiu a ideia de se erigir no Funchal um monumento para comemorar o dia da proclamação dos princípios liberais na Madeira. A primeira pedra desse monumento chegou a ser lançada com grande solenidade e pompa, no largo em frente da Sé, no dia 28 de Janeiro de 1822, mas a obra não passou dos alicerces, sendo estes mesmos destruídos no primeiro de Setembro de 1823, depois de restabelecido o governo absoluto nesta ilha.

Bianchi. Este apelido procede de João Antonio Bianchi, comerciante de origem italiana que já em 1822 vivia no Funchal.

Bibliografia. É extensa e muito importante a relação dos escritos que se ocupam deste arquipelago, mas está ainda por fazer uma resenha completa da bibliografia madeirense. Os açoreanos que, em tantos ramos da actividade humana nos levam uma superior e indescriável vantagem, possuem sobre o assunto um trabalho muito valioso, que é a sua Bibliotheca Açoreana, em dois volumes de cerca de 900 paginas, devida ao aturado estudo e diligentes investigações do Dr. Ernesto do Canto. O Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo no artigo Madeira, inserto no Dicionario Universal Portuguez Ilustrado, fez um apreciável ensaio de uma bibliografia madeirense, mencionando cerca de 150 obras escritas em português e 80 em línguas

estrangeiras, mas que está muito longe de ser um estudo completo sobre o assunto. Para a bibliografia jornalística, possuímos a Resenha do Jornalismo da Madeira, publicada pela empresa do Diário de Noticias do Funchal, e que é um trabalho quanto possível completo sobre os jornais publicados nesta ilha.

No decurso deste Elucidario, quando a natureza do assunto exige, e particularmente quando tratamos dos respectivos autores, fazemos sempre menção das obras que se ocupam deste arquipelago e que são em numero bastante considerável. Desta maneira, a indicação dos trabalhos de mais valiosa e autorizada consulta para o estudo dos factos, pessoas e cousas madeirenses, encontra se largamente dispersa nestas paginas, com a possível enunciação das circunstancias bibliograficas do ano e logar da publicação, nomes dos autores, numero de paginas, etc., que possam porventura aproveitar a qualquer investigador estudioso. A pesar disto, no artigo Elementos para a historia madeirense apresentaremos uma breve resenha das obras que oferecem mais abundante pecúlio de noticias e informações respeitantes à historia deste arquipelago.

Neste artigo só vão, pois, indicadas várias espécies bibliograficas, que não têm cabimento noutros lugares deste Elucidario e que não são, por certo, as de maior valia e interesse, mas que ainda assim poderão fornecer notas apreciáveis para o estudo de alguns pontos da nossa historia e em especial da nossa actividade científica e literária. Damos a seguir uma relação de diversos livros e opúsculos, sem atenção à importância dos assuntos ou à ordem cronológica da sua publicação, pois apenas fazemos um simples registo e não um trabalho metódico de rigorosa bibliografia:

Instruccões para a inspecção ou revista de um batalhão ou regimento de Infantaria. . . traduzido do inglês, Funchal 1823, de 60 pag.;

Álbum Litterario, Funchal, 1885, de 200 pag.;

Duas palavras e inscritos documentos em como se prova que o deputado Luis Vicente d'Afonseca calumniou o director das Obras Públicas do Funchal, Domingos Alberto Cunha, Funchal, 1860, de 53 34 pag.;

Flores Agrestes, Poesias por Coelho Mendes, Funchal, 1884, de 115 pag.;

Eu e Elle. Resposta à redacção da Verdade, por Coelho Mendes, Funchal 1884, de 12 pag.; Breve Noticia sobre as ilhas de Sandwich, Funchal, 1878, de 22 pag., publicação feita para esclarecimento dos emigrantes que da Madeira saíram em grande escala para aquelas ilhas;

Por Bem Fazer Mal Haver, Relatório da Administração dos bens do fallecido Sr. Francisco Alexandrino da Costa Lyra, por Manuel Inisio da Costa Lira, Lisboa, 1883, de 28 pag.; um folheto, sem título, de 19 paginas, escrito pelo capitão do porto do Funchal Jaime Forjaz de Serpa Pimentel e publicado nesta cidade em 1912, justificando se de algumas acusações que lhe foram feitas; Guia do Despachante compilado por Augusto B.

C. de Sampaio, despachante oficial na alfândega do Funchal, 1897, de 30 pag.;
 O Tabaco, indicações para a sua cultura. . ., pelo mesmo, Funchal, 1908, de 24 pag.;
 Collecção de Poesias, sem data, Funchal, de 8 pag., publicada aproximadamente por 1900;
 Mucio Portuguez.. ., poemeto épico por Miguel Manuel de Ornellas e Vasconcellos, Funchal, 1888, de 8 pag.;
 Methodo de plantar e Cultivar a Cana de Assucar, por Nicolau de Ornellas e Vasconcellos, Funchal, 1855, de 20 pag.;
 Apontamentos para a dissolução da crise agricola, por João Craca..., Lisboa, 1879, de 29 pag.; folheto publicado no Funchal e atribuído ao Dr. José Leite Monteiro, que é uma resposta jocosa a um opúsculo do Dr. João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, depois Conde do Canavial;
 Medição das estradas reaes da Madeira e seus respectivos ramaes, Funchal, 1908, de 12 pag. não numeradas;
 Manualzinho para a Associação das Filhas de Maria estabelecida no Hospício - Funchal em 1879, Funchal, 1886, de 36 pag.;
 Argumento a favor da arborização obrigatória das serras da ilha da Madeira, por Manuel Braz Sequeira, Funchal, 1913, de 27 pag.;
 Ao Publico, Resposta a “Ao Público” (suposta tradução de italiano) de Albino Verdini, por um grupo de Funchalenses, Madeira, 1880, de 20 pag.;
 Guia do Emigrante. . . por Guilherme Albuquerque França, Funchal, 1888, de 42 pag.; Sonho Solaçoso. . . por José de Oliveira Jardim, Funchal, 1888, de 31 pag.;
 Manual da Congregação das Filhas de Maria, Funchal, 1900, de 174 pag.;
 Estrella, Romance Pastoril, traduzido por J. N. O., Funchal, 1842, de 179 pag.;
 Beja no anno de 1845, por José Silvestre Ribeiro, Funchal, 1847, de 80 pag.;
 O Martyrio do Jovem Hachirel..., traduzido do espanhol, Funchal, 1840, de 68 pag.;
 O santo exercício do retiro mensal para isso das filhas de Maria.. ., compilado e editado pelo sacerdote madeirense João Prudencio da Costa, Porto, 1904, de 380 pag.;
 Henriette, Scena Comica, Funchal, 1887, de 18 pag., sem nome de autor, mas atribuído a D. Carolina Dias;
 Exortação à Juventude ou protecção aos animais, Funchal, 1880, de 14 pag., por Elisa Smart;
 um folheto anónimo, de 14 pag., sem título, nem data, nem ano e lugar da publicação, que é uma diatribe contra o vigário da freguesia dos Canhas, Manuel de Abreu Macedo;
 Biblioteca Madeirense Henrique Freire. Martyrio, Funchal, 1878, de 44 pag.;
 A viagem de observação da corveta Bartolomeu Dias à Madeira, em 1868, opúsculo poético por um patriota

filosófico, humorístico e evangelizador, de 11 pag., publicado no Funchal, mas sem qualquer indicação bibliográfica, sendo atribuído ao distinto poeta J. A. Monteiro Teixeira;

Plano de melhoramentos para a ilha da Madeira, por Henrique de Lima e Cunha, Lisboa, de 15 pag.;

Reivindicação do Vinculo da Saraiva, Memorial a propósito do acordão do Supremo Tribunal... em que era recorrente a Fazenda Nacional e recorrido Henrique de Freitas Valle e mulher, Funchal, 1881, de 14 pag.;

O Bom Christão de manhã e à noite, 1915, de 33 pag.; publicado pelos alunos do Seminário;

Duas palavras de Julio Augusto Leiria em resposta ao folheto intitulado O Hospital de Santa Isabel do Funchal por Acurcio Garcia Ramos Funchal, 1874;

O meu protesto, Funchal, 1885, de 6 pag., por Alexandre José Alves;

Breves reflexões acerca da circular de 26 de Janeiro de 1870 do presidente da junta governativa do bispado do Funchal aos párocos desta diocese, Lisboa, 1870;

Representação da Câmara Municipal do Funchal sobre a proposta de lei N^o I B, apresentada na sessão legislativa de 1906, Funchal, 1906, de 13 pag.;

Algumas disposições legais da fiscalização de vinhos, vinagres e azeites, Funchal, 1908, de 7 pag.;

Catecismo da Doutrina Christã, composto especialmente para a diocese da Madeira 100 edição, Funchal, 1905, de 196 pag.;

Catecismo da Doutrina Christã da Diocese do Funchal, Lisboa, 1917, de 288 pag.;

Absolvição do assassino do cabo Pereira, duas palavras sobre o caso, Lisboa, 1887, de 21 pag.; Africa Occidental. . . por Francisco Travassos Valdez, Lisboa, 1864, de 406 pag., tendo 64 pag. dedicadas à Madeira;

Historia completa da infame trama urdido por Antonio Luiz dos Reis e a sua cumplice a ex actriz Consuela Lujan contra João Rudich, Lisboa, 1870, de 234 pag., em que figuram o madeirense Antonio Luiz dos Reis e o dr. Cesar Mourão Pita, e em que se encontram várias referências a esta ilha;

Diccionario Popular, dirigido por Manuel Pinheiro Chagas, encontrando se em todos os volumes várias referências à Madeira;

Estatística industrial do distrito do Funchal, por Francisco de Paula Campos Oliveira, Lisboa, 1863; Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa, por D. Antonio Caetano de Sousa, 13 vol. publicados de 1735 a 1748 e Provas da Historia Genealogica, pelo mesmo, 6 vol. publicados de 1743 a 1748, encontrando se em vários volumes referências a cousas e pessoas madeirenses;

Historia de Portugal, por Manuel Pinheiro Chagas, 30 edição, 11 vol. publicado em 1899 e os restantes em anos sucessivos;

Historia de Portugal nos séculos XVII e XVIII, por Luiz Augusto Rebelo da Silva; Corpo Diplomático

Português, pelo mesmo, 4 vol. publicados de 1862 a 1876;
Bibliotheca Lusitana, por Diogo Barbosa Machado, 4 vol. publicados de 1741 a 1759;
Da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal, por Alexandre Herculano, 70 edição, 1907, que se ocupa de D. Martinho de Portugal, primeiro arcebispo do Funchal;
Portugal Antigo e Moderno, por Pinho Leal, 12 vol. publicados em Lisboa de 1873 a 1890;
A Caldeira de Pero Botelho, por Arnaldo Gama;
Justificação do Visconde da Calçada à arguição que lhe foi feita, e apreciação do processo crime instaurado na comarca ocidental do Funchal, promovido por Diogo Perestrello da Câmara, por um amigo do acusado, Lisboa, 1873, de 73 pag.;

Programma do Concurso para o abastecimento de águas e canalização de esgotos da cidade do Funchal, 1900, de 18 pag., havendo uma tradução francesa publicada no mesmo ano, com 22 pag.;

Relação do que se praticou na cidade do Funchal da ilha da Madeira, no dia 17 de Dezembro de 1816 em que a Câmara fez celebrar as fúnebres cerimónias da fracção dos Escudos, e reaes exéquias pela alma da Serenissima Rainha a Senhora D. Maria I, Lisboa, de 4 pag.;

Relação do que se praticou na cidade do Funchal, na ilha da Madeira, no acto de aclamação do muito alto e poderoso Rei o Serenissimo Senhor D. João VI e de tudo o mais que se fez em consequência da mesma solemne aclamação, Lisboa, de 4 pag.;

Relação dos estragos causados pela tempestade que houve na noite do dia 9 de Outubro de 1803 na cidade do Funchal, Lisboa, 1804, de 3 pag.;

Attestado genealogico da ascendência do Sr. José Francisco de Sant'Anna de Vasconcellos Moniz de Betencourt, por João Carlos Feio Cardoso de Castelo Branco, Lisboa, 1857, de 34 pag.;

Catalogo dos Bispos da Igreja do Funchal, por D. Antonio Caetano de Sousa, (vem na Coll. dos Docum. e Bem. da Acad. Real da Hist. ,Port., tomo I, Lisboa, 1721);

A mulher de Colombo, Notas extraidas dum estudo inédito, por Nicolau Florentino, Lisboa, 1892, de 59 pag.;

Relação do lamentável e horroroso terremoto que sentiu, na noite do ultimo de março para o primeiro de Abril de 1748, a ilha do Madeira, extrahida de outra que veiu do Funchal, escripta a 17 de Abril do mesmo anno, Lisboa, 1748, de 8 pag.;

Relação dos terríveis effeitos que causou o terramoto que sentiu a ilha da Madeira, na noite de 31 de Março de 1748, Parte 2.0, Lisboa, 1748, de 7 pag.;

Considerações apresentadas à Commissão encarregada de estudar a situação económica da Madeira, por alguns madeirenses, Funchal, 1888, de 46 pag.;

Propostas apresentadas por Manuel Inisio da Costa Lyra na Comissão de inquérito creada para estudar as causas da crise económica da Madeira, por decreto de 31 de Dezembro de 1887, Funchal, de 18 pag.;

Comissão de Auxilio á Lavoura da Madeira, pelo presidente da commissão M. C. Rodrigues de Morais, agrónomo, Funchal, 1888, de 21 pag.;

A Crise Agrícola da Madeira, suas causas e effeitos, considerações por H. V., Funchal, 1887, de 8 pag., sendo seu autor Henrique Felix de Freitas Vale;

A revolta na Madeira e a comissão de inquérito, breves considerações e apontamentos por Henrique F. F. Vale, Funchal, 1888, de 14 pag.;

Câmara Municipal do Funchal, iluminação a gaz, Funchal, 1859, de 18 pag.;

Representação a sua Magestade El Rei da Câmara Municipal do Funchal sobre a importação de vinhos na Russia, Funchal, 1903, de 7 pag.;

Projecto de organização do serviço de limpeza e hygiene da cidade do Funchal apresentado na sessão da Câmara de 8 de Outubro de 1891, pelo vereador José Joaquim de Freitas, Funchal, 1892, de 26 pag.;

No Laboratório, Psychologia e Pathologia cerebral, por J. Regniard, Funchal, 1889, de 47 VII pag., que é um suposto estudo acerca de quatro individuos que na época residiam no Funchal e aqui exerciam cargos importantes, ocultando se o autor sob o referido pseudónimo de Regniard;

Versos do Feiticeiro do Norte, Manuel Gonçalves, que são uma série de pequenos opúsculos, entre os quais se contam O Santo Antonio, 1901, de 6 pag., A chegada de Suas Magestades, 1902, de 12 pag., As raparigas dos bordados, 1902, de 4 pag., O Lavrador, 1902, de 8 pag., A cidade do Funchal, 1902, de 8 pag., As inundacções, 1902, de 8 pag., O meu gallo preto, 1902, de 6 pag., A antiguidade de meu pae, 1908, de 7 pag., A vida do feiticeiro do Norte descripta por ele mesmo, 1908, de 8 pag., A Madeira, 1908, de 7 pag., e ainda outros, impressos do Funchal, e Pedro Alvares Cabral, 1910, de 7 pag., e Oferta de Manuel Gonçalves, 1910, de 4 pag., e outros mais, impressos no Brasil, onde o autor esteve algum tempo;

Instruções theoricas e practicas sobre a cultura do Holcus Saccharatus ou canna doce de Imphee, por Ricardo Carlos Smith, empresario do Jardim de horticultura botanica na Madeira, Funchal, 1858, de 62 pag.,

Opúsculo Oenologico, por S. A. F. Ferraz, Funchal, 1844, de 15 pag.;

Breves instruções sobre a cultura da beterraba do assucar, Funchal, 1871, de 16 pag.;

Selecta de poesias infantis.. . compilada por Henrique Freire, 2.0 edição, Funchal, de XXXI 302 pag., sendo a 10 edição também impressa no Funchal;

Breve exposição do bom direito de Manuel Jose de Oliveira na appellação commercial de árbitros vinda da ilha da Madeira em que são appellados os snrs. Murdoch Shortridge & C1 e outros, Lisboa, 1837, de 40 pag.;

Memoria consagrada ao saudoso rei D. Luiz I, por Eduardo Maciel de Brito Nobrega, Guiana Inglesa, 1892, de 31 pag.;

Aphorismos acerca da fundação do Jardim de aclamação na ilha da Madeira e em Angola na Africa austro-ocidental, pelo doutor Frederico Welwitsch...; Refutação das observações da commissão permanente da pauta geral das alfândegas em Lisboa, feitas acerca das reformas e alterações propostas à dita pauta pela commissão especial da ilha da Madeira, por um agricultor madeirense, Funchal, 1840, de 41 pag.;

Opinião inteiramente conscienciosa da associação Mercantil do Funchal acerca da projectada redução e instituição dos direitos de sahida do vinho da Madeira, por J. A. G. R., Funchal, 1849, de 11 pag.;

Lisboa d'outros tempos, por Pinto de Carvalho (Tinop) que se ocupa do conde do Carvalho;

Anna de Arfet, por José do Canto Brun, Ponta Delgada, S. Miguel, 1882, de 36 pag.;

Breves Noticias sobre os archipelagos da Madeira, Açores, Cabo Verde e Canárias, conferencias feitas na Associação dos Engenheiros civis portugueses, por Adolfo Loureiro, Lisboa, 1898;

O Conflictio entre o governo civil e a delegação do conselho de saúde publica do reino, por César Augusto Mourão Pita, Dr. em medicina, Madeira, 1865, de 82 pag.;

O Conflictio entre o governador civil deste distrito e a delegação do conselho de saúde publica, Madeira, 1864, de 5; pag.;

A questão entre o Dr. João da Câmara Leme, servindo interinamente de delegado de saúde O districto do Funchal e o pharmaceutico Francisco Xavier de Sousa, secretario da Escola Medico Cirurgica da mesma cidade, por ***, 1868, de 55 pag.;

Pendência entre o ex.mo Sr. Francisco Correia de Heredia Ribeira Brava e o ex.mo Sr. Dr. Manuel Gregorio Pestana, Lisboa, 1915, de 29 pag.;

Clamor dos madeirenses ou uma breve analyse dos males que resultam à ilha dos tributos impostos pela lei de 23 de Junho de 1834, por Manuel de Sant'Anna e Vasconcelos, natural da Madeira, Lisboa, 1835, de 16 pag.;

Dornellas, investigações históricas deste apelido, por Afonso de Dornelas, Lisboa, 1912, de 23 pag.;

Parabéns poético políticos à grandiosa regeneração portugueza na congratulante adherencia da ilha da Madeira em 28 de Janeiro de 1821 no theatro grande do Funchal, por Luiz Antonio Jardim, formado na faculdade de leis..., Funchal, 1822, de 29 pag.;

O alcool do continente na Madeira, Lisboa, 1909, de 10 pag.,

O álcool vínico continental expulso da ilha da Madeira, Monopólio em perspectiva, Refutação do folheto "O álcool do continente na Madeira", Lisboa, 1909, de 16 pag.;

Um golpe de vista sobre as alfândegas em 1884, por um curioso, 1884, de 33 pag., impresso no continente,

(ocupa se da nossa alfândega de pag. 18 a 23);

Taboada de medidas de cereaes e sua correspondência entre a Praça do Funchal, de Lisboa e estrangeiro, dedicada aos illustrissimos senhores negociantes da Madeira, por João Baptista Vensano, Funchal, 1844, de 15 pag.;

A Colera na Madeira, por Bettencourt Ferreira, Porto, 1911, de 26 pag.;

Allegações finais de A. John Montague Benet Stanford na execução de que é R. o commendador Manuel Gonçalves, Funchal, 1906, de 16 pag.;

Formulário de todos os autos, termos, certidões e despachos dum inventario processado no juízo dos orfãos conforme o decreto de 21 de Maio de 1841..., por B. T. Lobato Machado, advogado nos auditórios da Madeira, Funchal, 1845, de 53 pag.;

Questão endiabrada, Bruxedo ou engana vista? João Coelho e outros contra Domingas de Nobrega e marido. Comarca de Santa Cruz, pelo advogado Antonio José de Figueiredo, Funchal, 1918, de III pag;

Regras particulares da união sacerdotal .. da diocese do Funchal, Funchal, 1907, de 12 pag.;

Sentença proferida contra os reos comprehendidos na devassa da alçada que Sua Magestade foi servido mandar à ilha da Madeira, Lisboa, 1823, de 47 pag.;

As Victimias d'El Rei, por José de Castro, Lisboa 1885, de 83 pag.;

Sentença da Relação de Lisboa contra Jacintho Fernandes e mais seus réus, culpados de roubo e desacato na igreja da Graça do Funchal... datada de 8 de Março de 1830, Lisboa, 1830;

Memórias sobre a descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira, 1418 1419 (Fragmento de um livro inédito), por E. A. Bettencourt, Porto, 1875, de 22 pag.;

Tratado das ilhas novas, por Francisco de Sousa, Ponta Delgada, 1877, de 13 pag.;

Allegaçam de direito sobre as meias Conezias do Funchal. Outra sobre os officios que tachou o cabido. Explicação do privilegio de hum altar no Funchal, publicado em Lisboa em 1660; Instituição de ouro, por D. Antonio da Costa, Lisboa, 1878;

Julia ou recordação da ilha da Madeira, por Alfredo Carlos Franco de Castro, Lisboa, 1865, de 144 pag.;

O Conde de Bomfim, noticia dos seus principais feitos, Lisboa, 1860, (ocupa se da sua administração como governador da Madeira);

D. Ayres de Ornellas de Vasconcellos, esboço biographico, Nova Goa, 1881, de 72 pag.;

Noticia histórica e genealogica (do descendente da ilha da Madeira, do Lord John Drumond) extrahida de diversas obras inglezas, francesas e portuguezas publicada no Rio de Janeiro, que vem citada no tomo 131 do Diccionario Bibliographico de Inocencio;

Investigações philosophicas sobre a moléstia das uvas... das ricas vinhas da Madeira, por José Joaquim

Pereira Caldas, citadas no tomo 41 do Diccionario Bibliographico;
Manifesto do Batalhão de artilheria da ilha da Madeira ao exército português, Lisboa, 1822, de 28 pag.;
Bases para a solução a questão saccharina, por Henrique Vieira de Castro, Funchal, 1911, de 12 pag.;
Santuário Mariano, por Fr. Agostinho de Santa Maria, 10 vol. publicados de 1707 a 1723, ocupando se o ultimo tomo de cousas da Madeira;
Documentos para a historia das cortes geraes da nação portuguesa, pelo Barão de S. Clemente, 8 vol. publicados de 1882 a 1891, contendo o 51 volume um grande numero de documentos que interessam à historia madeirense;
A Câmara de Mação e o seu pelourinho, Lisboa, 1887, de 87 pag., por Abilio de Sá, que foi delegado do procurador régio na comarca do Funchal, contendo este opúsculo diversas referências a cousas e pessoas da Madeira;
Tabella do lançamento das contribuições municipaes indirectas sobre alguns géneros da Câmara do Funchal, Funchal, 1896, de 38 pag., tendo sido impressos outros folhetos sobre o mesmo assunto relativos a diversos anos;
Serviços sanitários do Funchal, Medidas de combate contra a cholera na Madeira, Funchal, 1910, de 27 pag.;
Linha electrica para a qual aneia cooperar A. Izidro Gonçalves, Funchal, 1909, de 10 pag.;
Saneamento da cidade do Funchal Águas. Projecto de abastecimento, pelos engenheiros Adriano Augusto Trigo, e Anibal Augusto Trigo Funchal, 1899, de 45 pag.;
Saneamento da cidade do Funchal. Projecto de esgotos... pelos mesmos, Funchal, 1900, de 59 pag.;
Saneamento da cidade do Funchal, Projecto de esgotos... pelos mesmos, Funchal, 1909, de 95 pag.;
O Saneamento da cidade. Relatório do presidente da comissão administrativa da câmara municipal do Funchal acerca do contracto para o abastecimento de águas da cidade, Funchal, 1913, de 34 pag., por Manuel Gregorio Pestana;
Gymnasium Madeira, Escola profissional domestica de belas artes do Funchal, Lisboa, 1913, de 15 pag., com primorosas gravuras;
Propostas apresentadas. . . à Associação Commercial do Funchal para estudar as causas do desvio da navegação do nosso porto..., Funchal, 1895, de 20 pag.;
Levadas da Madeira. Relatório justificativo da proposta apresentada.. . no concurso para adjudicação da empreza de irrigação, Lisboa, 1896, de 41 pag., pelos engenheiros Carlos Roma Machado de Faria e Maia e Anibal Augusto Trigo;
A Empresa das levadas nas maos de um aventureiro, aggravo interposto no juízo de direito da comarca do Funchal ..., por Anibal Augusto Trigo, Funchal, 1896, de 41 pag.;

Representação dirigida ao governo acerca das águas de irrigação na Madeira, Funchal, 1897, de 34 pag., redigida pelo Dr. Quirino Avelino de Jesus;

As Aguas e as levadas da Madeira, artigo do dr. Quirino Avelino de Jesus, de 47 pag., publicado no n.1 51 da revista Portugal em Africa, de Março de 1898;

Escriptura de transacção e acordo entre a Levada dos Peornaes e a Levada Nova de Câmara de Lobos, Funchal, 1899, de 19 pag.;

A expropriação do Montado e o Barreiro e os embargos deduzidos por D. Josephina Pimbet Rocha Machado e William Hinton & Sons.; alegações da câmara municipal do Funchal, por Pedro Góis Pita, Funchal, 1917, de 32 pag.;

Acção de expropriação do Montado do Barreiro requerida pela Câmara Municipal do Funchal contra os proprietários do mesmo Montado, pelo Dr. Juvenal Henriques de Araujo, Funchal, 1917, de 19 pag.;

Leis e regulamentos do serviço administrativo da Junta Geral do Districto.... Funchal, 1907, de 67 pag.;

Junta Geral do Districto do Funchal. Bases do concursos para a construcção e exploração da rede ferroviária na ilha da Madeira, Funchal, 1914, de 6 pag.;

Manifesto do Centro Constituinte do Funchal dirigido ao exm1 sr. conselheiro governador civil do mesmo districto, Funchal, 1884, de 7 pag.;

Junta Autónoma das obras do porto do Funchal. Memoria justificativa das obras projectadas, apresentada pelo engenheiro contratado Furtado de Mendonça, Funchal, 1915.; de 22 pag.;

Comarca de Santa Cruz. Peças do processo cível em que são auctores Tristão Vaz Teixeira de Bethencourt e Câmara e mulher e réus D. Amélia de Ornellas, marido e seus assistentes Viscondes da Calçada, Funchal, 1899, de 57 pag.;

Esboço biographico do fallecido general José Teixeira Rebelo, por Claudio Chabi 1898, de 39 pag.;

Resenha chronologica do Jornalismo Madeirense, Funchal, 1908, de 12 pag.;

Relatório da epidemia do Cholera Morbus em Portugal nos annos de 1855 e 1856, que se ocupa da cólera da Madeira em 1856, de Pa. 65 a 69;

Conferencia na Associação Recreativa Portomonizense em 8 de Dezembro de 1915, por João Prim Garibaldi e Costa, Lisboa, 1916, de 20 pag.;

Collegio Gratidão, Funchal, director A. B. Silva Reis, Programma Regulamento, Funchal, 1885, de 19 pag.;

Noticias officiaes recebidas da ilha da Madeira, Lisboa, 1821, de 20 pag.;

Relação circunstanciada do modo com que se desenvolveo, se promoveo e se proclamou a constituição na ilha da Madeira no imemorrável dia 28 de Janeiro de 1821, Lisboa, 1821, de 12 pag.;

Historia verdadeira dos acontecimentos da ilha da Madeira depois do imemorrável dia 28 de Janeiro, escrita

por ordem chronologica por Sebastião José Xavier Botelho... para destruir em libello famoso impresso em Londres, por um cidadão Funchalense, Lisboa, 1821, de 61 pag.;

Resposta ao cidadão Funchalense, autor de um folheto impresso em Lisboa com data de 19 de Outubro de 1826, por Três Vizinhos Imparciais, Funchal, 1827, de 24 pag.;

Carta escrita a um sujeito da provincia da ilha da Madeira ou o lundum dos bordões que tocou Sebastião Xavier Botelho com variações compostas; ou desforra das invectivas que contra elle escreveu o dito Botelho na sua Historia verdadeira dos acontecimentos da ilha da Madeira, Lisboa, 1821, de 33 pag.;

Resposta ao impresso publicado por João Teling, por Jaime de França Neto, Lisboa, 1871, de 24 pag.;

Memória descriptiva da transladação das ossadas dos doze martyres da Pátria do pátio da igreja da Misericórdia para o seu cemitério no Prado do Repouso em 18 de Junho de 1878;

A companhia Fabril de assucar madeirense, Roberto Leal e e Dr. Tarquinio T. da C. Lomelino, Funchal, 1879, de 40 pag.;

Resposta ao recurso interposto perante o conselho de estado por S. M. a imperatriz D. Amélia e outros do despacho pelo qual o respectivo governador civil concedeu licença para a fundação de uma fabrica de assucar e de distillação de aguardente na cidade do Funchal, pelo advogado Ricardo Teixeira Duarte, Funchal, 1868, de 13 pag.;

João Augusto de Ornellas e a nova fabrica de assucar, Funchal, 1869, de 28 pag.;

A Companhia Fabril de assucar madeirense, os seus credores e o doutor João da Câmara Leme, João de Ornelas, Funchal, 1879, de 51 pag.;

Resposta aos fundamentos do recurso interposto por Sua Magestade a imperatriz D. Amélia do despacho que concedeu licença para a fundação de uma fabrica de assucar. . . pelo recorrido o bacharel Joaquim Ricardo da Trindade e Vasconcelos, Funchal, 1867, de 45 pag.;

Companhia Fabril de assucar madeirense... Relatório da direcção apresentado em 25 de Dezembro de 1872, Funchal, 1872, de 30 pag.;

Relatório da direcção da Companhia Fabril de assucar madeirense apresentado à assembleia geral em 22 de Junho de 1871, Funchal, 1871, de 60 pag.;

Companhia Fabril de assucar madeirense. Parecer do conselho fiscal sobre o relatório. . . apresentados em 22 de Junho de 1871, Funchal, 1871, de 5 pag.;

A fabrica de S. João, por João Augusto de Ornelas, Funchal, 1879, de 90 pag.;

A Companhia Fabril de Assucar madeirense, os seus credores, o athleta e o Sr. Dr. João da Câmara Leme, por J. M. S., Funchal, 1879, de 26 pag.;

A Laboração da Fabrica de S. João no Funchal no anno de 1878, Funchal. 1878, de 18 pag.;

Ao Publico, por Gerardo José de Nobrega, Funchal, 1870, de 16 pag.;

Carta aberta ao exm1 sr. governador civil do Funchal, por Adolfo Noronha, Lisboa, 1911, de 15 pag.;

Os Sanatórios da Madeira, Lisboa, 1909, de 48 pag.;

Breves considerações sobre a pneumonia febrinosa e duas palavras sobre a etiologia e tratamento do carcinoma. Dissertação inaugural apresentada à Escola Medico Cirurgica do Funchal, por Antonio Francisco da Silva Ramos, Funchal, 1898, de 63 pag.;

Nova instrução sobre a cultura dos nopales e criação da conchinila d'América para uso dos lavradores das Canárias, por Santiago da Cruz e Gonçalves professor de cirurgia, traduzido para uso dos proprietários e lavradores madeirenses, Lisboa 1837, de VIII-12 pag.;

Bibliotheca Açoreana, por Ernesto do Couto, 1890 e 1900; 2 vol.

A Lenda Infantista por João Rocha, Lisboa, 1915, de 174 pag.;

Acção Bactericida do Vinho Madeira (Verdelho) sobre o Bacilo de Ebertih pelo dr. Vicente Henriques de Gouveia, 1936; a Banana, fruto de todo o ano, 20 ed., 1939, pelo mesmo;

Regras e Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitorias, Funchal, 1935, de 172 pag.;

Como eu vi a Madeira sob o aspecto florestal, por Manuel Alberto Reis Figueira, 1939, de 16 pag.;

Cousas da Madeira. Lendas de outrora e de sempre por Fernando de Aguiar, 1939, de 12 pag.;

An Historical Account of the discovery of the Island Madeira..., obra de autor desconhecido e publicada em 1750;

Homenagem de Desagravo ao Redentor do Mundo promovida pela Juventude Catolica do Funchal, in fol. de 24 pag., 1913;

Aspectos Historico Geograficos da Ilha da Madeira, por Horacio Bento de Gouveia, Lisboa, 1932, de 24 pag.;

Lâminas Sepulcrais de Bronze por Pedro Vitorino, 1935, de 11 pag.;

Cem anos de Vida Escolar Historia do Liceu do Funchal por José Raphael Basto Machado, Funchal, 1937, de 34 pag.;

The Bolton Letters. The Setters of an english merchant in Madeira 1695-1714, obra publicada em Londres há poucos anos;

A Ilha dos Amores. Dados para a sua identificação por Henrique Manuel da Torre, Negra, Lisboa, 1938, de 14 pag.;

O Padre João Gaudencio de Noronha e os serviços por ele prestados na diocese do Funchal, Funchal, 1888;

Clamor dos madeirenses ou uma breve analise dos males que resultam à ilha dos tributos impostos pela lei de 23 de Junho de 1834 por Manuel de Santana e Vasconcelos, Lisboa, 1835, de 16 pag.;

D. Francisco Manuel de Melo e o descobrimento da Madeira (A Lenda de Machim), por Antonio Gonçalves Rodrigues, Lisboa, 1935, de 84 pag.;

A Relação de Francisco Alcoforado, por João Franco Machado, Lisboa, 1936;

O Descobrimento do Arquipélago da Madeira, por M. Higinio Vieira, Lisboa, 1939, de 25 pag.;

A Revolução da ilha da Madeira por José Lavrador, Rio de Janeiro, 1932, de 178 pag.;

O Príncipe de Nassau por Paulo Setúbal, São Paulo, 1926, de 318 pag., livro que largamente se ocupa de João Fernandes Vieira;

Historia da Lepra em Portugal, por Augusto da Silva Carvalho, Porto, 1932, de 225 pag., dedicando um capítulo ao antigo Hospital de São Lazaro do Funchal;

Terras de Maravilhas. Os Açores e a Madeira, por Aldemiro César, Lisboa, 1925, de 207 pag.;

Tocares e Cantares da Ilha, por Carlos Santos, Funchal, 1937, de 130 pag.;

Um Erro Judiciário. O 411 está inocente, por Campos Coelho, Lisboa, 1937, de 290 pag.;

O Marítimo nos Açores. Relatório da Excursão efectuada em Agosto de 1932, Funchal de 118 pag., Eternidade, por Ferreira de Castro, Lisboa, 1932, de 332 pag., romance, cujo entrecho se passa na Madeira;

Despedidas por Antonio Nobre, 20 ed., 1932, de 209 pag., com notas e largas referências à estada do poeta na Madeira;

200 milhas a remos, narrativa sobre o feito heróico do caça minas Augusto de Castilho, por Luiz José Simões, Lisboa, 1920, de 79 pag.;

A Mornaça. a Revolta nos Açores e Madeira em 1931, Lisboa, 1935, de 244 pag.;

As Ilhas Desconhecidas, por Raul Brandão, Lisboa, 1927, de 278 pag., 2.a ed.;

Maria Luisa, por Antonio Ferreira, Porto, 1921, de 243 pag., romance cuja acção se desenrola na Madeira e com personagens madeirenses;

Ilhas das Três Formosuras, por Sousa Costa, Lisboa, 1929, de 247 pag.;

Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira, Funchal, 1937, de 117 pag.;

Genealogia da família Medina da Ilha da Madeira. .. por J. C. D. N., Lisboa 1930, do 92 pag.;

Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira. Publicações comemorativas, Funchal, 1922, in folio de 60 pag., coordenado pelo Pe. Fernando Augusto da Silva;

A ilha da Madeira, pelo marquês de Jácome Correia, Coimbra, 1927, de 246 pag.;

Arquivo Histórico da Madeira, de 1931 a 1936, 6 vol.;

O Trabalho Português. Madeira, por Peres Trancoso, Lisboa, 1933, in-fólio, de 54 pag.;

As Vinhas da Madeira, por Nuno Simões, Lisboa, 1935, de 23 pag.;

Museu de Arte no Funchal, por Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo, Lisboa, 1936, de 6 pag.;

Usos e Costumes da ilha da Madeira, por Fernando de Aguiar, Lisboa, 1937, de 13 pag. ;
Terras de Portugal, por Antonio Montês, Lisboa, 1939, de 261 pag., dedicando noventa e duas paginas ao arquipelago da Madeira.

Vid. Discursos, Estatutos e Regulamentos.

Bibliotecas. A única biblioteca publica que existe no Funchal é a da Câmara Municipal, criada por deliberação de 12 de Janeiro de 1838. Tendo começado com 193 volumes da Enciclopédia Metódica, comprados aos herdeiros do Conde de Carvalhal, contava 2:000 volumes em 1850, 2:096 em 1851, 2:496 em 1863, 10:351 em 1889, 10:812 em 1902, 10:929 em 1904, 11:035 em 1908, 21:641 em 1915, 21:786 em 1916 e 21 874 em 1917. Em 1913 teve a Biblioteca a oferta de 9:863 volumes feita pelos súbditos ingleses Srs. William e Alfredo Reid, volumes que constituíam a livraria do falecido bibliotecário municipal João Joaquim de Freitas e foram adquiridos pelos mesmos senhores com o fim expresso de irem enriquecer aquele estabelecimento municipal.

Em 1863 recebeu a biblioteca do Funchal 21 caixotes com 3:050 volumes provenientes do Deposito das Livrarias dos Conventos extintos por Decreto de 28 de Maio de 1834, e antes disso tinha recebido grande numero de volumes saídos da livraria do Convento de S. Francisco. Estes últimos estão na sua grande maioria em péssimo estado de conservação.

Não existem incunábulo na Biblioteca do Funchal, e no tocante a manuscritos, só ali se encontram as copias do Nobiliario de Henriques de Noronha e do livro 2.1 das Saudades da Terra, do Dr. Gaspar Frutuoso, e os originais dos Documentos Históricas e Geográficas sobre a ilha da Madeira, do Dr. João Pedro de Freitas Pereira Drumond e dos Apontamentos para a Genealogia de diversas Famílias Madeirenses, de Felisberto Bettencourt Miranda.

A criação da Biblioteca Municipal deve se principalmente ao ilustre madeirense Servulo Drumond de Meneses, que sendo presidente da Câmara do Funchal empregou para esse fim as mais louváveis diligências. Abriu ao publico no dia 8 de Dezembro de 1838, tendo o seu respectivo Regulamento sido publicado no jornal A Flor de 7 do mesmo mês e ano. Durante sete anos esteve o serviço da biblioteca a

cargo do secretario da Câmara, sendo no ano de 1845 criado o lugar de bibliotecário, que terá sido sucessivamente desempenhado por Antonio Joaquim Teles, Joaquim Antonio de Sá, José Joaquim de Freitas, Carlos Azevedo de Meneses e Adolfo César de Noronha.

O movimento da biblioteca consta do mapa seguinte:

	Leitura na biblioteca		Leitura no domicílio	
	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes
1900	165	218	32	41
1905	495	744	25	61
1910	491	612	56	75
1915	1534	1599	318	496
1916	2251	2381	653	910

A biblioteca da antiga Escola Medico Cirúrgica está no edifício do Hospital da Misericórdia, e consta de cerca de 600 volumes, dos quais 140 foram oferecidos pelo Dr. Nathaniel Lister de Londres, com a condição de passarem à Santa Casa, no caso da mesma escola ser extinta. Esta condição foi aprovada pelo Governo, em Portaria do Ministério do Reino de 17 de Dezembro de 1844.

O Governo autorizou em 1913 que a biblioteca da Escola Medica fosse incorporada na Biblioteca Municipal do Funchal, mas a transferência dos livros não chegou a dar se, por falta de espaço para acomodá los.

O Seminário Episcopal possui uma biblioteca, constituída principalmente por obras de teologia, e no clube inglês há cerca de 4:000 volumes, muitos dos quais são obras sobre a Madeira.

No quartel do regimento de infantaria 27 e no Liceu Central do Funchal também há bibliotecas, e um particular, o Sr. João Eleuterio Martins, proprietário do Diário de Noticias, possui as melhores colecções que se conhecem de jornais publicados na Madeira e de livros estrangeiros relativos a esta ilha. A biblioteca Útil Dulci, instalada num prédio à Rua do Dr. Vieira, tem cerca de 1700 volumes que qualquer pessoa pode ler, pagando dois centavos semanais e fazendo um deposito de trinta centavos que é restituído no acto da

entrega do livro pedido.

E indispensável acrescentar algumas novas informações ao que fica dito neste pequeno artigo. A biblioteca da extinta Escola Medico Cirurgica do Funchal foi incorporada na Biblioteca Municipal e nos últimos anos tem se feito a aquisição de muitas espécies bibliograficas, sendo actualmente (1938) de 31:000 o numero de volumes impressos que ali se encontram.

No ano de 1938 foi frequentada na leitura diurna, por 2.304 leitores, que consultaram 2.480 volumes, e na leitura nocturna do mesmo ano teve 2.086 leitores, que consultaram 2.225 volumes, e ainda no ano referido a leitura nos domicilios foi de 151 leitores que pediram 313 volumes.

A leitura nocturna, que vai despertando bastante interesse no publico, foi estabelecida no mês de Julho de 1934.

Bica (Pagellus erythrinus). Peixe da família dos Espáridas de sabor agradável e vulgar nos mercados da Madeira. É pescado em fundos de lagedo ou pedra solta, com aparelhos como a gorazeira, a briqueira e a rede de arrasto.

V. Correcaminho.

Bica da Cana. No planalto do Paul da Serra, acerca de 10 quilómetros do Rabaçal e 4 da Casa de Abrigo do Lombo do Mouro, fica o sítio da Bica da Cana, onde a extinta Junta Agrícola da Madeira criou, por 1914, um Campo Experimental de Agricultura e procedeu ao ensaio de várias culturas, em que se dispenderam avultadas somas, sem resultados apreciáveis.

O posto que ali se estabeleceu, esteve durante alguns anos abandonado, mas a Junta Geral do distrito, por intermédio da sua repartição agraria, tem dedicado as suas sollicitas atenções a esse posto, procedendo se a importantes trabalhos na conservação e reparação das casas, na vedação dos terrenos aráveis, nas diversas experiências agrícolas, etc.. No entanto, é forçoso confessar que o êxito desses trabalhos não corresponde às

despesas e aos esforços empregados. As desfavoráveis condições climatéricas, a altitude em que se acha situada essa região, os frequentes vendavais que ali se desencadeiam e o completo desabrigo a que ficam expostas as culturas agrícolas explicam suficientemente o insucesso das experiências ali realizadas. Somente com as indispensáveis sebes, formadas por maciços de espécies arbóreas, o que levaria muitos anos a conseguir se, poderia talvez alcançar se um resultado algo proveitoso, mas nunca largamente compensador, como já chegou a afirmar se em um documento oficial.

Bicheiro. Aparelho de caça e pesca, rudimentar e grosseiro, que deriva da palavra bicho. É formado de uma vara tendo um anzol ou um gancho na extremidade, e serve para apanhar nas tocas as aves marinhas, como cagaras, anjinhos, etc., e neste caso uma delgada vara de marmeleiro constitue todo o aparelho. Noutros casos, sendo formado de uma haste robusta, munida de forte gancho, funciona como verdadeiro croque, servindo se dele os pescadores para meterem dentro do barco os grandes peixes trazidos à borda.

V. Embicheirar.

Bicho da cana. É a larva da *Nonagria Sacchari*, insecto da ordem dos lepidopteros. Já em 1502 esta larva devastava as plantações sacarinas da Madeira, pois que nesse ano, a 15 de Novembro, foi expedida uma carta regia aos juizes e vereadores da Câmara Municipal do Funchal, em que se recomendava o emprego da cinza para destruir o bicho da cana. A 29 de Junho de 1509 veio uma nova carta regia anunciando a vinda a esta ilha dum Fernão Rodrigues, encarregado de dar remédio para se abeer de matar o bicho que anda nas canas... do que se segue tanta perda e damno e recomendando que o mesmo Fernão Rodrigues fosse hospedado e remunerado como o mereciam os serviços que vinha prestar.

Apesar destas providencias, só por 1887 é que o bicho da cana começou a desaparecer, devido à guerra sem tréguas que lhe move a *Iridomyrmex humilis*, espécie de formiga importada de Demerara. Antes da introdução puramente casual desta formiga na Madeira, usavam os cultivadores acender archotes com que percorriam de noite as terras plantadas de cana a fim de que o insecto viesse cair e morrer sobre a chama.

A larva da *Nonagria Sacchari* vive no interior dos colmos da cana, onde abre galerias que comunica com o

exterior. As paredes das galerias tornam-se rijas e os tecidos adjacentes tomam uma cor avermelhada e entram rapidamente em fermentação. Aparece principalmente durante o estio, mas depois da introdução da formiga, é rara na ilha da Madeira.

Bicho Conta. Pequeno crustáceo da ordem dos isópodos e do género *Armadillium* que vive sob as pedras e nos lugares sombrios. Nutre-se de matérias vegetais e animais em decomposição, e quando se lhe toca enrola-se, tomando a forma de uma pequena bola ou conta. É muito comum na Madeira.

Bicho do Lameiro (*Ophion obscurus*). Insecto himenóptero que aparece nas regiões baixas da Madeira, constrói um ninho de barro, abrigando-o no vão duma janela ou sob o beiral dum telhado e tem por hábito sustentar as larvas com aranhas que acarreta para o ninho.

Bicho vaca. São conhecidos por este nome dois Miriapodes do género *Julus*, caracterizados ambos pelo seu corpo quasi cilíndrico e que se enrola às vezes em espiral. Encontram-se na terra, nos vasos com plantas e nos muros em que há humidade.

Bicuda (*Sphyraena spet*). Peixe de arribação nos mares da Madeira. É de forma alongada e quasi cilíndrica, podendo atingir pouco mais de 1 metro. Viaja em cardumes, é muito voraz e persegue de preferência a sardinha, o chicharro e em geral o peixe a que os pescadores destas ilhas chamam ruama. É pescado durante a noite pelo processo chamado de corrico. O seu sabor embora pouco fino, não é dos mais desagradáveis.

Biddle (Anthony J. Drexel). E.: *The Madeira Island*, London, 1900, 2 vol.; *The island of the Wine*, Philadelphia and S. Francisco, 1901, 2 vol.

Não lemos a primeira destas obras, mas a segunda é particularmente curiosa pela série de erros e de dislates

que contém. Se o Sr Biddle, que se intitula sócio de três agremiações científicas americanas, pertencesse também a alguma das muitas sociedades de temperança do seu país, talvez tivesse produzido obra mais honesta e exacta do que aquela que ousou publicar sobre a nossa ilha.

A primeira edição do livro *The Madeira Island* foi publicada na cidade de Filadélfia em 1896 e contém os mesmos erros e dislates da segunda edição, que é do ano de 1900.

Bignonia. São conhecidos por este nome na Madeira várias espécies dos géneros Begónia e Tecoma, entre as quais mencionaremos as seguintes: *Tecoma australis* e *T. Jasminoides*, da Australia; *T. radicans*, da America do Norte; *T. Capensis*, do Cabo da Boa Esperança; *Bignonia Venusta* e *B. Chamberlaynii*, do Brasil; *B. Charere*, da Guiana; e *B. Lindley*, de Buenos Aires. Todas estas espécies servem para cobrir muros, mirantes, etc..

Bisbis (*Regulus maderensis*). A mais pequena das aves da Madeira e a única que lhe é peculiar. Frequenta as matas de urzes e loureiros do interior e constrói com muita arte um ninho de musgo, de forma ovóide. A postura tem lugar geralmente de Maio a Julho e pode elevar se até 7 ovos dum pardo arruivado, com pontos ou manchas avermelhadas.

Bispo (Rua do). A antiga denominação da actual rua de Gomes Freire. Este nome provém dos prelados do Funchal terem nela a sua residência oficial. No paço episcopal (V. este nome) está instalado o nosso liceu desde o mês de Janeiro de 1914. Nesta rua fica o antigo solar da família Ornelas, de que é hoje representante o conselheiro Aires de Ornelas de Vasconcelos, que foi edificado no ultimo quartel do século XVII pelo morgado Aires de Ornelas, e também tem a sua sede a importante e florescente associação de socorros mútuos 4 de Setembro de 1863 (V. este nome). Igualmente se encontra nesta rua a capela de São Luiz (V. este nome).

Bispos do Funchal. Consagramos neste Elucidario um artigo especial a cada um dos prelados que

dirigiram os destinos desta diocese, mas julgamos conveniente dar aqui a relação completa de todos eles, por ordem cronológica e com a indicação dos anos em que estiveram à frente da administração episcopal do arquipélago.

- Foi o bispo D. Diogo Pinheiro (1514 1526);
2º, e primeiro e único arcebispo, D. Martinho de Portugal (1533 1547);
3º D. Fr. Gaspar do Casal (1551 1556);
4º D. Jorge de Lemos (1556 1569);
5º D. Fr. Fernando de Távora (1570 1573);
6º D. Jeronimo Barreto (1574 1585);
7º D. Luiz Figueiredo de Lemos (1586 1608);
8º D. Fr. Lourenço de Tavora (1610 1617);
9º D. Jeronimo Fernando (1618 1650);
10º D. Fr. Gabriel de Almeida (1672 1674);
11º D. Fr. Antonio Teles da Silva (1675 1682);
12º D. Estevão Briosso de Figueiredo (1681 1689);
13º D. Fr. José de Santa Maria (1690 1696);
14º D. José de Sousa Castelo Branco (1698 1721);
15º D. Fr. Manuel Coutinho (1725 1738);
16º D. Fr. João do Nascimento (1711 1753);
17º D. Gaspar Afonso da Costa Brandão (1757 1784);
18º D. José da Costa Torres (1786 1796);
19º D. Luiz Rodrigues Vilares (1797 1810);
20º D. João Joaquim Bernardino de Brito (1819 1820);
21º D. Francisco José Rodrigues de Andrade (1821 1834);
22º D. José Xavier Cerveira e Sousa (1844 1848);
23º D. Manuel Martins Manso (1850 1858);
24º D. Patrício Xavier de Moura (1859 1872);
25º D. Aires de Ornelas de Vasconcelos (1871 1874);
26º D. Manuel Agostinho Barreto (1877 1911); e
27º D. Antonio Manuel Pereira Ribeiro (1914).

Bispos Madeirenses. Sabemos que foram naturais da Madeira os seguintes prelados:

D. Nuno de Aguiar, bispo de Tanger,

D. Sebastião de Moraes, bispo do Japão,

D. Fr. Miguel dos Santos, bispo de S. Tomé na Índia,

D. Mateus de Abreu Pereira, bispo de S. Paulo,

D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, bispo de S. Paulo,

D. João Henriques Moniz, bispo de Cabo Verde,

D. Aires de Ornelas de Vasconcelos, bispo do Funchal e arcebispo de Goa,

D. Ernesto Sena de Oliveira, arcebispo de Mitilene,

D. Estevão Pedro de Alencastre, bispo de Hawai (Sandwich), e

D. Teodosio Clemente de Gouveia, prelado de Moçambique. (V. estes nomes).

Blandy. Esta família de súbditos e comerciantes ingleses estabeleceu-se há mais dum século nesta ilha. Na primeira ocupação da Madeira por tropas britânicas, em Julho de 1801, fazia parte dessa guarnição um oficial subalterno por nome John Blandy, que nesta ilha foi o tronco da família do mesmo nome. Este súbdito inglês já em 1808, quando então a Madeira se achava pela segunda vez ocupada por tropas britânicas, tinha estabelecida a casa comercial, que transmitiu aos seus descendentes. Morreu a 14 de Janeiro de 1855, sucedendo-lhe na casa seu filho Charles Ridpath Blandy, que faleceu no ano de 1878. Filho deste foi João Blandy, que elevou a casa comercial a um notável grau de prosperidade, deixando uma fortuna muito avultada e tendo morrido a 7 de Dezembro de 1912. Foi herdeiro e sucessor João Ernesto Blandy, que faleceu no ano de 1930.

Os escritórios desta importante casa estiveram durante muitos anos estabelecidos na rua de São Francisco, nas dependências ocupadas hoje pela secção comercial de vinhos da mesma casa, sendo depois transferidos para a rua da Alfândega, onde actualmente se encontram.

Bloxam (James Mackenzie). E.: The Climate of the Island Madeira (Londres 1855) e The Church of England in Madeira (Londres, 1857).

Boa Nova (A). Saíu o 1.1 numero deste jornal a 2 de Fevereiro de 1912 e o 171, que foi o ultimo a 10 de Julho do mesmo ano.

Boaventura (Freguesia da). Apesar das diligências feitas, ficou para nós inteiramente desconhecida a origem do nome desta paróquia. Procurando ao menos descobrir a probabilidade dessa origem, tornava se necessário determinar com precisão a verdadeira grafia dessa estranha denominação, o que nos parece oferecer não pequena dificuldade. Boaventura ou Boa Ventura ? Não o sabemos dizer, porque de ambas as formas aparece escrito este nome. A primeira parece ser a mais antiga e é sem duvida a mais comum e usual, mas no entretanto não conhecemos razões especiais de preferência para nenhuma delas. Só nos podemos perder em simples conjecturas ou em hipóteses mais ou menos engenhosas, mas talvez muito distanciadas da verdade.

Do arquivo paroquial desta freguesia, de quaisquer antigos documentos e ainda da tradição local, nada consta a respeito da origem deste nome. Haveria porventura no continente algum lugar ou povoação de que os primitivos colonizadores aproveitassem o nome, como frequentemente acontecia, para o darem aquele sítio e mais tarde paróquia? A hipótese não passaria duma mera probabilidade, mas que não chega a ter o menor fundamento, porque em Portugal não se encontra freguesia, sítio ou lugar que conserve aquele nome, segundo as investigações a que procedemos.

Os terrenos que constituem a paróquia da Boaventura pertenceram durante quasi três séculos à freguesia da Ponta Delgada, donde foram desmembrados no ano de 1836. Desde meado do século XVI, e ainda anteriormente a esta época, já a Boaventura conserva este nome, e, portanto, muito antes da criação do curato e de ser paróquia independente. Nos tempos primitivos da colonização, foi Pedro Gomes Galdo um dos povoadores que primeiramente ali possuía muitas terras de sesmaria, sendo considerado como um dos mais antigos colonizadores desta freguesia, que então pertencia, como dito fica, à paróquia da Ponta Delgada. Atribue se a este Pedro Galdo ou a um dos seus descendentes a fundação da capela de S. Cristovão, no sítio que ainda hoje conserva este nome.

Quando a população se foi alargando e estendendo pelo interior, os habitantes da Boaventura pretenderam a criação dum curato que lhes facilitasse a observância dos seus deveres religiosos. Aproveitaram a estada

do bispo diocesano D. Manuel Coutinho na igreja paroquial da Ponta Delgada e ponderaram ao prelado a distancia a que residiam da igreja matriz, a dificuldade dos caminhos, sobretudo na quadra invernosa, e os graves perigos a que se expunham, ordenando o mesmo prelado que o pároco de então, Luiz Gonçalves Caldeira, requeresse a criação dum curato na freguesia da Ponta Delgada, com sede na Boaventura, visto serem de todo o ponto aceitáveis as razões apresentadas pelos peticionários.

Por alvará régio de 4 de Fevereiro de 1733, D. João V autorizou ao prelado diocesano a criação deste curato, que não sabemos quando foi definitivamente provido, nem que jurisdição ou atribuições lhe foram conferidas. Ficou no entretanto dependente da paróquia de Ponta Delgada, da qual se foi a pouco e pouco libertando até constituir uma freguesia autónoma. Os baptizados começaram a ser ali realizados em 1790, mas os casamentos só passaram a ser celebrados na Boaventura depois da sua elevação a paróquia. A sede do curato foi a capela de Santa Quiteria, construída pelo povo no ano de 1731. Tinham ali os curas residência efectiva e acudiam com os socorros espirituais aos moradores do lugar, sendo alguns dos actos do culto celebrados na igreja matriz da Ponta Delgada. Pelo citado alvará de 4 de Fevereiro de 1733, teve primitivamente o cura a cõgrua de um moio e meio de trigo e uma pipa e meia de vinho, sendo esta cõgrua posteriormente acrescentada.

O governador do bispado e o vigário capitular Antonio Alfredo de Santa Catarina Braga, por alvará de 18 de Novembro de 1836, elevou a paróquia o curato da Boaventura, desligando o inteiramente da jurisdição da freguesia da Ponta Delgada. Os sacerdotes que ali exerciam as funções religiosas continuaram por algum tempo a intitular se curas, mas este curato, como outros que houve na diocese, era autónomo, com vida civil e religiosa próprias, e sem dependência de outra paróquia. O prior pároco foi Joaquim Gomes Lume e o primeiro vigário colado José Francisco Rodrigues de Andrade, em 1843.

Como fica referido, o curato foi estabelecido na capela de Santa Quiteria, construída em 1731, sendo acrescentada ou melhor, reconstruída, em 1835, e nela fixada a sede da nova paróquia, que se criou no ano seguinte. Foi edificada no sítio do Serrão, que é o lugar mais central e mais aprazível da freguesia. A imagem de Santa Quiteria foi em 1721 oferecida à igreja da Ponta Delgada por Manuel de Freitas Vasconcelos, morador no Funchal, sendo conduzida para a nova capela pouco depois da sua construção. Teve a Boaventura as ermidas de S. Cristovão e de Sant'Ana, que já não existem, e em 1918 começou a construir se uma capela no sítio da Faja do Penedo, dedicada ao Coração Imaculado. Delas nos ocuparemos nos artigos consagrados às capelas.

Tem esta freguesia as levadas da Achada Grande, cuja construção se deve principalmente a Policarpo José de Abreu e Manuel João de Freitas Galdo, a Levada Grande, que estende a sua irrigação até a Ponta Delgada, a Levada das Faias, que em boa parte deve a sua tiragem a João Pedro de Andrade, a Levada da Achada dos Alves e Pastel, de cuja construção foi iniciador o referido Policarpo José de Abreu, e ainda a levada da Achada ou do Serrão, que todas tem a sua origem na ribeira dos Moinhos. Como já dissemos no artigo consagrado à paróquia do Arco de São Jorge, projectou se ha muitos anos a construção duma levada que, encabeçando na ribeira do Porco, no sítio da Falca, servisse para a irrigação das duas freguesias, chegando a fazerem se os respectivos estudos e orçamentos nos princípios do ultimo quartel do século passado. Não passou de projecto, tendo o cônego Feliciano João Teixeira, deputado pela Madeira, advogado no parlamento a ideia dessa construção na sessão legislativa de 1890.

Na estrada que liga esta freguesia com a do Arco de S. Jorge, há uma parte dela que fica na margem direita da ribeira do Porco e sobranceira ao mar, que tem o nome de Engrosa pela sua construção em torcicolo na escarpa apumada duma elevada rocha. É das fendas dessa rocha que nasce em abundância a planta conhecida pelo nome de ensaião (*Sempervivum glandulosum*, da família das Crassulaceas), de que William Longman no *Frazer's Magazine* de Agosto de 1875 disse o seguinte: "...crescem com tanta profusão que umas se sobrepoem às outras e com desenvolvimento tal, que excedem tudo o que neste género se vê em Kew ou em outros jardins botânicos. As mais ordinárias excedem o tamanho de um chapéu. Na extremidade apresentam uma cor encarnado castanho, com transição gradual para o centro de um verde claro".

No sítio de S. Cristovão existiu uma pequena fabrica de telha, sendo esta feita de um barro denso e avermelhado, que se encontrava naquelas proximidades e que dava um produto muito resistente e a que a maresia não causava o menor estrago. Encontramos algures que "...outras espécies de argilas se notam intercaladas pelos basaltos, algumas de cor esbranquiçada e que poderiam com vantagem ser utilizadas na indústria cerâmica".

Os morgados Licios de Lagos tiveram terras vinculadas nesta freguesia, e no sítio da Silveira edificaram uma grande casa, que não chegou a ser inteiramente concluída. Foi com o feitor destes morgados e dessas terras, residente na Boaventura, que se afirma ter sucedido o seguinte interessante e pitoresco caso. O general Beresford chegara à Madeira em Dezembro de 1807, comandando as tropas britanicas que pela segunda vez ocuparam a Madeira. Todas as autoridades e oficiais de patente foram apresentar os seus cumprimentos ao

general inglês. Não podia fazer exceção à regra o coronel e morgado Licio, que era comandante do regimento de milícias de S. Vicente e que então se encontrava nas suas terras da Boaventura. O feitor, que casualmente se achava no Funchal e que era o tenente ajudante daquele regimento, persuadiu a senhora morgada, esposa do coronel Licio, da conveniência de poupar o Sr. morgado aos incomodos duma viagem, formulando o acertado alvitre de envergar a farda de coronel e de apresentar se ao general inglês, como sendo ele o comandante do regimento de milícias da vila de S. Vicente! A ideia, prontamente concebida, e aceita sem relutância pela morgada, foi sem demora posta em execução pelo bom e ingénuo feitor. Beresford, ao saber que tinha na sua frente um bisonho ajudante mascarado em coronel, proferiu desabridamente as únicas palavras que talvez então conhecesse da língua portuguesa: Para o Pico. E lá caminha, conduzido sob custódia para a fortaleza do Pico o nosso pobre tenente e feitor, que decerto iria maldizendo a hora em que tivera a ideia infeliz de envergar a farda pertencente ao seu chefe e dono das terras que feitorizava. Ao voltar costas ao general Beresford, teve, porém, uma frase que se tornou celebre e que até certo ponto o imortalizou na tradição local. Quando reconheceu o erro que praticara, soltou, entre pesaroso e irónico, esta expressão genial: Eu logo vi que isto ia dar asneira! Foi o epilogo da sua triste e infeliz aventura.

Os principais sítios desta paróquia são: Igreja, Pastel, Pomar, Ribeira do Moinho, Roçada, Cabo da Ribeira, Achada do Castanheiro, Levada, Lombadinha, São Cristovão, Serrão, Achada do Pereira, Travessa, Achada Grande, Falca, Achada da Madeira, Lombo do Urzal, Serra de Água, Quebradas, Lamaceiros, Achada do Moledo, Fajã do Penedo, Fajã Grande, Sabugueiros e Silveira.

Esta freguesia é atravessada pelas ribeiras do Porco e dos Moinhos, ficando na foz da primeira, a praia do pequeno porto chamado da Boaventura, onde ancoram barcos e onde os vapores costeiros lançam cargas e passageiros.

Pertence esta paróquia ao concelho e comarca de São Vicente, de cujas sedes dista aproximadamente 9 quilómetros e meio. Confina com as freguesias do Arco de S. Jorge, Ponta Delgada, S. Vicente e Curral das Freiras.

Há ali duas escolas, uma para cada sexo, ficando ambas no sítio da Igreja.

Nesta paróquia nasceu o padre Antonio Alexandrino de Vasconcelos, a quem já nos referimos no artigo consagrado à paróquia do Arco de S. Jorge.

Quando há anos esteve na Madeira o grande poeta Antero de Quental, passou uma temporada na freguesia

de Boaventura.

A sua população é de 3900 habitantes.

Fica na área desta paróquia a conhecida serra das Torrinhãs. (V. este nome).

Boaventura (Ilhéus da). Estes ilhéus, também conhecidos pelos nomes de ilhéu Porco e ilhéu Vermelho, ficam na costa marítima da freguesia da Boaventura, não muito afastados do seu litoral.

Boaventura (Porto da). Na foz da ribeira do Porco ou Boaventura, há uma praia pedregosa, entestando com o pequeno porto que tem aquele nome.
Fica próximo da Ponta Delgada, donde dista menos duma milha.

Boca das Torrinhãs. Separa a serra da Boaventura da do Curral das Freiras. O *Sedum farinosum*, planta da família das Crassulaceas, e o *Isoplexis Sceptrum*, arbusto da família das Escrofulariaceas, são frequentes na Boca das Torrinhãs e proximidades.

V. Torrinhãs (Boca das).

Bôca das Voltas. Sítio entre o Pico do Arco e o do Canário, de onde parte um caminho que conduz à Ribeira da Boaventura. A Boca das Voltas está a cerca de 750 metros acima do nível do mar.

Boca de Panela. Grande animal marinho, extremamente detestado pelos pescadores madeirenses e inimigo encarniçado dos atuns, os quais persegue ferozmente, ora fazendo lhes apertado cerco, ora pondo os em debandada, no dizer dos pescadores que o têm observado de perto. A passagem de tais animais pelos pesqueiros é naturalmente justo motivo para contrariar o pescador e até para lhe causar enorme prejuízo, pois é da pesca do atum que ele espera tirar a melhor compensação dos trabalhos e perigos da sua arriscada vida.

Até hoje ainda se não conseguiu identificar esta espécie com segurança. Supõe-se no entanto que seja não um peixe, mas um cetáceo *Orca gladiator*, que entre os pescadores do Algarve é chamado ruaz de bandeira, e que ali não é menos temido pelos graves danos que causa às armações dos atuns.

Boca de Peixe. Nome vulgar do *Antirrhinum Orontium* e do *A. majus*. A primeira destas Escrofulariaceas é indígena e muito frequente; a segunda é planta que aparece principalmente nos jardins.

Boca do Buraco. Sítio para leste do Pico do Areeiro, donde se disfruta em dias claros um majestoso panorama.

Boca dos Corregos. Sítio nas proximidades do Pico Grande, de onde se avista o Curral das Freiras e o vale da Serra d'Água. Está a cerca de 1300 metros acima do nível do mar.

Boca dos Namorados. Na serra da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos e sobranceiro ao aprazível sítio do Jardim da Serra, fica o Pico dos Bodes, em cujas imediações se encontra a Boca dos Namorados, que é um dos pontos da Madeira donde se descortinam os mais belos e vastos panoramas. Tornou-se muito conhecido este lugar, porque em outro tempo, era bastante visitado por nacionais e estrangeiros.

Boca Negra (*Sebastes dactylopterus*). Peixe de sabor agradável da família Triglida, pescado em fundos rochosos desde 80 a 250 braças pouco mais ou menos. É sedentário, devendo o seu nome à circunstância de ter o interior da boca revestido de uma membrana muito escura. Os aparelhos que o colhem são a briqueira e a gorazeira.

Bodes (Pico dos). A cerca de 1135 metros acima do nível do mar, fica esta elevada eminência da

freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, nas proximidades da Boca dos Namorados.

V. Jardim da Serra.

Bodes (Pico dos). Com este nome há uma elevação montanhosa na serra da Ribeira da Janela, na altitude de 1300 metros.

Bodião (Scarus cretensis). Peixe da família labrida, vulgar nas costas de todas as ilhas deste arquipélago, incluindo as Selvagens, e justamente apreciado pelo seu fino sabor. É uma linda espécie, cuja cor, muito variável, pode ir desde o ardósia escuro pintalgado de tons claros até o vermelho brilhante, ao mesmo tempo que alguns indivíduos se apresentam simultaneamente vermelhos e cinzentos. Daqui a distinção que fazem nalgumas localidades piscatórias em bodião pardo, vermelho e cardão. Não é peixe de passagem, mas os seus hábitos um tanto nomadas levam-no a deslocar-se nos baixos fundos perto da costa. Ainda que não seja tão frequente como o foi outrora, é contudo uma das raras espécies costeiras que tem conseguido escapar menos mal aos efeitos destruidores da insensata e ruinosa pesca por meio de explosivos.

A captura efectua-se desde a orla do mar até 30 braças de profundidade, usando-se além dos aparelhos de anzol, as redes de arrastar e atravessar, o peneiro e o covo; é porém a cana o aparelho preferido tanto pelos amadores da pesca, como pelos pescadores de profissão. Como isca, empregam de ordinário a jaca ou a aranha, crustáceos que se encontram sob as pedras da costa, entre os dois limites das marés.

No litoral das Desertas, os pescadores do Caniçal fazem por vezes abundante colheita deste peixe que, depois de escalado e salgado, é trazido ao mercado do Funchal, ainda que já um tanto depreciado pela salga.

Bodioa. Diz-se da galinha de cor cinzenta pintalgada de claro e escuro, lembrando o bodião, cujas escamas apresentam frequentemente aquelas cores.

Boga (Box boops). Peixe da família dos Esparidas, indígena e muito vulgar nas águas deste arquipélago. É

principalmente nos fins da primavera e princípio do verão que o pescam em grande quantidade, junto com a cavala e o chicharro, que naquela época abundantemente nos chegam de fora. uma das espécies incluídas no grupo a que os pescadores chamam ruama. Na pesca são empregados os aparelhos de anzol, mas aquele que mais farta colheita fornece é a rede cónica, em forma de saco, chamada rede da ruama. O seu valor é pequeno e o gosto medíocre.

Bogalho. Provém este apelido de Pedro Bogalho, natural da cidade da Guarda, que fixou residência nesta ilha no princípio do século XVI.

Boganga. A planta conhecida entre nós pelos nomes de boganga, bogangueira e abóbora de Tenerife, é a *Curcubita ficifolia*, originaria da China. Os seus frutos (bogangas) servem para sopa e para confeccionar o doce conhecido pelo nome de chila, no qual só entram os filamentos ou funiculos das sementes perfeitamente maduras.

A planta conhecida em Portugal pelo nome de moganga é, segundo Brotero, uma variedade da *Cucurbita Pepo*, espécie esta que está representada na Madeira pela aboboreira que produz a abóbora machado, sendo portanto um erro dar aquele nome à boganga madeirense. Esta, segundo diz o Sr. Pereira Coutinho, tem em Portugal a denominação de chila caioto ou abóbora chila.

O vinho fraco e branco produzido na costa norte da ilha é conhecido pelo nome de bogangueira.

Bohm (Dr. Joannes). E.: Einige Fossilien aus den Salvages Inseln. (Abdruck a. d. Zeitschr. d. Deutsche Geol. Gesellschaft, Jahr 1898). Este trabalho assinala 7 espécies, entre as quais 2 novas: *Nerita salvagensis* e *Cabralia Schmitzii*.

Boieiro (*Puffinus anglorum*). Palmipede marinho não muito vulgar nestas ilhas. Frequenta o alto mar durante o dia, recolhendo à terra pela noite adiante. Como ave diurna, é chamado boieiro pelos

homens do mar, como ave nocturna, é em toda a Madeira conhecido como estrapagado, papagarro ou patagarro, designações onomatopaicas, que imitam menos mal a sua voz característica.

Cria nas Desertas e nas rochas pouco acessíveis da Madeira, como o Curral das Freiras, Areeiro e Penha de Águia. A postura é dum só ovo, dum branco puro; deposto num buraco dos rochedos.

Para muita gente é ave de mau agouro. Segundo a crença popular, haverá morte próxima entre os moradores duma habitação, sempre que nela vá pousar um patagarro ao fazer a excurção nocturna das montanhas para o mar, ou vice versa. Emigra ausentando se do arquipelago durante o inverno, para voltar nos fins de Fevereiro ou princípios de Marco.

Boletim Eclesiástico da Madeira. Era uma publicação mensal, tendo saído o primeiro numero no mês de Março de 1912 e o ultimo em Fevereiro de 1919.

Boletim Judicial. Publicou se o primeiro numero a 22 de Novembro de 1877.

Boletim Mensal da Obra Diocesana de São Francisco de Salles. Publicação mensal, cujo primeiro numero saiu em Janeiro de 1894 tendo suspendido em 1897.

Boletim Official (O). Saiu sem numeração, de 3 de Maio a 27 de Junho de 1847.

Boletim Official do Distrito Administrativo do Funchal. Publicou se de 1 de Março de 1862 a 19 de Dezembro de 1863, tendo saído 79 números.

Boliqueme. É um dos mais importantes sítios da freguesia de Santo Antonio. Havendo na província do Algarve uma freguesia desta denominação e sendo algarvios a maior parte dos primitivos colonizadores desta ilha, não é para estranhar que tivessem dado a este sítio o nome daquela freguesia. É também possível

que as condições orográficas da freguesia algarvia e as deste sítio, e ainda quaisquer outros pontos de semelhança, dessem origem a essa denominação. Exemplos destes são frequentes na história das nossas descobertas, e mesmo na Madeira não, são raras.

Bolsa de Pastor (*Oxalis corniculata*). Planta da família das Oxalidaceas, muito comum na Madeira. Os seus caules e as suas folhas trifoliadas contêm ácido oxálico, e por isso servem para tirar nódoas de tinta. A infusão da bolsa de pastor é muito usada na Madeira para purificar o sangue.

Bom Jesus (Recolhimento do). Este recolhimento era conhecido pelo nome de Bom Jesus da Ribeira, porque se alargava até à margem esquerda da ribeira de Santa Luzia o terreno onde ele se edificara. Foi seu fundador o Dr. Simão Gonçalves Cidrão, arcediogo da Sé do Funchal, que lhe fez importantes doações e que, com alguns donativos e em especial com a valiosa cooperação do padre Pascoal Ferreira de Sousa, mestre de capela da Catedral, conseguiu erigir aquela modesta casa religiosa e igreja anexa, que mais tarde foi notavelmente ampliada.

A primeira escritura de doação de alguns prédios para a fundação deste recolhimento, feita por Simão Gonçalves Cidrão, data de 20 de Dezembro de 1655. Neste mesmo ano ou no imediato começaram as obras de construção. Parece que somente em 1666 é que ali deram entrada as primeiras recolhidas, o que nos leva a supor que foi moroso o levantamento do edifício ou que surgiram embaraços, para nós desconhecidos, que obstaram à abertura do recolhimento. A 9 de Outubro de 1673 se fizeram novas doações a esta casa pelo mesmo arcediogo Dr. Cidrão ou pelos seus herdeiros.

O recolhimento destinava-se a receber 25 a 30 conversas, entrando neste número algumas donzelas pobres, que provassem ter uma conduta ilibada. Desde logo as recolhidas deram provas do mais rigoroso cumprimento da sua regra ou estatuto, tornando-se uma comunidade absolutamente exemplar, o que levou muitas pessoas de vida austera a pedirem a sua admissão naquele instituto religioso. Apesar de não ser uma ordem monástica, fazia-se ali o serviço quotidiano do coro e observavam-se outras práticas próprias dos conventos de religiosas.

Ignoramos se, através dos tempos, ali se manteve sempre a primitiva disciplina e o primitivo fervor, mas

sabemos que, desde há muitos anos, passou aquela casa a ser um recolhimento meramente secular, sem obrigação da observância de quaisquer actos de character religioso para as recolhidas.

O recolhimento do Bom Jesus foi aprovado pelo bispo D. Gabriel de Almeida, que dirigiu os destinos desta diocese de Março de 1671 a 13 de Julho de 1674, dia em que morreu. Foi portanto dentro deste período de tempo que aquela casa começou a ter a sua existência canónica, legal, sendo de presumir que a sua fundação tivesse sido precedida de licença da respectiva autoridade diocesana. Temos noticia que, em época que não podemos determinar, pediram algumas recolhidas à Santa Sé autorização para professarem e, portanto, transformarem o recolhimento em uma congregação religiosa regular, mas foi denegada essa autorização por motivos que desconhecemos.

Segundo os intuitos do seu fundador, o recolhimento do Bom Jesus estava unicamente sujeito ao prelado da diocese, não só no que dizia respeito á sua direcção interna, como ainda à administração dos seus bens. Era a autoridade eclesiástica que nomeava o capelão da casa e um administrador dos seus bens, a que se dava o nome de síndico e que era sempre uma pessoa proba e qualificada.

A pesar das doações do Dr. Cidrão, não eram grandes os recursos do recolhimento e por isso, a partir duma certa época, se exigia para a entrada de cada recolhida o dote de 300\$00, que no princípio do século passado se elevou a 400\$000 réis.

O rendimento da casa no ano de 1811 foi de 1.367\$000 e a despesa 2:007\$000 réis. Neste mesmo ano tinha 42 recolhidas.

Desde 1910 que o recolhimento é administrado e dirigido por uma comissão nomeada pelo governador civil. A comissão que em Abril de 1919 deixou a administração desta casa entregou a sua sucessora 437\$15, rendendo as inscrições pertencentes ao recolhimento a importância de 931\$11 anuais.

Bombardeamento do Funchal. A cidade do Funchal foi bombardeada duas vezes por submarinos alemães, enquanto durou o estado de guerra entre Portugal e a Alemanha, tendo tido lugar o primeiro bombardeamento no dia 3 de Dezembro de 1916 e o segundo no dia 12 de Dezembro do ano

imediatamente.

O primeiro bombardeamento foi precedido do torpedeamento da canhoneira La Surprise, da marinha de guerra francesa, do Kanguroo, vapor da mesma nacionalidade, e do Dacia vapor mercante inglês, ao serviço do governo francês. Estes barcos que se achavam ancorados no nosso porto, foram torpedeados a pequena distancia da terra, tendo o pirata conseguido aproximar se deles, sem ser visto pelas respectivas tripulações. O iate americano Eleanor A. Percy, que se achava também nas águas da nossa baía, foi poupado pelo submarino, pela razão da Alemanha não estar ainda a esse tempo em guerra com os Estados Unidos da América.

O primeiro navio a ser alvejado foi a canhoneira La Surprise, que, tendo tido uma explosão no paiol, se submergiu em cerca de 2 minutos, arrastando consigo uma barça tripulada por trabalhadores madeirenses da casa Blandy, que lhe estava fornecendo carvão. Dos tripulantes da canhoneira, morreram 33, incluindo o comandante Ladonne, 2 oficiais e 7 oficiais inferiores; dos da barça morreram Manuel Rodrigues Teixeira, Manuel Rodrigues Vieira, José Gomes Camacho, Augusto Garcês, Manuel Rodrigues, Francisco Franco e Frederico Vieira. Manuel Rodrigues Teixeira, empregado da casa Blandy, tinha passado para bordo da canhoneira, a fim de dirigir o fornecimento de carvão.

A tripulação dos outros navios conseguiu salvar se a nado e em barcos, tendo Mr. Bernard, comandante do Kanguroo, auxiliado por dois franceses e um madeirense, conseguido disparar 25 tiros de peça sobre o submarino, já quando o seu navio estava prestes a submergir se. Os bravos que ajudaram Mr. Bernard foram: o madeirense José Alexandre Gomes, arrais duma lancha a vapor, e o canhoneiro Tonnerre e o aprendiz Provenzalé, tripulantes do Kanguroo.

A explosão que se deu a bordo de La Surprise abalou as casas da cidade e foi tomada a princípio como casual, mas quando outras duas se lhe seguiram e os pequenos vapores das casas carvoeiras começaram a apitar persistentemente, todos perceberam do que se tratava. Então apoderou se da população um verdadeiro pânico, pânico que subiu de ponto quando as granadas atiradas pelas duas peças do submarino começaram a cair sobre a cidade.

O barco dos piratas depois de haver conseguido escapar aos tiros feitos pelo Kanguroo e pelas baterias de terra, foi colocar se a cerca de 12 quilómetros de distancia, fora do alcance da nossa artilharia, sendo daí que

ele esteve bombardeando a cidade, sem correr risco algum.

O bombardeamento durou das 9 às 11 horas da manhã, tendo tido lugar o torpedeamento de La Surprise pelas 8 horas e meia. A bateria da Vigia disparou 34 tiros e a fortaleza de S. Tiago 18, não atingindo nenhum deles o submarino, e este lançou umas 50 granadas sobre a cidade, explodindo umas no ar e indo cair as restantes nos seguintes pontos: 2 na R. Julio da Silva Carvalho, 1 na R. das Queimadas de Cima, 1 na R. do Bispo, 2 na Calçada de Santa Clara, 1 na R. Direita, 1 na fabrica do Pelourinho, 1 na Quinta Vigia, 1 no Jardim Municipal e 1 no cemitério das Angústias.

Na cidade não morreu ninguém, e os prejuízos materiais causados pelas granadas não foram grandes. Foi só no mar que houve mortos e feridos, tendo estes últimos sido conduzidos ao hospital civil pelo pessoal da delegação da Cruz Vermelha no Funchal, que prestou muito bons serviços.

Logo que se deu a primeira explosão, mandaram os Srs. Carlos Pio de França e Afonso Coelho lançar ao mar dois barcos, que recolheram 15 sobreviventes, alguns dos quais se achavam feridos. O marítimo João de Gouveia, o Gordo, tripulante de um destes barcos, prestou valiosos serviços, pois salvou 8 tripulantes da canhoneira e 2 trabalhadores madeirenses.

No cemitério das Angústias ergue se um pequeno monumento mandado construir pelo Sr. Henrique Augusto Vieira de Castro, destinado a perpetuar a memória dos marinheiros franceses e dos trabalhadores portugueses que pereceram na baía do Funchal na trágica manhã do dia 3 de Dezembro de 1916. Este monumento que é devido ao cinzel do laureado escultor Sr. Francisco Franco de Sousa, foi inaugurado no dia 3 de Dezembro de 1917.

O tenente Max Valentiner, o comandante do submarino que praticou a covardia de torpedear três navios dentro do nosso porto e de bombardear a cidade fora do alcance das baterias de terra, foi condecorado pelo Kaiser, e Sondenburgo, sua terra natal, nomeou o “seu filho dilecto”!!!

O segundo bombardeamento do Funchal deu se a 12 de Dezembro de 1917, tendo o submarino disparado os primeiros tiros às 6 horas e 20 minutos da manhã, quando mal começavam a distinguir se as primeiras claridades do dia. O submarino tinha sido visto pelos tripulantes dum barco de pesca, que preveniram imediatamente a tripulação do Dekade I da descoberta que acabavam de fazer, partindo este vapor, e mais

tarde o Mariano de Carvalho, ao encontro do inimigo a fim de lhe oferecer combate.

O Dekade I e o Mariano de Carvalho eram dois pequenos vapores armados cada um de uma pequena peça e tripulados por marinheiros da marinha de guerra, que faziam o serviço de vedetas no porto do Funchal, sendo aquele o primeiro a alvejar o submarino que, à medida que se afastava para se colocar fora do alcance da artilharia dos nossos barcos, ia despejando granadas sobre estes e a cidade.

Os vapores nada sofreram, mas na cidade registaram-se vários prejuízos e ficaram 5 pessoas mortas e 30 e tantas feridas, umas ligeiras, outras gravemente. Caíram granadas nos seguintes pontos: em frente da fortaleza de S. Tiago, 1 na R. de S. Filipe, 1 no Lombo da Boa Vista, 1 na quinta *Mãe dos Homens+, 1 na Levada do Bom Sucesso, 2 no Lombo do Terço, 1 na R. do Dr. Juvenal, 1 na Choupana, 1 no Jardim Municipal, 1 na Travessa de Santa Catarina, 1 na R. dos Aranhas, 1 na Fortaleza de S. Lourenço, 1 na igreja de Santa Clara, 3 na praia, sendo 1 em frente da Alfândega, e 2 junto da Capitania da Porto, 1 na R. da Bela Vista, 1 perto da Fabrica do Torreão (esta não explodiu), 1 perto do Pico de S. João, 1 na R. 5 de Junho, 1 próximo do Cemitério Israelita, 1 próximo do Hotel Jones, 1 perto do Castelo do Pico, 1 no mar, em frente do ponto onde amarra o cabo submarino, e 1 perto da Travessa do Pasto. Rebentaram outras granadas sobre a cidade, mas sem causar dano.

Este segundo bombardeamento durou apenas 30 minutos tendo o submarino disparado uns 50 tiros e as vedetas 40 e tantos. As baterias da Vigia e de S. Gonçalo não chegaram a fazer fogo sobre o submarino, em razão deste, perseguido pelas vedetas, se ter posto rapidamente fora do alcance das mesmas baterias.

As pessoas mortas no dia do bombardeamento foram: Augusto Teles de Vilhena, de 25 anos, Carolina Adelaide Rodrigues, de 50 anos, Firmina Augusta Figueira, da mesma idade, Maria José de Mendonça, de 45 anos, e Emília Augusta, de 40 anos.

Os feridos foram pensados no Hospital Civil e na Delegação da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, tendo prestado bons serviços tanto o médico desta delegação, o Dr. João Albino de Sousa, como os maqueiros da mesma. No Hospital foram os feridos atendidos pelos Drs. Alvaro Tertuliano da Silva e José Joaquim de Freitas.

A granada que rebentou na igreja de Santa Clara feriu o Padre Manuel da Silva Branco, que estava ali

celebrando a missa, o sacristão e duas mulheres, uma das quais faleceu pouco depois na Delegação da Cruz Vermelha, à R. dos Netos.

Pela bravura com que se portaram durante o ataque do submarino, foram louvados pelo capitão do porto, em ordem de serviço, as tripulações do Dekade I e Mariano de Carvalho.

Uma grande parte da população do Funchal saiu para o Monte, Santo Antonio, S. Martinho e outras localidades, por causa do bombardeamento, e muitas foram as pessoas que alugaram casas nos arredores da cidade, na suposição de que estariam aí mais protegidas contra os riscos de um novo assalto dos piratas. O pânico durou por largo tempo, e várias vezes vimos indivíduos de todas as idades e condições sociais fugirem espavoridos em todas as direcções, só por terem ouvido dizer que tinha sido visto um novo submarino nas proximidades do nosso porto ou que os alemães haviam desembarcado em qualquer ponto do litoral. Noites houve em que os automóveis e os carros não tiveram um momento de descanso, tal era a quantidade dos indivíduos que pretendiam fugir ao perigo que supunham correr se permanecessem na cidade.

Algumas pessoas mandaram construir trincheiras dentro das suas casas e quintais, às quais se recolhiam quando algum indivíduo de mau gosto se lembrava de anunciar para breve um novo bombardeamento. A iluminação publica foi proibida, como medida de defesa, no dia em que se deu o segundo bombardeamento, e só voltou a ser restabelecida a 11 de Novembro de 1918, quando chegaram à Madeira as primeiras noticias relativas à suspensão das hostilidades entre os beligerantes. Quando se deu o primeiro bombardeamento, a iluminação só foi proibida durante alguns dias, sendo acesos depois os candieiros das ruas que não podiam ser vistas do mar.

Para proteger a Madeira contra qualquer tentativa de desembarque dos alemães, mandou nos o governo, depois dos acontecimentos de 12 de Dezembro, uma companhia de artilharia de posição, munida das respectivas peças, que esteve aquartelada na R. do Carmo. Do que não dispusemos nunca foi da artilharia exigida para responder eficazmente a qualquer bombardeamento realizado a distancia, sendo por falta dela, tanto em terra como no mar, que os piratas puderam levar a efeito, sem correr risco algum, os dois actos de brutal agressão que aqui deixamos registados. A única peça de grosso calibre de que dispunhamos, montada em S. Gonçalo, não pode ser utilizada no dia 12 de Dezembro de 1917, por o submarino se ter colocado, segundo se afirma, fora do alcance dela, ao realizar o bombardeamento.

Bombas Vulcanicas. Corpos de natureza basáltica, umas vezes arredondados, outras oblongos e adelgaçados nas extremidades, e quasi sempre com sulcos longitudinaes paralelos. São projecteis arremessados outrora no espaço por uma actividade vulcânica que há muitos séculos desapareceu. Encontram se comumente ora soltos, ora embebidos nas encostas dos mais recentes cones vulcanicos da parte baixa da Madeira, e nas outras ilhas do arquipelago. Encravados nos tufos dessas encostas e a par dessas bombas vulcanicas, existem outros corpos de basalto, alongados e contorcidos como cordas, os quais tendo a mesma origem vulcanica, tiveram no entanto um modo de formação talvez distinto do das bombas propriamente ditas. Exemplares característicos duns e doutros aparecem em muitas localidades, entre elas Porto do Moniz, S. Martinho, Garajau, Caniçal, Porto Santo e Selvagem Grande.

Bombeiros (Companhia de). Ficou organizada em sessão da Camara Municipal do Funchal de 24 de Setembro de 1888, tendo lugar a nomeação do pessoal no dia 11 de Abril de 1889. Tem regulamento aprovado pela Câmara em 4 de Abril de 1889.

Para instruir os primeiros bombeiros funchalenses, veio à Madeira Luiz da Terra Viana, bombeiro do Porto, que esteve hospedado por conta da Câmara no Hotel do Carmo.

A primitiva companhia dissolveu se em 1906, mas em 20 de Setembro desse ano estava já constituída uma nova companhia, organizada pelo empregado telegrafo postal Alfredo Jorge Ferraz.

Bomboteiro. Assim chamam na Madeira ao indivíduo que vai a bordo dos vapores que visitam o porto do Funchal, a fim de vender fotografias, bilhetes postais e vários objectos produzidos ou fabricados na ilha. Deriva da palavra inglesa bumboat, segundo diz Cândido de Figueiredo.

Bonina. (Mirabilis divaricata). Planta da família das Nictaginaceas, cultivada e naturalizada na Madeira.

Tem flores de cor muito variável, mas de ordinário purpureo violaceas e folhas ovado lanceoladas ou

ovadas, subcordiformes na base. A raiz desta planta é purgativa, mas não tem emprego na Madeira.

Boqueirão (Smaris insidiator). Pequeno peixe da família Maenida, pescado nas águas da Madeira. Outrora muito vulgar, é hoje uma raridade nos mercados, não sendo peixe de grande valia. Pescam no desde o litoral até o alto mar, e desde a flor da água até cerca de 150 braças de profundidade. As vezes é visto a grande distancia da terra, misturado com a sardinha, arenque, chicharro e cavala.

Boqueirão de Baixo. Pequeno canal ou passagem entre a ilha do Porto Santo e o Ilhéu a ela adjacente, chamado Ilhéu de Baixo ou da Cal.

Boqueirão de Cima. Passagem apertada entre a ilha do Porto Santo e o Ilhéu de Cima ou do Farol.

Boqueirão de São Lourenço. O mesmo que Boqueirão Grande.

Boqueirão do Furado. Pequeno boqueirão ou canal que separa o extremo da Ponta de São Lourenço do ilhéu de Agostinho. (V. este nome). Na baixa mar é passagem transitável a vau.

Boqueirão Grande. É o canal ou passagem de mar, que se encontra entre o ilhéu Vermelho ou dos Desembarcadouros (V. este nome) e o ilhéu de Fora, na Ponta de São Lourenço. Com o mar chão, os barcos chamados de carreira e os vapores costeiros atravessam frequentemente este boqueirão.

Borboletas. Conhecem se na Madeira umas 120 espécies de Lepidópteros, muitas das quais são conhecidas pela designação de borboletas. Nos jardins e campos são frequentes algumas espécies diurnas,

notáveis pelo colorido das suas asas, tais como a *Pieris Brassicae*, a *Colias edusa*, a *Lycaena baetica*, a *Vanessa Atalanta*, a *V. Callirhoe*, a *V. Cardui*, etc. É a *Pieris Brassicae*, de asas quasi brancas, que produz a lagarta que destrói as couves.

Bordados. Os estrangeiros que escreveram acerca da Madeira nos princípios do segundo quartel do século XIX não se referem à indústria dos bordados, o que parece significar que ou ela não existia a esse tempo ou não tinha ainda importância alguma na ilha. Em 1850 apareceram alguns bordados madeirenses numa exposição industrial que se realizou no Funchal, mas só entre 1854 e 1856 é que esses trabalhos principiaram a ser feitos em larga escala na ilha, devido à procura que já então tinham nos mercados de Inglaterra, onde Miss Phelps os fizera conhecer por intermédio de algumas pessoas das suas relações. Depois de Miss Phelps apareceram os negociantes ingleses Roberto e Franck Wilkinson, que passaram a fazer em mais larga escala a exportação dos bordados madeirenses para Inglaterra, e assim se foi progressivamente desenvolvendo uma indústria para a qual as mulheres dos nossos campos revelavam uma decidida vocação, e que há cerca de 60 anos constituía já uma importante fonte de riqueza para a nossa ilha. Em 1862, segundo se lê na Estatística Industrial do Districto do Funchal, de Francisco de Paula de Campos e Oliveira, havia 1029 bordadeiras na Madeira, sendo a importância da venda dos bordados em toda a ilha de uns 100 contos de réis insulanos e empregando se diariamente nesses trabalhos perto de 15 quilogramas de linhas. Os bordados, lê se ainda na mesma Estatística, eram vendidos na sua maior parte aos estrangeiros, que os levavam nas suas bagagens, tendo os que eram exportados directamente pela Alfândega um valor não superior a 6 ou 7 contos de réis. O salário das bordadeiras regulava nessa época por 100 a 150 réis diários.

Até 1878 progrediu sempre, segundo cremos, a exportação dos bordados, que nesse ano foi calculada em 55:252\$000 réis, mas em 1880 estava ela reduzida a 12:937\$000 réis, em virtude dos bordados de luxo terem passado um tanto de moda na Inglaterra. Eram, porém, avultadas as somas que ficavam na ilha, provenientes da venda de bordados aos numerosos estrangeiros que nos visitavam, e era isso o que mantinha e animava uma indústria que, se não dava grandes proventos às mulheres que a exerciam, concorria de certo modo para melhorar a situação de muitas famílias. O estabelecimento de Madame Counis, à Rua de João Tavira, era o que mais vendas fazia então em toda a cidade, encontrando se ali trabalhos das mais variadas qualidades, desde os bordados brancos, de desenho simples, até os bordados de seda e os de tapeçaria de ponto singelo ou dobrado. Foi há pouco mais de 50 anos que se estabeleceram no Funchal, por 1890, as primeiras casas alemãs exportadoras de bordados, com manifesta vantagem para uma

indústria que se mantivera estacionária por largo tempo, devido à falta de mercados consumidores. Os nossos bordados que até então só eram bem conhecidos na Inglaterra, começaram a espalhar se não só pela Alemanha, mas também pelos Estados Unidos da América e outros países, resultando daqui um aumento considerável na produção, sobremaneira benéfico não só à economia rural, como à economia de todo o districto. A importância exigida para o pagamento da mão de obra em todo o arquipélago, que era de 200 contos em 1893, subiu a 461 contos em 1906, em virtude de maior exportação e das vendas dentro do Funchal terem aumentado de um modo considerável, mercê da vinda ao nosso porto de maior numero de vapores com passageiros em transitio.

O mapa seguinte, em que só figura o valor das exportações feitas pela Alfândega, dá uma ideia da importância que teve para a Madeira a indústria dos bordados no período que vai de 1900 a 1919:

1900	229.928\$090
1901	213.957\$270
1902	190.719\$700
1903	98.863\$340
1904	58.735\$200
1905	99.690\$760
1906	242.342\$180
1907	277.530\$240
1908	186.194\$810
1909	257.599\$400
1910	287.551\$00
1911	188.560\$00
1912	79.950\$00
1913	143.009\$00
1914	156.767\$00
1915	201.052\$00
1916	29.140\$00
1917	702.695\$00
1918	766.128\$00
1919	615.057\$00

“Há na Madeira, diz Vitorino José dos Santos, no nº 5 do Boletim do Trabalho, duas classes de bordadeiras perfeitamente distintas: a das bordadeiras rurais e a das bordadeiras profissionais.

As primeiras existem disseminadas por todo o distrito, embora muito mais intensamente na costa do sul da Madeira e na ilha do Porto Santo, e as segundas residem principalmente no concelho do Funchal e sobretudo nas freguesias de Santa Maria Maior e S. Gonçalo, onde se produzem os mais finos bordados de todo o distrito.

As remunerações obtidas pelas duas classes de bordadeiras são também muito diversas.

Algumas bordadeiras profissionais há que chegam a ganhar duas e três vezes mais, diariamente, do que a melhor das bordadeiras rurais. Este resultado é sempre obtido à custa da assiduidade em um excessivo numero de horas de trabalho, e na conseqüente perfeição dos bordados produzidos.

A indústria dos bordados não oferece porém a estas bordadeiras as vantagens que apontámos para as bordadeiras rurais. Estas, na variedade do trabalho que prestam, na maior despreocupação da vida do campo e na menor intensidade do trabalho, desenvolvem com certa higiene uma actividade que as não cansa, enquanto que as bordadeiras profissionais, enfermado a maioria delas de um desmedido amor pelo luxo, e por viverem no concelho do Funchal onde esse luxo é muito grande entre as classes menos favorecidas, trabalham mais do que devem e de dia e de noite com uma intensidade extenuante, cuidando quasi sempre muito pouco de uma alimentação reparadora, causando por isso em breve tempo e adquirindo graves enfermidades, como seja a tuberculose, que faz grandes estragos nesta classe de bordadeiras”.

Supõe o Sr. Santos que em 1906 havia em todo o distrito 30:000 bordadeiras rurais e 2:000 profissionais, ganhando as primeiras o salário médio de 70 réis e as segundas o de 200 réis. As casas que davam ocupação a estas operarias, não falando nalguns pequenos negociantes nacionais, eram em numero de 8, sendo 2 portuguesas e 6 alemãs, e a importância destinada por elas ao pagamento da mão de obra regulava em todo o distrito por réis 461:000\$000. Computando em 151:000\$000 réis o que as mesmas casas dispendiam com ordenados a empregados, distribuição de tecidos e recebimento de obras feitas, e com vários outros encargos, chegou o mesmo Sr. Santos à conclusão de que eram entregues anualmente à economia do distrito cerca de 596:000\$000 réis, não falando claro está no que também ficava aqui proveniente dos lucros da exportação.

“Aos bordados da Madeira, diz ainda o Sr. Vitorino José dos Santos, eram antigamente quasi todos feitos a linha azul sobre morim ou cambraia, ajustados e alinhavados previamente sobre desenhos próprios (riscos) e cuidadosamente urdidos. Estas operações eram fundamentais na confecção do bom bordado, forte e duradouro”.

“Ainda hoje na Madeira se borda assim, quando tal se requiere, mas raramente isso sucede, e desde o estabelecimento das casas alemãs no Funchal, tem se generalizado o uso de bordar a linha branca directamente sobre os tecidos que contêm gravados os desenhos respectivos, e por exigências de redução de preços prevaleceu a quantidade sobre a qualidade, desaparecendo também quasi o urdido, que era uma das principais condições a atender para a solidez do bordado”.

A guerra europeia em que Portugal se viu envolvido, trouxe a princípio prejuízos sérios à indústria dos bordados. Os mercados alemães, diz o Sr. Vitorino José dos Santos no numero 97 do Boletim do Trabalho Industrial, fecharam e mesmo na América, as contingências dum futuro incerto em breve reduziram as encomendas, impondo a diminuição de trabalhos e a supressão de empregados e de operarias nas casas e oficinas sedes. A crise, a pesar de terrível, foi porém pouco duradoura, e em fins de 1918 havia no Funchal 34 casas exportadoras de bordados, que dispendiam com mão de obra e ordenados a empregados cerca de 1:500 contos. Em 31 de Dezembro de 1912, isto é, antes de começar a guerra, eram essas casas em numero de 19, e dispendiam com mão de obra cerca de 600 contos.

Supõe o Sr. Vitorino José dos Santos que em 31 de Dezembro de 1912 havia em todo o distrito 32:000 bordadeiras rurais e 2:500 profissionais e que em 31 de Dezembro de 1914 estava o trabalho produzido por essas bordadeiras reduzido a metade, dada a crise que resultou da conflagração europeia.

A indústria dos bordados está agora (1923) florescente na Madeira e nem parece ressentir-se já dos prejuízos que sofreu quando a guerra europeia fechou os mercados alemães aos produtos da ilha. Os Estados Unidos são o país que importa maior quantidade de bordados madeirenses, e a Inglaterra a pesar das restrições que estabeleceu para a importação dos artigos de luxo, continua a ser um importante mercado de consumo para os mesmos bordados. Muitas mulheres funchalenses vivem exclusivamente da indústria dos bordados, e, nos campos, os lucros que muitas operarias auferem da mesma indústria, concorrem bastante para tornar mais desafogada a vida de muitas famílias.

Para que se mantenha, porém, uma indústria que tantos benefícios traz à grande maioria da população

madeirense e é hoje a mais importante da ilha, necessário é que os seus produtos sejam de natureza a encontrar larga procura nos centros consumidores. Sacrificar a qualidade à quantidade como muitas vezes se tem feito em se tratando de satisfazer encomendas vindas do estrangeiro, é promover o descrédito dos nossos bordados e provocar uma crise futura que trará incalculáveis prejuízos à vida económica da nossa terra.

Em fins de 1923 havia no Funchal umas 100 casas de bordados, calculando se o valor das exportações para a América, Inglaterra, África do Sul, Canadá, França, etc., em cerca de 70:000 contos. Pela mesma época ocupava a indústria dos bordados cerca de 70:000 indivíduos de ambos os sexos, uns empregados nas casas exportadoras, outros trabalhando no domicílio, havendo mulheres que no exercício dessa indústria ganhavam 8, 9, 10 e 12 escudos diários, e homens cujos vencimentos iam desde 200 a 1:500 escudos mensais.

A expansão que sofreu a indústria dos bordados trouxe alterações profundas à nossa vida social, sendo bastante para desejar que a mesma indústria se mantenha sempre florescente, para que em muitos lares não venham a sentir-se faltas e necessidades aí desconhecidas na actualidade (1923). Os lucros avultados que uma parte da população auferiu directa ou indirectamente da indústria a que nos referimos, criaram para muitos indivíduos necessidades que têm de ser satisfeitas, de sorte que se amanhã essa indústria que tem levado a abundância e nalguns casos a riqueza a muitos lares perder a sua importância, originará isso uma crise que poderá dar lugar a grandes males.

A desvalorização da nossa moeda é a principal causa da expansão da indústria dos bordados, mas deve-se advertir que se esta expansão atenuou os efeitos da crise económica que o país atravessa, concorreu também bastante, pela elevação dos salários e dos lucros do negócio, para dar a uma parte do nosso povo tendências para o gozo e hábitos perdulários que se não manifestavam outrora.

Não tendo a indústria dos bordados condições de vida próspera permanente, aconselha-se a prudência que aqueles que vivem dela se não habituem a fazer gastos escusados ou inúteis, pois que se tais gastos são hoje possíveis, poderão não o ser amanhã, se se modificarem as condições em que se exerce a mesma indústria na nossa ilha (1923).

No fim deste volume do Elucidário, daremos outras informações e diversos dados estatísticos acerca desta

importante indústria madeirense, relativos aos últimos anos.

Bordalo (Francisco Maria). Este distinto oficial de marinha e escritor (1821 1861) comandou a fragata Diana, que em 1844 conduziu à Madeira vários deportados políticos. Em 1861 esteve nesta ilha em procura de melhoras à sua saúde, mas regressando à capital morreu ali pouco depois. Num dos seus livros encontram-se várias referências à Madeira.

Borge (O.). Determinou as algas colhidas pelo Dr. Lindman em 1885, tendo escrito acerca delas um pequeno trabalho intitulado *Algologische Notizen Susswasserlagen aus Madeira (Botanische Notizen, 1911)*.

Borges (Gaspar). As Saudades da Terra consagram oito longas páginas a um tal Gaspar Borges, que depois do saque dos piratas franceses desencravou as peças de artilharia, que foram julgadas completamente inutilizadas e que ele com grande admiração de todos conseguiu restituir ao seu primitivo uso. Pelos detalhes a que desce Frutuoso e pelos louvores com que enaltece o trabalho de Gaspar Borges, deverá realmente ser ele um habilíssimo mecânico e de uma competência fora do vulgar, a pesar do que possa haver de hiperbólico na narrativa do cronista. A nós causa nos uma grande estranheza que Gaspar Frutuoso levasse tão longe a pormenorização do caso e se tornasse um tão entusiástico panegirista do desencravado daquelas peças! (quem quiser tomar conhecimento circunstanciado da estranha habilidade do famigerado Borges, leia as Saudades a página 283 e seguintes).

Marceliano Ribeiro de Mendonça publicou um interessante romance histórico intitulado *Gaspar Borges*, em que figura como principal protagonista o hábil artífice, a quem as Saudades tão largamente se referem.

Borges (Vasco). Foi nomeado governador civil da Madeira por decreto de 4 de Abril de 1914 e tomou posse deste cargo a 27 dos ditos mês e ano.

Bornmuller (P.). Botânico alemão que herborizou na Madeira em 1900. E.: *Ergebnisse zweier*

botanischer Reisen nach Madeira und den Canarischen Inseln (Bot. Jahrb., 1903).

Borracha (Árvore da). Das espécies que fornecem a borracha só existem na Madeira a *Ficus elastica*, da família das Urticaceas, e a *Manihot Glaziovii*; da família das Euforbiaceas. A primeira encontra-se em várias quintas do Funchal; a segunda só existe, que nos conste, nos terrenos anexos ao Posto de Desinfecção, no Campo da Barca, onde vegeta muito bem. Em muitas localidades da ilha aparece uma Composta, a que chamam visco, cujo latex se solidifica numa massa esbranquiçada e elástica, mas que não tem aplicações industriais.

Borracho. Odré de pele de cabra usada no transporte dos mostos. Os borracheiros são os indivíduos que transportam os borrachos desde o lagar até o estabelecimento que compra os mostos destinados ao fabrico dos vinhos, e usam nas suas marchas de um canto cadenciado e triste, que se ouve às vezes com prazer.

Borragem (*Borago officinalis*). Planta emoliente, sudorifica e diuretica, cultivada e naturalizada em S. Martinho, S. Roque, Caniço etc.. Esta Borraginacea, originaria da Europa, reconhece-se pelas suas flores grandes, azues ou brancas, por fim pendentes, e pelas suas folhas hirsutas, com pelos rudes.

Bory (De). Descreveu a sua viagem à Madeira na *Histoire et Mémoires de l'Academie Royale des Sciences pour l'an 1772* (Paris, 1776)

Bosenberg (W.) E.: Beitrag zur Kenntnis der Arachniden Fauna von Madeira und den Canarischen Inseln. (Abhand Gebiete der Naturwiss., 1895, Hamburgo).

Botelho (Alberto de Sousa). Foi representante deste arquipélago em cortes nas sessões parlamentares de 1901 e de 1902 a 1904.

Era oficial de artilharia e lente da antiga Escola do Exército.

Morreu no Funchal a 28 de Dezembro de 1903.

Botelho (Sebastião Xavier). Este governador e capitão general da Madeira foi nomeado a 15 de Junho de 1818, chegou ao Funchal a 12 de Maio de 1819 e a 15 do mesmo mês tomou posse do seu cargo.

Percorreu toda a sua capitania e informou o governo central dos melhoramentos mais urgentes a realizar.

Foi durante o seu governo que rebentou a revolução do Porto, que derrubou o governo absoluto e arvorou o sistema representativo, sendo na Madeira proclamada a Constituição a 28 de Janeiro de 1821.

Sustentou encarniçadas lutas políticas, e em sua defesa publicou um opúsculo intitulado *Historia verdadeira dos acontecimentos da ilha da Madeira depois do memorável dia 28 de Janeiro ...* (Lisboa, 1821). Sebastião Botelho era dotado de uma rara inteligência e vasta ilustração, sendo considerado como um dos mais apreciados escritores do seu tempo e de quem Alexandre Herculano escreveu e proferiu o elogio histórico.

Além de ter sido governador e capitão general da Madeira, Açores, Moçambique e Angola, exerceu outros cargos importantes.

Nasceu a 8 de Março de 1768 e morreu a 21 de Maio de 1840.

Pertencia à família dos condes de S. Miguel e era avô do segundo conde de Carvalhal.

Botha (General Luiz). Passou no Funchal em Maio de 1907, quando se dirigia a Londres a fim de tomar parte no Congresso Sul Africano.

Boto (*Phocaena communis*). Cetáceo dos mares da Madeira. Quando novo é chamado toninha, designação que também é dada a outro cetáceo, o *Dellphinus delphis*.

Bowdich (T. E.). Naturalista e viajante inglês que esteve na Madeira em 1823, onde se demorou desde 14 a 26 de Outubro. Os resultados dos estudos de Bowdich sobre a fauna, a flora, a geologia e a meteorologia da Madeira e Porto Santo, estão consignados num trabalho que só foi publicado depois da sua morte e que tem o título de *Excursions in Madeira and Porto Santo, during the autumn of 1823* (Londres, 1825). Esta obra curiosa por muitos motivos, mas que contém muitas inexactidões, foi traduzida em francês e publicada em Paris em 1826. Bowdich faleceu a 10 de Janeiro de 1824.

Braça. Tem dez palmos de nove polegadas correspondendo cada polegada a 2 1/2 centímetros. A braça é usada na Madeira para a medição de pedra destinada a construções.

Brado d'Oeste. O terceiro jornal que, na Madeira, se publicou fora do Funchal e o primeiro publicado na vila da Ponta do Sol. Saiu o primeiro numero a 2 de Junho de 1909 e o ultimo, o 858, a 24 de Janeiro de 1918.

Braga. Pelo ano de 1460 se passou do continente do reino para esta ilha da Madeira João de Braga, homem rico e nobre, a quem foram dadas terras de sesmaria na paróquia de S. Antonio, no sítio chamado do Laranjal. Foi pai do celebre Marcos de Braga, de quem falam com muito louvor as antigas crónicas madeirenses, pelos actos de bravura e coragem que praticou. Casou João de Braga com uma filha de Nuno Gonçalves, nascendo deste consórcio Domingos de Braga, que instituiu o morgado do Laranjal, nas terras que seu avô obtivera de sesmaria.

Este morgadio passou a um bisneto de sua irmã D. Maria Gonçalves de Braga, por nome Manuel Ferreira Drumond de Vasconcelos, e deste a seu filho João Drumond de Vasconcelos, e sucessivamente, por herança de pais a filhos, a Manuel Ferreira Drumond, Rafael Drumond de Vasconcelos, Francisco Moniz Drumond, João Ferreira Drumond Henriques, D. Maria Hilaria Ferreira Drumond, Antonio Sebastião Spinola Ferreira de Carvalho, D. Matilde Augusta Spinola e Antonio Sebastião Spinola Ferreira de Carvalho Barreto, que foi o ultimo administrador deste morgadio, em virtude da lei que aboliu os vínculos, e de quem é representante o seu filho varão, o Dr. Remigio Antonio Gil de Spinola Barreto.

De João de Braga provém a introdução deste apelido nesta ilha.

Braga (Gaspar de). Distinguiu se muito no saque que os piratas franceses fizeram a esta ilha em 1566, oferecendo uma tenaz resistência aos assaltantes e tendo morrido heroicamente na luta.

Braga (Marcos de). As antigas crónicas madeirenses falam de Marcos de Braga, enaltecendo as proezas de coragem e valentia que praticou, por ser dotado de uma descomunal força muscular, de que em muitas ocasiões deu grandes provas e de que Gaspar Frutuoso cita diversos e curiosos exemplos. Diz este cronista que Marcos de Braga “era tão sedeúdo de cabelo, que até as unhas pela banda de fora, e no rosto até junto dos olhos era coberto de cabellos...”.

Um seu filho do mesmo nome, herdou a valentia do pai e igualmente praticou alguns actos de grande bravura e coragem que Frutuoso se não esqueceu de referir.

Braga (Teofilo) Este ilustre publicista, no seu livro Poetas Palacianos, dedica um capítulo a este arquipelago, a que deu o título de Cyclo Poético da ilha da Madeira e em que faz menção dos poetas madeirenses que figuram com suas composições no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. Este capítulo vem transcrito e eruditamente comentado a pag. 765 e seguintes das Saudades da Terra, pela pena autorizada do Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo.

Na obra do mesmo autor Quarenta anos de vida literaria, de pag. 109 a 118, vêm insertas doze cartas do

ilustre anotador das Saudades, que se ocupam da publicação desta obra e do Romanceiro e Cancioneiro da Madeira, e em que se encontram elementos muito interessantes para a historia literária desta ilha.

Braguinha. Instrumento musico de madeira, de forma de uma viola de pequenas dimensões e peculiar a estas ilhas. Possui 17 tastos ou pontos e é provido de 4 cordas de tripa, que se afinam não em quintas, como o violino ou o bandolim, e como pretendem alguns autores, mas do seguinte modo ré 3 , sol 3 , si 3 , ré 2 , ou seja com um intervalo de quarta e dois de terceira. As vezes, especialmente no campo, a prima de tripa é substituída por uma corda de metal, que lhe dá um som estridente, mais do agrado do tocador campesino. A sua extensão pouco excede duas oitavas, e pode dar acordes nos tons de sol, dó, fá, ré e lá, sendo o seu tom mais fácil o de sol maior. O som agudo, saltitante e alegre, o que lhe permite sobressair de modo característico no meio de instrumentos congéneres, é usado quasi exclusivamente pelo povo, prestando se à execução de variadas melodias, que muitas vezes são acompanhadas de rajão e viola. Faz parte dos grupos musicais populares, desempenhando umas vezes a parte principal ou cantante, em unísono com outros instrumentos, como guitarra e rabeca outras vezes fazendo, em acordes, um simples acompanhamento. Na produção de uma melodia, o tocador do povo serve se somente do polegar; o instrumento é, porém, susceptível de maior efeito quando tocado por artista hábil e conhecedor que, executando a melodia com o polegar, entremeia a com acordes de três e quatro notas desferidas pelos outros dedos, o que dá à musica deste instrumento uma feição inteiramente particular.

A expressão popular tocar a ponteado significa desempenhar uma melodia, por isso que nesse caso, ao contrario do que sucede nos acompanhamentos, o tocador usa da maior parte dos pontos ou tastos.

Houve no Funchal alguns professores de braguinha, entre eles Manuel Cabral, Antonio José Barbosa e Agostinho Martins, e algumas musicas existem manuscritas, além dos princípios do instrumento, cujo estudo era feito com predilecção por muitos dos estrangeiros que outrora aportavam à Madeira.

Ha alguns anos organizou se no Funchal, sob a direcção de Agostinho Martins, uma orquestra composta de braguinhas, rajões e violas, que, na execução de musicas de estilo popular e mesmo clássico, apropriadas aos recursos destes instrumentos, produziu forte impressão pela originalidade e bem architectado do arranjo musical.

Hoje encontra-se o braguinha nas ilhas de Sandwich e outras partes do mundo, para onde se tem dirigido a emigração do colono madeirense.

Sendo chamado cavaquinho em Lisboa, é também conhecido por machete de braga ou somente braga no arquipélago da Madeira. Embora estes últimos apelativos o façam supor de origem minhota, é certo não haver actualmente notícia de ter sido encontrado nas terras de Portugal. E, ou fôsse importado de outras regiões, ou seja produto de criação madeirense, a expressão machete de braga talvez esteja a indicar que era noutros tempos tocado ou por gente do povo, dessa que usava os calções antigos chamados bragas, ou por condenados, desses que traziam uma argola na perna, conhecida por braga, ou ainda por pessoas que o punham sobre a cinta, dado que braga significava outrora cinta, braguilha, cintura.

De todas estas hipóteses, é talvez a primeira a mais aceitável, e seja como for, é questão que necessita de largo estudo para se chegar a conclusões seguras.

Convém acentuar que a simples designação de machete pertencia dantes a este instrumento, como se vê nas respectivas musicas manuscritas; hoje, porém, o povo chama simplesmente machete aquele outro instrumento indígena - o rajão.

Inteiramente modelada pelo braguinha, fabrica-se ainda no Funchal a chamada requinta de braga.

V. Rajão e requinta de braga.

Bramão (Dr. Alberto Allen Pereira de Sequeira). Foi deputado pela Madeira na legislatura de 1901.

Nasceu em 1866. É um poeta consagrado, tendo o seu volume de poesias *Ilusões Perdidas* sido traduzido em francês e italiano.

Branca (Ilhéu de). Pequeno ilhéu próximo do litoral norte da Ponta de São Lourenço.

Branca (Ponta). É também conhecida pelo nome de Ponta de Nordeste. Fica a nordeste da costa marítima da ilha do Pôrto Santo.

Branco (Alfredo de Castro de Freitas). Nasceu no Funchal no dia 1 de Janeiro de 1890 e é filho de Luiz de Freitas Branco e de D. Ana Augusta de Castro de Freitas Leal Branco. Além de varia colaboração em diversos jornais, tem publicado: O Destino, 1916, de 63 pag.; Antiga Clara, 1916, de 31 pag.; No Exílio. Scenas da vida dos conspiradores monarchicos, 1917, de 77 pag.; Charcos, 1917, de 46 pag.; A acção do estado nas suas relações com a igreja catholica. Conferencia, 1917, de 16 pag.; Res Lusitanae, tradução, 1914; Auto da Primavera, 1919, de 22 pag.; Madrinha de Guerra, 1919, de 44 pag.; A Confidencia, 1919; A Flora Madeirense na Medicina Popular, 1935; A Estada de Cristovam Colombo na Madeira, 1936 e Os Lusíadas e a Madeira.

Branco (Conselheiro Luiz de Freitas). Nasceu no Funchal a 19 de Agosto de 1819 e cursou com distinção o nosso liceu e a Universidade de Coimbra, em que obteve elevadas classificações, formando se em direito em 1852. Estabeleceu-se como advogado no Funchal e aqui exerceu vários cargos de importância. Foi deputado pela Madeira nas sessões legislativas de 1858 a 1859, de 1860 a 1861, de 1861 a 1864, de 1865, de 1865; a 1868 e de 1882 a 1884. Revelou se em cortes um parlamentar distinto, sendo relator de várias propostas de lei. Em 1862 foi nomeado director geral dos negócios eclesiásticos no Ministério da Justiça, lugar que exerceu até à morte. Desempenhou importantes comissões de serviço publico e gozou de grande influencia e prestigio na política. Tinha várias condecorações nacionais e estrangeiras. Este distinto madeirense faleceu em Lisboa, no princípio do mês de Novembro de 1884.

Branco (Dr. Fidelio de Freitas). Nasceu no Funchal a 16 de Junho de 1861 e era filho do conselheiro Silvano de Freitas Branco e de D. Maria Candida de Sant'Ana Branco. Concluiu a sua formatura em direito na Universidade de Coimbra no ano de 1884 e em seguida advogou algum tempo em Lisboa, tendo abandonado esta carreira para dedicar se à agricultura e à administração da sua casa. Representou a

Madeira no parlamento nas legislaturas de 1887 a 1889, 1890 a 1892, 1894 a 1895 e de 1895 a 1897. Também foi deputado por um circulo do continente, e entre as comissões de serviço publico que desempenhou, conta se a de governador civil num dos distritos continentais. Morreu em Sintra a 29 de Outubro de 1918.

Branco (João de Freitas). Nasceu nesta cidade a 5 de Agosto de 1854 e era filho do conselheiro Silvano de Freitas Branco e de D. Maria Cândida de Sant'Ana Branco. Cursou o liceu do Funchal e matriculou se na faculdade de matemática da Universidade de Coimbra, que abandonou para completar a sua educação no estrangeiro e dar outra orientação aos seus estudos. Foi na Inglaterra, na França e especialmente na Austria que adquiriu um profundo conhecimento de algumas línguas estrangeiras, sendo considerado um dos nossos mais distintos políglotas. Dedicou se particularmente ao estudo das literaturas do norte da Europa e escreveu vários trabalhos de critica literária sobre Ibsen, Rudyord, Kipling, Maeterlinck etc., que foram muito apreciados. Nos ultimos anos da sua vida consagrou se especialmente à literatura teatral, não só escrevendo algumas peças originais, mas também traduzindo e adaptando à cena portuguesa muitos dos mais aplaudidos dramas e comedias estrangeiras. Traduziu a Casa da Boneco e o Esteio da Sociedade, de Ibsen, Uma Fallencia, de Bjornson, os Penedos do Inferno, de Blumenthal, O Fim de Sodoma, de Sudermann, etc.. Também traduziu a Aranha d'Ouro, Festa da Inauguração, O Califa Harum Al Rachid, Os Innocentes, O Gatuno, O Homem das Mangas etc.. Foi ele que vulgarizou em Portugal os principais dramaturgos do norte da Europa, principalmente da Suécia, Dinamarca e Alemanha, que eram quasi desconhecidos entre nós.

A sua predilecção pelas cousas teatrais não o fez abandonar o estudo de outros assuntos literários e científicos, sendo tido como um homem de profunda illustração em muitos ramos do saber humano. Morreu em Lisboa a 27 de Maio de 1910, tendo 55 anos de idade.

Branco (João Soares). É de Janeiro de 1906 o decreto da sua nomeação para governador civil da Madeira, tendo tomado posse a 30 dos referidos mês e ano.

Foi deputado pela Madeira na sessão legislativa de 1908 a 1910.

Em 1915 publicou em Lisboa um opúsculo de 103 paginas, intitulado A Nova Questão Hinton, que contém uma colecção de artigos publicados no jornal O Paiz.

Foi ministro e lente da Escola do Exército. Faleceu em Lisboa a 4 de Fevereiro de 1927.

Branco (Padre João Manuel de Freitas). Este sacerdote, um dos maiores talentos da provincia da Madeira, como lhe chamava em 1822, o Patriota Funchalense, nasceu no Funchal em 1773, ou pouco depois, e faleceu no Rio de Janeiro em 1831.

Exerceu durante 24 anos consecutivos funções eclesiásticas em várias paróquias afastadas do Funchal, e era em 1822 vigário colado de S. Jorge, quando foi eleito deputado às cortes pela ilha da Madeira.

Tendo partido nesse ano para Lisboa, tomou assento no parlamento, onde defendeu com bastante inteligência e critério os interesses da sua terra.

Restabelecido o governo absoluto em Portugal e dissolvidas as cortes, voltou Freitas Branco à Madeira, sendo nomeado em 1826 professor de gramatica latina e latinidade no Funchal, e em Setembro de 1827 membro da comissão de censura.

Era constitucional exaltado, e durante o governo de Valdez por várias vezes se serviu do púlpito para aconselhar o povo a respeitar os direitos de D. Pedro.

Foi pronunciado pela alçada que o governo de D. Miguel enviou à Madeira em 1828, mas não chegou a ser preso por ter emigrado para o Brasil.

Colaborou no Patriota Funchalense e foi sócio correspondente da Sociedade dos Amigos das Sciencias e Artes. Dos muitos sermões do vigário Freitas Branco, só viu a luz da publicidade o que ele pregou na Sé Catedral em 28 de Janeiro de 1822, no primeiro aniversário da proclamação do governo constitucional nesta ilha, intitulado “Oração de acção de graças que na solemnidade do anniversario do faustissimo dia 28 de Janeiro de 1821 pregou na Sé Catedral do Funchal em o anno de 1822”.

Branco (Pico). Na região setentrional da ilha do Porto Santo, a nordeste, encontra-se a elevação montanhosa do Pico Branco, cujo cume se encontra a 420m de altitude.

Brandão (D. Gaspar Afonso da Costa). No longo período de 26 anos, decorridos de 1757 a 1784, esteve D. Gaspar Afonso da Costa Brandão à frente dos destinos desta diocese, sendo dela o seu 171. bispo. Embora não conheçamos detalhadamente os actos do seu episcopado, sabemos no entretanto que foi um prelado distinto e que deixou da sua administração episcopal as mais honrosas tradições. Certo que a sua atitude por ocasião da expulsão da Companhia de Jesus desta ilha, foi acicamente censurada pelos católicos e parece que até pela curia romana, sendo particularmente notada a violência da linguagem da pastoral que então publicou contra os membros daquela ordem religiosa. O prelado não se afastou do caminho seguido pelo alto clero português, que não teve forças nem coragem para reagir contra as despóticas imposições do marquês de Pombal.

D. Gaspar Brandão nasceu em Vila Cova de Sub Avo da comarca de Arganil e diocese de Coimbra, sendo filho de Bento de Figueiredo, pertencente a antigas famílias daquela localidade.

Era clérigo secular, e em 1756 foi por D. José I apresentado bispo do Funchal, tendo sido confirmado por Bento XIV no consistório de 19 do mês de Julho daquele ano. Recebeu a sagração episcopal no ano imediato, chegando a esta cidade no dia 5 de Agosto de 1717.

Veio acompanhado dos padres Alasia e Reis, membros da Congregação da Missão, que durante os dez anos em que permaneceram nesta diocese, foram os seus mais valiosos auxiliares nas reformas que empreendeu, sobretudo na observância da disciplina nos conventos tanto de religiosos como de religiosas, onde se tinham introduzido abusos já inveterados e que dificilmente puderam ser de todo corrigidos. Nas missões evangélicas realizadas nas paróquias nos exercícios espirituais do clero e ordinandos e noutras obras de carácter religioso e eclesiástico, prestaram os referidos sacerdotes Alasia e Reis serviços relevantíssimos, que ficaram assinalados nos anais desta diocese.

Ainda nos adros de algumas igrejas paroquiais se encontram hoje levantadas cruces sobre modestos plintos, em memória da passagem daqueles religiosos por aquelas freguesias, no exercício da pregação evangélica.

Foi D. Gaspar Brandão muito zeloso na pastoreação do seu rebanho, revelando se principalmente nas visitas que fez às paróquias, nas pastorais que escreveu, na pregação, na reforma do seminário, nas missões e na estricte observância da disciplina eclesiástica.

Serviu de governador e capitão general de 1758 a 1759, deixando assinalada a sua passagem no governo superior do arquipelago por uma administração em extremo zelosa e honesta.

Por motivos que não conseguimos averiguar, ordenou o prelado a prisão no Aljube do bacharel Antonio Xavier Pimentel, do que resultou uma grave luta com o governador e capitão general João Gonçalves da Câmara Coutinho, trocando se entre estas duas autoridades uma larga correspondência, a que veio por termo a interferência do governo da metrópole, a que D. Gaspar Brandão então recorreu.

D. Gaspar Afonso da Costa Brandão morreu nesta cidade a 14 de Janeiro de 1784 e foi sepultado na capela mor da nossa Sé Catedral.

Brandão (José Antonio Ferreira). Traduziu a obra de Major The Life of Prince Henry of Portugal, que interessa bastante a historia do arquipelago da Madeira nos primeiros tempos da colonização.

Brandão (Pedro de Lima). Foi nomeado para exercer o cargo de Governador e Capitão General da Madeira a 29 de Maio de 1683 e tomou posse a 18 de Abril de 1684.

Bravos do Mindelo. Numerosos foram os madeirenses que se bateram pela causa da liberdade na longa e cruenta guerra civil que terminou com a convenção de Evora Monte, assinada a 26 de Maio de 1834, mas desses beneméritos, muitos dos quais fizeram parte da expedição de 7:500 homens com que D. Pedro desembarcou nas praias do Mindelo no dia 8 de Julho de 1832, apenas chegaram até nós os nomes dos seguintes:

D. Jorge da Câmara Leme (V. este nome). Alcançou o posto de tenente e faleceu no Funchal a 8 de Julho de 1889.

Henrique João Fernandes. Era natural de Machico e morreu na acção de 25 de Julho de 1833, nas linhas do Porto, em campanha.

Cristovão Lomelino de Carvalho. Era natural de Machico e morreu na acção de 5 de Setembro de 1833, nas linhas de Lisboa.

José Antonio de Almada (V. este nome). Foi condecorado com o grau de cavaleiro da Torre e Espada por se haver distinguido na batalha da Asseiceira, em que foi ferido. Era natural de Machico e faleceu no Funchal a 2 de Maio de 1885.

Cândido de Freitas Cabeça. Distinguiu se em muitos combates e morreu no Funchal, donde era natural, em idade pouco avançada.

Francisco de Freitas Broegas. Notabilizou se pela sua bravura em muitos combates, mas morreu pobre na cidade do Funchal, onde exerceu o mister de oficial de diligências.

Januario dos Ramos. Depois de voltar de Portugal, foi guarda da Alfândega e empregado do Matadouro Municipal. Faleceu por 1888.

Tertuliano Toribio de Freitas. Foi condenado pela alçada que veio à Madeira em 1823 e prestou mais tarde bons serviços nas campanhas da liberdade, vindo porém a morrer pobre, vítima de ingrátissimo abandono.

Manuel (?) Camacho. Parece que era natural de Santo Antonio, e morreu naquela freguesia por 1880.

Luiz Vicente da Silva. Foi guarda da Alfândega e morreu por 1880.

Atanasio Herculano Nunes. Foi empregado da Alfândega do Funchal e morreu em Santa Cruz em Setembro de 1887.

Antonio Xavier da Costa. Foi também empregado da Alfândega, e faleceu por 1879.

Nicolau Anastacio de Bettencourt (V. este nome). Foi governador civil em Angra, Ponta Delgada, Portalegre e Aveiro, e faleceu em Angra, onde residiu a maior parte da sua vida, a 7 de Março de 1874.

Jacinto Augusto Camacho (V. este nome) Alcançou o posto de general de brigada e foi, enquanto coronel, comandante interino da divisão militar da Madeira. Faleceu no Porto a 7 de Junho de 1885.

José Camacho. Morreu nas linhas de Lisboa.

Roberto Joaquim Cuibém. Fugiu para Inglaterra, passando dali aos Açores. Alcançou o mais elevado posto do exército, e faleceu no Funchal por 1870.

Luiz Albino Gonçalves. Atingiu o posto de coronel medico do exército, sem ter nenhuns estudos regulares de medicina e prestou bons serviços por ocasião da epidemia colérica em 1856. Faleceu no Funchal, em Março de 1882.

Joaquim Antonio de Carvalho. Comandou o corpo de artilheiros auxiliares da Madeira.

Joaquim Pedro Castelo Branco. Foi mais tarde capitão do porto do Funchal, tendo atingido o posto de contra almirante. Faleceu a 17 de Junho de 1884 e cremos que só prestou serviços à causa de liberdade, como oficial de marinha.

João Correia. Foi mais tarde alferes de infantaria 5.

José Bettencourt de Abreu. Alcançou o posto de alferes no exército libertador.

Antonio José de Meneses. Alcançou o posto de major de cavalaria.

Antonio Teixeira Doria. Só prestou serviço como oficial de marinha.

Antonio Aluísio Jérvís de Atouguia (V. Atouguia), mais tarde Visconde de Atouguia. Atingiu o posto de brigadeiro graduado de engenharia e faleceu em Lisboa a 17 de Maio de 1861.

Francisco Venancio de Mendonça. Desempenhou o cargo de escrivão da Câmara de Machico e faleceu no Funchal em 1856.

Bertoldo Francisco Gomes. Foi mais tarde tenente de artilharia no Funchal e morreu em Maio de 1855.

Paulo Manuel Ferreira Ferro. Era natural da Fajã da Ovelha e morreu no Funchal em fins de 1894.

Francisco Correia Heredia (V. este nome). Faleceu em Lisboa em 1880.

Francisco Alexandrino da Costa Lira. Alcançou o posto de brigadas e foi mais tarde rico proprietário, vindo a falecer no Funchal a 21 de Janeiro de 1877, com 72 anos de idade.

Julio Berenguer. Faleceu no Funchal depois de 1880.

José de Freitas Teixeira Espinola de Castelo Branco. Alcançou o posto de marechal de campo.

Francisco Antonio Rodrigues da Silva. Esteve na batalha da Asseiceira e em muitos outros combates, tendo sido condecorado com o grau de cavaleiro da Torre e Espada. Desempenhou o lugar de oficial de diligências da Administração do Concelho e em 29 de Janeiro de 1839 foi nomeado guarda do cemitério das Angústias.

João de Azevedo. Era natural do Seixal e serviu a bordo do brigue de guerra Vinte e três de Julho, enquanto durou o cerco do Porto, tendo entrado na acção do Cabo de S. Vicente. Foi condecorado com o habito da Torre e Espada, e, depois de obter baixa do serviço militar, desempenhou o cargo de guarda do mercado União e da praça Académica.

Sebastião de Abreu. Foi guarda da alfândega e faleceu a 15 de Setembro de 1855.

Morgado Antonio Francisco da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, que partiu da Madeira para Inglaterra e de ali para a ilha Terceira, onde se incorporou na expedição comandada por D. Pedro. Morreu no Porto em idade pouco avançada e era pai do conde de Canavial.

Dos trinta e quatro liberais cujos nomes ficam mencionados, cremos que só os dezassete ou dezoito primeiros fizeram parte da expedição de 7:500 bravos com que D. Pedro desembarcou nas praias do Mindelo no dia 8 de Julho de 1832. Com relação aos restantes, nenhuma prova temos de que se incorporassem na referida expedição, embora saibamos que foram também soldados devotados da liberdade, pela qual combateram durante toda a campanha ou grande parte dela. Cerca de cem madeirenses desembarcaram com D. Pedro em Portugal, tendo muitos deles, talvez a maior parte, perdido a vida nos campos de batalha.

A 4 de Abril de 1832 foi a ilha do Porto Santo ocupada por uma força de 60 praças, sob o comando do capitão Bento José de Oliveira, vinda dos Açores no brigue de guerra Conde de Vila Flôr e na escuna Terceira, e no dia 7 aportou á mesma ilha a fragata D. Maria II, trazendo a seu bordo o almirante Sertorio, o general Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, o deão da Sé do Funchal, Januario Vicente Camacho, e outros constitucionais.

A ocupação durou até 25 de Maio, embarcando a referida força nesse dia para os Açores, acompanhada de 104 voluntários que tinham fugido da Madeira para o Porto Santo a fim de se incorporarem nas tropas que D. Pedro estava organizando para combater a rude tirania de D. Miguel.

Sabe-se pelo que dizem os anais do Município de Machico, que entre esses voluntários se achavam José de Almada, Lomelino de Carvalho, Henrique Fernandes e Venancio de Mendonça, mas é de presumir que também fizessem parte do referido grupo de liberais os madeirenses Cândido Cabeça, Broegas, Ramos, Toribio de Freitas, J. e M. Camacho, Luiz V. da Silva, Atanasio Nunes e Xavier da Costa, embora os jornais e os documentos oficiais que compulsámos nos não, transmitam noticia alguma a tal respeito.

Brasões de armas. Na obra do distinto linhagista Visconde de Sanches de Baena, publicada em 1872 e que tem por título Archivo Heraldico Genealogico, encontra se a noticia resumida de alguns milhares de alvarás, pelos quais foi concedido a muitos indivíduos o uso de brasão de armas, com a data da concessão, alguns dados genealogicos do agraciado e a descrição sumaria do próprio brasão. De vários indivíduos naturais desta ilha ou nela residentes insere esta obra a noticia de muitos alvarás, concedendo lhes o privilegio de brasão de armas. Vamos apenas indicar os seus nomes e datas das mercês concedidas, suprimindo as restantes informações, para não dar a este artigo uma extensão demasiada. Os interessados poderão consultar os extractos dos alvarás que se encontram na obra citada. Os indivíduos ali mencionados são os seguintes:

Aires de Ornelas, alvará de 1613; Aires Fernandes de Lordelo, alvará de 1514; Antonio Alberto de Andrade Perdigão, alvará de 15 de Junho de 1790; Antonio Doria Teixeira, 13 de Novembro de 1788; Antonio de Espindola, Genovês, filho de Micer Cliam de Espindola, 1513; Antonio de Espindola, filho de Leonardo de Espindola, 27 de Fevereiro de 1535; Antonio Fernandes Correia Jervis de Atouguia, 30 de Setembro de 1780

e 5 de Maio de 1781; Antonio João de Freitas de Carvalho Drumond, 20 de Outubro de 1756; Antonio Leme, 12 de Novembro de 1471; Antonio Manuel Teixeira Lomelino de Vasconcelos Caiado, 3 de Agosto de 1796; Antonio Teixeira de Vasconcelos, 17 de Novembro de 1779; Baltasar Gonçalves Pereira de Drumond, 12 de Março de 1538; Bernardino Henriques de Ornelas Vasconcelos, 29 de Outubro de 1790; Braz Luiz de Freitas Drumond de Aragão, 10 de Fevereiro de 1751; Braz de Espindola, 27 de Janeiro de 1572; Diogo Pires de Drumond, 19 de Março de 1538; Estevão de Bettencourt Perestrelo, 18 de Julho de 1734; Fernando Dias, 17 de Abril de 1528; Francisco Alvares Camelo, 8 de Outubro de 1756; Francisco Homem, 23 de Abril de 1535; Francisco João Escorcio Drumond Moniz e Meneses da Câmara, 12 de Novembro de 1778; Francisco João Moniz Barreto Cabral de Ornelas, 5 de Junho de 1780; Gaspar Berenguer César Bettencourt, 23 de Abril e 8 de Julho de 1768; Gaspar Homem, 29 de Abril de 1535; João Antonio Vasques de Araujo Neto, 5 de Julho de 1780; João Esmeraldo, 16 de Maio de 1520; João Fernandes do Arco, 28 de Fevereiro de 1485; Dr. João Francisco de Oliveira Alvares, 26 de Julho de 1790; João Gonçalves de Camara de Lôbos, 4 de Julho de 1460; João Gualberto Pinto, 11 de Julho de 1825; João Lombardo, 1503; Joaquim Pedro de Castelo Branco, 15 de Junho de 1857; José de Freitas Teixeira Espinola Castel-Branco, 3 de Abril de 1807; José João Cardoso de Vasconcelos, 29 de Julho de 1772; José Leão Drmunod de Vasconcelos, 18 de Julho de 1770; Leandro Dias de Ornelas e Vasconcelos, 27 de Julho de 1801; Lopo Machado, 1537; Lucano de Espinola, 1513; Luiz Doria Veloso, 22 de Novembro de 1547; Manuel Afonso Ferreira de Drumond, 2 de Agosto de 1536; Manuel de Couto Cardoso, 12 de Junho de 1561; Manuel Mendes Pereira, 18 de Março de 1538; Manuel Vogado, 21 de Fevereiro de 1538; Miguel de Carvalho, 18 de Janeiro de 1544; Nicolau de Barros, 3 de Julho de 1563; Pedro Pacheco, 22 de Maio de 1535; Pedro Vaz Borges, 30 de Março de 1556; Sebastião Coelho, 22 de Maio de 1540; Simão Acioli, 27 de Outubro de 1529; Valentim de Freitas Leal, 15 de Novembro de 1852.

Bredos. São conhecidas por este nome algumas espécies do género *Amarantus*, umas espontâneas, outras subespontaneas na ilha da Madeira.

Brioso (D. Estevão). D. Estevão Brioso ou D. Estevão Brioso de Figueiredo, como também encontramos escrito o seu nome, foi o 121 bispo do Funchal no período decorrido de 1685 a 1689. Nasceu na

cidade de Évora, sendo filho de Manuel Martins e de Catarina de Figueiredo. Era clérigo secular e formado em cânones pela Universidade de Coimbra. Exercia o cargo de vigário geral do arcebispado de Lisboa, quando em 1676 foi criada a diocese de Pernambuco e nela apresentado bispo, tomando posse no ano de 1678. As dificuldades com que lutou no seu bispado para a observância da disciplina eclesiástica, obrigaram-no a abandonar o cargo, regressando poucos anos depois ao continente do reino. Em 1684 foi nomeado bispo do Funchal, assumindo o governo da diocese em Abril de 1685. Quatro anos depois, por motivo de saúde teve de sair para a capital, onde morreu a 20 de Maio de 1689, sendo sepultado na igreja do Colégio de São Patrício. Desconhecemos quaisquer factos ou circunstâncias que assinalassem a sua passagem pela diocese do Funchal.

Briozoários. Os briozoários da Madeira até hoje estudados são todos de origem marinha e deles se têm ocupado os seguintes naturalistas: professor G. Busk, rev. Thomas Hincks, Artur W. Waters, James Y. Johnson e, recentemente, o Dr. A. M. Norman. Este último menciona no seu trabalho 130 espécies da Madeira, Porto Santo e Selvagens, das quais 7 são novas para a ciência e 39 não haviam sido encontradas nos mares deste arquipélago.

Briqueira. Aparelho de pesca consistindo em duas varas delgadas de marmeleiro, unidas pelos extremos mais grossos e sustentando nas extremidades mais delgadas uma ou duas linhas de uma braça de comprimento, a que estão fixos os anzóis. No ponto de junção das duas varas existe uma alça ou presilha onde vai prender-se a linha que sustenta o aparelho, o qual mergulha pela acção dum pêso ligado às varas logo abaixo da alça. Este peso pode ser um pedaço de chumbo, e nesse caso chama-se chumbada; ou consiste num simples calhau rolado, e então tem o nome de pandulho. No Porto Santo as varas de marmeleiro são alguma vez substituídas por hastes de tamargueira. Este aparelho é destinado em geral ao peixe fino que habita os fundos rochosos, como garoupas, pargos, requemes, alfonsins, etc..

Brisa. Os madeirenses dão o nome de brisa ao vento geral de nordeste que sopra principalmente durante o verão. Pela direcção que segue, este vento não se faz sentir geralmente aquém da Ponta da Oliveira.

V. Embate.

Brito. O apelido Brito ou Brito de Oliveira foi introduzido nesta ilha por Pedro de Brito de Oliveira Pestana, que por fins do terceiro quartel do século XV se estabeleceu na Madeira com seu irmão João Mendo ou Mendes de Brito. Ambos são fundadores de instituições vinculares. Segundo Henriques de Noronha, as armas desta família são: em campo vermelho nove lisonjas em três palas e um leão de púrpura em cada uma, tendo como timbre, um leão das armas com lisonjas de prata.

Brito (D. João Joaquim Bernardino de). Foi o 201 bispo do Funchal, tendo morrido antes de pessoalmente assumir o governo da sua diocese. Foi confirmado pela Santa Sé a 28 de Agosto de 1819 e tomou posse do cargo, por procuração, a 14 de Maio de 1820. Encarregou então do governo do bispado o Dr. João Manuel da Costa e Andrade, cónego da nossa Sé, tendo pouco depois falecido em Lisboa a 26 de Julho de 1820.

Brito e Nobrega (Ciriaco). Nasceu no Funchal a 16 de Março de 1856 e é um dos mais antigos jornalistas madeirenses, sendo presentemente (1923) redactor do Diário de Noticias. Traduziu e publicou em 1875 o romance Jorge, de F. Arnault, e é autor de A visita de S. S. Magestades os Reis de Portugal ao arquipelago madeirense (Funchal, 1901) e de o Perdão do Marido (Funchal, 1901) Escreveu, de colaboração com Oscar Leal, um Marinheiro do Século XV (Funchal, 1898). Ciriaco de Brito e Nobrega era cavaleiro da ordem de S. Tiago e 11 oficial da Repartição da Fazenda do Distrito do Funchal.

Brito (João de). A sua nomeação para governador e capitão general da Madeira é de 2 de Fevereiro de 1680, tendo tomado posse do lugar a 10 de Abril do referido ano.

Brito Rebelo (General Jacinto Inacio de). É natural de S. Miguel e escreveu além doutros trabalhos, os seguintes: Casa dos Esmeraldos na ilha da Madeira (Ocidente, tomo II, n.1 75); D. Ayres de Ornelas e Vasconcelos (Ibid. tomo III, p. 3); e The Discovery of Madeira, que serve de introdução à obra do Dr. Alberto Figueira Jardim, intitulada Madeira (Lisboa, 1914).

Neste ultimo trabalho encontram se algumas informações curiosas sobre certos pontos da nossa historia. Falando da origem do nome de Machico, dado a uma localidade da costa de leste da Madeira, diz o sr. Brito Rebêlo: Em 1894, por ocasião do 51 centenário do nascimento do infante D. Henrique, descobri o nome de um marinheiro chamado Machico, capitão do navio do rei D. Fernando, a quem este rei deu algumas casas... O marinheiro Machico, ou algum dos seus descendentes, deu casualmente o seu nome àquela parte da Madeira (Machico), e este nome originou mil conjecturas, todas igualmente sem fundamento. Com a revelação do facto que deixo apontado, ficou estabelecido que Machico era o nome de um marinheiro, e assim todas as disputas sobre tal nome cessaram, depois de haverem dado lugar a numerosas dissertações e conferencias em sociedades geográficas estrangeiras e na Sociedade de Geografia de Lisboa.

Não sabemos se Machico foi o primeiro a descobrir ou a desembarcar naquele porto. . . mas o que podemos estabelecer é que Machico foi o dono dum navio que esteve ancorado em Lisboa e amarrou aos muros da cidade, quando o rei de Castela D. Henrique cercou a mesma cidade. Ele devia ter feito várias viagens a diversas partes do mundo, pois que os navios são feitos para navegar, e Machico, o dono do navio, era um marinheiro categorizado.

Supõe o Sr. Brito Rebelo que Tristão Vaz era um cavaleiro de origem estrangeira, talvez mais nobre do que Zarco, e quando se refere a Cristovão Colombo, diz que é muito problemática a estada dele na Madeira, sobretudo se a considerarmos como tendo durado por largo tempo.

Declara ainda o Sr. Rebelo ser falso o que narra Frutuoso a pag. 166 das Saudades da Terra acerca do castigo aplicado a Tristão Barradas, homem havido por fidalgo, e que este homem se chamava Diogo e não Tristão, e que não foi aferrolhado com huma braga moendo em hum moinho de farinha, mas preso pelas mãos e mutilado por ordem de Tristão Vaz, por haver abusado da hospitalidade que este lhe dera. Tristão Vaz não foi deportado para a ilha do Príncipe, mas obrigado simplesmente a pagar 40:000 reis, importância avultadissima para a época, pelo castigo bárbaro aplicado ao Barradas.

Britten (James). E.: R. Brown's List of Madeira Plants (Journ. of Bot. British and Foreign, XLII, 1904.

Brotas (Capelas das). No sítio da Quinta das Freiras da freguesia de Santo Antonio, na margem direita da ribeira do mesmo nome, levanta se a capela conhecida pelo nome de Nossa Senhora das Brotas. Procurando investigar a origem desta, para nós, tão estranha denominação, apenas pudemos, a pesar das nossas boas diligências, chegar a meras presunções e conjecturas, que talvez estejam muito longe da verdade. Supusemos primeiramente que aquele nome provinha, não da invocação ou orago da capela, mas do lugar em que fora edificada. Havendo uma erva medicinal com tal nome, seria possível que, existindo ali essa planta desse o nome ao local e depois à ermida. Conjecturámos depois que tendo a província do Alentejo uma freguesia chamada Brotas, onde existe um notável santuário com a invocação de Nossa Senhora das Brotas, poderia porventura, por motivos hoje desconhecidos, dar se à capela aquela denominação. Ambas as hipóteses se verificam em vários pontos desta ilha, sendo vulgar darem os primitivos colonizadores, vindos de Portugal, os nomes das suas terras ou sítios da sua predilecção a muitos lugares onde aqui se estabeleceram ou tiveram terras de sesmaria.

Em corroboração da primeira hipótese, temos que referir a circumstancia de noutros tempos e ainda presentemente, se prestar culto à Senhora das Brotas, sob a invocação de Nossa Senhora da Luz, o que nos leva a presumir que aquela denominação diz respeito ao lugar e não ao orago da capela.

Esta ermida foi fundada em 1678 por Manuel Martins Brandão, sendo de Julho deste ano o alvará de licença para ser aberta ao culto. Foi edificada na quinta que ali possuía o seu fundador, estando dela apenas o pórtico e quasi todo o frontispício, e parte das paredes laterais. Consta da tradição que as águas da ribeira, desviando se do seu curso natural, em virtude da violência da corrente, destruíram uma parte considerável do adro, deixando o edificio ameaçado de imminente ruína.

Era sede dum morgado, que nos parece ter sido instituído pelo referido Manuel Martins Brandão. Em 1736 era administrador deste vinculo o morgado Pedro José de Faria Bettencourt.

Brown (A. Samler). E.: Madeira, Canary Islands and Açores, a practical and complete guide for the use of tourists and invalids, Londres).

Este guia, um dos mais perfeitos que têm sido publicados, contém muitas informações úteis não só sobre a história, geologia, clima, etc. das ilhas principais dos arquipélagos da Madeira, Canárias e Açores, mas também sobre os pontos das mesmas ilhas mais dignos de serem visitados pelos estrangeiros. A 100 edição, publicada em 1910, contém 20 mapas e planos, e maior copia de esclarecimentos úteis do que as edições anteriores.

Só de 1901 em diante é que o Sr. Samler Brown começou a ocupar se das ilhas dos Açores, tendo a obra aparecido em 1889 com o seguinte título: Madeira and Canary Islands, etc.. (Londres).

Brown (Roberto). Distinto botânico inglês nascido em Montrose em 1773 e falecido em Londres em 1858. Esteve na Madeira desde 4 a 7 de Agosto de 1802, tendo organizado mais tarde uma lista de plantas madeirenses, que foi incluída na obra de Von Buch, intitulada: Physicalische Beschreibung der Canarischen Inseln (Berlim,1825). Esta lista é baseada principalmente nos herbarios e manuscritos de Masson, Banks e Dr. Solander, pois que Roberto Brown poucas plantas colheu durante a sua curta residência nesta ilha.

Brown (T. Kenworthy). E.: The Madeira Chaplaincy (Londres, 1848).

Bruce (James). Celebre viajante inglês nascido em 1730 e falecido em 1794. Ocupa se do descobrimento das ilhas da Madeira e Porto Santo na obra que foi traduzida em francês por J. H. Castera, com o seguinte título: Voyage aux sources du Nil en Nubie et en Abyssinie pendant les annés de 1768, 1769, 1770, 1771 et 1772 (Londres, 1791).

Brucker (M. Raynold). Escreveu no Musée des Familles do ano de 1834, um artigo com o título seguinte: La Chapelle des Crânes dans l'Ile de Madère.

Brum do Canto (Dr. Salvador Manuel). Deputado pela Madeira na sessão legislativa de 1906 a 1907. Como advogado de causas forenses respeitantes a esta ilha publicou: Acção de processo cível ordinário. Autores Anthero da Costa Lyra e mulher e réus A Companhia de Credito Predial e outros, 1905, e Acção de processo cível ordinário. Autores Anthero da Costa Lyra e mulher e reus a Companhia de Credito Predial Português e outros, 1907. Morreu em Lisboa a 3 de Novembro de 1918, tendo 33 anos de idade era filha desembargador Dr. Manuel Inacio Brum do Canto e bisneto do Dr. Luiz Henriques, primeiro director da nossa Escola Medica. Tinha nascido nos Açores.

Buarcos. O apelido de família Buarcos, que por corruptela se dizia também Barcos, tem sua origem entre nós em Antonio Buarcos, que foi um dos primitivos colonizadores da ilha do Porto Santo.

Buch (Leopoldo von). Sábio geólogo e botânico alemão nascido em Stolp, no Uckermark, a 25 de Abril de 1774 e falecido em Berlim a 4 de Março de 1853. Visitou a Madeira, em companhia do botânico norueguês Chetien Smith, em 1811, tendo os dois naturalistas desembarcado no Funchal a 26 de Abril e saído para Canárias a 2 do mês seguinte.

As observações de Buch e Smith na nossa ilha foram consignadas na Narrative of an Expedition to explore the River Zaire... in 1816, under the direction of Captain J. K Tuckey (London, 1818).

É de Roberto Brown, e não de Leopoldo von Buch, o trabalho intitulado Verzeichniss der auf Madeira wildwachsenden Pflanzen, que quasi todos os botânicos atribuem a este ultimo autor pela razão de ter sido incluído na obra que publicou em 1825, sob o título de Physicalische Beschreibung der Canarischen Inseln.

Bucho encostado. O padecimento conhecido por esta designação na Madeira, parece ser devido a uma torsão ou a uma contracção espasmodica do intestino, e costuma ser tratado pelas curandeiras por meio de repetidas fricções com a mão untada com azeite, fricções que elas fazem acompanhar das palavras seguintes, que se devem dizer nove vezes: assim como a murta se abriu e se tornou a cerrar, assim isto é verdade. Nosso Senhor queira pôr este bucho, este ventre, esta coelheira no seu lugar. Depois de breve descanso, diz ainda a curandeira 9 vezes: coelheirinha, vai ao teu lugar, bucho, vai ao teu lugar. O doente conserva se deitado de costas enquanto é friccionado.

Finaliza o tratamento por a curandeira lançar azeite ou banha em duas folhas de couve aquecidas ao fogo, e colocar uma no ventre do doente, e outra na região oposta, em geral um pouco acima do cóccix. Se as fôlhas no dia imediato ao do tratamento se apresentarem secas, é porque o bucho estava encostado; se se apresentarem verdes ou murchas, o bucho estava direito, cumprindo então ao doente recorrer a outros meios para procurar alivio para os seus padecimentos.

O que há de ridículo no modo de tratamento que deixamos indicado, são as palavras que a curandeira profere com o fim, segundo parece, de forçar o bucho a voltar ao seu lugar; quanto às fricções ou maçagens, não ousamos contestar a sua eficácia, já porque se citam numerosos casos de cura obtidos por meio delas, já porque a medicina também as considera úteis nos padecimentos que procedem das causas que atrás indicámos.

Bufareira (*Datura Stramonium*). Planta da família das Solanaceas, com corolas afuniladas, azues ou brancas, e cápsulas revestidas de aculeos numerosos. Encontra se subespontanea em muitos pontos do Funchal, e é muito venenosa se for ingerida em alta dose. Internamente, deve ser usada com muita prudência; externamente pode ser empregada em banhos, para combater as dores reumáticas. A bufareira contém um alcaloide chamado daturina.

Buganvília (*Bougainvillea spectabilis*). Planta lenhosa originaria da América do Sul, muito usada na Madeira para cobrir muros, mirantes, galerias, etc. Os ramos são espinhosos e as flores estão rodeadas de bracteas grandes, de ordinário rosadas ou rosado violetas. Pertence à família das Nictaginaceas.

Bugio. É uma das três Desertas e uma das cinco ilhas que compõem o arquipélago da Madeira. O seu nome deriva, diz o Dic. Univ. Port. II., da circunstancia de se parecer com o macaco a que se dá esse nome; tem de comprimento cinco milhas ou pouco mais de nove quilómetros por meia milha ou 926 metros na sua maior largura; termina ao sul pela Ponta da Agulha, que é um dos pontos extremos do arquipélago; é de rochas altas e quasi inacessível mas de bons pastos. O pico mais alto do Bugio está a 411 metros acima do nível do mar.

O Bugio é inculto, não tem águas nem casa alguma, e produz papoilas, trevina, marroios e outras hervas, algumas das quais são forraginosas. No alto da ilha e perto da extremidade sul, acham se algumas conchas fosseis, e nas rochas marítimas encontra se o rarissimo *Chrysanthemum haematomma*, composta peculiar, notável pelos seus lindos capítulos com as flores do disco purpureo negras e as marginais brancas ou rosadas.

Segundo se vê dos registos da Conservatória da Comarca do Funchal, o Bugio pertencia em 3 de Outubro de 1867 a João de Vasconcelos de Sousa Câmara Caminha Faro e Veiga, marquês de Castelo Melhor, tendo sido arrematado por morte deste, por Alexandre Fernandes Camacho Júnior. Hoje pertence a Carlos Cossart e Henrique Hinton, que o arremataram, juntamente com as outras duas Desertas, em 24 de Novembro de 1894, quando foram em praça os bens do dito Alexandre Camacho.

O Bugio pertence à freguesia da Sé e tem um pequeno porto natural a oeste, denominado a Alagoa.

Bulhão Pato. O conhecido escritor e poeta Bulhão Pato foi amigo íntimo do segundo Conde do Carvalho e em sua companhia passou várias temporadas nesta ilha. A isso se refere ele em alguns dos seus livros com a mais viva e saudosa recordação. No livro *Sob os Ciprestes* e nos três volumes das suas *Memórias* ocupa se de algumas pessoas e cousas madeirenses. Encontra se ali largas referências ao Conde do Carvalho, a Jacinto de Sant'Ana e Vasconcelos, Viscondessa das Nogueiras, Jaime Moniz, Luiz da Costa Pereira e ainda outros. Nos cantos VI e VII do seu poema *Paquita*, faz Bulhão Pato uma bela descrição poética da Madeira.

Bulhão Pato passou nesta ilha de 7 de Agosto de 1850 a 6 de Março de 1851.

Bulwer (Rev. James). Publicou em 1827 vinte e seis soberbas gravuras de vários pontos da ilha da Madeira.

Bunbury (Carlos J. F.). Botânico e paleontologista inglês que estudou a flora madeirense e as plantas fósseis da freguesia de S. Jorge, em 1853. E. Remarks on the Botany of Madeira and Teneriffe (Journ. of the Proceed. of the Linn. Soc., 1856); e On Some Vegetable Remains from Madeira (Geological Journ., 1859).

Buraco (Ponta do). Pequena saliência no litoral da freguesia do Seixal.

Burgess (Dr.). Escreveu um artigo no Association Medical Journal, em que pretendeu negar, sem nunca ter vindo à Madeira, a eficácia do clima desta ilha no tratamento das moléstias pulmonares. A este artigo respondeu J. Mackenzie Bloxam em duas brochuras, sob a forma de cartas, dirigidas ao Dr. Lund.

Busk (George). Professor e naturalista que se ocupou dos Polizoários da Madeira, fundando os seus estudos sobre materiais que daqui lhe foram fornecidos por James Y. Johnson. Estes trabalhos, os mais antigos que se conhecem sobre este ramo da historia natural da Madeira, citam ao todo 45 espécies e foram publicados com os seguintes títulos: Zoophytology (Quart. Journ. Micros Sc. VI 1858); On Some Madeiran Polyzoa (Ibid., VI e VII, 1858 e 1859); e Catalogue of the Polyzoa collected by J. Y. Johnson, Esq. at Madeira, in the years 1859 and 1860 (Ibid., VIII e IX, 1860 e 1861).

V. Briozoários.

Buxo (*Buxus sempervirens*). Arbusto europeu da família das Buxaceas, muito cultivado na Madeira. O cozimento das raízes, da casca das mesmas e das folhas, é aconselhado nos reumatismos. A madeira do buxo é estimada pelos torneiros por causa da sua grande dureza.

Buxo da Rocha. Os madeirenses dão este nome à *Catha Dryandri*, arbusto da família das Celastraceas, e à *Chamaemeles coriácea*, arbusto da família das Rosáceas. O primeiro destes arbustos encontra-se em S. Gonçalo, no Seixal, etc; o segundo nas proximidades do Manicómio Câmara Pestana, na Praia Formosa, etc..

Búzia (*Mora mediterranea*). Peixe gadida frequentes vezes colhido no mar da Madeira, em aparelho de anzol. Exceptuado o peixe espada preto é, dentre as espécies finas, a que se pesca a maior profundidade. Também chamado, ainda que impropriamente, abrotea do alto, e algumas vezes robalo branco.

Búzio. Concha de molusco gasteropodo do género *Triton* frequentemente pescada em fundos baixos, com redes de arrastar. É a maior das conchas univalves dos nossos mares. Os marítimos da navegação costeira servem-se dela como sereia acústica, para aviso da partida ou chegada dos barcos, recepção de carga, etc.. Dela se serve também o camponês quando em certas ocasiões chama os companheiros à revolta. Dum modo geral, o termo é usado para designar qualquer concha, pequena que seja, do género *Triton*, e ainda qualquer univalve que pela forma se aproxime daquele género.

No Porto Santo encontram-se pequenos búzios pertencentes aos géneros *Columbella*, *Murex* e *Ranella*, sendo a *Columbella* rústica abundantíssima na praia, e na Madeira não são raros a *Purpura hoemmastoma*, de 4 a 5 centímetros de comprimento, a *Mitra cornicula*, o *Murex corallinus*, o *Bittium reticulatum*, a *Rissoa violacea*, a *Mitra zebrina* e a *Cypraea spurca*.

Byron (Comodoro John). Esteve na Madeira desde 13 a 19 de Julho de 1764, e comandava o Delfim, navio de guerra britânico, o qual vinha acompanhado do Tamar, que tinha como comandante o capitão Mouat. Byron foi bem acolhido pelo governador, e limitou-se a tomar aqui alguns refrescos. O fim da expedição era fazer descobertas de novas regiões e explorar principalmente o mar Atlântico, na parte compreendida entre o Cabo da Boa Esperança e o Estreito de Magalhães.

C

Cabaceira (*Lagenaria vulgaris*). Cucurbitacea originaria da zona tropical, muito cultivada na Madeira. Os seus frutos servem para fazer sopa, e depois de bem maduros e secos podem ser utilizados para guardar líquidos, visto nesse estado ser fácil esvaziá-los do seu mesocarpo e sementes. A cabaça pequena (var. *pusilla*), repleta de vinho ou aguardente, era objecto que sempre acompanhava outrora os nossos campónios nos seus passeios ou romarias.

Caballero di Gracia (El). Numero único dum jornal, que se publicou a 5 de Março de 1889.

Cabedo (João Octavio da Costa). Era natural do Funchal e colaborou no Direito, antigo jornal funchalense, no Povo de Aveiro e no Intransigente, tendo chegado a fazer parte do corpo de redacção deste ultimo periódico, do qual se desligou ao ser nomeado administrador do concelho da Moita. Agredido barbaramente à machadada no dia 12 de Janeiro de 1912, por ocasião de uma greve que se declarou naquela localidade, veio a falecer no hospital de São José, em Lisboa, no dia 4 do mês imediato, contando apenas 26 anos de idade.

Cabeleira (*Lotus macranthus*). Leguminosa que se encontra no Cabo Garajau e na ilha do Porto Santo.

Nesta última ilha dão o nome de cabeleira de coquinho ao *Lotus Loweanus*, planta que se não encontra na Madeira.

Cabido. Pela bula *Pro excellenti praeeminentia*, de 12 de Junho de 1514, criou Leão X a diocese do Funchal e conjuntamente o respectivo cabido da Sé Catedral, que pela letra expressa desse diploma pontifício foi constituído pelas dignidades de Deão, Arcediago, Chantre, Tesoureiro-mor e mais doze cónegos prebendados. Só posteriormente é que foi criada a dignidade de Mestre-Escola, e também se criaram depois quatro canonicatos de meia prebenda, chegando o cabido do Funchal a ser composto de vinte e um capitulares. Foi ainda mais tarde criado o cargo de cónego doutoral ou teologal, provido numa das doze conezias já existentes. Assim se manteve constituído o cabido do Funchal até que por uma concordata celebrada entre a Santa Sé e o governo português, há algumas dezenas de anos, ficou reduzido a doze membros, compreendendo três dignidades, numero este sem duvida suficiente para o cabal desempenho de todas as funções cometidas a este corpo capitular.

A bula citada, expressamente se refere a Nuno Cão (V. este nome), indicando-o como o sacerdote que devia ser investido no cargo de deão, e também ordena que entre os quinze beneficiados da colegiada existente na freguesia que depois tomou o nome de Sé, fossem os três mais antigos nomeados para as outras três dignidades, e os restantes doze ocupassem os lugares das doze conezias então criadas.

O cargo de deão, era, e ainda hoje o é, a mais alta dignidade do cabido, e segundo uma lei do nosso país, que esteve em vigor até á proclamação da Republica, só podia ser nela provido um eclesiástico que tivesse a formatura em direito ou teologia. Nuno Cão foi o primeiro que entre nós exerceu este lugar, sucedendo-lhe Filipe Rebelo e depois o Dr. Antonio da Costa. Os últimos sacerdotes que ocuparam o deado na Sé do Funchal foram, respectivamente, Antonio Joaquim Gonçalves de Andrade, Aires de Ornelas de Vasconcelos e João Joaquim Pinto (V. estes nomes). Este cargo teve primitivamente o vencimento de 7.000 réis anuais e depois de 15.000 réis, passando a ser de 25.000 réis em 1527 e de 45 000 réis em 1563. Ultimamente tinha a cõgrua anual de 772.680 réis. Os dois primeiros sacerdotes que exerceram as funções de deão tinham a seu cargo o serviço paroquial, sendo, por morte do segundo, criados os dois lugares de curas da Sé e ficando

deste modo dispensado o deão do múnus pastoral.

Como fica dito, as dignidades do cabido do Funchal, eram, além do deão, as de arcediago, chantre e mestre escola, ficando ultimamente reduzidas ás três primeiras. Há muitos anos que não tem sido providas as dignidades de arcediago e de chantre, sendo o ultimo arcediago o cônego José Joaquim de Sá, que faleceu por 1869.

As doze conezias da primitiva constituição do cabido foram em 1536 acrescentados dois canonicatos de meia prebenda e outros dois em 1577.

Entre os eclesiásticos que foram membros do cabido do Funchal, contam-se Jeronimo Dias Leite, Antonio Veloso de Lira, Pedro Correia Barbosa, João Francisco Lopes Rocha, Gregorio Nanzianzeno de Medina e Vasconcelos, Antonio Joaquim Gonçalves de Andrade, Aires de Ornelas de Vasconcelos, Alfredo César de Oliveira e Antonio Aires Pacheco (V. estes nomes).

Cabeço da Roseira. Lugar e elevação montanhosa nas serras da freguesia do Porto do Moniz.

Cabo. Sítio povoado e muito pitoresco da freguesia da Ponta do Pargo, onde se encontra uma capela dedicada a Nossa Senhora da Boa Morte, construída por Custódio Nunes da Costa no ano de 1666.

Cabo do Calhau. Antigo sítio junto da Capela do Corpo Santo, até onde se estendia a cidade do Funchal aos fins do século XVI.

Cabo submarino. Foi a 26 de Setembro de 1874 que este arquipelago ficou definitivamente dotado com um importantíssimo e há muito desejado melhoramento a sua ligação à metrópole por meio da telegrafia electrica. Foi uma companhia inglesa que, em virtude de contrato realizado com o nosso governo, procedeu ao lançamento do cabo e á instalação das respectivas instalações telegraficas, tendo o direito de

exploração pelo período de 99 anos, sem encargos alguns para o estado português. No dia 12 de Novembro de 1872 foi assinado o respectivo contrato entre o governo português e Mr. Jules Despecher, representante das companhias Mainteneuse e Falmouth and Malte.

O cabo deveria ser amarrado perto da foz do Tejo, na cidade do Funchal e numa das ilhas de Cabo Verde, devendo começar a funcionar antes de 30 de Setembro de 1873.

No dia 22 de Agosto de 1874 saiu de Lisboa o vapor inglês Seine, encarregado de lançar através do oceano o cabo submarino, que devia ligar esta ilha ao continente europeu. Depois de 11 dias de viagem, empregados nos trabalhos do lançamento do cabo, rebentou este a cerca de 100 milhas da Madeira, tomando então o vapor a direcção do Funchal, a fim de desembarcar alguns passageiros e prover-se de carvão e mantimento, chegando ao nosso porto no dia 3 de Setembro. Após a indispensável demora, saiu o Seine a retomar os trabalhos interrompidos, voltando poucos dias depois ao Funchal e fazendo logo a amarração do cabo com a terra.

No dia 24 de Setembro trocaram-se particularmente alguns telegramas com a capital, mas o serviço do publico começou a 26, tendo nesse dia sido dirigido o primeiro despacho telegrafico ao rei D. Luiz I. O primeiro telegrama recebido nesta cidade foi o do monarca português ao governador civil do distrito, congratulando-se com a realização de tão importante melhoramento.

Nesse dia realizaram-se diversas demonstrações de regozijo, havendo brilhante iluminação na entrada da cidade e antiga praça da constituição, musicas, fogos de artifício etc..

Cabos. Existem dois cabos na Madeira: o Cabo Garajau e o Cabo Girão. O primeiro avança cerca de 120 metros sobre o mar; o segundo é pouco saliente, e tem na base uma sapata ou plateau de erosão, onde se pode andar na baixamar.

O Cabo Girão, assim chamado por ter sido o ponto em que terminou o giro dos batéis na primeira viagem de reconhecimento da ilha, uma das mais elevadas eminências maritimas do globo; o Cabo Garajau, que deriva o seu nome da grande quantidade de garajaus (*Sterna hirundo*) que os primeiros exploradores encontraram ali, é muito menos elevado, estando a sua crista a 126 metros acima do nível do mar.

No Cabo Girão existem numerosos diques que cortam os tufos, as escórias e as lavas, e no Cabo Garajau há

um dique basáltico bastante notável, notando-se também no tufo amarelo dos terrenos numerosas incrustações basálticas.

Os terrenos próximos da praia a oeste do Garajau e os barrancos e eminências situadas a leste do Cabo Girão, são ricos em espécies botânicas, algumas das quais se não encontram noutras localidades da ilha.

Caboz. designação comum a vários peixes madeirenses das famílias Blenniida e Gobiida.

Cabra (Peixe). Nome vulgar de duas espécies de peixes madeirenses da família Triglida: Trigla lineata e T. pini. Nenhuma delas é vulgar. Os raros indivíduos trazidos ao mercado são quasi sempre apanhados nas redes de arrasto. A carne é branca, mas não das mais delicadas.

V. Caranguejo Judeu.

Cabral. Um dos quatro fidalgos que D. Afonso mandou para a Madeira a fim de casarem com as filhas do descobridor foi Diogo Cabral, que era filho de Fernão Alvares Cabral, guarda-mor do infante D. Henrique. Foi um dos primeiros povoadores desta Ilha e aqui casou com Brites Gonçalves da Câmara, segunda filha de João Gonçalves Zarco. Diogo Cabral fez edificar a capela de Nossa Senhora da Estrela na Calheta, que fora traçada por Zarco, e cuja construção ele muito recomendara a seus filhos. Cabral teve ali muitas terras de sesmaria, que lhe foram doadas por seu sogro. Morreu a 15 de Dezembro de 1486, e jaz sepultado na capela por ele construída. Era avô de Tristão Vaz da Veiga. Foi o primeiro que nesta ilha usou o apelido de Cabral.

Armas dos Cabrais: duas cabras passantes ornadas de púrpura e preto: timbre uma das cabras do escudo.

Cabral (Henrique Read). Nasceu nos Açores e foi durante alguns anos director da alfândega do Funchal, de que tomou posse em Maio de 1892. É autor de diversas obras, e nesta cidade publicou em 1895

um folheto intitulado Um Novo Mundo, de 56 pag., e no mesmo ano um romance que chamou histórico e a que deu o título de Angela Santa Clara de 201 pag.. uma obra de pura ficção e que contém muitos anacronismos e várias inexactidões históricas. A sua acção passa-se na Madeira.

Cabralia. Género de conchas bivalves, peculiar da Selvagem Grande. Foi encontrado numa camada fossilifera do terciario miocenico.

A espécie Cabralia Schmitzii relembra os nomes do falecido João Cabral de Noronha, antigo proprietário das Selvagens, e do Rev. Padre Ernesto Schmitz, distinto ornitologo que foi por largos anos professor do seminário do Funchal.

Cabreira. V. Azeda.

Cabrestante. Nos livros da Câmara Municipal do Funchal encontram-se três escrituras de aforamento de terrenos junto ao mar, para a construção de cabrestantes, sendo a primeira de 1600, a segunda de 1635 e a ultima de 1642. O primeiro cabrestante que houve no Funchal pertenceu a Manuel Cabral, o segundo ao castelhano Lopo Pardo de Luna e o terceiro a Bartolomeu Dias.

O Correio da Madeira publicou no mês de Fevereiro de 1848 a seguinte noticia acerca do cabrestante da praia da cidade. “O estabelecimento incumbido do desembarque dos artigos de exportação e importação nesta ilha, conhecido debaixo da denominação de administração do Cabrestante do Funchal, foi fundado há mais de dois séculos, e seguiu suas funções concedidas em Patronado, por ordem regia, até 1807. Naquela época, o general Beresford, então Governador e capitão General desta ilha, atendendo ás representações que lhe fizeram os comerciantes nacionais e estrangeiros desta praça, extinguiu o dito Patronado ordenando que a propriedade e direcção daquele estabelecimento passasse para a posse e administração de comerciantes, que compraram todos os barcos e utensilios do Proprietário. Por aviso régio, datado do Rio de Janeiro de 25 de Julho de 1808, ordenou S. A. R. o Príncipe Regente que aquele estabelecimento para o expediente do Calhau, tal como o modelara o General Beresford, provisoriamente se conservasse até que S. A. R. resolvesse o que julgasse mais conveniente ao seu real serviço e ao publico. Assim tem continuado o estabelecimento do cabrestante do Calhau desde 1808 até agora, sem outra alguma disposição do governo

em contrario, de que os representantes tenham conhecimento”.

O cabrestante a que se refere o Correio da Madeira, ainda hoje existe, mas, segundo se afirma, na sua administração só intervém o representante de um dos antigos proprietários, tendo todas as demais pessoas com direitos á posse do estabelecimento, deixado de fazer valer os seus direitos, por motivos que são desconhecidos. Diz-se que em tempos antigos, talvez em 1807 ou 1808, foram emitidas acções para a aquisição do cabrestante, dos quais ainda existem algumas na posse de muito poucas pessoas.

Havia ainda não há muitos anos três cabrestantes no Funchal, mas hoje só existem dois, ambos administrados pelos dirigentes do antigo cabrestante, que foi muito melhorado nos últimos tempos.

Estas informações não vão além do ano de 1922.

Cabrinha (*Davallia canariensis*). Feto da família das Polipodiaceas, muito comum na Madeira. O chá de cabrinhas é usado nas moléstias de pele.

Caçadores nº. 12. V. guarnição militar.

Cação (*Galeus canis*). Peixe cartilaginoso da família, Carchariida, um tanto raro nos mares da Madeira. É pescado ordinariamente na região litoral, sendo, como a grande maioria dos esqualos, considerado de qualidade medíocre. No Porto Santo chamam-lhe bico doce do baixo.

O cação dos pescadores de Portugal é o esqualo a que na Madeira dão o nome de caneja.

Cacho Roxo. Nome vulgar da *Wistaria sinensis*, leguminosa originaria da China e que é frequente no Funchal, onde serve para cobrir muros, galerias, etc.. Recomenda-se pelas suas flores grandes, dispostas em cachos pendentes.

Cacong (**Visconde de**). Este titular não nasceu na Madeira, mas considera-a como a sua pátria adoptiva. Acha-se ligado a esta ilha por laços de parentesco, aqui fixou residência há muitos anos e é entre nós um dos mais abastados proprietários. Segue de perto todos os assuntos que interessam às prosperidades deste arquipelago e tem cooperado com o seu avisado conselho e com a sua opinião autorizada para a resolução de muitos problemas que tocam de perto á economia do distrito. O Visconde de Cacong um desvelado protector das classes desprotegidas da fortuna, ás quais largamente socorre, não recusando nunca o seu farto óbulo para todas as obras de filantropia e beneficência que se organizem entre nós. Entre os serviços que prestou a esta terra destaca-se a sua valiosa colaboração na fundação do Manicómio Camara Pestana e na construção dum cais na freguesia do Faial, que tem o seu nome.

Tornou-se o Visconde de Cacong um benemérito do seu país pelos assinalados serviços que prestou em Africa, onde residiu largos anos. Acerca da sua acção na nossa província de Angola vamos transcrever do volume IX da Encyclopædia Portuguesa Illustrada, de Maximiliano de Lemos, os seguintes trechos:

“Do prestigio e grande preponderância que conseguiu entre os indígenas, pela maneira bondosa e justa com que sempre os tratou, fala bem alto o facto sucedido em 1883, quando se fez a occupação do Cacong e Massabi.

“Foi neste ano que Rodrigues Leitão, vendo que a França pretendia assenhorear-se de toda a costa, desde a sua colónia do Gabão até a margem norte do Zaire, tendo occupado já o Luango e Ponta Negra, a pesar dos protestos dos comandantes dos navios de guerra portuguezes, pensou em se opor a este plano.

“Para o conseguir, solicitou do então governador geral de Angola, conselheiro Ferreira do Amaral, que mandasse fazer a occupação do Cacong e Massabi, e foi devido ás suas reiteradas instâncias que aquele governador mandou a Luanda a corveta Rainha de Portugal comandada pelo distinto official Guilherme de Brito Capelo, que era então capitão-tenente, a fim de a efectuar.

“Para se poder fazer a occupação era necessário que os pretos pedissem o nosso protectorado, e foi isso o que o enorme prestigio de Rodrigues Leitão conseguiu que eles fizessem da maneira mais solene.

“A ele se deve, pois, a ocupação do Cacongo e Massabi, e, como consequência deste facto, a posse por parte de Portugal do enclave de Cabinda, ao norte do Zaire, que o congresso de Berlim nos concedeu devido ao Cacongo já ser português.

“Por este grande serviço prestado ao seu país foi agraciado com o título de visconde de Cacongo, por carta regia de I de Agosto de 1884.

O Visconde de Cacongo nasceu em 1843 em Ponte da Barca e é filho de Manuel Antonio Rodrigues Leitão e de D. Maria Joaquina de Oliveira. Veio muito novo para a Madeira, com seu tio João José Rodrigues Leitão, que teve casa bancária nesta cidade, e daqui é que se dirigiu para a Africa Ocidental, onde alcançou grande fortuna.

Faleceu no Funchal a 15 de Junho de 1925.

Cadamosto (Luiz). Foi Luiz Cadamosto um celebre navegador veneziano que esteve ao serviço de Portugal, tendo realizado duas viagens ás costas ocidentais de Africa, cuja narrativa escreveu e que é considerada como um valioso elemento para a historia das nossas descobertas marítimas. As Navegações de Cadamosto foram primeiramente publicadas em italiano em 1507, e depois em latim. A tradução portuguesa foi pela primeira vez publicada em 1812 na colecção de noticias para a historia e geographia. .. da Academia Real das Ciências. Pinheiro Chagas ocupa-se largamente do valor e importância destas Navegações. Interessam elas á historia da Madeira, porque Cadamosto dedica algumas paginas a este arquipelago, sendo a mais antiga narrativa de tantos navegadores que se têm ocupado da Madeira no Heraldo da Madeira de 5, 9 e 11 de Janeiro de 1906, foram transcritos os trechos das Navegações, em que Cadamosto se refere à sua estada na Madeira e Porto Santo, tendo ancorado no porto desta ultima ilha a 25 de Março de 1445 e no dia 28 do mesmo mês na baía de Machico. Pinheiro Chagas assinala o ano de 1455 como sendo o da viagem do navegador veneziano, e o dr. Azevedo numa nota ao seu artigo Madeira do Dicc. Port. Univ. III., adopta a data de 1445, baseado em argumentos que aduz. O dr. Pestana Júnior, no seu valioso estudo sobre o Reconhecimento do Arquipelago da Madeira, coloca as viagens de Cadamosto nos anos de 1449 e 1450.

Cadeia. A antiga cadeia da comarca do Funchal ficava na extremidade sul da rua que agora se chama da Cadeia Velha, numa pequena casa que foi vendida em 1824 a José Antonio Monteiro, pela quantia de 3:600\$000 réis. Esta casa já em 1768 se achava bastante arruinada, segundo se vê de um officio que em 31 de Maio desse ano dirigiu o corregedor Francisco Maria da Mota a Francisco Xavier Furtado; todavia ainda lá continuavam os presos em 1811, pois que neste ano, a 15 de Novembro, dizia o corregedor Manuel Caetano de Albuquerque que era urgente transferir a cadeia para casa mais espaçosa e que oferecesse mais segurança.

Em sessão de 30 de Junho de 1803 tomou posse o Senado da Câmara da casa ao Largo da Sé, onde desde algum tempo fazia as suas reuniões, a qual pertencera ao casal de D. Guiomar Madalena Acciaioly e fora posta em praça em virtude de dividas á Fazenda Nacional, mas só alguns anos mais tarde, certamente depois de 1813, é que a parte inferior da mesma casa foi transformada em cadeia, continuando a parte superior a servir de Paços do Concelho.

Em sessão de 20 de Dezembro de 1813 resolveu a Câmara que o edificio da cadeia se fizesse com o produto da venda da casa que estava servindo para tal fim, e quando isto não bastasse, que o alcaide-mor concorresse com o resto das despesas, mas esta deliberação, não pode ser executada, em consequência do alcaide se haver negado a contribuir para as referidas despesas, ás quais dizia não estar obrigado depois da extinção da donataria.

Dizia o Defensor da Liberdade em 28 de Julho de 1827 que os presos estavam pessimamente acomodados na cadeia do Largo da Sé, tendo sido talvez para melhorar as condições dos mesmos presos que depois da extinção das ordens religiosas em Portugal eles foram transferidos para o edificio do convento de S. Francisco, onde todavia só estiveram até 1836, voltando neste ano á casa que haviam deixado poucos tempos antes, a qual, segundo cremos, deixou desde então de servir de Paços do Concelho.

A pesar do edificio do Largo da Sé ter passado a servir exclusivamente de cadeia, isto em nada melhorou as condições dos presos que não podiam pagar a carceragem, os quais continuaram a ser encerrados em lojas umidas e sem ar nem luz.

Em 2 de Julho de 1841 resolveu a Câmara passar a cadeia para o edificio onde agora está o Asilo, mas o

Governo não aprovou esta transferência, e idêntica resolução foi tomada em sessão de 6 de Fevereiro de 1845, não chegou a fazer-se porém a mudança dos presos, pelo motivo da Câmara ter sido dissolvida em 1846 e dos novos vereadores não haverem concordado com a aplicação que se pretendia dar à casa das Angústias.

Num officio dirigido pelo Conselheiro José Silvestre Ribeiro à Câmara Municipal do Funchal em 31 de Março de 1847, propunha aquele benemérito Governador Civil que a cadeia se fizesse no extinto convento de S. Francisco, que os Paços do Concelho passassem para a casa que servia de cadeia e que o recolhimento dos mendigos fosse transferido para a casa das Angústias, mas estas indicações não foram aproveitadas, e muito mais tarde obtinha a Câmara, em virtude de uma representação feita em 17 de Maio de 1888, que lhe fosse cedida a Fortaleza do Pico pelo tempo de 10 anos para a instalação provisória das prisões, não chegando a aproveitar-se todavia deste favor do Governo por lhe haverem faltado os meios precisos para construir um edificio em condições de servir de cadeia da Comarca.

Pretendeu-se depois transferir a cadeia para o Lazareto de Gonçalo Aires (1897), para o Convento da Incarnação (1897), para a Fortaleza do Pico (1909) e para o Seminário do Bom Despacho (1910), mas tendo surgido obstáculos à realização de tais projectos, foram os presos continuando na casa do Largo da Sé, “esse terrível foco de infecção, esse cemitério de criaturas vivas como lhe chamava em 1847 o Conselheiro José Silvestre Ribeiro.

Foi somente depois da extinção do Hospital de S. Lazaro, em 5 de Junho de 1912, que pôde finalmente ser levado a efeito o velho projecto de dotar o Funchal com uma cadeia em boas condições. Tendo a Câmara Municipal resolvido que este estabelecimento fosse construído no terreno occupado por aquele hospital, foi tal o empenho com que se tratou desde logo de dar execução a esta deliberação, chegando nos últimos tempos a trabalhar-se de noite para apressar a conclusão da obra, que em 29 de Novembro de 1913 eram os presos transferidos para a nova casa que lhes era destinada, iniciando-se nesse mesmo dia os trabalhos de demolição do velho prédio do Largo da Sé, onde durante perto de um século estivera acomodada a cadeia da Comarca.

Foi o Dr. Fernando Tolentino da Costa, vogal e depois presidente da Câmara Municipal do Funchal, quem maior interesse tomou pela construção da cadeia de S. Lazaro e pela demolição do edificio do Largo da Sé, sendo devido aos seus esforços e reconhecido zelo que esses dois melhoramentos puderam tão rapidamente

ser levados a efeito. O publico festejou com algumas girandolas de foguetes a queda das primeiras pedras da velha casa da cadeia, tendo sido motivo de jubilo para toda a gente o desaparecimento de um edificio que, além de não preencher os fins a que o haviam destinado, desfeava bastante um dos pontos mais centrais da cidade.

Cadeia Velha (Rua da). É a via publica que directamente comunica a rua Direita com o pequeno largo da igreja do Carmo, e a ela dão acesso as ruas dos Medinas e do Monteiro. Proveio o seu nome de ali ter existido a antiga cadeia da cidade, que ficava no ângulo de intersecção formado por esta rua e pela rua Direita, à direita de quem se dirige da igreja do Carmo para esta ultima rua. Na rua da Cadeia Velha fica a casa que pertenceu à família Oliveira, de que foram membros João Francisco de Oliveira, Joaquim de Oliveira Alvares e Benjamim de Oliveira (V. estes nomes), além de outros, e que Paulo Perestrelo da Câmara afirma ser dos maiores prédios urbanos que havia no Funchal, e cuja construção deve datar dos princípios do século XVIII.

Cafeeiro (Coffea arabica). Arbusto da família das Rubiaceas, extinto agora na Madeira, mas que há cerca de 25 anos era ainda frequente na região baixa do sul da ilha. O café madeirense era de excelente qualidade e rivalizava com o de Moca.

Cagarra (Puffinus kuhli). Palmipede indigena, da família Procelárida. É ave marinha que emigra de Outubro a Novembro, para voltar em fins de Fevereiro ou principio de Março e procriar em Junho. Depõe então nas rochas escarpadas do litoral um só ovo inteiramente branco, que ao fim de um mês está pronto para a eclosão. Fazem-lhe caça em todas as ilhas, mas é principalmente nas Desertas e Selvagens que a captura se torna rendosa. Em média orça actualmente por 18000 o numero de indivíduos novos caçados anualmente nas Selvagens por homens de S. Gonçalo e Caniço, que ali vão nesse especial propósito. A cagarra, depois de salgada, é trazida para a Madeira, onde a vendem de preferência às classes pobres, que muito a apreciam, a pesar do acentuado ressaibo a peixe e do character oleoso da sua carne. Os caçadores das Selvagens também lhe chamam pardela, à semelhança dos eupanhóis das Canárias.

Cagarras (Porto das). A lés-nordeste da ilha do Porto Santo, encontra-se um pequeno porto com esta denominação.

Cahus. É apelido de família de origem francesa, que, diz o dr. Pereira Drumond, procede de João Cahus, natural da cidade de Ruão, em França, e que por 1580 se estabeleceu no Funchal, como negociante. É hoje apelido extinto.

Caires. No poema A Insulana exalta Manuel Tomás os feitos de Constantino de Caires, natural desta ilha, praticados valorosamente na Índia. É apelido nobre e antigo, e que muito se generalizou nas freguesias do Caniço, Camacha e ainda outras.

Cais. Existem na Madeira vinte e seis cais distribuídos pelas costas do norte e a do sul, quasi todos eles mandados construir ou melhorar pela Junta Geral desde 1905 até 1916. Graças à construção destes cais, embarca-se e desembarca-se hoje em muitos pontos da ilha com uma certa facilidade, sendo bastante para desejar que outros se construam não só na Madeira, mas também no Porto Santo, a fim de que desapareçam os incómodos a que se sujeitam as pessoas que visitam certos pontos do litoral das duas ilhas. Essas obras, embora às vezes dispendiosas, pagam bem os sacrifícios que motivam, porque proporcionam grandes benefícios aos povos, facilitando as comunicações entre as diversas freguesias do arquipélago.

As informações que em seguida apresentamos são uma noticia resumida de tudo quanto sabemos acerca dos cais da Madeira.

Cais da Pontinha. Foi construído de 1876 a 1878, e melhorado por ocasião das obras do molhe. Junto do forte da Pontinha, viam-se outrora uns degraus talhados na rocha e uma extensa sapata de alvenaria, onde com tempo bonançoso se podia desembarcar, sendo possível que esses degraus pertencessem á escada que ali existia em 1817 e a que se refere Paulo Dias de Almeida num trabalho que escreveu sobre a Madeira.

Houve também na Pontinha uma escada de madeira para embarque e desembarque de passageiros que foi substituída em 1850 ou 1851 por uma escada talhada na rocha, e junto do Ilhéu há uma escada para serviço dos soldados e do pessoal do farol.

Um pouco aquém do cais para desembarque de passageiros no sítio da Pontinha, está um outro construído há cerca de 20 anos para serviço da Casa Blandy, tendo esta casa começado por ter perto do antigo forte de S. José, agora destruído, um cais de madeira, destinado aos mesmos fins do actual.

Cais em frente da entrada da Cidade. Em 23 de Abril de 1843, resolveu a Câmara Municipal do Funchal construir um cais de pedra em frente da Entrada da Cidade, votando para esse fim a verba de 1:200\$000 réis. Tendo esta despesa sido autorizada pelo Conselho de Districto em 6 de Maio seguinte, foi encarregado de dirigir a construção o major de engenharia Manuel José Julio Guerra, que declarava a 24 do mesmo mês, que, para pôr as obras a coberto do inverno, necessitava de mais 1:000\$000 réis, importância esta que a Câmara votou igualmente.

Em Fevereiro de 1844 tinha-se gasto já na obra do cais a quantia de 4:120\$000 réis, além de grande quantidade de pedra e cantaria lavrada que o Governo havia cedido, e pelo ultimo orçamento do major Guerra pediam-se á Câmara mais 18 contos de réis, que ela não podia gastar.

Em sessão camarária de 6 de Março de 1844 foi discutida uma proposta para ser nomeada uma comissão para dirigir as obras do cais, comissão que deveria ser constituída pelo major Manuel José Julio Guerra, que serviria de presidente, Dr. Manuel Joaquim Moniz, capitão Antonio Pedro de Azevedo, capitão Vicente de Paula Teixeira e tenente Tiberio Augusto Blanc, mas tendo essa proposta sido rejeitada, continuaram as obras sob a direcção do referido major Guerra, cuja incompetência a Câmara só veio a reconhecer quando era já impossível remediar todos os erros que ele havia cometido.

A importância total dispendida com o cais da Entrada da Cidade subiu a 20:390\$000 réis, resolvendo a Câmara finalmente abandonar as obras, por haver reconhecido que, muito antes de concluídas, já ameaçavam ruína.

Em 1889, ao serem iniciados os trabalhos do cais actual, ainda existiam alguns restos do cais principiado

em 1843, mas já muito reduzidos. Chegamos a conhecer uma das escadas deste cais, que o mar não havia ainda demolido inteiramente em 1870.

As ruínas do antigo cais eram, ha trinta ou quarenta anos, o ponto de reunião de muitas familias do Funchal nas tardes e noites do estio, a pesar de não haver aí outros assentos além de algumas pedras revestidas ainda de cimento, e do terreno ser bastante desigual, devido aos estragos causados pelo mar.

Por portaria de 17 de Setembro de 1879 mandou o Governo estudar um novo cais no Funchal, sendo encarregado deste serviço o official de artilharia Henrique de Lima e Cunha, que organizou um projecto que foi aprovado com modificações pelo Conselho superior de Obras Publicas e Minas, em 17 de Junho de 1881. Segundo esse projecto, o cais deveria ser construído na Entrada da Cidade, na mesma direcção do antigo.

Não teve andamento o processo do cais do Funchal, e só em 1886, estando já aprovada a construção do molhe da Pontinha, é que se tratou da execução daquela obra, recorrendo-se para isso ao projecto organizado pelo capitão Lima e Canha, no qual o engenheiro José Bernardo Lopes de Andrade introduziu algumas modificações. Sendo este projecto apresentado em data de 27 de Abril de 1887, foi aprovado por portaria de 5 de Dezembro, depois de convenientemente modificado pelo Conselho Superior das Obras Publicas e Minas, em 27 de Julho do mesmo ano.

Posta em praça a execução da obra, foi esta adjudicada aos engenheiros franceses Combemale, Michelin e Maurie em 18 de Janeiro de 1889 pela quantia de 87:000\$000 réis, vindo a ser reconhecido porém a estes empreiteiros, na ocasião do ajuste de contas, o direito a receberem a quantia de 92:005\$485 réis, em virtude de trabalhos executados a mais.

A obra ficou concluída em 27 de Abril de 1892, sendo recebida provisoriamente nessa data, mas a recepção definitiva só teve logar em 27 de Abril de 1895. Por parecer da Junta Consultiva de Obras Publicas, de 30 de Maio do mesmo ano, foram os empreiteiros julgados quites para com o Estado de todas as obrigações que haviam contraído, o que consta da portaria de 10 de Julho de 1895.

Impunha-se urgentemente o acrescentamento do cais da Entrada da Cidade, tendo a Junta Autónoma das Obras do Porto aberto concurso para a realização desse importante melhoramento, que terminou a 30 de Outubro de 1930, sendo a construção adjudicada á casa Nederlandsche Maatschappij Voor Havenwerken

pela importância de 4.763.000 escudos. O acrescentamento do cais teria 80 metros de comprimento e 16,4m de largura e seria formado por cinco grandes blocos com o volume total de 3.337 metros cúbicos. O primeiro bloco foi colocado no respectivo local a 25 de Junho de 1932 e o quinto e último no mês de Janeiro de 1933. No dia 28 de Maio de 1933, com a assistência das autoridades, fez-se a inauguração oficial deste melhoramento.

O cais tem 82m de comprimento e 16,4m de largura e termina por uma rotunda de 20,4m de diâmetro.

Vid. Porto do Funchal e Molhe da Pontinha.

Cais do Ilhéu de Fora. Foi construído em 1870 e destinado ao serviço dos empregados do farol.

Cais da Abra. Foi mandado construir pelo sr. Manuel Bettencourt Sardinha em 1905.

Cais do Caniçal. O pequeno desembarcadouro desta freguesia foi mandado construir pela Junta Geral em 1909.

Cais de Machico. O primeiro cais de Machico foi mandado construir pela Direcção das Obras Publicas em virtude de projecto de 9 de Julho de 1869, tendo ficado concluído por 1874; o cais actual foi mandado construir pela Junta Geral de 1904 a 1905.

Cais de Santa Cruz. Houve em Santa Cruz um pequeno desembarcadouro, construído em 1845, e depois um cais mandado edificar pela Direcção das Obras Publicas em 1870, ou pouco depois. O cais actual é obra da Junta Geral do Distrito, e foi edificado de 1908 a 1909.

Cais do Porto Novo. O pequeno desembarcadouro que existe nesta localidade foi construído pela Junta Geral em 1904, 1905 e 1908.

Cais da Ponta da Oliveira. O pequeno desembarcadouro que existe neste sítio foi construído pela mesma corporação em 1909.

Cais do Lazareto. Foi construído provavelmente entre 1866 e 1874, isto é, enquanto duraram as obras do Lazareto.

Cais do Salto do Cavalo. Foi mandado construir pelo industrial sr. Pedro da Cunha Pires.

Cais do “Palace Hotel”. Foi mandado construir pelo falecido Dr. Antas, e melhorado e acrescentado pelos srs. W. e A. Reid, proprietários do “Palace Hotel”, á Estrada Monumental.

Cais da “Companhia Wilson”. Fica perto da quinta do Calaça, e foi construído em 1903 ou pouco depois. No sítio do Gorgulho há um plano inclinado e uma escada de ferro mandados construir pela mesma companhia.

Cais da Ponta da Cruz. Tem uma parte antiga que é, segundo cremos, trabalho da Direcção das Obras Publicas, e uma moderna mandada construir por 1910 pelos proprietários da fabrica de conservas da Ponta da Cruz.

Cais de Câmara de Lobos. As obras deste cais, a cargo do governo, começaram em 1876; foram porém melhoradas e acrescentadas pela Junta Geral em 1903.

Cais da Campanário. O pequeno desembarcadouro que existe nesta freguesia foi mandado construir pela Junta Geral em 1908.

Cais da Ribeira Brava. Foi mandado construir pela mesma corporação de 1904 a 1908.

Cais da Ponta do Sol. Começou a sua construção a 8 de Maio de 1848 e parece que ficou concluído em 1850, tendo corrido com as despesas a Câmara Municipal da Ponta do Sol.

Cais do Pesqueiro. O desembarcadouro que existe nesta localidade foi mandado construir pela Junta Geral em 1916.

Cais do Porto do Moniz. Foi construído pela Junta Geral em 1916. Antes disso havia no Porto do Moniz um desembarcadouro natural, e depois uma escada mandada fazer pela mesma corporação para

embarque e desembarque de passageiros, na maré cheia.

Cais do Seixal. As obras deste cais, mandadas executar pela Junta Geral, começaram em 1903 e acabaram de 1916.

Cais de S. Jorge. As obras deste cais começaram em 1904 e terminaram em 1910. Foi a Junta Geral quem as mandou executar.

Cais da Pedra da Pescaria, no Faial. Foi mandado construir pela mesma corporação, de 1903 a 1905. (V. Caçongo).

Cais do Porto da Cruz. Foi construído pela Junta Geral em 1903.

Cais do Ilhéu de Cima, no Porto Santo. Foi construído por 1902, e é destinado ao serviço dos empregados do farol.

Cais na Ilha do Porto Santo. A vizinha ilha do Porto Santo está hoje servida por uma ponte-cais, que presta excelente serviço ao movimento daquele porto e da qual ao diante nos ocuparemos. (V. Ilha do Porto Santo).

Em tempos antigos pensou-se em construir um cais em frente da Alfândega do Funchal e em 1824 vieram á Madeira o brigadeiro Raposo e o major Sant'Ana a fim de escolherem local para a construção de um molhe e de um cais. O local escolhido foram as baixas de S. Tiago, mas a pesar de se ter dispendido a importante quantia de 37 contos na aquisição e preparação dos materiais destinados ás obras, não chegaram estas a ser começadas.

Calaça. É apelido dos primeiros povoadores deste arquipélago, especialmente no Porto Santo. A oeste do Ribeiro Seco e junto ao mar, há um prédio rústico e urbano que tem o nome de Quinta do Calaça.

Calça de Viveiros (Cónego Henrique). Fundou o mosteiro da Encarnação por voto que fez se Portugal fosse libertado do jugo castelhano.

Faleceu com 73 anos, a 25 de Maio de 1662. Na biblioteca do seminário existia um retrato em tamanho natural, do Cónego Calça.

Calçada (Conde da). Diogo de Ornelas de França Carvalho Frazão Figueiroa, primeiro visconde e primeiro conde da Calçada, era oriundo de antigas e nobres famílias desta ilha e nasceu a 29 de Agosto de 1812. Foi administrador e possuidor de diversos vínculos, entre eles o de Gaula e o da Conceição no Estreito da Calheta. Foi nomeado governador civil substituto do Funchal por decreto de 4 de Outubro de 1882 e tomou posse do cargo a 10 dos referidos mês e ano, tendo depois servido várias vezes no impedimento ou ausência dos efectivos.

Faleceu a 18 de Setembro de 1906.

Calcamar (Pelagodroma marina). Palmipede da família Procelarida, que vem criar ás Selvagens durante a primavera. Aparece ali esta elegante avezinha ao findar o inverno, demorando-se até Julho ou Agosto, época em que está de volta para o sul. A postura é feita no fundo de uma tortuosa galeria subterrânea, e consta de um só ovo de cor branca, com pequenas manchas purpurinas, que umas vezes cobrem toda a superfície, outras se acumulam em volta do extremo mais grosso. Na Selvagem Grande tem por inimigo um murganho que ali abunda, e que não só a ataca, mas também lhe devora o ovo. A criação desta ave apenas se tem encontrado em dois pontos quasi diametralmente opostos da terra: as Selvagens e a costa ocidental da Australia.

Calcedonia. É formada de quartzo cristalizado e de sílica amorfa. Tem sido achada nas cavidades de basalto, em certos sítios da Madeira.

Caldeira (Gaspar). Tornou-se este nome tristemente celebre por ser o do homem que guiou os corsários franceses no terrível saque que deram á cidade do Funchal, em Outubro de 1566. Veja-se o que a

seu respeito dizemos no artigo Saque dos franceses.

Caldeira (João da Silveira). Escassos dados possuímos para a biografia deste madeirense. Conjecturamos que tivesse nascido no terceiro quartel do século XVIII. Era medico, mas não sabemos em que escola ou faculdade obteve a sua formatura. Dedicou-se especialmente ao estudo da química, em que se notabilizou, tendo-se consagrado durante alguns anos no estrangeiro a trabalhos e investigações acerca desta ciência. Anos depois aparece-nos no Rio de Janeiro, como lente de química da Escola Militar desta cidade, e ali desempenhou também o cargo de provedor da Casa da Moeda. Em 1826 publicou a tradução anotada do Manual do ensaiador, de Vauquelin, e por 1843 foi impressa no Rio de Janeiro uma obra sua, que tinha o título de Nova nomenclatura portuguesa, latina e francesa, etc..

Na Memória Histórica da Faculdade de Philosophia da Universidade de Coimbra, por Joaquim Augusto Simões de Carvalho, encontramos a seu respeito o seguinte: "... chimico muito apreciado, que estudou em Inglaterra e França. É autor da memória sobre o ondeado metálico, publicada nos Annaes das Sciências e Artes, e de outros trabalhos realizados no laboratório chimico de Paris. Com a amizade deste chimico portuguez honravam-se muito Vauquelin e Laugier". Parece que se suicidou por 1828.

Caldeirão Verde. Sítio nas serras da freguesia de Sant'Ana, notável pelos majestosos panoramas que dele se disfrutam e pelo encantador pitoresco do local. Nos últimos anos foi melhorada a estrada que ali conduz, sendo frequentemente visitada na estação calmosa.

Calhau. Dá o povo na Madeira o nome de calhau a uma praia pedregosa, tomando deste modo a parte pelo todo. Diz o dr. Alvaro de Azevedo no Diccionario Universal Portuguez Illustrado: "... praias ás quaes dá o nome de Calhao, por serem, não de arêa, mas de pedras soltas ou calháos, que, negros, roliços, muitos delles grossos, de apparencia inhospita e soturna, produzem, quando a resaca os revolve, fragor medonho, nunca abafado pelos horrisonos bramidos dos vendavaes..."

Calhau (Nossa Senhor do). V. Nossa Senhora do Calhau.

Calheta. Logar pitoresco e pequena praia, situados no extremo oeste da costa meridional da ilha do Porto Santo, que ligam directamente com a grande praia da mesma ilha e que ficam separados do Ilhéu de Baixo ou da Cal por um estreito boqueirão.

Calheta (Condes da). No artigo consagrado ao município da Calheta, referimo-nos á criação do condado que teve sua sede nesta vila e aos motivos que levaram D. Sebastião á instituição dele, na pessoa de Simão Gonçalves da Câmara (V. este nome), 51. capitão donatario do Funchal, pelo alvará régio de 20 de Agosto de 1576. Intitulava-se este donatario: O conde Simão Gonçalves da Câmara, do conselho d'el-rey Nosso Senhor, capitão e governador da justiça na ilha da Madeira, na jurisdição do Funchal, védor da sua fazenda em toda a ilha e a do Porto Santo, senhor das ilhas Desertas &, acrescentando o dr. Gaspar Frutuoso que “el-rey em suas Provisões lhe poz D. Simão Gonçalves, elle não queria aceitar o Dom, nem o consentia aos filhos, que o tem por direito.

Foi segundo conde da Calheta João Gonçalves da Câmara, 61. capitão e donatario do Funchal, e filho do primeiro conde Simão Gonçalves da Câmara. A João Gonçalves da Câmara sucedeu no condado seu filho Simão Gonçalves, que nasceu em Lisboa e nunca veio à Madeira. Foi este o terceiro conde, que tendo casado com D. Maria de Vasconcelos, filha herdeira do primeiro conde de Castelo Melhor, ficou deste modo o condado da Calheta incorporado no condado de Castelo Melhor.

Deste consórcio nasceu João Gonçalves da Câmara, que foi o quarto conde da Calheta e que não usou o título de Conde de Castelo melhor, por motivo que ignoramos. Sua irmã D. Mariana de Vasconcelos e Alencastre foi a quinta condessa da Calheta e casou com o segundo conde de Castelo Melhor, seu parente, sendo estes considerados os 9.os capitais-donatarios do Funchal.

A estes sucedeu seu filho Luiz de Vasconcelos (1636-1720), sexto conde da Calheta e terceiro conde de Castelo Melhor, que foi o estadista e diplomata que tão relevantes e assinalados serviços prestou ao nosso país. A este sucedeu Afonso de Vasconcelos, que teve como sucessor José de Vasconcelos (1706-1769),

oitavo conde da Calheta, quarto conde e primeiro marquês de Castelo Melhor.

Foram sucessores imediatos no condado da Calheta e marquesado de Castelo Melhor, Antonio José de Vasconcelos e Câmara (1738-1801), Afonso de Vasconcelos (1783-1827), Antonio de Vasconcelos (1816-1858) João de Vasconcelos de Sousa e Câmara (1841-1878) e D. Helena de Vasconcelos (1836-1900), que foi a 13.ª condessa da Calheta e 6.ª marquesa de Castelo Melhor, podendo considerar-se embora apenas honorificamente, a 17.ª donataria do Funchal.

Calheta (Freguesia de). É muito de presumir que a origem do nome desta freguesia provenha da pequena baía ou enseada, que lhe serve de porto, pois é esse o verdadeiro significado da palavra calheta. A Enciclopedia Portuguesa, de Maximiliano de Lemos, referindo-se a esta freguesia, diz que tem uma praia ou calheta desabrigada, que lhe dá o nome. Gaspar Frutuoso, ao descrever a primeira exploração feita por Zarco através da costa, afirma que “correndo a costa a bem duas léguas sem achar onde desembarcar, foram dar em uma grande abra, onde, desejosos de saber a terra, desembarcaram entre huns penedos, fazendo ali á mão hum desembarcadouro, a que o capitão poz nome Calheta”. Num antigo manuscrito encontrámos a seguinte informação, que achamos interessante: “correndo a costa sem achar onde desembarcar, foram dar em huma abra grande e ahi desembarcarão, fazendo á mão hum desembarcadouro entre huns penedos, e a esta calhe que fizeram poz o o capitão o nome de Calheta”. O vocábulo caiu em desuso, mas era frequentemente empregado no tempo das nossas descobertas marítimas. Nos arquipelagos dos Açores e Cabo Verde há diversos portos e enseadas com o nome de calheta, estendendo-se também esta denominação ás povoações que lhes ficavam contíguas. Deve, pois, ser esta a verdadeira origem do nome desta freguesia.

É das mais antigas desta ilha e uma das primeiras que começaram a ser exploradas pelos primitivos colonizadores. O descobridor tomou nela uma grande lombada para seu filho João Gonçalves da Câmara, e vastos terrenos na margem direita da ribeira para sua filha D. Beatriz Gonçalves, que casou com Diogo Cabral. A este foram por seu sogro doados outros terrenos em sesmaria, e neles fez construir a capela de Nossa Senhora da Estrela, onde instituiu um morgadio e onde foi sepultado (V. Cabral e Nossa Senhora da Estrela).

Entre os mais antigos povoadores desta paróquia contam-se o Dr. Pedro Berenguer de Lemilhana (V. Berenguer), que deu o nome ao sítio que ainda hoje conserva a denominação de Lombo do Doutor, Luiz de Atouguia, que teve terras de sesmaria no lombo que se ficou chamando do Atouguia, João Rodrigues Mondragão (V. Mondragão), natural da Biscaia, e Francisco Homem de Gouveia, instituidor do morgadio dos Reis Magos (V. este nome), no Estreito da Calheta, além de outros que ali fundaram capelas com instituições vinculares anexas. Também foram antigos povoadores desta freguesia o cavaleiro napolitano Afonso de Aragão, a quem já nos referimos no artigo Aragão, e João Assuna Teixeira e João Salviato, que ali tiveram muitas terras de sesmaria. Ainda Gaspar Frutuoso se refere a João Rodrigues Castelhana, a propósito do qual diz: "... que se chamou assim por falar castelhana, sendo elle genovez de nação; que he fazenda grossa de canas, com seu capellão. Este João Rodrigues casou no Funchal duas filhas muito ricas, e são dellas agora as melhores fazendas da ilha: teve muitos escravos, cinco dos quais lhe mataram hum feitor; elle os entregou à Justiça, e foram enforcados na Villa da Calheta.

Data de 1430 a criação desta freguesia, que teve primitivamente sua sede na Capela da Estrela, onde parece não ter permanecido largos anos. O seu orago passou depois a ser do Espírito Santo, na igreja deste nome, não tendo encontrado qualquer referência ao ano da sua primitiva construção, sabendo apenas que foi reconstruída em 1639.

O pároco teve desde a criação da freguesia a cômgrua anual de 8.000 réis, que, por sucessivos alvarás régios, foi gradualmente aumentando, sendo o último de que temos conhecimentos o de 20 de Abril de 1626, que fixou este vencimento em 18.000 réis em dinheiro, quatro moios de trigo e uma pipa de vinho. O curato foi criado por alvará régio de 27 de Agosto de 1589, com a cômgrua de 20.000 réis anuais.

Teve uma antiga colegiada com 4 beneficiados, tesoureiro e pregador, além do pároco e do cura. A dar credito ao que não há muito lemos num jornal, esta colegiada andou durante alguns anos numa constante peregrinação, mudando a curto intervalo de igreja para igreja e de capela para capela, tendo sua sede de 1811 a 1815 na igreja do convento dos franciscanos, de 1815 a 1821 na capela de Santo Antonio e alguns meses do ultimo ano na capela da Misericórdia, e de 1821 a 1834 na igreja matriz.

Merecem uma referência especial o tecto da capela-mor da igreja paroquial, construído como o da nossa Sé Cathedral, e muito particularmente o sacrario, que é uma obra de raro valor artístico, feito em ébano, com primorosas incrustações em prata, e que é uma oferta do rei D. Manuel I. Pena é que esta preciosa peça de

arte religiosa do século XVI, tenha sido algum tanto descurada no seu estado de conservação, pois a sua antiguidade, valor histórico e notáveis primores artísticos que encerra, impunham o mais esmerado e atento cuidado em prevenir e evitar, quanto coubesse no possível, a acção corrosiva e destruidora do tempo.

Foi uma das freguesias da Madeira que teve maior numero de capelas, das quais podemos enumerar as seguintes: S. José, Santa Quiteria, Jesus-Maria-José, S. Pedro de Alcantara, Nossa Senhora da Piedade, S. João Baptista, Nossa Senhora da Boa Morte, S. Francisco Xavier, Nossa Senhora da Penha de França, Nossa Senhora da Estrela, Nossa Senhora da Vida, Nossa Senhora de Monserrate, Almas, Nossa Senhora do Bom Sucesso, Nossa Senhora da Nazaré e Santa Catarina. Já poucas existem e eram quasi todas de instituição vincular. Nos artigos consagrados ás capelas, delas nos ocuparemos.

Teve esta freguesia o convento de S. Francisco, da ordem seráfica, do qual nos ocuparemos em artigo especial.

Houve aqui uma misericórdia, com sua casa e capela, da qual falaremos no artigo consagrado ás misericórdias deste arquipelago.

Foram filhos muito distintos desta freguesia os sacerdotes drs. Antonio Veloso de Lira e Antonio João de França Bettencourt, dos quais nos respectivos logares nos ocupamos com mais largueza.

No dia 10 de Julho de 1834, pouco mais dum mês depois da implantação do governo constitucional na Madeira, deram-se graves tumultos nesta freguesia, que tiveram como causa oculta o protestar contra a nova ordem de cousas publicas embora ostensivamente o não parecesse. A pretexto de que os povos iam ser vexados com pesados impostos, um numero avultado de individuos amotinou-se, praticando distúrbios e cometendo violências, de que resultou serem mortos três homens e ficarem outros com ferimentos mais ou menos graves. A sublevação prometia alastrar-se e a autoridade tratou de a sufocar com energia, enviando para esta paróquia um destacamento de infantaria e uma força de marinha da fragata D. Pedro, que então se achava surta no nosso porto. Os populares não se intimidaram com a presença da força armada, e até lhe ofereceram alguma resistência, vendo-se esta violentada a usar de extremo rigor, caindo varados pelas balas alguns homens do povo, em numero que não podemos precisar. Procedeu-se em seguida a uma larga devassa e efectuaram-se inúmeras prisões, realizando-se o julgamento em Janeiro de 1836 e sendo condenados sete réus a degredo perpetuo para Angola, alguns a degredo temporário e o padre João

Rodrigues Pestana a degredo perpetuo para Moçambique, onde morreu.

O engenheiro de minas Eugène Arckermann, no seu livro L'Ile de Madère considerée au point de vue scientifique, a pag. 60 e seguintes, refere-se com alguma largueza aos vestígios de petróleo encontrados no sítio da vila desta freguesia, a 300 metros aproximadamente da agência dos vapores costeiros. Fizeram-se algumas explorações no local, que não deram resultado apreciável.

Os principais sítios desta freguesia são: Lombo da Estrela, Lombo do Salão, Lombo do Brasil, Lombo do Doutor, Lombo do Atouguia e Vila.

Tem duas escolas oficiais, sendo uma para cada sexo.

Esta freguesia dista da cidade, pela Estrada do litoral, aproximadamente 38 quilómetros, e pela mesma estrada fica distante da Ponta do Sol, sede da comarca, cerca de 11 quilómetros.
Tem 4665 habitantes.

Calheta (Ponta da). Saliência na costa marítima da Ilha do Porto Santo adjunta ao sítio e pequena praia do mesmo nome.

Calheta (Porto da). O porto que serve esta paróquia e outras freguesias vizinhas tem um movimento relativamente grande, sendo bastante para lamentar que ainda ali não se tenha construído um pequeno cais, vistas as dificuldades que oferece o acesso á apertada angra que limita o sítio da Vila, único ponto em que é permitido o embarque e desembarque de passageiros e mercadoria. A entestar com a vila existe uma praia de grossos calhaus rolados, que limita o mesmo porto. Há dois pontos em que particularmente se realiza todo esse movimento, sendo o principal a chamada Rampa e outro no sítio da Serra de Água, próximo da foz da ribeira deste nome. Tocam ali regularmente os vapores que fazem o serviço costeiro marítimo. O porto dista respectivamente 2,3 milhas da Fajã do Mar e 2,1 do Jardim do Mar, que são os portos que lhe ficam mais próximos.

Calheta (Ribeira da). Este curso de água, que é também conhecido pelo nome de Ribeira da Vila da Calheta, tem como afluentes os pequenos ribeiros do Cutileiro, do Convento, do Lombo do Brasil e da Fonte de Nossa Senhora e desemboca na vila da Calheta.

Calheta (Vila e Município da). Data do meado do século XV a criação das vilas e municípios do Funchal, Machico e Porto Santo, sendo estas localidades as capitais das três capitanias em que foi dividido o arquipélago madeirense. A capitania do Funchal, e particularmente a sua sede, que era a vila do mesmo nome, tomou desde os tempos primitivos da colonização um notável incremento e cresceu rapidamente em prosperidades, formando-se dentro dela povoações importantes, que em breve atingiram grande desenvolvimento, impondo-se deste modo a necessidade da criação de municípios autónomos, para comodidade dos povos e boa administração dos negócios públicos. Foi o que aconteceu com a instituição das vilas e municípios da Ponta do Sol e da Calheta.

A primeira foi criada em 1501, e com bons fundamentos se conjectura que a segunda fosse criada aproximadamente pela mesma época. E para lamentar que não haja notícia do diploma que elevou a vila da freguesia da Calheta. O alvará régio que criou a vila da Ponta do Sol está tombado no arquivo municipal do Funchal, e também dele existe copia no arquivo da câmara daquela vila.

Acerca do diploma respeitante á Calheta, diz o dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo:

“Da carta que elevou o lugar da Calheta a Villa Nova da Calheta não existe registo na respectiva Câmara, porque os antigos paços do Concelho e archivo originário forão destruídos pelo mar, segundo o Presidente da mesma Câmara informa em officio de 30 de outubro deste anno de 1871; também não está registada no archivo da Câmara do Funchal; e em nenhum dos manuscriptos que possuimos vem copiada. Só na Breve Noticia de Paulo Perestrello, pag. 54, achamos nota de que a Calheta fora feita villa em 1511, O que é manifesto erro, talvez typographico; porque do diploma infra se mostra que a Villa Nova da Calheta já o era em agosto de 1502”.

O Diploma infra a que aqui se faz referência, é uma resposta, datada de 16 de Agosto de 1502, contendo algumas instruções dirigidas pelo monarca á câmara municipal do Funchal.

Em vários escritos se alude á frase, que se tornou bastante conhecida - á sua muito amada villa da Calheta - e que se atribue ao rei D. Manuel I, numa carta dirigida á câmara deste município. Não conhecemos o documento em que essa frase vem exarada e nem podemos assegurar que ela seja de uma legitima autenticidade. A ser verdadeira, quereria certamente o monarca venturoso referir-se á distinta fidalguia desta vila ou município, pois é sabido que houve ali uma numerosa pléiade de nobres cavaleiros, muitos dos quais se distinguiram valorosamente em Africa, na Índia e no Brasil. Da predilecção de D. Manuel I pela vila da Calheta, existe uma prova eloquente no rico sacrario oferecido á sua igreja matriz e a que já nos referimos no artigo consagrado a esta freguesia.

Desejando o monarca galardoar os serviços prestados pelo 51. capitão-donatario do Funchal Simão Gonçalves da Câmara, e ainda honrar nele os feitos e acções heróicas dos seus maiores, e querendo também dar maior lustre á rica e importante casa de que ele era o representante, agraciou-o com o título de conde, pelo alvará régio de 20 de Agosto de 1576, sendo a vila da Calheta, pela sua importância e nobres tradições, escolhida para sede do novo condado. Este título, como noutra lugar se dirá, foi incorporado no marquesado de Castelo Melhor, sendo os respectivos titulares também condes da Calheta, até que o decreto de 15 de Outubro de 1910 aboliu todos os títulos nobiliarquicos.

E interessante o trecho de Gaspar Frutuoso, que em seguida transcrevemos, relativamente aos pontos que deixamos referidos:

“Neste logar da Calheta, mais abaixo chegado a huma fermosa ribeira, se fundou a Villa, que tomou o nome da Calheta, a mais fértil de todas as da ilha, por ter mayor comarca. He esta villa tão nobre em seus moradores, como abastada pelos muitos e baratos mantimentos que nella se achão. Desta sahiram em companhia dos capitães do Funchal muitos e nobres cavalleiros a servir El-Rey á sua custa nos logares de Africa, e nos socorros que os capitães levaram: onde todos, além de darem mostras de suas pessoas, gastaram muito do seu, porque eram ricos, pelas grossas fazendas que neste termo ha, como a do Arco tão afamada, e outras, que andão agora divididas por diversos herdeiros. Esta Villa da Calheta e seu termo foi o condado do Illustrissimo Capitam Simão Gonçalves da Câmara, Conde desta Villa Nova da Calheta, como se dirá em seu logar”.

Como já vimos no artigo Alfândegas, foi esta vila sede duma pequena delegação aduaneira ou posto fiscal, como então se chamava, e ali se arrecadou primitivamente o imposto sobre o açúcar, que depois passou a

ser cobrado na alfândega do Funchal. Houve na Calheta os cargos de quintador e escrivão dos quintos, cujas atribuições consistiam na aplicação dos tributos que recaíam sobre o açúcar que ali se fabricava. Estes logares foram extintos por alvará régio de 30 de Julho de 1686.

Na câmara desta vila deixou o juiz de fora dr. Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira exaradas umas instruções sobre cousas agrícolas, verdadeiramente notáveis para a época, e de que têm sido publicados vários trechos em alguns jornais madeirenses. “Versam, diz-se algures, sobre a cultura da vinha e outras plantas - o castanheiro nos baldios, as árvores de frutos nos logares abrigados, os algodoeiros junto ao mar, as amoreiras nas estradas e logares públicos, os pinhais nas terras incapazes de outra produção, os vegetais usados nas farmácias, as searas de milho, a criação de gados, de prados artificiais, bardos de resguardo e outros alvitres”. Estas instruções ainda hoje se lêem com algum aproveitamento.

Na área deste concelho fica o conhecido e muito visitado sítio do Rabaçal, a que consagraremos um desenvolvido artigo.

O actual concelho da Calheta, criado em 1835, e o antigo município ou vila, não se diferenciam muito sensivelmente no que diz respeito á extensão das suas áreas. Desde 1835 até o presente, tem no entretanto tido algumas variantes, dalgumas das quais podemos dar noticia. Em 1849 foi suprimido o concelho do Porto do Moniz que também tinha sido criado em 1835, e as freguesias das Achadas da Cruz e Ponta do Pargo passaram a fazer parte do Concelho da Calheta, mas de novo estas paróquias se incorporaram no concelho do Porto do Moniz, quando este foi restaurado em 1855. O decreto de 26 de Junho de 1871 desagregou a freguesia da Ponta do Pargo do concelho do Porto do Moniz e anexou-a ao da Calheta. Em 1895 passou o concelho do Porto do Moniz, por uma nova supressão, sendo anexado aos concelhos da Calheta e S. Vicente, para novamente ser restaurado no ano de 1898.

Tem este concelho as freguesias da Calheta, Estreito da Calheta, Arco da Calheta, Prazeres, Jardim do Mar, Paul do Mar, Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo.

Como acima fica dito, a criação da vila da Ponta do Sol data de 1501, conjecturando o ilustre comentador das Saudades da Terra que a da Calheta teria sido em época aproximada á desse ano. Hoje pode precisar-se a data exacta dessa criação, depois que no ano de 1900 o dr. Damião Peres publicou uma segunda edição da obra de Gaspar Frutuoso, enriquecendo-a com algumas valiosas anotações. Numa delas, a pag. 118 e ss.,

vem integralmente transcrita a carta regia de 1 de Julho de 1502, que criou a vila da Calheta e que é documento sobremaneira interessante.

Callejon (D. Ventura de). Cônsul espanhol na ilha da Madeira. Escreveu uma noticia sobre a estada de Colombo nesta ilha, na *Ilustracion Espanola y Americana*, (n.º 38 de 15 de Outubro de 1878).

Camacha (Freguesia da). Pertenceu á paróquia do Caniço até o ano da sua criação. Era a parte alta e montanhosa desta freguesia e ficou constituindo o limite norte dela. Parece ser bastante antiga a denominação de Camacha, e, sem duvida alguma, muito anterior á época do seu desmembramento do Caniço. Conjectura o dr. Alvaro de Azevedo que este nome provenha de algum sesmeiro ou povoador de apelido Camacho, que porventura ali possuísse terrenos ou tivesse ali moradia. Não julgamos plausível a ideia de atribuir a origem desta denominação a um primitivo colonizador que, como recordação da pátria distante, desse aqui nome igual ao dalgum logar ou povoação do continente, pois pelo que pudemos averiguar, não se encontra esse nome em território português, a não ser num pequeno sítio na ilha do Porto Santo.

Ignoramos quando começou o arroteamento e povoação das terras da Camacha, mas devemos supor que não o teria sido após os primeiros anos da descoberta da ilha, porque os terrenos do interior não foram sujeitos a uma imediata exploração agrícola. No entretanto, nos princípios do ultimo quartel do século XVI já aqui, por certo, existiria um núcleo muito importante de população para justificar a sua separação do Caniço e a sua erecção em paróquia independente. Há noticia de que por esta época eram moradores na Camacha o capitão Antonio Figueira, casado com D. Maria Henriques Figueira, Bartolomeu de Freitas, Braz de Freitas, Domingos da Mota, Francisco de Sousa, Inacio de Caires Caldeira, José de Lamego, João de Freitas Belchior, além de outros.

Foi o alvará régio de D. Pedro II, de 28 de Dezembro de 1676, que autorizou o bispo diocesano D. Antonio Teles da Silva a criar esta paróquia, que somente parece ter ficado definitivamente constituída no ano de 1680. Foi Gaspar Pinto Correia o seu primeiro pároco no período decorrido de 1680 a 1699, tendo-lhe imediatamente sucedido os padres Manuel Simão de Gouveia, Antonio Gomes Germano e Manuel João

Barreto, até meado do século XVIII. Desde a sua criação até o presente, têm trinta e um sacerdotes exercido funções paroquiais nesta freguesia, como párocos efectivos dela. O primitivo vencimento do vigário foi de 10.000 réis anuais, um moio e meio de trigo e uma pipa e meia de vinho, que, com o decorrer dos tempos e aumento do numero de fogos, sofreu alguns acrescentamentos.

O crescimento da população, que parece ter sido rápido, levou o prelado da diocese, D. Luiz Rodrigues de Vilares, a pedir a criação dum curato, o que se deu no ano de 1801, sendo primeiro cura o padre Inacio Cristovão da Silva. Vários curas tiveram moradia permanente na freguesia, mas há já algumas dezenas de anos que ali não residem.

A sede da paróquia estabeleceu-se na capela da invocação de S. Lourenço, que foi o orago da nova freguesia, e que nos informam ter sido construída por Francisco Gonçalves Salgado. Nada sabemos acerca do ano e local em que se ergueu o pequeno templo, mas conjecturamos que não era no mesmo logar onde depois se veio a erigir a actual igreja paroquial. Em 1746 já esta capela se encontrava em adiantado estado de ruína.

Há a vaga tradição de que no sítio dos Salgados existiu uma pequena ermida, ignorando nós se seria porventura nesta que se instalou a paróquia por ocasião da sua criação. A primeira pedra para a construção da actual igreja foi lançada a 30 de Setembro de 1783. Por 1886 se reconstruíram as paredes laterais, que ameaçavam iminente derrocada. Nos últimos anos têm esta igreja e respectivo adro sofrido grandes reparações e sido consideradamente melhorados no seu embelezamento e adorno, devido ao zelo de alguns párocos.

Quando a 23 de Agosto de 1828 as forças absolutistas desembarcaram em Machico e tomaram esta ilha (V. Ocupação da Madeira por tropas miguelistas), o governador e capitão general Travassos Valdez, encarregou o major Francisco Xavier Pereira da Silva, mais tarde conde das Antas, de ocupar as alturas da Camacha, o que consta da seguinte participação, feita por este oficial ao governador da Madeira:

“Tenho a honra de participar a V. Exa. que, em cumprimento da ordem que de V. Exa. recebi em Porto Novo, a meia noite passada marchei a tomar o comando deste ponto, ao qual cheguei às quatro horas da manhã: a posição é fortíssima, e com trezentos homens e duas peças de artilharia que a guarnecem, tenho toda a certeza de defende-la, se os soldados não recusarem bater-se, como hontem fizeram ao tenente coronel Schwalback”.-Pereira da Silva destacou parte destas forças para o Palheiro Ferreiro, e depois teve de retirar para o Funchal, quando os seus soldados, ao terem conhecimento do desastre do Porto Novo,

começaram vergonhosamente a debandar. As forças miguelistas que vieram até ás alturas da Camacha, já não encontraram as tropas constitucionais, que fugiram desordenadamente para a cidade, como fica dito.

É esta uma das freguesias mais pitorescas da Madeira. Um distinto poeta que nela residiu e ali compôs alguns dos seus mais inspirados versos, escreveu a seu respeito:

“No seu aspecto geral, nas opulentas espécies arboreas que a povoam, nas bellas quintas que a adornam e pela frescura e pureza atmospherica que se mantem naquela altitude, a Camacha é a localidade, talvez única, que maior semelhança offerece e mais pontos de contacto tem com a freguesia do Monte, denominada a Cintra madeirense.

É o Monte, visto por uma lente augmentativa, ampliado nas dimensões dos seus panoramas, com estradas mais vastas e planas e horisontes mais bellos e dilatados, abrangendo as freguesias do litoral - Caniço e Gaula, que se desenrolam a seus pés numa depressão gradual e sucessiva do solo, delimitada pelo oceano.

O contraste entre estas ultimas localidades e a primeira, é frizantissimo, tanto pelo que respeita á flora, como pelas condições climatéricas.

Em baixo, no litoral, a auzencia de árvores florestaes, as culturas da canna doce, da vinha e dos variados géneros hortícolas; lá em cima a topear com a serra, a Camacha, os immensos pinheiraes, os bosques de frondentes robles, onde vegetam promiscuamente o carvalho, o castanheiro, o cedro, o til, o folhado, o loureiro, a faia, a tilia, o soveiro, o pau de mil homens, a árvore de prata, e diversas outras espécies indígenas e exóticas, provavelmente ali implantadas pelos primeiros fundadores de quintas, na sua maior parte estrangeiros ricos, que outr’ora tinham por aquella pittoresca localidade a maior predilecção”.

Fora do Funchal, é a freguesia que tem mais belas e numerosas quintas, entre as quais se destaca a do Vale Paraíso, pertencente aos viscondes do mesmo título, que é uma encantadora vivenda, digna de ser visitada. E também uma bela e aprazível casa de campo a antiga residência de verão da família Ornelas, de que é hoje proprietário o conselheiro Aires de Ornelas de Vasconcelos que ali nasceu em Março de 1866. Merecem ainda especial menção as antigas quintas Grabham, Taylor, Bean, Hinton e Francisco Nunes, além doutras de menor importância. Afora a quinta Ornelas, todas as outras foram construídas por súbditos ingleses, que tinham pela Camacha uma grande e justificada predilecção.

Um dos atractivos dos visitantes desta freguesia é a conhecida Achada, um campo de relativa extensão e absolutamente plano, que aos madeirenses causa uma certa admiração e surpresa, por viverem numa região muito montanhosa e em que o relevo e o acidentado do terreno se mostram por toda a parte, com excepção do planalto do Paul da Serra. Fere logo a atenção do visitante, ao entrar neste campo a torre que num dos extremos dele se levanta, situada dentro dos limites da quinta que pertenceu ao dr. Miguel Grabham. Foi este medico inglês que há cerca de 40 anos fez construir esta torre e nela colocou um excelente relógio, de aprimorado fabrico, que é, por certo, um dos melhores que existem nesta ilha. No interior da torre vê-se uma lápide de mármore, que tem a seguinte inscrição: The Clock And Bell Here Placed, Were Brought From the Parish Church of Wolton Near Liverpool By Michel C. Grabham, M. D. F. L. S. E. R. C. P.-Who built this Tower For their Reception, And the Clock Was Set Going By Mary Anne Grabham (Wife of the above) On Easter Monday 6.th April 1896. A construção desta torre e relógio foi um excelente serviço que o dr. Miguel C. Grabham prestou aos habitantes desta paróquia.

A Camacha é atravessada na sua maior extensão pelo rico e abundante caudal que se chama a Levada da Serra e á qual nos referiremos no lugar competente. Quando se projectou e realizou a tiragem desta levada, muitos proprietários cederam gratuitamente os terrenos para a sua construção e respectiva vereda marginal, persuadidos de que ela iria beneficiar esta freguesia pela irrigação, mas concluídos os trabalhos e feita a distribuição das águas, viram com funda mágoa que a Camacha fora inteiramente esquecida e não compartilhara dos benefícios concedidos a outras freguesias. É verdadeiramente encantador um passeio através da esplanada desta levada, pelos variados e surpreendentes panoramas que dali se disfrutam. A vereda que margina este aqueduto, plana e de piso suave, estende-se, em condições de ser atravessada, desde a Choupana até o Santo da Serra, num percurso superior a 40 quilómetros.

São dois importantes mananciais as levadas da Azenha e do Pico do Arvoredo, principalmente destinadas á irrigação da freguesia do Caniço, e que também irrigam a freguesia da Camacha, embora numa proporção pequena do seu giro. Nasce a primeira no Pico da Silva e a segunda nas serras do Poiso. No sítio dos Salgados é alimentada pela ribeira do Porto Novo, nasce a levada chamada de Baixo, que fertiliza os terrenos desta freguesia e também do Caniço.

Fica dentro dos limites desta paróquia a casa do sítio do Poiso. Reconhecendo o benemérito governador civil José Silvestre Ribeiro a necessidade duma casa no alto da serra, destinada a prestar abrigo e socorro

aos viandantes que transitavam entre os concelhos do Funchal e Sant'Ana, mandou edificar uma casa no sítio do Poiso, cuja construção custou cerca de um conto e quinhentos mil réis e se deu por concluída em princípios de 1852. Segundo as próprias palavras do ilustre governador, ali deviam estar permanentemente um homem ou uma família "a toda a hora promptos a receber os passageiros - a mandar-lhes aquecer água, se preciso for - a ter sempre um bom depósito de lenha, a fim de que durante o inverno se encontre ali o conforto de um bom lume - a prestar a todos os necessitados o socorro possível". A manutenção deste excelente serviço, que se tem prolongado até a actualidade, ficou a cargo das câmaras do Funchal e de Sant'Ana, existindo umas instruções superiormente aprovadas, que regulam a maneira de manter-se o funcionamento desta casa.

A conhecida obra de vimes da Camacha, que é verdadeiramente importante e digna dum particular estudo, constitue uma indústria quasi privativa desta freguesia. Embora fora dela se produzam também artefactos de verga, é, porém, certo que de aqui se irradiou esta indústria para outros pontos, e é aqui que fica o mais considerável centro produtor da mesma indústria. É uma importantíssima fonte de receita, e a ela se deve principalmente o aumento rápido da população, não tendo a paróquia, além dela, outros apreciáveis elementos de riqueza, pois que os seus terrenos só se prestam á exploração das chamadas culturas pobres. No entretanto, os operários não tiram dos produtos da sua indústria proventos suficientemente remuneradores do trabalho empregado, ao passo que as casas exportadoras, segundo se afirma, fazem lucros muito consideráveis, e algumas fortunas se têm realizado em poucos anos á sombra deste negocio. Tudo aconselha a formação entre os operários da Camacha dum sindicato, cooperativa ou agremiação de character especial, não só destinado a desenvolver e aperfeiçoar esta indústria, mas também a promover a colocação dos seus produtos nas nossas colónias e no estrangeiro.

O engenheiro sr. Vitorino José dos Santos, chefe da secção do trabalho industrial na Madeira, publicou no numero 4 do Boletim do Trabalho Industrial, de 1907, uma excelente e desenvolvida monografia acerca da indústria dos artefactos de verga na Madeira, donde vamos transcrever alguns periodos relativamente á sua provável origem e primitivo desenvolvimento na freguesia da Camacha.

"A indústria dos moveis de vimes teve o seu aparecimento ha aproximadamente 60 annos, e começou pelo trabalho em cadeiras, copiados os processos de factura, do fabrico de outras cadeiras construídas então na Madeira com palha de centeio, por presos da cadeia do Funchal. Supõe-se ter sido algum preso da freguesia da Camacha quem levou, ao sahir para esta freguesia, os conhecimentos que havia adquirido na

aprendizagem feita na cadeia, e assim se foi lenta e progressivamente desenvolvendo a indústria naquele meio, que foi durante muitos anos o único ponto em que ela se exerceu. Um súbdito inglês, de nome William Hinton, importante industrial ha poucos anos falecido na Madeira, em avançada idade, parece ter também influído nas tentativas iniciais desta indústria, auxiliando os primeiros obreiros com os conhecimentos que tinha da indústria destes moveis, já fabricados na Inglaterra e Alemanha com hastes de cipó, por cuja flexibilidade e outras propriedades se assemelham muito aos vimes madeirenses”.

Informação recebida directamente desta freguesia, de pessoa que ali se dedicou a algumas investigações sobre o assunto, não contradiz na essência as noticias fornecidas pelo autor da monografia citada, acrescentando apenas que “Foi Antonio Caldeira o introdutor do trabalho de vimes, o qual desmanchando uma esteira que tinha vindo do estrangeiro por intermédio dum membro da família Hinton, estudou a forma e fabrico dela, tomando como ponto de partida para atingir o seu ideal, a flexibilidade do vime”.

Afirma-se que esta indústria, embora em estado muito rudimentar, começou nesta freguesia pelos anos de 1812. Foi depois de 1870 que ela começou a ter um notável incremento, tendo nos últimos 40 anos atingido um desenvolvimento extraordinário. A monografia que deixamos citada, contém informações muito interessantes sobre a cultura do vime, processos no fabrico da obra de verga, seu desenvolvimento, exportação, etc..

Tem esta paróquia uma escola oficial para cada sexo, sendo a do sexo masculino criada em 1862, e a do sexo feminino, por decreto de 12 de Agosto de 1914. A primeira, desde a sua criação, tem tido como professores Miguel Luiz Valerio, Luiz Teixeira de Vasconcelos, Constancio Figueira da Silva e Manuel de Jesus de Antas e Almeida. A primeira professora da escola da sexo feminino foi D. Maria das Mercês Lopes de Faria.

O cemitério paroquial foi construído em 1856, por ocasião da epidemia colérica, em terreno para esse fim oferecido pelo Conde do Carvalho, que era um dos maiores proprietários desta freguesia.

Os sítios principais desta paróquia são: Igreja, Rochão, Achadinha, Casais de Além, Vale Paraíso, Ribeiro Fernando, Nogueira, Ribeirinha, Salgados e Ribeiro Serrão.

Ha alguns sítios ou logares que, pelo pitoresco da paisagem ou pelos belos e vastos panoramas que deles se disfrutam, merecem menção especial, tais como o Poiso, Pico do Infante, Pico da Silva, Mirante do

Marcado, no caminho dos Salgados, Eira de Fora, etc..

A Camacha tem como freguesias confinantes ao norte, S. Roque do Faial e Porto da Cruz, ao sul, o Caniço, a leste, Santo Antonio da Serra, Santa Cruz e Gaula e a oeste Santa Maria Maior e Monte.

Dista 9 quilómetros e meio da sede do distrito, e aproximadamente 12 da sede do concelho e da comarca, 6 da freguesia do Caniço, e 9 de Santo Antonio da Serra.

Não queremos encerrar este ligeiro artigo sem nos referirmos ao bemquisto e prestimoso cidadão Manuel Filipe Gomes, natural da freguesia de S. Roque, que em idade muito avançada faleceu na Camacha, há aproximadamente 40 anos, e nela teve residência num período de tempo superior a meio século. Era de uma grande austeridade de character e da mais proba e inconcussa honradez, deixando o seu nome vinculado á historia desta freguesia, pelos desinteressados serviços que a ela prestou, nomeadamente na construção e melhoramento de várias estradas e caminhos, na construção do fontanário que fica no sítio da Igreja, na aquisição de terreno na Achada para logradouro comum, etc., o que tudo lhe fez conquistar uma subida consideração e um justificado prestígio entre os habitantes desta freguesia. As suas qualidades pessoais e relações que mantinha com os estrangeiros que frequentavam a Camacha, contribuíram consideravelmente para os melhoramentos que ali realizou, alguns dos quais empreendidos e levados a cabo com grande e manifesto prejuízo dos seus haveres.

E natural desta freguesia o conselheiro Aires de Ornelas de Vasconcelos, de quem nos ocuparemos em artigo especial.

Camacho. É apelido de família muito generalizado nesta ilha e que por certo tem várias procedências. Diz, porém, o anotador das Saudades, que “é de origem espanhola e parece vir de D. Fernando Camacho, que serviu nesta ilha no presídio espanhol, segundo informação oral que obtivemos. Na freguesia do Caniço, onde habitavam povoadores primitivos na Madeira, ainda abunda este apelido. A denominação Camacha, da freguesia assim chamada, e que se desmembrou do Caniço em 1679, faz presumir que aí tivesse existido algum antigo sesmeiro de apelido Camacho.

Camacho (Jacinto Augusto). Era filho do coronel Antonio Fernandes Camacho e nasceu no Funchal a 3 de Janeiro de 1815. Tendo emigrado com sua família para os Açores, a fim de fugir às perseguições dos miguelistas, alistou-se aí como cadete no batalhão de caçadores n.º 3 e acompanhou a expedição que desembarcou nas praias de Mindelo. Distinguiu-se em vários combates e fez parte das forças enviadas ao Algarve, sob o comando do Duque da Terceira. Possuía a medalha das campanhas da liberdade, a comenda de Aviz e o habito da conceição. Tendo sido promovido a alferes em 1832, alcançou o posto de general de brigada em 8 de Maio de 1877, vindo a falecer na cidade do Porto, a 7 de Junho de 1885.

Camacho (Januario Vicente). Este distinto madeirense nasceu no Funchal em 1792 e era filho do coronel de artilharia Antonio Fernandes Camacho e de D. Barbara Junqueiro Camacho.

Ordenado de presbítero em 1815, paroquiou em seguida nas freguesias da Serra de Água, Ribeira Brava e Santo Antonio, do Funchal. Conta-se, não sabemos com que fundamento, que sendo preterido no concurso em que entrara para a vigairaria de Santo Antonio, se queixara a D. João VI da injustiça que lhe fora feita, e que o rei, reconhecendo o direito que assistia ao queixoso, lhe perguntara se na Madeira não haveria outro lugar vago que lhe conviesse. Respondeu prontamente Januário Camacho: no Funchal só há vago o deado. Diz mais a anedota, pois como tal a tomamos, que D. João VI ignorando o que fosse o deado, dera logo o importante cargo de deão da Sé do Funchal a Januario Vicente Camacho.

O governo central apresentou o bispo na diocese de Castelo Branco, mas não foi confirmado pela Santa Sé, nem chegou a receber a sagração episcopal. Por decreto de 26 de Fevereiro de 1840 foi nomeado governador da diocese do Funchal e eleito vigário capitular a 27 de Março do mesmo ano, e mais tarde desempenhou igual cargo no bispado de Angra, intitulado-se nos documentos oficiais bispo eleito de Castelo Branco, e precedendo sempre o seu nome de Dom, que era de uso e direito adoptarem os prelados portugueses. Parece que não foi das mais exemplares a sua administração episcopal na diocese dos Açores.

Representou a Madeira em cortes na legislatura de 1848 a 1851, e anteriormente tinha sido várias vezes eleito deputado e senador substituto por este arquipélago. Em 1851 foi elevado ao pariato, cargo a que então não era fácil chegar, sem que no agraciado se reconhecessem méritos incontestáveis. Faleceu em Lisboa a 22 de Dezembro de 1872.

Camacho (João Inocencio). Era natural da freguesia da Ribeira Brava e faleceu no Funchal no ultimo quartel do século passado. Distinguiu-se como jornalista e foi o fundador e redactor principal do jornal religião e Progresso que se publicou nesta cidade no ano de 1879 e 1880.

Camacho (Jorge Perestrelo Velosa). Nasceu no Funchal a 23 de Maio de 1870 e era filho do coronel Augusto Maria Camacho e de D. Maria Iria Perestrelo Velosa Camacho. Seu avô e bisavô paternos foram oficiais distintos do nosso exército. Seu tio-avô D. Januario Vicente Camacho (V. este nome) foi bispo eleito de Castelo Branco, deputado pela Madeira e par do reino.

O seu nome adquiriu grande prestigio pela sua acção como militar na Africa. Tomou parte activa na campanha do Niassa contra o régulo Mataka e destacou-se notavelmente nas operações de Metauculo. Por estes serviços foi agraciado com o officialato da Torre e Espada. Era também cavaleiro da legião de Honra e possuía a Cruz do Mérito Militar Espanhol.

Em 1902 entrou nas operações do Barué e comandou a coluna militar de Macequece, o que lhe mereceu ser condecorado com a medalha de ouro de serviços relevantes no Ultramar. Tinha o posto de capitão de infantaria, quando foi demitido por se ter encorporado nas forças realistas que tentaram invadir Portugal, sendo então chefe do estado maior de Paiva Couceiro.

No Funchal exerceu os cargos de comissário de policia e administrador do concelho, tendo-se envolvido activamente nas lutas partidárias de então.

Como seu pai, dedicou-se a estudos genealogicos, sobre que escreveu vários artigos, e publicou um folheto acerca da organização militar do Ultramar.

Por ocasião do movimento monárquico do princípio do ano de 1919, foi Jorge Camacho preso em Beja e conduzido a Lisboa. Ao desembarcar na capital, e quando no meio duma força militar atravessava o Terreiro do Paço foi assassinado por um popular, no dia 7 de Fevereiro de 1919.

Câmara. É apelido de família muito antigo entre nós. O primeiro que o usou na Madeira foi João Gonçalves da Câmara, filho primogénito do descobridor e 21. capitão donatario do Funchal. No entretanto, pode afirmar-se que procede de João Gonçalves Zarco, embora talvez ele o não tivesse usado nunca. Baseia-se esta afirmativa na carta regia de 4 de Julho de 1460, que em mais dum logar chama ao descobridor da Madeira João Gonçalves de Câmara de Lobos, ao conferir-lhe o título de nobreza e ao conceder-lhe o respectivo brasão de armas. Este diploma de D. Afonso V, que é um documento interessante, foi pela primeira vez publicado a pag. 836 e seguintes das Saudades da Terra.

A origem deste apelido é geralmente atribuída pelos linhagistas madeirenses a um facto muito conhecido da descoberta da Madeira, e que Gaspar Frutuoso descreve nos seguintes termos: "...aqui se meteram com os bateis, e acharam tantos lobos marinhos, que era espanto; e não foi pequeno refresco e passa-tempo para a gente; porque mataram muitos delles, e tiveram na matança muito prazer e festa. Pelo que o capitão João Gonçalves deo nome a este remanso Câmara de Lobos, donde tomou o apellido, por ser a derradeira parte, que descobriu deste gyro e caminho que fez: e deste logar tomou suas armas que El-Rey lhe deo..." Já anteriormente tinha João de Barros, nas Decadas, dito com mais pormenores que "hua grande lapa ao modo de câmara abobodada, que se fazia debaixo de hua terra soberba sobre o mar, o chão da qual lapa estava muy soriado dos pés dos lobos marinhos que ali vinham retouçar: ao qual logar elle (Zarco) chamou Câmara de Lobos, e tomou este apellido em memória, que naquele logar foy a primeira entrada de sua povoação, o qual apellido ficou a todos os seus herdeiros".

O dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo transcreve nas Saudades da Terra um trabalho genealogico de José Freire Monterroio Mascarenhas, que se conserva inédito na Biblioteca Publica de Lisboa, e onde se encontram as palavras que em seguida trasladamos: Não ha fundamento para que se diga que o apellido de Câmara o tomaram seus descendentes, por causa da câmara de lobos marinhos, que João Gonçalves Zarco achou naquela ilha; pois isto não era acção digna de se perpetuar em memória e ficar em apellido...". Esta afirmação de Mascarenhas contraria em absoluto a origem que os nobiliarios e antigas crónicas deste arquipelago assinalam aquele apelido. Esta afirmação de Mascarenhas contraria em absoluto a origem que os nobiliários e antigas crónicas deste arquipelago assinalam àquele apelido. Está também em manifesta contradição com as indicações heráldicas do próprio brasão de armas, e ainda com as palavras da carta

regia acima citada. A maneira como aí se chama João Gonçalves de Câmara de Lobos ao descobridor da Madeira, dá-nos a conhecer que há nestas palavras uma evidente referência ao caso dos lobos marinhos encontrados no logar que depois teve o nome de Camara de Lobos. É certo que os feitos de João Gonçalves Zarco, como guerreiro em Ceuta e distinto navegador, e, mais que tudo ainda, o facto da descoberta da Madeira, forneceriam aos reis de armas e á heráldica do tempo elementos preciosos para um brasão de armas de mais elevada significação e de mais ostentosas prosápias avoengas para os descendentes de Zarco, mas também é indubitável que em assuntos desta natureza o capricho e a fantasia tomavam por vezes a melhor parte, deixando em plano muito secundário factos demoráveis e acções heróicas, que deveriam ser postas em brilhante e acentuado relevo.

Na mencionada carta regia de 4 de Julho de 1460, fixa-se a composição do brasão de armas de João Gonçalves Zarco pelas seguintes textuais palavras: “huu escudo preto & ao pee huua montanha berde sobre a quall estaa firmada & situada huua torre de prata amtre dous lobos d’ouro+. Gaspar Frutusso diz, porém, que D. João I deu a Zarco “por seu brasão de armas, em hum escudo de campo verde huma torre de omenagem, com uma cruz de ouro, mais rica que a da sepultura de Machim, no cimo, e com dois lobos marinhos encostados a ella, que parece que, querem trepar ao cume da torre, com seu paquife e folhagens vermelhas e verdes; e por timbre das armas hum lobo também marinho assentado em cima do paquife. O anotador das Saudades qualifica de inexacta esta informação de Frutuoso.

Parece que aquele primitivo brasão de armas sofreu posteriormente, algumas ligeiras modificações, e Henrique Henriques de Noronha, o mais distinto e acreditado genealogista, descreve-o da seguinte maneira: “Em campo verde uma torre de prata com ameias e coruchêu que se remata em uma cruz de ouro, e dois lobos de sua própria cor em pé rompendo contra a torre: timbre um dos lobos”.

Pelo que fica exposto, e em especial pela carta de Afonso V, se vê que o ramo genealogico dos Câmaras da Madeira teve por origem e tronco a João Gonçalves Zarco, e não se filia nas familias do mesmo apelido existentes no continente do reino. Da Madeira se passou aos Açores Rui Gonçalves da Câmara, segundo filho varão de João Gonçalves Zarco e 31. capitão donatario da ilha de S. Miguel que ali teve larga e ilustre descendência, e dele procedem os condes de Vila Franca e os marqueses da Ribeira Grande, e ainda outras distintas familias. Também no continente do reino há muitas casas nobres que procedem dos Camaras da Madeira.

João Gonçalves da Câmara, 2º. capitão-donatario do Funchal e sucessor de Zarco, ainda usou o apelido de Lobos, porque se afirma que fora ameaçado pelo monarca de ser privado da donataria se assim o não fizesse. É porém, certo que os seus sucessores usaram apenas o apelido de Câmara, caindo inteiramente em desuso o apelido de Lobos, que se encontra na carta de D. Afonso V.

É ocasião de notar o manifesto engano do rei de armas no desenho e composição do brasão dos Câmaras, pondo de cada lado da torre um lobo (lupus), quando devera ser uma foca ou lobo marinho, para deste modo perpetuar o facto a que o mesmo brasão se quere referir. Este engano nunca foi corrigido, e assim se transmitiu a toda a descendência de Zarco, que tem feito uso do mencionado brasão de armas.

Câmara (Alfredo Bettencourt da). Nasceu no Funchal a 21 de Abril de 1857, e foi por largos anos professor particular de instrução primaria. E.: Gramatica Portuguesa, em harmonia com a reforma ortografica ultimamente publicada. Funchal, 1912, de 240 pag. e Exercícios sobre a conjugação dos verbos regulares e irregulares..., 10. parte, Funchal, 1915, de 64 pag., 20. parte, Funchal, 1915, de 64 pag.. Faleceu no Funchal a 26 de Janeiro de 1921.

Câmara (Antonio Gonçalves da). Era bisneto do descobridor João Gonçalves Zarco e neto do 2º. capitão-donatario João Gonçalves da Câmara. Distinguiu-se muito em Africa pela sua bravura e ali prestou bons serviços á pátria. O que, porém, verdadeiramente o tornou conhecido, falando dele todas as antigas crónicas madeirenses, foi a maneira violenta e aparatosa como raptou Isabel de Abreu e os episódios e circunstancias sensacionais que então se deram, tornando esse rapto assunto fértil para os cronistas do tempo e ainda para outros escritores que dele se têm ocupado. Já a isso nos referimos com alguma largueza no artigo consagrado a Isabel de Abreu, para onde remetemos o leitor.

Antonio Gonçalves da Câmara, que era filho de Pedro Gonçalves da Câmara e de D. Joana de Eça, camareira-mor da rainha D. Catarina, exerceu vários cargos palatinos, e entre eles o de monteiro-mor do rei D. João I.

Câmara (Antonio Rodrigues da). Nasceu na Madeira e era filho natural de Rui Gonçalves da Câmara. Acompanhou seu pai para S. Miguel, quando este comprou a capitania daquela ilha. Distinguiu-se em Africa, e diz Antonio Cordeiro, na Historia Insulana, que era grande cavaleiro, citando a tal propósito um caso que teve grande voga na época em que se deu.

Câmara (D. José Manuel da). A 8 de Maio de 1800 foi nomeado governador e capitão general deste arquipelago e tomou posse deste cargo a 4 de Dezembro do mesmo ano. Dois importantes acontecimentos ocorreram durante o seu governo: a ocupação desta ilha por tropas britânicas (V. Ocupação ds Madeira por tropas inglesas) e a terrível inundaçãõ de 9 de Outubro de 1803 (V. Aluviões).

Teve lutas com o prelado D. Luiz Rodrigues de Vilares, desterrando-o para a freguesia do Santo da Serra (V. o artigo referente a este prelado). Entre as acusações feitas ao bispo, salienta-se a de que ele era pedreiro livre e tinha frequentes conciliábulos com vários membros das sociedades secretas. O prelado e o governador foram chamados a Lisboa sendo demitido D. José Manuel da Câmara e continuando D. Luiz Rodrigues de Vilares no exercício do seu ministério. Veio á Madeira syndicar dos actos do governador, o desembargador dr. Joaquim Antonio de Araujo.

Saiu da Madeira a 10 de Dezembro de 1803, tendo já chegado a esta ilha o seu sucessor Ascenso de Sequeira Freire.

Câmara (D. Marta Celina Sauvayre da). Pertence a uma nobre e distinta familia madeirense, e é filha de João Sauvayre da Camara e de D. Matilde Lucia de Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt, sendo neta da illustre escritora madeirense, Viscondessa das Nogueiras, e sobrinha do nosso distinto patricio Jacinto de Sant'Ana e Vasconcelos, 21. visconde do mesmo título, dos quais nos ocuparemos neste Elucidario. D. Marta Celina da Camara nasceu no Funchal a 1 de Setembro de 1857, recebendo uma esmerada educação, em boa parte ministrada por sua illustre avó, que era uma senhora de vasta erudição e que para uso de suas netas escreveu uma interessante e valiosa obra intitulada Diálogos entre uma avó e suas netas, que foi publicado em 1862. D. Maria Celina, depois de uma larga viagem que fez pela Europa e parte da Asia e da Africa, escreveu um livro que intitulo De Napoles a Jerusalem e que em

1889 foi publicado no Funchal, num volume de 196 paginas.
D. Maria Celina Sauvayre da Câmara faleceu em Portugal a 21 de Fevereiro de 1929.

Câmara (D. Mariana de Alencastre e). Também se chamou D. Mariana de Vasconcelos e Camara Alencastre, e era filha de Simão Gonçalves da Camara, 3º. conde da Calheta e 7º. capitão-donatario do Funchal. Tendo seu irmão João Gonçalves da Câmara, 8º. donatario, falecido sem descendência, sucedeu D. Mariana de Alencastre na casa do condado da Calheta, sendo considerada 9º. donataria do Funchal. Foi camareira da rainha D. Maria Francisca de Sabóia, e diz um antigo manuscrito que era acérrima em defender e amparar os naturais da ilha, tratando a todos com especial amor. Faleceu a 15 de Abril de 1689 (V. Alencastre e Calheta (Condes da)).

Câmara (Francisco Gonçalves da). Era filho natural do terceiro capitão-donatario do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara. Na ausência de seu sobrinho e quinto donatario desta ilha, Simão Gonçalves da Câmara, que a maior parte do tempo residiu na corte, governou Francisco Gonçalves da Camara a capitania, deixando o seu nome vinculado á fraca defesa e resistência que opôs ao ataque dos franceses a esta ilha no ano de 1566.

O autor das Saudades da Terra refere-se a ele nos seguintes encomiásticos termos: B*he homem mui ardiloso em todos os seus exercícios de guerra, mui temperado, de muita virtude, e pouco mimoso: foi criado em aspereza, fora das delicias de seus irmãos, pela qual rasão he soffredor de trabalhos, e mui esforçado cavalleiro, como mostrou na entrada dos francezes na cidade do Funchal, onde, servindo de Capitam Geral (como servia e agora serve), em ausência, e depois por falecimento de seu sobrinho ferio mui honrosamente o capitam francez Visconde de Pompador, na entrada da Fortaleza, onde mostrou ânimo de valeroso capitam; e por tal lhe deo el-rei o habito com certa tença, e que não pagasse por outo annos quinta e dizima de sua fazenda, que boa parte possuhe no termo do Funchal, de assucares e vinhos. Não compartilha da opinião de Gaspar Frutuoso o erudito anotador das Saudades, afirmando que Francisco Gonçalves da Câmara “a cujo cargo estava o governo da ilha da Madeira, ao revez de aggredir, nem sequer soube defendel-a dos aggressores: apenas houve, á entrada da cidade do Funchal e á porta da fortaleza de São Lourenço, conflito de desesperada defesa e alguns preclaros rasgos de valor individual, que resgataram o bom nome madeirense... “ Acrescenta ainda o mesmo anotador, que houve “prémios para o pusilânime

capitão Francisco Gonçalves da Câmara, o qual, no momento do perigo, foi refugiar-se entre as mulheres...” Francisco Gonçalves da Câmara foi proprietário da quinta, hoje chamada das Cruzes, e ali viveu “em huns paços grandes e sumptuosos“, no dizer de Frutuoso.

Câmara (Jaime Sanches). Nasceu no Funchal a 13 de Março de 1881, sendo filho de José Antonio da Câmara e de D. Helena Celisa Gomes Câmara. É ajudante do conservador do registo predial da comarca do Funchal e tem larga colaboração em verso em vários periódicos. Foi durante alguns anos um dos directores do Almanach de Lembranças Madeirense, e publicou os seguintes livros: Poema Antigo, Lisboa, 1907, de 235 pag., Satyra, o funeral do Cyriaco, Funchal, 1910, de 15 pag., O Rufo, Lisboa, 1914, de 16 pag., Junia, Lisboa, 1918, de 22 pag., Fructos, 1920, Carta em prosa, 1921, Auto de Villões, 1927.

Câmara (João Gonçalves da). Quando João Gonçalves Zarco, logo após a descoberta da Madeira, veio fixar residência nesta ilha, trouxe como membros de sua família a D. Constança Rodrigues de Almeida, sua mulher, a João Gonçalves da Camara, seu filho primogénito e a sua filha D. Helena Gonçalves da Camara, ambos ainda de tenra idade.

Tendo o descobridor e 11. capitão-donatario morrido por 1467, sucedeu-lhe na capitania do Funchal seu filho João Gonçalves da Camara, que deve ter nascido em 1414, pois afirma Frutuoso que morreu em 1501 com 87 anos de idade. Ainda em vida de seu pai combateu valorosamente em Africa, encontrando-se no cerco de Arzila, quando esta praça de Marrocos foi tomada por D. Afonso V. Outras vezes ali foi em auxilio das nossas fortalezas ameaçadas por ataques dos mouros, prestando relevantes serviços e dando sempre provas de esforçado valor. Notavelmente se distinguiu com seu irmão Rui Gonçalves da Câmara na defesa de Ceuta, estando esta cercada e em perigo de cair em poder dos sitiantes. Organizando-se uma expedição para socorrer a praça de Larache, á frente da qual iria D. João II, armou João Gonçalves da Câmara, á sua custa uma frota nesta ilha, que foi ao Algarve juntar-se ao grosso do exército, sendo o segundo capitão donatario do Funchal ali recebido pelo monarca com testemunhos de tão particular estima e apreço, que até quis, diz um antigo cronista, “que á meza lhe deitasse água ás mãos, o que na época constituía uma das provas de mais elevada consideração dispensada a um vassalo“.

Pouco depois de assumir o governo da sua capitania, estando o nosso país em guerra com a Espanha, foi a Madeira atacada por uma frota espanhola composta de bastantes navios e que trazia a seu bordo muita gente armada, mas a pesar dos escassos meios de defesa de que dispunha, desenvolveu João Gonçalves tamanha actividade e deu exemplos de tão extraordinário valor, que conseguiu pôr em fuga os castelhanos, indo estes atacar a ilha do Porto Santo, de que se assenhorearam sem a menor resistência por parte dos seus habitantes. O capitão donatario foi ao Porto Santo desalojar os espanhóis, que sofreram perdas consideráveis, recolhendo-se rapidamente aos navios e procurando numa fuga precipitada escapar á perseguição das forças idas da Madeira.

Ocupou-se desveladamente João Gonçalves da Câmara dos progressos e prosperidade da sua donataria, e em especial da sua capital, que elevada a vila nos últimos tempos do governo de seu pai ou já no período da sua administração, foi adquirindo rápida importância e desenvolvimento e se tornou em breve um centro notável de commercio, atraindo um numero considerável de estrangeiros, que a fama da sua riqueza comercial e agrícola chamava á nascente vila do Funchal.

O apelido Câmara, de que usou o segundo donatario, provem do conhecido facto de ter o descobridor da Madeira encontrado, no litoral da que depois foi povoação e freguesia de Câmara de Lobos, uma gruta de lobos marinhos, que deram o nome ao logar e que notavelmente assinalaram a primeira viagem de exploração feita por Zarco ao longo da costa sul da ilha. Em 1460 concedeu D. Afonso V o seguinte brasão de armas a João Gonçalves da Camara: em campo verde uma torre de prata com duas ameias e coruchéu, que se remata em uma cruz de ouro, e dois lobos de sua própria cor em pé rompendo contra a torre, tendo como timbre um dos lobos. O segundo capitão donatario ficou-se então chamando João Gonçalves de Câmara de Lobos, apelido de que também deveriam usar os seus sucessores, mas “este aditamento dos Lobos no appellido, segundo lemos num antigo manuscrito, se foi deixando com o tempo e veio a ficar só no de Câmara”.

Constituiu uma grande casa, e a tal respeito lemos algures “que foi cousa admirável entre as grandesas deste faustoso homem, que havendo gasto grandes quantias em serviço de El-Rei nos presídios de Africa, consigo, com seus filhos e com os grandes socorros que lá enviara, com os casamentos de seus filhos e filhas com continuas jornadas á corte, com a fundação do mosteiro e outras obras, se achasse por sua morte em bens livres vinte e dois mil e setecentos cruzados, sete contos e quatrocentos mil reis em bens de raiz e dois contos em bens moveis... “ , o que tudo representava, há quatro séculos, uma fortuna considerável.

Este segundo donatario do Funchal foi o fundador do convento de Santa Clara, começado a construir em 1492 e que ficou adjunto á igreja da Conceição de Cima, depois chamada de Santa Clara, mandada edificar pelo descobridor João Gonçalves Zarco, para seu jazigo e de seus descendentes. Referindo-se á construção do convento, encontramos em um antigo manuscrito, publicado há poucos anos no Heraldo da Madeira, “que a obra se ordenou de sorte que a sepultura de Zargo ficou no meio da Capela-Mór, com um túmulo de pedra em cima tão alto, que singularmente a faz venerável e respeitosa”.

Foi também no centro da capela e junto dos degraus do altar-mor, que em Março de 1919 se descobriu a sepultura do segundo capitão-donatario João Gonçalves da Câmara, em cuja pedra sepulcral de mármore escuro se lê no centro este breve epitáfio: Sepultura de João Gonçalves da Camara, segundo capitão desta Ilha.

Morreu na então vila do Funchal, a 26 de Março de 1501.

Câmara (João Gonçalves da). É o 4º. capitão donatario do Funchal. Nasceu nesta cidade no ano de 1489 e era filho do terceiro donatario Simão Gonçalves da Câmara e de sua primeira mulher D. Joana Valente Castelo Branco. Como seus pais e avós, distinguiu-se notavelmente João Gonçalves da Câmara nas nossas campanhas de Marrocos, em que tão grande numero de madeirenses assinalaram o seu valor e coragem, e contribuíram, como talvez nenhuns outros portugueses, para o alargamento do nosso domínio colonial do norte da Africa. Ainda em vida de seu pai, foi várias vezes á Africa, onde sempre deu provas da sua valentia, merecendo uma referência especial os socorros que prestou á expedição comandada por D. Jaime, duque de Bragança, e que por ordem do rei D. Manuel, se destinava á tomada de Azamor. “E quando no Tejo, diz um antigo manuscrito, se aparelhavam quatrocentas velas para esta expedição, entrou pela barra dentro João Gonçalves da Câmara, enviado de seu pai para se achar nela com 800 homens, 200 de cavalo e 600 de pé, em vinte um navios, e porque em Lisboa se lhe juntaram muitos criados e parentes para o acompanhar El-Rei, que o tinha recebido com grande alvoroço e estimação, lhe mandou dar mais duas naus e quatro caravelas, com que fez vinte e sete embarcações de gente á sua custa. Tomada a praça, em que João Gonçalves da Câmara e os fidalgos madeirenses Gaspar e Francisco Bettencourt, Pedro Gonçalves de Barros, Diogo de Barros e outros, praticaram prodígios de valor, permaneceu ainda o 4º. capitão donatario do Funchal em Africa durante algum tempo, combatendo os mouros e prestando a D.

João de Meneses, comandante de Azamor, os mais relevantes e assinalados serviços. No ano seguinte de 1514, voltou João Gonçalves novamente á Africa com algumas centenas de homens, em que novamente deu provas do seu valor e auxiliou com importantes socorros as investidas e correrias que os nossos intentaram contra os mouros de Marrocos. Além dos grandes serviços que pessoalmente prestou nos nossos combates de Africa, mandou ali outros socorros, como o que enviou á praça de Mazagão, em dois navios comandados por Luiz de Noronha, com gente de guerra, viveres e munições, tudo preparado e mantido á sua custa.

Tendo o 3.º capitão-donatario do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara, renunciado em 1528 o governo da sua capitania, retirando-se para o logar de Matosinhos, onde morreu, assumiu seu filho João Gonçalves da Câmara a administração dela, que governou por intermédio do seu ouvidor e representante Francisco Jorge, havendo em 1530, por morte de seu pai, tomado então pessoalmente o governo da donataria, que apenas administrou no curto período de seis anos.

João Gonçalves da Câmara casou com D. Leonor de Vilhena, filha do conde de Tarouca D. João de Meneses, e deste consórcio nasceram Simão Gonçalves da Câmara, que sucedeu na donataria do Funchal, o padre Luiz Gonçalves da Câmara, o celebre aio do rei D. Sebastião, e Martim Gonçalves da Câmara, ministro do mesmo rei e que teve uma tão grande preponderância nos negócios do estado. De cada um deles nos ocupamos neste Elucidario.

“Foi o capitão João Gonçalves da Câmara, diz o já citado manuscrito, homem de sincera condição, benigno, afável, caritativo e muito virtuoso, e por isso muito amado de todo o povo: que logrou pouco a suavidade do seu governo, porque Deus o levou em idade de 47 anos, correndo o ano de 1536, e morreu, segundo se entendeu, do mal da peste, que então andava mais acesa na ilha.

Como dizemos noutro logar, encontraram-se há pouco na capela-mor da igreja de Santa Clara duas lápides sepulcrais, tendo a que se acha no meio da capela o epitáfio do 2.º capitão-donatário do Funchal, e a do lado da epistola duas inscrições tumulares, respeitantes ao 3.º e 5.º donatarios, vendo-se entre elas umas linhas aspidas e com as letras completamente inelegíveis. É para causar bastante estranheza que tendo o 4.º capitão donatario morrido no Funchal e sido sepultado na igreja de Santa Clara, que era o jazigo dos capitães donatarios, não se encontre ali a pedra que devia cobrir a sua sepultura ou não se leia o seu epitáfio nas lages tumulares de seu pai e avô.

Câmara (João Gonçalves da). O 6º. capitão-donatario do Funchal, João Gonçalves da Câmara, nasceu em Lisboa no ano de 1541, e era filho do 5º. donatario Simão Gonçalves da Câmara e de D. Isabel de Mendonça. Veio para a Madeira em companhia de seus pais, tendo apenas um ano de idade e regressou ao reino aos catorze anos, para voltar de novo a esta ilha em 1566 e logo partir para o continente, donde não mais voltou e onde morreu no ano de 1580.

Quando em 1566 os corsários franceses assaltaram esta ilha e causaram aqui a terrível pilhagem e carnificina de que falam com tanto horror as crónicas madeirenses (V. Saque dos franceses), enviou o governo da metrópole uma esquadra á Madeira para castigar os piratas, que chegou ao Funchal poucos dias depois daqueles terem partido com os seus navios abarrotando das melhores preciosidades que encontraram na cidade. Na esquadra vinha João Gonçalves da Câmara, no comando dum navio, sem ter podido castigar os danos causados na sua capitania pelo saque dos corsários. Na primeira jornada que D. Sebastião fez a Africa, foi João Gonçalves um dos fidalgos que mais de perto o acompanharam *com muitas tendas, cavalos e criados, e gastou nisso muito de seu, desejando que se offerecesse ocasião em que mostrasse o esforço da sua pessoa+, segundo afirma um cronista seu contemporâneo.

João Gonçalves da Câmara não chegou a assumir pessoal e directamente o governo da sua capitania, porque se encontrava em Lisboa, quando seu pai morreu na Madeira a 4 de Março de 1580, e faleceu três meses depois em Almeirim, sem ter regressado a esta ilha. Tinha nomeado seu logar tenente e representante neste arquipelago a seu tio Rui Dias da Camara, filho do 5º. capitão-donatario Simão Gonçalves da Camara.

João Gonçalves da Camara foi o ultimo capitão-donatario do Funchal. Embora os seus sucessores conservassem as honrarias do cargo e continuassem a receber os avultados rendimentos dos privilégios e regalias que usufruíam nesta ilha, deixaram de ter interferência directa, na maior parte dos negócios de administração publica, pois que o domínio castelhano, com a nomeação dos governadores gerais, reduziu a proporções muito limitada a jurisdição e atribuições dos donatarios. É certo que estes, ainda por algum tempo, continuaram a nomear os seus ouvidores, cuja acção não ia muito além da arrecadação das rendas, que eram consideráveis. Além doutras, compreendiam elas os direitos sobre agua e vento, tendo-as o rei D. Sebastião confirmado em 1576, dizendo um antigo manuscrito que só o privilegio do exclusivo dos moinhos, tornava a casa dos donatarios do Funchal uma das melhores do reino.

Não sabemos se Rui Dias da Câmara, ou outro representante do 6º. donatario João Gonçalves, teria continuado no governo da capitania depois da morte deste, ocorrida a 4 de Junho de 1580, até que em 1582 o governador geral João Leitão, nomeado por Filipe II assumiu o govêrno e a administração de todo o arquipelago. É verdadeiramente a partir desta época que o poder dos donatarios se limita a proporções quasi honoríficas, que o despotismo filipino foi cerceando cada vez mais, até o ponto de o anular por completo.

Câmara (João Gonçalves da). Nasceu em Portugal e era filho de Simão Gonçalves da Camara (V. este nome), 3º. conde da Calheta, e de D. Maria de Vasconcelos. Foi João Gonçalves da Câmara o 4º. conde da Calheta e é considerado o 8º. capitão-donatario do Funchal, tendo-lhe sido confirmada a posse da capitania em 29 de Julho de 1623.

Câmara (João Rodrigues da). No vol. 11. da Historia Insulana, edição de 1866, pag. 227 e seguintes, faz Antonio Cordeiro larga referência a João Rodrigues da Camara, filho primogénito de Rui Gonçalves da Camara, 31. capitao-donatario da ilha de S. Miguel. Nasceu João Rodrigues na Madeira e acompanhou seu pai para S. Miguel, sendo o 4º. capitão desta ilha, em cuja donataria sucedeu a Rui Gonçalves da Câmara.

Câmara (Jorge da). Era conhecido pelo nome do Poeta, mas ignorámos se cultivava a poesia. Foi nomeado governador geral deste arquipelago a 18 de Janeiro de 1614 e tomou posse deste logar a 17 de Dezembro do mesmo ano.

Câmara (José Bettencourt da). Nasceu a 19 de Abril de 1844 na Quinta do Descanso, á freguesia de Santa Luzia, pertencente a seu avo paterno, o morgado Tristão Joaquim Bettencourt da Camara, e faleceu na freguesia de Camara de Lobos, a 19 de Outubro de 1875, quando vinha em viagem do Estreito da Calheta para esta cidade, tendo apenas 31 anos de idade. Teve uma valiosa colaboração em

vários jornais, revelando notável aptidão para as letras. Dedicou-se em especial a estudos genealogicos e heráldicas, conhecendo largamente as linhagens das antigas familias madeirenses. Pertencem-lhe algumas das notas das Saudades da Terra, que se ocupam de assuntos genealogicos. Sôbre esta matéria preparava um trabalho valioso, que não chegou a concluir.

Câmara (Luiz de Vasconcelos e). Luiz de Vasconcelos Câmara e Sousa foi 31. conde de Castelo Melhor e 61. conde da Calheta. Era filho de D. Mariana de Alencastre e Câmara, considerada a 9º. donatária do Funchal, e que casara com João Rodrigues de Vasconcelos, 2º. conde de Castelo Melhor. Luiz de Vasconcelos deve ser considerado o 10. capitão-donatario do Funchal.

Câmara (Martim Gonçalves da). Era filho de João Gonçalves da Câmara, 4º. capitão-donatario do Funchal, e de D. Leonor de Vilhena e irmão do padre Luiz Gonçalves da Câmara, de quem nos ocupamos neste Elucidario. Deve ter nascido no princípio do segundo quartel do século XVI. Nada sabemos dos primeiros tempos da sua existencia, pois é já na idade aproximada dos quarenta anos que temos conhecimento dum dos primeiros actos da sua vida publica, com a sua nomeação para reitor da Universidade de Coimbra.

Foi o madeirense que maior influencia e prestigio chegou a ter nas esferas da governação publica e foi tambem um dos homens que no nosso país gozou de mais amplos poderes e conseguiu alcançar um mais absoluto ascendente sobre o espirito do monarca. Já alguém afirmou que, afora o Marquês de Pombal, talvez nenhum outro homem publico tivesse ainda desfrutado entre nós tão absoluta e despoticamente da sua influencia junto do rei, na sua qualidade de ministro, como Martim Gonçalves da Camara.

Os historiadores são quasi unânimes em afirmar que ele abusou do poder e do prestigio que tinha sôbre o espirito irrequieto e versátil de D. Sebastião. Pinheiro Chagas, que dele se ocupa com largueza no vol. 41. da sua Historia de Portugal, descreve-o como um homem em extremo orgulhoso e despótico e põe em relevo a sua acção nefasto em muitas questões de administração publica.

Era no entretanto um espirito de alta envergadura intelectual, que soube impor-se á admiração dos seus contemporâneos. Exerceu os mais elevados cargos, e entre eles os de reitor da Universidade, presidente da

Mesa da Consciência e do Desembarco, vedor da justiça e ainda outros.

O logar que lhe alcançou grande prestígio e influencia foi o de escrivão da puridade, que era então o cargo de mais alta responsabilidade na governação do estado. Caindo no desagrado de D. Sebastião, recolheu-se á casa da Companhia de Jesus de S. Roque, em Lisboa, e ali terminou a sua existencia. Era clérigo secular e doutor em teologia pela Universidade de Coimbra.

Camara (Padre Luiz Gonçalves da). É este madeirense o conhecido e célebre aio do rei D. Sebastião, cujas qualidades de character, e, de modo particular, o ascendente que exerceu sôbre o espirito do jovem monarca, tão diversamente têm sido apreciados pelos nossos críticos e historiadores. Os inimigos da Companhia de Jesus, de que ele foi um dos mais ilustres membros, apresentam-no como um ambicioso sem escrúpulos, que só pensava no engrandecimento da sua ordem, e accusam-no de ter procurado desenvolver as tendências exageradamente aventureiras do seu discípulo, que tiveram como triste epilogo a perda da nacionalidade portuguesa. Outros há, e entre eles o insuspeito Manuel Bento de Sousa, que têm opinião inteiramente contraria a essa, não attribuindo ás influencias do padre Luiz Gonçalves da Câmara a responsabilidade das arriscadas empresas a que D. Sebastião se aventurou. Diz o autor citado: “o padre Luis Gonçalves da Camara, foi um bom. Os seus olhares eram para o céu, os seus pensamentos para Deus, as suas inclinações para a virtude. Era um crente, um santo, um místico. Nos cargos superiores da Companhia, governava os padres pela paz e tudo dirigia pela brandura, comovendo pelo sincero desapego deste mundo. Reitor do collegio de Coimbra, só tinha para os seus subordinados a mansidão, e baixado, por disciplina ou por experiência, de reitor a cosinheiro da casa, sofreu a mudança com a mais angelical paciência. Nas terras da mourama sacrificou á consolação dos captivos o tempo, o descanso e a saúde. Viveu nas masmorras, e foi adorado pelos prisioneiros, que se prostravam na sua passagem, beijando-lhe o hábito, e pedindo com encarecimento o refrigerio da sua presença. No paço não provocou uma queixa, não requereu um beneficio, não empregou um parente, e embora se diga que foi elle o introdutor de seu irmão Martim, e talvez o fosse, é certo que não deixou uma só prova de ser solidário com este nas ambições e desmandos do governo. A sua isenção foi até ao ponto de não querer comer nem dormir no palácio, sendo necessário que a rainha a isso o obrigasse...”

Luiz Gonçalves da Câmara nasceu nesta ilha no ano de 1518 e era filho de João Gonçalves da Câmara, 4º.

capitão donatário do Funchal, e de D. Leonor de Vilhena, filha do conde de Tarouca. Em ano que não podemos agora determinar, foi matricular-se na universidade de Paris, que era então um centro muito importante do movimento intelectual da Europa e que de todos os países atraía um numero considerável de estudantes aos seus afamados cursos, que tinham nessa época uma reputação universal. Luiz da Camara revelou-se ali um estudante de extraordinário talento, não só no estudo das línguas latina, grega e hebraica, mas também nos cursos de filosofia e teologia, em que notavelmente se distinguiu. (quando D. João III fez a retoma da universidade de Coimbra e mandou vir de França vários professores para o nosso ensino universitário, foi o padre Luiz Gonçalves da Camara, um dos escolhidos para fazer parte do corpo docente do nosso primeiro estabelecimento científico e ali regeu varias cadeiras.

Resolveu abraçar o instituto da Companhia de Jesus, e nesta ordem exerceu elevados cargos. Tendo pessoalmente conhecido em Paris o fundador da Companhia, com quem depois estreitou relações da mais íntima amizade, foi em Coimbra, quando ali professava o magistério universitário, que entrou na congregação dos jesuítas e nela professou a 2 de Abril de 1546. No ano seguinte era nomeado reitor do Colégio de Coimbra, e três anos depois seguiu para Roma a tratar de negocio da sua ordem. Foi ali que, no convívio com Inacio de Loiola e outros personagens importantes, adquiriu grande prestígio e pôs em relêvo os seus raros dotes de inteligência. Na capital do orbe católico, escolheram-no para superior da casa professo dos jesuítas e visitador da ordem em Portugal e Espanha.

Regressando á patria foi nomeado confessor do príncipe D. João, pai de D. Sebastião, e depois preceptor deste monarca, em cujo cargo se conservou alguns anos. A propósito, diz o autor já citado: “As suas qualidades de sacerdote virtuoso foram em tempo de D. Sebastião as mesmas que todos lhe haviam reconhecido, quando antes o tinham já procurado para confessor de D. João III, violentando-lhe os desejos, que só eram os de viver no retiro de sua cela. O seu discípulo afeiçoou-se-lhe tanto, que o perdel-o foi a maior dor da sua vida. Esse rei sem affectos, que a ninguém estimou neste mundo com sinceridade de coração, só por duas pessoas chorouBpelo padre Câmara e por D. Alvaro de Castro... Grandes devem ter sido os dotes do mestre para esta sedução toda moral, que nem sequer tinha para a favorecer os dotes physicos, que tanto ajudam. O padre Camara era feissimo, tartamudo e cego dum olho“. Foi de certo por isso que Pinheiro Chagas afirma que ele só se impôs pelo poder da inteligência. A afeição, porém, que inspirou ao seu régio pupilo, aos seus subordinados em Coimbra e aos cativos de Marrocos, não podem caso algum impor-se apenas pela força da inteligência.

É corrente o afirmar-se em obras históricas, incluindo os trabalhos de Pinheiro Chagas, que Luiz Gonçalves da Camara exerceu uma acção nefasta sobre o espírito de D. Sebastião, o que Manuel Bento de Sousa contradiz nos seguintes termos: “foi o grande Marquês de Pombal... que no seu libello contra os jesuitas, acumulou quantas culpas a imaginação podia inventar..., foi elle quem deu mais curso a tal inexactidão, fazendo do Padre Câmara um corruptor do moço rei, por interesses da ordem”.

O padre Luiz Gonçalves da Câmara morreu em Lisboa a 15 de Março de 1575, tendo 57 anos de idade.

Câmara (Paulo Perestrelo da). Nasceu no Funchal no ano de 1810 e morreu na cidade do Rio de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1854. Poucos dados possuímos para a sua biografia, e apenas sabemos pelo testemunho de Inocencio, que durante anos tratou pessoalmente com Perestrelo da Camara, que viveu muito tempo em Lisboa e que em 1841 embarcou para o Brasil, donde regressou em 1853, e depois de curta demora na Europa voltou de novo ao Rio de Janeiro e ali faleceu decorridos poucos meses.

Dedicou-se á carreira das letras, e, como nota o dr. Alvaro de Azevedo, “escreveu não pouco, mas com precipitação e talvez de memoria; por isso nas suas obras a forma é descurada e frequentes as inexactidões. O autor do Diccionario Bibliographico Portuguez, em muitos logares da sua obra, aponta muitos erros e deficiencias que se encontram nos escritos de Perestrelo da Camara, especialmente no Diccionario geographico, historico, politico, etc. que seria um trabalho muito util, se na sua redacção tivesse havido mais diligência e mais cuidado no estudo dos assuntos que ali são tratados.

No entretanto, não se pode negar a Paulo Perestrelo da Camara talento, illustração, faculdades de trabalho e uma manifesta aptidão para as lides literarias. Entre as obras que publicou, contam-se as seguintes: Descrição Geral de Lisboa... Lisboa 1839, de IV-190 pag.; Breve Noticia sobre a Ilha da Madeira, Lisboa, 1841, de 136 pag.; Novo tratado de arithmetica comercial..., Rio de Janeiro, 1846, de VI-324 pag.; Collecção de proverbios, adagios, anexins, sentenças moraes e idiotismos da lingua portugueza, Rio de Janeiro, 1848, de VI-288 pag.; Grammatica das grammaticas da lingua Portuguêza, Rio de Janeiro; Diccionario geographico, historico, politico..., Rio de Janeiro, 1850, tomos I e II, de 495 e 612 pag.; e ainda outros.

Camara (Rui Gonçalves da). Parece ter sido o primeiro dos filhos de João Gonçalves Zarco

nascido na Madeira, e foi o segundo filho varão do ilustre descobridor deste arquipélago. Deve ter nascido nos fins do primeiro ou nos princípios do segundo quartel do século XV. É portanto o mais antigo de todos os madeirenses que deixaram o seu nome aureolado nas crônicas desta ilha. Rui Gonçalves da Câmara acompanhou seu irmão João Gonçalves, o 2º. donatário do Funchal, à África e ali se distinguiu notavelmente como esforçado cavaleiro nas diversas refregas e recontros em que entrou. Acompanhando os infantes D. Henrique e D. Fernando nos cercos de Arzila e Tanger, deu igualmente provas da sua valentia, tornando-se muito conhecido pelos muitos actos de bravura e coragem que praticou.

Rui Gonçalves da Câmara teve uma das maiores, senão a maior propriedade desta ilha, a Lombada da Ponta do Sol (V. este nome), que ia do mar à serra e se estendia da Ribeira da Caixa até à Ponta do Sol. Em 1473 aforou esta propriedade a João Esmeraldo por seiscentos mil réis em dinheiro e o fôro perpetuo de cento e cinquenta mil réis anuais.

João Soares de Albergaria, 2º capitão-donatário da ilha de S. Miguel, acompanhou à Madeira sua mulher, que aqui morreu, e, diz o padre Antonio Cordeiro, querendo agradecer a João Gonçalves Zarco e a seu filho Rui Gonçalves da Câmara a grande hospedagem que lhe fizeram, resolveu vender a sua donataria a Rui Gonçalves, e por preço tão barato, acrescenta Frutuoso, que a cedeu por “oitocentos mil réis em dinheiro e quatro mil arrobas de assucar”.

Parece que a venda da Lombada se destinava à compra da capitania de S. Miguel, onde Rui Gonçalves da Câmara fixou residência no ano de 1474.

Rui Gonçalves, diz o autor da Historia Insulana, “era homem alto e grosso do corpo, discreto porém, e mui solícito em fazer povoar e cuidar a terra, ao que pessoalmente sahia visitando-a... e repartiu a maior parte das terras com o pacto ou titulo de sesmaria”, Depois de vinte e dois anos de governo da sua donataria, fêz testamento em 1497, nomeando seu sucessor a seu filho natural João Gonçalves da Câmara. Morreu pouco tempo depois e foi sepultado na igreja matriz de Vila Franca.

Rui Gonçalves da Câmara casou na Madeira com D. Maria de Bettencourt, instituidora do morgadio de Agua de Mel (V. Nossa Senhora do Amparo), de quem não teve descendencia. Levou para São Miguel três filhos naturais que tivera na Madeira, sendo o mais velho e sucessor da donataria o tronco das famílias dos condes de Vila Franca e dos condes e marqueses da Ribeira Grande.

Camara (Rui Gonçalves da). Foi um dos nossos mais distintos soldados que militaram na Índia. As crônicas que se ocupam das nossas lutas no oriente, referem-se a ele com o mais alevantado elogio. Foi capitão da praça de Ormuz e distinguiu-se notavelmente na tomada de Cahul. Gaspar Frutuoso narra nas Saudades da Terra, alguns dos seus mais notáveis feitos de armas.

Este Rui Gonçalves da Camara, que não deve confundir-se com o filho de João Gonçalves Zarco e capitão-donatario da ilha de S. Miguel, era filho de João Gonçalves da Camara, 41. donatario do Funchal, e irmão do padre Luiz Gonçalves da Camara e de Martim Gonçalves da Camara.

Camara (Simão Gonçalves da). Simão Gonçalves da Camara, 3º. capitão-donatario do Funchal, nasceu na antiga vila do mesmo nome e era filho do segundo donatario João Gonçalves da Camara e de Maria de Noronha, e neto do ilustre descobridor da Madeira. Sendo filho segundo e tomando o apelido materno, era conhecido pelo nome de Simão de Noronha, que mudou para Simão Gonçalves da Camara quando assumiu o govêrno da capitania, sob pena de a perder, segundo a expressa determinação do monarca. Nos nobiliarios e antigas crônicas madeirenses, é comumente chamado Simão Gonçalves da Camara, o Magnifico, pela sua liberalidade, vida faustosa e generosidade com que galardoava os serviços que lhe prestavam.

A exemplo de seu pai e avô, deu provas do mais estremo valor e coragem nas nossas aturadas campanhas de Marrocos, e foi por certo o madeirense que mais notavelmente se distinguiu nos frequentes e encarniçados recontros com os mouros. A sua acção não se limitava a incorporar-se nas expedições e a tomar parte activa nos combates e refregas, mas armando muitos navios, reunindo numerosa gente armada de pé e de cavalo, enviando abundantes petrechos de guerra, viveres e outros socorros, tudo á sua custa, contribuiu, como talvez nenhum outro vassalo de então, para manter o prestigio do nome português em Africa.

Merecem especial referencia algumas das acções em que se notabilizou pela sua bravura e genio guerreiro e os socorros que prontamente prestou a varias praças africanas, que se encontravam em perigo de cair em

poder dos mouros. Foi no desempenho destes assinalados serviços que nove vezes esteve no norte de Africa, sempre com o maior desinteresse e abnegação, sem querer nem exigir qualquer mercê ou recompensa, como era tão usual naquelas épocas. D. João II e D. Manuel, diz Pinho Leal, lhe deveram em grande parte a conservação das praças portuguesas em Africa.

Ainda em vida de seu pai, encontrando-se no reino, pediu-lhe D. João II que socorresse a praça de Arzila, acudindo prontamente com um troço de trezentos homens armados, equipados e sustentados á sua custa durante os seis meses que permaneceram em Africa. Outro importante socorro foi o que prestou a Diogo de Azambuja, governador de Safim, quando, depois de ter tomado esta praça, se viu em iminente risco de a perder. Recorrendo a Simão Gonçalves, logo este dentro de três dias lhe enviou trezentos homens armados e pouco depois foi pessoalmente, á frente de outros novecentos, aos quais manteve e sustentou nos três meses que ali se demoraram. Foi também consideravel o auxilio que prestou na tomada de Azamor. Para esta grande expedição que teve como comandante D. Jaime, duque de Bragança, enviou Simão Gonçalves o seu filho João Gonçalves da Camara com 600 homens de pé e 200 de cavalo, contando-se entre estes um numero crescido de fidalgos madeirenses, que foram dos que mais se distinguiram na celebrada accção da tomada de Azamor.

Longe iriamos, se nos quisessemos referir detalhadamente aos diversos combates em que Simão Gonçalves da Camara entrou nos campos de Marrocos, com grandes feitos de bravura e heroismo que ali praticou. Frutuoso e varios outros cronistas, contam minuciosamente algumas dessas acções gloriosas. Apenas diremos que em Safim, Azamor, Arzila, Castelo Real, Cabo de Gué, Mazagão, Ceuta e Tanger, mostrou sempre denodadamente o valor do seu braço e a coragem inquebrantavel de seu animo.

Entre as manifestações de fausto e grandeza que esmaltaram a vida ostentosa de Simão Gonçalves, destaca-se, não tanto pelo seu valor intrínseco, como principalmente pela sua particular originalidade, o presente que fêz ao Papa Leão X. Este illustre pontifice, que deu o nome ao seu seculo, teve como secretario particular o bispo D. Manuel de Noronha, filho de Simão Gonçalves da Camara, que em Roma gozou de grande prestigio e influencia. A oferta podia considerar-se como uma embaixada, e foi apresentada ao pontifice por D. Manuel de Noronha. O embaixador ou portador do presente foi um fidalgo madeirense por nome João de Leiria, que ia acompanhado pelo conego da Sé do Funchal Vicente Martins, o qual sendo profundo conhecedor da lingua latina, proferiu uma brilhante oração nessa lingua, na presença do grande pontifice. Outros individuos, e muitos criados vestindo trajas á portuguesa de veludo preto, faziam parte desta

singular comitiva.

A oferta, além de um cavalo pérsico de grande preço, de “muitos mimos e brincos da ilha” e de outros objectos, era principalmente constituída pelo Sacro Colegio, todo feito de alfenim e em tamanho natural, o que causou na capital do orbe catolico a mais extraordinaria admiração. Não podemos averiguar agora com inteira exactidão o numero de cardiais de que então se compunha o Sacro Colegio, que presentemente e desde os fins do seculo XVI é de 72. No tempo da embaixada de Simão Gonçalves, que se realizou no primeiro quartel do mesmo seculo, não devia ser muito interior àquele numero. A industria do açúcar tinha então atingido entre nós um grandissimo desenvolvimento e parece também que uma notavel e rara perfeição, o que permitiu a Simão Gonçalves o fabrico de tão numerosas e esbeltas figuras, que, dizem as crónicas, não sofreram o menor dano e chegaram “sem quebrar até dentro de Roma”.

Foi no govêrno deste terceiro capitão-donatario que a Madeira atingiu um elevado grau de prosperidade, tornando-se um notavel emporio comercial e agricola, atraindo aqui muitos forasteiros, que em avultado numero fixaram residencia nesta ilha e nela constituíram familia e se enriqueceram. A importancia e desenvolvimento da então vila do Funchal, fizeram-na elevar á categoria de cidade, privilegio que lhe foi concedido pelo alvará régio de 17 de Agosto de 1508, sendo também criada a diocese em 1514, pela bula de 12 de Junho do mesmo ano.

Foi nesta época que o rei D. Manuel mandou construir o magnifico templo da Sé, hoje monumento nacional, e ao qual ofereceu a preciosa cruz que nele ainda se conserva, e também, por mandado do mesmo monarca, se levantou o edificio da nossa alfandega, que no seu pavimento inferior ostenta as linhas características da arquitectura manuelina.

Tendo o rei mandado á Madeira o corregedor Diogo Taveira syndicar de algumas irregularidades cometidas no governo da capitania, julgou-se Simão Gonçalves da Camara gravemente ferido nos privilegios e isenções de que gozava como donatario do Funchal, e resolveu sair do país e estabelecer residencia em terras de Espanha. Arribando ao Algarve, obrigado pelos azares da viagem, soube ali do arriscado apêrto em que se encontrava a nossa praça africana de Arzila, e logo acudiu em socorro dela, forçando os sitiantes a levantar o cêrco. Quando se preparava a tomar a direcção do seu destino, recebeu do monarca as satisfações que a sua dignidade ofendida exigiam e voltou sem demora ao govêrno da sua donataria. Este facto, explanado em grandes detalhes, serviu de assunto a um dos capitulos do interessante livro de Vilhena Barbosa, intitulado

Virtudes Cívicas e Domésticas.

Simão Gonçalves, achando-se velho e cansado, abandonou o govêrno da sua capitania, que declinou no seu filho e sucessor João Gonçalves da Camara, e retirou-se para o logar de Matozinhos, nas proximidades do Pôrto, onde morreu no principio do ano de 1530, determinando nas suas disposições testamentarias que os seus restos mortais fôsem trasladados para esta ilha e depositados em Santa Clara, no jazigo de seus pais e avós. “Não passaram muitos anos, diz um antigo livro de cousas historicas madeirenses, que se não cumprisse esta verba do seu testamento, e quando o caixão dos ossos desembarcou no Funchal, se lhe fez um solenissimo enterro da praia até o dito Mosteiro, acompanhando-o o cabido dos conegos, clerezia e religiosos que havia na terra, e se lhe fizeram exequias com a maior solenidade, acompanhando-o e assistindo-o todo o povo com muitas lagrimas, porque de todos foi muito amado.

Foram os despojos mortais de Simão Gonçalves depositados na capela-mor da igreja de Santa Clara, onde em Março de 1919, no lado da epistola, se descobriu a pedra tumular que os cobre e onde no centro do marmore escuro se lê este epitáfio: Sepultura de Simão Gonçalves da Camara.....3º. capitão desta ilha. Aqui jaz Simão Gonçalves da Camara conde da Calheta e quinto capitão desta ilha.

Pela inscrição se vê que sob esta laje sepulcral se encontram os restos do 3º. capitão-donatario Simão Gonçalves da Camara e também os do 5º. capitão do mesmo nome e 1º. conde da Calheta, de quem nos ocupamos neste Elucidário. Devemos notar que no epitáfio transcrito se encontram aspadas duas linhas, de cuja circumstancia não sabemos dar uma cabal explicação.

O 2º. e 3º. capitães-donatarios do Funchal figuram como personagens importantes no romance historico A Filha de Tristão das Damas e no drama Guiomar Teixeira, do escritor madeirense major J. Reis Gomes.

Camara (Simão Gonçalves da). Foi Simão Gonçalves da Camara o 5º. capitão-donatario do Funchal e nasceu nesta vila a 2 de Setembro de 1512, sendo filho do 4º. donatario João Gonçalves e de D. Leonor de Vilhena, filha de D. João de Meneses, conde de Tarouca.

Antes de assumir o govêrno da sua capitania, praticou varios feitos de armas, de que falam com louvor as

crônicas do tempo, merecendo menção especial o socorro que em 1533 prestou á nossa fortaleza de Santa Cruz, no Cabo de Gué em Africa.

Achando-se esta cercada pelos mouros e em perigo de ser tomada, pediram os seus defensores que da Madeira lhes fôsem enviados alguns prontos socorros, ao que logo Simão Gonçalves, com autorização de seu pai, convidou os principais fidalgos da ilha e organizou um corpo expedicionario de 600 homens, embarcando-se sem demora em seis navios com todos os apetrechos de guerra e mantimentos que pôde rapidamente reunir, o que tudo fêz á sua propria custa e sem exigir remuneração alguma. Estava a praça no ultimo extremo quando Simão Gonçalves da Camara ali chegou, conseguindo desbaratar os mouros e infligir-lhes uma completa derrota. Não se limitou a isso a sua estada na fortaleza, pois mandou também proceder aos reparos das muralhas e outras importantes obras de defesa, prevenindo futuros assaltos dos mouros. O rei D. João III escreveu uma carta muito honrosa a Simão Gonçalves, agradecendo-lhe os relevantes serviços que ele prestou e elogiando-o pelo feito de armas que tinha praticado na defesa do castelo de Santa Cruz.

Pouco depois da morte de seu pai e de ter herdado a donataria, partiu Simão Gonçalves da Camara para Lisboa, onde se demorou alguns anos, regressando á Madeira já casado e com o filho primogenito, ainda de tenra idade e que foi o sucessor na capitania. Acêrca do casamento, conta Gaspar Frutuoso que só quis contrair matrimonio a contento do monarca, o que realizou com D. Izabel de Mendonça, da casa da Rainha D. Catarina. E acrescenta “que no dia derradeiro de Setembro se fizeram os contratos, e com ela foi hum grande dote estimado em oitenta mil cruzados, que el-rei lhe deu em juro e em dinheiro de contado e em officios, e alem disso a casa do dito capitão fóra da lei mental duas vezes, cousa que raramente se concede, e aos quatro dias do mez de outubro foi o capitão recebido com ella, e trouxe-a para sua casa, acompanhada de toda a côrte, vindo-lhe o infante D. Luiz á parte direita e o arcebispo de Lisboa á esquerda, com todos os fidalgos do reino que estavam presentes”. Em 1555 voltou ao reino, acompanhado de tôda a sua familia “por certos motivos que a isso moveram, no dizer do citado cronista, deixando seu tio Francisco Gonçalves da Camara como capitão-donatario do Funchal.

Foi durante o govêrno interino deste capitão-donatario que os corsarios franceses assaltaram e saquearam a cidade do Funchal em 1566, causando a terrivel carnificina de que falam com tanto horror as antigas crônicas madeirenses. Simão Gonçalves da Camara mandou imediatamente seu filho e sucessor á Madeira com prontos socorros, acompanhando a esquadra que o govêrno da metropole enviou em perseguição dos

franceses, mas quando chegaram ao Funchal já os corsários haviam partido, levando dezasseis navios carregados com as mais ricas preciosidades que aqui encontraram.

Simão Gonçalves viveu o mais do tempo na côrte, onde era muito benquisto, e em 1574 acompanhou D. Sebastião na sua primeira jornada á Africa. Por alvará regio de 20 de Agosto de 1576, foi agraciado com o titulo de conde da Calheta, não somente em atenção aos seus serviços, mas principalmente aos serviços prestados pelos seus maiores, e por ser também o representante duma tão grande e importante casa. Intitulava-se ele: O Conde Simão Gonçalves da Camara, do Conselho de El-Rei Nosso Senhor, Capitão e Governador da Justiça na ilha da Madeira e na jurisdição do Funchal, Vedor da sua fazenda em toda a ilha e na do Porto Santo, Senhor das ilhas Desertas, etc.. Dizem as Saudades da Terra, que, além de varios direitos e isenções, tinha quatro contos de renda, o que, passados quatro seculos, corresponderia hoje a uma avultadissima quantia.

Voltou á Madeira, não se sabe em que ano, e achava-se no Funchal em 1578, quando foi acometido dum insulto apopletico, vindo a falecer a 4 de Março de 1580. Foi sepultado na capela-mor da igreja de Santa Clara, como se vê na pedra sepulcral há pouco descoberta: Sepultura de Simão Gonçalves da Camara.....3º. capitão desta ilha. Aqui jaz Simão Gonçalves da Camara, conde da Calheta e quinto capitão desta ilha.

João Gonçalves da Camara, que seu pai mandou á Madeira por ocasião do saque dos corsarios franceses, foi o 2º. conde da Calheta, mas pouco tempo gozou desta honraria, porque veio a falecer três meses depois de seu pai herdando o condado e as honras de donatario do Funchal o seu filho Simão Gonçalves da Camara, setimo capitão-donatario e 31. conde da Calheta. Casou este com D. Maria de Vasconcelos e Meneses, dama da rainha e filha herdeira de Rui Mendes de Vasconcelos, I. conde de Castelo Melhor. Desta maneira se incorporou o condado da Calheta na casa Castelo Melhor.

Camara (Simão Gonçalves da). Era filho de João Gonçalves da Camara, 6º. capitão-donatario do Funchal e de D. Maria de Alencastre. Nasceu em Lisboa e nunca veio a esta ilha. Seu pai morreu em Almeirim, no principio de Junho de 1580, tendo ele apenas seis meses de idade. Pode considerar-se o 7º. capitão-donatario do Funchal, embora nunca tivesse assumido o govêrno da donataria, que em 1582 passou a ser administrada por governadores gerais, sob o dominio filipino. No entretanto conservou, e ainda

muitos dos seus sucessores, o titulo de capitão-donatario do Funchal, como se vê da provisão de 10 de Outubro de 1585, usufruindo uma parte consideravel das avultadas rendas que tinham os donatarios neste arquipelago. Simão Gonçalves da Camara, que foi o 3º. conde da Calheta, casou com D. Maria de Vasconcelos, filha e herdeira do Iº. conde de Castelo Melhor e por este motivo ficou o condado da Calheta incorporado na casa Castelo Melhor, que depois passou a marquesado.

Câmara de Lôbos (Freguesia de). Quando os descobridores da Madeira, deixando ancorados os navios na baía de Machico, começaram a exploração da costa, atingiram no primeiro dia o ponto do litoral a que depois puseram o nome de Camara de Lôbos. Eis o que a tal respeito diz textualmente Gaspar Frutuoso:

“Proseguindo João Gonçalves seu descobrimento, pelo modo acima declarado, hindo em seus bateis com sua companhia, entre duas pontas viram entrar no mar huma poderosa e grande ribeira, na qual pediram huns mancebos de Lagos licença para sahirem em terra, e ver a ribeira, que espaçosa e alegre parecia. E, ficando o capitam com os outros no batel, os mandou lançar pelo barco de Alvaro Affonso; os quaes em terra, cometeram passar a ribeira a nado; e, como ella era soberba em suas agoas, hia com tanto impeto e furia ao mar, que na vêa d’agoa cahiram e a ribeira os levava, onde correram bastante perigo, se do mar, o capitam não bradára ao batel de Alvaro Affonso, ondes elles foram, que em terra estava com a gente, para que corresse depressa áquelles mancebos, e ás vozes do qual foram os mancebos socorridos e livres do perigo da agoa, com que o capitam ficou contente, porque os trazia nos olhos. E daqui ficou o nome, que hoje em dia se chama Ribeira dos Soccorridos, que peor pareceo áquelles mancebos de perto, de que lhes pareceo primeiro de longe.

Daqui passaram mais adiante até dar em huma rocha delgada á maneira de ponta baixa, que entra muito no mar; e entre esta rocha e outra fica hum braço de mar em remanso, onde a natureza fez uma grande lapa, ao modo de camara de pedra e rocha viva. Aqui se meteram com os bateis e acharam tantos lobos marinhos, que era espanto; e não foi pequeno refresco, e passa-tempo para a gente; porque mataram muitos delles, e tiveram na matança muito prazer e festa. Pelo que o capitam João Gonçalves deu nome a este remanso Camara de Lobos, donde tomou o apellido, por ser a derradeira parte, que descobria deste gyro e caminho, que fez: e deste logar tomou suas armas, que El-Rey lhe deo, tornando ao Reyno, como adiante contarei“.

Á afirmativa das Saudades de que cometeram passar a ribeira a nado, observa mui judiciosamente o dr. Alvaro de Azevedo:

“A Ribeira dos Soccorridos não póde ser passada a nado; porque de verão não tem agua bastante, e, quando cheia, nas invernias, é tão impetuosa e traz tantas e tamanhas pedras, que ninguem ousaria affrontar-lhe a corrente, e, se o comprehendêra, lá ficaria morto. Na estação a que o texto se refere, poderia ser vadeada essa ribeira. Estará, pois, no autographo a palavra nado (vado, á latina), por vau?

Não se pode deixar de aceitar a explicação do erudito anotador, que parece ser a unica verdadeira.

A origem do nome desta paroquia, em que são conformes tôdas as antigas cronicas, está no facto do encontro das focas ou lóbos marinhos, como refere Frutuoso nas palavras que ficam transcritas.

Quando João Gonçalves Zarco, depois de ter fixado residencia no Funchal, procedeu a uma nova exploração dos terrenos da sua capitania, chegando a uma pequena eminencia sobranceira á baía de Camara de Lobos, aí traçou a fundação duma igreja dedicada ao Espirito Santo, que mandou construir á sua custa.

A freguesia de Camara de Lóbos é das mais antigas desta ilha e a sua criação remonta aos principios do segundo quartel do seculo XV, aproximadamente pelos anos de 1430. A sede da nova paroquia foi a capela do Espirito Santo, que mais tarde se transferiu para a igreja de São Sebastião. Por 1720 procedeu-se á reedificação da ermida fundada por Zargo, que estava então em adiantado estado de ruína, e em 1908 se realizaram ali importantes reparações e bem assim na pequena casa que lhe fica contigua. A pesar de talvez nada restar já da primitiva edificação, é no entretanto esta ermida um pequeno monumento historico para o concelho e freguesia de Camara de Lóbos, que recorda o nome do descobridor da Madeira, que a mandou construir, e ainda por ter sido a sede da instalação da paroquia por ocasião da sua criação.

Não sabemos quando foi construída a igreja de S. Sebastião, nem quando para ela se fêz a transferencia da sede da freguesia. Cremos no entretanto não estar muito distanciados da verdade afirmando que uma e outra cousa se realizaram nos principios do seculo XVI, tendo-se no ultimo quartel do seculo seguinte procedido ao acrescentamento do templo e á construção do campanario. Por meados do seculo XVIII se fizeram na mesma igreja obras muito importantes, por mandado do Conselho da Fazenda, que por esta ocasião contribuíu “com 291\$000 para um sino de 24 arrobas e 620\$000 réis para ornamentos.

O paroco teve primitivamente a cômrua anual de 3\$300 réis em dinheiro e 4 moios de trigo e 2 pipas de vinho, que pelo alvará regio de 8 de Maio de 1591 passou a ser de 11\$000 réis em dinheiro e 4 moios de trigo e 2 pipas de vinho, vencimento este que com o decorrer dos tempos sofreu novos e maiores acrescentamentos. Dos primeiros sacerdotes que ali exerceram funções paroquiais não pudemos obter noticias, mas sabemos que no periodo decorrido de 1570 a 1680 foram parocos de Camara de Lôbos os padres Manuel Rodrigues, Belchior Drumond, Diogo Nunes, Gaspar Luiz, Francisco de Aguiar, Pero Ferreira, Luiz da Cunha, Antonio de Novais Ferreira, Bernardino Teles de Meneses, Pedro do Rêgo Machado, José Pinheiro Taveira e Inacio Alves de Carvalho.

Por carta régia de D. Sebastião, de 5 de Novembro de 1576, foi autorizado o bispo desta diocese D. Jeronimo Barreto a criar um curato na igreja paroquial de Camara de Lôbos, que ao principio foi confirmado, mas que por alvará de 26 de Fevereiro de 1577 se tornou amovivel “por ser conveniente ao serviço de Deus”. Tinha a congrua anual de 18\$000 réis, com a obrigação de exercer o logar de beneficiado da colegiada.

A freguesia de Camara de Lôbos era sede de uma das nove-colegiadas (V. este nome) que havia nesta diocese, e que tôdas foram extintas pouco antes de 1834. A desta paroquia foi criada no terceiro quartel do seculo XVI, tendo além do vigário e coadjutor, três beneficiados, um tesoureiro e um pregador. Em 1676 foram extintos os três logares de beneficiados, cujos proventos se destinaram ao custeamento da vigairaria da Serra de Agua e dos curatos do Estreito de Camara de Lôbos e Arco da Calheta, que se criaram no mesmo ano.

Camara de Lôbos foi um dos primeiros logares da Madeira sujeitos a uma imediata exploração agricola após a descoberta. Ali se estabeleceram muitos individuos vindos do continente do reino, que constituíram familia e foram o tronco de larga descendencia. Varias pessoas de origem nobre tiveram muitas terras de sesmaria e ali instituíram seus vinculos e morgadios. Entre elas podemos citar João Afonso (V. este nome), companheiro de Zarco, e João Caldeira o Velho, que deu o nome ao sitio que ainda hoje se chama do Caldeira. Mais tarde também foram ali sesmeiros João Salviati (V. este nome), que foi tronco dos Florenças, João Saraiva, que deu o nome ao sitio que ainda actualmente conserva o seu apelido, Braz Gil de Faria, que teve terras na margem direita da ribeira da Caixa, Diogo Lopes da Estacada, que no sitio da Torre possuuiu muitos terrenos que passaram aos Correias, e ainda Alvaro Figueira, além de outros. Quando particularmente nos ocuparmos das capelas desta diocese, mencionaremos os fundadores das muitas que

houve nesta freguesia, e que eram quasi tôdas de instituição vincular e sede de diversos morgadios.

Foi talvez a paróquia da Madeira que teve maior numero de capelas. Ainda actualmente existem as de S. Bernardino, Espirito Santo, Nossa Senhora da Boa Hora, Jesus-Maria-José, Nossa Senhora da Nazaré, Nossa Senhora das Preces, Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora da Conceição, S. Francisco, Nossa Senhora da Piedade, N. S. da Fátima, e a de N. S. das Dores no Cemiterio, tendo desaparecido as de Nossa Senhora de Belém, S. João e S. Candido e ainda outras.

Existiu nesta freguesia o convento de religiosas franciscanas de São Bernardino, de que restam a antiga igreja, inteiramente restaurada há poucos anos, e umas dependencias, em que funcionou um Pequeno Seminario Diocesano nos anos lectivos de 1831 a 1833, sendo extinto e encorporado no Seminario da Encarnação.

No dia 4 de Março de 1929, junto da foz da Ribeira do Vigario, deu-se um grande desmoronamento de terrenos sôbre o mar, tendo este no refluxo das ondas arrastado violentamente vinte pessoas, que se achavam no leito da mesma ribeira e que ali perderam a vida.

Foram naturais desta freguesia Henrique Henriques de Noronha, genealogista (1667-1730), João Pedro de Freitas Pereira Drumond, advogado e jornalista (1760-1825), Francisco da Silva Barradas, advogado e escritor (1835-....), padre dr. José Gonçalves de Aguiar, teólogo, (1831-1895) e Joaquim Pestana, poeta (1840-1909).

Existia nesta paróquia o convento de S. Bernardino, ao qual consagraremos artigo especial e nele viveu em grau eminente de santidade, o religioso franciscano Fr. Pedro da Guarda, conhecido pelo nome de Santo Servo de Deus, de quem mais largamente nos occuparemos no logar competente.

É esta freguesia um dos mais importantes centros piscatorios do arquipélago, contando-se por alguns centenaes os individuos que ali se entregam aos árduos misteres da pesca. Uma parte consideravel deles vive num pequeno bairro a que vulgarmente se dá o nome de Ilhéu e em condições higienicas que bastante deixam a desejar. No entretanto, uma circumstancia se afirma ter-se dado com a invasão colerica de 1856, que não chegou a penetrar no Ilhéu, levando o paroco de então a dizer que a epidemia não pôde entrar em luta com a falta de limpeza e de asseio daquelle bairro. O culto na capela de Nossa Senhora da Conceição

mantido pela classe dos pescadores, tendo um antigo compromisso da respectiva confraria algumas clausulas acêrca dos socorros a prestar na doença e invalidez dos seus membros, constituindo uma especie de auxilio mutuo, o que era bastante para louvar.

Se a Madeira produz o mais precioso e afamado vinho do universo, é em Camara de Lôbos que se encontram os vinhedos que dão a materia prima para o fabrico desse vinho. É uma das regiões desta ilha em que os terrenos estão mais bem aproveitados para as culturas agricolas, sobressaindo entre estas a cultura da vinha. Certamente que as qualidades particulares do terreno, condições climatericas, boa exposição e abrigo dos ventos, concorrem notavelmente para que o vinho desta freguesia seja em geral considerado um produto superior ao das outras freguesias desta ilha e obtenha um preço mais remunerador no mercado.

O engenheiro de minas Eugenio Ackermann, no seu livro intitulado L'île de Madère considerée au point de vue scientifique et economique, publicado em 1910, afirma ter encontrado no sitio da Ribeira da Alforra desta freguesia um minerio de ferro de relativa importancia, de que fêz uma analise sumaria e ao qual consagra algumas paginas. A pesar de E. Ackermann, não gozar de grandes creditos cientificos, não deixa ser interessante o que sôbre este assunto diz na citada obra.

O basalto poroso, que se presta a ser lavrado pelo canteiro e que entre nós tem o nome de *cantaria rija+, abunda em alguns pontos desta freguesia e é muito explorado para o fabrico de ombreiras, limiars e soleiras de portas e janelas, degraus de escadas, cunhais etc., que são largamente empregados nos edificios e casas de habitação madeirenses.

Os sitios mais notaveis desta freguesia são: Vila, Ilhéu, Espirito Santo e Calçada, Palmeira e Voltas, Pé do Pico, Serrado da Adega, Torre, Aldeia, Quinta do Leme, Saraiva, Jesus-Maria-José, Ribeiro Leal, Lourencinha, Panasqueira, Fajã, Caminho Grande e Preces, Ribeira da Caixa, Heras, Garachico, Nogueira, Caminho Grande e Ribeiro da Alfôrra, Pedregal, Ribeiro da Alfôrra e Fonte do Garcia, Rancho, Caldeira, Cruz da Caldeira e Facho e Fontainhas do Mar.

A freguesia de Camara de Lôbos confina ao norte com a freguesia do Estreito de Camara de Lôbos, ao sul com o oceano, a leste com as freguesias de São Martinho e Santo Antonio e a oeste com a freguesia da Quinta Grande.

Quatro levadas principais fazem a irrigação desta freguesia: a das Preces, a do Castanheiro e a da Serra, que nascem no Estreito de Camara de Lôbos, e a levada Nova, que tem sua origem no Curral das Freiras.

Tem esta freguesia mais de 9.000 habitantes, embora o ultimo censo da população (o de 1911) lhe assinale apenas 7.810.

A pesar desta população, tem somente duas escolas oficiais, uma para cada sexo.

Está esta freguesia ligada á cidade do Funchal pela melhor estrada da ilha, numa extensão pouco superior a 9 quilometros.

É natural desta freguesia o poeta Joaquim Pestana, de quem noutro lugar nos ocuparemos.

Camara de Lôbos (Município de). A pesar de comumente se chamar vila de Camara de Lobos ao agrupamento de casas que constitue a parte mais central e importante da freguesia, a verdade é que a capital deste concelho nunca foi vila, mas simplesmente logar, que era noutro tempo a designação dada á povoação intermediaria entre a vila e a parochia, havendo na Madeira os logares de Camara de Lôbos, Ribeira Brava, Faial, S. Jorge, S. Vicente, Pôrto do Moniz e Caniço.

Era ao logar de Camara de Lôbos que Gaspar Frutuoso se referia quando dizia: “Hindo da ribeira dos Soccorridos para o Occidente hum quarto de legoa, está uma aldeya que chamão Camara de Lobos, perto do mar, que tem huma calheta pequena e huma furna onde dormiam e dormem ainda lobos, de que tomou nome o Logar; e os capitães da ilha o de Camaras, pelos achar nella o primeiro capitam João Gonçalves Zargo, quando ali desembarcou a primeira vez, como já tenho dito.

Tem esta aldeya como duzentos fogos, e huma só rua principal, e muito comprida, e no cabo della a igreja muito boa e bem concertada: tem mais dous engenhos de assucar, hum que foi de Antonio Correa, e outro de Duarte Mendes, e muitas canas e vinhas de boas malvazias, e muitas fructas de toda a sorte, e muita agoa“.

Com sede no Logar de Câmara de Lôbos, foi em 1832 criado o concelho do mesmo nome, mas não chegou a proceder-se á sua instalação. Somente depois do estabelecimento do governo constitucional é que, no ano

de 1835, se criou êste municipio e ficou definitivamente iustalado no dia 16 de Outubro do mesmo ano. A êle pertenceram desde a sua criação as freguesias de Câmara de Lôbos, Estreito de Lôbos, Curral das Freiras e Campanário. Constituindo-se em 1848 a nova paróquia da Quinta Grande, formada com alguns sítios desmembrados das freguesias de Câmara de Lôbos e do Campanário, ficou o concelho de Câmara de Lôbos acrescentado com mais aquela paróquia, mas a sua área total não sofreu modificação alguma. Com a criação do recente concelho da Ribeira Brava, no ano de 1914, passou a freguesia do Campanário a fazer parte do novo concelho, sendo desagregada do de Câmara de Lobos. O brasão de armas da Câmara Municipal deste Concelho é representado por duas focas ou lobos marinhos, entre os quais se vê o escudo das armas de Portugal.

As respectivas repartições concelhias estão instaladas no sitio chamado da Vila, nas casas da Camara Municipal.

Camara de Lôbos (Porto, Cais e Enseada de). Com a chamada Vila de Câmara de Lôbos, sede da freguesia e Concelho do mesmo nome, entesta uma pouco ampla mas pitoresca enseada, limitada por uma pequena praia de calhaus roliços e servida por um cais de desembarque, o qual foi construído em 1876 e notavelmente melhorado no ano de 1903. Tem este porto um movimento relativamente grande, por ser Câmara de Lôbos um importante centro piscatório, em cuja respectiva industria se ocupam alguns centenaes de individuos. Fazem escala por este pôrto os vapores do Serviço costeiro maritimo. Fica a 4 milhas de distancia do pôrto do Funchal e a 3 do do Campanário.

Camara Eclesiastica. É a repartição por onde correm todos os negocios religiosos e eclesiasticos desta diocese. Deve ter sido criada no ano mesmo da criação do bispado, isto, é, em 1514, sendo, depois da alfandega, a mais antiga repartição publica existente neste arquipelago.

O ordenado primitivo do seu escrivão era de três mil réis anuais, que por alvará regio de 28 de Outubro de 1564 foi elevado a oito mil reis, devendo certamente acrescentar-se a esse vencimento os respectivos emolumentos de repartição. Cremos que a sua organização era noutros tempos muito diferente da actual.

O arquivo da camara eclesiastica continha documentos muito valiosos, não só para a historia da diocese,

mas também do arquipelago madeirense, tendo um incendio que nele se deu por fins do seculo XVII, inutilizado a quasi totalidade desses documentos.

Esta repartição eclesiastica tem estado sempre adjunta á residencia episcopal. Quando em virtude das disposições da lei da separação, foi o liceu instalado no paço episcopal em Janeiro de 1914, a camara eclesiastica mudou alguns meses antes para uma casa fronteira ao antigo seminario, á rua Julio da Silva Carvalho, que era pertença do mesmo seminario. Em Maio de 1918 foi instalada numa das dependencias do novo Paço Episcopal, ao largo do Ribeiro Real, e junto ao cemiterio britanico.

Câmara Leme (D. João Frederico da). Nasceu nesta cidade e pertencia a uma das mais antigas e nobres familias da Madeira, sendo filho de D. João Frederico da Camara Leme e D. Maria Carolina Correia Pinto.

Seguiu a carreira das armas, e tinha o pôsto de capitão do extinto batalhão de caçadores n.º 12, aquartelado nesta cidade, quando foi nomeado governador civil deste arquipelago a 25 de Janeiro de 1868, tendo tomado posse do seu cargo a 10 de Fevereiro do mesmo ano.

Foi a 8 de Março seguinte que na praia e nas imediações da alfandega desta cidade se deram os lamentaveis tumultos populares destinados a impedir violentamente o desembarque do candidato a deputado Jacinto de Sant'Ana e Vasconcelos, e a que fazemos mais larga referencia em artigo especial deste Elucidário.

Poucos meses se conservou na administração superior do distrito, porque subindo ao poder o ministerio presidido pelo marquês de Loulé, foi Camara Leme transferido para o govêrno civil de Santarém, logar que não aceitou.

Por decreto de 21 de Maio de 1870, foi D. João Frederico da Camara Leme pela segunda vez nomeado governador civil da Madeira, tendo assumido o govêrno a 27 do mesmo mês e ano. Deixou a administração deste distrito em fins de Março de 1876.

Morreu na cidade de Tomar a 6 de Fevereiro de 1878.

Era irmão do general D. Luiz da Camara Leme e de D. Jorge da Camara Leme.

Câmara Leme (D. Jorge da). Nasceu no Funchal a 13 de Março de 1807 e em 2 de Dezembro de 1826 alistou-se como voluntario na 1.^a companhia de granadeiros do regimento de infantaria n.º 4, sendo lhe dada, porém, baixa do serviço pouco tempo depois da restauração do governo absoluto em Portugal. Tendo emigrado para Inglaterra por causa das suas ideias liberais, passou daí à ilha Terceira, onde se alistou no batalhão de caçadores n.º 5, que desembarcou nas praias do Mindelo no dia 8 de Julho de 1832. Fêz toda a campanha da liberdade, até a convenção de Évora-Monte, tendo a este tempo o posto de alferes. Faleceu a 8 de Julho de 1889, sendo então tenente reformado do exercito.

Camara Leme (D. Luiz da). D. Luiz da Camara Leme, que foi um dos mais ilustres madeirenses do seculo passado, nasceu nesta cidade a 26 de Março de 1817, sendo filho de D. João Frederico da Camara Leme e de D. Maria Carolina Correia Pinto. Pertencia a uma antiga e nobre familia deste arquipelago e descendia em linha recta de Garcia Homem de Sousa, um dos quatro fidalgos que D. Afonso 5.^o mandou á Madeira para casarem com as filhas do descobridor João Gonçalves Zarco.

Assentou praça em 1836, sendo promovido a alferes no ano seguinte, e em 1883 atingiu o elevado posto de general de divisão, em que se reformou no mês de Junho de 1884. Foi um dos mais distintos officiais do exercito do seu tempo, tendo como chefe de repartição do ministerio da guerra, como escritor militar e como encarregado de importantes comissões de serviço no estrangeiro, prestado ao exercito português os mais assinalados serviços. Colaborou na reforma e remodelação de muitos serviços militares, e a sua opinião em assuntos desta natureza era sempre ouvida como a duma consumada autoridade na materia.

Escreveu os Elementos da Arte Militar, em dois volumes, e de que se fizeram duas edições, Considerações gerais ácerca da reorganização militar de Portugal, Relatorio apresentado ao ministro da guerra ácerca da aquisição de novas armas portateis e Relatorio ácerca dos objectos militares mais notaveis apresentados na exposição universal de Paris de 1867, além de outros trabalhos e relatorios que redigiu e que não chegaram a ser publicados. A obra Elementos da Arte Militar, foi considerada como um trabalho de extraordinario valor, que logo lhe grangeou os foros dum distinto escritor militar, não só no nosso país, mas ainda no estrangeiro.

Embora tivesse sido notavelmente distinta a sua carreira como official do exercito, parece que a caracteristica mais acentuada da sua individualidade foi a de parlamentar e de politico. Foi ininterruptamente eleito deputado por diversos circulos desde 1857 até 1878, em que, por carta regia de 2 de Dezembro desse ano, tomou assento na camara alta como par vitalicio. Representou a Madeira em côrtes nas legislaturas decorridas de 1857 a 1864 e na sessão legislativa de 1875 a 1878, defendendo sempre com acrisolada dedicação os mais vitais interesses da sua patria.

Em 1870 foi ministro da marinha e das obras publicas, tendo depois recusado varias vezes fazer parte de alguns ministerios.

Sem possuir os dotes dum grande tribuno, era no entretanto um orador de dicção facil e correcta, de linguagem sobria, mas profundo conhecedor dos assuntos que versava, sendo sempre a sua palavra escutada no seio da representação nacional com o respeito que se costuma tributar aos grandes politicos e parlamentares. Tornou-se conhecida e notavel a campanha que levantou no parlamento e que sustentou durante anos consecutivos acêrca da responsabilidade ministerial, em que evidenciou os elevados predicados da sua privilegiada inteligencia e, talvez mais ainda, a intemerata independencia do seu character. Durante anos seguidos, vergado ao pêso de uma idade já provecta e de torturantes achaques, lá ia o velho general e par do reino para a camara alta defender o seu projecto da responsabilidade ministerial, proferindo discursos, que ficaram celebres, e alguns dos quais foram publicados num volume com o titulo de Incompatibilidades Politicas.

D. Luiz da Camara Leme foi agraciado com muitas mercês nacionais e estrangeiras e era socio correspondente da Academia Real das Sciencias e membro de varias sociedades literarias e scientificas. Além dos escritos que ficam enumerados e da sua colaboração em diversas revistas, escreveu uma interessante monografia sôbre o distrito de Lourenço Marques, que intitulou Lourenço Marques. BEstudo syntetico sobre o aspecto historico, politico e moral.

Como homenagem aos seus méritos e reconhecimento aos serviços prestados ao país e em especial ao exercito, foi aberta uma subscrição entre a officialidade militar com o fim de adquirir uma comenda ou venera, para ser oferecida ao general D. Luiz da Camara Leme, em nome do exercito português. A subscrição rendeu oito contos de réis, pedindo Camara Leme que somente metade dessa importancia se

aplicasse á compra da venera e que a outra metade fôsse destinada a socorrer as viuvas pobres de officiais do exercito.

Como se sabe, o general Camara Leme casou em primeiras nupcias com a celebre actriz Emilia das Neves, de quem herdou a fortuna, e casou segunda vez com D. Ana de Albuquerque, escritora e também actriz. Morreu em Lisboa a 27 de Janeiro de 1904, na avançada idade de 86 anos.

Câmara Pestana (Dr. Luiz da). Nasceu no Funchal, na rua que tem hoje o seu nome e na parte dela que pertence á freguesia da Sé, a 28 de Outubro de 1863, sendo filho de Jacinto Augusto Pestana, antigo official-chefe da repartição da secretaria do govêrno civil deste distrito, e de D. Helena Ana da Camara Pestana, pertencente a uma antiga e distinta familia madeirense.

Frequentou o liceu desta cidade, e depois de ter concluído os preparatorios na Escola Politecnica, matriculou-se em 1884 na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, que mais tarde tanto havia de honrar como um dos seus mais abalizados professores.

Estudante talentoso e muito aplicado, gozando da mais subida consideração de lentes e condiscipulos, pela sua extrema bondade e notaveis qualidades de character, soube congregar em torno do seu nome uma verdadeira aureola de estima e simpatia, que o tempo só fêz aumentar cada vez mais, chegando a atingir as proporções de uma verdadeira adoração.

A tese que escolheu para defender na conclusão do seu curso medico intitulava-se O microbio do carcimona, revelando-se já neste estudo as tendencias do seu espirito para os trabalhos de laboratorio, em que mais tarde se afirmou tão distintamente.

Terminados os seus trabalhos escolares a 24 de Julho de 1889, iniciou desde logo diversos estudos acerca da especialidade a que depois inteiramente se dedicou e que para ele constituiu até ao fim da vida a mais absorvente aspiração do seu espirito.

Passado pouco tempo, sendo ministro do reino o grande parlamentar Antonio Candido, resolveu o govêrno enviar um medico ao estrangeiro, a fim de estudar os tão apregoados resultados da tuberculina de Koch, que chegou a chamar-se a mais grandiosa descoberta dos ultimos seculos.

Vejam os que a tal respeito dizia um jornal do tempo:

“Entre nós, a emoção propagara-se com intensidade proporcional ao crescido numero de tuberculosos que avultam na nossa patologia; e tanto e tão intenso foi o abalo, que chegou até ás altas regiões do estado, em regra impassiveis a estas mesquinhas da vida ou da morte. Verdade seja que a comoção de tantos condenados á morte, não podia encontrar para as altas regiões melhor condutor que o espirito de artista do ministro do reino de então. Era Antonio Candido negação do politico, o melhor elogio que se pode fazer a quem alguma vez figurou na nossa politica. Resolvera-se enviar alguém a Paris ou a Berlim apurar o que havia de positivo na anunciada maravilha. Consultou Antonio Candido, sôbre a nomeação, dois homens eminentes pela sua posição no nosso mundo medico e pelos seus caracteres dignos e respeitados, os professores Sousa Martins e Ferraz de Macedo. Um só nome foi indigitadoBo de Pestana. E apesar dos atritos que se levantaram, em Janeiro de 1891, Pestana partia para Paris, encarregado de estudar bacteriologia onde e como quisesse, e de apurar o que se soubesse da pretendida descoberta de Koch.

Em Paris, Pestana quasi não saíu dos laboratorios e hospitais. Acompanhando de manhã a clinica de Potain, passava depois para o laboratorio de Cornil, onde seguia o curso de bacteriologia de Chantemesse. Terminado este curso, passou ao Instituto Pasteur, onde aprendeu com o grande mestre os processos de inoculação antirrabica, acabando o seu tirocinio no laboratorio de Strauss, onde principiou os seus trabalhos sobre as toxinas do tetano“.

E tal era a importancia destes trabalhos, que em 27 de Junho de 1891 o professor Strauss, da faculdade de medicina de Paris, apresentava Pestana em sessão da Sociedade de Biologia onde ele fazia a sua comunicação, que foi aplaudida e elogiada unanimemente. Resta dizer que, subsidiado por 4 meses pelo govêrno português, Pestana se demorou em Paris, acabando á sua custa, e com sacrificio proprio, os estudos que julgava indispensaveis para a sua educação profissional.

Regressando da sua missão ao estrangeiro, Camara Pestana só pensou em consagrar-se inteiramente aos trabalhos para que tinha decidida vocação, concebendo desde logo a ideia de fazer entrar o seu país, embora em proporções modestas, nos largos estudos que por tôda a parte se faziam no cultivo da nova ciencia, a bacteriologia. Em Portugal esses estudos eram apenas conhecidos pelos tratados e revistas estrangeiros, e

ainda se não tinham feito entre nós trabalhos apreciáveis de laboratório.

Sobravam-lhe talentos, aptidões e um entusiasmo que ia até ao fanatismo, para se entregar a estudos serios de bacteriologia e tirar deles os mais proficuos resultados, mas só e desajudado de todo o auxilio oficial, nem podia sequer iniciar trabalhos de pequenas experiencias, que ainda assim demandavam varios aparelhos, microscopios, estufas, etc., sem os quais impossivel seria realizar quaisquer tentativas coroadas de bom exito.

Foi a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa que, conhecedora dos raros meritos e conhecimentos especiais do dr. Camara Pestana, conseguiu que o governo o nomeasse preparador de bacteriologia da mesma Escola, depois de se terem levantado as maiores dificuldades por parte de diversas entidades oficiais, que afinal foram vencidas pela tenacidade do corpo docente daquele estabelecimento de instrução superior.

Os meios que forneceram a Camara Pestana e os instrumentos de que dispunha eram insuficientes para os importantes estudos a que queria consagrar-se, mas a sua vontade de ferro e o seu intenso e perseverante trabalho conseguiram que num ano se preparassem seis teses inaugurais inspiradas por ele, além de outros apreciáveis trabalhos originais a que se entregara.

Para encerrar o ano dos seus estudos e analises na Escola Medica, fêz Camara Pestana uma conferencia na Sociedade das Sciencias Medicas, em que dava conta dos seus trabalhos, especialmente acêrca do tetano, iniciados em Paris e continuados em Lisboa.

Dessa conferencia, que é um belo estudo de patologia geral, ressalta no primeiro plano a criação de um novo metodo terapeutico, permitindo a cura das doenças que, como o tétano, sejam devidas a uma intoxicação do organismo pelos produtos de microbios. Essa fantasia sonhada, transformou-a Pestana numa realidade, apresentando na sua conferencia um coelho que resistia ás mais violentas inoculações que do bacilo do tétano lhe eram feitas.

Vai criar-se o Instituto de Bacteriologia em Lisboa, onde o nosso ilustre patricio alcançou os maiores triunfos e conseguiu inscrever o seu nome com letras de ouro nos anais das ciencias medicas.

Vamos socorrer-nos do que a tal respeito publicou uma revista da epoca e que relata com inteira fidelidade

os termos da fundação do instituto.

“Estava proximo para Pestana o dia mais feliz da sua vida; o destino ia dar-lhe um laboratorio completo, onde poderia viver para os seus microbios e para os seus trabalhos. É ás aguas de Lisboa que o deve, e á iniciativa, neste ponto irrepreensivel, do sr. José Dias Ferreira. O sobressalto causado em Lisboa pelas noticias de que as aguas se achavam inquinadas por principios virulentos, o acrescimo subito do numero de febres tifóides em Lisboa e seus arredores e as instigações da junta de saude publica e da imprensa, levaram o ministro do reino a entender que era indispensavel proceder a um exame científico e rigoroso das aguas de Lisboa.

Estava indicado o analista; o ministro já o conhecia da representação que lera, e o publico medico indigitava-o sem discordancia.

Em portaria de 21 de Outubro de 1892, Pestana era encarregado de proceder á analyse das aguas em Lisboa. Nada havia que pudesse servir para esses estudos, nem ajudantes, nem casa, nem aparelhos, nem material. Em 15 dias tudo estava pronto. O laboratorio improvisava-se numa casa do hospital de S. José, anexa á antiga enfermaria de Santo Onofre e adaptada rapidamente ao novo destino. Os aparelhos requisitados do estrangeiro em grande velocidade chegaram em remessas sucessivas, sendo, é claro, os ultimos os que tinham vindo por intervenção oficial, e os primeiros os pedidos por particulares. O ajudante era escolhido por Pestana, que o conhecia dos seus trabalhos na Escola Medica, o sr. Anibal Bettencourt, uma especie de Pestana, microbiomaniaco de valor, modesto e desinteressado como o seu director.

Dizer que em tôdas estas instalações, Pestana, que tinha carta branca para despesas, se limitou apenas ás indispensaveis, seria supor que a felicidade de possuir um laboratorio lhe poderia toldar as generosas faculdades, ditando-lhe procedimento diverso“.

Criado o Instituto de Bacteriologia de Lisboa, por decreto de 29 de Dezembro de 1892, e nomeado seu director o nosso illustre patricio Dr. Luiz da Camara Pestana, consagrou ele inteiramente a sua laboriosa existencia aos progressos e bom nome daquele estabelecimento científico, conseguindo desde logo que os trabalhos ali realizados fôsem muito elogiados no estrangeiro e o abalizado medico alcançasse os foros dum dos mais distintos cultores de bacteriologia. Os seus estudos e trabalhos de laboratorio constituíam sempre a principal preocupação do seu espirito, e de tal modo que nele degeneravam em verdadeiro

fanatismo, dando disso eloquentissimas provas até poucos momentos antes de perder a vida.

Acerca desses estudos e trabalhos muitos deles de grande valor científico, publicou varios artigos e memorias na Medicina Contemporanea, na Revista de Medicina e Cirurgia, no Archivo de Medicina e noutras revistas, que lhe mereceram os maiores elogios e de que especializaremos a Etiologia da febre typhoide, Considerações sobre o diagnostico da diphtheria e Sorotherapia da diphtheria.

Em colaboração com o dr. Anibal Bettencourt escreveu: Contribuição para o estudo bacteriologico da epidemia de Lisboa e o Tratamento da raiva em Portugal pelo systema Pasteur, na Revista de Medicina e Cirurgia, Duas pequenas epidemias de febre typhoide, na mesma Revista, e varios trabalhos escritos em alemão sôbre a epidemia de Lisboa em 1894, o bacilo da lepra, etc., e ainda em português o relatorio sôbre a analyse bacteriologica das aguas potaveis de Lisboa. Também publicou em opusculos avulsos as dissertações inaugural e de concursos na Escola Medica de Lisboa e um estudo sobre o tétano.

Os seus trabalhos alcançaram-lhe lá fora uma grande reputação, sendo nomeado membro de importantes sociedades científicas e honrando-se com a particular estima e consideração de alguns sabios estrangeiros, que em varios escritos lhe fizeram as mais elogiosas referencias.

O nome que á custa dos seus estudos e perseverante trabalho conquistara nos anais da ciencia, indicava-o naturalmente para o magisterio superior, tendo-se apresentado ao concurso para o logar que vagara na Escola Medica de Lisboa pela morte do eminente professor Sousa Martins. Este concurso, que foi brilhantissimo, corroborou vantajosamente a fama de que vinha precedido, apresentando como tese um notavel estudo intitulado Sorotherapia, sendo então nomeado lente substituto da Escola, por decreto de 12 de Maio de 1898. Ali regeu com grande proficiencia as cadeiras de anatomia patologica e medecina legal, vindo a sua morte privar este estabelecimento de instrução superior dum dos seus mais distintos professores.

O dr. Luiz da Camara Pestana foi medico do hospital de S. José, onde prestou excelentes serviços. Em 17 de Dezembro de 1899 começou a desempenhar ali interinamente o cargo de cirurgião do banco, sendo nomeado para a efectividade do logar, por meio de concurso, a 4 de Dezembro de 1890, tendo em Maio de 1895 passado para o quadro dos cirurgiões extraordinarios do mesmo estabelecimento.

Além da sua missão científica ao estrangeiro, a que já fizemos referencia, desempenhou diversas comissões

de serviço publico, tendo sido a ultima a de ir ao Pôrto para estudar com o director do pôsto municipal e alguns medicos estrangeiros, o valor dos soros contra a peste, sendo naquela cidade, e entregando-se a esses estudos, que contraíu o germen da fatal doença.

Foi já em Lisboa, de regresso da sua viagem ao Pôrto, que se manifestaram os sintomas da terrivel molestia, sendo impotentes para a debelar os esforços da ciencia e dos seus companheiros e amigos dedicados, vindo a falecer no hospital de Arroios, onde tinha sido isolado, no dia 15 de Novembro de 1899, pelas 12 horas do dia. Matara-o o seu amor pela ciencia e a sua dedicação pela humanidade.

As circumstancias tragicas que determinaram a sua prematura morte, que ecoou lugubrememente em todo o país, causando a mais profunda emoção, ainda se conservam na memoria de todos, para que tentemos descrevê-las agora, ao traçarmos as principais notas biograficas do nosso malogrado conterraneo e antigo condiscipulo e amigo.

Fê-lo duma maneira eloquente e comovedora, em palavras que todos os jornais de então reproduziram, o seu dedicado amigo e companheiro de trabalho, o dr. Belo de Moraes, que tornando-se *panegyrista da morte+, soube arrancar lagrimas sentidas aos que leram aquelas paginas arrebatadoras da mais viva e flagrante realidade.

As manifestações de pesar foram extraordinarias por tôda a parte, a que se associaram muitas entidades officiais e inumeros particulares, a começar no mais humilde cidadão e a terminar no chefe superior do Estado.

D. Carlos, poucos momentos depois da morte de Camara Pestana, escreveu ao então presidente do conselho de ministros, a seguinte carta: *Meu caro José Luciano. Acabo de saber neste momento a tristissima noticia da morte do Pestana. É meu desejo que tão depressa as camaras reunam, o meu governo apresente ás Cortes um projecto de lei concedendo uma pensão á mãe e á filha do sabio professor Pestana, victima gloriosa do seu arduo dever.

E quero que assim seja, porque é á Nação a quem cumpre prestar homenagem á memoria de quem, em vida, tanto a honrou. Teu am.º verdadeiro, EL-REI“.

Entre as homenagens prestadas á memoria do ilustre medico, conta-se a de ser dado ao Instituto de Bacteriologia de Lisboa, por decreto de 10 de Agosto de 1902, o nome de “Real Instituto Bacteriologico Camara Pestana”.

Entre nós, acha-se felizmente perpetuada a memoria do distinto homem de ciencia, no “Manicomio Camara Pestana”, cuja-fundação é devida á iniciativa e diligentes esforços de varios cavalheiros desta cidade, que quizeram que o nome do ilustre madeirense ficasse indissolivelmente ligado á existencia daquele estabelecimento hospitalar (V. Manicomio Camara Pestana). No jardim e em frente do edificio, encontra-se sôbre uma coluna de marmore o buste em bronze de Camara Pestana, que deu o nome àquele hospital de alienados. A Camara Municipal do Funchal mudou o nome de Pretas para Camara Pestana da rua onde se encontra a casa em que ele nasceu.

Nesta casa foi colocada uma lapide de marmore, que contém, alusiva ao facto, a seguinte inscrição: Casa onde nasceu em XXVIII de outubro de MDCCCLXIII o insigne bacteriologista português, Dr. Luiz da Camara Pestana, fallecido em Lisboa aos XV dias de Novembro de MDCCCXCIX, victima da peste bubonica que enfestou a cidade do Porto, e a cujos estudos se dedicou com a maior abnegação e altruismo humanitario. Homenagem da classe medica da Madeira. 1913.

A inauguração desta lapide, que revestiu particular brilhantismo, realizou-se a 15 de Novembro de 1913, decimo quarto aniversario da morte de Camara Pestana. Foram os medicos madeirenses que tomaram a iniciativa desta homenagem, prestada ao seu abalizado colega e ilustre e malogrado patricio.

É a unica inscrição lapidar que existe nas ruas desta cidade.

Camara Pestana (João da). É irmão do falecido bacteriologista Dr. Luiz da Camara Pestana e nasceu no Funchal a 17 de Outubro de 1871. É agronomo, tem desempenhado o cargo de Director Geral da Agricultura e foi eleito deputado pela Madeira a 13 de Novembro de 1913, renunciando o mandato em Maio do ano seguinte, por haver sido eleito senador por outro circulo. Tem colaborado em diversas revistas agricolas e é socio da Sociedade Portuguesa de Sciencias Naturais, em cujo boletim escreveu os artigos seguintes: La Gangrène humide de la racine du Chataignier (vol. II.,1907) e Destruction du Lecanium

hesperidum L. par le Sporotrichum globuliferum Spegazzini (vol. 2.º, 1908).

Camara Regional de Agricultura. Foi criada pelo artigo 145 da lei de 9 de Julho de 1913, e extinta por ocasião de serem reorganizados os serviços agrícolas, em Maio de 1918. Teve a sua primeira sessão (a de instalação) a 16 de Fevereiro de 1914 e a ultima a 16 de Junho de 1917.

Camarão. Designação de varios crustaceos macruros, entre os quais se podem mencionar o Grangon vulgaris e o Palaemon squilla, como sendo dos mais vulgares.

Camaras Municipais. O primitivo foral do Municipio do Funchal não existe no arquivo de Camara, mas vê-se pelo primeiro livro das vereações, que é de 1470, que o senado era constituído então por individuos tirados da classe dos homens bons. Além dos vereadores, havia os mesteres, ou representantes dos officios mecanicos, mas estes individuos eram mal vistos pelos restantes membros do senado, os quais não raras vezes os maltratavam e injuriavam. Presidia ao senado o Juiz ordinario, e havia um procurador do Concelho tirado dentre os vereadores, o qual recebia os rendimentos e pagava as despesas do municipio, tendo além disso a seu cargo requerer qualquer cousa de interesse geral.

Tanto os juizes como os vereadores eram electivos e prestavam juramento perante o capitão-donatario. O senado do Funchal nomeava os almotacés, os meirinhos, o alcaide da cidade, os alcaides da Ribeira Brava, Camara de Lôbos e do Caniço, os juizes pedaneos destas três ultimas localidades e da Calheta, etc..

O regimento de 11 de Fevereiro de 1505 deu á Camara do Funchal além do juiz, três vereadores, um procurador do concelho, um escrivão e um tesoureiro, este estranho á vereação, e o alvará de 17 de Agôsto de 1508 estabeleceu que daí em diante só os fidalgos pudessem ser vereadores, devendo a mesma camara ser regida e governada á maneira da de Lisboa. Segundo este ultimo diploma, as eleições deviam realizar-se de 3 em 3 anos, dependendo do rei a aprovação delas.

No primeiro quartel do seculo XVII ainda os vereadores prestavam juramento perante o donatario,

representado pelo seu ouvidor, sendo feita por eleição indirecta a escolha dos cidadãos que deviam ocupar os cargos concelhios. Feita a escolha, eram os nomes dos eleitos metidos em pelouros de cera, e estes guardados num cofre de três chaves, cada uma das quais ficava em poder de um vereador. Uma criança de 6 a 7 anos tirava os pelouros do cofre, na ocasião do sorteio dos cidadãos que deviam exercer durante o ano os cargos de juizes, vereadores e tesoureiro do Senado.

O tesoureiro da Camara era, em regra, um mercador, mas o escrivão devia ser fidalgo, podendo usar mula e sela, de harmonia com a provisão de 1538.

A Camara Municipal do Funchal, mais conhecida outrora pela designação de Senado da Camara teve sempre quatro vereadores. um dos quais servia de procurador do concelho até o estabelecimento do govêrno constitucional nesta ilha em 1834, mas no seculo XVIII e principios do XIX quem fazia a nomeação desses vereadores era o Desembargo do Paço em presença das pautas dos individuos da governança organizadas pelo corregedor da comarca ou pelo juiz de fora. A presidencia do senado que no Funchal pertencera a principio ao juiz ordinario, passou para o juiz de fora funcionario de nomeação regia, do meado do seculo XVII em diante.

Faziam também parte do senado quatro mesteres eleitos anualmente pela Casa dos Vinte e Quatro.

Nas antigas sessões camararias o juiz de fora ocupava uma das extremidades da mesa das vereações, o escrivão a outra extremidade ficando á esquerda do primeiro os três vereadores, por ordem de idades, e no ultimo logar o procurador do concelho. Estes membros do senado tinham direito a cadeiras de espaldar ao passo que os quatro mesteres se sentava em cadeiras rasas junto do assento do escrivão, mas arredados da mesa das vereações. Quando sucedia assistirem ás sessões alguns membros da classe da nobreza, sentavam-se em cadeiras de espaldar, á direita do juiz de fora.

Em 1803 houve no Funchal uma sessão camararia bastante agitada pela razão do juiz de fora haver autorizado os mesteres a sentarem-se á mesa das vereações. Este incidente deu logar a que esses representantes do povo deixassem de comparecer por largo tempo ás sessões camararias.

O alvará de 2 de Abril de 1763 concedeu á camara do Funchal o direito de seguir atrás do palio na procissão de Corpus Christi, e tanto nas procissões como nas igrejas, era praxe os mesteres formarem em fila depois

do resto do senado.

As primeiras eleições municipais que se realizaram no arquipélago depois da restauração do govêrno liberal, tiveram logar no dia 2 Outubro de 1835, pela forma estabelecida: decreto de 18 de Julho de mesmo ano, sendo eleitos por essa ocasião 7 vereadores para a camara do Funchal, 3 para a do Pôrto Santo 5 para cada uma das restantes camaras da provincia. As eleições decorreram em sossêgo por tôda a parte, visto não estarem ainda organizados nessa epoca os partidos politicos que tanto haviam de hostilizar-se mais tarde. O concelho do Funchal foi regido por camaras compostas de 7 vereadores emquanto vigoraram os codigos administrativos de 1842 e 1878, mas o codigo de 1886 elevou a 9 o numero desses vereadores, o qual foi mantido nos codigos de 1895 e 1896. Pela lei de 7 de Agosto de 1913 ficaram as camaras sendo constituídas por 32 vereadores nos concelhos de 1^a. ordem, por 25 nos de 2^a. e por 16 nos de 3^a., numeros estes que foram redusidos respectivamente a 24, 16 e 12 pela lei de 23 de Junho de 1916, agora em vigor. As comissões executivas dos municipios compõem-se de 9 vereadores nos concelhos de 1^a. ordem, de 7 nos de 2^a. e de 5 nos de 3^a. (artigo 98 da Lei de 7 de Agôsto de 1913).

Os antigos escrivães das camaras, que passaram a ser secretarios destas corporações pelo codigo de 1886, denominam-se agora chefes de secretaria. Estes funcionarios assistem ás sessões das comissões executivas, redigem as actas e dirigem os trabalhos das suas repartições, em conformidade com as leis e as deliberações camararias.

O actual regime municipal, organizado sob os principios da mais larga descentralização, restituiu ás Camaras as liberdades e prerrogativas de que os governos constitucionais as tinham esbulhado nos ultimos anos. Os clamores que de tôda a parte se erguiam contra a tutela que pesava sôbre as administrações municipais, foram ouvidos pelo govêrno da Republica, tendo sido um dos seus primeiros actos pôr em execução o Codigo Administrativo de 1878, aquele que pelas suas disposições descentralizadoras, melhor permitia ás populações concelhias uma existencia livre e em justa proporção com os seus recursos.

V. Organização administrativa.

Camelia (Camellia japonica). Arbusto ou pequena arvore da familia das Ternstroemiaceas,

muito frequente na Madeira. É originário do Japão e um dos mais belos ornamentos das quintas do Monte e da Camacha. Também é conhecido pelo nome de japonesa.

Caminho de Ferro Americano. Houve um entre a antiga Praça da Constituição e o Pombal, estabelecido em virtude da licença concedida pela Camara Municipal a José Ribeiro de Almeida e João Aluísio Virissimo para explorarem esse meio de condução na cidade. Os *rails+, cuja colocação havia sido iniciada em 1896, foram arrancados em 1915, tendo a circulação dos carros sido suspensa tempos antes, em consequencia dos prejuizos sofridos pela companhia do Caminho de Ferro do Monte, a quem a Camara concedera licença para explorar a linha, em sessão de 7 de Abril de 1902.

O material da primitiva emprêsa do Caminho de Ferro Americano, foi arrematado por Manuel Betencourt Sardinha em 20 de Agosto de 1900 e cedido mais tarde á Companhia do Caminho de Ferro do Monte, a quem a Camara concedeu o subsidio anual de 300:00 réis, que foi pago até 31 de Março de 1909.

O decreto de 2 de Agôsto de 1902 aprovou a deliberação da Camara Municipal do Funchal acêrca das condições do concurso que se pretendia abrir para a concessão do estabelecimento e exploração dos caminhos de ferro americanos. Segundo o art. 6º. das bases da adjudicação que acompanham o mesmo decreto, ficava livre ao adjudicatario a escolha do sistema de tracção a empregar, podendo indiferentemente decidir-se pela tracção a gado, pela locomoção electrica ou ainda pelo emprêgo do ar comprimido.

Caminho de Ferro do Monte. Foi Antonio Joaquim Marques, de Lisboa, quem primeiro se lembrou de estabelecer um elevador ou caminho de ferro de cremalheira entre o Funchal e o Monte, tendo a proposta que neste sentido apresentou á camara, sido aceita em sessão de 17 de Fevereiro de 1887. Alguns estudos fêz o engenheiro Raul Mesnier desde 1886 com o fim de estabelecer o plano que melhor conviria seguir na execução da obra, mas como surgissem dificuldades que se não haviam previsto, resolveu-se o referido Marques a transferir para o capitão Manuel Alexandre de Sousa, natural da Madeira, a concessão que obtivera, o que foi permitido pela Camara em sessão de 24 de Julho de 1890.

Em 22 de Janeiro de 1891 foi aprovado pela Camara o projecto para a construção do elevador, achando-se

constituída já nessa época a Companhia do Caminho de Ferro, em virtude de contrato celebrado com o referido concessionário, e poucos tempos depois começavam as obras no sítio da Confeiteira, onde havia grandes muralhas a levantar. Segundo o contrato celebrado entre a Câmara e a empresa do Caminho de Ferro, a expropriação dos terrenos necessários para o estabelecimento da linha férrea deveria ser feita pela Municipalidade, correndo porém as despesas por conta da mesma Empresa, a quem a estrada ficaria pertencendo durante 99 anos, passando depois a ser pública.

O primeiro trecho do Caminho de Ferro, entre o Pombal e a Levada de Santa Luzia, foi inaugurado a 16 de Julho de 1893, e a 5 de Agosto de 1894 iniciavam-se as viagens entre o Pombal e o Atalhinho, havendo por essa ocasião ruidosos festejos na freguesia do Monte. As obras foram dirigidas a princípio pelo capitão Manuel Alexandre de Sousa, fiscal técnico da Companhia, mas tendo os serviços deste oficial sido dispensados em 29 de Agosto de 1893, ficou daí em diante a superintendência das mesmas obras a cargo dos engenheiros civis srs. Anibal e Adriano Trigo, que tiveram de corrigir alguns erros cometidos pelo seu antecessor.

Do relatório e contas da Direcção do Caminho de Ferro, referentes ao ano de 1894, vê-se que nas obras até ao sítio do Atalhinho, se dispendeu a importante quantia de 44:899\$679 réis, sendo 2:229\$210 réis no rebaixamento de uma parte da estrada, que tinha uma inclinação superior á que podia ser vencida pelas locomotivas.

Em reunião da assembleia geral da Companhia do Caminho de Ferro do Monte, de 12 de Julho de 1910, foi resolvido prolongar a linha férrea até o Terreiro da Luta, e em 4 de Agosto do mesmo ano sancionou a Câmara esta deliberação, vindo essa parte da linha e o grande restaurante construído naquele sítio a serem inaugurados no dia 24 de Junho de 1912.

Entre o Pombal e o Monte há 2500 metros de linha férrea, e entre o Pombal e o Terreiro da Luta 3850.

Dificuldades pecuniárias com que lutou a Companhia do Caminho de Ferro por ocasião da abertura da estrada e do assentamento da linha férrea até o Monte, obrigaram-na a recorrer ao crédito por duas vezes e a não distribuir dividendo pelos accionistas durante largo tempo. Há muito, porém, que a Companhia tem a sua situação regularizada, a pesar dos prejuízos consideráveis que sofreu durante a guerra, com o afastamento da navegação do nosso porto e o preço exorbitante que atingiu o carvão de pedra (1923).

Estende-se esta linha desde o Pombal, onde se encontra a principal estação e os escritórios da Companhia até o Terreiro da Luta, que é o seu “terminus”, ficando este ponto a cêrca de mil e quinhentos metros de distancia da Igreja Paroquial do Monte e numa altitude de 850 metros acima do nivel do mar. A extensão de tôda a linha é aproximadamente de quatro quilometros, tendo alguns apeadeiros no seu percurso e uma estação no sitio da Fonte. Mantém um serviço de carros para as diversas estações e apeadeiros, que em certos dias se torna mais frequente, quando se dá uma maior affluencia de turistas. No sitio do Terreiro da Luta, no têrmo da linha, donde se disfruta um dos mais maravilhosos panoramas, sustenta a Companhia do Caminho de Ferro um excelente restaurante, magnificamente instalado e que rivaliza com os melhores do seu genero no estrangeiro.

No dia 10 de Setembro de 1919, pouco depois das 6 horas da tarde, deu-se uma grande explosão na caldeira duma das locomotivas do Caminho de Ferro do Monte, na ocasião em que o comboio passava entre a Levada e o Livramento, em viagem ascendente. De cêrca de 56 pessoas que conduziam o carro e a locomotiva, 4 morreram na ocasião da explosão, ficando muito feridas, algumas delas gravemente. Por causa deste desastre estiveram suspensas as viagens para o Monte até 1 de Fevereiro de 1920, o que bastante prejudicou os interêsses da Companhia.

Camões. Como se sabe, o nosso grande épico refere-se á Madeira no seu imortal poema os Lusíadas. São os versos seguintes, que formam a 5 a estancia do canto V, que contêm essa bela e laudatoria referencia:

Passamos a grande ilha da Madeira,
 Que do muito arvoredado assi se chama;
 Das que nós povoámos a primeira,
 Mais celebre por nome, que por fama;
 Mas nem por ser do mundo a derradeira,
 Se lhe avantajam quantas Venus ama;
 Antes, sendo esta sua, se esquecera,
 De Cypro, Guido, Paphos e Cythera.

A esta estancia se encontra, em diversas obras didacticas, a seguinte paráfrase:

“Passamos pela grande ilha chamada da Madeira pelo muito arvoredo que elas tem, sendo a primeira que nós colonizámos e que é mais conhecida pelo nome do que por grandes feitos lá praticados; mas a pesar de ser a ultima do mundo, não é inferior a todas as ilhas que Vénus amou; pelo contrario se Vénus a possuísse, deixaria por ela as ilhas de Chipre, Guido, Pafos e Citera”.

Tendo os Lusíadas sido publicados em 1572, a referencia feita por Luiz de Camões á Madeira é de cêrca de 150 anos após o inicio da colonização da Madeira.

Um dos autores deste Elucidario Madeirense ocupou-se largamente do assunto no opusculo Camões e a Madeira publicado no ano de 1934, em que ficaram tratados os seguintes pontos:

1. - Interpretação da conhecida estancia 50. do Canto V e particularmente dos versos 41. e 51.;
2. - Polémica suscitada entre o dr. José Maria Rodrigues e o almirante Gago Coutinho acêrca da unica ou dupla rota, descrita por Camões, desde Lisboa ás ilhas de Cabo Verde;
3. - Hipotética localização ou situação geográfica da chamada Ilha dos Amores;
4. - Supostas ou verdadeiras censuras dirigidas pelo poeta aos ilustres madeirenses Luiz e Martim Gonçalves da Camara.

Campanario (Freguesia do). Tôrre de sinos ou sineira é o significado da palavra campanario, que parece nome estranho para designar uma paroquia. Procurando investigar a origem desta denominação aplicada á freguesia de que agora nos ocupamos, apenas conseguimos descobrir nuns apontamentos do dr. João Pedro de Freitas Drumond, que se encontram na biblioteca municipal desta cidade, uma explicação que nada tem de inverosimil, mas que também não podemos afirmar que seja inteiramente baseada na verdade. Vamos no entretanto aceitá-la como genuína e oriunda de boa fonte, porquanto o autor dos apontamentos citados não nos oferece suspeita de falta de probidade nas suas noticias e afirmações historicas.

Quando na primeira exploração através do litoral, os descobridores passaram o Cabo Girão, defrontaram-se com um pequeno ilhéu proximo da costa, que a distancia lhes pareceu ter a forma duma sineira ou campanario, nome com que designaram aquela passagem e que depois se estendeu aos terrenos circunvizinhos. “Figurava uma sineira, diz Freitas Drumond, por ter duas altas pernadas, uma das quaes o mar derrubou no primeiro de novembro de 1798”. Destruído o campanario pelo embate e violencia das

ondas, não é para estranhar que a pouco e pouco fôsse caindo no esquecimento a origem desta denominação.

Referindo-se Frutuoso á exploração que fizeram João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz para o efeito da delimitação das duas capitâneas em que se dividiu a Madeira, diz o seguinte: -“Chegando a Camara de Lobos. . passando mais abaixo a humas terras muito altas ali traçou outra igreja da Vera Cruz e todos estes altos tomou para seus herdeiros... “. Esta capela e os terrenos tomados por Zarco ficavam dentro dos limites da freguesia do Campanario, e hoje pertencem á paróquia da Quinta Grande, que se desmembrou daquela no ano de 1848. Noutro lugar diz ainda o citado Frutuoso: “para o ocidente meya legua está hum lugar de cem fogos (reporta-se ao fim do seculo XVI) espalhados, a que chamão o Campanario... são terras de criações e de lavoura de trigo e centeyo, por ser a gente monteana, dada mais a criar gado que a cultivar vinhas nem outras fructeiras; mas com tudo isto se ha de entender que nestes e em todos os logares da ilha houve sempre, e ha hoje em dia, gente honrada e fidalga, e de altos pensamentos“.

Não podemos determinar com precisão a criação desta paróquia, mas é anterior a 1556, porque um alvará regio de 28 de Agôsto do mesmo ano, acrescenta aos 10:000 réis da Congrua do respectivo vigario, mais um moio de trigo e uma pipa de vinho. Este vencimento foi aumentado pelos alvarás regios de 9 de Junho de 1581, 18 de Janeiro de 1589 e 19 de Janeiro de 1674, ficando tendo então 19:000 reis em dinheiro, um moio e meio de trigo e uma pipa e meia de vinho.

Consta que em 1698 foi ali criado um curato, mas parece que houve demora em ser provido este lugar. Somente pelo alvará regio de 9 de Maio de 1727 é que se assinalou a cõgrua do cura, que foi de 20:000 réis anuais, fazendo-se então o provimento deste cargo.

Ignoramos quando foi edificada a actual igreja paroquial. No frontispicio tem a data de 1683, que deve ser a da reconstrução, a não admitir-se a existencia doutra igreja em lugar e anterior ao templo actual. Temos noticia de que o Conselho da Fazenda mandou em 1677 arrematar os trabalhos da construção da capela-mor.

Tem esta freguesia as capelas de Nossa Senhora do Bom Despacho e de Nossa Senhora da Gloria. Já não existem a ermida de Nossa Senhora do Carmo, a de Nossa Senhora do Rosario, a de S. João Baptista e a de Nossa Senhora dos Remedios. De umas e outras nos ocuparemos no lugar respectivo.

Entre os seus antigos sesmeiros e povoadores contam-se Manuel de Noronha, filho do segundo capitão-donatario do Funchal, que teve vastos terrenos pertencentes hoje á Quinta Grande, Vasco Delgado, que se estabeleceu nas margens da Ribeira dos Melões, onde constituiu um morgado, Pedro Enes e outros.

As maiores propriedades que os jesuítas possuíam nesta ilha ficavam dentro dos limites do Campanario e constituíam principalmente a chamada Quinta Grande, que depois deu o nome a esta freguesia. Este predio rustico rendia há 160 anos mais de dois contos de réis o que hoje corresponderia a um avultadissimo rendimento.

É nesta paroquia que fica o sitio da Fajã dos Padres, assim chamado por ter pertencido aos padres da Companhia de Jesus. É uma fajã, junto ao mar e no sopé de rochas alterosas, esmeradamente cultivada e onde se produz a mais preciosa e afamada malvasia da Madeira. Este sitio foi por mais duma vez saqueado por piratas, que em Janeiro de 1625 destruíram a capela que ali tinham os jesuítas.

Em 1825 deram-se no Campanario graves perturbações da ordem, por motivos politicos, tendo que intervir a fôrça armada. Estes acontecimentos causaram no tempo grande sensação pelas circunstancias especiais que os revestiram.

Com a criação do concelho da Ribeira Brava em 1914, deixou a freguesia do Campanario de pertencer ao concelho de Camara de Lóbos, ficando incluída na area do novo concelho.

Nasceram aqui o bispo de São Paulo D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade (1767-1847), o ilustre jurisconsulto Francisco Justino Gonçalves de Andrade (1821-1902) e o conego João Jacinto Gonçalves de Andrade (1825-1894), ambos distintos professores da faculdade de direito daquela cidade brasileira (V. estes nomes).

Em outras epocas houve muitos soutos nesta freguesia, tornando-se muito conhecido de nacionais e estrangeiros um castanheiro de agigantadas proporções, cuja gravura se acha reproduzida em muitas obras que se ocupam da Madeira. Ficava no sitio da Achada e media 10 metros de circunferencia. Carcomido em parte pela acção do tempo, tinha na base uma abertura em forma de porta, que dava acesso a uma cavidade, que podia conter algumas pessoas.

Os sitios mais notaveis desta paroquia são a Fajã dos Padres, Tranqual, Quebrada, São João, Pinheiro,

Logar da Ribeira, Voltas, Pedregal, Achada, Terreiros, Logar da Serra, Cova da Velha, Adega, Corujeira, Longueira, Rodes, Carmo, Serrado, Chapim, Calçada, Lombo do Romão, Igreja, Lapa e Maçapez, Furnas e Amoreiras, Fajã Velha, Vigia, Porta Nova, Chamorra, Jardim, Palmeira, Roda e Maçapez, Pôrto da Ribeira, Pedra de Nossa Senhora e Nossa Senhora da Gloria.

No sitio do Carmo fica a escola oficial do sexo masculino, e nas Furnas e Amoreira a escola oficial do sexo feminino.

Tem um pequeno pôrto e uma praia pedregosa e de difícil desembarque. Há poucos anos que ali se construiu um pequeno desembarcadouro, que presta bom serviço quando o mar está bonançoso. Sobranceiras ao pôrto e a diferentes alturas, escavaram no tufo de uma aprumada escarpa varias cavidades com suas portas de madeira, que servem de armazéns para a guarda de diversas mercadorias, generos agricolas, lenhas, aparelhos de pesca, etc..

Dista aproximadamente 18 quilometros do Funchal, 8 de Camara de Lôbos (Igreja) e 4 e meio da Ribeira Brava.

Campanario (Ilhéu do). Na costa maritima desta paróquia, proximo do litoral, fica um pequeno ilhéu, que tem aquele nome e que também é chamado Ilhéu da Lapa.

Campanario (Porto e Cais do). No litoral da freguesia deste nome encontra-se um pequeno e mau pôrto, onde se construiu um insignificante desembarcadouro no ano de 1909.

Também é conhecido pelo nome do Pôrto da Lapa. Está distanciado 3 milhas do porto de Camara de Lôbos e 1,7 do da Ribeira Brava.

Campanario (Ribeira do). Conhecida também por Ribeira da Lapa, nasce no Pico dos Terreiros, atravessa a paróquia do Campanario e desagua no pôrto deste nome.

Campo da Barca. V. Barca (Campo da).

Campo de Baixo. Sitio povoado da Ilha do Pôrto Santo, onde se encontra uma capela da invocação do Divino Espirito Santo, de construção bastante antiga, mas reedificada no primeiro quartel do seculo XIX pelo capitão Sebastião Antonio Drumond. Tem 35 fogos e habitantes.

Campo do Duque. A Ordem de Cristo (V. este nome). depois do infante D. Henrique e de seu immediato sucessor o infante D. Fernando, teve como seus grão-mestres o duque de Vizeu D. João, o duque de Vizeu D. Diogo e o duque de Beja D. Manuel, que sucedeu na coroa. Pertencendo a Madeira ao mestrado daquela Ordem, tiveram estes duques uma larga jurisdição nos negocios espirituais, e ainda temporais deste arquipelago. No centro da sua povoação mais importante havia um vasto largo ou campo, que pertencia ao grão-mestre da Ordem, e que em homenagem a ele se chamava Campo do Duque. Referindo-se a este campo, diz o dr. Alvaro de Azevedo:

“O Campo do Duque era o terreno onde na cidade do Funchal são a cadeia publica e seu largo; a Sé, seu adro e terreiro; e o largo de S. Sebastião, no qual foi levantada a ermida deste sancto... Varios diplomas se referem a este campo, signanter, as cartas do infante D. Fernando, pelas quaes, em 1470, mandou fazer curral do concelho, e deu o terreno “junto da igreja grande“, isto é da Sé, para se fazer a casa da camara... “

Houve quem afirmasse que a área do Campo do Duque se alargava entre as duas margens das ribeiras que hoje têm os nomes de Santa Luzia e de São João. Parece que ao menos se estendia até ás proximidades da cêrca do futuro convento de S. Francisco.

No manuscrito Noticias das cousas da ilha da Madeira desde o segundo descobrimento pelo Zarco encontramos o seguinte:

“Para provarem se davam bem as ditas canas, as plantaram primeiro no campo que se chamava do Duque, onde agora está a Igreja de Santo Sebastião, que é no meio da cidade, o qual se fechava com uma cancella

onde agora é a rua do Sabão: e todo este campo foi de Francisco de Carvalho, companheiro de Zargo no descobrimento desta ilha; e depois foi de seu irmão João Manuel, e ainda agora é de seus herdeiros. Daqui se multiplicou a cultura das canas por toda a ilha, e as levaram a Machico, onde se fez o primeiro assucar que se temperou na ilha. Neste campo do Duque se fez a primeira casa sobradada, que houve nesta villa do Funchal, e em toda a ilha, e a mandou fazer o dito João Manuel, de madeira de cedro lavrada. Teve-se esta casa de sobrado naquele tempo por cousa tão nova e admiravel, sendo todas as outras casas, que havia, terreas e de tabuado, que deram capitulos a El-Rei contra o dito João Manuel, accumulando-lhe que fazia torre, onde parecia se queria fazer forte, e levantar-se contra o Funchal o contra a coroa. A dita casa ainda hoje (meado do seculo XVIII) está em pé e a possui Antonio de Carvalho, e é a casa de sobrado mais baixa que ha no Funchal“.

Na carta de 5 de Novembro de 1485 que D. Manuel, então duque de Beja e grão-mestre da Ordem de Cristo, dirigiu ao senado do Funchal, faz cendencia do terreno preciso no Campo do Duque para a construção da Sé Catedral e das casas da camara.

O antigo Campo do Duque foi a parte mais central da antiga povoação, vila e depois cidade do Funchal, como pode dizer-se que ainda o é, nas ruas e largos que aproximadamente lhe correspondem.

Campo Neutro (O). Publicaram-se 18 numeros, de 31 de Agôsto de 1861 a 13 de Janeiro de 1862.

Campos Experimentais. A Junta Agricola estabeleceu um campo experimental em cada uma das seguintes localidades: Louros (Funchal), Ribeira Brava, Paul da Serra e Pôrto da Cruz. O campo experimental desta ultima localidade durou pouco tempo; pelo que toca aos restantes, o que melhores resultados deu foi o da Ribeira Brava, que chegou a distribuir pelos agricultores um grandissimo numero de exemplares seleccionados de arvores frutiferas.

No Paul da Serra obtiveram-se boas colheitas de sementes, couves, nabos, cenouras, pepinos, alfaces, feijão, ervilhas, beterrabas, etc..

Cana. Medida de superfície adoptada outrora na Madeira e correspondente a 30 metros quadrados. Um alqueire de terra tem em muitas partes da ilha 30 canas ou 900 metros quadrados, mas no Funchal tem apenas 756,225 metros quadrados.

Cana Sacarina. Data de 1425, segundo parece, a introdução da cana de açúcar na Madeira, tendo as primeiras estacas desta planta, que se diz terem vindo da Sicilia por ordem do infante D. Henrique, sido plantadas no Campo do Duque, que era o terreno onde na cidade do Funchal estão hoje a Sé Catedral, seu adro e terreiro, o Largo da Sé, a Rua do Aljube e o Largo do Comercio, outrora de S. Sebastião. Do Campo do Duque passou a cana a Machico, e aí prosperou a sua cultura de tal modo, que produziu treze arrobas de açúcar, o qual foi do primeiro vendido na ilha.

Da Madeira passou a cana de açúcar ás Canarias, a Cabo Verde, a S. Tomé e Príncipe e a Angola e Benguela, sendo de supor que da nossa ilha se propagasse também esta util planta ás colonias portuguesas e espanholas da America onde ainda hoje existe uma casta de cana denominada crioula, perfeitamente identica á antiga cana da terra, cultivada entre nós.

A cultura da cana prosperou e desenvolveu-se na Madeira até o meado do seculo XVI, em que esta ilha chegou a produzir 300:000 arrobas de açúcar, mas em 1590, quando Gaspar Frutuoso escreveu as Saudades da Terra, já a outrora florescente industria sacarina tendia a decair, mercê da affluencia aos mercados europeus do açúcar do Brasil e das colonias espanholas, se bem que houvesse ainda aqui valiosas plantações daquela gramínea.

Para conjurar a crise que principiava a manifestar-se, solicitou e obteve a Camara do Funchal em 1598, um alvará para que nenhum navio pudesse carregar aqui açúcar de outras paragens, mas esta medida nenhuns beneficios trouxe á ilha, como também os não trouxe um contrato celebrado em 1608 entre os moradores da cidade e a mesma Camara para que se não vendesse a estrangeiros açúcar importado do Brasil, senão depois destes terem feito o terço dos seus carregamentos com açúcar da terra.

“Por um alvará de 1649, diz o Dr. Azevedo, foram prometidos premios e empréstimos aos que refizessem os antigos engenhos, já então em ruinas, ou que levantassem outros novos, porem, a industria sacharina na ilha da Madeira ficara ferida de morte, desde que, pelos fins do seculo XVI em diante, o assucar americano

veiu sortir os mercados europeus por preços com que ella não podia rivalizar. De feito a concorrência tornara-se-lhe impossível, já porque a America se fecundava pelo quasi gratuito trabalho do escravo, emquanto a Madeira, na maxima parte, pelo do colono livre; já porque na America, a terra, a cultura, o fabrico, e talvez o capital tambem, constituíam um interesse, uma força, uma empresa identica, e aqui não: a heterogenea dualidade senhorio e colono, ou morgado e villão, por tempos adormecida em suas reciprocas invejas, á sombra da opulencia a que não dera impulso, acordou, destruidora de si propria, logo que, á segúre da adversidade, a arvore protectora lascou e cahiu“.

O ilustre anotador das Saudades da Terra aponta o ano de 1748 como demarcando o t ermo do periodo sacarino nesta ilha; deve-se notar, porém, que foi somente a industria da manipula o dos açucares que desapareceu por então quasi inteiramente, pois que a cultura da cana, essa continuou a manter-se, embora em muito menor escala que anteriormente.

“A Madeira, diz o Dr. Azevedo, ficou do meado do seculo XVIII, em diante, reduzida a mera consumidora do açucar americano, com o qual mantinha a confeitaria, que, bem se podia dizer, aqui foi elevada, desde o seculo XVI, a verdadeira arte e valiosa industria de exporta o, como se mostra de alguns diplomas... e de diversos trechos das Saudades da Serra, especialmente o que diz que o capitão Simão Gonçalves da Camara mandou a Roma visitar o papa com um grande serviço... muitos brincos e mimos da ilha de conservas, e o Sacro Palacio todo feito de açucar, e os cardeais todos feitos de alfenim... da estatura de um homem “.

Poucos engenhos existiam na ilha em 1730, e em 1736, 1739, 1741, 1748, 1758 e 1765, foram solicitados alvarás para a importa o do açucar do Brasil.

Bowdich, que esteve na Madeira em 1823, diz que se fabricava aqui uma quantidade insignificante de açucar, e o autor dos Rambles in Madeira, que nos visitou em 1826, refere quasi a mesma cousa acêrca deste produto, acrescentando que havia então em tôda a ilha um unico engenho de espremer cana doce. Em 1827, refere um jornal da epoca, havia na Madeira mais outro engenho destinado ao mesmo fim, mas em 1851 j  o numero desses estabelecimentos subia a quatro, todos movidos pela fôrça de bois, segundo atesta Eduardo Harcourt na sua Sketch of Madeira.

“O fabrico do assucar e da aguardente, refere o Dr. Azevedo, resuscitaram quasi immediatameate   destruio dos vinhedos de 1846 para 1852. Começou primeiro o da aguardente, em 1847, por uma fabrica

montada em Camara de Lobos; seguiu-se em 1853, outra na Ribeira Brava; outra em 1854, em Camara de Lobos; outra, nos Canhas, em 1855; em 1857, duas, uma no Arco da Calheta, outra em Camara de Lobos; nove, no ano de 1858, a saber: duas em Machico, duas no Porto da Cruz, uma em S. Jorge, uma em Ponta Delgada, uma no Paul do Mar, uma na Magdalena e uma em Camara de Lobos; em 1859, duas, uma em S. Jorge, outra no Faial; em S. Vicente, uma no anno de 1860; por ultimo, em Ponta Delgada, no de 1861.

Vieram depois as fabricas de assucar; a de Ferraz Irmãos, começada annos antes, a de William Hinton & Son, ambas no Funchal, e a de Ferreira Nogueira, em S. Martinho, tôdas em 1856; em 1858, a de Ornellas Frazão, em Santa Cruz; em 1859 a de Joaquim da Silva, no Funchal; desde então até 1866, a de Diogo Frazão, no Arco da Calheta, e a de Wilbraham, na Ponta do Sol; por ultimo a grande fabrica de São João, fazendo algumas das sete ultimas tambem aguardente+.

A quantidade de garapa obtida em 1855 foi de 311:500 galões, segundo refere White no livro intitulado Madeira its climate and scenery, e do relatorio apresentado pelo agronomo Eduardo Dias Grande á Sociedade Agricola do Funchal em 1865, vê-se que a ilha produziu nesse ano 14:688:043 quilogramas de cana, devendo regular então a área de cultura desta planta por uns 357 hectares. Segundo o mesmo agronomo, esses 14.688:043 quilogramas deveriam produzir 84:218,98 hectolitros de garapa, representando um capital de 175:039\$550 réis.

A cultura sacarina manteve-se florescente na Madeira até 1881, mas em 1882 uma molestia até então completamente desconhecida na ilha, começou a atacar os canaviais, acabando por destruí-los quasi completamente em 1884, 1885 e 1866.

Essa molestia provocada por um fungo, o Conyothyrium melasporum, segundo pensa o distinto engenheiro-agronomo o sr. Alfredo de Fraga Gomes, causou importantissimos prejuízos á ilha, tendo sido infrutiferos todos os meios de tratamento empregados para a debelar.

Foi a cana Bourbon, importada de Caïena nos principios do seculo XIX e de Cabo Verde no meado do mesmo seculo, a casta destruída pelo Conyothyrium, mas a introdução desde 1833, de castas novas e seleccionadas vindas da Mauricia e de outros países, permitiu a rapida reconstituição dos canaviais, os quais já em 1890 se achavam espalhados por quasi tôda a região baixa da ilha, havendo mesmo uma casta, a bambu, que se tinha reconhecido poder ser cultivada em altitudes onde antes nunca chegara a cana

sacarina.

A cana da terra ou crioula, baixa e de côr verde, foi, como dissemos já, a primeira que existiu na Madeira, seguindo-se-lhe a cana Bourbon, de colmos mais altos e ás vezes um pouco avermelhados, introduzida no seculo XIX. Em 1861, ou um pouco antes, foi introduzida na ilha a cana das Antilhas, de fôlhas e colmos violaceos, mas esta casta, que se desenvolvia mal sob o nosso clima, nunca chegou a formar grandes plantações.

As castas de cana que em 1890 existiam na ilha, eram principalmente a Otaheite, a cristalina do Haiti, a elefante e a bambu, tôdas de colmos verdes, amarelados ou esverdinhado-amarelados; a violeta, a violeta clara e a violeta escura, de colmos violaceos e fôlhas verdes; a vermelha, de colmos da mesma cor; a Port Mackay, de colmos arruivados e fôlhas listadas, já um pouco atacada pela molestia; e a rajada e a cristalina rajada, de colmos grossos e listados. Estas duas ultimas castas, a violeta e a Otaheite ou cana branca eram as que dominavam nas plantações, sendo também as mais resistentes e as mais rendosas em garapas.

A cana Yuba uma das mais largamente cultivada, tem uma vitalidade superior á de qualquer das outras castas, levando-lhes também vantagem na produção, o que é devido á abundancia dos seus colmos. O rendimento medio por hectare que noutros tempos era de 20, 25 e 30:000 quilogramas, atinge agora 30, 35 e 50:000 quilogramas, correspondendo sempre as maiores producões ás terras eminentemente proprias para a cultura da cana e convenientemente fertilizadas por meio de estrumes e adubos quimicos.

Embora a cana sacarina seja cultivada com resultado em Málaga e em Motril, na Espanha, mostra a experiencia que na Madeira ela não deve ultrapassar a altitude de 250 a 300 metros na costa do sul, e de 150 a 200 metros na do norte. Na altitude de 450 metros as garapas têm apenas 4 a 6 graus Beaumé, o que faz com que as canas aí produzidas não alcancem nunca os preços por que são vendidas as da região inferior. Segundo as analises a que procedeu em 1911 o Dr. Otto Klein, as garapas da cana Yuba cultivada na região inferior da ilha, chegam a apresentar 10, 46 Beaumé, ao passo que as da antiga cana Bourbon marcavam algumas vezes 11,05.

Refere o sr. Luiz de Castilho num trabalho intitulado A Fabricação do Assucar de Canna (Rio de Janeiro, 1892), que em Guadalupe as analises de cana acusaram uma media de 12,29 por cento de sacarose, em Cuba 12,5 a 14 por cento, conforme a epoca, e no Brasil, nos terrenos de Bracuhy, 14.86 por cento. Em setenta e

uma análise a que procedeu o Dr. Otto Klein em colmos da cana Yuba, a média obtida foi apenas 11,7, sendo de notar, porém, que muitas das canas enviadas a este químico, provinham de terrenos situados a cerca de 350 metros acima do nível do mar.

Na Madeira, anteriormente á cana Yuba, com as castas então existentes, que eram diversas, as percentagens de sacarose acusadas pela cana eram de 11% e o seu rendimento oscilava entre 6 e 7 quilogramas por cento, em açúcar cristalizado, enquanto que agora, devido á melhoria das castas e ao aperfeiçoamento dos processos de fabrico que a pouco e pouco se tem vindo operando, o rendimento da cana em açúcar cristalizado é de 9 a 10 por cento. Conforme esclarecimentos de ordem técnica vindos a lume, “cada 100 quilogramas de cana Yuba contêm 78 litros de garapa ou jus com uma pureza de 86+, o que é motivo para que consideremos essa casta tão preciosa ou quasi tão preciosa como as castas cultivadas nas Índias Ocidentais, cujos *sucos teem 84 a 88 de pureza“ segundo afirma o autor de um opusculo publicado em 1910, com o titulo de A Questão Sacarina da Madeira.

O preço da cana tem variado bastante na Madeira. Em 1872 a Companhia Fabril de Assucar Madeirense pagava 55 centavos por cada 30 quilogramas de cana com 9 a 10 graus Beaumé, 60 pela que tinha 10 a 11 graus e 65 pela que tinha mais de 11 graus, mas estes preços foram pouco duradouros, e logo que os inimigos da fabrica de S. João conseguiram aniquilá-la, viu-se baixar de uma maneira bastante sensível o preço daquele produto. Em 1881, a fabrica do Torreão pagava a cana a 45 centavos, mas este preço, que ainda era remunerador, também não se manteve, desaparecendo pouco depois os canaviais em virtude da molestia a que já nos referimos. Por 1862 as fabricas pagavam a cana a 30 centavos, depois pagaram-se algumas vezes a 32 e 35 centavos, aparecendo finalmente o decreto de 30 de Dezembro de 1895 que estabeleceu para aquele produto o preço de 40 a 45 centavos por 30 quilogramas, e o decreto de 24 de Setembro de 1903, pelo qual a Madeira obteve mais 5 centavos nos preços mínimos de cana, acrescimo este que o decreto de 18 de Março de 1911 não alterou.

Actualmente e por força do disposto no decreto n. 27.912, de 31 de Julho de 1937, o preço estabelecido para a cana em condições legais é de 7\$60 por 30 quilogramas.

Algumas fabricas de aguardente pagaram a cana em 1918 por preços superiores aos estabelecidos no decreto de 1911, mas o govêrno, a titulo de proteger o distrito contra o perigo do alcoolismo, determinou que essas fabricas cessassem a sua laboração, podendo daí em diante as fabricas matriculadas comprar o resto da

produção pelos preços legais.

É de advertir que por efeito de varias causas que são do dominio da tecnica, a quantidade de açúcar comercial obtida não corresponde exactamente á riqueza sacarina da cana, mas a diferença é muito menor hoje do que outrora, mercê dos processos de fabrico e de extracção maxima adoptados modernamente na ilha.

Antes do decreto de 1895 podiam os lavradores mandar fabricar açúcar por sua conta, pagando com uma parte deste produto ou com uma certa importancia em dinheiro o preço ajustado para o fabrico, mas esse direito não foi reconhecido pela fabrica do Torreão, depois que lhe foi permitido monopolizar os serviços da produção do açúcar para consumo da ilha.

A cultura da cana, que ocupava a superficie de 1:000 hectares em 1906, de 1:100 hectares em 1911, de 1:800 hectares em 1915 e de 1:500 hectares em 1918, é, diz o engenheiro-agronomo sr. João da Mota Prego, mais rendosa do que a da vinha, dadas as condições do comercio dos nossos vinhos, mas menos do que a da bananeira. No entender do mesmo agronomo, essa cultura “não pode abranger área muito superior á que tem ocupado nos ultimos anos; o que poderá aumentar é a intensidade de produção por unidade de superficie, sendo em todo o caso muito lento este aumento de produção, dependendo de uma cultura mais intensiva, isto é consumindo mais capitais e portanto contrariada pelo actual regimen de exploração agricola, a parceria.

Na multiplicação da cana sacarina empregam-se de ordinario as extremidades dos colmos, que são muito mais baratos do que as outras partes da planta, sendo uso plantá-los obliquamente a fim de facilitar a formação das soqueiras.

A irrigação dos canaviais durante a estação quente realiza-se de 15 em 15 ou de 17 em 17 dias, o que não quer dizer que eles não possam resistir a periodos mais longos de secura. Em certas localidades pouco abundantes em aguas, deixam as canas de ser regadas ás vezes durante um mês. A cana Yuba é das castas que têm sido cultivadas na Madeira, a que melhor resiste á sêca, devido ao seu character rústico.

A construção de levadas principiou na Madeira durante o seculo XV, sendo graças a ela que a cultura da cana, iniciada no Campo do Duque, pode difundir-se por novas localidades primeiramente no sul e depois

no norte da ilha. As 300:000 arrobas de açúcar que se fabricavam na ilha no meado do século XVI, levamos a supor que haveria então cerca de dois mil hectares cultivados de cana, sendo possível que para a irrigação das terras fossem aproveitadas também as águas de muitas fontes que agora não existem, em virtude da insensatez com que o povo destruiu as antigas matas madeirenses. As levadas de Santa Luzia, do Castelejo e da Ribeira dos Socorridos já estavam construídas no século XVI, tendo pelo alvará de 19 de Outubro de 1562 determinado a rainha regente D. Catarina, em nome de D. Sebastião, que esse e outros canais se limpassem “bisto se perderem muitas canas açúcar & deixarem de se prantar outras por se nom tirarem e limparem as levadas em tempo”.

“O mais antigo diploma relativo á industria saccharina, que ha no Archivo da Camara do Funchal, é de 1562, segundo se vê das notas ás Saudades da Terra, e delle se evidencia datarem de então os primordiales progressos desta industria na Madeira: concede a construção do primeiro engenho de agoa que aqui houve para fazer assucar, vendo-se do theor que, antes desse, não existia aqui outro, com qualquer motor. Até esta epocha o fabrico do assucar, pois, não podia deixar de ser escasso, e de mera laboração domestica”.

Em 1900 existiam na Madeira 49 fabricas de moer cana, das quais 16 trabalhavam pela força de vapor e 33 pela da agua; hoje é de 51 o numero desses estabelecimentos, dos quais um apenas, o de H. Hinton, fabrica todo o açúcar consumido no arquipelago ou exportado para Portugal. O poder de laboração desta ultima fabrica, uma das mais vastas e perfeitas que se conhecem, atinge hoje 500 toneladas de cana em vinte e quatro horas, ao passo que de 1895 a 1900 não ia esse poder além de 150 toneladas, no mesmo espaço de tempo.

Não é só como planta industrial que a cana sacarina presta bons serviços; presta-os também como planta forraginosa, pois que as suas fôlhas, enquanto verdes, são comidas com prazer pelos gados. A cana passa geralmente por duas desfolhas, uma de Julho a Outubro, e outra antes da colheita.

É varia e abundante a legislação publicada sôbre o regime sacarino da Madeira. O diploma fundamental a que se subordinam hoje a cultura e a industria sacarina é o decreto n.º 3.847, de 14 de Maio de 1934. Por este diploma, a cultura da cana é limitada á que, tendo o minimo de 9 Baumé, fôr indispensavel para o açúcar consumido na Madeira e suplementarmente para o alcool e aguardente que tenham consumo no arquipelago. Esta produção de cana tem a garantia de compra obrigatoria, ao preço legal, pela fabrica de açúcar, e se em qualquer ano industrial o açúcar resultante da sua laboração exceder o consumo local, a

fabrica poderá introduzir o excesso no continente até o limite maximo de 200 toneladas, com isenção de direitos e impostos.

Para se chegar a este equilibrio, preceitua o referido decreto que a direcção da Alfandega do Funchal determinará, pelas investigações e analyses previas adequadas, os sitios e terrenos distantes das fabricas de açúcar e de alcool ou do mar, onde a cana tem menos de 9 Baumé, e se ainda assim a produção normal da cana exceder as necessidades previstas o Govêrno poderá ordenar as providencias precisas para extinguir a cultura onde esta seja menos conveniente.

As castas que vieram substituir a cana Bourbon estão extintas ou quasi extintas na ilha, sendo os canaviais madeirenses constituídos agora, predominantemente, pela cana Yuba, importada do Natal por 1897, e por algumas variedades da P. O. J., importadas principalmente da provincia de Angola de 1933 em diante. A cana Yuba, considerada de inferior qualidade no Brasil, na Mauricia, na Luisiana e noutros países onde é ou tem sido cultivada, adaptou-se por tal forma aos terrenos e clima da nossa ilha, que é tida com justa razão, como uma das mais resistentes e rendosas que aqui têm existido.

São proibidas desde 1934 plantações de cana de açúcar em terrenos que a essa data não as tenham e ainda naqueles em que forem substituidas por outra cultura, vindo mais tarde o decreto n.º. 25.437, de 31 de Maio de 1935, estabelecer que, quando se torne necessario substituir ou renovar as plantações de cana, para manter os canaviais em condições economicas de exploração, podem os respectivos proprietarios, mediante autorização previa da direcção da Alfandega do Funchal, proceder a essa substituição ou renovação até ao limite de 80 por cento dos pés substituídos e 80 por cento da área ocupada.

Canais de Lava. Em diversas partes da Madeira encontram-se grutas escavadas na lava basaltica, em geral da mais recente data, que se formaram por um mecanismo identico àquele que em certas regiões vulcanicas do globo, como os Açôres e Sandwich, deu origem a formações analogas.

Uma estreita corrente de lava ainda fluida, encaixada em lama ou escorias, escorregava ao longo duma encosta ou duma ravina, ao passo que o seu exterior, perdendo por irradiação grande parte do calor, solidificava-se, deixando o nucleo a uma temperatura ainda bastante elevada para que a fluidez lhe

permitisse continuar a deslocar-se.

Resultava assim um canal em que o continente e o conteúdo eram da mesma natureza apenas com a diferença essencial da desigualdade de temperatura.

Esgotado o núcleo pastoso, restava essa espécie de canalização vulcânica, cujo exemplo mais perfeito na Madeira é a caverna situada perto da foz da Ribeira de S. Vicente, a qual poderá medir uns 80 metros de comprimento e uns 4 a 5 de largura.

No Montado dos Pessegueiros, sítio da mesma freguesia de S. Vicente, e no Pôrto do Moniz, há também destes canais, em correntes de lava moderna, e na costa meridional, tanto a leste como ao oeste do Funchal, observam-se vestígios de túneis desta natureza, na maior parte situados ao nível do mar.

O Fojo, algar profundo escavado no tufo friável por detrás da linha da costa e um pouco a leste da Ponta da Cruz, parece ser o resultado duma erosão e do desmoronamento de um canal vulcânico que em épocas remotas ali passava, desembocando no mar, e cujas ruínas, hoje confusamente acumuladas em blocos de lava ennegrecida, apresentam superfícies alisadas, com as estrias longas e paralelas que caracterizam as paredes dos túneis de lava. As águas do mar, tendo passado através de uma fumaça de erosão marinha que próxima existe, e havendo carcomido as rochas subjacentes ao canal, teriam provocado o aludido desmoronamento, ajudadas pela água da chuva que aflue à fossa, desbastando o tufo e alargando-lhe o âmbito.

Entre o Fojo e a Ponta Gorda, não longe da Muralha dos Franceses, observam-se vestígios semelhantes de outros canais derruídos, rodeados como o do Fojo, de tufo amarelo de lava vulcânica.

Suspensos do tecto de alguns destes túneis, observam-se, como se fôsem estalactites ou semelhassem lágrimas batávicas, curiosas excrescências de lava vitrificada a atestar a fluidez da rocha sob a acção de uma temperatura muito elevada. Exemplares dessas excrescências, notáveis pelo tamanho e forma bizarras foram encontrados numa gruta da Ribeira da Janela.

Canárias. São variáveis as opiniões acerca do descobrimento do arquipélago das Canárias afirmando alguns autores que estas ilhas foram descobertas três vezes, sendo a última nos fins do século XIV ou

principios do seculo XV. Diz o padre Antonio Cordeiro na Historia Insulana, que foram descobertas pela “terceira vez no ano de 1417 pelos seus reis Betencores; e a ilha da Madeira tendo sido descoberta, e povoada em 1420, e correndo logo grande fama della, esta moveo finalmente ao sobredito segundo rei das Canarias a vender as quatro; em que reinava, ao nosso Lusitano e Serenissimo Infante D. Henrique..., e de facto lhas vendeo por certas fazendas que o infante lhe deo na dita ilha da Madeira, para onde (e para perto) o dito rei das Canarias se mudou, e já emfim sem reinado, e na Madeira ficou, e dura ainda hoje a descendencia dos Betencores... “.

É já vasta a bibliografia que se ocupa do descobrimento deste arquipelago, da sua primitiva colonização, dos direitos que os portugueses pretenderam ter á sua posse e das questões que por esse motivo se levantaram entre Portugal e Castela.

A pesar das dificuldades de comunicação, foram relativamente frequentes as relações entre os vizinhos arquipelagos das Canarias e Madeira no seculo XVII e XVIII.

Vid. Bettencourt.

Canario da Terra. (Serinus canaria). Passaro da familia Fringilida, vulgar em todas estas ilhas. Não emigra em longas viagens de alto mar, mas desloca-se segundo as estações e outras circunstancias, dentro duma mesma ilha ou entre duas ilhas proximas. É ave peculiar aos arquipelagos do Mar Macarronesio, isto é, Açores, Madeira e Canarias, sendo dela que deriva o canario de fora, de tão alta estimação; não consta, porém, que tenha sido observada nas Selvagens. A ninhada compõe-se de 3 a 5 ovos, pintalgados de violeta mais ou menos escuro sôbre fundo azul esverdinhado. É de facil domesticação, sendo nalguns ilhéus ou ilhas deshabitadas do arquipelago que se encontram as formas mais notaveis pelo amarelo brilhante da plumagem.

Canário de Fora. É a variedade domestica do canario de terra, originariamente importada da Europa. É objecto de comercio dos passarinheiros do Funchal.

Canavial (Conde de). João da Camara Leme Homem de Vasconcelos, 1º. visconde e 1º. conde de Canavial, foi um dos mais ilustres madeirenses do século XIX. Nasceu nesta cidade a 22 de Junho de 1829 e era filho do morgado Antonio Francisco da Camara Leme Homem de Vasconcelos e de D. Carolina Moniz de Ornelas Barreto Cabral, ambos pertencentes a antigas e nobres famílias desta ilha.

Concluídos no Funchal os estudos secundários, foi para Montpellier e ali recebeu o grau de bacharel em ciências no ano de 1852 e o de doutor em medicina em 1857, revelando-se sempre um estudante aplicadíssimo e de uma privilegiada inteligência. A sua pasmosa actividade, que foi até à morte uma das características do seu espirito, permitiu-lhe que ainda como estudante, tanto na Madeira como em França, se dedicasse a diversos trabalhos literários e científicos, de que são prova eloquente a sua assidua colaboração em várias revistas e jornais, a tradução do drama de Alexandre Dumas O Conde de Herman, publicado num volume de 250 páginas, e os *Etudes sur les ombellifères venéneuses*, I volume de 218 páginas, que mereceu alcançar parecer favorável da Academia das Ciências e Letras de Montpellier e o lugar de membro da mesma Academia.

Terminado o doutoramento, continuou os seus estudos científicos, e em 1858, num concurso universal e a pesar de estrangeiro, obteve o quarto prémio na extensa memória que escreveu subordinada ao tema *Des rapports de l'alimentation avec la respiration. Existe-t-il des aliments qui méritent le nom de respiratoires?* Escreveu também um largo estudo intitulado *De la température de l'homme et des animaux*, que teve uma menção honrosa da academia imperial de medicina de Paris, uma desenvolvida memória subordinada ao título de *Quelques considérations ayant pour but de démontrer que la théorie des combustions jette un grand jour sur plusieurs points du domaine de la pathologie*, que ficou manuscrita, mas que serviu de título para admissão numa sociedade científica, e ainda um valioso trabalho, que foi premiado, sob a epígrafe de *De la chaleur animale*, além de outros estudos que ficaram dispersos pelas revistas da especialidade, o que tudo lhe abriu as portas de muitas academias e sociedades científicas do nosso país e do estrangeiro.

Em 1859 fez repetição de actos na Escola Medica de Lisboa, sendo no ano seguinte nomeado demonstrador de anatomia da nossa Escola Medica e em 1867 professor proprietário. Como lente e director da mesma Escola, teve que sustentar algumas lutas com os seus colegas no magisterio, publicando a tal respeito dois grandes volumes, que, a pesar da parcialidade com que possam porventura estar escritos, são trabalhos de

incontestavel valor. Gozou como clinico de uma grande nomeada e era por todos considerado um medico abalizado. Ele e o dr. Luz Pita foram, sem ofensa para ninguém, as duas grandes notabilidades medicas da Madeira no seculo passado. A vastidão do seu saber e o seu grande *tacto clinico granjearam-lhe os foros de homem de superior envergadura no campo da medicina. O conde de Canavial sustentou varias vezes na imprensa polemicas com alguns dos seus colegas, escrevendo diversos opusculos, todos reveladores de um raro talento e de uma vasta erudição.

Também trilhou, como outros homens superiores, os meandros tortuosos da politica, tornando infecundos tantos dotes apreciaveis de talento e de saber, que, em outro campo, teriam sido um grande proveito e alcance para todos. Uma parte consideravel da sua existencia foi absorvida pela politica esteril de campanario, que o levou a rudes combates na imprensa, tendo redigido muitos jornais e publicado varios folhetos, em que se revelou um polemista de rija têmpera e de uma espantosa fecundidade como escritor. Neste particular é vastissima a sua obra, revestindo sempre a sua linguagem uma forma correcta e elegante, embora despida de grandes primores de estilo.

Como chefe do distrito, foi dos mais activos e zelosos que têm estado á frente da administração deste arquipelago. Trabalhou e trabalhou afanosamente pelo engrandecimento e pelas prosperidades da sua terra, embora o não tivesse conseguido tanto quanto seria para esperar das diligencias e esforços empregados. Sendo governador da Madeira, escreveu um livro intitulado Apontamentos para o estudo da crise agricola no distrito do Funchal, que ainda hoje pode ser lido e consultado com proveito.

A grande actividade do seu espirito manifestou-se ainda como inteligente industrial, promovendo e dirigindo a fundação da “Companhia Fabril de Assucar Madeirense” e introduzindo um notavel aperfeiçoamento nos processos destinados ao fabrico da aguardente, no sentido de ser melhor aproveitada a materia prima nele empregada. Este aperfeiçoamento, de que obteve patente de invenção, deu logar a contestações e polemicas, tendo sôbre o assunto publicado alguns opusculos. Também fêz estudos proveitosos sobre o tratamento e afinamento de vinhos, e ainda acêrca desta materia igualmente escreveu um interessante livro e publicou extensos artigos nos jornais.

A “Companhia Fabril de Assucar Madeirense” teria sido um grande elemento de prosperidade para a nossa terra, se não fôsse a guerra desleal e acintosa que lhe moveram. Este homem notavel, que foi simultaneamente clinico, professor, funcionario publico, homem de ciencia,

jornalista e escritor, politico e industrial, e que em tôdas essas manifestações da actividade humana revelou as qualidades dum privilegiadissimo espirito, poderia ter sido grande entre os grandes se, por vezes, mesquinhas e estereis questões politicas e pessoais não tivessem em demasia absorvido as preocupações da sua vasta e robusta inteligencia.

Morreu o Conde de Canavial nesta cidade a 13 de Fevereiro de 1902, tendo 73 anos de idade incompletos.

Bibliografia -A mais abundante copia dos seus escritos, que daria muitos volumes, ficou dispersa pelos jornais do tempo e ocupa-se em grande parte da politica esteril de campanario, em que dispendeu as mais vitais energias do seu grande talento e da sua pasmosa actividade. Nestes escritos jornalisticos encontram-se também os inumeros artigos que escreveu acêrca dos seus inventos e aperfeiçoamentos industriais, e sôbre assuntos medicos, alguns dos quais foram depois publicados em opusculos. Para isso foi o redactor e proprietario de varios periodicos, como A Liberdade, O Distrito do Funchal, A Luz, e ainda outros.

Dos seus trabalhos literarios, publicados em volumes e folhetos, podemos fazer menção dos seguintes:

-O Conde Herman, drama, por Alexandre Dumas. . . , traduzido por J. C. L., Funchal, 1850, de 250 pag;

Etudes sur les ombellifères venéneuses . . Montpellier, 1857, de 218 pag;

Relatorio e projecto de regulamento para a Escola-Medico- Cirurgica do Funchal. . . Funchal, 1868, de 123 pag. in folio;

Breves considerações sobre uma laqueação da arteria illiaca 1868, de 23 pag.;

Uma lição de clinica cirurgica de 27 pag., 1878;

O dr. Antonio da Luz Pitta o Pharmaceutico Francisco Xavier de Sousa e o Dr. João da Camara Leme, de 88 pag.in-folio, 1869;

Uma ophtalmia traumatica, lição de clinica. . . , 1868, de 29 pag.;

Discurso pronunciado... na reunião do partido progressista, 1870, de 18 pag.;

João Augusto d'Ornellas e a Nova Fabrica de Assucar, 1871, de 28 pag.;

Breves instruções sobre a cultura da beterraba de assucar, 1871, de 16 pag.,

Relatorio da Direcção da Companhia Fabril de Assucar Madeirense, de 70 pag. in-folio, 1871;

Companhia Fabril de Assucar Madeirense, relatorio da direcção, 1872, de 24 pag.;

Carta sobre a nova molestia da vinha na Madeira, 1872, de 21 pag.;

Guia do sericultor Madeirense, 1874, de 32 pag.;
 Uma crise agricola, um caminho aereo e uma sociedade anonyma, 1876, de 146 pag.;
 Discurso pronunciado em 20 de março de 1876 na sessao da abertura da Eschola Central da Associação de Protecção e Instrução do Sexo Feminino Funchalense, Funchal, 1876, de 56 pag.;
 Apontamentos para o estudo da crise agricola no Funchal, Funchal, 1879, de 110 pag.;
 A Companhia Fabril de Assucar Madeirense, Roberto Leal e o Dr. Tarquinio T. da Camara Lomelino, 1879, de 40 pag.;
 Breve noticia sobre o tratamento do vinho pelo calor, 882, de 12 pag.;
 Um privilegio industrial, 1883, de 93 pag.; Um governador civil, um delegado de saude e um ex-governador civil substituto, 1883, de 24 pag.;
 Uma acção civil contra o snr. W. Hinton., 1884, de 79 pag.; A resposta do snr. Dr. Vicente Candido Machado, 1884, de 112 pag.;
 Um alvitre para a solução da crise por que está passando o país, 1884, de 71 pag.;
 Breves considerações sobre os direitos do assucar estrangeiro, 1885, de 16 pag.;
 A cultura da canna de assucar e os direitos sobre o assucar; 1885;
 Felicitação aos illustres exploradores portuguezes, Hermenegildo Capello e Roberto Ivens, 1885, de 7 pag.;
 Esboço de uma ideia sobre credito industrial, 1886, de 9 pag.;
 Os vinhos da Madeira e o seu descredito pelas estufas, 1889, de 91 pag.;
 Noticia sobre o vinho Cannavial, 1882, de 23 pag.;
 Resposta á critica que fez o Ex.m Snr. Dr. João Augusto Teixeira... á “Noticia sobre o vinho Cannavial“, 1892, de 90 pag.;
 Os tres systemas de tratamento dos Vinhos da Madeira, 1900, de 22 pag..

Surgiu há pouco (1921) a ideia de levantar-se nesta cidade um monumento ao conde de Canavial, tendo-se para esse fim realizado uma reunião nos primeiros dias do mês de Outubro de 1920, com o fim de se acordar na maneira de prestar uma publica e condigna homenagem àquele nosso illustre conterraneo e perpetuar entre nós a memoria do seu nome. Partiu esta iniciativa do nosso patricio o dr. Abel Capitolino Baptista.

No extremo da avenida do “Dr. Manuel de Arriaga“ em frente do adro da Sé Cathedral, está (1923) sôbre um bem trabalhado pedestal de marmore, o busto em bronze do Conde de Canavial, o qual foi inaugurado a 2 de Março de 1922, tendo-se realizado a cerimonia do lançamento da primeira pedra do monumento a 1 de

Dezembro do ano anterior.

Este monumento foi transferido há poucos anos para o Campo da Barca e colocado nas imediações do Pôsto de Desinfecção.

Para maior complemento do que acima fica dito, leiam-se os artigos Associação de Protecção e Instrução do Sexo Feminino Funchalense, Companhia Fabril de Assucar Madeirense e Estufas, publicados neste Elucidario.

Cana Vieira (Arundo Donax). Graminea de colmos altos, ocos nos entrenós e lenhosos, muito cultivada na Madeira e Pôrto Santo. Estes colmos servem para rocas, para canas de pescar, para apoio de plantas trepadeiras e para outros fins. As fôlhas constituem uma forragem mediocre. Também lhe chamam cana de roca.

Cancioneiro de Resende (A Madeira no). Teofilo Braga, no seu livro Poetas Palacianos, em que largamente se ocupa do “Cancioneiro de Resende”, insere um capítulo a que deu o título de “El-Rei D. Duarte e o cyclo poético da Madeira”, onde pela primeira vez se expõe a ideia da existencia dum grupo de cultores da poesia, naturais da Madeira ou nela residentes, que tiveram larga representação no mesmo Cancioneiro e que pelo seu incontestável mérito literário poderiam constituir um ciclo ou escola à parte, no meio da numerosa falange de poetas que figuram naquela célebre colecção. Parece-nos que o ilustre escritor levou muito longe o conceito abonatorio, que benevolmente formou dêsse Ciclo ou dessa Escola madeirense.

O dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, abalizado comentador das Saudades da Terra e também distinto critico literário, discorda da opinião de Teofilo Braga, fazendo as seguintes sensatas considerações: “Estamos em que o grupo dos poetas madeirenses deste periodo não constitue cyclo distinto e apenas ramo do cyclo continental, porque não tem tipo proprio; a indole e a forma das produções desses poetas são comuns com as dos demais poetas palacianos da mesma escola, colligidas no Cancioneiro Geral. Mas, nem por isso aquele muito notavel grupo deixa de ser titulo bastante a que a ilha da Madeira tenha quinhão honroso na

historia ante-classica da literatura nacional, quinhão que T. Braga lhe reivindicou“.

Vamos nós agora procurar fazer um breve inventário ou resenha dessas composições poeticas insertas no “Cancioneiro Geral de Garcia de Resende“ percorrendo as páginas dos seus cinco volumes (ed. de 1910-1918) e apresentando ao mesmo tempo umas rápidas notas de caracter pessoal, que melhor possam identificar os nomes dos autores a que elas dizem respeito.

Abre o primeiro volume do Cancioneiro com a célebre contenda poetica acêrca de “O Cuydar e o Sospirar“, a que em muitas obras se fazem frequentes referencias e em que tomaram parte diversos poetas palacianos, ocupando todo êste elegante debate mais de cem páginas da edição que estamos compulsando. O Ciclo da Madeira tem nele condigna representação com as composições do trovador João Gomes, de quem, em outro lugar, já deixamos dito: “Não está averiguado se veio para este arquipelago como um dos seus antigos povoadores ou se teria nascido na Madeira. Em diversos escritos é citado com o nome de João Gomes da Ilha e também com o de João Gomes o Trovador, pois que cultivou com distinção a poesia, encontrando-se treze composições suas no “Cancioneiro de Garcia de Resende“.

Casou no Funchal com D. Guiomar Ferreira, filha de Gonçalo Aires Ferreira, o conhecido companheiro de João Gonçalves Zargo. Teve terras de sesmaria nas margens da ribeira, que tomou e ainda conserva o nome de João Gomes. Foi pagem do infante D. Henrique e faleceu pelo ano de 1495. Além dos versos acima citados e incluídos na disputa de “O Cuydar e o Sospirar“, encontram-se no Cancioneiro mais vinte composições poeticas, todas subordinadas ao titulo *De Joham Gomez da Ylha+, embora com algumas variantes na maneira de ortografar essas epigrafes. Como já notou o dr. Rodrigues de Azevedo foi João Gomes o mais fecundo dos poetas do Ciclo da Madeira; a que podemos acrescentar que também foi de todos o mais distinto.

A este se segue imediatamente no Cancioneiro o nome de Tristão Vaz Teixeira, que ali se encontra sob a rubrica De Tristam teyxeyra capitãao de Machyco. Foi o segundo capitão donatario de Machico e filho do primeiro donatario Tristão Vaz, tendo nascido no continente português e morrido na capital da sua donataria, onde foi sepultado na capela de S. João, por ele fundada e erecta na igreja paroquial da vila de Machico. Tornou-se mais conhecido pelo nome de Tristão das Damas porque, diz o doutor Gaspar Frutuoso, foi muito cortesão, grande dizedor e fazia muitos motes ás damas, e era muito eloquente no falar. Figura como uma das mais importantes personagens da interessante novela madeirense A Filha de Tristão

das Damas, da autoria do ilustre escritor e académico sr. J. Reis Gomes, achando-se ali reproduzida uma das suas poesias que vem inserta no segundo volume do Cancioneiro.

João Gonçalves da Camara, filho de João Gonçalves Zargo e segundo capitão-donatario do Funchal, figura na colecção de Garcia de Resende com três composições poeticas sob a rubrica de Joham Gonçalves capytão da ilha. Segundo se depreende da informação dada por Frutuoso deve ter nascido por 1414 e faleceu no Funchal a 25 de Março de 1501, sendo sepultado na igreja do convento de Santa Clara, junta dos degraus do altar-mor, onde há poucos anos se descobriu a lápide que cobre a sua sepultura. Deu grande desenvolvimento aos trabalhos da colonização iniciada por seu pai, tendo consideravelmente contribuído para o progresso e engrandecimento da antiga vila do Funchal. Nas nossas porfiadas lutas em Marrocos contra os mouros, distinguiu-se notavelmente pela sua destemida coragem e ainda pelos socorros materiais com que algumas vezes concorreu para acudir ao iminente perigo em que se encontravam os dominios portugueses daquela região. Foi o fundador do convento de Santa Clara, ao qual doou a grande propriedade do Curral das Freiras no ano de 1492. Também figura como personagem notavel na novela A Filha de Tristão das Damas acima citada.

É Manuel de Noronha outro poeta palaciano do “Ciclo da Madeira“, que tem algumas composições no Cancioneiro. Nasceu no Funchal e era filho do segundo capitão-donatario João Gonçalves da Camara. As antigas cronicas madeirenses falam com grande encarecimento dos serviços que prestou no norte de Africa e da sua grande bravura como militar, referindo-se especialmente a um encontro “em que á testa de cento e cinquenta cavaleiros quasi todos da ilha praticou prodigios de valor.

Com uma pequena produção de oito versos, deparamos com o nome de Pero Correia ou antes Pedro Correia, conforme se lê em vários escritos que se ocupam das cousas da Madeira. Foi segundo capitão-donatário do Pôrto Santo, embora Gaspar Frutuoso não o considere como tal. Por morte de seu sogro Bartolomeu Perestrelo, primeiro donatário daquela ilha, comprou Pedro Correia a capitania do Pôrto Santo, que administrou durante alguns anos. Atingindo o filho e herdeiro de Bartolomeu Perestrelo a maioria impugnou a posse da donataria de que fora injustamente esbulhado, conseguindo rehavê-la, por mandado do monarca e entrar na posse dela. Pedro Correia foi capitão-donatário da ilha Graciosa, que teve de abandonar quando fixou residencia no Pôrto Santo.

Teofilo Braga e Rodrigues de Azevedo incluem também no Ciclo da Madeira os poetas do Cancioneiro

Duarte de Brito, Rui de Sousa e Rui Gomes da Gran, que o historiador das ilhas (Saud., 156) nos informa serem casados com netas de João Gonçalves Zargo, e ainda João de Abreu, casado com uma neta de Tristão Vaz, primeiro donatário de Machico, encontrando-se algumas composições desses poetas no primeiro e quarto volume do Cancioneiro.

Parece dirigirem-se ainda a um poeta da Madeira as seguintes palavras de Teófilo Braga: “Em uns versos de Francisco da Silveira, escritos em 1498, apodando um fidalgo da ilha da Madeira, que andava em Castela, refere-se ao Conde de Tendilha, como poeta, pai do chefe da escola de Sevilha Diogo Hurtado de Mendonça: “Diga o Conde de Tendilha
e a senhora Bobadilha
se da ilha do Funchal
foi homem tam por seu mal
a Castilha“

Esta composição é extensa e tem por título (Canc., IV-230): “Do coudel moor Francisco da Sylveira estando em Portugal a estas ceroylas de Manuel de Noronha, as quaes mandou a Castela“. Dela não se pode deduzir com clareza o comentário feito por T. Braga, que certamente teria tido outro elemento de informação, além do que lhe foi fornecido pelo contexto da referida composição poetica.

Cane (Ella and Florence du). E.: The Flowers and Gardens of Madeira, London, 1909, I vol..

Caneja (Mustelus laevis). Peixe cartilaginoso da familia Carchariida, de relativa frecuencia nestes mares. Pescam-no perto da costa, em rêde ou aparelho de anzol, como o espinhel e outros. Dentre os chamados peixes de coiro, é um dos que possuem sabor mais agradável.

Caneleira (Cinnamomum zeylanicum). Arvore da familia das Lauraceas, muito cultivada nas quintas e jardins da Madeira. É muito ornamental e boa arvore de sombra, de fôlhas persistentes, mas a sua casca é pouco aromatica e sem nenhum valor comercial. Só temos visto na ilha a variedade Cassia.

Canforeiro (Cinnamomum Camphora). Arvore da familia das Lauraceas, originaria do Japão e muito cultivada nas quintas e jardins do Funchal. Produz a cânfora do comercio, a qual se obtém metendo pequenos pedaços do tronco e ramos da arvore num vaso de ferro, cuja tampa deve ser atravessada por palhas de arroz. Pelo aquecimento a cânfora volatiliza-se e adere á palha, produzindo-se assim a cânfora bruta, a qual tem uma côr acinzentada. Este produto dá pela sublimação a banho de areia a cânfora das farmacias. O canforeiro é uma boa arvore de sombra, de fôlhas persistentes.

Canhas (Freguesia dos). "... e passando huma ribeira que está além desta Ponta do Sol, traçou em huma ladeira huma igreja do apostolo Santiago, e além achou ainda o fogo que mandou pôr pela costa; pelo que não poderam passar, por estar o arvoredo muito cerrado, e haver grande fogo em parte delle. Por isso desceram a uma ribeira, e, sempre ao som da agoa, foram dar ao mar, onde acharam os bateis". Este trecho de Frutuoso, que se refere á primitiva exploração feita por Zarco e alguns dos seus companheiros da descoberta, dá-nos noticia da sua passagem pelos terrenos que depois constituíram a freguesia dos Canhas e, portanto, das pessoas que primeiramente atravessaram as florestas virgens que cobriam os mesmos terrenos.

É bem conhecida a origem do nome desta paroquia. Uma familia de apelido Canha, que ali se estabeleceu pelos primitivos tempos da colonização, deu ás suas terras o nome de Canhas, que depois se transmitiu á futura freguesia, e do que essas mesmas terras foram o antigo e originario nucleo. Afirmam alguns, e entre eles o autorizado comentador da Historia Insulana, que foi João de Canha, escudeiro do duque de Vizeu D. Diogo, um dos primeiros povoadores dos Canhas, que ali teve terras de sesmaria, aforando-as a D. Constança Rodrigues de Almeida, viuva de João Gonçalves Zarco, e que seu filho Rui Pires de Canha foi o fundador da capela de São Tiago, onde depois se estabeleceu a sede da paroquia. O ilustre anotador das Saudades ds Terra é, porém, de opinião que Rui Pires de Canha é colonizador mais antigo do que João de Canha, não indicando o grau de parentesco que porventura existiria entre estes dois individuos. O sentir mais comum e de varios nobiliarios que consultámos, é que João de Canha se estabeleceu ali primeiramente, sendo Rui Pires de Canha um dos seus descendentes e que também adquiriu varias terras dentro dos limites desta futura paroquia.

O alvará regio de 30 de Janeiro de 1577 cometeu ao bispo diocesano D. Jeronimo Barreto a faculdade de criar esta freguesia, que somente alguns anos depois ficou definitivamente constituída, tendo sido desagregada da paróquia da Ponta do Sol. O primeiro vigário nela provido foi o padre Diogo da Silva, com a cômputa anual de 20\$000 réis, que pelo alvará de 10 de Julho de 1653 passou a 19\$000 réis em dinheiro, um moio e meio de trigo e uma pipa e meia de vinho. A Diogo da Silva sucederam, como parocos desta freguesia, Belchior Alvares de Araujo, Antonio Fernandes, Amaro de Freitas, Francisco Rodrigues e Antonio Novais Ferreira, no periodo decorrido da sua fundação até o ano de 1647.

A nova paróquia instalou-se na capela de São Tiago, fundada, como dissemos por Rui Pires de Canha, sendo certo que outros a dão como edificada por Braz da Camara ou ainda por Rafael Castanho. Não sabemos quando a sede da freguesia foi transferida desta capela para a nova igreja, nem em que ano se procedeu á construção desta. Conjecturamos que se erigiu o novo templo no primeiro quartel do seculo XVI, sabendo no entretanto que em 1676 mandou o Conselho de Fazenda executar nele importantes reparações na capela-mor, e que D. José I, por alvará de 1752, ordenou que se fizesse a reconstrução da igreja paróquial. A primeira pedra foi lançada solenemente a 22 de Julho de 1753, sendo a 4 de Março de 1756 passado o alvará episcopal que autorizou a sua benção e sua abertura ao culto, o que teve logar pouco tempo depois.

Numa visita pastoral ordenou o prelado diocesano ao paroco Antonio de Caires, que requeresse a criação dum curato, em atenção ao desenvolvimento que já tinha atingido a população, sendo o logar de coadjutor criado pelo alvará regio de 7 de Dezembro de 1731, com a cômputa anual de um moio e meio de trigo e uma pipa e meia de vinho.

Existem nesta freguesia as capelas de Santo André Avelino, de Nossa Senhora dos Anjos e do Sagrado Coração de Jesus. Teve, mas já desapareceram, as capelas de São Tiago, de Nossa Senhora do Monte e Sant'Ana, de Nossa Senhora da Anunciação e de Nossa Senhora do Socorro. A todas elas faremos referencia especial no logar competente.

Conserva ainda esta freguesia alguns dos antigos usos e tipicos costumes dos camponeses madeirenses, que por tôda a parte vão inteiramente desaparecendo. As saias de vestido, de fabrico caseiro, tecidas ás riscas de côres vivas e variadas, de aspecto tão pitoresco, e bem assim as capas curtas, de pano escuro, com bandas aos bicos e orladas de fita de sêda azul, são ainda geralmente usadas nesta freguesia, dando nos arraiais e

ajuntamentos do povo uma feição caracteristicamente regional e sobremaneira interessante, que pena é vê-las substituídas por umas modas ridículas, que tão mal se ageitam ás simples e modestas mulheres dos nossos campos. Uma velha usança ainda aqui predominante no modo do tratamento, em que sempre se faz o emprêgo da segunda pessoa do plural, não deixa de merecer o devido registo neste logar. Podeis ajudar-me?, ide lá, vinde cá, e tantíssimas outras são as frases de uso comum e quotidiano no tratamento familiar dos habitantes desta paroquia.

Os seus principais sitios são Lombo da Piedade, Achada e Levada do Poiso, Anjos, Barreiro e Feiteiras, Carvalhal e Carreira, Serrado e Cova, Cruz, Fajã e Eiras, Lombo dos Canhas, Outeiro, Poiso, Salões e Levada da Madalena, Socorro e Vale e Cova do Pico.

Há ali um pequeno porto, chamado dos Anjos, por ficar no sitio deste nome, e neste sitio se levanta uma capela conhecida pela invocação de Nossa Senhora dos Anjos. O movimento comercial e de passageiros da freguesia faz-se principalmente pela vila e pôrto da Ponta do Sol. A pesar de poder considerar-se uma povoação do interior, pois que o mar apenas banha uma parte muito insignificante da sua costa, é no entretanto um centro fabril de certa importancia e muito superior a um grande numero de outras freguesias do litoral. Existem ali quatro fabricas de manteiga, uma de queijos, duas de aguardente, uma de serragem de madeira e uma de massas alimentícias.

Tem uma escola do sexo masculino, criada há cêrca de 50 anos, e uma do sexo feminino, de criação recente.

Destinadas á irrigação desta freguesia e tendo nela origem, existem as levadas do Pico e das Cruzes.

Os Canhas confinam ao norte com as serras que entestam com o Paul da Serra, ao sul com o oceano e Madalena do Mar, leste com a Ponta do Sol e oeste com o Arco da Calheta. Tem 3882 habitantes.

Canical (Freguesia do). No extremo leste da Madeira se encontra esta pequena e solitaria freguesia. É uma aldeia de pobres pescadores, que demora entre as alcantiladas rochas que a separam de Machico e os terrenos de caprichoso recorte e de acidentado relêvo que formam a ponta de São Lourenço. Pode afirmar-se que fica isolada do resto da ilha, embora não esteja dela separada pelo oceano, em virtude

da dificuldade das comunicações, que, apenas em circunstancias de extrema necessidade e somente quando o estado do mar o não permite, se estabelecem com a vizinha freguesia de Machico, através dum estreito carreiro praticado na rocha, por vezes abrupta e sempre semeada dos mais arriscados e iminentes perigos. A existencia dos seus habitantes decorre entre os labores da pesca, a que principalmente se entregam, e o amanho e cultivo de algumas terras. Vivem muito abaixo duma estricta mediania, e quando estala a procela e ondas alterosas vêm fustigar a costa, impedindo as labutas do mar, a miseria e a fome entram em muitos casais e ali estadeiam todo o seu cortejo de horrores. É uma gente pacifica e ordeira, acostumada ao remanso feliz daquele isolamento e daquela tranquilidade, desconhecendo os confortos e comodidades dos centros populosos e não invejando, portanto, os gozos e atractivos que esses meios, onde impera o bulicio e o prazer, proporcionam aos eleitos da fortuna.

A origem do seu nome deve ser a mesma que apontamos para a freguesia do Caniço, e, adoptando-a como tal, não nos parece andar muito distanciados da verdade.

O nucleo primitivo da colonização desta freguesia “provem, diz o dr. Azevedo, da fazenda povoada no sitio assim chamado (do Caniçal), a qual pertencia a Vasco Martins Moniz, fallecido em 1510; este fez ahi morgado, por testamento de 5 de setembro de 1489, a favor de seu primogenito Garcia Moniz, o qual foi senhor do Caniçal e fundador da igreja do logar, no primeiro quartel do seculo XVI”.

Mais velho, mas talvez ainda contemporaneo de Vasco Martins Moniz, foi João Teixeira, terceiro filho do descobridor Tristão Vaz, o primeiro donatario de Machico, e dele diz Gaspar Frutuoso: “... foi grande caçador e inclinado a montear, e por essa causa havia na Villa de Machico huma coutada sua no Caniçal, de tanta caça de coelhos, perdizes, pavões, e muitos porcos javaliz, que se affirma que era a melhor coutada de todo o Portugal: o que dá a entender huma carta que hoje em dia está na Camara de Machico, escripta por El-Rey D. Manoel aos officiaes della, em que lhes encomenda muito que tenham estreita conta com a coutada dos filhos do primeiro capitam, e que ninguem entre nella, porque lhe inculcavam e affirmavam que, se elle acertasse vir á ilha, em nenhuma das outras terras podia montear e caçar, senão nesta do Caniçal, e campos de Sancta Catharina”.

Embora nos pareça haver algum exagero nas palavras do cronista, devemos no entretanto acreditar que a coutada tinha importancia, e os terrenos que a constituíam ainda hoje conservam o nome de Terras de João Teixeira.

O Caniçal é a mais antiga das pequenas paróquias desta ilha. O seu isolamento e dificuldades de comunicações com as povoações vizinhas mais ainda do que o numero dos seus moradores, aconselharam a criação da freguesia, o que se deu pelos anos de 1561, pois nesta epoca nem chegariam a 15 os casais que a povoavam. O alvará regio de 12 de Setembro de 1564 fixou em 14.300 réis o vencimento anual do pároco, que foi respectivamente aumentado pelos alvarás de 24 de Novembro de 1572, 10 de Setembro de 1589, 22 de Outubro de 1592 e 31 de Agosto de 1609, ficando então a perceber anualmente a cõgrua de 24.000 réis em dinheiro, um moio de trigo e uma pipa de vinho, o que em atenção á população, constituía um ordenado superior ao de outros vigarios, o que se justificava pela pobreza e isolamento do logar. Sabemos que no periodo decorrido de 1590 a 1660 foram párocos nesta freguesia os padres Amador Caldeira, Antonio Ferreira de Quental, Matias Catanho e Vicente Luiz.

Foi na capela de S. Sebastião, fundada por Garcia Moniz no primeiro quartel no seculo XVI, que se instalou a sede da nova freguesia. Por 1594 se acrescentou ou reedificou a mesma capela, deixando-a em tal estado de ruína o terramoto de 1748, que uma testemunha contemporanea diz que *não tem outro remedio senão nova edificação+. A 9 de Junho de 1749 se lançou a primeira pedra para a construção do novo templo, que é o actual, procedendo-se á sua benção solene no dia 13 de Dezembro de 1750. Foi erigido em sitio um pouco afastado do da primeira igreja, conservando este ainda o nome de Sitio da Igreja Velha.

Tem esta paróquia a capela de Nossa Senhora da Piedade, pitorescamente situada no alto dum monte e a debruçar-se sôbre as aguas do oceano. Foi construída no monte Gordo ou da Piedade, a distancia de 4 quilometros da igreja paroquial. É ocasião de fazer referencia á original procissão que todos os anos se realiza em direcção a esta capela, saindo o prestito religioso da igreja paroquial a caminho da praia, onde toma alguns barcos vistosamente engalanados, sendo de perto seguida por um numero consideravel de pequenas embarcações á vela até a raiz do monte, fazendo-se aí o desembarque e em seguida a penosa ascensão da aprumada escarpa, dando por fim entrada na pequena e solitaria ermida.

Os terrenos desta freguesia então em grande parte por cultivar, devido á escassez de aguas de irrigação. Tem falta de fontes de agua potavel e não é atravessada por ribeiras. O autor das Saudades, referindo-se certamente a uma epoca muito anterior àquela em que este livro foi escrito (1590), diz o seguinte:

“Para se regarem canas de assucar nesta villa (Machico) e para o Caniçal, se tirou huma levada d’agoa de tão longe, que do logar onde nace até a villa serão quatro legoas e meya ou perto de cinco, na qual se gastaram

mais de cem mil cruzados, por vir de grandes serras e funduras; e dizem que na obra della se furaram dous picos de pedra rija, por não haver outro remedio. Raphael Catanho, genoes, com o grande spirito que tem, como quase todos os estrangeiros e principalmente os desta nação, foi o primeiro que começou a tirar esta agoa, e depois El-Rey a mandou levar ao cabo: e, pelo muito custo que fazia, ja se não usa. A esta passagem de Frutuoso acrescenta o padre Fernando Augusto de Pontes, no seu interessante livro Excursões na Madeira,: “é esta mesma levada a que abastece de agua a quinta do Palheiro Ferreiro“. Parece que noutros tempos teve esta freguesia uma notavel arborização, e ainda hoje, ao norte dela, se encontram algumas matas, restos talvez das antigas florestas.

Nos limites desta parochia ficam os conhecidos Fosseis, que são um dos pontos de maior interêsse que esta ilha oferece ás observações dos naturalistas. A eles nos referimos em outro logar. (Vid. Corpos Calcareos da Piedade).

A ponta de S. Lourenço com seu ilhéu adjacente, onde estão instalados um farol e uma estação telegráfica e semafórica, merecem mais demorada referencia, o que faremos em artigo especial.

Entre a povoação e a ponta de S. Lourenço fica a interessante e pitoresca baía da Abra, não menos vasta do que a de Machico, e muito abundante em peixe. Houve o pensamento de ali se construir um porto de abrigo e arsenal de marinha, chegando para este fim a realizarem-se alguns estudos no primeiro quartel do seculo passado.

Aquém desta baía, isto é, entre ela e o povoado, fica uma pequena praia que tem o nome de Prainha, e que é bastante visitada pelos veraneantes que passam a estação calmosa na vila de Machico. É a unica praia de areia que tem esta ilha, ficando situada ao fundo duma pequena e pitoresca enseada. Nas imediações dela se levantava a antiga igreja, e hoje prepara-se ali a construção dumas salinas.

Com excepção da parte povoada, é esta freguesia em geral muito montanhosa e de um grande acidentado nos seus terrenos, podendo fazer-se menção dos montes ou picos do Penedo do Saco, do Junqueiro, Lagedo, Cancela, Judeu, Dragoal, Tojal, Facho e Castanho, ficando o alto deste a mais de 600 metros acima do nivel do mar. O pico da Cancela é uma cratera extinta, e das suas imediações se avista a ponta de S. Jorge e a ilha do Pôrto Santo, sendo nesta eminencia que verdadeiramente começa o cabo ou ponta de São Lonrenço.

Os principais sitios são Banda do Silva, Serrado do Marmeleiro, Entre as Aguas e Banda de Além.

Canião. Rêde de canas ou de varas delgadas sobre a qual se colocam as castanhas que se querem secar. No compartimento onde se procede á secagem, abre-se no solo uma pequena escavação, colocando-se aí lenha a que se lança fogo, o qual se não deve deixar apagar enquanto dura a operação. Só o fumo deve chegar ás castanhas, e quando estas estão secas, são pisadas com os pés dentro de cestos, a fim de largarem a casca.

Canião (Freguesia do). *Phragmites communis* é o nome que a ciencia dá ao carriço ou também caniço, planta que por ali fartamente abundava nos tempos da descoberta. Frutuoso diz: "...Ponta de Oiveira... está ao mar de huns logares que chamão Canião, por nelle estarem as terras cobertas de hum carriço, como canas delgadas, donde tomou o nome, ainda que corruptamente, porque esta erva, que chamam carriço, tem huns grellos como compridas canas. O qual logar do Canião he fim da jurisdição de Machico, e principio da jurisdição do Funchal". Lá diz Manuel Tomás, na Insulana:

Hum logar depois neste carriço
Por corrupção se chamará Canisso.

Após o descobrimento e para iniciar os trabalhos da colonização, dividiram João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz as terras da Madeira em duas capitánias (V. Capitánias), assinalando-lhes os limites e demarcando-lhes as areas da sua jurisdição. Uma linha divisoria partindo da Ponta de Oliveira e terminando na Ponta do Tristão, separava os dominios dos dois capitães-donatarios. Tem, pois, o Canião ligado o seu nome a esta delimitação de fronteiras, dando-se mais tarde a singularidade de pertencer esta freguesia á jurisdição das duas capitánias.

Fora do Funchal e Machico, foi o Canião um dos primeiros logares povoados desta ilha e onde sem demora se procedeu ao arroteamento e cultura das terras. Ali houve varias fazendas povoadas, e uma delas com capela e capelão privativo, ainda antes da criação da paróquia. Alguns dos primitivos colonizadores aqui

fizeram assentamento e tiveram muitas terras de sesmaria, e outros vieram mais tarde estabelecer-se, alargando a área da população e a cultura e amanho dos terrenos incultos. Entre os antigos povoadores e sesmeiros podem citar-se Alvaro de Ornelas, o genovês Lucas Salvago, João Gavião, Gaspar do Rêgo e Vasco Fernandes Rêgo, Vasco Martins Moniz, Afonso de Viena e outros, a alguns dos quais nos referiremos em especial.

Dentre estes povoadores alguns havia de origem fidalga, que conservaram os seus privilegios de nobreza e aqui fundaram varias casas vinculares, devendo destacar-se a da Consolação, instituída por Alvaro de Ornelas, que é das mais antigas da Madeira e data dos fins do seculo XV, e o morgadio fundado por Vasco Martins Moniz, o de Matos Coutinho e o de João Afonso.

O aumento de novos povoadores com a sua mais proxima descendencia, formaram dentro de poucos anos um nucleo muito importante de população, que logo aconselhou a criação duma paróquia. A maior densidade dos casais estendia-se pelas duas margens da ribeira, que era a divisoria das duas capitánias. Dum e doutro lado desta linha de agua se levantaram duas igrejas paroquiais, tendo a da margem direita o orago do Espirito Santo e a da margem esquerda o de Santo Antão. Os terrenos que ficavam em tórno da primeira tinham a denominação de Caniço para a cidade e os que ficavam em torno da segunda chamavam-se Caniço para Machico. Estas designações indicavam claramente as capitánias a que pertenciam.

Devemos com bons fundamentos supor que rivalidades de jurisdição ou desinteligencias havidas entre os habitantes das duas margens da ribeira, determinassem a construção das duas igrejas, situadas a tão pequena distancia uma da outra, não se conhecendo motivo algum plausivel que justificasse essa construção. Elas implicavam a criação de duas paróquias, que apenas existiram nominalmente, pois sempre tiveram apenas um pároco a servi-las, embora durante alguns anos os officios do culto se realizassem alternadamente nas duas igrejas. As varias referencias que temos encontrado a criação da freguesia, cõngruas dos parocos, construção e repairos do templo, etc., não aludem de modo especial a nenhuma das duas igrejas, mas apenas a uma, sem precisamente a determinar, o que mais nos confirma na ideia de que só existiu uma paróquia, embora os seus terrenos pertencessem ás duas capitánias. Em 1538 o respectivo pároco dizia em documentos officiais: *Fr. António Pires Cabral, vigario que sou das igrejas do caniço+. Assim foi antes, e do mesmo modo continuou a ser no futuro, até que definitivamente se passou a fazer sómente o serviço religioso num dos templos. Parece que a igreja de Santo Antão, situada na margem esquerda da ribeira, foi com o decorrer dos tempos ganhando uma certa supremacia sobre a do Espirito

Santo, sendo esta a primeira que começou a entrar em ruínas e a ser inteiramente abandonada.

O dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo assinala o ano de 1440, como o da criação desta paróquia, sendo certo que é uma das mais antigas desta ilha.

O erudito anotador das Saudades da Terra coloca a igreja do Espirito Santo na capitania de Machico e a de Santo Antão na capitania do Funchal, o que não é exacto, segundo podemos verificar em documentos existentes no arquivo desta freguesia. O serviço paroquial começou simultaneamente nas duas igrejas? E, no caso contrario, qual das duas teria tido a primazia no exercicio dos actos do culto? Não o sabemos dizer.

Como acima fica indicado, já em 1538, se exerciam as funções culturais nas duas igrejas, tendo o alvará regio de 21 de Fevereiro de 1558 acrescentado a cômgrua do respectivo pároco, que ficou sendo de 8\$300 réis anuais. No Indice Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda da Ilha da Madeira se lê: “alvará de 25 de novembro de 1572 a favor do vigario Belchior Mourato, de acrescentamento de 2.200 reis, dois moios de trigo e uma pipa de vinho sobre os 8.300 que já tinha, para ter o total ordenado de 25.000 réis, arbitrado pela Mesa da Consciencia aos vigarios que tivessem mais de 100 fogos, reputado o moio de trigo em 6.000 reis e a pipa de vinho em 2.500 reis”.

No periodo decorrido de 1538 até o fim ds seculo XVIII, foram párocos desta freguesia Antonio Pires Cabral, Belchior Mourato, Francisco de Sousa, Jeronimo Teixeira de Góis, Vicente Luiz, Jeronimo Gomes de Agrela, Andre Moniz de Meneses, Manuel Gomes Jardim João Baptista Spinola, Pedro Pereira da Silva José Lomelino Barreto e Antonio Francisco Spinola. O padre José Lomelino Barreto, que tanto diligenciou a construção da nova igreja e para ela ofereceu o terreno necessario, paroquiou na freguesia do Caniço num periodo superior a 40 anos.

Teve a igreja paroquial do Caniço o cargo de tesoureiro, sacerdote encarregado de auxiliar o vigario nos serviços do culto e em especial na parte administrativa dele, sendo este logar criado anteriormente a 1550, pois que um alvará regio de 6 de Fevereiro desse ano lhe acrescentou o vencimento e o fixou em 6\$000 réis em dinheiro e trinta alqueires de trigo anuais, tendo por outros diplomas datados de 18 de Setembro de 1608, 4 de Julho 1653 e 28 de Setembro de 1668 sido novamente aumentada essa cômgrua, passando definitivamente a ser de 10\$000 réis por ano em dinheiro e um moio e meio de trigo e uma pipa e meio de vinho. Este logar foi extinto por alvará regio de 27 de Dezembro de 1676.

O curato desta freguesia teve sua criação por alvará de 20 de Outubro de 1605, coexistindo com o logar de tesoureiro durante anos, sendo de 20\$000 réis a sua cômputo anual. Foram Lopo Gomes Vieira, Vicente Luiz e Joronimo Gomes de Agrela os primeiros sacerdotes que aqui exerceram esse logar.

Também houve nesta igreja o cargo organista, que percebia o vencimento de alqueires de trigo por ano.

Da capela que aqui existiu, com o seu capelão privativo, antes da criação da paróquia nada podemos dizer relativamente ao ano de sua construção, nem do local em que foi erguida. Igualmente ignoramos se teria ela sido transformada em igreja paroquial quando se deu a criação da freguesia. Estamos na mesma ignorância com respeito á edificação das igrejas do Espirito Santo e Santo Antão, situadas em cada uma das margens da ribeira que dividia as duas capitánias.

Em 1778 achava-se inteiramente destruído o primeiro daqueles dois templos e o segundo em adiantado estado de ruína. Anteriormente a esta época tinham-se empregado aturados esforços para a construção duma nova igreja, que resultaram sempre infructuosos, havendo-se também levantado serias desinteligencias acêrca do local preferido para a sua construção querendo uns que fôsse na margem esquerda da ribeira e outros na margem direita. Eram as antigas rivalidades que ressurgiam. Os bons officios do vigario de então, o padre José Lomelino Barreto, que no caso interpôs o valimento e influencia de certas entidades officiais, conseguiram remover tôdas as dificuldades, tendo a soberana, por sua ordem de 3 de Março, mandado proceder á construção do novo templo, que é a actual igreja paroquial. Os terrenos para esta edificação foram generosamente cedidos pelo padre José Lomelino Barreto, tendo-se lançado a benção da pedra angular a 2 de Agosto de 1779 e havendo-se benzido solenemente a nova igreja no dia 28 de Outubro de 1783. No seu frontispicio lê-se numa lapide a seguinte inscrição: Sancto Spiritui Paraclito atque divo Antonio abbati sacrum Maria 1^o. Lusitan. regina fideliss. equestris D. N. J. C. ordinis gubernat aedificavit: insulano tribunali regio curante. Anno)I). IDCCLXXX regni autem IIII.

Esta freguesia tem actualmente as capelas de Nossa Senhora da Consolação e da Madre de Deus, e já não existem a de Nossa Senhora do Livramento, a de Nossa Senhora da Salvação e a de Nossa Senhora do Socorro, ás quais tôdas nos referimos no logar competente.

Gaspar Frutuoso referindo-se ao Caniço, relativamente ao ano de 1590, em que escreveu as Saudades da Terra, diz o seguinte:

“Daqui adiante quase meya legoa está huma aldeya de duzentos fogos, com huma igreja da invocação do Spirito Sancto, que se chama o Caniço, em huma ribeira que corre do Norte para o Sul, acompanhada de muitas vinhas de muitos vidonhos e de boas malvazias. Ao mar deste logar está a Ponta de Oliveira, onde se plantou huma por baliza da repartição das duas Capitánias, que por esta ribeira se partem, ficando a de Machico ao Nacente, e a do Funchal ao Ponente, e por ella dizem que vai a demarcação da borda do mar do Sul até a outra banda do Norte; porque deste Caniço até o longo do mar haverá hum quarto de legoa, onde está o porto em que se carrega tudo o que ha nesta parte. E chama-se Caniço de baixo, a respeito do outro que Caniço de cima he chamado.

Por meados do seculo XV, quando se criaram as vilas do Funchal e Machico, foram também criados nesta ilha uns dez logares, que eram povoações intermediarias entre a paróquia e a vila, contando-se neste numero a freguesia do Caniço, o que prova a sua já relativa importancia naquela epoca. Do Caniço se desmembrou a Camacha em 1676.

Em outro tempo eram muito frequentes as comunicações entre as Desertas e o Caniço, devido talvez á circumstancia dos pescadores desta freguesia frequentarem as aguas daquelas ilhas. Sem fazerem parte desta paróquia, era no entretanto no Caniço que os barcos das Desertas aportavam mais vezes, e ate para ali conduziam os cadaveres dos que morriam naquelas solitarias ilhas. Ainda não há muitos anos que os trabalhadores ali empregados nos trabalhos de caça e pesca eram recrutados na freguesia do Caniço.

Foi natural desta freguesia Manuel do Nascimento Nobrega, a quem consagraremos um artigo especial. Também aqui nasceu o Padre Jeronimo de Nobrega, que embarcou para a America do Norte e ali granjeou fortuna avultada. Por varias vezes enviou para esta ilha, destinadas a estabelecimentos de caridade, somas bastante consideraveis, que chegaram a muitos contos de réis. Também ofereceu á igreja da sua paróquia natal algumas ricas alfaias.

Entre os acontecimentos que mais possam interessar á historia do Caniço, destacam-se os sucessos que se deram com as tropas liberaes e miguelistas, quando em 1828 atravessaram esta freguesia, e os lamentaveis episodios dados por ocasião das supostas reuniões da Junta de Paróquia. Como estes assuntos farão objecto de artigos especiais, por isso nos não ocuparemos deles neste logar.

Entre os privilegios e regalias concedidos a João Gonçalves Zarco, figurava o de que “ninguem nom faça y

moynhos, soamente elle ou quem lhe prouuer“. Afirma-se que o primeiro moinho que houve na Madeira foi construído nesta freguesia, e ainda ali existe um sitio com o nome de Azenha, que não podemos no entretanto assegurar que se refira aquella primitiva e de certo muito rudimentar fabrica de moer cereais.

O plantio da cebola quasi que na Madeira se restringia a esta freguesia, sendo nela muito consideravel a sua cultura. Ainda é o lugar que mais abundantemente produz este genero agricola, mas o seu cultivo está actualmente bastante reduzido. Chegou a produzir 30:000 pesos, num valor aproximado de trinta contos de réis, destinados na sua quasi totalidade á exportação.

Existe uma pequena industria local, que se pode considerar privativa desta freguesia e que consiste no fabrico de chapéus feitos de fôlha de palmeira, usados pelos homens do povo. Têm em consistencia e grande duração o que lhes falta em elegancia e maleabilidade.

Ha duas escolas, sendo uma do sexo masculino, criada por 1821, e uma de sexo feminino, de mais recente criação.

Além da levada da Serra, é o Caniço irrigado pelas levadas do Pico do Arvoredo, de Baixo e da Azenha, sendo cada uma constituída por uma sociedade de heréus e tendo a primeira os seus estatutos publicados no Diario do Governo de 31 de Outubro de 1877. Estes mananciais têm todos a sua origem na Camacha.

É esta freguesia atravessada por uma ribeira, que tem diversos nomes segundo os logares ou sitios por onde passa, e que nasce na freguesia da Camacha.

Tem um sofrivel pôrtoBo dos Reis Magos, onde há cêrca de 20 barcos de pesca. Existe um pequeno desembarcadouro na ponta da Oliveira.

Principais sitios desta parochia: Tendeira, Moinhos, Assomada, Atalaia e Portinho, Madre de Deus, Zimbreiros, Caniço para Machico, Barreiros, Pedra Mole, Castelo, Serralhal e Amoreiras, Caniço para a Cidade, Vargem, Azenha, Ribeira dos Pertetes, Livramento, Vale, Quinta, Abegoaria e Palheiro do Ferreiro.

No sitio dos Barreiros fica o chamado Pico do Telegrafo, donde se disfrutam belos panoramas e em dias claros se avistam a travessa e a ilha do Pôrto Santo.

Confina o Caniço pelo norte, leste, oeste e sul, respectivamente com S. Gonçalo e o oceano.

A parte mais central desta freguesia dista 9 quilómetros do centro da cidade e 8 da vila de Santa Cruz. Pertence ao concelho e comarca de Santa Cruz, tendo já os povos em varias ocasiões pretendido que a sua freguesia fôsse encorporada no concelho e comarca do Funchal. A sua população é de 4697 habitantes.

Canning (W. P.). Comandante da fragata inglesa Alligator, onde se acolheram o governador Valdez e outros constitucionais, por ocasião da tomada da Madeira pelas tropas miguelistas, em 1828. Morreu afogado no tanque de uma quinta pertencente a um negociante inglês, na tarde de 24 de Setembro de 1828.

Cantaria Mole. Aglomerado de cinzas negras, tornadas compactas pela pressão. É empregado em fornos, fogareiros, pias, filtros etc..

Também se dá o nome de cantaria mole ás escorias vermelhas compactas, usadas para umbrais de portas, nas casas dos campos.

Foi muito empregada em tôdas as construções dos edificios nos seculos XVI, XVII e XVIII, antes de se generalizar o uso da “cantaria rija” ou basalto poroso.

Cantaria Rija. Dá-se este nome ao basalto poroso de que se faz uso para umbrais de portas, degraus, cunhais, etc.. A cantaria rija abunda nas proximidades de Camara de Lobos.

V. Basaltos.

Cantim. O cabo Cantim está situado na costa de Marrocos, entre os dois conhecidos pontos do litoral,

que são Mazagão, ao norte, e Mogadouro, ao sul. Fica equidistante destas duas cidades marítimas cêrca de 60 milhas. É este o ponto do continente africano cuja latitude corresponde sensivelmente á latitude da ilha da Madeira O cabo Cantim está em 32 33' N e demora umas 47 milhas para SO. ¼ S. do Cabo Branco do Norte. Eleva-se precipitadamente até 60 metros sôbre o mar, e sustém na coroa uma pequena ermida. É também o ponto da costa africana que fica mais proximo do nosso arquipelago, donde dista cêrca de 350 milhas.

Cão (Fr. Nuno). Era freire da Ordem de Cristo, a que no espirital pertencia o arquipelago da Madeira (V. Ordem de Cristo). Foi um dos primeiros sacerdotes que a pedido do infante D. Henrique, enviou a Ordem de Cristo a esta ilha, tendo mais amplas faculdades de jurisdição canonica do que os outros eclesiasticos que então havia na Madeira. Exercia funções paroquiais em Nossa Senhora do Calhau e foi depois pároco da freguesia da Sé, tendo sido investido no cargo de deão da Cathedral, quando em 1514 se criou esta diocese. Era o representante da Ordem de Cristo e desempenhava por isso funções de fiscalização e superintendencia sobre diversos ramos da administração publica, deixando de si honrada memoria.

Capela de Cristo V. Senhor dos Milagres de Machico (Capela do).

Capela Monumento V. Nossa Senhora da Conceição (Capela de).

Capelas. Diferiam dos morgadios em estarem os bens sujeitos a encargos pios. As capelas não podiam ser alienadas, e os seus possuidores recebiam apenas uma parte dos rendimentos dos bens, sendo a parte restante destinada á satisfação dos referidos encargos. Existia um tribunal chamado “Juizo dos Residuos e Capelas” (V. este nome) que exercia a fiscalização sôbre o cumprimento de todos os encargos pios e applicava as penalidades aos delinquentes.

Capelo (Felix de Brito). Naturalista português nascido em Peniche a 4 de Março de 1838 e falecido a 16 de Abril de 1879. E.: Peixes da ilha da Madeira, Açores e das Possessões Portuguezas d’Africa, que existem no Museu de Lisboa (Jorn. de Sc. Mat., Phys. e Nat, t. III, p. 194 e 280, e t. IV, p. 83).

Capelo e Ivens (Os exploradores). Entre as brilhantes recepções que na Madeira se têm preparado a alguns dos seus mais ilustres visitantes, destaca-se a que a 12 de Setembro de 1885 se fêz aos exploradores africanos e nossos compatriotas, os oficiais de marinha Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens.

Numa reunião que alguns dias antes se realizara no Palacio de S. Lourenço, sob a presidencia do governador civil Vasco Guedes, assentou-se no programa definitivo dos festejos e nomearam-se as comissões que deviam dar plena execução aos numeros desse programa.

Na entrada da cidade construiu-se um improvisado cais de madeira, vistosamente engalanado, e aí se efectuou o desembarque dos exploradores, que eram aguardados pelas autoridades, funcionarios publicos, membros das comissões e por todas as pessoas de maior distinção desta cidade, além de muito povo. A entrada da cidade e antiga Praça da Constituição achavam-se magnificamente ornamentadas, e á noite foram iluminadas com grande brilho e profusão.

Após o desembarque, realizou-se uma recepção solene no Palacio de S. Lourenço, onde varios oradores saudaram com entusiasticas alocações os exploradores e estes receberam as homenagens da numerosa e escolhida assistencia que ali se encontrava.

Á tarde foi oferecido nas salas do antigo “Club Funchalense“ um esplendido banquete de 60 talheres, a que presidiu o conde de Carvalhal, e ali se pronunciaram varios discursos, que Roberto Ivens comovidamente agradeceu em seu nome e no do seu companheiro de trabalhos.

Os exploradores percorreram em seguida as ruas e praças iluminadas, e Roberto Ivens entrando no edificio da Associação Commercial, traçou, num mapa de Africa, um rapido esbôço da viagem de exploração que acabavam de realizar através do continente negro, esbôço que por muitos anos se conservou na secretaria daquela colectividade e que ainda por certo ali se encontra, religiosamente guardado.

As vastas e elegantes salas do “Club Funchalense” novamente se abriram na noite do dia seguinte para o esplendido baile que ali se realizou e que foi uma magnífica festa, que muito impressionou os ilustres exploradores e em extremo os penhorou.

Embarcaram no dia 14 de Setembro em direcção a Lisboa, onde os aguardava uma brilhante e entusiástica recepção.

As ruas que pelo sul e norte ladeiam o Jardim Municipal, foram respectivamente postos os nomes de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens.

Capim (Panicum barbinode). Gramínea originária do Brasil, muito cultivada nos arredores do Funchal.

É planta vivaz, de colmos robustos e muito peludos nos nós, bastante apreciada pelos gados.

Capitães-donatarios. V. Donatarios.

Capitães-generais. V. Governadores e Capitais-Generais.

Capitães-mores. Foram extintos nesta ilha pelo decreto de 20 de Julho de 1832, que acabou com as ordenanças ou terceira linha “com todos os seus postos de qualquer denominação”. Os capitães-mores que tinham como subordinados os sargentos-mores, deixaram de si triste recordação pelas arbitrariedades que cometiam e pelas opressões e vexames a que sujeitavam os povos.

V. Ordenanças.

Capitanias. No primitivo sistema de colonização, fazia-se a divisão territorial dos nossos domínios ultramarinos, para o efeito da sua administração pública, em províncias de maior ou menor extensão, a que então se dava o nome de capitanias, tendo estas por chefe ou autoridade suprema local o capitão-donatário, que em geral gozava de amplos poderes na direcção dos diversos negócios públicos. As primeiras capitanias das nossas descobertas e conquistas foram as do arquipélago madeirense, tendo uma a sua sede na ilha do Porto Santo e as outras duas em Machico e no Funchal.

A primeira compreendia apenas a pequena ilha do Pôrto Santo, tendo sido seu primeiro donatário Bartolomeu Perestrelo, que foi dela um dos mais antigos povoadores e, pode afirmar-se, o fundador da vila Baleira, capital da mesma capitania. Alguns autores têm caído no erro de considerar Perestrelo como navegador e até como descobridor do Pôrto Santo, levados a isso pela circunstancia de haver sido o seu primeiro donatário, o que nem sempre andava anexo ao facto da descoberta. A carta do infante D. Henrique, fazendo a doação da ilha do Pôrto Santo a Bartolomeu Perestrelo é de 1 de Novembro de 1446, isto é mais de vinte anos depois de começar a colonização do arquipélago. Devemos supor que Perestrelo se tivesse estabelecido no Pôrto Santo com todos os privilegios e regalias concedidos aos donatários, e que a carta do infante D. Henrique fôsse apenas a confirmação legal e autentica desses privilegios. O mesmo devemos acreditar relativamente ás outras duas capitanias da Madeira. Na carta de doação diz o infante D. Henrique: “Eu dou carreguo a Bertholomeu Perestrello, fidalgo de minha casa da minha ylha de porto santo para que elle dito Bertholomeu perestrello ha mantenha por mim em Justiça & direyto & morrendo elle a mim praz que seu filho primeyro ou algum se tal for tenha este carreguo pella guisa suso dita y asy de decemdente em decemdente per linha deryta... tenha... jurisdiçom... do ciuell & crime resalbando morte ou talhamento de membro...” Nesta carta se faz menção de diversos direitos, regalias e isenções concedidas ao primeiro donatário, incluindo a arrecadação de varias contribuições e impostos. A capitania do Porto Santo esteve na posse e superintendencia dos descendentes de Bartolomeu Perestrelo até ao tempo em que o domínio filipino, com a nomeação dos governadores gerais, reduziu os donatários do arquipélago a uma situação muito subalterna e quasi meramente honorifica, continuando, porém, a cobrar importantes rendas pelos primitivos privilegios que lhes tinham sido concedidos. Quando Portugal caiu sob o jugo castelhano, era Diogo Perestrelo Bisforte o 6º. capitão-donatário da ilha do Porto Santo.

A ilha da Madeira foi dividida em duas capitánias, com as suas sedes no Funchal e Machico. Após a descoberta e para darem comêço á colonização e povoamento das suas terras, procederam sem demora os dois descobridores á divisão e delimitação delas, fixando-se uma linha divisoria que partindo da Ponta da Oliveira ia terminar na Ponta do Tristão. Diz Frutuoso: *... Ponta de Oliveira, onde se plantou uma balisa da repartição das duas capitánias, que por esta ribeira se partem, ficando a de Machico ao Nascente, e a do Funchal ao Poente, e por ela dizem que vai a demarcação da borda do mar ao Sul até a outra banda do Norte., acrescentando em outro lugar “...vem sahir a outra ponta da banda do sul, em que se fincou um ramo ou pao de oliveira, que viera do Reino, por balisa desta jurisdição, donde ficou á ponta o nome Ponta da Oliveira ... “

É datada de 8 de Maio de 1440 a carta de doação da capitania de Machico a Tristão Vaz pelo infante D. Henrique, dizendo nela o doador que “dou carreguo a Tristão caballeyro de minha casa na minha ylha da madeyra de a terra dees de além da ribeyra do Caniço dez passos como se bay pella ribeyra acima & de hi atrabeçar a serra ate a ponta de Tristam... “. Este diploma é concebido em termos identicos á carta da concessão passada a favor de Bartolomeu Perestrelo, sendo seis anos mais antigo do que o outro. Cabe aqui a observação que já fizemos acêrca da doação do Pôrto Santo, devendo supor-se que em 1440 se deu apenas a confirmação de direito, mas que já muito anteriormente existia ela de facto. O filho, neto e bisneto de Tristão Vaz sucederam na capitania, sendo o ultimo, por nome Diogo Teixeira, destituído dala, por falta de capacidade para a governar, tendo muito tempo depois morrido no Funchal, no ano de 1540. Em 1541 deu o monarca a capitania a Antonio da Silveira, que muito se distinguiu na India, tendo-a anos depois vendido ao conde de Vimioso, passando depois a seu filho Francisco de Portugal, que morreu num combate naval nos mares dos Açôres, revertendo em seguida esta donataria á posse da coroa. No dominio castelhano foi Tristão Vaz da Veiga (V. este nome) investido no lugar de capitão-donatário de Machico.

É na carta regia de 16 de Agôsto de 1461, em que D. Afonso V confirma a doação do arquipelago de Madeira a seu tio o infante D. Henrique, publicada a pag. 451 e seguintes das Saudades da Terra, que vem inserto o diploma que faz a concessão da capitania do Funchal a João Gonçalves Zarco e que tem a data de 1 de Novembro de 1450. As doações das capitánias do Porto Santo, Machico e Funchal são respectivamente de 1446, 1440 e 1450, causando bastante estranheza que a de mais recente data seja a do Funchal e ainda posterior á do Pôrto Santo, quando muitas razões aconselham a supor que a concessão feita a Gonçalves Zarco tivesse sido de tódas a mais antiga. Não sabemos explicar o facto, acêrca do qual guarda o erudito

anotador das Saudades o mais completo silencio.

Os privilegios e regalias concedidos a João Gonçalves Zarco pela doação da capitania do Funchal, não diferem essencialmente das das outras capitánias. Quanto a impostos e contribuições que os donatarios podiam arrecadar em proprio proveito, fazem as cartas de doação menção dos seguintes: só eles podiam ter moinhos ou azenhas para a moenda dos cereais; todas as serras de agua lhes pagariam um marco de prata anual; aos donatarios pertencia o exclusivo de venda do sal; ninguém podia ter fornos ou fabricas de pão, senão para uso domestico; pertencia-lhes o dizimo das rendas reais, e podiam conceder terras de sesmaria em condições que os diplomas de doação não determinam. Além disso, tinham a superintendencia sôbre todos os negocios de administração publica e julgavam e sentenciavam em todos os crimes, com excepção das causas de morte e talhamento de membros. (V. Donatarios).

A capitania do Pôrto Santo nunca chegou a atingir um grau elevado de prosperidade. A exiguidade do meio, o abandono a que foi votada pela metropole desde os tempos primitivos da colonização, os frequentes assaltos dos piratas, a má administração de alguns donatarios e governadores, a enfatuada prosápia de muitos dos seus habitantes, que desdenhavam o trabalho por serem descendentes de antigos fidalgos, a indolencia dos seus moradores, determinada por condições climatericas e ainda por outras causas, tudo isso concorreu notavelmente para o pequeno desenvolvimento desta donataria (V. Quintos e Oitavos).

A capitania de Machico, em condições bem diferentes das do Porto Santo, desenvolveu-se com rapidez e cresceu notavelmente em prosperidades, mas que não foram de larga duração. Quando o Funchal se foi a pouco e pouco tornando o notavel emporio comercial do arquipelago, o centro da grande actividade dos seus habitantes, o ponto de atracção de tantos forasteiros nacionais e estrangeiros, a côrte da fidalguia madeirense, que abandonou as suas terras e solares para levar a vida apeteçada e enervante das povoações populosas, etc., começou então a donataria de Machico a decair das prosperidades a que chegara, e dentro de pouco perdeu tôda a importancia que tivera como centro comercial, industrial e agricola. É bem expressivo e eloquente o que a tal respeito diz Gaspar Frutuoso:

“...e tambem por sua morte (o donatario D. Francisco de Portugal, que morreu pouco depois de 1580) vagou esta capitania e ficou á coroa, e em tal estado esteve, que não se achava nesta populosa jurisdição de Machico pessoa que boamente pudesse sustentar hum cavallo, excepto duas ou tres pessoas. Toda esta grandeza se converteo em pobreza; e foi hum sonho passado para os trabalhos que depois padeceo toda a

gente desta tão nobre geração, e tão prospera Capitania: e, se tudo sobejou aos progenitores, bem o pagaram depois os descendentes, que estão postos no extremo grão da pobreza, porque nunca foi cousa subeja, que por tempo não faltasse. Estas voltas dá o mundo, em que tanto confiamos, sem jamais nos acabarmos de desenganar de seus enganos. “

Somente a capitania do Funchal é que rapida e progressivamente se desenvolveu com notavel incremento, e dentro de pouco tempo atingiu um grau de prosperidade verdadeiramente extraordinario, sendo a sua capital feita vila em 1451, cidade em 1508 e sede de bispado em 1514.

Capitão (Rua do). A parte da rua dos Murças compreendida entre a avenida de João Gonçalves Zarco e o largo da Sé tinha o nome de rua do Capitão, que conservou até não há ainda muitos anos. Em tempo mais antigo se chamava rua do Capitão a tôda a rua dos Murças. Frutuoso diz: “ Desta rua do Sabão sobe huma que se chama do Capitam, por ser a mais direita serventia para sua casa.... “ Este capitão a que se referem as Saudades, era o capitão-donatario do Funchal, que tinha sua residencia na fortaleza de São Lourenço.

Caracóis. De um modo geral, são assim designados os moluscos terrestres da familia Helicida, ou mesmo outros, incluindo os de agua doce, que pela concha se assemelham aos daquela familia.

A historia natural dos pulmonados madeirenses tem sido cuidadosamente investigada por varios malacologistas, como R. T. Lowe, Barão de Castelo de Paiva e outros, mas não se encontram dois autores em que haja acôrdo relativamente ao numero de especies assinaladas. Se um pretende que certas formas tenham a categoria de especie, outro assevera que não passam de meras variedades, estabelecendo-se ás vezes a concepção inversa a respeito de outras formas.

Aceitando a opinião de T. V. Wollaston, o ultimo dos autores que se têm ocupado desenvolvidamente do assunto, existem 176 especies, das quais 131, considerando somente as terrestres, são peculiares a estas ilhas.

É portanto, o nosso arquipelago um foco criador de muitas espécies de pulmonados, e o que torna ainda mais notável esta parte da fauna é que dessas 131 espécies, 61 são peculiares à Madeira, 44 ao Porto Santo e 10 às Desertas, havendo somente 16 comuns a todas as ilhas. E neste cômputo são tomadas as Desertas como um todo, pois se as considerarmos, como realmente são, isto é, três ilhas, resulta que apenas 5 espécies podem ser consideradas como pertencendo a todas as ilhas do arquipelago. Vê-se, pois, que cada ilha deu por sua vez origem a formas particularmente suas, e a distribuição fez-se em áreas tão limitadas que até pequenos ilhéus, cabeços isolados no mar, viram criar-se entre as suas rochas formas que, fora de habitat tão restrito, nunca puderam ser encontradas.

Assim é que os ilhéus da Cal, de Fora e da Fonte, no Pôrto Santo, têm formas de *Helix* e *Pupa* que lhes são privativas. Outras vezes circunscreve-se o habitat às cristas de montes vizinhos ou à encosta de uma ravina, o que sucede tanto no Pôrto Santo como na Madeira.

É o género *Helix* o que maior número de representantes conta, seguindo-se-lhe *Pupa*, *Lovea*, *Patula* e

Clausilia com um número de espécies sucessivamente decrescente, além de outros de menor importância. As lesmas estão repartidas por 10 espécies, e no género operculado *Craspedopoma* registam-se 4 espécies, uma das quais, o *C. trochoideum*, só foi encontrada em certos vales do norte da Madeira. Entre as de água doce figuram os géneros *Limnaea*, *Physa*, *Planorbis* e *Ancylus*, cujos membros, todos europeus, são vulgares nas levadas, ribeiras e tanques, onde também aparece um operculado da ordem dos prosobranquios *Hydrobia similis*, e nas rochas do litoral, levadas pela maré, têm-se colhido espécies endêmicas dos géneros *Melampus* e *Auricula*, além de outras, africanas ou europeias, dos géneros *Pedipes*, *Truncatella* e *Assimineia*.

Muitos dos pulmonados madeirenses têm sido observados no estado sub-fossil, em quantidades prodigiosas, tomando por vezes o aspecto de conglomerados, pela sua densa agregação. Os jazigos desses fosseis ou são de areia calcarea, às vezes compacta, como se fosse um arenito, ou de argila misturada com calhaus angulosos, neste caso rochas clásticas ou terreno de transporte, formado quasi sempre na aba de certos montes. Existem esses jazigos na Madeira, a leste do Caniçal; no cume do Bugio, uma das Desertas; e no Pôrto Santo, em diversos sítios, como Ilhéu de Baixo, Ilhote, Vigia da Ponta, Campo de Baixo, Ribeiro da Vigia, Penedo, Mornos e Zimbral da Areia.

Das 176 espécies de pulmonados- número estabelecido segundo o critério de Wollaston, como já se disse- 82 foram encontradas no estado fossil, e destas últimas somente 12 não foram observadas recentes,

podendo portanto considerar-se extintas. A *Helix Lowei*, propria do Pôrto Santo, e que é o maior de todos os caracois do arquipelago, medindo 5 centímetros de diametro e mais, foi considerada extinta por muito tempo, porém, o botânico J. M. Moniz conseguiu descobrir um individuo vivo nos rochedos do Ilhéu de Cima, e o naturalista inglês, Dr. A. M. Norman, alcançou de um negociante de conchas em Francfort, um exemplar recente e bem conservado, que por vias ignoradas saiu evidentemente destas ilhas, indo parar á loja do negociante alemão.

Caracol da Vinha (*Helix pisana*). Molusco gasterópodo que se encontra na região extremo oriental da Madeira, na região baixa do Pôrto Santo e também nas Selvagens. No Porto Santo, onde foi outrora muito abundante, é empregado na alimentação do pato domestico.

Caramanchão. Sitio povoado da freguesia de Machico. Encontra-se ali a capela de São Cristovão, mandada edificar pelos filhos do morgado Cristovão Moniz de Meneses, em 1690, em virtude da paterna disposição testamentaria que a isso os obrigava.

Caramelo. São assim chamados certos fragmentos de corais fosseis do genero *Danaia* e outros, que existem nos jazigos calcareos do Pôrto Santo. O caramelo, constituído pelo carbonato de cal, foi usado para combater a acidez dos vinhos, e também na preparação de bebidas gasosas, como limonadas, agua mineral do Pôrto Santo etc..

Caramujo. Sitio no concelho e freguesia de S. Vicente, a 1325 metros acima do nivel do mar. Tem uma casa de abrigo mandada construir pela Direcção das Obras Publicas do Distrito, e ficam-lhe proximas as nascentes da levada da Ribeira do Inferno, que rega na freguesia de S. Vicente. Seguindo esta levada até á sua origem, desfrutam-se panoramas de uma beleza surpreendente.

O Caramujo, ou Chão do Caramujo, está a curta distancia da beira norte do Paul da Serra, e parece ter sido outrora a cratera de um vulcão. É ponto muito visitado por nacionais e estrangeiros.

Caramujo (Trochus colubrinus). Molusco gasterópodo da família dos Traquideos. É comestível, encontrando-se na zona intercotidal de tôdas as ilhas. Salgado ou de escabeche, importam-no das Selvagens em quantidade relativamente avultada.

Caramujo Caiado. Diz-se dos individuos muito desenvolvidos e já velhos, do caramujo comestível, cuja concha apresenta manchas esbranquiçadas.

Caramujo de Dona (Littorina striata). Molusco gasterópodo da família Traquidea, muito comum ao nível dos mais altos preamares e ainda acima dessa linha. É o molusco marinho que aqui vive mais afastado da orla do mar. Não é comestível e encontra-se em tôdas as ilhas do arquipélago, incluindo as Selvagens.

A expressão caramujo de dona é peculiar á ilha do Pôrto Santo.

Caranguejo Judeu (*Grapsus Webbi*). Crustaceo decápodo da família Grapsida, vulgar em certas rochas do litoral. Não é uso comerem-no, embora tenha sabor agradável, mas empregam-no, depois de pisado ou mastigado, como engôdo na apanha de certos peixes.

Também lhe chamam cabra.

Caranguejo Moiro (Plagusia squamosa). Crustaceo decápodo da família Grapsida. Frequenta no verão as rochas costeiras, sendo marisco apreciado por muitas pessoas. Também lhe chamam caranguejo de comer.

Caranguejola. Designação aplicada a crustaceos decápodos de varias familias, nas quais se podem citar os generos Maia, Eriphia, Calappa e Pagurus. A unica caranguejola comestivel é o Maia squinado, raramente colhido em rêdes de arrasto.

Caranguejola de Natura (Homola Cuvieri). Especie de crustaceo decápodo, pescado de vez em quando nos mares da Madeira.

Carcinologia. Estão longe de um estudo completo os crustaceos dêste arquipelago, tendo um ou outro grupo merecido apenas um pouco de atenção da parte de alguns naturalistas.

Os Decápodos acham-se representados por algumas dezenas de especies nas colecções particulares que existem no Funchal. Essas especies podem ser, grosso modo, assim repartidas: 40 nos Braquiúros, 15 nos Anomuros e 30 nos Macruros.

Entre os Braquiúros, ou Decápodos de cauda curta, citaremos como mais conhecidos ou notaveis pela forma ou valor alimentar, os seguintes: a caranguejola comestivel (Maia squinado), colhida ás vezes nas rêdes, junto á costa; os crustaceos triangulares dos generos Leptopodia, Stenorynchus, Amathia, Pisa e outros, sendo digna de menção a interessante Leptopodia sagittaria, que frequenta a baía do Funchal, na profundidade de 20 a 40 braças e mais; a caranguejola da rocha (Eriphia spinifrons), que não é vulgar e habita pequenas tocas, escavadas no rochedo, de abertura tão estreita que parece viver aí aprisionada, apanhando os alimentos que lhe passam perto da entrada do esconderijo; um grande caranguejo (Cancer Bellianus), pescado de vez em quando nas aguas litorais; as jacas mansas (Xantho floridus e X rivulosus) e jaca brava (Grapsus marmoratus), procuradas como isca e frequentes nos logares da costa, cobertos de areia ou cascalho miudo; a elegante Lupea hastata, com as patas traseiras organizadas para a natação, também chamada jaca, e vulgar nos fundos de areia, desde a baía de Machico á Ponta de S. Lourenço e na costa meridional do Pôrto Santo; a jaca de pau (Grapsus minutus), comum sôbre as madeiras flutuantes e sobre o casco das tartarugas ou outros objectos que a corrente traz a estes mares, sendo este o caranguejo que alguns pretendem ter sido tomado por Cristovão Colombo como seguro indicio da proximidade da terra, quando o navegador o lobrigou em pleno oceano, agarrado a massas de sargaço ou qualquer pedaço de madeira arrastado pelas aguas; o caranguejo judeu, também conhecido por cabra (Grapsus Webbi), proprio

para isca e engodo do peixe, e o caranguejo moiro ou de comer (*Plagusia squamosa*), que é cozido antes de exposto á venda e, como o precedente, não é raro acima da linha da beira-mar, em certos pontos onde a costa é rochosa; a aranha (*Plagusia clavimana*), frequente nalguns sitios, entre as pedras que a maré deixa a descoberto e estimada como isca para certos peixes; finalmente a caranguejola vergonhosa (*Calappa granulata*), interessante pela forma abaulada da carapaça e pela grande dilatação das pinças, que lhe permitem esconder grande parte da face, e que não é muito rara na baía do Pôrto Santo, em cuja praia vai encalhar por ocasião das grandes levadas.

Dos Anomuros ou Decápodos de cauda anómala, merecem referencia a *Dromia vulgaris* e a *Homala spinifrons*, que vivem na baía do Funchal e em muitos outros logares para além da profundidade de 15 braças; a caranguejola de natura (*Homola Cuvieri*), o maior dos crustaceos conhecidos na Madeira, pescado raras vezes em fundos altos; e por fim o genero *Pagurus*, representado por varias especies, algumas proprias da beira-mar, outras de agua mais profunda, devendo mencionar-se entre as ultimas o *P. callidus* e o *P. striatus*, pela sua grande dimensão.

Os crustaceos do genero *Pagurus* são conhecidos por caranguejolas, como de resto e em geral chama o pescador aos crustaceos que não têm prestimo algum. Estes *Pagurus* são em certas localidades abundantissimos nas poças á beira-mar, e, como têm o abdomen mole, introduzem-se numa concha de molusco, das muitas que se encontram vazias. Essa concha é comumente dos generos *Trochus*, *Columbella*, *Mitra*, *Nassa* e *Murex*, e com menos frequencia de *Bittium*, *Triton*, *Cassis*, *Ranella*, *Natica*, *Pleurotona*, *Cypriaea* ou *Scalaria*, convindo-lhe até mesmo os caracóis terrestres (*Helix*, *Bulimus*), ou os tubos soltos de molusco do genero *Vermetus* e de vermes do genero *Serpula*.

Nos Macruros, ou Decápodos de cauda grande, figuram, entre outros, o genero *Galathea* nos baixos e altos fundos; a lagosta de antenas foliaceas, largas e curtas (*Scyllarus latus*), muito estimada pelo fino sabor e duma relativa frequencia em logares baixos, como a região em frente do Jardim do Mar, onde o pescador a colhe mergulhando até o fundo e apanhando-a directamente á mão: o *Arctus ursus*, aliado da especie precedente, mas não comestivel, e rocegado por vezes em cêrca de 20 braças no Funchal, e em 90 no Pôrto Santo; a lagosta de antenas longas e grossas (*Palinurus vulgaris*), também chamada lagostim ou lagostão, menos comum que a de antenas espalmadas, já citada, e apanhada como esta, ou de mergulho, ou acidentalmente em aparelho de anzol ou rêde; o lindo e raro *Nephrops norvegicus*; em-fim os camarões, entre outros a interessante e rara *Funchalia Woodwardi*, o *Penaeus Edwardsiannu*, o *Palaemon squilla* e o

Crangon vulgaris, alguns deles pescados em covos de junco para isca de peixe fino, ou muito raramente para a venda no mercado.

Acerca de três Decápodos escreveu James Yate Johnson: *Description of a New Species of Cancer obtained at Madeira*, (Proceedings of the Zoological Society of London, 1861) e *Description of a New Genus and a New Species of Macrurous Decapod Crustacean belonging to the Penaeidae discovered at Madeira* (Ibid., 1767).

O mar da Madeira oferece-nos na ordem dos Estomópodos, além de outras, as elegantes espécies do género *Squilla*, como *S. mantis*, *S. Desmarestii*, etc..

A ordem dos Cumáceos, que também se faz representar, mereceria ser investigada por competentes especialistas.

Os Isópodos marinhos compreendem varios generos que vivem sôbre os peixes, sobre as rochas do litoral ou em outras situações, mas nenhum deles foi ainda objecto de estudo desenvolvido. Somente dos Isópodos terrestres se ocupou o Dr. Alfred M. Norman, publicando *The Land Isopoda of Madeira*, 1899.

Dos Anfípodos muitas formas existem no mar, praias e regatos de agua doce, mas o grupo carece de aturada investigação.

É o que se nos oferece dizer quanto á grande secção dos Malacostraceos. Sôbre os Entomostraceos occorremos o seguinte:

Os Copépodos marinhos foram em parte estudados por Isaac C. Thompson que, entre o plankton por ele colhido na baía do Funchal e nas Canarias, pode assinalar 64 espécies, das quais 6 novas para a ciencia. Escreveu a este respeito: *Copepoda of Madeira and the Canary Islands, with description of New Genera and Species* (Linnean Society Journal, Zoology, 1887). Há, porém, muitos outros, sobretudo parasitas dos peixes, que estão por registrar. Em certas aguas doces, particularmente nas represadas em tanques, encontram-se também representantes deste grupo, como os curiosos *Cyclops* e outros.

Há varios Ostrácodos de agua doce, podendo citar-se os *Cypris*, por vezes abundantes na Madeira e Pôrto Santo, e entre os marinhos aparece a notavel *Laura Gerardiae*, parasita do coral luminoso *Gerardia*

Lamarckii e que tão superiormente foi estudada por Lacaze-Duthiers em magistral monografia.

Nas aguas terrestres também se faz notar a ordem dos Cladóceros e provavelmente a dos Filópodos.

Finalmente dos Cirripides, 13 especies foram mencionadas por Darwin no seu trabalho acerca desta ordem, mas o respectivo numero coligido é já actualmente superior.

Além da escassa bibliografia citada, 8 especies da grande divisão dos Entomostraceos foram descritas em 1855, pelo dr. S. Fischer nas Actas da Academia Real da Baviera.

Cardais. Sítio da freguesia de Água de Pena. Neste lugar e em terras de que era proprietario, edificou o conego Henrique Modesto de Betencourt, no ano de 1907, uma capela dedicada ao Sagrado Coração de Jesus.

Cardo. As plantas madeirenses conhecidas por este nome pertencem á familia das Compostas e aos generos Cynara, Silybum, Galactites, Carthamus, Centaurea e Scolymus. Os cardos enquanto novos ou depois de convenientemente preparados, servem para alimento dos gados.

V. Pencas.

Cardo (Pico do). Elevação montanhosa da freguesia de Santo Antonio, a 438m de altitude.

Cardoso. (Simão Nunes). Diz dele o anotador das Saudades da Terra, o seguinte: *Simão Nunes Cardoso, que seguramente era da familia dos Cardosos de Gaula, Capitania de Machico, visto não haver outros desse apellido: vivia em 1566, pois que escreveu a Relação do sacco que os franceses fizeram na ilha da Madeira, succedido nesse ano. Esta relação nunca foi impressa; mas, provavelmente, della copiou

Jeronymo Dias Leite a narrativa do caso para a sua Historia da Madeira, e desta passaria para os cap. XLIV-XLVI das Saudades da Terra, ao que nos persuade o não haver noticia de outra relação desse caso, e o serem as que veem nas Saudades, manifestamente inspiradas pela rivalidade entre a capitania de Machico e a do Funchal, e em desabono desta+.

Cardot (J.) E.: On same Masses collected in Madeira by William Trelease (Eight Annual Report of Missouri Bot. Gard. 1897).

Carlos (Campo de D.). O antigo Campo de D. Carlos, hoje do Almirante Reis, começado em 1898 e concluido em 1901, custou ao Municipio mais de 24 contos e obedeceu á ideia de sanear o bairro de Santa Maria Maior. Para a sua construção contribuíram o Govêrno com os terrenos do antigo forte de S. Pedro, de parte da cortina da cidade e talvez do Campo das Loucas ou de Challons, e o Municipio com os da Praça Academica e ruas que a marginavam pelo sul e leste, e com os da Rua dos Balcões e dos casebres agora demolidos desta antiga rua.

O Campo de D. Carlos serve para exercicios militares, e os direitos que sobre ele tem o Municipio, estão consignados na escritura publica celebrada em 4 de Setembro de 1897, entre o Ministerio da Guerra e a Camara Municipal.

O pedido de autorização para ser dado o nome do falecido Rei D. Carlos ao campo ou praça que a Camara pretendia construir, tem a data de 6 de Setembro de 1897, e a nova denominação de Campo do Almirante Reis, por que o mesmo terreno é conhecido, foi-lhe dada em 1911 pela primeira comissão que se sentou nas cadeiras da vereação funchalense, depois de proclamado o govêrno republicano no país.

Carmo. Sitio povoado da freguesia do Campanario. Existiu ali uma capela consagrada a Nossa Senhora do Carmo, que deu o nome ao sitio, fundada em 1658 por Domingos Rodrigues, sendo de instituição vincular e sede dum morgadio. Tem 15 fogos e 73 habitantes.

Carneiro. Designação comum a três espécies de insectos coleopteros da familia Bruchida: *Bruchus pisi*, *B. rufimanus* e *B. subellipticus*. Encontram-se nos logares cultivados de ervilha, fava e outros legumes, como também nas casas de habitação e celeiros, onde causam grandes estragos.

Carneiro (Baixa do). Baixio, já em parte destruído, próximo do Ilhéu do Gorgulho e a oeste da cidade do Funchal.

Carocha. São conhecidos por este nome os dois arbustos seguintes, cultivados nas quintas e jardins da Madeira: *Magnolia fuscata*, da familia das Magnoliaceas, e *Calycanthus floridus*, da familia das Calicantaceas.

Carocha (Blaps gages). Insecto coleoptero da familia Tentiriada, frequente na Madeira, Pôrto Santo e Selvagens. Vive nos compartimentos sombrios das casas e debaixo das pedras e nas furnas, especialmente na região inferior das duas primeiras ilhas.

Muitas vezes por carocha se designam em geral certos coleopteros de determinada forma.

Carpo (Arsenio Pompilio Pompeu do). O que sabemos acêrca da biografia deste madeirense quasi se limita ao que diz o dr. Alvaro de Azevedo, a pag. 806 das Saudades da Terra, que vamos transcrever:

“Nascido na cidade do Funchal em 1792: aqui exerceu o officio de pedreiro e foi actor, até que a alçada, vinda á ilha da Madeira em 1823, o condenou por liberal em cinco anos de degredo para Angola, onde foi cumprir sentença. Das partes que representou no theatro tomou os ostentosos appellidos que usava. Era homem sagaz e aventureiro; porisso, chegou a ser não só opulento negociante na cidade de S. Paulo de Loanda, mas vulto preponderante nessa possessão ultramarina, commendador da Ordem de Christo, e coronel. Vindo em 1846, por graves accusações, preso para o castello de S. Jorge de Lisboa, conseguiu

livrar-se. Falleceu alguns annos depois, havendo escripto e publicado, sob o titulo Dedo de Pigmeu (Lisboa, 1843), uma collecção de poesias intimas, além de alguns pamphletos de suas questões pessoasas“.

O Diccionario Bibliographico de Inocencio, que forneceu quasi tôdas estas notas ao dr. Azevedo, traz a relação dos folhetos publicados por Arsenio Pompilio, e diz que ele nasceu a 20 de Fevereiro de 1792. Nas Notas para um diccionario dos portuguezes notaveis do meu tempo, escritas por Julio Cesar Machado, encontra-se um longo e interessantissimo artigo acêrca de Pompeu do Carpo.

Carqueja (*Ulex europaeus*). Planta europeia introduzida pelo primeiro Conde do Carvalhal na sua quinta do Palheiro, no primeiro quartel do seculo XIX. Está hoje muito espalhada na região media da ilha, onde forma, associada muitas vezes á giesta, extensos maciços. Os ramos novos desta planta, depois de convenientemente esmagados por causa dos espinhos, constituem um excelente alimento para os gados. A carqueja é conhecida em Portugal pelo nome de tojo.

Carrapateira. Nome vulgar do *Ricinus communis*, planta oriunda da Africa Tropical. Tem fôlhas palmatifendidas, capsulas grandes, revestidas de longos espinhos moles e é frequente na região inferior da Madeira, onde apresenta a forma arbustiva ou quasi arborescente. Das sementes desta Euforbiacea extrai-se o oleo de ricino, muito empregado como purgante. As carrapateiras afugentam as môscas.

Carrapatos. Aracnideos parasitas da familia dos Ixodideos, genero *Ixodes*, que vivem sôbre o gado lanigero, caprino e vacum, e ás vezes sôbre o cão. Os carrapatos abundam especialmente nas pastagens das montanhas da Madeira e são parasitas somente durante uma parte da existencia: na outra, costumam fixar-se aos arbustos, á feitaira e outras plantas, passando depois para os animais e algumas vezes até para o homem. Por carraça ou carrasea são também conhecidos alguns aracnideos parasitas.

Carreira (Rua da). Tem a denominação moderna de rua do dr. Vieira, mas o povo apenas a conhece pelo seu antigo nome. “Chama-se, dizem as Saudades, a Carreira dos cavallo pelos costumarem correr

nella“. É das mais antigas ruas da cidade e nela tinham suas moradas em outros tempos muitas das mais nobres e qualificadas famílias do Funchal. Vai actualmente ao largo do Colegio até á ponte de S. João. Antes da demolição do portão de S. Paulo, nas proximidades da capela do mesmo nome, era ali um dos limites desta rua, sendo o outro a rua de S. Francisco. Além da denominação geral de Carreira, teve os nomes de rua da Igrejinha, dos Pintos, de S. Paulo e de Manuel da Grã, correspondendo cada um destes nomes a uma parte da rua actual. O pequeno largo, ainda hoje chamado Igrejinha, que é o ponto de intersecção entre a rua das Pretas (hoje Camara Pestana) e a da Carreira, conserva este nome por ter ali existido uma capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade, a que comumente se chamava a Igrejinha. Ficam situadas na rua da Carreira a antiga capela de S. Paulo, a capela de Nossa Senhora da Conceição e o cemiterio privativo da colonia britanica.

Carreira de Tiro. De há muito se reconhecia a necessidade de uma carreira de tiro, que simultaneamente servisse para ministrar a instrução preparatoria de tiro ao alvo aos recrutas da guarnição deste distrito, ao aperfeiçoamento da instrução daqueles que já anteriormente tivessem sido incorporados e ainda para o aprendizado dos membros das associações de tiro civil, que porventura tivessem a organizar-se entre nós. Algumas tentativas se fizeram, que resultaram inteiramente infrutuosas. O acidentado do terreno, a intensidade das culturas agricolas e as dificuldades criadas por certos elementos preponderantes, não foram razões de somenos importancia que obstaram á realização daquele importante melhoramento, não contando ainda com os embaraços que no ministerio da guerra se levantaram para a concessão das verbas indispensaveis para o mesmo melhoramento.

O capitão de engenharia Carlos Roma e Maia e mais tarde o capitão Eduardo Pereira, juntamente com o tenente Jorge Camacho, organizaram dois projectos de carreira de tiro, tendo realizado varios trabalhos de campo, mas foram duas tentativas sem resultados apreciaveis.

Por 1904, conseguiu o comandante militar coronel Joaquim Maria Alves um subsidio da Junta Geral, da importancia de três contos de réis, tendo mais tarde a secretaria da guerra, a instancias daquele official, ordenado o estudo duma carreira de tiro, nomeando-se para esse fim uma comissão especial, que ficou composta do coronel de engenharia Abreu Nunes, coronel Bernardino Pereira, tenente-coronel Eduardo Pereira, capitães Candido Gomes e Ricardo de Andrade, tenente Alberto Sarmiento e tenente de artilharia

Antonio Joaquim dos Santos Pimenta. Esta comissão, depois de varios estudos e trabalhos, resolveu definitivamente que a carreira de tiro se construísse no sitio da Varzea da freguesia de São Martinho, mas não chegou a realizar trabalhos importantes e menos ainda a elaborar os respectivos projectos e orçamentos pelos entraves que diversas influências locais levantaram então á realização desse desejado melhoramento. Isto sucedia em 1909.

Foi em Junho de 1911 que o ministro da guerra ordenou que se procedesse com urgencia ao estudo da construção da carreira de tiro, sendo então nomeada uma comissão composta dos capitães Candido Gomes e Ricardo de Andrade, e tenente José Betencourt da Camara, que imediatamente e com o maior zêlo e actividade se dedicou a diversos trabalhos, tendo feito escolha do local da Varzea da freguesia de São Martinho, como apropriado para aquele fim e organizado sem grande demora o respectivo projecto, que mereceu a aprovação das estações superiores.

No mês de Outubro de 1912 autorizou o ministerio da guerra o inicio das obras, e ia finalmente a Madeira ser dotada com uma carreira de tiro, para a instrução militar da sua guarnição.

Reconhecendo-se que o projecto elaborado precisava de sofrer algumas modificações, foi nomeada uma nova comissão composta do major Ricardo de Andrade, capitão Antonio Agostinho Camara e tenente Carlos Ribeiro Pestana, que organizaram os ultimos e definitivos projecto e orçamento, que serviram de base á construção, sendo as despesas computadas então em 18:739\$000 réis.

É a ocasião de pôr em relêvo a circumstancia de se dever principalmente ao distinto official e nosso patricio Candido Gomes a consecução deste melhoramento. Fazendo serviço na secretaria da guerra e conhecendo de perto a necessidade da carreira de tiro, a cujos estudos se tinha afanosamente entregado, conseguiu as dotações necessarias para a compra e expropriação do terreno indispensavel ao comêço dos trabalhos de construção, não deixando nunca de dispensar a sua valiosa cooperação e os seus bons officios a favor da criação e funcionamento deste estabelecimento militar.

Os trabalhos de construção começaram de Março de 1917 sob a proficiente direcção do capitão de infantaria Antonio Agostinho Camara e têm prosseguido com a possivel actividade, devendo estar brevemente concluídos.

A carreira de tiro tem 450 metros de extensão, e com alvos á distancia de cem, duzentos, trezentos e

quatrocentos metros, havendo linhas de tiro e sendo o fogo feito do sul para o norte. Levanta-se no local escolhido na Varzea da freguesia de S. Martinho, e, como sitio é bastante povoado, tornou-se indispensavel a construção de muitas obras de arte, para colocar a população circunvizinha inteiramente ao abrigo de todo o perigo que porventura pudesse haver por ocasião dos exercicios ao alvo. Informam-nos de que fica sendo uma das melhores carreiras de tiro do país.

Carricho (*Phragmites communis*). Graminea comum nos terrenos do litoral, tanto na Madeira como no Pôrto Santo. Os seus colmos podem atingir ás vezes 2 metros de alto. Diz Frutuoso que a freguesia do Caniço deriva o seu nome de “n’ela estarem as terras cobertas de um carricho, como cannas delgadas”.

Carros do Monte. Os carros do Monte com a forma que hoje têm, apareceram 1849 ou 1850. Os viajantes que visitaram a Madeira no primeiro quartel do seculo XIX, não se referem a estes carros nos escritos que nos legaram. Antes do aparecimento dos carros, havia umas pequenas corsas em que desciam ás vezes os viajantes que visitavam a freguesia do Monte.

Cartas geograficas. Temos conhecimento das seguintes, relativas ás ilhas do arquipelago da Madeira:

1. Mappa geographico particular da ilha da Madeira, levantado por ordem do exm1. actual governador e capitão general João Antonio de Sá Pereira (depois barão d’Alverca), parte pelo sargento mór Francisco d’Alincourt, e outra parte por Faustino Salustiano da Costa,, ajudante d’infanteria com exercicio de engenheiro Anno de 1771. (Existia uma copia ou talvez o original deste mapa no Ministerio das Obras Publicas, em Lisboa).

2. Geo-Hydrographic survey of the Isle of Madeira with the Dezertas and Porto Santo Islands geometrically taken in the year 1788. By William Johnston. . . With the plan of the town of Funchal, by capt. Skinner, 1775.

3. Mappa geral da ilha da Madeira, levantado por ordem d’El-Rei nosso senhor D. João VI 1817. Por Paulo Dias d’Almeida, sargento-mór engenheiro. (Existia no Ministerio das Obras Publicas, em Lisboa, e há uma copia na Direcção das Obras Publicas, no Funchal).

4. A Survey of the Island of Porto Santo, by Lieut. William Mudge, by order of Cap. D. E. Bartholomew. Published by Captain Hurd... July 10, 1820.

5. Geo-Hydrographic Survey of the Island of Madeira and its Dependencies, by James Wild. (1835).
6. The Islands of Madeira, Porto Santo and Desertas surveyed by capt. A. T. E. Vidal in H. M. S. Styx, 1843, London. Published... 4 October 1847.
7. Funchal Bay surveyed by capt. A. T. E. Vidal, 1843Badditional soundings by H. M. S. Challenger, 1873.
8. Mappa da ilha da Madeira mandado publicar por J. A. L. (Julio Augusto Leiria), 1871.
9. Physical Map of the Island of Madeira constructed by J. M. Ziegler.
10. Carta geo-hydrographica da ilha do Porto Santo e dos ilheus baixos adjacentes, levantada collectivamente em 1842-43 pelos officiais do vapor de guerra britannico Styx e o capitão do corpo d'engenheiros (hoje general de brigada) Antonio Pedro d'Azevedo, correcta e publicada com varias ampliações em 1877.
11. Carta geo-hydrographica da ilha da Madeira e dos ilheus baixos adjacentes, levantada collectivamente em 1842-43 pelos officiais do vapor de guerra britannico Styx e o capitão do corpo de engenheiros Antonio Pedro d'Azevedo, hoje general de divisão reformado. Correcta e publicada com varias ampliações em 1879.
12. Carta geo-hydrographica das ilhas Desertas levantada collectivamente em 1842-43 pelos officiais do vapor de guerra britannico Styx e o capitão do corpo d'engenheiros Antonio Pedro d'Azevedo, hoje general de divisão reformado (1886).
13. Carta geographica da ilha da Madeira, brinde do Diario Popular no anno de 1898. (E trabalho dos engenheiros srs. Adriano e Anibal Trigo).

Há também duas cartas em relêvo da ilha da Madeira, uma levantada pelo geologo alemão A. Stubel, e de que existe um exemplar no Museu do Seminario, e outra pelo capitão Vitoria Pereira. Esta ultima carta foi mandada fazer pela Junta Agricola para propaganda e reclamo da Madeira.

A carta da Madeira levantada pela Comissão Geodésica, presidida pelo coronel sr. Alfredo Durão, não foi publicada ainda, mas os respectivos trabalhos ficaram concluídos em 1915. Esta carta, segundo se afirma, é muito mais completa e perfeita que tôdas as que até agora têm sido publicadas.

A carta corografica levantada pela comissão presidida pelo coronel Alfredo Durão, que se afirma ser um trabalho muito valioso e o mais perfeito até hoje publicado acêrca desta ilha, foi dada á publicidade no ano de 1937 com a epigrafe de Carta Corografica da Ilha da Madeira levantada pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos e Topograficos em 1915 e revista e actualizada pelo Instituto Geografico e Cadastral em 1934.

Vid. Plantas da Cidade.

Carteret (Filipe). Comandante da Swallow, navio inglês que fêz importantes explorações nos mares do sul e no Oceano Pacifico. Esteve na Madeira desde 7 até 12 de Setembro de 1766.

V. Wallis.

Caruncho. Entre os insectos que roem a madeira e cujo excremento é designado por caruncho, avulta nestas ilhas, pelo dano que causa, um coleoptero, *Bo Stomatium unicolor*, Bproprio dos sitios habitados, e cuja larva vive na madeira dos edificios e do mobiliário.

Carvalho (Antonio do). As antigas cronicas madeirenses occupam-se com largueza dos actos de bravura e de fôrça muscular de Antonio do Carvalho, contando Gaspar Frutuoso pormenorizadamente muitas das suas acções de valentia, que por largo tempo perduraram na tradição local. “Antonio de Carvalho, dizem as Saudades, homem tão cavalleiro, como esforçado por sua pessoa, nobre, e magnifico por sua condição e grande virtude, com a qual por sua magnificencia tem adquirido tanta fama, e ganhado tanto nome com as vontades dos homens, que por isso lhe obedecem: e se fôr necessario dar um brado, ajuntará quinhentos homens da banda do Norte a seu serviço, para qualquer feito de guerra, como ja lhe aconteceu, ou para qualquer outro; e não sem rasão, porque sua casa he hospital e acolheita de todo o pobre, hospedagem dos caminantes, e refugio finalmente dos necessitados. Assi despende sua fazenda toda (que muita possuhe desta banda) nestas obras, que em sua casa se gastão cada anno trinta moyos de trigo, fóra outros muitos que empresta, e com elle soccorre a quem tem necessidade, que todos recolhe de sua lavoura.

Teve residencia na freguesia da Ponta Delgada e era filho de Pedro Ribeiro e de D. Ana Esmeraldo, ambos

de nobre ascendencia.

Carvalho (1º. Conde de). João José Xavier de Carvalho Esmeraldo Vasconcelos de Atouguia Bettencourt Sá Machado, 1º. conde de Carvalho, nasceu nesta cidade a 7 de Março de 1778, sendo filho de João do Carvalho Esmeraldo Albuquerque e Camara e de D. Isabel Maria de Sá Acciaioly. Era fidalgo cavaleiro da Casa Real, coronel do regimento de milicias da Calheta e administrador de varios morgadios, entre os quais se destacavam os do Santo Espirito na Lombada dos Esmeraldos, Ponta Delgada, Agua de Mel e Paul do Mar.

Sucedeu na importante casa de seu irmão Luiz Vicente do Carvalho Esmeraldo de Sá Machado, o qual segundo afirma um distinto linhagista *era senhor de mais de doze morgadios grandes, que o constituíam o vassalo mais rico em bens patrimoniais de Portugal. O conde de Carvalho foi, não só o mais abastado proprietario da Madeira, mas a sua casa era uma das primeiras do país, em que se tinham reunido muitos vinculos e morgadios, possuindo vastas propriedades em quasi tôdas as freguesias desta ilha e ainda no continente do reino e nos Açôres, deixando além disso, por sua morte, mil e tantos contos de réis em varios estabelecimentos de credito inglêses. Num curioso documento official, dirigido pelo corregedor desta comarca ao govêrno da metropole em 1823, se diz que o conde de Carvalho tem grandissimos cabedais no banco de Londres e em caixa, e um avultadissimo rendimento annual, que, na presente penuria da ilha, sobe ainda de duzentos a trezentos mil cruzados, o que para a epoca representava uma renda verdadeiramente colossal para este arquipelago.

Vivendo sem fausto nem ostentação, era no entretanto um homem de animo generoso e liberal, de que deu sobejas provas sobretudo por ocasião de algumas crises por que passou a Madeira, tendo sido uma verdadeira providencia para esta terra, contribuindo poderosamente para debelar essas crises com a fôrça do seu prestigio, da sua influencia e da sua grande fortuna. Arcou por vezes com a ganancia desmedida dos negociantes de vinhos, principalmente estrangeiros, que, mancomunando-se, faziam baixar os preços dos mostos com grande prejuízo dos pobres lavradores.

Afecto ás ideias liberais, teve que emigrar para Inglaterra na corveta de guerra inglêsa Alligator a 22 de Agôsto de 1828, quando a Madeira foi ocupada pelas tropas miguelistas. Em Londres foi não só o desvelado

protector dos madeirenses ali emigrados, mas socorreu generosamente todos os compatriotas que a ele se dirigiram, afirmando-se que nisso dispendera muitas dezenas de contos de réis.

Estabelecido o governo constitucional, regressou a esta ilha em fins de 1834, e por carta regia de 13 de Setembro de 1835 foi nomeado governador civil deste arquipélago, tendo sido pouco antes, a 5 do mesmo mês e ano, agraciado com o título de conde de Carvalho da Lombada. Os cuidados da administração da sua grande casa e mais ainda as doenças de que há muito sofria, afastaram-no dentro de poucos meses do governo do distrito, que muito violentado aceitara e unicamente para aceder aos desejos dos principais proprietários e influentes desta ilha.

Morreu a 11 de Novembro de 1837 na sua Quinta do Palheiro do Ferreiro e foi sepultado na capela que ainda hoje ali existe. Quarenta e tantos anos depois, o seu sobrinho e herdeiro, o 21. conde de Carvalho, fêz trasladar os seus despojos mortais para o mausoléu que mandou erigir no cemitério das Angustias e onde jazem sepultados.

Carvalho (2º. Conde de). Antonio Leandro da Camara Carvalho Esmeraldo Atouguia Bettencourt de Sá Machado, 2º. Conde do Carvalho da Lombada, era o representante das mais antigas e nobres famílias da Madeira e nasceu no Funchal a 6 de Outubro de 1831, sendo filho de João Francisco da Camara Carvalho Esmeraldo de Atouguia Bettencourt de Sá Machado, sobrinho e herdeiro do primeiro Conde do Carvalho, e de D. Tereza Xavier Botelho, filha do governador e capitão general da Madeira, Sebastião Xavier Botelho.

Sem se notabilizar em nenhum ramo do saber humano, nem se ter evidenciado em acontecimentos que ficam registados na historia, foi contudo, no dizer dum seu admirador e amigo, “um homem que em vida fora a personalidade mais simpática e mais finamente característica da aristocracia madeirense; cujo nome fora conhecido lá fóra no alto mundo das grandes capitais entre os personagens mais ilustres, e cuja existencia, ora remansosa e prudente ora batida das tempestades e agitada dos desvarios da época, teve sempre a linha correcta da gentileza fidalga, as grandes expansões brilhantes de um belo espirito, servido por um temperamento de artista impressionavel, ardente, nervoso, generoso e bom. Em Paris, em Madrid, em Lisboa, nas festas esplendidas, nos bailes principescos, nas corridas, nos jogos de sport, na Opera, nos

gabinetes da Maison Dorée e do Café Inglês, no Bois, no Prado, nos touros, nas premières, foi ele o correcto e brilhante fidalgo, o infatigável valsista, o atrevido sportsman, o prodigo, o aventureiro viveur, levando a vida a grand train, distinto entre os mais distintos, amável, elegante e prestigioso. Um dia o pano caiu sobre esse cenário deslumbrante. A realidade inexorável e fatal apagou essa constelação de prazeres falazes e perigosos. A razão fria e grave veio sentar-se sobre as ruínas dessa existência estonteadora e capitosa do grande mundo, cheia de ilusões e de insanias, em que a vida e a fortuna se esvaem como o tenue fio de água no deserto árido e nu. E aquele que fora o herói dessa epopeia efêmera, feita de brilhantismos fugazes, de ilusões esplêndidas, de loucas prodigalidades veio sentar-se à sombra do lar, até ali mudo e triste, abandonado e esquecido. Trazia a mesma distinção nativa, a mesma elegância própria, a gentil e cortês fidalguia do nome e da condição, mas muita ilusão de menos, muita decepção a mais e para sempre desbaratada a fortuna que irreflectidamente arrojara para aquele vertice enorme e insaciável. A realidade pesava sobre ele fatal, terrível e desapiedada“.

Para tanto fausto e ostentação, chegando a ocupar um lugar de destaque naquelas capitais, mal podia acudir uma renda anual de cem contos de réis, que lhe dava a sua grande casa. Em Madrid, para assistir ao casamento dum princesa, mandou construir um carro que custou uma dúzia de contos de réis, em Lisboa edificou um teatro junto da sua casa, onde representaram notabilidades e onde concorria a primeira sociedade da capital. Em Paris gastou fortunas com o deslumbramento da sua vida faustosa e perdularia... Ficaram célebres as brilhantes festas do Palheiro do Ferreiro, em que á mais alta e requintada distinção se reuniam as prodigalidades dum poderoso nababo. O conde do Carvalhal veio expressamente á Madeira para receber o infante, depois rei, D. Luiz, e tanto no palácio de S. Pedro como na quinta do Palheiro, admirou o futuro rei de Portugal os dotes de estremada fidalguia e da mais inexcedível distinção dum genuíno representante da velha aristocracia madeirense.

Na casa Carvalhal tinham-se reunido diversos vínculos ou morgadios, sendo o mais importante o do Santo Espírito na Lombada da Ponta do Sol, instituído em 1511 pelo fidalgo flamengo João Esmeraldo, na vasta propriedade que comprara a Rui Gonçalves da Câmara, 21. filho do descobridor da Madeira João Gonçalves Zarco. Deste morgado foi o 131. e último administrador o 2º. conde de Carvalhal, que também herdara a casa vincular instituída na freguesia da Ponta Delgada por Manuel Afonso Sanha e sua mulher D. Mecia de Carvalhal nos princípios do século XV, e ainda os vínculos de Água de Mel, do Paul do Mar, dos Lemes, etc., não contando com outros situados em diversos pontos da ilha e também nos Açores e no continente do reino. Possuía vastas propriedades em tôdas as freguesias da Madeira, chegando a ser a casa Carvalhal, a

segunda ou terceira do país em bens territoriais.

O conde de Carvalho, entre outras comissões de serviço publico, exerceu o logar de presidente da Camara Municipal do Funchal e tinha a gran-cruz da ordem de Isabel a Católica e outras condecorações estrangeiras.

Casara em 1854 com D. Matilde Montufar Infante, filha dos marqueses de Selva Alegre, em Espanha, e deste consorcio nasceram D. Maria da Camara, que casou com o conde de Resende, e a sr0. D. Teresa da Camara, condessa do Ribeiro Real.

Depois duma vida tão agitada, vieram a ruina, o infortunio, a saudade e a doença defrontar-se com o herói de tantas aventuras. Lutou e lutou nobremente, mas... a morte derrubou-o ainda na idade pujante dos 56 anos.

Faleceu nesta cidade a 4 de Fevereiro de 1888 e foi sepultado no jazigo que mandou erigir no cemiterio das Angustias.

Carvalho e Carreira. Sitio povoado na freguesia dos Canhas, onde se acha a capela de Santo André Avelino, edificada em 1776 por Carlos Nunes de Freitas da Silva, tendo pertencido á casa dos morgados Lomelinos. Numa das paredes interiores da capela, foi há poucos anos colocada a seguinte inscrição: “Oferecida por Jacinto Fernandes e concluida por José dos Reis e povo“. Tem 89 fogos e 378 habitantes.

Carvalho Esmeraldo (João da Camara). Foi eleito senador pela Madeira para a sessão legislativa de 1838 a 1840, sendo eleito deputado para a legislatura de 1842 a 1845.

Era sobrinho do II. conde de Carvalho e sucessor e herdeiro da sua grande casa. Casou a 24 de Junho de 1822 com D. Teresa Xavier Botelho, filha do governador e capitão-general da Madeira, Sebastião Xavier Botelho. Foram estes os pais do 21. conde do Carvalho.

João Francisco da Camara Carvalho Esmeraldo de Atouguia Betencourt Sá Machado era oficial do exercito, moço fidalgo da Casa Real e comendador da Ordem de S. Tiago. Morreu em Abril de 1844.

Carvalho (Duarte de Melo Ponces de). Foi eleito deputado pela Madeira a 28 de Abril de 1918.

Carvalho (João da Silva). Nasceu no Funchal a 16 de Outubro de 1821 e exerceu com muita proficiencia o magisterio primario nesta cidade durante perto de 60 anos, tendo fundado o seu primeiro collegio em 2 de Outubro de 1845, associado a Augusto Correia de Sampaio, também já falecido. A Camara Municipal em atenção aos seus serviços concedeu-lhe nos ultimos anos da sua vida a pensão anual de 240:000 réis. Colaborou no Estudo, na Ordem e noutros periodicos, foi membro da Camara Municipal e da Comissão Distrital, e publicou em 1867, com um prefacio seu, a obra de Januario Justiniano de Nobrega sôbre a visita da Imperatriz do Brasil á Madeira. Faleceu no Funchal a 9 de Julho de 1903.

Carvalho (Mariano de). Chegou ao Funchal a 6 de Dezembro de 1890 e saiu para Lisboa a 8 do mesmo mês e ano. Foi aqui muito obsequiado, tendo assistido a um baile no Club Funchalense e a um jantar que lhe foi oferecido no salão nobre do antigo Teatro “D. Maria Pia”.

Carvalho (Quercus Robur). Arvore europeia muito espalhada em tôda a ilha onde foi introduzida em 1803, pelo primeiro Conde Carvalho. Produz boa madeira e os seus frutos empregam-se vantajosamente na alimentação do gado. Os rebentos e fôlhas novas do carvalho, convenientemente pisados, têm largo emprêgo na ilha no tratamento dos panaricios. A bolota torrada e reduzida a pó, serve para a preparação duma bebida util ás pessoas a quem é vedado o uso do café.

Carvalho de Araújo (Rua). Em sessão da comissão administrativa da Camara Municipal do

Funchal de 8 de Maio de 1919, foi deliberado dar o nome do capitão-tenente Carvalho de Araújo, á antiga rua do Aljube. Este ilustre oficial da nossa marinha de guerra era o comandante do caça-minas Augusto de Castilho que em Outubro de 1918 comboiou o vapor San Miguel na sua viagem para os Açores tendo morrido heroicamente no seu posto no dia 15 do mesmo mês, no combate que o navio teve de sustentar com um submarino alemão, nas proximidades daquele arquipélago. O caça-minas foi metido a pique, por não ter artilharia que pudesse competir com a do submarino, mas o San Miguel salvou-se, e com ele todos os passageiros que seguiam da Madeira para os Açores.

Carvão. O carvão para os usos ordinarios obtém-se pela combustão incompleta da madeira. Para isso abrem-se covas no terra deitam-se nelas alguns toros ou pedaços de madeira, aos quais se pega fogo; colocando novos toros sobre os primeiros, de modo a encher a cova, em pouco tempo se alastra a combustão, saindo então por todos os pontos da meda grande quantidade de fumo. Quando o carvoeiro entende que a operação está concluída, cobre tudo com ramos, mato e terra sendo o carvão retirado mais tarde da cova para ser conduzido em sacos aos povoados. Alguns carvoeiros lançam alguma agua no carvão, antes de cobrir a cova com terra. Em certos pontos da ilha não é costume abrir covas na terra, mas nas demais operações para o fabrico do carvão, segue-se o processo já indicado. O processo das chaminés ao centro da meda, usado em Portugal, é desconhecido na Madeira.

As urzes são os vegetais que produzem melhor carvão, mas este também é fabricado com a madeira das uveiras, dos loureiros e de outras especies.

Carvão de pedra. Foram os negociantes ingleses Jacob Ruffly e Diogo Taylor que em 1838 estabeleceram no Funchal o primeiro deposito de carvão de pedra, pouco depois de ter começado a navegação a vapor de Inglaterra para as West-Indias, feita pela Mala Real Inglesa.

Casa de Saúde. Assim chamavam outrora á pequena casa á Entrada da Cidade, onde durante largos anos estiveram acomodados a Capitania do Pôrto e a Associação Comercial. Desconhece-se a epoca em que esta casa foi construída, mas sabe-se que a 15 de Junho de 1771 a Camara concorreu com 100:000 réis para

a edificação duma nova casa junto da da Saúde, destinada a residencia do porta-bandeira, e que a 13 de Julho do mesmo ano deu mais 100:000 réis para a mesma obra.

Era uso noutras epocas os guardas-mores esperarem na Casa da Saúde que lhes fôsem apresentadas as cartas dos navios que chegavam ao nosso pôrto. Os guardas-mores eram nomeados pela Camara, e não se lhes exigia um curso medico, como sucede actualmente. Além dos guardas-mores, havia na Casa da Saúde um interprete, nomeado também pela Camara, o qual tinha o vencimento de 17 réis anuais.

A Casa da Saúde serviu de Paços do Concelho desde 1784 até os fins do seculo XVIII ou principios do XIX, e a pesar de ser edificio municipal, foi cedida pelo governo á Camara, que a vendeu em 1914, sendo arrematada pelas firmas Luiz da Rocha Machado & C^o. e W. Winton pela quantia de 22:800\$000 réis.

Casa dos Consules. Foi durante muito tempo conhecida pelo nome de Casa dos Consules um predio urbano situado na rua da Conceição, fazendo esquina com a Rua da Figueira Preta. Parece ter sido uma antiga casa solarenga. É construção do seculo XVIII e tem um certo aparato architectonico. Em epocas passadas ali estiveram instalados diversos consulados e daí a denominação de Casa dos Consules. Ainda no principio do seculo passado tinham alguns consulados a sua sede nesta casa.

Lê-se no valioso livro Casas Madeirenses: “É um exemplar interessantissimo e que vale considerar pela originalidade de alguns elementos bem dignos de aproveitarem-se para maior variedade, na composição de outros predios. Conjunto dissemetrico mas equilibrado e nobre dum grande ar senhoril. Apresenta um largo beiral triplo sendo originalissimas as janelas superiores pela forma dos frontões que sobrepujam as respectivas lumieiras”.

Casa dos Pobres Desamparados. Era um asilo com caracter particular, administrado pelo seu fundador José Fernandes Velosa. Destinava-se a recolher e sustentar um certo numero de pobres de ambos os sexos, e existiu desde 1897, sendo as esmolos, os legados e o produto de algumas festas, as suas principais fontes de receita.

O estabelecimento, que a principio só recebia homens, começou em 1895 sob a designação de “Albergue Nocturno”, tendo o primeiro pobre a quem o sr. Velosa concedeu protecção, sido recolhido por ele em sua casa numa noite do mês de Dezembro de 1894.

O seu fundador faleceu a 30 de Janeiro de 1934.

Casa dos Vinte e Quatro. Assim se denominava uma agremiação composta de delegados dos officios mecanicos, e presidida pelo juiz do povo.

Em 21 de Janeiro de 1812 foi dirigida ao juiz, vereadores e mais officiais da Camara da Cidade do Funchal uma carta regia, ordenando “que emquanto se não procede á construção de um novo edificio que tenha as necessarias acomodações, a Camara facilite á corporação da mesa dos Vinte e Quatro o uso da sala das vereações”.

A Casa dos Vinte e Quatro elegia o juiz do povo, e também os quatro mesteres que faziam parte do senado. Foi extinta pelo decreto de 7 de Maio de 1834.

Casal (D. Fr. Gaspar do). Foi o 3.º bispo do Funchal e um dos mais illustres prelados do seu tempo. As crónicas contemporaneas madeirenses não nos dizem coisa alguma digna de menção deste chefe da igreja funchalense, porque nunca veio ao seu bispado, em virtude dos altos cargos que desempenhou no continente do reino, como os de lente da Universidade de Coimbra, presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, teologo de D. João III no célebre concilio de Trento, etc. Era um dos portugueses mais sábios da sua época e deixou impressas muitas obras, quasi; todas escritas na lingua latina.

Foi nomeado bispo desta diocese pelo papa Julio II em 1551, e tomou posse no ano immediato pelo vigario geral e provisor o dr. Antonio da Costa, que foi também o governador do bispado. Poucos anos depois obteve transferencia para a diocese de Leiria e em seguida para a de Coimbra, e em ambos estes bispados foi um eminente prelado.

Nasceu em Santarém, em 1512, e morreu em Coimbra, a 9 de Agosto de 1584.

Muitas obras se ocupam com largueza de Fr. Gaspar do Casal que foi incontestavelmente um dos homens mais ilustres da sua época.

Casas de Abrigo. As serras da Madeira, em virtude da sua grande altitude e ainda pelas distancias a que se encontram dos centros povoados, oferecem sempre um grave perigo aos viandantes que têm necessidade de as atravessar, quando nelas se desencadeiam tempestades, especialmente as chuvas torrenciais acompanhadas de fortes ventanias e de saraivada de granizo, sendo raros os invernos em que não se regista a morte de varios individuos, que sucubem á violencia dos temporais. Para acudir a esses caminhantes, por vezes imprudentes e desconhecendo o perigo a que facilmente se expõem, construíram-se nos pontos mais desabrigados das nossas serras umas pequenas casas, algumas delas já bastante antigas, que têm prestado assinalados serviços, livrando de morte certa a muitos individuos que nelas têm procurado abrigo, embora estejam desprovidas dos mais rudimentares meios de agasalho e de conforto a proporcionar aos que ali chegam acossados pelas tempestades. Damos uma nota das Casas de Abrigo existentes nas nossas serras, algumas das quais também se aplicam aos serviços da conservação das levadas e da inspeção florestal. sendo bastante para lamentar que nem todas tenham o indispensavel pessoal para acudir eficazmente ao fim a que se destinam e que o seu estado de conservação deixe tanto a desejar. São elas: Casa do Caramujo, (V. este nome), ns serras de São Vicente; Casa do Lombo do Mouro (V. este nome), nas serras da freguesia da Ribeira Brava; Casa do Monte Medonho (V. este nome nas serras da freguesia de São Vicente; Casas do Rabaçal, no conhecido sitio do mesmo nome; Casa da Bica da Cana no planalto do Paul da Serra; Casa da Fajã das Nogueiras (V. este nome), nas serras do Faial, Casa das Queimadas (V. este nome), nas serras da freguesia de Santana, Casa do Ribeiro Frio (V. este nome) na freguesia de São Roque do Faial; Casa dos Alpires (V. este nome) no não muito distante do sitio da Choupana, no Funchal, e a do Poiso, no sitio deste nome, nas serras da freguesia da Camacha. Talvez seja esta a unica que verdadeiramente mereça o nome de Casa de Abrigo, pela sua capacidade, bom estado de conservação e relativo conforto que oferece aos que a procuram. Em outros pontos da serra existiram algumas pequenas casas de abrigo, que há muito foram destruidas pelo tempo e pela incuria do homem.

O subdito inglês Roberto Page mandou construir nos principios do seculo XIX duas casas de abrigo nas montanhas, sendo uma no Paul da Serra e a outra na Ribeira das Cales mas a primeira destas casas há muito que não existe, e a segunda está servindo, depois de convenientemente reparada, para abrigo de

guardas florestais.

No Lombo da Raiz e nos Lamaceiros existem pequenos abrigos mandados construir pela Direcção das Obras Publicas do Funchal.

Casinhas e Pico. Sitio povoado da Ilha do Porto Santo. Neste sitio onde chamam a Graça existiu uma antiga capela consagrada a Nossa Senhora da Graça, que deu o nome ao lugar. Achando-se muito arruinada, foi empreendida a sua reedificação em mais amplas proporções, no principio do seculo passado não chegando a concluir-se a construção de que hoje só restam algumas ruínas. Tinha um certo aparato architectonico e interiormente a forma octogonal, dizendo-se algures que e a reprodução, em miniatura, dum célebre santuario de Italia. Tem 16 fogos e 70 habitantes.

Castanheira (Pôrto da). Pequeno pôrto situado a oeste da Deserta Grande.

Castanheiro (*Castanea sativa*). Cupulifera cultivada na Madeira desde a epoca em que esta ilha começou a ser povoada. Na Achada do Campanario via-se há anos um castanheiro cujo tronco media 10m,50 de circunferencia, e no sitio das Fontes, na Ribeira Brava, cremos existir ainda um outro, cujo tronco mede 11m,30, também de circunferencia. O castanheiro, muito menos frequente hoje do que outrora, produz além do fruto, que é consumido no país, uma boa madeira que tem muitas applicações. Embora caracterize a 20. zona botanica da Madeira, que vai de 150 até 200 metros, pode viver também nas proximidades do litoral, tendo existido durante largos anos na fortaleza de S. Lourenço, um individuo que nunca deixava de frutificar na epoca propria. A produção anual da castanha na Madeira regula por 4:000 hectolitros.

Castanheiro (Rua do). Comunica o largo do Colegio com as ruas de S. Pedro e das Mercês.

Provém-lhe o nome de em tempos mais remotos ter existido um gigantesco castanheiro no extremo norte da rua, que ainda há 70 anos era uma estreita e tortuosa travessa. Parece que em tempos teve o nome de João Castanheiro.

Foi por iniciativa e a instancias do governador civil José Silvestre Ribeiro que a Camara Municipal a mandou alargar e dar-lhe o alinhamento que actualmente conserva, tendo o govêrno central, por decreto de 10 de Janeiro de 1847, autorizado que da cêrca do extinto collegio dos jesuítas, que então, como hoje, servia de quartel, fôsse cedido o terreno indispensavel para o mesmo alargamento. Depois deste melhoramento é que se construíu a actual entrada e porta das armas do quartel, que antes era na rua dos Ferreiros, aproximadamente no local onde em tempo esteve instalado o antigo liceu. Nesta rua fica a característica casa chamada de D. Guiomar, hoje notavelmente modificada, que em tempo serviu de quartel militar. Foi também num predio desta rua que em 1853 se instalou provisoriamente o Hospicio da Princesa D. Maria Amelia.

Castanheta Baia (*Heliastes limbatus*). Peixe osseo da familia Pomacentrida, pescado no verão e abundantemente, na costa sul da Madeira. Colhem-no a pequena profundidade, que pode variar entre 7 e 12 braças, usando de preferencia uma rêde circular apropriada. Embora especie pequena, não deixa de ser estimada pelo sabor agradável. Também lhe chamam castanheta branca.

Castanheta do Alto. Os madeirenses aplicam este nome aos dois peixes seguintes, ambos da familia Percida: *Anthias sacer* e *Callanthias peloritanus*. São pescados em fundos rochosos entre 60 e 150 braças, com a gorazeira ou a briqueira, sendo esta especie muito mais rara do que aquela.

O *Anthias sacer* é conhecido também pelo nome de imperador, e o *Calanthias peloritanus* pelo de imperador de natura. Há uns 60 anos atrás era esta ultima especie chamada também castanheta ou imperador da moda, talvez por alusão á moda da cintura delgada das senhoras, visto a ser a mesma especie notavelmente mais esguia que o imperador comum. Hoje, porem, tal denominação parece estar completamente esquecida.

Castanheta Ferreira (Glyphidodon luridus). Pequeno peixe da família Pomacentrida, proprio dos tropicos e cuja área de distribuição se estende para o norte até estes mares. No verão frequenta a orla do mar, junto ás costas rochosas, onde os amadores o vão pescar á cana ou o colhem de peneiro. Também lhe chamam castanheta preta.

Castanho (Pico). Na costa setentrional da freguesia do Caniçal se encontra o pico deste nome, a uma altitude de 628 m.

Castanho (Pico). Eminencia da freguesia de Machico do alto da qual se disfrutam belos horizontes desde a freguesia do Caniço até o extremo leste da ilha. Foi nas encostas deste monte que se deu o encontro e um tiroteio entre a tropa revoltosa e as fôrças governamentais, no dia 2 de Maio de 1931, como mais largamente se dirá no artigo respeitante aos motins populares.

Castelo (Pico do). É a elevação mais conhecida da Ilha do Pôrto Santo, não muito distanciada da Vila e em cuja crista se encontram as ruínas dum antigo forte, que deu o nome ao pico. O seu ponto mais alto fica a 440 metros acima do nível do mar e são muito escarpadas as suas encostas, servindo assim de abrigo seguro aos habitantes da ilha, quando assaltada por corsários franceses e marroquinos, que frequentemente a devastavam. Antes da construção do forte, fazia se a defesa por meio de calhaus, que rolavam pelas vertentes do pico, tornando-se o seu cume quasi inacessivel. Haverá aproximadamente 30 anos que a Junta Geral do distrito tentara a arborização das encostas deste pico, dirigindo os respectivos trabalhos o regente silvicola Antonio Schiappa de Azevedo, encontrando-se ali actualmente uma opulenta vegetação de especies arboreas, que, ainda no mar e a grande distancia, causa a admiração do observador, em flagrante contraste com a aridez dos outros montes.

Castelo Branco (Camilo). O nosso grande romancista, no seu livro Eusebio Macario (referimo-nos á 30. edição), acrescentou algumas paginas sôbre diversos pontos de historia poetica, encontrando-se

de paginas 245 a 275 um interessante capitulo intitulado A Lenda de Machim. Reflexões á vida do infante D. Henrique, por Mr. Richard Henry Major. Este artigo insere a polemica travada entre Camilo e Pinheiro Chagas acêrca da lenda de Machim e em especial da origem do nome de Machico, que é sobremaneira interessante.

A acção do romance O Santo da Montanha passa-se em grande parte no Funchal, e refere-se a cousas e pessoas madeirenses.

No romance O Regicida lê-se uma curiosa nota acêrca da ascendencia do bispo do Funchal, D. Jeronimo Fernando, que era terceiro neto do infante D. Fernando, pai do rei D. Manuel.

Castelo Branco (D. Joana de). É a mais distinta poetisa madeirense. Nasceu na freguesia do Faial a 23 de Junho de 1856 e é filha de Caetano Velosa de Ornelas Castelo Branco e de D. Maria Rosa de Freitas. Há já muitos anos que reside em Lisboa. Tem colaboração em prosa e verso em varios jornais. Em volume publicou As Minhas Flores, Lisboa, 1905, de 94 paginas, e Fluctuações, Lisboa, 1910, de 88 paginas. Faleceu em Lisboa no ano de 1920.

Castelo Branco (D. José de Sousa). Este digno e zeloso prelado funchalense nasceu na cidade de Leiria e era filho de Heitor Vaz de Castelo Branco e de D. Luzia Maria da Silva e Ataíde, pertencentes a antigas e nobres familias daquela cidade.

Depois de exercer alguns cargos importantes foi por D. Pedro II nomeado prelado do Funchal em 1697, recebendo a respectiva sagração episcopal em Lisboa, a 29 de Junho de 1698, das mãos do bispo inquisidor-geral D. Frei José de Lencastre.

Pouco se demorou em seguir para o seu bispado, tendo-se, primeiramente, a pedido do monarca, dirigido a Mazagão, onde chegou a 10 de Agôsto de 1698, a fim de exercer ali as funções do ministerio episcopal. Naquela praça onde então se reuniram muitos portugueses dispersos em varios pontos do continente marroquino, foi alvo das maiores demonstrações de aprêço e regozijo, e depois de alguns dias de demora tomou o rumo da sua diocese, chegando a esta cidade a 29 de Agosto daquele ano.

Durante os 19 anos que residiu neste bispado, deu sempre provas de uma irrepreensível conduta e mostrou-se extremamente zeloso no cumprimento dos seus deveres episcopais. Visitou pastoralmente algumas vezes toda a sua diocese e adoptou severas providencias para manter a disciplina ecclesiastica e corrigir alguns graves abusos que então se cometiam.

Estrenuo defensor dos privilegios e regalias de que gozava a igreja, teve que sustentar lutas com o governador e capitão-general João da Costa e Ataíde e com o provedor da fazenda Manuel Mexia Galvão, havendo o govêrno da metropole mandado á Madeira o desembargador Diogo Salter de Macedo a syndicar do conflito que se dera entre aquelas autoridades, do que resultou uma sentença a favor do prelado e uma aspera censura aos actos do governador e provedor da fazenda.

Dedicou-se a estudos genealogicos e deixou inéditas algumas obras, que vêm enumeradas na Biblioteca Lusitana.

Por motivos de doença embarcou para o reino a 16 de Julho de 1717 e não mais voltou á diocese, tendo quatro anos depois renunciado a mitra.

Morreu em 1746, tendo sido o 141. bispo desta diocese.

Castelo Branco (Eduardo Ernesto de). Nasceu no Funchal a 17 de Março de 1840 e morreu em Lisboa a 4 de Fevereiro de 1905, sendo filho do contra-almirante Joaquim Pedro de Castelo Branco. Assentou praça em 1857, attingindo o pôsto de general, e pertencia á arma de artilharia. A sua grande obra foi a fundação do Museu de Artilharia a que dedicou toda a actividade do seu espirito, conseguindo elevá-lo a par dos estabelecimentos similares da Europa. Para isso trabalhou afanosamente e ainda dispendeu do seu bôlso particular somas avultadas, quando o erario publico se tornava avaro para a realização dos melhoramentos que ele julgava indispensaveis. Escreveu o Catalogo do Museu de Artilharia de Lisboa.

Castelo Branco (João de Abreu). Foi governador e capitão-general da Madeira, datando a

sua nomeação de 7 de Agosto de 1733 e tendo tomado posse do logar a 21 de Abril de 1734.

Castelo Branco (José de Azevedo). É de 24 de Janeiro de 1890 o decreto da sua nomeação para governador civil deste distrito, tendo tomado posse a 30 do mês e anos referidos. Nasceu em Vila Real a 5 de Outubro de 1852, e formou-se em medicina em 1878.

Castelo Branco (José de Freitas Teixeira Spinola de). Nasceu no Funchal a 7 de Janeiro de 1801 e era filho do dr. Mauricio José de Castelo Branco Manuel (V. este nome) e de D. Maria Dionisia de Freitas Abreu Castelo Branco. Seguiu a carreira das armas e atingiu o posto de marechal de campo. Foi lente e director da Escola Politecnica e socio da Academia Real das Sciencias. Publicou: Elementos de algebra superior, 1843, Applicaçãõ da algebra à geometria, 1847 e Noções de calculo differencial, 1838. Tomou parte nas campanhas da liberdade.

Castelo Branco (Mauricio José de). Nasceu no Funchal por 1842 e frequentou o liceu desta cidade e o de Coimbra. Desempenhou por alguns anos o cargo de escriptorario de fazenda no Funchal e colaborou no Direito, Recreio, Crepusculo, Diario Popular e outros jornais da terra. Faleceu nesta cidade a 6 de Setembro de 1910.

Castelo Branco (Pedro de). Pedro de Castelo Branco, barão de S. Pedro, nasceu no Funchal a 19 de Abril de 1837, sendo filho do contra-almirante Joaquim Pedro de Castelo Branco. Era doutor em medicina pela Universidade de Paris e foi por alguns anos empregado superior dos correios, passando depois para o Ministerio dos Negocios Estrangeiros e entrando na carreira diplomatica. Serviu como secretario de legação em varias capitais da Europa e como encarregado de negocios em Berlim e na Haia, sendo nomeado em 1891 ministro plenipotenciario em Constantinopla. Desempenhou mais tarde o cargo de chefe do gabinete do Ministro dos Negocios Estrangeiros, vindo a falecer em Lisboa a 14 de Dezembro de 1911.

Castelo Branco Manuel (Mauricio José de). Era natural de Valezim e pertencia a uma antiga e nobre família daquela vila. Formou-se em leis e seguiu a carreira da magistratura, tendo desempenhado nesta ilha o lugar de juiz de fora no primeiro quartel do século passado. Quando se proclamou o sistema representativo no país, foi o dr. Mauricio Castelo Branco eleito deputado pela Madeira para as Côrtes Constituintes que funcionaram de 1821 a 1822. Os outros dois representantes deste arquipélago em côrtes foram Francisco João Moniz e o dr. João José de Freitas Aragão.

Pela obra Galeria dos deputados das cortes gerais e constituintes... de 1821 se vê que Mauricio José Castelo Branco advogou com dedicação os negócios da Madeira e se ocupou com bastante desassombro de vários assuntos de interesse geral, revelando-se um espírito muito liberal e de grande independência de carácter.

Casou no Funchal com uma senhora madeirense e foi nesta ilha o tronco da distinta família Castelo Branco.

Castelo de Paiva (Antonio da Costa Paiva, Barão de). Este distinto médico e naturalista nasceu no Pôrto a 12 de Outubro de 1806 e faleceu no Funchal a 4 de Junho de 1879. Era bacharel em filosofia pela Universidade de Coimbra, doutor em medicina pela faculdade de Paris, lente da Academia Politécnica do Pôrto e socio da Academia das Ciências de Lisboa.

Tendo sido encarregado pelo Governo Português, em 1855, de estudar a ilha da Madeira sob o ponto de vista agrícola e económico, aproveitou o ensejo para fazer numerosas investigações botânicas e zoológicas em todo o arquipélago, conseguindo organizar um herbario de 515 espécies, que ofereceu em 1863 á Academia das Ciências de Lisboa, e uma excelente colecção de conchas terrestres. A sua *Monographia Molluscorum terrestrium, fluvialium, lacustrium insularum Maderensium* (Lisboa, 1867) é, na opinião de distintos especialistas, o trabalho mais exacto e consciencioso que tem sido publicado sobre a malacologia do nosso arquipélago.

O Barão de Castelo de Paiva visitou também o arquipélago das Canárias, onde fez várias observações botânicas, malacológicas e entomológicas. O herbario que ele organizou naquelas ilhas está presentemente, assim como o da Madeira, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Além da referida Monographia, escreveu um relatório, de 11 páginas, em que se ocupa da Madeira sob o ponto de vista agrícola e económico (Lisboa, 1855) e os seguintes trabalhos científicos: Notícia da descoberta de dois molluscos novos e também dos typos vivos de duas espécies fósseis do archipelago madeirense (Annals and Mag. of Nat. Hist, 1862), Description of a new Sempervivum from the Salvage Island (Seeman's Journ. Bot., 1866), Description de deux espèces nouvelles de mollusques terrestres de l'archipel de Madère (Journ. de Conchyl, VI , 1866), etc . .

Castelo-Melhor (Conde de). Este título foi dado por Filipe II a Rui Mendes de Vasconcelos, a 21 de Março de 1611. Simão Gonçalves da Camara, 71. capitão-donatário do Funchal, casou com uma filha do referido conde, de nome D. Maria de Vasconcelos, de quem houve João Gonçalves da Camara, 81. capitão-donatário, e D. Mariana de Alencastre, vindo esta a herdar a capitania de seu irmão, que morreu sem descendência, mas que foi casado com D. Inês de Meneses. D. Mariana de Alencastre, 9º. donataria, casou com o 2º. conde de Castelo-Melhor João Rodrigues de Vasconcelos, filho de Luiz de Sousa e Vasconcelos e de D. Maria de Sousa, passando deste modo a capitania para a posse dos condes e depois marqueses de Castelo-Melhor, que a conservaram até ela ser extinta.

Castilho (Alexandre Magno de). Este oficial de marinha e escritor visitou várias vezes a Madeira e aqui casou com uma senhora madeirense, D. Carlota de Almeida Afonseca. Morreu no Funchal a 19 de Janeiro de 1871. No seu livro Roteiro da Costa Africa Occidental encontram-se alguns elementos que aproveitam á historia do nosso arquipelago.

Castilho (José de). O ilustre escritor D. Antonio da Costa escreveu um livro intitulado José de Castilho, o Heroe do Brigue Mondego, que foi publicado em Lisboa em 1874. Ocupa-se do jovem e distinto oficial de marinha José de Castilho, filho de José Feliciano de Castilho e sobrinho do grande poeta visconde de Castilho. José de Castilho, por motivo de saúde, veio á Madeira acompanhado por sua mãe e aqui morreu, vitimado pela tuberculose pulmonar, a 10 de Dezembro de 1864. D. Antonio da Costa consagra á ilha da Madeira algumas brilhantes páginas do seu livro.

Castilho (Visconde de). Pela tarde do dia 27 de Novembro de 1640 ancorou no pôrto do Funchal o brigue-escuna Funchal, que era então o navio que fazia viagens regulares entre Lisboa e a Madeira. Conduzia alguns passageiros e entre eles o grande poeta e eminente literato Antonio Feliciano de Castilho, acompanhando seu irmão o dr. Augusto Frederico de Castilho, afectado de uma grave doença pulmonar e que a esta ilha vinha pedir alivios á benignidade do nosso clima.

O dr. Frederico de Castilho era conego da Sé de Lisboa, desembargador da curia patriarcal e um poeta e prosador de raro merito, que durante muitos anos serviu de secretario do eximio escritor e que muito concorreu para que viessem a lume algumas das suas geniais produções poeticas.

Castilho nutria pelo irmão o mais acendrado amor fraterno, como se pode ver em muitas paginas das suas obras, em que lhe chama “o melhor dos irmãos e lhe faz as mais ternas e afectuosas referencias. Foi essa grande amizade que o levou, a pesar da sua cegueira, a empreender uma tão penosa viagem, não abandonando um só momento o irmão estremecido.

O distinto madeirense Januario Vicente Camacho, governador desta diocese e bispo eleito de Castelo Branco, pôs a residencia da Penha de França, onde durante muitos anos habitou o extinto prelado D. Manuel Agostinho Barreto, á disposição de Antonio Feliciano de Castilho, residencia que, pela sua posição sobranceira ao mar e nos suburbios da cidade, foi considerada nas condições exigidas para a doença de que sofria o ilustre enfermo.

O grande mestre da nossa lingua foi ali alvo das mais significativas demonstrações de aprêço por parte de todas as pessoas de elevada posição social da nossa terra, que intimamente se associaram á enorme dor que tão rudemente alanceou o seu coração de irmão e a sua alma apaixonada de poeta.

Augusto Frederico de Castilho chegou ao Funchal com as fôrças tão depauperadas e com a doença em tal grau de adiantamento que nem os ares beneficos desta terra privilegiada, nem os esforços da ciencia conjugados com os extremos de dedicacão do irmão, puderam salvá-lo da morte, que a todos nesta cidade se afigurou desde logo inevitavel. Passado pouco mais de um mês, a 31 de Dezembro, pela uma hora da tarde, sucumbiu Augusto Castilho aos estragos da terrivel tuberculose pulmonar, nos braços do irmão estremecido e rodeado de algumas pessoas que procuraram tornar quanto possivel menos dolorosos os ultimos

momentos do malogrado enfêrmo.

O seu cadaver foi depositado na igreja do Collegio e dali saíu o prestito funebre em direcção á Sé Catedral, onde foram cantados os officios de defuntos, seguindo depois para o cemiterio das Angustias e ali foram os despojos mortais do illustre sacerdote sepultados em jazigo proprio. No funeral encorporou-se tudo o que de mais distinto contava a nossa terra, a começar pelas autoridades superiores do distrito, constituindo uma grande homenagem de respeito prestada ao morto e de estima e admiração ao grande homem de letras e nosso illustre hospede.

Tendo perdido o irmão, Castilho só pensou em recolher-se ao seio da familia, levando consigo o precioso tesouro do coração do irmão, que, por disposição da sua ultima vontade, quisera que lhe fôsse extraído do peito, para ser dado á sepultura juntamente com os restos mortais do seu querido e inseparavel companheiro de tantos anos.

Antonio Feliciano de Castilho saíu da Madeira a 9 de Janeiro de 1841, e neste mesmo ano proferiu no Conservatorio Real de Lisboa o elogio historico de seu irmão Augusto Frederico de Castilho, que é um dos seus mais primorosos trabalhos literarios. Nesse elogio se encontram algumas paginas sentidas, em que Castilho descreve a doença e a morte do irmão ocorrida na Madeira.

A familia Castilho mandou erigir no cemiterio das Angustias um pequeno monumento de marmore sobre a campa do dr. Augusto Castilho, encimado pelo seu brasão de armas e onde se lê este epitáfio: A memoria do dr. Augusto Frederico de Castilho, cavalleiro de diversas ordens, antigo prior do Castanheiro, opositor na universidade de Coimbra, governador do bispado de Beja e deputado da nação portugueza, arceprestre da Se Metropolitana de Lisboa e membro de muitas sociedades litterarias nasceu em Lisboa em 4 de Setembro de 1802 e falleceu no Funchal a 31 de Dezembro de 1840.

Castrioto Lusitano. V. Fernandes Vieira (João).

Castro (Afonso de). Nomeado governador civil deste distrito por decreto de 14 de Maio de 1870, tomou posse do logar a 19 dos referidos mês e ano. Foi o governador efectivo da Madeira que por menos

tempo exerceu este cargo: oito dias apenas. A sua demissão foi determinada pela revolução de Maio de 1870, em que Saldanha se apossou violentamente do govêrno, sobraçando tôdas as pastas. A Afonso de Castro sucedeu D. João Frederico da Camara Leme.

Afonso de Castro foi segunda vez nomeado governador civil do Funchal por decreto de 24 de Novembro de 1877, e tomou posse a 24 de Dezembro do mesmo ano. Deixou a administração deste distrito em Junho de 1879.

Foi governador nalgumas das nossas colonias, governador civil em varios distritos do continente e ilhas e deputado da nação em diversas legislaturas.

Nasceu em Lamego em 1824 e morreu em Leiria em 1885, ao tempo em que era ali governador civil.

Escreveu e imprimiu algumas obras.

Castro (Padre Francisco de). Foi afamado prègador do seu tempo e exerceu diversos cargos importantes. Diz dele Barbosa Machado na Biblioteca Lusitana: “Francisco de Castro, natural da cidade do Funchal, capital da ilha da Madeira, presbytero de vida inculpavel, mestre em artes, doutor em Theologia pela Universidade de Evora, onde foi collegial do collegio da Purificação. Foi vigario da collegiada de S. Pedro da cidade do Funchal, donde passando a Cabo Verde a buscar remedio para o mal da lepra, passou a melhor vida em o anno de 1665. De muitos sermões que pregou, somente se fizeram publicar Sermão da Conceição de Nossa Senhora, Rochella, 1656 e Sermão da Visitação da Mãe de Deus, Rochella, 1655-. Inocencio diz no seu Diccionario Bibliographico que estes sermões são rarissimos, pois que não deparou com exemplar algum deles.

Também foi pároco da freguesia de Santo Antonio do Funchal.

Castro (Dr. José de). Este conhecido politico, que ainda há poucos anos foi presidente do conselho de ministros, esteve na Madeira desde 8 de Outubro de 1884 até 2 de Junho de 1885. Foi um dos defensores dos republicanos processados na comarca da Ponta do Sol, por causa dos acontecimentos que se deram na Ribeira Brava no dia 29 de Julho de 1884 e de que resultou a morte de alguns populares. Escreveu um folheto narrando esses acontecimentos, intitulado As Victimias d’ElRey, Historia dos processos movidos

contra os perseguidos políticos da ilha da Madeira, desde 29 de junho de 1884 ate o ano de 1885.

V. Arriaga (Dr. Manuel de).

Castro (D. Manuel de Portugal e). Foi o governador e capitão-general escolhido para a Madeira depois de D. João VI se proclamar rei absoluto. A sua nomeação é de Julho de 1823 e tomou posse a 28 de Agosto seguinte. No dia 26 do mesmo mês chegou ao Funchal, acompanhado do regimento de infantaria n.º 7, dum destacamento de artilharia e de uma alçada composta de seis magistrados, que vinha syndicar dos actos das pessoas desafectas ao govêrno absoluto. Fêz demolir com grande solenidade os alicerces do monumento que a 28 de Janeiro de 1822 se lançaram em frente da igreja da Sé. Mas em Agosto de 1826 festejou também solenemente e com grande aparato a Carta Constitucional e o govêrno representativo. Foi boa a sua administração e esforçou-se, quanto em si cabia, por moderar as violencias dos ministros da alçada, que não poucas arbitrariedades e vexames praticaram no exercicio do seu cargo.

A ponte e rampa de D. Manuel foram dados o seu nome, por terem sido construídas durante o seu govêrno. Saiu da Madeira a 6 de Maio de 1828.

Em 1827 foi nomeado vice-rei da India, onde fêz um excelente govêrno, tendo saído desta ilha pouco depois do dia 27 de Abril daquele ano, em que chegou ao Funchal o seu sucessor José Lucio Travassos Valdez.

Em 1853 o vapor de guerra Infante D. Luiz conduziu á Madeira D. Manuel de Portugal e Castro, como representante de D. Maria II, e o barão da Foz, como representante do rei D. Fernando, que vieram, em nome de suas majestades, apresentar á imperatriz D. Amelia as suas condolencias pela morte da princesa D. Maria Amelia e acompanhar a Lisboa os despojos mortais da mesma malograda princesa.

D. Manuel de Portugal e Castro, que era filho do marquês de Valença, nasceu a 5 de Novembro de 1787, e morreu a 13 de Julho de 1854. Foi ministro de estado e par do reino e exerceu outros cargos importantes.

Catanho. Procede entre nós este apelido dos irmãos Kirio e Rafael Catanho, naturais de Genova.

Justificaram a sua ascendencia nobre e gozaram de grande prestigio nesta ilha. Kirio casou com D. Maria Cabral, filha do terceiro donatario de Machico. Rafael Catanho foi cavaleiro da ordem de Cristo e teve fôro de fidalgo da casa real.

Catanho de Meneses (Dr. João). Nasceu na freguesia do Faial a 17 de Abril de 1854 e matriculou-se em 1874 na faculdade de direito da Universidade de Coimbra, cujo curso concluiu em 1879. Veio em seguida para Lisboa, onde assentou banca de advogado. Representou a Madeira em cortes nas legislaturas de 1890, 1897 a 1899, 1900 e 1905 a 1906. Militava então no partido progressista, mas depois da implantação das instituições republicanas no país, filiou-se no partido democratico, vindo a ser ministro da justiça em 1915, no ministerio presidido pelo Dr. José de Castro. Saiu do ministerio por ocasião da declaração de guerra da Alemanha a Portugal.

Cavala (Scomber scomber). Peixe da familia Escombrida, por vezes abundante nos mares da Madeira. Outra especie de cavala (Scomber colias) também aparece nesta parte do Atlantico.

V. Chicharro.

Cavalinha. V. Pinheirinho.

Cavalo Marinho. São assim conhecidos dois pequenos peixes da familia dos Singnatideos (Hippocampus brevisrostris e H. ramulosus), que vivem nas aguas pouco profundas do arquipelago.

Cavalum (Furna do). Hartung dá a seguinte descrição desta furna:

“Tem 2 metros de largo, 1m,2 de alto e uns 30 metros de extensão, sendo estreita no fundo. Daí em diante o solo desce, e só no principio é mister passar abaixado. O ar é humido e sufocante, e o escuro tão intenso que

só o aclara a luz de muitos fachos. Segue um corredor, depois vasta camara alta e larga, em seguida outro corredor, e no fim uma abertura e profundidade. Percorrem-se neste trajecto uns 92 metros por entre paredes asperas e desiguais e por debaixo de saliencias que irrompem da abobada, coberta de uma crusta preta e luzidia.

A furna do Cavalum está situada proximo da Quinta Sant'Ana, em Machico.

Gazella. Este distinto musico, que foi professor do rei D. Luiz I, esteve na Madeira em 1850 e aqui deu alguns concertos.

Cebola (*Allium cepa*). Liliacea originaria do Turquestão, muito cultivada na Madeira.

As plantas novas e ás sementes chamam os madeirenses cebolinho. A cebola além dos seus usos culinarios, é empregada na medicina, podendo servir crua e misturada com leite frio no tratamento da hidropisia, e cozida ou assada, como cataplasma no tratamento das nevralgias e de certos tumores. A Madeira exportou 1:171:678 kgs. de cebolas em 1911, 899:895 kgs. em 1912, 874:385 kgs. em 1913 e 861:697 em 1914. A exportação faz-se quasi exclusivamente para Demerara e Antilhas inglêsas.

Cedro. Varias resinosas pertencentes á familia das Pinaceas recebem este nome na Madeira, sendo dentre elas a mais frequente o *Juniperus glauca*, conhecido vulgarmente pela designação de cedro de Goa ou das barracas.

O cedro da ilha é o *Juniperus Oxycedrus* subespecie madeirensis, arbusto ou pequena arvore de 4-7 metros, com as flores dióicas, os ramusculos pendentes, as fôlhas lineares ou linear-lanceoladas, ternadas, com 2 riscas brancas na pagina superior, e as gálbulas subglobosas e de ordinario amarelas. Este cedro, cultivado nas quintas do Monte, Camacha e Santo da Serra, mas quasi extinto nas serras da Madeira, produz uma madeira aromatica e leve muito apreciada pelos marceneiros. O tecto da Sé Cathedral foi construído com esta madeira, e a ser certo o que diz Manuel Tomás na Insulana, serviu ela também para edificar a primeira casa

sobradada que houve no Funchal. O oleo de cade é produzido pelo *J. Oxycedrus*.

Cedro (Pico do). É um dos mais elevados picos que circundam os sitios povoados da freguesia da Serra de Agua.

Cefalópodos. Há varias especies desta classe de moluscos, tanto costeiros como pelagicos ou abissais.

As mais comuns são: o polvo (*Octopus vulgaris*), a lula (*Loligo vulgaris*) e o choco (*Sepia officinalis*), todos estes comestiveis; a *Spirula Peronii*, que encalha em avultado numero nas praias, como Caniçal, Porto da Cruz e Pôrto Santo; e a pota (*Ommastrephes sagittatus*) pelagica e comestivel, comum a algumas milhas longe da costa. Entre os mais raros conta-se o *Argonauta argo*, que tem sido visto no Pôrto Santo.

Alexandre A. Girard citou 11 especies destes moluscos, algumas delas duvidosas, enquanto Roberto B. Watson menciona somente as quatro primeiras acima referidas, assim como a ultima.

Celestino Emidio (Manuel). Foi durante alguns anos juiz da comarca do Funchal e representou a Madeira em côrtes, na sessão legislativa de 1880 a 1881. Nasceu em 1812 e morreu em 1898.

Foi Celestino Emidio que, como juiz, presidiu ao celebre julgamento do famigerado facinora João Brandão.

Celidonia (*Chelidonium majus*). Planta da familia das Papaveraceas, que produz um suco amarelo e caustico, usado externamente no tratamento das verrugas, datros, etc. É comum no Funchal e arredores.

Celindra (*Alepocephalus rostratus*). Peixe das grandes profundidades, da familia

Alepocefalida, de côr negra e grande escama pouco aderente, pescado de vez em quando nas aguas da Madeira. Prende-se ao anzol do aparelho do peixe espada preto, e sendo de carne muito branca e aspecto agradável, não é contudo aproveitado como alimento.

Cemiterio (Beco do). Ficava no local onde está agora a Rua 5 de Junho, e tinha anexas as travessas das Violetas, das Malvas, do Alecrim, das Papoilas e da Aldeia. Os casebres do beco e das quatro ultimas destas travessas começaram a ser demolidos em 1887, mas as obras da Rua 5 de Junho só ficaram concluídas em 1892. Tanto o beco como as mencionadas travessas eram simples vielas, ladeadas de pequenas habitações insalubres e de mau aspecto.

Cemitério Britânico. O primitivo cemiterio britânico ficava no local onde está agora o Largo do Conde do Ribeiro Real, ao fim da Rua 5 de Junho. A portaria concedendo aos subditos inglêses a necessaria licença para construírem um cemiterio para sepultura dos seus mortos, tem a data de 3 de Janeiro de 1761, mas só a 10 de Setembro de 1767 é que foi adquirido o terreno destinado a esse fim. Antes da construção do referido cemiterio, eram lançados ao mar os cadáveres dos estrangeiros não catolicos, falecidos no Funchal. O actual cemiterio britânico foi construído em 1808 e acrescentado em 1852 e 1889. A parte mais antiga deste cemiterio, foi adquirida para enterramento dos soldados inglêses falecidos no Funchal, enquanto a Madeira esteve ocupada por tropas britannicas, ao passo que a parte mais moderna só principiou a ser utilizada quando a Camara Municipal do Funchal teve necessidade de demolir o primitivo cemiterio, para fazer comunicar a Rua 5 de Junho com a da Carreira. A cedencia deste ultimo cemiterio por parte dos administradores da Capela e Cemiterio Britannicos, fez-se em Agosto de 1888, tendo-se obrigado a Camara a empregar as necessarias diligencias para facilitar a remoção dos restos mortais existentes naquele recinto para um terreno contiguo ao cemiterio actual, terreno que os mesmos administradores não tinham até então podido aplicar ao alargamento do mesmo cemiterio por falta das necessarias licenças. O ultimo enterramento no cemiterio onde está hoje o Largo do Conde do Ribeiro Real, fêz-se em Julho de 1885.

Cemiterio Israelita. Fica na parte leste da cidade, no caminho do Lazareto. Tem na entrada uma inscrição em hebraico, que quere dizer “habitação da vida”, e a data 5.611, correspondente ao ano 1851 da

era cristã.

Cemiterios. O mais antigo cemiterio do Funchal, destinado ao enterramento dos cadaveres dos individuos catholicos, é o de S. Roque, construído em 1836, tendo começado neste mesmo ano as obras do cemiterio das Angustias, as quais só ficaram concluídas em 1838. O cemiterio de Santa Lazia é de 1840 e o de S. Gonçalo de 1841. Antes do estabelecimento dos cemiterios, eram os cadaveres dos catholicos sepultados nas igrejas ou nos adros destas, havendo todavia no sitio das Angustias um pequeno terreno a que chamavam o cemiterio da Santa Casa, destinado a receber os cadaveres dos individuos que faleciam no hospital.

O estabelecimento de cemiterios nalguns concelhos rurais foi demorado, lendo-se num jornal da epoca, que em 1862 não havia ainda nas freguesias de S. Jorge e do Arco de S. Jorge recintos destinados á inumação dos cadaveres. Em 19 de Agôsto e 26 de Outubro de 1850 recomendou o Conselheiro José Silvestre Ribeiro ás Camaras Municipais a construção de cemiterios, visto existir em muitos pontos do distrito “a pratica supersticiosa de enterrar os mortos dentro dos templos”.

O cemiterio do Pôrto Santo foi acabado em 1838, sendo, por conseguinte, um dos mais antigos do arquipelago.

V. Angustias (Cemitério das).

Cenoura (Daucus carota). Umbelifera cultivada nas hortas madeirenses por causa das suas raízes alimentares. A polpa destas raízes é usada em cataplasmas no tratamento dos tumores, queimaduras e molestias de pele, seu suco serve para corar a manteiga.

Cenoura da Rocha (Monizia edulis). Planta provida de um caule subterraneo espesso e de caules floriferos de 3 a 8 decimetros, com as folhas triangulares, as inferiores 3-4 penatisectas; umbelas com 20-25 raios; pétalas brancas ou violaceas. Esta Umbelifera, que é muito ornamental, tem sido achada no

Curral das Freiras, na Deserta Grande e nas Selvagens; os seus caules subterrâneos podem ser comidos, e têm um sabor que faz lembrar um pouco o das castanhas. A cenoura da rocha também é conhecida pela denominação de nozelha.

Cenouras (Ilhéu das). Pequeno ilhéu adjacente á ilha do Pôrto Santo, não muito distante da Ponta Branca ou do Nordeste.

Centeio (Secale cereale). Gramínea anual, cultivada na Madeira e Porto Santo. A farinha de centeio só, ou associada á do trigo, serve para manipular um pão escuro, mas saboroso, e a palha da planta é utilizada no fabrico de chapéus. O arquipélago produz anualmente cerca de 2:500 hectolitros de centeio.

Centopeia (Cermatia coleoptrata). Miriapode inofensivo que aparece ás vezes, durante a noite, nas paredes dos quartos. Também se encontra nas fendas e orifícios das rochas.

Cêrco Americano. Rêde de cêrco experimentada há poucos anos nos mares da Madeira sem resultados lucrativos.

Cerejeira. (Prunus Avium var. Juliana). Árvore europeia da família das Rosáceas, sub-família das Prunoideas, cultivada na Serra de Agua, Curral, Ponta do Pargo, etc.. As cerejas madeirenses são subglobosas, encarnadas ou pretas e de sabor agradável; amadurecem em Junho e Julho. Os pedunculos das cerejas são muito usadas em infusão, como diuretico.

A cultura da cerejeira preta foi proibida em 1788 pelo governador D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, com o fundamento de que os frutos desta arvore serviam para dar côr aos vinhos.

Ceroulas (Ilhéus da). Na costa marítima da freguesia do Seixal encontram-se dois pequenos ilhéus chamados do Guincho e das Ceroulas, também conhecidos pelo nome de ilhéus do Seixal.

Cerveira e Sousa (D. José Xavier de). Os acontecimentos políticos que se desenrolaram no país por ocasião da implantação do govêrno constitucional, determinaram a ruptura de relações entre o govêrno português e a curia romana, resultando, entre outros inconvenientes, a demora no preenchimento das vacaturas episcopais.

O prelado D. Francisco José Rodrigues de Andrade saíra da Madeira em Maio de 1834 e, renunciando o bispado, estabeleceu residencia na cidade de Génova, onde faleceu e onde jaz sepultado. Só passados dez anos, depois de reatadas as relações diplomaticas entre Portugal e a Santa Sé, é que foi provida a vaga de prelado existente na diocese funchalense.

O apresentado pelo govêrno português e confirmado pela curia romana foi D. José Xavier Cerveira e Sousa, que nascera na freguesia de Mogofores, concelho de Anadia, a 27 de Novembro de 1797 e era filho do dr. José Xavier Cerveira, antigo magistrado, e de D. Rosa Joaquina Cerveira de Sousa. Coursou a faculdade de teologia da Universidade de Coimbra e nela se doutorou, exercendo ali o magisterio superior, quando foi chamado a dirigir os destinos da igreja funchalense, sendo confirmado bispo a 14 de Junho de 1843 e recebendo a sagração episcopal a 2 de Junho do ano seguinte.

Chegou á Madeira a 8 de Julho de 1844 e governou este bispado até os principios do ano de 1848, sendo então transferido para a diocese de Beja, por decreto de 18 de Abril do mesmo ano. Deixou entre nós as mais honrosas tradições da sua administração diocesana, a pesar das lutas que teve de sustentar e das grandes dificuldades que assoberbaram o seu episcopado. Foi no seu tempo que se levantou mais tenaz e ameaçador o proselitismo protestante, que tinha como caudilho audaz e propagandista de talento e de saber o dr. Roberto Kalley, um medico distintissimo e um orador de raça, que arrastava após si as multidões. Muito se escreveu no jornalismo, em folhetos e em livros acêrca da propaganda calvinista na Madeira, que teve como principal fautor o dr. Kalley, mas ainda está por fazer a historia desse periodo agitado e tumultuario da historia madeirense. O celebre medico escossês, para subtrair-se ás iras populares, teve que embarcar clandestinamente, sendo conduzido á praia numa rêde e em trajos de mulher, e ao ser pressentida a sua fuga, incendiaram-lhe a mobilia e a selecta livraria na casa da sua residencia ao Vale Formoso, pelo que o nosso govêrno teve de pagar a indemnização de alguns contos de réis.

D. José Xavier de Cerveira e Sousa, depois de ser bispo de Beja e de Vizeu, recolheu-se a Mogofores e ali veio a morrer, na propria casa onde nascera, a 15 de Março de 1862, estando sepultado na igreja paroquial daquela freguesia.

Cevada. A cevada cultivada em larga escala na Madeira e Porto Santo é o *Hordeum vulgare*, subespecie *hexastichum*; a subespecie *distichum*, conhecida pela denominação de cevada trigo, só aparece nalgumas localidades da primeira destas ilhas.

A cevada é cultivada principalmente na região baixa da Madeira, mas nalguns sitios vai até ás proximidades da serra, sendo colhida aí geralmente no mês de Agosto e semeada em Fevereiro. Na região inferior semeiam-na em Dezembro e Janeiro e colhem-na em Junho e Julho.

A sopa de cevada é um dos alimentos das populações campestres da Madeira, e a farinha serve para confeccionar rosquilhas e biscoitos, principalmente na ilha do Pôrto Santo. A palha é utilizada na cobertura de cabanas e na alimentação do gado estabulado.

O arquipelago produz anualmente cêrca de 6:000 hectolitros de cevada.

Cevadilha (*Nerium odorum*). Arvore da familia das Apocinaceas, cultivada nas quintas do Funchal. É originaria da India e tem flores grandes, purpureas, rosadas ou brancas, odoríferas. As fôlhas são venenosas.

Cezimbra (Marquês de). Foi nomeado governador civil por decreto de 9 de Setembro de 1868 e tomou posse a 18 de Outubro seguinte. Deixou o govêrno em Setembro de 1869. Era filho do 1º. duque de Palmela e sogro do madeirense o conselheiro Aires de Ornelas.

Chá (*Thea sinensis*). Esta planta, da família das Ternstroemiaceas, foi introduzida na Madeira no primeiro quartel do século XIX, pelo consul inglês Henrique Veitch que, enquanto foi vivo, a cultivou na sua quinta do Jardim da Serra. Há trinta anos ainda havia nesta quinta algumas plantas de chá.

O consul Veitch só fabricava o chá preto. A diferença entre chás pretos e chás verdes procede que na preparação daqueles as folhas são finalmente secas em joias sobre um fogo alimentado a carvão, ao passo que nestes a secagem se faz numa vasilha de ferro.

Segundo o sr. Gabriel de Almeida, os terrenos mais apropriados para a vegetação do arbusto que produz o chá, são os das encostas das montanhas, inclinados, úmidos, frescos e abundantes em húmus, havendo conveniência em se acharem afastados do litoral, pois que o mesmo arbusto é muito sensível ao sal marinho trazido pelos ventos.

Chá Bravo. São conhecidos por este nome na Madeira os dois subarbustos seguintes, pertencentes ambos à família das Malvaceas e originários da América: *Sida carpínifolia* e *S. rhombifolia*. Tem ambos folhas serradas e pequenas flores amarelas, mas os pedúnculos que na primeira espécie são muito curtos e 1-4 flores, são na segunda relativamente longos e 1-floros.

A infusão do chá bravo pode ser usada como emoliente.

Chacota. (A) Publicou-se de 9 de Dezembro de 1906 a 3 de Setembro de 1907, tendo saído 25 números.

Chagas (Fr. Damião das). Nasceu no Funchal e morreu em 1600 no continente do reino. Era frade arrabido, cuja ordem tinha sua sede na serra da Arrabida. Exerceu cargos importantes na sua congregação, e diz Barbosa Machado que escreveu uma obra ascética em dois volumes, que não chegou a ser publicada.

Chagas (Tropaeolum majus). Planta da família das Tropeolaceas, perfeitamente naturalizada no Funchal e suburbios. É originária da America, e os seus frutos colhidos novos e deitados em vinagre podem substituir as alcaparras; das suas flores e fôlhas tenras fazem os inglêses uma salada, podendo estas partes da planta ser empregadas também como medicamento antiscorbutico. As verdadeiras alcaparras são as flores em botão da Capparis spinosa, especie desconhecida na Madeira.

Chão (Ilhéu). O grupo de pequenas ilhas chamadas Desertas (Ilhéu Chão, Deserta Grande e Bugio) fica na direcção de nor-noroeste a su sudeste com a Ponta de São Lourenço, sendo o Ilhéu Chão o que se encontra mais próximo da referida Ponta. “O Ilheu Chão, diz o dr. A. Rodrigues de Azevedo, assim chamado por ser raso, é a menor das três ilhas; tem uma milha ou 1852 metros de comprimento por um terço de milha ou 617 metros na maior largura; tem as costas de rochas escarpadas; porém é plano e de bom torrão; separa-o da Ponta de São Lourenço um canal de 11 milhas ou pouco mais de 20 quilometros, pelo qual transitam navios de todo o lote. A sua maior altura é de 98 metros. Ao sul do Ilhéu Chão encontra-se a Deserta Grande, da qual está separado por uma passagem ou boqueirão, apenas navegavel para barcos de pequena lotação. Ao norte do Ilhéu Chão fica o pequeno Ilhéu do Navio, também chamado Prego do Mar.

Chapéu (Rua do). Era a parte da actual rua Correia Heredia, outrora da Conceição, compreendida entre a rua da Figueira Preta e a do Bom Jesus.

Chapouto. Os pescadores madeirenses dão este nome a um peixe extremamente raro. Trata-se de uma especie da familia Escombrida, que no Pôrto Santo e no Algarve chamam merma. Em Portugal dá-se o nome de chaputa à Brama raii e ao Centrophorus lusitanicus.

Charamba. Canto popular frequentemente usado na Madeira, sobretudo entre a gente do campo. É uma simples melodia de pouco relêvo, e compõe-se de oito compassos em tempo ternario e movimento lento, alternando com um ritornelo de andamento vivo, em compasso binario. É executada geralmente em

tom de sol, pelo braguinha com acompanhamento de viola de arame e rajão.

O charamba é, as mais das vezes, cantado ao desafio entre dois ou mais indivíduos, que trovam em quadras improvisadas e tomam para tema a vida dos circunstantes, fazendo-se alusões que tanto podem ser amáveis, como picantes e até mesmo ofensivas. Se no divertimento os animos estão já alterados por frequentes libações e as trovas são demasiado irritantes, pode acontecer que o canto termine em desordem, quebrando-se os próprios instrumentos na cabeça dos cantadores.

No interessante livro da autoria de Carlos Santos, intitulado “Tocares e Cantares da Ilha” e publicado no Funchal no ano de 1937, encontra-se um capítulo epigrafado O Charamba, que trata desenvolvidamente deste canto popular madeirense.

Charcot (Jean). Chegou ao Funchal a 12 de Setembro de 1908. Comandava a expedição que explorou as regiões antárticas a bordo do Pourquoi pas?.

Chaves (Rua do Dr.). É a antiga rua dos Aranhas (V. este nome). O Dr. Chaves, que tinha o curso da antiga escola medico-cirurgica do Funchal, fêz parte da Camara Municipal do Funchal, mas não se distinguiu em nenhum ramo do saber humano.

Cheiros. V. Segurelha.

Cherne (Polyprion cernium). Peixe da fauna marinha da Madeira, pertencente á familia Serranida, tido pelos naturais como um dos de melhor sabor que aparecem no mercado. Comum outrora, hoje tende a rarear, pela pesca intensiva que dele se tem feito. Além de ter sido abundante, não raro se encontravam exemplares com o pêso de 25 quilogramas, e havia-os embora raros, que pesavam 50 e até mais. São os pescadores de Machico que em especial se dedicam a esta pesca, servindo-se da cherriola que

vão lançar a grande profundidade-desde umas 150 a 450 braças. É exclusivamente na região abissal que vivem os adultos: os novos, porém, percorrem em cardumes a superfície do mar, seguindo muitas vezes uma viga de madeira flutuante ou os restos de algum naufragio. É por isso que a estes individuos novos costumam chamar cherna de pau, designando-os por charnota se pesam menos de uns 5 quilogramas. Na Madeira é este peixe geralmente chamado cherna, nome que se dá a outra especie nas costas de Portugal, onde também existe o cherne madeirense, conhecido ali por esta ultima designação.

Cherriola. Aparelho de pesca muito usado pelos pescadores de Machico e composto de uma linha central ou madre que cai a prumo e á qual estão fixadas horizontalmente 4 ou 5 pequenas varas de marmeleiro ou vime, que guardam entre si um intervalo de 3 palmos e de cujos extremos pendem pequenas linhas ou loros, com os respectivos anzóis. A linha central tem no extremo inferior uma pedra ou pandulho que faz o aparelho descer, e liga-se pelo extremo superior a uma linha de pesca comum. É na captura dos chernes adultos que principalmente o empregam, trabalhando em fundos de 206 e 300 braças, onde também pode colher-se a pescada, a gata, o ramudo, a xara e outros peixes de azeite. Este aparelho assemelha-se ao que em Portugal chamam barqueira de arame, sendo como este largado a prumo até que o pandulho toque o solo submarino. A cherriola dos pescadores de Camara de Lóbos difere um tanto da que atrás fica descrita.

Quanto á origem do termo, não repugna admitir que o aparelho, pelo facto de apresentar na disposição das varas certa semelhança com os paus de surriola, que se armam perpendicularmente ao costado de certos navios e donde pendem cabos para amarração dos botes, recebesse o nome de surriola, transformado por corrupção em cherriola.

Chicharos. Dá-se este nome na Madeira ao *Lathyrus stativus* e ao *L. Cicera*, plantas da familia das Leguminosas, cultivadas nalgumas hortas. Ambas estas plantas têm fôlhas com 2 folíolos estreitos, mas o bordo superior das vagens, que é alado na primeira, é simplesmente canaliculado na segunda. Alguns autores atribuem ás sementes dos chicharos propriedades venenosas, mas na Madeira, onde o *L. stativus* é frequentemente cultivado para fins alimentares, não nos consta que tais propriedades tenham sido notadas. As sementes dos chicharos servem para sopa, e os caules e fôlhas constituem uma boa forragem, podendo ser utilizados também como estrumeação verde.

Chicharos. Sitio da freguesia do Faial.

Chicharro. Há nos mares da Madeira, com este nome e segundo alguns autores, duas especies de peixes da família Carangida, que são o *Trachurus trachurus* e o *T. Cuvieri*. Parecem arribar sem regularidade, e se há temporadas de grande escassez, outras há em que os cardumes são em avultado numero. Procuram-nos ora no fundo da zona litoral com a gorazeira, ou a meia agua com a agulheira, ora á superficie com a cana ou a rêde circular, sendo este ultimo processo muito rendoso quando a arribada é abundante. Outras vezes ainda são apanhados nas artes de arrasto, que são também susceptiveis de farta colheita.

A pesca no fundo é feita de dia, enquanto que a da superficie pode ser de dia ou de noite, sendo neste ultimo caso empregado um candeio conhecido por griseta cão ou maçarico, conforme as localidades, e que pela sua intensa luz é um poderoso auxiliar do pescador, atraindo o peixe á superficie do mar.

A perseguição que os atuns, a bicuda e outras especies viajantes movem ao chicharro, contribue muitas vezes para que ele venha procurar abrigo nas aguas da costa, e o mesmo acontece relativamente á cavala, que é pescada pelos mesmos processos e também irregular na sua passagem. Como isca, um e outra são preferidos pelos pescadores a muitas outras especies.

Chicote (O). Publicou-se apenas um numero, a 27 de Agosto de 1916.

Chocalheira (Briza maxima). Graminea indigena, frequente na Madeira e Pôrto Santo. É planta forraginosa facil de reconhecer pela suas espiguetas grandes, ovóides, brancas ou avermelhadas. A chocalheirinha (*Briza minor*) distingue-se da chocalheira pelas suas espiguetas muito pequenas e triangulares. E também comum na Madeira e nos montes do Pôrto Santo.

Chôco (*Sepia officinalis*). Molusco cefalopodo não raro, sobretudo no verão, nas águas costeiras madeirenses. É comestível e de bom sabor, sendo pescado em aparelho de anzol, mais comumente nas artes de arrasto. A sua concha interior, a que chamam silba (corruptela de siba), aparece frequentes vezes sobre as praias, picada pelas aves marinhas. A gaivota é um dos inimigos deste animal, espreitando no vôo e caindo sobre ele com velocidade, quando se aproxima da superfície do mar. O líquido negro que o chaco ejacula, turvando a água e ocultando-se assim dos seus inimigos, é chamado ferral pelos pescadores, naturalmente pela sua cor de ferrugem carregada. É aquele mesmo líquido que noutras partes é usado no fabrico de uma tinta parda empregada em pintura com o nome de sepia.

Às vezes acontece ao pescador, ao alar a poita do barco, encontrá-la envolvida num objecto estranho, semelhante a um cacho de uvas, cujos bagos negros, macios e um tanto piriformes têm a flacidez da borracha: são os ovos do chôco, chamados uvas do mar e tingidos pelo proprio ferral. Foram ali depositos em volta da corda da poito enquanto o barco estava ancorado, ou apoitado, no dizer característico dos homens do mar.

Choupa (*Cantharus griseus*). Peixe da familia Esparida, não muito frequente nas águas costeiras deste arquipelago.

É de sabor amariscado, e quasi sempre é colhido em aparelho de anzol, deixando-se ás vezes apanhar no peneiro ou em rêdes de arrasto, mas sempre em reduzido numero, o que é talvez devido aos seus habitos solitarios e á sua negação para a vida em cardume.

Christmann (Dr. Fr.). Medico alemão que passou na Madeira três invernos e fêz aqui alguns estudos meteorologicos. E.: Funchal auf Madeira und seine Klima: Zabern. 1889.

Chronica (A). O 11 numero saíu a 3 de Março de 1838 e o ultimo, que foi o 96, a 28 de Dezembro de 1839.

Chronica. Publicou-se o 11. numero a 31 de Outubro de 1840, tendo saído 44 numeros.

Chronica Official (A). Publicou-se de 7 de Novembro a 12 de Dezembro de 1840, dando 6 numeros.

Chumbada. Pêso de chumbo ligado á parte inferior dos aparelhos de pesca conhecidos por briqueira e gorazeira, e que serve para os fazer mergulhar. Também designa o conjunto dos pesos do mesmo metal que guarnecem a tralha inferior das artes de arrasto ou de atravessar e a da rêde chamada tarrafa.

Chupa Sangue (Lepadogaster Gouani). Pequeno peixe madeirense da familia Gobiesocida, frequente na zona das marés, sob as pedras soltas e lisas que o mar deixa a descoberto. É interessante pela sua conformação, que entre outras particularidades, apresenta um disco ventral em forma de ventosa, que lhe permite fixar-se aos calhaus roliços da costa. Não tem utilidade alguma.

Ciclo Poetico. No livro Poetas Palacianos, consagrou Teofilo Braga algumas paginas a diversos poetas madeirenses do seculo XV, que o ilustre escritor julgou poderem constituir um ciclo poetico distinto do dos poetas continentais, de cuja afirmativa discorda o distinto anotador das Saudades da Terra, nas eruditas e ponderosas razões que apresenta a pag. 770 e seguintes da mesma obra. É uma interessante questão, que merece ser lida e apreciada pelos que se dedicam a assuntos de historia e critica literaria.

Cidrão (Pico do). Sobranceiro á freguesia do Curral das Freiras e não muito distanciado do Pico Ruivo fica o Pico do Cidrão, a uma altitude de 1676 metros.

Cidrão (Ribeiro do). Ribeiro da freguesia do Curral das Freiras, afluente da caudalosa Ribeira dos

Socorridos.

Cidreira (*Citrus medica*). Arbusto raras vezes arvore, de 1,50 a 3 metros, com ramos espinhosos, folhas obtusas (no limoeiro e na laranjeira são agudas) e frutos grandes, mais ou menos oblongos. Estes frutos não apresentam nunca o mamilo ou protuberancia que se nota nos de Portugal. A cidreira, originaria da Asia, é cultivada principalmente no Curral das Freiras, de onde todos os anos vem para o Funchal grande numero de cidras destinadas ás confeitarias.

Ciganos. A 9 e 22 de Maio de 1912 desembarcaram no Funchal varias familias de ciganos, que se foram estabelecer em barracas no Campo da Barca. Os homens eram caldeireiros e as mulheres entregavam-se ao officio de ler a buena dicha, havendo entre elas algumas de feições bastante regulares. Demoraram-se na Madeira cêrca de dois meses, tendo os seus trajos e maneira de viver, despertado bastante interêsse da parte dos madeirenses.

Cigarros. Os gafanhotos ou locustas são insectos orthopteros conhecidos na Madeira pelo nome de cigarros. O cigarro verde comum é a *Phaneroptera-4-punctata*; o cigarro cinzento, frequente nos campos, é o *Pachytilus danicus*. Foi o *Dectycus albifrons* que fêz grandes devastações nas culturas da Madeira e Porto Santo, em 1844. Aparece de vez em quando na primeira destas ilhas, trazido pelos ventos da costa de Africa mas depois daquele ano, nunca mais causou prejuízos importantes ás culturas.

Cigerão. Nome vulgar da *Vicia hirsuta* e da *V. gracilis*, plantas da familia das Leguminosas, muito comuns na Madeira.

Cima (Ilhéu de). Ilhéu a lés-sueste do Pôrto Santo, onde existe um farol instalado em 1900. Está separado da ilha pelo chamado Boqueirão de Cima.

Encontram-se nele algumas conchas fosseis, e é conhecido também pelo nome de Ilhéu dos Dragoeiros, embora estas arvores desaparecessem completamente não só do ilhéu, mas também de toda a ilha do Pôrto Santo.

Cinco de Junho. V. Proclamação do Governo Constitucional.

Cinco de Junho (Rua). Esta via publica, que comunica directamente a rua dos Aranhas (hoje do Dr. Chaves) com o largo do Ribeiro Real foi aberta há poucos anos, por ocasião da demolição e reparos que sofreram os antigos becos chamados do cemiterio, que ficavam nas imediações dos dois cemiterios britanicos.

A data de Cinco de Junho de 1834 é a da proclamação do govêrno constitucional na Madeira, sendo dado este nome á nova rua, para comemorar aquele fausto acontecimento.

Cintra (Diogo Gomes de). Este navegador português do seculo XV escreveu na lingua latina uma narrativa das suas viagens e nelas se refere á descoberta do arquipelago madeirense. É interessante ler-se o que a tal respeito se encontra a paginas 905 das Saudades da Terra. A narrativa de Diogo Gomes foi traduzida por Gabriel Pereira e publicada no “Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa”, no nº. 5 da serie 170. relativa aos anos de 1898 e 1899.

Cinzeiro. Era conhecida outrora por esta denominação uma molestia que atacava com frequencia as videiras madeirenses. Ha quem tenha querido identificar esta molestia, cujos caracteres não são hoje bem conhecidos, com a mangra, mas esta opinião não nos parece justificada, porquanto se o *Oidium Tuckeri* existisse na ilha desde epocas remotas, não é crível que as nossas vinhas pudessem ter-lhe resistido, visto a eficacia do enxôfre contra esse parasita, só depois de 1850 haver sido conhecida. É mais natural admitir que o cinzeiro fôsse provocado pela *Botrytis cinerea*, pelo *Fumago vagans*, pela *Pestalozzia Menezesiana* ou por qualquer dos outros fungos que aparecem ainda hoje na videira, mas sem lhe causarem grandes prejuízos.

Cipreste (Cupressus sempervirens, L.). Arvore da familia das Pinaceas, originaria da Asia Menor e cultivada nos cemiterios da Madeira. É especie de copa estreita e aguda, de flores monóicas e de gábulas relativamente grandes. Produz boa madeira.

Cirrípedes. Na monografia dos cirrípedes publicada por Darwin, vêm mencionadas especies madeirenses, sendo 6 balanideos, 1 verrucideo e 6 lepadideos.

V. Carcinologia.

Ciúmes. Nome vulgar de varias especies do genero Delphinium (familia das Ranunculaceas). O Delphinium Ajacis, L. é frequente no Monte e o D. orientale, Gay é cultivado nalguns jardins. Estas especies têm as fôlhas muito recortadas e as flores azues, violaceas ou brancas, esporoadas.

Clairouin (Hector). Nasceu em França, veio para o Funchal em 1857, onde foi largos anos professor de francês, e aqui faleceu a 20 de Novembro de 1882. E.: Methodo Michaelense para o ensino da lingua francesa, Funchal, 1861. Há uma segunda edição desta obra com o titulo O Nec Plus Ultra das Grammaticas Methodicas para o ensino da Lingua Francesa, Lisboa, 1874.

Clamor Popular (O). Saiu de 19 de Março a 19 de Julho de 1892, dando 32 numeros.

Clamor Publico (O). Deu o primeiro numero a 22 de Maio de 1854 e o ultimo, que foi o 170, a 20 de Janeiro de 1858. Foram seus redactores os madeirenses Antonio Correia Heredia, dr. Antonio Gonçalves de Freitas e dr. Luiz de Freitas Branco.

Clarke (James). Ocupou-se do clima da Madeira na sua obra intitulada *The Influence of Climate in the prevention and cure of chronic Diseases, more particularly of the Chest and Digestive Organs*, Londres, 20. edição, 1830.

Clarke não esteve na Madeira, mas os médicos ingleses Heineken e Renton forneceram-lhe as informações e dados necessários para escrever o capítulo da referida obra, consagrado ao clima desta ilha.

Clementina (Maria). Freira do Convento de Santa Clara, muito admirada por nacionais e estrangeiros por causa da sua extraordinária formosura. Henrique Nelson Coleridge no seu livro *Six months in the West Indies* in 1826, refere-se com entusiasmo aos encantos de Maria Clementina, e outros estrangeiros falam também deles nos livros que publicaram acerca da Madeira.

O autor dos *Rambles in Madeira*, que viu Maria Clementina em 1826, diz-nos que ela tinha cabelos louros e uma expressão no rosto que cativava, sendo um tipo de beleza não frequente na ilha, o que justificava a admiração que por ele tinham os madeirenses.

Em 1854, segundo refere Lady Wortley, ainda a freira madeirense revelava pelos seus olhos e bem delineadas feições “quão perfeita havia de ter sido a sua beleza nos tempos da juventude”. Maria Clementina era filha de Pedro Agostinho de Vasconcelos, e professou no convento de Santa Clara nos fins do primeiro quartel do século XIX, para satisfazer aos desejos paternos. Faleceu no mesmo convento, contando mais de 60 anos de idade, a 16 de Maio de 1867.

Vide o interessante artigo inserto a páginas 104 do volume IV do Arquivo Histórico da Madeira.

Clima. O clima do Funchal tem sido considerado por muitos médicos como susceptível de exercer acção benéfica no tratamento das molestias pulmonares. Dizia Sir James Clark que de todos os climas de que tinha conhecimento, o da Madeira era o melhor para as pessoas atacadas de tísica pulmonar, e o Dr. Barral numa obra que escreveu acerca desta ilha, não hesitou em aconselhar a residência no Funchal *aos

individuos que tendo predisposições hereditarias para a tuberculose, começam a sofrer tosse, ou hemoptises, ou cansaço, ou emmagrecimento, ou qualquer sintoma que possa fazer recear a invasão dessa molestia. Segundo o mesmo medico, o clima do Funchal deve também ser aconselhado a todos aqueles que sofram de tísica incipiente ou no primeiro periodo, podendo mesmo ser util quando a molestia tenha chegado ao chamado segundo periodo, uma vez que o doente se sinta com fôrças e bem disposto.

Foi o Dr. Heberden quem primeiro deu uma noticia favoravel do clima da Madeira, em 1751, seguindo-se-lhe o Dr. Fothergill em 1755, o Dr. Adams em 1801, o Dr. Gourlay em 1811, o Dr. Nicolau Pita em 1812, o Dr. Heineken em 1824, o Dr. Sousa Vaz em 1832, Sir James Clark em 1835 e 1842, o Dr. Kampffer em 1847, Roberto White em 1851, Eduardo Harcourt no mesmo ano, o Dr. Lund em 1853, o Dr. Barral em 1854, o Dr. Mittermayer em 1855, o Dr. Garnier em 1858, o Dr. Acursio G. Ramos em 1880, o Dr. Jacoud em 1881, o Dr. Embleton em 1882, o Dr. C. Taylor em 1889 e o Dr. Mourão Pita em 1859 e 1889.

É certo que o dr. Mason não aprovou a residencia no Funchal para os tuberculosos, e que até pretendeu provar que o ar era mais umido aqui do que em Londres, mas se atendermos a que as observações desse medico foram feitas num ano excepcionalmente chuvoso e num dos pontos da cidade em que a atmosfera se apresenta sempre mais carregada de vapores aquosos, somos levados naturalmente á conclusão de que tais observações não podem ser aproveitadas em desabôno do nosso clima.

A frequencia da tuberculose entre os naturais é um argumento de que amiudadas vezes se servem os detractores do nosso clima para afugentar daqui não só os doentes, mas também as pessoas que costumam visitar-nos por outros motivos, mas, embora essa frequencia seja um facto comprovado pelas estatisticas, não nos parece que ela possa ter a significação que se lhe tem querido attribuir. O alcoolismo e outros excessos, a falta de higiene e as privações, predispõem aqui como em tôda a parte para a tuberculose, sendo essas as principais causas de ser tão vulgar na ilha uma das piores molestias que afligem a humanidade.

O Dr. Gourlay numa obra que publicou em 1811, aconselhava os tísicos a procurarem no Funchal um abrigo para o inverno dos seus países, a pesar de conhecer muito bem quanto a tuberculose atacava os naturais, e o Dr. Barral cuja seriedade e conhecimento da materia ninguém pode pôr em duvida, exprimiu-se do modo seguinte ao falar do clima da capital da Madeira: “a impressão que elle faz no viajante é de uma suavidade e de uma brandura tão agradável, que parece que as constituições mais delicadas e deterioradas podem ahi viver ao ar livre. Em geral uma temperatura quasi uniforme e sempre moderada durante o dia, pouco vento que não incomoda, as horas de calor modificadas por algumas nuvens que abrandam os raios do sol, e pela

viração do mar; nunca frio notavel; chuvas ás vezes abundantes, mas passageiras, e deixando logo o terreno em estado de se poder passear; uma atmospherá em que se não sente humidade, nem poeira ou efluvios encomodos. Tudo isto dá logo a medida de um clima excepcional e proprio para o tratamento de padecimentos chronicos em constituições delicadas; e no homem do norte que, fugindo ao rigor de um clima inhospito, ali aborda no inverno, e encontra uma extensa vegetação em pleno vigor, em que figuram muitas das mais bellas e uteis plantas de todos os climas, produz o efeito maravilhoso de um desses paraizos imaginados e descritos pelos poetas. . . “.

Os dados que em seguida apresentamos, resumem o que se sabe sôbre o clima da Madeira e confirmam o que ficou dito sôbre o clima do Funchal. São esses dados elementos indispensaveis ao medico e ao fisiologista, e podem ser uteis também ao agricultor e ás pessoas que pretendam visitar o nosso país, quer para beneficio da sua saúde, quer por outra qualquer causa.

Temperatura. No Funchal não há, em regra, nem frios nem calores excessivos; a temperatura á sombra raras vezes desce abaixo de 81 centigrados, ou sobe acima de 261 sendo somente em dias de leste que o termometro regista aqui temperaturas um tanto elevadas. A pequena variação no grau de calor de mês para mês e de estação para estação, é um dos caracteristicos do clima do Funchal, sendo de notar também que durante o dia não sofre a temperatura grandes alterações. As temperaturas mais altas observam-se entre a 1 e as 3 horas da tarde e as mais baixas entre as 4 e as 6 horas da manhã, o que equivale a dizer que as maiores oscilações termicas que ocorrem durante o dia se tornam pouco sensiveis para os doentes, os quais raras vezes se expoem ao ar livre antes das 8 ou 9 horas da manhã e depois das 7 ou 8 horas da tarde. As observações feitas no Pôsto Meteorologico do Funchal no periodo de 9 anos (1909 a 1909) apresentam os seguintes resultados com relação á temperatura media do Funchal, em graus centigrados:

Janeiro	15,00
Fevereiro.....	14,92
Março.....	15,35
Abril.....	16,24
Maió.....	17,32
Junho.....	19,16
Julho.....	20,78
Agosto.....	22,19

Setembro..... 21,47
 Outubro 19,97
 Novembro..... 17,50
 Dezembro..... 15,80

A temperatura media no referido periodo foi 17,97, e se procurarmos a diferença entre a maxima e a minima das medias mensais (22,19 e 14,92), acharemos 7,27. A maxima absoluta foi 37,3 em 13 de Agosto de 1907, e a minima absoluta 4,5 em 25 de Fevereiro de 1904, sendo a diferença, portanto, 32,8.

A media das medias anuais foi 18,61 desde 1865 a 1893, e 18,67 desde 1865 a 1874.

Pelo que respeita ás estações do ano, a media das respectivas temperaturas desde 1901 a 1909, foi a seguinte:

Inverno..... 15,24
 Primavera..... 16,30
 Verão..... 20,71
 Outono..... 19,64

O inglês White que fez observações meteorologicas em Machico e em Santo Antonio da Serra desde Junho a Setembro de 1850, achou para aquelas localidades as seguintes medias termicas:

MACHICO	S. ANTONIO DA SERRA
Junho.....19,35	Junho.....17,03
Julho21,10	Julho.....18,03
Agosto.....21,16	Agosto.....18,40
Setembro.....21,12	Setembro..... -

A temperatura media no Poiso (1400 m.) foi 131,4 nos meses de Julho a Novembro de 1904, e no Areeiro (1700 m.) 121,2 nos meses de Junho a Outubro de 1895. O sr. Guilherme Teles de Meneses, a quem se devem estas (Observações meteorologicas, viu o termometro no Areeiro marcar 2 graus abaixo de zero em Novembro de 1895, e lemos nas Excursões na Madeira, do falecido Padre Pontes, que quando a temperatura

no Funchal é 14 graus centígrados, o termómetro está ás vezes no Paul da Serra a zero e abaixo de zero.

A tabela seguinte, extraída das observações feitas pelo sr. Adolfo Cesar de Noronha, mostra a temperatura media, á sombra, da vila do Pôrto Santo (15 m. acima do nivel do mar), desde Dezembro de 1900 a Novembro de 1901 e desde Junho a Dezembro de 1902:

Dezembro.....	18,6	Junho.....	21,3
Janeiro.....	17,3	Julho.....	22,5
Fevereiro.....	17,4	Agosto.....	24,0
Março.....	17,9	Setembro.....	23,8
Abril.....	19,0	Outubro.....	21,7
Maió.....	20,1	Novembro.....	20,0

A mais alta temperatura observada durante o referido periodo foi 29,2, a 24 de Agosto de 1902; a mais baixa foi 12,0, a 10 de Janeiro de 1901. Estas temperaturas, e em especial a ultima, não devem ser consideradas como extremas absolutas, visto o observador se não ter servido do termómetro de maxima e minima nas suas observações.

A maior fôrça solar no Funchal, diz o Dr. Mason, apresenta-se ordinariamente das 0 até ás 11 horas da manhã, e mais de uma vez tivemos occasião de notar durante o ano de 1907, que em dias claros, os termómetros expostos ao sol marcam ao meio dia temperaturas mais altas do que ás 3 horas da tarde. Segundo o Dr. Mason, a maior fôrça absoluta do sol é 761, 11 centígrados e a media maxima 466,96, sendo as medias das estações as seguintes: inverno 34,90; primavera 49,50; verão 56,11; e outono 47,35. Em Agosto de 1907, em occasião de leste e com o céu claro, vimos o termómetro do pôsto de S. Lourenço marcar ao sol 62,5, á hora do meio dia, e 59,2 ás 3 horas da tarde:

Pressão atmosferica. Das observações meteorologicas feitas no pôsto de S. Lourenço desde 1901 a 1909, colhem-se as seguintes medias com respeito á pressão atmosferica:

Janeiro.....	765,71	Julho.....	763,98
Fevereiro.....	765,51	Agosto.....	763,43

Março.....	763,60	Setembro....	763,46
Abril.....	762,81	Outubro.....	761,86
Maio.....	762,75	Novembro....	761,90
Junho.....	762,95	Dezembro....	763,61

A maxima absoluta foi 774,6 em 14 de Dezembro de 1902 e 23 de Novembro de 1905, e a minima 743,6 em 17 de Dezembro de 1901, o que dá a diferença de 31,0. A pressão media no referido periodo foi 763,46, e a diferença entre a maxima e a minima das medias mensais (765,71 e 761,86) de 3,85.

Com os dados atras assinalados acha-se ter sido a pressão media nas diferentes estações, a seguinte:

Inverno	764,94
Verão	763,45
Primavera.....	763,05
Outono.....	762,40

A mais baixa pressão atmosferica observada até hoje no Funchal 617,61, deu-se em 23 de Janeiro de 1868, com tempo calmo, tendo havido porém nesse dia um violento vendaval em Tenerife, que derrubou o celebre dragoeiro do vale de Orotava. Segundo o sr. Teles de Meneses, no Poiso a pressão media foi 636mm nos meses de Julho a Novembro de 1894, e no Areeiro 617,5, nos meses de Julho a Outubro de 1895.

As observações feitas pelo sr. A. C. de Noronha na vila do Pôrto Santo desde 1 de Junho a 9 de Dezembro de 1902, deram as seguintes medias:

Junho	763,46
Juho.....	763,20
Agosto.....	761,61
Setembro.....	762,31
Outubro	762,32
Novembro	763,12
Dezembro.....	761,15

A diferença entre a maxima absoluta 768,40 (24 de Novembro) e a minima absoluta 752,83 (3 de

Novembro) foi 15,67.

Umidade. A umidade no Funchal está de tal modo combinada com a temperatura que nunca se manifesta sob a forma de nevoa, nem é incomoda aqueles que a ela andam sujeitos.

Invisível como é, essa umidade desempenha no entanto um papel importante nas condições climatológicas da ilha, visto ser ela que tempera a aspereza do ar e evita os excessos de temperatura a que estão sujeitas as regiões do interior dos continentes.

Entre 800 e 1000 metros, no lado sul da Madeira, e entre 700 e 800 do lado norte, vêem-se com frequência densos nevoeiros cingirem os montes, principalmente durante o dia, em razão das condições térmicas se tornarem desfavoráveis à conservação da água no estado vaporoso e diáfano, mas para cima e para baixo dessas altitudes a umidade cresce gradualmente, sendo já pouco apreciável na altitude de 1700 metros.

O maior grau de secura observa-se nas ocasiões de leste, podendo a umidade relativa descer então até 18 por cento, como foi notado por Mac Euen em 17 de Fevereiro de 1849 na Quinta Holloway, a cerca de 85 metros acima do nível do mar.

Refere o dr. Mason que no Funchal é frequente os objectos de ferro se oxidarem, os sapatos e os livros se cobrirem de bolores e os sais absorverem a umidade, e que se em noites bem claras deixarmos um prato exposto ao ar livre, se recolhem em poucas horas algumas oitavas de orvalho. Pelo que respeita a este ultimo ponto, cremos haver exagêro no que diz aquele medico, pois que a quantidade de orvalho que se deposita sobre os corpos durante a noite só é verdadeiramente sensível na região alta da ilha, e em especial nos vales do interior; e quanto aos demais fenomenos, sem pretendermos negá-los, atribuímo-los todavia á falta de ventilação ou de sol nos quartos ou habitações onde foram notados. O Dr. Mason residiu em Santa Luzia, isto é no bairro mais umido do Funchal, o que faz com que as suas observações higrométricas só tenham valor para caracterizar o clima da localidade onde foram realizadas.

As médias que em seguida apresentamos, referem-se á umidade relativa e á tensão do vapor de água desde 1901 a 1905, segundo os dados colhidos no Posto Meteorológico do Funchal:

umidade relativa
 Janeiro 62,2
 Fevereiro.... 62,7
 Março 57,5

Abril 61,3
 Maio 61,5
 Junho..... 65,1
 Julho 66,3
 Agosto 63,0
 Setembro..... 62,3
 Outubro..... 63,4
 Novembro..... 65,3
 Dezembro..... 64,6

Maxima media mensal nos 5 anos 68,9 (Outubro, 1904). Mínima media mensal nos 5 anos 55,6 (Março, 1902). Media dos 5 anos 62,9. Media das estações: inverno 63,1; primavera 60,1; verão 64,8: outono 61,6.

TENSÃO DO VAPOR

Janeiro..... 8,97
 Fevereiro..... 9,08
 Março..... 8,51
 Abril..... 9,56
 Maio..... 9,99
 Junho.....11,85
 Julho.....13,59
 Agosto.....13,92
 Setembro.....13,20
 Outubro.....11,95
 Novembro.....10,86
 Dezembro..... 9,70

Maxima media mensal durante os 5 anos 14,14 (Agosto, 1904). Mínima media mensal durante o mesmo periodo 7,77 (Março, 1904). Media dos 5 anos 10,93.

Segundo White, a umidade relativa media em Santo Antonio da Serra foi 76 % em Junho e Julho de 1850, e 72 % em Agosto do mesma ano; e segundo o sr. Teles de Meneses, foi essa humidade de 58,8 % no Poiso e de 65,6 % no Areeiro, nos períodos atrás mencionados.

“A humidade relativa no Funchal, diz o sr. Teles de Meneses, é em geral maior á tarde e menor de manhã; no Areeiro é exactamente o contrario; ao elevar-se o sol no horizonte, as nuvens condensadas muito abaixo desta zona levantam-se pela dilatação do ar aquecido, e por este facto a umidade aumenta pelas 7 horas da manhã, decrescendo das 9 em diante até o dia seguinte á mesma hora. No Areeiro, á tarde, o ar é tão seco que permite estar fora de casa até ás 11 horas da noite e mais, em tempo calmo, sem se experimentar o mais leve encommodo”.

Os dados seguintes mostram a umidade relativa media na vila do Pôrto Santo nos meses de Junho a Dezembro de 1902:

Junho.....	70,2
Julho.....	72,2
Agosto.....	67,3
Setembro.....	71,1
Outubro.....	70,0
Novembro.....	76,0
Dezembro.....	76,1

Chuvas. As chuvas caem em todos os meses do ano na região alta da Madeira, mas no Funchal faltam algumas vezes, principalmente durante o verão. As primeiras chuvas fortes aparecem geralmente em Outubro; e desde então até Abril chove mais ou menos copiosamente no Funchal, mas sem que as precipitações atmosfericas tenham um caracter periodico bem acentuado. Em Maio e Junho há ás vezes falta de chuva, e em Julho e Agosto não cai em certos anos uma unica gota de agua no Funchal. As chuvas do outono são em regra mais copiosas e violentas que as do inverno.

É raro, informa o Dr. Barral, chover na cidade durante todo o dia ou tôda a noite; geralmente há intervalos em que não cai chuva alguma, podendo mesmo o tempo apresentar-se claro durante esses intervalos. As

chuvas torrenciais são trazidas pelos ventos de sudoeste, nordeste e oeste, e duram às vezes alguns dias, embora com intensidade variável.

As medias que em seguida apresentamos referem-se á quantidade de chuva, em milímetros, recolhida pelo udometro do Pôsto Meteorologico do Funchal, no periodo decorrido de 1901 a 1909:

Janeiro.....	78,3
Fevereiro.....	79,8
Março	58,8
Abril.....	33,4
Maio.....	21,4
Junho.....	16,0
Julho.....	2,9
Agosto.....	6,7
Setembro.....	20,4
Outubro.....	97,4
Novembro.....	137,3
Dezembro.....	85,4

Em 1901, ano muito chuvoso, caíram no Funchal 1138mm de chuva; em 1906, ano muito sêco, apenas 488mm. Em Junho de 1904, em Julho de 1903, 1905 e 1909, e em Agosto de 1901, 1903, 1905, 1906, 1908 e 1909, não caíu chuva alguma no Funchal. A maxima chuva diaria foi 155,mm I em 10 de Novembro de 1901.

No Funchal chove em media durante 79 dias por ano, tendo sido de 101 o maior numero de dias chuvosos registados até hoje em 1 ano, e de 52 o menor. De Dezembro de 1900 a Novembro de 1901 houve no Pôrto Santo 40 dias de chuva forte e 84 de chuva fraca, ou chuviscos.

Neve, geada e granizo. Estes meteoros aquosos aparecem na região alta da Madeira, como diremos noutro logar.

(V. Dente de cão, Granizo e Neve)

Nuvens e nevoeiros. “Ha na Madeira, diz o Dr. Barral, um bom numero de dias claros em que o ceu se apresenta puro e quasi sem nuvens, porem ha um maior numero de dias claros, e de tempo excellente, mas em que durante o dia apparecem nuvens em maior ou menor numero - cumulus e cirrus, mostrando-se agora, desvanecendo-se logo, refrescando a temperatura e interceptando por pequenos espaços de tempo a luz solar... Não são muitos os dias em que o ceu se conserva nublado, sem que durante todo o dia se possa ver o sol, mas ha muitos em que o sol se não vê por horas, estando antes e depois o dia claro e bom tempo... Uma atmosphaera clara e serena, com um ceu resplandecente, luminoso e puro, como se vê frequentemente nos climas de Italia, principalmente da Italia meridional, muito poucas vezes se observa na Madeira...”

“Pela manhã, diz ainda o mesmo autor, o alto dos montes apparece claro e o horizonte sobre o mar carregado de grossas, espessas e escuras nuvens, nimbus, ou se elevam sobre o Oceano nuvens brancas acastelladas, e mais ou menos separadas umas das outras, cirrus, cumulus; a viração do mar impelle-as sobre a terra durante parte do dia, refrescando a atmosphaera e moderando o ardor dos raios do sol; para a tarde o tempo está nublado. Então passa o vento ao quadrante norte, ordinariamente desde o norte até o nordeste, e leva as nuvens para o lado do mar; muitas espalham-se e dispersam-se com o vento; as noites são frequentissimamente claras, sobretudo até á meia noite, e as estrellas brilham com um fulgor tropical: e isto se repete por muitos dias, fazendo-se as referidas variações quasi á mesma hora em todos os dias. Tambem se vê em algumas noites pequena nevoa sobre o mar, ou sobre os montes, e o arco iris noturno não é alli um phenomeno muito raro. Durante o dia é um phenomeno frequente e ás vezes de uma grande belleza.

Os nevoeiros que cingem as montanhas na zona de condensação e de que já falámos atrás, provêm dos vapores transportados pelas correntes ascendentes que se estabelecem durante o dia ao longo das encostas. Estes nevoeiros desaparecem muitas vezes ao cair da tarde, tornando-se as noites limpidas e estreladas. No verão os nevoeiros formam-se mais abaixo do que no inverno, sendo portanto a zona de maxima umidade mais elevada nesta do que naquela estação.

Ventos. Das observações sôbre a direcção dos ventos feitas na Ponta de S. Lourenço desde 1901 a 1909, vê-se que o vento que mais domina ali em todo o ano é o NE., seguindo-se-lhe o NNE., o N., o NW , o SW. e

o E.. O primeiro destes ventos dura do meado de Abril até o fim de Outubro, podendo aparecer porém noutras épocas, e em geral não é sentido directamente na cidade, embora se reconheça pela agitação que produz na superfície do mar, fora da baía.

O vento N. sopra ás vezes no inverno com grande fôrça, e é ele que produz a neve e o granizo que aparecem na montanha durante essa estação. Os ventos de W., NW. e SW. dão uma grande porporção de chuvas, sendo os dois ultimos muito violentos ás vezes nos primeiros meses do ano. Os ventos dos quadrantes desde o SW. até o SE. pelo S. trazem por vezes uma grande agitação nas aguas da baía, sendo maior então o grau de umidade da atmosfera no Funchal.

Diz o Dr. Barral que se examinarmos o que acontece nas diferentes estações, achamos os ventos de N. até E. predominando no verão e no outono, e menos no inverno; os ventos do SW. ao NW., mais na primavera e outono, e também no inverno, sem que sôbre isto se possa estabelecer regra bem fixa.

Sente-se algumas vezes na Madeira particularmente durante o verão, um vento quente e sêco a que os habitantes chamam leste, e que dura em geral 1 a 3 dias. Deste vento que parece ter origem na costa de África, falaremos no logar competente, assim como dos ventos da terra e do mar (terral e embate), que se sucedem todos os dias um ao outro a horas quasi regulares.

No Poiso, diz o sr. Teles de Meneses, dominaram os ventos NE., N. e NW. desde Julho a Novembro de 1894, e no Areeiro, os ventos N. NNE e NW., desde Junho a Outubro de 1895.

O NE. domina também no Pôrto Santo, seguindo-se-lhe o N., ENE., o NNE. e o E.. O NE. foi em 1901 o vento mais frequente desde Maio até Outubro, e o ENE. soprou desde Março até Novembro, chegando a dominar neste mês e em Abril, Julho e Agôsto. O N. foi muito frequente desde Fevereiro até Julho, e em Novembro, ao passo que o E. dominou em Dezembro e Janeiro. O NW. soprou principalmente de Dezembro até Março, em Novembro, e de Janeiro até Maio.

V. Adams, Barral, Bloxam Mackenzie, Burgess, Christmann, Clarke, Grabham, Gourlay Goldschmit, Harcourt, Heineken, Kampfer, Lund, Mason, Mittermayer, Pita, Sousa Vaz, Smyth e White.

Consultando os artigos que ficam citados, pode formar-se uma longa relação dos autores, que em diversas

epocas se ocuparam do clima da Madeira. Essa já vasta bibliografia foi recentemente enriquecida com um estudo notavel da autoria do ilustre oficial da armada e academico Hugo de Lacerda escrito na lingua francesa, mandado publicar no ano de 1936 pela Junta Geral Autónoma do Funchal e subordinado ao titulo *Le Climat de Madère, ébauche d'une étude comparative*, que é o mais valioso trabalho que sôbre o assunto tem visto a luz da publicidade. A delegação da repartição de turismo nesta ilha mandou muito acertadamente proceder á tradução desse estudo em lingua inglêsa, de que foi encarregado o ilustrado professor dr. Alberto Figueira Jardim e que saiu a lume no ano de 1838 com o titulo de *The Climate of Madeira With a comparative study*.

Não desejamos encerrar estas linhas dedicadas ao clima da Madeira, sem deixar aqui arquivado um notavel artigo do dr. Armino Narciso, em que este ilustre cultor das ciencias medicas foca alguns aspectos novos deste assunto sempre momentoso para o nosso arquipélago, esclarecendo duvidas e estabelecendo principios, que devem ser da maior utilidade para todos os que pretendam orientar-se com inteira segurança na discussão dessa materia ou na propaganda que haja de fazer-se acêrca da benignidade e qualidades terapeuticas do incomparavel clima desta ilha.

“Os tratadistas, mesmo os mais sabedores e conceituados, não estão de acôrdo sôbre a acção terapeutica dos climas oceanicos, isto é, dos climas do mar alto, também chamados pelágicos. E êste desacôrdo é mais acentuado entre os autores continentais do que entre os inglêses. Estes, por serem insulares e viajados, conhecem melhor o mar.

A principal causa dêste desacôrdo provém dum grande numero de climatologistas considerar estes climas como todos iguais, quando a verdade é que sôbre estes climas influem factores locais, tal como acontece com os climas costeiros e do interior, que fazem variar a formula meteorológica do clima.

Do que ficou registado se conclue que o clima da Madeira é um clima oceânico especial, pois tem características mediterrânicas, a pesar daquela Ilha estar situada em pleno Atlântico. Mas este clima de características mediterrânicas tem “nuance” local própria. O inverno ali é ainda mais tépido que no litoral europeu do Mediterrâneo, com atmosfera igualmente temperada e luminosa, mas de umidade ligeiramente superior.

Ali, os ventos frios, umidos e tempestuosos do norte quebram-se e desidratam-se nas montanhas que

abrigam a cidade do Funchal. Os ventos quentes e secos do norte da Africa chegam refrescados e umedecidos pela sua passagem numa extensão, embora curta, do mar e são um dos factores de amenidade do inverno insular.

Somente durante o verão estes ventos de Africa chegam ali secos e quentes, mas isto dum modo intermitente e basta subir ás montanhas, ou passar para o outro litoral da Ilha, para deixar de lhes sentir a agressão.

Assim, faltam neste clima os factores de maior excitação do clima mediterrânico: correntes aéreas secas, por vezes violentas, de temperatura extrema, ora extremamente fria, ora extremamente quente, como são o Mistral e o Siroco, e todos os ventos da mesma origem e parentesco.

Na Madeira só existem os factores de estimulação branda: atmosfera pura, muito transparente, grande luminosidade. E, além disso, a estimulação branda destes factores é ainda atenuada pelos factores de efeito sedante, como sejam a grande calma, a termalidade uniforme e a umidade que, ainda que pequena, é no entanto um pouco superior á da maior parte das estancias climáticas do Mediterraneo.

Não é portanto este clima da Madeira um clima de estimulação acentuada, mas sim de pequena estimulação, mesmo mais tónico do que estimulante. A sua acção estimulante faz-se sentir sôbre as funções vegetativas, a sua acção tónica sôbre as funções nervosas. Assim, ali, a digestão e a nutrição são estimuladas, o sistema nervoso é tonificado.

O bem estar, o alívio que o doente sente ao chegar à Madeira, é como que uma euforia, mas euforia branda, sem excitação, sem insónia, sem febre. Por isso, em vez de excitado, o doente sente-se calmo, adquirindo a alegria de viver que tinha perdido. E engorda, adquire fôrças, entra em vida nova.

Foram os inglêses os primeiros a aproveitar este clima, verificando que ele tem apreciáveis propriedades terapêuticas na cura dos surmenados, dos esgotados, dos débeis e debilitados, de nutrição insuficiente, a entrar em consumpção, dos convalescentes e dos tuberculosos, não excluindo os pulmonares. E deste modo, uma grande multidão de doentes, vindos de tôda a Europa, mas principalmente das Ilhas Britânicas, ocorre, todos os invernos, à Madeira, desde há mais dum seculo.

A percentagem de tuberculosos do pulmão era muito grande, entre estes doentes e os resultados por eles obtidos eram tão benéficos que a Madeira foi, durante todo o seculo passado, a grande estância dos pulmonares.

A ofensiva que os tisiologistas continentais desencadearam contra o mar, no princípio do século actual, afastou os tuberculosos daquela Ilha. Hoje a Madeira deixou de ser uma estância sanatorial para se tornar uma estância de repouso, onde os ingleses doentes e sãos passam o inverno.

Mas haverá razão para assim acontecer? Será na verdade o clima da Madeira prejudicial aos pulmonares? Evidentemente que não. Esta prescrição resultou dum mal entendido, nascido no Continente Europeu e depois generalizado mesmo às Ilhas Britânicas, ainda que alguns tisiologistas ingleses continuem a aconselhar a ida para a Madeira aos seus doentes pulmonares, como se fazia correntemente no século passado.

Este mal entendido proveio da confusão que se tem feito entre o clima marítimo costeiro e o clima oceânico, dum modo geral, e de se julgarem, como já disse, todos os climas marítimos iguais. Ora no clima marítimo costeiro como no clima marítimo oceânico, os elementos prejudiciais aos tuberculosos pulmonares são a grande umidade e a violência do vento. É deles que deriva o clima marítimo vivo, violento. Quando a estes elementos se junta a alternancia dos ventos marítimos com os ventos terrestres, secos e de termalidade muito variável, o clima marítimo ainda se torna mais violento.

Ao clima da Madeira faltam, em absoluto, estes factores de agressão e por isso nada impede que êle seja aproveitado na terapêutica dos pulmonares. É certo, e não é de admirar, que nem todos os tuberculosos do pulmão estão em condições de beneficiar com uma estada naquela Ilha. Mas o mesmo acontece com a ida para a montanha. O clima da Madeira, assim como o clima alpino, está contra-indicado nos pulmonares em avançada consumpção, de aparelho circulatório e digestivo insuficientes: doentes muito febris, diarreicos, taquicárdicos.

Mas êle está indicado nos doentes ainda vigorosos, de bom coração e canal digestivo, podendo suportar a sua acção tónica, ligeiramente estimulante. E se sôbre os doentes em fusão e os cavitários o clima da montanha, de atmosfera fria, sêca e rarefeita, está de preferênciã indicado, por desidratar as lesões e diminuir a expectoração; sôbre os doentes com muita tosse, congestivos, de capacidade respiratória

diminuída, por extensas lesões fibrosas, muito sensíveis ao resfriamento e às variações térmicas, o clima madeirense, de atmosfera tépida. Ligeiramente húmida, é superior ao da montanha, acalmando a tosse e a dispnéia, diminuindo a congestão e a frequência da hemoptise.

É evidente que os doentes a mandar para a Madeira devem ainda ter a reserva de energia necessária para aproveitar da acção daquele clima insular. Mas é preciso notar que esta reserva de energia não tem de ser maior que nos doentes que vão para as estâncias de altitude, acontecendo mesmo que as crianças, e os adultos com mais de 40 anos, que possam aproveitar duma cura climática, suportam melhor o clima da Madeira que o clima de altitude.

Não há portanto razão para excluir todos os tuberculosos, e duma maneira absoluta, do clima da Madeira. O que é preciso é saber escolher os que aí podem tirar proveito e excluir os restantes. É este, de resto, o segredo do sucesso de toda a terapêutica, quer ela seja cirúrgica, medicamentosa, hidrológica ou climática.

Clubes. Os primeiros clubes que houve no Funchal, destinados exclusivamente a recreio e distração dos seus socios, foram o Clube União, que principiou em 10 de Março de 1836, tendo os seus estatutos sido aprovados pela assembleia geral em 20 de Agosto de 1874 e pelo Governador Civil em 7 de Fevereiro de 1879, e o Clube Funchalense, instalado em 3 de Dezembro de 1839 e cujos estatutos foram aprovados pela assembleia geral em 18 de Dezembro de 1876 e pelo Governador Civil em 16 de Fevereiro de 1877, mas afora estes, outros foram criados nesta cidade em épocas mais recentes, entre os quais mencionaremos os seguintes:

Clube Economico. Os seus estatutos são de 1856, mas ignoramos onde esteve instalado.

Clube Aliança. Foi fundado por 1867 e acabou em 1879 ou 1880, tendo estado primeiro numa casa ao principio da rua de João Tavira, e por fim num predio á rua da Alfandega. Não temos conhecimento dos seus estatutos.

Clube Restauração. Foi fundado em Maio de 1879 na casa do extinto Clube União, á avenida “Manuel de Arriaga”, antiga praça da Constituição. Os seus estatutos foram aprovados por alvará do Governador Civil de 12 de Agosto de 1889 e reformados pela assembleia geral em 21 de Fevereiro de 1897.

Novo Clube Restauração. Substituiu o precedente, e está acomodado na mesma casa, tendo os seus estatutos a data de 22 de Fevereiro de 1908.

Clube Washington. Foi fundado por 1882, num predio á rua de Santa Maria. Durou pouco tempo e esteve também numa casa á rua do Castanheiro.

Clube dos Estrangeiros. Durou pouco tempo e ocupou a casa do extinto Clube Funchalense, á rua dos Ferreiros. Os seus estatutos tem a data de 11 de Maio de 1897.

Clube União. Foi fundado por 1888 e esteve na rua do Conselheiro, na rua de João Tavira, na rua do Aljube e no largo de S. Sebastião. Dissolveu-se há mais de 20 anos.

Clube Recreativo Musical. Esteve estabelecido num predio á rua de João Tavira, tendo sido a sua fundação pouco posterior á do precedente. Dissolveu-se em 1900 ou pouco depois.

Clube Recreio e Instrução. Este extinto clube esteve instalado num predio á rua do Bispo e os seus estatutos foram aprovados pela assembleia geral em 24, 29, e 30 de Agosto de 1897.

Turf Club. Este extinto clube teve os seus estatutos aprovados pela assembleia geral em 24 de Fevereiro de 1900.

Clube Internacional do Funchal. Ocupou a casa do falecido Conde de Carvalhal, á rua da Mouraria, tendo os seus estatutos a data de 22 de Agosto de 1896. Durou pouco tempo.

Stranger's Club (Casino Pavão). Os seus estatutos têm a data de 10 de Outubro de 1906.

The Sports Club. Os seus estatutos têm data de 12 de Dezembro de 1901.

Clube Sports da Madeira. Dois clubes se fundaram no Funchal com esta denominação, tendo os estatutos do mais antigo a data de 28 de Novembro de 1910 e os do mais moderno a data de 6 de Outubro de 1911.

Clube Sport Marítimo. Os seus estatutos foram aprovados pela assembleia geral em 10 de Maio de 1911.

Clube Republicano da Madeira. Este extinto clube esteve na casa da avenida “Gonçalves Zarco”, onde funcionara a Associação Comercial, tendo os seus estatutos a data de 10 de Abril de 1911.

Clube Naval Madeirense. Os seus estatutos têm a data de 20 de Julho de 1917 e a comunicação de que se achava constituído foi feita a autoridade competente em 17 de Maio de 1918.

O Clube Funchalense, a que atrás nos referimos, durou perto de 60 anos e foi estabelecido numa casa ao Carmo, donde passou para o palacete á rua dos Ferreiros, que ocupou até ser extinto. Só faziam parte dele pessoas duma certa categoria social, ao passo que o Clube Unido, fundado quasi pela mesma epoca e extinto em principios de 1879, era menos exigente nos requisitos que exigia dos seus socios, os quais em todo o caso deviam ter boa conduta e ocupar uma posição decente na sociedade. O alto comercio era admitido no Clube Funchalense, mas os lojistas e outros comerciantes com estabelecimentos de venda, não tinham ali ingresso na qualidade de socios. Tendo certo negociante britanico muito estimado e considerado no Funchal, mas que tinha um estabelecimento de fazendas, pretendido fazer parte do mesmo clube, foi avisado por alguns socios seus amigos de que a votação da assembleia geral lhe seria desfavoravel, se não vendesse ou trespassasse antes o mesmo estabelecimento!

O Clube Funchalense tornou-se muito conhecido pelos seus bailes e soirées, em que havia quasi sempre grande concorrência de senhoras nacionais e estrangeiras. Quasi todos os personagens ilustres que

visitavam esta terra, eram obsequiados com festas naquela casa, tendo muitas destas deixado de si recordação perduravel, pelo luxo e esplendor que revestiram e pela maneira bizarra e fidalga com que os mesmos personagens foram ali recebidos.

V. Maçonaria.

Cochonilha (Coccus cacti). Insecto homoptero da familia dos Coccideos, importado das Canarias no segundo quartel do seculo passado e cuja femea produzia o escarlata da tinturaria. Criavam-na sobre o cacto chamado tabaibeira (*Opuntia tuna*), porém esta industria nunca chegou a florescer, a pesar das tentativas persistentes de alguns comerciantes do Funchal. Deveu-se o insuccesso, em parte, á opposição do camponês, que preferia o tabaibo ao insecto que lhe entregava esse tão apreciado fruto, embora se tratasse de materia corante de alta valia naquela epoca.

O termo cochonilha tem na Madeira, como aliás noutras partes, significação muito restrita, servindo sómente para designar o insecto tintorial da tabaibeira, ao passo que as cochonilhas, cochenilhas ou cochilhas dos naturalistas são todos os Coccideos, familia que comprehende, além do insecto referido, muitos outros chamados lapas e alforras.

A cochonilha apparece ainda nas folhas das tabaibeiras em S. Gonçalo e na Praia Formosa, reconhecendo-se facilmente pelas manchas que forma na planta. Passando nestas manchas a ponta duma bengala, ella apparece-nos mais ou menos tinta de escarlata.

Foi Miguel de Carvalho e Almeida o introdutor da cochonilha na Madeira, tendo o pharmaceutico Gerardo José de Nobrega publicado um pequeno trabalho sobre este insecto, intitulado *The Cultivation of Cochineal* (*Pharmaceutic Journal*, 1849).

Codigo Civil. Começou a vigorar na Madeira, em 22 de Março de 1868.

Codorniz (Coturnix coturnix). Ave galinacea da familia Perdicidea, que cria na Madeira e Pôrto Santo. A sua carne é muito saborosa.

Coelho. Este apelido de família procede de Rodrigo Anes Coelho, um dos primeiros povoadores da Madeira, que teve terras de sesmaria na Ponta do Sol, parece que no Lombo de S. João.

Coelbo (Thyrsites prometheus). Peixe triquiurideo, de passagem nos mares da Madeira. Actualmente não é muito vulgar.

Coelho do Pôrto Santo. O coelho do Pôrto Santo tem, segundo o zoólogo Carlos França, os caracteres e o aspecto do coelho selvagem vulgar do sul da Europa, diferindo dele tão somente na forma e dimensões do crânio. Para o referido zoólogo, esse coelho, de que Haeckel fêz uma descrição tão fantástica quanto inexacta na sua Historia da Criação Natural, é uma subespecie do *Oryctolagus cuniculus* O. *cuniculus Huxleyi*, peculiar no Porto Santo e impossível de distinguir pelos seus caracteres exteriores da forma *meridionalis* do coelho europeu.

Darwin, que teve ocasião de examinar e estudar sete coelhos do Pôrto Santo, dois dos quais vivos, notou que eles diferiam do coelho vulgar inglês tanto na côr como nas dimensões, sendo talvez esta circunstancia que levou Haeckel e criar o seu *Lepus Huxleyi*, ao qual atribuiu “uma côr particular, uma forma que se aproxima da do rato, habitos noctambulos e uma selvajaria extraordinaria”.

Não é sómente na côr do pêlo que os coelhos do Pôrto Santo são identicos aos da região mediterranea; são-também noutros caracteres externos de facil apreciação. Para Miller, os coelhos dessa região, os do arquipelago da Madeira e os dos Açôres, constituem uma subespecie-a subespecie *Haxleyi*- opinião esta que não teriamos duvidas em aceitar, se não fôssem as diferenças osteologicas assinaladas por Carlos França.

O coelho do Pôrto Santo é em regra, um pouco mais pequeno que o coelho de outros países, o que talvez deva ser atribuído á falta de espaço, como diz o professor Delage, isto é á dificuldade que tem as especies encerradas dentro de certos limites de fortificar a sua raça por meio de cruzamentos entre individuos variados e numerosos.

Diz o Professor Camilo Torrend que os coelhos, como a raça bovina e certos moluscos, apresentam no Pôrto Santo exemplos típicos de nanismo, podendo nós acrescentar que certas espécies vegetais, como o visco, o zambujeiro, o buxo da rocha, etc., também têm naquela ilha dimensões mais reduzidas do que na Madeira, em virtude de influências mesológicas.

Os cruzamentos entre os coelhos do Pôrto Santo e os europeus não só são possíveis, como estão em uso como meio de fortificar e reconstituir a raça, e quanto a hábitos selvagens, parece-nos não haver razão para atribuí-los tão somente aos indivíduos daquela ilha. Os coelhos da Madeira são tão esquivos e bravios como os do Pôrto Santo, quando aprisionados depois duma certa idade.

Conta Azurara que um amigo de Bartolomeu Perestrelo, primeiro donatário do Pôrto Santo, lhe dera uma coelha que teve filhos durante a viagem. Ao chegar á ilha, Perestrelo soltou a mãe e a prole, mas dentro de pouco tempo multiplicaram-se estes animais por forma tal, que se não podia semear ou plantar coisa alguma que não fosse logo devorada ou estragada por eles. Debalde pretenderam os primeiros povoadores extinguir os coelhos; estes a tudo sobreviveram, de sorte que a nova colônia teve de ser abandonada por só trazer prejuízos àqueles que a colonizavam.

João de Barros, Gaspar Frutuoso, Antonio Cordeiro e Cadamosto referem quasi de modo idêntico o caso da coelha trazida por Bartolomeu Perestrelo, coelha da qual descendem como é incontestável, os actuais coelhos do Pôrto Santo.

No nosso entender a criação da subespécie Huxleyi; feita pelo zoólogo português Carlos França, está perfeitamente justificada pelo caracteres cranianos dos animais que nela se incluem. Os caracteres exteriores pouca importância têm no caso de que se trata, tanto mais que é sabido que os dois coelhos examinados por Darwin adquiriram em muito poucos anos, e sob a influência de novas condições climáticas, a cor do coelho vulgar de Inglaterra, mas os caracteres interiores já assinalados, não podem ser tidos em pouca conta pois que representam já modificações profundas sofridas pela espécie.

A configuração especial do coelho do Pôrto Santo parece, diz Carlos França, estar de acordo com as condições de vida do animal. Habitando uma ilha muito pequena e de vegetação bastante escassa, o coelho não podia triunfar sem ter bem desenvolvidos os órgãos dos sentidos, e o crânio sofreu por consequência

modificações acentuadas, de maneira a caracterizar a subespecie Huxleyi.

Apresentamos a seguir os caracteres que o Dr. Carlos França encontrou nos quatro exemplares que serviram de base ao seu estudo sobre o coelho do Pôrto Santo:

“Dorso castanho, nuca ruiva, ventre cinzento-claro em tres exemplares e cinzento-baço no quarto. A parte superior da cauda é de um cinzento plumbeo, com alguns raros pêlos de extremidades amareladas; os pêlos da parte inferior da cauda são brancos. As orelhas não teem a extremidade mais carregada, e a região peitoral é castanho clara...

O comprimento dos quatro coelhos do Pôrto Santo que estiveram presos, tomado dos incisivos ao anus, era respectivamente de 32, 35,5, 36 e 37 centímetros, ou seja 35,5 centímetros em media. O mais pequeno de todos estes coelhos era um macho, cuja nutrição era bastante imperfeita.

O peso destes diferentes exemplares, tres dos quais estavam gordos, era de 815, 755, 745 e 650 gramas, isto é 741 gramas peso medio”.

Haeckel, a pesar de ter visitado a Madeira em 1866, não viu nem estudou o coelho do Pôrto Santo, sendo pura fantasia quasi tudo quanto ele diz acêrca desse roedor. Seria na verdade curioso que um animal transportado para uma pequena ilha se modificasse aí no espaço de 4 ou 5 seculos a ponto de produzir uma especie nova, mas estes factos e outros semelhantes só os registam os naturalistas pouco serios, ou aqueles que estudam superficialmente certos problemas biologicos complicados e dignos da maior ponderação.

Bibliografia. Darwin, De la Variation des Animaux et des Plantes, trad. por E. Barbier, Paris, 1879; Haeckel, Histoire de la Création, trad. par le Dr. Letourneau, Paris, 1877; Carlos França, Contribution à l'étude du Lapin de Porto Santo (Bull. de la Soc. Port. de Sc. Natur., VI, 1913); e C. Torrend, Le Transformisme dans les dernieres échellons du règne végétal.

Coelho Machado (Rafael). Nasceu nesta ilha em 1814, e em 1838 ausentou-se para o Brasil,

onde morreu. Distinguiu-se como compositor e escritor musical. Das suas obras só temos conhecimento pela enumeração que delas faz Joaquim de Vasconcelos no seu apreciado livro *Musicos Portugueses*. Coelho Machado escreveu um *Diccionario Musical*, que foi o primeiro que neste genero apareceu em lingua portuguesa. Escreveu: *Methodo de musica ou Principios de musica pratica para uso dos principiantes*, 1842; *Breve tratado de Harmonia*, 1851; *Melodias originaes*, algumas das quais foram traduzidas em italiano; *Diccionario musical*. . . Rio de Janeiro, 1842, de 275 pag.. Deixou muitas composições de musica sacra e traduziu e publicou varios metodos para o estudo do piano flauta, rabeca etc..

Coentro (*Coriandrum sativum*). Umbelifera anual, muito cultivada nas hortas madeirenses. É originaria do Oriente, tem fôlhas penatisectas, as inferiores menos recortadas que as superiores, e umbelas com pedunculos curtos, desprovidas ou quasi desprovidas de involucro. Os seus frutos semi-globosos são estimulantes e carminativos e têm emprêgo na arte culinaria.

Cogumelos. Estão determinadas 340 especies de cogumelos ou fungos madeirenses, das quais 31 não foram achadas ainda noutras regiões do globo. Algumas destas especies são comestiveis, tais como a *Ammanita vaginata*, o *Lactarius deliciosus*, o *Cantharellus cibarius*, a *Psaliotta campestris* (champignon de couche), o *Boletus edulis* o *B. bovinus* etc.. Os madeirenses não costumam utilizar os cogumelos como alimento, e nos campos o povo destrói-os muitas vezes por considerá-los obra das feiticeiras.

V. Torrend .

Colegiadas. Havia em algumas freguesias, além do clero destinado ao serviço paroquial, um cabido composto dum pequeno numero de eclesiasticos, que recitavam em comum o officio divino e desempenhavam outras funções do culto. Era nas igrejas paroquiais das freguesias mais importantes e de mais densa população, que se criavam as colegiadas, que, á semelhança dos cabidos das Sés Catedrais, imprimiam ao culto maior brilhantismo e constituíam os seus membros valiosos auxiliares de todos os serviços religiosos das paróquias.

Houve colegiadas nesta diocese nas freguesias de Santa Maria Maior, S. Pedro, Camara de Lôbos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, Porto Santo, Santa Cruz e Machico.

Nas igrejas das duas ultimas, ainda actualmente se conservam junto do altar-mor os assentos corais para a recitação dos officios divinos. Foram criadas na segunda metade do seculo XVI, com excepção das da Ribeira Brava, Machico e Santa Cruz, que são mais antigas, tendo tido as duas ultimas seis beneficiados. Eram geralmente compostas do pároco, do coadjutor, de três ou quatro beneficiados, dum prègador e de um tesoureiro, tendo alguma delas um pessoal mais reduzido. Para cada uma havia um regimento privativo, que regulava a maneira de se desempenharem as funções que lhe estavam cometidas.

Tôdas as colegiadas da Madeira foram extintas antes de 1834.

Colegio. V. São João Evangelista (Colegio e igreja de).

Colera-Morbus em 1856 e 1910. (A). Está ainda presente na memoria de muitos e bem viva na tradição local, o que foi essa horrorosa calamidade que assolou este arquipelago nos meses de Julho a Outubro de 1856 e que roubou a vida a cêrca de dez mil dos seus habitantes.

A colera-morbus grassava intensamente em Lisboa e, no bairro de Belém, a epidemia tinha-se manifestado com extraordinaria virulencia. Nesse bairro estava aquartelado o regimento de infantaria n^o. 1, que o govêrno central numa criminosa imprevidencia, fizera seguir para a Madeira, onde chegou na tarde do dia 28 de Junho, desembarcando imediatamente e indo ocupar o extinto convento de S. Francisco. No dia 2 de Julho fora o regimento aquartelar-se no Colegio de S. João Evangelista e ali se procedeu á abertura dos fardos e bagagens, tendo-se então manifestado os primeiros casos de colera em algumas praças de pré do mesmo regimento. O primeiro madeirense atacado foi um maritimo por nome Manuel Rodrigues, que morava na imediação do convento de S. Francisco e que estivera em contacto com alguns soldados de infantaria n^o.1.

Começou a epidemia a propagar-se com grande intensidade, principalmente no bairro de Santa Maria,

estendendo-se depois a tãda a cidade, e rapidamente se difundiu pelas freguesias suburbanas e rurais. Era já um incendio que lavrava por tãda a parte. Tocou o maximo da sua violencia no dia 31 de Julho ceifando a vida, dentro da área da cidade a 162 patricios nossos no periodo de 24 horas.

Fora do Funchal manifestou-se primeiramente a epidemia na freguesia da Ponta Pargo, no dia 11 de Julho, e em Machico no dia 14, e sucessivamente nas restantes paróquias, sendo em algumas delas muito pequena a percentagem da mortalidade.

O maior movimento de doentes foi no hospital da Misericórdia, sendo em alguns dias impossivel a admissão de colericos, tal era o numero avultado de atacados que enchia enfermarias e todas as dependencias em que havia espaço para lançar-se uma enxerga. O hospital militar e o edificio do Asilo de Mendicidade foram adaptados para a hospitalização de colericos, e nas freguesias de S. Antonio, Ribeira Brava, Machico, Ponta do Sol e outras montaram-se hospitais provisorios.

Se a epidemia, diz um relatorio oficial se mostrara aterradora no concelho do Funchal pelos estragos que causava, nos concelhos rurais redobraram os seus horrores, pois além do crescido numero de vitimas, a população lutava também com a fome e não tinha facultativos nem remedios para acudir aos enfermos. O estado de desanimo, de atribulação e de miseria a que chegaram estes concelhos era na verdade indescritivel. Muitos doentes morriam por falta absoluta de soccorros medicos, outros finavam-se á mingua de alimentos. A maior parte dos hospitais provisorios estavam em pessimas condições, e todos careciam dos mais triviais socorros. Os doentes jaziam deitados no chão, sôbre más enxergas, notando-se frequentemente ali tanto a promiscuidade de sexos como a de vivos mortos. Em vista disto, resolveram as autoridades que os subdelegados tecnicos Branco e Brand percorressem a ilha, levando medicamentos e outros socorros para acudir aos colericos. Não era possivel fazer mais do que se fêz. Segundo os dados oficiais, a colera vitimou 7041 individuos, mas tem-se sempre afirmado que o numero dos que sucumbiram á epidemia foi aproximadamente de dez mil. No concelho do Funchal morreram 2014 pessoas, sendo 311 na freguesia da Sé, 519 em S. Pedro, 376 em Santa Maria Maior, 69 em S. Roque, 129 em S. Martinho, 315 em Santa Luzia, 214 em S. Antonio, 83 no Monte e 88 em S. Gonçalo.

As freguesias rurais emn que se registou maior mortalidade foram as da Ponta do Pargo com 328 obitos, Machico 319, Camara de Lôbos 393, Campanario 206, Ponta do Sol 281, Tabua 161, Serra d'Agua 143, Ponta Delgada 409, S. Vicente 307, Estreito de Camara de Lôbos 139 etc.. No hospital da Misericórdia faleceram 619 individuos, no de S. Antonio 119 e no do Asilo 63.

No artigo consagrado ao governador civil Antonio Rogerio Gromicho Couceiro poremos em relêvo a acção verdadeiramente providencial que entre nós exerceu esta autoridade e o grande reconhecimento que a Madeira lhe deve pelos assinalados serviços que prestou a todo o arquipelago. Também nos queremos referir aqui ao dr. Antonio da Luz Pita, que era o delegado do conselho de saúde do reino e que achando-se em Lisboa, na qualidade de deputado por esta ilha, imediatamente partiu para o Funchal, no vapor de guerra Mindelo, sendo o portador dos socorros que o govêrno central enviara sem demora, e acompanhando alguns medicos que do continente vieram prestar serviços clinicos nesta ilha. Estes primeiros socorros consistiram numa grande copia de medicamentos, muitas roupas, leitos e enxergas etc., e um credito de seis contos de réis, socorros de que depois se fizeram novas e abundantes remessas. A classe medica assinalou-se pela sua extraordinaria dedicação, sendo vitimas três medicos madeirenses e um inglês, o dr. Ross.

Longe iriamos, se quisessemos descer a outros detalhes e notas mais pormenorizadas relativamente á terrivel epidemia que em 1856 assolou este arquipelago.

Quem quiser ter conhecimento mais desenvolvido do assunto, pode consultar a segunda parte do relatorio oficial publicado em 1866 e os artigos insertos no Heraldo da Madeira no mes de Outubro de 1908.

A colera em 1910. A epidemia colerica que em Outubro de 1910 se manifestou no Funchal nem remotamente atingiu as proporções da colera-morbus de 1856. Embora a sua duração fosse sensivelmente a mesma, foi no entretanto muito desigual o numero de atacados e dos que a ela sucumbiram. Segundo os dados officiais, a epidemia de 1856 vitimou 7041 individuos e a de 1910 a 1911 apenas 556. Seria porventura menos virulenta a natureza da doença, mas deve principalmente attribuir-se a desproporção da mortalidade aos meios de combate empregados para debelar a epidemia. Os tempos são muito outros, os recursos de que dispõe a ciencia nas duas epocas são inteiramente diferentes, não admitindo o mais ligeiro confronto entre si, existe na actualidade uma mais exacta compreensão dos deveres a cumprir tanto por parte dos elementos officiais como das populações rurais, a higiene já não é uma palavra vã, sobretudo nos centros populosos, e vai-se observando com algum rigor, principalmente por ocasião das doenças epidemicas, tudo isso contribuiu poderosamente para que a colera de 1856, ainda lembrada com tanto horror, e a de 1910, fôsem tão desproporcionadas no seu contagio, no seu alastramento e nos estragos causados. E tivemos a boa fortuna de encontrar-se á testa dos diversos serviços de ataque á epidemia um medico notabilissimo que,

como homem de ciencia e bacteriologista muito distinto, espirito essencialmente organizador, de rara e prudente energia, de uma abnegação e zêlo sem limites e também da mais comprovada autoridade de character, prestou a esta terra, em tão calamitosa epoca e em tão dificeis e desoladoras circunstancias, serviços que não podem esquecer nunca, ficando o seu nome prestigioso indissolvelmente ligado á historia do nosso arquipelago e colocado a par dos que mais têm bem-merecido do reconhecimento e gratidão dos seus habitantes.

Os primeiros casos que despertaram a atenção dos medicos foram os de duas irmãs moradoras na proximidade do Paiol, sendo uma atacada a 20 de Outubro de 1910 e a outra a 23 do mesmo mês, e falecendo esta a 4 de Novembro seguinte. Tomaram-se logo as devidas precauções, fazendo-se o isolamento do domicilio, desinfecções, a revisão medica dos contractos, etc.. Apareceram em seguida mais dois casos na rua da Imperatriz D. Amelia, e seguidamente se foram registando outros em diversos pontos da cidade. A breve trecho a doença surgiu em Camara de Lóbos, Machico e outras localidades. A população começava a alarmar-se e a autoridade superior do distrito, profundamente impressionada com a difusão da doença, reuniu a Junta Consultiva de Higiene, no dia 17 de Novembro, tomando-se então mais energicas e proficuas providencias, e ao mesmo tempo insistia junto do govêrno central pela adopção de medidas extraordinarias e a remessa de recursos indispensaveis com que na Madeira se não podia contar.

Com poderes extraordinarios, mandou o govêrno central á Madeira o dr. José Alfredo Mendes de Magalhães, na qualidade de alto comissario da republica, que prestou excelentes serviços e que durante a sua permanencia entre nós mostrou sempre os melhores desejos de cooperar eficazmente na extinção da epidemia. Como merecida homenagem a esses serviços, realizou-se uma sessão solene na Camara Municipal deste concelho, em sua honra, sendo-lhe por essa ocasião conferida a distinção de municipe e cidadão honorario do Funchal, e feita a inauguração do seu retrato no salão nobre dos paços do concelho. Além de creditos extraordinarios para fazer face ás grandes despesas com o combate da epidemia, enviou também o govêrno um contingente de tropas, pelo fundado receio de haver alteração da ordem publica.

A mais acertada medida porém tomada pelo govêrno da metropole, foi a da vinda do dr. Carlos França, que chegou ao Funchal no dia 22 de Novembro, e que depois de alguns dias de trabalho de laboratorio e de outros estudos indispensaveis, assumiu tôda a direcção dos serviços sanitarios e de ataque ao flagelo que ameaçava assolar tôda a ilha, revelando desde logo não só a mais segura orientação e a mais comprovada competencia, como também um acendrado zêlo e a mais fervorosa dedicação no exercicio das multiplas

funções que teve de desempenhar no meio de tão trabalhosa e arriscada missão. Do continente vieram sete medicos, varios enfermeiros e um analista do Instituto Bacteriologico Camara Pestana, que, juntamente com os medicos da Madeira, prestaram bons serviços e deram provas de verdadeira abnegação no desempenho dos serviços que lhes foram distribuidos.

Funcionaram hospitais de colericos no Lazareto de Gonçalo Aires e nas freguesias de Santo Antonio, Camara de Lôbos, Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico.

A epidemia grassou nos concelhos do Funchal, Santa Cruz, Machico, Camara de Lôbos, Ponta do Sol e Pôrto Santo, não atacando as freguesias da Madalena, Serra de Agua, Curral das Freiras, Santo da Serra e todo o concelho da Calheta, com excepção da Fajã da Ovelha, onde apenas se deram dois casos. Também foram poupadas as treze freguesias de tôda a costa norte da Madeira. O numero de óbitos, por concelhos, foi de 210 no Funchal, 161 em Camara de Lôbos, 71 na Ponta do Sol, Machico 75, Santa Cruz 26 e Pôrto Santo, sendo o total de 556.

Longe iriamos se pretendessemos descer a detalhes acêrca do modo como foram montados e desempenhados os diversos serviços sanitarios, e mais longe iriamos ainda se quisessemos particularizar muitos episodios e circunstancias dignos de registo especial, mas que não cabem nos limites deste artigo. Quem pretender fazê-lo, terá apenas que consultar o brilhante e desenvolvido trabalho escrito pelo dr. Carlos França, e que se intitula A Epidemia Cholericca da Madeira 1910-1911. Relatorio apresentado ao ministro do interior e ali encontrará tudo quanto posso interessar a este calamitoso periodo da historia madeirense.

Coleridge (Henry Nelson). Ocupou-se da Madeira e de Maria Clementina, freira do Convento de Santa Clara, no seu livro Six Months in West Indias 1825.

Collet (Robert). Ictiologista e antigo director do Museu Zoologico de Cristiania. E.: On a new Pediculate Fish from the Sea of Madeira (Proc Zool. Soc., X 1886); e Sur quelques poissons rapportés de Madère par le Prince de Monaco (Bullet. Soc. Zool. France XV 1890).

Colombo (Cristovão). Afirma uma constante tradição que o ilustre navegador residiu por algum tempo neste arquipélago e que aqui concebeu o grandioso plano da descoberta do Novo Mundo. A sua estada na Madeira é asseverada de uma maneira positiva por Las Casa na Historia de las Indias que diz ter colhido esta informação da propria bôca de Diogo Colombo, filho do grande navegador e sucessor de seu pai no cargo de almirante do mar das Indias. A esta ilha estavam então chegando constantemente noticias de novas descobertas e “este foi o principio da descoberta do novo mundo”. Agostinho de Ornelas na sua Memoria sobre a residencia de Christovão Colombo na Ilha da Madeira, publicada em 1892, aduz argumentos valiosos para comprovar aquela afirmativa que aliás é seguida por varios historiadores muitos biografos de Colombo. O descobridor da America casou com D. Felipa Moniz, filha de Bartolomeu Perestrelo, primeiro donatario da ilha do Pôrto Santo, não sendo conformes as opiniões dos autores acêrca do lugar onde se realizou o matrimonio. O autor do interessante opusculo A Mulher de Colombo, afirma que o casamento se celebrou na vila de Machico, militando a favor desta opinião serias presunções e probabilidades de algum pêso, embora se possa discordar da veracidade desta afirmativa. O citado Las Casas, e ainda outros, dão Diogo Colombo como nascido no Pôrto Santo, sendo também constante nesta pequena ilha a tradição que ali residiu o grande navegador, e até se indica o local onde existiu a casa que ele habitou, que é o da residencia paroquial, nas imediações da igreja matriz.

Já não pouco se tem escrito acêrca do edificio que a tradição sempre apontou como sendo o da residencia de Cristovão Colombo, no Funchal, e que ficava no logar hoje ocupado pela travessa que tem o nome do navegador, e que comunica as ruas do Sabão e Esmeraldo. A citada memoria de Agostinho de Ornelas, um valioso trabalho do dr. Alvaro de Azevedo, uma desenvolvida noticia publicada em 1878 na *Illustracion Espanola y Americana* e ainda outros escritos, se tem ocupado com alguma largueza do assunto. Dele se ocupou também com grande proficiencia o escritor madeirense J. Reis Gomes, nas notas do seu livro *A Filha Tristão das Damas*, e dele vamos transcrever alguns trechos, que muito de perto interessam ao assunto deste artigo:

“O edificio que a tradição sempre indicou como habitação de Colombo, na Madeira, e de que fôra proprietario o flamengo João Esmeraldo, era um vasto edificio de dois andares, tendo no alto um amplo eirado, predio mais tarde reduzido a celleiro e por isso conhecido pelo nome de granel do Poço, n’este bairro

quasi exclusivamente destinado a mercadores.

Alongariamos demasiado esta nota se quizessemos referir aqui com esta habilitação aristocratica passou dos representantes do seu proprietario para a posse da Camara que a arrazou. No numero 55 da Revista Illustrada (1892), vem inserto um artigo do dr. Alvaro Rodrigues d’Azevedo sob o titulo- “Era inscripcional da casa memorada como da habitação de Colombo na Ilha da Madeira - que, na sua primeira parte, nos dá sobre esse ponto informações fidedignas e precisas.

A architectura do edificio foi primitivamente do estylo gothico, como o prova a parte ogival que dava para a rua do Sabão e que “O Ocidente” em seu numero 34, de maio de 1879, reproduziu em gravura, calcada sobre uma das varias photographias que da mesma casa foram tiradas pelo distincto photographo madeirense João Camacho. Passou, depois, por uma restauração onde apparecem, mais ou menos caracteristicamente, as formas da architectura Renascença.

A era inscripta no capitel da columneta da linda janella bipartida que se vê na estampa junta, foi lida de tres maneiras differentes, conduzindo essa leitura vária a hypotheses diversas quanto ao edificador do predio, ás probabilidades de este ter sido habitado por Colombo, e até a algumas divagações sobre o estylo architectonico ostentado na frente da Rua do Esmeraldo!. Leu-se, ahi primeiramente, nunca comprehendemos bem como, 1457, ainda a casa estava de pé. Tal era, em notavel desaccordo com o estylo, correu mundo, e o proprio Henry Hanisse a admitiu, a ella se referindo em uma nota do seu livro Christophe Colomb.

Essa leitura fôra manifestamente erronea, Viu-se, depois d’apeada a janella, que o ultimo algarismo era um 4, nitido e perfeito, subsistindo duvidas unicamente sobre o terceiro, que uns leram como 7 e outros como 9. Seria 1474 ou 1494 a era inscripta? Para Agostinho d’Ornellas, possuidor das pedras que constituiram a preciosa janella, o terceiro algarismo era 7, porquanto “a barra transversal, embora um pouco curva, não fecha com a vertical” como elle informa na sua Memoria já citada por nós em outra nota. Para o dr. Alvaro d’Azevedo, que, depois de vêr a era com os seus propios olhos e tomar-lhe o decalco, procedeu a investigações entre eruditos, o discutido algarismo ficou sendo um 9, exactamente como elle se escrevia e gravava no fim do seculo XV.

Tambem nós fomos ver, ultimamente, essas pedras que continuam a ser propriedade da familia Ornelas. Lá

estavam claros todos os algarismos, só nos offerecendo duvida o tal terceiro com a cabeça por fechar, lembrando sete, mas, pela forma arredondada e haste curva, a indicar um 9. Decalcámol-o e fizemos por nossa parte, as precisas averiguações. Por intermedio d'um amigo, já por si proprio competente, consultámos os que na capital melhor nos poderiam esclarecer sobre o assumpto. Ficou para nós assente que era 9 o equivoco algarismo e a era da inscrição: 1494. Entre varios documentos comprovativos, deu-nos a certeza absoluta, uma data impressa nas Ephemerides de Monterregio, edição de Veneza, de 1492. Lá estava em toda a evidencia um nove com o mesmo desenho: a cabeça por fechar e a haste recurvada.

A era, 1494, n'uma janella que, segundo todas as probabilidades, fôra ogival, mas apresentando, de facto, aquella fôrma característica da nossa architectura renascença, que só no seculo XVI appareceu em Portugal, fazia scismar, na verdade, quem prendesse a sua attenção ao extranho caso.

A restauração era bem do tempo de D. João II, d'um anno antes da sua morte, mas com o character architectonico que só muito mais tarde apparece entre nós, marcando-se, embora, mais especificamente pelos attributos maritimos tirados das descobertas e conquistas, e que ficou sob a designação d'estylo manuelino!...

O facto, comtudo, não offerecerá maior reparo desde que se pense que o edificio pertencia a um estrangeiro, nobre e rico, vivendo numa terra, a Madeira, pelas correntes immigratorias, em relações muito mais estreitas com a Europa onde já, especialmente na Italia e França, florescia a architectura da Renascença, do que com o continente do reino onde áquella data esse estylo ainda não tinha entrado.

O edificio era d'um particular, pela sua procedencia e convivio, em circumstancias de deixar-se seduzir pela fôrma d'arte que se impunha triumphalmente em quasi toda a Europa; não admira, pois, que a casa de João Esmeraldo, precedesse, muito, n'esta terra portugueza, as primeiras fôrmas manuelinas dos edificios do continente.

Dada a escassez, n'esta epocha da vida insular, de bons artistas e operarios nacionaes, natural é admittir-se que o encargo da restauração da casa forçosamente commettido a operarios italianos ou flamengos, das colonias estrangeiras mais numerosas a esse tempo na Madeira, trouxesse como consequencia, talvez, a propria suggestão d'aquelle estylo architectonico que esses operarios traziam, como o mais bello e mais moderno, dos paizes d'onde provinham.

O facto de ser 1494 o numero gravado no alto da formosa janella bipartida, não repelle a longa e justificada affirmação de que Colombo habitou a casa d'Esmeraldo, como seu hospede, porquanto o descobridor da America sahio do Funchal annos antes d'aquella epocha. Significa, simplesmente, que elle só conheceu o edificio no seu estylo gothico primitivo, e que se não encostou, decerto, nas suas meditações, áquelles basaltos trabalhados, depois, pelo escopro da Renascença.

O quasi fanatismo de João Esmeraldo pelo grande italiano, seu hospede, a admitir-se a respectiva tradição a nosso vêr, plenamente justificada pelo auctor da "Memoria sobre a residencia de Colombo na ilha da Madeira", ainda melhor explica a predilecção do rico fidalgo flamengo pela elegante fórma artistica que teve na patria de Colombo o seu verdadeiro berço.

Foi o edificio em questão mandado construir de seu principio pelo proprio João Esmeraldo, ou compral-o-hia elle ao proprietario primitivo? Este ponto que, para nós, é de somenos importancia, não nos parece ter ficado completamente esclarecido, apesar do que sobre elle escreveram Agostinho d'Ornellas e o dr. Alvaro Rodrigues d'Azevedo. Inclinâmo-nos, comtudo, em vista do texto dos nobiliarios madeirenses e das palavras de Fructuoso, a que foi aquelle flamengo quem mandou edificar o predio, passado, como solar, á sua descendencia: os nobiliarios, sem se referirem, especialmente, a esta habitação, rezam que Esmeraldo fabricou grandes casas na rua que d'elle tomou o seu nome, e o auctor das Saudades da Terra diz que a Rua do Esmeraldo se chamou assim, por o flamengo "ter ali o seu aposento antigo com casa de dois sobrados e pilares de marmore nas janellas e em cima seus eirados".

Este edificio sobre o qual já bastante se tem escrito tanto dentro como fora do paiz, especialmente, por ter sido, segundo a mais insistente tradição, a residencia de Colombo na Madeira, devia ser por esta e outras razões, ainda digno de maior respeito e dum maior amor pela sua conservação: como exemplar tão bello quanto raro, no ponto de vista artistico, dos grandes palacios aristocraticos do seculo XV; como monumento, em terra portugueza, de bem marcada transição entre o estylo gothico e o nosso manuelino, aparentando a fórma geral d'este estylo antes mesmo d'elle se fixar em Portugal; e, ainda, como prova irrefragavel, pela sua sumptuosidade e requinte architectonico, do rapido desenvolvimento e progressos da Madeira a dentro dos primeiros oitenta annos da sua descoberta, corroborando o que relatam os chronistas sobre este periodo verdadeiramente notavel da historia madeirense."

O protesto contra a demolição deste edificio, que devera ser religiosamente conservado, fá-lo o autor dos

trechos transcritos, nas palavras cheias de ironia, mas de inteira justiça, que em seguida reproduzimos, e que representam o nosso verdadeiro modo de sentir sobre o assunto:

“O monumento foi derrubado; mas a Camara em homenagem aquelle que, segundo a tradição, fôra seu illustre habitador, baptisou a insignificante arteria, que apenas terá 30 metros de comprido, com o nome pomposo de Rua de Christovão Colombo e tudo ficou completamente sanado. Mais do que isso: a Camara rejubilou com a sua resolução: podia ufanar-se da gloria de haver dotado a cidade com mais uma via publica, por um preço relativamente baixo; satisfizera uma necessidade dos mercadores do sitio, poupando-lhes mais uns passos para irem d’uma rua á outra; e acabará com aquelle espantallo denegrado e irritante, que só servia para mover ao pasmo alguns yankees de passagem na Madeira, ladeando o espaço vasio por umas paredes frescas, bem caídas, symetricamente abertas pelos ventiladores de dois armazens de cereaes.

O espirito burguez da edilidade funchalense estava justamente radiante. E para que se não dissesse que não sabia prestar culto aos grandes homens, lá estava, na cal do muro dos celleiros, o nome do descobridor da America: não se sabe bem se por este ter vivido na casa demolida, se por haver O distinto escritor e jornalista Visconde de Meireles, que em 1913 visitou esta ilha, publicou no Heraldo da Madeisra de Março e Abril do mesmo ano, alguns artigos advogando com eloquência a ideia da reconstrução da casa onde residiu Cristovão Colombo no proprio local em que ela se erguia outrora. Desapareceria a travessa que hoje tem o nome do grande navegador, e a rua do Sabão passaria a denominar-se de Cristovão Colombo. A casa reconstruída seria destinada a um museu de character regional e tornar-se-ia um centro de atracção para os visitantes estrangeiros, especialmente os norte-americanos, que não deixariam de visitar e examinar com religioso carinho o logar em que porventura se elaborou e desenvolveu o grandioso projecto da descoberta da sua America. O caso não seria novo, pois varios edificios historicos se têm reconstruído no estrangeiro, destinados a perpetuar a memoria de acontecimentos ou pessoas notaveis, que convinha tornar mais memoraveis e duradouros. Da antiga casa de Colombo, poderíamos assim chamar-lhe, restam felizmente algumas fotografias, e mais ainda a celebre janela gotica, profusamente reproduzida pela gravura em numerosos livros, publicações e revistas. A architectura e a arte fariam o resto. Aqui deixamos registado o pensamento do visconde de Meireles, que talvez num futuro proximo se torne ainda uma eloquente realidade.

Essa interessante janela existe hoje (1940) artistica e devotadamente colocada nos jardins da magnifica Quinta da Palmeira, no Caminho da Levada de Santa Luzia, propriedade do inteligente e benemerito

industrial Henrique Hinton, que ali conserva com a maior veneração e aprêço aquela preciosa reliquia do passado.

Fica acima sucintamente exposta a correlação existente entre a vida de Cristovão Colombo e a historia da Madeira, no que particularmente diz respeito ao casamento e á estada do grande navegador neste arquipelago. Nos ultimos anos, porém, vieram novos trabalhos de investigação histórica tornar mais intima essa correlação e oferecer assunto para interessantes e demorados estudos que a estreiteza do espaço de que dispomos e uma comprovada falta de competencia nos inibe absolutamente de o fazer.

No entretanto diremos que depois de terem aparecido nos anos de 1928 e 1929 os dois curiosos livros de Patrocínio Ribeiro e de Pestana Junior, intitulados A Nacionalidade Portuguesa de Christovam Colombo e Cristóbal Colom ou Simão Palha, em que os seus distintos autores pretendem provar que o ilustre descobridor da America era de nacionalidade portuguesa, foram publicados os dois não menos curiosos volumes subordinados ás epigraphes de Salvador Gonçalves Zarco (Cristóbal Colon) e Cristobal Colon Salvador Gonçalves Zarco Infante de Portugal, devidos respectivamente á pena de G. L. dos Santos Ferreira e Antonio Ferreira de Serpa e de Artur Lobo de Avila e Saul dos Santos Ferreira, tentando-se neles demonstrar, com habil dialectica mas com argumentos pouco convincentes, que o grande navegador era filho ilegitimo do infante D. Fernando e duma neta de João Gonçalves Zargo. É sabido que D. Fernando, herdeiro e sucessor do infante D. Henrique no grão-mestrado da Ordem de Cristo, teve interferencia muito directa no govêrno do nosso arquipelago, que “no espirital” pertencia a essa ordem, e desnecessario será dizer que Gonçalves Zarco a que aqueles autores se referem é o primeiro capitão-donatario do Funchal e o mais ilustre iniciador da primitiva colonização madeirense.

Embora se possa discordar das conclusões a que chegaram os referidos autores, é de justiça confessar que os seus livros se lêem com grande aprazimento de espirito, encontrando-se neles alguns elementos, que podem aproveitar bastante á historia deste arquipelago.

Colonia (Contrato de). Quando o proprietario ou o “senhorio” duma terra não pode ou não quere cultivá-la por sua conta, entrega-a a outra pessoa com a condição desta lhe dar a demidia das produções da mesma terra. Neste contrato, muito em uso na ilha da Madeira, o colono, isto é o parceiro agricola que

cultiva a terra recebe também metade das aludidas produções ou rendimentos, mas ficam a seu cargo tôdas as despesas exigidas pelas culturas. Quando há harmonia entre o colono e o senhorio, este concorre, em geral, com metade das aguas de irrigação, dos adubos e do enxôfre, mas isto representa uma condescendencia, e não uma obrigação imposta ao mesmo senhorio pelo contrato de colonia.

Denominam-se bem-feitorias as casas, cabanas, calçadas, paredes, latadas, plantas uteis e arvores que existem na propriedade. Estas bem-feitorias podem pertencer ao senhorio ou ao colono, e, porisso se menciona sempre nas escrituras de parceria agricola o que é que o colono recebe no acto de tomar conta da propriedade.

Se na terra de senhorio existe uma casa, o colono recebe o nome de caseiro; se ela não existe, recebe o nome de meeiro.

O proprietario pode excluir o colono, pagando-lhe antecipadamente as bem-feitorias devidamente autorizadas, e ainda aquelas que foram feitas com o fim exclusivo de acrescentar ou melhorar os rendimentos da propriedade; o colono pode vender ou hipotecar as mesmas bem-feitorias, sem que precise para o fazer de autorização do dono da terra.

Nenhum colono pode levantar predios ou fazer quaisquer outras bem-feitorias de vulto sem autorização por escrito do senhorio, sendo-lhe vedado igualmente realizar as colheitas sem comunicação previa ao mesmo senhorio, ou a quem legitimamente o representar. Alguns proprietarios limitam-se a exigir a partilha da produção sacarina, do vinho, etc. arrendando ao colono a parte que lhes viria a pertencer nas pequenas culturas.

O contracto de colonia não se extingue pela morte dos estipulantes, nem também pela venda da propriedade ou das bem-feitorias a outras pessoas.

No Pôrto Santo há terras que pagam quintos e oitavos aos senhorios, em virtude do alvará de 13 de Outubro de 1770, mas este beneficio não é geral, pois que outras há naquela ilha, que estão sujeitas á demidia, semelhantemente ao que se dá na Madeira.

O contrato de colonia, peculiar ao arquipelago da Madeira, é no entender do dr. Azevedo, uma viciação de contrato de sesmaria (V. este nome), e surgiu no seculo XVI, subordinado ao morgadio. “O sesmeiro rico,

diz o mesmo autor, enfastiou-se da vida campezina, ufanou-se de sua originaria fidalguia, e apeteceu vivenda de mais aparato e bulicio; despresou, porisso, a terra, vinculou-a, na mira de assegurar-se dos reditos della; contractou-lhe a cultura com os colonos livres, mediante a demidia, ou, por partes, o terço dos fructos, para manter-se em ocioso gaudio; abandonou as suas fazendas; e veiu assentar residencia, luxuosa e desperdiçada nas povoações, principalmente no Funchal, Machico, Santa Cruz, Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava.-Eis a origem historica desse fatal contracto, a que se deu o nome de colonia; contracto leonino, que, por effeito da lesão enorme em que labora, extenuou a força productiva do agricultor, e, combinado com a vinculação da terra, veiu depois empobrecer tambem o ex-sesmeiro, morgado nella”.

Bibliografia. Muitos artigos tem publicado a imprensa funchalense acêrca do contrato de colonia, alguns dos quais mereceriam neste logar menção especial, se neste momento nos fôsse possivel fazer uma selecção desses numerosos escritos. Apenas apontaremos alguns folhetos, que podem ser consultados com vantagem sôbre este assunto. São eles

Observações sobre o contrato de colonia da Madeira, por José Pereira Sanches e Castro, juiz de direito da comarca ocidental do Funchal, Funchal, 1850, de 12 pag., a que o anotador das Saudades da Terra chama o mais autorizado escrito sôbre o assunto;

O contrato de colonia, por João de Sant’Ana e Vasconcelos, 1855, de 17 pag.;

O contrato de colonia na Ilha da Madeira, por João Agostinho Perri da Camara Lomelino, Funchal, 1889, de 40 pag.;

Projecto de lei regulamentar do contrato de colonia ou parceria agricola na ilha da Madeira, por J. R. Trindade e Vasconcelos e José Antonio de Almada, Funchal, 1867, de 40 pag.;

Observações sobre a situação economica da ilha da Madeira, por Antonio Correia Heredia, Lisboa, 1888, de 96 pag.;

A questão da propriedade na Madeira Discursos pronunciados na camara dos deputados... por Manuel José Vieira, Funchal, 1888, de 20 pag.;

A imprensa e os tres projectos sobre colonia, venda de aguas do estado e autonomia da Junta Agricola... Funchal, 1916, de 197 pag.;

O contrato de Colonias na Madeira por Pedro Pita, Lisboa, 1929, de 84 pag.. Também se ocuparam desta importante materia as Saudades da Terra e a Epocha Administrativa.

Colvocoress (Lieut. Gio. M.) E.: Four years in the government exploring expedition commanded by captain Charles Wilkes to the Island of Madeira, Cape Verdes, Brazil...; New-York, 1858 (20. edição).

Comandantes Militares. Os capitães-donatarios (1420-1580), os governadores gerais (1580-1640) e os capitães-gerais (1640-1834), que eram autoridades superiores do arquipelago, exerciam cumulativamente as funções civis e militares, passando desde 1834 a serem dois cargos independentes e com atribuições inteiramente distintas, embora por vezes desempenhados pelo mesmo individuo, sendo então um dos cargos exercido com caracter de breve interinidade. Damos em seguida a lista dos comandantes militares, com a indicação do ano em que começaram o seu govêrno, suprimindo, por brevidade, os nomes dos muitos oficiais do exercito que exerceram passageira e interinamente este logar:

Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque (1834), Antonio de Padua da Costa (1836), Barão de Lordelo (1838), Manuel José Julio Guerra (1847), Antonio de Padua da Costa (1847), José Teixeira Rebêlo (1853), José Antonio de Sequeira (1853), José Gerardo Ferreira Passos (1854), Antonio Rogerio Gromicho Couceiro (1856), José Maria Baldy (1858), José Herculano Ferreira da Horta (1859), D. Luiz de Mascarenhas (1861), José Julio do Amaral (1861), Jacinto Augusto Camacho (1868), José Ribeiro de Mesquita (1869), Antonio Augusto Macedo e Couto (1870), Alexandre Cesar Mimoso (1878), Antonio Ferreira Quaresma (1881), Vasco Guedes de Carvalho e Meneses (1881), José Maria Lage (1884), Domingos Alberto Cunha (1888), Antonio Maria Celestino de Sousa (1894), Fernando Rodrigues do Rêgo (1896), João Francisco Regis do Rio Carvalho (1899), José Pedro Kukenbuk de Vilar (1900), Joaquim Maria Alves (1903), José Joaquim Bettencourt da Camara (1905), Joaquim Maria Alves (1906), Valeriano José da Silva (1910), José Justino Botelho Moniz Teixeira (1911), João Alfredo de Alencastre (1915), José de Sousa da Rosa Junior (1917), Luiz Correia Acciaioly de Meneses (1918), José Marceliano da Silva Pereira (1918), Alvaro Nobre da Veiga (1919),

João Maria Ferraz (1920), Aires Luiz de Castro (1924), Ricardo José de Andrade (1925), José Maria de Freitas (1927), Vasco Crispiniano da Silva (1930), José Maria de Freitas (1931), general Adalberto Gastão de Sousa Dias, no Movimento Revolucionario, (1931), Jaime Sepulveda Rodrigues (1931), Antonio Tomás de Aquino Tavares (1933), Carlos Alberto Gonçalves Marques (1935), Frederico de Magalhães de Meneses Vilas Boas Vilar (1937), Francisco Silvestre Varela (1938), João Pedro da Silva (1940), e Francisco Silvestre Varela (1940).

Devemos advertir que não fazemos aqui distinção entre as denominações de governador militar, comandante da divisão, comandante militar e comandante da sub-divisão, que tôdas representam o mesmo cargo e que incluímos sob o nome generico de comandantes militares.

Pela organização actual (Decreto de 8 de Abril de 1940), o cargo de comandante militar da Madeira será exercido por um brigadeiro ou coronel, que dispõe como auxiliar directo um oficial ás ordens e exerce a sua acção por intermedio duma secretaria, chefiada por um capitão de qualquer arma, de um adjunto e um arquivista e dois sargentos amanuenses.

Comarcas V. Administração Judicial e Organização Judicial.

Combate (O). Publicaram-se 73 numeros deste jornal, tendo saído o primeiro numero a 14 de Janeiro de 1890 e o ultimo a 16 de Outubro do mesmo ano.

Comet (The). Jornal publicado na lingua inglêsa, de que saíram 4 numeros, sendo o primeiro a 5 de Dezembro de 1882 e o ultimo a 30 do mesmo mês e ano.

Comissão de Viticultura. Teve a sua sessão de instalação a 6 de Setembro de 1909 e fiscaliza a produção do vinho generoso da Madeira, organiza estatisticas, etc.. Foi criada pelo artigo 31. da Lei de 18 de Setembro de 1908 e reformada pelo Decreto de I de Outubro do mesmo ano. O primeiro regulamento vinicola da Madeira é de 11 de Março de 1909.

Comissão Distrital. As Comissões Distritais vieram substituir as Juntas Gerais quando estas foram extintas pelo Decreto de 6 de Agosto de 1892. Tinham pelos codigos de 1895 e de 1896 atribuições do contencioso administrativo, e eram compostas do Governador Civil, presidente, do Auditor Administrativo e de três vogais eleitos por delegados das Camaras Municipais.

A Comissão Distrital do Funchal deixou de existir com a organização e atribuições de que fala o codigo de 1896, depois que pelo decreto de 8 de Agosto de 1901 foi aplicada a este Distrito a organização especial facultada aos distritos açoreanos pela lei de 12 de Junho de 1901.

“As Comissões Distritais de que falam os codigos administrativos de 1878 e 1886 eram compostas de três procuradores nomeados pelas Juntas Gerais na sua primeira reunião depois de eleitas, não passando portanto de simples delegadas destas corporações.”

A lei de 7 de Agosto de 1913 conferiu ás Comissões Executivas (antigas Comissões Distritais) delegadas das Juntas Gerais, competencia para julgar as contas das gerencias das irmandades, confrarias, etc., e aprovar os orçamentos destas corporações.

Comissão Municipal Constitucional. Em 5 de Julho de 1834 reuniram-se nos Paços do Concelho os membros da governança a fim de elegerem uma comissão destinada a substituir os vereadores nomeados no tempo da usurpação. Os cidadãos eleitos foram os seguintes: Luiz Teixeira Doria, presidente, Valentim Leal, vice-presidente, João Francisco de Florença, Luiz de Ornelas e Vasconcelos e Tristão Joaquim Bettencourt da Camara. As funções desta comissão duraram até 20 de Outubro de 1834.

Comissariado de Policia Civil do Funchal. Instalou-se no dia 1 de Setembro de 1878. O primeiro comissario de policia foi Pedro de Alcantara Góis, nomeado em 1877, mas que exercia desde 3 de Agosto de 1864 o cargo de director da policia do Funchal.

V. Policia.

Comissarios dos Provedores dos Concelhos. Havia-os em 1834, em virtude dum alvará do Prefeito da Provincia, mas duraram pouco tempo. Desempenhavam funções policiaes nas freguesias, e tinham sob as suas ordens os cabos de policia.

Commercio da Madeira (O). Começou a publicar-se a 17 de Dezembro de 1896 e suspendeu a 20 de Julho de 1897, saindo 79 numeros.

Commercio do Funchal (O). Começou a publicar-se a 15 de Novembro de 1866 e suspendeu a 9 de Fevereiro de 1867, dando 13 numeros, sendo seu principal redactor o conego Abel Martins Ferreira.

Commercio do Funchal. Publicação mensal, do que saiu o primeiro numero a 15 de Maio de 1910 e o numero 4, que foi o ultimo, a 15 de Agosto do mesmo ano.

Companheiros de Zargo. Interessante seria dar-se uma noticia, embora sumária, dos que compartilhando dos riscos e perigos dum povoamento em terras distantes e em circunstancias desconhecidas, deixaram a patria, atravessaram o oceano e vieram iniciar a ardua colonização do arquipelago madeirense. Por informações colhidas em antigos nobiliarios e ainda em outras fontes manuscritas, organizou o dr. João Pedro de Freitas Drumond no primeiro quartel do seculo passado uma relação de alguns individuos que acompanharam João Gonçalves Zargo ou ao menos foram seus contemporaneos nos trabalhos desse primitivo povoamento. Podem citar-se os nomes de Gonçalo Aires Ferreira, Francisco Carvalho, João Lourenço, Rui Pais, João Afonso, Antonio Gago, Lourenço Gomes, Francisco Alcoforado, Vasco Delgado, Alvaro Afonso, Aires Lordelo, Vasco Esteves, Manuel Afonso de Sanha e João do Prado. Muitos destes individuos obtiveram terras de sesmaria, posteriormente vinculadas, constituindo os patrimonios duma grande parte dos morgadios que em grande numero se instituíram nesta ilha. Foram troncos de antigas familias, que no decorrer do tempo enriqueceram e adquiriram foros de

nobreza.

Companhia de Pescarias. Existia uma no Funchal em 1792, criada por iniciativa de Eduardo Watts, mas supomos que teve curta duração, e em 21 de Novembro de 1822 fundou-se nesta cidade uma sociedade piscatoria, que desapareceu dois anos depois, por haver dado prejuízo aos seus membros.

Companhia Fabril de Açúcar Madeirense. Só nos últimos trinta anos é que o espirito associativo lançou algumas fracas raízes neste solo ingrato da Madeira, onde também as grandes iniciativas industriais, comerciais ou agrícolas têm fracassado ou arrastado uma vida quasi sempre assediada por dificuldades de toda a ordem. São muitos os exemplos e entre eles destaca-se notavelmente o da fundação da Companhia Fabril de Açúcar Madeirense.

Em 1852 o *Oidium Tuckeri* havia causado os maiores estragos nos vinhedos madeirenses e reduzido a produção vinícola a proporções limitadíssimas. Seguiu-se uma terrível crise económica, que é considerada como uma das maiores calamidades que têm assolado este arquipélago. Logo se pensou no ensaio de novas culturas agrícolas. A cana de açúcar, que só temporariamente deixara de cultivar-se na Madeira, e que em épocas passadas fôra uma das suas melhores fontes de receita, passou a ser mais intensamente cultivada e dentro de pouco tempo constituiu um novo e poderoso elemento de riqueza.

Ao desenvolvimento dessa importante e remuneradora cultura, deveria corresponder a industria do fabrico do açúcar e destilação de aguardentes que entre nós sempre fôra muito deficiente e na época a que nos referimos completamente impropria para satisfazer ás necessidades da ocasião. Foi então que apareceu o dr. João da Camara Leme Homem de Vasconcelos, talvez o mais ilustre filho da Madeira, com a arrojada iniciativa da fundação dum grande estabelecimento industrial, destinado a converter a materia prima da cana sacarina em açúcares e aguardentes, empregando para isso os melhores processos que ao tempo se usavam, especialmente em França.

Foi a 27 de Junho de 1866 que se lançaram as bases da criação da companhia, que deveria levar a cabo a realização daquela benemerita empresa. Um decreto de 10 de Abril de 1867 aprovou os estatutos da Companhia Fabril de Açúcar Madeirense e autorizou a fundação do seu estabelecimento fabril e industrial. Surgiram varias e por vezes insuperaveis dificuldades, e sómente a 20 de Julho de 1870 é que o dr. Camara

Leme saiu da Madeira, a fim de contratar a construção dos aparelhos e maquinismos da nova fabrica. A 23 de Março de 1873 fêz-se a solene e definitiva instalação do grande estabelecimento industrial, que revestiu a maior imponencia e a que presidiu o prelado diocesano e nosso ilustre patricio D. Aires de Ornelas de Vasconcelos.

A nova emprêsa não correspondeu á espectativa geral. Erros graves de administração, e mais ainda uma guerra desleal e encarniçada movida á direcção da companhia, a que não foi estranha a politica local, fizeram sossobrar, dentro de poucos anos, a grandiosa iniciativa do dr. João da Camara Leme, depois conde de Canavial. Bom é frisar neste lugar que, a pesar de tudo quanto se disse na imprensa e fora dela, o dr. Camara Leme saiu incolume desse tremedal de acusações e calunias em que pretenderam lançar a austeridade do seu nome prestigioso.

Publicaram-se varios opusculos e na imprensa jornalistica se debateram muitas questões relacionadas com a função e administração da Companhia Fabril de Açucar Madeirense.

Companhias de Seguros. Varias tentativas se fizeram para a fundação duma companhia de seguros nesta cidade, mas tôdas elas se malograram, sendo apenas em 1891 que essa ideia se realizou com a fundação da Companhia Aliança Madeirense, de que já nos ocupámos neste Elucidario em artigo especial, por ser a primeira que se conseguiu organizar entre nós.

Um folheto impresso em 1877 com o titulo de Companhia de Seguros Madeirense, dá-nos noticias duma dessas infrutuosas tentativas. Chegou a ser constituída uma comissão instaladora, que realizou varios trabalhos para execução do mandato que lhe fôra confiado, mas a companhia não pôde organizar-se, por motivos que de todo ignoramos. Mais tarde, e anteriormente a 1891, outras tentativas se fizeram, que também se malograram.

Em 1906 fundou-se no Funchal uma nova companhia de seguros, denominada Garantia Funchalense, que tem progredido sensivelmente e se encontra em estado prospero.

Companhias Vinícolas. V. Associação Vinícola da Madeira.

Comunicações com a Metropole. Nos primeiros anos decorridos após a descoberta do arquipélago e nos tempos primitivos da colonização, eram pouco frequentes as comunicações com a metrópole. Num artigo manuscrito se lê “que el-rei e o infante (D. Henrique) tinham notícias da ilha de anno a anno pelo verão, porque naquelles principios se não navegava no inverno.. “ O aperfeiçoamento da arte de navegar e o rapido desenvolvimento comercial e agricola da Madeira, tornaram menos raras essas comunicações, não só com o continente do reino, mas, de modo muito especial, com alguns portos da Europa. O numero consideravel de forasteiros nacionais e estrangeiros aqui atraídos pela fama da grande fertilidade do solo, estabelecendo-se no Funchal e adquirindo avultados meios de fortuna, contribuiu para o alargamento e frequencia dessas comunicações, que já não eram muito raras no meado do seculo XV, e que se podiam chamar frequentes nos principios do seculo seguinte. O comercio do açúcar, e depois a exportação dos nossos vinhos, que em breve adquiriram uma reputação mundial, tornaram a Madeira um importante emporio comercial, e, conseqüentemente, o Funchal um pôrto procurado com frequencia por muitas embarcações para o transporte daqueles produtos. O mesmo se não dava com as relações maritimas entre este arquipélago e a metrópole. Embora menos raras do que nos tempos primitivos da colonização, não chegaram nunca a ser muito frequentes. Os prelados desta diocese e os governadores e capitães-generais transportavam-se quasi sempre á Madeira, em navios do estado, não tanto devido á categoria do cargo, como á escassez de embarcações que os conduzissem.

No meado do seculo XIX só um navio português o Galgo, fazia viagens regulares entre a Madeira e Lisboa, mas já a esse tempo tocavam tanto aqui como na capital, os vapores da Royal Mail Steam Company, da Compagnie Franco-Americaine e da Peninsular Steam Navegation Company. O Galgo era um barco de vela de 250 toneladas e com excelentes acomodações para passageiros, que todos os meses visitava a Madeira, gastando na viagem 4 a 5 dias.

O Comet, de 260 toneladas, e o Eclipse, de 246, eram dois navios veleiros ingleses que visitavam com regularidade a Madeira e que tinham sido construídos expressamente para navegar entre a Inglaterra e esta ilha, e além deles tocavam também aqui os navios de vela da African Steam Ship Company, que faziam viagens entre Plymouth ou Liverpool e a costa ocidental de Africa. Os vapores da Royal Mail já em 1838

tocavam na Madeira (V. Carvão de pedra).

Em 1858 havia um vapor inglês, a Barão de Catters, que fazia viagens regulares unicamente entre Lisboa e Madeira, e no ano imediato principiaram estas viagens a ser feitas pelo vapor português Visconde de Atoguia, ao qual se seguiram o Lusitania, o Lisboa em 1862 e o Maria Pia em 1863. Os vapores da carreira de Africa já em 1862 tocavam com regularidade no Funchal.

Conceição. Sitio da freguesia do Estreito da Calheta, onde existe uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, construída em 1673 por André de França e Andrade e que foi sede dum dos maiores morgadios da Madeira, tendo sido ultimo representante desta casa vinculada Diogo de Ornelas de França Carvalho Frisão Figueiroa, 11. visconde e conde da Calçada. (Vide este nome).

Conceição. Sitio da freguesia da Ribeira Brava, que tomou o nome da capela desta invocação ali existente e cujo fundador e ano de construção são desconhecidos.

Conceição. Sitio povoado da freguesia de São Roque do Funchal. Encontra-se neste sitio uma capela consagrada a Nossa Senhora da Conceição, construída no ano de 1700 pelo conego Antonio Lopes de Andrade.

Conceição. (Baixa da). Próximo do Ilhéu da Lapa, na costa marítima da freguesia do Campanario, fica um baixio conhecido por aquele nome.

Conceição (Largo da). É vulgarmente chamado Largo das Babosas. A nova denominação provém-lhe da capela de Nossa Senhora da Conceição ali erigida no ano de 1906, especialmente destinada a comemorar o semi-centenario da definição do dogma da Imaculada Conceição e que ficou sendo conhecida

pelo nome de Capela-Monumento. Ao comendador Luiz Betencourt Miranda, secretario da Camara Municipal do Funchal, se deve principalmente a erecção desta Capela. Deste largo desfruta-se uma surpreendente vista sôbre a Ribeira de João Gomes e Curral dos Romeiros.

Conceição de Cima (Igreja da). V. Santa Clara (Igreja de).

Conceição e Sousa (José Elias da). Oficial de infantaria, natural da India e que esteve alguns tempos na Madeira. Faleceu em Portugal em 1918. E.: Descrição geral do Archipelago da Madeira e noticia sobre as instituições de beneficencia do Funchal... para commemorar a visita de Suas Magestades os Reis de Portugal a esta ilha, Funchal, 1901, de, 56 pag.. Só apareceu a primeira parte desta obra.

Concelho (Pico do). Fica na região setentrional da Ilha do Pôrto Santo, para o lado de leste, não atingindo 300 metros a sua maior altitude.

Concelhos. As três capitánias em que foi dividido o arquipelago da Madeira tinham como autoridade superior na administração das cousas publicas os capitães-donatarios, que exerciam um poder quasi absoluto e julgavam todas as causas crimes, “saluo em semtemcia de morte ou talhamento de membro”. O cerceamento da jurisdição e amplas regalias que eles desfrutavam (V. Donatarios), começou com a criação dos municipios. Os primeiros criados foram os das sedes das três capitánias: Funchal, Machico e Pôrto Santo, pelo ano de 1451. Dentro da capitania e municipio do Funchal se criaram em 1501 a vila e municipio da Ponta do Sol, e quasi pela mesma epoca o municipio e vila da Calheta. Na área da capitania e municipio de Machico se criou em 1515 a vila e municipio de Santa Cruz. Nos principios do seculo XVI, havia pois, neste arquipelago, os municipios ou concelhos do Funchal, Machico, Pôrto Santo, Ponta do Sol, Calheta e Santa Cruz, que eram ao mesmo tempo vilas, com excepção do primeiro, que em 1508 fôra elevado á categoria de cidade. Passado mais dum seculo, no ano de 1743, um novo municipio se criou: o de São Vicente. Em 1832 criaram-se os concelhos de Sant’Ana, Camara de Lôbos e Pôrto do Moniz, mas que somente depois do estabelecimento do govêrno constitucional é que foram instalados definitivamente. Finalmente em 1914 foi criado o concelho da Ribeira Brava. São, pois, onze os concelhos deste distrito:

Funchal, Machico, Pôrto Santo, Ponta do Sol, Calheta, Santa Cruz, São Vicente, Camara de Lôbos, Sant'Ana, Pôrto do Moniz e Ribeira Brava.

As antigas denominações de vila, municipio ou concelho, eram sinonimos da nossa antiga legislação, ao menos na sua aplicação á Madeira, mas o mesmo se não dá no direito moderno do periodo constitucional, em que vila e concelho ou municipio representam cousas muito distintas. E, assim temos que Camara de Lôbos, Sant'Ana e Pôrto do Moniz são apenas concelhos ou municipios, e não vilas, pois não existe nenhuma lei ou decreto especial que os tivesse elevado a esta categoria, havendo no entretanto no continente varias vilas que não são cabeças ou sedes de concelho.

V. Organização Administrativa.

Concharéu (*Patella vulgata*, var. *Candei*). É a lapa que hoje abunda nas ilhas Selvagens e que se acha quasi extinta na Madeira. Assim a chamam os pescadores e o caçador de cagarras que lhe utiliza a concha, pelo seu grande tamanho e bordos cortantes, na raspagem da pele de porcos. Preenche o mesmo fim que a chamada pedra de porco, calhau de basalto muito vesicular, que pela aspereza também se presta á raspagem daqueles animais. Esta lapa tem a forma de capacete de viajante e interior muitas vezes forrado de um lindo amarelo gema-de-ovo.

Conchas. Esta palavra tem na Madeira, como aliás noutras partes, significação restrita, designando somente os involucros calcareos dos moluscos marinhos de duas valvas, conhecidos entre os autores por lamelibrânquios ou pelecípodos. Aos de uma só valva, ou gasterópodos, se são marinhos e não muito pequenos, chamam em geral buzios; e se são terrestres ou de agua doce, na maior parte das vezes caracois. (V. Busio e Caracois).

Dentre os moluscos do mar, vivem uns na zona das marés; outros, e esses são a grande maioria, nas aguas mais ou menos profundas, sôbre areia ou iodo, ou nos fundos onde abundam as corralinas, essas formas estranhas de algas calcareas, que mais parecem pedras do que plantas.

Na primeira destas zonas são raras as bivalvas; encontram-se, no entanto, a *Cardita caliculata*, a *Lasaea rubra* e algumas outras de pequeno porte, habitando os recessos da rocha, ou cobertas pelas algas. Nesta mesma região vivem, entre as univalvas, duas ou três espécies de *Littorina*, quatro espécies de *Patella*, estas últimas todas comestíveis (V. Lapas); a *Haliotis tuberculata*, lindamente forrada de madre-perola; várias espécies de *Trochus*, uma das quais, o caramujo (*Trochus colubrinus*), é comestível e procurada como isca para peixe; a *Mitra cornicula*, a *M. zebrina*, a *Columbella cribraria*, a *C. rustica*; nas pôças, o pequeno *Fossarus ambiguus* e a diminuta *Rissoa picta* abundam por vezes em determinados pontos, como Baixa Larga e Pôça do Governador, a leste da Ponta da Cruz.

Merece referência especial, entre os gasterópodos deste nível, um buzio de aparência humilde, a *Purpura haemastoma* ou Buzio de marcar roupa, aproveitado como marisco pela gente do povo, e notável por ser provido de uma glandula que segrega certa substância tintoria, susceptível de dar uma bela cor de purpura. A essa glandula, que é mal cheirosa, caustica e muito amarga, chamam por este motivo fel de buzio. Sabe-se que este molusco foi utilizado pelos antigos romanos e outros povos na tinturaria daquele rico e famoso tecido Ba purpura, mas há muito já que deixou de ter aplicação industrial; no entanto, ainda nestas ilhas um ou outro indivíduo lhe utiliza a propriedade tintureira na marcação da roupa branca, talvez por um velho costume tradicional que, de resto, dia a dia tende a desaparecer. O processo consiste simplesmente em embeber a extremidade de uma varinha na substância viscosa da glandula e desenha sobre o tecido os sinais ou letras desejadas expondo-as seguidamente à acção directa dos raios solares. A cor, de amarelo citrino que era, passa ao verde com vários cambiantes, por fim ao violeta avermelhado ou anegrado conforme a espessura da camada empregada ficando o traço indelevelmente impresso. O fel de buzio é também usado na cura de impigens.

Na região costeira imediata á das marés pode encontrar-se a elegante *Pinna rudis* vulgarmente chamada leque, e que é a maior bivalva conhecida destas ilhas; ou o grande e espesso *Spondylus Powellii*, solidamente aderente ás rochas por uma das valvas, além de muitos buzios em que figuram, com outros, os generos *Triton*, *Cypraea*, *Pleurotoma*, *Nassa*, *Columbella*, *Murex*, não falando nas minuscula formas do genero *Rissoa*, o que mais largamente está representado nestes mares e do qual há registadas cerca de 30 espécies.

Avançando mais em profundidade, pode-se colher nos fundos de nuliporas, abundantes na baía do Pôrto Santo, imediações do Caniçal e Garajau, e outros pontos do sul e norte Madeira, diversas e graciosas

especies Pecten, como *P. pusio*, *P. Jacobaeus*, *P. corallinoides*, *P. pes felis*; as lindas conchas do genero Venus, entre elas *V. casina*, *V. verrucosa*, *V. chione*; o aveludado *Pectunculus glycymeris*; a Lima squamosa, de nivea apparencia; o *Cardium tuberculatum*, *C. norvegicum*, *C. aculeatum* e muitos outros mais que não são difíceis de alcançar onde o fundo é plano e apto para o funcionamento de uma draga. Entre as numerosas univalvas vêm-se, além dos já citados, os generos *Trochus* (*Zizyphinus*) *Turbo*, *Bittium* *Cerithiopsis*, *Scalaria* assinalada com 15 especies, *Aclis* com 6, *Odostomia* com 22, *Eulima* com 12, *Ranella*, *Natica*, *Ringicula*, *Bulla*, *Philine*, *Limacina* e muitos outros, alguns dos quais não são raros no fundo lodoso do porto do Funchal.

Mais além, na zona dos corais, é abundante uma especie de ostra não comestivel, a *Ostra cochlear* de concha diversamente corada. Aí vive, com a *Chama gryphoides* a *Avicula hirundo* de contôrno gentil e interior nacarado, proxima parenta da concha das perolas e que, como fruto estranho, pende dos ramos das chamadas arvores do mar (*Gorgonia verrucosa*). Em fundos de cêrca de 90 braças localiza-se a curiosa *Venus effossa*, em sitios diversos como as Pontas de S. Lourenço e Garajau, e cercanias do Ilhéu de Cima, no Pôrto Santo, e entre as univalvas desta zona mais profunda, merecem citar-se a rara *Mitra exilima*, dragada ao oeste do Garajau, o *Trophon Loweii*, o *Murex babelis*, as especies pelagicas dos generos *Atlanta*, *Limacina*, *Cavolina* e *Clio*, cujos esqueletos se depositam por miriades no fundo do oceano, além de muitas outras que seria longo enumerar.

Sôbre a grande praia do Pôrto Santo arroja o mar inumeras conchas, sobretudo por ocasião das grandes marés da sizígia equinoxial. Apanham-nas mulheres e crianças ás pequenas quantidades, que reunidas se vendem por alqueire aos quinquilheiros do Funchal. Estes revendem-nas a pêso para ornamentação de pregadores, pequenos açafates, vasos de flores, cascatas de jardim, etc..

Em todo o ano se encontram naquela praia, em avultada quantidade, os pelecípodos: *Tellina*, *incarnata*, *Cardium tuberculatum*, *Diplodonta trigonula*, *Donax venustus*, *Anphidesma*, *castanea*; e menos numerosos: *Arca tetragona*, *Pecten pusio*, *Thracia papyracea*, *Diplodonta rotundata*, *Lucina divaricata*, *L. reticulata*. O mixilhão (*Mytilus edulis*), especie exotica, também aporta àquela ilha, ainda que raras vezes, trazido de longe pela corrente maritima, sôbre pedaços de madeira ou de cortiça. Os gasterópodos rolados sôbre a areia, não são em maior numero e, mais ou menos interessantes, registam-se entre outros: *Emarginula fissura*, *Trochus Bertheloti*, *Rissoa cancellata*, *Bittium depauperatum* e *B. incile*; as especies pelagicas *Janthina communis* e *J. pallida*, muitas vezes aderentes á hidromedusa *Velella limbosa*, particularmente

quando o vento forte sopra do largo; varias especies de Solarium;

Triton reticulatus, Ranella marginata, R. scrobiculator, R. Thomae; finalmente o lindo e raro Cassis crumena e o vulgar C. sulcosa, este ultimo chamado o buzio de chave, no Pôrto Santo, porque os naturais daquela ilha o atam ás chaves que trazem no bôlso, evidentemente para evitar que estas se extraviem.

Além das duas classes citadas, os anfineuros e cefalópodos têm representantes nestes mares. Entre os ultimos, aparece a Spirula Peronii, cuja concha o mar em certos momentos depõe aos milhares sôbre a praia do Pôrto Santo, sem que uma só vez se tenha encontrado o respectivo animal, tão raro que nos museus de todo o mundo só se conta um pequenissimo numero de exemplares, embora a especie esteja espalhada por todos os oceanos; e, raramente, naquela mesma ilha, a bela concha da femea do Argonauta argo. (V. Cefalópodos).

Na Madeira não se aproveita como alimento nenhum molusco indigena de duas valvas, embora muitos deles sejam saborosos. Em compensação, certos univalvos e cefalópodos são comestiveis.

Para o estudo do folclore do Pôrto Santo, é talvez digna de interêsse a nomenclatura usada naquela ilha, mormente pelas crianças, para designar as conchas mais vulgares ou que mais simpatia lhes merecem. São brinquedos na verdade atraentes e baratos, que apenas custam o trabalho, já de si uma diversão, de os procurar no extenso areal da praia.

Eis a nomenclatura:

Pinna rudisbleque.

Pecten flexuosus, P. corrallinoides. P. Jacobaeus, P. pes-felis e P. solidulus=Leque.

Pecten pusio= Cabra, Cabrinha, Leque.

Lima squamosa=Joeira.

Cardium tuberculatum e C. papillosum = Concha.

Venus verrucosa = Raposa.

Venus chione = Lapa.

Haliotis tuberculata= Peneira.

Trochus (Zizyphinus) zizyphinus e T. (Z.) conulus = Vilão, Vilãozinho.

Triton olearium, T. corrugatus, T. chlorostoma e T. cutaceus = Buzio, Burro ou Burrinho.

Triton nodiferus e T. tritonis=Buzio grande, Buzio de tocar.
 Cassis sulcosa=Boi ou Boizinho de chave.
 Natica porcelana=Ovelhinha.
 Natica variabilis e N. Dillwynii = Caracol.
 Cyparea spurca, C. lurida e C. pyrum = Cachorro ou Cachorrinho.
 Mitra cornicula = Egua, Eguinha.
 Nassa limata = Porquinho.
 Columbella rustica= Boizinho.
 Murex erinaceus= Buzio, Burro ou Burrinho.
 Purpura haemastona = Burra.
 Bulla punctata = Boizinho de freira.
 Spirula Peronii=Rosquilhinha.

Esses nomes pitorescos e infantis, fundam-se na semelhança de forma ou de côr com animais domesticos ou objectos de uso comum. O Zizyphinus, por exemplo, está a lembrar pela sua forma conica e elevada a antiga carapuça do vilão ou camponês madeirense; os diferentes tons da Columbella rustica, em que predomina o alaranjado, recordam o boi daquela terra; a Natica porcellana, de um branco imaculado, e a Haliotis tuberculata, com os seus furos, foram aproximadas respectivamente de uma ovelha e uma peneira; e assim por diante. É também de notar que as expressões concha e buzio têm aqui uma significação limitada a determinadas especies.

Tudo isto, porém, como muitas outras manifestações de character regional, tende a obliterar-se de dia para dia, mercê da fatal evolução que traz aquela ilha mais ao contacto da civilização externa, e que acabará por destruir o que o seu isolamento havia produzido de original.

Confeitaria. A industria do açúcar na Madeira, que nos seculos XV e XVI atingiu um grande desenvolvimento e também um notavel grau de perfeição, determinou a criação da industria da confeitaria, que parece ter sido muito importante entre nós pela quantidade e sobretudo qualidade do seu fabrico, dizendo o dr. Rodrigues de Azevedo que ela foi desde o seculo XVI elevada a verdadeira arte e valiosa industria de exportação, como se mostra em muitos diplomas transcritos nas Saudades da Terra e varios

trechos ali mencionados. Em corroboração desta afirmativa, citamos a oferta do sacro collegio, todo fabricado de alfenim, feita pelo 31. capitão-donatario do Funchal ao pontifice Leão X, como fica descrito a pag. 208 deste Elucidario. O erudito anotador da obra de Frutuoso, volta a ocupar-se do assunto no artigo Madeira do Diccionario Universal Portuguez Illustrado, cujas palavras transcrevemos:

“... a industria da confeitaria, ali criada, principalmente no convento das freiras de Santa Clara, muita desenvolvida no decurso do seculo XVI, e, enfim, tornada verdadeira arte, cujos produtos chegaram a ser valioso ramo de exportação, como alguns diplomas e as Saudades da Terra o attestam”.

Conferencias de S. Vicente de Paulo. As conferencias de S. Vicente de Paulo são sociedades ou agremiações de um reduzido numero de individuos, que as destinam exclusivamente ao socorro dos pobres envergonhados, no seus proprios domicilios. Tem esta cidade três conferencias: a da freguesia de S. Pedro, que se estabeleceu a 10 de Janeiro de 1875, a de Santa Maria Maior instalada a 19 de Julho de 1908 e a de Santa Luzia, a 8 de Dezembro de 1911. No ano de 1913 foram criadas Conferencias nas freguesias suburbanas de S. Martinho, Santo Antonio, S. Roque, Nossa Senhora de Monte e S. Gonçalo, e nas rurais de Machico e Santa Cruz. Em 1914 estabeleceram-se Conferencias nas paroquias de Camara de Lôbos Arco da Calheta, Pôrto do Moniz e Serra de Agua; em 1915 nas freguesias do Pôrto da Cruz, Sant’Ana, Ponta do Sol, Gaula, Camacha e Caniço; e em 1916 nas do Campanario Estreito de Camara de Lôbos.

Há relatorios impressos do movimento destas Conferencias, referentes a diversos anos, sendo o relativo ao ano de 1916 o ultimo que pudemos examinar. O total de receitas e despesas destas Conferencias respeitante ao referido ano de 1916, foi respectivamente de 5 974\$50 e 4:760\$37 escudos.

Dando actualidade ás informações que acima ficam exaradas, diremos que esta cidade tem 6 conferencias: a da freguesia de S. Pedro que se estabeleceu a 17 de Janeiro de 1875,; de Santa Maria Maior, instalada a 19 de Julho de 1908, a de S. Luzia fundada a 8 de Dezembro de 1911, a da Sé estabelecida a 8 de Dezembro de 1927, a de S. Luiz de Gonzaga e de S. João Evangelista, respectivamente organizadas pela Juventude Católica e pelos Estudantes do Liceu.

Existem conferencias, além das acima indicadas, nas freguesias de S. Antonio (4 conferências: duas

paroquiais e duas no sitio do Trapiche e Alecrins); S. Martinho, S. Roque, S. Gonçalo, Monte, Santa Cruz, Gaula, Camacha, Caniço, Machico, Pôrto da Cruz, Camara de Lôbos, Calheta, Pôrto do Moniz, Ribeira Brava, Campanario, Serra de Agua, Prazeres, Paul do Mar, Santana, Faial, S. Roque do Faial, S. Jorge, S. Vicente, Ponta do Sol e Pôrto Santo.

O Concelho Central da Sociedade de S. Vicente de Paulo tem sua sede no Funchal, e é constituído por sete membros, que anualmente publica um relatório do movimento de todas as conferências existentes na Madeira. Do relatório referente ao ano de 1939, extraímos os seguintes dados estatísticos: B Número de Conferências no Arquipélago da Madeira B36. Existem 842 membros activos, 19 aspirantes e 730 subscritores. São visitadas anualmente 671 famílias pobres. Durante o ano de 1939 as Conferências distribuíram esc. 80.507\$50.

A 8 de Dezembro de 1939 foi igualmente constituído o Conselho Central das Conferências Femininas. Existem 10 Conferências Femininas respectivamente no Colegio de S. Luiz (Funchal), Santa Luzia, Santa Maria Maior, Santo Antonio, Camacha, S. Martinho, Sant'Ana Machico, Arco da Calheta e Faial.

Possuem 150 membros activos, 20 aspirantes, 267 subscritores, tendo sido visitadas 164 famílias pobres durante o ano de 1939, ultimo do relatório que consultámos. As mesmas Conferências distribuíram durante o referido ano, a quantia de esc. 10:483\$65.

Congro (Conger vulgaris). Peixe anguilida que frequenta o mar adjacente a estas ilhas. Pescam-no geralmente durante a noite com aparelhos de anzol, fixos ou volantes, como o espinhel e outros. Também é conhecido por safio, e geralmente entre o povo pelas corruptelas congro e seifio.

Congro de Natura. (Conger macrops). Peixe da familia anguilida, muito raro nas aguas madeirenses, onde tem sido colhido á linha, em zona profunda. Distingue-se do congro comum, entre outros caracteres, pela grande dimensão dos olhos e pela carne menos consistente e como que aguada. Em Machico é chamado congro, ou antes cronga, por corruptela.

Connaught (Duque de). Irmão de Eduardo VII rei de Inglaterra. Esteve na Madeira, acompanhado da esposa e filha, em Dezembro de 1905.

Conselheiro (Rua do). O nome completo desta via publica é Rua do Conselheiro Jose Silvestre Ribeiro. Foi aberta na epoca em que este benemerito governador esteve á frente da administração deste distrito, e foi-lhe dado o seu nome como preito de homenagem aos relevantissimos serviços que prestou a este arquipelago. É a rua que pelo ocidente ladeia o Jardim Municipal. Foi há poucos anos prolongada até a rua das Fontes, passando ao lado do “Teatro Manuel de Arriaga”.

Conselho de Distrito. Era um tribunal composto do Governador Civil, presidente, e de quatro vogais nomeados pelo Govêrno sôbre lista triplice proposta pela Junta Geral. Tinha atribuições consultivas e contenciosas, e foi extinto pelo Codigo Administrativo de 17 de Julho de 1886.

Os vogais do Conselho do Distrito venciam de gratificação anual 240\$000 réis, pagos pelo Cofre do Distrito.

Conselho de Prefeitura. Foi criado pelo decreto de 6 de Maio de 1832 e funcionava junto do prefeito da Provincia. O codigo administrativo de 1836, que criou o conselho de distrito, fêz desaparecer o antigo conselho de prefeitura.

Conselho Distrital de Agricultura. Foi criado por decreto de 24 de Dezembro de 1901, e teve a sua primeira sessão (a de instalação) a 16 de Julho de 1904 e a ultima a 1 de Agosto de 1910. Este Conselho, que se ocupava especialmente do fomento agricola da região da Madeira, foi extinto pelo artigo 289 da Lei de 9 de Julho de 1913.

Conselho Municipal. Havia um junto de cada camara municipal, composto de tantos vogais quantos os vereadores. Os vogais do conselho municipal eram os eleitores que pagavam maior cota de decima no concelho.

Os conselhos municipais foram extintos pelo código administrativo de 1878.

Conservador dos Inglêses. Os subditos britânicos residentes na Madeira gozavam, por um antigo tratado, do direito de escolher um juiz para julgá-los no caso de terem de responder por quaisquer questões ou desavenças havidas entre eles e os portugueses. Este juiz, a que chamavam conservador dos inglêses, tinha de ser formado em direito, e a escolha dependia de confirmação do governo português. Segundo uma antiga obra inglesa, o corregedor era sempre o juiz escolhido, costumando a sua imparcialidade ser paga com a gratificação de 400 dólares anuais. Aquele direito dos inglêses, desapareceu pelo tratado de 20 de Julho de 1842, ficando estabelecido, porém, que no caso de algum deles ter de ser julgado nos tribunais portugueses, o júri seria constituído por subditos britânicos e portugueses. Esta disposição há muito que deixou de vigorar.

Conservatorias do Registo Predial. Há no arquipélago da Madeira quatro conservatorias do registo predial: a do Funchal, instalada em 30 de Setembro de 1880, a da Ponta do Sol, criada no mesmo ano, a de Santa Cruz, instalada em 7 de Setembro de 1910 e a de S. Vicente, instalada em 24 de Novembro de 1909.

A conservatoria do Funchal tinha os concelhos do Funchal, Câmara de Lóbos, Pôrto Santo, Santa Cruz, Machico e Sant'Ana, mas pela instalação das conservatorias de S. Vicente e Santa Cruz, ficou reduzida aos três primeiros concelhos; a da Ponta do Sol tinha os concelhos da Ponta do Sol, Calheta, Pôrto do Moniz e S. Vicente, ficando constituída pelos dois primeiros concelhos, pela instalação da conservatoria de S. Vicente; a de Santa Cruz tem os concelhos de Santa Cruz e de Machico, e finalmente a de S. Vicente, tem os concelhos de S. Vicente, Porto do Moniz e Sant'Ana.

O concelho da Ribeira Brava, criado em 16 de Agosto de 1914, pertence á conservatoria da Ponta do Sol.

Antes de 1880, havia na Madeira duas conservatorias: a oriental e a ocidental, aquela constituída pela área da comarca de igual denominação e abrangendo todo o conselho do Funchal, e esta formada pelos restantes concelhos da comarca ocidental.

As Conservatorias Oriental e Ocidental foram estabelecidas em virtude do Regulamento do Registo Predial de 28 de Abril de 1870, aprovado por decreto de igual data. Precederam-nas as conservatorias que tinham sido instaladas numa em cada concelho pelo Bno 11. de Abril de 1867, de harmonia com o decreto de 13 de Fevereiro do mesmo ano, as quais estavam a cargo dos administradores do concelho, tendo sido consideradas extintas pelo decreto de 17 de Dezembro de 1869, que criou conservatorias privativas em tôdas as comarcas.

As conservatorias foram criadas pela carta de lei de 1 de Julho de 1863, mas somente se procedeu á sua instalação no dia 1 de Abril de 1867. Antes de 1863 havia nas administrações dos concelhos os registos de hipotecas e outros, estabelecidos pelos decretos de 26 de Outubro de 1836 e 3 de Janeiro de 1837, e mais providencias correlativas.

Constantino (Padre Manuel). Nasceu na Madeira e morreu na cidade de Roma a 28 de Novembro de 1614. Formou-se em filosofia na Universidade de Coimbra e recebeu o grau de doutor em teologia na de Salamanca. Em Roma foi professor da celebre Universidade da Sapiencia, tendo naquela cidade granjeado o aplauso e a admiração das principais personagens da cúria, pelo seu extraordinario talento e vasta erudição.

Escreveu e publicou varias obras de que faz menção a Bibliotheca Lusitana e das quais citaremos:

Oratio in funere Philippi II, Romae 1599,

De profectone Pontificis in Ferraricus. Civitatem... Romae, 1598,

Historia de origine et principio atque vita omnium regum Lusitaniae... Romae, 1601,

In funere Seraphinae a Portugalia Joannis Brigantiae Ducis filiae... Romae, 1604,

Gratulatio de S. Pontif. Paulo V... Romae, 1607,

Votum primum ad S. S. Virginem pro salute Scipionis Cardinalis... Romae, 1610.

Entre as obras que publicou, uma há que interessa a este arquipelago e que se intitula *Insulae Materiae...* publicada em Roma no ano de 1599. É a historia, escrita na lingua latina, da descoberta deste arquipelago e a que o dr. Alvaro de Azevedo faz referencias nas notas ás Saudades da Terra.

A *Insulae Materiae*, que apareceu em Roma no ano de 1599, tornou-se uma grande raridade bibliografica, tendo sido adquirido um exemplar pelo benemerito industrial Henrique Hinton, que promoveu a sua versão em lingua portuguesa e a fêz publicar numa elegante edição no ano de 1930. Foi traduzida pelo Pe. João Baptista de Afonseca e prefaciada e largamente anotada pelo Pe. Fernando Augusto da Silva, co-autor deste Elucidario.

Constituição (Praça da). Esta praça denominou-se assim desde 28 de Janeiro de 1821, em razão de nela ter sido proclamada nesse dia a constituição, isto é os principios liberais de 1820. Antes disso era ela conhecida pelo nome de Passeio Publico, o qual ainda em nossos dias lhe era dado muitas vezes.

A Praça da Constituição passou a chamar-se Praça da Republica, em 1911, e desapareceu em 1914, quando se começou a construir a Avenida Oeste, hoje do Dr. Manuel de Arriaga, que abrange também o terreno do antigo Jardim Pequeno.

A Praça da Constituição era um recinto assombreado e onde outrora costumava tocar a banda regimental. Havia ali lindos exemplares de figueiras da India, de magnolias, de sementeiras e de grevileas.

Constituição de 1821 (A). Ninguém ignora que no dia 24 de Agosto de 1820 rebentou na cidade do Porto uma revolução, que se propunha implantar no nosso país um sistema de govêrno representativo, e que essa revolução teve seu eco em Lisboa no dia 15 de Setembro seguinte, manifestando-se depois em outros pontos do continente do reino.

Só por meados de Setembro é que na Madeira se teve conhecimento dos sucessos politicos ocorridos em

Portugal, pela passagem, no nosso pôrto, dum navio inglês que se dirigia de Londres para o Rio de Janeiro. A 25 do mesmo mês o bergantim português Providencia trouxe cartas e jornais, dando noticia circunstanciada dos acontecimentos. Numa comunicação official dirigida ao conde dos Arcos, dizia o governador e capitão-general deste arquipelago Sebastião Xavier Botelho que tais acontecimentos não “fizeram nenhuma sensação nem commoção popular e que tinha adoptado as necessarias providencias para evitar qualquer alteração da ordem publica”.

Por fins de Setembro, recebeu Xavier Botelho comunicação official do Govêrno Provisorio acêrca da nova ordem de cousas politicas que se tinham dado no país, e, conquanto se não mostrasse desafecto a elas, conservou-se numa prudente reserva, receando talvez um movimento contra-revolucionario no continente do reino. Tendo o conde, depois duque de Palmela, passado na Madeira, por meados de Novembro, em viagem de Londres para Lisboa, encarregou-o o governador deste arquipelago de informar o govêrno da metropole relativamente ás cousas desta ilha, fazendo sentir que a ordem era completa e que não se receava qualquer perturbação da paz que entre nós então se desfrutava.

No entretanto, a attitude do governador ia desagradando aos partidarios da revolução do Pôrto, que clandestinamente fizeram afixar pasquins nas paredes das ruas mais centrais da cidade, incitando o povo á revolta e á pratica das consequentes violencias. Tôda a hesitação de Xavier Botelho terminou com a chegada no dia 23 de Janeiro de 1821, dum correio, vindo directamente da côrte do Rio de Janeiro, em que se certificou do reconhecimento que D. João VI fizera do novo estado de cousas e em especial da aceitação do sistema representativo que a revolução implantara. Deram-se largas ás manifestações de regozijo, e desde logo se preparou a proclamação solene que devia realizar-se no dia 28 daquele mês.

Nesse dia, reuniu-se no Largo da Fortaleza uma enorme multidão, a que se juntou a tropa da guarnição desta cidade, pedindo ao governador a solene adesão aos principios proclamados pela revolução do Pôrto. No entretanto, era a residencia do capitão-general invadida por muitos membros da nobreza e pessoas mais qualificadas no Funchal, secundando o pedido do povo, a que Xavier Botelho acedeu, não sem lavrar o seu platonico protesto, aparecendo no Baluarte sobranceiro ao largo e dando vivas ao Rei, ás Côrtes, á Constituição e ao Govêrno Supremo do Reino. Comunicou-se então um vivo entusiasmo á multidão, que irrompeu em delirantes vivas.

O governador e capitão-general seguido de muito povo, autoridades, funcionarios civis e militares e de um

grande numero de pessoas de distinção, dirigiu-se em seguida á Sé Catedral, onde se cantou um solene Te-Deum, com a assistencia do prelado diocesano e de muitos membros do clero. Seguidamente tomaram todos a direcção dos Paços do Concelho, que era então no edificio que até há pouco servia de cadeia, e ali se proclamou solenemente o novo sistema de govêrno, lavrando-se um auto, que foi assinado por um numero consideravel das pessoas presentes.

As manifestações de regozijo por aquele fausto acontecimento, prolongaram-se pelos dias seguintes com notavel entusiasmo, não havendo a menor perturbação da ordem publica.

Para as Côrtes Constituintes, que funcionaram de 1821 a 1822, foram eleitos deputados pela Madeira Francisco João Moniz, dr. Mauricio José de Castelo Branco e o dr. Antonio João Rodrigues Garcez, que faleceu e foi substituído pelo dr. João José de Freitas Aragão. Feita e promulgada a Constituição, realizaram-se, em harmonia com ela, as eleições gerais em 1822, tendo sido eleitos deputados por este arquipelago o dr. João Francisco de Oliveira, padre João Manuel de Freitas Branco e Manuel Caetano Pimenta de Aguiar.

É decorrido um ano depois dos acontecimentos que ficam sumariamente narrados, e todo o Funchal se encontra em festa. Estamos no dia 28 de Janeiro de 1822 e soleniza-se o aniversario da proclamação da Constituição nesta ilha. Não se pretende apenas comemorar o facto, deseja-se também perpetuá-lo através do tempo. Lançada a ideia de erigir-se um monumento, foi escolhido o Terreiro da Sé como o local mais apropriado para esse fim, e o dia 28 de Janeiro para o lançamento da primeira pedra, por ser o primeiro aniversario da solene adesão da Madeira aos principios proclamados pela revolução do Pôrto.

A cerimonia revestiu a maior solenidade e imponencia, e a ela se associaram inumeras pessoas de tôdas as categorias sociais, incluindo o elemento official e militar, que largamente se fêz representar. Ao acto presidiu o governador e capitão-general D. Rodrigo Antonio de Melo que, numa comunicação ao govêrno da metropole, diz o seguinte:

“A camara da cidade, desejando immortalizar o mesmo dia com a erecção de um monumento e pedestal, que levasse ás mais remotas eras a recordação de tão fausta epoca, me havia oficialmente convidado para que eu na mesma acção houvesse de lançar a primeira pedra fundamental daquela memoria, ao que mui cordialmente anuí, e julgando devia interpor a minha autoridade militar para a tranquillidade e brilhantismo do mesmo acto, por isso dei as ordens para a mencionada disposição de tropas e convidei a me

acompanhar tôda a officialidade da Provincia, incluindo a segunda linha e o extinto corpo de ordenanças...”

Formou-se um luzido cortejo que, saindo dos Paços do Concelho, se dirigiu ao Largo da Sé, estando ali prèviamente preparado o cabouco que devia receber a pedra angular e os primeiros fundamentos do monumento que ali se pretendia erigir. É bastante interessante este trecho do auto que então se lavrou e que foi lançado nos alicerces: “levava... o dr. corregedor um cesto de cunhas e raxas, o dr. juiz de fôra o nivel, o vereador mais velho a colher e a trolha, o vereador segundo a vassoura e o balde, o vereador terceiro o coxo da cal, o procurador do concelho as medalhas e eu escrivão da camara a maceta, conduzindo o juiz do Povo um cofre de prata com o auto, e os procuradores dos mestres uma padiola com a pedra”.

Concluída a cerimonia do assentamento da primeira pedra, celebrou-se na Sé Catedral um solene Te-Deum, proferindo por essa ocasião, o distinto orador sagrado padre João Manuel de Freitas Branco, um eloquente discurso, que foi publicado num folheto, hoje rarissimo, com o titulo de Oração de acção de graças que na solemnidade do anniversario do faustissimo dia 28 de janeiro de 1821 pregou na igreja da Sé do Funchal. . .

Seguidamente as autoridades civis e militares, funcionarios publicos e grande numero das pessoas mais categorizadas do Funchal se dirigiram ao palacio do governador, tendo aí pronunciado uma entusiastica alocação o dr. João Pedro de Freitas Drumond, que foi muito aplaudido.

Salvaram tôdas as fortalezas, houve profusas e brilhantes iluminações e realizaram-se outras demonstrações de regozijo, a que jubilosamente se associaram os habitantes da cidade.

O monumento, cuja pedra angular foi lançada em frente da porta da Sé Catedral e a poucos metros de distancia da escadaria que dá acesso ao adro, não chegou nunca a passar dos alicerces.

O Terreiro da Sé ou Passeio, que fazia parte do antigo Campo do Duque, passou em 1821 a chamar-se Praça da Constituição, nome que conservou até há poucos anos.

Relativamente á Constituição na Madeira e a algumas questões que a sua proclamação suscitou entre nós, publicaram-se os seguintes folhetos:

- Historia verdadeira dos acontecimentos da ilha da Madeira depois do memoravel dia 28 de janeiro, escrita por ordem chronologica por Sebastião Xavier Botelho e comprovada com testemunhas da melhor fé, por seus empregos, gerarchia e independencia, para destruir um libello famoso impresso em Londres por um Cidadão Funchalense, Lisboa, 1821, de 61 pag ;

- Noticias officiais recebidas da ilha da Madeira, Lisboa, 1821, de 20 pag.;
- Relação circunstanciada do modo com que se desenvolveu, se promoveu e se proclamou a Constituição da ilha da Madeira no memoravel dia 28 de janeiro de 1821, Lisboa, 1821, de 12 pag.;
- Carta escrita a um sujeito da provincia da ilha da Madeira, ou o lundum dos bordões que tocou Sebastião Xavier Botelho, por Luiz José Baiardo, em desforra das investidas que contra elle escreveu o dito Botelho na sua historia verdadeira da ilha da Madeira... Lisboa, 1821;
- Parabens poetico-politicos á grandiosa regeneração portuguesa na congratulante adherencia da ilha da Madeira em 28 de Janeiro de 1821 no theatro grande do Funchal, por Luiz Antonio Jardim, formado na faculdade de leis, Funchal, 1822, de 29 pag.;
- Sentença proferida contra os reos comprehendidos na devassa da alçada que Sua Magestade foi servido mandar á ilha da Madeira, Lisboa, 1823, de 47 pag..

No dia 17 de Junho de 1823, proclamou-se o restabelecimento do govêrno absoluto na Madeira, havendo diversas manifestações de regozijo.

V. Proclamação do governo absoluto.

Constituição de 1838. A revolução que rebentou no país em 1836 com o fim de derrogar a Carta Constitucional promulgada em 1826, fêz restaurar a Constituição de 1820, que foi jurada pela soberana a 10 de Setembro de 1836. Na Madeira realizou-se o juramento solene dessa Constituição a 25 de Setembro do mesmo ano. Eleitas as côrtes constituintes, organizaram uma nova constituição em 1838, que foi solenemente jurada nesta ilha a 6 de Maio do referido ano. Esta Constituição só vigorou até o ano de 1842, sendo de novo restaurada a Carta Constitucional de 1826.

Constituições do Bispado. As Constituições Diocesanas são as leis e instruções privativas de cada diocese, destinadas á execução e regulamentação das leis gerais da Igreja. Também o bispado do Funchal tem as suas Constituições, muito antigas e de todo obsoletas, que actualmente só gozam dum mero valor historico. São hoje raros os exemplares que aparecem, mas bastante apreciados para o estudo dos costumes religiosos do tempo em que foram elaboradas as mesmas Constituições. A primeira edição

intitula-se Constituições Synodaes do Bispado do Funchal. Feitas e ordenadas por D. Jeronimo Barreto, Bispo do dito Bispado, Lisboa, por Antonio Ribeiro, 1585, folio de XVI-188 pag.. Foram elaboradas no concilio diocesano realizado na nossa Sé Catedral a 13 de Outubro de 1578, sob a presidencia do bispo D. Jeronimo Barreto, e aprovadas e mandadas executar por alvará do mesmo prelado, de 4 de Maio de 1579.

O bispo D. Luiz Figueiredo de Lemos convocou e presidiu a um sínodo diocesano, que se realizou na Sé Catedral no dia 29 de Junho de 1597, e nele se fizeram umas Constituições Extravagantes, que ficaram apenas ás Constituições já existentes e que tiveram a aprovação episcopal, por provisão de 15 de Agosto de 1597. D. Luiz de Figueiredo imprimiu as novas Constituições e fêz reimprimir as antigas com o titulo de Constituições synodaes do Bispado do Funchal, com as extravagantes novamente impressas, por mandado de D. Luiz de Figueiredo de Lemos, Bispo do dito Bispado. Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1601, folio de XX-188 pag.. No fim vem as extravagantes com novo rosto e nova numeração, tendo o titulo: Constituições Extravagantes do Bispado do Funchal, feitas e ordenadas por D. Luiz Figueiredo de Lemos. Lisboa, impresso por Pedro Craesbeck. Ano X , folio de 54 pag..

Contador de Fazenda. Este officio veio substituir o de recebedor de distrito, em virtude do Decreto de 12 de Setembro de 1846, que teve execução na Madeira em 28 de Novembro do mesmo ano.

Conteira (Canna indica). Planta da familia das Zingiberaceas, cultivada nos jardins. As suas capsulas contêm sementes globosas e negras, semelhantes a contas.

Contents (The) of a Madeira Mail-Bag, or Island Etchings, by Ultra Marine, London, s. d., I vol..

Contribuições. Desde remotos tempos que os madeirenses estão sujeitos ao pagamento de contribuições, como se vê do foral da cidade do Funchal e das vilas da Ponta do Sol e da Calheta, e de varios documentos registados nos arquivos municipais. O rei D. Duarte ao fazer mercê a seu irmão o infante D. Henrique do senhorio das ilhas do arquipelago, concedeu-lhe “todolos dereytos e rendas dellas”, e pelas

cartas de doação das três capitâneas do Funchal, de Machico e do Pôrto Santo, sabe-se que os respectivos donatarios foram autorizados pelo mesmo infante a receber “de dez hum em tudo o que ele houvesse de renda, segundo o foral, nas ditas capitâneas. No foral de 1515, transcrito a pag. 494 e seguintes das Saudades da Terra, há uma referencia ao foral do infante D. Henrique, da qual se vê que eram bem pesados os encargos tributarios impostos pelo mesmo infante aos povos deste arquipelago.

Nos artigos Açucar e Alfandegas, publicados neste Elucidario, referimo-nos já a algumas contribuições que em tempos antigos pagavam os madeirenses; vamos agora esboçar uma noticia abreviada de outros encargos tributarios que pesavam também sôbre a população do arquipelago, alguns dos quais, como os dizimos, a decima predial, o quinto, o subsidio literario e o finto, chegaram até nossos dias, tendo sido extintos pela lei de II de Setembro de 1861. Foi esta lei que fêz entrar o arquipelago da Madeira na comunhão do sistema tributario adoptado em Portugal, visto ter determinado que a partir de 1 de Janeiro de 1863 fôsse applicavel ao mesmo arquipelago a legislação que regia as contribuições predial, industrial e pessoal no continente do reino.

Os dizimos, que supomos serem a mais antiga contribuição que conheceram os madeirenses, datam dos primeiros tempos da povoação. Determinava o foral do infante D. Henrique que eles fôssem descontados nas soldadas, serviços, jornais ganhos de mercadores e dos officiais, vendas das novidades, aforamentos, arrendamentos e em tôdas as coisas nascidas e criadas na ilha.

O foral de 6 de Agosto de 1515 extinguiu alguns destes dizimos, como por exemplo os que eram tirados das soldadas de qualquer especie, ganhos de mercadorias e officiais, etc., mas manteve esse imposto para os cereais, gados, lã, vinho, frutas, hortaliças, queijos, ovos, manteiga, leite, mel de abelhas e inumeras outras coisas mais, produzidas na ilha.

Determinava ainda o mesmo foral, que na alfandega se pagasse dizimo do açucar e de tôdas as demais mercadorias exportadas para fora do reino, e quanto ás mercadorias exportadas para o reino, que só pagassem esse imposto aquelas que fôssem destinadas a estrangeiros ou transportadas em navios estrangeiros.

Muitas mercadorias importadas de fora do reino pagavam dizimo, mas as que vinham do reino só o pagavam quando trazidas por estrangeiros ou transportadas em navios estrangeiros. Os cereais, azeite,

castanhas, ervilhas, queijos e todos os demais generos importados com destino á alimentação publica, em caso algum pagavam dizimo, ao passo que a prata, armas, cavalos, livros e vestidos só estavam isentos desse imposto quando não eram para vender. Era livre a importação das lenhas.

Os dizimos pertenciam na sua maior parte á Ordem de Cristo, mas depois que o mestrado da Ordem foi incorporado na coroa, passaram a ser recebidos pela Fazenda Real. Saíam deles as despesas do culto, e não chegavam em 1626 para as cõngruas das dignidades, conegos e mais pessoal da Sé Catedral, segundo se vê do alvará de 10 de Junho do mesmo ano.

Os dizimos foram secularizados na parte excedente á sustentação do clero, pelo alvará de 1 de Agôsto de 1752. Estavam isentos, por mercê regia, do pagamento dessa contribuição, ao menos nos primeiros tempos, as ordens religiosas dos Jesuítas e dos Franciscanos, e o clero secular.

O arrendamento foi por largo tempo o sistema de arrecadação dos dizimos, tendo havido mesmo uma epoca em que esse arrendamento se fazia em globo.

A decima predial, como o seu nome indica, incidia nos predios, e está substituída presentemente pela contribuição predial. Antes da decima predial, pagavam os madeirenses a decima urbana, criada pela lei de 10 de Junho de 1808.

O quinto, extinto como os dizimos e a decima predial pela lei de 11 de Setembro de 1861, consistia no pagamento da quinta parte de todos os bens denominados da coroa, ao passo que o subsidio literario, criado pela lei de 10 de Novembro de 1772, era um imposto que incidia na aguardente, no vinho, no vinagre, etc., e destinado exclusivamente á sustentação das escolas e ao pagamento dos professores.

Pagavam quinto as capelas e a redizima dos donatarios, tendo determinado o Administrador Geral em 1836, que o Marquês de Castelo Melhor fôsse colectado pela dita redizima desde 1831 até á extinção da alcaidaria-mor do Funchal. O lançamento do quinto aos donatarios que possuíam bens e capelas da coroa, fazia-se em antigos tempos perante os corregedores, mas a lei de 24 de Abril de 1835 determinou que as Camaras Municipais nomeassem para cada freguesia uma junta de seis cidadãos, encarregada de proceder á distribuição da referida contribuição. A fs. 31 v. do tomo XVIII do Registo Geral da Camara Municipal do Funchal, está uma relação dos bens de capelas sujeitos ao quinto e existentes no concelho do Funchal.

O finto ou decima, decretado por três anos nas côrtes de 1641, era um tributo de guerra. Lançado a principio em quota variavel, foi pelo regimento de 10 de Abril de 1646 e o alvará de 26 de Setembro de 1762 fixado em 10 por cento de todos os rendimentos de predios, capitais, industrias e officios. Desde o regimento de 9 de Maio de 1654 ninguém era isento do pagamento dessa contribuição, que tendo sido de 8:600:000 réis na primeira derrama, foi depois reduzida a 4 ½ %, ou réis 3:600:000.

O finto pertencia ao Estado, mas o que ele rendia era antes de 1834 arrecadado pela Camara Municipal e entregue depois á Junta da Fazenda. A Camara nomeava os individuos que faziam a distribuição do imposto pelos contribuintes.

O finto de 3:600:000 réis ou 9:000 cruzados anuais, nem sempre era pago com pontualidade. Por alvará de 1 de Abril de 1749 perdeu D. João V a importancia dessa contribuição relativa aos anos de 1739 a 1749, em razão dos prejuízos causados á ilha pelo terremoto de 1748, e em 1799 devia o povo á Junta da Fazenda a importancia de 162:000 cruzados, proveniente de 18 anos da mesma contribuição, a qual o govêrno mandou arrecadar.

Além dos tributos de que acabamos de falar, outros pagaram os madeirenses, já para despesas da guerra e fortificações, já para outros fins.

Em 1478 appareceu a primeira contribuição de guerra imposta á Madeira, seguindo-se-lhe a de 1493, que não chegou a ser paga, e as dos gibonetes e corpos de couraças, aquella estabelecida em 1497 e esta no ano immediato. Houve depois outras contribuições de guerra ou fintos, a mais pesada das quais foi a de 10:000 cruzados cada ano, desde 1637, para a armada da restauração de Pernambuco, sendo então, segundo pensa o Dr. Azevedo, que pela primeira vez o clero madeirense foi obrigado a partilhar dos encargos tributarios da população. Os fidalgos, que se haviam insurgido contra as contribuições de 1478 e 1493, pagaram depois sem resistencia todos os demais tributos lançados pelo poder central.

A contribuição denominada donativo incidia nos frutos, e era destinada também a despesas da guerra. O primeiro diploma registado no arquivo da camara que a ele se refere é de 1635, e o ultimo de 1691.

As imposições sôbre as carnes verdes e os vinhos vendidos a retalho, que datam dos tempos immediatos á

povoação do arquipélago, algumas vezes foram aplicadas a despesas de fortificação, a pesar de serem rendas exclusivamente municipais.

Entre os impostos não destinados especialmente a despesas militares, mencionaremos ainda as seguintes: a meia anata (Lei de 31 de Maio de 1631); o imposto do papel selado e do tabaco, que parece datar dos primeiros anos do reinado de D. João IV; A decima funeraria (Lei de 27 de Junho de 1809); a contribuição do trabalho (Carta Regia de 1 de Outubro de 1801); e a sisa (Lei de 3 de Junho de 1809).

A decima funeraria ou sêlo das heranças, e a sisa, estão incluídas hoje na chamada contribuição de registo, ao passo que o antigo imposto da meia anata, estabelecido pelo governo castelhano, há muito que não existe, tendo chegado mesmo a ser extinto temporariamente pelo governo de D. João IV.

Esse imposto, que era uma especie de direitos de mercê, exigia-se em tôdas as graças honorificas, tanto civis como militares, ordenados, ajudas de custo, etc., não perdoando senão aos soldos das praças e marinheiros do exercito e armada e aos vencimentos que não excedessem 50 cruzados por ano.

Desde os primeiros tempos da povoação pagaram os madeirenses impostos alfandegarios, e tanto antes como depois de 1834, vemos figurar nos calculos dos recursos do Estado nesta ilha, os rendimentos das duas contribuições indirectas do real de agua do vinho e da carne e os das contribuições directas seguintes: direitos de mercê, oitavo do açúcar e imposto nas estufas. Em 1646 foi estabelecido o imposto de um cruzado por cada pipa de vinho exportada, o qual foi o ponto de partida dos direitos sôbre a exportação do vinho, cobrados na Alfandega do Funchal.

A Madeira rendia 25:000:000 réis para o Estado em 1628, mas não diz a obra donde extraímos esta informação, qual a proveniencia dessa importancia. Em 1806, segundo informa Tovar de Albuquerque, os dizimos rendiam 65:000\$000 réis, o subsidio literario 7:000\$000 réis, a imposição do vinho réis 15:000\$000, pertencendo porém ao Estado só metade desta importancia, os fintos 3:600\$000 réis, as estufas do vinho 2:000\$000 réis, o pescado e a carne 3:500\$000 réis, a alfandega 180:000\$000 réis e outros impostos 20:000\$000 réis, ao passo que no ano economico de 1848 a 1849, segundo se lê no vol. II da Epocha Administrativa, os dizimos produziam réis 18:030\$126, o subsidio literario 6:202\$386 réis o real de agua do vinho 5:093\$764, o finto 1:386\$756 réis, o imposto do pescado 907\$060 réis, o real de agua da carne 1:805\$751 réis, o imposto de 3 réis em cada libra de carne 3:477\$351 réis, a alfandega 109:276\$641 réis, as sisas 5:553\$802 réis, os direitos de mercê 863\$709 réis e outros impostos e direitos 11:490\$219

réis. Lê-se algures que em 1820 a Madeira rendia 529:462\$215 réis, sendo de 4:840\$680 réis a receita do subsidio literario.

Escasseia-nos dados para poder ampliar mais esta noticia acêrca das contribuições que se pagavam outrora na Madeira. Do que atrás ficou dito, porém, vê-se bem claramente que, por mais sobrecarregados que estejamos agora de tributos, a nossa situação é incomparavelmente melhor que a dos primitivos habitantes da Madeira. As contribuições industrial, predial, sumptuaria e de registo, e os impostos indirectos actuais, quasi que representam um mimo dos governos, quando comparados com os dizimos e as mil outras alcavalas com que o infante D. Henrique e os antigos monarcas houveram por bem onerar o povo desta ilha.

V. Açucar, Alfandegas, Autonomia Administrativa, Capitánias, Cortina da Cidade, Donatarios e Junta Geral.

Consulados. O primeiro consulado que houve na Madeira foi o belga, ou o dos flamengos, criado em 1608, seguindo-se-lhe o francês, o inglês e o espanhol, criados respectivamente em 1626, em 1658 e em 1667. Em 1791 foi estabelecido o consulado dos Estados Unidos da America do Norte, em 1796 o da Suecia, em 1804 o da Dinamarca, em 1812 o da Russia, e em 1826 ou 1827 o da Sardenha, tendo todos os outros consulados que existem agora na Madeira sido criados, segundo cremos, depois de 1834, sem que possamos indicar todavia a data das respectivas instalações.

Em 1783 já a Republica de Veneza tinha um consulado no Funchal.

No meado do seculo XIX tinham representação consular na Madeira os Estados Unidos da America, a Austria, a Belgica, o Brasil, as Cidades Hanseaticas, a Dinamarca, a Inglaterra, a França, a Grecia, os Estados Pontificios, a Holanda, Napoles, a Turquia, a Prussia, a Russia, a Sardenha, a Espanha, a Suecia e a Toscana, sendo criados mais tarde os consulados da Italia e da Alemanha para substituir os dos estados incorporados nestes dois países. Em 1885 havia o consulado das Ilhas de Hawaii, agora extinto.

Os consulados das republicas da America Central e Meridional, á excepção do do Brasil, foram criados todos depois de 1882, tendo já em 1888 representação consular no Funchal, o Uruguai e a Republica Argentina.

No ano de 1827 foi criado na Madeira um vice-consulado do Brasil e no ano seguinte um vice-consulado das Duas Sicílias.

V. Casa dos Consules.

Convento da Incarnação. A fundação do convento de Nossa Senhora da Incarnação foi inspirada por um sentimento do mais puro e ardente patriotismo. O conego Henrique Calaça de Viveiros fizera votos de levantar um mosteiro em honra e louvor da Virgem da Incarnação, a quem era muito devotado, quando o seu país se libertasse inteiramente do ferreo jugo castelhano e retomasse a sua antiga independencia. Cumpriu religiosamente o seu voto, fazendo erguer o modesto convento no ano de 1650. O conego Calaça nasceu por 1589 e morreu a 25 de Maio de 1662. O seu retrato em tamanho natural, que ainda há poucos anos se encontrava no côro do mosteiro, conservava num dos angulos da tela os seguintes dizeres: Retrato natural do conego Henrique Calaça de Viveiros, fundador deste convento. Falleceu em 25 de Maio de 1662, em idade de 73 annos.

Diz o dr. Alvaro de Azevedo: "...principiou por uma capella, que se presume fora instituida por Antonio Mialheiro, finado em 1565; D. Isabel Maria Acciaioli mandou fazer capella-mór; e depois, em 1650, o conego Henrique Calaça de Viveiros fundou o mosteiro...". Destas palavras se conclue que a fundação do convento pertence ao conego Calaça, tendo porém aproveitado a capela já ali existente. A vasta cêrca fazia parte duma excelente quinta que o fundador possuía naquele sitio.

Parece que começou por ser um recolhimento com o nome de Santa Teresa de Jesus, seguindo as recolhidas a ordem terceira do Carmo e tendo ali dado entrada no ano de 1652. Só em 1660 é que foi transformado em mosteiro, sob a regra franciscana de Santa Clara, sendo sua primeira abadessa uma religiosa do convento de Santa Clara, escolhida pela autoridade eclesiastica. Foi no ano referido de 1660, isto é dois anos antes de morrer, que o conego Calaça de Viveiros doou todos os seus bens ao convento de que tinha sido o fundador. O mosteiro e igreja sofreram importantes reparos por meados do seculo XVIII, sendo então construído um novo e vasto côro, em substituição do antigo, que era de acanhadas dimensões. Para estas obras contribuiu a fazenda real com um conto de réis, o que foi concedido pelo alvará regio de 10 de Fevereiro de 1750. No ano seguinte concorreu também a fazenda real com 750:000 réis para a construção do grande muro que

ladeia a estrada que conduz á igreja de Santa Luzia.

As freiras da Incarnação tiveram que abandonar o seu convento quando os ingleses ocuparam pela segunda vez esta ilha no periodo decorrido de Dezembro de 1807 a Outubro de 1814. As tropas britannicas instalaram-se principalmente no collegio dos jesuitas, que então servia de seminario, e no convento da Incarnação, saindo as religiosas para o mosteiro de Santa Clara no dia 7 de Janeiro de 1808. Para a conveniente acomodação e aquartelamento das fôrças inglesas, fizeram-se ali varias obras, que bastante danificaram o edificio, tendo sido a igreja transformada em templo anglicano. A fundação patriotica e genuinamente catolica de Henrique Calaça, estava ocupada por tropas estrangeiras e dedicada a um culto heretico!

Para o efeito da execução das leis de desamortização, foi este convento avaliado, por mandado do govêrno, em Agôsto de 1862, tendo a avaliação computado em 10.320\$000 réis o valor do edificio, igreja, cêrca, casa do capelão, etc..

Por uma portaria de Junho de 1895, foi provisoriamente concedido o edificio da Incarnação para nele se instalar uma officina de São José, que ali teve uma precaria e arrastada existencia, e cuja duração foi muito curta.

Ao bispo desta diocese D. Manuel Agostinho Barreto foi concedido o edificio, igreja e cêrca do convento da Incarnação, por decreto de 11 de Julho de 1905, para ali se edificar uma casa destinada á instalação do Seminario Diocesano que começou a funcionar em Outubro de 1909 no vasto e belo edificio que o illustre prelado fêz construir á sua custa no local do antigo mosteiro (V. Seminario).

A lei de 20 de Abril de 1911 extinguiu o seminario do Funchal, e neste edificio se instalou alguns anos depois uma Escola de Utilidades e Belas Artes, que teve poucos anos de existencia. (V. Escola de Utilidades e Belas Artes).

No edificio onde funcionaram o Seminario e a Escola de Belas Artes, foram em Setembro de 1919 instaladas as diversas repartições da Junta Geral do distrito, que para esse fim obteve esta casa por compra feita ao Estado.

O decreto de 25 de Abril de 1927 mandou entregar á Comissão Diocesana do Culto o edificio do Seminario da Incarnação, mas a Junta Geral fêz uma tenaz opposição a essa entrega, que somente veio a verificar-se no

mês de Outubro de 1933, depois duma porfiosa luta de seis anos. Nesse referido ano passou novamente o seminário diocesano com os seus múltiplos serviços de aulas e de internato dos alunos a funcionar na edificio mandado construir pelo eminente prelado D. Manuel Agostinho Barreto.

Acêrca da fundação deste mosteiro, deve ler-se o opusculo que o “Arquivo Historico da Madeira” publicou sob o titulo de A Restauração de Portugal e o Convento da Incarnação, Lisboa, MCMXL, de 50 pags..
A última freira do convento da Incarnação, a madre Vicencia Violante do Céu, faleceu a 20 de Abril de 1890.

Convento das Mercês. Começou este convento por uma casa para recolhidas, sem caracter religioso nem observancia de regras canonicas para as internadas. Foi fundada por Gaspar Berenguer de Andrade e sua mulher D. Isabel de França Andrade, no ano de 1654. Os fundadores transformaram em 1658 esta casa em recolhimento religioso, sujeitando-se as recolhidas a uma regra ou estatuto moldados por algumas casas monasticas. E, finalmente por alvará regio do ano de 1663, confirmado em 1665 pelo Papa Alexandre VII, se elevou este recolhimento a um mosteiro da primeira ordem de Santa Clara, de severa e estricta observancia, que deste modo se manteve sempre através dos tempos e até o momento da sua extinção. Lemos algures que ao fundador foi concedido o direito de padroeiro deste convento, ohrigando-se a dotá-lo com cento e sessenta mil réis em cada ano, ficando esta obrigação anexa ao morgadio do Lombo do Doutor, na freguesia da Calheta. Para a epoca em que foi feita, parece-nos muito exagerada esta dotação, que hoje corresponderia a uma quantia bem avultada.

Se o mosteiro de Santa Clara não foi um modêlo na rigida observancia das suas regras, pode no entretanto afirmar-se que o convento das Mercês deu o mais vivo e eloquente exemplo da pratica de tôdas as virtudes cristãs, levada até a mais heróica austeridade e severa e continua penitencia. Era o verdadeiro cenaculo da oração, do recolhimento e do sacrificio, a que voluntariamente se entregavam as pessoas que iam ali procurar, como um aspero e afastado deserto, o seu completo afastamento do mundo e de todos os seus apetecidos e encantadores atractivos. Houve neste mosteiro algumas religiosas que alcançaram a fama de grande virtude, nomeadamente a madre Brites da Paixão, a quem consagraremos um artigo especial no logar. respectivo.

O edificio primitivo, que era uma construção modesta e assim se manteve até á sua demolição, sofreu no entretanto alguns importantes reparos no decorrer dos tempos, especialmente nos anos de 1746 e 1752 em

que se gastou a quantia de 1.200\$000 réis, já importante para aquela época. Foi demolido em 1911.

Acêrca da origem da fundação deste mosteiro, inserem as Saudades da Terra, a pag. 591 e seguintes, uma interessante lenda, que merece ser lida como documento do estado dos espiritos naquela época.

Convento de Nossa Senhora ds Piedade. Por 1476 chegaram a esta ilha os irmãos João Baptista e Urbano Lomelino, que pertenciam ás mais antigas e distintas familias de Genova (V. Lomelino). Foi o segundo destes irmãos que fundou este convento e iniciou as obras de construção, que a morte não o deixou concluir. Falecendo em 1518, vinculou por testamento os seus bens a favor de seu sobrinho Jorge Lomelino e seus descendentes, com o encargo de concluir a edificação do convento, de o conservar e ainda de sustentar seis religiosos quando lhes faltasse as esmolas. Joana Lopes e Isabel Correia, mulher e sogra de Urbano Lomelino, edificaram a capela de Sant'Ana na igreja deste mosteiro, que servia de capitulo á comunidade, e nela foram sepultados. Jorge Lomelino morreu a 9 de Dezembro de 1548 e foi sepultado na igreja do mesmo convento.

“Extinctas as ordens religiosas, disse o annotador das Saudades em 1873, e por meio de renhido pleito que durou alguns annos, foi o convento restituído aos successores do instituidor, porque este, com previsão, de que talvez seja exemplo unico, isso determinava na respectiva verba testamentaria, dado o caso de vir de futuro a ser extinto o convento”.

Do convento e igreja, que com efeito passaram á posse dos descendentes do fundador, não restam hoje vestígios.

Convento de Nossa Senhora da Porciuncula. Ficava este convento de religiosos franciscanos da freguesia da Ribeira Brava, a pequena distancia da igreja paroquial. Foi edificado pelos frades franciscanos em anno que não podemos determinar. Ainda há uma dezena de anos se viam algumas ruínas da casa conventual, e estavam de pé o frontispicio e parte do corpo da igreja, que não era de dimensões muito acanhadas. Sôbre o portico lia-se a data de 1730, que não sabemos se representa o anno da fundação do convento, ou da construção da igreja, o que nos parece mais provavel.

Convento de Santa Clara. Este convento foi edificado junto da igreja da Conceição de Cima, mandada construir por João Gonçalves Zarco, que tinha então sua residencia nas imediações da mesma igreja. Foi João Gonçalves da Camara, filho do descobridor, e segundo capitão-donatario do Funchal, que tomou a iniciativa da fundação deste mosteiro, não só para recolhimento de suas filhas, como de outras pessoas que desejavam seguir a vida monastica, o que então não podiam fazer no Funchal, por falta de casa religiosa destinada a esse fim.

A construção do convento começou em 1492, mas as primeiras religiosas somente deram ali entrada no ano de 1497. Foi por escritura de 11 de Setembro de 1480 que o fundador João Gonçalves da Camara comprou a Rui Teixeira e Branca Ferreira, moradores no Campanario, a propriedade do Curral, que depois passou a chamar-se Curral das Freiras, pela importancia “de 23\$500 reis de cinco ceitis ao real e 50 cruzados de ouro... a sua area era desde o Passo da Cruz e Ribeira dos Socorridos até onde ela nasce de arrife a arrife, de uma a outra banda”. Foi este predio rustico, o mais vasto e importante que este convento chegou a possuir, que o fundador doou ao mosteiro por ocasião de nele serem admitidas as suas filhas como religiosas.

Já anteriormente tinha o infante D. Manuel, duque de Beja e depois rei, inculcado e feito sentir a necessidade da fundação dum convento de religiosas nesta ilha, na carta que, na qualidade de grão-mestre da Ordem de Cristo, a que este arquipelago pertencia, dirigira aos seus habitantes a 17 de Julho de 1488. Diz nesse curioso documento, que pela primeira vez encontramos no jornal O Reclame de 26 de Novembro de 1890, que o Sumo Pontifice lhe escrevera pedindo a fundação dum mosteiro na igreja da Conceição de Cima, acrescentando que “tanto que esta birdes bos ajuntees logo Em camara Com ho capitam E pratiquees todo muy bem E bos praza De Se asi fazer... me prazera de fazer para yso aquella esmola que bem me parecer e ao diamte para mamtemça Das freyras folgarey Sempre De fazer toda a esmola que bem podeer...”. Ignoramos se foi o pedido do grão-mestre que determinou João Gonçalves da Camara a fundar o convento quatro anos depois, e menos ainda sabemos se D. Manuel, que ascendeu ao trono em 1495, contribuiria para a edificação do mesmo mosteiro.

Como já se disse, os trabalhos de construção começaram em 1492, mas só foram dados por concluídos no ano de 1497, devendo em parte atribuir-se esta lentidão no prosseguimento desses trabalhos á ausencia do fundador e capitão-donatario, que, ordenando e dispondo tôdas as cousas para a edificação, e talvez ainda

iniciando-a, se ausentou depois para o continente do reino, onde a permanencia era sempre demorada, devido principalmente á dificuldade das comunicações. O edificio foi posteriormente e varias vezes acrescentado, á medida que ia crescendo o numero de religiosas. Ao longo do claustro, para satisfação da devoção das freiras e ainda de outras pessoas, se construíram muitas capelas e oratorios, perfeitamente dispensaveis para o serviço religioso da comunidade. A igreja primitiva, que tinha a invocação de Nossa Senhora da Conceição e que era conhecida pelo nome de Conceição de Cima, passou a ser dedicada a Santa Clara (V. este nome), que foi a padroeira do mosteiro. Esta igreja também sofreu notaveis modificações com o decorrer dos tempos, tendo sido quasi totalmente reconstruída na primeira metade do seculo XVII.

Os descendentes do fundador, que foram os capitães-donatarios do Funchal, e depois os condes e marqueses de Castelo Melhor, sempre se consideraram não só como padroeiros desta igreja e convento, como também os seus legitimos senhores e proprietarios, e ainda em Outubro de 1867 reivindicaram a sua posse e propriedade, registando-os na conservatoria desta comarca, depois dum pleito judicial intentado em 1862, em que demonstraram o direito que lhes assistia á propriedade do mesmo convento. Por ocasião da morte da ultima freira, podiam os marqueses de Castelo Melhor ter-se legitimamente apossado do edificio, o que não fizeram, por motivos que desconhecemos.

A primeira abadessa do convento de Santa Clara foi D. Isabel de Noronha, filha do referido João Gonçalves da Camara, a qual sendo freira do mosteiro da Conceição, em Beja, foi transferida para o Funchal com outras quatro religiosas professoras, depois de obtidas as necessarias licenças do pontifice. Com estas madres entraram no novo mosteiro D. Elvira e D. Constança, igualmente filhas do donatario, e que mais tarde foram professoras, e depois da morte deste, ocorrida em 1501, também ali foi admitida outra sua filha de nome D. Constança, a qual segundo diz Frutuoso, “sempre viveu santamente, não querendo ser freira professora porque sempre era enferma”.

Das filhas do terceiro capitão-donatario Simão Gonçalves da Camara, foram ali religiosas D. Beatriz, D. Isabel e D. Maria de Noronha, “onde as meteo seu pay com boas rendas que para isso lhes applicou e viveram sempre mui virtuosamente e santamente”. Os outros donatarios e os mais ricos e nobres fidalgos da Madeira tiveram muitas de suas filhas como religiosas deste convento.

Constituiu-se primitivamente a comunidade com um numero reduzido de freiras, que foi aumentando sensivelmente, tendo cêrca de setenta nos fins do seculo XVI. Por meados do seculo XVIII o numero de

religiosas subia a 130, sendo 70 supranumerarias, muitas das quais não eram professoras nem tinham feito votos. No primeiro quartel do século XIX, estava este número reduzido a cerca de 70. O dote com que cada religiosa entrava por ocasião da sua admissão era de 800\$000 réis, além de outras despesas, o que tudo se computava aproximadamente num conto de réis, não sendo fácil às pessoas pouco abonadas em meios de fortuna fazer parte desta comunidade religiosa.

O primitivo fervor na observância das regras monásticas e a antiga austeridade de vida das freiras deste mosteiro foram a pouco e pouco esfriando, e graves e repreensíveis abusos se introduziram, tendo-se até praticado actos verdadeiramente escandalosos, em que a autoridade eclesiástica se viu forçada a intervir com a aplicação das mais severas penas canónicas. Por meado do século XVIII havia no convento trinta criadas, e varias religiosas havia que tinham uma criada só para seu serviço privativo, o que numa casa de vida apertada e austera, como deve ser um mosteiro, constituía um imperdoável abuso. Tempo houve em que o viver das freiras não se diferenciava do do resto da sociedade a que pertenciam, senão apenas na clausura que guardavam, vivendo encerradas dentro das paredes dum mosteiro. E até uma vez toda a comunidade em péso rompeu momentaneamente a própria clausura, que é o ponto mais apertado e mais grave da disciplina das casas monásticas, tendo o prelado diocesano e o Sumo Pontífice fulminado contra as monjas as mais rigorosas penas da Igreja. Deram-se graves abusos, que depois severamente se coibiram, mas são no entretanto destituídos de fundamento os factos narrados no romance *Angela Santa Clara*, de Henrique Read Cabral.

Um dos acontecimentos mais importantes na historia deste convento, foi o que ali ocorreu por ocasião do saque que os corsarios franceses deram a esta cidade em 1566. As freiras viram-se forçadas a abandonar o seu convento para não serem vitimas daquela horda de selvagens e, como diz G. Frutuoso, “sahiram por entre os canaviaes, e se acolheram e não pararam até ao seu Curral, que dista bom pedaço da cidade, e assim se foram, sem salvar nenhum ornamento, deixando tudo no mosteiro, salvo a custódia do Santissimo Sacramento. . . . Os franceses permaneceram no Funchal, na sua faina de destruição e de matança, de 3 a 17 de Outubro e logo depois da sua saída desta ilha deixaram as religiosas o Curral, recolhendo-se ao seu convento na cidade. Os corsarios fizeram ali a maior pilhagem e causaram grandes estragos na igreja e convento, praticando toda a sorte de vandalismos.

As autoridades civis e eclesiásticas deste arquipélago tentaram por vezes reunir numa só as duas comunidades de Santa Clara e da Encarnação, com o fundamento de ter a primeira abundantes recursos

para se manter e de ser a segunda um convento pobre e de escassos rendimentos, mas nunca conseguiram realizar a projectada reunião dos dois mosteiros, a pesar de terem obtido um breve pontificio que a autorizava, devido certamente a poderosas influencias que se interpuseram e que a isso obstaram inteiramente.

O convento de Santa Clara tinha, por meado do seculo XVIII, mas de sete contos de rendimento anual, e no ano de 1821 ascenderam a 14 contos as suas rendas tendo neste ano um saldo negativo de dois contos de réis, devido á falta duma administração cuidada e zelosa. Em virtude das leis de desamortização, foram vendidos pela fazenda publica todos os bens deste convento, que eram avultados, ignorando-se o quantitativo do resultado dessa venda.

Por ocasião da extinção das ordens religiosas, tinha este convento pouco mais de sessenta religiosas, sendo a ultima sobrevivente Maria Amalia do Patrocinio, que faleceu no mês de Novembro de 1890.

Por decretos de 26 de Outubro de 1912 e 17 de Dezembro de 1914 foram o convento, igreja e cêrca de Santa Clara concedidos á Camara Municipal do Funchal, á Santa Casa da Misericordia e ao Auxilio Maternal, a fim destas entidades construírem uma avenida, um hospital e uma “crêche”, ficando a camara de posse da igreja e coros destinados a um museu regional.

Pelo decreto de 12 de Março de 1896 foi o velho convento cedido á Congregação das Franciscanas Missionarias de Maria a fim de ser ali estabelecido um instituto de preparação do pessoal feminino destinado ás missões religiosas das nossas colonias e também para a instalação dum collegio de ensino elementar e secundario para raparigas, de que havia grande falta no nosso meio, Os acontecimentos politicos ocorridos no nosso país em 1910, provocaram a expulsão daquelas religiosas, que imediatamente saíram da Madeira, ficando interrompidos os excelentes serviços que aqui estavam prestando.

Os decretos de 31 de Outubro de 1912 e 22 de Setembro de 1913 concederam os edificios do convento á Camara Municipal do Funchal, á Santa Casa da Misericordia e á associação de beneficencia, “Auxilio Maternal”, para os fins indicados nos mesmos decretos, chegando-se a demolir uma parte consideravel do antigo mosteiro e praticando-se então actos de verdadeira destruição e vandalismo em todos os edificios. Voltaram estes á posse do Estado, por não se haverem realizado as obras projectadas e não se ter preenchido o fim especial da concessão.

O decreto de 25 de Janeiro de 1927 e a portaria de 12 de Junho do mesmo ano autorizaram o Ministerio das Finanças a ceder ao Ministerio das Colonias as diversas dependencias do extinto convento a favor da Associação Auxiliar das Missões Ultramarinas, com o destino especial de estabelecer-se nele um collegio de formação missionaria para as religiosas que houvessem de prestar serviço nas missões das nossas colonias ultramarinas. A direcção desse collegio foi entregue ás referidas Irmãs Franciscanas, que além disso criaram no mesmo convento uma *crèche+, em que cêrca de 400 crianças são recolhidas, alimentadas e educadas durante o dia, prestando-se deste modo um dos mais assinalados serviços que entre nós se está dispensando á pobreza da Madeira.

Convento de São Bernardino. Foi o primeiro convento que nesta ilha se fundou fora do Funchal. Pertencia á ordem franciscana e tinha por titular a S. Bernardino de Sena, um dos grandes santos da mesma ordem. Ficava situado na freguesia de Camara de Lóbos em lugar ermo e solitario, e a certa distancia da igreja matriz. Teve uma humilde e obscura origem, mas tornou-se depois celebre e afamada em tôda a ilha e parece que até no continente do reino por ter ali vivido e morrido um varão de assinaladas virtudes, por nome Fr. Pedro da Guarda, a que o povo chamou e chama ainda o Santo Servo de Deus. Tornou-se por isso, um centro de atracção para muitos devotos e romeiros, que vinham dos mais distantes logares da ilha invocar a intercessão do santo e humilde franciscano. Com a extinção das ordens religiosas e a attitude do vigario capitular e governador do bispado Antonio Alfredo de Santa Catarina Braga, esfriaram e diminuíram estes preitos de devoção e piedade, mas não se extinguiram de todo porque ainda todos os anos um numero consideravel de individuos procura a sepultura onde foram depostos os restos mortais de Fr. Pedro da Guarda. Nada mais dizemos aqui a respeito da sua vida, virtudes e culto que se lhe prestava, porque lhe consagraremos um artigo especial.

Fr. Gil de Carvalho, humilde frade franciscano, veio do continente do reino para a Madeira, quando os religiosos que ocupavam o hospicio de S. João acabavam de sair desta ilha e foram estabelecer uma comunidade nas proximidades de Lisboa. Desejando, diz o anotador da Historia Insulana, Fr. Gil viver em lugar deserto como ermita, levantou um pequeno cenobio com dos cubiculos, em que habitavam João Afonso e Martinho Afonso, os quais esmolavam pelo povoado para a sustentação dos três.

Crescendo o numero de religiosos, trataram de levantar um pequeno convento em terreno que lhes foi doado por João Afonso Correia, escudeiro do infante D. Henrique, e sua mulher Inês Lopes, que nesta ilha

foram o tronco da casa Tôrre Bela. A nova casa erguia-se num sitio afastado da povoação, cercado dum lado pela ribeira e do outro por uma rocha, sendo bem propria para o genero de vida a que se dedicavam. Passados alguns anos se reuniram a eles outros religiosos, que formaram uma comunidade sob a direcção de Fr. Gil de Carvalho.

Volvidos muitos anos, entregou aquele religioso o govêrno do seu mosteiro a Fr. Jorge de Sousa, que muito concorreu para o seu engrandecimento. Uma enchente da ribeira havia alguns anos antes destruído a pequena igreja e uma parte do convento, tendo Fr. Jorge construído um novo e mais vasto templo, ao abrigo das correntes caudalosas da ribeira, e dando á comunidade a organização canonica duma verdadeira casa monastica, depois de ter melhorado consideravelmente as condições materiais do mosteiro.

A capela-mor da nova igreja foi fundada por Rui Mendes de Vasconcelos, filho de Martim Mendes de Vasconcelos e de Helena Gonçalves, filha de Zarco, e sua mulher Isabel Correia, que era filha dos doadores do terreno em que se tinha levantado o primitivo convento. João Bettencourt de Vasconcelos, neto do fundador da mesma capela e padroeiro dela, vinculou a têtça dos seus bens para acudir ás necessidades do convento, por testamento aprovado a 12 de Dezembro de 1607. A seu respeito lemos num antigo nobiliario: "...chamavam-lhe o Cavalleiro, de alcunha, nasceu no anno de 1535 e passou á India no de 1580, por capitão da nau São Gregorio; succedeu nas terças de seus avós, por morte de seu irmão Ruy Mendes, e fez testamento aprovado em 12 de dezembro de 1607, no qual deixou vinculada sua terça nas fazendas por cima de Camara de Lobos e abaixo da quinta da Torre, e a deixou aos frades de São Bernardino, de cuja capella-mór foi padroeiro, como herdeiro do morgado dos ditos seus avós maternos, seus instituidores; falleceu em 12 de Julho de 1615".

A capela-mor da igreja deste convento era o jazigo privativo dos descendentes dos fundadores e padroeiros dela, e muitos deles foram ali sepultados, sobretudo os sucessores na casa vinculada.

A igreja do convento, que ainda está de pé, embora muito arruinada, tem gravada no alto do frontispicio a era de 1763, que é certamente a data da reconstrução da mesma igreja.

Como fica dito a igreja foi ampliada e reconstruída no ano de 1763, mas exposta ao maior abandono com a expulsão das ordens religiosas entrou em rapida ruína, tendo sido inteiramente restaurada há poucos anos, devido aos diligentes esforços do respectivo paroco de Camara de Lôbos João Joaquim de Carvalho. As

dependencias da antiga casa conventual também foram restauradas na mesma ocasião e, nelas funcionaram, no periodo decorrido de 1931 a 1933, as aulas dos primeiros anos do curso de preparatorios do pequeno seminario diocesano, que foi extinto e incorporado no Seminario da Encarnação.

Convento de São Francisco da Calheta. “O convento de frades de S. Francisco, da Calheta, diz-se numa nota das Saudades da Terra, foi por meio de esmolas levantado cerca do anno de 1670, em terreno comprado pelo devoto Pedro Bettencourt de Athouguia, o qual, depois tomou o habito de leigo no convento de S. Bernardino. É propriedade particular porque foi vendido pela Fazenda Publica”.

Era o mais modesto dos conventos da Madeira e teve sempre um numero muito reduzido de religiosos. Era pequeno o edificio e também a igreja era de acanhadas dimensões.

Convento de São Francisco do Funchal. Os religiosos franciscanos instalaram-se primitivamente num modesto alojamento e numa pequena ermida adjunta, que levantaram no local onde hoje fica a capela de São João, na margem direita da ribeira do mesmo nome. Aí permaneceram alguns anos, até que por 1459 abandonaram o sitio e partiram para o continente do reino, onde estabeleceram uma comunidade em Xabregas, nos arredores de Lisboa. (V. Ordem Serafica).

Por 1476 chegaram ao Funchal o franciscano Fr. Rodrigo de Arruda e alguns companheiros, que ocuparam o hospicio de São João e ali organizaram uma pequena comunidade religiosa, em virtude dum breve do papa Sixto IV, concedido em 1476. Fr. Rodrigo, aproveitando as boas disposições dos habitantes da vila, tratou de levantar um convento no centro da povoação, sôbre terreno pertencente a Clara Esteves, que em testamento o havia vinculado a favor de João do Porto, seu parente, cedendo os religiosos, em troca, o seu hospicio de São João e obrigando-se ainda a celebrar uma missa cantada anual em dia de Todos os Santos, o que tudo foi autorizado pela infanta D. Beatriz, como tutora de seu filho o duque D. Diogo, grão-mestre da Ordem de Cristo, a que esta ilha pertencia. Dizem as Saudades da Terra que a causa da mudança foi “porque o logar era ermo e nelle um frade, por induzimento do Demonio, que sempre urde semelhantes teyas se enforcou, estes religiosos ordenaram huma casa em baixo, na villa do Funchal, em chãos e terras defronte de Santa Catharina, alem da ribeira, onde hora (1590) está fundada uma das melhores casas desta ordem

que a Província tem em Portugal; o qual convento he de observância, tão sumptuoso como fresco, em que sempre estão perto de cincoenta frades, muito letrados, religiosos de virtude e exemplo, quanto se pode achar no mundo”.

Não foi Clara Esteves a fundadora deste convento, como alguns têm erradamente suposto, pois que já era falecida á data da fundação, e foi o primeiro administrador do vinculo por ela instituído que fêz a transacção da troca com os franciscanos, o qual também em cousa alguma contribuiu para a dita fundação. Os verdadeiros fundadores desta casa monastica, modesta na sua origem e que só mais tarde se tornou um importante mosteiro, foram Luiz Alvares da Costa e seu filho Alvaro da Costa no ano de 1473, como se vê da inscrição em letras goticas, que se encontra na respectiva lapide tumular, removida em 1865 para o cemiterio das Angustias (V. este nome), onde ainda hoje se acha. Nesta pedra sepulcral lê-se: Aqi JAS LOIS ALVARES DA COSTA Q- FVNDOU ESTA CASA NA ERA de 1473 E SEV F1 FRANCISCO ALVARES DA COSTA PR1 OVIDOR E VEDOR DA FAZENDA NESTAS ILHAS DA MADEIRA.

O terreno que pertencia a Clara Esteves foi acrescentado com uma grande horta que Maria de Atouguia, neta do fundador, doara em testamento aos religiosos franciscanos.

Teve primitivamente o convento uma pequena igreja, que foi depois acrescentada e reconstruída, sendo esta sagrada a 4 de Março de 1554 pelo bispo espanhol D. Sancho Truxillo, que viera temporariamente exercer funções episcopais nesta ilha. O convento e igreja sofreram ainda grandes reparos e novos acrescentamentos pelos anos de 1578, sendo guardião o franciscano Fr. Diogo Nabo. A esta epoca se referem as seguintes palavras de Frutuoso: “... tem uma egreja muito lustrosa... em a qual ha outo capellas mui ricas e... grande cerca... “.

A pesar deste templo não ser pequeno, foi considerado de acanhadas dimensões para o movimento religioso da comunidade, que havia aumentado consideravelmente, para a grande frequencia dos fiéis e ainda para a construção de novos mausoléus e jazigos particulares, tendo sido demolido em 1780, levantando-se no mesmo local uma nova e vasta igreja.

O templo era um grande edificio de bela e sólida construção, cujo interior não havia sido ainda inteiramente acabado. Tinha apenas três quartos de seculo de existencia, quando o camartelo demolidor o lançou á terra, e estava ainda em excelente estado de conservação, á parte as danificações que as intemperies e o abandono

em que ficara desde 1834, inevitavelmente lhe causariam.

A sua conservação impunha-se. Se não havia necessidade de applicá-lo ao exercicio do culto, devera ter sido destinado ao nosso museu de arte. Pequenas terras de provincia, muito inferiores á nossa em população e em importancia de tôda a ordem, o têm. Modesto sim, mas seria o pequeno museu numa ilha perdida no meio do oceano. Inumeros objectos se têm extraviado e perdido, que ali poderiam e deveriam figurar.

A igreja de S. Francisco era, como se sabe, o verdadeiro panteon de grande parte das mais distintas e antigas familias deste arquipélago. Quasi tôdas tinham ali os seus carneiros e mausoléus, alguns deles de ricos e belos mármorees. Causa-nos hoje verdadeiro espanto é também uma legitima indignação que os representantes dessas familias e, portanto, proprietarios desses sarcofagos, deixassem arrasar essa, que, para elles, deveria ser uma necropole sagrada.

O convento, que era antigo e estava muito arruinado, e o templo anexo, serviram de hospital, de prisão, de quartel, de tribunal e de asilo, sendo, por decreto de 7 de Novembro de 1844, cedidos á Camara Municipal do Funchal para a construção dum edificio destinado á instalação dos tribunais. Nem tentativas se fizeram então para levar a cabo a realização dessa ideia.

Em 1864, a Camara do Funchal deliberou abrir concurso para a apresentação dum projecto e orçamento de um edificio destinado a acomodar os tribunais judiciaes, os paços do municipio, a administração e a recebedoria do concelho, tendo escolhido a cêrca do convento de S. Francisco, como o local mais apropriado para a sua construção.

Revestiu a maior solenidade o lançamento da primeira pedra dos novos paços do concelho. No dia 11 de Março de 1866, saíu da Sé Cathedral um luzido cortejo, presidido por D. Patricio Xavier de Moura, prelado diocesano, e em que se incorporaram a camara municipal, as autoridades superiores do distrito, funcionarios publicos e outras entidades officiaes, dirigindo-se todos á cêrca do convento de S. Francisco e ali se procedeu, no meio dum enorme concurso de povo, ao assentamento da pedra angular do edificio, cuja construção não passaria nunca dos alicerces. Na pedra angular, além das moedas do tempo, foi lançada uma placa de metal, que tinha gravada a seguinte inscrição: *Senatus Funchalensis Hanc Sibi Curam Suis Sumptibus Aedificavit Qua in Eadem et Jus Dicatur Hunc Lapidem in Hujus Optatissimi Operis Auspicio D. Patritius Xavier de Moura regnante Ludovic. I Die Quinto Idus Martius Anno MDCCCLXVI Adstante Eodem Senatu et omnibus Provinciae Magistra Magnae Civium Corona Deum Rite Precatus*

Posuit.

A igreja e o convento foram demolidos. A população da Madeira não viu com bons olhos o arrasamento da igreja, e por vezes os partidos se serviram desta circunstancia, agitando-a como bandeira politica contra os seus adversarios.

Como já dissemos e todos sabem, os projectados paços do Concelho não passaram dos alicerces, tendo-se ali inutilmente enterrado alguns contos de réis.

Podia ter-se levantado a casa da camara, que ficaria nas imediações da igreja, e esta poderia também ter-se conservado para servir de templo catolico ou de museu, pois havia espaço de sobra para estas e ainda outras construções.

Como se sabe, o antigo convento e igreja de S. Francisco ocupavam os terrenos que actualmente formam o Jardim Municipal, as ruas de Hermenigildo Capelo, Serpa Pinto, Conselheiro José Silvestre Ribeiro e o espaço onde se levanta o Teatro Manuel de Arriaga. As ruas que ladeiam o Jardim Municipal, com excepção da de S. Francisco, são de construção posterior á extinção das ordens religiosas, isto é ao ano de 1834.

Conventos. Como ficam atrás descritos, havia na Madeira quatro conventos de frades da ordem serafica ou franciscana: S. Francisco, do Funchal, S. Francisco, da Calheta, Nossa Senhora da Piedade, de Santa Cruz, e Nossa Senhora da Porciuncula, da Ribeira Brava. Também da mesma ordem havia três conventos de freiras, todos no Funchal: Santa Clara, Nossa Senhora das Mercês e Nossa Senhora da Incarnação. Destas casas monasticas apenas existem a igreja e parte do convento de Santa Clara e a igreja da Incarnação.

Os jesuítas também tiveram no Funchal uma casa religiosa ou colégio, hoje servindo de quartel, que existe ainda com a sua igreja adjunta. (Vid. Colegio).

Cook (James). Depois da primeira viagem de circunnavegação realizada pelo nosso illustre

compatriota Fernão de Magalhães, foi a segunda rota marítima em volta do mundo, a do grande navegador inglês James Cook, que mais assinalados serviços prestou à ciência e que mais contribuiu para o alargamento dos conhecimentos geográficos.

Cook, na sua primeira viagem de circunnavegação, saiu das costas da Inglaterra a 26 de Agosto de 1768, comandando o navio da marinha real inglesa Endeavour, que no dia 13 de Setembro seguinte ancorou no porto do Funchal, fazendo-se de vela no dia 19, em direcção ao Rio de Janeiro.

O capitão Cook foi muito obsequiado nesta cidade pelo consul inglês Cheap e pelo governador e capitão-general João Antonio de Sá Pereira.

A bordo do Endeavour iam os naturalistas José Banks e o dr. Solander, encarregados de realizarem diversos estudos científicos, e durante os poucos dias que se demoraram na Madeira procederam a varias pesquisas sobre alguns ramos da historia natural, em que foram auxiliados pelo dr. Heberden, distinto medico inglês que então residia no Funchal.

A descrição desta viagem de Cook refere-se a varios pontos interessantes dos nossos costumes, conventos e igrejas, meios de condução, comercio de vinhos, etc.. Causou grande impressão a Cook e aos dois sabios da expedição uma capela que visitaram no convento de São Francisco, cujas paredes estavam literalmente cobertas de tibias, fémures e cranios humanos. A esta capela macabra se referem outros visitantes com grande estranheza, mas nao se trata dum caso singular, pois em outros conventos da Europa se encontravam também algumas capelas com as paredes guarnecidas de despojos humanos.

Os numeros 462, 463 e 466 do antigo Heraldo da Madeira inserem a tradução da descrição da viagem de Cook, que merece ser lida.

Cook voltou á Madeira em 1772, na segunda viagem que realizou aos mares do sul, comandando desta vez a Resolução, tendo chegado ao porto do Funchal a 29 de Julho. Os naturalistas da expedição eram João Reinhold Forster e seu filho João Jorge, que durante os três dias que se demoraram na ilha observaram 96 plantas, algumas delas cultivadas. Da narrativa desta expedição consta que havia então na Madeira um numero prodigioso de negros e de mulatos, uns livres, outros escravos.

Conta Forster que os navios da primeira expedição do capitão Cook bombardearam a fortaleza do Ilhéu em 1768, por causa de um insulto feito ao pavilhão britânico, mas nem a narrativa de Hawkesworth, nem os documentos oficiais da época se referem a esse facto que, a ter-se dado, não afectou as boas relações que havia então entre Portugal e a Inglaterra.

O capitão Cook realizou uma terceira viagem em 1776, mas sem tocar na Madeira, morrendo numa das ilhas do arquipélago de Sandwich, num combate com os indígenas.

Cooper (William White). E.: the Invalid's Guide to Madeira... Londres, 1840, I Vol..

Cooperativas. De três sociedades cooperativas que se estabeleceram há muitos anos no Funchal, para o fim de fornecerem em condições vantajosas generos de mercearia aos seus associados, só existe presentemente a do regimento de infantaria n.º. 27, instalada em Janeiro de 1892 e cujos estatutos tem a data de 30 de Setembro de 1891. As outras duas há muito que desapareceram, tendo a mais antiga delas, que se denominava Sociedade Cooperativa de Consumo e Crédito do Funchal e cujos estatutos foram aprovados em 29 de Abril de 1875, comprado um excelente prédio á rua do Esmeraldo, em frente da rua de Cristovão Colombo, onde estabeleceu uma bem fornecida mercearia.

Esta mercearia, que fechou em 1880 por só deixar prejuizos aos accionistas, reabriu pouco depois sob a direcção de dois comerciantes que a administraram durante 5 anos, recebendo metade dos lucros do negocio, passando finalmente a ser dirigida por um outro comerciante, que a conservou até 1888 ou 1889, época em que a mesma mercearia foi extinta, em virtude da liquidação da Sociedade. Tendo as acções da Cooperativa de Consumo e Crédito do Funchal sido adquiridas por baixo preço por um dos accionistas, ficou este, sem dispendir capitais avultados, proprietario do excelente prédio da Sociedade, o qual conseguiu vender passados muitos anos, por cêrca de 40 contos.

A outra cooperativa a que atrás nos referimos foi estabelecida por 1893, e durou apenas uns dois a três anos. Estabeleceu uma mercearia na antiga rua do Capitão, mas não chegou a ter predio seu.

Há ainda a mencionar uma quarta cooperativa, a Cooperativa Popular, cujos estatutos foram aprovados em 6 de Março de 1919, e abriu ainda os seus estabelecimentos a 8 de Abril de 1920.

Copépodos. V. Carcinologia.

Coquinho. Nome vulgar do *Cyperus rotundus* e do *C. esculentus*, planta da familia das Ciperaceas, muito comuns na Madeira. Estas plantas emitem uns pequenos tuberculos subterraneos, que podem ser comidos sem inconveniente.

Corais. Coral ou arvore de coral é a designação por que são conhecidos varios zoofitos dos mares da Madeira, entre os quais mencionaremos a *Dendrophyllaea ramea* ou coral vermelho, a *Acanthagorgia Grayi* ou coral negro e o *Hemicorallium Johnsoni* ou coral branco.

Os corais madeirenses estão bem representados no Museu Britanico, no Museu de Liverpool e no Museu do Seminario do Funchal.

Coraliarios. V. Antozoarios.

Cordeiro (Padre Antonio). Nasceu na cidade de Angra no ano de 1641 e morreu em Lisboa a 2 de Fevereiro de 1722. Entrou na Companhia de Jesus e exerceu cargos muito importantes na sua ordem. Escreveu e publicou varios livros nas linguas latina e portuguesa, que vêm enumerados na *Bibliotheca lusitana*. É o autor da conhecida obra *Historia Insulana*, que muito interessa á historia do nosso arquipelago e da qual nos ocuparemos em artigo especial.

Coroa de Henrique (*Agapanthus umbellatus*). Liliacea muito cultivada nos jardins e

quintas do Funchal, Monte etc.. É originaria do Cabo da Boa Esperança e produz numerosas flores azues, inodoras, reunidas em umbela.

Corografia. Para o estudo da corografia deste arquipélago e de cada uma das ilhas que o compõem, além dos elementos que se encontram dispersos em varias obras, nomeadamente no Diccionario Universal Portugues illustrado, existem publicados os seguintes opusculos: Chorographia da Madeira, por João de Nobrega Soares, de que se fêz a primeira edição em 1862 e a quarta e ultima em 1882, Chorographia do Archipelago da Madeira, pelo dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, 1873, e Corografia Elementar do Arquipelago da Madeira, pelo major Alberto Artur Sarmiento, 1912, sendo o ultimo o mais completo estudo que possuímos sôbre o assunto.

A exemplo do que se fêz em anos já passados, deveria novamente ministrar-se no ensino das escolas deste distrito algumas noções elementares da corografia da região. Esse ensino chegou a ser obrigatorio entre nós, fazendo-se quatro edições duma corografia de character regional, no periodo de 20 anos, para uma população pouco superior a cem mil habitantes e onde era muito consideravel a percentagem do analfabetismo.

Para servir de texto no ensino da corografia da Madeira nas escolas deste arquipélago, fêz a Junta Geral Autonoma publicar no ano de 1937 uma nova edição, muito melhorada e adaptada àquele fim, do opusculo do sr. tenente-coronel Alberto Artur Sarmiento, que é um trabalho bastante valioso e que bem merecia ser reeditado.

Sôbre a mesma materia tinha o co-autor deste Elucidario Pe. Fernando A. Silva publicado em 1934 um desenvolvido estudo subordinado ao titulo Diccionario Corografico do Arquipelago da Madeira num volume de 310 paginas.

Corpo Santo (Capela do). É uma das mais antigas capelas desta diocese e uma das poucas construções do século XV que ainda restam entre nós, embora com o decorrer dos tempos tenha sofrido profundas modificações. Foi construída por devoção dos maritimos e dedicada ao seu padroeiro São Pedro

Gonçalves Telmo, mais vulgarmente conhecido pelo nome de Corpo Santo. O culto desta capela é mantido pela classe piscatoria do Funchal, havendo sido ali a sede duma espécie de sociedade de socorros destinada a amparar os marítimos na sua doença ou invalidez, ignorando se ainda actualmente se mantém a confraria com esse caracter de beneficencia entre os seus membros. Vamos transcrever o que a tal proposito encontramos no Diccionario Universal Portuguez Illustrado, que é deveras interessante: “confrarias... existem duas notaveis por datarem dos tempos da primitiva povoação do archipelago e por formarem verdadeiras associações de socorros mutuos; são a confraria do Corpo Santo, com a sua capella manuelina no extremo oriental do Funchal, e a de S. Pedro Telmo, no logar de Camara de Lobos; ambas são de marítimos e manifestamente derivam do celebre compromisso dos marítimos algarvios, é como este vão ligar-se, sob a forma religiosa, com as instituições nauticas do tempo de D. Diniz. Os compromissos das duas aludidas confrarias madeirenses, dos quaes possuímos copia, são como o algarvio, preciosos documentos para a historia, obscura mas gloriosa, não de principes nem de navegadores seus creados, mas dos pilotos e dos marinheiros, dos homens do mar propriamente ditos, que tiveram quinhão não pequeno nos descobrimentos“.

Corpos Calcareaos da Piedade. No sitio da Piedade, na Ponta de S. Lourenço, encontram-se numerosos corpos calcareaos com a apparencia de troncos e de ramos de arvores petrificados, muitos dos quais apresentam camadas concentricas semelhantes ás que se notam em certos vegetais lenhosos. Alguns destes corpos prolongam-se na parte inferior numa espécie de raiz, com a forma e a direcção das raizes das plantas dicotilédoneas.

Os naturalistas que têm visitado a Piedade não estão de acôrdo sôbre a maneira de explicar a origem dos referidos corpos. O botanico Lowe considerou-os como concreções arenoso-calcareaas; Macaulay, como uma formação de corais de familia dos Alcionideos; o geologo Smith, como simples moldes obtidos em espaços ocupados anteriormente por plantas; e Mousinho de Albuquerque e Bowdich, como restos petrificados de uma antiga floresta.

Esta ultima explicação é a unica que nos parece aceitavel, se atendermos á forma e ao aspecto dos corpos a que nos referimos. Quanto ao trabalho da mineralização, deveria ter consistido numa simples troca da matéria organica pela inorganica, indo as particulas de carbonato de cal ocupar o logar das particulas

vegetais, á medida que estas se corrompiam. As aguas, dissolvendo uma parte do calcareo, promoveriam a referida troca, infiltrando-se nas cavidades deixadas pela decomposição da madeira.

Se se admitir que a costa do norte, no sitio da Piedade, se prolongava pelo mar dentro em epochas remotas, formando um declive suave, limitado por uma praia revestida de areias calcareas, bem se poderá admitir também que os ventos, arrastando pouco a pouco essas areias, as levassem a cobrir os terrenos do interior e da costa do sul, fornecendo assim o material preciso para a referida mineralização.

Os terrenos da Piedade são de origem vulcanica e nas escarpas adjacentes encontram-se os tufos e o basalto.

A noroeste do Pôrto Santo existem corpos calcareos da mesma natureza dos da Piedade.

Corre-Caminho (Anthus Bertheloti). Pequeno passaro da familia Antida, que frequenta os logares descobertos em tôdas as ilhas do arquipélago. Não é ave migratoria, tendo uma área de distribuição limitada ás ilhas do Mar Macarroneso (Açôres, Madeira, Selvagens e Canarias). Faz o ninho no solo, desde Fevereiro a Agôsto, pondo ordinariamente quatro ovos de cor cinzenta, com manchas escuras irregulares. É também chamado, em certos pontos da Madeira, carreiró, carreirote, melrinho de Nosso Senhor, melrinho de Nossa Senhora, e no Pôrto Santo é conhecido por bica.

Corregedor. Desde o tempo dos donatarios existiram corregedores na Madeira, mas só de 1767 em diante é que houve aqui um corregedor permanente. Era o primeiro funcionario judicial e a sua jurisdição estendia-se a todo o arquipelago. Tinha aposentadoria fornecida pela camara e era substituído nos seus impedimentos pelo juiz de fora, e na falta deste pelo vereador mais velho.

Pela execução neste distrito, em 15 de Outubro de 1835, da reforma judicial de 16 de Maio de 1832, desapareceram os corregedores, sendo substituídos pelos juizes de direito.

Correia. Já consagramos um pequeno artigo a João Afonso, companheiro de Zarco, que nesta ilha foi

tronco duma nobre e distinta familia. Também teve o apelido de Correia, que transmitiu aos seus descendentes, e foram estes os primeiros que o usaram nesta ilha. Teve João Afonso um filho por nome Antonio Correia, que nasceu na Madeira em 1457 e que varios linhagistas afirmam ter morrido em 1572, contando aproximadamente 115 anos. Foi este Antonio Correia um esforçado cavaleiro que militou valorosamente em Africa, principalmente em Arzila e Safim, tendo ali mantido á sua custa um numero avultado de homens e cavalos. A ele se referem com alevantado elogio as antigas cronicas madeirenses.

Correia Henriques (José Anselmo). José Anselmo Correia Henriques nasceu na freguesia da Ribeira Brava pelos anos de 1777. Pertencia, embora por bastardia, a uma antiga e nobre familia desta ilha, sendo filho natural de Antonio João Correia Bettencourt Henriques e irmão de Fernando José Correia Brandão Bettencourt Henriques, Visconde de Torre Bela e ministro de Portugal na Prussia e na Suecia.

Não sabemos que habilitações literarias possuia José Anselmo Correia Henriques, mas para o exercicio dos cargos que desempenhou e escrever os livros que deu á publicidade, devera certamente ser um homem de não vulgar talento e de rara cultura intelectual. Tendo seguido a carreira diplomatica e sendo um desvelado cultor das letras, faria por certo o seu aprendizado nalgum curso superior ou ao menos no Colegio dos Nobres, onde então se ensinavam as linguas mortas grega e latina, as linguas vivas francesa, inglêsa e italiana, e historia, matematica, fisica, desenho, architectura, equitação, esgrima, etc..

Seguiu a carreira da diplomacia e apenas temos conhecimento de que nela houvesse exercido o logar de representante de Portugal junto das cidades hanseaticas, que, como geralmente se sabe, eram Hamburgo, Bremen e outras, que constituíam uma especie de confederação com representação diplomatica em quasi tôda a Europa. Muitas das suas produções literarias foram impressas em varias cidades europeias, e desta circumstancia se pode talvez inferir que nalgumas delas tivesse tido residencia como membro do corpo diplomatico e fizesse parte das legações de Portugal em diversas côrtes estrangeiras. É muito para acreditar que as obras editadas em Paris, Londres, Hamburgo, Veneza e Cristiania indiquem a permanencia mais ou menos demorada do seu autor nessas cidades, no exercicio de funções consulares ou diplomaticas.

Esteve no Rio de Janeiro, quando a côrte e o govêrno portuguez se achavam ali estabelecidos, desempenhando alguns cargos de confiança junto do principe regente D. João.

Entre as obras de Correia Henriques mencionadas por Inocencio, destacaremos as suas Obras Poeticas, de

que parece ter publicado apenas o primeiro tomo, os poemas herói-comicos A Padeira de Aljubarrota e Perodana, a tragedia Revolução de Portugal, a comedia Escola de Escandalo, e muitas outras, que, se não são obras primas no seu genero, revelam no entretanto apreciaveis aptidões literarias e uma grande cultura de espirito. Traduziu o poema Arte da guerra, de Frederico, rei da Prussia, e ainda outras obras, e também publicou em Londres, em 1821, um jornal politico a que deu o titulo de O Zorregar das côrtes novas. Faleceu em Lisboa em 1831 e era pai do primeiro conde do Seixal.

Correio da Madeira (O). Deu o 11. numero a 3 de Fevereiro de 1849 e o ultimo a 9 de Agôsto de 1851. Sairam 132 numeros.

Correio da Manhã (O). Começou a publicar-se a 31 de Agôsto de 1884 e terminou a 14 de Março de 1886, tendo saído 502 numeros.

Correio da Tarde. Publicou-se de 9 de Janeiro de 1901 a 17 de Janeiro de 1911, tendo saído 1294 numeros.

Correio do Funchal. Publicaram-se 25 numeros, de 5 de Junho de 1867 a 10 de Janeiro de 1868.

Correio do Funchal. Iniciou a sua publicação a 2 de Janeiro de 1897 e suspendeu a 2 de Janeiro de 1899, tendo saído 587 numeros.

Correios. O serviço regular no correio do Funchal parece datar de 1662, ano em que foi nomeado para a Madeira um tenente correio-mor, encarregado do “regimento e execução do porte das cartas“. É de crer que este funcionario fôsse subordinado ao correio-mor do reino e que só dele recebesse ordens, visto a administração dos serviços postais não estar nessa epoca a cargo do governo.

O officio do correio-mor desapareceu em 1797, e em 13 de Maio de 1798 foi criado o correio da Madeira, que ficou a cargo de um administrador, tendo rendido 251\$630 réis neste ano, 312\$500 em 1800, 381\$550 em 1810, 691\$120 em 1820 e 1:160\$830 em 1823. De 1798 a 1824 rendeu o correio a importancia de 14:606\$066 réis.

Em 8 de Abril de 1805 foi ordenado, por decreto, que os correios da Madeira e Açores fossem anexados á Administração Geral dos Correios, mas esta anexação, segundo parece, não se fêz, visto em 18 de Abril de 1838 ter aparecido um novo decreto em que se suscitava a completa observancia do que fôra determinado no diploma anterior.

Os serviços postais no Funchal estiveram durante largos anos a cargo de um correio assistente, subordinado á Administração Geral dos Correios, mas não podemos precisar o ano em que esse logar foi criado.

O lugar de correio assistente era dado a quem o desempenhasse em condições mais vantajosas para o Estado, e as funções do individuo nomeado duravam três anos, findos os quais se abria novo concurso.

O correio assistente prestava fiança perante a Camara Municipal, cobrava os portes legais de toda a correspondencia e os premios dos objectos que segurava contra os riscos do extravio, e ficava obrigado a estabelecer correios subalternos, segundo as necessidades do serviço, regulando-se em tudo o mais pelas disposições do regimento de 5 de Abril de 1805 e instruções anexas.

O maior lanço oferecido em 1839 pelo lugar de correio assistente do Funchal foi de réis 1:030\$000 anuais, moeda forte, devendo esta importancia ser paga aos trimestres vencidos, na Administração Geral dos Correios em Lisboa.

O Decreto de 27 de Outubro de 1852 extinguiu os logares de correios assistentes e passou todos os estabelecimentos postais para a administração directa do Estado, sendo criado então o logar de director do correio do Funchal.

O referido decreto introduziu o uso das estampilhas, mas declarou facultativo este processo de franquia para a correspondencia interna trocada entre o continente do reino e as ilhas adjacentes, ou entre estas e aquele. As cartas estampilhadas pagavam 25 réis, até 3 oitavas de peso; os impressos 10 ou 20 réis até 1

onça de peso, conforme eram franquiados com selos ou não.

As malas, para Inglaterra eram expedidas outrora pelo consulado inglês nesta ilha, o qual tinha também a seu cargo receber as malas que vinham daquele país e remetê-las para o correio do Funchal, depois das cartas terem sido separadas dos jornais e outros impressos. O consulado inglês encarregava-se da distribuição dos impressos; o correio português da distribuição das cartas, convindo notar que estas nada pagavam no Funchal, visto os expedidores terem satisfeito os respectivos portes nos correios ingleses. O porte das cartas para a Inglaterra era pago nos correios ingleses, e não no consulado britânico, no Funchal.

A convenção postal celebrada com a Inglaterra em 5 de Junho de 1859, regularizou o serviço da correspondência trocada com aquele país e reduziu os portes que se pagavam pela transmissão das cartas.

A distribuição domiciliar de correspondência na cidade do Funchal começou em 1877. Em Lisboa já em 1805 existia esse serviço, sendo o porte das cartas pago então por quem as recebia.

O correio no Funchal desde 1866 que emite vales pagáveis no continente, e desde 1852 que tem delegações nas cabeças de concelho. A Câmara Municipal do Funchal subsidiou durante algum tempo o serviço de transporte da correspondência entre a cidade e certos pontos da ilha.

Em 7 de Julho de 1880 foram reorganizados os serviços telegrafo-postais, ficando então juntos os correios, os telegrafos e os faróis. Em cada distrito administrativo ficou o serviço sendo dirigido por uma repartição denominada Direcção Telegrafo-Postal, e nas localidades que não eram cabeças de distrito, foram criadas estações.

Em 1886, 1892 e 1899 sofreram novas alterações os serviços telegrafo-postais, mas a reforma de 7 de Julho de 1880 é sem dúvida a mais valiosa e importante que se tem realizado até o presente.

A receita dos correios da Madeira no ano económico de 1921 a 1922 foi de 832.043\$00 e a despesa de 268.083\$37.

Correntes de Lava. No Pôrto do Moniz, na costa setentrional da Madeira, e no Gorgulho, perto do Funchal, há correntes de lava de aspecto muito curioso. As correntes do Pôrto do Moniz, de que existe um

desenho nos Elementos de Geologia de Carlos Lyell, têm uma apparencia particularmente recente, formando uma delas uma massa eriçada de asperezas, que se prolonga além da linha da costa. As lavas do Gorgulho estão no litoral, junto do sitio onde se erguia outrora um pequeno forte, e apresentam varias escavações, onde se depositam as aguas do mar.

Correntes Maritimas. V. Gulf Stream.

Corricar. Entre os pescadores da Madeira equivale a fazer pesca de corrico. Significa também, em linguagem familiar, fazer rapidamente pequenos percursos em variadas direcções.

V. Corrico.

Corrico. Processo de pesca usado na Madeira, que consiste em fazer correr uma embarcação, levando após si uma ou duas linhas com anzol no extremo, onde se fixa a isca, a qual pelo movimento é obrigada a deslizar não muito longe da superficie da agua. São a bicuda, a enchova e o serralhão as especies que melhor se adaptam a este sistema de pesca, exercido durante a noite, mas excepcionalmente colhe-se a canēja e outros peixes, que têm o habito de percorrer a flor do mar. A isca é quasi sempre um pequeno peixe inteiro. Bum chicharro. Be nisto difere do corripo, processo adoptado em Portugal, onde se usa prender ao anzol um pedaço de trapo branco, chamado amostra e que o peixe enganado toma por isca apetitosa.

Corsa. Veículo de arrasto, de forma rudimentar, usado na Madeira e destinado somente ao transporte de carga. É puxado por bois, ao inverso do que pretendem dicionaristas portuguezes, que o dizem movido por gente e usado no transporte de pessoas. Compõe-se simplesmente de uma prancha de madeira, com dez palmos de comprimento e dois de largura, e em cuja extremidade anterior há uma abertura para a passagem de uma correia que a liga á lança, a qual é conhecida pela extravagante designação de solas. A prancha é quasi sempre de madeira de til e algumas vezes de nespereira ou amoreira, a lança ou solas é feita de

pinheiro e a canga e os canzis de nespereira ou til. Os bordos da superfície superior da prancha recebem umas tiras de madeira, enquanto a face inferior, que arrasta, é às vezes forrada de duas chapas de ferro.

É usada nas Canarias sob a mesma denominação, facto interessante que atesta a troca de costumes entre a gente dos dois arquipelagos, em épocas que já lá vão.

O termo é o unico - pode talvez dizer-se genuinamente português, que designa um veículo de arrastar. Julgamo-lo digno de ser aceite como vernaculo, tanto mais que parece derivar-se do latim *cursus*, e não há portanto razão para o desprezar, substituindo-o, como se faz muitas vezes na propria Madeira, pela palavra *zorra*, que, na generalidade, deve ser aplicada a certo veículo de rodas e só muito restrictamente a um carro de arrasto.

Tão pouco não o pode substituir o vocabulo *trenó*, de origem francesa, que significa um veículo sem rodas para andar no gêlo, objecto que de resto não existe no clima das terras portuguesas.

A palavra regional *corsa*, que parece não encontrar equivalente na lingua, deveria talvez ter foros de nacional e passar á categoria de vernacula, salvo a opinião das boas autoridades.

O Dr. Sloane, que visitou a Madeira em 1687, refere-se á *corsa*, sendo de crer que este veículo existisse já na ilha nos primeiros tempos da colonização.

Corsão. Corsa de grandes dimensões, em que a prancha é substituída por quatro barrotes dispostos em rectangulo muito alongado. Algumas vezes sôbre este rectangulo descansa um largo estrado em forma de grade, que permite o transporte de cargas muito volumosas, como a rama de pinheiro para fornos de padeiro, pipas, mobiliario, etc..

Corsarios Franceses. V. Saque dos Franceses.

Cortado. Sitio entre Sant'Ana e o Faial, donde se desfrutam soberbos panoramas sobre esta ultima freguesia e a Penha de Aguiã. Quem sobe a ingreme ladeira que conduz ao Cortado, e transpõe o corte ou abertura que se encontra no alto dela, sente a impressão de que entra numa quinta, tão verdes e arborizadas são as margens do caminho que conduz daí a Sant'Ana.

Cortado (Pico do). Elevação montanhosa, no sítio do mesmo nome, freguesia de Sant'Ana, a 527 metros de altitude.

Cortado (Ponta do). No litoral da freguesia de Sant'Ana e não muito afastada do lugar chamado Rocha do Navio e do ilhéu deste nome, fica a Ponta do Cortado, nas proximidades do Pico, que tem igual denominação.

Cortez. Este apelido de familia procede de Manuel Afonso Cortez, cidadão do Pôrto, que casou com Ourana Lopes, de Camara de Lobos, onde morreu em 1615.

Cortina da Cidade. Assim se denominavam as muralhas que protegiam o Funchal contra qualquer assalto de inimigos, tanto pelo lado de terra como pelo do mar. Estas muralhas estendiam-se pelo lado de leste desde o Pelourinho até a Pena, seguindo a margem direita da Ribeira de João Gomes; pelo de oeste desde a foz da Ribeira de S. João (antiga Ribeira Grande) até a rocha do Pico dos Frias, seguindo a margem esquerda da mesma ribeira; e pelo do sul desde a foz da Ribeira de S. João e á fortaleza de S. Tiago.

A cortina da cidade começou, segundo parece, a ser construída no reinado de D. Sebastião, mas no regimento para as fortificações que este monarca deu á Madeira, não se fala nas muralhas para leste da Ribeira de João Gomes. Estas muralhas foram construídas durante o dominio castelhana, tendo Filipe III, por alvará expedido em 1618, aplicado a essa obra, que só ficou concluída em 1637, valiosos meios pecuniarios.

Segundo uma inscrição que existe na praça e armas do Castelo de S. João, do Pico, e que o Dr. Azevedo transcreveu a pag. 625 das notas ás Saudades da Terra, quasi tôda a cortina que pega com o dito castelo foi construída pelo governador Luiz de Miranda Henriques, que esteve nesta ilha desde 1636 a 1640. Esta parte da cortina estava indicada, porém, no regimento de D. Sebastião, como necessaria para a defesa terrestre da cidade.

João da Costa e Brito, governador geral do arquipelago desde 1680 até 1684, parece que melhorou as muralhas da cidade, mas vê-se de uma inscrição que existia no portão, agora demolido dos Varadouros, e que o Dr. Azevedo também transcreveu a pag. 628 da referida obra, que as ditas muralhas só ficaram concluídas em 1689, nos tempos do governador D. Lourenço de Almeida.

Há uma carta do duque D. Manuel, datada de 21 de Junho de 1493, em que mandava fazer cêrca e muros na vila do Funchal, mas 9 de Janeiro de 1494 apareceu uma carta regia revogando aquela ordem e mandando se fizessem apenas alguns baluartes e tapassem alguns portais para a boa defesa e guarda da ilha. Depois disto, veio á Madeira Vicente Sodré, por ordem do mesmo duque, tratar da referida cêrca e muros, mas como diz o Dr. Azevedo, foram nulos os resultados desta comissão, pois que a ilha só teve fortificações depois que o poder monarquico nela se consolidou, pelas reformas manuelinas.

O forte de S. Filipe, o reduto de Santo Antonio da Alfandega, a fortaleza de S. Lourenço e a bateria das Fontes ficavam dentro do antigo recinto murado, tendo, porém, tôdas estas fortificações, á excepção da de S. Lourenço, sido levantadas depois da construção dos muros. “O reducto da Alfandega, diz o Dr. Azevedo, foi a primeira exrecencia na cinta de muralhas do Funchal; foi o primeiro golpe no sistema de circunvalação, e o primeiro passo intencional no de defeza maritima, firmado no alcance e cruzamento dos canhões”.

Em 1557 lançou o govêrno a contribuição de 7:000 cruzados sôbre as fazendas da capitania do Funchal, para as obras de fortificação; em 1576 a de 100 000 cruzados, também para as mesmas obras; e em 1617 exigiu o govêrno o pagamento da quantia que preciso fôsse, para os muros e mais obras militares de que necessitava a Madeira. Antes disso, em 1493, fôra imposta á ilha uma contribuição de guerra para a construção da cerca e muros da vila do Funchal, contribuição que ficou sem efeito por essa obra não ter sido executada, em virtude da carta regia de 9 de Janeiro de 1494, a que atrás nos referimos.

Da antiga cortina da cidade só estão de pé alguns restos mais ou menos ocultos pela casaria, tendo desaparecido também as portas ou portões que existiam na mesma cortina. O redente da entrada da cidade e as muralhas junto do actual Mercado de S. Pedro e entre a Fortaleza e o forte das Fontes, desapareceram em 1839; em 1888 desapareceu a bombardeira perto do antigo cemiterio britanico, ao largo do Ribeiro Real; em 20 de Setembro de 1897 começou a ser demolido o lanço da cortina da cidade contiguo ao forte de S. Pedro, ao norte da antiga Praça Academica; e finalmente em Maio de 1911 foi suprimida a parte da muralha que existia junto da capela dos Varadouros. Em virtude de representações dirigidas ao Govêrno em Agôsto de 1895 e Fevereiro de 1896, possui a Camara agora o lanço das antigas muralhas, que se vê junto do sitio onde desemboca a Avenida de João de Deus, e em 29 de Maio de 1914 resolveu a mesma corporação adquirir a parte da cortina da cidade necessaria ao prolongamento do Largo da Sé até á praia, visto estar para isso autorizada por uma nota do Ministerio da Guerra. A demolição desta parte da cortina da cidade começou em Março de 1920 para a abertura da Avenida Antonio José de Almeida. Em 15 de Outubro de 1896 mandou a Camara suspender a demolição da parte da cortina da cidade que margina a Rua Pimenta de Aguiar, por causa de uma reclamação do chefe da secção de engenharia nesta ilha, estando ainda hoje de pé essa muralha perfeitamente inutil, mas á qual o referido funcionario atribuiu segundo cremos, importancia militar.

Das antigas portas ou portões da cortina da cidade, só existem hoje dois, que são o da Alfandega e o que fica proximo á fortaleza de S. Tiago, mas, afora estes, houve ainda os seguintes, que foram demolidos para melhoramento da cidade: o de Nossa Senhora do Calhau, entre o forte de S. Pedro e o Pelourinho, quasi em frente da rua da Boa Viagem, que foi demolido em 1836, quando se começou a Praça Academica; o da rua do Sabão, demolido no mesmo ano; o da Saúde, perto da antiga Casa da Saúde ou da Associação Comercial, demolido em 1839; o de S. Lazaro, no ponto em que a antiga Rua dos Aranhas comunica com a Rua da Ponte de S. Lazaro, demolido em 1904; o de S. Paulo, junto á capela do mesmo nome, demolido em 1839; o da Carreira, junto da Rua Pimenta de Aguiar, e o do Pico, na Rua das Cruzes ou de João Joaquim de Freitas, ambos demolidos em 1865; e o dos Varadouros, demolido em 1911.

Este ultimo portão, que era antes de 1839 a entrada principal da cidade, recomendava-se pela elegancia da sua arquitectura, tendo as pedras de que era formado sido numeradas na ocasião da demolição, por ordem do engenheiro municipal sr. Anibal Augusto Trigo, a fim da obra poder ser facilmente reconstituída quando se trate um dia de criar um museu de antiguidades madeirenses.

No portão sôbre o qual se viam as armas da Camara, lia-se a inscriçao latina seguinte, a que atrás nos referimos: Perfecta haec varii praefecti moenia frustra “ praeterito cupiunt tempore quisque suo “ sed Domino Laurento ea est servata voluptas Dalmada qui istud fine coronat opus “ anno “ 1689 .

A pesar da cortina da cidade não ter de há muito importancia alguma militar, não foi sem dificuldade que a Camara obteve do Ministerio da Guerra a necessaria licença para demolir alguns lanços dela. Sem a intervenção de altas influencias politicas, talvez alguns melhoramentos que dependiam da supressão dessa cortina estivessem ainda por executar, tal era a importancia que ainda não há muitos anos se ligava naquele Ministerio á conservação de um sistema de fortificações, que só servia para atestar que a defesa e guarda da ilha não eram outrora, como são hoje, assunto descurado pelos governantes.

V. Fortificações.

Coruja (Strix flammea). Ave rapace nocturna da familia Bubonidea, indigena da Madeira. Deposita os ovos nas fendas das rochas, onde vive durante o dia.

Corujeira. Neste conhecido sitio da freguesia da Tabúa, encontra-se uma antiga capela que tem a invocação da Mãe de Deus, ignorando-se o ano da sua fundação e o nome dos seus instituidores. Arrasada pela violencia das aguas caudalosas da ribeira, foi reedificada na margem oposta á da sua primeira construção, no ano de 1767.

Corvo. Três especies do genero corvo têm sido assinaladas como aves de passagem nestas ilhas: Corvus corone, C. Corax e C. leptonix.

Cossart. Este apelido de familia procede de William Cossart, que já em 1809 tinha quaisquer interesses ligados ao negocio da exportação de vinhos desta ilha, feito pela casa comercial inglesa de Newton, Gordon, Murdoch & Scott.

A casa comercial pertencente agora (1920) a Cossart, Gordon & CO., foi fundada em 1745 e tem girado desde então sob as seguintes razões sociais: Francisco Newton (1745-1748), Newton & Spence (1748-1758), Newton & Gordon (1758-1775), Newton, Gordon & Johnston (1775-1791), Newton, Gordon & Murdoch (1791-1802), Newton, Gordon, Murdoch & CO. (1802-1805), Newton, Gordon, Murdoch & Scott (1805-1834), Newton, Gordon Murdoch & CO. (1834-1839), Newton, Gordon, Cossart & CO. (1839-1861) e Cossart, Gordon & CO. (1861).

Cosson (E). E: Catalogue des plantes recueillies par G. Mandon en 1865 et 1866 dans les îles de Madère et de Porto Santo. (Bull. de la Soc. Bot. de France, vol. XV, 1868).

Costa. Há dois ramos desta família, um procedente de Luiz Alvares da Costa e outro de Nuno da Costa. Luiz Alvares da Costa veio para a Madeira no tempo de D. Afonso V e aqui foi vedor e provedor da fazenda real, e fundou o convento de S. Francisco, do Funchal; Nuno da Costa foi um dos primeiros povoadores de Machico e um dos procuradores desta vila e da de Santa Cruz perante o rei, para a celebração do foral de Machico, em 1515.

Costa (Daniel da). Falando do bispo do Funchal D. Luiz Figueiredo de Lemos, diz Gaspar Frutuoso: “Da sua illustre progenie apontarei um capitulo, que delle depois com alto estylo compoz o doctississimo Doutor Daniel da Costa, Medico de Sua Magestade, pessoa nobre, de grandes letras e virtudes, residente na cidade do Funchal, para mayor claresa da fidalguia, vida, virtudes e costumes do mesmo Senhor”. Barbosa Machado diz que o escrito citado se intitulava Contra ponto, ou Vida do VII Bispo do Funchal, e andava inserto na Historia das Ilhas.

Costa (D. Rodrigo da). A sua nomeação para governador e capitão-general deste arquipelago data de 2 de Dezembro de 1689, tendo tomado posse a 20 de Outubro de 1690.

Em 1702 foi nomeado governador da Baía e em 1707 vice-rei da Índia. Era filho do conde de Soure e morreu

em 1722.

Costa (João Sabino da). Nasceu no Funchal a 14 de Outubro de 1886 e foi morto pela policia da capital em 1 de Fevereiro de 1908, por suspeitas de ter contribuido para o assassinato do rei D. Carlos e do principe real D. Luiz Filipe, crime este em que se provou mais tarde não haver tomado parte alguma.

Foi soldado do regimento de infantaria n1. 5, e era empregado do comercio na epoca em que foi morto.

As antigas rampa e calçada do Cidrão têm agora (1920) o nome de João Sabino da Costa.

Costa (José Miguel Lamartine Prazeres da). Foi eleito deputado pela Madeira a 11 de Maio de 1919.

Costa (José Simão da). Nasceu no Funchal e há muitos anos que reside no Brasil. Tem o curso dum instituto superior dos Estados Unidos da America do Norte e é socio da Academia Latina das Ciencias, Artes e Belas Letras de Paris e de varias sociedades literarias do Brasil. Além da sua colaboração em diversos jornais, publicou Cultura intensiva do coqueiro BSeu valor economico, Rio de Janeiro, 1913, e A região Amazonica. Seu presente, passado e futuro. Rio de Janeiro, 1913. Faleceu no Brasil no mês de Junho de 1923.

Costa (Monsenhor Hipolito da Purificação das Angustias e). Este sacerdote brasileiro, que era possuidor duma avultada fortuna, faleceu no Funchal a 9 de Janeiro de 1912. Pouco antes de morrer dispôs verbalmente dos bens que possuía no Brasil e em Goa. Foram impugnadas as ultimas disposições da sua vontade, correndo um processo judicial sobre o assunto nos tribunais brasileiros. Diz respeito a este processo o folheto Uma questão de direito internacional, publicado em Lisboa em 1913 pelo seu autor o dr. Vicente Ferrer, em que se fazem referencias á estada e morte de Monsenhor Hipolito Costa no Funchal.

Costa de Baixo. A costa marítima da Madeira, que fica a oeste do Funchal, é comumente chamada Costa de Baixo, compreendendo esta designação todas as freguesias que se encontram na mesma costa, e que são as que constituem os concelhos de Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta.

Costa de Cima. É conhecido por este nome o litoral do sul da Madeira, que se acha a leste do Funchal, denominação que abrange todas as freguesias que formam os concelhos de Santa Cruz e Machico, com exceção da freguesia do Porto da Cruz, que fica na costa do norte da ilha.

Costa Dias (Manuel da). Nasceu na freguesia da Ponta do Pargo a 18 de Outubro de 1883 e frequentou o seminário diocesano, o liceu do Funchal, o instituto industrial e a escola do exercito. Esteve algum tempo no Brasil antes de se matricular no liceu, e enquanto aluno deste estabelecimento de instrução redigiu o jornal republicano O Democrata. Prestou serviços em Africa logo depois de concluir os seus estudos militares, foi lente da Escola de Guerra e representou a Madeira no Parlamento na sessão legislativa de 1915 a 1917. E.: As subsistências no exercito aliado anglo-luso, Lisboa, 1909; Colonização dos Planaltos de Angola, Lisboa, 1913; Guerra Peninsular, 1808-1811; O Serviço de Subsistências no Exército Anglo-Luso, I vol., 1913, Administração Militar, I vol., 30. ed., 1918; Flandres, I vol. 1920. Morreu em Lisboa no ano de 1930, sendo major da Administração Militar.

O “Diário da Madeira” de 12 de Outubro de 1930 publicou um desenvolvido artigo biográfico acerca deste distinto madeirense.

Costa do Norte. A costa setentrional da Madeira, geralmente conhecida pelo nome de Costa do Norte, estende-se desde a Ponta do Tristão, a entestar com a região oeste da ilha, até o extremo da vertente norte da Ponta de São Lourenço que se prolonga pelo lado de leste. Algures se diz, e com toda a propriedade, que é uma costa alpestre e penhascosa, figurando uma linha de altos penedos, semelhantes a uma enorme muralha de rocha com a base açoutada pelas ondas e o cimo coroado com a luxuriante verdura

duma floresta nativa, pela raridade das praias e enseadas, e pela violencia dos ventos dos quadrantes do norte que ali sopram a maior parte do ano, é de todo inóspita para os navios e pouco segura para os barcos, tendo apenas dois portos de refugio contra o tempo, o do Pôrto da Cruz e o do Pôrto do Moniz, situados aproximadamente nos extremos leste e oeste da mesma costa. Abrange esta as freguesias dos concelhos do Pôrto do Moniz, São Vicente e Santana, e ainda a paróquia do Pôrto da Cruz e o litoral norte da paróquia do Caniçal, que pertencem ao concelho de Machico.

O perimetro do litoral da Costa do Norte é descrito por Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque nos seguintes termos: “A partir da Ponta do Pargo para o N. começa a Costa por correr primeiro na direcção de N. E. até a Ponta do Tristão, onde principia a Costa Setentrional da Ilha, dirigindo-se proximamente a E. S. E. até São Vicente, e de ali tomando a direcção E. N. E. até a Ponta de São Jorge, donde volta á direcção geral de S. E. até o Pôrto da Cruz, quasi na origem setentrional da Ponta de São Lourenço, a qual termina a ilha na sua extremidade oriental, estendendo-se para o mar com mui pequena largura por espaço de três milhas proximamente, e na direcção de O. e E.. Em quasi tôda a extensão deste litoral, o mar é profundo e limpo de escolhos, exceptuando-se somente: 1º. Ba parte reintrante desta costa, onde há algumas baixas e rochedos ilhados, entre os quais sobressaiem o Ilhéu da Ribeira da Janela e o Ilhéu e baixa do Pôrto do Moniz; 2º.-a Ponta do Pargo, onde se estende ao mar um baixio, sôbre o qual a vaga rebenta com ventos mediocres, obrigando os barcos a afastar-se consideravelmente da terra para dobrá-la”.

Costa do Sul. A costa meridional da Madeira, vulgarmente chamada Costa do Sul, alonga-se desde a acentuada saliencia do litoral que tem o nome da Ponta do Pargo até o extremo da Ponta de São Lourenço. A região do sul é muito amena e pitoresca, tem mais enseadas e lugares de desembarque, o que junto ao abrigo que contra os ventos dominantes produz a massa geral da ilha, faz com que os navios e os barcos encontrem nesta costa a segurança que a do norte lhes nega, como acontece na baía do Funchal. Ficam nesta costa do sul as freguesias dos concelhos da Calheta, Ponta do Sol, Ribeira Brava, Camara de Lôbos, Funchal, Santa Cruz e Machico, com excepção da freguesia do Porto da Cruz e o litoral-norte do Caniçal, pertencentes ao ultimo daqueles concelhos.

O citado Mousinho de Albuquerque, referindo-se ao litoral maritimo da Costa Sul, diz “Partindo da Ponta do Pargo, corre a costa meridional da Ilha ao S. E. até a Ponta do Jardim, apresentando nesta extensão algumas pequenas baixas e penedos mui proximo á mesma Costa, particularmente diante do Paúl do Mar e

do mesmo Jardim. Segue depois a costa a direcção do E. S. E. até a Ponta do Sol, e de ali até a Ponta da Cruz, a mais meridional da Ilha, corre na generalidade, e prescindindo das sinuosidades e pontos menores, na direcção E. S. E $\frac{1}{4}$ E.. Da Ponta da Cruz até o Cabo Garajau, onde se acha a baía do Funchal, é a direcção da costa proximamente E $\frac{1}{4}$ N., e passado este Cabo e até a Ponta dos Picos da Atalaia torna-se esta sensivelmente E. N. E., e de ali até o Caniçal na origem da Ponta de São Lourenço é a mesma direcção geral da Costa N. N. E $\frac{1}{4}$ E. Em quasi tôda a extensão do litoral desta Costa o mar é fundo e livre de baixios com excepção do Ilhéu do Gorgulho, Baixa do Carneiro, o Ilhéu fortificado e a extremidade da Ponta de São Lourenço circundada de alguns rochedos ilhados e pequenos cabeços de rocha que as aguas cobrem”.

Costa Ferreira (Dr. Antonio Aurelio da). Nasceu no Funchal a 18 de Janeiro de 1879, sendo filho de Francisco Joaquim da Costa Ferreira e de D. Teodolinda Augusta de Freitas da Costa Ferreira, e é licenciado em filosofia e bacharel em medicina pela Universidade de Coimbra, assistente de anatomia na Escola Medica de Lisboa, professor extraordinario de um dos liceus da mesma cidade, director da Casa Pia, professor de pedagogia geral e historia da educação na Escola Normal, socio da Sociedade de Antropologia de Paris, da Sociedade Portuguesa de Sciencias Naturais, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Academia das Sciencias de Portugal, do Instituto de Coimbra, etc.. Milita no partido evolucionista, foi ministro da fazenda no ministerio presidido por Duarte Leite e desde muito novo que se dedica a estudos antropologicos, sendo o português que melhor conhece hoje o ramo das ciencias naturais que trata do homem e das raças humanas. Tem publicado sôbre esta especialidade varios trabalhos, entre os quais mencionaremos os *Cranios Portugueses* (1898 a 1899), *La Capacité du Crâne et la Composition Ethnique probable du Peuple Portugais* (memoria apresentada á Sociedade de Antropologia de Paris, em 1895) e *O Povo Português sob o ponto de vista antropologico* (conferencia feita na Sociedade de Geografia de Lisboa, a 6 de Março de 1909).

O Dr. Costa Ferreira tem colaborado no *Jornal dos Medicos e Farmaceuticos*, na *Clinique Infantile*, na *Medicina Moderna*, no *Movimento Medico*, nos *Anais da Academia Politecnica do Porto*, no *Boletim da Sociedade Portuguesa de Sciencias Naturais*, etc., sendo um dos madeirenses que melhores serviços têm prestado ás ciencias e que mais abrilhantam a galeria dos naturalistas portugueses.

O dr. Costa Ferreira esteve no Funchal em Junho de 1922, seguindo daqui para o Cabo da Boa Esperança e

depois para Lourenço Marques onde se propunha organizar o Museu Antropologico e proceder a varios estudos na provincia. Não chegou porém a iniciar estes trabalhos e estudos, pois que se suicidou naquela cidade portuguesa de Africa, á 15 de Julho de 1922, isto é muito poucos dias depois de aí chegar. O parlamento concedeu á viúva de Costa Ferreira a pensão de 3:600\$00 anuais e a Camara Municipal do Funchal, em sua sessão de 21 de Setembro de 1922, deu o nome do nosso malogrado patricio á antiga rua do Carmo.

Costa Pereira (Luiz da). Foi Luiz da Costa Pereira um ilustre madeirense que se notabilizou em varios ramos da actividade humana, mas cujo nome é quasi inteiramente desconhecido entre nós a pesar de terem apenas decorrido 26 anos depois da sua morte. Ferido duramente pela adversidade, passou os ultimos anos numa obscura e ignorada existencia, em guerra atroz com a doença, com a miseria e com a velhice.

Luiz da Costa nasceu no Funchal a 17 de Agosto de 1818 e nesta cidade cursou os indispensaveis preparatorios para a matricula na Universidade de Coimbra. Depois dum curso brilhante e em que obteve varios premios, concluiu a sua formatura na faculdade de matematica em 1844. O seu nome era citado a par do de Teixeira de Vasconcelos, João de Lemos, Barbosa du Bocage, Casal Ribeiro, Couto Monteiro, Gonçalves Lima, Xavier Monteiro, etc., seus contemporaneos na Universidade e com os quais ombreava no cultivo das ciencias e das letras.

Em 1851 foi nomeado professor do Liceu do Funchal, logar que exerceu poucos anos, e depois desempenhou o cargo de comissario de estudos no distrito de Braga, onde também não teve demorada permanencia. Espirito voluvel e irrequieto, não soube aproveitar os dotes com que a natureza enriqueceu a sua privilegiada inteligencia. Foi por isso que Bulhão Pato disse dele com inteira justiça: “Nunca conheci quem reunisse tantas faculdades, nem tão pouco quem mais tenazmente procurasse dar cabo delas. Não era aptidão que possuia, eram altas faculdades. Bemfadada organização, poderosa em tudo, até na força com que vingou esconder, na penumbra, uma luz que devia rutilar entre as mais brilhantes”.

Luiz da Costa Pereira fixou residencia em Lisboa e durante muitos anos se dedicou quasi exclusivamente a cousas teatrais, para que tinha uma decidida vocação e onde revelou as brilhantes faculdades do seu

extraordinario talento, como actor e autor, ensaiador, director tecnico e comissario régio do Teatro D. Maria, e professor de declamação e da arte de representar no Real Conservatorio de Lisboa. Disse Camilo Castelo Branco: - Este é aquelle Luiz da Costa que foi na minha mocidade o symbolo, o mestre da scena; neste cerebro pulsaram todos os talentos creadores das implacaveis paixões da tragedia; do peito d'este homem explodiram os brados que levantaram as plateas em delirio de triumpho“.

Luiz da Costa traduziu e adaptou á cena portuguesa algumas peças de teatro estrangeiro e escreveu o livro Rudimentos da arte dramatica, de que só publicou a primeira parte num volume de 240 paginas.

Na sua mocidade cultivou a poesia com extraordinario sucesso e foi um dos colaboradores da conhecida e brilhante revista O Trovador, onde teve por colegas João de Lemos e outros poetas de igual vulto. A ele se refere o grande Castilho com os mais alevantados elogios. Nas tradições literarias de Coimbra, ficou celebre a festa conhecida pelo nome de S. João Poetico, que depois se immortalizou pela inimitavel descrição que dela fêz João de Lemos e em que seis poetas se reuniram num convivio intimo e aí recitaram as composições poeticas que para a mesma festa haviam previamente escrito. Foi ali que, improvisadamente, e em homenagem a Castilho, compuseram uma sextilha, que depois se tornou muito conhecida e em que cada poeta escreveu um verso:

Sôbre as asas da poesia
Aqui nos trouxe a amizade.
Cantámos nas liras de oiro
Esp'ranças da mocidade,
E aos brados da "Primavera"
Mandámos uma saudade.

Entre esses poetas consagrados estava Luiz da Costa Pereira, que, imediatamente a João de Lemos, recitou a poesia Branca Alvarinho.

Além do que fica citado, escreveu Costa Pereira o romance Misterios de Almas, o livro Reflexos, em prosa e verso, a obra scientifica Leituras sobre astronomia e teve uma larga colaboração nas principais revistas de literatura e de ciencia da sua epoca. Consta que entre os seus inéditos se encontravam duas obras de valor- A Natureza e a Religião Democratica.

Morreu em Lisboa, pobre e na mais completa obscuridade, a 18 de Janeiro de 1893.

Costas. A cordilheira, que, com altas eminencias e sem solução de continuidade atravessa longitudinalmente a Madeira de leste a oeste, estabelece bem distintamente a costa setentrional mais conhecida pelo nome de Costa do Norte, e a costa meridional, que vulgarmente se chama a Costa do Sul. Entre estas duas costas fica a região do interior, extremamente montanhosa e de terrenos muito acidentados com excepção do planalto do Paúl da Serra.

Costa Torres (D. José da). A D. Gaspar Afonso da Costa Brandão sucedeu na cadeira episcopal do Funchal o prelado D. José da Costa Tôrres.

Nasceu na cidade de Setubal a 11 de Agosto de 1741 e era doutor em canones pela Universidade de Coimbra.

Foi confirmado bispo da Madeira por Pio VI, em Novembro de 1786, e tomou posse desta diocese a 18 de Setembro de 1787.

Como prelado do Funchal deixou assinalada a sua passagem nesta ilha pela perseguição que moveu á maçonaria, de acôrdo com o governador e o capitão general e em virtude de ordens emanadas do govêrno central. No entretanto afirma-se que exorbitou das ordens recebidas, tendo o proprio govêrno da metropole que intervir nos excessos praticados pelo prelado. Entre os perseguidos contava-se o deão da Sé do Funchal dr. João Francisco Lopes Rocha, que a tal proposito escreveu uma longa carta ao ministro José Seabra da Silva, queixando-se das prepotencias cometidas por D. José Tôrres, carta que é documento por muitos titulos interessante e que foi publicada em 1822, em Londres, no Campeão Portugues.

A 22 de Junho de 1796 foi transferido para a Sé de Elvas. Quando já se preparava para deixar a Madeira, teve que antecipar apressadamente a sua saída e abandonar esta ilha, diz um documento da época, “na noite de 6 de Outubro de 1796, sem se despedir de pessoa alguma, nem do Santissimo Sacramento: e até agora ignora-se o motivo deste affectado embarque de noite e por portas travessas”.

Foi em 1806 nomeado arcebispo de Braga e ali morreu alguns anos depois, tendo 72 anos de idade.

V. Alvares de Nobrega (Francisco).

Costumes antigos. Os antigos costumes e velhas usanças madeirenses exigem um demorado e cuidadoso estudo que deve merecer a nossa particular atenção em diversos artigos deste Elucidario. Neste lugar vamos apenas fazer a rapida enumeração de alguns factos, que caracterizam muitos desses costumes e que de modo especial nos mostram os claros vestigios do velho feudalismo, que durante largo tempo, em algumas das suas nuances, perdurou entre a antiga fidalguia deste arquipelago. As nossas conquistas em Marrocos e a conservação das cidades e praças conquistadas exerceram uma grande influencia nos costumes do nosso país e na vida intima dos seus habitantes, produzindo uma tendencia exagerada para as emprêsas arriscadas, para as aventuras desconhecidas e imprevistas, que se manifestam na expansão territorial e alargamento dos dominios de além-mar, demandando ignotas regiões e mares nunca dantes navegados, na frase consagrada do nosso epico. Na proporção do meio, nenhuma terra portuguesa contribuiu para as nossas lutas do norte de Africa como o arquipelago madeirense, organizando os donatarios grandes expedições em frotas de dezenas de navios e muitos centenares de homens e de cavalos, em que tomava parte muito activa um numero consideravel de fidalgos e cavaleiros, tudo á custa dos proprios expedicionarios e sem o menor encargo para a metropole, e isto muitas vezes durante meses consecutivos em que praticavam os mais esforçados actos de valor, que iam até ao heroismo e á temeridade. A nobreza madeirense criava foros de valente e audaciosa, ao mesmo tempo que se enfatuava das suas origens fidalgas e da independencia que gozava nas suas terras solarengas, praticando desmandos e excessos, a que o poder quasi ilimitado dos donatarios não conseguira por côbro e que até a propria autoridade do monarca não alcançava corrigir e moderar, pela distancia que se interpunha entre esta ilha e o continente do reino. Tudo isso teve uma influencia decisiva nos costumes locais, de que são um testemunho eloquente alguns dos factos que vamos citar e de que fazem menção as antigas cronicas deste arquipelago: o solar acastelado que o turbulento Garcia Homem de Sousa, genro de Zarco, levantou nas suas terras de Santo Antonio, de que ainda restam vestigios, para as lutas sangrentas que sustentou com os seus cunbados: a barbara e cruel vingança que o primeiro donatario de Machico, Tristão Vaz, exerceu contra Diogo Barradas para desagrarar-se de uma afronta feita á sua casa; a tragica morte de D. Aldonça Delgado, assassinada por seu marido Bartolomeu Perestrelo, quarto capitão-donatario do Pôrto Santo, para casar com sua prima D. Solanda, com quem mantinha relações amorosas; o assassinato cometido por Garcia Perestrelo, sendo por

isso degolado; o rapto violento e aparatoso de D. Isabel de Abreu por Antonio Gonçalves da Camara e as lutas e contendas que se lhe seguiram; e os casos de assassinio e escandaloso estupro que o dr. Alvaro de Azevedo narra na nota XXIV ás Saudades da Terra, acrescentando *que cá houve também curiosos typos de pimpões fidalgos, cujas aventuras lubricas, brutais brinquedos e crimes impudentes a tradição ainda não esqueceu”.

Constituem também uma característica desses velhos costumes as cavalgatas, jogos de canas e escaramuças aparatosas de Lançarote Teixeira, a coutada de João Teixeira e as suas faustosas caçadas, as aventuras e provas de fôrça muscular de Marcos Braga e Antonio de Carvalhal, os despiques e desafios entre Pedro Ribeiro e Domingos de Braga, etc.. Os donatários do Funchal, parecendo querer ombrear com o luxo e magnificencia da côrte, viviam com requintado fausto e aparatosa grandeza, organizando dispendiosas expedições guerreiras, enviando riquissimos presentes a monarcas e pontifices, como fêz Simão Gonçalves da Camara o Magnifico, na embaixada a Leão X, apresentando-se nas festas do paço real e casamentos de principes com tal luxo e aparato que a todos deslumbravam etc.. Na fidalguia madeirense reflectiu-se este amor excessivo de luxo e de grandeza, levando-a a uma vida inutil e ociosa passada no Funchal ou na côrte, abandonando assim as suas terras e solares ao cuidado e administração de pouco escrupulosos feitores. São disso um frisante exemplo os jogos caçadas e cavalgadas, as escaramuças, despiques e lutas, as festas aparatosas caracterizadas pelo banquete no casamento de Antonio Gonçalves da Camara e Isabel de Abreu, etc., etc.. A breve tempo uma grande parte das casas estavam arruinadas e os seus rendimentos empenhados, conduzindo muitos a uma existencia vergonhosa e miseravel. Como em nenhuma outra região do país teve a Madeira um numero consideravel de vinculos e morgadios, multiplicando-se deste modo o numero de familias que levavam uma vida quasi inutil e sempre improdutiva, chegando a afirmar-se que dois terços das terras deste arquipelago estavam sujeitos a uma tão larga e nociva vinculação. A primitiva sesmaria evolucionou e transformou-se no conhecido contrato de colonia, que deu aos costumes madeirenses uma feição muita característica, sobretudo na vida intima dos colonos e caseiros. O antigo sesmeiro tornou-se senhor da terra e fêz-se morgado, adquirindo, numa forçada ociosidade, habitos e tendencias que não abonavam as suas prosapias avoengas. Por fins do seculo XVI começa a operar-se uma transformação na vida e costumes madeirenses. As comunicações mais frequentes com a metropole e com o estrangeiro, o desenvolvimento do comercio com a permanencia de muitos forasteiros nesta ilha, a ida de inumeros fidalgos e homens do povo para as guerras e vida aventureira da India e do Brasil, regressando com profundas modificações no modo do seu viver intimo, a influencia do dominio espanhol e ainda outras causas, contribuíram notavelmente para essa transformação, que mais se acentuou no decorrer dos seculos XVII e XVIII.

Couceiro (Antonio Rogerio Gromicho). A 1 de Junho de 1856 tomou posse do cargo de governador civil deste distrito o Brigadeiro Antonio Rogerio Gromicho Couceiro. Um mês depois, aparecem os primeiros casos da terrível epidemia colérica, que em quatro meses vitimou cêrca de dez mil madeirenses. Gromicho Couceiro foi uma verdadeira Providencia para a Madeira nos transe mais angustiosos por que esta ilha tem passado. Homem de rara energia, de uma inteligente e proficua iniciativa, de uma pronta e imediata decisão nas ocasiões mais criticas e embaraçosas. soube quanto possivel conjurar os males que assoberbaram os desgraçados habitantes deste arquipelago, impondo-se á admiração dos contemporaneos e conquistando um nome aureolado por tantas benemerencias, que ainda hoje se conserva na tradição a fama dos relevantissimos serviços que desinteressadamente prestou á Madeira. É de justiça recordar que Couceiro teve um auxiliar valioso, entre outros, no ilustre madeirense o dr. Antonio da Luz Pita, então deputado por esta ilha e que encontrando-se em Lisboa, quando surgiu a epidemia, conseguiu do govêrno central importantes socorros, que ele proprio acompanhou á Madeira, e aqui como médico abalizado e homem de grande prestigio e influencia, prestou aos seus patricios os serviços mais assinalados, nomeadamente na montagem dos trabalhos clinicos e hospitalares. Ainda está por escrever a historia dessa calamitosa quadra, que deixou na tradição popular a recordação dos mais dantescos horrores e também ainda se não tributou á memoria de Couceiro o preito devido aos grandes serviços por ele prestados a esta ilha. (V. Colera em 1856 e 1910).

Couceiro nasceu em Elvas a 13 de Março de 1807, e morreu em Lisboa, no pôsto de marechal de campo, a 22 de Junho de 1862. Era formado em matematica pela Universidade de Coimbra e foi lente da Academia Politecnica do Pôrto e ministro da guerra em 1859.

Também exerceu o caroo de comandante militar da Madeira, que acumulou com o logar de governador civil, tendo deixado esta ilha a 3 de Setembro de 1857, e representou este arquipélago no parlamento, na legislatura de 1858 a 1859.

Coutinho. Este apelido de familia procede de Luiz Fernandes de Matos Coutinho, que passou á Madeira cêrca de 1580 e teve aqui grande casa de comercio. Este Luiz Coutinho era filho do cavaleiro

Antonio Vaz de Matos, que acompanhou Afonso de Albuquerque á India.

A Capela de Nossa Senhora da Quietação, em Santo Antonio, foi fundada por Loureuço de Matos Coutinho, em 1670, o qual descendia provavelmente do referido Luiz Coutinho.

Coutinho (D. Manuel). Tendo o prelado diocesano D. José de Sousa de Castelo Branco saído da Madeira em Junho de 1715 e renunciado o bispado em 1721, nomeou D. João V bispo do Funchal D. Manuel Coutinho, a 25 de Novembro de 1722, mas só foi confirmado pela Santa Sé a 19 de Fevereiro de 1725, em virtude das desinteligencias que então se deram entre o govêrno português e a curia romana.

Nasceu D. Manuel Coutinho na Vila Nova de Anços em 1671 e era filho de Nuno Alvares Pereira e de D. Inez Micaela Pereira, pessoas nobres e abastadas, que ali tinham a sede do seu morgadio. Doutorou-se em teologia na Universidade de Coimbra em 1699, e recebeu a sagração episcopal das mãos do patriarca D. Tomaz de Almeida, a 13 de Maio de 1725.

Saiu de Lisboa no principio de Junho de 1725, mas tendo o navio de guerra que o conduzia feito escala por Mazagão, exerceu ali as funções episcopais durante alguns dias, e só chegou ao Funchal a 22 de Julho daquele ano, em que assumiu a direcção dos negocios desta diocese.

Nas cronicas madeirenses que nos foi possivel consultar, poucas referencias encontrámos á sua accção episcopal entre nós. Depois de 15 anos de episcopado, foi nomeado bispo de Lamego, mas continuou na Madeira até o dia 25 de Fevereiro de 1741, em que saiu para o continente do reino. Não chegou a tomar posse da sua nova diocese, porque, quando se dirigia á cidade de Lamego, a morte surpreendeu-o na vila de Soure, a 7 de Agôsto de 1742.

Coutinho (D. Manuel Pereira). Foi nomeado governador geral deste arquipelago a 22 de Novembro de 1609. Ao terminar o seu govêrno, exerceu interinamente as funções de governador geral o bispo diocesano D. Fr. Lourenço de Tavora.

Porém Coutinho foi depois governador geral de Angola.

Coutinho (Francisco de Vasconcelos). Temos conhecimento deste poeta madeirense pelas referencias que lhe fazem o Diccionario Bibliographico de Inocencio e o dr. Rodrigues de Azevedo numa das anotações ás Saudades. Ali se lê que era bacharel formado em canones e que nasceu no declinar do seculo XVII, pois que fez sonetos á morte de D. Pedro II, sucedida em 1706, e um elogio dramatico em honra do governador e capitão-general da ilha da Madeira João de Saldanha da Gama, quando o governo deste findou em 1718: falleceu depois de 1729, porquanto neste ano publicou as duas seguintes obras, Feudo do Parnaso, dedicada a D. João V, e Hecatombe metrico, consagrado á Virgem, poemeto religioso em cem sonetos, produções estas impressas em Lisboa, 1729; compôs mais oito sonetos á morte de D. Pedro II, um a D. João V, e quatro a diversos personagens; Effeitos de hum arrependimento, em tercetos; e o já alludido elogio, intitulado Residencia do Governador e Capitão General da Ilha da Madeira João de Saldanha da Gama, representada pelas freiras de Santa Clara, na sua despedida; obras estas que foram publicadas com a segunda edição do Feudo do Parnaso e Hecatombe metrico, em um só volume (Lisboa, 1773); e, anteriormente a tôdas as referidas, outras poesias suas foram colligidas na Fenix renascida, tomo 1, pag. IB32, e tomo II, pag. 220B251 (Lisboa 1716 e 1717) .

Podemos acrescentar que era filho de Lourenço de Matos Coutinho, licenciado em direito e chamado o Cavaleiro, e de D. Mariana de Ornelas e Vasconcelos.

A pags. 52 e seguintes do vol. II. do “Arquivo Historico da Madeira” vem publicado um interessante artigo, que contém novos e valiosos dados biograficos acêrca de Francisco de Vasconcelos Coutinho.

Coutinho (João Gonçalves da Camara). Data a sua nomeação para governador e capitão-general da Madeira de 19 de Agôsto de 1777, tendo tomado posse do logar a 15 de Setembro do mesmo ano. Fêz varias e interessantes comunicações ao govêrno central acêrca da indisciplina das tropas da guarnição, estado das fortificações, administração da justiça e de outros serviços publicos. Teve um grave conflito com o bispo D. Gaspar Brandão, motivado pela prisão do bacharel Antonio Xavier Pimentel, a que pôs têrmo a interferencia do governo da metropole. Por tal motivo se trocou larga correspondencia entre o ministro

Martinho de Melo, o governador e o prelado.

Como já o tinham feito alguns dos seus antecessores, pediu insistentemente ao govêrno da metropole que fôsem determinadas com inteira precisão as atribuições e jurisdição de que gozavam os capitães-generais, a fim de evitar os conflitos que por vezes se davam entre algumas autoridades deste arquipelago.

Couto. Este apelido de familia procede provavelmente de Joane Anes de Couto Cardoso, que teve terras de sesmaria no Paul e Jardim do Mar, e fundou nesta ultima localidade a capela de Santo Amaro.

Couve. (Brassica oleracea). Esta Crucifera que se supõe ser originaria das rochas maritimas de Inglaterra e costa francesa da Mancha, é muito cultivada por toda a parte para fins alimentares, achando-se representada na Madeira pelas variedades acephala, capitata e Botrytis. Entram na primeira variedade a couve rinchão ou vaqueira e a couve tronchuda, ambas desprovidas de repólho; na segunda, a couve murciana, a de repólho, a imperial, a alcanhão, a pão de açúcar, etc.; e na terceira, a couve-for e a couve-bróculo. As couves da primeira variedade e a couve de repólho, provêm de sementes produzidas na ilha, ao passo que as outras formas provêm sempre de sementes vindas de Portugal e do estrangeiro. Na couve-flor não são as fôlhas que se aproveitam, mas as inflorescencias mais ou menos carnudas e com as flores quasi sempre abortivas.

As couves da primeira e segunda variedades servem não só para fazer sopa, mas também para cozer, cortadas em pequenos pedaços, com farinha de milho, á qual dão um sabor agradável.

Couve da Rocha. Nome vulgar do Sinapidendron rupestre, Crucifera peculiar na Madeira e que vive nas rochas entre a Entroza e o Seixal.

Covões (Pico dos). Pequena elevação montanhosa e lugar pitoresco da freguesia dos Canhas.

Covos. Armadilhas destinadas à captura de peixes ou crustaceos na zona menos profunda do mar madeirense.

Podem reduzir-se a quatro tipos principais as diferentes formas usadas actualmente: o covo de salmonetes, o de moreias, o de camarão e a mujona para peixe e lagostas.

O primeiro é feito de cana de roca e tem forma poliédrica, sendo de uso introduzir-lhe fragmentos de louça branca e luzidia, que enganam e atraem o salmonete sem dificuldade.

O segundo é cilíndrico e construído com ripas de madeira, tendo aberturas nas duas bases, e apanha indistintamente as quatro especies de moreias do litoral madeirense.

O de camarão, que se lança mais longe da costa que qualquer dos outros, é feito de junco e sensivelmente truncónico, tendo na base maior a abertura para a entrada dos crustaceos.

Finalmente há a mujona, introdução feita no Pôrto Santo, sob aquele nome, por pescadores algarvios que em 1910 vieram estabelecer naquela ilha uma armação de atum. Serve este para peixes costeiros e lagostas, sendo construído de verga de ferro ou cana e afectando a forma de um meio esferóide.

Craca (*Balanus tintinnabulum*). Crustaceo cirripede da familia dos Balanideos, relativamente vulgar nas rochas costeiras das ilhas da Madeira e Selvagens. Localiza-se em certos pontos e vive na linha da beixa-mar, preferindo os sitios expostos ao embate forte das ondas. Ainda que rarissimas vezes apareça no mercado, é comestível, sendo justamente apreciado como saboroso marisco. Para o colherem servem-se de um instrumento de percussão chamado craqueira, visto a concha que o reveste estar intimamente ligada á rocha onde vive.

É um dos 13 cirripedes mencionados por C. Darwin como madeirenses, na sua monografia acêrca desta ordem de crustaceos.

Craqueira. Instrumento de ferro, com cabo de madeira, destinado á colheita do marisco chamado

craca.

Cratera. As poucas crateras faceis de reconhecer que existem na Madeira, não se encontram nas partes mais elevadas da ilha, onde certamente existiram outrora, mas sim nas regiões média e inferior.

A mais conhecida das crateras madeirenses é a do Santo da Serra, a cêrca de 600 metros acima do nível do mar, e cujo ponto mais elevado está a 60 ou 70 metros acima dos terrenos adjacentes. É pouco profunda, contém agua no inverno e no interior dela vivem algumas plantas proprias dos logares encharcados.

Encontra-se também uma cratera no Pôrto do Moniz, perto da Terra Chã, e outra no Fanal, sendo dupla a desta ultima localidade. A cratera do Pôrto do Moniz, como a de Santo Antonio da Serra, tem um cone, particularidade esta que se não observa na do Fanal.

Nas vizinhanças do Caniço há três cones com crateras imperfeitas, e no Caniçal há um cone tendo num dos lados uma cratera. No Pico da Irandaia, para oeste do Funchal e nas proximidades da igreja de S. Roque, também se encontram vestigios de crateras.

As crateras de Santo Antonio da Serra, Pôrto do Moniz e Fanal são conhecidas pela denominação de lagoas.

O Curral das Freiras é considerado por alguns geologos como uma cratera, e por outros como um vale de erosão. Carlos Lyell, que perfilha esta ultima opinião, diz nos seus Elementos de Geologia que não encontrou no Curral indicios de acções vulcanicas, e que essa localidade, assim como a Ribeira da Janela e a Serra de Agua, são vales profundos que irradiam da região mais montanhosa da ilha.

Craveiro. (Dianthus Caryophyllus). Planta da familia das Cariofilaceas, muito cultivada nos jardins da Madeira, e de que existem muitas variedades. Nos logares secos em Camara de Lôbos e no Funchal não é raro o Dianthus prolifer, planta espontanea cujas flores se parecem bastante com pequenos cravos.

Cravo. (Peixe). V. Peixe cravo.

Cravo de Burro. Nome vulgar do *Tagetes patulus* e do *T. erectus*, Compostas tubulifloras oriundas do Mexico e cultivadas nos jardins do Funchal.

Crenças Populares. Embora a civilização tenha destruído muitas crenças populares outrora vulgares na Madeira, ainda hoje existem algumas entre nós, que nos parecem dignas de menção por estarem bastante arraigadas no animo do nosso povo. A crença nas feiticeiras, nas bruxas, no mau olhado, no ar mau e no poder que têm certos individuos de curar com palavras ou de adivinhar o futuro por meio de cartas, encontra-se não só nos campos, mas também na cidade, sendo de notar que há pessoas consideradas cultas, que não abandonaram ainda inteiramente certas abusões que nos transmitiu o passado.

As feiticeiras no entender do povo, têm por mister fazer tôda a casta de malefícios, e aparecerem algumas vezes sob a forma de uma botija a rolar nos caminhos, a qual se se lhe toca se transforma numa mulher, que obriga a pessoa que provocou a transformação a conduzi-la ás costas até casa; as bruxas têm por principal encargo chupar de noite o sangue das crianças, malefício este que pode no entre tanto ser evitado, colocando-se uma tesoura aberta sob o travesseiro da cama da pessoa que se quer proteger.

O Campo Grande, no Paul da Serra, é um dos pontos escolhidos para as reuniões das feiticeiras ás quais preside o demonio, que toma muitas vezes a forma de um bode. O sinal da cruz, feito com devoção, é suficiente, dizem, para afugentar o rei dos infernos quando tenhamos a desventura de encontrá-lo no nosso caminho, qualquer que seja a forma porque ele se apresente, e as palavras, tosca, marrosca, olhos na cara e freio na bôca, proferidas em voz alta, afirma-se que são de uma eficacia extraordinaria para afastar a feiticeira ou feiticeiras que pretendam causar-nos dano ou divertir-se á nossa custa.

Os fogos fatuos que aparecem nos terrenos que encerram materias em putrefacção, são, diz o povo, obra das feiticeiras, as quais nenhum receio têm de revelar a sua presença em qualquer parte, sobretudo de noite. As feiticeiras são por via de regra mulheres velhas e feias, acreditando-se na Madeira, como em Portugal, que o

seu poder reside principalmente num novelo que o demonio entrega a cada uma delas no acto da iniciação. O caso dos profetas do Pôrto Santo, narrado com a maior seriedade a pag. 55 das Saudades da Terra de Gaspar Frutuoso, é atribuído por este escritor a *enganos ou ardis de Satanaz+, e a pag. 180 da mesma obra se lê a descrição de uma luta que um clérigo teve com o demonio nas proximidades da capela das Neves, luta de que este sairia vitorioso, se o referido clérigo se não tivesse benzido ou invocado o nome de Jesus, ao reconhecer que a sua vida corria risco.

A crença no poder ou na ciencia que têm certas pessoas de adivinhar o futuro ou de desvendar certas coisas secretas servindo-se apenas das cartas de jogar, é talvez a mais vulgarizada na ilha, não sendo poucas as mulheres que se entregam ao mister de lançar sortes, com o fim de satisfazer a curiosidade dos papalvos que dão credito a seus embustes.

Noutros logares deste Elucidario daremos algumas informações sobre a arte de curar com palavras (V. Bucho encostado, Mau olhado, e Medicina campestre); pelo que respeita ao ar mau, só nos é possível dizer que se faz sentir principalmente de noite e tem a propriedade de causar dano às pessoas e aos animais que a ele estiverem expostos. Se nos campos ouvirdes os cães uivar de noite sem motivo aparente, é porque está passando o ar mau que provoca o quebranto e varias molestias.

Sôbre as superstições do nosso povo diremos ainda que o espelho que se parte anuncia desgraça e que emprestar uma peneira ou vender sal ou fermento depois do sol pôsto, dar um beijo noutra pessoa que tenha na mão uma vela acesa, conservar-se á mesa quando passa um entêrro e começar um serviço á têrça ou sexta-feira, são coisas que muitas pessoas não só dos campos, mas também do Funchal, se abstêm de fazer, na suposição de que daí lhes possa advir prejuízos. O numero treze é considerado fatidico para muita gente, e se a uma mesa se sentar esse numero de pessoas, diz-se que uma delas deverá falecer durante o ano. A coruja e o patagarro são aves agourentas e o mesmo acontece á galinha quando tem o mau habito de cantar como galo.

É nas vespéras de S. João e de S. Pedro que qualquer pessoa pode conhecer uma parte do destino que lhe está reservado. O rapaz ou rapariga solteiros, que á hora das ave-marias encher a bôca de agua e se puser á escuta, conhecerá pelo primeiro nome de homem ou de mulher que ouvir qual o nome da pessoa a quem há-de ligar um dia os seus destinos, sendo possível chegar ao mesmo resultado por meio de sortes lançadas em agua, se alguma delas se abrir durante a noite. Um ovo lançado num copo também pode dizer muito, se o

deixarmos exposto ao ar na noite de S. João, e se nessa noite a agua reflectir a imagem de uma pessoa ao baterem as 12 horas, é porque essa pessoa tem a vida garantida até á festa do mesmo santo no ano immediato!

As beatas são ramos de arvores e arbustos colhidos na manhã de S. João, quando, diz o povo, todas as plantas têm virtude, á excepção da malfurada. Colocadas á porta ou dentro das habitações, anulam os efeitos do mau olhado e evitam muitos sortilegios a que está sujeita a humanidade. O alecrim é dentre as plantas existentes na Madeira, a que mais usada é para combater os artificios diabolicos.

Além das superstições a que acabamos de aludir, outras há que povoam ainda a imaginação do nosso povo, mas que por brevidade não apontamos aqui. Em todo o caso não se pode dizer que o povo madeirense seja dos mais supersticiosos e que a sua credulidade esteja na razão directa da sua ignorancia.

Na Europa, mesmo nos países mais adiantados, há maior numero de superstições e de credices do que na Madeira, como se vê de alguns trabalhos sôbre as ciencias occultas e as crenças populares, publicados no seculo XIX por alguns autores nacionais e estrangeiros.

Crepusculo (O). Jornal literario que se publicou de 15 de Fevereiro a 31 de Julho de 1865, saindo 12 numeros. Era redigido por alunos do liceu desta cidade.

Crista de galo (Amarantus caudalus). Planta da familia das Amarantaceas, cultivada nos jardins do Funchal e subespontanea em Camara de Lobos e outras localidades. É originaria da Africa tropical e America, e tem espigas escarlates e pendentes, a terminal muito longa. Também chamam ás vezes crista de galo ao *Amarantus paniculatus* e *Celosia cristata*.

Cristo (Capela de). Na vila de Machico e na margem esquerda da ribeira que a atravessa, se encontra a pequena distancia da igreja paroquial a antiga capela de Cristo, que actualmente é conhecida pelo nome de capela do Senhor dos Milagres e a que também se chamou da Misericordia, por haver pertencido a esta instituição de beneficencia, que tinha sua sede naquella vila. É das mais antigas capelas da

Madeira e afirmam alguns que foi o primeiro templo que se erigiu nesta ilha. A lenda de Machim, de que noutro lugar nos ocuparemos, diz que os descobridores ao desembarcarem nas praias de Machico, encontraram as sepulturas de Roberto Machim e Ana Arfet, deparando com um singelo epitáfio em que se narrava a aventura dos infelizes amantes e se pedia que naquele local fôsse construída uma capela da invocação de Cristo. A darmos crédito á amorosa lenda, estaria nessa desgraçada aventura a origem da fundação desta capela. O dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo nas suas eruditas e interessantíssimas notas ás Saudades da Terra, reduziu o caso de Machim ás suas legítimas proporções, e depois deste exaustivo trabalho, não é lícito admitir a possibilidade dessa lenda como varios autores, segundo D. Francisco Manuel de Melo, a pretendem poeticamente descrever.

O que parece averiguado é que os descobridores, no proprio dia em que pela vez primeira pisaram a terra virgem desta ilha, fizeram erguer um improvisado altar, e ali celebrou o sacrificio da missa um dos religiosos franciscanos que vinham na frota de Zarco, em acção de graças pela importante descoberta que acabavam de realizar. Fizeram os descobridores o voto de levantar uma igreja neste local, e é esta a verdadeira origem da fundação da capela de Cristo. “E como, diz Frutuoso, neste logar a primeira missa que se dice foi a da Visitação, que é a 2 de Julho, ficou esta igreja sendo casa de Misericórdia”.

Embora simples e modesto, é este pequeno templo um verdadeiro monumento historico, que comemora o facto da descoberta. Assim tem de ser considerado e venerado pelos habitantes desta ilha, impondo-se a sua conservação através dos tempos, como um sagrado e patriotico dever de todo o madeirense que preza o bom nome da sua terra.

Da construção primitiva restam talvez apenas a porta ogival e as cruces do frontispicio, que constituem a parte caracteristica do pequeno templo. A grande aluvião de 1803 deixou-o em completa ruína, sendo quasi inteiramente reconstruído no ano seguinte, pelos irmãos da Misericórdia. Houve o cuidado de conservar-lhe a primitiva feição architectonica, o que igualmente se deu quando há cêrca de meio seculo se procedeu a uma nova reedificação.

“Não só se conservou, diz o anotador das Saudades, o que da primitiva restava, mas tambem no de novo feito se tem seguido o antigo risco. O portico é o da origem, com algumas pedras novas lavradas como as antigas; o lavor unico que neles ha consiste em uma fileira de cruces da Ordem de Cristo, que engrinaldam a portada, e são inconcussa prova de que o templo foi edificação dessa Ordem”. Mas, esta segunda

reedificação, somente se ultimou no periodo decorrido de 1880 a 1883, e neste ano se procedeu á benção solene da capela, que foi então completamente restaurada tanto interior, como exteriormente.

Ali se venera a imagem do Senhor dos Milagres, que é o objecto duma grande romagem, que se realiza a 9 de Outubro e aonde acorrem milhares de individuos vindos de todos os pontos da ilha. Esta veneranda imagem foi arrastada pela torrente na aluvião de 1803 e levada para o alto-mar, onde a encontrou uma galera americana que demandava o nosso porto e que a recolheu a seu bordo, sendo depois feita entrega dela na Sé Catedral do Funchal. Ali se conservou até o dia 15 de Abril de 1813, em que foi conduzida para o seu pequeno santuario de Machico, que acabara então de ser restaurado.

Crustaceos. V. Carcinologia

Cruz (A). Sairam 25 numeros, tendo-se publicado o 11 a 21 de Julho de 1901 e o ultimo a 23 de Janeiro de 1902.

Cruz (Pico da). Pico da altitude de 936m situado entre as freguesias de Camara de Lôbos e do Estreito. Do seu cume, abrange a vista um amplo e belo panorama sôbre varias freguesias.

Cruz (Pico da). Eminencia da freguesia do Campanário com cêrca de cem metros de altitude.

Cruz (Pico da). Elevação montanhosa próxima do litoral, na freguesia de São Martinho, a cêrca de 263 metros de altitude, donde se goza uma surpreendente vista sôbre a costa maritima e anfiteatro do Funchal. Uma pequena estrada recentemente construída dá facil acesso ao cume deste pico. A entestar com a sua vertente norte, encontra-se a Carreira de Tiro do Funchal. Já foi conhecido pelo nome de Pico do Telegrafo.

Cruz (Pico da). É uma das mais altas eminências que tornejam a freguesia da Serra de Agua.

Cruz (Ponta da). Um pouco a leste da Praia Formosa e a oeste do Ilhéu do Gorgulho no litoral da freguesia de São Martinho, encontra-se a chamada Ponta da Cruz, que por muitos é considerada o extremo oeste da baía do Funchal. Existiu ali um pequeno reduto, hoje desmantelado. Encontra-se nas suas imediações uma importante fabrica de conserva de peixe.

Cruz (Ponta da). Na costa setentrional do Pôrto Santo, se encontra uma pequena ponta com este nome.

Cruz (Ribeira da). Nasce esta ribeira no Pico da Pedreira e corre entre as freguesias da Ponta do Pargo e das Achadas da Cruz, desembocando no mar, proximo duma pequena fajã, que tem o nome de Fajã da Rocha.

Cruz do Carvalho (Capela da). Encontramos algures referencia a uma capela “sita na paragem da Cruz do Carvalho assim chamadas numa propriedade que tinha o nome de Quintinha e mandada construir em 1767 pelo capitão João Francisco de Freitas Esmeraldo, cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Não sabemos qual seja a invocação desta capela, nem se alude á capela que fica a algumas dezenas de metros da Cruz do Carvalho, e que hoje pertence a Luiz Vogado de Bettencourt.

Cruz Vermelha. Deve-se á iniciativa do falecido medico madeirense Eliseu de Sousa Drumond, a criação duma delegação da Cruz Vermelha nesta cidade. E não só o Funchal lhe é devedor dessa iniciativa, como também dos diligentes e perseverantes esforços que desinteressadamente empregou para a instalação da delegação, e ainda da excelente orientação que imprimiu a todos os seus primeiros serviços.

A primeira reunião da comissão instaladora realizou-se no dia 14 de Novembro de 1914. Pouco depois era eleito presidente da direcção o visconde de Geraz de Lima, que revelou sempre o maior zêlo e dedicação pelos progressos da sociedade.

Os primeiros medicos nomeados para a direcção dos serviços clinicos e cirurgicos da delegação da Cruz Vermelha foram os drs. Eliseu de Sousa Drumond e Nuno de Vasconcelos Pôrto. Abriram eles desde logo cursos de pequena enfermagem para o aprendizado e formação de enfermeiros de ambos os sexos, conseguindo, dentro de pouco tempo, preparar pessoal suficientemente habilitado para o desempenho dos mais urgentes e elementares serviços a realizar. Obtiveram-se então algumas macas e alistaram-se os primeiros maqueiros, que receberam conveniente instrução.

Tornava-se indispensavel a instalação da delegação numa casa apropriada, onde se centralizassem e acomodassem todos os seus serviços e onde fosse estabelecido um posto permanente de socorros medicos. Realizou-se essa legitima aspiração da Sociedade com o arrendamento de um predio á rua dos Netos, e ali se encontra hoje instalada a delegação. O seu posto de socorros, onde todos os dias se praticam operações cirurgicas, curativos, diversos tratamentos medicos, etc., tem prestado relevantes serviços, e o publico acorre ali a aproveitar os beneficios dispensados pela benemerita Sociedade. É de inteira justiça pôr em relêvo a maneira como todo o pessoal do pôsto de socorros, os enfermeiros e o medico director têm desempenhado os serviços que tão desinteressadamente lhe estão cometidos. Ao sr. dr. João Albino Rodrigues de Sousa, chefe desses serviços, se deve o bom nome que entre nós granjeou o pôsto de socorros desde a sua instalação em principios do ano de 1917.

Cuco (Cuculus canorus). Ave trepadora que algumas vezes arriba a estas ilhas, quasi sempre na primavera.

Cucurbitaceas uteis. A pesar da sua extensão, julgamos conveniente reproduzir na íntegra o excelente artigo, que o co-autor deste “Elucidario” C. A. de Meneses publicou numa revista agricola acêrca das cucurbitaceas cultivadas nesta ilha, por conter curiosas e interessantes informações, que podem aproveitar bastante aos agricultores madeirenses, visto que este grupo de plantas tem uma larga cultura em

tôdas as freguesias do arquipelago.

“As Cucurbitaceas uteis cultivadas em larga escala na Madeira são em numero de seis, a saber: a cabaceira, o pepineiro, a aboboreira preta, a aboboreira de Machado, a bogangueira e a chaiota. Todas estas plantas pela rapidez com que se desenvolvem, pelos poucos cuidados que requerem e pela facilidade com que se adaptam á grande maioria dos terrenos, são justamente apreciadas pelos habitantes da ilha, que encontram nos seus fructos uma fonte de receita e uma alimentação substancial e abundante, durante uma boa parte do ano. Apesar das mesmas plantas serem conhecidas fóra do paiz, daremos ácerca de cada uma alguns esclarecimentos, afim de ir tornando conhecidas pouco a pouco as principaes producções da Madeira e os processos que aqui se adoptam na cultura dos diferentes vegetais uteis.

A cabaceira (*Lagenaria vulgaris*), oriunda da Asia e Africa tropical, é planta annual, pubescente, de folhas macias, flaciadas e de cheiro almiscarado, e de flores monoicas, brancas, abertas em forma de estrella. Os botanicos distinguem n'esta especie diferentes variedades, baseadas todas na fóрма ou tamanho dos fructos, das quaes as tres seguintes apparecem na Madeira: var. Gourda, de fructos grandes (30 a 60 centimetros) mais largos na parte superior que na inferior, approximando-se um tanto da fóрма de uma ampulheta; var. pusilla de fructos do mesmo feitio, mas mais pequenos (8 a 18 centimetros); e var. clavata, de fructos muitos grandes, podendo atingir mais de 1 metro de comprimento, e geralmente claviformes.

As cabaças são usadas para sopa e algumas vezes para doce, e depois de maduras, bem sêccas e convenientemente limpas na parte interna podem servir para guardar liquidos. As cabaças estão no caso de terem esta ultima applicação quando ao sacudi-las se reconheça que as sementes se acham perfeitamente livres no interior do fructo. Os fructos da variedade pusilla, são muito utilizados pela gente dos campos no transporte de vinhos e aguardentes em ocasiões de romarias.

A reprodução da cabaceira faz-se unicamente por sementeiras, as quaes se realizam desde janeiro até março. Agricultores ha que abrem vallas, a que chamam caseiras, onde lançam as sementes e onde ficam somente os individuos que convem conservar, ao passo que outros se limitam a abrir pequenas excavações destinadas ao mesmo fim, isto, porém, no caso da terra haver sido mobilizada tempos antes para receber qualquer outra cultura. As plantas ficam no proprio lugar onde nascem, salvo quando haja vantagem em transplantal-as para ponto melhor por falta do conveniente preparo da terra, ou por qualquer outro motivo.

A operação da mergulhia não se pratica na cucurbitacea a que nos referimos, a qual requer arvores, latadas ou quaesquer outros esteios para se desenvolver bem. Os fructos apparecem de setembro a outubro em qualquer das variedades que deixamos indicadas.

O pepineiro (*cucumis sativus*), do noroeste da India, é planta conhecida no sul da Europa, desde remota data. Na Madeira onde ella é bastante cultivada, semeiam-na em março e abril e n'algumas partes desde janeiro até maio. As sementeiras fazem-se em mantas ou caseiras onde só ficam os individuos que se querem conservar; quando estes adquirem um certo tamanho constroem-se caniçadas ou quaesquer outros esteios afim de que os caules não rastejem no solo. No caso das sementeiras se realizarem fóra das mantas é de vantagem que os individuos novos ao transplantarem-se venham acompanhados do torrão, cuidado este que tambem deve haver com as demais cucurbitaceas existentes na ilha, quando passem por operação identica.

A especie de que estamos falando é annual como a precedente, poucas vezes costuma ser mergulhada e fructifica desde maio até setembro. Os pepinos madeirenses são oblongos, grandes e por vezes um pouco curvados, teem a polpa esverdinhada, e são amarellos exteriormente depois de maduros, entrando a planta por conseguinte, na variedade flavus.

A aboboreira preta (*Cucurbita moschata*) que parece originaria do Oriente, reconhece-se facilmente pelas suas folhas bastante asperas, manchadas de branco e com 5 lobulos agudos; os seus fructos grandes, d'um verde escuro, por fim amarellos, variam bastante de forma, e teem saliencias longitudinaes obtusas e mais ou menos pronunciadas.

A multiplicação d'esta cucurbitacea faz-se ordinariamente por estacas ou baraços como dizem os madeirenses, as quaes se plantam o geral das vezes em março e abril dentro de vallas ou caseiras mais ou menos fundas. A mergulhia dos baraços executa-se curvando-os na base e fazendo-os seguir uma direcção opposta áquella em que se achavam. A propagação por semente tambem está em uso, podendo ficar as plantas quer no proprio sitio onde nasceram, quer em logar mais adequado. Se a terra está convenientemente mobilizada dispensa-se algumas vezes a abertura de vallas.

As aboboras pretas, conhecidas tambem pelo nome de aboboras da Guiné, são normalmente esphericas, mas tambem as ha ellipticas, obovadas, pyriformes (abobora cabeça) ou em forma declava (abobora da

rocha). As saliencias que caracterizam a fôrma typica são muito pouco pronunciadas n'alguns d'estes fructos.

A ser exacto, como dizem os agricultores madeirenses, que as aboboreiras de fructos pyriformes e claviformes reproduzem por semente os seus caracteres deverão ellas passar a constituir uma variedade, em vez de serem consideradas, como cremos que o teem sido até aqui, como simples variações da fôrma de fructos esphericos. A Courge berbère ou bédouine de Naudin, corresponde á fôrma de fructos claviformes, emquanto que a Melonée ou Courge muscade des Marseillais parece corresponder á fôrma de fructos obovados.

A aboboreira preta requer latadas para se desenvolver bem, mas n'um ou n'outro ponto vemol-a crescer e fructificar sem nenhum apoio. Quando convenientemente seleccionada, produz fructos saborosissimos que se comem cosidos em agua e sal, quando tenros, ou em sopa depois de desenvolvidos. A abobora amarella cozida com arroz é um prato muito apreciado pelos madeirenses. Embora a fructificação da aboboreira tenha logar especialmente nos mezes de setembro e outubro pode-se dizer que não faltam aboboras para consumo da população desde agosto até janeiro.

Como a aboboreira é uma planta monoica, usam alguns agricultores fecundar artificialmente as flores femininas para aumentar a producção. As aboboras destinadas a ser consumidas depois de amarellas apanham-se quando o amarellecimento é já bem visivel e collocam-se em logares soalheiros. Havendo a cautela de voltal-as de dias a dias fica a sua conservação garantida durante largo tempo.

A cucurbitacea a que nos referimos é planta annual, como as precedentes, mas pode excepcionalmente, e sem se recorrer a novas mergulhias, durar dois annos como já tivemos occasião de observar.

A aboboreira de Machado (Cucurbita Pepo) que se supõe oriunda da região do mar Caspio, distingue-se da especie anterior em ter as folhas sem manchas brancas e os fructos com dez saliencias bem acentuadas. Os exemplares madeirenses entram no grupo artificial creado por Naudin das Citrouilles proprement dites, o qual é caracterizado pelos fructos grandes ou medianos, ovados, obovados ou ellipticos.

A reproducção d'esta especie faz-se unicamente por meio de sementes, as quaes se lançam á terra desde janeiro até março. Os exemplares só excepcionalmente costumam ser mergulhados. Os fructos são mais

frequentes de agosto a outubro, e o seu sabor é muito menos agradável que o das aboboras pretas.

A aboboreira de Machado a que alguns chamam de Catôa, é rara nos pontos baixos da ilha e só começa a ser abundante acima de 150 ou 200 metros. Cultiva-se em Caseiras ou fóra d'ellas, e cresce por entre os cannaviaes, sobre os muros ou apoiada em latadas. Segundo Brotero a abobora porqueira, a abobora menina, a abobora moganga e a abobora chita ou chilacaiota, cultivadas em Portugal, são variedades da Cucurbita Pepo.

A bogangueira (cucurbita melanosperma), originaria da Asia e introduzida de Teneriffe em 1836 ou 1837, é uma especie extremamente frequente tanto no norte como no sul da ilha. As suas folhas são 5lobadas ás vezes um tanto asperas, com os lobulos pouco profundos e arredondados, as flores amarellas e os fructos grandes e ellipticos, sem nenhuma saliencias. Lowe admittio n'esta especie a existencia de duas variedades: a variedade picta com os fructos salpicados de verde e branco, e a variedade lactea de fructos inteiramente brancos. Aos fructos da primeira variedade chamam os madeirenses bogangas rajadas, e aos da segunda bogangas brancas.

O termo boganga, d'onde deriva bogangueira, é exclusivamente madeirense, e parece ser corrupção de moganga, nome que se applica em Portugal a uma especie de abobora. Sendo as mogangas, porem, como atraz vimos, produzidas pela Cucurbita Pepo, ao passo que as bogangas proveem da Cucurbita melanosperma, como tambem já dissemos, parece-nos que se deve aceitar o termo madeirense, pois se evita assim a confusão de especies que são perfeitamente distinctas entre si. N'algumas partes da Madeira dão ás bogangas os nomes de aboboras moiras e de abobora de Teneriffe.

A bogangueira é muito rustica, propaga-se por semente ou por estaca e pode ser cultivada em caseiras ou n'outro lugar adequado. Dispensa esteios, pois dá-se perfeitamente sobre a terra, mas requer mergulhias, do mesmo modo que a aboboreira preta. Pode plantar-se ou semear-se todo o anno, mas a melhor época de realisar taes operações é desde março até outubro. Os fructos são mais abundantes desde junho a novembro, mas apparecem tambem n'outros mezes do anno.

A sopa de boganga é considerada um alimento insipido ou talvez mesmo de sabor desagradavel pela grande maioria dos estrangeiros e das pessoas de Portugal que visitam a ilha; todavia os habitantes, e em especial as classes baixas, comem-n'a com prazer, sobretudo quando n'ella entram as favas, os feijões ou quaesquer

outras hortaliças. O doce a que os madeirenses chamam chila ou chilacaiota é confeccionado com os filamentos (funiculos) das sementes quando os fructos se acham perfeitamente maduros.

A caiota (*Sechium edule*) é oriunda da America central e a unica cucurbitacea vivaz cultivada na Madeira. É monoica, tem caules glabros, as folhas asperas na pagina superior, com 5-7 lobulos, as flôres brancas ou d'um branco esverdinhado ou amarello, e os fructos obovados ou obovado-claviformes, com uma unica semente, o geral das vezes um pouco comprimidos. Estes fructos, que são conhecidos pelo mesmo nome da planta, e tambem pelo de pepinellas, são umas vezes verdes, outras brancos, mais ou menos cedrosopicantes na parte externa, e apparecem durante o outono e parte do inverno. O seu sabor é agradável, especialmente na variedade de cor verde, e podem comer-se em sopa ou cozidos em agua e sal; tambem se confecciona com elles um doce muito semelhante ao da boganga.

A propagação da caiota faz-se pelos fructos inteiros, que se plantam em covachos, nos mezes de janeiro e fevereiro. Alguns cultivadores usam collocal-os na posição natural, mas o mais frequente é serem mettidos na terra deitados, ou então com o grêlo para baixo, porque se diz que a raiz que é tuberosa e muito rica em fécula, toma assim maiores proporções. Esta raiz, embora alimentar, é pouco utilizada na Madeira.

A planta de que estamos falando é mais conhecida na ilha pelo nome de pepinella que pelo de caiota. Na America central e nas Indias Occidentaes dão-lhe este ultimo nome, e tambem o de chocho. Como a palavra pepinella, que é genuinamente madeirense, não appareça nos dictionarios da lingua, usam algumas pessoas dar o nome de pimpinellas aos fructos da caiota o que é evidentemente um erro, visto a pepinella pertencer á familia das cucurbitaceas e a pimpinella á das umbelíferas, e não haverá entre as duas plantas affinidades nem semelhanças de especie alguma.

A caiota raras vezes fructifica no primeiro anno, mas do segundo em deante dá fructos abundantes. Póde viver em certos casos mais de 10 annos, e requer latadas ou outros apoios para se desenvolver bem. Os fructos antes de se plantarem põem-se a grelar e só é costume mettel-os na terra quando os caules tenham attingido o comprimento de 20 a 30 centimetros, e ás vezes mais. Quando os fructos sejam plantados invertidos, devem vergar-se estes caules, para que uma parte d'elles fique fóra da terra.

Das cucurbitaceas que deixamos mencionadas, só a aboboreira preta é largamente cultivada no Porto Santo; existem, porém, alli, os mellões, que são raros na Madeira, e as melancias, que são quasi desconhecidas

n'esta ilha.

N'alguns pontos dos arredores do Funchal apparecem a Cucurbita Pepo aurantia, de fructos esphericos, imitando laranjas, e uma variedade da Cucurbita maxima, a que impropriamente chamam abobora menina, e que é caracterisada pelos peponios pequenos, deprimidos e d'uma forma muito curiosa.

A cultura da cabaceira, do pepineiro, das duas aboboreiras e da bogangueira faz-se sempre em terras que tenham sido convenientemente adubadas. Nas vallas ou caseiras deitam-se adubos de curral ou mattos, e só depois é que se fazem as sementeiras ou as plantações das estacas. A mergulhia da aboboreira e da bogangueira, que se faz geralmente dois meses depois da plantação, tambem é acompanhada de estrumacões.

Alguns agricultores usam fazer a despona dos caules centraes quando elles attingem um certo crescimento, afim de obter ramos lateraes mais fortes e mais productivos. Os ramos de terceira ordem, conhecidos pelo nome de netos, são tirados em larga escala, especialmente nas aboboreiras, a fim de vigorizar as plantas e fazel-as dar mais fructos. No pepineiro nem sempre se faz esta limpeza por haver quem a considere prejudicial á planta.

A aboboreira preta, a bogangueira e o pepineiro semeiam-se ás vezes em terras não estrumadas, fazendo-se as adubações sómente no acto da mergulhia. Nas especies que se multiplicam por estacas devem estas emquanto não pegam ser protegidas por coberturas. As irrigações frequentes são muito uteis durante a estação quente, mas podem prejudicar a qualidade dos fructos quando estes se aproximam da maturação. Quando n'um ramo de aboboreira apparecem dois fructos proximos um do outro, é uso supprimir um d'elles para que o que fica tome maior vigor, mas a captação da parte superior dos ramos fructiferos não se pratica em nenhuma das cucurbitaceas madeirenses, limitando-se os cuidados que com ellas teem os cultivadores a ir tirando os rebentos inuteis á medida que vão apparecendo.

A caiota dispensa adubações nos quintaes do Funchal, mas nas terras esgotadas dos campos não se dá sempre o mesmo caso. Fertilizados que sejam, porém os covachos, pode-se dizer que nenhuns cuidados mais exige a planta, uma vez que existam as latadas ou os apoios de que ella carece para expandir os seus ramos.

Cuibém. Este apelido de familia provém de Antonia Jaime Cuibém, que veio para a Madeira em 1590, com seu marido o inglês Roberto Vizovi, cavaleiro da Ordem de Cristo. Este Vizovi estabeleceu-se com casa de negocio no Funchal.

Cuidados (*Calendula officinalis*). Composta tubuliflora originaria da Italia e Grecia, facil de reconhecer pelos seus capitulos grandes, com ligulas alaranjadas, e pelos seus aquenios bastante curvos, subspinhosos no dorso. E cultivada nos jardins e está naturalizada nalguns pontos da Madeira. Era usada outrora como medicamento excitante, tonico e emenagogo.

Cumiada Alta. Fica nas proximidades do Pico Ruivo e a curta distancia da celebre coluna de blocos basalticos, conhecida pela denominação de o Homem em Pé. Está a mais de 1700 metros acima do nivel do mar, e é um dos poucos logares onde têm sido achados os raros *Pyrus Aucuparia* e *Bunium brevifolium*, duas especies raras da flora madeirense.

Cumiada de S. Vicente. Está a 1000 metros acima do nivel do mar, e é ponto de onde em dias claros se avista tanto o norte como o sul da Madeira. A estrada que conduz de Camara de Lóbos á Cumiada, passando pela Ribeira Brava, foi inaugurada em 1916. Perto da Cumiada de S. Vicente encontra-se o *Lycopodium complanatum*, licopodiacea rarissima na Madeira.

Cunha. Este apelido de familia procede de Martim Afonso da Cunha, que foi um dos primeiros povoadores da ilha e teve terras de sesmaria nos Anjos e nos Canhas.

Cunha (Alexandre Luiz da). Foi professor da Escola Lancasteriana e proprietario e redactor

dos periodicos o Defensor da Liberdade, o Defensor e o Correio da Madeira. Por sentença de 26 de Fevereiro de 1828 cumpriu trinta dias de prisão, por abuso de liberdade de imprensa. Tendo saído nesse ano para os Estados Unidos da America, passou daí ao Brasil, só voltando á Madeira depois de restabelecido o govêrno constitucional. Em 28 de Setembro de 1835 foi nomeado professor das linguas francesa e inglêsa no Funchal, passando a desempenhar cargo identico no liceu, por decreto de 4 de Setembro de 1838. Faleceu no Hospital Civil, na idade de 49 anos, a 14 de Outubro de 1852. E.: Os Estados Unidos da America Septentrional em 1830 e 1831, Rio de Janeiro, 1832.

Cunha (Augusto José da). Este politico e estadista representou a Madeira no parlamento como deputado na legislatura de 1897 a 1899. Morreu em Junho de 1919.

Cunha (Bartolomeu de Vasconcelos da). Nomeado governador e capitão general da Madeira a 21 de Agôsto de 1651, havendo tomado posse a 16 de Outubro do mesmo ano.

Diz Barbosa Machado que escreveu varios sonetos ao nascimento do Infante D. Pedro, á morte de D. Maria de Ataíde e a Manuel de Galhegos.

É pai do distinto poeta e escritor Troilo de Vasconcelos da Cunha, que nasceu no Funchal em 1654. (V. este nome).

Cunha (D. Pedro Alvares da). Foi governador e capitão-general da Madeira, e a sua nomeação data de 30 de Março de 1711, havendo tomado posse a 1 de Outubro de 1712.

Cunha (João Severo). Nasceu no Funchal a 6 de Novembro de 1856. É coronel de engenharia e foi presidente da Camara Municipal de Lisboa na situação politica de Pimenta de Castro. Além da colaboração que teve em algumas revistas, publicou: Espessura das abobadas, 1895, Estudos sobre abobadas, 1897, e

Esclarecimentos uteis aos mutuários e pretendentes de mutuos da Companhia Geral do Credito Predial Portugues, 1912.

Cunha (José Ribeiro da). É de 9 de Abril de 1896 o decreto da sua nomeação para governador civil deste distrito, tendo tomado posse a 23 de Maio do dito ano.

Por decreto de 13 de Junho de 1901, foi segunda vez nomeado governador civil da Madeira e tomou posse do logar a 15 do mês e ano referidos. Neste periodo do seu govêrno, recebeu a visita dos reis de Portugal D. Carlos e D. Maria Amelia, sendo pôr essa ocasião agraciado com a gran-cruz da Conceição.

Exerceu pela terceira vez o mesmo cargo, para que foi nomeado por decreto de 22 de Maio de 1906, havendo tomado posse a 29 do dito mês e ano.

Foi pela quarta vez nomeado governador civil da Madeira, por decreto de 27 de Junho de 1910 e tomou posse a 13 do mês de Julho seguinte.

Foi o ultimo governador civil efectivo no regimen monarchico e representou a Madeira no parlamento na legislatura de 1908 a 1910.

Morreu em Lisboa a 14 de Maio de 1915, vitima da revolução que nesse dia rebentou naquela cidade.

Cunha (Pedro da Silva da). Este governador e capitão general da Madeira foi nomeado a 16 de Janeiro de 1655 e tomou posse a 22 de Abril do mesmo ano.

Cunha (Troilo de Vasconcelos da). É hoje um nome inteiramente desconhecido entre nós, mas que na sua epoca granjeou notavel nomeada como poeta e escritor. Os que se dedicam a estudos mais aprofundados da nossa historia literaria conhecem as paginas que lhe consagram Barbosa Machado na Bibliotheca Lusitana e Costa e Silva no Ensaio Critico dos Poetas Portugueses. Nasceu no Funchal em 1654,

ao tempo em que seu pai Bartolomeu de Vasconcelos exercia o cargo de governador e capitão-general deste arquipelago. Dedicou-se ao estudo profundo das humanidades, revelando em especial o seu vasto saber no conhecimento das linguas, sobretudo do grego e do latim. Consagrou-se também ao estudo de varias questões teologicas, que quis versar nas suas composições poeticas, especialmente na obra intitulada O Espelho do Invisivel, em que revela grandes qualidades de poeta, mas cujo assunto, improprio de ser tratado em verso, tornou esse poema de difficil compreensão e despido das galas que devem adornar as composições desta natureza, a pesar, como diz Inocencio, da pureza do estilo e de não estar muito eivado dos defeitos da escola gongorica, que então dominava na nossa literatura.

Trasladou para vernaculo o poema latino de Justino, com o titulo de Justino Lusitano, e deixou muitas composições ineditas em prosa e verso.

Exerceu cargos muito importantes, como o de secretario da Junta dos Tres Estados, e ainda outros. Faleceu em Lisboa a 4 de Agôsto de 1729.

Cupertino (Fr. José). Foi religioso do convento de S. Francisco do Funchal e gozou entre nós de muita nomeada no seu tempo, como prègador e homem de larga illustração. Conhecemos dois discursos que publicou no Funchal em 1823, sendo um prègado na igreja de S. Martinho e outro com o titulo de Oração de acção de graças prègada na igreja cathedral da Sé do Funchal em 8 de Julho de 1823 por ocasião da solene festividade... pela feliz restauração de el-rei N. S. ao throno de seus augustos maiores... Funchal, 1823. São rarissimos estes discursos.

Curral das Freiras (Freguesia do). Fica esta pequena parochia situada no interior da ilha, e assenta no fundo da cratera dum extinto vulcão, segundo varios geologos o affirmam. Para alcançar este lugar, mister é subir altas e ingremes montanhas e descer pelas declivosas ravinhas que circuitam o profundo vale, que se nos mostra como um horroroso e insondavel abismo, ao ser observado dos pinheiros da serra. E talvez o ponto da Madeira em que a natureza se apresenta mais notavelmente grandiosa e de aspectos mais surpreendentes, pela grande elevação e forma caprichosa dos montes, pelo alcandorado e aprumo das encostas, pelos desfiladeiros e abismos que se encontram disseminados por tôda a parte, pelo tom agreste e

selvagem da paisagem, o que tudo dá ao conjunto um ar de tamanha grandeza e magestade e de tão extraordinária e encantadora beleza, que o visitante, ainda o menos apercebido e sensível, fica surpreso e extático ao deparar com este cenário de tantas e tão incomparáveis maravilhas. “Vimos um boqueirão, diz um distinto escritor, de muitos metros de largo e cortado quasi a pique, voragem espantosa, cavidade imensa em volta da qual, excepto pelo sul, se erguem pináculos titânicos, de phantásticos perfis, e, no fundo do abismo... a miniatura campesina de um paraíso...” Sobranceiros ao Curral das Freiras ficam alguns dos mais elevados picos da Madeira, sobressaindo entre todos o conhecido Pico Ruivo, que se eleva a uma altitude aproximada de dois mil metros acima do nível do mar. Em inúmeras obras nacionais e estrangeiras se encontram largas referências ao Curral, tendo sido este lugar bastante visitado por muitos homens ilustres e entre eles alguns que se notabilizaram nos domínios das ciências e das letras.

Nos tempos primitivos da colonização teve apenas o nome de Curral, que lhe provinha do facto de ser um centro de abundantes pastagens de gado lanígero e caprino, e onde pastores, entregando-se a uma vida quasi nómada, por ali pastoreavam livremente os seus rebanhos. Foram-se-lhe reunindo alguns escravos, que, fugindo do povoado, alcançavam ali a sua carta de alforria, e também vários criminosos escapados á acção da justiça, formando-se deste modo um pequeno núcleo de povoação naquele longínquo e apartado êrmo, que a distancia e as dificuldades das comunicações, através de montes fechados de arvoredo e semeados de perigosos abismos, tornavam quasi inacessível. Começou depois o arroteamento e cultura das terras, e já por fins do século XV havia ali um pequeno centro de população de habitantes de moradia fixa e legalmente constituída. Deixou então de ser um valhacoito de foragidos e criminosos. Teve pouco desenvolvimento este primitivo núcleo de população, pois que em 1794 era apenas de cento e dez o número dos seus habitantes.

Em 1480 eram proprietários do Curral Rui Teixeira e sua mulher Branca Ferreira, que tinham residência no Campanario. Foi a 11 de Setembro deste ano que celebraram a escritura de venda desta vasta propriedade ao segundo capitão donatário do Funchal, João Gonçalves da Camara, propriedade cuja área se estendia “desde o Passo da Cruz e Ribeirão dos Socorridos até onde ela nasce de arrife a arrife, de uma a outra banda”. O preço desta compra foi de “23\$500 reis de cinco ceitis ao real e 50 cruzados de ouro, valendo 380 reis cada um”. Destinava o capitão donatário esta aquisição de terrenos á dotação que fêz a suas filhas D. Elvira e D. Joana, quando estas professaram em Santa Clara, mosteiro que o mesmo donatário fundara em 1492, entrando para ele as primeiras religiosas em 1497. Deve ter sido realizada no período decorrido de 1492 a 1497 a dotação do Curral, que a partir desta época passou a denominar-se Curral das Freiras.

Em 1560 foi a cidade do Funchal saqueada por corsários franceses luteranos, de que falam com tanto horror as antigas crônicas madeirenses. As freiras de Santa Clara viram-se forçadas a abandonar o seu convento para não serem vítimas daquela horda de selvagens, e, como diz Frutuoso, “sahiram por entre os canaviaes e se acolheram e não pararam até ao seu Curral, que dista bom pedaço da cidade, e assim se foram sem salvar nenhum ornamento, deixando tudo no mosteiro, salvo a custódia do Santíssimo Sacramento... “. Os franceses permaneceram no Funchal, na sua faina de destruição e de matança de 3 a 17 de Outubro, e logo depois da sua saída desta ilha deixaram as religiosas o Curral, recolhendo-se ao seu convento na cidade. Não sabemos se já então tinham as freiras de Santa Clara construído no Curral a capela de Santo Antonio, que ali existiu até meados do século passado e que era pertença do mesmo mosteiro.

Antes da sua elevação a paróquia, pertenceu o Curral das Freiras à freguesia de Santo Antonio, da qual se desmembrou em 1790. Teve porém o Curral seus capelães privativos com residência mais ou menos permanente ali, sendo em 1678 passada carta de capelão ao padre Cristovão Vieira. O serviço religioso fazia-se na capela de Santo Antonio, que, sendo visitada em 1756 pelo visitador episcopal dr. Antonio Mendes de Almeida, determinou este, em provimento exarado no arquivo da paróquia de Santo Antonio, que se avisasse a abadessa de Santa Clara para prover a mesma capela dos objectos necessários ao culto, como a isso se obrigara, sob pena de procedimento ulterior.

Para a construção dum novo templo e residência do capelão, tendo-se já certamente em vista a próxima fundação da paróquia, doou o convento de Santa Clara, por escritura celebrada a 24 de Julho de 1784, á mitra desta diocese, seis alqueires de terra com o simples encargo do fôro anual de uma franga, pago a 12 de Agosto de cada ano, destinadas as referidas construções a usufruto dos respectivos capelães e seus sucessores.

Diz o erudito anotador das Saudades da Terra que a freguesia do Curral das Freiras teve sua sede na capela de Santa Quiteria, fundada por Simão de Nobrega, havendo nisto visível engano, pois que esta capela ficava na paróquia de Santo Antonio, no sítio que ainda hoje conserva aquele nome, e sendo ponto averiguado que a pequena capela de Santo António, existente no Curral e pertencente ao convento de Santa Clara, serviu para a instalação e sede da nova freguesia, quando esta foi criada por alvará régio de 17 de Março de 1790.

Não podemos precisar a época da construção da nova igreja e também o ano em que para ela se transferiu a

sede da paróquia, mas sabemos que foi edificada no reinado de D. Maria I, pela inscrição que no mesmo templo se encontra, conjecturando nós que essa construção se realizou nos primeiros anos do século passado. O seu orago é Nossa Senhora do Livramento, que é objecto duma romaria que se realiza no último domingo de Agosto. Sofreu notáveis reparações no seu interior, nos anos de 1917 e 1918.

O centro da freguesia dista 14 kilometros da igreja paroquial de S. António e 17 kilometros e meio da cidade do Funchal. Passada a ribeira de Vasco Gil e galgada a ladeira do lombo de D. Isabel, entra-se numa estrada plana, que se estende até á Eira do Serrado, na altitude de 1026 metros e donde se divisa ao fundo tôda a povoação do Curral. Começa aí a descida em torcicolo e rápido declive, chamada o Passo da Chave, que conduz ao centro da freguesia.

Além do vinho, tinha o Curral a abundante produção da cereja, da castanha e da cidra, sendo esta muito importante e quasi privativa desta freguesia.

Nas fragosas encostas desta freguesia nasce a Ribeira dos Socorridos, que é a mais importante corrente do sul da ilha. Nesta ribeira encabeçam as importantes levadas dos Piornais e Nova do Castelejo.

Tem o Curral das Freiras ha já alguns anos uma escola oficial do sexo masculino, mas em 1846, numa visita que ali fêz o benemerito governador civil José Silvestre Ribeiro, reconheceu este que apenas o paroco e o regedor sabiam ler e escrever!

Os seus principais sitios são Lombo Chão, Serra Velha, Balseiras, Terra-Chã, Capela, Murteira, Casas Proximas, Achada, Ribeira do Cidrão, Fajã dos Cardos, Pico do Furão, Colmeal e Fajã Escura. Tem a população de 1430 habitantes.

Curral dos Romeiros. Sitio na freguesia do Monte, onde passa a estrada que conduz á Choupana. Acima da ponte do Curral, na Ribeira de João Gomes, há uma pequena, mas bonita queda de agua, á qual se chega seguindo a levada que passa junto da mesma ponte.

O Curral dos Romeiros é sitio muito visitado por nacionais e estrangeiros e fica no fundo dum grande vale,

onde se colhem gratas impressões.

Curso de Desenho. Houve no Funchal um curso de desenho sustentado pela Camara Municipal, que foi inaugurado no dia 1 de Outubro de 1877 e extinto em sessão camararia de 1 de Setembro de 1892. Regia este curso o director das obras municipais do Concelho, o falecido José Maria Teixeira de Agrela.

D

Dália (*Dhalia variabilis*). Composta originaria do Mexico, muito cultivada nos jardins do Funchal.

Damasqueiro (*Prunus Armeniaca*). Árvore originaria da China, muito cultivada na Madeira.

Os seus frutos que aparecem em Junho e Julho, variam muito no tocante ás dimensões e mesmo á côr, havendo uma variedade de damascos a que chamam pretos, cujo epicarpo apresenta a côr de certas ameixas.

As principais variedades de damascos que aparecem na Madeira são as seguintes: damascos legitimos, franceses, brancos, churros, alperches, “pêches” e maracotões.

Dana (J. D.). Geologo americano que visitou a Madeira em Setembro de 1838. O resultado dos seus trabalhos foi publicado no vol. X da United States Exploring Expedition.

Dantas. A capela de Nossa Senhora da Penha de França, foi fundada por Antonio Dantas em 1622, sendo de crer que o apelido de família Dantas, Antas ou Antes proceda de Mem Afonso de Antas, oriundo do lugar de Antes, antigo concelho de Coura, no Minho.

Darja. Este apelido de família, hoje extinto na Madeira, procede de Simão Darja, que nos fins do século XVI tinha um engenho de moer cana doce, no Funchal.

Darwin (Carlos). Este sabio naturalista inglês refere-se por várias vezes á Madeira, nos seus trabalhos sôbre a origem das especies e a variação dos animais e das plantas. Na sua monografia dos cirripedes, menciona 13 especies madeirenses.

Datas Históricas. Vamos enumerar algumas das principais datas que interessam á historia da Madeira, apontando especialmente as que indicam os factos de maior importancia, ocorridos no largo periodo de cinco seculos. A primeira data a assinalar neste lugar deve ser a do descobrimento do arquipelago (**V. Descobrimento do arquipelago**), a que uns fixam o ano de 1419, com a descoberta do Pôrto Santo, e outros o ano seguinte; e, conforme as duas opiniões, a ilha da Madeira teria sido descoberta respectivamente no ano de 1419 ou de 1420, devendo no entretanto notar-se que a opinião mais seguida é a primeira, dando deste modo as ilhas do Pôrto Santo e Madeira como descobertas em 1418 e 1419.

1418-Descobrimento da ilha do Pôrto Santo? Vid. Descobrimento do Arquipelago.

1419-Descobrimento da ilha da Madeira?

1430-Criação das freguesias de Camara de Lôbos e Calheta.

1433-D. Duarte faz doação do arquipelago da Madeira ao infante D. Henrique.

1433-D. Duarte faz doação deste arquipelago á Ordem de Cristo, quanto ao espiritual.

1440-Doação da capitania de Machico a Tristão Vaz.

1440-Criação das paróquias do Caniço e Ribeira Brava.

1445-O navegador Luiz Cadamosto (V. este nome) visita a Madeira e Pôrto Santo.

1446-Doação da capitania do Pôrto Santo a Bartolomeu Perestrelo.

1449-Confirmação de D. Afonso V da doação feita por D. Duarte ao infante D. Henrique.
1450-Criação da freguesia de Machico.
1451-Doação da capitania do Funchal a João Gonçalves Zarco.
1451-O Funchal é elevado á categoria de vila.
1454-João Gonçalves faz doação duns terrenos em São Paulo, destinados á fundação do primeiro hospital.
1467-Morre no Funchal o primeiro capitão-donatario João Gonçalves Zarco.
1477-Criação da Alfandega do Funchal.
1493-Adoptam-se providencias muito importantes acêrca de aguas, madeiras, gados, cousas agricolas etc..
1497-D. Manuel I torna realengo e faz reverter para a coroa o arquipelago da Madeira.
1497-Fundação do convento de Santa Clara.
1501-Criação da vila da Ponta do Sol.
1501-Morre no Funchal o 2º. capitão-donatario João Gonçalves da Camara.
1502-Criação da Vila da Calheta.
1505-No convento de São Bernardino, da freguesia de Camara de Lobos, morre com fama de santidade Fr. Pedro da Guarda, conhecido pelo nome de Santo Servo de Deus.
1508-É a vila do Funchal elevada á categoria de cidade.
1508-Veio á Madeira exercer funções episcopais o bispo D. João Lobo, o primeiro prelado que esteve nesta ilha e que aqui se demorou aproximadamente dois anos.
1514 É criada a diocese do Funchal.
1515- logar de Santa Cruz é elevado á categoria de vila.
1516-Sagração da Sé Catedral do Funchal.
1517-É criada a freguesia de S. Jorge.
1523-Voto feito pelo povo e pela Camara do Funchal a S. Tiago, que é escolhido para principal padroeiro da Madeira.
1526-Morre no continente o primeiro bispo do Funchal, D. Diogo Pinheiro.
1530-Morre em Matozinhos, proximo do Porto, o terceiro capitão-donatario do Funchal, Simão Gonçalves da Camara.
1533-Caso dos profetas Fernão Bravo e Filipa Nunes, na ilha do Porto Santo.
1533-É criado o arcebispado do Funchal.
1536-Morre no Funchal o 4º capitão-donatario João Gonçalves da Camara.
1540-Morre o capitão-donatario de Machico, Diogo Teixeira, revertendo a capitania para a coroa.
1550-Criação da freguesia do Faial.

1551-É extinto o arcebispado do Funchal e acrescenta-se o arquipelago de Arguim á jurisdição desta diocese.
1552-Criação da freguesia de Sant'Ana.
1553-Criação da freguesia do Seixal.
1557-Criação das freguesias da Sé e Santa Maria Maior.
1558-Criação da freguesia de Gaula.
1560-Criação da freguesia de Agua de Pena.
1561-Criação da freguesia do Caniçal.
1565-Criação das freguesias do Monte e S. Gonçalo.
1566-Terrível saque dos corsarios franceses á cidade do Funchal.
1566-Fundação do Seminario do Funchal.
1566-Criação da freguesia de S. Pedro.
1568-Criação da freguesia da Tabua.
1569-Morreu em Lamego o distinto madeirense e ilustre prelado D. Manuel de Noronha, filho do 3.^o capitão-donatario do Funchal, Simão Gonçalves da Camara, o Magnifico.
1570-Estabelecem-se os jesuítas na Madeira.
1571-Criação da freguesia da Fajã da Ovelha.
1572-Criação da freguesia do Arco da Calheta.
1575-Morre o ilustre madeirense, padre Luiz Gonçalves da Camara, celebre aio do rei D. Sebastião.
1577-Criação das freguesias dos Canhas e Pôrto da Cruz.
1579-É extinta a freguesia de S. Pedro e novamente restaurada em 1587.
1579-Criação das freguesias de S. Roque e S. Martinho.
1580-Morrem o 5.^o e 6.^o capitães-donatarios do Funchal, Simão Gonçalves da Camara e João Gonçalves da Camara.
1581-Começa a Madeira a ser governada por governadores gerais, sendo o primeiro o desembargador João Leitão, como representante do govêrno filipino.
1582-É criada a paróquia da Madalena do Mar.
1583-Morreu em Evora o abalizado gramatico e distinto madeirense padre Manuel Alvares.
1588-O distinto madeirense D. Sebastião de Moraes, que foi o primeiro bispo do Japão, morreu em Moçambique, quando ia a caminho do seu bispado.
1590-Escreve o dr. Gaspar Frutuoso a afamada obra Saudades da Terra, morrendo no ano seguinte na ilha de S. Miguel.
1593-Dá-se nesta ilha o fenomeno de incandescencia atmosferica, que ficou conhecido pelo nome de fogo do

céu, que queimou toda a vegetação, chegando até a incendiar algumas casas.

1595-Morreu o ilustre madeirense e abalizado jurisconsulto dr. Antonio da Gama Pereira.

1608-Morre no Funchal e jaz sepultado na Sé Catedral, o bispo diocesano D. Luiz Figueiredo de Lemos.

1624-Morreu o governador e capitão general da Madeira D. Francisco Henriques, sendo sepultado na igreja do Colegio.

1626-Morreu o governador e capitão general deste arquipelago, Fernão de Saldanha.

1641-É proclamada na Madeira a restauração de Portugal, com a aclamação de D. João IV.

1650-Fundação do convento da Encarnação, pelo conego Henrique Calaça de Viveiros.

1654-Começa a Madeira a ter representação nas antigas côrtes gerais.

1655-É fundado o Recolhimento do Bom Jesus, pelo arcediogo Simão Gonçalves Cidrão.

1656-Doação do arquipelago da Madeira, feita por D. João IV a sua filha a infanta D. Catarina.

1665-Morre Manuel Tomaz, o autor do poema a Insulana.

1668-Grande sedição popular no Funchal, que depôs o governador e capitão-general Francisco de Mascarenhas e praticou outras violencias.

1674-Morreu no Funchal o bispo diocesano D. Gabriel de Almeida, que foi sepultado na Sé Catedral.

1676-Foram criadas as paróquias do Arco de S. Jorge, Camacha, Santa Luzia, Serra de Agua e Paul do Mar.

1681-Morreu e jaz sepultado na cidade de Olinda, no Brasil, o ilustre madeirense João Fernandes Vieira, o restaurador de Pernambuco.

1682-Morreu nesta cidade o prelado diocesano D. Antonio Teles da Silva, sendo sepultado na Sé Catedral.

1690-Dois navios corsarios dão um saque na ilha do Pôrto Santo e incendeiam a igreja e outros edificios.

1691-Morreu o distinto madeirense, conego Antonio Veloso de Lira.

1699-Grande incendio na fortaleza de São Lourenço, destruindo as moradas dos governadores e capitães-generais do arquipelago.

1704-Morreu no Funchal o governador e capitão-general do arquipelago, João da Costa de Ataíde e Azevedo.

1708-É a ilha do Pôrto Santo saqueada por piratas franceses.

1724-Houve uma grande aluvião, que causou consideraveis prejuizos.

1729-Morre o distinto poeta madeirense Troilo de Vasconcelos da Cunha.

1730-Morre o escritor madeirense e distinto genealogista, Henrique Henriques de Noronha.

1733-Criados os curatos da Boaventura, Ribeira da Janela e Prazeres.

1734-Criado o curato do Jardim do Mar.

1743-Criada a vila de São Vicente.

1748-Violento abalo de terra, que causou bastantes estragos e algumas vitimas.
1753-Morre no Funchal o bispo diocesano D. João do Nascimento.
1755-O dr. Julião Fernandes da Silva escreve o curioso e interessante livro intitulado Carta critica sobre o methodo curativo dos medicos funchalenses.
1756-É decretada a construção dum pôrto de abrigo no Funchal.
1760-Os jesuítas são expulsos da Madeira.
1765-Houve uma grande aluvião, causando enormes prejuízos.
1767-Reforma judicial, que definitivamente estabelece na Madeira um corregedor e um juiz de fora.
1770-Celebre alvará regio adoptando importantes providencias acêrca da ilha do Pôrto Santo, e que ficou conhecido pelo nome de lei dos Quintos e Oitavos.
1772-São criadas na Madeira diversas escolas de instrução primaria, três aulas de latim, uma de filosofia e uma de retorica.
1775-É criada a Junta da Fazenda deste arquipelago.
1777-O ilustre governador da Madeira João Antonio de Sá Pereira sai desta ilha, chamado pelo govêrno da metropole, a justificar-se das acusações que lhe foram feitas.
1784-Morre nesta cidade o bispo diocesano D. Gaspar Afonso da Costa Brandão.
1786-Grandes chuvas e um violento vendaval, que causou muitos prejuízos.
1787-O colegio e igreja dos jesuítas são cedidos ao bispo diocesano para a instalação do Seminario.
1790-É criada a freguesia do Curral das Freiras.
1792-Acontecimentos graves determinados pela perseguição do governador e bispo diocesano aos membros das lojas maçonicas.
1798-É definitivamente criado o correio na Madeira.
1798-Morre no Funchal o ilustre governador e capitão general deste arquipelago, D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho.
1801-É a Madeira ocupada por tropas inglêsas.
1803-Grande aluvião que produziu os maiores estragos e vitimou algumas centenas de pessoas.
1806-Morreu em Lisboa o poeta madeirense Francisco Alvares de Nobrega, conhecido pela autonomásia de Camões Pequeno.
1807-Morre no Funchal o brigadeiro Reinaldo Oudinot, que dirigiu o encanamento das ribeiras do Funchal e construção das respectivas muralhas, depois da grande aluvião de 1803.
1807-Tropas inglêsas ocupam pela segunda vez a Madeira.
1810-Morreu no Funchal o bispo diocesano D. Luiz Rodrigues de Vilares.

1810-É criada a Junta de Melhoramentos da agricultura da Madeira e Porto Santo.
1814-Morreu no Funchal o governador e capitão general da Madeira, Luiz Baltrão de Gouveia e Almeida.
1815-Passa Napoleão na Madeira.
1815-Grande aluvião que causou grandes prejuízos.
1821-É proclamada a Constituição na Madeira.
1821-Sai o Patriota Funchalense, o primeiro jornal que se publicou na Madeira.
1822-É lançada com grande solenidade a primeira pedra dum monumento destinado a perpetuar a memória da proclamação da Constituição na Madeira.
1823-Veio uma alçada a esta ilha, composta de seis juizes, com o fim de julgar e punir os que se tivessem mostrado desafectos ao govêrno absoluto.
1828-Vieram dois desembargadores proceder a uma rigorosa devassa acêrca de acontecimentos politicos, sendo pronunciados mais de duzentos individuos, a maior parte dos quais foi condenada a diversas penas, principalmente de degrêdo para as provincias ultramarinas.
1828-A esquadra miguelista bombardeia a vila de Machico e efectua-se ali um desembarque de tropas, tomando estas o caminho da cidade, que ocuparam, proclamando-se em seguida o govêrno absoluto.
1829-Morreu em Lisboa o distinto madeirense dr. João Francisco de Oliveira.
1832-Tropas constitucionais vindas dos Açores e comandadas por Luiz Mousinho, ocupam a ilha do Pôrto Santo.
1832-Morreu em Lisboa o ilustre madeirense e distinto escritor, Manuel Caetano Pimenta de Aguiar.
1835-Começam as obras de construção das levadas do Rabaçal.
1836-É criado o liceu do Funchal, que começou a funcionar no ano seguinte.
1836-Funda-se a Associação Comercial do Funchal.
1837-É criada e instalada a Escola Medico-Cirurgica do Funchal.
1838-É instalada e aberta ao publico a biblioteca da Camara Municipal do Funchal.
1838-É benzido solenemente e inaugurado o cemiterio das Angustias.
1840-Conclue-se e abre-se ao publico o mercado de S. Pedro.
1840-Chega á Madeira o grande poeta Antonio Feliciano de Castilho.
1842-Houve grandes temporais e uma aluvião que causou muitos estragos.
1846-José Silvestre Ribeiro é nomeado governador civil deste distrito.
1846-O governador José Silvestre Ribeiro iniciou o grande serviço da iluminação publica do Funchal.
1846-O celebre propagandista protestante dr. Roberto Kalley, é violentamente forçado a sair da Madeira, dando-se por essa ocasião varios tumultos.

1847-Veio á Madeira, onde se demorou alguns meses, a rainha Adelaide, de Inglaterra.

1847-É instalada a Junta Governativa, repercutindo-se na Madeira os acontecimentos iniciados no país pela Junta do Pôrto.

1847-É conhecido pelo nome de ano da fome, em virtude da pavorosa crise alimenticia por que passou este arquipelago.

1847-É criado o asilo do Funchal, devido á iniciativa de José Silvestre Ribeiro, e que ainda hoje recorda o seu nome.

1848-São criadas as freguesias da Ribeira da Janela, Achadas da Cruz e São Roque do Faial, que já anteriormente eram curatos autonomos, e também neste ano é criada a freguesia da Quinta Grande.

1848-Construção da ponte do Ribeiro Sêco e começo dos trabalhos para a construção da estrada que dali conduz a Camara de Lôbos.

1849-É decretada a construção do Lazareto na foz da Ribeira de Gonçalo Aires.

1850-Na praia do Pôrto Santo naufraga um barco daquela ilha, morrendo quinze pessoas.

1850-Por iniciativa do governador civil José Silvestre Ribeiro, se estabelece um museu de historia natural no palacio de São Lourenço.

1852-Começou a propagar-se e a causar os maiores estragos na vinha uma doença que ficou conhecida pelo nome de mangra e que originou uma das maiores crises por que a Madeira tem passado.

1853-Morreu no Funchal a princesa D. Maria Amelia, filha de D. Pedro IV.

1853-Em memoria de sua filha, funda a imperatriz D. Amelia o Hospicio da Princesa D. Maria Amelia, que se instalou provisoriamente numa casa á rua do Castanheiro, sendo em 1862 definitivamente instalado no magnifico edificio que para tal fim a imperatriz fêz construir e dotar com os fundos necessarios para o seu regular funcionamento.

1856-É a Madeira assolada por uma das maiores calamidades que a têm affligido a epidemia da colera-morbus, que vitimou cêrca de dez mil dos seus habitantes.

1856-No mês de Maio deste ano foram criadas em varias freguesias deste arquipelago mais de vinte escolas de ambos os sexos.

1857-Morreu em Lisboa o ilustre madeirense dr. Lourenço José Moniz.

1858-O principe D. Luiz depois rei de Portugal, visitou pela primeira vez esta ilha.

1860-A imperatriz Isabel da Austria visita a Madeira e aqui se demora alguns meses.

1861-Morre em Lisboa o ilustre madeirense visconde Jervis de Atougua.

1862-É fundada a Associação de Beneficencia do Funchal, que tem hoje o nome de Associação de Socorros Mutuos “4 de Setembro de 1862“.

1865-Morre em Coimbra o distinto lente da Universidade e ilustre madeirense, dr. Justino Antonio de Freitas.

1866-Morre no Funchal o distinto madeirense e abalizado professor, Marceliano Ribeiro de Mendonça.

1868-Deram-se graves acontecimentos na praia desta cidade, havendo mortos e feridos em que o povo obistou ao desembarque do distinto madeirense Jacinto de Sant'Ana e Vasconcelos, que vinha a esta ilha tratar da sua candidatura a deputado.

1869-Chega pela primeira vez a esta ilha o ilustre romancista Julio Deniz, que escreveu o seu primoroso livro Os Fidalgos da Casa Mourisca.

1870-Morreu o abalizado medico e distinto madeirense dr. Antonio da Luz Pita.

1870-Graves acontecimentos em Machico ocorridos por ocasião das eleições, caindo mortos alguns populares pelas balas da força armada, que se viu coagida a usar da violencia.

1872-Grande epidemia de variola, que dizimou cêrca de mil individuos.

1873-É organizada a Companhia Fabril de Açucar Madeirense, que fêz construir a grande fabrica de S. João.

1873-Publicação da parte da afamada obrado dr. Gaspar Frutuoso, que se ocupa da Madeira, intitulada Saudades da Terra, pelo ilustre professor e advogado dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo e que ele enriqueceu com largas e eruditas anotações.

1874-Fica a Madeira ligada ao continente por um cabo submarino.

1874-Em Angra do Heroismo faleceu o ilustre madeirense dr. Nicolau Anastacio de Betencourt.

1875-São criadas as comarcas de Santa Cruz, Ponta do Sol e S. Vicente.

1875-Fundou-se nesta cidade o Banco Comercial da Madeira.

1876-Grandes temporais, que arremessam alguns navios á praia do Funchal.

1876-Sai o Diario de Noticias, o primeiro jornal diario que se publicou entre nós.

1876-Morre no Funchal o distinto poeta e ilustre madeirense José Antonio Monteiro Teixeira.

1877-Criação do curso de preparatorios no Seminario do Funchal e poucos anos depois a instalação dum museu regional de produtos de historia natural.

1878-Começa uma larga emigração para as ilhas de Sandwich.

1879-É proibida a circulação da moeda estrangeira na Madeira, que antes tinha livre curso.

1880-Morre em Lisboa o ilustre madeirense D. Aires de Ornelas de Vasconcelos, arcebispo de Goa.

1884-Graves acontecimentos na freguesia da Ribeira Brava, por ocasião da eleição de deputados, morrendo varios populares.

1887 Graves perturbações da ordem em muitas freguesias da Madeira, com o fim de obstar a instalação das Juntas de Paroquia, movimento popular que teve consequencias muito funestas e que ficou conhecido

entre o povo pelo nome de Parreca.

1888-Inauguração do Corpo de Bombeiros Voluntarios do Funchal.

1888-É inaugurado o teatro “Manuel de Arriaga”, que teve primitivamente o nome de D. Maria Pia.

1889-É instalado o Pôsto Medico Municipal.

1889-É criada a Escola Industrial do Funchal.

1889-É fundada a Associação Protectora dos Pobres, conhecida pelo nome de Sopa Economica, devido á iniciativa do governador D. João de Alarcão.

1890-Comete-se no Funchal o assassinato do menor Francisco José de Ornelas, que muito emocionou a população madeirense.

1892-Manifestou-se a raiva, sendo varias pessoas atacadas e tendo algumas succumbido á terrivel doença.

1892-Construção do cais da Entrada da Cidade, cujos trabalhos tinham começado em 1889.

1893-Inauguração do primeiro trôço do Caminho de Ferro do Monte.

1897-Inauguração da luz electrica no Funchal.

1897-São dadas por concluidas as obras de reconstrução e ampliação do molhe da Pontinha, cujos trabalhos primitivos tinham começado em 1886.

1899-Morre em Lisboa o nosso distinto patricio dr. Luiz da Camara Pestana.

1900-É criada a Escola de habilitação para o magisterio primario.

1901-É concedida a autonomia administrativa a este distrito, cujas faculdades e atribuições residem numa corporação de eleição popular, que tem o nome de Junta Geral.

1901-Os reis de Portugal D. Carlos e D. Maria Amelia, visitam esta ilha.

1902-Morreu no Funchal o ilustre madeirense conde de Canavial.

1902-É criado o Auxilio Maternal.

1905-É lançada com grande solenidade a primeira pedra do edificio do Sanatorio dos Marmeleiros, em virtude da concessão anteriormente feita pelo govêrno português ao principe Frederico Hohenloe.

1906-É fundado o Monte Pio Madeirense.

1906-Inicia-se o funcionamento do Manicomio Camara Pestana.

1906-Um grupo de populares ataca o edificio do Lazareto, onde estavam em tratamento muitos individuos atacados da epidemia da peste, que grassava na Madeira, destruindo as instalações e pondo em liberdade os doentes, que ali tinham dado entrada, coagidos pela fôrça imperiosa das circunstancias ocorrentes.

1907-Faleceu em Lisboa o ilustre madeirense José Vicente Barbosa du Bocage, sabio zoologo e distinto estadista.

1908-A bela igreja da freguesia da Ponta Delgada é destruida por um incendio.

1908-A Camara Municipal do Funchal é autorizada a contrair um emprestimo exclusivamente destinado á canalização de esgotos e abastecimento de aguas potaveis.

1910-No fim deste ano manifesta-se a colera nesta cidade, que se alastrou por quasi tôda a ilha e que causou cêrca de 550 vitimas, tendo por esse motivo mandado o govêrno central á Madeira o dr. Alfredo de Magalhães, como alto comissario da Republica, e o dr. Carlos França, como chefe de todos os serviços clinicos e de higiene.

1911-Morre no Funchal o ilustre prelado diocesano D. Manuel Agostinho Barreto.

1911-É estabelecida a rede telefonica no Funchal.

1911-É criada a Junta Agricola da Madeira, que foi extinta em 1919.

1913-É criada a Junta Autonoma das Obras do Pôrto do Funchal.

1914-É criado o concelho da Ribeira Brava.

1916-Inauguração da Estrada do Funchal á Encumeada de S. Vicente.

1916-Bombardeamento da cidade do Funchal por um submarino alemão, e que se repetiu no ano imediato.

1917-Morre em Lisboa o ilustre madeirense Jaime Constantino de Freitas Moniz.

1921-É publicado o primeiro volume do Elucidario Madeirense.

1922-Realizaram-se grandes festejos e um imponente cortejo historico comemorativo do Quincentenario do descobrimento do arquipelago da Madeira.

1922-De regresso da sua viagem ao Brasil passa no Funchal o Presidente da Republica dr. Antonio José de Almeida.

1925-Os drs. Antonio Oliveira Salazar e Mario de Figueiredo estiveram no Funchal e proferiram algumas conferencias nas salas da Associação Catolica.

1929-Uma grande enchente no sitio do Estreito da Vargem, freguesia de São Vicente, causou a morte a 32 pessoas.

1930-O hospital da Santa Casa da Misericordia é instalado no sanatorio dos Marmeleiros na freguesia do Monte.

1930-Uma enorme “quebrada“ na foz da Ribeira do Vigario, freguesia de Camara de Lobos, arrastou para o mar, no refluxo da corrente, 20 pessoas que ali perderam a vida.

1931-É criado o Arquivo Distrital do Funchal.

1931-Sublevação militar, que foi sufocada por fôrças terrestre e maritima vindas do continente e que ficou conhecida pelo nome de Revolução da Madeira.

1933-Inauguração do prolongamento do cais da Entrada da Cidade.

1936-Graves alterações da ordem publica em varias freguesias por causa da criação da Junta dos Lacticinios

e dos serviços que lhe estavam anexos, tendo vindo dois navios de guerra e contingentes de tropas para sufocarem esse movimento revoltoso.

1938-O general Antonio Oscar Carmona, presidente da Republica, chega à Madeira, sendo entusiasticamente recebido.

1939-Inauguração da Avenida do Mar.

Deado. O cargo de Deão da Sé do Funchal foi criado pela propria bula pontificia que instituiu a diocese, fazendo-se nela expressa menção do sacerdote que deveria exercer essas funções. Nuno Cão (V. este nome), que a Ordem de Cristo mandou á Madeira com faculdades especiais, foi o primeiro pároco da Sé, ao ser criada esta freguesia, e também o primeiro deão, cargos que nos primeiros tempos eram cumulativamente exercidos pelo mesmo individuo. A Nuno Cão sucedeu Filipe Rebelo, e por morte deste foi o lugar de deão separado do de pároco, sendo então criados dois curatos exclusivamente destinados ao serviço paroquial. Os ultimos eclesiasticos que ocuparam o deado da Sé do Funchal foram Antonio Joaquim Gonçalves de Andrade, Aires de Ornelas de Vasconcelos e João Joaquim Pinto (V. estes nomes). Até a implantação da Republica, para ser provido neste lugar, tornava-se mister a formatura em direito ou teologia. Acerca do deado da Sé do Funchal e dos sacerdotes que exerceram este elevado cargo eclesiastico, leia-se a serie de artigos publicada em "O Jornal" nos meses de Dezembro de 1935 e Janeiro de 1936.

Debate (O). Publicaram-se 93 numeros, sendo o 1º. a 16 de Novembro de 1902 e o ultimo a 12 de Maio de 1903.

Decápodos. V. Carcinologia.

Declinação da Agulha. É o angulo que faz o meridiano magnetico com o meridiano astronomico. No Funchal esse angulo era de 15° 30' W. em 1768 (Dr. Heberden); de 21° 32' W. em 1829 (Penny Cyclop.); de 21° W. em 1835 (Wyld); de 21° W. em 1843 (Vidal); de 20° 57 1/2' W. em 1851 (A. P. de Azevedo); de 20° 56' W. em 1861 (Friesach); de 19° 55' W. em 1885 (Mapa do Almirantado); e de 19₁ W. em 1892 (idem).

Segundo os oficiais da Challenger, a declinação era 18° 25' W. a 4 de Fevereiro de 1872, e 20° 33' W. a 17 de Julho de 1873. O coronel Francisco Afonso de Chaves, que em 1903 (22 de Junho) e em 1906 (4 de Junho) fêz também observações magneticas no Funchal, achou que no primeiro destes anos a declinação era 20° 31'30" W. e no segundo 20° 36' 55" W.

A 14 de Novembro de 1842 a variação magnetica no Pôrto Santo era 24° 38' 12", segundo se lê na carta daquela ilha, do falecido general Antonio Pedro de Azevedo.

Bory, que visitou a Madeira em 1755 e publicou a relação da sua viagem na *Histoire et Mémoires de L'Académie Royale des Sciences pour l'an 1772*, diz que “a variação da agulha magnetica, que a nossa posição e a falta de meridiana nos impedia de conhecer em terra, foi muitas vezes observada a bordo do Cometa; ela regulou entre 10° 35' W. e 11° 55" o que dá o resultado médio de 11° 3/4. “

Dedaleira (*Digitalis purpurea*). Planta bienal da familia das Escrofulariaceas, muito comum na Madeira. As suas flores, que são pendentes e dispostas em cacho alongado, apresentam corolas grandes, tubuloso-campanuladas e purpureo-rosadas, tendo na parte interna maculas mais escuras, rodeadas de branco.

A dedaleira é muito venenosa, e em alta dose produz a morte; em dose moderada é util nas molestias do coração, na asma, no reumatismo, etc.. A digitalina é o principio activo da dedaleira. Os madeirenses dão ás vezes á dedaleira o nome de teijeira, mas a verdadeira teijeira é a Lappe minor, planta da familia das Compostas, que também se encontra na ilha.

Defensor (O). Deu trezentos e oitenta e seis numeros, o primeiro a 4 de Janeiro de 1840 e o ultimo a 18 de Maio de 1847.

Com o mesmo titulo se publicou outro jornal no Funchal, tendo saído o primeiro numero a 1 de Maio de 1912, e o ultimo, o numero 6, a 5 de Junho do mesmo ano.

Defensor da Liberdade (O). Sairam noventa e seis numeros deste jornal, dois por semana, o primeiro a 2 de Junho de 1827, e o ultimo em 26 de Abril de 1828.

Degredados. Nos tempos do govêrno absoluto, era uso serem degredados para a Madeira certos criminosos cujas culpas não eram consideradas muito graves pelos tribunais. Joaquim Pedro Cardoso Casado Giraldes (V. este nome) foi degredado para a Madeira por ter servido de interprete aos generais franceses e espanhóis por ocasião da guerra peninsular, e há um officio de José Lucio Travassos Valdez,, datado de 25 de Maio de 1827, em que este governador e capitão-general aponta os inconvenientes que há em serem remetidos para esta ilha degredados condenados a trabalhos publicos.

Delgado. Este apelido de familia procede de Pedro Delgado, o Nabo, o qual segundo diz o Dr. Azevedo, casou com Isabel Fernandes, a Velha da Serra, sendo ambos nobres e da vila da Arruda, em Portugal. Foram dos primeiros povoadores da ilha da Madeira, e tiveram sesmaria na Ponta do Sol, parece que no Lombo das Adegas.

Democracia (a). Publicou-se de 15 de Abril a 23 de Setembro de 1913, tendo saído 46 numeros.

Democrata (O). Saiu o 1. numero a 7 de Abril de 1901 e o ultimo a 1 de Março de 1903, publicandose 98 numeros.

Publicou-se uma segunda serie do mesmo jornal de 8 de Março a 10 de Maio de 1903, saindo 10 numeros.

Dendrites. Infiltrações, geralmente de sais de manganés e ferro, que se encontram no interior das rochas de fractura lamelar, com a apparencia de algas e musgos imprensados e de côr escura. São vulgares nas traquites da Serra de Nossa Senhora, no Pôrto Santo, e raros nas lajeas basalticas de S.

Martinho. S.

Deniz. Este apelido da família era usado pelo capitão Fernão Nunes Deniz, Gonçalo Deniz e outros, todos no século XIV.

Dente de Cão. Dá-se este nome na Madeira às ligeiras camadas de neve com a forma cristalina, que aparecem nas serras depois dos grandes frios. Estas camadas de neve provêm da congelação rápida do vapor de água em contacto com os corpos em que elas aparecem.

As geadas ou dente de cão costumam aparecer na costa do norte acima de 600 ou 700 metros, mas na do sul cremos que são desconhecidas dentro dos limites da região cultivada.

Quando há frios cortantes e demorados, costumam dizer os camponios que está caindo dente de cão.

Deportados Políticos. Por ocasião da revolta que se deu em Tôrres Vedras em 4 de Fevereiro de 1844, com o fim de fazer cair o governo de Costa Cabral, foram presos e enviados para a Madeira 23 insurgentes, entre os quais figuravam os advogados António Maria Ribeiro da Costa Holtreman e Leonel Tavares Cabral, o juiz do Tribunal do Comércio Lourenço de Oliveira Grijó, o cônego Dr. Manuel Joaquim Cardoso Castelo Branco e oito oficiais do exército.

Destes presos políticos, que vieram no brigue Douro, que chegou ao Funchal a 20 de Abril, e deram entrada na fortaleza do ilhéu; os restantes vieram no cutter Andorinha, que chegou aqui a 28 do mesmo mês, e recolheram á fortaleza do Pico. Foram todos postos em liberdade logo que chegou á Madeira a notícia officiosa do malogro da revolução de Torres Vedras.

Em 1919, depois da revolução monárquica dos princípios deste ano, vieram para o Funchal novos prisioneiros políticos, que chegaram aqui no vapor Africa, da Empresa Nacional de Navegação, o qual fora arvorado em transporte de guerra. Esses prisioneiros, em numero de 289, que vinham acompanhados de uma fôrça de marinha, desembarcaram no dia 8 de Maio, três dias depois da chegada do Africa, sendo instalados no Lazareto de Gonçalo Aires.

Entre os prisioneiros vinham o antigo ministro João de Azevedo Coutinho, o ex-coronel João de Almeida, o conde de Sucena, o conde de Arrochela, o visconde de Siqueira e João Moreira de Almeida, tendo ficado no Funchal uma força de 30 praças da armada e 1 sargento para guardar o Lazareto, e vindo juntar-se a essa força, também para o mesmo fim, um destacamento de infantaria, comandada por um alferes. Por determinação do capitão do porto, foi proibida a passagem e a permanência de quaisquer embarcações na zona marítima limitada pela fortaleza de S. Tiago e o cabo Garajau.

Não obstante estas precauções, deu-se no dia 3 de Junho pelo desaparecimento de 8 prisioneiros, entre os quais o conde de Sucena, sabendo-se depois que todos eles tinham chegado a Las Palmas, na lancha-automovel Glafiberta, pertencente ao sportsman Humberto dos Passos, que foi quem preparou a evasão. Sobre o modo como se deu a fuga, lemos num jornal o seguinte: “Numa bela tarde, quasi todos os presos políticos internados no Lazareto do Funchal saíram do edifício com o pretexto de arejar e juntaram-se na nesga da praia que lhe fica imediatamente inferior. Os guardas limitaram-se a vigia-los das janelas do Lazareto. Durante momentos cantaram, retoiçaram, deram vivas, e quando a algazarra atingia o seu auge e os guardas estavam distraídos com o pagode, aproximou-se da praia um bote destacado da Glafiberta e recolheu sem pressa, os 8 presos... Horas depois, a lancha-automovel, rebocada pelo Milano, da casa Blandy (que ignorava que espécie de serviço se pedira ao seu rebocador), singrou em Direcção ás Desertas, e mais tarde aprobeu ao sul, caminho das Canárias”.

Com os oito prisioneiros foi também o proprietário da Glafiberta, que pedira dias antes ao capitão do porto autorização para fazer com o seu barco uma viagem á roda da ilha.

Dos restantes prisioneiros que haviam recolhido ao Lazareto, 7 foram postos em liberdade em virtude de um telegrama recebido do ministro da guerra em 13 de Maio, tendo todos os demais saído para Lisboa em diferentes paquetes que tocaram no Funchal desde Junho até Agosto. O vapor Moçambique conduziu os prisioneiros, os últimos dos 280 que tinham desembarcado no Funchal em 8 de Maio.

Deputados. V. Representação em Cortes.

Desacato e Roubo na Igreja do Estreito. Na noite de 6 para 7 de Novembro de 1829 foi arrombada a igreja do Estreito de Nossa Senhora da Graça de Câmara de Lobos, sendo roubados dali diferentes vasos sagrados, algumas coroas de prata, 1 cordão de ouro com a imagem de Nossa Senhora, 1 flor de prata com engaste de pedras encarnadas, 1 cruz processional, 2 lâmpadas de prata, etc.. As partículas que se achavam no sacrario foram consumidas pelos ladrões.

Dos autores deste crime, 6 foram condenados por sentença da Relação de Lisboa, de 6 de Março de 1830 a serem garrotados no cais de Sodré, e 2 a degredo perpetuo para Africa. Os réus condenados á pena ultima foram os seguintes: José Marreiros, anspeçada de infantaria 2, Jacinto Fernandes, trabalhador, Manuel de Sequeira, trabalhador, Januario Soares, soldado de infantaria 13, João Rodrigues, o Espera Diabos, trabalhador, e José de Andrade, o Rangido, quadrilheiro, sendo o primeiro e o quarto naturais de Portugal e os restantes da Madeira.

Os três últimos réus, além da pena de garrote, foram condenados a serem arrastados desde a cadeia até ao patíbulo, devendo depois de mortos terem as cabeças cortadas, a fim de serem expostas em postes durante três dias.

Os réus condenados a degredo perpetuo foram Francisco de Sales Rodrigues, ourives, e Timoteo da Graça, trabalhador, ambos naturais da Madeira, tendo a relação comutado depois em sentença de degredo para a Africa, a sentença de morte proferida contra o réu José Marreiros.

Descobrimento do Arquipelago. Já muito se tem escrito acerca do descobrimento do arquipelago madeirense, mas continua envolvida em densas trevas a determinação precisa da época em que se realizou esse feliz e importante acontecimento. O problema não interessa apenas á Madeira, mas igualmente á historia dos nossos descobrimentos marítimos, pois que ele representa o início glorioso dos nossos feitos homéricos através de continentes e oceanos. O descobrimento da Madeira é o grande padrão imorredouro que verdadeiramente marca o começo auspicioso da nossa odisseia de navegantes. Antes dos portugueses aportarem a estas praias desconhecidas, só realizaram empreendimentos arrojados, mas quasi inteiramente infrutíferos, e depois disso é que descobriram os Açores, a Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola, o Cabo da Boa Esperança, a Índia, o Brasil e essa infinidade de ilhas dispersas na vastidão

do Atlântico e do Pacífico. A descoberta deste arquipélago não representa somente uma notável expansão territorial dos nossos domínios como nação, mas sobretudo assinala a nossa primeira grande conquista como navegadores e futuros dominadores dos mares. Para uma nação, cujo principal papel na história foi o das navegações e conquistas marítimas, não pode deixar de ser considerada como um grande e glorioso acontecimento a primeira importante descoberta que fizemos, devendo haver o mais acrisolado empenho em fixar-se com inteira e absoluta precisão a época em que se deu esse notável acontecimento. A verdade é que coisa alguma se tem feito nesse sentido. A pesar de existir no seio da Academia das Ciências de Lisboa uma comissão especialmente encarregada de promover a comemoração das nossas conquistas e descobertas, não nos consta que tenha encetado quaisquer trabalhos de investigação histórica, com o fim de determinar precisamente a época de algumas dessas descobertas e conquistas, como base segura e indispensável para a celebração dessas mesmas comemorações.

Há várias lendas, conjecturas e hipóteses que fazem remontar o conhecimento da Madeira e outras ilhas do Oceano Atlântico a épocas remotíssimas, mas nada de positivo se acha a tal respeito averiguado. No artigo Atlantida, já nos referimos á possibilidade da existência dessa ilha, de que fala o filósofo Platão, reproduzindo as antigas tradições egípcias, e a que porventura poderia ser a Madeira um pequeno destroço do grande cataclismo que sepultou a talvez mitológica Atlantida nos abismos do Oceano.

Em torno da suposta ou verdadeira existência desta ilha, se têm arquitectado muitas hipóteses e inventado variadas conjecturas, que só particularmente interessam aos que pretendam versar mais profundamente esse assunto. Outra lenda, de que fazem menção alguns autores, é a das ilhas de S. Brandão, monge irlandês que teria percorrido várias ilhas do Atlântico, uma das quais seria a Madeira. Ainda afirmam outros que os fenícios, os árabes, os cartagineses e os normandos, em épocas diversas, percorreram as costas ocidentais da África e visitaram muitas das ilhas dispersas pelo Atlântico, deixando em algumas delas vestígios da sua passagem. Em especial do cartaginês Hanon e de seu Périplo, ou descrição de sua rota marítima, se têm ocupado muitos escritores, havendo alguns autores de boa nota e de autorizada crítica que reputam como verdadeira a existência desta viagem. E deste modo se admitiria a possibilidade do arquipélago madeirense ter sido ponto de passagem de alguma ou algumas dessas duvidosas e problemáticas navegações. Crê-se geralmente, e com os mais bem alicerçados fundamentos, que essas viagens, devido ao atraso da arte de navegar. À pequena lotação das embarcações, aos terrores que infundia a vastidão do oceano, á crença em animais marinhos de enorme corpulência, capazes de tragar ou fazer sossobrar os navios, e ainda a outras lendas e superstições, essas viagens, dizíamos, só se realizavam costa a costa, tendo-se principalmente como

balizas e pontos de referência os cabos, promontórios e pontas mais salientes da terra, não se abalanchando então os navegantes às viagens de alto mar e às largas e afastadas singraduras, que demasiadamente os desviassem da vista da terra firme. É por estes ponderosos motivos que, embora se admita a possibilidade dessas remotas navegações, todas as probabilidades militam a favor do facto geralmente aceite e reconhecido de não haver sido o arquipélago madeirense visitado antes de João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz terem demandado estas ignotas paragens. O distinto geógrafo e historiador M. d'Avezac, na segunda parte da sua notável obra *Iles de l'Afrique*, de pag. 2 a 41, ocupa-se largamente das lendas e tradições a que aqui apenas fazemos uma rápida referência, e também delas se ocupa o ilustre anotador das Saudades da Terra, numa das suas eruditas notas á obra de Gaspar Frutuoso. Não nos referimos neste lugar á conhecida lenda de Machim, porque dela nos ocuparemos em artigo especial.

Sem entrar em conta com essas lendas e tradições têm alguns autores afirmado que não foram os navios portugueses os primeiros que demandaram as praias deste arquipélago. Dessa opinião se fez eco o nosso ilustrado patricio e distinto investigador Dr. Jordão de Freitas, no seu interessante opúsculo *Quando foi descoberta a Madeira?*, afirmando que um frade mendicante espanhol do século XIV fez uma viagem a esta ilha, e que na respectiva descrição, publicada em 1877 no boletim da Sociedade de Geografia de Madrid, menciona claramente as ilhas Salvage, Desierta, Lecname e Puerto Santo. Já o visconde de Santarém se referira setenta anos antes a essa viagem do monge espanhol, mas sem lhe dar foros de cidade, e até considerando-a como de nenhum valor histórico e geográfico. Outros ainda, fundamentando-se principalmente nas memórias históricas do académico Joaquim José da Costa de Macedo, insertas nas Memórias da Academia de Lisboa e publicadas em 1816 e 1835 em que julgaram haver-se provado da maneira mais concludente que os portugueses descobriram as ilhas Canárias no segundo quartel do século XIV, afirmaram por isso que o arquipélago madeirense teria sido descoberto por essa época, não sendo portanto as caravelas do infante, comandadas por Zarco e Tristão Vaz, as primeiras que aportaram á Madeira. O ilustre publicista Dr. Teófilo Braga, pretendendo despojar D. Henrique da glória de ter sido o verdadeiro iniciador das nossas grandes descobertas marítimas, compartilhou também daquela opinião, mas sem aduzir argumentos decisivos e nem ainda aceitáveis probabilidades que tentem dar foros de verdade, ao menos aparente, á sua arrojada afirmativa. A argumentação de Costa de Macedo baseia-se especialmente numa carta dirigida por D. Afonso IV ao Papa Clemente VI, carta copiada dum autor estrangeiro e que não oferece seguras garantias de autenticidade. Estes diversos problemas históricos, a que aqui fazemos uma rápida referência, foram tratados por Aires de Sá no seu notável trabalho *sobre Gonçalo Velho Cabral e mais tarde por João da Rocha na obra intitulada Lenda Infantista*, publicada em 1916. Neste

ultimo estudo, prova-se exuberantemente e sem receio de uma contradita bem fundamentada, que os portugueses não estiveram nas Canárias no segundo quartel do século XIV e que o arquipelago madeirense foi descoberto por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz na época comumente indicada pelos historiadores, não sendo anteriormente conhecido por outros navegadores nacionais ou estrangeiros. A Lenda Infantista é sobre o assunto, uma obra completa e exaustiva, como modernamente costuma dizer-se, não só pelo indefesso e largo trabalho de investigação histórica, mas principalmente pela critica imparcial e justa com que está escrita, e ainda pela segura e cerrada dialéctica que norteia toda a argumentação do seu autor.

Parece ponto averiguado que João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz foram arrojados por um violento temporal ás praias da ilha do Porto Santo. Assim o afirmam os mais antigos cronistas que se ocupam do descobrimento desta ilha. Iam aqueles navegadores á aventura das descobertas, á exploração do desconhecido, demandando especialmente as terras da Guiné, que era então o ponto de atracção para as navegações arrojadas dos portugueses, quando a tempestade os conduziu inesperadamente ás costas duma ilha desconhecida. Gomes Eanes de Azurara (V. este nome), o mais antigo narrador destes acontecimentos diz que vendo o Ifante suas boas vontades (as de Zarco e Tristão), lhes mandou aparelhar hũa barcha, em que fossem darmada contra os Mouros, encaminhandoos como fossem em busca da terra da Guiné... e como Deos querya encaminhar tanto bem para este regno... guyouhos assy que com tempo contrairo chegaram aa ilha que se agora chama do Porto Sancto...por cuja rezom leixaram aquela ilha e passaramse aa outra da Madeira... “. Para mais completo esclarecimento deste texto de Azurara, transcrevemos o judicioso comentario que lhe fêz o dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo numa das anotações das Saudades:

“ Á vista do precedente texto, de Azurara, é claro que Zargo e Tristão Vaz, quando pela primeira vez surgiram nas aguas deste arquipelago da Madeira, não os trazia cá alguma noticia deste, de origem castelhana, inglesa ou outra; iam “em busca da Terra da Guiné“, que era a mira constante de D. Henrique, e segundo elle dera regimento aos seus navegadores: ninguem senão “DEOS OS GUYOU“, impellindo-os com tempo contrairo“ á rota que levavam, até que “ASSY chegaram aa ilha que se agora se chama do Porto Sancto“ e “no anno seguinte“ os mesmos descobridores “PASSARAM-SE“ da ilha de Porto-Sancto “aa outra ilha da Madeira“.

“Passaram-se“, disse muito bem Azurara; que nesta só palavra se inclue perfeita a historia do descobrimento desta ilha; historia muito mais ingenua e sã que todas quantas teem sido depois phantasiadas; porque é phisicamente impossivel estar alguns tempos na ilha do Porto Sancto, e, em dias

claros, não avistar reconhecidamente a terra da Madeira, tão alta como é. Neste ponto Azurara tem por si o testemunho unanime de quantos aqui vivem, e confirmado pelo de quantas gerações aqui teem vivido de Zargo para cá. O descobrimento de uma importava de força o da outra.- “Passaram-se“, sim os descobridores portugueses, e de motoproprio, sem aventura de Machim, nem aviso de castelhano, simples e chãmente, por mar de rosas; e assim ficou o descobrimento consumado.

“A' luz da prova resultante do exame local, Azurara, foi escrupulosamente veridico. Não o acoimem de deficiente; que escreveu as palavras precisas para referir e afirmar o facto. “Deos guiou-os pela mão da tempestade á ilha do Porto Sancto; e desta passaram-se Zargo e Tristão Vaz á da Madeira: está dicto tudo“.

Os cronistas que imediatamente a Azurara se ocuparam do descobrimento da Madeira foram João de Barros e Damião de Góis, cujas narrativas não diferem essencialmente da descrição do autor da Chronica da Guiné. Anteriormente a Barros e a Góis, é certo que Diogo Gomes de Sintra e Luiz Cadamosto, não como historiadores ou cronistas, mas como simples navegantes, se referiram nas suas narrativas ao descobrimento deste arquipelago, não se encontrando contudo nelas quaisquer afirmações que contrariem as terminantes asserções dos historiadores citados, particularmente Eanes de Azurara, que foi contemporaneo dos factos que narrou.

Em que ano foi descoberta a ilha do Pôrto Santo? Como já acima fizemos notar, não está ainda averiguada a data precisa desse acontecimento. Ouçamos no entretanto a narrativa de Gaspar Frutuoso:

“Chegando em poucos dias ao Porto Santo... viram logo do mar aquele negrume... E assim se detiveram alguns dias... Hum demingo ante manhaa, tres horas antes de sahir o sol, mandou fazer os navios á vela... Correram hum bom tempo a cometer o negrume... E sendo já tempo de meio dia... tendo pouco espaço andado... viram... terra... e por ser já muito tarde não sahiram aquele dia em terra... Ao outro dia... desembarcado... tomou posse... dia da visitação de Santa Izabel, dous de Julho do anno acima dito de 1419“. Os trechos do dr. Gaspar Frutuoso, que ficam transcritos, são comentados pelo ilustre anotador das Saudades, o dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, nos termos seguintes:

“Quanto a ter o dia 1 de Julho, apontado pelo dr. Frutuoso, sido aquele em que Zargo chegou pela primeira vez a esta ilha, não temos razões que oppôr; pelo contrario, a minudencia de precedentes, concomitantes e

consequentes com que o indica, leva a presumir que esta passagem seja uma das conservadas do antigo manuscrito atribuído a Gonçalo Ayres e que depois foi correcto e augmentado pelo conego Leite“.

Para os menos versados em cousas históricas madeirenses, convém lembrar que Gonçalo Aires Ferreira foi um dos companheiros de Zarco, a quem se atribue a autoria dum escrito intitulado Descobrimento da Ilha da Madeira, cujo original se transmitiu, por herança, de pais a filhos, entre os capitães-donatarios do Funchal, até que no tempo do sexto capitão e segundo conde da Calheta, João Gonçalves da Câmara, se serviu desse manuscrito o cónego da Sé do Funchal, Jeronimo Dias Leite, para escrever as notas que enviou ao Dr. Gaspar Frutuoso e que este aproveitou para a sua importante obra As Saudades da Terra.

A termos como absolutamente certa a narrativa de Frutuoso, a Madeira fora descoberta no Domingo 1 de Julho de 1419, efectuando-se o primeiro desembarque na praia de Machico no dia immediato, isto é na segunda-feira 2 de Julho do mesmo ano. A esta terminante afirmativa do autor das Saudades, opõe o Dr. Manuel Sardinha, em artigo publicado no Diário de Noticias desta cidade, de que é redactor, as seguintes judiciosas reflexões:

Escrevendo o distinto açoreano em seu “Descobrimento das Ilhas ou Saudades da Terra“ que os navegadores Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira alcançaram na sua nau “S. Lourenço“ a Madeira, em um domingo, primeiro dia do mês de Julho, essa descoberta só podia ter sido efectuada em 1414 ou 1425, anos mais próximos dos pretendidos, em que o dia 1 de Julho caiu num domingo. Em 1420 o dia 1.º de Julho era uma segunda-feira. Com certeza a indicação de Frutuoso tem um erro: ou do dia da semana, ou dia do mês. Enquanto que 2 de Julho de 1419 era um domingo!" O Dr. M. Sardinha chegou a estas conclusões, que são inteiramente verdadeiras, depois de sérias investigações e estudos, podendo pois, peremptoriamente afirmar-se que o dia 1 de Julho de 1420 caiu numa segunda-feira e o dia 2 de Julho de 1419 caiu num domingo.

É evidente que há manifesto equívoco da parte do historiador das ilhas ao pretender determinar com tamanha precisão o dia da descoberta da Madeira. Salvo mais autorizada opinião, somos inclinados a crer que a caravela S. Lourenço dobrou a ponta que depois teve este nome e se aproximou da baía de Machico, pela tarde de 1 de Julho de 1419, tendo se realizado o desembarque no domingo 2 de Julho do mesmo ano, dia da Visitação de Santa Isabel.

No artigo que fica transcrito, redigido há muitos anos, deixámos consignadas as ideias então-correntes e geralmente aceitas acerca do descobrimento do nosso arquipélago. Nesse período de tempo decorrido, apareceram muitos artigos dispersos pelos jornais e publicaram-se vários opúsculos, que não resolveram definitivamente o assunto no que de modo especial dizia respeito á segura fixação da época em que se deu esse acontecimento, aos nomes dos verdadeiros descobridores e a outras circunstancias ocasionais que o tivessem acompanhado. É, no entretanto, indubitável que novos e valiosos elementos se carregaram para a solução do interessante problema, suscitando-se ponderosas dúvidas e surgindo desencontradas opiniões originadas pela discussão e pelo estudo a que essa debatida matéria tem dado lugar. E, desta forma, alguns princípios se assentaram e conjecturas muito prováveis se foram formulando, que postas ao serviço duma mais rigorosa investigação histórica podem conduzir ao encontro da verdade.

A' luz dos conhecimentos que hoje possuímos, ninguém poderá sustentar como um ponto incontroverso que a ilha do Porto Santo fosse descoberta no ano de 1418 ou 1419 e que a Madeira o houvesse sido num dos anos imediatos de 1419 ou 1420, como em geral se tem afirmado sempre, repetindo-se invariavelmente o que a tal respeito disseram alguns dos nossos mais antigos cronistas, a não ser que atribuíamos á palavra “descobrir” o significado que teve de “reconhecer” ou “encontrar de novo”, e ainda de “visitar”, como já judiciosamente foi observado por alguns.

Os que nos últimos anos se têm ocupado deste assunto sustentam a opinião de que á data, em que geralmente se atribue o descobrimento do arquipélago, já ele era conhecido pelos navegadores portugueses, segundo várias razões o fazem acreditar. É sabido que então se mantinha um relativo sigilo acerca das primitivas explorações marítimas, no tocante a épocas e logares, e até se afirma que em alguns roteiros e descrições dessas viagens se encontram erros intencionalmente cometidos com o fim de ocultar, segundo as circunstancias ocorrentes o aconselhavam, os descobrimentos que se iam realizando através dos mares desconhecidos.

Não é fácil admitir-se que as cartas régias de doação feitas a João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz e das duas nomeações para chefes das capitánias e ainda outros documentos oficiais da época não façam qualquer referência ao facto do descobrimento, quando é certo que nelas se alude a circunstancias pessoais de pequena importância comparadas com as daquele tão notável e honroso acontecimento, devendo advertir-se que esses documentos foram passados quando já iam adiantados os trabalhos do povoamento e portanto não se impunha então a necessidade de manter-se o aconselhado silêncio acerca dos descobrimentos

realizados.

O que parece averiguado e vai ganhando foros de verdade histórica é que João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz, poucos tempos antes de iniciarem os árduos trabalhos da colonização madeirense, teriam feito um “reconhecimento“- deste arquipélago, como preparação para um próximo povoamento e em virtude de ordens e instruções emanadas do próprio infante D. Henrique.

Para conseguir-se uma mais segura e larga noticia acerca deste assunto e conhecer-se as fases de caracter lendário e histórico por que ele tem passado, é forçoso compulsar-se o notabilíssimo estudo do Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo inserto nas notas III-IV (pag. 329-432) das Saudades da Terra, e também os artigos “Machico“, “Machim“ e “Madeira“ do Diccionario Universal Portuguez Illustrado devidos á pena do mesmo escritor, embora se tenha de discordar de algumas das suas conclusões, á vista dos importantes trabalhos de investigação e critica históricas realizados nos últimos anos. Além dessas eruditas notas e das obras nelas citadas, é absolutamente indispensável fazer-se a consulta dos seguintes escritos, que aqui deixamos apontados, como meros subsídios para o leitor que pretenda ter um conhecimento mais desenvolvido deste assunto: “Memoria sobre a descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira“ por E. A. de Bettencourt, Lisboa, 1875; “Desenvolvimentos, guerras e conquistas dos portugueses em terras do ultramar nos seculos XV e XVI“ pelo mesmo, Lisboa, 1882; “As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde“, de Diogo Gomes, escritas na língua latina no princípio do século XVI e traduzidas em português por Gabriel de Almeida no ano de 1899 e publicadas no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (17ª série, 1898-1899, n.º5); “Quando foi descoberta a Madeira“ por Jordão de Freitas, Lisboa, 1911; “A Lenda Infantista“ por João da Rocha, 1916; “O Reconhecimento do Arquipelago da Madeira“ por Pestana Júnior, Funchal 1920; “Apontamentos de Historia Insular“ por João Cabral do Nascimento, Funchal, 1927; “O Arquipelago da Madeira nos mapas e portulanos do século XIV“ por Antonio Ferreira de Serpa in Arquivo Histórico da Madeira I-125 e seguintes; “D. Francisco Manuel de Melo e o descobrimento da Madeira“ por Antonio Gonçalves Rodrigues, Lisboa, 1935; “A Relação de Francisco Alcoforado“ por João Franco Machado, Lisboa, 1936; “Origens e evolução da cartografia náutica portuguesa, na época dos descobrimentos“ por Antonio Barbosa, publicado na revista Ocidente (n.º 8-1938); “Zarco ou os efeitos da publicidade“ por João Cabral do Nascimento, no Arquivo Histórico da Madeira V-81; O Problema do descobrimento da Madeira por Antonio Alvaro Doria, publicado na revista Ocidente (n.º 19-1939 e n.º 27-1940); “Quem descobriu o arquipelago da Madeira“ por Duarte Leite, artigos publicados no Primeiro de Janeiro, do Porto, a 28 de Março e 4 de Abril de 1939 e que foram transcritos nos jornais diários do Funchal; -O Descobrimento do Arquipelago da Madeira por M. Higino Vieira, Lisboa, 1939.

Com os conhecimentos até hoje adquiridos acerca deste debatido assunto, que tanto interessa á historia da Madeira, poderemos, talvez, chegar ás seguintes conclusões: 1.º-Este arquipelago já era conhecido pelos navegadores portugueses anteriormente ao ano de 1418; 2.º-São ignorados o ano do primitivo descobrimento e os nomes dos primeiros descobridores; 3.º-O reconhecimento realizado por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz poderá fixar-se nos últimos anos do primeiro quartel do século XVI, isto é pelos anos de 1418 a 1425; 4.º-Os trabalhos do povoamento empreendidos por aqueles dois primeiros donatarios deverão ter sido iniciados nos primeiros anos do segundo quartel do século XV, isto é nos anos de 1425 ou pouco tempo depois dessa época.

Longe iríamos, se pretendêssemos reproduzir aqui a longa série de argumentos que têm sido apresentados em favor dessas prováveis conjecturas, mas a brevidade que imperiosamente é preciso guardar na redacção destas paginas obriga-nos a encerrar este já longo e fastidioso artigo.

Desembarcadouro. Em uma pequena saliência da costa marítima, a oeste da praia e enseada de Machico, há um lugar que tem aquele nome e que a tradição afirma ter sido o ponto em que desembarcaram os primeiros descobridores ou colonizadores da Madeira. Conviria que ali se levantasse um pequeno padrão, comemorativo do facto historico do descobrimento ou do inicio da colonização da Madeira.

Desembarcadouros (Ilhéu dos). A Carta Geo-Hydrographica da ilha da Madeira, do general A. Pedro de Azevedo, traz este ilhéu indicado com a denominação de ilhéu Vermelho ou de Ametade sendo também conhecido pelos nomes de Ilhéu da Cevada ou dos embarcadouros, como vem mencionado em outros lugares. São considerados como fazendo parte da Ponta de São Lourenço (V. este nome) e ficam na linha do seu prolongamento o Ilhéu de Agostinho, este dos Desembarcadouros e o Ilhéu de Fora. O mais pequeno e mais próximo da Ponta propriamente dita e dela separado por um estreito canal é o ilhéu de Agostinho (V. este nome), seguindo-se-lhe o dos Desembarcadouros e, a leste deste, o ilhéu de Fora ou do Farol. Este ilhéu dos Desembarcadouros fica, pois situado entre os ilhéus de Agostinho e o de Fora. Os dois ilhéus dos Desembarcadouros e de Fora estão entre si separados por um canal chamado Boqueirão Grande, que mede 180 metros de largura e tem cerca de 8 metros de fundo, sendo por isso navegável para os “barcos de carreira“ e vapores costeiros, que o atravessam frequentemente. Tem o Ilhéu dos Desembarcadouros uma

eminência, a cerca de 100m de altitude, conhecida pelo nome de Pico Vermelho, e uma pequena praia, que dá acesso á parte superior do mesmo ilhéu. Destes três ilhéus chamados Ilhéus da Ponta de São Lourenço, é o dos Desembarcadouros de mais vasta área e de terreno bastante acidentado.

A parte superior do ilhéu dos Desembarcadouros é de difícil acesso, mas galgadas as rochas do litoral, torna-se fácil percorrê-lo em todas as direcções. O naturalista Lowe chamava-o o horto botânico da Ponta de S. Lourenço, em razão de se encontrarem ali reunidas muitas espécies raras, difíceis de achar noutras partes da Ilha. A Beta patuta, o Crepis divaricata, o Asphodelus fistulosus e o Phalaris maderensis são plantas que, na Madeira, não têm sido achadas fora do ilhéu dos Desembarcadouros.

Este ilhéu é também conhecido pelos nomes de ilhéu da Metade, Vermelho, da Cevada e dos Embarcadouros, e está separado do Ilhéu de Fora pelo chamado Boqueirão Grande. Tem do lado W. uma praia ou calhau, que é coberto em dois logares pelas águas durante a preiamar.

Deserta Grande ou somente Deserta (Ilha da). Das três ilhotas que formam o grupo das Desertas, é a mais importante e de maior superfície a chamada Deserta Grande ou simplesmente Deserta. Aproximadamente na direcção norte-sul, ficam o Ilhéu Chão, a Deserta Grande e o Bugio, separados entre si por estreitos boqueirões, apenas navegáveis para barcos de pequena lotação. A Deserta Grande (Dic. Univ. Port. II. assim denominada por ser a maior delas; mede sete milhas e um terço ou treze quilómetros e meio de comprimento por uma milha e um terço ou quasi dois quilómetros e meio de largura: é separada quer de um quer de outro daqueles dois ilhéus por estreitos boqueirões ou canais onde só barcos navegam: tem... em circuito rochas escarpadas sôbre o mar, sendo acessível só em um pequeno porto a oeste, de onde por estreito córrego e ás voltas se sobe ao alto, que é quasi plano das três Desertas, esta é a única que tem água potável, mas salobra, e de uma só e escassa nascente. Nesse alto, forma-se uma pequena planície, atravessada em parte por um vale que tem o nome de Pedregal, e ali se levanta uma eminência de, cerca de 480m de altitude.

A Deserta Grande nunca teve uma população de character permanente mas apenas temporária e somente na época da caça e da colheita da urzela.

A Deserta Grande teve outrora uma casa de telha e duas palhoças, mas presentemente cremos que só existe a primeira. Também houve ali uma capela, mandada construir pelo Infante D. Henrique, onde era obrigado a estar um clérigo durante a semana Santa e nos meses de Novembro e Dezembro, pago pelos dizimos da ilha.

Quando Frutuoso escreveu as Saudades Terra havia na Deserta 8 homens com 1 feitor, encarregados de colher a urzela e cuidar dos gados e de algumas culturas de trigo e cevada que ali se faziam, mas mais tarde chegou a haver 20 a 30 homens empregados nestes trabalhos. Também chegou a estacionar ali durante largo tempo uma pequena força militar, encarregada da defesa e guarda da ilha.

As pessoas que visitam a Deserta Grande desembarcam em geral no porto da Castanheira ou a oeste da Ponta do Norte, não sendo difícil de qualquer destes pontos alcançar o interior da ilha, que no alto é mais ou menos plano, mas onde por causa do gado e da falta de águas se não cultivam agora cereais ou outras plantas úteis. Em 1823 ensaiou-se ali, mas sem resultado, a cultura da sementeira, do tabaco e da vinha.

Há na Deserta gado caprino, coelhos e alguns gatos bravos, tendo estes últimos sido levados para ali no século XIX, para destruírem os roedores que devastavam as ceiras. A urzela, que era colhida outrora para exportação, abunda nas rochas da ilha, e a barrilha aparece em muitas localidades, assim como várias plantas próprias para a alimentação dos gados.

A população que M. d'Avezac cuida haver na Deserta, diz o Dr. Azevedo, os conventos cercados de laranjais que Bouillet ali imaginou e os estimados vinhos que este atribue ao Ilheu Chão, assim como Dezobry e Bachelet ao grupo todo, são meros sonhos de levianos turistas, em cujos escriptos estes escriptores incautamente confiaram, com o que deram causa a que outros, portugueses mesmos, cahissem em taes aberrações“.

Em 1503, alguns pastores se defenderam na Deserta Grande de um ataque de cerca de 80 ingleses dirigidos pelo corsário português Penteadado, “deitando pedras pelo regato abaixo, diz Frutuoso, com as quaes as rochas, quebrando, os ajudavam com terra e outras pedras que de si sacudiam, de tal maneira que os inimigos se tornaram a embarcar com mais pressa da que com que subiram; e vindo os pastores abaixo depois deles embarcados, acharam um cão de fila e muitas flexas, que com a pressa deixaram, e no calhou muito sangue de inimigos feridos“.

Perto da casa da Deserta Grande há dois reservatórios de água turva e uma fonte que dá pouco mais de um barril de água no espaço de algumas horas. No sítio da Eirinha também se encontra alguma água.

Em 1894 deu-se um grande desabamento de terrenos no litoral da Deserta Grande, de que resultou o mar avançar e recuar depois em vários pontos da costa sul da Madeira. Houve quem atribuisse este desabamento a um abalo de terra, que, a ter-se dado, não foi sentido no Funchal.

A Deserta Grande pertenceu á capitania do Funchal até o 3.º capitão donatario Simão Gonçalves da Câmara, mas por morte deste passou para Luiz Gonçalves de Ataíde, filho do mesmo capitão e de sua segunda mulher D. Isabel da Silva, como dote e arras de sua mãe. Por essa época rendia a ilha cerca de 200\$00 réis anuais.

Os lobos do mar (*Monachus albiventer*) aparecem nas furnas da Deserta Grande, mas são agora pouco abundantes.

No mês de Setembro de 1930, numa eminência sobranceira á Praia da Lapa da Deserta Grande se inaugurou um pequeno monumento religioso, que consta dum modesto plinto sobre o qual assenta uma imagem de Nossa Senhora das Graças e que se deve á iniciativa do madeirense Rui da Silva.

Desertas (Ilhas). Compõe-se este grupo de três pequenas ilhas conhecidas pelos nomes de ilhéu Chão, Deserta Grande ou simplesmente Deserta e Bugio. Encontram-se na direcção nor-noroeste a sudeste com a Ponta de São Lourenço e a sueste da Madeira, ficando mais próximas daquela Ponta. Ao norte das três ilhotas, acha-se um pequeno ilhéu conhecido pelos nomes de Furilhão, ou melhor Farilhão, Ilhéu ou Rocha do Navio e ainda de Prego do Mar (V. este nome) o qual está separado do ilhéu Chão por apertado canal. Na direcção aproximadamente norte-sul, segue-se ao ilhéu Chão a Deserta Grande e a esta o Bugio, afastados entre si por estreitos boqueirões, apenas navegáveis para embarcações de exígua lotação. Os pontos extremos deste pequeno grupo de ilhas ou minúsculo arquipélago, como já foi classificado, são: pelo norte, o referido Ilhéu do Furilhão; pelo sul, a Ponta das Agulhas, na extremidade sul do Bugio; por leste a mesma Ponta; e, por oeste, a Ponta do Pedregal, na costa ocidental da Deserta Grande. A situação geográfica das três ilhas, consideradas em conjunto, é esta: ficam entre 32º 35' e 32º 22' 20", lat. norte e entre 16º 27' 25" e 16º 32' long. oeste (Greenwich). Dista este grupo cerca de onze milhas ou

aproximadamente vinte quilómetros da Ponta de São Lourenço. As Desertas consideram-se como pertencendo à freguesia da Sé, mas parece que já estiveram incorporadas na paróquia do Caniço e geralmente ali se sepultavam os indivíduos que faleciam naquelas ilhas.

O Ilhéu Chão (Pôrto de Santa Maria) fica distanciado cerca de 19 milhas do porto do Funchal, 15,5 do Caniço, 14 de Santa Cruz, 14,5 de Machico e II da Ponta de São Lourenço. A Deserta Grande (Carga da Lapa) acha-se 22 milhas aproximadamente distante do Funchal. A Ponta da Agulha, do ilhéu Chão, que é o ponto mais meridional do grupo das Desertas e do arquipélago madeirense, dista do Porto do Funchal quasi 27 milhas.

O encontro deste grupo anda ligado ao descobrimento da Madeira, pois que não é possível demandar a costa-sul desta ilha sem se avistar distintamente as Desertas. Parece que algumas tentativas de colonização se fizeram, mas especialmente a falta de água e ainda outras circunstancias locais não permitiram nunca um povoamento no sentido rigoroso deste termo. Nas épocas mais apropriadas á caça, á pesca e á colheita da urzela permaneciam para esse fim alguns homens na Deserta Grande, mas nunca ali houve habitantes de moradia fixa. As Ilhas Desertas pertenciam aos capitães-donatários do Funchal, passando do terceiro donatário Simão Gonçalves da Câmara a seu filho Luiz Gonçalves de Ataíde e depois ao filho deste João Gonçalves de Ataíde, que foi o sexto conde de Atouguia, em cuja casa ficaram incorporadas as mesmas ilhas. A sua posse transitou para os condes da Taipa, tendo o representante desta casa, Gastão da Câmara Coutinho, 12.º senhor das Desertas, vendido a propriedade delas em 1864, a Alexandre Fernandes Camacho, passando depois ao filho deste, do mesmo nome. Em 1894 foram arrematadas, em hasta pública, por Henrique Hinton e Carlos Cossart.

Subordinado ao título As Desertas, publicou o Sr. Alberto Artur Sarmiento um folheto em que se encontram valiosas informações sôbre a Deserta Grande, o Bugio e o Ilhéu Chão, e no livro intitulado *La carrière d'un navigateur*, dedicou o príncipe de Mônaco o capítulo *La Chasse* a uma interessante descrição de uma caçada nas Desertas. Na revista francesa *Le Cosmos*, de 1902, no *Diário do Comercio*, de Março de 1903, no boletim da Sociedade Portuguesa de Sciencias Naturais, de 1911, e na *Revista Semanal*, de 1861, pag. 108, também se podem colher alguns esclarecimentos sôbre o mesmo grupo de ilhas.

V. os artigos Arquipélago da Madeira, Deserta Grande, Bugio e Ilhéu Chão.

Desertas (Pontas das Ilhas). As maiores saliências da costa marítima do grupo das Desertas são a Ponta de Santa Maria, no litoral oeste do Ilhéu Chão, as da Castanheira e Pedregal, na costa-oeste da Deserta Grande e a Ponta das Agulhas no extremo-sul do Bugio. (V. estes nomes).

Desinfecções V. Posto de Desinfecção e Posto Marítimo de Desinfecção.

Desporto (O). Deu o 1.º numero a 17 de Abril de 1918 e publica-se quinzenalmente.

Desterro. Sítio povoado da freguesia do Monte, em que se encontra uma capela dedicada a Nossa Senhora do Desterro, que foi fundada no ano de 1625 pelo cónego Jorge Furtado de Sousa e restaurada recentemente pelo Dr. Juvenal de Araújo seu actual proprietário.

Diabelha (Plantago Coronopus). Planta da família das Plantaginaceas, frequente na Madeira, Porto Santo e Desertas. Tem as folhas dispostas em roseta, alongadas, peludas ou quasi glabras, de ordinário 1-2-penatipartidas, e as espigas estreitas, com pedunculos basilares. A infusão das suas folhas usa-se em gargarejos nas moléstias de garganta. O nome de diabelha é mais conhecido no Porto Santo do que na Madeira.

Diabinho (João Nunes). Nasceu no Funchal a 16 de Março de 1850, foi por largos anos empregado da estação semaforica do Ilhéu, cargo este em que se aposentou, e é muito conhecido como charadista, tendo colaborado no Almanach de Lembranças e noutras publicações. Inventou e construiu um aparelho a que deu o nome de despertador-translator, e é homem de inegaveis faculdades artisticas, como o provam vários outros trabalhos que tem executado. Morreu a 11 de Janeiro de 1927.

Diário da Madeira. Publicou-se desde 3 de Novembro de 1880 a 15 de Dezembro de 1881, saindo 281 números.

Com o mesmo título, começou a sair outro jornal no dia 1 de Janeiro de 1912, que ainda actualmente se publica. Foi seu primeiro director Francisco Bento de Gouveia, e seguidamente o Dr. Juvenal Henriques de Araújo e o major J. Reis Gomes.

Diário da Manhã. O primeiro número publicou-se a 8 de Julho de 1882 e o ultimo que foi o numero 129, a 7 de Dezembro do mesmo ano.

Diário da Tarde. Saíram 305 números deste jornal, sendo o primeiro a 17 de Dezembro de 1881 e o ultimo a 30 de Dezembro de 1882.

Diário de Notícias. O primeiro periódico que se publicou nesta cidade foi o Patriota Funchalense, em 1821, que era bi-semanal e 55 anos depois saiu o primeiro jornal quotidiano - o Diário de Notícias, - que deu o seu primeiro numero a 11 de Outubro de 1876.

Num meio restrito como a Madeira e onde o amor pelo cultivo das letras nunca foi grande, a iniciativa da publicação dum jornal diário representa um empreendimento arriscado, mas digno do mais alevantado elogio. Aquela data marca uma étape gloriosa na historia do jornalismo indígena, e o nome do fundador deste jornal está insculpido em letras de ouro nos anais do nosso movimento literário.

O illustre madeirense, o cónego Alfredo César de Oliveira, poeta, jornalista e orador de raros méritos, foi o iniciador da publicação desse jornal diário, que a muitos pareceu uma utopia irrealizável e ao maior numero uma empresa cuja existencia iria pouco além da das rosas de Malherbe... Amparou-a durante alguns anos com a força do seu talento, do seu prestígio e da sua influencia, tendo para isso que lutar com enormes dificuldades, que a tenacidade e a energia da sua vontade souberam inteiramente dominar.

Na redacção e direcção do Diario de Noticias teve o cónego Alfredo de Oliveira a valiosa coadjuvação do distinto escritor madeirense João de Nobrega Soares.

Foram sucessivamente redactores deste jornal, além do cónego Alfredo C. de Oliveira e de João de Nobrega Soares, os seguintes escritores e jornalistas: Francisco Clementino de Sousa, João José Vieira, capitão Antonio Alves Conti, alferes Augusto César de Moraes, capitão José Augusto Pereira Ramalho, tenente João Augusto César de Freitas, padre João Mauricio Henriques, tenente João José de Freitas, João José de Macedo Júnior, Luiz de Ornelas Pinto Coelho, Ciriaco de Brito e Nobrega, padre Fernando Augusto da Silva, Dr. Manuel Sardinha, Francisco da Conceição Rodrigues, José da Silva Coelho, Dr. Domingos dos Reis Costa, Feliciano Soares e Dr. Alberto de Araújo.

A propriedade da empresa deste jornal passou do cónego Alfredo de Oliveira para Alexandre Fernandes Camacho e depois para o barão do Jardim do Mar e João Eleuterio Martins, sendo hoje seus proprietários Blandy Brothers.

Os primeiros 24 números publicaram-se na Calçada do Cidrão, e começou depois a sair da sobre-loja do edificio onde esteve há poucos anos o governo civil, á rua de João Távira, passando mais tarde todas as suas instalações para o prédio que faz esquina com a mesma rua e princípio da Avenida do Dr. Manuel de Arriaga.

É o jornal mais antigo da Madeira e aquele que entre nós tem tido mais larga e prospera existencia.

Diário do Commercio. Publicou-se o primeiro numero a 1 de Outubro de 1891 e o ultimo a 8 de Setembro de 1896, tendo saído 8 números.

Diário do Commercio (O). O primeiro numero saiu a 9 de Setembro de 1896 e o ultimo, que foi o numero 4023, a 12 de Maio de 1911.

Durante muitos anos foi Francisco Antonio Ferreira o redactor principal deste jornal.

Diário do Funchal. Iniciou a sua publicação a 5 de Novembro de 1877 e terminou com o n.º 200, a 14 de Julho de 1878.

Diário Popular. Iniciou a sua publicação a 18 de Dezembro de 1882 e suspendeu a 25 de Novembro de 1888, tendo saído 282 números.

Saiu outro jornal com o mesmo nome a 1 de Julho de 1897, cuja publicação suspendeu a 24 de Dezembro de 1911, tendo dado 137 números.

Dias. Este apelido de família é muito antigo entre nós. Um dos primeiros que o usou nesta ilha foi Rui Dias de Aguiar, filho de Diogo de Aguiar e neto de Zarco.

V. Aguiar.

Dias (Baltazar). Das circunstâncias pessoais deste madeirense pouco se sabe, a pesar de ter tido grande nomeada no seu tempo como poeta e autor de vários autos, que as classes populares liam avidamente e de que se fizeram muitas edições. Vagamente consta que nasceu na freguesia de Sant'Ana e presume-se que tivesse passado uma parte considerável da sua vida no continente do reino, onde faleceu em ano que não podemos determinar. Diz Barbosa Machado na sua Bibliotheca Lusitana “que foi um dos celebres poetas que floresceram no reino del-rei D. Sebastião, principalmente na composição de autos, com a circunstancia de ser cego de nascimento“, limitando-se o Dictionario Bibliographico de Inocencio, no tomo 1, a reproduzir a sucinta noticia que dá Barbosa Machado.

Dá Inocencio nota das seguintes composições de Baltazar Dias: Auto d'el-rei Salomão, 1613; Auto da Paixão de Christo, metrificado, 1613; Auto de Santo Aleixo, 1613, 1616, 1638, 1749 e 1791; Auto de Santa Catharina Virgem e Martyr, 1616, 1638, 1659, 1727 e 1786; Auto da Feira da Ladra, 1613; Conselhos para bem casar, 1638, 1659 e 1680; Auto da milicia das mulheres, 1640 e 1793; Historia da Imperatriz Porcina, mulher do

Imperador Lodonio de Roma, 1660, que tem sido reimpressa muitas vezes; Auto do Nascimento de Christo, 1665; Trovas de arte maior sobre a morte de D. João de Castro...; Tragédia do Marquez de Mantua, 1665. São de Inocencio os seguintes esclarecimentos, que textualmente transcrevemos:

Esta tragédia (a do Marquez de Mantua) de que ha várias reimpressões posteriores, foi ultimamente incluída pelo V. de Almeida Garrett no tomo III do seu Romanceiro (Vol. XV das Obras) de paginas 195 até 296, onde os leitores a poderão ver. Ahi se emitta a opinião de que esta versão portugueza de um romance originalmente francez ou provençal, data dos fins do século XIV, ou quando muito dos princípios do século XV. Se assim for, não seria por certo Balthasar Dias, e erradamente lhe andava atribuída pelos nossos bibliographos; o que todavia o illustre critico parece ignorar, pois que nem palavra diz de Balthasar Dias, nem de que a obra andasse jamais em nome deste.

“Bem desejara eu aclarar melhor o que diz respeito a este antigo poeta, cujas producções ou suas ou attribuidas, são tão conhecidas e vulgares, quanto são ignoradas as suas circunstancias pessoaes, e a epocha precisa, e certa em que viveu: - e também verificar se além das edições que ficam apontadas, extrahidas da Bibl. Lus., e repetidas no Catalogo da Academia, ha outras mais anteriores, como parece provável, se o auctor viveu na epocha que se diz: não posso porém satisfazer ainda este desejo, por não ter colhido resultado satisfatório das investigações até agora feitas.

“Se obtiver, como espero, algumas noticias ulteriores, direi no Supplemento o que tiver accrescido. O que é innegavel, sejam ou não de Balthasar Dias essas obras que andam em seu nome, é que ellas tem tido (se não todas, a maior parte) repetidas reimpressões: e que apesar dos erros de que andam cheias, que muitas vezes desfiguram o sentido, tem toques tão nacionaes e tão gostosos para o povo, que ainda hoje são procuradas e lidas tanto em Lisboa como nas províncias. “Percorrei, (diz um dos nossos mais conspícuos autores modernos) as choupanas nas aldeias e as oficinas e lojas de artífices nas cidades, e em quasi todas achareis uma ou outra das multiplicadas edições dos autos de S. Aleixo, S. Catharina, Imperatriz Porcina, Malicia das Mulheres, etc, “

No tomo VIII do seu Diccionario, acrescenta Inocencio o seguinte: - “Subsiste acerca deste nosso poeta, da epocha certa em que viveu e do tempo em que pela primeira vez se imprimiram as producções cuja paternidade se lhe attribue, a mesma escassez de noticias, que torna escuro e duvidoso tudo o que a elle diz respeito“.

Na “Recapitulação da Historia da Litteratura Portuguesa II. Renascença“, de Teofilo Braga, encontram-se, a pag. 308, as seguintes interessantes informações:

“De todos os poetas da eschola vicentina foi o querido do povo, cuja sympathia ainda dura, sendo lido e representado pelas aldeias: Homem carecido de vista, se lê d'elle em um manuscripto do século XVII, o que no alvará de 29 de Fevereiro de 1537 com o privilegio para a publicação das suas obras se confirma: faço saber que Baltazar Dias, ceguo, da ilha da Madeira, me disse per sua petyçam que tem feytas algûas obras assy em prosa como em verso, as quaes foram já vistas e aprovadas e algûas d'ellas ymprimidas, segundo podia ver por um pubrico estromento que perante mi apresentou. E por quanto elle quer mandar imprimir as ditas obras que tem feitas e outras que espera de fazer, por ser homem pobre e nam ter outra industria para viver por o carecimento de sua vista se nam vender as ditas obras, me pidia houvesse por bem, por lhe fazer esmolla, dar-lhe de privilegio pera que pessoa alguma não possa imprimir nem vender suas obras sem sua licença, com certa pena. “ Concedido o privilegio e imposta multa de trinta cruzados ao contrafactor, impoz-se-lhe: se elle fizer algumas obras que toquem em cousa de nossa santa fee, nam se imprimiram sem primeiro, serem vistas e enjaminadas por Mestre Pedro Margualho, e vindo por elle vistas e achando que não falla em cousa que se não deva fallar, lhe passe disso certidam, com a qual certidam hey por bem que se imprimam as taes obras e d'outra maneira nam. “

Estes rigores de censura eclesiástica foram systematisados no primeiro Índice dos Autos condemnados pelo Cardeal Infante D. Henrique em 1551, e pelos que prohibiram os Autos sobre assumptos tirados da Biblia e dos Evangelhos. Perderam-se o Auto del rei Salomão, o Auto da Paixão de Christo metrificado, o Auto da Feira da Ladra. São ainda de uma grande actualidade o Auto de Santo Aleixo e o Auto de Santa Catherina formados nas narrativas da Legenda Aurea e a tragédia do Marquez de Mantua. Tinha um vivo sentimento poético, que faz com que ainda sejam lidos pelas aldeias a Historia da Imperatriz Porcina, a Malicia das Mulheres e os Conselhos para bem casar. Por uma estrophe d'esta sátira popular sabe-se que viveu os seus últimos annos na Beira:

Vossa fama pregoeira
Me faz esta vos mandar,
Posto que estou n'esta Beira
Tão remoto de trovar,
Que não faço trova inteira.

Bem mereciam todas estas obras de cunho classico dispersas em folhas volantes, ficarem reunidas em um volume com uma cuidada recensão litteraria. Supõe-se ter falecido pelo fim do reinado de D. Sebastião. “

Dias e Sousa (Bartolomeu dos Martires). Foi deputado pela Madeira nas sessões legislativas de 1842 a 1845 e de 1846.

Era formado em cânones e fez as campanhas da liberdade. Distinguiu-se como político e jornalista. Dizia-se que era homem duma profunda cultura intelectual.
Nasceu a 27 de Julho de 1806 e morreu a 7 de Janeiro de 1872.

Dias Ferreira (Dr. Augusto). Foi deputado pela Madeira na sessão legislativa de 1892 a 1893. Era filho do grande jurisconsulto e estadista José Dias Ferreira.

Dias Ferreira (José). Este distinto político e jurisconsulto chegou ao Funchal, onde se demorou alguns meses, a 7 de Março de 1873, tendo residido na quinta Bianchi, ao sítio da Nazaré, em S. Martinho, que é hoje propriedade dos herdeiros de Manuel José de Favila Vieira e pertencia a esse tempo ao falecido negociante Augusto César de Bianchi, depois visconde de Bianchi.

O conselheiro José Dias Ferreira nasceu a 30 de Novembro de 1837 e faleceu em Vidago a 9 de Setembro de 1907.

Dias Leite (Cónego Jerónimo). Foi cónego de meia prebenda da Sé do Funchal, lugar de que tomou posse no ano de 1572, sendo em 1590 nomeado cónego de prebenda inteira. Ignoramos a sua naturalidade e outras circunstancias pessoais que lhe digam respeito. O seu nome é muito conhecido dos que se dedicam a investigações históricas madeirenses, porque foi talvez ele o primeiro que entre nós se dedicou a este género de estudos. Tomando por base de seu trabalho um pequeno escrito deixado por Gonçalo Aires (V. este nome), companheiro de Zarco, sôbre o descobrimento da Madeira, e “ajudando-se,

diz Frutuoso, dos tombos das Câmaras de toda a ilha (que todos lhe foram entregues) “escreveu a História e Informação dos ilustres capitães da ilha da Madeira.

O autor das Saudades da Terra em mais de um lugar confessa que foi Dias Leite quem lhe forneceu os principais elementos para o trabalho que em 1590 escreveu na ilha de São Miguel. Referindo-se ao manuscrito de Gonçalo Aires, diz que Dias Leite “o recopilou, acrescentou e lustrou com seu grave e polido estylo, escrito em onze folhas de papel e mo enviou“.

Perder-se-ia a obra do cónego Jerónimo Dias Leite? Referindo-se o Dr. Alvaro de Azevedo aos autores que se ocupam do caso de Machim, diz possuir um manuscrito anónimo, intitulado Historia do descobrimento da ilha da Madeira e da descendência nobilíssima dos seus valerosos Capitães, que ele presume ser o original redigido por Dias Leite pouco antes de 1590, acrescentando em outro lugar que é “escripto em 22 folhas de quarto pequeno e algumas linhas mais, isto é onze folhas de papel“, o que parece indicar ser este o próprio manuscrito original de que fala Gaspar Frutuoso.

Na Biblioteca da Câmara Municipal do Funchal existe um manuscrito, que tem sido por alguns considerado como o trabalho histórico de Jeronimo Dias Leite, embora seja talvez uma copia, e não o verdadeiro original. Deste curioso escrito foram publicadas algumas poucas paginas por meados do século passado, de que se encontra um exemplar na mesma biblioteca, o unico de cuja existencia temos conhecimento. Entre os antigos manuscritos que se ocupam de cousas madeirenses, devera ser este um dos que primeiramente merecessem as honras da publicidade, embora talvez se não possa verificar se a autoria pertence ou não ao cónego Dias Leite, porque, independentemente dessa circumstancia, encerra noticias interessantes e curiosas e é sem duvida um valioso subsidio para a historia deste arquipelago.

Sobre este assunto, é interessante ler-se o capítulo “O manuscrito de Gonçalaires“ do livro de João Cabral do Nascimento intitulado Apontamentos de Historia Insular.

Dibblee (Harrison). Representante da Cruz Vermelha Americana, que chegou á Madeira a 6 de Novembro de 1918 no transporte Lake Forest, que trouxe para esta ilha 1465 sacos com semente, 1047 com feijão, 3000 com farinha de milho e 10628 com milho em grão, remetidos por aquela benemérita sociedade,

a pedido de Mr. Kemper, cônsul americano no Funchal. Este importante fornecimento de mantimentos constituiu um alto benefício prestado á população madeirense, que lutava já com a fome, devido a estarem quasi esgotados os géneros destinados á sua subsistência.

Em homenagem a Mr. Dibblee e ao cônsul americano, houve no dia 9 de Novembro um jantar no Palácio de S. Lourenço, em que tomaram parte 76 convivas, tendo-se realizado também duas manifestações populares, uma promovida pela Câmara Municipal e a outra pelas classes operarias, ambas com o fim de agradecer àqueles dois beneméritos estrangeiros o terem abastecido o nosso mercado do cereal necessário para o nosso consumo publico.

Mr. Dibblee saiu para Norfolk (Virginia) a 17 de Novembro, e residiu, enquanto esteve no Funchal, no palacio de S. Lourenço.

Diferença. Sítio povoado da freg. do Faial, onde Manuel Carvalho Valdavesso, genro do Valentim de Ornelas e Vasconcelos 7.º morgado da Penha de Águia, edificou no ano de 1725, uma capela da invocação de São Luiz.

Dillon (Frank). Tirou diferentes vistas da Madeira em 1848 e 1849, as quais foram publicadas mais tarde em Londres, com o título seguinte: A Series of Views of Funchal and its Neighbourhood.

Diniz (Julio). Joaquim Guilherme Gomes Coelho, o eminente romancista que em todos os seus escritos adoptou o pseudónimo de Julio Diniz, tem a sua existencia ligada á historia desta ilha, porque várias vezes a visitou e nela escreveu um dos seus mais conhecidos e primorosos livros.

Atacado duma pertinaz doença pulmonar, veio pedir á benignidade do nosso clima lenitivo aos seus padecimentos e procurar aqui esse ideal que se chama saude, segundo a sua própria e já desalentada expressão.

Chegou pela primeira vez ao Funchal a 8 de Fevereiro de 1869 e aqui voltou nos anos de 1870 e 1871. Conforme umas notas publicadas na antiga revista Serões e que temos por fidedignas, Julio Diniz habitou, embora por pouco tempo numa casa aos Ilhéus onde já residiu o distinto advogado Nuno Ferreira Jardim, e mais demoradamente num prédio á rua da Carreira, pertencente á família do falecido comerciante Antonio Pinto Correia, em cujo rés-do-chão se acha instalada uma farmácia, e que fica quasi fronteiro á rua de São Francisco. A Câmara do Funchal praticaria um acto, que todos os seus munícipes olhariam com reconhecido louvor, mandando colocar naquela casa uma simples placa de metal, que mais não pudesse ser, comemorando a estada na nossa terra dum dos maiores vultos da nossa literatura contemporânea.

Julio Diniz escreveu nesta cidade o seu notável romance Os Fidalgos da Casa Mourisca que alguns julgam superior e muitos colocam no plano das Pupilas do Senhor Reitor e da Morgadinha dos Cannaviaes. Durante trinta e tantos anos se conservou inédita uma extensa carta que escreveu da Madeira e em que a largos traços descreve as suas incomparáveis belezas, comunicando a um amigo as impressões pessoais recebidas ao chegar á formosa ilha que se levanta da espuma do mar com a mitologica Citheréa... segundo uma frase do grande escritor. É um trecho de bela e sugestiva prosa, que pela primeira vez se publicou na citada revista os Serões e que foi reproduzido no livro de escritos inéditos de Julio Diniz intitulado Ineditos e Esparsos. Nesta obra publicaram-se 17 cartas de Julio Diniz, escritas no Funchal, sendo a ultima datada de 20 de Fevereiro de 1870. Na edição desta obra, de 1919, insere 31 cartas escritas no Funchal, omitindo 7 daquela edição, o que perfaz a totalidade de 38. O “Diário da Madeira”, de 24 de Agosto de 1919, publicou mais duas cartas inéditas do grande romancista também datadas da Madeira.

O grande romancista demorou-se nesta ilha nos períodos decorridos de Março a Maio de 1869, de Outubro de 1869 a Maio de 1870 e de Outubro de 1870 a Maio de 1871. Durante a sua permanência no Funchal, manteve a mais estreita intimidade com o seu patrício e amigo o cónego Dr. Custódio de Moraes e Brito, que era homem de não vulgar talento e de rara ilustração.

As seguintes palavras foram encontradas num livro manuscrito do ilustre escritor e eram do seu próprio punho: “Principiei a escrever Os Fidalgos da Casa Mourisca, no Funchal, em Março de 1869. Levava-o em meio do capítulo 8.º quando voltei de Porto em Maio do mesmo ano. Trabalhei no Porto e escrevi até o principio do capítulo 17.º, desde Junho até Outubro, época em que voltei para a Madeira. Concluiu-o no Funchal em 11 de Abril de 1870“.

Julio Diniz morreu no Porto a 12 de Setembro de 1871, quatro meses depois de sair da Madeira, tendo apenas 31 anos de idade.

Diocese (Criação da). A primeira diocese criada nos domínios das nossas conquistas e descobertas foi a do Funchal. A nossa sempre crescente expansão colonial e marítima desde os princípios de século XV e o povoamento e exploração das terras descobertas, determinaram a instituição de vários bispados fora da metrópole, tendo o arquipélago Madeirense a primazia na criação duma dessas dioceses. Quando depois se criaram os bispados de Angra, Cabo Verde, S. Tomé e Goa, foi o do Funchal elevado á categoria de arcebispado e ficou constituindo a sede duma província eclesiástica, tendo como sufragâneas aquelas dioceses. (V. Arcebispado).

O aumento continuo da população e a importância que notavelmente foi adquirindo o Funchal deram motivo a que D. Afonso V elevasse essa povoação á categoria de vila, pelo ano de 1451, e depois D. Manuel lhe desse foros de cidade, por alvará de 21 de Agosto de 1508.

Era também indispensável regularizar a situação religiosa do arquipélago duma maneira mais satisfatória, pois pertencendo a Madeira á Ordem de Cristo, que tinha a sua sede em Tomar, era a ela que cabia superintender nos assuntos de jurisdição eclesiástica tendo para isso delegado no vigário de Nossa Senhora do Calhau a direcção de todas as questões religiosas nesta ilha. Impunha-se pois a criação duma diocese autónoma, que tivesse á sua frente um prelado que pudesse exercer todos os actos do culto e superintender livremente em todos os negócios da disciplina eclesiástica. Assim o compreendeu o rei D. Manuel, e solicitando a criação da diocese funchalense, foi esta estabelecida pelo papa Leão X, por Bula de 12 de Junho de 1514 desligando o novo bispado da jurisdição do mestrado da Ordem de Cristo.

O primeiro bispo desta diocese foi D. Diogo Pinheiro, que exercia um elevado cargo na Ordem de Cristo, a que a Madeira pertencia no espirital. Dele nos ocuparemos em artigo especial. O fim principal da criação da diocese foi entregar a direcção pessoal e imediata das questões religiosas neste arquipélago a um prelado, que pudesse também exercer todos os actos do culto e da jurisdição canónica privativos da hierarquia eclesiástica a que pertencem os bispos. Não sucedeu, porém, assim. Só cinquenta e dois anos depois da criação da diocese funchalense é que o quarto bispo dela, D. Jorge de Lemos, veio pessoalmente tomar

posse do seu cargo, que desempenhou durante alguns anos.

A pagina 568 das Saudades da Terra, encontra-se o texto latino duma bula, que ali se diz ser a da criação desta diocese. Não é exacto. A bula Pro excellenti praeeminentia, que com este título se acha citada em diversos logares, é que é o diploma pontificado que instituiu o bispado do Funchal. Vem integralmente transcrito a pag. 257 do vol. 1.º do Corpo Diplomatico Portuguez, dirigido por Rebêlo da Silva e publicado em 1862, e já antes tinha sido inserta, ao menos parcialmente, em outras obras mais antigas. A publicação de Rebêlo da Silva é copia directamente extraída da Torre do Tombo, cujo original e registo autentico se encontra no Maço das Bulas, sob o n.º 34. Este documento, que é bastante extenso, foi há anos traduzido em português pelo distinto professor do nosso liceu o padre Ricardo Augusto de Sequeira e publicado em alguns números do Correio do Funchal, do mês de Novembro de 1897.

No mesmo volume do Corpo diplomático, já citado, encontra-se a pag. 261 outra bula, que começa pelas palavras Gratiae divinae praemium, dirigida ao rei D. Manuel, em que se faz a participação oficial da criação da diocese funchalense e da nomeação de D. Diogo Pinheiro para bispo dela. A que vem transcrita nas Saudades da Terra é dirigida aos fieis e clero da Madeira. Têm todas a data de 12 de Junho de 1514. No antigo Paço episcopal do Funchal, encontrava-se emoldurado e pendente duma das paredes da sala principal do palácio, o pergaminho contendo o próprio original duma Bula referente á criação deste bispado, que julgamos ser a que se acha transcrita nas notas das Saudades.

V. Cabido.

Diogo (Duque D.). Herdou de seu pai o infante D. Fernando o senhorio do arquipelago da Madeira e foi Duque de Vizeu, tendo sido assassinado por seu cunhado o rei D. João II, a 23 de Agosto de 1481. Por morte dele passou o senhorio do mesmo arquipelago para seu irmão D. Manuel, que foi mais tarde rei de Portugal.

Diplomatas. Seguiram a carreira da diplomacia e foram representantes de Portugal em diversos países, os seguintes madeirenses: conde de Torre Bela, José Anselmo Correia Henriques, João Francisco de

Oliveira, Visconde das Nogueiras, Agostinho de Ornelas, Barão de São Pedro, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia e Jorge Santos. (V. cada um destes nomes).

Dipteros. V. Insectos.

Diques. São muros de rochas vulcanicas formados pela penetração da matéria em fusão nas fendas abertas por abalos de terra em terrenos preexistentes. Quando os diques são abundantes numa localidade, prova isso que a acção vulcanica se fez sentir aí com grande intensidade.

No Curral das Freiras e noutros vales do interior da Madeira, há grande numero de diques, e no Cabo Girão encontra-se diques verticais e outros horizontais.

Os diques terminam ás vezes em ponta no alto, havendo também alguns, como o do montículo da Piedade, na Ponta de S. Lourenço, que são cortados ou interceptados na base por terrenos horizontais.

O dique basaltico que forma um cabeço ou mamilo no alto do Garajau, distingue-se dum e doutro lado deste cabo, sendo duplo na parte leste, havendo também diques duplos no Ribeiro Frio, na parte da Penha de Águia soltada para o mar e noutros pontos, os quais procedem provavelmente duma nova penetração da lava nas mesmas fendas.

Há diques que aparecem isolados, devido á destruição dos terrenos pelas desnudação. Os picos dos Empinos, perto do Curral, são constituídos por diques isolados, e no Ribeiro do Juncal, no alto da Ribeira da Metade, há um dique nas mesmas condições, com cerca de 45 metros de alto e 18 de largo.

Supõe-se que na maior parte dos diques da Madeira, a matéria em fusão foi impelida da parte inferior para a superior, mas no já citado dique da Piedade, e num outro que existe no Ribeiro dos Piornais, entre o Caniço e o Funchal, parece que se deu o caso contrario, visto ambos serem interrompidos ou cortados na base.

Direcção das Obras Publicas. Existiu uma no Funchal desde que foi criado o Ministério das Obras Publicas, em 1852. Antes disso havia aqui uma repartição denominada Arquivo de Engenharia Civil, dirigida por oficiais do Real Corpo de Engenheiros. Esses serviços correm hoje pela repartição técnica da Junta Geral do Distrito.

Direita (Rua). Fica na Freguesia da Sé, e comunica o largo do Pelourinho com a rua 31 de Janeiro, outrora da Princesa.

É uma antiga via publica de pequena extensão e de importância secundaria, se a compararmos com outras ruas desta cidade. Foi no entretanto, entre as ruas do antigo Funchal, uma das mais importantes e também das mais extensas, começando no Pelourinho e estendendo-se pela margem esquerda da Ribeira de Santa Luzia até às proximidades do Torreão. Gaspar Frutuoso falando dela, em 1590, diz que era “uma grande e larga rua e que era a maior da cidade”, acrescentando que o bispo D. Jeronimo Barreto (1574-1585) tinha nela “seus aposentos muito ricos, com seus frescos jardins”. Nesta antiga rua ficava a igreja e albergaria de São Bartolomeu e nela tinha casa de moradia algumas das mais qualificadas pessoas do Funchal.

Direito (O). O primeiro numero saiu a 21 de Outubro de 1857 e o ultimo, que foi o 93, a 7 de Agosto de 1859. Foi seu redactor Pedro Maria Gonçalves de Freitas.

Saiu outro jornal com o mesmo título, que se publicou com várias intermitências, durante algumas dezenas de anos, sendo seu fundador e redactor principal o escritor madeirense João Augusto de Ornelas. Saiu o 1.º numero a 2 de Novembro de 1859.

Outra série do mesmo Jornal, que julgamos ser a quarta, se publicou de 20 de Abril de 1902 (n.º 2511) a 11 de Janeiro de 1911 (nº 5060).

Discursos. Para não dar uma demasiada extensão no artigo Bibliografia, reservámos para este lugar a rápida enumeração de várias peças oratórias publicadas por indivíduos naturais deste arquipelago, ou cujo

assunto possa de qualquer modo interessar á historia destas ilhas. A pesar de muito incompleta, pode esta relação servir de subsidio para o estudo da bibliografia madeirense. As diversas espécies de que pudemos alcançar noticia, vão aqui indicadas sem obediência á selecção de assuntos ou ainda á ordem cronológica

São elas:

Oratio in funere Philippi II, Romae, 1599,

Gratulatio de S. Pontif. Paulo V, Romae, 1607, e in funere Seraphinae a Portugalis Joannis Brigantiae Ducis filiae etc., Romae, 1604, pelo dr. Manuel Constantino;

Sermão da Conceição de Nossa Senhora em a Igreja Collegiada de São Pedro da cidade do Funchal. Rochela, 1656, e Sermão da Visitação da Mãe de Deus Rochela, 1654, pelo Dr. Francisco de Castro;

Sermão penegyrico em a solemnissima festa que o reverendo cabido da Sé do Funchal fez em 13 de Junho de 1697, por Pedro Correia Barbosa; Sermões dos Domingos, 1 Parte, Lisboa, 1629, por Fr. Gregorio Baptista;

Pregação da beatificação de S. Francisco Xavier, 1621, pelo padre Luiz de Moraes;

Sermão na festividade do Coração de Jesus, 1733, Tardes de Quaresma, 1738, Sermão pelas melhoras do Infante, 1739, Sermão pelas melhoras del Rey, 1742, Sermão de São Luiz Rey, 1746, Sermão de Açam de Graças a S. Luiz, 1748, Panegyrico fúnebre do Senhor Rey D. João V, 1750, Panegyrico fúnebre da Rainha de Portugal, 1755, Sermão da Conceição, 1757 e Oração Académica, 1757, pelo padre Manuel Rodrigues,

Orações que pela feliz inauguração do Seminário na cidade do Funchal, compôz e recitou Francisco Manuel de Oliveira, 1789;

Oração de acção de graças que na solemnidade do anniversario do faustissimo dia 28 de Janeiro de 1821 prérgou na Igreja Cathedral da Sé do Funchal o vigário de São Jorge João Manuel de Freitas Branco, 1822;

Oração de acção de graças pregada na igreja Cathedral da Sé do Funchal em 8 de Julho de 1823 pela feliz restauração de el-rei IV. S. ao throno dos seus maiores, 1823, e Sermão pregado na egreja de São Martinho, 1823, por Fr. José Cupertino;

Oração na abertura dos estudos do seminario episcopal do Funchal pronunciada em XVII de Outubro de MDCCCXII, por um dos professores do mesmo Seminário, 1814; Collecção das peças recitadas nas varandas da casa do Senado no real theatro de S. João pelo Dr. José Manuel da Veiga, 1821;

Oração fúnebre nas exequias do Sr. D. Miguel de Bragança, Rio de Janeiro, 1867;

Oração de S. M. El-Rei D. Pedro V, Rio de Janeiro, 1862 e Oração fúnebre recitada nas exéquias celebradas na igreja de Santa Clara do Funchal, por alma de Pio IX, 1878, pelo Dr. Patrício Moniz;

Discursos do conde de Tojal proferidos na câmara dos dignos Pares, 1848;

Discurso pronunciado na assembleia geral da Companhia Fabril de Assucar Madeirense, pelo cónego

Feliciano João Teixeira, 1873; Sermões do cónego Alfredo Cesar de Oliveira, I parte, 1868;
Discurso proferido na Camara dos Deputados na sessão de 7 de Maio de 1883, 1883, Discurso proferido na Câmara dos Deputados na sessão de 13 de Fevereiro de 1884, 1884, e Discurso proferido na Câmara dos deputados na sessão de 7 de Julho de 1888, 1888, por Manuel José Vieira;
O Dogma da Imaculada Conceição de Maria, 1880, pelo padre Dr. José Gonçalves de Aguiar;
Allegação da defeza por parte de José Vieira de Castro proferida em 30 de Novembro 1870, publicada no livro Processo e julgamento de José Vieira de Castro, 1870, e Discurso proferido na Câmara dos Deputados na sessão de 15 de Março de 1878, 1878, por Jaime Constantino de Freitas Moniz;
Cousas Portuguezas. Conferencia realisada no salão do theatro da Trindade em 8 de Julho de 1884, 1885, por José Julio Rodrigues; Sermão pregado no dia 12 de Setembro de 1813, anniversario da sagração episcopal de D. Matheus de Abreu Pereira, bispo de S. Paulo, pregado por Francisco do Monte Alverne, que vem publicado nas Obras deste grande orador sagrado brasileiro;
Oração que no aniversario da sagração episcopal de D. Matheus Abreu Pereira recitou na Cathedral de S. Paulo a 14 de Setembro de 1817, 1818, pelo padre Joaquim Antonio Fernandes Saldanha;
Incompatibilidades Políticas, discursos proferidos na Camara dos Pares, 1889, 3ª ed., por D. Luiz da Câmara Leme;
Discurso recitado na sala da Associação Catholica do Funchal, no dia 2 de Fevereiro de 1884, 1884, por Alfredo de Paula Sardinha;
Obras de D. Ayres de Ornellas de Vasconcellos, 1882, que contêm nove discursos proferidos no Funchal pelo bispo D. Ayres;
Discursos proferidos na Camara dos Deputados nas sessões de 15 e 16 de Janeiro de 1885, 1885, pelos deputados Consiglieri Pedroso, Pedro Maria Gonçalves e Elias Garcia;
Discurso proferido nas solemnes exéquias maçonicas de Elias Garcia, celebradas no templo da Loja Liberdade aos 18 de Julho de 1891, 1891, por Azevedo Ramos;
Discurso acerca do estado anárquico em que se encontra o districto do Funchal, pronunciado na Camara dos Deputados na sessão de 17 de Março de 1903, por João Augusto Pereira;
Discursos pronunciados no Paço episcopal do Funchal nos anos de 1896, 1897, 1898 e 1899, 1900, por João Baptista de Freitas Leal;
Discurso pronunciado, no Paço Episcopal em 1900, 1900, por João Baptista de Freitas Leal, e outros discursos pelo mesmo, relativos ao ano de 1901, 1902, 1903, 1907 e 1908, também pronunciados no Paço Episcopal do Funchal e, publicados em cinco opúsculos no mesmo ano que foram proferidos; A escravidão da Egreja em Portugal, Discurso proferido na Câmara dos Deputados na sessão de 5 de Maio de 1905, 1905,

Necessidade do Descanso Dominical. Discurso proferido na Camara dos deputados na sessão de 6 de Fevereiro de 1907, 1907 e A Situação da Madeira. Discurso proferido na Câmara dos Deputados na sessão de 19 de Fevereiro de 1907, 1907, pelo cónego Antonio Homem de Gouveia,
A Immaculada Conceição. Discurso proferido na Igreja da Sé (Funchal no dia 8 de Dezembro de 1906, 1907, pelo cónego Antonio M. Pereira Ribeiro;
Á memória de Leão XIII. Oração funebre pronunciada na Sé Cathedral do Funchal a 12 de Novembro de 1903, 1904, pelo padre Jose Pereira da Silva;
A Bandeira Portuguesa. Allocução proferida no Campo de D. Carlos I, do Funchal, no dia 20 de Janeiro de 1907, 1907;
Elogio Fúnebre de Hintze Ribeiro, proferido nas exéquias... celebradas na Sé do Funchal a 2 de Setembro de 1907, 1907 e Brevi Vivens Tempore. Elogio fúnebre proferido na Sé Cathedral do Funchal em 31 de Março de 1908, nas exéquias por alma de el-rei D. Carlos e o príncipe D. Luiz Filipe, 1908, pelo padre Luiz Alves Martins;
A Região Amazonica. Seu passado, presente e futuro. Conferencia realisada no Palácio Monroe, a 29 de Outubro de 1913, Rio de Janeiro, 1913, por José Simão da Costa;
oração Fúnebre nas exéquias do S. Pontífice Pio X, proferida na Cathedral do Funchal em 2 de Dezembro de 1914, pelo padre Manuel Gomes Jardim;
Resumo da conferencia realisada na Associação Comercial do Funchal em 15 de Outubro de 1905, 1905, por Antonio Batalha Reis; Sermão do SS. Sacramento, 1912, pelo padre Manuel Gomes Jardim;
El rei D. Luiz I^a Oração Fúnebre, Funchal, 1890, pelo cónego A. Aires Pacheco;
Discurso pronunciado na reunião eleitoral do partido progressista a vinte e cinco de Março, Funchal, 1870,
Discurso de abertura pronunciado na escola Medico-cirurgica do Funchal no dia 15 de Maio de 1867, 1867 e
Discurso pronunciado em 20 de Março de 1876 na sessão da abertura da Escola Central da Associação de Protecção e Instrução do Sexo Feminino do Funchal, 1876, pelo Dr. João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos;
Discursos e trabalhos parlamentares, 1887, por Luiz Antonio Gonçalves de Freitas.

Discussão (A). O primeiro numero saiu a 8 de Fevereiro de 1855 e o ultimo a 28 de Agosto de 1858, dando 77 numeros. Foram seus redactores Antonio Correia Heredia, Dr. Antonio Gonçalves de Freitas, João de Sant'Ana e Vasconcelos e Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo.

Distâncias marítimas. A distancia entre os portos de Lisboa e Funchal é geralmente computada em 520 milhas marítimas.

O lugar da costa africana que fica mais próximo da Madeira é o Cabo Cantim, sendo de 350 milhas a distancia que separa esses dois pontos.

A extensão de mar, que separa as ilhas da Madeira e Porto Santo, conhecida pelo nome de Travessa, tem o cumprimento de 21 milhas e meia, entre o Ilhéu de Fora (Ponta de São Lourenço) e o Ilhéu de Baixo (Porto Santo). A distancia entre o porto da cidade do Funchal e o da vila do Porto Santo é aproximadamente de 41 milhas.

Socorrendo-nos especialmente duma tabela organizada pelo oficial da marinha mercante Afonso Coelho, vamos dar uma nota das distancias aproximadas existentes entre os diversos portos deste arquipelago, exprimindo os Algarismos o numero de milhas e suas fracções decimais:

Do porto do Funchal a Câmara de Lobos.....	4,0
De Câmara de Lobos ao Campanario	3,0
Do Campanário á Ribeira Brava	1,7
Da Ribeira Brava á Ponta do Sol	2,1
Da Ponta do Sol á Fajã do Mar	2,4
Da Fajã do Mar á Calheta	2,3
Da Calheta ao Jardim do Mar	2,1
Do Jardim do Mar ao Paul do Mar.....	1,2
Do Paul ao Pesqueiro	2,3
Do Pesqueiro á Ponta do Pargo	0,7
Da Ponta do Pargo ao Porto do Moniz	7,5
Do Porto do Moniz ao Seixal.	4,0
Do Seixal a S. Vicente	3,0
De S. Vicente a Ponta Delgada	3,6
Da Ponta Delgada a São Jorge	4,0
De São Jorge ao Faial	3,2

Do Faial ao Porto da Cruz	2,5
Do Porto da Cruz á Ponta de São Lourenço	9,3
Da Ponta de São Lourenço ao Caniçal.	4,0
Do Caniçal a Machico	1,6
De Machico a Santa Cruz	4,3
De Santa Cruz ao Porto Novo	2,0
Do Porto Novo ao Funchal	5,9
Do Porto do Funchal ao Garajau	2,9
Do Garajau á Ponta da Oliveira	1,1
Da Ponta da Oliveira ao ilhéu de Fora.....	10,6
(Ponta de São Lourenço)	21,6
Do Ilhéu de Fora ao ilhéu de Baixo(Porto Santo).....	4,3
Do ilhéu de Baixo ao porto da vila do Porto Santo	21,5
Do Porto do Funchal á Deserta Grande (Carga da Lapa) ..	21,5
Do Porto do Funchal ao Ilhéu Chão,Desertas, (porto de Santa Maria).....	19,0

Districto (O). Saiu de 25 de Maio de 1893 a 22 de Junho de 1904, publicando-se 346 números.

Districto do Funchal (O). Principiou a publicar-se a 16 de Janeiro de 1864 e terminou a 5 de Agosto de 1865, tendo saído 66 números.

Outro jornal do mesmo título se publicou de 24 de Maio de 1877 a 24 de Abril de 1878, tendo saído 23 números.

Dita. Os madeirenses dão este nome á união natural de dois frutos. Os casos de concrecencia não são raros na Madeira, e observam-se nas bananas, nas pepinelas, nos tomates, nas batatas, etc., etc.. De Candolle chamou á concrecencia enxerto natural, e de facto existe nela, semelhantemente ao que se dá na enxertia, aderência ou soldadura de órgãos de estrutura idêntica ou análoga.

V. Fasciação.

Dix (John). E.: A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence, New York, 1850, 1 vol. Esta obra foi traduzida, em parte, por J. de Meneses, tendo a tradução o título seguinte: Um inverno na Madeira, California, 1896, 1 vol..

Esta tradução traz no fim algumas pequenas notas esclarecendo o texto, que o tradutor diz pertencerem a um distinto publicista madeirense. O livro de Dix, a pesar das inexactidões e apreciações erróneas que possa conter, é uma das obras estrangeiras escritas sôbre a Madeira em que o autor revela maior imparcialidade e desejo de ser justo para com as cousas e pessoas madeirenses.

Dixon (H. N.). E.: Contributions to the Moss Flora of the Atlantic Islands- Madeira, (Journ of Botany, 1909).

Dizimos. V. Contribuições.

Doação da Ilha da Madeira á Infanta D. Catarina. Na ânsia de um apoio seguro e não succumbir Portugal na luta da Independência, esteve preparado um alto sacrificio para pesar prontamente na balança das nossas concessões e atrair o auxilio da Inglaterra. Ia ser doada á infanta D. Catarina, filha de D. João IV e futura rainha inglesa, a jóia mais cara de Portugal- nos presentes da noiva figuraria, se preciso fosse, o florido ramallete da ilha da Madeira.

A rainha regente D. Luisa, rodeada de amarguras com o peso do governo, olhando um herdeiro inábil e uma corte, qual bastidor de emaranhadas representações políticas, não querendo tomar sôbre si a responsabilidade de alienar a Madeira, nem incorrer na maldiçã de Deus, conforme a carta de D. Manuel quando fez a ilha realenga (T. 1.º do Arquivo da Camara Municipal do Funchal), faz forjar uma doação do rei defunto a sua filha, e envia-a aos Senados do Funchal e Machico para que se tombassem os diplomas. Este curioso ponto histórico é tratado pelo Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo nas notas ás Saudades da

Terra, pag. 384.

Eram documentos para precaução, pois lá está escrito, coando for tempo, com o fim de vencer qualquer obstáculo que sobreviesse nas negociações diplomáticas.

No Arquivo da Câmara Municipal de Machico, acham-se tombados curiosos documentos sôbre este assunto, nos títulos do L. 3.º Parte 1 (fs. 158 v.º Traslado do Alv. de S. M. da mercê feita á S. Infanta D. Catharina. a 23 de Novembro de 1660; fs. 261 Traslado da procuração da S. I. D. Catharina, 18 de Novembro de 1660; Alvará que declara a forma com que a S. I. D. Catharina deve usar das doações que lhe fez S. M. seu augusto Pai).

Fazia-se também reviver nesse tempo a lenda dos namorados inglêses que aportaram a esta ilha, a fim de cohonestar uma suposta prioridade da descoberta, para amortecer a dor da perda da Madeira, se acaso fosse preciso. **(V. Machim)**

Não foi necessário tamanho sacrifício. A liberdade do comercio inglês no Brasil e nas Índias Orientais, Tanger e Bombaim, “chaves do Mediterrâneo e da India“ satisfizeram a diplomacia britanica, ignorando os citados documentos que revestiam um certo character confidencial.

Existe um folheto intitulado Um Ponto de Historia Pátria, Funchal, 1914, separata de artigos publicados no Heraldo da Madeira, n.ºs 2815-16 e 2823-24, que se refere a este assunto. S.

V. Melo.

Doações. É muito de presumir, embora o não digam os cronistas nem se conheça documento que o comprove, que fosse o próprio D. João I que doasse ou, melhor, confirmasse a posse do arquipelago da Madeira a seu filho o infante D. Henrique, a cuja audaz iniciativa se devia principalmente o descobrimento do mesmo arquipelago.

Diz-nos Bernardo de Brito na Monarchia Lusitana que em 1433, ano em que começou a reinar D. Duarte, a

este fizera seu irmão D. Henrique a “doação destas três ilhas para a coroa do reino, por isso el-rei lhas tornou logo a largar, reservando para si o bater moeda, casos de morte e cortadura de membro; e para lhe tornarem o seu domínio as doara á ordem (de Cristo) no ano apontado“. Não deve isto propriamente entender-se duma doação do infante D. Henrique ao rei, porque ele a não podia fazer, mas apenas reconhecer no novo monarca o primordial e fundamental direito, como chefe da nação, ás novas terras descobertas, que constituíam parte integrante da mesma nação.

No tomo I.º do Arquivo da Camara Municipal e transcrita nas Saudades da Terra, a pag. 325, vem a Carta Régia de D. Duarte, datada de 26 de Setembro de 1433, doando á Ordem de Cristo “para todo o sempre todo o espiritual das nossas ilhas da Madeira e Porto Santo e da ilha Deserta... “ Com a mesma data, e do mesmo monarca, há outra carta inserta na obra Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca da avançada e conquistas dos portugueses, fazendo mercê das referidas ilhas ao infante D. Henrique.

Deve entender-se que a doação á Ordem de Cristo dizia respeito á jurisdição espiritual e a que foi feita a D. Henrique ao domínio temporal do arquipelago. Sendo, porém, o infante o grão-mestre da Ordem, conclue-se da leitura daquela carta que ele teria sôbre as ilhas do mesmo arquipelago o mais absoluto domínio, o que não obstou a que a interferência real se fizesse por vezes sentir na administração das coisas destas ilhas. “Porém, é de notar, continua o citado Bernardo de Brito, que o infante conhecendo que as conquistas por sua morte não poderiam ser continuadas com o cabedal da Ordem, e que era necessário braço real, repartiu tudo o que tinha descoberto em tal forma, que deixasse a Ordem ampliada e enobrecida, e a Coroa do Reino dilatada. E assim fez doação do temporal daquelas ilhas e do continente da Guiné aos reis de Portugal e reservou para a Ordem o espiritual, que é hoje o que os reis logram como Mestres, que por esta causa tem os dizimos e apresentações daquelas igrejas. Já no ano de 1439, em que el-rei D. Duarte estava de posse do estado temporal das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas, que o infante lhe tinha outra vez doado, foi concedida a espiritualidade delas para a Ordem, por carta feita em Lisboa a 20 de Maio de aquele ano... “ Por cartas regias de D. Afonso V, de 11 de Março de 1449 e 17 de Agosto de 1459, confirmou este monarca a doação feita ao infante D. Henrique pelo rei D. Duarte, em 26 de Setembro de 1433.

Na já referida obra Alguns documentos do Arquivo Nacional etc. vem transcrita uma carta do infante D. Henrique, datada de 18 de Setembro de 1460, em que se faz nova doação destas ilhas, no espiritual, á Ordem de Cristo, o que não sabemos suficientemente explicar, existindo as doações anteriormente feitas e que ficam acima citadas.

O infante D. Henrique morreu a 13 de Novembro de 1460 e logo a 3 de Dezembro do mesmo ano D. Afonso V assinou uma carta régia doando o arquipelago madeirense ao infante D. Fernando seu irmão, que foi o sucessor de D. Henrique no grão-mestrado da Ordem de Cristo e, portanto, dos privilégios que este tinha sobre as terras descobertas.

No cargo de grão-mestre da Ordem de Cristo sucedeu a D. Fernando seu filho o infante D. João, duque de Vizeu, e a este seu irmão D. Diogo, que foi assassinado por D. João II. Não conhecemos as cartas que lhe teriam sido passadas, se porventura o foram, de doação destas ilhas.

Ao infante D. Diogo sucedeu naquele grão-mestrado seu irmão D. Manuel, depois rei. O lugar de chefe dessa poderosa Ordem, que tão assinalados serviços prestou ao nosso país, passou á Coroa e a ser exercido pelo monarca com todos os privilégios, regalias e isenções que á mesma pertenciam.

Tinham acabado as doações e a Madeira estava feita realenga. É muito interessante o diploma que o atesta e que vem transcrito a pag. 479 das Saudades da Terra. É a carta Régia de D. Manuel, de 27 de Abril de 1497, em que ele diz que “nos parece cousa justa e necessária que a dita ilha com seu senhorio, rendas e jurisdição seja somente da dita nossa coroa para sempre e dos reis nossos herdeiros e sucessores... que nunca a dita ilha nem parte dela seja dada por nós nem nossos sucessores de graça nem em vida nem de juro nem por outra qualquer maneira a qualquer pessoa de qualquer estado, condição e proeminência... juramos ao sinal da cruz e aos santos evangelhos em que corporalmente pomos as mãos o cumprirmos e mantermos assim inteiramente... e rogamos e encomendamos muito aos reis nossos herdeiros e sucessores que por nossa bênção e sob pena de maldição de Deus e nossa, sempre o assim cumpram e conservem para sempre... “. Com a incorporação do grão-mestrado da Ordem de Cristo na Coroa em 1497 e com a criação da diocese do Funchal em 1514, passou a ser quasi nula a jurisdição daquela Ordem neste arquipelago.

A pesar de dizermos acima que cessaram as doações, é certo ter havido um simulacro de doação feita por D. João IV, cinco dias antes de morrer, a favor de sua filha D. Catarina, que casou com Carlos II de Inglaterra, doação que obedeceu a fins não bem averiguados, mas que era ilegalissima e que não chegou verdadeiramente a realizar-se. Dela nos ocupamos em artigo especial.

Não tratamos neste lugar das doações feitas aos donatarios, porque já a elas nos referimos nos artigos Capitánias e Donatarios.

Dobrada. (Oblada vulgaris). Peixe da família Esparida, vulgar nos mares da Madeira. Tem o lóbulo inferior da barbatana caudal mais largo ou com um raio mais longo do que o superior. A sua carne é saborosa.

Dode (L. A.). Botânico francês que escreveu no Bulletin de la Societé Dendrologique de France, de 1907, um trabalho com o título seguinte: Un nouveau Sorbus. Este novo Sorbus é o *S. maderensis*, que se encontra perto do Pico do Arieiro, etc..

Doenças. As doenças dominantes na Madeira são a tuberculose, as diarreias, as lesões orgânicas do coração, as apoplexias e outras moléstias do cérebro, as pneumonias e as bronquites. De 3631 óbitos que houve em 1917 no Distrito do Funchal, 263 foram devidos a tuberculose dos pulmões, 11 a tuberculose das meninges, 17 a outras tuberculosas, 890 a diarreias e enterites (só 382 dos falecidos tinham mais de 2 anos), 246 a lesões orgânicas do coração, 239 a congestões, hemorragias e amolecimento cerebral, 167 a bronquites agudas, 40 a bronquites crónicas, 155 a pneumonias e 105 a outras doenças do aparelho respiratório.

O cancro aparece muitas vezes atacando diferentes órgãos, e a hepatite aguda e crónica, o reumatismo agudo e crónico, as escrofulas, certas moléstias cutâneas e as febres continuas de diferentes formas, principalmente a gástrica e a ataxo-dinâmica, também não são raras na ilha. Em 1917 morreram de cancros e outros tumores malignos, 91 indivíduos em todo o arquipélago.

A elefantíasis aparece em várias localidades da Madeira, principalmente em indivíduos das classes pobres. As freguesias da Ponta do Sol e Ponta do Pargo são as que dão maior percentagem de indivíduos atacados desta moléstia.

O sarampo e a varíola têm aparecido algumas vezes na Madeira, com carácter epidémico, desenvolvendo-se sempre pelo contágio de indivíduos vindos de fora. Entre as epidemias de varíola, mencionaremos a de 1801, a de 1815, que produziu para cima de 2000 mortes em toda a ilha, a de 1858 e 1859, a de 1870, a de 1873 e a de 1907; e entre as de sarampo, a de 1751, que produziu uma mortalidade notável, a de 1816 e a de

1884.

Em 1905 manifestou-se a peste bubonica (V. este nome) na Madeira, mas sem caracter epidémico, e em 1907 houve 14 mortes na freguesia de Santo Antonio, devidas, segundo se disse, a pneumonias infecciosas. A colera-morbus (V. este nome) visitou-nos em 1856 e em 1910, a raiva (V. este nome) em 1892, a escarlatina em 1814, 1825 e 1864, a gripe, com muitos casos de pulmonite, em 1884, a meningite cerebro-espinal, com caracter epidémico, em 1904 e a espanhola (espécie de influenza) e a gripe pneumonica, em 1919. Sôbre estas duas ultimas moléstias escreveu o Sr. Dr. Nuno Silvestre Teixeira um notável relatório, que começou a ser publicado no Diário de Noticias do mês de Dezembro de 1919.

O nome de influenza dado agora á gripe que frequentes vezes aparece na Madeira, já era conhecido entre nós no segundo quartel do século XIX, segundo se vê de documentos registados no arquivo da Câmara Municipal do Funchal.

Em 1847 houve muitas afecções irritativas do aparelho digestivo, motivadas pela fome, sendo grande a mortalidade, e em 1888 deram-se muitos casos de uma anemia especial na freguesia do Porto da Cruz, devidos, segundo declarou o falecido medico Dr. Vicente Cândido Machado, ao Anchylostomum intestinale, Em 1893 desenvolveu-se uma epidemia de febres tifóides na freguesia do Pôrto do Moniz, que fez succumbir um grande numero de pessoas. A “coqueluche“ poucas vezes se desenvolve na ilha, com caracter epidémico, o mesmo se podendo dizer acerca do bócio ou papeira.

Na Madeira não há moléstias endémicas; o que há simplesmente são as enfermidades comuns a todos os países, as quais se apresentam geralmente com caracter benigno. A Madeira fever, de que falam os detractores do clima da ilha, é apenas um embaraço gástrico, que ataca uma ou outra vez os estrangeiros que comem em grande quantidade certas frutas que não existem no norte da Europa.

A insuficiência do vestuário, uma alimentação fraca, o abuso das bebidas alcoólicas e certas negligencias indesculpaveis no asseio, fazem com que os indivíduos das classes pobres estejam em geral mais sujeitos ás doenças dominantes na ilha, do que os indivíduos pertencentes ás classes mais favorecidas da fortuna. No entretanto, a proporção da mortalidade causada por essas moléstias comparadas com a de outros países, é bastante favorável á Madeira, para o que muito concorrem a amenidade do nosso clima e o natural vigor e resistência da nossa raça.

V. Longevidade.

Doenças das Semilhas. A molestia que mais estragos causa nas plantações de semilhas é devida á *Phytophthora infestans*, fungo da família das Peronosporaceas. As plantas invadidas por este fungo, apresentam manchas escuras nas folhas, e acabam geralmente por secar. A mela é outra moléstia que ataca as semilhas e que pelos seus efeitos, tem sido identificada com a grangena húmida dalgumas localidades europeias.

Domingo Catholico (O). Publicação quinzenal, tendo saído o primeiro numero em Fevereiro de 1885 e o ultimo em Dezembro de 1899.

Domínio Castelhana. A Madeira a exemplo do que fizeram muitas povoações de Portugal, aceitou sem resistência o Jugo castelhana, O que lhe valeu ser poupada das atrocidades com que Filipe II costumava inaugurar o seu governo nas terras que conquistava pela força das armas.

Não se conhece o dia em que teve lugar a aclamação do primeiro rei intruso no Funchal, nem o modo como essa cerimonia se realizou, visto terem desaparecido os livros das vereações donde isso devia constar, mas conhecem-se vários factos ocorridos durante o domínio filipino na Madeira, alguns dos quais bem revelam quanto esse domínio foi nefasto e opressor para os povos desta ilha.

Diz Gaspar Frutuoso nas Saudades da Terra, obra escrita em 1590, que em 1587, sendo governador e superintendente das cousas da guerra o donatario Tristão Vaz da Veiga, conseguiram os portugueses recuperar dois navios, um carregado de vinho e outro de trigo, de que um corsário se havia apoderado na baía do Funchal, e que no ano imediato foi metida a pique uma nau inglesa que andava roubando os navios que entravam ou saíam do nosso porto. Refere ainda o mesmo autor que esperando-se em 1582 que os franceses da armada de D. Antonio efectuassem um desembarque na Madeira, trouxe Antonio de Carvalhal ao Funchal 300 homens que manteve á sua custa durante cinco meses, em serviço do rei católico D. Filipe.

A execução do frade João do Espírito Santo, de que fala Rebêlo da Silva, teve lugar provavelmente em 1582, ou pouco depois, embora Gaspar Frutuoso se não refira a ela. Este frade que tinha estado na ilha Terceira e era um verdadeiro patriota, foi enforcado no Funchal, vestido com trajos de leigo, por andar incitando o povo a seguir o partido do Prior do Crato, depois desta ilha haver sido reduzida á obediência de Filipe II.

Entre 1600 e 1602 rebentaram no Funchal alvoroços de character tão grave que saiu de Lisboa uma comissão com amplos poderes para os castigar, e alguns anos depois eram ainda tantos os excessos que deshonravam a capital da Madeira, chegando a cometer-se crimes de assassinato em plena rua e á luz do dia, que Filipe III de Espanha, por carta de 29 de Novembro de 1614, encarregou o Dr. Gonçalo de Sousa, desembargador da Casa da Suplicação, de vir a esta ilha, a fim de punir severamente tais excessos.

As cousas não melhoraram com a vinda do Dr. Gonçalo de Sousa ao Funchal, pois que desde então até 1627 houve 38 mortes violentas nesta cidade, entre as quais a de D. Francisco Henriques, filho de D. Isabel Grega, pessoa pertencente á nobreza da ilha.

A Justiça não era respeitada, e os criminosos, mercê da protecção de que dispunham, raras vezes eram punidos. Quando se deu o assassinato de D. Francisco Henriques, encontrou o criminoso abrigo na igreja do Colégio, onde dois clérigos se opuseram a que ele fosse preso, e tendo o ouvidor capturado e entregue ao alcaide um cunhado do assassino, foi este arrebatado das mãos da autoridade por um alferes e vários soldados do presídio castelhano!

D. Isabel Gomes, mulher viúva e de boas famílias, teve a casa arrombada e uma filha seduzida por um tal João Rodrigues Mandragão. Havendo comparecido o Juiz ordinário, prendeu este não o sedutor, que era seu parente, mas um filho da mesma D. Isabel, que fora ferido com um tiro de pistola ao acudir em defesa da irmã!

Muitos indivíduos já julgados pelo Dr. Gonçalo de Sousa, estavam escondidos, sem que a justiça procurasse prendê-los, e da cadeia da cidade tinham fugido vários presos, um dos quais devia sofrer a pena de morte na forca por haver cometido dois assassinatos!

Rui Gomes foi morto por Braz de Freitas na sala do governador geral, tendo o assassino ferido na mesma ocasião alguns officiais que se achavam presentes, e haviam procurado evitar o crime!

Em 13 de Outubro de 1627 expediu-se uma carta regia ao Dr. Estevão Leitão de Meireles, que o nomeava juiz duma alçada que tinha de vir á ilha da Madeira inquirir dos crimes que aqui se haviam praticado, com ordem de os punir severamente. O juiz dos resíduos e o provedor da fazenda deveriam servir de adjuntos da mesma alçada, correndo as despesas desta por conta dos culpados, cujos bens poderiam ser penhorados.

O Dr. Estevão de Meireles começou o processo dos delinquentes mal chegou a esta ilha, mas decorridos dois anos, ainda muitos dos mesmos delinquentes não tinham sido presos nem ouvidos pelos juizes da alçada, pela razão do governador geral lhes haver dado guarida no seu próprio palácio e se recusar abertamente a entrega-los!

Contra esta protecção descarada a facínoras poderosos, mas da mais baixa espécie, protestaram o presidente da alçada e as referidas D. Isabel Grega e D. Isabel Gomes, o que deu em resultado o governador ser censurado pelo seu procedimento e compelido a entregar os indivíduos recolhidos na fortaleza.

Não conhecemos o destino que tiveram estes indivíduos, muitos dos quais eram merecedores de um exemplar castigo pelos assassinatos e outros crimes graves que haviam cometido no Funchal, tendo-nos afirmado pessoa digna da maior confiança que na Torre do Tombo se não encontram os processos dos mesmos indivíduos, que é possível estejam sepultados nalgum arquivo de Espanha.

Durante o governo filipino veio á Madeira um visitador do Santo Oficio, tendo sido recomendado aos officiais da ilha que lhe dessem todo o favor e ajuda precisos para o bom desempenho do serviço de que vinha incumbido, mandando mesmo despejar para sua residência os melhores prédios que houvesse nos logares onde ele tivesse de ir. Chamava-se Francisco Cardoso de Cernejo esse visitador, e foi nomeado por provisão de 20 de Julho de 1612.

Em 1617 foi a ilha do Porto Santo atacada e saqueada pelos mouros, que levaram muitos cativos, constando dum auto lavrado na sessão da Câmara Municipal do Funchal de 16 de Junho de 1632 que fora atribuída á protecção do padroeiro S. Tiago Menor o facto desses piratas não terem vindo á Madeira pela mesma época. A fortaleza de S. Tiago, o castelo de S. João do Pico, parte dos muros de circunvalação e o forte do Pico do Castelo, na ilha do Porto Santo, são obras militares executadas no tempo dos castelhanos, sendo também dessa época um túnel que nunca se concluiu, existente no sítio do Rabaçal, e que era destinado, segundo parece, a dar passagem ás águas que existiam desaproveitadas naquele ponto da ilha.

No tempo de Filipe II foi criado o cargo de governador geral, e desde então nunca mais o nosso arquipélago deixou de estar sujeito á superintendência duma autoridade superior de nomeação régia. As donatarias não se extinguiram, mas os donatarios, embora vissem os seus privilégios confirmados pelos reis intrusos, tiveram de reconhecer a supremacia do delegado do poder central nas terras que seus antepassados tinham governado como senhores quasi absolutos.

Em 1600 revoltaram-se as tropas do presídio castelhano por não estarem pagas em dia, e em Abril de 1626 houve novos motins no Funchal, ainda pelo mesmo motivo, sendo nesta ocasião maltratado pelos soldados o provedor da Fazenda. Tendo-se dirigido este funcionário á alfândega, foi o edificio rodeado por uma força militar comandada pelo capitão Antonio de Mira, a qual só retirou depois de haver recebido parte do dinheiro a que tinha direito.

Por falta de pagamento dos vencimentos do clero, excomungou o bispo D. Jeronimo Fernando em 1621 o provedor da Fazenda e os officiais da Alfândega, mas a provisão régia de 21 de Novembro do mesmo ano obrigou-o a levantar essa excomunhão.

Não eram só o clero e os militares que não andavam pagos em dia; também os negociantes não recebiam as importâncias dos fornecimentos que faziam ás tropas, o que deu lugar a várias reclamações e a que baixasse finalmente uma provisão para que daí em diante se não comprassem a crédito os géneros e mercadorias destinados á guarnição do presídio.

Em 1637 foi a Madeira obrigada a concorrer com 10.000 cruzados cada ano para a armada da restauração de Pernambuco, e quasi pela mesma época exigia-se-lhe que fornecesse 1000 homens para irem combater na Espanha contra os exércitos franceses. Foram estas, segundo cremos, as ultimas medidas com que o governo castelhano houve por bem oprimir os habitantes desta ilha.

Do resumido quadro que acabamos de traçar vê-se que o domínio castelhano na Madeira foi notável principalmente pela anarquia, pelas extorsões e pelas iniquidades a que estiveram sujeitos os povos enquanto ele durou. As poucas providencias úteis adoptadas durante os sessenta anos de cativo, passam quasi despercebidas no meio dos erros e abusos cometidos pelos governantes, tendo sido estes erros e abusos, mais talvez que o próprio amor pela independência nacional, que levaram os habitantes desta ilha a aderir prontamente e com o maior entusiasmo ao glorioso movimento do dia 1 de Dezembro de 1640, que

separou para sempre dois povos unidos pelos laços dum despotismo opressor.

Donatarios. É sabido que nos tempos primitivos da colonização dos nossos domínios ultramarinos, se dividiam as terras descobertas, para o efeito da sua administração publica, em províncias de maior ou menor extensão, a que então se dava o nome de capitánias. Tinham por chefe ou autoridade suprema local, o capitão-donatario, que em geral gozava dos mais amplos poderes na direcção dos diversos negócios públicos, sobretudo nos primeiros tempos da nossa administração colonial.

A prioridade dessas capitánias ou províncias ultramarinas coube ao arquipelago madeirense, sendo a sede duma delas na ilha do Porto Santo, e de outras duas em Machico e no Funchal. É hoje impossível determinar com precisão a época em que foram criadas, devendo contudo admitir-se como certo que a sua existencia data do tempo em que começou a colonização e povoamento deste arquipelago. Quando os primeiros capitães-donatarios destas ilhas vieram estabelecer-se aqui definitivamente, procederam sem demora á divisão e demarcação dos terrenos que deveriam pertencer ás suas respectivas Jurisdições, sendo para acreditar que já então se achassem investidos dos privilégios e regalias que as doações lhes haviam de conferir mais tarde duma maneira mais legal e autentica, com a confirmação da autoridade do infante D. Henrique e ainda dos monarcas.

Nos tempos primitivos da colonização destas ilhas, e ainda muito depois, toda a jurisdição civil e criminal residia nos donatarios. Para isso concorriam graves e ponderosas razões, que tinham sua principal origem na manifesta influencia que o antigo feudalismo manteve entre nós, a acção preponderante, levada ás vezes até o despotismo, que os nobres, os grandes e as autoridades locais exerciam nas terras dos seus domínios, a distancia a que as donatarias ficavam da metrópole e a dificuldade de comunicações com o reino, a necessidade de resolver prontamente muitos negócios de uma administração publica incipiente e sem leis que a regulassem, a severidade de que os capitães-donatarios tinham frequentemente de revestir o seu governo no meio de uma população tão heterogénea de negros, escravos, foragidos e criminosos chamados a trabalhar no arroteamento das terras incultas, tudo isso e por certo ainda muitos outros motivos para nós desconhecidos, contribuíram poderosamente para que fossem tão latitudinarias as atribuições e regalias que usufruíam os donatarios na administração das cousas publicas.

A pesar do poder real não abdicar das suas prerrogativas, do infante D. Henrique chamar a esta ilha a

minha ilha da Madeira, não só porque fora o iniciador da sua descoberta, como pelas doações que lhe fizeram os monarcas, e da poderosa Ordem de Cristo ter toda a Jurisdição espiritual sôbre estas ilhas e ainda diversos privilégios na administração de certos negócios públicos, era todavia quasi soberana, ao menos nos primeiros tempos, a acção governativa dos donatarios, não só pelas razões que sumariamente deixamos apontadas, e em particular pela distancia a que se encontravam da metrópole, mas principalmente porque os monarcas, o infante D. Henrique e depois os grãos-mestres da Ordem de Cristo quasi se limitavam, no periodo mais antigo da colonização, á arrecadação das rendas e impostos, e de várias contribuições de guerra com que no princípio se achavam os povos muito sobrecarregados.

Com respeito aos donatarios do Funchal e de Machico, davam-se circunstancias de todo o ponto ponderosas, que melhor explicam o poder quasi ilimitado de que gozavam, e que convém acentuar aqui. O facto de serem estes donatarios os próprios descobridores das terras que vieram administrar, o terem sido brilhantes colaboradores do infante D. Henrique na sua grandiosa obra das navegações e descobertas, o dar-se-lhes o primeiro governo duma terra longínqua, iniciando-se deste modo um novo género de administração até então desconhecido, tudo isso haveria certamente concorrido para a concessão, ou melhor talvez permissão tácita, de todas essas faculdades, isenções e regalias. Especialmente com relação a João Gonçalves Zarco, ainda militavam outras razões não despiciendas, como seriam o nome e prestigio que granjeou em Marrocos, onde ganhara as suas esporas de cavaleiro valente e esforçado, a fama que tinha conquistado de audaz navegador e ainda os créditos de que gozava junto do infante D. Henrique, como cavaleiro e familiar da sua casa.

Notaremos neste lugar que, devido certamente a essas circunstancias, foram o primeiro donatario do Funchal e os seus immediatos sucessores os que mais largamente usaram desses amplos poderes de administração, que chegaram por vezes a estender-se ás outras donatarias embora com manifesta invasão das atribuições alheias. O rápido engrandecimento e prosperidade da capitania do Funchal e a decadência e ruína das outras capitánias, explicam suficientemente a influencia e preponderância dos descendentes e herdeiros de João Gonçalves Zarco. Até em documentos officiais se chamava por vezes ao donatario do Funchal o capitão da ilha, como se neste arquipelago não houvesse a sede de mais duas capitánias. O Funchal tornara-se o centro de toda a vida activa do arquipelago, fora feito cidade e capital da diocese, transformara-se num importante emporio comercial, e os seus donatarios, vivendo no fausto e na grandeza, e frequentando a corte como os mais nobres e ricos senhores do reino, adquiriram tal influencia prestigio e poderio, que em breve reduziram os outros donatarios a uma situação verdadeiramente subalterna e

humilhante aos olhos dos povos deste arquipélago.

As doações das capitâneas de Machico, Porto Santo e Funchal feitas aos primeiros donatários Tristão Vaz, Bartolomeu Perestrelo e João Gonçalves Zarco, datam respectivamente de 1440, 1446 e 1450, sendo para estranhar que tão tardiamente se realizassem essas concessões, devendo com bons fundamentos supor-se que as cartas régias que têm aquelas datas, são apenas diplomas de confirmação das doações anteriormente concedidas.

É muito de presumir, como já fizemos notar, que os três donatários, ao serem investidos no governo das suas capitâneas, o que provavelmente se deu no fim do primeiro quartel do século XV ou princípio do segundo quartel do mesmo século, tivessem recebido do infante D. Henrique ou talvez mesmo do monarca, algumas instruções ou qualquer regimento, embora de carácter geral, e sem grande individuação de cousas e pessoas, que os devessem guiar na gerência dos negócios de administração pública, que por certo não ficariam exclusivamente entregues ao critério e ás arbitrariedades dos mesmos donatários. Nada se conhece de positivo sobre este assunto e nem sequer a tal respeito temos encontrado as mais ligeiras referências.

As cartas régias que fazem a concessão das capitâneas aos três primeiros donatários não diferem essencialmente entre si nas suas principais disposições. Vamos transcrever alguns trechos da carta dirigida a João Gonçalves Zarco, que foi extraída dos livros da Câmara Municipal do Funchal e publicada pelo Dr. Alvaro de Azevedo numa das notas das Saudades da Terra:

E me praz que ele tenha em esta sobre dita terra a Jurdiçom por mim & em meu nome do ciuell & crime resaluando morte ou talhamento de membro que de sto benha per amte mim apellaçom porem sem embargo da dita Jurdiçom a mim praz que hos meus mandados todos & correçom sejam compridos ahy como cousa propia minha. Outro sy me praz que ho dito Joham Gonçalues que aja pera sy todollos moynhos do pam que ouuer em a parte da dita ylha de que lhe assy dou carreguo & que ninguem non faça y moynhos soo mente elle ou quem lhe prouuer & em esto se no emtemda moo de braço que a faça quem quizer nõ moemdo e outrem nem atafona se nom elle ou quem lhe prouuer. E me praz que aja de todallas serras dagoa que se y fiserem de cada hua hum marco de prata em cada hum anno ou seu çerto balor ou duas tabuas cada somana das que customarem serrar nas serras pagamdo porem a mim ho Dizimoo de todallas ditas serras segumdo pagam das outras asy como pagam das outras cousas que serrarẽ as ditas serras. Esto aja tam bem ho dito Joham gomçalues de quall quer emgenho que se ahy fizer tiramdo byeyros de

ferrerzia & doutros mataees. E me praz que todollos fornos de pam em que ouuer poya sejam seus porem nom embargue a quem quizer fazer fornalha pera seu pam que a faça mas nom pera outro nenhum. E me praz que tendo elle sall pera bemder que ho nom posa bemder outrem se nom elle damdo elle a rezom de meyo rreall de prata ou sua dereyta ballia & mais nom. E quando ho nom touuer que ho bendam hos de a ylha a sua bomtade atee que ho elle tenha. Outro si me praz q de tudo ho que Eu ouuer de remda na dita parte da ylha que elle aja de dez hum & ho qiWe Eu ey de aber na dita ylha he conteudo no forall que pera ella mandey fazer & per esta guisa me praz que aja esta remda seu filho ou outro seu deçemdente per linha dereyta q o carrego teuer. E me praz que elle possa dar per suas Cartas a terra desta parte per ho forall da ylha a quem lhe prouuer com tall comdiçom que aquelle a quem der a dita terra aproueyte atee cinco annos & nom aproueytamdo que Eu a possa dar a outrem & despois que aproueytada for a leyxar por aproueytar atee outros cinco annos que per yso mesmo a possa dar. Este nom embargue a mim que se y ouber terra pera aproueytar que nom seja dada que Eu a possa dar a quem minha mercee for. E asy me praz que a deym seu Jilho ou erdeyros deçemdentes qae ho dito carrego teberem.

Pondo em linguagem mais acomodada ao nosso tempo e resumindo a transcrição feita, vemos que o infante não se limitou a dar aos três donatarios as terras, deu-lhes também a Jurisdição cível e criminal nessas terras e o direito de cobrarem a redizima ou a decima parte de tudo quanto ele houvesse de renda nas duas ilhas. Só os donatarios podiam vender sal, quando este genero não excedesse o preço de meio real de prata ao alqueire, e ter moinhos e fornos publicos de cozer pão. Era, porém, livre o fabrico de pão destinado ao consumo domestico e era também livre a venda do sal quando os donatarios o não tivessem em deposito. Igualmente recebiam um marco de prata anual ou duas taboas por semana por cada serra de agua que houvesse na ilha. Em alguns documentos se lê que os donatarios eram senhores de agua e vento, alusão ao privilegio das aguas e moendas que, juntamente com o da venda do sal, constituíam importantes e avultadas rendas, além das outras, que seriam muito maiores ainda. Na acção criminal estendia-se o poder dos capitães-donatarios ao julgamento de tôdas as causas, resalvando morte ou talhamento de membro, como diz a carta de doação, tendo também a faculdade de mandarem cortar as orelhas aos escravos que cometessem determinados crimes, o que lhes foi concedido por alvará regio no ano de 1505.

Não teve uma mui larga duração o primitivo poder dos capitães-donatarios. Essas amplas faculdades foram-se a pouco e pouco cerceando com o decorrer dos tempos. Os reis avocando a si os privilegios que neste arquipelago tinha a Ordem de Cristo, a fundação dos municipios, a instituição das sesmarias e dos morgadios, as diversas leis agrarias, sobretudo acêrca de aguas, madeiras, gados e açucares, o lançamento

feito pelos soberanos de algumas contribuições e impostos, a criação de varios cargos publicos e especialmente de alguns de mera administração judicial, além de muitas outras medidas do poder central, contribuíram poderosamente para o gradual cerceamento das atribuições civis, militares e judiciais de que os capitães-donatarios gozavam neste arquipelago.

Um golpe fundo vibrado nessas tão latitudinarias atribuições foi a carta regia de 27 de Abril de 1497, em que D. Manuel, como soberano e como grão-mestre da Ordem de Cristo, fez realengo e incorporou definitivamente na coroa o arquipelago madeirense. São muito significativas e eloquentes as palavras do rei venturoso, exaradas nesse curioso documento, donde transcrevemos o seguinte periodo:

“Teemos por bem & per esta em nossa nome & de nossos herdeyros & sobçessores prometemos pera sempre & damos nossa fee Reall que em algum tempo por alguua neçesydade ou caussa cuydada & nam cuidada que a nos & a nossos sobçessores sobre benham aynda que seja de grande peso ou ymportancia nunca a dita ylha nem parte della com seu sennorio Remdas & Jurdiçam seja dada per nos nem per nossos sobçessores De graça nem em bida nem de juro nem per outra quall quer maneyra a alguma pessoa de quall queer estado comdiçam ou primynemçia que seja nem a ygreja nem a moesteyro nem a casa outra piadosa nem a Religiam nem a hordem posto que seja de cauallaria amtes queremos & outra vez prometemos que a dita ylha ymteyra e junta seja sempre nossa de nossa coroa & dos Rex nossos sobçesores & nunca de nos nem delles seja desonida e apartada em algum tempo. E por mais firmesa & seguramça do quall nos em nosso nome & dos Rex nossos sobçesores e herdeyros juramos ao sinall da cruz & a hos samtos abamgelhos em que corporallmente poems as maaõs de nos e hos ditos nossos herdeyros e sobçessores o comprimos & mamtermos asy ynteiramente sem arte cautella nem mingramento algum & de nunca em algum tempo pedirmos releuamento nem absoluçam deste Juramento amte sopricamos a nosso muy samto padre que pello tempo for presydeute na ygreja de Deus que contra este Juramento nunca despense nem o tempere pera com a liçemçia delle se fazer o contrayro desto. Rogamos & emcomendamos muyto aos Rex nossos herdeyros e sobçessores que pellos tempos forem que per nossa bemçam & sob pena da maldiçam de Deus e nossa sempre ho asy compram & conseruem para SEMPRE em testemunho & fee do quall mamdamos dar esta carta aa dita ilha & a hos moradores della...”

- Não podemos deixar de transcrever o interessante comentario que a esta carta regia faz o erudito anotador das Saudades da Terra:

“O primeiro desses documentos é a carta régia de 27 de Abril de 1497, pela qual fez a ilha da Madeira realenga; carta que foi um golpe de estado, como agora se diz á francesa, ou um motu-proprio, como dizia a antiga monarchia; carta pela qual o rei engastou de vez, definitiva e seguramente, esta pérola do oceano, a ilha da Madeira, na sua coroa, e consolidou os povos da mesma ilha na autonomia portugueza; carta pela qual o rei interpoz o seu potente sceptro como dique aos incríveis vexames de toda a espécie, que os donatarios, a aristocracia local e o clero se arrogavam sobre a população morigerada e laboriosa; carta sob as augustas palavras da qual se sente o arfar despeitado do cardume de todos esses interesses egoístas, abatidos perante o poder régio, a cujo abrigo então se acolheram, tímidos, o direito e a moral, o trabalho e a esperança; carta pela qual a ilha da Madeira começou a deixar de ser quasi escrava de tantos, para ser súbdita directa de um só; carta que talvez esmagou, com as austeras juras e tremendas maldições que contém, alguma surda conspiração desses mesmos interesses, para os quais a satisfação era tudo, e tudo o mais, nada”.

Os abusos de jurisdição cometidos pelos donatarios, que ás vezes iam até a invasão do poder real, não eram raros, o que em várias ocasiões determinou a vinda a esta ilha de ouvidores e corregedores, investidos de poderes quasi discricionários, que tinham por missão especial o sindicarem e julgarem desses excessos de Jurisdição. Eram estes magistrados enviados primitivamente em casos extraordinários, e depois em circunstancias mais normais, que atenuavam e corrigiam aquelas invasões do poder, levantando-se por vezes conflitos entre eles e os capitães-donatarios, a que sempre vinha por termo o governo da metrópole nos recursos interpostos perante a coroa.

Temos disso vários exemplos, especialmente o da vinda á Madeira, no ultimo quartel do século XV, do corregedor Alvaro Fernandes com alçada por el-rei em toda a ilha, e mais tarde a do bacharel Rui Pires, também com jurisdição em todo o arquipelago. No primeiro quartel do século XVI, mandou D. Manuel a esta ilha o corregedor Dr. Diogo Teixeira por certas razões que a isso o moveram em respeito ao capitão Simão Gonçalves, diz Gaspar Frutuoso, o que em extremo irritou o capitão-donatario, a ponto de que resolveu abandonar a capitania, chegando a embarcar em duas caravelas com sua família e o melhor móvel de sua casa, em direcção a Espanha, o que não realizou por ter arribado ao Algarve e lhe ter sido dada por el-rei satisfação da afronta, “porque, como afirma o citado cronista, pelos serviços que tinha feito a el-rei lhe não merecia meter corregedor”. Este episódio serviu de assunto a uma interessante narrativa de Inacio Vilhena Barbosa, inserta no seu livro Virtudes Civicas e Domesticas.

Outras providencias sucessivamente adoptadas foram pouco a pouco restringindo as amplas faculdades jurisdicionais dos donatarios. Em 8 de Março de 1498 determinou D. Manuel que se não cumprissem sentenças que não fossem confirmadas por ele, e em 25 de Março de 1500 expediu ordens para que os fidalgos, cavaleiros e vassallos desta ilha o acompanhassem á guerra no verão seguinte, sendo até então o serviço militar prestado espontaneamente pelos capitães-donatarios. Pelos anos de 1579, o cardinal-rei cerceou consideravelmente aquelas prerrogativas, determinando especialmente que os officios e empregos de justiça fossem de apresentação regia, o que antes pertencia de direito aos capitães-donatarios.

Com a dominação filipina, ainda mais se restringiu o poder dos donatarios. O governo espanhol criou os cargos de governadores gerais para a administração das nossas possessões e enviou para este arquipelago o desembargador Dr. João Leitão, que vinha também encarregado de proceder a uma devassa acerca dos acontecimentos políticos ocorridos nesta ilha por ocasião da proclamação de Filipe II. Desde então, os capitães-donatarios deixaram de residir entre nós e exerciam as suas faculdades jurisdicionais por intermédio dos seus ouvidores, que eram da sua nomeação e aos quais outorgavam todas as atribuições de que gozavam. É fácil, porém, de presumir que a ausência dos donatarios das suas capitánias e a autoridade exercida com verdadeiro despotismo pelos representantes do governo espanhol, teriam imensamente concorrido para reduzir a proporções mesquinhas o poder dos mesmos donatarios no governo destas ilhas. A pesar de serem quasi meramente honoríficas, a partir desta época, as atribuições dos donatarios na administração local e na applicação da justiça, continuaram no entretanto a receber importantes rendas dos diversos impostos cobrados no arquipelago, tendo, por meados do século XVIII, sido largamente indemnizados da perda, que então começaram a sofrer dessas mesmas rendas e impostos.

Será hoje difficil e talvez mesmo impossivel determinar com precisão a esfera das atribuições, na época em que começou a occupação castelhana, tanto dos capitães-donatarios como dos diversos magistrados enviados a este arquipelago pelos monarcas. O mesmo diremos acerca do período da dominação espanhola e da época decorrida desde 1640 até o tempo do marquês de Pombal.

Não foi sem protesto que os donatarios assistiram á successiva e gradual diminuição das suas largas atribuições e não vulgares prerrogativas. Esse protesto, embora se não possa considerar como meramente platónico, não impediu que a acção governativa do poder central se fizesse sentir cada vez mais na administração das cousas publicas. É certo que D. Manuel moderou ou atenuou a dureza de algumas das medidas que tinha adoptado, e na carta régia de 20 de Abril de 1509, registada no arquivo da Câmara desta

cidade, algumas concessões fez ao capitão Simão Gonçalves da Câmara, mas a obra reformadora do monarca não afrouxou e seguiu o impulso que lhe dera o movimento inicial. Esta atitude de D. Manuel e a satisfação dada ao donatário que arribara ao Algarve, a que acima nos referimos, provam apenas que o espírito prudente e conciliador do soberano não queria impor violentamente medidas que fossem de encontro a antigos e inveterados costumes, e que ferissem o brio e o pundonor de vassallos que tinham prestado assinalados serviços á pátria. Porém a sua acção reformadora prosseguiu e consumou-se.

Já em outro lugar rapidamente nos referimos á vida de fausto e grandeza que levavam os donatários do Funchal. Parece que alguns queriam ombrear com os monarcas no luxo e magnificência, apresentando-se nas solenidades da corte e nas aparatosas cerimónias do casamento dos príncipes com tão extraordinário brilho e desusada pompa, que deslumbravam os mais ricos e nobres fidalgos que frequentavam os paços reais. Organizaram grandes expedições para a conquista e socorro das nossas praças de Marrocos, em que frotas de dezenas de navios e muitos centenaes de homens e de cavalos, permaneciam de vez em quando alguns meses consecutivos em Africa, e tudo isto á sua custa e sem o menor encargo para o governo da metrópole. Entre as manifestações de fausto e grandeza que esmaltaram a vida ostentosa do terceiro donatário Simão Gonçalves da Câmara (V. este nome), chamado o Magnifico, destaca-se a aparatosa oferta ao pontífice Leão X, do Sacro Colégio feito em alfenim, realizada por meio duma embaixada, como já noutra lugar fica descrito. Ao 5.º capitão-donatário Simão Gonçalves foi dado em 1576 o título de conde da Calheta, em atenção aos serviços dos seus maiores e ao esplendor e riqueza da sua grande casa.

As donatárias do Funchal e de Machico foram transformadas em alcaidarias-mores durante a administração do marquês de Pombal, passando então para a coroa a jurisdição e a maior parte dos privilégios que possuíam os donatários. O privilegio de nomear ouvidores e certos officiais de justiça, da câmara, da almotaçaria e do juízo dos orfãos foi cedido pelo conde de Castelo Melhor, donatário do Funchal, á coroa, por escritura de 9 de Setembro de 1766, recebendo ele como indemnização das prerrogativas que perdia, o título de marquês, algumas propriedades importantes em Portugal e um padrão de juro que lhe dava direito á pensão de 10 000 cruzados anuais, garantida pelo rendimento dos tabacos. Estes bens ficaram com o caracter de bens patrimoniaes e de perpetuo vinculo de morgado para se devolverem aos sucessores do mesmo conde por direito de consanguinidade.

O direito á redizima não desapareceu, embora os alcaides-mores deixassem desde então de ter parte no rendimento dos dizimos, e o monopólio dos foros públicos e da venda do sal também foi conservado, não

podendo, porém, o donatario exigir, por este género, preço superior ao fixado pelo governo. Aos particulares continuou a ser permitido o fabrico de pão destinado, exclusivamente, ao consumo domestico.

Quando foram extintas as capitancias do Funchal, Machico e Porto Santo, pertenciam elas respectivamente a José Caminha de Vasconcelos e Sousa, marquês de Castelo Melhor, ao marquês de Valença, como representante da casa dos condes de Vimioso e a Estevão de Bettencourt, descendente de Bartolomeu Perestrelo.

O rendimento médio da capitania do Porto Santo no período que vai de 1766 e 1770 foi apenas de 242\$112 réis ao passo que as duas alcaidarias-mores do Funchal e de Machico produziram para os respectivos alcaides no ano de 1807, a importante soma de 23:110\$000 réis, proveniente da redizima de todos os rendimentos da fazenda real, á excepção dos dizimos.

As alcaidarias-mores do Funchal e de Machico foram extintas em virtude do decreto de 13 de Agosto de 1832, o qual só teve inteira execução depois de proclamado o governo liberal em todo o país.

Foram primeiramente capitães-donatarios do Funchal: João Gonçalves Zarco (1425-1467), João Gonçalves da Câmara (1467- 1501), Simão Gonçalves da Câmara (1501-1530), João Gonçalves da Câmara (1530-1536) e Simão Gonçalves da Câmara (1536-1580) (V este nome), tendo na menoridade deste, governado a donataria seu tio Francisco Gonçalves da Câmara. Este Simão Gonçalves da Câmara morreu no Funchal a 4 de Março de 1580, tendo-lhe sucedido seu filho João Gonçalves da Câmara, que morreu três meses depois em Almeirim, sem haver chegado a tomar posse da capitania. Começa o governo filipino e, afora os importantes rendimentos que os donatarios continuaram a usufruir, passaram a ser quasi meramente honoríficas as suas atribuições na administração dos negócios públicos. Depois de João Gonçalves da Câmara seguiram-se, como donatarios do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara (1585-1623), João Gonçalves da Câmara (1623...), D. Mariana de Alencastre e Câmara, falecida em 1689, Luiz de Vasconcelos e Câmara, conde de Castelo Melhor (1690-1726), Afonso Caminha de Vasconcelos, conde de Castelo Melhor (1726...) e José Caminha de Vasconcelos e Sousa, conde e depois marquês de Castelo Melhor, que cedeu os seus direitos á coroa em 1766, mas todos estes donatarios viveram sempre na corte, tendo sido esbulhados de uma boa parte dos seus antigos privilégios pela nomeação dos governadores gerais para administrarem o arquipelago.

A donataria do Funchal conservou-se sempre na posse dos descendentes directos de João Gonçalves Zarco até ser extinta, ao passo que a capitania de Machico teve como 1.º donatario o descobridor Tristão Vaz, 2.º donatario foi seu filho Tristão Teixeira, chamado das Damas, 3.º donatario o filho deste, também por nome Tristão Teixeira, a quem sucedeu seu filho Diogo Teixeira que, morrendo sem sucessão, foi a capitania incorporada nos bens da coroa. D. João III fez dela mercê em 1542 a Antonio da Silveira, que muito se distinguiu na Índia. Em 1549 vendeu este a capitania a D. Afonso de Portugal, conde de Vimioso, e por sua morte foi capitão de Machico o conde seu filho D. Francisco de Portugal, que morreu gloriosamente, defendendo os direitos do Prior do Crato, na batalha que se deu nas águas de Vila Franca do Campo, nos Açores, a 23 de Julho de 1582. D. Filipe II, a 25 de Fevereiro deste ano, isto é, ainda em vida do conde de Vimioso, deu a donataria de Machico a Tristão Vaz da Veiga (V. este nome), tristemente celebre como traidor á pátria. O 4.º conde de Vimioso D. Luiz de Portugal, pôde reaver a donataria em 1604, tendo professado e morrido num convento em Evora, no ano de 1637. Foram sucessivamente capitães-donatarios de Machico, mais de direito que de facto, D. Afonso de Portugal, 5.º conde, D. Luiz de Portugal, 6.º conde, falecido em 1656, D. Miguel de Portugal, 7.º conde, falecido por 1680, D. Francisco de Portugal e Castro, 8.º conde e 2.º marquês de Valença (1679-1749) e D. José Miguel de Portugal e Castro, 9.º conde e 3.º marquês de Valença (1709-1775).

Teve o Porto Santo como capitães-donatarios: Bartolomeu Perestrelo (1425), Pedro Correia, Bartolomeu Perestrelo (1473), Bartolomeu Perestrelo (1529), Diogo Soares Perestrelo (1545), Diogo Perestrelo Bisforte (1576), Vitorino Bettencourt Perestrelo (1653), Diogo Perestrelo, Estevão Bettencourt Perestrelo, Vitorino Bettencourt Perestrelo e Estevão Bettencourt Perestrelo.

Donativo. Imposto que recaía sôbre os produtos da terra, lançado no domínio filipino, em 1635. De difficil cobrança, a pesar de ter um superintendente e fintadores, só em 1658 é que foi regularizado, num patriótico apelo, em que o capitão-general da Madeira fez reunir no senado do Funchal as câmaras das vilas, representantes dos logares, ouvidores e juizes, para que se alvitrasse a maneira mais suave do seu pagamento, pois era de 200:000 cruzados o donativo anual com que a Madeira devia contribuir para as despesas da guerra da Independência, e ficou assim tributado:

Uma maquia por alqueire de pão que for aos moinhos, assim como se paga aos donatarios;
4 réis em canada de vinho que se vender;

200 réis em cada pipa, por conta do dono do vinho;
100 réis por cada coiro que se embarcar para fora;
200 réis por duzia de taboado que se embarcar para fora;
1.000 réis por moio de trigo que se embarcar para fora;
400 réis por quintal de ferro;
300 réis por pipa de vinagre ou beberagem;
400 réis por pipa de vinho;
2 cruzados por pipa de aguardente.

E que a ilha do Porto Santo concorra para a dita contribuição em dinheiro, visto não ter vinhos nem moinhos. O ultimo diploma respeitante ao donativo tem a data de 1691. S.

V. Contribuições.

Doria. O nobre genovês Estevão Anes teve uma filha por nome Leonor Doria, que casou com Rui Gonçalves Velosa, sendo estes na Madeira o tronco desta antiga família.

Dornelas. V. Ornelas.

D'Orsey (Alexander J. D.). Foi capelão anglicano e director de um colégio no Funchal. E: *Colloquial Portuguese, or the Words and Phrases of every day*, de que houve seis edições, a primeira de 1854 e a ultima de 1891, e *A Pratical Grammar of Portuguese and English*, de que houve três edições. Neste ultimo trabalho colaborou Marceliano Ribeiro de Mendonça, reitor do liceu do Funchal.

Douglas (Dr.). Escreveu um folheto intitulado *Gran Canária*, em que pretendeu provar as vantagens de Las Palmas sôbre a Madeira, como estação de saúde. V. Teles de Meneses (Guilherme).

Dourada (*Coryphaena equisetis*). Peixe da família Escombrida, que aparece ordinariamente no mês de Junho e desaparece depois de Outubro. A sua carne é pouco apreciada. O nome de dourada provém da cor que apresentam as espécies do género *Coryphaena*.

Segundo Lowe, o nome de dourado fêmea é aplicado á *Coryphaena equisetis* e o do dourado macho á *Coryphaena hippuris*.

Douradinha. Nome vulgar do *Senecio incrassatus*, composta com as folhas penatífendidas e capítulos pequenos e amarelos. Encontra-se no Garajau, na Piedade, no Porto Santo e nas Desertas.

Doutores. Receberam o grau de doutor de capelo na Universidade de Coimbra os madeirenses Antonio da Gama (direito), Fr. Francisco de Santa Teresa (teologia), João Antonio Monteiro (filosofia), Viturio Lopes Rocha (matemática), João Francisco de Oliveira (medicina), José Ferreira Pestana (matemática), José Manuel da Veiga (direito), Justino Antonio de Freitas (direito), Jacinto Antonio de Sousa (filosofia), Aires de Ornelas de Vasconcelos (teologia), Antonio João de França Bettencourt (teologia), e Augusto Arzila da Fonseca (matemática). (V. cada um destes nomes).

Doutor Jose Antonio de Almada (Avenida do). É o antigo caminho da Pontinha, construído por 1874. Passa ao sul das quintas Vigias e Lambert e para abri-lo foi necessário destruir algumas rochas do litoral, que ficavam junto dessas quintas.

Downe. Botânico inglês que herborizou na Madeira em 1776. As plantas que ele colheu acham-se no Museu Britânico.

Dragoeiro (*Dracaena Draco*). Árvore peculiar da Madeira, Canárias e Cabo Verde, com 6 a 15 metros de alto; caules a princípio simples, depois ramosos no cimo, mas com os ramos partindo sempre da

mesma altura; folhas terminais, alongadas, lineares; flores esbranquiçadas; bagas globosas, amarelas.

Esta árvore, quasi extinta na Madeira, há muito que desapareceu do Porto Santo, onde, segundo conta Frutuoso, se faziam com os seus troncos barcos em que podiam pescar 6 ou 7 homens.

Em antigos tempos extraía-se do drageiro, por meio de incisões, o sangue-drago, mas hoje ninguém pensa em utilizar a mesma árvore para tal fim, em razão da sua extrema raridade.

Não consta que na Madeira se encontrasse nunca drageiro algum com as dimensões do celebre drageiro de Tenerife, destruído pelo temporal de 23 de Janeiro de 1868; o maior exemplar madeirense de que há noticia, existiu no sítio da Pontinha de Cima, em Machico, e foi derrubado por uma tempestade em 16 de Fevereiro de 1843. O seu caule, que alguém fez medir, tinha 5,m40 de circunferência e 11,m85 de comprimento, o que deveria dar para toda a árvore uma altura total de 15 a 16 metros, enquanto que o drageiro de Tenerife media, segundo Broussonet, um pouco mais de 15 metros de circunferência na base, por 24,m33 de altura.

Dois drageiros seculares que há cerca de 10 anos se viam ainda numa quinta do Monte, que pertencera ao falecido conde da Calçada, foram mandados arrancar pelo actual proprietário da mesma quinta, e o mesmo destino teve um outro indivíduo da mesma espécie que existia na entrada da “Quinta da Palmeira”, á Levada de Santa Luzia. Os exemplares do Monte eram muito admirados pelos estrangeiros por causa da sua beleza e grandes dimensões.

Nas quintas do Funchal e subúrbios encontram-se ainda vários drageiros, mas fora delas só conhecemos agora um exemplar no Garajau, outro no Caniço, outro na Ribeira Brava e um grupo de indivíduos no sítio das Neves.

Driver (John). E.: Letters from Madeira in 1834, Londres, 1838 e Historical and descriptive account of the Island of Madeira, and guide to Visitors. Esta ultima obra anda anexa á do Dr. Mason sobre o clima da Madeira, publicada em 1850.

Drumond. “Este apelido, diz o anotador das Saudades, é um dos mais distintos dos nobiliarios madeirenses; procede de João Escorcio Drumond, natural do reino da Escocia e filho de João Drummond, senhor de Stobhall, irmão de Annabella, mulher de Roberto III, rei daquelle reino, como se mostra do documento authentico que seus descendentes conservam, passado em Escócia em 1525, do qual também consta que o dito João Escorcio Drummond se passara a esta ilha da Madeira cem anos antes, ficando daqui evidente que foi em 1425: viveu em Santa-Cruz, onde casou com Branca Affonso, irmã do primeiro vigário, e natural da Covilhã“.

Armas: Um escudo com o campo de ouro e três faxas ondadas de vermelho, e por diferença uma brica de verde com um D de ouro; elmo de prata aberto, guarnecido de ouro, paquife de ouro e vermelho, com sua coleira de ouro.

Diz Inocencio, no seu Diccionario Bibliografico, que no Brasil se publicou uma memória acerca da família Drumond, da ilha da Madeira.

Drumond (Inacio Correia). Nasceu no Funchal por 1768, foi, nesta cidade escrivão da correição e esteve no Rio de Janeiro de 1818 a 1821, tendo desempenhado aí por algum tempo o cargo de procurador da Câmara Municipal. Escreveu e publicou no Rio de Janeiro alguns trabalhos poéticos, cujos títulos vêm mencionados nos tomos X e XI do Diccionario Bibliographico, de Inocencio Francisco da Silva. Faleceu em 1830.

Drumond (João Pedro de Freitas Pereira). Foram seus pais o capitão José Luiz de Freitas Silva Nunes e D. Ana Inacia Caetano Drumond e nasceu em Câmara de Lobos em 1760. Era bacharel formado em leis pela Universidade de Coimbra, foi o primeiro presidente da Sociedade dos Amigos das Sciencias e Artes e desempenhou os cargos de almotacé, guarda-mor de saúde, vereador da Câmara do Funchal, juiz de fora interino e membro da direcção da Escola Lancasteriana. Em sessão de 18 de Outubro de 1803 resolveu a Câmara Municipal encarrega-lo de fazer um relatório do estado em que ficara a cidade depois da aluvião daquele ano, a fim de ser guardado no arquivo da mesma Camara. Publicou no Investigador Português uma memória com o título de Noticias Mineralogicas da Ilha da Madeira e escreveu

os Apontamentos Historicos e geographicos sobre a ilha da Madeira, de que existe o autografo na biblioteca municipal e vários artigos que foram publicados no Patriota Funchalense. Foi constitucional exaltadissimo, advogado distinto e homem bastante erudito. Faleceu sem descendência, em Março de 1825. Era conhecido entre os seus contemporâneos pela alcunha do Dr. Piolho, por ser de baixa estatura.

Drumond de Meneses (Antero). Era filho de Servúlo Drumond de Meneses, nasceu no Funchal a 1 de Dezembro de 1830 e tomou o grau de doutor em medicina na faculdade de Montpellier, em 1856. Foi medico do partido da Câmara Municipal do Funchal e facultativo da Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1862. Faleceu em Lisboa a 30 de Setembro de 1916. E.: L'Etiologie comme source du diagnostic médical, Montpellier, 1856.

Drumond de Meneses (Servulo). Nasceu no Funchal a 23 de Dezembro de 1802, era filho de João Nepomuceno Correia Drumond e de D. Maria Isidora de Meneses e Brito, e frequentou nesta cidade estudos secundários, na intenção de matricular-se no curso de direito da Universidade de Coimbra. Não tendo seguido este destino, por motivos que desconhecemos, entrou como praticante no escritório de seu tio, o escrivão da correição Inacio Correia Drumond, conseguindo ser nomeado em 1826 escrivão do judicial; e, mais tarde, depois de proclamada a Constituição, advogado provisionista. Foi presidente da Câmara Municipal do Funchal e, anos depois, vereador da mesma Câmara, sendo devido a iniciativa sua que se fundou a 12 de Janeiro de 1838 a biblioteca publica da cidade, que é ainda hoje o mais importante estabelecimento municipal. Desempenhou também os cargos de vogal do Conselho de Distrito, de procurador á Junta Geral e de Secretario Geral do Governo Civil, este ultimo durante a administração do Conselheiro José Silvestre Ribeiro, tendo sido ainda Governador Civil interino desde 17 de Julho de 1848 até 24 de Julho de 1849, enquanto o mesmo conselheiro Silvestre Ribeiro esteve ausente em Lisboa, como deputado ás Cortes.

Militou no partido cartista e depois no cabralista, foi um dos redactores da Flor do Oceano, publicada em 1828, e colaborou no Regedor, sendo ainda bastante novo, na Ordem e noutros periódicos funchalenses. Publicou a Collecção de Documentos relativos ao Asylo de Mendicidade do Funchal, Funchal, 1848, de 72 pag., a Colecção de Documentos relativos á Crise da Fome, Funchal, 1848, de 310 pag., a Collecção de

Documentos relativos á Construção da Ponte do Ribeiro Secco, Funchal, 1848, de 110 pag. e os volumes 1.º e 2.º da obra intitulada Uma Epocha Administrativa da Madeira e Porto Santo, Funchal, 1849 e 1850, de 636 e 659 pag., tendo o 3.º volume da mesma obra sido publicado por Antonio Jacinto de Freitas, em 1852.

Foi um dos mais distintos advogados do seu tempo e deixou várias peças de direito administrativo e civil, umas inéditas, outras impressas avulso. Era cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, foi antes de 1820 cadete do corpo de Artilharia Auxiliar e, enquanto novo, cultivou as musas, encontrando-se algumas poesias suas na Collecção d'algumas obras poéticas offerecidas ao Ill.mo e Ex.mº Sr. Sebastião Xavier Botelho (Funchal, 1821).

Faleceu no Funchal a 13 de Janeiro de 1867.

Em 1905 resolveu a Câmara Municipal do Funchal, por proposta do falecido vereador Francisco José Nogueira Guimarães, dar o nome de Servulo Drumond de Meneses á rua entre a antiga Travessa da Alegria e a Estrada do Conde de Carvalhal, mas a pesar de tal proposta ter sido aprovada por unanimidade, conseguiu alguém que ela não fosse exarada no livro das sessões, sendo dado mais tarde o nome de Rua Nova da Alegria á referida via publica!

Duarte (D.). “No ano de 1516, diz Gaspar Frutuoso, por elle (o primeiro Bispo do Funchal D. Diogo Pinheiro) ser occupado no serviço d'El-Rey como desembargador do paço e impedido em negócios d'El-Rey e do Reyno, mandou á cidade do Funchal hum bispo, que se chamava D. Duarte, o qual por elle não poder vir, crismou e deo ordens e regimento na See, e executou outros ministerios cumpetentes a seu officio e cargo, e consagrou a See da cidade do Funchal, hum dia de São Lucas, 18 de Outubro, com muita solemnidade, e benzeo hum dos sinos que pozeram na torre da mesma, e fez outras cousas muito necessarias“.

D. Duarte veio á Madeira dois anos depois da criação desta diocese, e anteriormente, em 1508, mandou a Ordem de Cristo a esta ilha, o bispo D. João Lobo.

Duncan (P. Martim). V. Antozoários.

Duro. Este apelido, que julgamos extinto entre nós, proveio de Manuel Mendes Duro, descendente de uma nobre família de Setúbal, por nome Sardinha.

Dyster (F. S.). E.: Madeira as residence for invalids, Londres, 1854.

E

Eça (João Fogaça de). Sob o jugo castelhano foi governador geral da Madeira João Fogaça de Eça, cuja nomeação data de 14 de Agosto de 1603.

Echo Académico. Saíram poucos números, publicando-se o primeiro a 21 de Novembro de 1896.

Echo da Revolução (O). Publicou-se de 27 de Junho de 1846 a 23 de Janeiro de 1847, saindo 31 números.

Echo de Santa Cruz. Saiu o primeiro numero a 24 de Setembro de 1877 e o numero 14 a 30 de Março de 1878. Era composto e impresso na vila de Santa Cruz e foi o primeiro jornal que na Madeira se publicou fora da capital do distrito.

Ecoss da Madeira. Deu o seu primeiro numero a 22 de Janeiro de 1920 e publica-se na Ponta do Sol.

Edenfeld (Moritz). E.: Eine Reise nach den Canarischen Inseln und Madeira, Strasburg, 1945, I Vol.

Edifícios Antigos. Além do edifício da Alfândega, que nas suas arcadas e portadas interiores tem, como diz o Dr. Azevedo, indelével o cunho arquitectónico manuelino, existiam no Funchal, há cerca de meio século, quatro prédios que, pelas suas janelas góticas e bipartidas, inculcavam também uma notável antiguidade. Desses prédios que chamavam a atenção de todas as pessoas entendidas em assuntos de arquitectura, três desapareceram há muitos anos sob o camartelo destruidor, que nada respeita em geral na nossa terra, estando agora de pé apenas um só, que deve ser considerado como verdadeira relíquia dos tempos em que o tipo arquitectónico gótico era usado ainda nas construções do Funchal.

O prédio a que nos referimos, que pertenceu ao morgado Pedro Cipriano de Ornelas, está situado na rua dos Aranhas ou do Dr. Chaves, e fica ao fundo de um recinto, em cuja porta se podem ver as armas dos Ornelas e a data de 1606. Neste prédio foi morta em 1693, com um tiro de espingarda partido da cerca do extinto convento de S. Francisco, “uma mulher nobilissima, por nome D. Mecia, quando se achava a uma janela que olhava para a mesma cerca, tendo este caso, que foi romantizado por Camilo Castelo Branco no seu livro O Santo da Montanha, sido narrado por Antonio Vanguerve Cabral numa obra que tem por título Epilogo juridico de varios casos civeis e crimes.

Segundo conta Vanguerve Cabral, que era em 1693 juiz comissário do bispado do Funchal e assessor do bispo, o homicídio foi casual, tendo sido autor dele um religioso que pegou em uma espingarda que estava carregada com quartos, dizendo que queria atirar a um francelho, e com effeito atirou e errou o tiro”.

Quando falámos de Colombo, a pag. 286 este Eucidario, referimo-nos a um dos três prédios antigos já demolidos; quanto aos outros dois, estavam situados um na antiga rua do Peru hoje do Comercio, e outro na rua da Boa Viagem, vendo-se em ambos eles também janelas bipartidas e estabelecendo a transição do gótico para a renascença.

A casa da rua da Boa Viagem, pertencente á capela instituída por Bento da Veiga, tinha duas janelas, cujas pedras foram vendidas a um súbdito inglês, que as fez transportar para o seu país: a casa da rua do Peru, do Conde do Carvalhal, tinha apenas uma janela, ignorando nós o destino que tiveram as respectivas pedras. As pedras da janela da casa de Colombo estavam em poder dos herdeiros do falecido conselheiro Agostinho de Ornelas, tendo a mesma janela sido fotografada pelo fotografo João Camacho, na ocasião da demolição.

Além dos prédios mencionados, nenhuma outra construção civil conhecemos, notável pela sua vetustez e tipo arquitectónico. Entre os edificios religiosos, porém, alguns há que foram assinalados pelo Dr. Neale numa memória lida perante a Cambridge Camdem Society em 1844, como apresentando mais ou menos distintamente o tipo gótico terciario ou flamboyant, o qual apareceu na Europa nos séculos XIV e XV.

Os templos mencionados pelo Dr. Neale foram a Sé Catedral, a igreja de Machico, a capela do Senhor dos Milagres, a igreja de Santa Cruz, a capela de Nossa Senhora das Neves, as igrejas da Incarnação e de Santa Clara, a igreja de S. Bernardino, em Câmara de Lobos, a igreja do Estreito da Calheta, a igreja do Porto Santo, a capela de S. Sebastião na mesma ilha, etc., mas é de advertir que muitos destes edificios sofreram depois de 1844 modificações mais ou menos notáveis, que lhes imprimiram uma feição um pouco diversa da que antes apresentavam.

O Dr. Neale fez uma descrição bastante extensa da catedral do Funchal, cujas belezas interiores aprecia, acrescentando porém que na parte externa, só na capela do Santissimo Sacramento há trabalhos e ornatos dignos de nota.

A Sé do Funchal, como é sabido, é considerada monumento nacional, e a sua architectura é manuelina, tendo começado a ser edificada pouco depois de 1493.

Vid. “Casas Madeirenses “ por J. Reis Gomes.

Ega (Conde da). Aires José Maria de Saldanha Albuquerque Matos e Noronha, 2.- conde da Ega, era filho de Manuel de Saldanha de Albuquerque e nasceu no Funchal a 29 de Março de 1755, quando seu pai exercia aqui o cargo de governador e capitão-general deste arquipelago, tendo sido baptizado na capela do

palácio de São Lourenço, a 27 de Maio do mesmo ano. Exerceu elevados cargos públicos, como o de embaixador de Portugal em Madrid, mas ficou sendo mais conhecido o seu nome por ser marido da celebre condessa da Ega, que foi amante do general Junot, quando este entrou em Portugal, comandando as tropas da primeira invasão francesa. Quando as tropas de Napoleão saíram de Portugal em 1811, toda a família do conde de Ega foi para França, onde o conde recebeu do imperador uma pensão de sessenta mil francos anuais, que usufruiu até á queda de Napoleão. Tendo então o nosso governo procedido contra os portugueses que estavam em França, foi o conde da Ega condenado á morte, mas esta sentença nunca se executou, e em 1823 foi absolvido dos crimes que lhe imputavam.

Eira do Serrado. No alto da íngreme ladeira do Passo da Chave, que do fundo da povoação do Curral das Freiras conduz á estrada que se dirige ao Funchal, encontra-se o lugar daquele nome, que tem uma vista surpreendente sôbre a freguesia do Curral e as alterosas montanhas que o circuitam.

Eirinha. Sítio da Deserta Grande (Ilhas Desertas), onde se encontra uma pequena nascente de água potável.

Eiró (*Anguila vulgaris*). Peixe da família Leptocefalida, frequente nas partes baixas dalgumas ribeiras e charcos da Madeira. Embora de sabor agradável, não é objecto de comercio algum e a sua pesca é, quando muito, um simples passatempo do rapazio.

O eiró reproduz-se no mar, para onde retira em certas épocas. Os novos eirós depois de haverem passado pelo estado de leptocefalos, vivem ainda algum tempo na água salgada, só recolhendo aos charcos e ribeiras depois de adquirirem um certo desenvolvimento.

Eirós (*Pico dos*). Fica esta elevação montanhosa na freguesia de Gaula e do seu cume disfruta-se uma vasta e surpreendente paisagem.

Eleições. Nos tempos do governo absoluto o acto eleitoral era indirecto e realizava-se de harmonia com o disposto no Tit. 67 do L^o 1 das Ordenações. Os indivíduos que exerciam cargos municipais, eram eleitos da forma seguinte:

Os homens bons e o povo reuniam-se na casa da Câmara nas oitavas do Natal, e aí, em presença do juiz mais velho e do escrivão, votava cada eleitor, oralmente e em sigilo, em seis cidadãos, visto ser este o numero dos individuos a quem cumpria eleger os membros do senado. Pelo rol da votação, que o escrivão da Câmara organizava, escolhiam os juizes e os vereadores os seis cidadãos mais votados, sendo estes separados dois a dois, a fim de que cada par votasse os diferentes cargos do Concelho. Os eleitores não podiam ser parentes nem cunhados dentro do quarto grau.

Reunidos os róis, que eram em número de três para cada cargo, o juiz mais antigo, “concertando-os uns com os outros “, organizava em a sua própria mão a pauta com os nomes dos eleitos, que era por ele assinada, cerrada e selada, sendo em seguida distribuídos os nomes dos mesmos eleitos por três pelouros, um para cada ano do futuro trienio. Os pelouros, que eram de cera, metiam-se num sacco dividido em tantos compartimentos quantos os officios, devendo ficar também dentro do mesmo sacco a pasta e os róis, a fim de se poder verificar no fim dos três anos se alguma irregularidade havia sido cometida na chamada.

O sacco dos pelouros era guardado num cofre de três chaves, cada uma das quais ficava em poder dum vereador do ano anterior, sendo a sorte que decidia a ordem a seguir na chamada dos individuos eleitos para exercer os cargos concelhios. Os pelouros eram tirados do sacco por uma criança de idade não superior a sete anos.

Os juizes só superintendiam nas eleições na falta ou impedimento do corregedor.

Estabeleceu o alvará de 12 de Novembro de 1611, registado no tomo V do Arquivo da Câmara, que os corregedores ou ouvidores ao fazerem as eleições escolhessem duas ou três pessoas das mais antigas e honradas, “zelosas do bem publico e de sã consciência “, e lhes perguntassem pelas pessoas que tinham qualidades para poderem entrar nos cargos da governança, etc., lançando pregões de que aqueles que pedissem votos ou procurassem subornar os eleitores seriam degredados por dois anos para Africa e pagariam 50 cruzados para os cativos. Convocado o povo, devia este eleger dentre as pessoas mais nobres e

da governança da terra, seis cidadãos dos mais velhos e zelosos do bem publico, cumprindo aos eleitos votar em pessoas “sem raça alguma “ para os ofícios municipais. No restante, os trabalhos eleitorais deviam regular-se pela Ordenação.

Segundo uma provisão expedida em 1613 e que é quasi idêntica a outra publicada em 1803 e que, como aquela, se acha registada no Arquivo da Câmara do Funchal, o Corregedor devia tomar até três homens dos mais antigos e nobres e de que tivesse informação de que eram de boa consciência, zelosos do bem publico e naturais da terra, a fim de indicarem as pessoas que costumavam andar na governança ou cujos pais ou avós tinham andado nela, e aquelas que possuíam os requisitos precisos para servirem cargos municipais, devendo o mesmo corregedor mandar fazer de cada uma dessas pessoas “um título separado em um caderno com todas as declarações acima referidas “. Feito o caderno, devia o corregedor indicar na margem de cada título, com letra sua, as qualidades das mesmas pessoas, mandando depois lançar os pregões na forma já indicada.

O corregedor devia fazer apresentar em Câmara os homens fidalgos e da governança a fim de escolherem os seis cidadãos encarregados de eleger os vereadores, cumprindo aos mesmos cidadãos, depois de eleitos, prestar juramento “de que conforme as suas consciências votariam nas pessoas que lhes parecessem “. Na referida provisão encontram-se também algumas disposições sôbre a forma de tirar os traslados das eleições, guarda destes na arca da Câmara, etc., etc..

Determinou o alvará de 13 de Agosto de 1508 que a Câmara do Funchal fosse “regida & governada por maneyra que se rrege a de Lisboa “, só podendo daí em diante ser vereadores os fidalgos, e que o resultado das eleições, que se deviam realizar de três em três anos, fôsse enviado ao monarca para ser por ele confirmado. Antes disso, em 1461, tinha o infante D. Fernando ordenado que os cargos da Câmara fossem providos por eleição e que se fizessem em cada ano dois pelouros, um para juizes e outro para vereadores e procurador, devendo o capitão-donatario deferir juramento aos que saíssem eleitos, mas sem intrometer no acto eleitoral.

Em 1471 apareceu uma carta da infanta para que todos servissem os ofícios do concelho, ainda mesmo que tivessem alvarás de escusa, e em 1534 foi estabelecida a multa de 20 cruzados para quem pedisse votos ou procurasse subornar os eleitores.

D. João IV, por decreto de 6 de Julho de 1654 deu ao Funchal representação em cortes, mas vê-se dum documento citado pelo Dr. Azevedo a pag. 635 das notas ás Saudades da Terra, que já em 1479 a Madeira mandava representantes seus ás mesmas cortes. É de advertir, porém, que a nossa ilha não está compreendida na lista dos logares que em 1535 davam procuradores, existente no arquivo da Torre do Tombo e publicada pelo Sr. Antonio de Sousa Júnior no Censo da metropole, e que nos livros da Câmara do Funchal se não encontra referência alguma á eleição desses procuradores, embora fosse uso as cartas regias convocatórias das cortes serem enviadas ás municipalidades.

Os deputados pela Madeira durante o regime monarquico-constitucional eram escolhidos ora por eleição indirecta ora por eleição directa, tendo o primeiro sistema sido adoptado nas eleições de 1821, 1826 e nas que precederam a Revolução de Setembro e o segundo em 1822 e nas que se seguiram ao triunfo da mesma Revolução. Em 1842 voltou-se ao sistema da eleição indirecta, o qual durou até ser publicado o Acto Adicional de 5 de Julho de 1852, excepto em 1846 e 1847, enquanto esteve em vigor o decreto de 27 de Julho de 1846.

Era indirecta a eleição dos pares do Reino a que se refere a lei de 24 de Julho de 1885, mas a eleição de deputados nunca mais deixou de ser directa depois de 1852. Os senadores mencionados na Constituição de 4 de Abril de 1838, eram escolhidos por eleição directa.

Pelo que respeita aos corpos administrativos locais, as Câmaras foram sempre eleitas directamente pelos concelhos, depois da restauração do governo constitucional na Madeira, ao passo que a Junta Geral só em 1878 é que deixou de ser escolhida por eleição indirecta. Os códigos de 1895 e 1896 estabeleceram que as Comissões Distritais que substituíram as Juntas Gerais fossem eleitas por delegados das Câmaras Municipais, presididos pelo Auditor Administrativo, mas o decreto de 8 de Agosto de 1901, que concedeu a autonomia administrativa ao Distrito do Funchal, criou novamente uma Junta-Geral escolhida directamente pelos concelhos.

Vid. o artigo “Representação em Cortes “.

Elementos para a História Madeirense. O mais importante e copioso repositório de

informações e notícias que interessam á historia deste arquipelago encontra-se no arquivo da Câmara Municipal do Funchal, que contém muitos e valiosissimos documentos, sobretudo dos séculos XV, XVI e XVII, sendo bastante para sentir que se conservem inéditos na sua quasi totalidade, com excepção dos que o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo publicou nas suas eruditas anotações ás Saudades da Terra. Este distinto professor e advogado, referindo-se a este arquivo diz, no artigo Madeira do Diccionario Universal Português Illustrado o seguinte:

“O mais rico é o da Câmara Municipal do Funchal que tem um bem elaborado repertório em dois grandes tomos de fólho com o título Indice Allphabetico dos tombos do Senado da Camara do Funchal, obra de Antonio José de Jesus Lamedo (V. este nome), porteiro e guarda-livros da mesma Câmara, e que chega até 1794; este repertório é fundamental para o estudo da historia insulana, não só madeirense senão também açoreana e cabo - verdeana, e ainda da historia ultramarina em geral; muitas vezes o obscuro auctor deste artigo solicitou inutilmente da aludida Câmara a publicação deste precioso e desconhecido manuscripto, e agora aproveita a ocasião para reiterar o pedido á mesma Câmara e fazel-o ao governo, á Academia Real das Sciencias de Lisboa e á benemérita Sociedade de Geographia “.

A publicação do índice organizado por Lamedo seria sem duvida um apreciável serviço prestado aos estudiosos e aos investigadores da historia madeirense, mas as corporações administrativas deste arquipelago deviam realizar obra mais completa, procedendo á publicação integral dos tomos mais antigos do arquivo da Câmara do Funchal, de muitos documentos que se encontram em outros arquivos e ainda de diversos manuscritos existentes nas mãos de vários particulares, a alguns dos quais referiremos neste artigo. A exemplo do que fizeram os açoreanos, há muito que entre nós se devera ter pensado na publicação duma revista de character essencialmente regional, em que fossem arquivados todos os elementos que se pudessem carrear como materiais indispensáveis para a historia do nosso arquipelago. Do Archivo dos Açores se publicaram doze grossos volumes, no período decorrido de 1878 a 1894, recomeçando a sua publicação, que continua ainda, no ano de 1906, sob a direcção do ilustre açoreano coronel Francisco Afonso de Chaves. Outro tanto deveramos ter feito, se entre os madeirenses houvesse uma mais nítida compreensão do valor e utilidade dos trabalhos desta natureza.

Das outras Câmaras municipais do arquipelago é a de Machico a que possui um arquivo mais abundante e valioso, por ter sido a sede de uma capitania, que nos tempos primitivos da colonização ombreou em importância e prosperidades com a do Funchal e até a excedeu, segundo alguns o afirmam. Deste arquivo

falta o primeiro tomo, que era o mais precioso, no dizer do Dr. Rodrigues Azevedo, e que, tendo sido há muitos anos oficialmente pedido pelo governo civil, nunca mais voltou á sua procedência e decerto se perdeu para sempre, pois não se encontrou naquela repartição, quando a Câmara de Machico o reclamou, a pesar das diligências que nesse sentido se fizeram. A Câmara Municipal da Calheta também possuía importantes documentos, e entre eles se encontraria por certo o registo do diploma que elevou esta localidade a vila e cuja data precisa se ignora, mas uma inundação que ali houve por meados do século XVIII destruiu completamente todo o arquivo, perdendo-se assim os mais preciosos elementos para a historia daquela vila e município. Não tivemos ocasião de examinar os arquivos das Câmaras de Santa Cruz e Ponta do Sol, mas consta-nos que neles se encontram documentos dignos de consulta, que não somente interessam á historia daquelas localidades, mas ainda de todo o arquipelago. Devera ser também valioso o arquivo da Capitania do Porto Santo e da respectiva paróquia, mas os diversos assaltos feitos àquela ilha pelos piratas, incendiando por mais duma vez a casa da câmara e a igreja paroquial, destruíram por completo todos os documentos ali existentes. Consta, pelos Anais daquele concelho, que os livros da Câmara foram destruídos no princípio do século XVII e os do arquivo paroquial no ano de 1690.

É também importante e copioso em documentos dos séculos XVIII e XIX o arquivo do Governo Civil deste distrito, que parece ser filão pouco explorado ainda e do qual disse o citado anotador das Saudades:

“Estava ha alguns annos em montão numa agua-furtada do edificio do mesmo Governo Civil; o auctor deste artigo foi lá duas vezes, e, tomando uns documentos ao acaso, viu que eram do reinado de D. Maria I e de importantes providencias para a historia madeirense: além deste antigo arquivo, ha na secretaria do referido governo alguns livros de registo desde meado do século XVIII, livros em perfeito estado, que contem copias e extractos de interessantes documentos, de alguns dos quaes também o auctor deste artigo obteve traslado “.

O arquivo que estava em montão numa água furtada, quando a repartição do Governo Civil se encontrava ainda no andar norte do edificio da Alfândega, é indubitavelmente o mesmo, ou uma parte considerável dele, que o secretario geral Curado de Campos removeu há cerca de trinta anos para a praia e dele fez um auto de fé, destruindo em alguns minutos muitos centenaes de documentos que bastante deviam interessar á historia do nosso arquipelago!

Não só para a historia deste bispado, mas ainda para a nossa historia eclesiástica ultramarina, deveria ser muito importante o arquivo da câmara episcopal desta diocese. Sendo o Funchal a sede do nosso primeiro

bispado ultramarino e também do nosso primeiro arcebispado, que teve como sufragâneas quatro dioceses e cuja jurisdição se estendia até ao extremo oriente, certamente que ali se deveriam ter arquivado valiosos documentos, que um incêndio ocorrido no Paço Episcopal no terceiro ou ultimo quartel do século XVII destruiu inteiramente.

O Dr. Azevedo classificou de rico o arquivo do Cabido da Sé do Funchal, mas acha-se hoje desprovido dos seus mais antigos e importantes documentos, porque há cerca de vinte anos um empregado superior da Torre do Tombo os removeu para aquela repartição, por ordem do governo central, e ali se encontram num mare magnum de milhares de codices e de documentos avulsos, sem ordem nem catalogação alguma, sendo hoje absolutamente impossível a sua consulta. Melhor fora que se conservassem no arquivo da Sé Catedral, onde permaneceram cuidadosamente arrecadados durante algumas centenas de anos.

São dignos de consulta os arquivos do Comando Militar e da Alfândega, embora não tenham a importância dos anteriores e se limitem a pontos muito restritos da historia madeirense.

A antiga Provedoria datava do século XV e juntamente com a Alfândega constituía uma só repartição, correndo por ela quasi todos os assuntos respeitantes á fiscalização dos impostos, á arrecadação de muitas contribuições e rendas publicas, á criação de vários lugares e nomeações de funcionários, etc.. Havia nesta repartição um largo e valioso registo de milhares de documentos, especialmente alvarás régios e ordens emanadas do governo da metrópole, que hoje seria uma fonte preciosa de seguras e autenticas informações acerca da administração publica deste arquipelago, sendo muito para sentir que de todo se tivesse perdido. Temos disso conhecimento pelo in-folio, que ainda existe, intitulado Índice Geral do Registo da antiga Provedoria da Real Fazenda... desde o anno de 1419 até o de 1775, da extinção da mesma Provedoria. Por ele se vê que compreendia vinte e quatro tomos de registo geral, além dos tomos dos Titulos Reaes, Ordens do Erário e outros. A leitura deste Index, que é proveitoso e fornece ainda elementos bastante apreciáveis para a historia desta ilha, mostra-nos a importância daquele registo e a falta irreparável que hoje nos ocasiona o seu desaparecimento. A antiga Provedoria foi substituída pela Junta da Real Fazenda, e acerca do seu arquivo informa o Dr. Azevedo que estava ha anos e cremos ainda estar em deplorável abandono; esteve em um pardieiro, donde muitas arrobas de papeis foram extraviadas. Será este o arquivo da antiga Provedoria, a que acima fazemos referencia? E em que local se encontrava? Nada sabemos a tal respeito.

Também se extraviaram, ou é para nós desconhecido o destino que tiveram, os livros do Juizo dos Resíduos

e Capelas, em que se encontravam os registos das antigas instituições vinculares com os seus encargos pios, fundação das capelas, descrição das terras vinculadas, etc., o que tudo por certo constituiria um abundante e interessantíssimo pecúlio de noticias para um ponto muito importante da nossa história, sobretudo sabendo-se que aproximadamente dois terços dos terrenos da Madeira eram bens pertencentes aos inúmeros vínculos e morgadios que aqui existiam.

Dos Anais do Municipio, que deveriam ser aqui mencionados, já neste Elucidário nos ocupámos em artigo especial. Também sob o título Arquivo da Marinha e Ultramar demos uma desenvolvida noticia da preciosa coleção de inúmeros documentos enviados da Madeira para o governo da metrópole num período aproximado de dois séculos.

Fora dos arquivos públicos, merecem especial referência neste lugar, como elementos muito apreciáveis para a historia deste arquipelago, os seguintes manuscritos:

- 1.- Noticia das cousas da Ilha da Madeira desde o seu segundo descobrimento pelo Zargo;
- 2.- Memorias sobre a criação e augmento do Estado Ecclesiastico na Ilha da Madeira;
- 3.- Índice Geral do Registo da Antiga Provedoria, a que já acima nos referimos;
- 4.- Um volume existente no Paço Episcopal, que se ocupa dos bispos desta diocese;
- 5.- Um manuscrito da autoria do padre Antonio Gomes Neto;
- 6.- Memorias seculares e ecclesiásticas para a composição da Historia da diocese do Funchal, attribuídas a Henrique Henriques de Noronha.

O primeiro é um manuscrito do século XVIII, de autor anónimo, encontrado no espólio do falecido bispo desta diocese D. Patrício Xavier de Moura, que contém interessantes informações relativamente ao descobrimento, primitiva colonização, primeiros donatarios, etc., terminando com uma desenvolvida noticia acerca da descendência de João Gonçalves Zarco. O segundo, que é do princípio do século XIX, encontrava-se na antiga secretaria do seminário desta diocese e ocupa-se especialmente da criação da diocese e das diversas paróquias, com a designação dos diplomas que as estabeleceram, cóngruas dos párocos, vencimentos ecclesiásticos etc., sendo um dos mais apreciáveis elementos de que se serviu o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo para a redacção da nota XIX das Saudades da Terra. O terceiro, a que já nos referimos, foi o trabalho que mais dados forneceu para a elaboração do escrito anterior e de que parece não ter tido conhecimento o anotador de Gaspar Frutuoso. O quarto trata sumariamente dos bispos desta

diocese e com bastante desenvolvimento da administração episcopal do prelado D. João do Nascimento, que faleceu em 1753, e neste ano terminam as notícias fornecidas pelo mesmo manuscrito. O quinto que é devido á pena do ilustrado sacerdote padre António Gomes Neto e foi redigido por meado do século passado, encerra interessantes informações de caracter eclesiástico e contém também muitas notícias acerca da alfândega, da criação de diversos cargos públicos, etc., com apreciáveis comentários, embora nem sempre aceitáveis, feitos ao sabor das ideias políticas que o autor professava, parecendo-nos ser escrito diferente dos que vêm citados nas notas das Saudades. Todos estes manuscritos foram, em boa parte, publicados no antigo Heraldo da Madeira, devido ás diligências dum dos autores deste Elucidário, que era então redactor daquele jornal, mas não somente a revisão tipográfica deixou muito a desejar, encontrando-se sobretudo em datas e nomes de pessoas muitos erros e lapsos que devem ser corrigidos, como ainda se notam grandes lacunas e deficiências nas transcrições ali feitas, na divisão das matérias, etc., o que tudo aconselha uma nova e mais cuidada publicação, a que deverão acrescentar-se algumas notas elucidativas do texto.

O sexto e último manuscrito é trabalho de Henrique Henriques de Noronha, do qual o Dictionario Bibliographico diz o seguinte:- “Manuscripto in folio de 225 folhas, e contendo mais um Appendice de 34 folhas. Este manuscrito autographo, que se diz ser uma obra completa da Historia Madeirense, foi ha annos comprado em Lisboa, a peso, por pessoa que o conserva em seu poder “. O Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo refere-se várias vezes ao estudo de Henriques de Noronha e primeiramente supôs ser ele o mesmo que o trabalho que deixamos citado sob numero 2, mas depois afirma que os dois manuscritos eram inteiramente diferentes, e afinal no artigo do Dictionario Universal Português Illustrado, volta a sustentar que as Memorias sobre a criação e augmento do Estado Eclesiastico e as Memórias... de Noronha constituem um e o mesmo trabalho. Comunicou-nos há anos o distinto investigador e nosso patricio Dr. Jordão de Freitas, que tivera ocasião de examinar em Lisboa o manuscrito de Henrique Henriques e acabam de nos informar que o Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda, residente em Vila Franca do Campo, na Ilha de S. Miguel, possui esse decantado trabalho histórico e que brevemente o vai dar á luz da publicidade, sendo então ocasião de se desvanecerem por completo todas as duvidas que se têm levantado acerca dele. Entre os antigos escritos que de todo se perderam, merece menção especial o que vem citado no n. 2 do jornal Flor do Oceano, do ano de 1834: A segunda obra mais importante de que temos noticia é a que tem por título Memorias authenticas e curiosas da ilha da Madeira, manuscrito em sete grandes volumes em fólio, composto pelo padre Manuel Carlos de Vasconcellos, beneficiado da parochia de N. S. do Calhau. Esta interessante collecção passou, segundo nos consta, juntamente com o opúsculo do cónego Leite, ás mãos do

padre J. L. de N., e contém interessantes documentos relativos á ilha, desde a sua descoberta até ao período em que as tropas britannicas do comando do marechal Beresford dela tomaram posse “ Parece-nos que as iniciais J. L. N. querem designar o cônego e arcediogo da Sé do Funchal José Luiz de Nobrega, que faleceu por meados do século passado. Outro escrito que igualmente se extraviou, é o que vem mencionado no já citado artigo Madeira do Diccionario Universal Português, nos seguintes termos: “Semelhantemente aconteceu com o manuscrito de uma obra histórico estatística da Ilha da Madeira do malogrado e talentoso escriptor madeirense Januario Justiniano de Nobrega, a este pago pelo cofre da Câmara do Funchal, e portanto a esta pertencente: quem estas linhas escreve possui fragmentos do borrão da obra e o documento authenticico da ordem de pagamento do preço dela “.

Os nobiliarios madeirenses também fornecem algumas noticias que podem interessar á historia do arquipelago, mas deles nos ocuparemos em artigo especial.

Das obras impressas, a mais importante e valiosa de todas é o conhecido escrito do Dr. Gaspar Frutuoso, que o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo enriqueceu e tornou um trabalho verdadeiramente monumental com as eruditas anotações que lhe acrescentou. Será objecto dum artigo na altura competente deste Elucidário.

Vid . “Bibliografia “.

Vem a propósito dizer que em Julho de 1931 foi criado o Arquivo Histórico da Madeira, sendo no ano immediato provisoriamente instalado numa das dependências do palácio da Junta Geral do Distrito, onde hoje (1940) funcionam os diversos serviços do Seminário Diocesano. No ano de 1933 foi o Arquivo Histórico transferido para o palácio de São Pedro e ali se encontra com character definitivo, dependendo técnica e administrativamente da Direcção Geral dos Arquivos e Bibliotecas. Nele têm sido encorporados alguns milhares de códices e documentos dispersos por diversos arquivos e repartições publicas, constituindo o mais abundante e valioso repositório de elementos para a historia deste arquipelago. Dirige a importante publicação Arquivo Histórico da Madeira, de que já saíram seis volumes, que contém valiosos elementos e as mais interessantes informações e que hoje se tornam indispensáveis aos investigadores da historia madeirense. É para lamentar que não se tivesse iniciado a publicação do índice dos documentos existentes

no arquivo municipal organizado por Antonio José de Lamedo, a que acima fazemos referência, publicação há tanto desejada e que já o ilustre comentador das Saudades da Terra, em 1873, julgava absolutamente indispensável realizar-se sem demora.

Entre esta valiosa documentação destaca-se o precioso recheio do arquivo municipal do Funchal, a que acima se faz referência e de que nos seis volumes publicados do “Arquivo Histórico da Madeira” se encontra um rápido mas interessante catalogo ou inventario, que merece ser consultado pelos estudiosos. Supérfluo será dizer que no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a mais rica, a mais abundante e a mais selecta colecção de manuscritos existentes no nosso país se encontra também uma vasta e valiosa documentação respeitante a todos os assuntos que possam interessar ao arquipelago da Madeira. Esse precioso minério está quasi inteiramente por explorar e nem sequer existe ainda um breve inventario dos documentos referentes a esta ilha, que possa servir de guia a qualquer estudioso que queira aplicar-se a determinadas investigações históricas. No entretanto deixamos aqui indicado um artigo publicado no “Diário da Madeira”, de 21 de Dezembro de 1933, em que se faz desenvolvida menção de muitas colecções de documentos de largo proveito para os investigadores. Não é de menor utilidade a consulta dos artigos insertos nos citados volumes do “Arquivo Histórico da Madeira” acerca dos manuscritos existentes na Torre do Tombo referentes ás cousas do arquipelago madeirense.

Devemos deixar aqui consignada a boa informação que das Memórias de Henrique Henriques de Noronha, a que acima se faz referência, existe uma copia manuscrita na Biblioteca Municipal, extraída do respectivo original que se encontra na Biblioteca Publica da cidade de Ponta Delgada.

Embate. Os madeirenses chamam embate ao vento que sopra do mar durante o dia, e terral ao vento que sopra da terra durante a noite. O embate principia ordinariamente das 8 para as 9 horas da manhã e desaparece pela tarde; o terral manifesta-se das 9 até ás 10 horas da noite e dura até a madrugada do dia imediato. Entre o aparecimento destes dois ventos, há sempre um intervalo em que a atmosfera fica serena. Os ventos a que nos referimos apresentam no inverno grandes anomalias, mas no verão sopram com grande regularidade, sendo devidos á diferença de temperatura entre a terra e o mar, de noite e de dia. De dia, como os raios de sol aquecem o ar da terra, e este tornando-se mais leve sobe para as regiões superiores, é

do mar que sopra a brisa; de noite, como a atmosfera da terra está mais fria que a do mar, dá-se o fenómeno contrário.

O embate vem geralmente do sudoeste, em virtude da força da brisa de nordeste, e é por isso que as embarcações de vela que passam entre a Ponta de S. Lourenço e as Desertas tomam aquele rumo para entrar no porto do Funchal; o terral sopra do norte ou do nordeste e é um vento benéfico, pois que arrasta e dispersa pelo oceano as emanações da cidade.

Embicheirar. É apanhar o peixe grande com o bicheiro (V. este nome), lançando-o depois dentro do barco.

Embleton (Dennis). E.: A visit to Madeira in the winter 1880-81, London, 1881. 1 vol.

Embutidos. Os embutidos madeirenses executam-se talhando convenientemente pequenos fragmentos de madeira e introduzindo-os e colando-os em aberturas feitas com as mesmas dimensões noutras madeiras. As madeiras do til, do barbusano, do fustete, da urze, da murta, do perado, do piorno, do massaroco, da nogueira, da laranjeira, do buxo, do vinhatico do Brasil, do cedro e do teixo, são as mais usadas na indústria dos embutidos, podendo obter-se por meio delas desenhos de cores variadas e bastante ornamentais.

Todas estas madeiras são usadas em geral com a sua cor natural, somente a do perado é às vezes mergulhada em urina para tomar uma cor azulada, muito usada na composição das flores.

“Há já na Madeira, diz Vitorino José dos Santos no n.º 5 do Boletim do Trabalho Industrial, alguns operários embutidores, convenientemente orientados por ensino técnico e dispo de talento para a composição artística, que produzem trabalhos de reconhecido merecimento, procurados e apreciados por pessoas entendidas; porém, em geral aos operários madeirenses falta a cultura intelectual e gosto artístico, o que os desinteressa da ideia de progredir, variando e melhorando a composição dos seus trabalhos, e por

isso a maioria dos embutidos produzidos continua rotineiramente a apresentar-se segundo os mesmos modelos, quasi sempre figurando os tradicionais -vilões madeirenses-, os carros de bois, redes e carrinhos do Monte, guarnecidos de cercaduras de desenhos simétricos e pouco variados.

“Estes embutidos guarnecem em regra mesas de pequeno formato, as chamadas -mesas de campainha“, mesas de jogo, tabuleiros e variadas pequenas caixas destinadas a costura, a papel, a lenços, a luvas, estampilhas, agulhas e alfinetes, etc., etc., e destes produtos, os de inferior qualidade são os mais numerosos, e são os que, expostos diariamente nos “spardecks“ dos paquetes que guardam o porto do Funchal, vão de mistura com outros produtos de indústria local, constituir um importante comércio marítimo, o da classe dos “bomboteiros“, que dele vivem exclusivamente“.

Entre os melhores trabalhos de embutidos fabricados na Madeira, há a mencionar uma mesa oferecida em 1918 ao falecido Presidente da Republica o Dr. Sidonio Pais, e duas mesas encomendadas pelo Rei D. Luiz, quando infante na sua estada na Madeira em 1858, destinadas como ofertas ao Rei D. Pedro V e á Rainha D. Estefania. Estes dois últimos trabalhos eram citados por pessoas entendidas daquele tempo, com grande apreço e elogio.

Emigração. Já no século XVI havia emigração na Madeira, pois que Frei Gaspar da Madre de Deus nas suas Memórias para a Historia da Capitania de S. Vicente do Estado do Brasil, refere-se á ida para aquela capitania de muitos casais desta ilha. A emigração para o Brasil continuou nos séculos XVII e XVIII, e entre os muitos madeirenses que para ali foram em busca de fortuna, durante o domínio filipino, conta se o celebre João Fernandes Vieira, o libertador de Pernambuco. Em 1676, diz o Dr. Azevedo, tinha chegado a ponto tal nesta ilha a decadencia do comercio dos açucares, que a emigração para as terras de Santa Cruz, até então mero expediente ou exploração de particulares, passou a ser promovida pelo governo, e em 1747 foi publicada uma carta regia para que o governador geral da Madeira desse ajuda a essa emigração

Pelo alvará de 4 de Julho de 1758 foram exigidos passaportes aos indivíduos que daí em diante pretendessem deixar a ilha, e em 1779 mandou o governador geral proceder a uma devassa “para o descobrimento dos engajadores da emigração, e dos navios que se empregavam no transporte de emigrantes. “ Havia então emigração para o Brasil e emigração para os países estrangeiros, sendo contra

esta ultima principalmente que se insurgia o governador, que chegou a propor ao governo o desenvolvimento da agricultura, como meio de evitar o despovoamento da ilha.

Em 1792 emigraram muitas famílias madeirenses para os Estados Unidos da América por causa da perseguição que os mações sofreram nesse ano, e sabe-se que já em 1753 saíam muitos individuos para aquele país, quasi sempre clandestinamente, para fugir á miséria que afligia a população da ilha.

A emigração para Demerara e colónias inglesas das Índias Ocidentais parece que só começou a fazer-se em larga escala por 1840.

Em 1841 subiu a 4045 o numero de emigrantes, em 1846 a 4945, em 1847 a 4720 e em 1853 a 3060, tendo ido uma boa parte destes individuos para aqueles países, para onde desde 1842 o governo inglês pagava os transportes, devido à falta que havia ali de braços para o trabalho. Em 1847 estacionou por alguns tempos nos nossos mares um navio de guerra português, com o fim de coadjuvar as autoridades locais na repressão clandestina.

Dos milhares de madeirenses que seguiram para a Guiana e para outras colónias inglesas em busca de riquezas, alguns foram favorecidos pela sorte, existindo hoje descendentes deles tanto naqueles países como entre nós. O demerarista que á custa de penosissimos trabalhos e de flagelos de toda a espécie conseguia amontoar capitais, não se esquecia em geral da sua terra, e era aqui que gostava de vir passar o resto da sua vida, rodeado de comodidades e confortos a que não fora habituado na sua mocidade. Era ele quem nas freguesias fazia com maior empenho as festas do Senhor, festas em que havia sempre grande abundância de tiros e foguetes, cousas estas muito do agrado do povo rude da nossa ilha.

Desde 1835 até 1855 saíram da Madeira cerca de 40.000 pessoas, das quais apenas umas 20.000 levaram passaporte, tendo ido muitas delas para o Brasil e Estados Unidos da América, onde por esse tempo alguns patricios nossos conseguiram também fazer fortuna. Em 18 de Junho de 1854 saiu para o Rio de Janeiro o iate português Experiência, conduzindo 188 colonos, e no mesmo ano deixaram o Porto Santo 104 individuos com destino aos trabalhos públicos em Portugal, segundo se lê nos Anais do municipio daquela ilha.

A emigração para as ilhas de Sandwich começou em 1878, tendo os primeiros emigrantes saído daqui numa

grande galera, que gastou cerca de 6 meses em conduzi-los ao porto do seu destino. De 1883 a 1887 saíram novas levas de emigrantes para aquelas ilhas, o mesmo sucedendo em 1909 e 1911, e ainda noutros anos. Em 1884 saíram 232 indivíduos para Africa, tendo 210 sido contratados pelo governo para irem para Mossamedes, e em 1889 e 1890 saíram 1338 com destino ao mesmo continente, estabelecendo-se a maior parte deles em Angola e Lourenço Marques, para onde se pretendia fazer desviar a corrente emigratoria que antes disso se dirigia principalmente para a América e Oceânia.

Compulsando as modernas estatísticas da emigração, vê-se que a América do Norte e o Brasil foram os países que receberam maior numero de emigrantes madeirenses no período decorrido de 1903 a 1913. No primeiro daqueles países entraram 195 madeirenses em 1903, 218 em 1905, 874 em 1909, 1064 em 1910, 1051 em 1912 e 1491 em 1913; e no segundo entraram 377 em 1903, 1198 em 1905, 839 em 1909, 985 em 1910, 2059 em 1912 e 1522 em 1913. Em 1915 saíram 1114 emigrantes para a América do Norte e apenas 62 para o Brasil.

Todos os anos vêm para a Madeira importâncias avultadas, remetidas pelos madeirenses residentes nos Estados Unidos da América. Muitos desses madeirenses tem regressado já á pátria, trazendo capitais que aplicam quasi sempre á compra de propriedades.

No Brasil poucos madeirenses tem conseguido modernamente fazer fortuna, e a Africa portuguesa cremos que só a colónia estabelecida no planalto de Mossamedes está hoje em situação florescente. Para a Africa oriental também foram em 1889 ou 1890 alguns colonos, que arrastaram ao princípio uma vida de privações e de misérias, por não terem achado ali os recursos que o governo prometera facultar-lhes.

No Cabo de Boa Esperança e na Republica Argentina existem colónias madeirenses, tendo emigrado em 1905 para este ultimo país cerca de 250 indivíduos.

De 1872 a 1879 saíram da Madeira 6624 emigrantes, e de 1882 a 1889, 13.750. Quanto á emigração em épocas mais recentes, acha-se consignada no quadro seguinte:

Anos	Emigrantes	Anos	Emigrantes
1901.....	1080	1909.....	2483
1902.....	1103	1910.....	2135
1903.....	836	1911.....	2298
1904.....	1178	1912.....	3222

1905.....	1844	1913.....	3295
1907.....	2678	1915.....	1271
1908.....	1347	1916.....	2326

Emigrados Espanhóis. Como fôsse mal sucedida a revolução que houve em Espanha em princípios de 1866, muitos revolucionários se internaram em Portugal, tendo vindo para esta ilha 70, sendo 46 oficiais e 24 soldados, os quais chegaram aqui a 1 de Julho do mesmo ano.

Estes emigrados espanhóis, alguns dos quais casaram nesta ilha, saíram daqui depois de triunfar a revolução de 1868, que destronou Isabel II, tendo ido embarcar de noite á Praia Formosa, sem que as autoridades tivessem conhecimento da sua partida.

Encharéu (Caranx dentex). Peixe da família Carangida, comum dos mares da Madeira. Aparece ás vezes em grandes cardumes, sendo pescado de ordinário com a briqueira ou a agulheira, e mais raramente com o espinhel ou a cana.

Enchova (Temnodon saltator). Peixe da família Carangida, de passagem irregular na Madeira. É muito voraz e destrói grande parte das espécies costeiras. Pescam-no por meio de redes, junto á costa, ou á linha, e neste caso muitas vezes pelo processo chamado de corrico.

Encumeada. Este nome substantivo só se emprega toponimicamente na Madeira, designando o cume de certos montes e eminências, donde se descortinam largos horizontes em torno do observador. A mais conhecida é a chamada Encumeada de São Vicente.

Encumeada de São Vicente. Esta alta cumeada fica situada entre as freguesias da Serra de Água e São Vicente, a uma altitude superior a mil metros e na crista da cordilheira que longitudinalmente atravessa o interior da Madeira. Passa ali a estrada que da Ribeira Brava se dirige a São Vicente, e desse

ponto se avistam as costas setentrional e meridional da ilha, ou como diz o povo “vê-se o mar do norte e o mar do sul“, o que realmente se verifica em dias de horizontes desanuviados. Na freguesia da Serra de Água fez a Delegação de Turismo na Madeira construir no ano de 1939 uma confortável casa de pousada e de abrigo, sendo muito para lamentar que esta construção não se levantasse em local mais aproximado daquela eminência.

Engenhos. Existem actualmente na Madeira 51 fabricas de espremer cana doce, sendo 10 no concelho do Funchal, 3 no de Câmara de Lobos, 2 no da Ribeira Brava, 7 no da Ponta do Sol, 8 no da Calheta, 1 no do Porto Moniz, 6 no de S. Vicente, 7 no de Sant'Ana, 4 no de Machico e 3 no de Santa Cruz. Destas fabricas, só duas se acham habilitadas a produzir açúcar em larga escala, tendo a montagem duma delas sido ultimada no corrente ano.

Das 51 fabricas que laboraram enquanto vigorou o regime sacarino estabelecido pela lei de 24 de Novembro de 1904 e decreto de 11 de Março de 1911, 49 só destilavam aguardente a 26° Cartier, destinada toda ao consumo publico da Madeira, tendo estado a cargo das duas restantes, as únicas matriculadas, o fabrico do açúcar e do álcool a 40° destinado ao tratamento dos vinhos.

O primeiro engenho para espremer cana doce que existiu na Madeira foi construído em 1452, mas em 1590, quando Frutuoso escreveu as Saudades da Terra, havia para cima de 30 engenhos disseminados pela ilha, a pesar de já a esse tempo a indústria sacarina apresentar sintomas de decadência entre nós. Em 1730, segundo refere Soares da Silva nas Memorias para a historia del-rei D. João o I, havia poucos engenhos na Madeira, calculando o Dr. Azevedo que a indústria sacarina desaparecesse inteiramente da ilha em 1748, em razão de não poder continuar a suportar a concorrência dos açucares americanos, que de há muito vinham invadindo os mercados europeus, onde eram vendidos por baixos preços.

Quando Bowdich visitou a Madeira em 1823, fabricava-se aqui uma quantidade insignificante de açúcar, e em 1826 havia um único engenho em toda a ilha, tendo Severiano Ferraz (V. este nome) procedido á construção dum outro no ano imediato, o qual ficou concluído em 1828. Em 1851 havia quatro fabricas na Madeira (Harcourt, Sketch of Madeira) e em 1856 dez no Funchal e 18 em toda a ilha, todas para destilação de aguardente (White, Madeira its climate and scenery).

Em 1861 contavam-se vinte e nove fabricas em toda a ilha, cinco das quais manipulavam açúcar, e em 1872 dizia o Dr. Azevedo nas notas ás Saudades da Terra que se conheciam aqui “sete fabricas a vapor, e dellas cinco em laboração, e uma a começal-a; nove engenhos movidos a água; e alguns pela força de bois“; produzindo as primeiras açúcar e aguardente, esta consumida quasi toda no país.

Em 1900 o numero de fabricas subia a 49, distribuídas pelo seguinte modo: 11 no Funchal, 2 em Câmara de Lobos, 10 na Ponta do Sol, 7 na Calheta, 5 em S. Vicente, 7 em Sant'Ana, 4 em Machico e 3 em Santa Cruz, mas destas fabricas somente três manipulavam o açúcar, que eram as de W. Hinton, no Torreão, a de Silva Manique (outrora Severiano Ferraz) na Ponte Nova, e a de José de Faria & C.a, em S. Martinho. Anteriormente tinham produzido também algum açúcar as fabricas de Vitorino Ferreira Nogueira, em S. Martinho, a de Wilbraham, na Ponta do Sol, a de Diogo Frasão, no Arco da Calheta, e a de Ornelas Frasão, em Santa Cruz.

Tendo W. Hinton adquirido por compra a fabrica da Ponte Nova e os maquinismos de outras destinadas á produção do açúcar, ficou desta sorte senhor absoluto duma das mais ricas indústrias da ilha, acabando por conseguir do Governo a publicação duma lei, segundo a qual só ás fabricas matriculadas era permitido manipular aquele produto e o álcool destinado ao tempero dos vinhos.

Apesar de serem duas as fabricas matriculadas, a de W. Hinton e a de José Julio de Lemos, esta ultima foi sempre a bem dizer uma dependência da primeira, acabando os seus actuais proprietários por arrendá-la a Hinton por vinte e cinco contos anuais até 31 de Março de 1919, com a clausula de prorrogação se o regime sacarino de 1911 fosse também prorrogado pelo Governo.

Das fabricas existentes, a do Torreão é a mais notável, podendo mesmo dizer-se que é o mais importante estabelecimento industrial do distrito do Funchal, e no seu género, um dos mais perfeitos de todo o mundo, visto o seu poder de laboração atingir 500 toneladas de cana em vinte e quatro horas.

A fabrica de José Julio de Lemos é de capacidade muito inferior á do Torreão e só tem fabricado álcool, mas é também um estabelecimento importante, tendo melhorado as suas instalações e possuindo poderosos geradores de vapor do tipo Babcock & Wilcox.

Quanto ás fabricas de aguardente, nada oferecem de notável, tendo assinalado o Sr. engenheiro Vitorino

José dos Santos no Boletim do Trabalho Industrial, de 1913, que a destilação se exerce nelas em geral em alambiques de trabalho contínuo, sendo as mesmas fabricas “na sua grande maioria, servidas no movimento e destilação por geradores de vapor, com excepção de 5 fabricas no concelho da Ponta do Sol, 4 no de S. Vicente e 5 no de Sant'Ana, onde essa destilação se pratica pela acção do fogo directo”.

Como dissemos a pag. 262 deste Elucidário, no dia 23 de Março de 1873 teve lugar a instalação da fabrica denominada de S. João, pertencente á Companhia Fabril de Açúcar Madeirense, mas esse estabelecimento, dotado dos melhores aparelhos que então se podiam obter, teve sempre uma vida atribulada, acabando por sossobrar, em virtude da guerra desleal e vergonhosa que lhe moveram os seus inimigos. Para se formar uma ideia da maneira como foi conduzida essa guerra, bastará dizer-se que houve um ano em que uma boa parte da garapa produzida na fabrica foi cair no leito da ribeira de S. João e que por várias vezes se tentou inutilizar os cilindros que esmagavam a cana, introduzindo neles ferros e pedaços de cantaria rija!

Mais antiga que a fabrica de S. João, mas excelente para o seu tempo, era a fabrica fundada em 1856 por Severiano Alberto Ferraz e em que dispendeu cerca de vinte e cinco contos. Melhorada pelos filhos do fundador, a fabrica da Ponte Nova tinha em 1862 clarificadores a vapor, concentradores de Bour, maquinas centrífugas para a extracção do melaço, etc., etc., sendo considerada como um estabelecimento de primeira ordem e o melhor que existia então no Funchal. Tinha como motor o vapor, sendo o movimento distribuído por uma maquina de dez cavalos, a outras diferentes maquinas de fabricação.

A fabrica do Torreão foi fundada por William Hinton & C.a, também em 1856, e tinha como motor a água, mas quando esta escasseava no verão, o movimento era estabelecido por uma maquina a vapor da força de doze cavalos.

Os primitivos engenhos da ilha eram todos movidos a água ou pela força de bois, sendo os cilindros construídos algumas vezes com madeira de til, outrora muito frequente. Além dos engenhos, havia também as alçapremas ou prensas manuais, das quais tivemos já ocasião de falar noutro lugar deste Elucidário.

Não dizem os antigos documentos de que processo se serviram os proprietários de engenhos e alçapremas para fabricar o açúcar, mas é de crer que esse processo consistisse em fazer cozer as garapas em caldeiras até a consistência do xarope espesso, transferindo-as neste estado para vasos furados no fundo, onde se depositariam os cristais, saindo o liquido pelos orifícios. É também de supor que na purificação dos

açucares fossem empregados a água de cal e o carvão animal, produtos estes que a indústria moderna utiliza igualmente.

A indústria da refinação dos açucares floresceu na Madeira no século XV, sendo daqui que ela passou a Lisboa, onde, como diz o Dr. Azevedo, “criou tantas fortunas particulares, com detrimento das colónias e da indústria saccharina mesma“.

Engos (Sambucus Ebulus). Planta da família das Caprifoliaceas, que se encontra na Ponta do Pargo, no Porto Novo, no Funchal, etc.. Tem folhas com cheiro desagradável, imparipenatisectas, com os segmentos oblongo-lanceolados, serrados, e flores brancas ou avermelhadas, com as anteras purpureas. As folhas pisadas desta planta têm emprego no tratamento das cantusões.

Enjeitados. Em 1583 ficou a administração dos enjeitados a cargo do Bispo, mas uma provisão regia, de 1685, passou esta administração para o Governador Geral. Desde 1693 que a superintendencia dos expostos está a cargo da Câmara, tendo porém durante largos anos o pagamento ás amas sido feito por um tesoureiro eleito anualmente pela casa dos Vinte e Quatro, o qual para esse fim e para o sustento dos lazarus, cobrava a têtça parte da renda da imposição do vinho. Em 7 de Maio de 1761 resolveu a Câmara do Funchal dirigir uma consulta ao Governo sobre se devia continuar a permitir que o aludido tesoureiro arrecadasse o terço da imposição, visto competir ao tesoureiro do Concelho a cobrança das rendas municipais.

Um alvará régio, de 1752, concedeu ás amas de expostos deste arquipelago os mesmos privilégios que usufruíam as de Lisboa.

Vê-se de antigos documentos que em 1811 a Câmara do Funchal lutava com falta de recursos para sustentar os expostos, e ainda no terceiro quartel do século XIX as amas não recebiam em dia os seus salários, o que levou muitas delas a venderem as suas contas por baixo preço a certos especuladores, que ganharam nesta transacção somas importantes.

A antiga roda dos expostos ou enjeitados estava no edifício da Santa Casa da Misericórdia, sendo aí que muitas mãis abandonavam os filhos, quando por falta de meios ou outra qualquer causa os não podiam criar.

Ensaio. V. Saião.

Entrada da Cidade. Como o próprio nome está indicando, é ali verdadeiramente a entrada da capital da Madeira para os que, vindo de fora da ilha, pretendam entrar nesta cidade. Há cerca de 80 anos que foi construída. A antiga entrada da cidade era o portão dos Varadouros (V. este nome), que se demoliu no ano de 1911. Por ali faziam os prelados e os antigos governadores e capitães-generais a sua entrada oficial, que revestia sempre grande e solene aparato.

A actual entrada da cidade teve noutro tempo o nome de Porto da Saúde e desde 27 de Outubro de 1910 que se chama Avenida João Gonçalves Zarco. Existia ali uma pequena e estreita rua, fechada no seu extremo sul por um redente e uma das portas da cidade. Junto do portão, ou muito próximo dele, se levantava a chamada Casa da Saúde (V. este nome), que no ultimo quartel do século XVIII foi de novo reconstruída ou notavelmente acrescentada. É o edificio onde durante muitos anos estiveram instaladas a Associação Comercial, a Estação de Saúde e a Capitania do Porto, edificio que pertencia á Câmara Municipal do Funchal e que esta vendeu em hasta publica no ano de 1914.

A 12 de Janeiro de 1838 concedeu o governo central á Camara desta cidade autorização para demolir o portão e proceder ao alargamento da viela ali existente. O portão foi abatido no ano imediato e seguidamente se construiu a rua, aproveitando-se para isso alguns terrenos pertencentes á fortaleza de S. Lourenço e uns casebres a leste desta fortaleza. Para o tempo em que foi construída, era uma ampla rua, a que as aleas de plátanos, a proximidade e vista do mar e a sua comunicação com o passeio publico davam uma particular beleza.

No prolongamento da Entrada da Cidade se começou em 1843 a construção dum cais, cujas obras não chegaram a concluir-se. O actual cais foi construído no período decorrido de 1889 a 1892. V. Cais.

Entrosa. Assim se chama a uma aprumada escarpa, que, subindo da margem direita e próximo da foz da ribeira do Porco, na Boaventura, vai entestar com a freguesia do Arco de São Jorge. Esta ravina é atravessada por um caminho em torcicolo, que liga as duas freguesias e que é um trecho da estrada que circunda a Madeira próximo do seu litoral.

Epanaphoras. V. Melo (D. Francisco Manuel de)

Epidemias. As que mais triste recordação deixaram na Madeira pela mortalidade que causaram, foram as seguintes: a da peste, que começou antes de 1521 e durou até 1538; a do sarampo, em 1751; a das bexigas, em 1815 e em 1873; e a da colera-morbus em 1856 e em 1910 e 1911.

Como nos ocupamos em artigos especiais das epidemias da peste e da colera-morbus, falaremos aqui tão somente das epidemias de sarampo e de bexigas acima mencionadas, não nos referindo a outras que têm havido também nesta ilha porque, além de menos importantes, foram assinaladas já no artigo Doenças, publicado neste Elucidário.

No livro de Dr. Julião Fernandes da Silva intitulado Carta critica sobre o método curativo dos médicos funchalenses, encontram-se informações valiosas sobre a epidemia de sarampo que grassou na Madeira no ano de 1751. “Tudo era pranto, dizia o Dr. Fernandes da Silva, onde os corações eram mais ternos; tudo pavor onde o perigo era contingente; e tudo fúnebres espectáculos nas pias conduções dos cadáveres para as sepulturas”.

Enquanto alguns médicos aplicavam as sangrias, os medicamentos frios e permitiam o uso da água aos indivíduos atacados de sarampo, outros prescreviam o tratamento contrario, dando-se o caso, segundo afirma o Dr. Fernandes da Silva, de ter sido menor a mortalidade entre os doentes submetidos aquele regimen.

Os médicos partidários da sangria eram apenas o Dr. Silva e o celebre Dr. Heberden, a esse tempo residente

na Madeira, tendo chegado este ultimo, a ser exacto o que afirma o aludido autor, a curar mais de duzentas pessoas atacadas de sarampo, sem que perigasse doente algum. A teimosia de alguns médicos em não darem água aos doentes, acrescenta o Dr. Silva, foi o único motivo das muitas mortes que houve na ilha. Sobre a epidemia da variola de 1815, diz o Dr. Heineken que foi trazida por um navio vindo de Cabo Verde, e que vitimou cerca de 2.000 pessoas. A esse tempo, e mesmo muito depois, a utilidade da vacina era ainda pouco conhecida do nosso povo, sendo esta, decerto, a principal razão porque a referida epidemia foi tão mortífera entre nós. (V. Adams e Vacina).

A epidemia de 1872 e 1873 vitimou 1007 indivíduos, sendo depois da de 1815 a que mais estragos causou nesta ilha. Foi um passageiro do Maria Pia, vindo de Lisboa em Outubro de 1872 e que recolheu ao Hospital Civil, quem trouxe a moléstia para a Madeira, tendo esta durado até os fins de 1873 ou princípios de 1874, e feito grandes estragos especialmente nos concelhos do Funchal, Santa Cruz, Calheta e Câmara de Lobos.

A variola algumas vezes apareceu na Madeira depois de 1873, mas mercê da vulgarização da vacina e de certas medidas acertadas adoptadas pelas autoridades, nunca mais tomou o incremento das antigas epidemias. Em 1907 morreram muitos variolosos no Funchal, mas a epidemia durou pouco tempo e não chegou a adquirir a intensidade das de 1815 e 1873, devido aos doentes que não podiam ser isolados em suas casas terem recolhido ao Lazareto a partir duma certa época, onde encontraram da parte dos médicos e de enfermeiras desveladas e conhecedoras do seu mister, cuidados e atenções que não lhes seriam dispensados nos seus domicílios.

V. Colera-morbus em 1876 e 1910, Doenças e Peste.

Época Administrativa (Uma). É uma preciosa colecção dos principais documentos respeitantes á modelar administração do conselheiro José Silvestre Ribeiro como governador civil do distrito do Funchal no periodo decorrido de 1846 a 1852. São três volumes de 636, 659 e 706 paginas publicados nos anos de 1849, 1850 e 1852, que ainda hoje podem ser lidos com apreço e consultados com grande proveito para a historia da Madeira, especialmente naquela época.

Além disso, constituem uma alta lição e o mais salutar exemplo para todos quantos queiram portar-se com acêrto na administração das cousas publicas.

Epocha (A). O primeiro periódico com este título que se publicou no Funchal, apareceu a 6 de Setembro de 1886 e acabou a 30 do mesmo mês e ano, tendo saído oito números.

Com o mesmo título apareceu outro jornal em 1895, que deu seis números, o primeiro a 14 de Janeiro e o ultimo a 21 de Fevereiro.

A 16 de Junho de 1912 apareceu na vila da Ponta do Sol um periódico ainda com o mesmo título, o qual foi o terceiro jornal que se publicou naquela vila.

Equinodermes. Pertencem a este grupo de animais as estrelas do mar, os ouriços do mar e as holoturias, os quais aparecem nas proximidades da costa ou nas poças do litoral da Madeira.

V. Estrelas e Ouriços do mar.

Equisetáceas. Estão representadas na Madeira por uma única espécie -- o Equisetum maximum, planta que se encontra nos logares encharcados em São Vicente, Ribeira de Santa Luzia, Ribeira de S. João, etc..

Ermida. Sítio povoado da freguesia do Santo da Serra. Neste lugar, onde chamam o Alcoforado, ergueu Gil de Carvalho uma pequena ermida, no segundo quartel do século XVI, que deu o nome àquele sítio, conjecturando-se que seria dedicada ao taumaturgo Santo Antonio. Pertence ao concelho de Machico.

Erva Arroz. Nome vulgar do Sedum farinosum e do S. nudum, plantas indígenas da família das Crassulaceas. A primeira espécie encontra-se nas Torrinhas, nas proximidades do Paul da Serra, etc.; a segunda é frequente em toda a costa do norte.

Ervilha (*Pisum sativum*). Leguminosa originaria da Asia Ocidental, muito cultivada nas hortas madeirenses.

Ervilhaca. Nome vulgar da *Vicia sativa*, planta da família das Leguminosas, frequente na Madeira.

Escalracho (*Andropogon halepensis*). Gramínea vivaz, de 3-15 decímetros, com as espiguetas reunidas em panícula ampla, piramidal, de ordinário violacea. Esta planta é considerada prejudicial e até venenosa para os gados, antes da sua completa maturação. É possível que, enquanto nova, haja nela algum ácido prússico.

Escarpiada. Os habitantes da ilha do Porto Santo dão este nome ao pão fabricado com farinha de milho. A escarpiada de Portugal é uma espécie de pão de rala.

Escola (A). Publicação quinzenal, de que saíram 12 números, sendo publicado o primeiro a 1 de Maio e o último a 15 de Outubro de 1912.

Escola de Geometria e Trigonometria. Nos fins de 1760 e especialmente destinada aos que seguiam a carreira das armas, criou-se no Funchal uma Escola de Geometria e Trigonometria, que se instalou no Colégio dos Jesuítas, hoje quartel do batalhão de infantaria n. 19 e que teve como primeiros professores o sargento-mor Francisco de Alincourt e o engenheiro Francisco Salustiano da Costa. Passados nove anos, isto é, em 1769, o governador e capitão - general João Antonio de Sá Pereira, comunicava ao governo da metrópole os bons resultados obtidos com o funcionamento desta escola. Ignoramos quando deixou de existir e quaisquer outras circunstâncias que lhe digam respeito.

Escola de Pilotagem. Adjunta á Capitania do Porto desta cidade funciona uma Escola de Pilotagem, que foi criada por decreto de 14 de Novembro de 1917, sendo ministro da marinha o capitão de fragata Arantes Pedroso. A criação desta escola deve-se aos aturados e diligentes esforços do capitão do porto do Funchal, o capitão de fragata Artur de Sales Henriques, que foi o encarregado da sua instalação e que dela tem sido o único professor. O seu curso, como as demais escolas desta natureza, é de dois anos, constando o primeiro das disciplinas de aritmética, princípios de álgebra, geometria plana e no espaço, trigonometria rectilínea, geografia geral, agulhas e navegação estimada, e o segundo de trigonometria esférica, astronomia geral, cálculos náuticos, navegação astronómica, manobra á vela e a vapor, sinais e meteorologia.

O curso desta escola habilita para oficiais de marinha mercante, conferindo carta de piloto, depois dos aspirantes terem um certo tempo de navegação como praticantes.

No ano lectivo de 1917 a 1918 matricularam-se 17 alunos, alcançando 4 passagem para o segundo ano. Em 1919 concluíram o curso 3 alunos, os primeiros que nesta escola se habilitaram a obter a carta de piloto. Foi extinta.

Escola de Utilidades e Belas Artes. Era destinada á instrução de crianças do sexo feminino, e foi estabelecida em virtude de uma deliberação da Junta Geral, tomada em 12 de Fevereiro de 1913, começando a funcionar em Fevereiro do ano immediato.

Ensinava-se ali música, pintura, desenho, línguas, higiene, gymnastica, dansa, labores, cozinha, jardinagem e horticultura, aritmética, geografia, etc..

A Escola de Utilidades funcionava no edificio do antigo Seminário á Incarnação, e foi extinta por deliberação da Junta Geral de 13 de Setembro de 1919, sendo o mesmo edificio cedido a esta corporação pela quantia de 9 contos, em Agosto de 1919. Desde Setembro do mesmo ano que estão ali instaladas as repartições da Junta Geral.

A receita e despesa da Escola de Utilidades e Belas Artes no período que vai de 1914 a 1918 constam do

seguinte mapa:

	Receita	Despesa
1914		15.498\$27
1915	1.060\$71	10.999\$92
1916	1.433\$51	10.975\$85
1917	1.551\$37	12.738\$96
1918	704\$65	3.994\$06

Escola Elementar do Comercio. No antigo edificio da Associação Comercial desta cidade, á Avenida de João Gonçalves Zarco, funcionou durante alguns anos uma escola elementar de comercio, que, no nosso meio, prestou bons e reconhecidos serviços. Os rapazes que se dedicavam á vida do comercio encontravam ali o ensino das línguas francesa e inglesa, e de escrituração e contabilidade comerciais, e na Escola Industrial completavam os seus estudos com os cursos da língua portuguesa e aritmética e geometria, e ainda de desenho, adquirindo deste modo as indispensáveis habilitações para afoitamente e com segurança abraçarem a carreira comercial.

Este estabelecimento de instrução, que tinha o character de um curso particular, foi criado pela Associação Comercial, ao tempo em que a ela presidia o Sr. Henrique Vieira de Castro, que muito contribuiu para a sua instalação.

Era mantida pela mesma agremiação, que para esse fim recebia um modesto subsidio da Câmara Municipal deste concelho. O curso compunha-se das aulas de francês, inglês e escrituração comercial, havendo exames no fim dos anos lectivos, embora não revestissem as formalidades officiais. Da língua francesa foi professor Jacinto Augusto Pereira Brasão, de inglês Archibald Clode e de escrituração comercial Abraão Atias e depois A. C. Coutinho Gorjão.

Foi em 1897 que aquele curso começou a funcionar, mas não teve larga duração, a pesar dos bons serviços que prestou.

Escola Industrial Antonio Augusto de Aguiar. O pintor Joaquim Leonardo da Rocha veio em 1807 a esta ilha procurar abrigo aos horrores que sofria o continente do reino com a primeira invasão napoleônica. A sua estada entre nós despertou a ideia da criação duma aula de desenho e pintura, tendo um grupo das pessoas mais qualificadas desta cidade dirigido uma representação ao governo da metrópole, nos princípios do ano de 1809, em que expunha a conveniência e a necessidade dessa criação, e havendo o então governador e capitão-general do arquipélago Pedro Fagundes Bacelar não só informado favoravelmente a representação, como empregado os seus melhores ofícios para que no Funchal se estabelecesse sem demora a pretendida aula ou escola de desenho e pintura.

Pela Carta Regia de 7 de Julho de 1809, foi criada essa aula, que se instalou em Março de 1810 e cuja regência se confiou ao referido pintor Joaquim Leonardo da Rocha. No mesmo ano escreveu este professor um opúsculo intitulado Medidas gerais do corpo humano arranjadas em dialogo, e metodo fácil para uso da real aula de desenho e pintura da ilha da Madeira em 1810, que foi publicado em Lisboa no ano de 1813. É um pequeno folheto de 14 paginas, que os nossos distintos bibliografos Figanière e Inocencio dizem ser rarissimo, mas que nos parece ter pouco valor debaixo do ponto de vista essencialmente técnico ou científico. Na biblioteca da Escola Industrial existe um exemplar desta raridade bibliográfica, oferecido por um dos professores deste estabelecimento de instrução.

Pouco depois de instalada a aula de desenho em data de 10 de Abril de 1810, enviou o governo central umas Instruções para regular o seu funcionamento, que decerto constituíam a lei orgânica da mesma aula e que deveriam conter os métodos de ensino ou programa das matérias ali professadas. Não temos conhecimento dessas Instruções, como também ignoramos o local em que a aula funcionava e o tempo da sua duração. É possível que tivesse feito parte do grupo de cadeiras que constituíam as chamadas Aulas do Pátio, mas nada podemos afirmar de positivo a tal respeito. Apenas sabemos que em 1812 obteve L. Rocha aumento de vencimento como professor da aula de desenho e pintura, e que em 1818 ainda existia e residia nesta cidade, pois que neste ano pintou um retrato do primeiro Conde de Carvalhal, que se encontra no palácio de S. Pedro.

A pesar do Liceu do Funchal, criado em 1837, ter uma cadeira de desenho no seu quadro de estudos, foi sempre julgada necessária entre nós a existencia de uma aula daquela disciplina, estranha ao mesmo liceu, onde de modo especial os operários pudessem adquirir os conhecimentos que se tornam indispensáveis ás

suas artes e ofícios, orientando-os em harmonia com as necessidades das profissões a que especialmente se dedicam. Foi em obediência a essa orientação que a Câmara Municipal do Funchal criou e sustentou uma cadeira de desenho, de que nos últimos anos da sua existência foi professor o chefe da repartição técnica da mesma câmara, José Maria Teixeira de Agrela.

Ha muito que era reconhecida a necessidade da criação duma escola de desenho nesta cidade, quando, por decreto de 10 de Janeiro de 1889, referendado por Emidio Navarro, o ministro a quem o país verdadeiramente deve a criação e o desenvolvimento do seu ensino industrial, foi estabelecida no Funchal a Escola de desenho Industrial Josefa de Obidos, dizendo-se no respectivo diploma de criação que ela teria por fim “ministrar o ensino do desenho com aplicação á indústria ou indústrias predominantes na localidade“. Esta criação fora feita em harmonia com os decretos de 30 de Dezembro de 1886 e 23 de Fevereiro de 1888.

A escola teve primeiramente o nome de Josefa de Óbidos, passando pelo decreto de 8 de Outubro de 1891, que remodelou o ensino industrial, a ter a denominação de Antonio Augusto de Aguiar. Por esta reforma, compreendia o quadro de estudos da nossa Escola as cadeiras de desenho elementar (classe preparatória e complementar), desenho architectónico (desenho artístico, modelação e desenho técnico) e desenho ornamental (desenho de ornato, modelação e composição ornamental).

O decreto de 5 de Outubro de 1893, que introduziu profundas alterações no ensino industrial, elevou a Escola de Desenho Industrial Antonio Augusto de Aguiar á categoria de Escola Industrial, conservando-lhe a mesma denominação. Foram então criadas as oficinas de marcenaria e carpintaria, e de labores femininos. O decreto de 14 de Dezembro de 1897 remodelou profundamente o ensino industrial no nosso país, e dessa reforma se ressentiu beneficemente a Escola Industrial do Funchal com a criação das três aulas teóricas da língua portuguesa, aritmética e geometria e princípios de física e química. Estas cadeiras, com excepção da ultima, que não chegou a ser criada, só foram, porém, providas em princípios de Dezembro de 1901 e começaram a funcionar no ano lectivo de 1902 a 1903.

A lei de 1 de Dezembro de 1918 reformou os serviços das escolas industriais e alterou o quadro das disciplinas professadas no Funchal, que ficou assim organizado: língua pátria, aritmética e geometria, princípios de física e química e noções de terminologia, geografia e historia, língua francesa, desenho geral, desenho especializado e trabalhos officinais.

Foi em Setembro de 1889 e num prédio á rua de Santa Maria que se instalou a nova escola, tendo aberto matrícula 260 alunos e começado em Outubro seguinte o funcionamento das aulas. Foi Cândido Pereira o seu primeiro professor e director, e professor contratado o súbdito austríaco Hans Nowach. O primeiro serviu até o fim do ano lectivo de 1903 e o segundo até o ano de 1895. O professor Nowach foi interinamente substituído pelo oficial de engenharia Carlos Roma Machado de Faria e Maia, que serviu até Julho de 1897. Do ano lectivo de 1897 a 1898 até o mês de Março de 1903 foi professor contratado desta Escola o súbdito espanhol D. Manuel de la Cuadra, natural da cidade de Sevilha, que faleceu no Funchal a 3 de Abril de 1903, com cerca de 60 anos de idade.

Têm sido professores desta Escola: Cândido Pereira (1889-1903), Hans Nowach (1889-1895), D. Manuel de la Cuadra (1897- 1903), Vitorino José dos Santos (1902), padre Fernando A. Silva (1902), Augusto Pascoal Correia Brandão (1903-1908), Joaquim Porfirio (1909-1910), João Gomes Correia Faria (1911-1912), José Pedro Nolasco (1914-1915), Emanuel Paulo Vitorino Ribeiro (1914-1917), Alfredo Vital Miguéis (1917), D. Maria Emilia Arroja (1919) e Abel Tiago de Sousa e Vasconcelos (1919). Também foram professores interinos Carlos Roma Machado de Faria e Maia, João dos Reis Gomes, Henrique Franco de Sousa e, por diversas vezes, o mestre das oficinas Francisco Franco de Sousa.

O primeiro director deste estabelecimento de ensino industrial foi Cândido Pereira, actual professor da Escola de Afonso Domingues, de Xabregas, no período decorrido de 1889 a 1903, e deste ano até ao presente o engenheiro civil Vitorino José dos Santos.

Como fica dito, a reforma de 5 de Outubro de 1893 criou as oficinas de marcenaria, carpintaria e labores femininos, de que têm sido mestres Manuel Rodrigues Gaspar, que faleceu em 1900, Francisco Franco de Sousa, Manuel Dias da Costa e D. Augusta das Dores Ornelas. A lei de 1 de Dezembro de 1918 criou a oficina de embutidos e incrustações, que começou a funcionar em Outubro de 1919 e de que é mestre Manuel dos Passos Aguiar.

A Escola Industrial Antonio Augusto de Aguiar foi convertida em escola industrial e comercial pelo decreto de 11 de Setembro de 1925, ficando os respectivos cursos organizados da forma seguinte:

Secção Industrial: marceneiro, embutidor, debuxador de bordados e de costura, corte e bordados, todos de quatro anos; e a Secção Comercial: Curso Elementar de comercio também de quatro anos.

O decreto de 20 de Outubro de 1931 remodelou a organização desses cursos, que passaram a ser os seguintes: marceneiro, carpinteiro, embutidor, cerralheiro, (sendo posteriormente convertido em cerralheiro - mecânico), costura e bordados, bordadora, mestre de obras e de complementar de comercio. As disciplinas que constituem cada um dos mencionados cursos acham-se assim distribuídas:

Marceneiro - cinco anos - : compreende as aulas de português, francês, matemática, física e química, tecnologia, desenho geral e profissional e trabalhos oficinais;

Embutidos-cinco anos-: português, matemática, desenho geral e profissional e trabalhos oficinais:

Cerralheiro-mecânico-cinco anos-: português, matemática, física e química, mecânica técnica, tecnologia, desenho geral e profissional e trabalhos oficinais;

Debuxador de bordados-três anos-: desenho geral e desenho profissional (debuxo), reservado aos empregados da indústria de bordados;

Mestre de obras-cinco anos-: português, matemática, física e química, tecnologia, desenho geral, desenho de projecções, desenho de construção, medições e orçamentos, e legislação.

Costura e Bordados-cinco anos-: português, matemática, desenho geral e profissional e trabalhos oficinais;

Curso de aperfeiçoamento-quatro anos-: desenho geral e desenhos profissionais adequados á profissão dos alunos.

Curso Comercial-quatro anos-: português, francês, inglês, aritmética comercial e geometria, geografia comercial, vias de comunicação e transportes, elementos de direito comercial e de economia política, noções gerais de comercio, escrituração e contabilidade comercial, elementos de física e química e de historia natural, noções de tecnologia das mercadorias e aulas práticas de caligrafia, dactilografia e estenografia.

Habilitação Complementar-um ano- compreendendo, além do curso comercial, mais as disciplinas de álgebra e física e química, e que serve de habilitação para a entrada nos Institutos Comerciais de Lisboa.

A frequência desta escola tem aumentado consideravelmente de ano para ano, como se vê desta abreviada nota estatística relativa ao numero de matrículas nos seguintes anos lectivos:

1925-1926.....	215
1930-1931.....	418
1935-1936.....	624

1940-1941.....900

Além dos professores Cândido Pereira, falecido em Lisboa a 15 de Abril de 1935, e Vitorino José dos Santos falecido no Funchal a 1 de Outubro de 1928, aos quais este estabelecimento de ensino técnico ficou devendo os mais relevantes serviços, têm servido de seus directores efectivos os professores major João dos Reis Gomes no período decorrido de 1929 a 1939 e o Dr. Alvaro de Meneses Alves Reis Gomes desde o ano de 1939.

A Escola Industrial e Comercial ficou instalada em Novembro de 1938 no amplo edificio onde estivera o Asilo dos Velinhos á rua das Hortas e Avenida Elias Garcia, depois dos importantes reparos a que ali mandou proceder a Junta Geral do Distrito Autónomo, que tem a seu cargo a manutenção deste estabelecimento de ensino secundário.

Escola Lancasteriana. Foi o súbdito inglês José Phelps quem introduziu na Madeira o ensino mútuo pelo sistema de Lancaster.

A Escola Lancasteriana, fundada em 1819, esteve primeiro numa casa situada ao Ribeirinho, passando daí para a Travessa do Surdo o depois para o prédio á Rua da Princesa, hoje 31 de Janeiro, onde está agora instalada a escola masculina da freguesia de Santa Luzia. Este prédio foi mandado construir pela Associação Funchalense destinada a promover o ensino mútuo, tendo o terreno sido adquirido por ela nos fins do ano de 1822.

A Associação Funchalense destinada a promover o ensino mutuo foi fundada em 21 de Dezembro de 1821, tendo sido o seu primeiro tesoureiro o referido José Phelps e o seu primeiro presidente o cónego Lúcio Antonio Lopes Rocha. Esta associação promovia bailes e subscrições para obter os fundos de que necessitava para a sustentação da escola.

Em 25 de Julho de 1827 dizia o director da aula de ensino mútuo, pertencente á Associação promotora desse ensino: “Esta aula tem tido desde a sua abertura no 1.º de Dezembro de 1823 até o presente, 275 alunos, e tem agora 78 e lugar para 305. Deve advertir-se que o terrível instrumento chamado palmatória é

proscrito nesta aula, onde se conseguem os mesmos ou melhores resultados por meios mais brandos e ao mesmo tempo mais sensíveis ao amor próprio dos alunos“.

A escola a que nos referimos era destinada a crianças do sexo masculino; houve, porém, uma outra destinada a meninas, estabelecida pelas snr.as Blackburn e Phelps. A sustentação desta última escola corria em 1850 por conta de uma sociedade de senhoras nacionais e estrangeiras, contribuindo o Governo com parte do ordenado da mestra, ao passo que a sustentação da escola masculina estava então a cargo do Estado, sendo pago por este o vencimento do respectivo professor.

Desconhecemos o ano em que o sistema de Lancaster deixou de ser adoptado na antiga escola da rua da Princesa, mas é de supor que ele fosse banido dali em 1828 quando o professor Alexandre Luiz da Cunha se ausentou para a América.

O edifício da antiga rua da Princesa, hoje 31 de Janeiro, foi consertado por conta do Estado em 1850, tendo corrido também por conta deste as obras da entrada do mesmo edifício, executadas em 1851 por ordem do governador José Silvestre Ribeiro. Em 1912 e 1914 mandou a Câmara fazer vários consertos na escola. Há uma publicação intitulada Relatório dos progressos da Escola Lancasteriana na Província da Madeira, que tem no fim a data de 6 de Fevereiro de 1823, onde se encontram interessantes informações sobre o método de ensino de Lancaster e a maneira como ele foi introduzido na ilha.

Escola Medico-Cirurgica. O Regimento do Hospital de Santa Isabel desta cidade, aprovado pela Mesa Gerente da Santa Casa da Misericórdia a 10 de Agosto de 1816 e confirmado por provisão régia de 19 de Outubro de 1819, nos dezanove artigos que constituem o Título V, criou, adjunta ao mesmo hospital, uma aula medico cirurgica, com o fim “de evitar o estrago da humanidade nesta Colónia, pela ignorância dos Barbeiros, que sem os conhecimentos próprios andam nos campos curando gente, levando á sepultura os que ainda viveriam se fossem tratados por habéis professores, ou menos ignorantes do que semelhantes curandeiros“.

Ignoramos quando começou a funcionar esta Aula e qual o tempo da sua duração, mas sabemos que teve uma curta existencia, pois que em 1824 o governador e capitão-general informava o governo da metrópole

da necessidade urgente da criação duma Aula de Cirurgia Operadora, ponderando que no Porto Santo e nos campos da Madeira não havia nenhum cirurgião operador, e que “apenas se encontrava algum miserável sangrador, de cuja competência teem sido vitimas muitos dos que o chamaram para o trato e curativo de suas moléstias“. O mesmo governador, ainda no ano immediato, voltava a ocupar-se de tão momentoso assunto, sem que dos seus esforços e diligências se houvesse tirado o menor resultado pratico.

O distinto madeirense e abalizado medico Dr. João Francisco de Oliveira, quando em 1825 foi provedor da Santa Casa da Misericórdia desta cidade, criou, no hospital que lhe está anexo, uma aula de cirurgia que ele próprio regeu gratuitamente durante algum tempo e de cuja regência encarregou depois o cirurgião daquele estabelecimento hospitalar, o Dr. Joaquim de Oliveira Simões. Foi por esse tempo que o Dr. João Francisco de Oliveira, apresentou ao governo um projecto da criação duma escola medica, indicando as bases do seu funcionamento, método do ensino, etc., que, a pesar de merecer a apreciação superior, não teve deferimento favorável.

Pelo que fica exposto, vê-se com clareza a maneira como neste arquipelago se exercia a clinica médica e cirurgica, e se mostra eloquentemente a necessidade da criação de um estabelecimento científico, que preparasse individuos suficientemente habilitados para o exercício dessa clinica.

O decreto de 29 de Dezembro de 1836 criou em cada uma das capitais dos distritos ultramarinos uma escola medico-cirurgica, em que haveria duas cadeiras, ensinando-se na primeira anatomia, fisiologia, operações cirúrgicas e arte obstetricia e na segunda patologia, matéria medica e terapêutica, e que seriam respectivamente regidas pelo medico e cirurgião principais do hospital a que a mesma escola estivesse anexa. A primeira cadeira teria um ajudante demonstrador, que seria o preparador dos trabalhos anatómicos, e na botica do hospital ministraria lições de farmácia o farmacêutico do mesmo estabelecimento. A portaria de 16 de Janeiro de 1837, dirigida ao administrador geral deste distrito, mandava dar plena execução na Madeira ás disposições daquele decreto. Estava criada a Escola Medico-Cirurgica do Funchal.

A comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia, então presidida por João Agostinho Jervis de Atougua, tratou de dar cumprimento ás ordens emanadas do governo central, sem demora adaptou a antiga enfermaria dos súbditos ingleses e duas salas contíguas á instalação da nova Escola, que ficou sendo o mais graduado estabelecimento de instrução existente entre nós.

Eram então cirurgião, medico e boticário do hospital de Santa Isabel, respectivamente o Dr. Luiz Henriques, o Dr. Lourenço José Moniz e o farmacêutico Nicandio Joaquim de Azevedo, que foram, segundo a letra expressa do decreto, encarregados da regência das cadeiras que compunham o curso da nova Escola. Sendo o ilustre madeirense Dr. Lourenço Moniz deputado por esta ilha e tendo feito desistência do seu lugar de professor da Escola, foi substituído no exercício deste cargo pelo Dr. António da Luz Pita. Teve a escola medica do Funchal a boa forma de iniciar os seus trabalhos sob a direcção de dois médicos abalizados, que sobremaneira honraram este novo estabelecimento de instrução superior, começando ele desde logo a granjear os bons créditos de que sempre gozou não só no nosso país mas ainda em algumas terras estrangeiras.

A 2 de Maio de 1837 reuniu-se pela primeira vez o conselho escolar, que ficou constituído pelo Dr. Luiz Pita, presidente, Dr. Luiz Henriques, vogal, e Nicandio de Azevedo, secretário, sendo este também o dia da definitiva instalação da Escola e começando as primeiras aulas a funcionar no mês de Outubro seguinte. O lugar de ajudante-demonstrador só foi ocupado no ano seguinte pelo Dr. Juvenal Honorio de Ornelas. As nomeações destes quatro logares somente se tornaram definitivas pelo decreto de 8 de Setembro de 1838. O Dr. Luiz Henriques e o farmacêutico Nicandio Joaquim de Azevedo serviram até 1845, ano em que faleceram, e o Dr. Luz Pita até o ano de 1866, em que obteve a sua jubilação.

Em 1850 foi nomeado lente da Escola o Dr. Antonio Alves da Silva, que faleceu em 1854 no exercício deste cargo. O Dr. João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, depois visconde e conde de Canavial, exerceu o mesmo lugar desde 1861 até 1883, ano em que se aposentou.

Os Drs. João Augusto Teixeira e Mauricio Augusto Sequeira começaram a fazer parte do corpo docente da Escola Médica em 1874 e regeram as suas cadeiras até 1907 e 1910, anos em que faleceram. O Dr. Nuno Silvestre Teixeira foi nomeado lente em 1883 e permaneceu no exercício deste lugar até á data da extinção da Escola em 1910.

Francisco de Paula Drolhe, Manuel Figueira de Chaves e Francisco Clementino de Sousa, que tinham feito o seu curso médico na Escola do Funchal, foram, cada um por duas vezes, professores interinos da mesma Escola, e também ali regeram cadeiras os Drs. Candido Joaquim da Silva, Acursio Garcia Ramos, Carlos Leite Monteiro e Fortunato Alfredo Pita.

Depois de Nicandio Joaquim de Azevedo, primeiro secretario e primeiro professor de farmácia, que morreu em 1845, foi nomeado para este lugar José Figueira da Silva, falecido em 1858, seguindo-se-lhe Francisco Xavier de Sousa e depois Abilio Augusto Martins, nomeado em 1880. Vasco da Silva Pereira, que lhe sucedeu, foi o ultimo secretario e professor de farmácia da nossa Escola Médica.

Foram directores dela o Dr. Luiz Henriques (1838-1845), Dr. António da Luz Pita (1845-1866), dr. João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, depois conde de Canavial (1866-1883), Dr. João Augusto Teixeira (1883-1907) e Dr. Mauricio Augusto Sequeira 1907- 1910).

O curso foi de três anos até 1842, passando a ser de quatro desde 1843, e assim se conservou até a sua extinção. Os primeiros médicos formados nesta Escola foram Valentim Maximiano de Sousa, Antonio José da Silva, João Luiz Monteiro Júnior, Francisco Simplicio de Vasconcelos Lomelino e João Augusto de Oliveira, que concluíram o seu curso em 1840. Do curso de 4 anos foram Crispiniano Evangelista da Silva, Manuel Lúcio de Freitas, António Manuel da Silva e Teofilo Joaquim Vieira os primeiros médicos que ali obtiveram a sua formatura.

Em 1902 concluíram o curso desta Escola D. Palmira Conceição de Sousa e D. Henriqueta Gabriela de Sousa, as primeiras e únicas medicas que ali se formaram.

Na sua existencia de 73 anos, habilitou a Escola do Funchal cerca de 250 médicos, que têm exercido livremente a clinica, e por muitas vezes com verdadeiro brilho e notável proficiência, não só em todo o arquipelago madeirense mas também em muitas terras do continente português, Açores e colónias ultramarinas, e mesmo ainda nalguns países estrangeiros. Para só falarmos dos mortos, devemos mencionar os nomes de Manuel Figueira de Chaves, Henrique Crawford Rodrigues João Crawford Rodrigues, Antonio Augusto de Santa Clara Gabriel Franco de Castro, Luiz Augusto Rodrigues, João de Deus Vieira, Henrique José Vera Cruz, Francisco Clementino de Sousa e Henrique Venancio de Ornelas, que sobremaneira honraram a escola de que eram filhos.

A nossa Escola Médica tinha uma biblioteca com cerca de dois mil volumes que se achava no edificio da Misericórdia, e encontra-se hoje na Biblioteca Municipal.

Das teses ou dissertações inaugurais, apresentadas pelos alunos na conclusão dos seus cursos, apenas temos

conhecimento de que se imprimisse a do aluno António Francisco da Silva Ramos, natural do continente do reino, que versou sôbre a pneumonia fibrinosa e sôbre a etiologia e tratamento do carcinoma, e que foi defendida no ano de 1895.

A primitiva organização desta Escola só permitia passar aos que se habilitassem com o seu curso a carta de cirurgião ministrante, que depois se modificou, tendo ainda posteriormente o decreto de 22 de Junho de 1870 concedido aos seus alunos vantagens e regalias de que antes não gozavam, sendo-lhes então permitido concorrer aos partidos médicos municipais ou outros dependentes das corporações administrativas. Este assunto tem dado lugar a várias discussões na imprensa, merecendo menção especial a série de artigos publicados no Diário de Noticias do Funchal nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1896. Os médicos pela nossa Escola têm sempre exercido livremente a clinica em muitas terras do continente, nos Açores e nas províncias ultramarinas, e ainda em países estrangeiros. Muitos deles não só foram providos em partidos médicos municipais como também obtiveram sua colocação no exército e na armada, sem desdouro para a Escola que os habilitou e ombreando com os médicos formados pelas escolas superiores do nosso país. Várias tentativas se fizeram em diferentes épocas para a extinção da Escola Medica do Funchal, que resultaram sempre infrutíferas, até que finalmente foi extinta pelo seguinte decreto:

“Artigo 1.º - É extinta a Escola Medico Cirurgica do Funchal.

§ único - O pessoal da Escola assim extinta ficará adido.

Artigo 2.º - Fica revogada a legislação em contrario.

Dado nos Paços da Republica em 11 de Novembro de 1910. Antonio José de Almeida. “

Escola Normal. A escola distrital de habilitação para o magistério primário foi estabelecida pelo decreto de 10 de Maio de 1900, depois de se haver reconhecido a necessidade da criação dum estabelecimento de instrução desta natureza num distrito insular como o nosso, e numa época em que já se fazia sentir a falta de professores suficientemente habilitados para a regência das escolas que se achavam vagas e ainda daquelas que porventura viessem a vagar. Em Outubro de 1900 abriram matricula 37 alunos, e a Escola começou a funcionar no dia 10 do mês e ano referidos. Em Julho do ano seguinte realizaram-se os exames de passagem do 1.º ano do curso, tendo obtido aprovação 26 alunos. Foi primeiro e único director deste estabelecimento o Dr. Pedro José Lomelino, e seus primeiros professores Constantino Silvano

Pereira, Francisco Augusto da Silva, Manuel José Varela, D. Maria da Piedade Oliveira e o já referido director. A Escola foi instalada num edifício á rua dos Aranhas e ali funcionou sempre, sendo nesta mesma casa que também funciona agora (1922) a Escola de Ensino Primário Superior.

Por decreto de 24 de Dezembro de 1901 foram extintas as escolas distritais de habilitação para o magistério primário e convertidas em escolas normais, passando o curso, que era de dois anos, a ser de três, ficando a Escola do Funchal com o mesmo pessoal docente e com o mesmo numero de disciplinas que anteriormente tinha.

O decreto de 10 de Maio de 1919 extinguiu todas as escolas normais do país, com excepção das de Lisboa, Porto e Coimbra, e transformou-as em Escolas Primarias Superiores, ficando uma delas com sua sede no Funchal.

A Escola Normal desta cidade, nos seus dezanove anos de existencia, habilitou 172 professores de instrução primaria de ambos os sexos.

Escola Primaria Superior. O decreto de 10 de Maio de 1919 extinguiu ou antes transformou a Escola Normal desta cidade em Escola Primaria Superior. Os professores da Escola Normal passaram a fazer parte do corpo docente do novo estabelecimento de instrução, sendo o respectivo quadro completado com mais oito professores e ficando assim constituído: Pedro José Lomelino, director, Constantino Silvano Pereira, Francisco Augusto da Silva, Manuel José Varela, Jordão Mauricio Henriques, Adolfo de Sousa Brasão, Jorge Silvio Pelico de Oliveira Neto, Francisco dos Anjos França, Domingos dos Reis Costa, Manuel José da Fonseca, D. Maria Clara do Monte Falco Brito Figueiroa e D. Maria Julieta de Brito Figueiroa. A nova escola começou a funcionar no mês de Outubro de 1919. Foi extinta pelo decreto de 15 de Junho de 1926.

Escolar (*Thyrsites pretiosus*). Peixe da família Triquiúrida, que poucas vezes aparece nos mercados da Madeira. É de grandes dimensões, em geral considerado de bom sabor, mas, pela excessiva gordura tem propriedades laxativas muito acentuadas, que o tornam insuportável para muitas pessoas.

Escolar de Natura (Tetragonurus Cuvieri). Peixe de pouco ou nenhum valor comestível, raríssimas vezes observado nos mares deste arquipélago. Parece ser espécie pelágica; no entanto foi colhido um exemplar, junto á praia do Porto Santo.

Escolas Primárias. Das constituições do Bispado do Funchal promulgadas pelo bispo D. Jeronimo Barreto em 4 de Maio de 1579, vê-se que já nessa época se ensinava na Madeira a ler e a escrever. As pessoas que exerciam este mister, eram obrigados a ensinar também a doutrina cristã pela Cartilha novamente impressa, e não podiam servir-se nas escolas senão de “papeis & livros de boa doutrina aproveitáveis aos bons costumes das crianças.

A instrução primaria, como se vê, era então, directa ou indirectamente, clerical; o ensino secular só foi estabelecido muito mais tarde, tendo sido o Marquês de Pombal quem o iniciou nesta ilha.

Pela lei de 6 de Novembro de 1772 foram estabelecidas seis escolas primarias na Madeira, sendo duas no Funchal e uma em cada uma das vilas de Machico, Santa Cruz, Ponta do Sol e Calheta; e por 1793, foi criada uma escola primaria no Campanário, sendo dotadas mais tarde com o mesmo beneficio as vilas de S. Vicente e do Porto Santo.

Em 1821, ao serem proclamados os princípios liberais na Madeira, existiam no Funchal 4 escolas publicas de primeiras letras e 2 escolas particulares de ensino mútuo, sendo uma para o sexo masculino e outra para o feminino. Nas restantes localidades do arquipélago não tinha aumentado o numero de estabelecimentos públicos de instrução primaria.

O Congresso Constituinte, pela sua resolução de 28 de Junho de 1821, garantiu a instrução primaria a todos os cidadãos, e a carta de lei de 30 do mesmo mês e ano permitiu a qualquer cidadão o ensinar e abrir escolas de instrução primaria. Viveu porém tão pouco tempo a revolução de 1820, que a instrução publica na Madeira não chegou a ser melhorada, nada havendo também a assinalar durante o regimen absolutista que se lhe seguiu a não ser a supressão, durante o governo de D. Manuel de Portugal e Castro, de uma das antigas escolas de primeiras letras, sendo o ordenado do respectivo professor aplicado á sustentação de uma aula de inglês e francês que foi criada no Funchal.

A instrução primaria só começou a progredir na Madeira depois da restauração do governo constitucional, em 1834. De então até 1848 foram criadas 33 escolas publicas na Madeira, sendo 4 pelo Estado, em 1838, e as restantes pelas Câmaras Municipais, aparecendo também muitas escolas particulares, visto a liberdade de ensino, abolida pelo governo absoluto, haver sido restabelecida pelo governo constitucional.

A Câmara Municipal do Funchal criou em 14 de Maio de 1841 as escolas masculinas de S. Roque, S. Martinho e S. Gonçalo; em 12 de Maio de 1845 a escola feminina de Santo Antonio; em 2 de Outubro do mesmo ano a escola feminina de S. Roque; e em 2 de Dezembro de 1846 as escolas femininas de S. Martinho, Monte, S. Gonçalo e Santa Maria Maior.

A Escola da Infância Desvalida, criada pela Sociedade das Escolas Infantis, de que era presidente Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, foi aberta em 1834 ou pouco depois, e a Escola Lancasteriana, ou de ensino mútuo, para meninas, de que já falámos atrás, ainda existia em 1856, mantida e inspeccionada por uma sociedade de senhoras nacionais e estrangeiras. Esta ultima escola, ao menos nos últimos tempos, era destinada a habilitar raparigas pobres a ganharem a subsistência como mestras, como costureiras ou como criadas de servir.

O Governo, a instâncias do deputado Lourenço José Moniz, cedeu em 1837 á Sociedade das Escolas Infantis uma casa situada no Campo da Barca, pertencente á Fazenda Nacional, sendo aí que por largos anos funcionou a chamada Escola da Infância Desvalida, a qual se não deve confundir com uma outra escola com a mesma denominação, criada em 1882 pela Maçonaria do Funchal, e que funcionou num prédio á rua Nova de S. Pedro.

No ano lectivo de 1848 a 1849 havia no arquipelago 42 escolas de instrução primaria pagas pelo tesouro ou pelos municípios, e 30 sustentadas por particulares. Das primeiras, 29 eram masculinas e 13 femininas; e das segundas, 10 eram para rapazes e 20 para meninas. No concelho do Funchal existiam 20 escolas publicas, sendo 9 para o sexo masculino e 11 para o feminino, e 26 escolas particulares, sendo 8 para rapazes e 18 para meninas.

Em 1855 havia no Distrito 47 escolas publicas e 24 particulares, e em 1863 era de 34 o numero das escolas officiais, sendo 25 do sexo masculino e 9 do feminino, frequentadas respectivamente por 950 e 370 alunos, e de 17 o numero das escolas municipais, sendo 8 do sexo masculino e 9 do feminino, aquelas com 412 e estas

com 489 alunos. No mesmo ano havia 16 escolas particulares, 4 do sexo masculino e 12 do feminino frequentadas respectivamente por 225 e 374 alunos.

Em 1870 conheciam-se 36 escolas oficiais (27 do sexo masculino e 9 do feminino), 17 escolas municipais (9 do sexo masculino e 8 do feminino) e 48 particulares (15 do sexo masculino e 33 do feminino), sendo todos estes estabelecimentos frequentados por 1732 rapazes e 1515 meninas, e no ano lectivo de 1882 a 1883 tinha o numero das escolas publicas (oficiais e municipais) subido a 65, existindo também 44 escolas de ensino livre. Das escolas publicas, 1 era mixta, 42 para o sexo masculino, 21 para o feminino e 1 para o ensino de desenho linear; das particulares, 7 eram para o sexo masculino e 37 para o feminino.

O Decreto de 7 de Maio de 1856 criou escolas do sexo masculino nas freguesias da Camacha, Caniço, Gaula, Porto da Cruz, S. Torre, Boaventura, Fajã da Ovelha, Ponta do Pargo, Tabua, Canhas, Ribeira Brava e Serra de Água., e do sexo feminino em Santa Cruz, Machico, Sant'Ana, S. Vicente, Porto do Moniz, Calheta, Câmara de Lobos e Porto Santo.

Em 1904 tinha o arquipelago 73 escolas publicas, sendo 42 para o sexo masculino, 29 para o feminino e 2 mixtas; e em 1905 existiam mais 2 escolas, sendo uma para rapazes outra para meninas.

Em Agosto de 1918 existiam em todo o Distrito 108 escolas publicas, sendo 104 oficiais e 4 municipais, estas ultimas para o sexo feminino. Havia também 11 cursos nocturnos, todos no concelho do Funchal, sendo 3 oficiais e 8 municipais. Das escolas oficiais, 12 eram mixtas, 48 para o sexo masculino e 44 para o feminino. O concelho do Funchal possuía 4 escolas municipais femininas e 33 escolas oficiais; destas, 16 eram para o sexo masculino, 14 para o feminino e 3 mixtas. Fora deste concelho não existiam cursos nocturnos para individuos do sexo masculino.

Na mesma época havia em todo o arquipelago 40 escolas particulares para o sexo feminino e 11 para o masculino, sendo estas escolas e as oficiais e municipais frequentadas, segundo os melhores cálculos, por 6956 discípulos (3912 meninas e 3044 rapazes). Em 1849 recebiam instrução nas escolas primarias do Distrito 3304 alunos de ambos os sexos, e em 1883 eram as mesmas escolas frequentadas por 2500 alunos e 2407 educandas.

Em fins de 1918 foram criadas no Funchal 4 escolas centrais, sendo 2 para cada sexo, e lê-se num relatório

enviado pela Inspeção Escolar do Circulo ao Secretario de Estado da Instrução, em 10 de Outubro de 1918, que no ultimo ano lectivo as escolas officiais da cidade tinham sido frequentadas por 570 indivíduos, dos quais apenas 189 haviam atingido o saber de contas, escrita e leitura corrente. Segundo o mesmo relatório, o ultimo recenseamento da população escolar do Funchal dá a existencia de 5816 crianças de 7 a 14 anos (2929 do sexo masculino e 2887 do feminino), elevando-se a população escolar em todo o circulo a 19:290 indivíduos.

Há presentemente (1922) em todo o Distrito 11 escolas móveis, sendo 2 em S. Roque, 2 em Santo Antonio, 1 na Ponta do Pargo, 1 na Madalena, 1 nos Canhas, 3 na Ponta do Sol e 1 no Porto Santo. Em Setembro de 1919 era de 9 o numero destas escolas.

No Distrito existem (1922) dois círculos escolares - o oriental e o ocidental - ambos com sede no Funchal, pertencendo ao primeiro os concelhos do Funchal, Santa Cruz, Machico, Sant'Ana e Porto Santo, e ao segundo, os concelhos de Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, Porto do Moniz e S. Vicente. Antes de Setembro de 1919 a sede do circulo ocidental era na Ribeira Brava, tendo havido primeiramente um só circulo em todo o Distrito, sob a direcção ora dum inspector, ora dum subinspector escolar.

Da publicação do Ministério das Finanças intitulada Analfabetismo em Portugal (folha para vulgarização-n.º 5) vê-se que a percentagem do analfabetismo global de ambos os sexos no Distrito do Funchal era de 88,4 por cento em 1864, de 90,1 em 1878, de 84,5 em 1890, de 90,0 em 1900 e de 82,7 em 1911. Ignoramos qual seja a percentagem do mesmo analfabetismo na actualidade, mas é de crer que tenha decrescido de 1911 para cá, embora os indivíduos das classes pobres nem sempre cuidem em obrigar os seus filhos á frequência das escolas.

Damos, em seguida, a relação completa das escolas primárias e postos de ensino actualmente (1940) existentes neste distrito:

Freguesia de Água de Pena: Igreja-Dupla e Torre-Dupla.

Arco da Calheta: Arco-Masculina, Arco-Feminina, Loreto-D. e Florenças-Posto de Ensino Duplo.

Arco de São Jorge: Lagoa-D.

Boaventura: Boaventura-M, e Boaventura-F..

Calheta: Lombo da Estrela-M., Lombo da Estrela-F. e Atouguia-D.

Camacha: Camacha-M., Camacha-F. Casais de Além-P. E. M , Casais de Além-P. E. F., Vale Paraíso-P. E. D.,
Nogueira-P. E. D., Ventrecha-P. E. D..
Câmara de Lobos: Vila-M., Vila F., Lourencinha-M., Lourencinha- F., Ribeiro de Alforra-D., Preces-D., Cruz
da Caldeira-P. E. M. e Heras-P. E. D..
Campanario: Campanário-M. e Campanário-F.
Canhas: Canhas-M., Canhas-F. e Serrado-D..
Caniçal: Caniçal-D..
Caniço: Vargem-M., Vargem-F., Assomada-P. E. M. , Barreiros-P. E. M. e Abegoaria-P. E. D..
Cural: Casas Próximas-D..
Estreito da Calheta: Estreito-M. e Estreito-F..
Estreito de Câmara de Lobos: Igreja-M., Igreja-F., Covão-D., Pico e Salões--P. E. D.,
Faial: Covas-M., Igreja-F.e Lombo de Cima-D..
Fajã da Ovelha: Fajã da Ovelha-M., Fajã da Ovelha-F., Lombada-P. E. D. e Raposeira-P. E. D..
Gaula: Povo-M., S. João de Latrão-F., Achada-D., Povo-P. E. F..
Jardim do Mar: Piedade-D..
Machico: Vila-M., Vila-F., Caramanchão-D., Caramanchão-P. E. D. Torre-P. E. M. e Ribeira Seca-P. E. M..
Madalena: Madalena-M., Madalena-F. e Ribeira do Medo-P. E. D..
Monte: Quinta da Piedade-M. Babosas-M., Tílias-F., Quinta dos Reis-D., Corujeira-D., Quinta dos Reis-P. E.
D. e Penha de França-P. E. D..
N^a S^a da Piedade: Vila-M., Vila-F. Campo de Baixo-P. E. M..
Paúl do Mar: Serrado-M. e Serrado-F..
Ponta Delgada: Ponta Delgada-M . Ponta Delgada-F..
Ponta do Pargo: Salão-M. Salão-F. Pico Queimado:-P. E. M..
Ponta do Sol: Vila-M., Vila-F., Lombada-D. e S. Caetano-D..
Porto da Cruz: Igreja-M. e Casas Próximas-F..
Pôrto do Moniz: Vila-M., Vila-F. e Levada Grande-D..
Prazeres: Prazeres-M..
Quinta Grande: Igreja-D..
Ribeira Brava: Vila-M., Vila-F., Banda de Além-D. e Lombo de S. João-D..
Ribeira da Janela: Banda de Além-D..
Santa Cruz: Vila-M., Vila-F., Têrça-D., Rego-D. e Janeiro-P. E. D. .
Santa Luzia: Santa Luzia-M., Santa Luzia-F. , Consolação-F. , Viveiros-P. E. D. e Rua Sidónio Pais P. E. D..

Santa Maria: Rochinha-D., Faial-D., Bom Sucesso-V., Rua de Santa Maria-M., Rua de Santa Maria-F., Rua do Conde Carvalhal -F., Rua de Santa Maria-P. E. M. e Levada do Foguete P. E. D..

Sant'Ana: Serrado-M. e Igreja-F..

Santo Antonio: Boliqueme-F., Encruzilhadas-M., Encruzilhadas-F., Courelas-M., Preces-F., Casas Próximas-F., Madalena-M., Madalena-F., Salão-M., Ribeirinho-D., Laranjal-M., Lombo dos Aguires-D., Pilar-P. E. D., Pinheiro das Voltas-P. E. D., Pinheiro das Voltas-P. E. M., Ribeira Grande-P. E. D., Miradouro-P. E. 1). e Penteada-P. E. D..

Santo da Serra: Santo da Serra-M. e Santo da Serra-F.

Sé: Rua da Conceição-M., Rua da Conceição-F. e Sindicato dos Padeiros-P. E. M..

Seixal: Poiso,-M. e Seixal-F..

Serra de Água: Poiso-M. e Pereira-F..

São Gonçalo: Igreja-M., Louros-M., Caminho do Palheiro-M., Louros-F., Igreja-D., Valado-D., Pedra Sina-D., Estanquinhos-D., Cancela-D., Neves-P. E. D. e (Caminho do Palheiro-P. E. D..

São Jorge: S. Pedro-F. e Covas-M..

S. Martinho: Ajuda-M., Ajuda-F., Ribeiro Seco--M., Vitória-D., Várzea-D., Areeiro-D., Poço Barral-P. E. D., Casa Branca-P. E. D., Amparo-P. E. F., Pico do Funcho-P. E. M. e Lombada-P. E. F..

S. Pedro: Rua da Carreira--M., Ilhéus-F., Achada-F. e Cruz de Carvalho-P. E. D..

S. Roque: Salão-M., Salão-F., Achada-M., Lombo de João Boieiro-M. e Fundoa de Cima-P. E. D..

S. Roque do Faial: S. Roque do Faial-D..

S. Vicente: Vila – M., Vila-F., Feiteiras -M., Feiteiras - F., Lameiros-D. e Vargem-D..

Tabua: Tábua-M. e Tábua-F..

Escorcio. Este apelido de família tem a mesma origem que o apelido Drumond. Escorcio parece ser corruptela de escocio ou escocês.

V. Drumond:

Escravos. O solo madeirense foi durante séculos abundantemente regado pelo suor do escravo. O difícil

e penoso arroteamento das terras desta ilha fez nos primeiros tempos da colonização por meio dos escravos negros, dos mouros cativos e dos canários. A escravatura, que começara no Rio do Ouro por meado do século XV, foi gradualmente aumentando com a exploração e cultura dos terrenos das ilhas recentemente descobertas, isto é dos arquipelagos da Madeira, Açores e Cabo Verde.

No fim do século XV e princípios do século seguinte, o flamengo João Esmeraldo, somente na sua propriedade da Lombada da Ponta do Sol, tinha oitenta escravos entre mouros, negros e mulatos. Diz Frutuoso que os rois de confissão acusavam em 1552 a existencia de 2700 escravos no Funchal, que no mesmo ano se elevaram a 3000, porque quatro navios conduziram mais 300 a esta ilha. Se atendermos a que nessa época a população total do arquipelago orçava por vinte mil habitantes, concluiremos que era considerável o numero de escravos que aqui havia, sendo para notar que dentro dum ano se fez a importação de trezentos! Meio século mais tarde, quando os corsários franceses saquearam a cidade do Funchal em 1566, levaram cativos apenas trezentos negros, porque mais não lhe permitiu a lotação dos navios.

Nos arquivos paroquiais de todas ou quasi todas as freguesias se encontram muitos registos de baptismos e casamentos de escravos negros e mulatos. Até da Índia vieram escravos, pois que Tristão Vaz da Veiga, que foi governador geral do arquipelago em 1582, tinha doze escravos indianos para serviço particular da sua casa.

Parece que a escravatura cresceu ainda com o decorrer dos tempos, mas escasseiam-nos elementos seguros para ajuizar com relativa aproximação do numero de escravos e das épocas da sua introdução nesta ilha. A eles se deve em boa parte o rápido e notável desenvolvimento da indústria do açúcar, que foi o mais importante factor da riqueza e prosperidade deste arquipelago nos séculos XV e XVI. O colono vindo do continente fez-se sesmeiro, tornou-se depois senhor da terra e em muitos casos transformou-se em morgado, deixando aos escravos o cultivo e amanho das propriedades rústicas e indo disfrutar na cidade ou na corte o rendimento dos seus campos e herdades. Os escravos, libertando-se a pouco e pouco da tutela do seu senhor, cultivando por conta própria as terras de sesmaria, sobrecarregando-as com casas, paredes e outras bem-feitorias, e valorizando-as deste modo consideravelmente, contribuíram para a criação do contrato de colonia e quasi passaram a ser co-proprietarios dessas mesmas terras e propriedades.

Parece que os escravos eram tratados neste arquipelago com mais alguma humanidade e que a sua situação material era menos para lamentar do que em outras colónias portuguesas. Teriam talvez contribuído para

isso a nativa feracidade do solo, as várias expedições guerreiras a Marrocos, o numero considerável de estrangeiros aportados a esta ilha, com costumes mais brandos e tendências mais civilizadoras, e ainda outras causas que desconhecemos. Refere Frutuoso, ocupando-se de Machico, “que ha nesta vila muitas mulatas e mui bem tratadas e de ricas vozes, que he signal da antiga nobreza dos seus moradores, porque em todas as casas grandes e ricas ha esta multiplicação dos que as servem“. É, porém, certo que os donatarios obtiveram em 1505 o alvará régio, que se acha registado no tomo 1.º do arquivo da câmara do Funchal, a fls. 111, em virtude do qual podiam mandar cortar as orelhas aos escravos que a merecessem por Justiça. E aproximadamente por esta época, tendo alguns escravos de João Rodrigues Castelhana assassinado um feitor do mesmo Castelhana, foram cinco deles enforcados na vila da Calheta.

As condições sociais foram-se modificando e o trafico da escravatura passou a ser um acto condenavel e punido pelas leis. “Pelo alvará de 19 de Setembro de 1761, diz o Dr. Rodrigues de Azevedo, ficara prohibido transportar escravos para o continente do reino, e havidos por libertos e forros os que ali chegassem a entrar; e em 7 de Julho de 1768 foi publicada na cidade do Funchal, por um bando, uma carta do Secretario de Estado ao Corregedor dr. Francisco Correia de Mattos, pela qual se mandava aplicar a este archipelago a disposição desse alvará. Principiou então na Madeira a gradual extinção da escravatura. Outro alvará, de 16 de Janeiro de 1773 veiu consumir o intuito humanitário do de 1768“.

Embora os escravos se encontrassem dispersos por toda a ilha, parece que em alguns pontos nomeadamente no Funchal, Ponta do Sol, Machico e Curral das Freiras se constituíram importantes núcleos de população negra e mourisca, que entre si se foram cruzando e também misturando com os habitantes descendentes dos colonos continentais, diluindo-se e confundindo-se deste modo na população madeirense os traços característicos daquelas raças. Um numero, porém, considerável de indivíduos negros, mulatos e mouros conservou, até há poucos anos ainda, as linhas fisionómicas que distinguem os povos donde descendiam. Não é raro encontrar-se ainda alguns indivíduos com os traços bem acentuadamente definidos da raça preta.

Os nomes das ruas da Mouraria e das Pretas dão-nos ainda a conhecer a existencia dos mouros e negros no Funchal. Os oitenta escravos de João Esmeraldo, na Lombada da Ponta do Sol, e muitos outros que por ali havia em diversas fazendas povoadas, mostram-nos que existiu naquela freguesia um avultado numero de indivíduos pertencentes ás raças africanas. O Curral das Freiras (V. este nome), como já dissemos, foi nos tempos primitivos da colonização um valhacouto de criminosos e de escravos foragidos, que neste logar

ermo e quasi inacessível encontravam a sua verdadeira carta de alforria, tendo formado um centro de população, que depois se confundiu com os povoadores que ali se estabeleceram.

Segundo um diploma de 1483, os escravos que fugiam para as serras podiam ser vendidos por aqueles que os apanhassem uma vez que os seus legítimos donos os não procurassem ou fizessem prender dentro do prazo de quatro meses a contar da época da fuga. No mesmo ano veio uma ordem para se inquirir da vida dos escravos, não se lhes permitindo o aluguer das casas, sem previa licença, e antes disso, em 1474, ordenou o infante que nenhum escravo pudesse manter casa “per si”.

Em 1490 proibiu-se a residência na Madeira aos indivíduos oriundos de Grã Canária, Palma, Tenerife e Gomera, mas em 1515 foi esta ordem revogada para aqueles que exercessem o ofício de mestres de açucares. Em Novembro de 1767 chegou á Madeira um navio com escravos, mas a venda destes foi proibida pelo Corregedor da Comarca, a pesar de, como atrás dissemos, só em 7 de Julho do ano imediato ter sido publicada aqui, por um bando, a carta que mandou aplicar a este arquipelago as disposições do alvará de 19 de Setembro de 1761.

Escudeiro (João). Foi o primeiro que na Madeira usou este apelido.

V. Bemposta.

Escutas (Corpo Nacional de). Fundado em Braga e em 1923 pelo saudoso Arcebispo Primaz D. Manuel Vieira de Matos, o Corpo Nacional de Escutas depressa se desenvolveu e espalhou pelo país além, encontrando grandes dedicações da parte dos católicos, que viam, muito justamente, no movimento escutista organizado em bases cristãs e católicas, uma escola ideal de formação para a juventude portuguesa, até então quasi inteiramente abandonada das classes dirigentes.

A ideia da fundação duma Região do C. N. E. na nossa ilha surgiu em 1926. Após um largo período de treino

e formação, fundou-se o C. N. E. na Madeira com elementos da antiga Juventude Católica do Funchal, tendo os mesmos feito a promessa solene a 8 de Dezembro de 1928, na Igreja do Colégio.

O organismo superior-a Junta Regional- ficou assim constituído: Comissário Regional: Capitão Eduardo dos Santos Pereira; Director: Padre Jorge de Faria e Castro; Secretario: Engenheiro Antonio Henriques de Araújo; Médico: Dr. José da Cunha Tavares da Silva; Chefe da Escola de Instrutores: Jose Vieira da Luz Júnior.

O primeiro grupo fundado foi o nº 5 (Infante D. Henrique) de que era chefe António J. de Caires.

Desde então, o movimento escutista aumentou, fundando-se novas unidades em Santa Maria Maior (Grupo 88, Santiago), S. Roque (Grupo 55, S. Roque), S. Gonçalo (Grupo 76, S. Gonçalo), Caniço (Patrulhas Andorinha e Oliveira Salazar) e Porto Santo (Patrulha Nun'Alvares); no centro da cidade, existem o Grupo 5 (Baden Powel) e o Grupo 72 (Afonso de Albuquerque).

O C. N. E. desde então realizado diversas actividades colectivas, em especial acampamentos, cuja organização tem sido considerada verdadeiramente modelar.

Não tem descurado também a prática religiosa, ministrando regularmente conhecimentos de religião aos seus associados e tendo organizado já alguns retiros espirituais.

O C. N. E. na Madeira tem participado em grandes acampamentos nacionais e estrangeiros, enviando sempre delegações escolhidas. Os acampamentos nacionais foram os de Cacia(1928), Braga(1932) e Lisboa (1934) e internacionais (chamados jamburis) em Inglaterra (1929), Hungria (1933), Holanda (1937) e no rover moot da Suíça (1932).

Na Madeira realizou também o C. N. E., em 1938, o I Acampamento Regional, e, em 1939, promoveu-se um Congresso de Dirigentes, na Camacha, no qual tomaram parte numerosos Escutas do Continente.

Para comemorar os Centenários da Fundação e Restauração de Portugal, os Escutas da Madeira organizaram uma Exposição Escutista que esteve aberta de 1 a 8 de Dezembro de 1940.

A Junta Regional do C. N. E. na Madeira está hoje assim constituída: major Eduardo dos Santos Pereira,

Comissário Regional; Padre Jorge de Faria e Castro, Assistente Regional; António de Santa Clara Gomes, Secretário Regional; João Virissimo Nunes, Secretário Regional Adjunto; sendo médico Regional o Dr. Agostinho Cardoso.

O C. N. E. na Madeira conta, actualmente um efectivo aproximado de 160 elementos.

Esmeraldo (João). Entre os forasteiros de origem nobre que os azares da fortuna trouxeram a esta ilha nos tempos da colonização, destaca-se o fidalgo flamengo João de Esmenaut, cujo nome foi aporuguesado em João de Esmeraldo e que parece ter aportado ao Funchal pelos anos de 1480. Justificou a sua nobre ascendência, e por carta régia de 13 de Agosto de 1511 lhe mandou D. Manuel guardar os privilégios de fidalgo, visto que o era na Picardia, terra da sua naturalidade. Mais tarde, por alvará de 16 de Maio de 1520, que vem transcrito no nobiliario de H. Henriques de Noronha, foi-lhe concedido brasão de armas e foi feito fidalgo da casa real, honraria, que Carlos 5.º de Espanha lhe tinha já anteriormente conferido. Este brasão compreende, além das armas próprias dos Esmenauts, as armas de Piennes, de Hallwin e Nedenchel, famílias aliadas á primeira e das mais ilustres do norte da França.

João Esmeraldo teve muitas terras de sesmaria nesta ilha, e por escritura de 28 de Janeiro de 1498 comprou ou aforou a Rui Gonçalves da Câmara, filho de João Gonçalves Zarco, a grande propriedade chamada Lombada da Ponta do Sol, que depois teve o nome de Lombada dos Esmeraldos e da qual nos ocuparemos em artigo especial. Ali instituiu o morgado de Santo Espírito, que por escritura de 12 de Junho de 1522 com o consentimento de sua segunda mulher Agueda de Abreu e do filho do primeiro matrimónio João Esmeraldo e do filho do segundo matrimónio Cristovão Esmeraldo, dividiu em dois morgadios denominados do Santo Espírito e do Vale da Bica, cabendo, por sortes, o primeiro a Cristovão e o segundo a João Esmeraldo, o que tudo foi confirmado por D. João III, por alvará régio de 13 de Novembro daquele ano.

Diz Gaspar Frutuoso: “A Lombada de João Esmeraldo, de nação genoez, a qual chega do mar á serra, de muitas cannas de assucar, e tão grossa fazenda que já aconteceu fazer João Esmeraldo vinte mil arrobas de sua lavra cada anno; e tinha como oitenta almas suas captivas, entre mouros, mulatos e mulatas, negros e negras e canarios. Foi esta a mayor casa da ilha, e tem grandes casarias de aposento, engenhos, casas de

purgar, e igreja. E depois do falecimento de João Esmeraldo, ficou tudo a seu filho Christovão Esmeraldo, que o mais do tempo andava na cidade do Funchal sobre huma mula muito fermosa, com outro homens detraz de si, quatro de capa e quatro mancebos em corpo, filhos de homens honrados... “

A pesar da sua extensão e de nela haver 80 escravos, achamos excessiva a produção de vinte mil arrobas numa só propriedade, sobretudo numa época em que uma parte considerável das terras estava por cultivar e o seu difícil arroteamento se fazia com muita lentidão, devido principalmente ao relevo e acidentado dos terrenos, sendo também para advertir que João Esmeraldo era flamengo ou francês, e não genovês como afirma Frutuoso. Embora consideremos um tanto hiperbólicas as palavras do cronista, não podemos deixar de acreditar na riqueza e prosperidade da Lombada, se atendermos á importância que ela ainda hoje tem, á grande casa de habitação e formosa igreja que ali construiu Esmeraldo e ás muitas referências que temos encontrado a esta propriedade, que era considerada como o mais importante morgadio da opulenta casa Carvalhal.

A igreja foi sagrada em 1508 pelo bispo D. João Lobo e ali se sepultou o seu fundador que morreu a 19 de Junho de 1536.

O nome de João Esmeraldo anda indissolúvelmente ligado á estada de Cristovão Colombo nesta ilha, e para evitar escusadas repetições, remetemos o leitor para o artigo que consagramos ao grande navegador. João Esmeraldo foi o primeiro que nesta ilha usou este apelido, e o brasão de armas que lhe foi concedido e aos seus descendentes é assim descrito por Noronha: “O campo esquartelado: o primeiro de prata, com uma banda preta; o segundo de azul, com uma faixa de ouro camelia; o terceiro de prata, com um leão preto, e por cima delle um filete vermelho com banda, e de redor delle bilhetas pretas; o quarto de azul e uma banda preta fimbriada de vermelho: elmo de prata aberto, guarnecido de ouro, paquife de ouro e de azul e por timbre um leão preto“. Esta descrição difere algum tanto da que se encontra no volume 3.º do dicionário Portugal, a pag. 184.

Vid. o opúsculo A Lombada dos Esmeraldos na Ilha da Madeira pelo Pe. Fernando Augusto da Silva.

Esmeraldo (Rua do). Provém-lhe o nome de João Esmeraldo (V. este nome), que ali teve grandes casas de moradia. Fica paralela á rua do Sabão, com a qual comunica por meio da Travessa de Cristovão Colombo, e estende-se desde a rua da Alfândega até á do Comercio.

Espada Branca (*Lepidopus argyreus*). Peixe Triquiúrida de passagem na Madeira, em cujas águas, aparece irregularmente. É pescado á linha, muitas vezes na profundidade de 100 braças.

Espadana (*Phormium tenax*). Liliacea originaria da Nova Zelandia, cultivada no Monte, Sant'Ana e nalguns jardins do Funchal. As folhas glaucas e longas desta planta, cortadas em tiras depois de murchas, servem para ataduras em substituição do vime, podendo extrair-se delas um fio que nalguns países tem aplicação ao fabrico de cordas e de um tecido forte e durável. O suco das folhas de espadana tem sido aconselhado contra as moléstias cancerosas.

Espada Preta (*Aphanopus carbo*). Peixe Triquiúrida, quasi peculiar dos mares profundos da Madeira, onde vive em grande quantidade. Colhido exclusivamente pelos pescadores de Câmara de Lobos, é peixe saboroso que abastece em larga escala o mercado do Funchal. A sua captura exerce-se a uma profundidade de cerca de 1000 braças, sendo por isso uma das mais profundas pescas de todo o globo. O peixe espada outrora muito barato, chega a vender-se agora ao preso de 60, 70 e 80 centavos cada um, no mercado do Funchal.

Esparto. Nome vulgar do *Asparagus Loweii*, Liliacea-Asparagoidea muito cultivada nos jardins e quintas da Madeira e que aparece espontânea no Porto do Moniz e entre S. Jorge e Sant'Ana. Tem caules lenhosos e sarmentosos ou volúveis, cladodios fasciculados e setaceos e flores brancas, com os pedunculos articulados e mais curtos que os cladodios. O esparto de folha miúda, muito cultivado nos jardins, é o *Asparagus plumosus*, e nas proximidades do Gorgulho tem sido achado o *H. scoparius*, bonita planta quasi extinta na ilha.

Esperança. Revista mensal dos estudantes do Seminário Diocesano. Saiu o primeiro numero em Dezembro de 1907 e o ultimo em Novembro de 1908.

Esperança (A). Saíram onze números, de 7 de Março a 8 de Junho de 1914.

Esperança (Teatro). V. Teatros.

Espinafre (*Tetragonia expansa*). Planta da Australia e Japão, cultivada e naturalizada na Madeira. As suas folhas servem para esparregado. O espinafre conhecido pelo nome botânico de *Spinacea oleracea*, é frequente em Portugal, mas desconhecido na Madeira.

Espinheiro (*Lycium europaeum*). Arbusto espontaneo na Madeira e Porto Santo. Encontra-se na Calheta, em Câmara de Lobos, etc.. A infusão das suas folhas é diuretica.

Espinal. Aparelho de pesca formado de linhas e anzóis. E pouco usado na Madeira.

Espinola. É apelido nobre e muito antigo entre nós, e provém de Antonio e Leonardo Espinola, próximos parentes, que vieram para esta Ilha no primeiro quartel do século XVI. Eram naturais de Génova e oriundos duma antiga e nobre família desta cidade.

Há dois ramos: Espinolas de Adorno ou Aderno, cujo brasão de armas, concedido em 1513, consiste em “campo de ouro e uma faixa de escaques de prata e vermelho, e nela um ramo de espinhas vermelho, e por diferença uma marlota de azul, elmo de prata aberto e por timbre o mesmo ramo, paquife de ouro e vermelho“. O outro ramo, conhecido pelo nome de Rosa ou de la Rosa, tem brasão de armas, conferido a 27

de Fevereiro de 1535, e cuja descrição em nada difere da anterior.

Antonio Espinola teve muitas terras de sesmaria. A 30 de Abril de 1524 doou um terreno na extremidade da cidade, no qual se se construiu a capela de São Tiago, com a condição de que na mesma se desse sepultura às pessoas da sua família e o capelão pedisse um Padre Nosso e uma Ave - Maria por sua alma, segundo afirma o anotador da Historia Insulana.

Espírito Santo (Capelas do). Descrevendo Gaspar Frutuoso a exploração feita pelos descobridores através da ilha, para o efeito da divisão das capitánias, diz: "... João Gonsalves Zarco... chegando a hum alto sobre Câmara de Lobos, traçou ali onde se fizesse huma igreja do Spirito Santo... e todos estes altos tomou para seus herdeiros. " Esta capela, que foi mais duma vez reconstruida, ainda existe e em bom estado de conservação. Foi fundada pelo próprio descobridor da Madeira e serviu durante muitos anos de igreja paroquial, quando em 1430 se criou a freguesia de Câmara de Lobos. Por 1720 procedeu-se á sua reedificação, pelo estado adiantado de ruína em que se encontrava, e em 1908 fizeram-se também ali importantes repairos e na pequena casa que fica anexa. A pesar de talvez não restar cousa alguma da primitiva edificação, é no entretanto esta capela um pequeno monumento histórico para o concelho e freguesia de Câmara de Lobos, que recorda o nome do descobridor da Madeira, que a mandou construir, e ainda por ter sido a sede da instalação da paróquia por ocasião da criação, como já dito fica. No sítio do Campo de Baixo da ilha do Porto Santo, existe a capela do Espírito Santo, que se acha bem conservada e onde se praticam os actos do culto. Não é de construção recente e foi completamente restaurada no primeiro quartel do século passado pelo capitão Sebastião Antonio Drumond.

Espírito Santo (Festas do). Os grandes festejos que se realizavam outrora no domingo do Espírito Santo, estão muito reduzidos; todavia ainda em muitas freguesias revestem um certo brilho, sendo os impérios vistosamente adornados e distribuindo-se depois das cerimónias religiosas uma refeição e um fato completo a doze pobres. Se as dádivas dos devotos para as festas foram abundantes, ainda outros pobres são contemplados com esmolas, consistindo estas muitas vezes em pano de algodão, chita, etc.. Em cada freguesia existe uma comissão, nomeada sempre de acordo com o pároco, a quem cumpre obter os meios precisos para levar a efeito as festas do Espírito Santo.

A comissão a que nos referimos, quando em exercício de funções, reconhece-se pelas capas encarnadas dos seus membros, um dos quais leva a coroa, outro o cetro, outro a bandeira e um quarto o pendão. Alguns tocadores de machete e de viola acompanham a mesma comissão, e a ela se agregam também muitas vezes várias raparigas vestidas dum modo especial, a que chamam saloias. Homens e raparigas entoam cânticos religiosos nas casas onde entram para pedir esmolas, não sendo raro os membros da comissão concluírem a sua tarefa diária um tanto embriagados, devido á maneira obsequiosa como costumam ser recebidos pelos devotos da freguesia.

Nos imperios de outrora havia sempre um imperador ou divino imperador, que era coroado no domingo da Trindade; tal entidade desapareceu, porém, em toda a ilha há cerca de quarenta anos, embora a coroa continue a figurar nas festas do Espírito Santo. O imperador era o homem que no ano anterior tinha levado o cetro, e após a eleição era uso, ao menos em certas localidades, os circunstantes dirigirem-lhe a quadra seguinte, para a qual havia musica apropriada:

Está coroado e bem coroado
O nosso Imperador.
Foi coroado e bem coroado
Pelas mãos de Nosso Senhor.

Nalgumas freguesias é costume os promotores das festas enviarem uns bilhetes ás pessoas mais abonadas ou categorizadas da localidade, as quais se os aceitam e pagam, ficam com o direito de os distribuir depois aos pobres seus protegidos, a fim de que estes recebam uma esmola no dia do Império, ou depois deste realizado.

Muitas dádivas em géneros, obtidas pelas comissões de que falámos, costumam ser vendidas ou rifadas para que o seu produto tenha aplicação ás despesas com o império e as festas. A condução do pão e dos géneros para o local do império é uma cerimónia que reveste nalgumas partes um certo brilho, sendo uso no dia da festa o celebrante benzer o pão destinado á refeição que pouco depois é fornecida aos pobres.

Nos Fastos Açoreanos do Sr. José de Torres, lê-se o seguinte, a propósito das festas do Espírito Santo:
“Ninguém como o povo é depositário de melhores cousas, assim como ninguém mais propenso a viciar ou

disvirtuar muitas, que em seus primórdios eram excellentes. Não ha instituto que não tenda a ser corrompido pelo abuso. Assim foram as irmandades ditas do Espírito Santo, e os festejos públicos que promovem, logo que passaram ao domínio popular“.

“Fomes apertadas nos estados allemães determinaram um dos imperadores da dynastia, Othon, a lançar os fundamentos desta instituição, como banco formado de esmolas para acudir a pobres nos anos de penúria. Da divindade que invocavam, do imperante que tomara a iniciativa, nasceram os festejos religiosos, que a confraria imperial votara ao culto do Espírito Santo nesta quadra do anno, devoção e costume que de lá se propagou pelos estados da Europa Christã, cujos reis marcharam á frente da obra a seu modo civilisadora e humanitária, até que o povo lhes foi usurpar o privilegio e se apoderou da instituição pia... “

As festas do Espírito Santo, embora muito menos aparatosas na Madeira do que nos Açores, revestem ainda um certo brilho nalgumas freguesias. O povo nunca nega o seu obulo para a realização dessas festas em que de par com o edificante esplendor das cerimónias religiosas, aparecem os impérios e os bodos, com o que sempre aproveitam os pobres da localidade.

No século XVIII, segundo se lê na Breve e verdadeira demonstração dos princípios e progressos do governo que João Antonio de Pereira fez na Ilha da Madeira, realizavam-se imperios “em cada rua da cidade“, em que havia “gulas e ebriedade“, mas tais festas só têm lugar hoje nas proximidades das igrejas paroquiais, tendo perdido muito a feição carnavalesca e ás vezes pouco digna que apresentavam noutras épocas.

Espírito Santo (Fr. João do). Frade português que foi enforcado no Funchal, vestido com trajos de leigo, em 1582 ou pouco depois, por haver incitado o povo desta ilha a seguir o partido de D. Antonio, prior do Crato.

Fr. João do Espírito Santo esteve em Angra antes de vir para o Funchal, e a ele se refere a Relação das coisas que aconteceram na cidade d'Angra, ilha Terceira, depois que se perdeu el-rei D. Sebastião em Africa. Esta relação foi publicada no vol XIII. pag. 159, do Panorama.

Espírito Santo (João Gomes do). Nasceu na freguesia de São Gonçalo deste concelho e

faleceu na cidade do Porto a 16 de Dezembro de 1839, tendo cerca de oitenta anos de idade. Foi um distinto oficial de artilharia e durante alguns anos comandou a bateria aquartelada na fortaleza de São Tiago. Era homem de aprumado character e distinguiu-se como jornalista, havendo sido redactor dum jornal-politico publicado no Funchal e que no tempo gozou de grande nomeada. (Colaborou em muitos periódicos do continente, estando há muitos anos afastado das lides jornalísticas.

Esponjas. Cerca de 70 espécies de esponjas têm sido colhidas nos mares da Madeira, muitas delas siliciosas ou calcareas, figurando entre estas a Melia Normani, descoberta pelo Sr. Adolfo de Noronha nos mares do Porto Santo e descrita pelo Sr. Kirkpatrick, naturalista do Museu Britanico.

A maior espécie achada até agora nos mares do arquipelago mede cerca de 60 centímetros, tem um pouco a forma de uma escudela e é constituída por fios vítreos apertadamente entrelaçados. Quando as linhas dos pescadores atingem os grandes fundos, trazem ás vezes esponjas da mesma natureza da procedente, presas nos anzóis. Na Ponta de São Lourenço temos visto, boiando perto da costa, pequenas esponjas fibrosas, provenientes certamente dos fundos próximos.

No numero 1289 do Heraldo da Madeira encontram-se informações curiosas acerca da Melia Normani, a esponja do Porto Santo.

Espora (A). Começou a publicar-se este jornal a 5 de Junho de 1891 e terminou a 22 de Fevereiro de 1892, tendo saído 72 números.

Espranger. Este apelido de família, de origem nobre, procede de Adrião Basali Espranger, que teve terras de sesmaria no Arco da Calheta e ali teve descendentes. Justificou a sua origem fidalga e tinha brasão de armas.

Estabelecimento do Porto. Nas sizígias o preiamar não coincide com a passagem da lua pelo meridiano, visto as águas continuarem ainda a subir depois dessa passagem, em virtude da velocidade

adquirida. O estabelecimento do porto, ou a hora da maré cheia das águas vivas, é no Funchal, segundo a carta do general Antonio Pedro de Azevedo, ás 12h48', sendo a elevação da maré de 2m, 28.

Estações Telegrafo-Postais. Existem na Madeira doze estações telegrafo-postais, sendo uma de primeira classe, no Funchal, duas de segunda em Santa Cruz e na Calheta, seis de terceira na Ribeira Brava, Ponta do Sol, Porto do Moniz, S. Vicente, Sant'Ana e Machico e três de quarta em Câmara de Lobos, Ponta Delgada e Porto da Cruz.

Na Ponta do Pargo há uma estação telegrafo-postal e semaforica, na Ponta de S. Lourenço uma estação telegrafica e semaforica e no Ilhéu um posto semaforico.

Estanquinhos. Sítio na extremidade norte do Paul da Serra e a cerca de 1500 metros acima do nível do mar, onde existe uma casa de abrigo. A fonte dos Estanquinhos é muito conhecida de todas as pessoas que passam no Paul, por causa da baixa temperatura e da excelente qualidade das suas águas. Nas rochas, junto dessa fonte encontra-se o raro *Sedum farinosum*, peculiar da Madeira.

Estatutos. Como subsidio para um estudo bibliografico madeirense e ainda como continuação dos elementos fornecidos pelos artigos Bibliografia e Discursos, damos aqui rápida noticia de algumas espécies bibliograficas concernentes a estatutos, compromissos, regimentos, etc. de que conseguimos obter conhecimento, embora tenhamos como muito incompleta a resenha que fazemos neste lugar:

Regimento do Hospital Real de Santa Isabel da cidade do Funchal... sendo provedor... D. Fr. Joaquim de Menezes e Athaide, Lisboa, 1819, de 60 pag.;

Estatutos e Regulamento da Sociedade Funchalense dos Amigos das Sciencias e Artes, Funchal, 1822, de 23 pag.;

Compromisso (da Confraria de N. Senhora da Graça, orago da Parochial Igreja da Freguesia do Estreito de Câmara de Lobos.. Lisboa, 1829, de 12 pag.;

regimento do Hospital Nacional e Real de Santa Isabel da cidade do Funchal... Funchal, 1840, de 16 pag.;

Estatutos da Sociedade Agrícola Madeirense, Funchal, 1850, de 8 pag.;

Estatutos da Sociedade Club União, Madeira, 1854, de 32 pag.;

Estatutos da Sociedade Club-Economico, Funchal, 1856, de 12 pag.;

Estatutos do Club Recreativo, Madeira, 1856, de 22 pag.;

Estatutos da Congregação de Nossa Senhora da Soledade, Funchal, 1857, de 16 pag.;

Estatutos da Sociedade Esperança no Funchal, ilha da Madeira, Funchal, 1861;

Estatutos da Associação de Beneficencia do Funchal, Madeira, 1862, de 25 pag.;

Estatutos da Sociedade Humanitária do Funchal, Funchal, 1863, de 25 pag.;

Estatutos da Associação de Beneficência do Funchal, Madeira, 1872, de 28 pag.;

Estatutos da Sociedade Club Funchalense, Funchal, 1872;

Estatutos da Associação católica do Funchal, Funchal, 1874, de 17 pag.;

Estatutos do Banco Comercial da Madeira, Porto, 1875, de 25 pag.;

Estatutos da Sociedade Cooperativa de Consumo e Credito do Funchal, Funchal, 1875, de XI-49 pag.;

Estatutos da Associação Catholica do Funchal com o Regulamento para a execução dos art.ºs 4º e 48.º, Funchal, 1876, de 23 pag.;

Estatutos do Club Funchalense, Funchal, 1877, de 20 pag.;

Estatutos da Companhia de Seguros Madeirense, Funchal, 1877, de 16 pag.;

Estatutos da Associação Madeirense promotora do Bem Publico e do Auxilio Mútuo, Funchal, 1878, de 12 pag.;

Estatutos da Associação de Beneficência do Funchal, Madeira, 1879, de 36 pag.;

Estatutos da Sociedade Club-União do Funchal, Funchal, 1879, de 21 pag.;

Estatutos da Sociedade Club-Restauração do Funchal, Funchal, 1879, de 21 pag.;

Estatutos da Confraria de S. Paulo erecta na capela do mesmo nome... Funchal, 1880, de 14 pag.;

Estatutos da Congregação de Nossa Senhora da Soledade, 1887, de 15 pag.; Estatutos da Sociedade Recreio Musical Madeira, 1888, de 26 pag.;

Estatutos da Associação Commercial do Funchal, Madeira, 1888, de 15 pag.;

Estatutos da Sociedade de Socorros Mútuos denominada Associação de Beneficência do Funchal, Funchal, 1888, de 31 pag.;

Estatutos da Associação Protectora dos Pobres, Madeira, 1889, de 15 pag. ;

Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Monte do Carmo estabelecida na igreja do mesmo nome... Funchal, 1890, de 23 pag.;

Estatutos da Associação Philantropica dos Estudantes Funchalenses, Funchal, 1892, de 15 pag.;

Estatutos da Sociedade Cooperativa dos officiais do Regimento de Caçadores n.º12, Funchal, 1892, de 15 pag.;

Estatutos do Club Recreio e Intrução do Funchal, Funchal, 1892, de 14 pag.;

Compromisso da Confraria do Escapulario e Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, do Funchal, Funchal, 1894, de 38 pag.;

Estatutos da Associação de Socorros Mutuos “4 de Setembro de 1862”, Lisboa, 1895 de 43 pag.;

Estatutos da Sociedade Recreio 1º de Maio, Funchal, 1855;

Estatutos do Club Restauração do Funchal, Funchal, 1897, de 27 pag.;

Estatutos da Sociedade Protectora dos Animais Domésticos do Funchal, Funchal, 1897, de 20 pag.;

Estatutos da Associação de Classe dos Industriais Madeirenses, Funchal, 1901, de 19 pag.;

Estatutos da Associação de Socorros Mutuos do Sexo Feminino do Funchal “15 de Setembro de 1901”, Funchal, 1902, de 35 pag.;

Estatutos da Associação de Socorros Mútuos do Monte Pio Marítimo Funchalense, Funchal, 1902, de 17 pag.;

Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Rosário erecta na freguesia de S. Vicente, Funchal, 1902, de 15 pag.;

Compromisso da Confraria do S. S. Sacramento da freguesia do Caniço, 1902, de 12 pag.;

Estatutos da Associação de Beneficência Auxilio Maternal do Funchal, Funchal, 1903, de 12 pag.;

Projecto de reforma dos Estatutos da Associação de Socorros Mútuos “4 de Setembro de 1862”, Funchal, 1904, de 61 pag.;

Estatutos da Caixa Económica Districtal Funchalense, Funchal, 1904, de 15 pag.;

Estatutos da Associação de Socorros Mutuos Monte Pio Madeirense, Funchal, 1905, de 34 pag.;

Estatutos da Associação de Socorros Mutuos Reforma dos Operarios Madeirenses, Funchal, 1905, de 15 pag.;

Estatutos da Companhia Madeirense de moagem a vapor, Funchal, 1907, de 10 pag.;

Estatutos da Associação de Socorros Mutuos “4 de Setembro de 1862”, Funchal, 1907, de 36 pag.;

Estatutos da Companhia de Seguros Garantia Funchalense, Funchal, 1907, de 14 pag.;

Estatutos da Associação Assistencia a creanças fracas, Funchal, 1908, de 10 pag.;

Compromisso da Confraria do Santissimo Sacramento da freguesia de Santa Luzia, Funchal, 1910, de 11 pag.;

Estatutos da Associação de Socorros Mutuos Monte Pio Madeirense e da Caixa Economica adjunta, Funchal, 1913, de 44 pag.;

Estatutos da Associação de Classe dos Chauffeurs da Madeira, Funchal, 1913, de 12 pag..

Estepe. O Dr. Martin Vahl, o bem conhecido botânico e biólogo de Copenhague, num interessante trabalho intitulado Zonas e biochoros geograficos, incluiu no dominio das estepes a sociedade de plantas que reveste uma boa parte dos terrenos secos da região inferior da Madeira e na qual o *Andropogon hirtum* parece ser a especie mais freqüente.

Embora reconheçamos que a deficiencia de aguas meteoricas é em certos anos muito sensivel na Madeira, não podemos perfilhar a opinião do Dr. Vahl, pois que para a delimitação da estepe é necessario não perder de vista certas influencias climaticas, algumas delas perfeitamente locais.

É sabido que em consequência da proximidade do mar e das correntes que entre este e a terra se estabelecem, existe quasi sempre na zona baixa da Madeira uma dose avultada de vapor de água. Este vapor que, mercê das condições térmicas da mesma zona, raras vezes se manifesta sob a forma de névoa, não pode deixar de ser considerado como um auxiliar da vegetação nas épocas em que faltam as precipitações atmosféricas. Como todos os solos são higroscopicos, embora em grau diverso, é evidente que podem tomar directamente da atmosfera a umidade que esta contém, a qual uma vez absorvida deve concorrer de certo modo para alimentar a vida das plantas.

Refere o Dr. Mason que deixando um prato exposto ao ar livre em noites claras, conseguiu recolher em poucas horas uma quantidade avultada de orvalho, mas este facto, tratando-se da região baixa da Madeira, nada tem de geral, como o têm notado outros observadores, embora se não possa contestar que sobre o solo e os órgãos das plantas se condensa em muitas noites uma certa dose de vapor de água, e que desta circumstancia algum beneficio deve resultar para a vegetação.

A umidade atmosférica diminuindo a energia da transpiração, provoca nas plantas um menor consumo da água que armazenam ou tiram do solo pelas suas raízes. Mesmo nos climas secos podem as plantas economizar os seus líquidos, quer demorando o seu crescimento, quer esquivando-se por outras formas ás perdas a que dá lugar a referida função.

Existem diversos tipos de estepe, mas provavelmente é a estepe graminosa a que o Dr. Vahl supõe existir na região baixa da Madeira. Segundo o Dr. Drude, esta estepe é caracterizada por formações sujeitas ao repouso hibernal e em que as plantas secam durante o período dos grandes calores, existindo nela como

elementos acessórios grandes vegetais herbáceos, por vezes bastante tomentosos, plantas providas de bolbos ou tubérculos e muitas de espécies pouco sucosas.

Na região inferior da Madeira existem algumas gramíneas e outras plantas que, já pelo comprimento das suas raízes ou rizomas, já pelo aspecto e conformação dos seus caules e folhas, parecem adaptadas a resistir a um forte grau de secura; mas se se considerar que tais plantas tanto podem existir na estepe como fora dela, e que as formas bolbosas se não encontram na mesma zona, ao passo que as formas sucosas são aí abundantes, impossível será deixar de ver nestes factos uma prova de que as associações de plantas em que predomina o *Andropogon* pertencem a um domínio diverso daquele em que o Dr. Vahl pretendeu incluí-las. Os primeiros povoadores, derrubando as florestas com o fim de arrotear os terrenos, provocaram talvez alterações sensíveis tanto no clima e solos da região baixa da Madeira, como na distribuição e aspecto da flora, mas o que eles não conseguiram, como vimos, foi anular as influências provenientes da proximidade do mar e da situação e configuração da ilha. É devido a estas influências que a estepe não existe na Madeira, embora se não possa negar que o regime pluvial da região inferior da ilha oferece em certos anos analogias notáveis com o dos países dotados duma flora adaptada a resistir a um forte grau de secura.

Estorninho (*Sturnus vulgaris*). Pássaro da família Esturnida, que visita invariavelmente as ilhas deste arquipélago durante a estação invernal. É ave de hábitos sociáveis, sendo vista em bandos por vezes assaz numerosos.

Estrada e Ponte monumental. A ponte do Ribeiro Sêco, e a estrada que, entestando nela, conduz á freguesia da Câmara de Lobos, são geralmente conhecidas pelos nomes de Ponte Monumental e Estrada Monumental, porque o primitivo projecto da sua construção obedeceu ao pensamento de as considerar como um monumento erguido á memória do rei de Portugal D. Pedro IV. Deveriam ter o seu nome e destinavam-se a comemorar entre nós a sua acção como rei libertador. Foi o seu companheiro de armas e amigo dedicado, Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, o primeiro governador da Madeira no período constitucional, que, em 1835, concebeu esse projecto que a sua curta demora na administração superior deste distrito deixou apenas iniciado. Ocupando-se deste assunto, diz Servulo Drummond de Meneses: “Logo ao sahir da cidade para o lado d'oeste encontra-se uma grande quebrada que as torrentes hão

formado, e no fundo da qual passa o Ribeiro Secco. Esta quebrada intentou o Sr. Mousinho d'Albuquerque atravessar por meio de uma ponte pensil; e para esse fim começou por mandar construir dois gigantescos pilares, afora dos fortísimos encontros em cada uma das bordas da quebrada. Entrava no plano a ideia de levantar um monumento á memória do Immortal Duque de Bragança, Magnânimo Libertador dos Portugueses, e nesta conformidade devia a obra ser magnífica e grandiosa. Sucedeo porem que ausentando-se da Ilha o Sr. Mousinho de Albuquerque, não progrediram mais os trabalhos já começados, e assim se frustraram por muito tempo os louváveis e patrióticos desígnios do ilustre governador da Madeira, que, incansável e preserverante, havia não só dado já um grande impulso á obra, mas também reunido muitos materiais, que por fim se foram perdendo. “

O governador civil barão de Lordelo (1838-1840) tentou louvavelmente prosseguir os trabalhos começados, mas não conseguiu remover as dificuldades que se levantaram á execução desta obra. Coube essa glória ao benemérito e mais ilustre governador deste arquipelago o conselheiro José Silvestre Ribeiro, que, depois de aturados esforços pôde levar a cabo a realização desse grande empreendimento. Os trabalhos de construção começaram no dia 6 de Março de 1848 e achavam-se quasi concluídos no fim do mesmo ano.

O conselheiro José Silvestre abriu para este fim uma subscrição publica, que rendeu mais de três contos de réis, e a câmara do Funchal contribuiu com cerca de dois contos.

O secretario geral do governo civil do Funchal, Servulo Drumond de Meneses, publicou em 1848 um folheto intitulado Colecção de documentos relativos á construção da Ponte do Ribeiro Secco, que contém dados muito interessantes acerca desta obra que, não merecendo o nome de monumental, foi no entretanto um importante melhoramento, há muito reclamado e que veio satisfazer uma grande necessidade publica.

A estrada que é a continuação da ponte, ficou então apenas iniciada e prosseguiu com bastante lentidão até o seu final acabamento, e a ponte de alvenaria, na ribeira dos Socorridos, foi começada a 5 de Junho de 1848.

Estradas. Relativamente ao ano em que se publicou a primeira edição desta obra, deixámos dito, com inteira verdade, que a viação na Madeira estava ainda muito atrasada. A maior parte das estradas da ilha não se prestava a certos meios de transporte cómodos e rápidos, por causa da sua inclinação e péssimo empedramento, e outras, embora mais planas, não passavam de simples veredas, por onde só se pode transitar a pé ou em rede. A Junta Geral do distrito tem procurado nestes últimos anos remediar este mal,

melhorando certas vias de comunicação e estabelecendo outras entre diversas localidades há, porém, muito ainda a fazer para dotar esta ilha com uma boa rede de estradas, não sendo exagero dizer-se que em muitos pontos da costa do norte, e mesmo da do sul, a viação se encontra no mesmo estado em que estava no tempo dos donatarios (1922).

As vias de comunicação na Madeira eram, sem contestação possível, as piores de todo o nosso país, devido a variadas causas e especialmente ao inverosímil acidentado dos terrenos e ainda a outras inevitáveis condições do meio. A maior parte delas não merecia o nome de estradas, pois que na sua generalidade eram estreitas veredas praticadas num solo de penoso e difficilimo piso, sobranceiras a insondáveis abismos e costeando os flancos de elevadas montanhas, oferecendo quasi sempre aos viandantes os mais graves incómodos e perigos. Até o ano de 1901, em que foi concedida a autonomia administrativa a este distrito, somente havia nove quilómetros duma boa estrada, que punha a cidade do Funchal em comunicação com a vila de Câmara de Lobos. Começou então e prossegue ainda a construção duma larga rede de estradas, que dentro de poucos anos tornará fácil o percorrer-se toda a ilha em viação acelerada e serem rápida e comodamente visitadas as suas principais localidades.

Além das receitas próprias, a Junta Geral do Distrito foi autorizada pelo decreto de 12 de Julho de 1912 a contrair um empréstimo destinado exclusivamente á construção das estradas. O decreto de 25 de Junho de 1935 determinou a vinda a este arquipélago duma missão técnica encarregar de estudar e propor as necessárias providencias para a execução da rede das estradas e o decreto de 14 de Abril de 1938 aprovou o plano apresentado por essa comissão de estudos, procedendo se diligentemente á realização dos respectivos trabalhos de construção.

Pela sua nimia importância e indispensável esclarecimento ao grandioso projecto da conclusão da rede das nossas estradas, vamos transcrever alguns artigos do decreto que deixámos citado:

-Artigo 1.º. O plano de trabalho para a execução da rede complementar das estradas da ilha da Madeira, na importância total de 44.000.000\$, é o que consta do mapa anexo a este decreto.

Art. 2.º. Os trabalhos relativos a este plano deverão ser executados em três fases, a saber:

- a) A primeira, na importância de 1 5.000.000\$, deverá ser executada num período de três anos, a que corresponde uma dotação anual de 5.000.000\$;
- b) As outras duas fases, na importância total de 29.000.000\$, deverão realizar-se em períodos de cinco anos cada uma, o que corresponde á dotação anual de 3.000.000\$ nos nove primeiros anos e de

2.000.000\$ no último ano.

Art. 3.º. As obras constantes deste plano serão comparticipadas pelo Governo na proporção de 75 por cento do seu custo, ficando os 25 por cento restantes a cargo da Junta Geral Autónoma do distrito do Funchal.

§ único. Pode o Governo autorizar esta Junta Geral a contrair um empréstimo para fazer face aos encargos que lhe competirão“.

As antigas estradas reais denominam-se nacionais depois da implantação da Republica no país, sendo as mais importantes as que têm os números 23, 24, 25, 26, 27 e 28 no respectivo mapa de viação distrital, já pela sua extensão, já porque estabelecem comunicações entre as principais localidades da ilha. Os mapas seguintes indicam a direcção que seguem as mesmas estradas, bem como as distancias que separam os principais sítios ou povoações que elas atravessam:

Estrada Nacional n.º 23

Pontos extremos e intermedios	Quilometros
Do Funchal (Sé) a Câmara de Lobos (Igreja).....	9.958
De Câmara de Lobos á Quinta Grande (Igreja)	4.998
Da Quinta Grande ao Campanário (entroncamento do caminho para a Igreja)	3.069
Do Campanário á Ribeira Brava (entroncamento do ramal do Cais-Igreja).....	4.684
Da Ribeira Brava á Tabua (Corujeira).....	1.291
Da Tabua á Ponta do Sol (cais).....	3.000
Da Ponta do Sol á Madalena (igreja)	4.560
Da Madalena ao Arco da Calheta (Fajã do Mar)	1.440
Do Arco da Calheta á Calheta (Igreja).....	4.840
Da Calheta ao Estreito (entroncamento do caminho para a Igreja)	3.680
Do Estreito aos Prazeres (entroncamento do ramal do Paúl).....	3880
Dos Prazeres á Fajã da Ovelha (entroncamento do ramal do Paul)	6.624
Da Fajã da Ovelha á Ponta do Pargo (entroncamento do ramal do Pesqueiro).....	5.701
Da Ponta do Pargo as Achadas (Igreja).....	9.325
Das Achadas ao Porto Moniz (Igreja).....	7.720
Do Porto Moniz á Ribeira da Janela (Igreja).....	3.880

Da Ribeira a da Janela ao Seixal (Igreja).....	7.695
Do Seixal a S. Vicente (Igreja).....	8.033
De S. Vicente á Ponta Delgada (entroncamento do ramal do porto)	7.038
Da Ponta Delgada á Boa Ventura (entroncamento da estrada n.º 27).....	2.569
Da Boa Ventura ao Arco de S. Jorge (Igreja).....	2.975
Do Arco de S.Jorge a S.Jorge (Igreja).....	6.760
De S. Jorge a Sant,Ana (igreja)	6.380
De Sant,Ana ao Faial (igreja).....	4.720
Do Faial a S. Roque do Faial (Igreja).....	2.260
De S. Roque ao Porto da Cruz (Igreja).....	2.700
Do Porto da Cruz a Machico (entroncamento do ramal do cais).....	11.000
De Machico a Santa Cruz (vila).....	8.220
De Santa Cruz ao Porto Novo	4.740
Do Porto Novo ao Caniço (entroncamento do ramal da Ponta da Oliveira).....	3.440
Do Caniço a S. Gonçalo (entroncamento do caminho da igreja).....	5.520
De S. Gonçalo ao Funchal (Sé).....	3.480

Extensão desta estrada.....166,180

Estrada Nacional n.º 24

Pontos extremos e intermédios	Quilometros
Do Funchal (Carmo) ao Monte (igreja).....	3.217
Do Monte ao Poiso	6.783
Do Poiso ao Ribeiro Frio.....	4.240
Do R. Frio á Cruzinha	4.760
Da Cruzinha a Sant'Ana.....	9.160
Extensão desta estrada.....	28,160

Estrada Nacional n.º 25

Pontos extremos e intermédios	Quilometros
-------------------------------	-------------

Do Funchal (Ponte de S. João) a S.Martinho (Igreja). 3.000
 De S. Martinho ao Estreito de Câmara de Lobos(Igreja)6.000
 Do Estreito de Câmara de Lobos ao entroncamento do caminho do Jardim da Serra 3.520
 Do dito Entroncamento á Cumeada de S. Vicente14.080
 Da Cumeada ao Rosário 4.150
 Do Rosário a S. Vicente (Igreja)..... 4.200
 Extensão desta estrada.....34.950

Estrada Nacional n.º 26

Pontos extremos e intermédios Quilómetros

Da Ribeira Brava (ponte) á Serra de Água
 (entroncamento do caminho para a Igreja)..... 7.520
 Da Serra de Água á Cumeada de S.Vicente 5,540
 Extensão desta estrada.....13,060

Estrada Nacional n.º 27

Pontos extremos e intermedios Quilómetros

Do Funchal (Maravilhas) a Santo Antonio (Igreja).... 2.495
 De Santo Antonio ao entroncamento do Caminho da
 Igreja do Curral.....11.350
 Do Curral á Boaventura (Igreja).....19.085
 Da Boaventura ao entroncamento da Estrada n.º 23.... 0.537
 Extensão desta estrada.....33.467

Estrada Nacional n.º 28

Pontos extremos e Intermedios Quilómetros

Da Ponta do Sol ás Cruzinhas.....	5.000
Das Cruzinhas á Cumeada (beira do Paul).....	2.350
Da Cumeada ás Casas do Paúl.....	2.650
Das Casas do Paúl aos Estanquinhos.....	3.000
Dos Estanquinhos ao Caramujo	1.450
Do Caramujo ás Feiteiras (S. Vicente).....	4.825
Extensão desta estrada.....	19,275

Estas estradas, que são em geral de mau piso e por vezes oferecem perigo aos viandantes, como já ficou referido, perderam a sua antiga importância e deixaram de ser tão frequentemente transitadas nos pontos em que as novas e recentes estradas as vieram substituir com a maior vantagem. No entanto continuam prestando excelentes serviços como meios de comunicação entre diversas localidades e são os verdadeiros caminhos vicinais para os habitantes que têm as suas moradias nas imediações dessas mesmas estradas. Não devem por isso ser deixadas ao abandono, merecendo continuadas reparações para a sua conservação e melhoramento.

Como acima ficou dito, foi depois da concessão da autonomia administrativa, no ano de 1901, que se iniciou e prossegue ainda a construção da importante rede de estradas, que se vai estendendo por toda a ilha, permitindo já a visita rápida e cómoda a mais de vinte freguesias rurais e sendo de esperar que decorridos poucos anos se poderão estabelecer fáceis comunicações entre todas as paróquias da Madeira. Não existe uma medição oficial das novas estradas construídas, mas conseguimos obter alguns dados, que nos fornecem uma estimativa muito aproximada da sua extensão e que em seguida apresentamos.

Estrada pelo lado de leste	Quilometros
Do Funchal ao Caniço.....	9.500
Do Caniço a Gaula	6.000
De Gaula a Santa Cruz.....	3.500
De Santa Cruz a Machico.....	7.000
De Machico á Portela	7.000
 Estrada pelo lado de oeste	 Quilometros

Do Funchal a Câmara de Lobos..... 9,000
 Câmara de Lobos ao Estreito de Camara de Lobos..... 4.500
 Do Estreito á Quinta Grande 7.000
 Da Quinta Grande ao Campanário..... 4.000
 Do Campanário á Ribeira Brava..... 6.000
 Da Ribeira Brava á Tabua 3.500
 Da Tabua à Ponta do Sol..... 5.500
 Da Ponta do Sol aos Canhas 2.500
 Dos Canhas ao Arco da Calheta (Loreto)..... 9.000
 Do Loreto á Calheta (Estrela) 7.000
 Da Estrela ao Estreito da Calheta 3.400
 Do Estreito da Calheta aos Prazeres 7.000
 Dos Prazeres á Fajã da Ovelha (Raposeira) 4.000

Da Ribeira Brava á Ponta Delgada Quilometros

Da Ribeira Brava á Serra de Água..... 8.000
 Da Serra de Água á Encumeada15.000
 Da Encumeada a S. Vicente..... 14.000
 De S. Vicente á Ponta Delgada 8.000

Do Funchal ao Ribeiro Frio Quilómetros

Do Funchal ao Monte 6.000
 Do Monte ao Poiso15.500
 Do Poiso ao Ribeiro Frio.....20.000

Vid. Duas Palavras sobre a Viação na Ilha da Madeira, por Joaquim Maria Fragoso, in “Boletim da Associação dos Condutores de Obras Publicas”, ano X, de pag. 1-27.

Estrangeiros. As conquistas e descobertas que os portugueses iniciaram no alvorecer do século XV despertaram o interesse e a curiosidade da Europa inteira. Não faltaram espíritos irrequietos e ambiciosos que, abandonando o seu país natal, se arriscassem aos azares da sorte, procurando nas longínquas terras descobertas a glória e as riquezas que a pátria não podia dar-lhes. Se a alguns impulsionava apenas o amor da aventura, o desejo do imprevisto e do desconhecido, o ardor pelas empresas arriscadas e façanhas heróicas, é certo que a maior parte ia atraída pela sede das riquezas, pela conquista do velo de ouro, que mais uma vez punha em sobressalto as ambições de um tão grande numero de audaciosos aventureiros.

A Madeira foi o primeiro e o mais importante empório comercial que se formou nos nossos domínios coloniais, e, portanto, também o primeiro e mais ambicionado ponto de atracção para os forasteiros que demandavam as novas plagas descobertas. O numero deles foi considerável, embora não possamos, nem aproximadamente, determinar esse numero, as qualidades e posição social que os distinguiam, as épocas precisas em que aqui aportaram e outras circunstancias de caracter genérico, que nos forneçam elementos seguros para assinalar a sua acção ou influencia no meio em que se vieram estabelecer. É certo que de diversos estrangeiros se conhecem algumas circunstancias pessoais, que muito abonam a sua procedência e apreciáveis dotes de caracter, mas estes constituem um numero bastante reduzido com relação aos numeráveis forasteiros que fizeram assentamento nesta ilha nos tempos primitivos da colonização. Os nomes de Simão Acciaioly, João Esmeraldo, João Bettencourt, Pedro de Lemilhana Berenguer, João Drumond, Antonio Espinola, Antonio Leme, Urbano Lomelino, João Rodrigues Mondragão, João Salviati, Adriano Espranger, João Valdavesso e ainda de outros, que se estabeleceram neste arquipelago, tornaram-se conhecidos pelas distintas famílias de que foram troncos e provaram a sua nobre ascendência, sendo a muitos deles concedidos foros de fidalgos, com os privilégios inerentes á mais autentica nobreza. Não queremos com isto significar que os nomes dos forasteiros que ficaram para nós desconhecidos e que são o maior numero, não tivessem iguais ou superiores qualidades ás dos que deixamos mencionados, mas apenas pretendemos consignar aqui os apelidos de algumas famílias que frequentemente encontramos citados em documentos antigos e nos velhos nobiliarios madeirenses.

Os estrangeiros contribuíram consideravelmente, embora com proveito próprio, para o estado de prosperidade a que chegou esta ilha desde os fins do século XV até meados do século seguinte. Entregaram-se a diversos ramos de negocio, montaram muitos engenhos de açúcar e era por seu intermédio que se fazia uma boa parte da exportação desse produto para os países estrangeiros. Gaspar Frutuoso afirma, embora talvez exageradamente, que João Esmeraldo produzia anualmente vinte mil arrobas de açúcar nas suas

propriedades da Lombada. Muitos deles eram simultaneamente agricultores, industriais e comerciantes. Já por meados do século XV se encontravam muitos estrangeiros nesta ilha, que viviam em boas relações com os naturais, entregando-se o maior numero deles ao trafico do açúcar. No princípio a notável fertilidade do solo e o preço remunerador dos canaviais, satisfazia plenamente o colono, o senhorio e o negociante, mas veio depois a baixa dos preços, motivada por causas várias, que excitou a desconfiança e a animosidade dos produtores da matéria prima do açúcar contra os negociantes, especialmente estrangeiros, chegando a Camara do Funchal a tomar medidas de repressão contra eles, que foram até á violencia de ordenar a sua expulsão desta ilha.

Entre elles, diz o Dr. Azevedo, breve desavindos, sobreveiu logo a especulação e o capital dos mercadores estrangeiros, os quaes, despeitados contra a fortuna, que tantas e tão ricas colónias conferira a Portugal e Hespanha, não perderam o ensejo de tomar, pela usura, prompta represalia sobre esta população desvairada. Os adeantamentos por conta entregaram-lha, submettida pela mingua de uns e desperdícios de outros. Já se haviam apropriado dos vindouros productos da terra, e iam-se assenhoreando da terra mesma. E, como se esta crise intestina não fosse de si bastante temerosa, a decadência, lenta mas continua, do preço do assucar, género ainda então limitado ao consumo na pharmacia e na confeitaria, a recrudesceu. De sorte que, ao constante conflicto entre o colono, que produzia, e o senhorio, que gastava, cumulou-se a imperturbável e inclemente pressão do capital ou numerário forasteiro, simultaneamente fecundante e destruidor, cubiçado e maldito por ambos.

Esta peripécia dos factos, pouco a pouco condensada, e surgindo agora, repercutiu-se na opinião, transformando-a. Já em 1486 a Câmara do Funchal, sem tacto para diagnosticar as verdadeiras causas do damno, ou obsecada por ellas, tinha irrompido contra esses ainda havia poucos annos bemquistos e festejados estrangeiros estantes na ilha; ordenando-lhes, por uma postura, que até septembro desse anno della se retirassem, ao que o Duque, zeloso de suas immunidades e resentido, obstou, por uma carta de 7 de Agosto“.

Embora o anotador das Saudades o não diga, parecendo até querer justificar o procedimento dos estrangeiros, devemos acreditar que a medida violenta adoptada pelo selado funchalense, impondo, no ano de 1486, a sua saída immediata deste arquipelago, se fundamentaria em mui graves e ponderosas razões, determinadas pelos excessos cometidos pelos negociantes na desaforada especulação dos preços dos açucares. Não sabemos se as providencias tomadas pela Câmara do Funchal chegaram a ter plena execução,

mas o regimento de 7 de Outubro, emanado do poder central, tendente a debelar a crise por que estava passando a indústria sacarina, só permite em cada ano a estada temporária de estrangeiros nesta ilha, e entre outras medidas repressivas, proíbe-lhes o arrendamento das terras cultivadas de cana de açúcar. Também ignoramos se o regimento de 7 de Outubro se cumpriu fielmente, sendo certo que o alvará régio de 22 de Março de 1498 permite a livre permanência dos estrangeiros nesta ilha, declarando nele D. Manuel que abemos por bem & e nos praz que possam estar & trautar nella (ilha) dasemto & como lhe mais prouuer quaes quer estrangeyros que quezerem.

A pesar de ser antiga a cultura da vinha na Madeira, parece certo, segundo a afirmativa do Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, que essa cultura se tornou mais intensa e os vinhos desta ilha começaram a ser conhecidos e estimados na Europa por meados do século XVI. Foram os estrangeiros que para isso muito concorreram, sendo eles os que primeiramente se entregaram entre nós a esse reino de comercio, que chegou a atingir um grande desenvolvimento. No ultimo quartel do século XVII havia no Funchal vinte e sete casas comerciais que negociavam na compra e exportação de vinhos, sendo vinte delas estrangeiras. No período que decorre dos fins do século XVIII até os primeiros vinte anos do século seguinte, a produção vinícola nesta ilha é verdadeiramente extraordinária, e a sua exportação, que se faz principalmente por intermédio de casas comerciais inglesas, atinge uma media anual superior a vinte mil pipas, mantendo-se para uns viticultores um preço bastante remunerador. Quando, no princípio do século passado, as casas comerciais estrangeiras exportadoras se mancomunaram para estabelecer uma grande baixa nos preços dos vinhos, obstou a isso o grande proprietário João de Carvalho, comprando os mostos por preços compensadores, o que obrigou os negociantes inglêses a se dirigirem ao mesmo Carvalho e a adquirirem os vinhos em condições bastantes vantajosas para os agricultores.

De benemerencias praticadas por estrangeiros nesta ilha, em tempos mais afastados de nós, não temos conhecimento. Na primeira metade do século passado, sabemos dos relevantes serviços prestados pelos estrangeiros John March e Roberto Page, a que fazemos especial referência em outro lugar desta obra. Todos sabem que, em épocas recentes, alguns estrangeiros adquiriram na Madeira avultadas fortunas, que chegaram a milhões, mas não nos consta que os seus sentimentos humanitários ou de vulgar reconhecimento pela terra que os enriqueceu, se tivessem manifestado em quaisquer obras ou acções que mereçam ficar aqui registadas, a não ser a que deixamos referida no artigo Bibliotecas. (1922)

Estrapagado. V. Boieiro.

Estreito da Calheta (Freguesia do). Encontrámos algures não ter uma plausível explicação o emprego do vocábulo Estreito, aplicado às freguesias do Estreito da Calheta e Estreito de Câmara de Lobos. Também compartilhamos desta opinião. Embora dêmos a essa palavra o significado de desfiladeiro, vale ou profundidade, que alguns dicionaristas lhe querem atribuir, não nos parece que, no seu conjunto, as condições orográficas daquelas freguesias justifiquem semelhante denominação. É possível que um pequeno sítio ou lugar, com maior ou menor propriedade na aplicação do termo, tivesse tido primitivamente o nome de Estreito, que depois se estendesse aos terrenos circunvizinhos e até se alargasse para designar mais tarde uma freguesia inteira, como aconteceu com outras paróquias da Madeira. E, de mais, nos tempos primitivos da colonização, devera ter sido grande a arbitrariedade na designação dos diversos sítios, que em muitos casos obedeceria apenas ao capricho e á predilecção dos antigos colonizadores, sem atenção á orografia e hidrografia dos logares e nem ainda a quaisquer outras circunstancias ponderosas que poderiam porventura dar-se. Um acontecimento de nenhuma importância e até ás vezes um pequeno episódio, era razão justificativa da denominação dada a um determinado sítio ou lugar, como por certo, sucedeu com as freguesias da Fajã da Ovelha, Campanário, Curral das Freiras, etc..

Como já fizemos notar, foi a Calheta um dos mais antigos logares fora do Funchal, sujeitos á primitiva colonização e exploração agrícola. Devemos supor que o povoamento e o arroteamento dos terrenos que depois constituíram a freguesia do Estreito se não fizesse demorar largo tempo. Houve ali uma ou mais fazendas povoadas, que formaram o primitivo núcleo da povoação que se estabeleceu neste lugar.

O anotador das Saudades, seguindo os antigos nobiliarios madeirenses, diz que esta freguesia teve origem na fazenda povoada a que ali deu principio André Gonçalves de França, conhecido pelo nome de Polonês, por ser natural do reino da Polónia, donde veio para esta ilha, por meados do século XV, tendo obtido muitas terras de sesmaria na então freguesia da Calheta, terras que depois pertenceram á futura paróquia do Estreito. Foi seu filho João de França que deu maior extensão á já vasta propriedade e a “engrandeceu com boas casarias e capela“, no dizer do Dr. Alvaro de Azevedo. Fez construir a capela de Nossa Senhora da

Graça, em que depois se criou e instalou a nova paróquia, sendo também a sede do morgadio que fundou em 1503 e que é uma das mais antigas instituições vinculares da Madeira. João de França morreu por 1511, tendo sido sepultado na capela de que foi o instituidor.

Gaspar Frutuoso, fazendo uma rápida descrição das freguesias desta ilha, com relação ao tempo em que escreveu as Saudades e ainda anteriormente a essa época, diz, com relação ao Estreito da Calheta:

“E logo perto huma legoa da Calheta, está a fazenda de João Rodrigues Castelhana, que se chamou assi por fallar castelhana, sendo elle genovez de nação; que he fazenda grossa de canas com seu capellão. Este João Rodrigues causou no Funchal duas filhas muito ricas, e são dellas agora as melhores fazendas da ilha: teve muitos escravos, cinco dos quaes lhe mataram hum feitor; elle os entregou á Justiça, e foram enforcados na Vila da Calheta. Da fazenda deste João Rodrigues Castelhana obra de meya legoa, está outro engenho de Diogo de França, que teve doze filhos nobres e ricos, boa fazenda de canas e vinhas, agoas e fructas”.

Talvez anterior a este João Rodrigues Castelhana é Francisco Homem de Gouveia, fidalgo que se estabeleceu na Calheta nos principios do século XVI, e que com sua mulher D. Isabel Afonso, fundou a capela e morgado dos Reis Magos nesta freguesia do Estreito, acerca dos quais publicou um dos redactores deste Elucidário, no Brado d'Oeste de 2 de Setembro de 1916, um desenvolvido artigo, donde extraímos os seguintes períodos:

“Francisco Homem de Gouveia adquiriu na freguesia do Estreito da Calheta a lombada que teve o seu nome e que depois da construção da capela passou a chamar-se Lombo dos Reis, denominação esta que ainda hoje conserva. Foi por escritura de 4 de Agosto de 1529 que, com sua mulher, instituiu nas têrças dos seus bens o morgadio dos Reis, com sucessão perpetua no seu primogénito. Não sabemos se a capela é a edificação coeva da instituição vincular, mas julgamos não ser de construção muito posterior a essa época. Tinha este morgadio a obrigação da missa quotidiana na mesma ermida, onde jazem sepultados os seus instituidores, havendo a mulher de Francisco Homem morrido a 5 de Março de 1554” Este vinculo foi incorporado na casa dos donatarios do Porto Santo, por ter uma neta e herdeira do instituidor, D. Maria da Câmara, casada com Diogo Perestrelo de Bisforte, 5. capitão-donatario e governador daquela ilha.

Por meados do século XVIII tinham casas de residencia nesta freguesia, e cremos que também terras vinculadas, António João de França Andrade e João António Cardoso Belzago, aos quais foram concedidos em 1750 e 1753 breves pontificios para erigir oratórios nas moradas que ali possuíam e poder nelas celebrar-se o sacrificio da missa.

A criação da freguesia é anterior a 1562, porque o alvará régio de 12 de Janeiro deste ano eleva a cõgrua do respectivo pároco a 17\$300 réis anuais, que antes era apenas de 13\$300 réis. Os sucessivos alvarás de 30 de Março e 22 de Junho de 1572, 20 de Abril de 1589, 17 de Novembro de 1591, 30 de Maio de 1624 e 5 de Março de 1641 acrescentaram a cõgrua do vigário, á medida que ia aumentando a população e que o trabalho paroquial se tornava mais penoso.

O alvará régio de Filipe II, de 20 de Outubro de 1602, criou um curato nesta freguesia.

A capela de Nossa Senhora da Graça, depois convertida em igreja paroquial, foi edificada nos fins do século XV ou princípios do século XVI, tendo sido acrescentada ou melhor reconstruída em ano que não podemos precisar. O mandado do Conselho de Fazenda de 20 de Julho de 1690 determinou que se procedesse á construção dum novo templo, sendo as respectivas obras arrematadas por Salvador Lopes pela importância de 1:395\$000 réis, e o alvará da infanta D. Catarina, regente do reino, de 27 de Junho de 1705, aprovou a mudança que o bispo diocesano D. José de Sousa de Castelo Branco fez da nova igreja para outro sítio. Mas procedeu-se realmente nesta época á construção da nova igreja? É certo que o templo actual foi edificado no ano de 1791 e benzido em 1793. Será provável a edificação de dois templos dentro dum período de tempo inferior a um século? Não nos parece. Sõbre o pórtico da actual igreja encontra-se uma lápide, que tem a seguinte inscrição: *Mariae Patris Filiae Filii Matri Spiritus Sancti Sponsae hoc templum consecravit Aug. Reg. Maria Prima suae piae liberalitatis regio erario administro. Anno MDCCLXXXI.*

Esta freguesia tem como orago a Nossa Senhora da Graça. A respectiva imagem, que se venera no altar-mor da igreja paroquial, é uma primorosa escultura, a cujo culto e veneração consagra Fr. Agostinho de Santa Maria um capítulo no tomo X do seu Santuário Mariano.

Tem esta paróquia as capelas dos Reis Magos, de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora do Livramento, das quais nos ocuparemos em outro lugar.

A actual freguesia dos Prazeres fez parte da paróquia do Estreito e desta se desmembrou em 1733, criando-se ali um curato autónomo, por alvará régio de 12 de Novembro do mesmo ano.

Os irmãos Ricardo José de França e José Sebastião de França, filhos do capitão-mor José Antonio de França, começaram no princípio do século passado a exploração das águas das Fontes dos Balcões, Água

Negra e Assobiadores, destinadas a alimentar a levada que pretendiam construir para irrigar os terrenos desta e outras freguesias. Em Fevereiro de 1811 organizaram uma sociedade com outros indivíduos para a exploração e captação destas águas e requereram ao governo da metrópole a concessão delas, obtendo parecer favorável do corregedor da comarca, o Dr. Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira.

Os principais sítios desta freguesia são Lombo dos Castanheiros, Lombo do Lameiro, Lombo dos Reis, Lombo dos Serrões, Lombo da Igreja, Lombo dos Moinhos, Lombo do Girão, Lombo da Fazendinha e Lombo da Ribeira Funda.

A ribeira de São Bartolomeu a leste, divide esta freguesia da da Calheta, e a Ribeira Funda, a oeste, divide-a da paróquia dos Prazeres.

Além da levada do Rabaçal, é o Estreito da Calheta irrigado pela levada dos Moinhos, levada Nova, levada do Ribeiro do Farrobo e levada dos Ferreiros.

Tem uma escola oficial do sexo masculino criada por 1879, e uma do sexo feminino, criada no ano de 1911.

É de 2300 o numero dos seus habitantes.

Estreito de Câmara de Lobos. (Freguesia do). Com bons fundamentos se julga que, fora do Funchal, foi Câmara de Lobos um dos logares em que primeiramente se deu o povoamento e cultivo das terras, constituindo-se ali desde logo um importante núcleo de população. Não tardaria muito que esse arroteamento dos terrenos incultos se fosse estendendo e alargando até as alturas da actual freguesia do Estreito, ao menos na parte sul dela e nos pontos que a delimitam da paróquia de Câmara de Lobos.

Com relação á origem do nome da freguesia do Estreito, temos apenas que reportar-nos ao que já expusemos no artigo consagrado á paróquia do Estreito da Calheta, pois que nada mais podemos nem sabemos acrescentar ao que ali fica dito acerca deste ponto. Gaspar Frutuoso referindo-se a esta freguesia no ultimo quartel do século XVI, diz: Acima delle (convento de S. Bernardino) estão os pomares do Estreito, que tem muita castanha, e noz, e peros de toda a sorte muito doces, e vinhos e criações e huma freguesia que se chama o Estreito, de até trinta fogos... “

Não conhecemos a data do diploma que estabeleceu esta paróquia, mas sabemos que a sua criação remonta aos primeiros anos do século XVI, assinando-lhe o anotador das Saudades o ano de 1509. Julgamos que já anteriormente tinha sido sede dum curato na capela de Nossa Senhora da Graça, que ali existia e que depois se transformou em igreja paroquial. Diz o Dr. Alvaro de Azevedo que, por três escrituras lavradas na antiga nota de Câmara de Lobos, se sabe que em 1539 era o padre Sebastião Vaz vigário do Estreito.

O diploma mais antigo que encontramos citado acerca desta freguesia é o de 20 de Janeiro de 1572, que concede ao padre Gonçalo de Aguiar, pároco de então, o acrescentamento de 9\$300 réis á cômgrua que anteriormente tinha. Os alvarás de 18 de Janeiro de 1582 e 15 de Novembro de 1591 aumentaram e remodelaram o vencimento anual do respectivo vigário, que passou a ser de 16\$000 réis em dinheiro, uma pipa e meia de vinho e um moio e meio de trigo.

O alvará de D. Pedro II, de 28 de Dezembro de 1676, suprimiu um dos logares de beneficiado da colegiada de Câmara de Lobos, aplicando a respectiva cômgrua ao curato do Estreito, criado pelo mesmo diploma régio. Outro alvará de 9 de Maio de 1688 fixou o vencimento anual do coadjutor em 120\$000 réis em dinheiro, um moio de trigo e uma pipa de vinho.

Ignoramos em que época foi construída a capela de Nossa Senhora da Graça, que deu o nome á nova paróquia, sendo nela instalada a sua sede. O pequeno templo sofreu grandes reparos aproximadamente pelo tempo da criação da freguesia, e também no ultimo quartel do século XVII se realizaram ali obras importantes. Temos conhecimento dos seguintes diplomas, que encontrámos apontados no Índice Geral do registo da antiga Provedoria da Real Fazenda: mandado do Conselho da Fazenda, de 23 de Setembro de 1692, para se fazer a obra da nova igreja arrematada por Francisco Rodrigues, por 811\$000 réis; mandado do mesmo Conselho, de 5 de Março de 1748, para a factura da igreja e de 194\$000 réis para o pagamento de um alqueire e meia quarta da terra precisa para a dita obra e de 551\$662 réis da casa do vigário, que se deve desmanchar para o mesmo fim; mandado de 15 de Fevereiro de 1764 para se arrematar ao mestre entalhador Julião Francisco a obra do altar-mor, por 2:000 réis. Além do que dizem os documentos citados, pudemos de fonte segura averiguar que por meados do século XVIII se demoliu a antiga igreja, ficando de pé a capela-mor, que ainda por alguns anos continuou a servir de igreja paroquial. A 3 de Fevereiro de 1753 se lançou e benzeu a primeira pedra do novo templo, sendo a 18 de Janeiro de 1756 benzida a capela-mor e para ela conduzido o Santissimo Sacramento, prosseguindo depois os restantes trabalhos de construção. Esta igreja foi sagrada em 1814 pelo prelado diocesano D. Joaquim de Meneses e Ataíde.

Foi neste templo que, poucos anos depois, a 6 de Novembro de 1829, se deu um grande desacato, a que já nos referimos mais largamente em outro lugar deste Elucidário. Sobre este caso, que parece ter causado grande sensação, publicou-se um opúsculo de 13 paginas, que o Dictionario Bibliographico Português cita sob o titulo seguinte: Sentença da Relação de Lisboa contra Jacinto Fernandes e mais septe reos, culpados do roubo e desacato na egreja da Graça do Funchal. Morreram seis enforcados e o ultimo foi degolado. (Datado de 6 de Março de 1830). Impresso em Lisboa na Typ. de J. B. Morando.

Entre os mais antigos sacerdotes que exerceram funções paroquiais nesta freguesia, podemos citar os nomes dos padres Sebastião Vaz (1539), Gonçalo de Aguiar (1563), Sebastião Gonçalves (1586), João Gonçalves Evangelho (1607), Matias Lopes (1620), Manuel Lopes (1631) e Luiz Gonçalves Velho (1643).

Tem esta freguesia as capelas de Nossa Senhora da Incarnação, Nossa Senhora da Consolação, Santo Antonio e Nossa Senhora do Bom Sucesso, das quais nos ocuparemos mais de espaço nos artigos dedicados ás capelas. No sítio da Ribeira da Fazenda existiu a capela de Sant'Ana.

Os principais sítios são: Vizinhanças da Igreja, Caminho do Concelho para a Ribeira da Caixa, Pico e Salões, Caminho do Concelho para a Ribeira da Fernanda, Vargem, Barreiros, Covão e Panasqueira, Castelejo, Fajã das Galinhas, Quinta de Santo Antonio, Romeiras, Foro, Fonte do Frade e Cruz dos Pomares, Serra, Cabo do Podão, Marco e Fonte da Pedra, Fontes, Casa Caída, Marinheira, Pomar do Meio, Garachico, Furneira e Jardim da Serra. Deste ultimo sítio, casa e sepultura de H. Veitch, que nele se encontram, nos ocuparemos em artigo especial. (V. Jardim da Serra).

São naturais desta freguesia o Dr. Luiz Vicente de Afonseca e João Augusto de Ornelas (V. estes nomes). Há nesta freguesia uma pequena indústria de chapéus de palha, quasi inteiramente privativa desta localidade, e ali existe também uma fabrica de manteiga.

A chamada Boca dos Namorados é o sítio mais pitoresco desta paróquia. Dali se disfrutam vastos e surpreendentes panoramas, sendo muito visitado, principalmente por estrangeiros.

Tem como freguesias confinantes: ao norte Serra de Água e Curral das Freiras, ao sul Câmara de Lobos, a leste a Ribeira dos Socorridos, que a separa de Santo Antonio e Curral, e a oeste Quinta Grande e Câmara de

Lobos.

Tem uma escola oficial para cada sexo e a sua população é de 6.200 habitantes.

No dia 22 de Maio de 1927 deu-se uma lamentável tragédia nesta freguesia, tendo o padre André dos Passos sido assassinado por um demente ao sair da capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso, no sítio de Garachico, onde acabara de celebrar o sacrifício da missa. Este tristíssimo acontecimento causou a maior emoção em toda a ilha e particularmente nesta freguesia.

Estrela (Capela e sítio da). V. Nossa Senhora da Estrela.

Estrelas. Nome vulgar do *Chrysanthemum frutescens*, composta originária de Canárias, muito cultivada nos Jardins do Funchal. Esta planta é também conhecida pelo nome de ovos fritos.

Estrelas do Mar. São conhecidas por esta denominação alguns equinodermes da Madeira, entre os quais avultam a *Uraster glacialis*, de espinhos azulados, o *Ophidiaster attenuatus*, vermelho e inerte, a *Ophiocoma nigra*, de cor negra, a *Ophiolepis squamata*, pequena e branca e a *O. siliata*, de espinhos rígidos. Esta última espécie é comum na profundidade de 20 a 30 braças.

A maior das estrelas do mar é o *Astropecton aurantiacus*, espécie mediterrânea de cor vermelha, que atinge às vezes grandes dimensões.

Estrella Académica. Publicaram-se poucos números, sendo o primeiro a 10 de Dezembro de 1875.

Estrella Literaria. Jornal literário, tendo saído 25 números, sendo o primeiro a 1 de Janeiro de 1874.

Estudante (O). Deu 3 números, saindo de 2 de Fevereiro a 2 de Março de 1890.

Estudo (O). Este jornal literário começou a publicar-se a 12 de Julho de 1851 e terminou a 10 de Junho de 1853. O primeiro ano compreende 24 números (12 de Julho de 1851 a 26 de Junho de 1852), e o segundo ano deu 12 números (14 de Julho de 1852 a 10 de Junho de 1853).

Estufas. As estufas tiveram princípio nesta Ilha em 1794; proibidas por editais do governador e capitão general de 13 de Agosto de 1802 e 6 de Novembro de 1803, voltaram a funcionar em virtude duma ordem régia datada de 7 de Maio de 1804.

As estufas são destinadas a dar aos vinhos uma aparência de velhice que não têm, e as do sistema primitivo, ainda hoje existentes na ilha, aquecem-se pelo ar quente ou pelo sol. As de ar quente são edifícios de pedra, divididos em compartimentos aquecidos por meio de canos onde passa o ar que vem de uma ou mais fornalhas, ficando o vinho novo em comunicação com o ar da estufa por meio de um orifício aberto na pipa. A temperatura do ar na estufa regula entre 60 e 70 graus centígrados, mas pode descer a 54 graus, ou mesmo a menos, em se tratando de vinhos de boa qualidade.

Os vinhos ficam nas estufas durante quatro a seis meses, com o fim de apressar o seu desenvolvimento e impedi-los ao mesmo tempo de fermentar, mas adquirem quasi sempre um gosto a torrado, ás vezes muito pronunciado, que o tratador consegue atenuar, mas não fazer desaparecer inteiramente, com o emprego subsequente do carvão vegetal.

Nas estufas de sol, as paredes e cobertura do edificio são feitas de vidro.

Num estabelecimento fundado em 1889 pelo falecido Conde do Canavial, o vinho antes de ir para as estancias ou estufas, onde permanece durante semanas ou meses, entra num reservatório onde desce lentamente por um cano de estanho, no qual é elevado em banho-maria, e ao abrigo do ar, á temperatura de 70 a 80 graus centígrados. É nesta temperatura que o vinho é recebido na vasilha em que vai para as estancias, nas quais a temperatura é de 50 graus, descendo depois lentamente, e fazendo as paragens

convenientes, até o fim do afinamento.

Neste sistema aperfeiçoado consegue-se a esterilização do vinho pela elevação da temperatura a 70 ou 80 graus, mas sendo esta a temperatura em que o vinho entra em contacto com o ar, resulta daí ele oxidar-se, adquirindo um certo gosto a cozido.

Este gosto desaparece quasi inteiramente num outro sistema aperfeiçoado de aquecimento em que o vinho é lançado num tanque de alvenaria, susceptível de se fechar hermeticamente e que é atravessado por uma serpentina em que passa o vapor. O vinho só se tira quando está arrefecido, e a operação do aquecimento começa por se elevar a temperatura a 80 graus centígrados, fazendo-se depois passar de vez em quando novo vapor pela serpentina, de maneira a conservar o vinho a uma temperatura quasi constante, ou a temperaturas variáveis. conforme as conveniências.

O sistema de beneficiar os vinhos pelas estufas, hoje muito aperfeiçoado, teve em tempos antigos alguns detractores. No preâmbulo do decreto de 23 de Junho de 1834 lê-se que é elle a principal causa do actual descredito dos vinhos madeirenses, outrora muito apreciados, mas Paulo Perestrelo da Câmara na Breve Noticia sobre a ilha da Madeira defende o aludido sistema, tendo também o decreto de 20 de Fevereiro de 1835 modificado bastante a doutrina do diploma anterior acerca das estufas.

É fora de duvida que se abusou muito das estufas e que por meio delas muitos vinhos ordinários se prepararam para serem vendidos nos mercados europeus por baixo preço e em descredito dos vinhos generosos; no entretanto houve sempre boas razões para não pôr de parte estes estabelecimentos, que se por um lado favoreciam a fraude, por outro auxiliavam o negociante honesto a valorizar rapidamente os vinhos novos provenientes das boas castas, desenvolvendo neles, qualidades que por outro meio só tardiamente se manifestariam.

V. Vinhos, Vinhos de canteiro e Vinho de roda.

Eucalipto. O *Eucalyptus globulus*, oriundo da Australia, é a única espécie do género *Eucalyptus* frequente na Madeira, encontrando-se no Monte, na Choupana e em várias outras localidades da ilha.

Atinge grandes dimensões e desenvolve-se com grande rapidez, não convindo porém plantá-lo perto das fontes, por ser espécie que absorve pelas suas raízes grande porção de água.

Segundo o Sr. Dr. Jorge Perez, distinto medico e naturalista de Tenerife, é o *E. globulus*, e não o *E. collossea* como disseram alguns jornais, que tem acção sôbre o sistema nervoso e faz cessar a secreção da glucose na diabetes. A primeira destas espécies é mais rica em óleo essencial do que a segunda, sendo esta a razão por que as suas folhas devem ser preferidas na preparação da infusão usada no tratamento daquela moléstia. Diz ainda o mesmo médico que a infusão do eucalipto é um medicamento que se deve administrar com cautela, pois que se citam casos de envenenamento produzidos por ela, quando usada em excesso.

O *Eucaliptus robusta* também é cultivado na Madeira, e na quinta do Sr. Luiz da Rocha Machado, na freguesia do Monte, existem três espécies de *Eucaliptus*, uma das quais parece ser o *E. longifolia*. Consta-nos que o *E. collossea* tem sido semeado recentemente na Madeira.

Eugenia (Imperatriz). A imperatriz Eugenia, viúva de Napoleão III, passou na Madeira, a bordo do vapor inglês *German*, no dia 30 de Março de 1880. Seguiu o mesmo itinerário que seu filho o príncipe Eugenio Napoleão, que morreu na Africa do Sul, na guerra contra os zulus, até o próprio local em que ele encontrou a morte. O príncipe havia desembarcado no Funchal no dia 4 de Março de 1879, estando de passagem no nosso porto no vapor inglês *Danube*.

Execuções Capitais. Escassas noticias possuímos acerca de execuções capitais que se tivessem dado neste arquipelago, determinadas por sentença publica. Já alguém julgou que o sítio conhecido pelo nome de Forca, na freguesia de Santa Maria Maior, fora o lugar onde se executara uma sentença capital, em que a forca tivesse sido o instrumento de suplício aplicado ao criminoso. Não sabemos, e até nos inclinamos a acreditar que a explicação dada para justificar o nome daquele sítio não tem fundamento sério.

Falando o Dr. Gaspar Frutuoso de João Rodrigues Castelhana, que teve terras de sesmaria na freguesia do Estreito da Calheta, diz o seguinte: “teve muitos escravos, cinco dos quaes lhe mataram um feitor; elle os entregou á justiça e foram enforcados na villa da Calheta”.

Na dominação filipina, pelo ano de 1582, foi enforcado no Funchal, segundo afirma Rebêlo da Silva, o religioso Fr. João do Espírito Santo, acusado de incitar o povo a seguir o partido de D. Antonio, Prior do Crato.

Em Dezembro de 1813, quando esta ilha se achava ocupada por tropas britânicas, foi enforcado nesta cidade um soldado inglês por haver assassinado um sargento seu compatriota. Contra esta execução, que ofendia os direitos da soberania portuguesa, protestou o então governador e capitão general do arquipélago Luiz Beltrão, sem que o general Gordon, comandante das forças inglesas, atendesse a sua reclamação.

No alvorecer do século XVII foi enforcado em efígie no largo do Pelourinho desta cidade, um indivíduo chamado Francisco Rodrigues Jardim, de origem plebeia, por ter raptado uma senhora, por nome D. Maria de Ornelas, pertencente a antigas e nobres famílias madeirenses. Se não houvesse, pela fuga, escapado á acção das justiças, lá teria expiado na força a ousadia do seu crime.

Exéquias. Do Livro de Acclamações e Exéquias existente no arquivo da Câmara Municipal do Funchal, consta que se realizaram exéquias solenes na Catedral desta cidade pelo falecimento dos seguintes monarcas: D. João V, a 19 de Dezembro de 1753; D. José I, a 28 de Junho de 1777; D. Maria I, a 17 de Dezembro de 1816; D. João VI, a 10 de Maio de 1826; D. Maria II, a 26 de Janeiro de 1854; D. Pedro V, a 19 de Janeiro de 1862; D. Luiz I, a 29 de Novembro de 1889; e D. Carlos I e o príncipe Luiz Filipe, a 31 de Março de 1908.

Não consta do referido livro que houvesse exéquias no Funchal por ocasião do falecimento de D. Pedro IV. Lê-se no Índice Alfabético dos tombos da Câmara que em 1495 mandou D. Manuel uma carta ao senado, a fim de que este o aclamasse e fizesse o funeral de D. João II, que em 1656 veio uma carta da rainha comunicando o falecimento de D. João IV, que em 1666 veio uma carta do rei, noticiando a morte da rainha, e finalmente que em 1683 mandou o príncipe D. Pedro uma carta á Câmara, participando-lhe a morte do monarca D. Afonso VI. Lê-se mais no mesmo livro que nas exéquias da rainha D. Luísa, em 1666, se gastaram 192\$300 réis e que nas de D. Afonso VI se dispenderam réis 100\$000 do dinheiro da imposição. As exéquias dos réis eram precedidas da cerimónia da quebra dos escudos, realizada pelos vereadores em

vários pontos da cidade, organizando-se para esse fim um prestito em que se incorporavam as autoridades, os funcionários e todas as demais pessoas de representação da cidade. A última vez que teve lugar no Funchal a cerimónia da quebra de escudos, foi por ocasião das exéquias de D. Luiz I.

Quando morreu D. José I, todos os membros do cabido da Sé do Funchal se recusaram a fazer o elogio fúnebre desse monarca, alegando “falta de forças para tão alto encargo”. Foi o frade franciscano José Faustino quem salvou a situação, fazendo um discurso adequado ao acto.

Estão publicados os elogios fúnebres de D. Luiz I e de D. Carlos I e seu filho Luiz Filipe, tendo aquele sido feito pelo conego Antonio Aires Pacheco, e este pelo capelão do regimento de infantaria n. 27, o padre Luiz Alves Martins.

Encadernado com o Regimento da vereação e foral da Câmara Municipal de Lisboa, existe no arquivo da Câmara do Funchal um documento que tem por título Dos estilos que ha nas exéquias de hum Rey defeito e na aclamação do vivo em as cidades e pouos, onde se encontram assinaladas todas as cerimónias que se realizavam no Funchal por ocasião da morte dos antigos monarcas.

Ex-Libris. A interessante Revista dos Ex-libris portugueses, que se publica em Lisboa debaixo da direcção do conde de Castro e Solla, tem reproduzido vários ex-libris, que foram usados por bibliófilos madeirenses e estrangeiros que residiram na Madeira, havendo até ao presente dado copia dos seguintes: no 1.º volume, sob o n.º XVI, os que usou Fernando José Correia Henriques de Noronha, 1.º visconde de Torre Bela; sob o n.º XXII, o de Roberto Page; sob o n.º XXIV, o de Benjamim de Oliveira; sob o n.º XL, o do capitão de mar e guerra Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel; sob o n.º XLIV, o do morgado João José de Bettencourt e Freitas; no volume 2.º sob o n.º LVII, o do morgado João Agostinho Figueiroa de Albuquerque e Freitas; sob o n.º LIX, o de Thomas Murdoch; sob os n.ºs LXII e LXIII, os de Robert e Mary Blackburn; sob o n.º LXXX, o de Leland C. Cossart; sob o n.º XC, o de Thomas Harris; sob o n.º XCI, o de William Penfold; sob o n.º XCVIII, o de Joseph Pringle; no 3.º volume, sob o n.º CXX, o de Charles Murray; sob o n.º CXXV, o de Thomas Robinson; sob o n.º CXXXIII, o de Robert Bayman; e no volume 4.º, a pag. 15, o de Russel Manners Gordon, 3.º visconde e 1.º conde de Torre Bela. S.

Vid. Arquivo Histórico da Madeira.

Expedições Científicas. Das muitas expedições científicas que têm vindo á Madeira, quer para obter refrescos para as suas viagens, quer para realizar alguns estudos nesta ilha, as mais importantes e conhecidas são as que a seguir vão assinaladas:

1755. Bory veio á Madeira neste ano, a bordo do Cometa, tendo feito aqui algumas observações sôbre a variação da agulha.

1764. Neste ano, a 13 de Julho, chegaram ao porto do Funchal os navios Delphim e Tamar, conduzindo a expedição dirigida pelo comodoro João Byron, que se propunha descobrir novas terras entre o Cabo da Boa Esperança e o Estreito de Magalhães. A expedição limitou-se a tomar alguns refrescos.

1766. A 7 de Setembro ancoraram no porto do Funchal o Delphim, a Swallow e o Príncipe Frederico, conduzindo a expedição comandada pelo capitão Samuel Wallis e de que fazia parte, como oficial, Filipe Carteret, companheiro de Byron. A expedição limitou-se a substituir aqui as provisões já consumidas.

1768. Foi neste ano a 13 de Setembro, que chegou á Madeira a expedição científica comandada pelo celebre navegador ingles James Cook, que ia observar na ilha de Taiti a passagem de Venus pelo disco do Sol. Faziam parte desta expedição os naturalistas José Bancks e Dr. Solander, e o astrónomo Carlos Green, tendo os dois primeiros feito vários estudos científicos nesta ilha. O Endeavour, que conduzia a expedição, saiu do porto do Funchal a 19 de Setembro.

1772. Na segunda viagem que o capitão Cook realizou nos mares do sul, passou pela Madeira a 19 de Julho deste ano, a bordo da Resolução, tendo os naturalistas João Reinhold Forster e seu filho João Jorge, que faziam parte da expedição, realizado aqui algumas observações botânicas.

1785. A expedição científica comandada por João Francisco Galaup de La Pérouse chegou ao Funchal a bordo da Bussola e do Astrolabio a 13 de Agosto deste ano, saindo três dias depois para Canárias. Faziam parte desta expedição o engenheiro Monneron, o geografo Bernizet, o cirurgião Rollin, o astrónomo Lepaute-Dagelet, o fisico Lamonon, o botânico Collignon e o ilustre Monge, não tendo tido este ultimo o fim desgraçado dos seus companheiros de viagem, por haver desembarcado em Tenerife, a 29 de Agosto de 1785.

1792. O ilustre orientalista João Barrow visitou a Madeira neste ano, na sua viagem para a Cochinchina.

1816. A expedição científica inglesa, do comando do capitão J. K. Tuckey, esteve á vista da Madeira no dia 31

de Março deste ano, tendo encontrado, dormindo sobre as águas, grande numero de tartarugas (Testudo caretta).

1838. Neste ano, a 16 de Setembro, chegou ao Funchal uma pequena esquadra americana, composta do Purpoise, das balandras Vincennes e Peacock, e das escunas Sea-Gull e Flying-Fish, comandada pelo tenente Carlos Wilkes. Os sábios que vinham nestes navios, mediram a altura do Pico Ruivo e fizeram aqui algumas observações geológicas, tendo saído da Madeira a 25 de Setembro.

1839. Os navios ingleses Erebus e Terror, debaixo do comando de James Clark Ross e Francisco Roland Crozier, visitaram a Madeira em Outubro deste ano, tendo os seus oficiais medido a altura do Pico Ruivo e feito observações magnéticas em Cabo Verde, Santa Helena e Cabo da Boa Esperança, antes de se dirigirem para as regiões antárticas e outros países que exploraram.

1857. Em Junho deste ano esteve na Madeira a fragata austríaca Novara, comandada pelo comodoro Wullerstorf-Urbair, que fez uma viagem á roda do mundo. Os sábios da expedição mediram a altura do Pico Ruivo e receberam muitas informações do medico Dr. Antonio da Luz Pita, do engenheiro militar major Antonio Pedro de Azevedo, do botânico João Maria Moniz e do cônsul austríaco Carlos Bianchi.

1883. Esteve neste ano nos mares da Madeira, a bordo do Talisman, uma expedição científica francesa, dirigida por Alphonse Milne Edwards, encarregada de proceder a estudos oceanograficos no Atlântico.

Segundo Milne Edwards, existe neste mar uma imensa cadeia vulcanica paralela á costa de Africa, de que é possível que as ilhas de Cabo Verde, Canárias, Madeira e Açores sejam os únicos pontos não cobertos agora pelas águas. (V. Atlantida).

1897. A 12 de Setembro deste ano chegou ao porto do Funchal, procedente de Ostende, a barca Belgica, que conduzia a expedição científica belga que, sob o comando do capitão-tenente Adrien Gerlache, se dirigia para as regiões antárticas. Estiveram no Curral das Freiras os membros da expedição, entre os quais se contavam o tenente Danco, encarregado das observações magnéticas, o Dr. Artoski, encarregado da meteorologia e oceanografia e o Dr. Racsvitze, incumbido da botanica e zoologia.

1901. Nos dias 15 e 16 de Agosto deste ano esteve fundeado no porto do Funchal o vapor inglês Discovery, que se destinava a uma viagem de exploração nas regiões antárticas, sob a direcção de Roberto Scott. Como é sabido, este navegador foi coadjuvado por Wilson e Shackleton nalguns estudos e investigações a que procedeu naquelas paragens.

Neste mesmo ano, a 30 de Agosto, passou á vista do Porto Santo, a bordo do vapor Gauss, a expedição antártica alemã, dirigida pelo Dr. Erich von Drygalski. No relatório desta expedição, publicado em parte no

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, lê-se “que a 31 de Agosto, quando vagarosamente se ia occultando a Madeira, elevava-se um esplendido fogo de vistas sobre o Funchal; e nós supozemos que fosse em honra do navio inglez Discovery da expedição ao Polo Sul, que alli tinha tocado nesse dia“. Achamos curiosa, esta suposição, tanto mais, que a Discovery, como ficou dito, não esteve aqui a 1 de Agosto, mas na data que atrás ficou mencionada.

1902. No mês de Julho deste ano estive no porto do Funchal o navio Morning, do comando do capitão Colbeck. Este navio, em que ia o Dr. Wilson, dirigia-se para as regiões antárcticas, a fim de prestar auxilio á Discovery, do comando de Roberto F. Scott.

1903. A 10 de Setembro deste ano chegou ao porto do Funchal, procedente de Brest, o vapor Le Français, trazendo a seu bordo o celebre navegador francês João Charcot que, como os precedentes, se propunha explorar as regiões antárcticas. João Charcot demorou-se naquelas regiões até 1905, tendo o resultado dos trabalhos de historia natural a que procederam os membros da expedição sido publicado por especialistas, sob a direcção de L. Joubin.

1908. Neste ano, a 12 de Setembro, passou pela segunda vez na Madeira o explorador João Charcot, que se dirigia para as regiões antárcticas, a bordo do Pourquoi Pas.

1910. A 23 de Junho de 1910 ancorou no porto do Funchal o navio Terra Nova, que conduzia a segunda expedição que ia explorar as regiões antárcticas, sob a direcção de Roberto Scott. Este explorador, que estivera anos antes na Madeira, não vinha a bordo do Terra Nova, no qual só embarcou mais tarde. O Terra Nova, que estava provido dos melhores aparelhos e petrechos exigidos para as navegações polares, deixou o porto do Funchal a 26 de Junho.

Neste mesmo ano, a 6 de Setembro, ancorou no porto do Funchal o navio norueguês Fram, a fim de receber diversos artigos trazidos pelo vapor alemão Hans Hoermann. O Fram, que se dirigia para as regiões antárcticas, sob a direcção do capitão Amundsen, deixou o nosso porto a 10 do referido mês.

1911. Na campanha científica realizada neste ano pelo príncipe Alberto de Mónaco a bordo da Hironnelle II, algumas colheitas de algas marinas foram feitas pelo Dr. Luiz Gain nas costas do arquipelago. O príncipe Alberto visitou também os mares do arquipelago em 1901, em 1904, em 1912 e ainda noutros anos, quer a bordo da Hironnelle, quer da Princesa Alice, tendo numa das suas viagens visitado a Deserta Grande, da

qual se ocupou no seu livro intitulado *La Carrière d'un navigateur*.

1914 Neste ano, a 27 de Junho, chegou ao porto do Funchal a chalupa Armaner-Hansen, em que o ilustre sábio norueguês F. Nansen fez sondagens e diversos estudos oceanograficos no Atlântico. O pequeno navio deixou a Madeira a 28 de Junho, com destino aos Açores.

Neste mesmo ano esteve na Madeira o navio explorador inglês *Endurance*, sob o comando do capitão Worsley, o qual se destinava ao Pólo Sul, devendo tomar em Buenos Aires o conhecido homem de ciência Ernesto Shackleton. O *Endurance*, que chegou a 21 de Agosto e saiu a 25, esteve no dia 24 nas Desertas, onde os sábios da expedição e o naturalista madeirense Sr. Adolfo César de Noronha fizeram diversas investigações científicas.

1920. A 6 de Abril deste ano entrou no porto do Funchal o iate dinamarquês *Dana*, a fim de receber o Dr. Johannes Schmidt, muito conhecido pelos seus estudos biológicos e ictiológicos, que chegara no dia anterior á Madeira, no *Almanzora*. O *Dana* partiu no dia 7 para Tenerife, levando os aparelhos e petrechos necessários para a exploração científica do Oceano.

1921. A 16 de Outubro deste ano chegaram ao porto do Funchal os iates *Dans* e *Quest*, este conduzindo a nova expedição inglesa, dirigida por Shackleton, que se destinava ao Pólo Antártico, e aquele levando a seu bordo o Dr. Johannes Schmidt, director do “Laboratorio Carlesberg”, de Copenhague, que pretendia estudar a biologia e a física do Oceano, ao norte do Equador.

O pessoal científico do *Dana* fez explorações oceanográficas ao norte do Porto Santo no dia 15, e visitou a Deserta Grande no dia 18, e o do *Quest* efectuou observações termometricas no mar ao sul do Funchal, na profundidade de cerca de 1500 metros, correspondente ao habitat do nosso peixe espada preta.

O *Dana* saiu do nosso porto no dia 18 á noite, e o *Quest* no dia 19, pela 1 hora e meia da tarde.

Os sábios da expedição dinamarquesa foram acompanhados na sua viagem á Deserta pelo naturalista madeirense Adolfo de Noronha, tendo sido a pedido deste nosso conterrâneo que o pessoal do *Quest* fez as observações termometricas a que já nos referimos.

1922. Neste ano, a 6 de Junho, esteve no Funchal o navio norueguês Harmaner Hansen, que conduzia uma expedição científica organizada pela Universidade de Bergen e de que faziam parte os professores H. Hansen e Damas. A expedição destinava-se a estudos oceanográficos.

1923. A 17 de Maio deste ano chegou ao Funchal o pequeno vapor francês La Tanche, do serviço científico o técnico das pescarias, onde vinha o cientista Gerard Belloc, do museu Lafaille, na Rochela, que se propunha fazer investigações sobre o atum e a sua pesca. Demorou-se aqui alguns dias.

1924. Em fins de Fevereiro de 1924 chegou ao Funchal o zoólogo inglês James Hornell, antigo director do serviço das pescarias de Madrasta, na Índia, que fez vários estudos etnográficos. Deixou a Madeira a 1 de Maio, do navio St. George, que conduzia uma expedição científica que se dirigiu daqui para a Trindade e Panamá.

Exposições. Nos quatro primeiros dias do mês de Abril de 1850 realizou-se uma exposição de indústria madeirense nas três salas principais do Palácio do Governo Civil. Figuraram nela tecidos, obras de ourives, de marcenaria, de gesso e de palha, quadros, bordados, labores, etc., assim como alguns produtos agrícolas. Foram distribuídas 17 medalhas de prata pelas pessoas que apresentaram melhores objectos. O iniciador desta exposição foi o Conselheiro José Silvestre Ribeiro.

Em 29 de Abril de 1854 houve no pátio e salas do palácio de S. Lourenço uma exposição agrícola promovida pelo botânico João Maria Moniz, e nos dias 20, 21, 22 e 23 de Abril de 1861 realizou-se no mesmo palácio a primeira exposição, promovida pela Sociedade Agrícola da Madeira.

Nesta exposição, a mais brilhante que teve lugar no Funchal, figuraram árvores e arbustos, plantas industriais, pratenses e de ornamento, cereais, legumes, tuberculos e raizes, um herbario e uma colecção de conchas madeirenses, gados, etc..

No dia 25 de Maio de 1861 houve uma reunião da Sociedade Agrícola, presidida pelo Governador Civil, sendo distribuídos nessa ocasião pelos expositores, 12 prémios de primeira classe, 18 de segunda e 20 menções honrosas.

Os sócios da referida sociedade encarregados por ela de obter e classificar os objectos que figuraram na exposição, foram o major Antonio Pedro de Azevedo, João Maria Moniz e o Dr. João Perestrelo de Vasconcelos.

Em 1863 e 1864 houve duas insignificantes exposições de gado no Funchal, tendo comparecido na primeira apenas nove cabeças, e não sendo a concorrência maior no ano imediato.

A ultima exposição que houve no Funchal teve lugar em fins de junho de 1901 por ocasião da visita regia a esta ilha. Figuraram nela vinhos, aguardentes, fotografias, quadros, tecidos diversos, bordados, parquets e embutidos, obras de vimes e de palha, etc.. A exposição realizou-se na Praça Académica, hoje Campo do Almirante Reis, em barracas e pavilhões levantados ai para esse fim.

V. Feiras.